HISTORIA DE PORTUGAL

POR

ANTONIO ENNES, ALBERTO PIMENTEL,
B. PINHEIRO, EDUARDO VIDAL, GERVASIO LOBATO,
LUCIANO CORDEIRO E M. PINHEIRO CHAGAS

EMPREZA LITTERARIA DE LISBOA

HISTORIA DE PORTUGAL

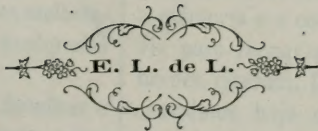
TERCEIRO VOLUME

POR

ALBERTO PIMENTEL

ILLUSTRAÇÕES

DE

MANUEL DE MACEDO

OFFICINA TYPOGRAPHICA
DA
Empreza Litteraria de Lisboa
1 A, 1 B, Calçada de S. Francisco, 3, 3 A, 5

LIVRO I

D. Duarte

CAPITULO I

A época.—O scenario

Somos chegados a um periodo da historia de Portugal que só poderia ser dignamente tratado á altura dos heroes e dos acontecimentos que o caracterisam, quando o chronista, por extranha predestinação, houvesse nascido não só agraciado com todos os requisitos indispensaveis a um historiador de primeira ordem, difficeis de reunir n'um unico individuo, mas tambem dotado de um profundo sentimento artistico, que fizesse d'elle simultaneamente um poeta, um pintor, um esculptor, e fortalecido por essa grandiosa virilidade, que pertenceu aos portuguezes do seculo XV, d'entre os quaes sairam os guerreiros d'Aljubarrota e de Ceuta, os navegantes audaciosos do *mar tenebroso*, das aguas mal exploradas ainda do oceano atlantico.

Com effeito, escrever das grandes batalhas e das grandes navegações d'esse periodo sobre todos notavel, sem ficar assoberbado pela magnitude do assumpto, seria o mesmo que dar ao mundo uma nova epopêa, conceber e executar um dos maiores poemas que desde a antiguidade hellenica os homens teriam visto. Para reproduzir as individualidades historicas d'esse cyclo memorando, no qual a naturesa parecia tão perfeita nas suas obras que até uma mulher como o fôra a rainha D. Filippa chega a agigantar-se n'uma grandesa luminosa que não é vulgar em damas por mais nobremente nascidas e educadas que sejam; para retratar esses vultos epicos, diziamos, da vasta galeria portugueza do seculo XV, só um pintor cujo pincel podesse debuxar sobre a tela, d'alto a baixo, traços de uma magestade de dimensões só comparavel áquella que o raio, como um outro pincel de luz, descreve sobre o fundo do céo empastado de grossas nuvens. Evocar aos olhos do leitor os perfis dos filhos de D. João I, e dos homens que os cercam, sem os deslustrar na resurreição, não seria escrever no papel mas esculpir no bronze; era esse seguramente, como Zeuxis dizia dos seus quadros, um glorioso trabalhar para a immortalidade. Mas esse extranho chronista, qualquer que fosse, deveria ter nascido, por um feliz anachronismo, retemperado nos moldes dos homens de ha quatro seculos; era preciso que inteiramente perdesse a memoria e a consciencia do tempo em que vivia para recuar até ao tempo em que os seus heroes viveram. De feito, por mais que nos concentremos hoje na reconstrucção historica do passado, hoje que os mares são rapidamente sulcados pelos barcos a vapor; que para conhecer o mundo inteiro só resta persistir na investida contra os gelos dos mares dos polos e na travessia, aliás perigosissima, de alguns sertões; que as terriveis lendas maritimas fugiram espavoridas, de uma vez para sempre, e ha já seculos, deante das prôas das caravelas descobridoras; hoje que a artilheria vareja rapidamente, no mar ou em terra, as mais poderosas armadas e os mais fortes reductos do inimigo; que o telegrapho pode, por uma communicação instanta-

nea, decidir da sorte de uma batalha, do destino de uma nação, hoje, finalmente, só mui imperfeitamente conseguiremos imaginar, ainda mesmo em face dos monumentos que nos restam, o que seria uma batalha ha quatrocentos annos, esse monstruoso combate de enormes armaduras de ferro, que se confundiriam por ventura n'uma só armadura colossal de um lado e do outro, o que seriam as nossas arriscadas navegações, em pleno oceano, cheio de terrores mysteriosos, com *alguma agulha destemperada que nordesteava*, como escreveu Xavier Botelho, [1] e *algum astrolabio descompassado que lhes mentia*, mas que ainda assim, emquanto não foi preferido o annel graduado de Pedro Nunes, nos prestára importantes serviços. E até certo ponto não admira que hoje, mudada completamente a face do mundo, mal possamos reconstruir a realidade esplendorosa d'essa época em verdade tão extraordinaria, quando os proprios homens d'então, respirando n'essa atmosphera especial, vivendo n'esse meio social de que só restam memorias, sentiam por vezes acommettel-os a duvida de que podessem levar a cabo entrepresas tão esforçadas, emprehendimentos de tanta magnitude. Sabe-se, por exemplo, que os soldados de D. Nuno Alvares Pereira desconfiaram por vezes do bom exito das ordens do general, e da causa de que elle foi, no campo de batalha, o mais strenuo paladino; sabe-se que durante o cerco de Lisboa pelos castelhanos os sitiados não foram isentos de rapidas intermittencias de desanimo; sabe-se, finalmente, que o infante D. Henrique luctou doze annos, ou mais, no empenho de fazer dobrar o cabo Bojador, e que o proprio Gil Eannes, que alfim o dobrou, estremeceu muitas vezes hesitante deante das objecções desanimadoras que lhe punham os mareantes. Mas, a nosso ver, a gloria dos grandes portuguezes do seculo XV não teria sido tamanha sem estas hesitações. Meditar nos perigos é dos prudentes; fugil-os é dos cobardes; conhecel-os, arcar com elles, e vencel-os é dos heroes.

Se o escrever historia é sempre encargo de grave responsabilidade, escrever a historia d'esta época é, pelas razões já expostas, tarefa de centuplicada gravidade, sobretudo para nós, que nos reconhecemos assombrados deante da vastidão da tela historica. Mas, se nos falta a competencia, sobra-nos a vontade, e procuraremos, quanto em nossas forças caiba, corresponder ao convite da empreza e ao favor do publico.

Antes, porem, de entrarmos definitivamente no reinado de D. Duarte, antes de o vermos assomar no tablado real, onde teve de representar um papel tão luctuoso como breve, precisamos de conhecer a scena onde se ha de desdobrar o drama do seu reinado, verdadeiro drama em que a sua figura, se não é offuscada completamente, é pelo menos assoberbada pela gloria dos personagens que a rodeiam.

No anno de 1433, em que o vulto homerico de D. João I desceu do mais levantado solio que um monarcha pode erguer a si mesmo, para entrar na galeria eterna da historia, Portugal, alargando os seus limites para alem-mar, havia chegado a um grau de explendor que fazia assombrar o mundo então conhecido, o nosso pequeno paiz projectava sobre a restante Europa os reflexos de uma aurora por tal modo explendida que ao mesmo passo a enchia de admiração e de inveja.

Era justamente Portugal que, entre todas as nações da terra, dava os primeiros passos para rasgar as trevas com que o oceano, escassamente explorado ainda, envolvia o continente africano, sellando, pois, com as sombras de legendas pavorosas o segredo da communicação do atlantico com os mares do oriente. Escasamente explorado ainda, dissemos nós, e todavia andava na tradição a memoria de pelo menos duas tentativas de circumnavegação de Africa, ás quaes nos vamos referir, mas, no discorrer dos seculos, como que se havia deixado entulhar novamente de sombras o caminho uma vez rasgado, se é que essas viagens tiveram realidade, o que alguns escriptores contestam.

Parece que a primeira d'aquellas duas viagens fôra realisada por marinheiros phenicios, assalariados pelo pharaó Neco, os quaes sairam do mar Roxo e, costeando toda a Africa, voltaram, passados tres annos, ao Egypto pelo estreito de Hercules (Gibraltar); a segunda viagem é attribuida ao carthaginez Hanno, que sahira de Car-

[1] *Memoria estatistica sobre os dominios portuguezes na Africa Oriental*, por Sebastião Xavier Botelho.

Offic. Typ. da Empreza Litteraria.

O infante D. Henrique em Sagres

O Infante D. Henrique em Sagres

thago com sessenta embarcações de colonos, e que alguns historiadores suppõem ter chegado á vista do cabo Bojador. Como quer que seja, pertença ou não pertença aos antigos a prioridade das viagens á volta d'Africa, o que é certo é que ainda no seculo XIV o mappa dos irmãos Pizzigani (1367) colloca em frente do cabo Bojador esta inscripção indicativa do estado dos descobrimentos nauticos a esse tempo *«Caput finis Africæ et terræ occidentalis»*, e que n'um outro mappa, catalão, a que o visconde de Santarem se refere, e que fôra traçado oito annos depois, a costa d'Africa termina egualmente n'aquelle cabo, o que mostra que a navegação d'Africa pouco mais se tinha adeantado desde os gregos do tempo de Homero, que figuravam nos morros hoje denominados de Gibraltar e Ceuta as columnas extremas do mundo, vigiadas por Atlante.

Se este era o estado da navegação africana, a exploração do sertão de Africa, tentada pelas antigas jornadas dos romanos, não estava mais adeantada.

Havia sido destinada a um principe portuguez, comquanto ainda então se não desse este nome em Portugal a nenhum dos filhos do rei, [1] nem mesmo ao herdeiro da corôa, havia sido destinada a um principe portuguez, diziamos, a gloria de impellir, com desuzada perseverança, as caravelas portuguezas ao longo da costa occidental da Africa, preparando assim o descobrimento do caminho por mar para a India. O infante D. Henrique, quinto filho do rei D. João I, sobremodo versado, para a sua época, no conhecimento das sciencias mathematicas, foi o heroico impulsor dos grandes commettimentos nauticos do seculo XV, que tamanha fama trouxeram a Portugal. Suppõem alguns historiadores que as navegações promovidas e protegidas pelo infante datam do anno de 1412; d'esta opinião, contrariada por Major, é o author do *Indice chronologico das navegações, viagens, descobrimentos e conquistas dos portuguezes*, etc., apoiando-se em João de Barros e Faria e Sousa. Sem comtudo impôr a sua opinião, o author do *Indice* observa que, ainda mesmo que se não faça remontar o principio das navegações ao anno de 1412, não pode deixar de tomar-se essa data como o ponto de partida, visto que n'esse anno se deu começo aos preparativos para a expedição de Ceuta, principal base de todos os nossos progressos maritimos, não só por ficar menos guarnecida de mouros a passagem para a costa occidental, como pelas informações colhidas pelo infante durante essa expedição. Outros historiadores contestam aquella data. Segundo Azurara, temos que collocar a primeira expedição ordenada pelo infante no anno de 1421; e se dermos credito ás relações de Diogo Gomes, impressas em Munich pelo dr. Schmeller, a que se referiu o fallecido marquez de Sousa Holstein, na segunda conferencia geographica da Academia, a primeira viagem haver-se-ia realisado em 1415, sendo encarregado de a executar um tal João de Trasto, se bem que esta citação nos não demova de preferir a opinião do author do *Indice*. Sustentando a sua opinião, diz este escriptor: «O mesmo seguiram muitos escriptores nossos; e muitos outros o suppõem, quando dizem, que depois da conquista de Ceuta (em 1415) e das informações que o infante ahi houvera dos mouros, viera muito mais animado a *proseguir* os seus projectos.» De mais a mais, a phrase *ab ejus ineunte ætate totis aspirans*, etc., que se encontra na bulla de Nicolau V, de 1455, [1] ajusta perfeitamente ao anno de 1412, em que o infante D. Henrique contava dezoito annos. Entre outros escriptores mais recentes, parece ser da mesma opinião o sr. Alexandre Magno de Castilho, quando diz, referindo-se á tomada de Ceuta: «Então se entregou todo (D. Henrique) a adquirir *mais certo e individual* conhecimento do deserto de Sahará, e de muitas circumstancias d'aquellas costas, terras e gentes, *com o que muito mais se animou, e de todo se resolveu* em executar a arrojada empresa que o seu grande espirito lhe inspirara.» [2] Portanto, em vista do que deixamos exposto, propendemos a crêr que

[1] «E este Ifante (D. Affonso, filho do rei D. Duarte) foy ho primeiro filho herdeiro dos Reys destes Regnos, que se chamou Princepe, porque atee elle, todoloos outros se chamaram Ifantes primogenitos herdeiros etc.» Ruy de Pina, *Chronica do sr. rei D. Duarte*. Vol. I dos *Ineditos*.

[1] Encontra-se a pag. 446 do tomo I das *Provas da historia genealogica*.

[2] *Descripção e roteiro da costa occidental de Africa*, tomo I, pag. XXI.

as tradições nauticas da antiguidade, encontradas em Herodoto, Strabão e outros, alimentando uma tendencia natural, demoveram o infante D. Henrique a tomar a iniciativa das nossas navegações. Suppõe o author do *Indice* que por aquelle anno de 1412, pilotos, cuja memoria se perdeu, passariam o cabo de Não, do qual se dizia até então: «Quem passar o cabo de Não ou voltará ou não», e chegariam até ao Bojador. Azurara enuncia varios motivos que demoveram o infante D. Henrique: o desejo de conhecer terras alem das Canarias, de desenvolver o commercio, de conhecer até onde chegava o poder dos mouros, de encontrar alliados contra os infieis, de augmentar a fé christã, e a fatalidade da sina do infante, rasão hoje ridicula. Ora todas estas seis rasões vem a cifrar-se, á luz de uma critica mais rigorosa, nas seguintes: «Encontrar o caminho da India pelo occidente, encontrar o Prestes João, encontrar o Nilo dos negros.» [1] Ou simplificando ainda: Descobrir o caminho maritimo para a India, achar novas terras e descobrir novas gentes. [2] Com effeito, dobrar o Bojador era o mesmo que caminhar para a India, e encontrar o Prestes João, esse principe mysterioso que professava a religião christã ou outra similhante, era ao mesmo tempo achar um novo e poderoso alliado contra os infieis e abrir uma nova via ao commercio do Oriente, que n'aquelle tempo se fazia pelos golphos persico e arabico, porque, como observa Azurara, achar alguma povoação de christãos, ou alguns portos em que sem perigo podessem navegar, equivalia a trazer para o reino muitas mercadorias, que se haveriam de bom mercado. A tradição do Prestes João, ao mesmo tempo principe e patriarcha, principiára a apparecer no meado do seculo XII, sendo dado o seu imperio como situado detraz da Armenia e da Persia, mas, na successão dos tempos, nós, os portuguezes, mudamos de opinião, e tomamos o Négus christão da Abyssinia como o verdadeiro Prestes João, [3] posto que esta opinião seja contestada, por exemplo, por Guilherme Lejean, que o considera um principe da Asia central.

Como quer que seja, no decurso do anno de 1415 a tomada de Ceuta exerceu uma grande influencia no espirito do infante D. Henrique, e por conseguinte nos destinos maritimos de Portugal. Colhendo pessoalmente muitas informações dos mouros, sobre terras, costas e gentes, tomando conhecimento individual do deserto do Saharà (Çahará), o infante trouxe d'essa gloriosa expedição mais vivo e retemperado o seu natural enthusiasmo pelas aventuras do mar, pelo descobrimento das terras que o Mar Tenebroso fechava nas suas brumas mysteriosas. A lenda poetica do Mar Tenebroso referia, pouco mais ou menos, que certo rei de Portugal mandára preparar navios para uma longa viagem, que devia durar quatorze annos; partiram com effeito os navios, e, ao cabo de dois annos, chegaram a uma região tenebrosa, abordando, finalmente, a uma ilha desconhecida e deserta, onde, em habitações subterraneas, os tripolantes encontraram riquezas enormes. Não ousaram, porem, tocar-lhes, acobardados por um receio supersticioso. Voltando elles a bordo, o mar agitou-se medonhamente, de modo que mais se augmentou ainda o receio dos navegantes portuguezes. Que deveriam fazer? Proseguir ou recuar. Finalmente, decidiram em conselho que dois navios investissem, e que o terceiro os esperasse dentro de um prazo marcado. Este praso foi, porem, excedido sem que os dois navios voltassem. Então o terceiro resolveu voltar a Portugal, onde os tripolantes desembarcaram tão demudados de aspecto, tão envelhecidos em vinte e quatro mezes, que nem o rei nem os proprios parentes os reconheceram.

«Na immensa extensão do oceano aninhavam-se todas as lendas aterradoras. O Mar Tenebroso, cujas ondas eram negras como breu, erguia-se para alem do horisonte onde se atufava o sol. Essa era a lenda antiga, a lenda pagã transmittida de geração em geração e que cerrara por muito tempo o Altantico ás investigações mais ousadas. Quem n'elle entrava perdia-se para

[1] Pinheiro Chagas. *Descobrimentos dos portuguezes na Africa*, 2.ª conferencia da Academia.

[2] A. M. de Castilho. *Descripção e roteiro*, etc.

[3] Vejam-se as curiosas obras: *Verdadera informaçam das terras do Preste Joam, segundo vio e eshreveo ho padre Francisco Alvarez*, livro raro, sobremodo estimado, traduzido em quasi todas as linguas cultas da Europa; e *Breve relação da embaixada que o patriarcha D. João Bermudez trouxe do imperador da Ethiopia chamado vulgarmente Preste João*, etc, edic. da Academia—1875.

sempre, quem se lhe aproximava, se conseguia fugir, voltava decrepito, tendo partido adolescente, e via com dor profunda que essa viagem, que supposera ter durado apenas dias, durára larguissimos annos. A par d'isto surgiam as lendas christãs, as lendas celticas das ilhas mysteriosas, as ilhas dos castigos, verdadeiras succursaes do inferno, onde Judas chorava eternamente a sua traição infame, onde os condemnados, montados em cavallos de fogo, soltavam, n'um galopar incessante, gritos de desespero, onde outros choravam sem interrupção os seus peccados da terra.» [1]

Por onde se pode ver que exforço não seria preciso empregar para vencer todos estes horrores supersticiosos que predominavam no seculo, qualquer que fosse o anno, em que o infante D. Henrique iniciou os nossos descobrimentos. Mas, como já dissemos, o infante vinha fortalecido de Ceuta na sua resolução, e parece que desde que chegou a Portugal tratou de promover navegações no intuito de fazer dobrar o cabo Bojador. A repugnancia dos marinheiros em obedecer á vontade do infante foi a principio grande. «Como passaremos, diziam elles, os termos que poseram nossos padres, ou que proveito pode trazer ao iffante a perdiçom de nossas almas, juntamente com os corpos, ca conhecidamente seremos omecidas de nós mesmos?» [2] A *principio*, dissemos nós, porque depois, animados pelo bom resultado de algumas navegações, eram os proprios marinheiros que, pondo de parte a idéa de ganho, se exforçavam por trazer mais largas informações ao infante. «Conta elle (Azurara) que n'uma das viagens em que de Portugal sairam de conserva muitas caravelas, cujos capitães iam tratar de commercio nos portos já descobertos pelos portuguezes, ia uma commandada por um dos nossos mais celebres navegadores, o descobridor da Serra Leôa, Alvaro Fernandes, sobrinho de João Gonçalves Zarco. Ordenara este a seu sobrinho que não fizesse caso do ganho, mas que fosse sempre avante, a fim de poder trazer alguma noticia que interessasse o principe. D'aqui se vê que todos esses navegantes sabiam que, para agradar ao infante D. Henrique, deviam sobretudo procurar fazer novos descobrimentos, e que muito mais lhe aprazia ter noticia de novas terras do que receber o quinto da mais rica presa.» [1]

No anno de 1418, dois cavalleiros da casa do infante, João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, offereceram-se, no intuito de lhe serem agradaveis, para ir explorar a costa occidental da Africa alem do cabo de Não. Este cabo, quer já houvesse sido transposto no tempo do rei D. Affonso IV, como opina o visconde de Santarem, [2] quer não, representa o ponto de partida das maiores glorias maritimas de Portugal, por isso que representava n'essa época, como sabemos, uma barreira temerosa. Uma tempestade desviou da costa os dois navegantes, de modo que elles foram abordar a uma ilha, a que deram o nome de Porto Santo, por n'ella terem encontrado um doce abrigo depois de tão incerta navegação. Voltando a Portugal, o infante tão deslumbrado ficou com a boa nova, que, certamente para lhe serem agradaveis, muitos fidalgos se offereceram a acompanhar de novo, á ilha recentemente descoberta, os dois descobridores. Entre os que se offereceram, cita-se Bartholomeu Perestrello. [3] Chegados todos a Porto Santo, Gonçalves Zarco e Tristão Vaz foram descobrir a Madeira, quer porque vissem um ponto negro no horisonte, o que os fez suspeitar da existencia de uma terra proxima, quer porque as novas searas da ilha de Porto Santo estivessem completamente damnificadas pela invasão dos coelhos, descendentes de uma coelha pejada que Perestrello lançára na ilha, como parece fazer suppor Azurara. Esta versão de Azurara coaduna-se facilmente com a opinião de Major, de que tanto a Madeira como as Canarias haviam sido descobertas durante o reinado

[1] Pinheiro Chagas—*Dos descobrimentos dos portuguezes na Africa.*

[2] Azurara. *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné,* pag. 50 e 51.

[1] Pinheiro Chagas. *Descobrimentos dos portuguezes na Africa.*

[2] Annotações á *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné,* de Azurara, pag. 54.

[3] N'este ponto, apartamo-nos do author do *Indice,* que suppõe que Perestrello descobriu em 1418 a ilha de Porto Santo, voltando ali em 1419 com João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira. Seguimos Azurara, no capitulo 83 da *Chronica* cit.—pag. 385.

de D. Affonso iv, por isso que deixa vêr que os portuguezes, não achando prosperas as condições agricolas da ilha de Porto Santo, se dirigiram confiadamente á Madeira, como quem já sabia que existia. «Por cuja rezom (a invasão dos coelhos), diz Azurara, leixarom aquella ilha, e passaranse aa outra de Madeira, etc.» Mas, n'este caso, tambem a ilha de Porto Santo já seria conhecida do infante, já estaria consignada nos seus mappas; devendo-se apenas a tentativa de colonisação, e o nome que foi imposto á ilha, ao facto de ali terem arribado Gonçalves Zarco e Tristão Vaz. Uma lenda ingleza, a que D. Francisco Manuel de Mello deu vulto na *Epanaphora amorosa*, [1] conta que Roberto Machim, fugindo de Brystol com a dama por quem morria d'amores, Anna d'Arfet ou Anna Dorset, que tinha sido obrigada a casar com um certo nobre, fôra impellido pela tempestade até á ilha da Madeira. Ahi alguns marinheiros estavam em terra com os dois amantes, e outros a bordo, quando o navio de novo foi arrancado pela tempestade, indo parar á costa d'Africa. Ficaram, pois, irremessivelmente presos, na solitaria ilha, os namorados fugitivos e alguns companheiros. Miss Anna succumbiu dentro de pouco tempo a essa terrivel fatalidade, que tomou como castigo divino; e, cinco dias depois, Machim foi encontrado morto, pelos seus marinheiros, sobre a sepultura de Anna d'Arfet. Segundo a lenda, os inglezes que foram arrancados com o navio cahiram em poder dos marroquinos. Encarcerados, travaram relações de amisade no carcere com um piloto hespanhol, de appellido Morales, o qual, sendo finalmente redimido, se dirigia á sua patria, quando foi aprisionado por Gonçalves Zarco, que talvez regressasse de Porto Santo. Como quer que seja, Morales, para cahir nas boas graças de Zarco, referiu-lhe o que lhe tinham contado no carcere os marinheiros inglezes, e aqui está, segundo a lenda, como depois conseguiram abordar os portuguezes, medeante as informações de Morales, á ilha da Madeira.

Major, no capitulo v da sua bella obra, [2] liga uma grande importancia a esta tradição, achando-a conforme com a verdade historica. O sr. Pinheiro Chagas [1] refuta com energia os argumentos de Major. Mas, em todo o caso, não nos parece que valha a pena questionar sobre o caso, desde que o proprio sr. Major, depois de ter provado, no capitulo viii da mesma obra, que em 1341 se fizera uma viagem ás Canarias sob os auspicios do rei de Portugal (D. Affonso iv), prova, algumas paginas adeante, que o grupo da Madeira foi descoberto, no mesmo reinado, sob os auspicios do mesmo monarcha, em navios nossos, commandados por capitães genovezes.

«Politicamente—diz Major—a questão não tem importancia, porque se fosse possivel pôr duvida ao direito de Portugal a estas ilhas com o fundamento dos navios portuguezes serem commandados por genovezes n'este descobrimento, realisado em tempos mais remotos, sem embargo d'isso a renovação casual do descobrimento do dito grupo pelos portuguezes em 1418—1420 foi causa da primeira colonisação e fertilisação das ilhas, e tão frivolo seria disputar similhante direito como negar o dos inglezes á colonisação da Australia em rasão d'aquelles antigos descobrimentos authenticos n'essa vasta ilha serem feitos pelos portuguezes; ponto que já tive a fortuna de demonstrar historicamente. O ajuste de navegantes genovezes, feito pelos reis de Portugal no xiv seculo, em nada diminue a gloria transcendente d'aquella pequena e heroica nação, a quem verdadeiramente devemos o conhecimento de metade do globo, que possuimos.»

Major prova que o descobrimento da Madeira fôra realisado pelo genovez Emmanuele Pezagno, apparecendo já a Madeira n'uma carta genovesa de 1351. Ora Pezagno foi chamado a Portugal por D. Diniz, para substituir o almirante Nuno Fernandes Cogominho, que tinha fallecido. Vê-se pois que a Madeira foi descoberta no seculo xiv por um genovez tomado ao serviço de Portugal, mediante um contracto em que Pezagno *jura velar sempre pela gloria da coroa portugueza.*

Resta accrescentar, sobre o descobrimento da Madeira, que D. Francisco Manuel de Mello, que diz basear a sua *Epanaphora* sobre um manuscripto de Francisco Alcoforado, escudeiro do in-

[1] É a terceira das *Epanaphoras de varia historia portugueza.*

[2] *Life of the prince Henry,* traduzida em portuguez, em 1876, por ordem do actual duque de Palmella.

[1] *Historia de Portugal,* vol. ii, cap. xxv, pag. 234.

fante, põe o caso de Roberto Machim e miss Anna nos fins de 1377, e que D. Affonso IV de Portugal falleceu em 1357, isto é, vinte annos antes.

Em vista do que fica exposto, nem o direito politico nem a prioridade historica nos podem ser contestados.

O descobrimento da ilha da Madeira teve uma grande influencia em varios ramos da nossa administração publica, como vamos vêr, apesar de uma extranha contrariedade, que por alguns annos demorou essa influencia: o incendio que devorou uma grande parte do basto arvoredo da ilha, e que impensadamente fora mandado lançar por Gonçalves Zarco, para deixar livre o espaço em que queria fundar a villa do Funchal, hoje cidade e capital. Por esta rasão, a verdadeira colonisação da ilha da Madeira só poude começar em 1825 [1] Dividida a ilha pelo infante entre João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, e até certo ponto enriquecido o terreno com as cinzas fecundadoras do arvoredo, mandou D. Henrique buscar a Chypre bacellos da celebre especie de vinhas que produzem a *malvasia*, e á Sicilia a canna do assucar, a fim de dar principio a importantes plantações na ilha da Madeira, o que ao mesmo passo animava a agricultura, o commercio e a industria de Portugal. Ferdinand Denis tambem dá noticia de que o infante mandára vir cepas de Borgonha. A cultura e fabrico do assucar veio, no decurso dos annos, a estender-se até á ilha de S. Thomé, e mais tarde ainda ao Brazil.

As artes, especialmente a architectura, tambem lucraram com o descobrimento da ilha a que nos vimos referindo, porque poude salvar-se da devastação do incendio madeira bastante a permittir que se alterasse em Portugal o systema de construcção dos predios urbanos, elevando-os pelo augmento dos andares, em substituição dos systemas romano e arabe até ahi seguidos.

O descobrimento das ilhas Desertas a que nos referimos em a nota anterior, devido tambem a Gonçalves Zarco, se não teve uma grande importancia material em rasão da pequenez e circumstancias geologicas e geographicas d'essas ilhas, não deixou comtudo de augmentar moralmente o enthusiasmo pela exploração do mar occidental, onde novas terras pareciam brotar como por encantamento. E assim como o avarento tanto mais se deixa possuir pela paixão do dinheiro quanto mais enthesoura nas suas arcas, o infante D. Henrique, á medida que recebia as informações auspiciosas dos descobridores que trazia no atlantico, mais se inflammava no desejo de promover e activar novas navegações, tanto mais que ainda não tinha sido possivel dobrar o cabo Bojador, apesar da insistencia com que se procurava realisar esse ideal.

No anno de 1431, resolveu o infante D. Henrique mandar Gonçalo Velho Cabral, com rumo sobre o poente, em demanda de algumas ilhas que deviam existir n'aquella direcção. Fallando dos Açores, Major considera que tambem haviam sido descobertos, como a Madeira, no seculo XIV, por navios portuguezes commandados por pilotos genovezes, por isso que esses grupos de ilhas apparecem consignados na carta Lourenciana de 1351. A ser assim, o que o sr. José de Torres [1] contestou, e o sr. Pinheiro Chagas defendeu brilhantemente, [2] tanto maior devia ser a convicção com que o infante D. Henrique fazia partir esta nova expedição para oeste.

Gonçalo Velho encontrou effectivamente os baixos das Formigas, entre as ilhas de Santa

[1] É o que se deprehende da doação que o infante D. Henrique fez do espiritual das ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta á ordem de Christo: «comecei de povorar a minha ilha da Madeira averá hora XXXV annos, e isso mesmo a do Porto Santo, e deshi proseguindo a Deserta.» (Documento de 1460; tomo I das *Provas da hist. gen.* pag. 454). Com referencia á ilha da Madeira deve tambem vêr-se, no mesmo tomo das *Provas*, a carta pela qual D. Duarte fez d'ella mercê ao infante D. Henrique em 1433 (pag. 442). Um anno depois, D. Duarte fazia doação do espiritual da ilha á ordem de Christo; em 1439 esta doação era renovada em nome de D. Affonso V (*Provas*, tomo I, pag 444). Em 1445 estas doações eram confirmadas por bulla do papa Eugenio IV (Ibid. pag. 442). Em 1436 D. Henrique confirma por herdeiro a seu sobrinho D. Fernando; em 1460 é dada por D. Affonso V carta de mercê a D. Fernando d'esta e outras ilhas. (Ibid, pag. 562—563).

[1] *Panorama*, vol. X, pag. 376.

[2] *Historia de Portugal*, vol. II, pag. 247 e seguintes.

Maria e de S. Miguel, mas não deu fé de nenhuma d'estas ilhas. Voltou a Portugal com a noticia do novo descobrimento, que carecia de importancia bastante para satisfazer qualquer espirito menos enthusiasta e exigente que o do infante, o qual, por isso mesmo, lhe ordenou, no anno seguinte, que navegasse na mesma direcção. Gonçalo Velho partiu, e d'esta vez encontrou a ilha de Santa Maria, a 15 de agosto, dia da Assumpção de Nossa Senhora, rasão pela qual poz á ilha, primeira do archipelago açoriano descoberta, aquelle nome. De passagem notaremos a fé religiosa que transluz na maior parte dos nomes impostos ás terras descobertas pelos nossos navegadores, desde *Porto Santo* até *Santa Cruz* (Brazil). Ainda hoje, rodados mais de quatrocentos annos, se encontram profundos vestigios d'essa antiga fé religiosa entre os marinheiros portuguezes que navegam nos mais perigosos dos nossos rios. Onde este facto se accentúa manifestamente é no torrentuoso rio Douro. Bastará citar um exemplo. Entre os mais difficeis e arriscados *pontos* d'este rio, avulta o da *Velleira*, formado por asperas penedias, que obrigam a corrente a acachoar por uma estreita garganta. Pois sobre as mais escarpadas ribas d'esta temerosa passagem, no serro denominado do *Salvador do Mundo*, avulta um templo que merece aos barqueiros d'este rio uma devoção que de anno para anno parece augmentar e reforçar-se. Vejamos, pois, o que elles fazem ao avistar a egreja no topo dos medonhos fragoedos. «Os barqueiros—diz o sr. visconde de Villa-Maior, [1] descobrem-se com grande reverencia e rezam uma curta oração. O aspecto severo da naturesa, a sincera devoção d'esta rude gente, o templo do *Salvador do Mundo* erguido sobre as alturas, o silencio que, instinctivamente, todos guardam, ao aproximar-se do Cachão da Velleira, tudo infunde respeito irresistivel n'este logar.»

Posta esta observação, e proseguindo na historia dos nossos descobrimentos até ao ponto em que ella deve entroncar na historia do reinado de D. Duarte, oiçamos, com a attenção devida, o que nos diz Azurara com referencia á passagem do cabo Bojador, assim chamado, segundo João de Barros, por *muito bojar*:

«Com grande paciencia recebya sempre o iffante aquelles que assy envyava por capitaães de seus navyos em busca daquella terra, nom lhe mostrando algum reprendimento de sua mingua, ante com graciosa contenença, ouvya seus aqueeimentos, fazendolhe aquellas mercees que tiinha acostumado de fazer aos que o bem servyam; e ou aquelles, ou outros alguus speciaaes de sua casa, fazia logo tornar com seus navyos armados, acrescentando cada vez mais no encarrego, com prometimento de mayores gallardoões, se acrecentassem algua cousa na vyagem que os primeiros fezerom, perque elle podesse cobrar alguu conhecimento daquella duvyda. E finalmente, despois de doze annos, fez o iffante armar huã barcha, da qual deu a capytania a huu Gil Eannes, seu scudeiro, que ao despois fez cavalleyro, e agasalhou muy bem, o qual seguindo a vyagem dos outros, tocado daquelle meesmo temor, nom chegou mais que a as ilhas da Canarya, donde trouxe certos cativos, com que se tornou pera o regno. [1] E foe esto no anno de Jhu Xpo de *mil e quatro centos e trinta e tres.* Mas logo no anno seguinte, o iffante fez armar outra vez a dicta barcha, e chamando Gil Eannes a departe, o encarregou muyto que todavya se trabalhasse de passar aquelle cabo...»

Interrompemos, n'este ponto, a narrativa de Azurara, por duas rasões: a primeira, porque foi em 1433 que D. Duarte subiu ao throno, e não devemos, portanto, continuar a historia dos nossos descobrimentos sem entrarmos na historia politica d'esse reinado. A segunda, porque desejamos fazer algumas considerações sobre a data da passagem do cabo Bojador.

Preferimos, é certo, a data indicada por Azu-

[1] *Douro illustrado.*

[1] Tendo Maciot, sobrinho de João de Bethencourt, conquistador das Canarias, cedido estas ilhas ao infante D. Henrique, a troco de algumas concessões, o infante enviou ali, em 1424, uma expedição commandada por D. Fernando de Castro, que conquistou uma parte das ilhas. Apertado pelos indigenas, teve que retirar-se. O infante preparou-se, mediante uma carta de doação feita, mais tarde, pelo regente D. Pedro, para mandar novas expedições, mas o rei de Castella interveio. E por fim cessaram as expedições portuguezas ás Canarias, das quaes, como vêmos pelo texto de Azurara, recebiamos alguns captivos, unica vantagem que d'ahi tiramos.

rara, principalmente por ser contemporaneo dos acontecimentos que historia, [1] mas não deixaremos de notar o laconismo d'este escriptor com referencia aos descobrimentos, e sobretudo a circumstancia de fazer suppor, com o seu *despois de doze annos*, que as nossas navegações só principiaram em 1421, circumstancia a que já nos referimos, e que deixa no escuro tudo quanto poderia elucidar sobre a passagem do cabo de Não, fazendo alem d'isso suppor que as tentativas para dobrar o Bojador só principiaram seis annos depois da tomada de Ceuta, o que não é verosimil.

Lavra na chronologia dos descobrimentos uma grande confusão, devida certamente á rasão apontada pelo author do *Indice*: de que uns tomavam a data em que os navegantes partiam, outros aquella em que tocavam o ponto descoberto, e outros finalmente, o anno em que voltavam ao reino.

Ora o referido author colloca, por varias rasões, a passagem do cabo Bojador em 1429 ou 1430. Mas Azurara escreveu por extenso—anno de Jezus Christo de mil e quatrocentos e trinta e trez—, o que denota firmesa na citação; d'esta vez absteve-se dos algarismos romanos, de que tanto usava.

A primeira rasão apontada pelo author do *Indice* é a seguinte: «Que os nossos antigos uniformemente dizem, que o infante D. Henrique, *por mais de doze annos*, fizera tentativas para dobrar este cabo (Bojador), mandando a elle frequentemente os seus navios. E como estas tentativas começaram logo depois da expedição de Ceuta, isto é, em 1416, ou ao mais tardar em 1417, parece que a passagem do cabo seria em 1429 ou em 1430.» Não nos parece concludente esta rasão; por *mais* de doze annos é uma phrase vaga, que revela simplesmente que o cabo Bojador não foi dobrado antes de 1429 ou 1430, mas que não exclue por modo algum a idéa de que Gil Eannes o dobrasse em 1434.

Segunda rasão: «Que o papa Martinho v permittiu por uma sua bulla, que se podesse contratar e commerciar com os infieis. Esta permissão, cuja verdadeira data ignoramos, não podia ser posterior a 20 de fevereiro de 1431, em que aquelle santo padre falleceu. Tinha pois sido pedida, e pode ser que concedida pelo menos em 1430. Por outra parte é de presumir, que o infante sómente a pediria depois de se ter vencido a grande difficuldade do Bojador; porque até então nem sabemos que os nossos navegadores sabissem em terra a negociar, ou procurassem ter communicação e commercio com os habitantes; nem é verosimil que o intentassem a respeito dos mouros, com quem os portuguezes estavam em actual, e continua guerra. D'onde se collige, que antes de 1430, ou quando muito n'esse mesmo anno, já se tinha vencido o Bojador.»

Visto que uma das rasões que demoveram D. Henrique a promover as navegações foi o desejo de desenvolver o commercio, como Azurara refere, não repugna acreditar que o infante se prevenisse, desde longe, com uma bulla que auctorisasse o trafico com os infieis. Estava no espirito da época guerreal-os, como se vê de uma passagem do *Leal conselheiro* de D. Duarte, [1] mas o que não estava no espirito da época era ter commercio com elles sem auctorisação do santo padre. Basta lembrar a insistencia das expedições ás Canarias, começadas em 1424, para justificar a bulla de Martinho v.

Terceira rasão: «Que na bulla do papa Nicolau v, [2] dos principios de janeiro do anno da *encarnação* de 1454, que é anno vulgar de 1455, se diz que o infante havia vinte e cinco annos *(a viginti quinque annis citra)* não cessava de mandar navios ao descobrimento das *terras e costas do Bojador para as partes do sul*. Logo o Bojador já tinha sido dobrado, e já se navegava alem d'elle para o sul *vinte e cinco* annos antes da data da bulla, o que vem a dar em janeiro de 1430, e mui provavelmente no anno antecedente de 1429.»

Ora diz a bulla: «. . . *a viginti quinque annis citra, exercitium ex dictorum Regnor. Gentibus, maximis cum laboribus, periculis, et expensis in velocissimis navibus caravellis nuncupatis ad perquirendum mare et provincias maritimas*

[1] Azurara foi em 1454 nomeado guarda-mór da Torre do Tombo, e ainda vivia em 1473. Sabe-se que em 1453 acabou de compôr a *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné.*

[1] Capitulo XVII. *Do odyo.*

[2] Já por nós citada a pag. 7.

versus meridionales partes et polum anctarticum annis singulis fere mittere non cessavit.» Claro é que todo o empenho do infante consistia em fazer avançar as caravelas para o sul pelo occidente, e o que parece deprehender-se da bulla é que *desde vinte e cinco annos* as expedições eram mais frequentes. No documento a que nos estamos referindo falla-se dos cabos de Não e Bojador; são a nosso vêr simples demarcações geographicas, que eram conhecidas no tempo em que a bulla foi dada, e que são citadas para fixar o ponto d'onde começavam a ser ignoradas as costas occidentaes, não para mostrar que o cabo Bojador tinha sido passado havia vinte e cinco annos.

Eis aqui, rapidamente contornado e imperfeitamente colorido, o scenario em que principiou a desenvolver-se o grandioso drama das nossas glorias navaes,—scenario que tem por fundo as ondas encapelladas do *Mar Tenebroso*, cheio de monstros e de trevas como referia Aristoteles, e por bastidores as vélas latinas das nossas caravelas. Sobre esta esplendorosa *mise-en scene* pretendeu no seculo XVII um extrangeiro, Villaut de Bellefond, [1] depois de uma viagem á Guiné, lançar uma nodoa que bastaria a ennegrecer a gloria dos portuguezes na materia de que se trata, Segundo Villaut, caberia á França a prioridade nos descobrimentos da Africa occidental. Mas em que documentos se fundava a contestação a favor dos normandos, contestação falsamente sustentada por uma serie de escriptores francezes que vae desde Villaut de Bellefonds até Michelet? «Em documentos, que se não sabe quaes são, de que não ha o minimo vestigio, e que arderam, dizem os novelleiros francezes, no incendio dos archivos de Rouen, documentos que ainda assim nem o proprio Villaut de Bellefonds chegou nunca a vêr; n'outro publicado por um escriptor moderno, mr. Margry, que elle mesmo não sabe quem lh'o deu, nem onde está; na existencia de uns marfins levados da costa d'Africa para Dieppe, mas que tambem desappareceram; e mr. Major nota com fina ironia, que estes heroicos navegadores normandos tão infelizes foram, que não só dos seus feitos não dão noticia as chronicas do seu paiz, nem um só escriptor coevo, mas que até as unicas bases em que se firmam tão mysteriosas navegações são ou archivos que arderam, ou documentos que se não encontram, ou marfins que desapparecem! E vêde ainda que singular contraste! Apenas dobramos o cabo Bojador, a fama das nossas descobertas vôa aos confins do mundo conhecido, os geographos tratam de as aproveitar no aperfeiçoamento dos seus mappas, um chronista portuguez consagra-lhes expressamente um livro em paiz tão descuidoso da sua gloria... os descobrimentos da França, d'esse povo que teve sempre o magico dom de fixar em si as attenções de todo o mundo, d'esse paiz cuja lingua, cuja historia, cuja litteratura eram na idade-média, tanto pelo menos como na actualidade, dominantes na Europa, os descobrimentos da França, passam completamente despercebidos, não só não teem um chronista que os refira, mas nenhum dos escriptores contemporaneos se occupa de semelhantes façanhas. Pasmosa indifferença que contrasta com a attenção prestada ás nossas tentativas!» [1]

Tal é, porem, o esplendor com que muitos extrangeiros, contemporaneos ou quasi contemporaneos, e por varias rasões insuspeitos, deixaram assignalada em suas obras a prioridade dos portuguezes nos descobrimentos d'Africa, que absolutamente em nada prejudica a nossa gloria o romance dos marinheiros dieppezes em cata da Guiné. O veneziano Cadamosto, que em 1454, attraido pela idéa do ganho, embarcou n'uma das caravelas do infante, escreve na relação das suas viagens: «Deve-se pois saber que *o primeiro inventor d'estas navegações* em os nossos tempos, e *por esta parte do mar oceano para o meio-dia das terras dos negros* da baixa Ethiopia, foi o muito illustre infante D. Henrique, filho que foi do infante D. João, rei de Portugal e dos Algarves, o primeiro d'este nome; o qual ainda que possa ser grandemente louvado pelos seus estudos na sciencia do curso do céo, e da astrologia,

[1] Francez. Publicou em 1699 *Relation des costes d'Afrique appellées Guinée*, na qual dá os dieppezes como descobridores d'aquella costa em 1364.

[1] Pinheiro Chagas—*Descobrimentos dos portuguezes na Africa.* Sobre o mesmo assumpto, *Ibid., Historia de Portugal*, vol. II, pag. 259. A. M. de Castilho. *Descripção e roteiro da costa occidental de Africa*, vol. I, *Introducção*, etc.

comtudo passal-o-hei em silencio, e sómente direi, que sendo de grande coração, e engenho sublime e elevado, se entregou todo á milicia de Nosso Senhor Jesus Christo, pelejando com os barbaros, e combatendo pela fé, etc.» [1] Christovam Colombo, que esteve em Portugal de 1470 a 1484, e que tinha rasões para se julgar aggravado dos portuguezes, não só aperfeiçoou os seus conhecimentos nauticos entre nós, como noticia Humboldt, mas affirma por seu proprio punho a gloriosa prioridade de Portugal no descobrimento da Guiné, em carta dirigida aos monarchas hespanhoes: «Ni decir del presente de los reys de Portugal, que tovieron corazon para sostener á Guinea *y del descobrir della*, y que gastaron oro y gente á tanta, que quien contasse toda la del reino se hallaria que otra tanta como la mitad son muertos en la Guinea, *y todavia la continuaron.*» [2] Ao testimunho de Christovam Colombo póde juntar-se o de seu filho Fernando Colombo, que o biographou.

Não nos é permittido, n'um ligeiro quadro retrospectivo, insistir na affirmação do espirito scientifico que se encontra nas primeiras expedições dos portuguezes, [3] da idéa moral que elles procuravam inspirar aos africanos, [4] do estado das sciencias e instrumentos de investigação, ao tempo em que o infante D. Henrique ousou promover as navegações da costa occidental, [5] circumstancia que torna maior o arrojo do emprehendimento e o valor dos descobrimentos; mas o pouco que deixamos dito bastará todavia, n'este assumpto, como portico á época do desventuroso rei D. Duarte.

No momento em que o filho de D. João I sóbe ao throno, a monarchia portugueza estava de novo consolidada, a paz com Castella havia sido firmada definitivamente pelo tratado de 1411. A França e a Inglaterra andavam empenhadas n'uma lucta sangrenta, terrivel, a alma da França, esmagada por successivas derrotas, parecera resurgir por um momento com Joanna d'Arc, cuja voz era por assim dizer o grito da fé religiosa inseparavel do amor da patria. Com a sua fraca mão de mulher, Joanna impelle o *rei de Bourges* até Orleans, e de Orleans até Reims, mas quando expira sobre a fogueira de Rouen dir-se-ia que as mesmas chammas reduziam a cinzas o seu corpo e a esperança da França. Henrique VI é coroado em Pariz dois annos antes de D. Duarte subir ao throno, mas não tardará muitos annos o momento de Pariz abrir as suas portas ao que pouco antes era irrisoriamente chamado *o rei de Bourges.*

D. Duarte estava ligado por laços de parentesco á França e á Inglaterra; era sobrinho de Henrique IV de Inglaterra, e bisneto de Eduardo III; descendente dos ultimos reis da linha de Capeto, aparentado com a casa de Valois, cunhado de Filippe o *Bom*, duque de Borgonha.

A guerra entre inglezes e francezes, que tivera por origem dois casamentos de principes, e que havia de durar mais de um seculo, foi a principio, como nota Bastide, uma guerra civil, porque de um lado estava Filippe de Valois, e do outro Eduardo, de familia normanda, filho de um inglez e de uma franceza, podendo ser considerado tão francez como o seu competidor ao throno.

Vejamos agora qual o papel que Portugal representou diplomaticamente, no reinado de D. Duarte, embora antecipemos alguns annos, nos acontecimentos politicos da Europa. Dil-o o visconde de Santarem no seu *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal*, etc:

«Digno successor de seu illustre pai, o senhor D. Duarte estreitou ainda mais as relações com França, e os documentos que de seu tempo produzimos mostram quão considerado foi Portugal no reinado d'este monarcha, e a habilidade com que se houve nas desavenças que sobrevieram entre el-rei de França, e o duque de Borgonha, sendo tão ligado com ambos pelos vinculos do sangue, bem como o modo com que se portou

[1] *Noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*, edic. da Academia, 1812, tomo II, *As navegações de Luiz de Cadamosto.*

[2] Visconde de Santarem—*Essai sur l'histoire de la cosmographie et de la cartographie pendant le moyen-age.—Introduction*, LXII.

[3] Pinheiro Chagas—*Descobrimentos dos portuguezes na Africa*, pag. 21 e seguintes.

[4] *Memoria sobre as viagens dos portuguezes á India por terra, e ao interior da Africa*, pag. 247.

[5] Major—*Life of the prince Henry*, capitulo IV.—Marquez de Sousa Holstein—*A escola de Sagres e as tradições do infante D. Henrique*, pag. 27 e seguintes.

para com el-rei Carlos VII, mandando por seus embaixadores no concilio de Ferrara (1435) offerecer a sua mediação entre o monarcha mencionado e el-rei Henrique VI de Inglaterra, e conseguindo n'esse mesmo tempo que o nosso Portugal fosse representado, e assistisse no famoso congresso de Arraz, o mais importante da historia da antiga diplomacia. Os mesmos documentos nos delatam que o senhor rei D. Duarte apesar da estreita alliança que tinha com a Inglaterra e com a Borgonha empregava toda a sua influencia politica em favor da França, como quem desejava manter a paz entre estas diversas potencias, merecendo ser altamente considerado pelos soberanos extrangeiros do seu tempo, a ponto de ser convidado pelo Papa para ser arbitro nas desavenças, que existiam entre o duque d'Anjou, e el-rei d'Aragão.» [1]

A infanta D. Isabel, irmã de D. Duarte, casada com Filippe o *Bom*, duque de Borgonha, veio a representar um papel muito importante na politica do tempo, como demonstra o já referido visconde de Santarem. [2] D. Duarte amava muito esta sua irmã, a cuja ausencia se refere na seguinte passagem do *Leal conselheiro*: «E a Duqueza de Bregonha, mynha muyto prezada e amada Irmãa, nunca tam perfeitamente sentyo minha boa voontade como des que foy destes reynos partida.» [3] Do que fica dito se vê que D. Duarte não só como chefe de uma nação, a esse tempo muito importante, teve que intervir nos negocios da politica europea, mas tambem que, ligado por laços de parentesco a diversas côrtes então em lucta, se interessara, como homem, pela resolução d'esses negocios.

Mas não era só a lucta politica entre inglezes e francezes que então agitava a Europa; tambem a alvoroçava, e profundamente, a lucta religiosa. Posto que annos antes de D. Duarte subir ao throno parecesse que o schisma tinha acabado com a eleição de Martinho V para presidir aos destinos da egreja, a agitação, se não se traduzia em factos, como no momento em que havia um papa em Roma, outro em Bolonha, e outro em Avignon, estava comtudo latente no fundo dos espiritos, porque os grandes incendios, quando parecem extinctos, irrompem ainda d'entre as cinzas que julgaramos frias. A Martinho V succedera Eugenio IV, que dirigia os negocios da egreja quando D. Duarte foi acclamado. Erra Ruy de Pina quando diz: «No começo do reinado d'elrei D. Duarte, era presidente na egreja de Roma o papa Martinho V.» [1] D. Duarte subiu ao throno em 1433, e Martinho V fallecera em 1431, dois annos antes. Mas o que é certo é que o schisma estava prestes a renascer.

No concilio de Constança tinha-se resolvido que d'ahi a cinco annos se reunisse novo concilio em Basilea, «porque nas cousas da Igreja, diz Ruy de Pina, e da Fee se semeavam e naciam, nas Provencias do mundo, tão hereticos entendimentos, e tão errados fundamentos, que pera se todo conformar com a Sancta Fee Catholica, pareceo assy mui necessario.» Ora estes hereticos entendimentos e errados fundamentos vinham a ser as heresias dos hussistas, as desordens do clero que tornavam precisa a reforma da egreja. Estes dois pontos, bem como a reunião da egreja grega á romana e os negocios da França esmagada pelas consequencias de uma longa guerra, deviam ser tratados no concilio de Basilea, que se reuniu no mesmo dia em que Eugenio IV fôra eleito (3 de março de 1431).

O novo papa approvou a principio o concilio, mas depois, por *causas e lidimas rasões que sobrevieram*, diz Ruy de Pina, começou a ser-lhe hostil. É que Eugenio IV receiara da reforma, que certamente viria pôr restricções ao seu poder, e suspeitou, o que depois aconteceu, que esse concilio, que se tinha reunido de moto proprio, viesse a esgrimir com elle arrogando-se a auctoridade soberana da egreja. Convem, porem, que não antecipemos os acontecimentos. N'este ponto, o mais que deviamos fazer era indicar, como fizemos, as origens de um novo schisma que está imminente no momento em que D. Duarte sobe ao throno.

Apesar de não serem dos mais serenos os acontecimentos politicos e religiosos a que nos temos referido, tudo parece dispôr-se, em redor

[1] Tom. III, pag. XXXI.

[2] Obra citada, tom. III, de pag. 42 a 76; especialmente em a nota 105.

[3] Capitulo RIIII.

[1] *Chronica do senhor rey D. Duarte*, capitulo VIII no tomo I dos *Ineditos da Academia*.

do throno do novo monarcha, para um reinado feliz. Referindo-se ao reinado que acabou e ao que vai principiar, diz Schæfer: «O povo estava cheio de coragem e ardor para as grandes emprezas, e parecia caminhar para um futuro mais feliz ainda, porque a personalidade de Duarte auctorisava as mais risonhas esperanças.» Mas não é raro ver rolar de repente n'um céo pouco antes docemente anilado grossas nuvens carregadas, que se precipitam e confundem, parecendo ondas negras que se revolvem n'um mar infinito. D'estes vagalhões aereos rebenta a tempestade. É o que vai acontecer.

CAPITULO II

Do berço ao throno

Foi o rei D. Duarte o terceiro filho que D. João I houve do seu casamento com D. Filippa de Lencastre. Nasceu na cidade de Vizeu a 31 de outubro, *postrimeiro dia de outubro*, diz Fernam Lopes na linguagem do tempo, de 1391. Recebeu o nome de Duarte em memoria de seu bisavô, o rei Eduardo III de Inglaterra; [1] e foi amamentado ao peito de Izabel Lopes, que se presume ser mulher nobre, a quem D. João I fez mercê de lhe aforar umas casas em Lisboa [2].

Os dois primeiros filhos legitimos de D. João I viveram pouco: a infanta D. Branca, que jaz na sé de Lisboa, durou apenas oito mezes; o infante D. Affonso falleceu com doze annos de idade, e jaz na sé de Braga.

Fernam Lopes dá-nos, n'um dos capitulos da sua obra, uma rapida noticia da primorosa educação que sobredourára as virtudes naturaes dos filhos de D. João I; mas nós poderemos ampliar essa noticia, pelo menos no que respeita a D. Duarte, com dados fidedignos recolhidos em outras leituras.

Diz-nos o velho chronista de D. João I que os infantes se abstinham de praticar qualquer acto antes de sondarem a opinião de seu pae; que frequentemente lhe pediam conselho, *sem mostrança d'arrufo ou de triste gesto*, quando o juizo paterno era contrario ao desejo de cada um, ou de todos os infantes; que costumavam guardar na mais absoluta reserva qualquer segredo que o rei lhes confiava, e que mesmo bastava considerarem que se tratava de qualquer negocio grave, para o calarem, ainda que lhes não fosse recommendado sigillo. Na caça, o que os infantes queriam era principalmente que seu pae estivesse bem, «servindo-o com bestas, e cães, e aves—diz Fernam Lopes;—sendo mui ledos quando as filhar queria; des hi ordenando-lhe jogos, e festas por seu bom prazer, em que ás vezes tomasse desenfadamento.» Procuravam restituir ás boas graças de seu pae qualquer pessoa notavel que d'elle se queria aggravar; e eram sempre os primeiros a solicitar mercês e acrescentamentos para todos os seus criados, como se para elles proprios fosse. Quando o rei enfermava, os infantes, por mais longe que estivessem, accorriam ao seu leito a servil-o como enfermeiros. Quanto mais se adeantavam em annos, tanto maior reverencia filial demonstravam por palavras e acções. Manteve-se entre todos, de uns para outros, o mais affectuoso respeito, pela ordem do nascimento. Por todas estas rasões, pondera o chronista, «seu pai os amava muito, tendo a Deus em grande mercê de lhe dar tão bem-aventurados filhos.»

De um escripto do proprio D. Duarte, que se encontra publicado entre as suas obras avulsas nas *Provas da Historia Genealogica*, [1] foi que Fernam Lopes summariou a noticia que a este

[1] Duarte, Eduarte ou Eduardo.—No manuscripto do *Leal Conselheiro*, achado na bibliotheca real de Pariz, como mais adeante explicaremos, está o rei assignado *D. Eduardus*, e posto que a assignatura não seja autographa, a cópia merece todo o credito, presumindo-se feita debaixo das vistas do proprio author. Ordinariamente, nos documentos da epoca, a assignatura que se encontra é—*D. Eduarte*.

[2] Sousa, *Historia Genealogica*, tom. II, pag. 482. A carta de aforamento foi passada em Alemquer a 22 de abril da era de 1460, que corresponde ao anno de 1422.

[1] Tomo I, pag. 546. Os menos importantes escriptos de D. Duarte estavam n'um manuscripto da Cartuxa de Evora, d'onde o conde da Ericeira os fez copiar. O *Leal Conselheiro* e o *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sella* foram encontrados em 1820 no codice 7:007 da bibliotheca real de Pariz, sendo a primeira vez publicados por diligencias e a expensas do sr. José Ignacio Roquette, no anno de 1842 (Pariz), com annotações e uma introducção pelo visconde de Santarem.

respeito nos dá, servindo-se até algumas vezes das mesmas palavras de D. Duarte.

Este documento, que não transcrevemos pela sua extensão, é uma como memoria de familia, que, para ensinamento de seus irmãos, D. Duarte, já então rei (1435), quiz avivar, pondo-a por escriptura. São paginas intimas, que o rei não deseja vêr profanadas por olhos extranhos; este desejo transparece da nota que poz no fecho do escripto: «Esto me parece que deve ser mostrado a poucas, e certas pesoas, qua se ouvyrem os que som fora de tal proposito, e pratica mais querrão prasmar (censurar), e contradizerme, que filhar delo para Senhor, ou amigos proveitosa ensinança.»

D. Duarte revela-se filho extremoso, e amantissimo ainda da memoria de seus paes. O que elle e seus irmãos são, a seus paes o devem: «...sempre entendemos, que por el, e por a Rainha nosa Senhora, e madre em todas grandes virtudes muy perfeyta cuja alma cremos que he em santa gloria fomos encaminhados a qualquer boa maneira que sobresto tyvemos...»

Mas, pois que estamos tratando agora principalmente de um só dos filhos de D. João I, é justamente no *Leal conselheiro* que devemos procurar noticias da mocidade de D. Duarte, porque ellas são ahi abundantissimas. O retrato moral d'este rei pode fazer-se em grande parte pelo *Leal conselheiro;* tomamos sobre nossos hombros essa tarefa, com tanto maior gosto quanto nos parece certo que ainda se não havia feito.

Ruy de Pina, procurando retratar physica e moralmente o rei D. Duarte, diz que *foi homem alegre;* sem embargo, é o proprio D. Duarte que nos conta no capitulo XIX do *Leal conselheiro* que por alguns annos da sua mocidade fôra perseguido de preoccupações melancolicas.

Quando o successor de D. João I contava vinte e dois annos de edade, seu pae, tendo de ordenar as providencias necessarias para a expedição de Ceuta, encarregou-o de attender ao conselho, justiça e fazenda da côrte. O principe, não obstante os seus verdes annos, tratou de obedecer ás ordens de seu pae, *com direita obediencia, como por mercê de Deus sempre em tudo lhe guardei*, diz elle. Vivia em paço separado. [1] Os mais dos dias levantava-se cedo, ouvia missa, e ia depois para a *Relação* tratar dos negocios de que fôra encarregado, demorando-se até ao meio dia. A essa hora ia jantar, e á sobremesa dava audiencias *per boo spaço*, recolhendo-se depois á camara. Ás duas horas da tarde, chegavam os do conselho e os védores da fazenda, com os quaes conferenciava até ás nove horas da noite. Depois que sahiam, ficava fallando com os officiaes da sua casa, provavelmente sobre negocios particulares, até ás onze horas. Ia poucas vezes á caça, porque lhe faltava o tempo para distracções. *Monte, caça, mui pouco usava*. Este excessivo trabalho principiou no começo da quaresma, e o que é certo que, quando chegou a paschoa, o principe, sentindo-se abatido de espirito, imaginava que essa transformação, por que estava passando, era devida á *mudança da edade*. Mas o abatimento ia recrescendo, sem que D. Duarte soubesse a que dever attribuil-o. Quanto mais trabalhava, mais essa tristeza sem motivo o acommettia; ao trabalho não queria attribuil-a, porque se dava a elle tão de *boa mente, que não podia pensar que mal me viesse por obrar no que me prazia.*

Já dez mezes havia passado entregue a esta extranha melancolia, quando principiou a grassar uma epidemia, que fez com que D. João I recolhesse a Lisboa, e que todos os dias victimava muitas pessoas. A noticia dos numerosos fallecimentos que então occorriam, mais augmentava a tristeza do principe, que principiou a sentir dores agudas n'uma perna, acompanhadas de febre, com o que ficou muito mais receioso. Sem embargo de melhorar, assaltou-o *um rijo pensamento com receio da morte.* Pode fazer-se idéa da attribulação do seu espirito, sabendo-se que não só o atemorisava a certeza de morrer, mas tambem a consideração de que a morte não podia tardar, em rasão da natural brevidade da vida. Este excruciante soffrimento moral, que o principe procurava occultar de todas as pessoas com excepção dos medicos, [1]

[1] «...e o paaço do dicto senhor vesitava poucas vezes, e aquellas por veer o que el fazia, e de mym lhe dar conta.»

[1] «Em esta grande doença durey o tempo suso scripto, callandome com ella, porque a poucas pessoas certas doutoridade fallava; e defora em toda

Offic. Typ. da Empreza Litteraria.

D. Duarte lendo o «Leal Conselheiro» a seus irmãos

teve um periodo de intensidade que durou seis mezes. Bem procurava D. Duarte subordinar a imaginação á rasão, chamando em seu auxilio aquelles preceitos da philosophia que convidam o homem a desprezar a morte. Lembrava-se, por exemplo, de Catão, e da sua maxima—Quem teme a morte perde quanto vive.—Mas não havia achar lenitivo para essa febre da alma, que a cada momento lhe povoava o cerebro de visões pavorosas. Doloroso soffrimento para qualquer condição de homens; mas dolorosissimo certamente para um principe a quem não faltariam distracções e regalos se tivera animo folgado para os procurar, e que se devia horrorisar com a idéa de ter que poisar um dia a corôa real sobre a cabeça onde os mais afflictivos pensamentos perpassavam noite e dia, desperto ou sonhando.

Suspeitando que fosse devida a tentação diabolica essa extranha enfermidade, fez tenção de se fortalecer contra o encoberto inimigo que nas trevas o acommettia. Aconselhavam-lhe os medicos que bebesse vinho pouco aguado, [1] que dormisse com mulher, [2] e que pozesse de parte canceiras. Despresou todos os conselhos dos physicos. N'esta cerração d'alma, a fé procurava o soccorro divino, se bem que n'este ponto a fé brigasse com o coração, onde cada vez eram mais espessas as sombras da melancolia.

Não affrouxaram, porem, os trabalhos do principe, e tudo estava já preparado para a expedição de Ceuta, quando a rainha D. Filippa adoeceu de peste em Sacavem em julho de 1415. D. João I tinha partido algumas horas antes para o mosteiro de Odivellas, fugido á peste, e a rainha, que teimou em demorar-se até de tarde, já ia atacada do terrivel mal quando lá chegou.

Oiçamos agora D. Duarte: «E estando em tal estado, a muy virtuosa Raynha, minha Senhora e Madre, que Deos aja, de pestellença se finou, do que eu filhev assy grande sentimento que perdi todo o receo; a ella em sua infirmydade sempre me cheguey, e a servy sem alguu empacho como se tal door nom sentisse. E aquesto foy começo de minha cura, porque sentindo ella, leixei de sentir a mym, e veer que alguu spaço fora leixado do dicto cuidado, e recreceome por algua sperança que viiria a perfeito curamento.»

Ora estes amantissimos cuidados de enfermeiro que o principe dispensou a sua mãe são plenamente confirmados por Azurara na terceira parte da *Chronica d'el-rei D. João* I. Chamados de repente a Odivellas os infantes D. Pedro e D. Henrique e o conde de Barcellos, recolheram pouco depois á frota que estava no Tejo, por se não affigurar perigoso o estado da rainha. Mas, diz Azurara, «logo no dia seguinte o infante D. Duarte mandou chamar os infantes seus irmãos fazendo-lhe saber como a rainha sua senhora e madre se sentia muito mal, os quaes logo trigosamente cavalgaram, e se foram a Odivellas, onde estiveram até o acabamento da dita senhora. Não foi sua tristeza pouca quando chegaram á rainha, e a acharam tão afficada da dor, tomando mui grande cuidado de a servir assim no presente, como depois, e lhe faziam buscar todos os remedios, que se podiam achar para alliviamento de sua enfermidade, e posto que todos grande cuidado tivessem, *o principal encargo era do infante D. Duarte, o qual com grande diligencia nunca podia dar o seu cuidado a outra cousa, senão a pensar e requerer todas as mêsinhas e cousas que pertenciam para remedio da rainha*, etc.»

Quando a rainha moribunda distribue por tres de seus filhos as ricas espadas cravejadas de pedras preciosas, e reparte com elles e com o marido as reliquias do santo lenho, na recommendação especial que faz ao infante D. Duarte, por isso que é elle o successor de seu pae, e o futuro protector de seus irmãos, começa por prestar homenagem ás *virtudes e bondades* do infante. De passagem diremos que D. Duarte trouxe comsigo durante toda a vida essa reliquia

minha maneira de viver fazia pequena mudança, nem mostramento do que sentia.»

[1] Parece que D. Duarte costumava beber vinho com agua. N'outro capitulo do *Leal conselheiro*, o XXXII, que trata *Do peccado da gula*, aconselha que se aborreça *muito a bebedice*, e se *não beba muito vinho, nem pouco aguado.*

[2] Textual. O visconde de Santarem, annotando esta passagem, diz: «A singelesa e ingenuidade com que o author nos refere o conselho que os medicos lhe deram contra a melancolia, é mais uma prova de que el-rei D. Duarte escrevera este tratado antes do anno de 1428, em que se desposou com a infanta D. Leonor, filha d'el-rei D. Fernando de Aragão.»

que recebera das mãos quasi frias de sua mãe. Quando elle morreu, enterraram-n'o com ella, por esquecimento. Passados dias, diz Azurara, abriram a cova para lh'a tirar, e deram-n'a á rainha D. Leonor.

Então, por occasião da morte de sua mãe, teve o infante D. Duarte uma nova idéa com a qual procurara conformar-se: que o seu mal era aviso do ceu para emenda dos peccados que tivesse commettido, e lembrou-se de que melhor era soffrer n'esta vida do que na outra. Sem embargo, a enfermidade subsistia. É elle proprio quem nol-o diz: «Porem depois aturei com a dita doença acerca de tres annos nom tam aficado, mas cadavez melhorando, nunca porem sentindo huu soo plazer chegar ao coraçom livremente como ante fazia.» Vê-se, pois, d'esta declaração de seu proprio punho, que nem em Ceuta o cuidado da guerra lhe fôra distracção bastante ao espirito preoccupado. Mas, ao cabo de tres annos, aconteceu que o infante passou dois mezes descuidoso de tristes pensamentos, e o que é certo que a melancolia o largou de vez, sem que elle a tivesse afugentado com a observancia dos conselhos que lhe davam os physicos. Dil o ingenuamente D. Duarte: «...sem filhar cada huu daquelles conselhos dos fisicos nem outras meezynhas.» E desde então, continua elle, «eu me tenho em geeral por mais ledo que era ante que da dicta infirmydade fosse sentido.»

É ainda no *Leal conselheiro* que devemos continuar a respigar noticias sobre a vida intima de D. Duarte. As revelações caem-lhe da penna insensivelmente. Comquanto nos diga que ficara mais alegre, depois da enfermidade moral que padecera, do que era antes d'ella, é de presumir que o seu espirito tomasse para sempre um certo geito de tristeza, que facilmente lhe traria as lagrimas aos olhos.

O que se revela perfeitamente na justa comprehensão que elle tinha do agridoce sentimento da saudade, sentimento cuja sublime essencia só os animos propensos a vagas tristezas logram conhecer cabalmente. Ouçamol-o. «Se algua pessoa por meu serviço e mandado de mym se parte, e della sento suydade, certo he que de tal partyda nom ey sanha, nojo, pesar, desprazer, nem avorrecymento, ca prazme de seer, e pesarmya se nom fosse; e por se partir alguãs vezes vem tal suydade que faz chorar, e sospirar como se fosse de nojo. E porem me parece este nome de suydade tão proprio que o latym, nem outro linguagem que eu saiba, nom he para tal sentido semelhante. De se haver alguãs vezes com prazer, e outras com nojo ou tristeza, esto se faz, segundo me parece, por quanto suydade propriamente he sentido que o coração filha por se achar partydo da presença d'alguã pessoa, ou pessoas que muyto per affeiçom ama, ou o espera cedo de seer; e esso medes dos tempos e lugares em que per deleitaçom muyto folgou; digo affeiçom e deleytaçom, porque som sentymentos que ao coraçom perteencem, donde verdadeiramente nace a suydade, mais que da razom vem do siso.» [1]

Esta analyse psychologica da saudade revela uma fina delicadesa de sensibilidade; tanto maior quanta é a claresa com que o pensamento de D. Duarte está formulado, n'uma época em que a phrase não tinha adquirido ainda entre nós a malleabilidade que faz com que perfeitamente reproduza as mais subtis *nuances* do pensamento e do sentimento. D. Francisco Manuel, quando chamou á saudade *um mal de que se gosta, e um bem que se padece;* Garrett, quando a definiu um *gosto amargo de infelizes*, não a conheciam melhor que D. Duarte, e se não a conheciam melhor é porque não a tinham sentido mais profundamente.

D. Duarte, filho de uma dama ingleza, tinha uma grande veneração pelos costumes inglezes, que reputava puros: «...e os ingreses, vallentes homees darmas, de grande e boo regymento em suas igrejas e casas.» [2] Convem notar que n'esse tempo andavam misturados com os costumes inglezes os francezes, o que explica facilmente a circumstancia de alguns dos filhos de D. João I adoptarem, a exemplo do pae e da mãe, divisas francezas. «A rainha D. Filippa, ingleza, João de Gaunt, seu pae, que algum tempo residiu em Portugal, as suas comitivas, muitas relações que então havia com a Inglaterra, introduziram na côrte portugueza os cos-

[1] *Leal conselheiro*. Edição de Pariz, de 1842 (é a que citamos sempre) pag. 15.

[2] *Ibid.* Pag. 219.

tumes da britannica, que então eram os costumes francezes, para alli importados desde a conquista d'aquelle paiz por Guilherme, duque da Normandia.» [1] Mas vê-se que D. Duarte, considerando os inglezes homens de bom regimento em suas casas, reputava como influencia dos costumes da vida ingleza, introduzidos por sua mãe e seu avô, a puresa de habitos que caracterisava a côrte de seu pae. «Ca bem vysto he, graças a Nosso Senhor, como todollos moradores destes Reynos em tempos dos muy virtuosos Rex, meus Senhores, Padre e Madre, cujas almas em sua gloria Deos aja, avançaram em grandes coraçoões, boo regimento de sua vyda, e outras manhas e virtudes mais do que ante erom; e as molheres de sua criaçom quanta lealdade guardarom todas a seus marydos? donde as mais do reyno filharam tal exempro que antre todollas do mundo, do que enformaçom avemos, em geeral merecem grande louvor.» E em verdade, sendo a côrte de D. Fernando tão abundante em devassidões, de que o proprio rei dá sobejo exemplo, mal se pode explicar a transformação dos costumes cortezãos se não acceitarmos a influencia da austeridade ingleza, representada na rainha D. Filippa. Alexandre Herculano attribue, em grande parte, essa transformação á influencia da rainha. Bastará citar um só facto, o de Fernando Affonso, que D. João I mandou queimar por haver faltado ao respeito devido ao paço real tendo relações com uma dama de D. Filippa, — facto que constitue o assumpto do *Monge de Cistér*,—para acreditar nas palavras de D. Duarte, na influencia moralisadora da côrte sobre o paiz.

N'outra passagem do *Leal conselheiro* torna D. Duarte a fallar da honestidade das mulheres portuguezas, no seu tempo: «Se disserem, poucas som as boas, eu digo que muytas em este caso, pois ao presente eu nom sei, nem ouço molher de cavalleiro, nem outro homem de boa conta em todos meus Reynos que aja fama contraria de sua honra em guarda de lealdade; e passarom de cem molheres que ElRey e a Rainha, meus Senhores Padre e Madre, cujas almas Deos aja, e nos casamos de nossas casas, e prouve a Nosso Senhor Deus que alguã que eu saiba nunca falleceo em tal erro des que foy casada; e pareceme que pois em andando por donzellas dalguã fama contraira se dizia, que semelhante quando fallecerom seendo casadas se dissera.» [1]

Na côrte portugueza reflectiam-se os costumes inglezes, como na côrte ingleza se reflectiam os costumes francezes. «É um facto—diz um escriptor moderno—que a côrte portugueza, graças ao francezismo importado pelos inglezes, começou então a ser polida e mais galante do que era até ahi. Em Cintra teve D. Filippa por vezes a sua côrte. Ao passo que no velho palacio, restaurado e augmentado por seu esposo, se reuniam os fidalgos, os nobres e o clero, em galantes e pacificos entretenimentos, ahi se pensava tambem nos grandes projectos que o rei e seus filhos tinham em mente; ahi se combinaram, se fizeram e discutiram planos, cuja execução devia mais tarde elevar ao seu alto e brilhante destino o nome portuguez.» [2]

A época era de cavallarias, de emprehendimentos aventurosos. Na vespera da batalha de Aljubarrota os cavalleiros fizeram votos temerarios: Gonçalo Eanes de Castelvide jurava que seria elle quem descarregaria o primeiro golpe; Vasco Martins de Mello, que prenderia ou pelo menos tocaria com a sua mão no rei de Castella. No dia da batalha, a ala dos namorados desfraldara ao vento a sua bandeira da côr da esperança. Era o espirito da época, exagerado pelo ardor peninsular. Por outro lado, os soldados inglezes, que estavam em Portugal, lançariam nos nossos costumes a influencia dos seus, amenisados pela galanteria franceza. A vinda da rainha D. Filippa, creada n'uma côrte onde a puresa da mulher constituia um verdadeiro culto, acabára por levantar ainda mais o ideial da innocencia e da virgindade, ideial que chega depois até ao exagero de se tornar estensivo aos homens, como de dois dos filhos da rainha reza a tradição. A maior affronta que se podia fazer a uma dama ingleza era suspeitar do seu direito a uma fama honrosa, como mostra o caso dos *doze d'Inglaterra*. Todos estes factores explicam

[1] Benevides—*Rainhas de Portugal*, tom. I, pag. 248.

[1] Pag. 252.

[2] Benevides—*Rainhas de Portugal*, pag. 248.

a primorosa educação dos filhos de D. João I, sobre a qual passa um certo perfume de cavallaria, como principalmente se reconhece n'uma reflectida leitura do *Leal conselheiro.*

Os habitos de D. Duarte eram, no fundo, os mais simples e puros. Tinha uma perfeita comprehensão dos seus deveres de rei, da enorme responsabilidade que esse alto cargo impunha, e procurava aproveitar todo o tempo illustrando-se, para bem governar. Censurava o costume que tinham as pessoas da sua condição de se demorarem muito á mesa, e combatia com o seu conselho esse mau costume: «Pera o quarto erro filhe costume destar pouco aa mesa, e de nom fallar em vynhos, nem vyandas, nem se deleitando sobejo em ellas, e comendo e bevendo por necessidade, mais que por special afeiçom...» [1] Não sobejam horas aos reis para esperdiçal-as em banquetes, onde, de mais a mais, os vinhos podem cegar o juizo. E D. Duarte bem sabia quanto importava que os reis tivessem entendimento são e claro; relembra até, e adopta-a, a sentença de Platão: «que será bem-aventurado o mundo, quando os sabedores começarem de reinar, e os reis de saber.» [2] Aprendera de seu pae a avaliar a responsabilidade do *officio de reinar;* conta que D. João I, por conhecer os grandes encargos dos reis, mandára bordar n'um fato um camello, *por seer besta de mayor carga.* [3] Tudo quanto ouvia, e algum dia lhe podia ser util, escrevia, porque, diz elle, *segundo tenho praticado, esta he a mais certa maneira da arte memorativa.* [4] Procurava no estudo dos bons livros a sciencia de que precisava não só como homem, mas ainda como rei. [5] Gostava de escrever, e entendia que se não devia escrever por fugir aos necessarios cuidados e trabalhos peculiares á condição dos individuos, mas «pera tirar nojos, sanhas, fantesias, e acrescentar sempre com a graça de Nosso Senhor Deos em boo saber e virtude.» [6] De algumas palavras suas [7] vê-se que entendia que se não devia escrever á pressa, porque convem emendar e corrigir na substancia e modo de escrever. Sempre que podia, estava na sua bibliotheca, a primeira que tiveram os reis de Portugal, no meio dos seus livros. [1] Para que a leitura podesse chegar a todos, para que a illustração se vulgarisasse, mandava traduzir obras. [2] Dando-se ás letras cumpria um dever, satisfazia um gosto natural, continuava uma tradição de familia. «E semelhante,—escreve D. Duarte—o muy excellente e virtuoso Rey, meu Senhor e Padre, cuja alma Deos aja, fez huu livro das horas de Sancta Maria, e salmos certos pera os finados, e outro da montaria; e o Iffante D. Pedro, meu sobre todos prezado e amado irmaão, de cujos feitos e vyda muyto som contente, [3] compoz o livro da virtuosa bemfeituria, e as horas da confissom; e aquel honrado Rey Dom Affonso (o *sabio)* estrollogo quantas multidoões fez de leituras?» [4]

Com os homens sabios do seu tempo tinha praticas illustrativas, admittindo-os á sua intimidade. Um d'esses homens, como se vê de uma passagem do *Leal conselheiro,* [5] era o celebre Diogo Affonso Mangancha, o qual, sabendo que D. Duarte estava a escrever sobre a prudencia, lhe déra um tratado que a esse respeito composéra, o qual o rei aproveitára, em parte, com acrescentamentos e correcções, porque assim convinha ao seu proposito.

Era, pois, D. Duarte, para as exigencias da sua época, um homem completo, porque reunia ás prendas do espirito os primores da educação physica. Era tão illustrado e eloquente, tão sabio e pensador, como valoroso nos rudes exercicios da lucta, da caça, e da equitação. Especialmente na equitação, grangeou a celebridadade de que

[1] *Leal conselheiro,* pag. 189.
[2] *Ibid.* Pag. 290.
[3] *Ibid.* Pag. 284.
[4] *Ibid.* Pag. 22.
[5] *Ibid.* Pag. 74.
[6] *Ibid.* Pag. 75.
[7] *Ibid.* Pag. 141.

[1] Póde-se ver a relação d'elles no tomo I das *Provas da Historia Genealogica,* pag. 544, e na edição de Pariz, do *Leal conselheiro,* pag. XX. No decurso do *Leal conselheiro,* D. Duarte umas vezes cita authores, outras os titulos dos livros de seu uso. A pag. 242 falla dos tratados, que leu, sob a amisade; a pag. 282 menciona varias obras, etc.

[2] Vide pag. 352 e respectiva nota.

[3] A pag. 248 torna a fallar d'este infante, a quem muito queria.

[4] *Leal conselheiro,* pag. 169.

[5] Pag. 324.

ainda hoje dá testemunho o *Livro da ensinança de bem cavalgar*. Quanto aos seus costumes, já dissémos sufficientemente. O seu caracter era de uma nobresa austera. «Era tão amante da verdade, diz Schæffer,[1] que, no seu reinado, a *palavra de rei* foi adoptada proverbialmente como a expressão da mais alta confiança.» De feito, elle proprio nos mostra a verdade do que diz Schæffer: «E aquesta parte se requere nom se trigar nas determinaçoões das cousas, e ouvindo bem as partes, com delivrado conselho se deve acordar o que convem de fazer; e o bem acordado nem o mudar por medo, empacho, avaresa, ou võotade nom razoada de comprazer a outrem.»[2] É, porem, censurado D. Duarte pela nimia fraquesa affectuosa do seu coração para com seus irmãos, especialmente para com sua esposa. D'estes requintes de sensibilidade provinham certamente as hesitações que por vezes faziam vacillar o seu espirito, e que tão profundos desgostos lhe causaram. Mas nós muito de industria historiamos com larguesa, no principio d'este capitulo, a extranha enfermidade moral que acommetteu D. Duarte em plena mocidade, porque nos quer parecer que foi ella que deixou tão delicadamente impressionavel, para toda a vida, a sensibilidade do principe.

Quanto ao seu retrato, Ruy de Pina dá-nos, para elle, os seguintes traços: «ElRey Dom Duarte foi homem de boa statura do corpo, e de grandes e fortes membros: tynha o acatamento de sua presença muy gracioso, os cabellos corredios, ho rostro redondo e algun tanto enverrugado, os olhos molles, e pouca barba...» Schæffer acrescenta que a expressão da physionomia de D. Duarte annunciava antes a graça e a benevolencia do que a força e a energia. Com effeito, de tudo o que temos dito, e do que havemos de dizer ainda, resulta que o successor de D. João I não era um forte no sentido moral d'esta palavra. Mas, em compensação, tinha virtudes notaveis como homem e como principe.

No anno de 1428, quando contava trinta e sete de idade, resolveu D. João I casal-o com D. Leonor, filha de D. Fernando I, e irmã de D. Affonso V de Aragão. Fez-se o casamento por procuração, em Valença, sendo procurador de D. João I e de seu filho D. Duarte o arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha. Em Olhos Negros, povoação do reino de Aragão, foi assignado, pelo arcebispo de Lisboa, o contrato de casamento. Depois do que, a infanta D. Leonor partiu de Valença para Portugal, acompanhada por dois irmãos seus, D. João e D. Henrique, pela sua camareira-mór, a condessa D. Constança de Tovar, e numerosa comitiva. Em Valladolid realisaram-se grandes festas, banquetes, justas, corridas e torneios, para celebrar a passagem da infanta. O rei de Castella fez-lhe ricos presentes, e mandou-a acompanhar até á fronteira portugueza pelo arcebispo de S. Thiago D. Lopo de Mendonça, pelo bispo de Cuenca, D. Alvaro Osorio, e por grande numero de nobres e homens de armas. Na fronteira de Portugal travou-se casualmante desordem entre a gente do arcebispo de S. Thiago e a do arcebispo de Lisboa, resultando varias mortes, e ferimentos. Este incidente, que parecia annunciar as tristes consequencias d'esse casamento, causou profundo desgosto em Portugal; mandando-se abrir devassa sobre o caso, foram alguns dos discolos punidos com açoites e forca, sendo o arcebispo de Lisboa severamente reprehendido.

Estando já D. Leonor em Portugal, D. João I entendeu que devia ser reformado o contrato de casamento; o rei de Aragão concordou, e, para esse fim, mandou um plenipotenciario a Portugal. D. João achava-se em Evora, mas deu plenos poderes a seu filho D. Duarte para o representar. Fez-se o novo contrato[1] em Coimbra, a 4 de novembro d'esse anno. Em virtude d'este novo contrato, recebeu D. Leonor, de seu marido, como arrhas, trinta mil florins de ouro de Aragão, com hypotheca na villa de Santarem e todas as suas rendas, devendo receber para despezas da sua casa metade das rendas que possuia a rainha D. Filippa, assentando-se que, logo que subisse ao throno, teria o mesmo que havia

[1] *Historia de Portugal*, pag. 151-152.
[2] *Leal conselheiro*, pag. 14.

[1] Torre do Tombo. Gaveta 17, maço 1.º *Provas da Historia Genealogica*, tom. I, pag. 515. Benevides, nas *Rainhas de Portugal* (pag. 269) dá pela primeira vez o desenho do sello de D. Leonor de Aragão, que encontrou n'este contrato, e que escapou a D. Antonio Caetano de Sousa.

tido D. Filippa. O rei de Aragão deu em dote a sua irmã cem mil florins, pagos em dez annos, hypothecando por elles as villas de Fraga, Debriga e Lyria. A rainha D. Leonor de Aragão, mãe da noiva, deu-lhe mais de dote outros cem mil florins, sem que ao pagamento d'esta ultima quantia ficasse obrigado o rei de Aragão, nem os seus bens. [1] D. João I confirmou este contrato, estando na villa de Estremoz, a 2 de dezembro do referido anno.

D. João I falleceu a 14 de agosto de 1433. No dia seguinte pela manhã, D. Duarte, depois de celebrar conselho com os infantes seus irmãos, confessou-se e commungou. Depois do que, estando já vestido para o acto da acclamação, se chegou a elle mestre Guedelha, seu physico, conta Ruy de Pina, pedindo-lhe que se não fizesse acclamar antes do meio dia, porque a hora era má, e de *muy triste constellaçam, caa Jupiter estaa retrogrado, e ho sol em decaymento com outros sinaaes que no Ceeo parecem assaz infelices.* D. Duarte contestou ao astrologo, que, sem desconsiderar a sciencia, a reputava inferior á vontade de Deus, e que a Deus se entregava confiadamente. Esta resposta de D. Duarte é inteiramente conforme com as suas opiniões expendidas em algumas passagens do *Leal conselheiro;* por exemplo: «ca dos synaaes e ventuiras os boos homees nam ham fazer conta, onde fossem certos que obram direitamente mais devyam continuar ataa mais nom poderem» é um pensamento de D. João I, que D. Duarte perfilha; [2] «E porem he de teer sem duvyda que as pranetas nos enduzem, e dam inclinaçom a bem e a mal, como fazem as outras partes suso escriptas, mas nom em tal guysa que lhe nom possamos contradizer com a graça de Nosso Senhor, etc.» [3]; «Contra os que aa ventura, costellaçom de pranetas, encomendam e leixam seus feitos, eu lhes digo que se bem consiirarem, que todo vem de Nosso Senhor.» [1] etc. Mestre Guedelha ainda insistiu, mas D. Duarte confirmou o que dissera. E logo o astrologo principiou a dizer que o novo rei reinaria poucos annos, e esses de grandes fadigas e trabalhos.

Foi preparado para o acto da acclamação o terreiro dos paços da Alcaçova, onde D. Duarte pousava. O principe sahiu ao terreiro, acompanhado pelos infantes, com excepção de D. Pedro, e toda a côrte. Feitas as primeiras cerimonias, D. Duarte pediu ao bispo de Evora D. Alvaro d'Abreu que, findo o acto da acclamação, queimassem na sua presença umas estopas, *para lembrança e comparação de que a gloria e pompa do mundo assim dura pouco, e passa mui brevemente.* Ao que o bispo respondeu: «Parece-me, senhor, que a memoria e conhecimento que d'isso tendes, escusa por agora outra cerimonia.» O conde de Vianna D. Pedro desfraldou a bandeira, e deu em voz alta tres vezes o pregão costumado.

Seguiu-se o beija-mão. Findo este acto, o rei recolheu-se ao paço e vestiu-se de dó; os infantes tomaram borel, diz Ruy de Pina.

O infante D. Pedro faltou ás cerimonias da acclamação, porque estava em Coimbra, quando foi avisado do perigo que corria a vida de seu pae. Partiu immediatamente, mas, chegando a Leiria, noticiaram-lhe a morte do rei. Como já não tivesse tempo de chegar ao acto do alevantamento, como então se dizia, demorou-se em Leiria alguns dias a fim de mandar fazer fato de luto para si, e para os seus. Passada a acclamação, escreveu a D. Duarte uma longa carta toda de conselhos, que Ruy de Pina reproduz, [2] e o rei mandou registar no seu livro de lembranças.

Quando o infante D. Pedro chegou a Lisboa, foi logo ter com D. Duarte que se tinha mudado para o paço de Bellas; depois de ahi conferenciarem largamente, partiram ambos para Cintra, onde a rainha D. Leonor estava com seus filhos, que eram a esse tempo apenas D. Affonso e

[1] Em 1434, sendo D. Leonor já rainha de Portugal, recebeu de sua mãe em doação a villa de Sante Felices de los Gallegos, *por descarregar nuestra consciencia,* diz a doação (Torre do Tombo, gav. 18, maço 10, n.º 6. *Provas da hist. gen.,* tom. I, pag. 558). Em 1435, estando D. Duarte em Evora, fez doação a sua mulher das villas de Alvayazere, Cintra e Torres Vedras. (Torre do Tombo, gav. 17, maço 1, n.º 14).

[2] Pag. 86.

[3] Pag. 220.

[1] Pag. 297.

[2] *Chronica do senhor rey. D. Duarte. (Inedictos da Academia)* pag. 80 e seguintes.

D. Filippa, tendo já fallecido D. João e D. Maria. [1]

Em Cintra realisaram-se duas novas cerimonias: o infante D. Pedro prestou homenagem ao rei, e o infante D. Affonso [2] foi acclamado legitimo herdeiro e successor de D. Duarte. [3] pelos infantes seus tios e pessoas da côrte. [4] Tambem em Cintra se combinou o dia em que o cadaver de D. João I devia ser trasladado da egreja da Sé para a do mosteiro da Batalha, trasladação que se realisou, effectivamente, no mez de outubro seguinte, com a maior solemnidade.

CAPITULO III

Tres annos de reinado

Quando o cortejo funebre, que acompanhava os restos mortaes de D. João I, chegou á Batalha, encontrou este logar infestado pela péste; portanto D. Duarte, emquanto se ficavam celebrando os officios religiosos, partiu immediatamente para Leiria. Diz Ruy de Pina que D. Duarte se resolvera a partir por conselho de todos. Seria, mas o que é certo é que fugir da péste estava nas suas idéas, como se póde ver de todo o capitulo LIV do *Leal conselheiro*. Citaremos apenas um dos argumentos. Diz-se que se não deve fugir aos perigos porque se não póde fugir ao poder de Deus; pois a isto responde D. Duarte que não fugia ao poder de Deus, antes se acostava a elle, dando-lhe graças por o haver feito homem rasoavel, conhecedor das cousas nocivas e proveitosas, ao contrario do que fazem as alimarias. Portanto, D. Duarte, depois de haver cumprido o seu dever de filho, acompanhando D. João I até á porta da sua ultima morada, entendeu cumprir o seu dever de homem, e tambem de rei, fugindo á péste para Leiria, onde os procuradores do povo, prelados, e alcaides dos castellos e fortalezas lhe fizeram menagem e juráram obediencia. Quiz o rei espaçar novas côrtes para d'ahi a um anno, mas o conde de Arrayollos, que depois foi duque de Bragança, levantou-se e disse que, visto que as côrtes estavam reunidas, melhor era aproveital-as para tratarem de importantes assumptos, entre os quaes deviam merecer particular cuidado os relativos á fazenda, do que convocal-as para mais tarde. D. Duarte cedeu logo a este alvitre, não só porque realmente o estado da fazenda era deploravel, mas tambem porque era herdeiro de uma corôa que tinha renascido do poder das côrtes, com as quaes seu pae percebera que sempre devia governar, porque as reuniu vinte e duas vezes. [1] Portanto partiram logo todos para Santarem, a fim de ahi se reunirem de novo, talvez porque a péste ameaçasse Leiria.

Nas *Provas da Historia Genealogica* [2] está publicada a relação dos capitulos geraes e especiaes sobre que D. Duarte foi requerido. O rei desembargou todos os capitulos com a larguesa que pôde, pelo que os tres estados ficaram muito satisfeitos com o novo monarcha.

Tratou logo D. Duarte de attender aos nego-

[1] A pag. 540 do tomo I das *Provas da Historia Genealogica* vem uma *lembrança que escreveu el-rei D. Duarte dos nascimentos de seus filhos*. Esta relação, em que memora tambem o dia do seu casamento, falla dos seguintes filhos: D. João, que morreu de tenra idade; D. Filippa, que falleceu de 9 annos; D. Affonso, o successor, que tinha ao tempo da acclamação de seu pae dezesete mezes; D. Maria, que durou um dia apenas; D. Fernando (duque de Vizeu); D. Duarte e D. Leonor. Faltam, pois, na relação D. Catharina, e D. Joanna que nasceu depois da morte de seu pae. Teve tambem um filho bastardo, D. João Manuel, que veio a ser bispo de Ceuta e da Guarda. (*Hist. Gen.* tomo XI, pag. 371).

[2] Veja-se o que dissemos em a nota de pag. 7, 1.ª columna.

[3] «Ainda nos testamentos dos reis d'esta epoca se acha a designação do seu successor: sem comtudo se desviarem da fórma antiga, seguindo a ordem da primogenitura, e proximidade das linhas. Nem se encontra outra innovação mais, do que a pratica de reconhecer e fazer jurar pelos estados em vida dos reis, o successor da corôa muitas vezes ainda ao cóllo das amas; a fim de dar estabilidade ao governo, e inculcar aos povos o habito do respeito e da obediencia.» Coelho da Rocha—*Ensaio sobre a historia do governo* etc. pag. 103.

[4] As principaes pessoas que compunham a côrte de D. Duarte vem mencionadas a pag. 487 e seguintes da *Historia Genealogica*, tomo II.

[1] Coelho Rocha—*Ensaio*, pag. 105.

[2] Tomo I, pag. 554-555. No tomo III. pag. 492, vem outro documento relativo a resoluções d'estas côrtes.

cios de fazenda e de justiça, que, com rasão, reputou importantes. Para que o seu governo fosse o mais acertado possivel, pediu conselho sobre os negocios publicos a varias pessoas entendidas n'estes assumptos, e resolveu que sempre estivessem na côrte um infante, um conde e um bispo para o ajudarem e aconselharem no expediente dos negocios. Procurou diminuir as despezas da sua casa, e para isso ordenou que se não gastassem por anno mais de quinhentas dobras em pannos de lã e seda, para vestidos seus.

«Para ganhar partidistas—diz Coelho da Rocha—, e para renumerar serviços, tinha D. João I distribuido com mão larga os bens da corôa. Feita a paz achou-se o rei sem ter que dar, e o estado falto de muitos dos rendimentos destinados para as despezas publicas. Por conselho do doutor João das Regras ideou-se então uma lei, que fizesse reverter com facilidade á coroa os bens doados, sem para isso empregar meios violentos, ou impoliticos. Esta é a chamada *lei mental* [1], que consiste em não admittir á successão dos bens da coroa, senão os filhos primogenitos, e legitimos; com exclusão das femeas, dos ascendentes, e collateraes, excepto se o rei dispensar. Por esta forma conseguia-se a frequente reversão dos bens, se a lei se executava; e pelo menos a dependencia, e reconhecimento dos donatarios, se ella era dispensada. Foi publicada por D. Duarte em 1434, o qual fez o regulamento para a sua execução, que depois soffreu muitas ampliações.» [2] Com referencia a esta lei observa Schæffer que «comquanto actuasse immediatamente sobre as relações intimas do Estado, só depois é que adquiriu uma significação extraordinaria quando se lhe ligaram acontecimentos, que hão de ter n'ella a sua explicação e a sua causa.» [3] N'uma carta feita em Santarem por Alvaro Annes, declara D. Duarte, como em additamento á lei mental, que ficavam fóra d'essa lei as doações da casa de Bragança. [1] Não deixa de ser curioso que sendo João das Regras o author da lei mental, pedisse dispensa d'ella ao rei, por isso que tinha só uma filha para herdeira dos bens, que gosava da corôa. [2] Entre as medidas de fazenda adoptadas por D. Duarte, é tambem importante aquella em que explica quaes são os *direitos reaes*, porque, sendo justamente requeridos e conservados *em seu direito ser*, escusam os povos de ver-se sobrecarregados com novos tributos. [3] Por carta dada em Obidos, em setembro do mesmo anno, obsta D. Duarte a que uma parte da riqueza nacional saia do reino, ordenando «que as pessoas que tiverem rendas n'este reino, e viverem em Castella, se passem a viver a elle; e não o fazendo, não possam levar as taes rendas para Castella, e não se lhe pagarão, e acaba.» [4]

A lei mental está hoje revogada pelo decreto de 13 de agosto de 1832.

D. João I havia, a pedido das côrtes, encarregado o corregedor João Mendes de reformar e compilar as leis, reunindo em collecção aquellas que merecessem ficar regendo. «Do prologo das Affonsinas (Ordenações) consta que depois da morte de D. João I, Joanne Mendes continuára no encargo da redacção do codigo, mas que, fallecendo elle, el-rei D. Duarte ordenára a outro jurisconsulto, o doutor Ruy Fernandes, que tomasse a si a empreza, o que, pelo curto praso de tempo da vida d'aquelle principe, parece ter-se realisado sómente na regencia do infante D. Pedro. Ruy Fernandes começou e concluiu de feito n'essa época o seu trabalho, que, depois de revisto por uma commissão de magistrados, foi adoptado como codigo do paiz pelo illustre regente, a quem verdadeiramente pertence a gloria de ter sido o Justiniano portuguez, embora ao nome do seu tutelado, Affonso V, ainda então na puericia, se ligue o facto da promulgação do primeiro codigo nacional.» [5].

[1] «... chamou-se esta lei *mental*, porque el-rei seu pae foi o author d'ella, e tendo-a na mente sem a publicar, se executava; a qual el-rei D. Duarte fez publicar em Santarem a 8 de abril do anno de 1434, etc.» *Hist. Gen.* tomo II, pag. 491.

[2] *Ensaio* etc., pag. 119.

[3] *Histoire de Portugal*, pag. 430.

[1] *Hist. Gen.* tomo IV, pag. 38.

[2] *Hist. Gen.* tomo II, pag. 491.

[3] *Ordenações affonsinas*, livro II, titulo 24.

[4] *Hist. Gen.* tomo IV, pag. 38.

[5] Alexandre Herculano. *Portugaliæ monumenta historica.* Vol. I *(Leges et consuetudines)* pag. 150. Veja-se n'esta pagina, e nas seguintes, uma larga noticia critica sobre os trabalhos preparados du-

Em agosto d'este anno, depois de ter mandado celebrar exequias por seu pae no mosteiro da Batalha, veio D. Duarte para Lisboa, onde tirou o lucto que trazia, posto que, como observa Ruy de Pina, por cousas tristes que lhe recresciam, sempre o trouxe. Em Lisboa, mandou cunhar moedas de ouro e prata, leaes de prata e escudos de ouro. N'esta cidade recebeu, no mez de novembro, uma carta de pezames do rei de Inglaterra, Henrique VI, sobre a morte de D. João I, carta a que o visconde de Santarem se refere [1], e de que fallamos para mostrar as boas relações em que Portugal estava com a poderosa Inglaterra, cujo rei diz «que se teria por muito feliz de manter e cumprir e fielmente observar os tratados de amisade celebrados nos antigos tempos entre os seus predecessores, e os do rei de Portugal.»

N'este mesmo anno, ou no seguinte de 1435, colloca o illustrado visconde a embaixada que D. Duarte mandou ao rei de Castella, sendo embaixador Pedro Gonçalves, védor da fazenda, cujo objecto era pedir áquelle rei que D. Duarte fosse admittido na guerra contra el-rei de Granada, sem outra recompensa mais que o serviço de Deus, e a honra, que na mesma guerra ganhasse. [2] O rei de Castella não acceitou o offerecimento. Custa a acreditar que em tão deploraveis circumstancias financeiras D. Duarte tivesse esta idéa, mas Ruy de Pina tambem a deixa perceber quando repete as palavras com que D. Henrique queria actuar no animo do rei para que o deixasse passar a Tanger com D. Fernando. N'esse dialogo travado entre D. Duarte e D. Henrique, emquanto passeavam pelo campo de S. Francisco em Extremoz, o rei pretende dissuadil-o por não ser prospero o estado da fazenda publica, ao que D. Henrique responde: «Porem lembro-vos que, depois de serdes rei, mandastes Pedro Gonçalves, veador da fazenda, a el-rei de Castella, que vos recebesse em companhia na guerra de Granada, do que não querieis outra parte nem galardão, salvo o serviço que a Deus farieis e a honra que, n'isso, ganharieis: e se consentira e não se escusára de vosso requerimento, sei pela muita verdade que em vós ha, que, pospostos todos estes pejos e outros maiores, o foreis cumprir, não sem muita despesa vossa e trabalho.» [1] A lição é severa mas não deixa de ser justa.

N'este anno de 1434 é que, segundo a chronologia de Azurára, partiu de novo Gil Eannes, encarregado pelo infante D. Henrique de passar o cabo Bojador, empreza que effectivamente realisara. Chegado a Portugal, contou Gil Eannes ao infante o que tinha feito e visto. Mandára lançar o batel ao mar, metteu-se n'elle e saltou n'uma terra onde não achára gente alguma nem signal de povoação. E para trazer alguma recordação d'essas solitarias paragens, cortou um punhado de ervas, que trouxe e apresentou ao infante dizendo-lhe que eram as mesmas que em Portugal se chamavam *rozas de Santa Maria*. D. Henrique determinou logo que se armasse um varinel, no qual mandou embarcar Affonso Gonçalves Baldaya, seu copeiro; Gil Eannes embarcou na barcha e partiram ambos para uma nova expedição ao mesmo ponto. D'esta vez passaram alem do cabo cincoenta leguas, achando terra sem casas, e rastro de homens e de camellos. Deram a este logar o nome de *Angra dos ruivos*, pela grande quantidade d'estes peixes que n'aquellas aguas encontraram. [2]

Quer-nos parecer que o descobrimento da *Angra dos ruivos* se effectuaria já no anno de 1435,—anno em que D. Duarte entra mais francamente nos negocios diplomaticos da politica europea, sobre tudo da crise religiosa que ameaçava reviver, e effectivamente reviveu.

Como já dissémos em outro logar, o papa Eugenio IV, que a principio adherira ao concilio de Basilea, começou a hostilisal-o, a tal ponto que o revogou, ordenando, com a annuencia de João Paleologo, imperador de Constantinopla, e do patriarcha grego, que se reunisse novo concilio em Ferrara, d'onde, por causa da péste, se trasladou para Florença e Sena. D. Duarte enviou por embaixadores a este concilio o conde de

rante o breve reinado de D. Duarte para a primeira codificação das leis nacionaes.

[1] *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas*, vol. XIV, pag. 180.

[2] *Quadro elementar* vol. I, pag. 321.

[1] *Chronica*, capitulo XIII, pag. 114.

[2] *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, pag. 59.

Ourem, seu sobrinho, D. Antão, bispo do Porto, o mestre frei Gil Lobo, da ordem de S. Francisco, o dr. Vasco Fernandes de Lucena, o dr. Diogo Affonso Mangancha, e frei João da ordem de Santo Agostinho. Estes seis embaixadores levavam instrucções para offerecer ao papa a medeação do rei de Portugal entre o de França, Carlos VII, e o de Inglaterra, Henrique VI, mandando declarar D. Duarte a Eugenio IV que, se necessario fosse, iria em pessoa advogar a sua causa bem como a do imperador grego, e do imperador Segismundo. [1] Por sua parte, o concilio de Basilea permanecia reunido, com apoio do imperador da Allemanha, e, depois de ter mandado citar o papa para comparecer ás sessões, resolveu eleger um anti-papa, recaindo a eleição no duque de Saboya, Amadeu, que tinha seguido a religião, depois de renunciar ao ducado em proveito de seu filho legitimo. O duque de Saboya tomou o nome de Felix quinto, e não quarto, como Ruy de Pina diz. [2] Diremos de passagem que no concilio de Basilea fizera o bispo de Burgos, Affonso de Carthagena, varias allegações, a favor do rei de Castella e Leão contra os portuguezes, sobre a conquista das Canarias [3], pretenção do infante D. Henrique, a que já alludimos. [4] Mas, continuando, aqui temos renovado o scisma, porque Felix V só veio a ceder dos seus direitos, quando Nicolau V subiu ao sólio pontificio. Que triste pagina, na historia do mundo, a das luctas religiosas! O concilio de Basilea excommungava Eugenio IV, o qual, oppondo a este concilio outro, em que se verificava a reunião dos gregos, armenios e indios aos latinos, mandava queimar em Roma um frade bretão, Thomaz Conecte, como herege, por ter sustentado, entre outras coisas, que era melhor que os padres casassem do que vivessem em escandaloso celibato! «Para cumulo de confusão, diz Bastide, o clero francez, por seu lado, reuniu-se em concilio em Bourges, e formulou um decreto ou pragmatica, em vinte e tres artigos, pelos quaes, entre outras coisas, restabeleceu as eleições canonicas, reconheceu a superioridade dos concilios sobre os papas, decidiu que estes não tinham direito algum sobre o temporal dos soberanos, declarou-os falliveis mesmo em materia de fé, e tirou-lhes todos os meios de receber as annatas, de confirmar as nomeações, de estabelecer reservas e expectativas, de abusar dos direitos de appello, etc.»

Depois de se despedirem de Eugenio IV, o conde de Ourem e os outros embaixadores foram ao concilio de Basilea, por ordem de D. Duarte, com o mesmo fim com que tinham ido ao de Ferrára, isto é, promover a concordia entre os reis de França e de Inglaterra, e sustentar os direitos do papa e do seu collegio. Ao cabo de um anno, os embaixadores portuguezes retiraram de Basilea. O conde de Ourem foi visitar o santo sepulchro, o bispo do Porto tornou a Italia. onde Eugenio IV o fez cardeal, não voltando mais á sua diocese; [1] os outros embaixadores regressaram a Portugal. Oiçamos agora Ruy de Pina: «E entre as cousas que se requereram e o papa outhorgou foi, que os commendadores e cavalleiros das ordens de Christo e d'Aviz, futuros e não presentes, podessem casar: e esta graça, por *fallecimento de dinheiro*, se não despediu; e depois em tempo d'el-rei D. Manuel nosso senhor, e por sua intercessão e requerimento, foi pelo papa Alexandre VI concedida e tirada, e houve effeito. E assim outhorgou o papa que os reis de Portugal se podessem para sempre coroar e ungir, como os reis de França e Inglaterra: e d'esta graça não vi nem ouvi dizer que até este tempo se uzasse. E o papa Eugenio vendo que o concilio de Basilea não cessava, antes proseguia na scisma, em grande detrimento da republica christã, teve intelligencias com D. Luiz, delphim que então era de França, filho d'el-rei D. Carlos, que com muita gente de armas foi sobre o dito concilio e por força o desfez.»

N'este mesmo anno, deu-se um importante facto diplomatico em que Portugal teve parte.

O duque de Borgonha, Filippe o *Bom*, cunhado de D. Duarte, havia-se ligado com a Inglaterra

[1] Visconde de Santarem, *Quadro elem.*, vol. III, pag. 75, e Ruy de Pina, *Chron.*, pag. 97.

[2] Felix I, 269; Felix II, 355; Felix III, 483; Felix IV, 526.

[3] V. de Santarem. *Quadro elem.*, vol. II, pag. 352. *Ibid.* vol. x, pag. 5.

[4] Em nota á pag. 12.

[1] Na diocese do Porto só tem havido dois bispos cardeaes, este, que não voltou a Portugal depois de lhe ser conferido o barrete, e o actual, D. Americo.

contra a França, no empenho de vingar a morte de seu pae, João *Sem pavor*. Todavia, no coração do duque escondia-se uma viva sympathia pela França, sympathia que elle, para vingar o seu intento, procurava dominar. Pensaram as potencias europeas em dar um passo para a paz geral, e o certo é que, no mez de janeiro, se abrira em Nevers uma conferencia diplomatica, na qual se aprazaram novas conferencias para Arras em julho seguinte. Com effeito reuniram-se opportunamente em Arras o cardeal de Chypre, embaixador do concilio de Basilea, o cardeal de Santa Cruz, legado do papa Eugenio IV, e representantes dos reis de Inglaterra, Castella, Aragão, Navarra, Portugal, Sicilia, Polonia, Dinamarca, da universidade e da cidade de Paris, etc. O duque de Borgonha concorreu á conferencia de Arras com o luzimento que era peculiar á sua côrte.

Nos primeiros dias de agosto começou a funccionar o congresso. Tratou-se a principio de fazer a paz entre o rei Carlos de França e o rei Henrique de Inglaterra. Mas o que é certo é que nem os francezes nem os inglezes queriam a paz, e, não tendo os embaixadores de Inglaterra acceitado as propostas da França, retiraram do congresso nos primeiros dias de setembro. Filippe o *Bom* julgou-se então desligado dos seus compromissos com os inglezes, e reconciliou-se com Carlos VII, que se obrigou a entregar-lhe os assassinos de João *Sem pavor* e a dar-lhe para todo o sempre as cidades e castellanias de Bar-sur-Seine, Péronne, Roy e Montdidier, bem como todas as outras cidades e terras de la Somme. Filippe, por sua parte, obrigou-se a não tratar nunca mais com os inglezes sem previo consentimento do rei de França, com o qual pactuara, contra a Inglaterra, uma alliança defensiva.

D'este modo o congresso de Arras inaugurava uma auspiciosa época para a França, que renascia de si mesma, e rasgava o deploravel tratado de Troyes, pelo qual Henrique V fôra reconhecido rei de França.

N'esta resolução do duque de Borgonha devia influir por muito a infanta D. Izabel de Portugal, sua mulher, decerto inspirada por seu irmão D. Duarte, cujas sympathias pela França eram, como já sabemos, muito sensiveis. E tanto assim foi, que Filippe o *Bom*, vendo certamente quanto sua mulher havia contribuido para os resultados do congresso de Arras, lhe confiou, desde então, as mais delicadas negociações politicas. De feito, vemos, mais tarde, em 1439, a formosa princeza apresentar-se, com extraordinaria pompa, nas conferencias de Cravelines; sahir em 1440 ao encontro do duque de Orleans, para cuja liberdade ella poderosamente trabalhára; em 1441 queixar-se em Laon ao rei de França da inexecução de muitos artigos do tratado de Arras; em 1442 apresentar-se em Besançon ao imperador Frederico, com quem teve uma entrevista, sendo deveras imponente o cortejo de cavalleiros e damas que a acompanhava, cavalgando o imperador á direita da liteira da duqueza, como se fosse um simples conde. Em 1444, madame Isabel de Portugal, como lhe chamam os chronistas extrangeiros, foi escolhida para impedir a guerra entre a França e a Borgonha, conseguindo conservar a paz momentaneamente, e abrindo ella mesma as conferencias. Em 1447, assignou uma tregoa com a Inglaterra, e em 1456 recebeu com mostras de grande respeito o Delphim de França, depois Luiz XI, que se refugiou em Bruxellas. Quatro annos depois fallecia o duque seu marido.

Posto que os chronistas palacianos estejam sempre dispostos a encarecer a bellesa das princezas de que fallam, é certo que madame Isabel de Portugal era tão formosa, que o duque de Borgonha, que noivava pela terceira vez, ficou tão fascinado ao vel-a, que se obrigou á restituição de metade do dote que ella levava, e fundou, para memorar o seu terceiro enlace, a celebre ordem do Tosão de Oiro. [1]

N'este anno de 1435 que, como se vê, foi fertil em acontecimentos importantes, tinha D. Duarte resolvido mandar pôr, com pomposas festas, os santos oleos a seus filhos, mas a noticia de que os irmãos da rainha D. Leonor, incluindo o proprio rei de Aragão, haviam sido aprisionados no mar pelos genovezes, ficando em poder do duque de Milão, obstara á realisação de todas essas festas, que deviam verificar-se em Lisboa.

[1] *Historia Genealogica*, vol. II, pag. 115 e seguintes. *Quadro elementar*, do visc. de Santarem, vol. III, pag. 76 e seguintes.

Por esse tempo procedia-se, em virtude de algumas duvidas que se suscitaram sobre os termos de Olivença e Badajoz, á demarcação das fronteiras de Portugal, em virtude de uma carta de D. Duarte, dada na cidade de Evora, demarcação que, por largos ainda, chamou a attenção dos governos de Portugal e Castella.

Já dissemos ao leitor como Affonso Gonçalves Baldaya e Gil Eannes haviam passado cincoenta leguas para alem do cabo Bojador, e descoberto a *Angra dos ruivos*, havendo achado *terra sem casas, e rastro de homens e de camellos.*

Em vista d'estas informações, o infante D. Henrique observou a Baldaya que, se tinha encontrado rastro de homens e de camellos, parecia que não devia estar muito affastada d'aquelle ogar qualquer povoação, ou então que faziam por ali caminho quaesquer caravanas que conduzissem mercadorias para um porto de mar. Resolveu, portanto, enviar de novo Baldaya áquellas paragens, com ordem de *ir o mais ávante que podesse*, devendo empenhar-se por trazer algum captivo do qual se houvessem circumstanciadas informações. Partiu effectivamente Baldaya, e diz Azurara que passara setenta leguas para alem do ponto aonde tinha chegado na viagem anterior, encontrando uma foz, como se fosse de rio caudeloso, na qual fundearam, e a que deram o nome de *Angra dos cavallos*, talvez porque ahi logo fez Baldaya desembarcar dois cavallos, que o infante lhe havia dado, e que foram montados por dois moços de nobre nascimento, Heitor Homem e Diogo Lopes d'Almeida, para um reconhecimento ao sertão. Seguiram os dois arrojados mancebos ao longo da corrente do rio, por espaço de sete leguas, até que acharam um grupo de dezenove homens, armados de azagayas. O gentio, logo que os viu, fugiu para uns penedos, d'onde começou a pelejar contra os dois fidalgos, que só retiraram quando principiou a anoitecer.

Ao entreluzir da manhã chegaram a bordo os dois expedicionarios; sol fóra, mandou Baldaya aparelhar um batel, e com alguma gente embarcou, navegando contra a corrente do rio, ao passo que Heitor Homem e Diogo Lopes d'Almeida iam a cavallo por terra. Chegados todos ao sitio onde os mouros estavam na vespera, na esperança de poderem aprisionar algum, não viram ninguem, e só encontraram alguma fazenda, que o gentio ao fugir havia deixado. Carregando com ella o batel, retrocederam, e, por haver n'aquellas paragens grande quantidade de lobos marinhos, mataram muitos, aproveitando-lhes as pelles. Ora o rio explorado, em parte, pelos portuguezes, veio a tomar o nome de *Rio do ouro*, pelo resgate que ahi se fez d'este metal, diz o author do *Indice*.

Querendo, porem, Baldaya trazer para Portugal algum captivo, como era vontade do infante, percorreu mais cincoenta leguas de costa, até que chegou a uma ponta onde acharam uma pedra, que, por ter a configuração de uma galé, fez com que o porto fosse chamado *da Galé*. Desembarcando, encontraram algumas redes, as quaes não eram feitas de fio, mas da casca finissima de uma arvore. Desacoroçoado, por não haver realisado o *desideratum* do infante, tornou Baldaya para Portugal, aonde chegou em 1436, vindo encontrar novidades verdadeiramente importantes.

Foi o caso que estando o rei em Almeirim, o infante D. Fernando fôra ter com elle e lhe dissera que entendia não se ter ainda nobilitado pelas armas o bastante para corresponder á fama de seu pae e irmãos, e que por isso lhe pedia licença, pois que o reino estava socegado, para ir correr aventuras em terra extranha, preferindo comtudo a Inglaterra.[1] Ora é de saber que o infante D. Fernando havia sido grandemente amimado desde pequeno, o que era devido ás circumstancias do seu nascimento. Antes do parto, adoeceu D. Filippa gravemente, e declararam os medicos que morreria se não abortasse. Quiz D. João I por sua propria mão propinar á rainha uma beberagem abortiva; ella, porem, recusou-se a tomal-a, e o que é certo é que se salvaram mãe e filho. D. Fernando, de uma organisação franzina e delicada, mas dotado de physionomia e maneiras insinuantes, era para assim dizer uma mimosa flôr, rodeiada dos affectos de toda a sua familia. Dava-se muito ao

[1] D'esta preferencia pela Inglaterra falla Pinheiro Chagas, *Hist. de Portg.*, vol. II, pag. 165. Mas Ruy de Pina attribue ao infante estas palavras: «...meu proposito é ir ao Santo Padre, ou para o Imperador, ou para França... etc.»

estudo, principalmente de livros religiosos, sabia pouco, e se umas vezes por outras se entregava ao exercicio das armas era mais por satisfazer ao espirito do seculo do que a uma tendencia natural. Eram relativamente escassos os rendimentos do infante D. Fernando, pois que apenas possuia em terras a Athouguia e Salvaterra do Campo. Mas tão limitadas eram as suas despezas, que podia dispender em obras de caridade a maior parte d'esses exiguos rendimentos. Depois do fallecimento de João Rodrigues de Sequeira, mestre de Aviz, foi por D. Duarte provido n'aquelle mestrado; era comtudo tão desambicioso que chegou a recusar todas as doações que proviessem de confiscos, porque *não queria da desgraça alheia enriquecer a sua casa.* [1] Mas, se por um lado os feitos militares de seus irmãos deviam estimular-lhe a vontade de os imitar, por outro, e principalmente, o desejo de exaltar o christianismo dilatando-o pela victoria sobre os infieis devia acabar de resolvel-o a trocar o remanço do seu gabinete e do seu oratorio pelos perigos e fadigas do campo de batalha.

Respondeu-lhe D. Duarte que desistisse d'esse proposito, que ou poderia mostrar que o rei o tratava mal, ou que o infante não amava o rei; que os seus rendimentos eram effectivamente exiguos, mas que o reino era pequeno e que o rei seu pae tinha feito largas doações; que ainda assim procuraria augmentar-lh'os por novas mercês; que já lhe havia doado o mestrado de Aviz, que rendia muito mais do que o de S. Thiago, com o qual o infante D. João se mostrava contente. Replicou o infante que não queria de modo algum oppôr-se á vontade do rei, mas que se lhe affigurava justo o seu desejo porque ainda não fizera coisa que parecesse de cavalleiro, porquanto seus irmãos se haviam enaltecido em Ceuta, e elle não.

D. Duarte pediu tempo para pensar, e conferenciando a este respeito com o infante D. Henrique, pediu-lhe que procurasse dissuadir o infante D. Fernando. Mas qual não foi a dolorosa surpresa do rei, quando o infante D. Henrique não só achou justo o desejo de D. Fernando, mas tambem o adoptou desde logo como seu proprio, dizendo que as pazes estavam feitas com Castella, que na côrte o rei não precisava dos serviços de seus irmãos, e que, portanto, visto não terem, tanto elle como D. Fernando, impedimento de mulher e filhos, os deixasse passar a Africa, com os cavalleiros das ordens de Christo e Aviz, para fazerem guerra aos infieis. Observou o rei que a occasião não era opportuna, que as gentes do seu reino careciam de repouso, e que a fazenda publica estava debilitada pelos grandes gastos anteriormente feitos, e pela despeza que a manutenção de Ceuta exigia. O infante D. Henrique calou-se, comquanto não desistisse do seu intento, como logo veremos, e o infante D. Fernando, contrariado pela recusa do rei, queixava-se de haver sido desattendido.

D. Henrique previu logo um meio de realisar o desejo de seu irmão e o seu. Servir-se-ia, para o conseguir, da intervenção da rainha D. Leonor.

A rainha exercia uma grande influencia no espirito do rei, e D. Henrique, conhecendo-o, havia desde o principio procurado captar a affeição da rainha, porque, como diz Ruy de Pina, «ella, com sua discrição e virtudes, lhe podia com el-rei muito aproveitar.» Por seu lado, a rainha, vendo que o rei era muito amigo de seus irmãos, especialmente do infante D. Pedro, com o qual ella já não estava bem, acceitou essa como alliança que o infante D. Henrique lhe offerecia. Expoz-lhe este infante o grande desejo que elle e seu irmão Fernando tinham de passar a Africa, do que maior lustre resultaria para o reinado de D. Duarte; disse-lhe que havia paz no interior e no exterior, e que portanto a occasião era propicia; que, finalmente, se conseguissem tomar novas terras aos mouros, junto de Ceuta, lá assentariam residencia, deixando d'este modo as terras que possuiam em Portugal livres para os filhos do rei. D. Leonor, em cujo espirito este ultimo argumento devia de ter feito grande peso, achou justo, honesto e santo, diz Ruy de Pina, o requerimento, e offereceu a sua intercessão caso o infante julgasse que ella lhe podia ser util.

Diz o chronista que justamente no começo d'este anno recebera D. Duarte em Extremoz, por legado do papa Eugenio IV, o abbade de Florença, D. Gomes, portuguez, que depois veio a

[1] *Hist. Gen.*, tomo II, pag. 471.

ser prior de Santa Cruz de Coimbra. D. Gomes era portador de uma bulla que auctorisava uma nova expedição contra os infieis, concedendo a remissão plenaria dos peccados a todos aquelles que auxiliassem esta crusada por qualquer modo. [1] Ora a bulla de Eugenio IV havia sido solicitada, segundo Pina, o que nos não parece, no concilio de Ferrara, pelo conde de Ourem, por ordem de D. Duarte, que tinha em vista continuar em Africa a guerra contra os infieis, principiada por seu pae, mandando-a, porém, pedir como uma simples prevenção, para a guardar e publicar quando entendesse ser opportunidade. Sobretudo, e como quer que seja, o que D. Duarte procuraria aproveitar era a gratidão de Eugenio IV para com elle, pelo forte apoio que Portugal lhe dera durante o concilio. Por sua parte, Eugenio IV queria contentar com esta graça o rei D. Duarte, para melhor o ir dominando ao sabor dos negocios da curia.

Como nota Coelho da Rocha, a auctoridade papal intromettia-se por tal modo na administração interna do nosso paiz que as bullas da santa sé vieram a fazer a principal parte do direito publico portuguez. São raros os casos de resistencia dos nossos reis contra a auctoridade do papa. O poder do clero crescia parallelo á influencia do chefe da egreja romana, que não punha a menor duvida em censurar os actos dos monarchas sempre que elles podessem affectar de leve os altos privilegios de que gosava a classe ecclesiastica. Em julho do anno a que nos vimos referindo, Eugenio IV fizera expedir de Bolonha uma bulla, *Nonnullorum querelis*, em que prevenia D. Duarte de que ao solio pontificio haviam subido queixas contra o poder civil por invadir o fôro ecclesiastico, examinando, retractando, e revogando as sentenças e censuras da egreja, etc., e lhe rogava que se abstivesse d'ahi em deante de similhantes excessos, que não os deixasse commetter, e que no caso de algum conflicto com os prelados recorresse á santa sé.

Ora esta bulla de censura, e outras de igual naturesa, como aquella em que pedia a D. Duarte que não pleiteasse com o rei de Castella o direito ás ilhas Canarias, exigia, como indemnisação, outras bullas anódynas que fizessem alguma concessão... espiritual: veio, por isso, a bulla auctorisando a cruzada contra os infieis.

Nós já tivemos occasião de alludir a uma conversação de D. Duarte com o infante D. Henrique, no terreiro de S. Francisco em Extremoz, e vimos como o infante censurára o rei por lhe negar licença para passar a Africa tendo comtudo mandado offerecer auxilio ao rei de Castella na guerra de Granada, offerecimento este de que, a ter-se realisado, nenhum proveito adviria a Portugal.

Esta conversação fôra motivada, segundo Ruy de Pina, pela chegada do legado do papa. É natural que D. Henrique insistisse effectivamente, com os melhores argumentos de que podesse dispôr, no designio de passar a Africa com D. Fernando; mas sendo a bulla de que se trata datada de Bolonha a 6 dos idos de setembro do anno da Encarnação de 1436, [1] parece-nos que seria consequencia e não uma das causas da annuencia do rei. Seria, pois, solicitada depois de feitas já algumas combinações para a realisação da jornada de Africa, e não no *começo* do anno, como Pina diz.

Mas, como quer que fosse, por mais poderosos e vivamente addusidos que se possam imaginar os argumentos do infante D. Henrique, não foram decerto elles, ou pelo menos só elles, que arrancaram o *sim* dos labios do rei.

A rainha D. Leonor tinha influido grandemente no animo irresoluto de seu marido, porque tanto o infante D. Henrique como o infante D. Fernando haviam promettido beneficiar seu sobrinho o infante D. Fernando, o que effectivamente cumpriram. Já vimos que D. Henrique o adoptou como herdeiro; [2] e o infante D. Fernando, que fez testamento em Lisboa a 18 de agosto de 1437, [3] depois de enumerar varias disposições, declara: «... e avendo hy tantos de meus bens, porque todalas couzas e legados contheudos em este meu testamento sejão compridas e pagadas mando e quero que o infante D. Fernando meu muito prezado e amado sobri-

[1] *Quadro elementar*, tomo x, pag. 10.

[1] *Quadro elementar* do visconde de Santarem, vol. x, pag. 10.

[2] Pag. 11, nota.

[3] Encontra-se a pag. 501 do tomo I das *Provas da Historia Genealogica*.

nho herde de meus bens moveis e de rayz todo o que sobejar etc.»

Combinou o rei com D. Henrique que o exercito seria composto de quatorze mil homens: tres mil e quinhentos homens de armas, quinhentos bésteiros a cavallo, dois mil e quinhentos bésteiros a pé, sete mil peões, e quinhentos serviçaes. Mas como a fazenda publica não comportasse a despeza a fazer com tão numeroso exercito, foi preciso recorrer á algibeira do povo. Reuniram-se côrtes em Evora, no mez de abril, e o dr. Ruy Fernandes expoz aos procuradores o projecto da nova expedição, acabando por lhes pedir meios para que podesse realisar-se. Os procuradores votaram *pedido e meio*, diz Ruy de Pina, *que logo foi lançado e tirado, não sem grande murmuração e descontentamento do povo*. Como quer que fosse, já havia meios pecuniarios pasa organisar a crusada, mas no animo do rei perpassavam ainda duvidas pungentes a esse respeito. E como não tivesse ouvido a opinião dos infantes D. Pedro e D. João e do conde de Barcellos, que d'esse esquecimento ou proposito se mostravam aggravados, reuniu em Leiria, no mez de agosto, uma especie de conselho de familia em que o negocio devia ser de novo posto na tela da discussão.

N'este intimo conselho em que o infante D. Henrique e D. Fernando se deram como suspeitos, fallou primeiro o infante D. João, que se pronunciou contra a expedição, comquanto, a ser verdadeiro o discurso apresentado pelo chronista Ruy de Pina, o que não é muito provavel, não deixasse de fazer algumas allegações que até certo ponto a poderiam desculpar. O conde de Barcellos adoptou como seu o discurso do infante D. João, unicamente na parte em que contrariava a expedição. O discurso verdadeiramente notavel de todos os tres foi o do infante D. Pedro. Fallou com admiravel previsão do futuro; foi quasi propheta. Mostrou-se justamente resentido de que o rei apenas lhes pedisse conselho quando já tinha resolvido consentir na expedição. Notou que as circumstancias da fazenda publica eram deploraveis para a realisação de tal commettimento, que as quantias votadas pelos procuradores seriam decerto insufficientes; que escasso proveito adviria ao reino das conquistas africanas, porque ficava sobremodo dispendiosa a conservação de quaesquer dominios n'aquellas paragens; que o ir pôr cerco a Tanger era commettimento para temer, por ser muito populosa a cidade, e o exercito portuguez não chegar para cercal-a, sem ainda contar com os moiros que acudiriam de fóra a apertar os sitiadores contra os muros da cidade; finalmente, que esta guerra daria que fazer aos reis de Hespanha todos juntos e ao de Portugal, quanto mais a este só, que, ainda que ficasse vencedor, não teria gente bastante para povoar e defender Tanger.

O rei, coração opulento de delicados affectos, ficou de véras desnorteado com a opinião do infante D. Pedro, principalmente. Via a sua familia dividida em dois grupos oppostos, em dois partidos contrarios, e hesitava, como era natural, entre uns e outros, porque a todos estimava. Entre Scylla e Charybdes, comquanto fosse sua opinião que se devia fazer guerra aos moiros, como se vê de um capitulo do *Leal conselheiro*, já por nós citado, [1] D. Duarte lembrou-se de recorrer á auctoridade da egreja, e mandou consultar o papa sobre se era licito fazer guerra aos infieis e lançar, para a fazer, tributos aos povos.

Eugenio IV, que estava em Bolonha, reuniu consistorio, e propoz-lhe as questões. A resposta, enviada por escripto, foi a seguinte, que copiamos de Major, por ser um extracto do que Ruy de Pina escreve a esse respeito: «Que se os infieis, de que se tratava, occupassem territorio christão e mudassem as egrejas em mesquitas, ou se, apesar de occuparem as suas proprias terras, causassem damno aos christãos, ou se porventura, ainda quando nenhuma d'estas cousas fizessem, fossem idolatras, ou peccassem contra a natureza, seria justo que os principes lhes fizessem guerra. Não obstante deveriam fazel-a com piedade e discrição, a menos que o povo de Christo não corresse risco de vida ou soffresse morte ou perdas. A respeito de lançar impostos para continuar a guerra, assentou-se que se podia fazer guerra justa contra os infieis de duas maneiras: 1.ª por necessidade, ou defesa do territorio; 2.ª voluntariamente, para conquistar terra de infieis. No primeiro caso podiam lan-

[1] O XVII, *Do odyo*.

çar-se impostos; mas a guerra voluntaria só podia fazer-se a expensas pessoaes do rei.»

Antes, porem, que esta resposta chegasse a Portugal, a rainha D. Leonor fez com que o rei tomasse uma resolução definitiva. Agora não seria já o interesse de seu filho D. Fernando que a demoveria; mas estimular-se-ia, porventura, com o discurso do infante D. Pedro, que tomaria como acintoso para ella, como um verdadeiro cartel de desafio. Aproveitou, pois, o ensejo que lhe pareceu melhor azado para vencer. Estava de cama em Torres Vedras, tinha dado á luz a infanta D. Leonor, que depois foi imperatriz da Allemanha, e invocou mais esse laço amoroso que a prendia a seu marido, e o seu melindroso estado de saude, para decidir, finalmente, o rei a fazer partir a expedição.

Tratou-se, portanto, desde logo dos apercebimentos da partida, sendo a esquadra simultaneamente organisada em Lisboa e no Porto.

Foi decerto durante os ultimos mezes d'esse anno, pelas longas noites de inverno, que el-rei escreveu e compoz as sentenciosas instrucções que deu a seu irmão D. Henrique sobre a maneira de conduzir a expedição, e que estão publicadas nas *Provas da Historia Genealogica*. [1] Uma d'essas recommendações tem a data de 10 de setembro; é a unica datada. Quão attribulado não devia de estar o animo do rei, combatido por tão oppostos elementos, especialmente depois da resposta do consistorio de Bolonha! Começára aqui o periodo ininterrompido das suas grandes amarguras.

Tal é a situação interior do reino ao findar o anno de 1436. Quanto ás nossas relações com o extrangeiro, são ellas tranquillisadoras. O rei de Aragão pediu socorro ao de Portugal contra os principes seus visinhos; D. Duarte escusou-se com o pretexto da expedição de Africa. Pouco depois celebrava-se em Toledo um tratado de paz perpetua entre os reis de Castella, Aragão e Navarra, tratado em que Portugal fôra incluido por parte do rei de Castella. Parece que o rei de Aragão, um pouco resentido, quizera, ao approvar o tratado, exceptuar Portugal; [2] mas o que é certo é que este resentimento apagou-se em breve, [1] talvez por intervenção da rainha D. Leonor, que justificaria a escusa do marido com os preparativos da expedição, para a qual ella tão poderosamente havia contribuido.

[1] Tomo I, pag. 529 e seguintes.

[2] *Quadro elementar*, Vol. I, pag. 322.

CAPITULO IV

Tanger

Nos primeiros mezes do anno de 1437, que se devia assignalar com tão luctuosos acontecimentos para Portugal, continuavam com a maior diligencia os preparativos para a partida da expedição a Tanger.

Ainda assim, D. Duarte interferia mais ou menos nos negocios relativos á politica extrangeira, como se vê de uma bulla, do mez de abril, em que Eugenio IV observava ao rei não ser necessario que elle o exhortasse a firmar a paz entre os soberanos de Inglaterra e França, por ter este sido sempre o seu maior cuidado; [2] por outro lado, o papa procurava que D. Duarte e seu cunhado o duque de Borgonha fossem tomados como arbitros para pôr termo ás differenças que existiam entre o duque de Anjou e o rei de Aragão. [3]

Mas a preoccupação especial do rei e da côrte era a expedição que devia partir no empenho de conquistar Tanger, e, para o caso da victoria abrir novas vias ás relações de Portugal com a Africa, solicitava-se do papa, e obtinha-se, uma bulla concedendo auctorisação a D. Duarte e aos seus vassallos para commerciar em todos os generos e contractar com os moiros, exceptuando sómente ferro, madeira, cordas, navios, e outros artigos de armamento. [4]

Feitos todos os apercebimentos, no dia 17 de agosto, depois de ter havido missa solemne na Sé, embarcaram os infantes em as naus que fundeavam em frente da cidade, e que, passadas horas, navegaram até ao Rastello. Cinco dias depois, foi o rei ouvir missa a Santa Catharina de Ribamar, e os infantes D. Henrique e D. Fernando desembarcaram para assistir com el-rei e com a côrte a esse acto religioso, findo o qual foram todos para bordo, jantando o rei

[1] *Quadro elementar*, Vol. I, pag. 322.

[2] Idem. Vol. X, pag. 13.

[3] Idem. Vol. III, pag. 78; vol. I, pag. 323.

[4] Idem. Vol. X, pag. 14.

com seus irmãos. Acabado o repasto, o rei despediu-se com muitas lagrimas dos dois infantes, entregando a D. Henrique, commandante da expedição, uma nova recommendação escripta, em que lhe aconselhava que, chegado a Ceuta, dividisse a frota em tres esquadras, mandando uma sobre Alcacer, outra sobre Tanger, e a terceira sobre Arzilla, a fim de que, distraidas as attenções dos moiros, não podessem elles soccorrer-se uns aos outros; que dispozesse o arraial de modo que por dois lados, ou pelo menos por um, communicasse com o mar, para que podesse receber de prompto soccorro e mantimentos, e ter segura retirada, se tanto fosse preciso; que, disposto assim o arraial, desse contra a cidade de Tanger até tres assaltos, mas que se do terceiro não vencesse, então embarcasse logo para Ceuta, onde devia esperal-o até março do anno seguinte, porque n'esse caso iria o rei ajudal-o com quantos soldados lograsse recrutar no reino.

Dados os ultimos abraços, veio o rei para terra, e as naus levantaram ferro com vento de feição. O restante da frota, que o conde de Arrayolos tinha sido encarregado de organisar no Porto, havia partido directamente da foz do Douro. Da gente de Lisboa, alguma não pôde embarcar n'este porto, mas o rei de Castella deu o seu consentimento para que ella, indo por terra, fosse embarcar a Gibraltar. [1]

Durou cinco dias a viagem. No dia 27 desembarcaram os infantes em Ceuta, onde a esquadra do Porto já os esperava, e onde estava exercendo o cargo de governador o conde D. Pedro de Menezes. Correu logo voz entre os moiros da chegada dos infantes portuguezes, e muitas tribus enviaram embaixadores a pedir paz a troco de tributos de ouro, prata, gados e pão. O infante D. Henrique acceitou apenas a vassallagem da tribu de Benamade.

Fazendo então alardo das tropas, ou passando-lhes revista, como hoje dizemos, reconheceu D. Henrique que tinha apenas 2:000 cavalleiros, 1:000 bésteiros, e 3:000 infantes, ao todo seis mil homens, faltando, portanto, oito mil para completar o numero dos que lhe tinham sido promettidos. Este desfalque foi devido: 1.º á repugnancia

[1] *Quadro elementar*. Vol. I, pag. 323.

que a esta expedição tinha o povo, que antes quiz incorrer na pena, que lhe foi imposta, de perder as fazendas, que arriscar-se a perder a vida; 2.º á falta de dinheiro; 3.º á falta de navios, pois que falharam os que se tinham contratado no extrangeiro. Houve idéa de recorrer a D. Duarte, pedindo-lhe mais tropas; mas o infante D. Henrique, que andou em toda esta expedição com uma leviandade que o seu proprio panegyrista, Major, não pode deixar de censurar, resolveu pôr o sitio com as forças de que dispunha, affigurando-se-lhe d'este modo mais gloriosa a victoria.

Os moiros, que tinham tido tempo de aperceber-se com a demora dos portuguezes em Ceuta, mandaram guarnecer fortemente a serra da Ximeira, que era o caminho mais curto para Tanger; de modo que D. Henrique resolveu ir por Tetuan, comquanto fosse mais longe. D. Fernando teve que ir por mar, por lhe haver nascido em Lisboa uma postema, que só em Ceuta lhe veio a furo, diz frei João Alvares, [1] e que de Ceuta até Tanger foi suppurando sempre.

Na passagem, tomaram os portuguezes Tetuan, cujos habitantes haviam fugido. No dia 13 de setembro, sexta-feira, chegou D. Henrique a Tanger, a velha, que fôra achar abandonada. Ahi se encontrou com o infante D. Fernando, e ordenou que se assentasse o arraial em um oiteiro, fronteiro ao cabo de Espartel, logar fertil e deleitoso. Como se vê, D. Henrique não realisou o conselho que D. Duarte lhe havia dado sobre a maneira de acampar, o que foi uma das causas da derrota que os portuguezes soffreram. Apreciando o desfecho d'esta expedição, diz Major: «Muitos d'estes desastres se poderiam ter evitado, se o infante D. Henrique de principio acampasse junto ao litoral, de accordo com as sabias instrucções, que lhe foram dadas por el-rei, seu irmão mais velho.»

Como quer que logo corresse voz de que as portas da cidade estavam abertas e os moiros fugiam, alguns cavalleiros portuguezes acudiram de tropel á fortaleza, que, pelo contrario, encontraram bem defendida pelos moiros. Travou-se rijo combate, que só acabou pela noite, saindo d'elle feridos alguns dos nossos, entre os quaes o

[1] *Chronica dos feytos, vida, e morte do infante santo D. Fernando, que morreu em Fez.*

conde de Arrayolos e o capitão Alvaro Vaz d'Almada.

Poderam desde logo reconhecer os portuguezes que o cerco havia de ser trabalhoso pela resistencia dos moiros, que eram numerosos (Ruy de Pina calcula sete mil), entre os quaes havia bésteiros de Granada, militando todos sob as ordens de Salat-ben-Salat, o mesmo que tinha sido expulso de Ceuta por D. João I e que, portanto, havia de luctar até ao ultimo momento no empenho de tirar vingança da derrota soffrida.

Até ao dia 19 completou-se o arraial, desembarcando a artilheria e as munições, e no dia seguinte pela manhã mandou D. Henrique tocar a batalha, encarregando do assalto, por diversos pontos, ao infante D. Fernando, ao conde de Arrayolos, ao marechal Vasco Fernandes Coutinho, e ao bispo de Evora D. Alvaro de Abreu, reservando para si o ataque ao castello, que era onde se esperava maior resistencia, levando para isso duas mantas ou manteletes sómente, sem nenhuma escada.

As mantas eram machinas de guerra, formadas de pranchas, sob as quaes os assaltantes, a coberto dos golpes dos sitiados, avançavam para as fortalesas. Nota Pinheiro Chagas que foi este o primeiro assedio em que definitivamente empregámos as peças de artilheria, e em que os espingardeiros appareceram ao lado dos bésteiros.

O combate, que foi longo, acabou com desvantagem para os portuguezes, dos quaes vinte ficaram mortos, e quinhentos feridos. As portas da fortalesa não poderam ser forçadas, porque os moiros as tinham fortemente tapado a pedra e cal; alem d'isto, as escadas de que os portuguezes se serviram eram muito curtas, não chegavam ao alto das muralhas.

D. Henrique deu voz de retirada, ordenando que Vasco Fernandes Coutinho e Alvaro Vaz de Almada ficassem guardando a artilheria, junto aos muros, posto arriscado, que os dois capitães sustentaram comtudo valorosamente; e mandou a Ceuta buscar escadas mais compridas, duas bombardas grossas, pedra e polvora.

Emquanto se esperavam estes auxilios houve varias escaramuças, em que pereceram alguns fidalgos portuguezes; porem os moiros não queriam acceitar batalha, contentavam-se com perseguir os nossos até ao acampamento, e não queriam porque esperavam um importante reforço, que effectivamente chegou no ultimo dia de setembro, composto de dez mil moiros de cavallo e noventa mil de pé, indo postar-se á vista do arraial portuguez. D. Henrique quiz logo dar-lhes batalha, mas os moiros retiraram, havendo apenas uma leve escaramuça entre alguns cavalleiros. No dia seguinte repetiram os moiros igual manobra, e no dia 3 avançaram ainda em maior numero contra o arraial; os portuguezes foram sobre elles e perseguiram-n'os durante legua e meia. Mas parece que tudo isto não passava de um estratagema habilmente combinado pelos moiros, porque ao passo que uns eram perseguidos pelos portuguezes cahiam outros sobre o nosso arraial, que foi, porem, brilhantemente defendido por Diogo Lopes de Sousa e alguns poucos companheiros.

«Este combate, pondera Major, era de maior importancia, porque, se qualquer dos ataques fosse bem succedido, o exercito portuguez ficaria inevitavelmente destruido.»

Cumpre observar que os moiros se haviam aproximado tanto do nosso arraial, que, diz Ruy de Pina, entre a praia e as batalhas, haviam já falla com os da cidade»; ao que Pinheiro Chagas observa com rasão: «Era uma advertencia muda que a Providencia dava aos infantes, indicando-lhes o perigo de verem as suas communicações interceptadas com a esquadra; mas os portuguezes, que viam cruzes brancas no ar, não viam na terra estes perigos tão evidentes.»

No dia 5, como já estivessem emendadas as escadas, e armado um castello de madeira, destinado aos espingardeiros e bésteiros, resolveu D. Henrique dar assalto á fortalesa. A infanteria acommettia os sitiados, e a cavallaria, commandada pelo infante D. Fernando, pelo conde de Arrayolos e pelo bispo d'Evora, devia fazer costas á infanteria, que era commandada por D. Henrique, o qual andava a cavallo vestido de malha. Mas as escadas ainda eram pequenas, só a do marechal Coutinho chegou ao topo dos muros, e essa mesma foi queimada pelos moiros, morrendo os portuguezes que estavam sobre ella; de mais a mais, como as nossas tropas não chegassem para circuitar a fortaleza, os moiros acudiram todos ao ponto unico por onde os nossos atacavam. Cumpre notar que os sitia-

dos, n'este e demais ataques, empregavam tambem as armas de fogo, que já conheciam. Muitos dos christãos foram feridos pela artilheria inimiga, e sete pereceram.

Então, diz Pina, começou a alma de D. Henrique a vestir-se de muita tristesa, porque ia sentindo os enganos da esperança de sua empreza, mas, não obstante, em vez de se retirar a tempo, pensava em dar terceiro assalto.

Preparava-se effectivamente para o dar, quando alguns escudeiros do conde de Arrayolos lhe trouxeram, no dia 9, captivos dois almogavares, os quaes revelaram que os reis de Fez, Belez, Marrocos e Fafilet viriam no mesmo dia sobre elle com um exercito de setenta mil cavalleiros e setecentos mil peões, algarismos de certo tão exagerados pelo chronista Pina, como todos os outros que cita, e que não poderiam então, muito menos hoje, apurar-se com verdade e precisão.

D. Henrique reuniu conselho, mas os moiros não lhe deram tempo e appareceram logo em tal numero que, segundo diz o chronista, cobriam toda a terra que se via em redor. O infante mandou recolher os mareantes aos navios, e a outra gente ao arraial, ordenando que os de cavallo saissem com elle. Mas os moiros cahiram com tal impeto sobre a artilheria portugueza, que o marechal Vasco Fernandes Coutinho, que principalmente a guardava, teve que a abandonar. O infante cobriu-lhe a retirada, e com os poucos que o acompanhavam fez uma volta sobre os moiros, perseguindo-os, mas, ao retirar, viu-se cercado, apertado por elles, matando-lhe o cavallo que montava; e teria elle proprio sido victima, se um pagem do infante D. Fernando lhe não desse de prompto outro cavallo, em que poude fugir para o arraial. Os moiros perseguiram-n'o por sua vez até lá, e este ataque haveria sido fatal, porque mais de mil portuguezes tinham fugido assustados para os navios, se D. Pedro de Castro, que guardava a frota, não acudisse em soccorro do infante, sendo tão corajosa a defesa dos nossos, que os moiros retiraram.

Começou então a lavrar profundo abatimento no arraial portuguez, e o panico subiu ao maior auge quando se reconheceu que havia apenas mantimentos para dois dias. E os viveres que tinham a bordo era impossivel desembarcal-os, porque as communicações do nosso exercito com a frota estavam interceptadas pelos moiros. A prophecia do infante D. Pedro realisara-se, finalmente, e o infante D. Henrique devia reconhecer n'esse horrivel momento, mais que nunca, quão desacertado andára em esquecer a recommendação de D. Duarte.

No dia seguinte tornaram os moiros a atacar as trincheiras; foram, porem, repellidos pelos portuguezes ao cabo de quatro horas de combate. Mas este pequeno triumpho já não podia illudir os portuguezes, a quem faltavam mantimentos para si e para os cavallos. Resolveram, pois, abrir passagem á força, n'aquella noite, por entre os moiros, mas esta resolução foi infamemente revelada por traição do padre Martim Vieira, capellão do infante, que se passou para os inimigos, decerto aterrado pela perspectiva do captiveiro depois dos horrores da fome. Os moiros, dando credito á delação, concentraram rapidamente grandes forças sobre a praia, de modo que os portuguezes reconheceram que tinham sido traidos antes mesmo de darem pela falta do traidor.

Passou-se o dia seguinte, sexta feira, sem combate, mas no sabbado pela manhã reuniram-se em conselho os reis e alcaides moiros para resolverem o que deviam fazer caso a victoria lhes coubesse, como tudo fazia suppôr. Decidiram que, se trucidassem os portuguezes, chamariam sobre si as iras de toda a christandade, e que o melhor era deixal-os ir em paz se annuissem a restituir-lhes Ceuta. Para intimidar os christãos conviria dar mostras de querer dar uma grande batalha, mandando, porem, antes de romper o fogo, fazer a proposta da entrega de Ceuta, e de todo o material e fazenda que levaram. Mas se os portuguezes recusassem a proposta, então a carnificina seria implacavel. Tomada esta resolução, dispozeram-se os moiros em ordem de batalha circuitando o acampamento portuguez; mas antes de romper o ataque, adeantaram-se alguns d'elles, com signaes de paz, para o sitio em que estavam os nossos, que devéras deviam ficar assombrados.

Todavia a idéa dos moiros era luminosa, tanto mais que, se se désse a batalha decisiva, os infantes poderiam morrer, e d'este modo fugir-lhes-ia das mãos o penhor da vida de qualquer d'elles, ou de ambos elles.

D. Henrique, completamente maravilhado, escolheu Ruy Gomes da Silva, alcaide de Campo-Maior, e Payo Rodrigues, escrivão da fazenda do rei, para irem a parlamentar com os chefes inimigos, mas, entretanto, aquelles dos moiros que nem eram visinhos nem comarcãos de Ceuta, e que por isso não ligavam grande importancia á restituição d'esta cidade, impacientaram-se com a tregua, e acommetteram os nossos com grande furia, sobretudo contra o sitio em que se achava o infante D. Fernando. Tanto se aproximaram os moiros, que pelejavam já com agomias e terçados. Mas os nossos resistiram heroicamente, e os moiros, desesperados da mortandade que soffriam á medida que se revezavam, retiraram ao cabo de sete horas de combate, não sem haverem posto fogo primeiro ás estacadas. O infante D. Henrique e o bispo de Ceuta praticaram, n'esse apertado lance, prodigios de valor.

Na noite d'esse dia trabalharam os portuguezes em abrir novos fossos para encurtar o arraial, pois que faltava gente para defendel-o tal como dantes era; o infante D. Henrique deu o exemplo, trabalhando elle proprio na escavação dos fossos.

No dia seguinte, que era domingo, não houve combate; os moiros contentaram-se com vigiar a praia, e os poços que havia em redor do arraial. Era, pois, tamanha a sêde no acampamento dos nossos, que tomavam lodo na bôcca para o espremerem entre os labios; se não fosse chover, e poderem beber a agua da chuva, muitos teriam perecido de sêde. A fome era tamanha e tão horrivel como a sêde: comiam a carne dos cavallos que matavam, comendo-a mal assada com a palha que arrancavam ás sellas e albardas.

N'esta angustiosa conjunctura, resolveu-se aproveitar a noite de domingo em alongar o arraial para o lado do mar, a fim de facilitar o embarque: D. Henrique reconhecia agora mais uma vez que tinha commettido um erro enorme em haver despresado o conselho do rei. Até á quarta feira seguinte prolongou-se o armisticio para assentar as condições da paz, que foram as seguintes: «Os moiros deixariam embarcar livremente todos os christãos, que apenas levariam comsigo os vestidos, deixando no arraial tudo o mais; que restituiriam a cidade de Ceuta com todos os moiros captivos que n'ella estivessem; e que se obrigariam a manter a paz com a Berberia, por mar e por terra, durante um seculo: para segurança dos christãos, entregava-lhes Salat-ben-Salat um filho seu, por cuja vida deviam ficar detidos como fiadores Pedro de Athayde, João Gomes de Avellar, Ayres da Cunha e Gomes da Cunha; para segurança dos moiros, no tocante á restituição de Ceuta, seria dado em refens o infante D. Fernando.

Ao lêr a proposta dos moiros, o infante D. Henrique quiz entregar-se como refens em vez de seu irmão, mas os do conselho não consentiram, e firmadas, finalmente, as escripturas, trocaram-se os refens, apresentando-se no arraial portuguez Salat-ben-Salat para levar o infante D. Fernando, que foi acompanhado por algumas pessoas, entre as quaes o author da sua *Chronica*, fr. João Alvares, cavalleiro de Aviz e seu secretario. N'este momento de profunda tristeza, quiz D. Henrique praticar uma generosidade, que tinha por fim amaciar o animo dos vencedores em proveito do infante captivo: quando Salat-ben-Salat entregou seu filho a D. Henrique, disse-lhe este infante que o deixasse ir em companhia de D. Fernando até á cidade, e que depois o devolvesse. Assim se fez, e Salat-ben-Salat enviou effectivamente seu filho em companhia de Ruy Gomes da Silva, que o conduziu á frota.

Achamos muito justas as seguintes reflexões que o sr. Pinheiro Chagas faz a respeito da maneira como o infante D. Fernando se comportou no cerco de Tanger: «D. Fernando, diz o illustre escriptor, representára um papel puramente passivo, portando-se sempre com inexcedivel bravura; D. Fernando parecia que andava como que alheado dos negocios da guerra. Durante essa curta e desgraçada campanha, vimol-o sempre obedecer simplesmente ás ordens de seu irmão, sem observações, sem grande enthusiasmo, como quem cumpre um dever de honra, mas quasi indifferente ao resultado dos seus esforços. O sacrificio devia ser o seu triumpho, como a doce resignação christã era a sua grande qualidade.» Effectivamente D. Fernando não era, como sabemos, um guerreiro de vocação, estava deslocado no meio de um acampamento; mas, querendo illustrar-se pelas armas, procurava obede-

cer simplesmente a uma tendencia da época e a uma tradição de familia.

Na quinta feira deviam os portuguezes embarcar. O infante D. Henrique mandou chegar a terra os bateis, mas os moiros apertaram o cerco para obstar a que os nossos embarcassem e podessem fornecer-se de agua nos poços circumpostos ao arraial. Salat-ben-Salat quiz evitar este desatino, que era um symptoma da perigosa febre da victoria, aconselhando os nossos a dirigirem-se pela couraça de Tanger. D. Henrique mandou por este caminho alguns feridos, mas os moiros, depois de terem passado alguns, acommetteram-n'os, aprisionando uns, matando outros. Então o infante conheceu que tinha que embarcar pela força das armas, e, mandando aproximar cada vez mais do mar o arraial, dispoz tudo para o embarque no dia 19 de outubro pela manhã. Os moiros reforçaram o cerco, e o embarque dos nossos principiou finalmente á custa de vivo fogo. Os portuguezes que estavam nos navios, suppondo que os seus não lograriam embarcar, e que a victoria dos moiros seria crudelissima, quizeram levantar ferro e fugir, mas Ruy Gomes da Silva, que foi a bordo levar o filho de Salat-ben-Salat, socegou-os; e quando elles viram embarcar o infante D. Henrique ficaram ainda mais tranquillos.

O marechal Vasco Fernandes Coutinho e Alvaro Vaz de Almada foram encarregados de cobrir, com alguns bésteiros, o embarque dos nossos, e portaram-se com uma heroicidade verdadeiramente epica no meio da vergonhosa desordem com que a maior parte dos portuguezes procurou salvar-se. Em que nos pese, ouçamos n'este ponto as proprias palavras de Ruy de Pina: «A gente meuda, com desejo de salvar as vidas de que foram desesperados, embarcavam com grande desordenança a que se não podia prover, ca se lançavam ao mar soltamente, não esguardando se o batel era do navio, em que vieram, se d'outro algum, e muitos d'elles por fazerem os mareantes em sua salvação mais attentos e diligentes, tentavam-n'os com cobiça, offerecendo-lhes logo nas mãos alguma provesa que ainda escapara; e isto começou de dar grande desaviamento á embarcação, e causar algum damno; porque a todos os ministros do mar venceu tanto esta aborrecivel cobiça, que suspendiam a entrada dos que alguma coisa lhe não peitavam, e os dispunham por isso a grande perigo, do que el-rei houve depois, sabendo-o, gran desprazer, e segundo a mostrança de seu desejo, certamente este erro não ficára sem grave punição, se d'elle podera achar os certos authores.» É triste de referir este episodio da retirada de Tanger, ainda mesmo que elle represente maior desespero do que cobardia; mas compensa-o largamente a serenidade com que o marechal e Alvaro Vaz, vendo lançar-se voluntariamente ao mar os seus bésteiros, perseguidos pelos moiros, embarcaram, não querendo nenhum d'elles, com primorosa cortezia, entrar primeiro no batel que os devia conduzir a bordo.

No domingo pela manhã todos os portuguezes tinham embarcado. O infante D. Henrique, por vingar-se da traição dos moiros, reteve a bordo alguns alcaides e o escrivão que Salat-ben-Salat tinha enviado para arrolar os despojos do arraial, levando a todos para Ceuta. Reunindo conselho em a nau do conde de Arrayolos, resolveu que o conde e D. Fernando de Castro tornassem com todos os fidalgos que não eram da casa do infante directamente para o reino, indo elle para Ceuta, onde já era governador D. Fernando de Noronha, genro do conde D. Pedro.

Prolongou-se, pois, o cerco de Tanger por trinta e sete dias; durante vinte e cinco foram os portuguezes sitiantes, e durante doze estiveram sitiados.

O chronista estima as perdas dos moiros em quatro mil vidas, e as dos nossos em quinhentas, entrando n'este numero alguns fidalgos, entre os quaes João Rodrigues Coutinho que, ferido, foi morrer a Ceuta. É sempre com desconfiança, como já dissemos, que damos estes algarismos.

«Tal foi, escreve Major, o desastroso fim d'esta empreza imprudente; e por muito que possamos admirar o distincto heroismo do infante D. Henrique, ou honrar a nobreza dos motivos, que subjugaram sua prudencia, é força confessar que a elle se deve principalmente attribuir a culpa do desastre. A previsão e sensatez que tanta vez patenteára nas cousas mais municiosas, faltaram-lhe na ponderação das condições

requeridas em uma empreza ditada aos seus sentimentos e imaginação pelo instincto natural que n'elle prevalecia; isto é, uma devoção cavalleirosa ao que reputava dever religioso para com Deus e a patria. Em primeiro logar não teve justificação arriscar em terra extrangeira as vidas de um exercito corajoso e pequeno, tão desproporcionado em numero para o commettimento, que ia affrontar. E em segundo logar, era dever imperioso, segurar, quanto possivel, o salvamento d'esses valentes lidadores por quantas precauções aconselhasse a prudencia; e tanto mais culpavel foi o apartar-se d'aquelle dever, quanto mais prescripto fôra elle em instrucções expressas e escriptas da propria mão do rei.»

Estas palavras gravadas no bronze da historia por sir Richard Henry Major, são tanto mais insuspeitas quanto é certo que o sabio inglez levantou em honra do infante de Portugal um glorioso monumento no seu bello livro *Life of Prince Henry of Portugal*. Com effeito, ellas são a mais alta expressão da verdade historica, incorruptivel e imparcial.

Vejamos agora o que se passara entretanto em Lisboa.

D. Duarte, desde a partida da frota, resolvera estabelecer-se em Lisboa conjunctamente com o infante D. Pedro a fim de poder providenciar de prompto a quaesquer reclamações que de Tanger lhe fossem feitas. D. João foi, por sua ordem, para o Algarve, onde se conservou apercebido, com gente e mantimentos, para partir á primeira voz.

Mas como a péste grassasse em Lisboa, D. Duarte fez recolher a Cintra a rainha e seus filhos, e alojou-se elle com o infante D. Pedro n'uma quinta, que então ficava nos suburbios da cidade, no sitio de Monte Olivete.

A epidemia recrescia, e o rei teve que transferir-se a Santarem, onde depois do meiado de outubro lhe chegaram vagos boatos de que os infantes estavam em Tanger cercados pelos moiros. O espirito do rei anuveou-se até ao desanimo com esta noticia; valeram-lhe os cuidados do nobilissimo coração de seu irmão D. Pedro, o propheta do desastre da expedição, que não só chamou logo para junto do rei os medicos do corpo mas tambem os da alma, pois que principalmente se tratava de predispor D. Duarte á resignação. Diz Ruy de Pina que entre os homens de boa vida chamados para confortarem o desalentado monarcha fora especialmente escolhido «um Mem de Seabra, homem bem discreto, criado d'el-rei D. João, a quem nas guerras passadas servira como valente cavalleiro, e apartou-se do mundo, e fez junto a Setubal uma casa de oratorio da regra da serra d'Ossa, a que dizem agora a de Mendo.» [1]

O infante D. João, logo que soube a triste noticia, partiu do Algarve, mas, sendo acommettido por um violento temporal, foi surgir em Arzilla, onde o infante D. Fernando já estava captivo. Como quer que tentasse negociações com Salat-ben-Salat sobre o resgate, o rei de Fez, receioso de que lhe arrancassem das mãos o infante portuguez, enviou-o para Fez. O generoso D. Pedro quiz tambem ir em soccorro de seus irmãos, para o que obteve o consentimento do rei. Vieram logo os dois irmãos para Carnide, a fim de fazerem aparelhar uma esquadra, mas como o pessoal devesse ser muito numeroso, e se gastasse tempo, chegaram entretanto a Lisboa alguns dos navios da esquadra de Tanger, e foi então que o rei teve pleno conhecimento do captiveiro de D. Fernando.

D. Duarte deixou-se ficar em Carnide entregue á sua profunda dôr, aggravada de mais a mais pelos ranchos de soldados que demandavam a habitação do rei, os quaes para armarem á sua piedade ou vestiam fatos andrajosos, por mostrarem sua ruina, ou fatos de dó, por mostrarem sua amargura. As narrativas que faziam eram fabulosamente exaggeradas no tocante aos hor-

[1] Junto á cidade de Setubal, quasi á beira do rio, na encosta da serra de S. Filippe, para alem do castello d'este nome, vê-se ainda hoje uma pequena casa alvejante, como sentinella perdida na solidão d'aquelle pittoresco arrabalde. Pois é uma reconstrucção do antigo oratorio fundado por Mendo Gomes de Seabra ou Mendo Oliva, por corrupção *Mendoliva*. N'essa ermidinha, posta sob a invocação de S. Braz, eram recebidos os apestados que entravam pela foz do Sado. No reinado de D. João III o oratorio de Mendoliva foi encorporado no mosteiro de Alferrara, que tambem o piedoso cavalleiro fundára. Vide *Memoria sobre a historia e administração do municipio de Setubal*, por Alberto Pimentel, pag. 214.

rores da campanha e aos serviços que tinham feito. Alguns dos portuguezes, não podendo já soffrer os trabalhos do mar, foram lançados em terra a seu pedido, e na passagem pela Andaluzia caridosamente agasalhados pelos andaluzes, os quaes os encheram de beneficios. Pelo que D. Duarte escreveu logo cartas de agradecimento á cidade de Sevilha e outros logares da Andaluzia. [1]

Estas lugubres procissões atravessavam a cidade, sobre cujas habitações pairava o anjo da morte, e caminhavam em direcção a Carnide. Houve, porem, um homem, um d'estes vultos cavalleirescos da idade media, que ainda hoje nos enthusiasmam pela memoria dos seus feitos, Alvaro Vaz de Almada, maior ainda na morte que na vida, que procurou desvanecer a dolorosa impressão que essa procissão de espectros causava no animo do rei e da cidade. Logo que desembarcou, vestiu-se, e com elle todos os seus, de finos panos de alegres côres, e cortando os cabellos, que durante a expedição haviam crescido, dirigiu-se a Carnide, onde surprehendeu o rei, mostrando-se despreoccupado dos resultados de Tanger. Disse ao rei que se o infante D. Fernando havia ficado captivo, como era certo, o infante não representava mais que um homem só e mortal, e que se tinham praticado feitos de valor que bem compensavam essa contrariedade e que honravam o nome portuguez: que portanto havia motivo para que os sinos repicassem para honra e prazer dos vivos, em vez de dobrarem lugubremente pela alma dos mortos, que eram poucos e tinham acabado gloriosamente. Este artificio do nobre cavalleiro deu uma intermittencia de resignação a D. Duarte, cuja alma, não obstante, havia recebido um golpe incuravel.

De Ceuta, o infante D. Henrique requeria a Salat-ben-Salat que a troco de seu filho lhe entregasse o infante D. Fernando, sem mais outra compensação, por isso que o tratado havia sido indignamente violado pelos moiros no acto de embarcarem os portuguezes. Salat-ben-Salat, pouco cuidadoso da vida de seu filho, não annuiu á proposta. D. Henrique ficou indignado com a recusa do moiro, e immediatamente enviou o filho de Salat, com os alcaides que com elle retivera, para o Algarve, escrevendo largamente a D. Duarte sobre a historia do cerco, e ao rei de Castella e a varios fidalgos d'esta côrte para que coadjuvassem o resgate do infante, por isso que a restituição de Ceuta acarretaria graves prejuizos para todos os povos christãos, especialmente para a Hespanha.

D. Duarte, em resposta, disse a seu irmão que retirasse immediatamente de Ceuta, e que D. Fernando de Noronha, governador d'esta cidade, não fizesse guerra aos moiros para lhes não irritar o animo, do que poderia advir maior damno para o infante D. Fernando, captivo d'elles.

D. Henrique voltou effectivamente a Portugal, cumprindo as ordens do rei seu irmão, depois de ter esperado em Ceuta cinco mezes, mas não veio a Lisboa, onde não queria entrar sem o infante D. Fernando, com o qual tinha partido; ficou no Algarve, no promontorio que então tinha o nome de *Tercena Naval*, que depois passou a chamar se *Villa do Infante*, e que por ultimo tomou o nome actual de Sagres [1] Seja que D. Henrique estabelecesse residencia em Sagres depois do regresso da expedição de Ceuta em 1418, como Major quer, [2] ou só depois do regresso de Tanger, em 1438, o que parece certo é que o desgosto causado pelo captiveiro de D. Fernando, e um certo pejo de entrar em Lisboa sem elle, contribuiram por muito para lhe augmentar o gosto da solidão e do estudo das sciencias correlativas á navegação, pois que a sua carreira militar ficára cortada pelos funestos resultados da expedição de Tanger.

D. Fernando de Noronha, governador de Ceuta, tambem quiz obedecer a D. Duarte não fazendo guerra aos moiros, mas como quer que elles, ganhando ousadia, fossem quasi todos os dias escaramuçar sob os muros da cidade, resolveu-se a castigal-os, o que concorreu para tornar mais aspero o captiveiro que o infante D. Fernando estava padecendo.

Deixando por agora D. Fernando captivo em Africa, e D. Henrique na solidão da *Tercena*

[1] *Quadro elementar*. Vol. I, pag. 323.

[1] Azurara. *Chronica de Guiné*, pag. 34.
[2] *Life of prince*, etc., pag. 107.

no Algarve, assistamos ao que se passa em Lisboa.

Como a peste continuasse a grassar em Lisboa e nos arredores, D. Duarte retirou-se para Santarem, onde se occupou em despachar como poude os requerimentos que lhe apresentavam os recemvindos de Tanger, supplicando graças e mercês. De Santarem passou a Thomar, d'onde fez expedir convocatorias para a reunião de côrtes em Leiria em janeiro do anno seguinte, a fim de lhes pedir conselho sobre o que devia fazer em tão desesperado lance.

Reuniram-se effectivamente as côrtes em Leiria, e foi officialmente apresentado aos procuradores o relatorio da expedição de Tanger, pedindo-se-lhes finalmente conselho sobre se se devia entregar Ceuta pelo resgate do infante D. Fernando.

Perante os procuradores foi lido um documento dirigido pelo infante D. Fernando, que estava ainda em Arzilla, ao rei, no qual documento dizia a D. Duarte e ao seu conselho que permittissem a entrega de Ceuta, cuja conservação era dispendiosa e quasi inutil, a troco da sua liberdade; e que, se a resposta tardasse, seria posto em poder do cruel Lazuraque, regente de Fez, do que muito arreceiava.

Requerera D. Duarte aos procuradores que dessem o seu voto por escripto. Assim se fez. Lendo as respostas, conheceu o rei que havia nas côrtes nada menos que quatro opiniões diversas, a saber:

Que o infante devia ser resgatado a troco da restituição de Ceuta, não só porque para salvação de todos sacrificára a vida e a liberdade, mas tambem porque o não cumprimento do tratado desairaria tanto os portuguezes que o fizeram e assignaram como o proprio rei: opinião dos infantes D. Pedro e D. João, d'alguns poucos fidalgos e da maior parte das cidades e villas do reino.

Que a cidade de Ceuta, onde havia templos christãos, não podia ser entregue aos moiros sem prévia auctorisação do santo padre accordada em consistorio: opinião do arcebispo de Braga, D. Fernando, e do clero. [1]

Que o rei tratasse de vêr se, na successão dos tempos, podia resgatar o infante a troco de dinheiro, de captivos, ou da medeação do papa e outros reis christãos; ou ainda por meio de uma victoria sobre os moiros, que facilitasse o resgate do infante por a cedencia de uma nova possessão africana: mas que, não valendo nenhum d'estes meios, se entregasse finalmente Ceuta, depois de ouvidos os grandes theologos e canonistas.

Que o rei por caso nenhum podia nem devia entregar Ceuta para salvar o infante, nem mesmo no caso que o captivo fosse o principe herdeiro; que o contracto fôra feito sem auctorisação do rei, e que, sem ella, não podia ter valimento nem execução: opinião sustentada vivamente pelo conde de Arrayolos, e outros muitos procuradores.

Em face de tão contrarias opiniões é facil de comprehender a dolorosa incertesa que se apossou do espirito de D. Duarte. Depois de muito pensar sobre o que devia fazer, e não atinando com uma resolução definitiva, lançou mão dos meios dilatorios que uma parte dos procuradores lhe aconselhára. Escreveu ao papa, aos reis e principes christãos pedindo conselho. Responderam todos com banaes palavras de consolação, louvando o exemplo de piedade que o infante D. Fernando dava, e aconselhando que se não entregasse Ceuta. [1]

Passando de Leiria a Evora, soube ahi D. Duarte que o infante seu irmão já estava em Fez, tornando-se cada vez mais rigoroso o seu captiveiro, como ao deante diremos. De Evora escreveu o rei para o Algarve a D. Henrique, que ainda não tinha visto depois do seu regresso d'Africa, e cuja opinião desejava saber. D. Henrique partiu logo para Portel, a quatro leguas de Evora, vestido de dó, e d'ahi escreveu ao rei pedindo-lhe que o não obrigasse a entrar na sua côrte. O rei foi ter a Portel, onde conferenciou com o infante, que se mostrára contrario á entrega de Ceuta, declarando que, se se tinha offerecido para ficar em refens em vez de D. Fernando, era só para não consentir na entrega;

[1] Coelho da Rocha cita este facto (*Ensaio*, pag. 111) como mais uma prova da interferencia do clero no poder civil.

[1] Visconde de Santarem, *Quadro*, vol I, pag. 323; Ruy de Pina, *Chronica*, pag. 182.

disse mais o infante que o resgate se poderia tratar por dinheiro ou por grande numero de captivos, com a medeação do rei de Granada e que, se estes meios falhassem, então se tratasse pelas armas, não sendo precisos mais que vinte e quatro mil homens para dar batalha a todos os reis moiros que contra elle moveram seus exercitos. Finda a entrevista, o rei voltou para Evora, e o infante para o Algarve.

A peste, como por toda a parte perseguia D. Duarte, invadiu Evora, pelo que o rei se retirou com a rainha e seus filhos para Aviz, onde estavam os infantes D. Pedro e D. João, o conde de Arrayolos e outras pessoas principaes. Em Aviz recebeu o rei D. Duarte de Menezes, a quem por intrigas palacianas havia tirado a sobrevivencia da capitania de Ceuta, nomeando-o em recompensa membro do seu conselho, apesar de ser ainda moço, alferes-mór do reino, como seu pae o conde de Vianna havia sido, e doando-lhe o castello de Beja, e suas rendas. Este facto é eloquente como prova do caracter justiceiro de D. Duarte.

Estava-se em agosto, o mez das grandes calmas, e a peste não tardou a invadir Aviz. Então o rei, tendo por ventura o receio de pôr em risco a vida de seus dois irmãos que o acompanhavam, combinou com elles que vivesse cada um onde mais a seguro da epidemia se julgasse. D. Pedro foi para Coimbra, D. João para Alcacer do Sal; o rei, com a rainha e seus filhos, trasladou-se a Ponte de Sôr e d'ahi a Thomar.

Diz D. Antonio Caetano de Sousa que no caminho para Thomar fôra entregue a D. Duarte uma carta que estava casualmente inficcionada, e que d'ahi proviera a doença e a morte do rei. Ruy de Pina enumera, porem, muitas hypotheses que se fizeram sobre a origem da enfermidade de que D. Duarte foi acommettido. Ora uma d'essas hypotheses assignala-lhe uma causa toda moral, o desgosto da deploravel situação em que se via, tanto mais que, sendo extremoso pela rainha, já lhe chegavam aos ouvidos murmurações de que a rogo d'ella, movida pelas doações feitas por D. Henrique e D. Fernando em favor de seu filho D. Fernando, consentira na expedição. Era gravame de mais para um espirito tão delicado como a sensitiva: a vida do rei dilacerou-se certamente entre os gumes d'este dilemma horrivel: deixar morrer seu irmão captivo ou entregar Ceuta, que seu pae havia conquistado. E pois que a morte de D. Duarte se nos affigura consequencia dos desastres de Tanger, incluimol-a n'este capitulo principalmente dedicado á infeliz expedição.

Como quer que fosse, D. Duarte chegou doente a Thomar, onde durante treze dias soffreu uma febre agudissima, de que falleceu, nos paços do convento, a 9 de setembro d'esse mesmo anno de 1438, depois de ter recebido todos os sacramentos, e feito testamento, que o auctor da *Historia Genealogica* não poude encontrar na Torre do Tombo nem em outros archivos. [1] Todavia Ruy de Pina diz que aberto o testamento do rei na presença do infante D. Pedro, que por estar em Coimbra poude chegar mais de pressa, e de toda a côrte, se viu que D. Duarte nomeava sua mulher herdeira *in solido*, tutora e curadora de seus filhos, regente do reino e herdeira de todos os bens moveis; quanto ao infante D. Fernando recommendava que o resgatassem por dinheiro ou qualquer outro modo, entregando-se finalmente Ceuta se todos os outros meios se mallograssem.

O infante D. João estava doente em Alcacer do Sal, e a infanta sua mulher não lhe quiz participar o fallecimento do rei sem que primeiro entrasse em convalescença. O infante D. Henrique partiu do Algarve para Thomar, chamado pela rainha, logo que soube a triste noticia.

Mettido n'uma tumba, o cadaver do rei foi, com acompanhamento de clerigos, transportado para a egreja da Batalha, onde elle havia mandado dar principio ás capellas denominadas *imperfeitas*, [2] ainda hoje incompletas. D. Duarte jaz na capella-mór do templo. [3]

[1] *Hist. Gen.* Vol. II, pag. 487.

[2] *Hist. Gen.* Vol II, pag. 487.

[3] «... fomos encontrar o tumulo de D. Duarte aos pés da capella-mór, ao lado de sua esposa D. Leonor de Aragão, que tão estremecidamente amou. Faltava-nos na capella do fundador o vulto d'este principe, que triste sina perseguiu, mas que não é decerto o menos sympathico dos filhos de D. João I. Parece comtudo que, ainda na morte, sua esposa, D. Leonor, a implacavel inimiga de seus irmãos, a que tanto concorreu para que fossem procurar em Tanger perda segura os infantes D. Henrique e D. Fer-

CAPITULO V

Primeiros tempos do captiveiro

Principiemos a desdobrar esse longo drama de angustias que, na successão do tempo, fez com que se désse ao infante D. Fernando o cognome de *infante santo* ou *principe constante*.

Seguiremos a narrativa de frei João Alvares, seu secretario e companheiro de prisão, pondo comtudo de parte os exageros a que uma excessiva fé religiosa, propria da época, o arrastava. O captiveiro do infante D. Fernando é de per si mesmo grandioso, e de modo algum precisa de ser romantisado com hyperboles e visualidades mais proprias de uma novella phantastica que de um drama real, verdadeiro e sublime.

Quarta feira, 16 de outubro, foi, como sabemos, entregue a Salat-ben-Salat o infante D. Fernando, como penhor da entrega de Ceuta. Acompanharam o desditoso principe Rodrigo Esteves, seu aio, frei Gil Mendes, seu confessor, João Rodrigues, seu collaço, frei João Alvares, seu secretario, mestre Martinho, seu medico, Fernam Gil, seu guarda-roupa, e João Vasques, seu cozinheiro-mór, bem como os fidalgos, já por nós nomeados, [1] que ficaram por fiadores da vida do filho de Salat-ben-Salat.

Cahia a noite, quando o infante e os seus companheiros foram recolhidos na torre sobreposta á porta que vae do alcaçar para a cidade. Queixa-se fr. João Alvares de que foram mal providos de mantimentos. Esta falta pouco molestaria, porem, o infante, cuja preoccupação de espirito devia ser grande n'aquella hora, já de si melancolica pelas meias tintas crepusculares que a pouco e pouco se vão esbatendo no ceu no meio do silencio de toda a natureza. Longe da patria, longe da sua familia, captivo de infieis, tendo deante de si um futuro incerto e porventura cheio de horrores, elle, que havia nascido principe, preparava-se como escravo para velar a primeira noite de captiveiro n'uma torre das muralhas de Tanger!

Como sabemos, no domingo seguinte, levantava ferros a frota portugueza, depois de um embarque tumultuario. O infante D. Fernando, não tendo recebido recado algum de seu irmão, um novo adeus, uma phrase siquer d'estas que conteem lagrimas, suppoz que o infante D. Henrique teria sido morto pelos moiros. Preoccupou-se muito com este pensamento, tanto mais que ouvira dizer que os moiros haviam atacado os portuguezes na occasião do embarque. Como quer que o infante rompesse em grande pranto, Salat-ben-Salat mandou ao arraial dois christãos para reconhecerem os mortos. Voltaram os christãos e disseram a D. Fernando que D. Henrique e os principaes cavalleiros da frota haviam ao menos salvado a vida; todavia o infante pareceu não ficar ainda convencido. Na terça feira seguinte resolveu Salat-ben-Salat enviar o infante para Arzilla com os seus companheiros. Foram uns montados em osso, outros em albardas e finalmente outros em sellas velhas, sobre bestas que estavam estropeadas por haverem feito serviço no arraial sem terem, portanto, sido arraçoadas. Chegados ás portas de Arzilla, tiveram-n'os ahi como em exposição. Os moiros que por ali faziam caminho para suas terras affrontavam-n'os com toda a casta de insultos, chegando a cuspir-lhes e a apedrejal-os. Ao cabo de duas horas d'este supplicio, appareceu Salat-ben-Salat, que adeante de si os conduziu pelo longo caminho que segue desde as portas da cêrca até á cidade. Pela estrada, que ia litteralmente cheia da gente moirisca que recolhia do arraial com seus

nando, a que tanto calumniou D. Pedro, a que lançou no espirito de seu infantil filho D. Affonso V os germens do odio, que havia de produzir a messe fatal de Alfarrobeira, conseguiu afastar para longe dos seus o melancolico esposo que a adorava. Lá estão as suas estatuas de mãos enlaçadas, emquanto ao fundo da egreja encerrados na sua funeraria capella como que choram seus paes e seus irmãos a ausencia do monarcha eloquente.» Pinheiro Chagas — *Fóra da terra*, pag. 72. Enganou-se Pinheiro Chagas em dizer que estão de mãos enlaçadas as duas estatuas: D. João I e D. Filippa é que se dão as mãos no marmore como em vida. Mas o esculptor do tumulo de D. Duarte não teve coragem de pôr a mão de D. Leonor entre a de seu marido, desnervada pelo peso do sceptro, que ella contribuiu para tornar de ferro. Pedro de Figueiredo, e Benevides copiáram do tumulo da Batalha o busto de D. Leonor.

[1] Ha apenas a notar a differença de que fr. João Alvares trata por Gomes da Silva aquelle a que Ruy de Pina chama Gomes da Cunha.

Offic. Typ. da Empreza Litteraria.

Captiveiro do infante D. Fernando

camellos e gados, repetiram-se os insultos, que subiram de ponto junto á cidade, onde numerosas mulheres, mercadores genovezes e alguns castelhanos e judeus os esperavam tangendo anafis, adufes e atabaques e cantando, estando a cidade toda embandeirada. Era tamanha a embriaguez do triumpho nos moiros, que toda aquella gente parecia esquecer n'aquella hora os seus feridos e os seus mortos; não lhes lembrava senão que tinham ali escravisados aquelles que queriam escravisal-os.

Anoitecia quando entraram na cidade, e pois que o infante continuasse a suspeitar que D. Henrique havia morrido ás mãos dos moiros, Salat-ben-Salat, que tinha ainda toda a esperança da entrega de Ceuta, prometteu, e cumpriu, enviar a Ceuta um emissario com cartas do infante. Desempenhou esta commissão um alfaqueque de Alcacer-Ceger, e esta preoccupação poude ao menos dissipar-se no animo do infante captivo.

Outra maior o esperava, porem. Tardava a resposta de Portugal sobre o resgate, e Lazuraque, regente de Fez, que tinha prestado grandes serviços a Salat-ben-Salat durante o cerco de Tanger, reclamava D. Fernando para ficar captivo em seu poder, dizendo a Salat-ben-Salat que em quanto o infante estivesse ao pé do mar, em sitio onde, para assim dizer, as vistas dos portuguezes o podiam acompanhar, não pensariam em resgatal-o.

Effectivamente a remoção do infante e dos seus companheiros para Fez realisou-se em maio de 1438, ficando em Arzilla os fidalgos que estavam em refens do filho de Salat-ben-Salat, e o collaço do infante, Pedro Rodrigues. No momento da partida, disse Salat-ben-Salat ao infante que, se a resposta de D. Duarte fosse favoravel e clara, a mesma cavalgadura que d'ali o conduzia o tornaria a trazer, e que elle podia levar comsigo dinheiro e quanto quizesse, porque escrevera para Fez a dizer que respeitassem os seus haveres. O infante, animado por estas palavras, levou quanto possuia, e de tudo foi depois desapossado.

Fr. João Alvares conta por estas palavras a partida para Fez: «E fizeram cavalgar aos do infante sobre as bestas carregadas, e ao infante em cima de um magro sendeiro desferrado, e o freio atado com tamiças, a sella velha, e remendada, os arções rotos e despregados, que bem parecia coisa feita por escarneo. N'esta besta fizeram cavalgar ao infante, e lhe metteram uma vara na mão.»

Despediram-se com muitas lagrimas os que partiam e os que ficavam. Posto a caminho o infante, a cada povoação que chegava sahia-lhe ao encontro a gente do sitio, que o escarnecia com trovas offensivas, e o apedrejava. Nos logares em que os captivos tinham de pernoitar, recusavam-lhes esteiras e loiças, porque aos moiros repugnava por fanatismo que os christãos tocassem com mão sacrilega nos objectos de seu uso. Durou a jornada seis dias. Chegados á vista de Fez, mandaram-n'os esperar para dar tempo a reunir-se toda a população, e, como parecesse que já tinha acudido ali todo o povo, conduziram-n'os á cidade, indo o infante a cavallo e os outros a pé. Iam as ruas cheias de gente, que levantava grande alarido, e os moiros que faziam a guarda aós captivos tiveram que abrir caminho muitas vezes, com espadas e paus. Conduziram-n'os ao alcaçar do rei, onde os mandaram descalçar e os arrolaram, sem que todavia Lazuraque lhes quizesse dar recepção. Levaram-n'os depois para o edificio onde os moiros lavravam a moeda, prisão interina, onde encontraram dois portuguezes que tinham ficado prisioneiros em Tanger, Alvaro Eannes e Diogo Delgado.

Disseram estes dois captivos ao infante que os moiros estavam acabando á pressa uma masmorra para os receber a todos, e que ouviram dizer que a cada um dos christãos haviam de cortar um pé, e uma das mãos.

Sentiram-se desalentados com estes annuncios de novos soffrimentos os companheiros do infante, que os exhortou a soffrerem com paciencia quaesquer trabalhos que os esperassem. De feito, acabada a masmorra, foram para ella transferidos todos os christãos, a quem era defeso vêr ou fallar com pessoas extranhas, excepto com os porteiros que estavam encarregados de, a troco de dinheiro, lhes comprar alimentos. Mas o infante tinha apenas um pequeno peculio que convinha não dispender; todavia, por industria d'aquelles dois portuguezes que já encontrára em Fez, poude o infante escrever a um mercador de Mayorca pedindo-lhe que lhe emprestasse recursos. O mer-

cador annuiu, e por se amerciar da sorte de D. Fernando foi por vezes preso, açoitado, sendolhe confiscados todos os bens.

Começou a impacientar-se o cruel Lazuraque, regente de Fez em nome do joven principe Abdallah, com a demora de uma resolução definitiva a respeito do infante D. Fernando, e propoz-lhe que por um moiro escrevesse ao rei de Portugal pedindo resposta decisiva; que, posto fossem captivos, e como taes os podesse tratar, queria primeiro vêr o que fariam por elles; que concedia trez mezes ao rei de Portugal para mandar resposta.

A indole sanguinaria de Lazuraque mostrava as impaciencias de um leão encarcerado n'uma jaula: queria despedaçal-a, exercer a sua vingança livre de quaesquer considerações. Que horrores de supplicios não preveriam os captivos, pois que em nome de Lazuraque se lhes dizia que ainda não tinham sido tratados como deviam! O infante procurava lenitivo nas suas crenças religiosas, ouvia missa todos os dias, porque até então podera conservar as alfaias precisas para esse acto religioso, e frequentes vezes se confessava e commungava.

Já tinham decorrido, porem, quatro mezes depois que partira de Fez o judeu que devia ser portador da resposta definitiva dos portuguezes. Na manhã do dia 11 de outubro, de 1438, pouco depois de nascer o sol, entrou á masmorra onde estavam os captivos o alcaide de Çaquifa, e d'ella os expulsou, tomandolhes conta de quantos objectos e roupas possuiam.

«E alem de lhes não deixarem cousa alguma, diz fr. João Alvares, com ameaças inquiriam se tinham mais; e o infante foi buscado, e despiram-lhe um gibão, em que lhe acharam duzentas dobras, que trazia guardadas para suas necessidades, e levaram o gibão assim a Lazuraque, e lh'as mandou tomar. N'aquelle dia foram a todos lançados ferros em ambas as pernas á maneira de braga, e o infante foi o derradeiro a que os lançaram. Em tanto leváram os seus á horta do rei, a que chamam Arryate, em que está o banho; e alli estava a esta sazão Lazuraque em uma casa mui formosa que ahi ha, a que chamam Buca. E a cada um d'elles lhe metteram uma enxada nas mãos, e lhe fizeram cavar aquella horta, até que o sol foi posto, que os levaram a metter na masmorra.»

Data d'este dia o maior supplicio infligido ao infante D. Fernando e demais captivos.

Havia pouco mais de um mez que tinha fallecido em Portugal o rei D. Duarte, sem ter resolvido, como sabemos, o grave problema do resgate de seu irmão. Entretanto a impaciencia dos moiros recrescia, e, conhecendo-se a indole feroz de Lazuraque, comprehende-se facilmente que fr. João Alvares não exageraria os horrores do quadro.

O alcaide encarregado de expulsar da masmorra o infante e os que lhe eram companheiros, executara authomaticamente as ordens do regente, mas o seu silencio era de sobra expressivo, e mais o foram ainda os ferros com que algemaram os captivos. O infante devia imaginar que tudo estava perdido, e uma grande dôr sobrelevaria todas quantas n'esse momento curtiu. Via-se abandonado pela sua familia e pela sua patria; affigurar-se-lhe-ia talvez que a distancia que vae de Portugal a Africa seria bastante para afrouxar os doces laços do amor fraterno, e todavia nós sabemos que o desgosto do captiveiro do infante apagára rapidamente a vida do rei, e amargurava profundamente o coração dos outros seus irmãos. Mas a suspeita do infante D. Fernando era apparentemente desculpavel, chegava mesmo a ser justa. Esta dôr seria, n'esse momento, a grande, a principal.

A expoliação das duzentas dobras que elle guardava para uma eventualidade futura devia, por outro lado, acabar de esmagar qualquer esperança que ainda podesse ter de comprar a troco de dinheiro alguma hora de bem estar. Diz-nos fr. João Alvares que o infante D. Fernando, ainda quando estava em Arzilla, pensára algumas vezes em fugir. Oiçamos o chronista: «E tardou tanto a resposta d'este requerimento (o que enviára a D. Duarte, receioso dos maus tratos que teria de soffrer indo para o poder de Lazuraque), que parecia seu livramento pôr-se em litigio, e em mister de favor, e ajuda de procuradores; e por mais accrescentar no que devia fazer, escreveu a el-rei, que lhe mandasse certo apparelho, com o qual (Deus querendo) tinha esperança de fugir com os seus d'ali, e se

acolherem ao mar; e assim teriam todos juntamente liberdade sem outro preço, ou resgate; que quanto era aventurar-se só elle a escapar, ficando os seus em perigo, que o não faria por cousa da vida; que já alguns partidos lhe eram commettidos da parte do infante D. Henrique, e pelos seus não ficarem em perigo, e ainda porque se haviam de fiar em homem castelhano, e de pouca auctoridade, se não quiz a isso dispôr.»

Quando o infante estava para ser conduzido a Fez, recebeu carta do rei por mão de Fernam de Andrade, na qual lhe dizia, a respeito dos planos de fuga, que tivera conselho com os que mais o amavam, e que era opinião de todos que se não expozesse a tal perigo. O rei não se póde referir aqui ao infante D. Henrique, que estava ausente, porque este infante, como acima vimos, já tinha lembrado a D. Fernando alguns meios de evadir-se.

Estas tentativas de fuga poderão amesquinhar de algum modo a heroicidade do infante D. Fernando durante o seu captiveiro em Africa? Parece-nos que não. Christo, modelo ideial ou real de doçura e resignação no soffrimento, vacillou, no jardim das Oliveiras, deante da idéa do sacrificio que lhe era imposto. O seu corpo cobriu-se de um suor de sangue, dizem os livros santos; a solidão em que se viu apavorou-o, chegou a queixar-se do abandono dos seus discipulos, porque «se o espirito quer, a carne é fraca».

Pois com a solidão foi ameaçado, desde o dia 11 de outubro de 1438, o infante D. Fernando, a quem os outros captivos só tornaram a ver, n'esse dia, quando depois do trabalho eram conduzidos á masmorra, porque o encontraram no caminho, rodeiado de alguazís que o obrigavam a andar, não obstante o peso e embaraço das algemas. No palacio campestre de Lazuraque, o tyranno revela por palavras o que o infeliz infante já sabia por pensamentos: «Pois que os christãos são traidores—diz-lhe elle—, e me não dão Ceuta, que por ti me prometteram, tu és meu captivo, e farei de ti o que quizer, e mando-te logo que vás pensar essas bestas», e indicava as que estavam presas em redor da horta O infante obedeceu, e quando a noite cahiu levaram-n'o para a masmorra, mas para uma enxovia separada d'aquella em que os outros portuguezes estavam. Era intenção de Lazuraque duplicar o castigo com a solidão. Mas, tanto amargurou ella o animo do infante que, ao romper do dia, sentindo que tiravam da enxovia os outros captivos, esmoreceu, diz o chronista. Os guardas foram dizel-o a Lazuraque, o qual lhe mandou recado que, se quizesse acompanhar os seus, havia de trabalhar como elles. Esta concessão alegrou tanto o animo do infante, que até pareceu dar-lhe ao corpo novas forças para o rude trabalho braçal.

Fornece-nos fr. João Alvares alguns pormenores curiosos sobre o tratamento que davam aos captivos: dois pães por dia; carne, peixe e vinho, nunca. Ao infante deram um gibão de fustão, um saio apertado, e um manto muito comprido, tudo preto. Quando o fato se rasgava, remendavam-lh'o. Para dormir, tinha duas pelles de carneiro, e sobre ellas um pedaço de alcatifa velha; por cobertor, o manto; por travesseiro, um mólho de feno. Era expressamente prohibido a todos os moiros fallarem com os captivos, sob pena de quinhentos açoites, que algumas vezes, por piedosa infracção da ordem, foram infligidos. Na masmorra, eram todas as noites mettidos doze homens com o infante n'uma enxovia que tinha sido feita apenas para oito presos. Finalmente, as torturas eram tamanhas que o rei Abdallah e sua mulher Halu (em nome dos quaes governava Lazuraque, como já dissemos), e a propria mulher de Lazuraque, quando iam á horta onde o infante trabalhava, tinham pena d'elle, e diziam-lhe palavras de consolação.

Schæffer diz a respeito de Lazuraque, fallando dos captivos portuguezes, estas palavras que Pinheiro Chagas traduziu: «Viam-se agora cheios de terror em poder do monstro cujo nome os assombrava de longe, nas mãos sanguinolentas do feroz Lazuraque, do homem que governava o Estado com um poder sem limites, debaixo do nome do joven Abdallah, que se chamava então rei de Fez. Filho d'um moiro e d'uma christã, educado entre hordas de bandidos arabes, apesar de ser o mais novo de seus irmãos, a todos submettera á força de dextresa e de maldade. Pelas suas intrigas roubou o throno aos dois filhos mais velhos do rei de Fez, Abu-Said, e sentou em logar d'elle no solio o terceiro filho Abdallah, sem lhe conceder mais do que o livre goso do harem, deu-lhe sua irmã, a garrida Halu, para esposa, e casou elle mesmo com a irmã do rei, que já a

muitos outros pertencera. Mandou encarcerar ou decapitar moiros influentes, despojou os ricos e entregou os empregos e as dignidades ás suas creaturas, que eram a mais infame relé. Cheio de desconfiança, mesmo para com os homens mais leães, espiando as fraquezas dos outros, lograva toda a gente dissimulando a sua verdadeira opinião para affectar uma muito differente. A sua indole era uma mistura de maldade e de manha, d'hypocrisia e de crueldade. Aos olhos do povo passava por um santo, porque a sua arte de dissimulação e a sua profunda hypocrisia o punham em estado d'impôr aos outros com piedosos discursos e acertadas sentenças. Gosando de grande credito junto das classes inferiores, era por isso ainda mais terrivel para aquelles que o conheciam e lhe tinham horror. De mais, os despresados portuguezes, a todos odiosos, não podiam achar junto de pessoa alguma o minimo amparo contra o seu oppressor. O povo via em Lazuraque, o perseguidor dos christãos, o verdadeiro musulmano; os melhores e os mais esclarecidos d'entre os moiros deviam pelo menos consentir o que elles mesmos talvez não teriam feito.»

Mas se dermos credito á narração de fr. João Alvares, como devemos, porque, no fim de contas, á parte os seus exageros piedosos, é uma testemunha presencial dos factos, formava-se em alguns corações femininos, alguns dos quaes pulsavam mesmo junto de Lazuraque, uma como reacção furtiva contra os vexames que o infante e os seus estavam soffrendo. Halu, apesar da sua garridice, Millez, a propria esposa de Lazuraque, iam algumas vezes vêr o infante, confortal-o com doces palavras. Outras mulheres da côrte imitavam este exemplo. Alguns moiros foram, como sabemos, açoitados em castigo da sua commiseração pelo infante; o mercador de Mayorca, tambem. Estes factos contradizem de algum modo as expressões de Schæffer—que os portuguezes, a todos odiosos, não podiam achar junto de pessoa alguma o minimo amparo contra o seu aggressor. Mais ainda. Conta fr. João Alvares que o infante, intercedendo a favor dos seus criados captivos, mandára dizer por um alcaide a Lazuraque: «Que a mim se torne e não a elles; e quando isto não quizer, que a mim faça tanta graça, que como elles houverem de ser tratados assim o seja eu.» E acrescenta o chronista: «D'isto prouve muito áquelle alcaide, e todos os moiros o louváram muito, dizendo que por isso fazia Deus mercê aos senhores christãos, porque tinham tanto amor aos seus, e que os seus tinham razão de morrerem por seus senhores.» Por maior que se repute o aggravo, o supplicio é sempre sympathico; demais a mais o povo é eternamente, em toda a parte e em todos os tempos, agora o leão que brame sanhudo, logo a pomba que arrulha docemente.

Andava o infante D. Fernando trabalhando um dia com os seus na horta, quando Lazuraque lhe mandou dizer que havia noticia de ter fallecido em Portugal o rei D. Duarte. O infante ficou verdadeiramente fulminado, mas pensou ainda que o tivessem enganado para mais o atormentarem. «Se isto é verdade, disse aos seus o infante, (o que Deus não mande), eu tenho recebido a maior perda, que homem n'este mundo receber podia; que em el-rei meu senhor eu tenho perdido um tão bom, e verdadeiro amigo, e tão grande ajuda, como maior não posso dos homens ter, nem haver. E assim vos digo, que se elle morto é, que a minha vida com meu captiveiro ambos farão juntamente fim.»

N'estas palavras, que o chronista attribue ao infante D. Fernando, e que são de todo o ponto verosimeis, reflectem-se mais uma vez as altas qualidades moraes do infante: a bondade com que esquecia os seus resentimentos, a doçura com que perdoava e soffria.

Porque em verdade o infante tivera sobejos motivos para julgar-se aggravado e esquecido. A troco da salvação dos expedicionarios contractara-se a entrega de Ceuta, o infante submettera-se docilmente á necessidade de ficar em penhor da palavra dos portuguezes, sacrificara a sua vida para salvar a de muitos, escrevera ao rei seu irmão lembrando o dever de cumprir-se o tratado, e todavia já passara um anno sem que parecesse que em Portugal se recordavam de que elle estava captivo em Africa, no meio de infieis que necessariamente se haviam de enfurecer com a demora! Tudo accusava o rei aos olhos do infante, se bem que o rei não tivesse a menor culpa, e a tamanho desgosto succumbisse. Mas quando chega a Fez a noticia da morte de seu irmão, o infante tudo

esquece, tudo perdôa, chora, julga-se só no mundo, elle, que já tão só estava!

Passados dias, a 7 de novembro, mandou Lazeraque mostrar uma carta que lhe dirigira de Arzilla Fernam da Silva, estribeiro-mór do rei, na qual se confirmava a noticia da morte de D. Duarte.

Parece que D. Duarte havia mandado a Arzilla o seu estribeiro-mór para dizer a Salat-ben-Salat que lhe entregaria Ceuta a troco da liberdade do infante, certamente no empenho de amansar o animo dos moiros em favor de seu irmão, emquanto elle, em Portugal, procuraria harmonisar as opiniões n'esse sentido. Este facto é apenas referido por fr. João Alvares; nem Ruy de Pina, nem Schaeffer, nem Pinheiro Chagas dão conta d'elle.

D. Fernando, ouvindo a confirmação da fatal noticia, cahiu por terra desmaiado, e, quando tornou em si, arrancou os cabellos e as barbas, açoitando as proprias faces. Começou depois a lastimar-se, e entre as palavras que fr. João Alvares lhe attribue, n'esse momento, ha as seguintes: «Levantado é rei novo, que Deus por muitos annos prospere; mas não me é tanto chegado, nem tem tanto conhecimento de mim, e o que o fará olhar pouco por nós será a sua pouca idade, que essa o escusa...»

Damos inteiro credito a estas palavras, porque nos parece que ellas seriam a fiel expressão do que n'essa hora se passava no espirito do infante. Seu sobrinho D. Affonso era menino, bem sabia D. Fernando como seu irmão amava estremecidamente a rainha, suspeitaria portanto que o rei a deixaria regente do reino, como effectivamente fez, e de D. Leonor, que tanto protegera a expedição de Tanger, pelas razões de interesse que já conhecemos, não podia elle esperar mais que um fingido auxilio para o arrancar ao captiveiro.

Eis aqui por que Schæffer escreveu ácerca da situação do infante n'esse momento: «Era como um navio, abandonado sem esperança de salvação, ao furor das vagas, depois de partida a derradeira amarra que o prendia á praia.»

Acudiram carinhosamente ao infante com palavras de consolação os outros captivos. Era uma justa recompensa da sua dedicação por elles, do carinho com que tantas vezes os exhortara a soffrerem com paciencia as duresas do captiveiro. Não obstante, o maior e melhor lenitivo da dôr é o tempo. Alem de que, a dôr é como a nodoa que põe a amora: desvanece-se com outra dôr. Para a saudade, o captiveiro.

Por amor da chronologia, interrompamos n'este ponto a narrativa, que opportunamente continuaremos.

LIVRO II

Durante a menoridade de D. Affonso V

CAPITULO I

Acclamação de D. Affonso V.—Discurso do infante D. Pedro. — Mestre Guedelha. — Principiam as questões sobre a regencia do reino.—Exequias de D. Duarte.—Projecto de casamento para D. Affonso V.—As côrtes de Torres Novas.—A peste.

O infante D. Pedro tratou logo, em Thomar, de dar as ordens precisas para a acclamação de seu sobrinho D. Affonso, herdeiro da corôa. Por este motivo não pôde acompanhar o corpo de D. Duarte á egreja da Batalha, como era seu desejo. D. Pedro, rodeiado por varias pessoas da côrte, dirigiu-se ao convento da villa, onde eram então os paços reaes, e observa Ruy de Pina que «os corpos iam vestidos dos pannos mais ricos, mas as almas e caras de clara tristeza, que em todos não era fingida, mas verdadeira e justa.» Entre o convento e os paços do castello tinha-se levantado um pavilhão, para o acto solemne que se ia realisar. Chegado o infante D. Pedro ao paço, ahi lhe apresentaram o sobrinho, *posto em vestiduras reaes*. D. Pedro acompanhou-o até ao pavilhão e, sentando-o na cadeira real, disse, fazendo-se ouvir pelo povo: «Como que o dia de hoje, como muitos que virão, teriamos justa causa dar logar a nossos olhos, que com muitas lagrimas testemunhassem a dôr e perda, que recebemos na morte de um principe tão catholico, e tão virtuoso, e tão necessario a nós todos, como foi el-rei meu senhor e irmão, cuja alma Deus haja: devemos porem considerar como catholicos e de razão que, pois em escusar sua morte não ha remedio, que duas cousas sómente nos ficam, para que a Deus e ao mundo certifiquemos o amor e boa vontade que lhe tinhamos. A primeira, em nossas orações, jejuns e obras meritorias, havermos sua alma em memoria para a encommendarmos a Deus. A segunda, este ramo em todos os signaes de virtudes tão florecido, que de seu real tronco nasceu, que é o mui excellente principe D. Affonso, seu filho nosso senhor, que temos presente, havemol-o de reconhecer, servir e amar por nosso só natural e verdadeiro rei e senhor, como o requer nossa mui antiga e costumada lealdade, e o direito nos obriga. E porem vol-o apresento aqui, para o assim em tudo reconhecerdes, e vos encommendo da sua parte que, para o assim fazerdes, não hajaes respeito á sua nova idade, mas ás velhas obrigações em que para isso lhe sois, e sua real senhoria vos dá já uma mui certa esperança de acharmos n'elle honra, mercê, favor e justiça, como cada um o merecer e lh'o requerer.»

Tal é o discurso que o chronista põe na bocca do infante D. Pedro por occasião de seu sobrinho ser acclamado rei de Portugal. As palavras não serão porventura as mesmas, porque a historia era no tempo de Ruy de Pina essencialmente discursiva, e os velhos chronistas compraziam-se em inventar discursos accommodados ás circumstancias. Então que razões nos levaram a reproduzir aqui esse discurso, de cuja authenticidade textual aliás duvidamos? Porque, posta de parte a questão de palavras, esse discurso

toca precisamente nas mólas que o infante D. Pedro precisava fazer mover. No fundo, elle não poderia dizer outra coisa. Tinha que referir-se, em primeiro logar, á morte de seu irmão, e expontaneamente o fazia, porque lhe havia sido dedicadissimo; em segundo logar, devia alludir ao novo rei, e procurar dissipar a má impressão que no espirito publico produziria a sua tenra idade, n'uma época em que o paiz se achava em graves circumstancias, e havia graves problemas a resolver, entre os quaes o da sorte do infante D. Fernando, captivo em Africa; finalmente, recommendando obediencia ao herdeiro da corôa, qualquer que fosse a sua idade, como a lealdade e o direito impunham, o infante D. Pedro teria certamente em vista aquietar o animo da rainha viuva, que lhe não era affeiçoada, em parte por idyosincrasia, em parte por influencia de intrigas palacianas e talvez por despeitos de familia [1], e que desconfiava de que o infante seu cunhado tinha aspirações ao throno. No discurso então recitado, e que aliás tinha de ser breve, o infante D. Pedro precisava ferir todas estas notas, e Ruy de Pina comprehendeu perfeitamente as circumstancias, se a invenção do discurso lhe pertence, como suppomos.

Falta-nos ainda, no solemne momento da acclamação real, um personagem que é do estylo figurar n'estes actos. Esse personagem é um astrologo, o pretenso sabio que faz inquirições sobre o futuro para tirar o horoscopo do novo soberano. Cá o temos, effectivamente, e por tal signal que já é nosso conhecido: chama-se mestre Guedelha, agora acrescentado em consideração visto como acertou na prophecia que fez do reinado do infeliz D. Duarte. Portanto. não se procedeu definitivamente ao acto official sem que mestre Guedelha houvesse declarado que o momento era astronomicamente favoravel. Ouvida porem a sua declaração, o infante D. Pedro ajoelhou deante do sobrinho e, tomando-lhe das mãos, saudou-o como seu rei. Seguiu-se, como era da praxe, a grita levantada pelos reis d'armas, arautos e alferes-mór, que era D. Duarte

[1] Diz Ruy de Pina que talvez esta indisposição procedesse das discordias que houve entre D. Fernando de Aragão, pae da rainha, e o conde de Urgel, pae da mulher do infante D. Pedro, que pertendeu a corôa de Aragão, e foi vencido.

de Menezes, os quaes foram depois pelas ruas da villa, repetindo tres vezes, em cada uma, o pregão do estylo.

Faltava proceder-se á abertura do testamento d'el-rei D. Duarte, e todavia não seria talvez difficil adivinhal-o na parte mais interessante, isto é, na relativa aos negocios do estado. Amantissimo de sua mulher, e vendo de mais a mais seus irmãos como que espalhados pelo tufão da desgraça, que soprava ainda dos lados d'Africa, era de prever que elle a deixasse investida na regencia do reino, e que, quanto ao infante D. Fernando, procurasse desatar-se por sua morte, perante Deus e os homens, das attribuladas hesitações que até ahi o prenderam, aconselhando, portanto, o seu resgate. Com effeito, assim aconteceu. Os pontos capitaes do seu testamento, que infelizmente se perdeu como já sabemos, eram effectivamente esses dois: que sua mulher ficaria *in solido* testamenteira de sua alma, e tutora e curadora de seus filhos, e regente do reino, e herdeira de todos os bens moveis; e que, a troco de dinheiro ou de captivos, ou finalmente por cessão de Ceuta, se arrancasse ao poder dos mouros o desventuroso infante D. Fernando.

Ouvido o testamento, algumas das pessoas presentes a esse acto logo ali objectaram á rainha que lhes não parecia bem observal-o rigorosamente na parte relativa á regencia d'ella só. Esses taes descontavam no testamento o que n'elle tinha havido d'excessivo amor conjugal por parte de D. Duarte, e com uma previsão que, em face das circumstancias, não assombra, queriam evitar conflictos provaveis, quasi certos, entre a opinião publica, muito favoravel ao infante D. Pedro, e a rainha viuva, tão contraria a este infante. Portanto, logo ali lhe disseram que, não obstante suas virtudes e consciencia, não seria decerto bem recebida como unica regente por ser mulher e extrangeira, e que já se dizia publicamente que D. Duarte não tinha direito para nomear a regencia, porque attributo era esse só reservado ás côrtes; que lhes parecia bem e prudente que a rainha encarregasse da gerencia dos negocios publicos os infantes irmãos do rei, e que ella tratasse da educação de seus filhos e dos seus negocios domesticos.

Tranquillisada um pouco pelo procedimento

do infante D. Pedro, estas palavras fizeram alguma impressão no animo da rainha. De mais a mais o infante D. Henrique, a quem a rainha se mostrava affeiçoada, havia chegado a Thomar, e, reunida a côrte, fallou-se no que de immediata necessidade era preciso fazer. N'este caso estava responder aos embaixadores de Castella, que tinham chegado a Lisboa quando D. Duarte expirava. O assumpto da embaixada era, por parte do rei de Castella: 1.º—Que as egrejas, que pelo scisma foram tiradas aos bispados de Tuy e Badajoz, e eram governadas por administradores, se tornassem aos seus proprios prelados; 2.º—Que os mestrados de Aviz, e S. Thiago d'estes reinos tornassem, um á obediencia da ordem de Calatrava, e o outro á de S. Thiago de Castella, de que foram membros; e que os titulares ficassem como estavam, e as eleições se fizessem n'este reino, mas as confirmações d'ellas pelos superiores de Castella; 3.º—Que alguns bispados d'estes reinos reconhecessem superioridade ao arcebispo de Sevilha, como metropolitana sua, que sempre fôra; 4.º—Que se restituissem a Castella alguns navios, que diziam lhes haviam sido tomados. [1]

Tendo chegado a Thomar o infante D. Henrique, e reunido assim á volta da rainha o conselho de que tambem fazia parte o infante D. Pedro, pediu D. Leonor que lhe dessem instrucções sobre o que n'aquelle momento convinha fazer, especialmente sobre o que se devia responder aos embaixadores de Castella.

Não tardou que se resolvesse pedir á embaixada castelhana que esperasse a reunião das côrtes; resolveu-se outrosim que, em vista d'uns certos preparativos de guerra que se estavam fazendo em Castella, se recommendasse vigilancia aos alcaides das fortalezas da fronteira; resolveu-se finalmente que se expedissem convites para as exequias de D. Duarte, que deviam realisar-se na egreja da Batalha.

N'este pequeno conselho, que era tanto de familia como de estado, houve um ligeiro incidente a proposito da pessoa que assignaria as cartas convocatorias, tanto para as exequias como para as côrtes. O infante D. Henrique e outros do conselho alvitraram que fossem assignadas pelo infante D. Pedro, o qual se escusou *com mostrança de muita honestidade,* diz o chronista. Foi a rainha quem veio a assignal-as.

Entretanto de toda a parte do reino acudia a Thomar grande numero de fidalgos, que desejavam lisonjear o sol nascente, isto é, ganhar influencia e affeição no espirito da rainha viuva. Com effeito, muitos d'elles não perderam o tempo, porque D. Leonor repartiu com mão generosa muitos objectos do espolio de seu marido, beneficiando tambem por essa occasião, com roupas e pannos de seda, varias egrejas e mosteiros.

O infante D. Pedro, querendo tranquillisar completamente o espirito de sua cunhada, aproveitou a occasião da côrte estar reunida em Thomar, para expôr o alvitre de que, estando ainda o herdeiro da corôa em tenra idade, que de ordinario é sujeita a muitas contingencias, seria conveniente acclamar e jurar por seu successor o infante D. Fernando, outro dos filhos de D. Duarte.

Assim se resolveu, assignando o auto da acclamação os infantes D. Pedro e D. Henrique e o conde de Barcellos, faltando o infante D. João por continuar a estar doente em Alcacer do Sal.

Lisonjeada no seu amor de mãe e no seu orgulho de rainha, D. Leonor quiz, n'um impulso de gratidão, cumprir uma das ultimas vontades de D. Duarte, expressa ao seu confessor: que o herdeiro da corôa desposasse sua prima D. Isabel, filha do infante D. Pedro.

Sorriu ao coração do infante esta proposta, tanto mais por lhe ser feita expontaneamente. Mandou agradecer á rainha, e certifical-a de que acceitava tão subida honra para sua filha, mas observou comtudo que, estando ainda o lucto muito recente, e não havendo perigo em esperar melhor occasião, por serem de pouca idade ambos os noivos, lhe parecia conveniente deixar que primeiro se fizessem as exequias, e se desanuviasse da saudade do seu rei o espirito publico.

Quando porem a noticia d'este facto de casamento se espalhou na côrte, as intrigas palacianas pullularam. Precisamos procurar o fio da maior d'essas intrigas. O conde de Barcellos queria que o joven rei desposasse uma sua neta, filha do infante D. João. [1] Portanto, para con-

[1] *Quadro elementar* pelo visconde de Santarem, tomo I, pag. 324.

[1] O conde de Barcellos casára com a filha do

trariar aquelle projecto de casamento, serviu-se da influencia que tinha no animo da rainha, o arcebispo de Lisboa, D. Pedro, irmão de sua segunda mulher. [1] Na côrte, como no oceano, uma corrente encontra sempre uma contra-corrente. Os amigos do infante D. Pedro foram avisal-o do que se passava, e o infante, um pouco arrependido da lealdade com que aconselhára a rainha a esperar por melhor occasião para o casamento, deu-se pressa em ir procurar sua cunhada. D. Leonor temia este cunhado por isso mesmo que o respeitava. As palavras do infante conseguiram debellar por agora a influencia das palavras do arcebispo, e a rainha chegou mesmo, a pedido do infante, a assignar um documento em que empenhava a sua palavra n'este negocio. Depois, entregou ao infante o documento.

Aproximando-se a época fixada para as exequias, que era o fim de outubro, partiu a familia real, acompanhada pela côrte, de Thomar para a Batalha, onde os actos religiosos se celebraram com a solemnidade que em taes casos era costumada. Da Batalha jornadearam para Torres Novas, onde as côrtes deviam reunir-se. Tiveram, porem, que esperar alguns dias pela chegada de alguns alcaides e representantes.

O arcebispo de Lisboa, movido pelo conde de Barcellos, aproveitou a occasião, que lhe pareceu opportuna, para urdir uma especie de conspiração contra o infante D. Pedro. Como lhe não conviesse, porem, figurar como chefe de conspiradores, em razão da sua qualidade prelaticia, encarregou d'esse papel o marechal Vasco Fernandes Coutinho, que depois foi primeiro conde de Marialva. Em todo o caso a conspiração sempre teve um certo traço de ecclesiastica, pelo sitio em que os conspiradores se reuniram: uma egreja. Adheriram á conspiração varios fidalgos, os quaes combinaram affastar do poder, e da amisade da rainha o infante D. Pedro. Este conluio era o signal da lucta que ia travar-se entre o arcebispo e o infante; e a rainha, de novo influenciada pelo arcebispo, a rainha, fraca e inconstante por ser mulher, altiva por nacionalidade, habituada a dominar o coração de seu marido, e de mais a mais irritavel pelo estado de gravidez em que se achava, a rainha, diziamos, adheriu á conspiração, acreditando e confiando na firmeza dos conspiradores.

Mas convem não esquecer que o infante D. Pedro era um homem superior, sobremodo respeitado no reino, tendo por si a maior parte da opinião publica, e lembrado isto facilmente se comprehenderá não só a falta de firmeza de alguns conspiradores mas tambem as difficuldades com que viriam a luctar aquelles que persistiram na conspiração.

Entretanto, a lucta estava travada. *Alea jacta erat.* Vamos vêr agora como ella se desenvolve nas côrtes de Torres Novas, logo depois de feitas as menagens, pelos tres estados, ao joven monarcha, que presidia do alto do seu estrado, como um pequeno manequim inconsciente, e engalanado de custosas vestes reaes.

O infante D. Henrique era tão respeitado pela rainha, que com a adhesão do partido de seu irmão D. Pedro poude, pela sua influencia, oppôr difficuldades á liga dos conspiradores, conseguindo que a rainha chegasse a um accôrdo n'estes termos: que D. Leonor seria encarregada da educação de seus filhos, e da administração de seus bens, e que o infante D. Pedro seria encarregado da administração e governo do reino, com o titulo de *defensor do reino por el-rei.*

Sem embargo, depois de pactuado este accordo, surgiram difficuldades a elle, e, para calmar a excitação publica, o infante D. Henrique procurou, como medida conciliadora, obter o seguinte accordão do conselho e dos procuradores do povo, que foi publicado a 9 de novembro:

Que á rainha pertenceria a faculdade de nomear para os empregos e cargos da côrte, e que lhe seria destinada uma somma conveniente para satisfazer ás despezas da casa real; que o conselho real se compozesse de seis membros, os quaes teriam a seu cargo, alternadamente e em certos

condestavel Nuno Alvares, e d'ella teve tres filhos, a saber: D. Affonso, conde de Ourem; D. Fernando, conde de Arrayollos, e a infanta D. Isabel, mulher do infante D. João. Uma filha d'este infante, portanto neta do conde, é pois aquella a quem nos referimos no texto.

[1] Tendo morrido a filha do condestavel, o conde de Barcellos passou a segundas nupcias com D. Constança de Noronha, filha do conde de Gião e irmã d'este arcebispo, a quem o conde de Barcellos muito estimava. Este conde não houve filhos do segundo casamento.

e determinados periodos, os negocios d'estado que seriam da sua competencia, e isto conforme a ordem que as côrtes regulassem; que, alem d'este conselho, fosse eleita uma deputação permanente dos tres estados para residir na côrte, a qual deveria ser composta de um prelado, de um fidalgo e de um cidadão, cada um eleito pelo seu respectivo braço, por um anno; que todos os negocios de expediente deveriam ser tratados pelos seis conselheiros, e pela deputação dos tres estados sob a presidencia da rainha, e com a approvação e consentimento do infante D. Pedro; que se nos votos houvesse empate, deveriam as resoluções ser submettidas aos infantes, aos condes e ao arcebispo, valendo a opinião da maioria; que se a rainha se accordasse com o infante, o seu voto seria então decisivo, ainda que fosse opposto ao de todo o conselho; que os negocios de fazenda, excepto os que fossem da competencia das côrtes, seriam tratados pela rainha e pelo infante, e os decretos e ordens seriam assignados por ambos, e os vêdores da fazenda ficariam encarregados da sua execução; que, finalmente, todos os annos se juntassem as côrtes para n'ellas se resolver as duvidas que os do conselho por si não podessem decidir, como por exemplo, *mortes de grandes homens*, *e privação de officios grandes*, *e perdimento de terras*, *e corregimento*, *ou fazimento de leis e ordenações*, *e que nas côrtes futuras se podesse correger ou emendar qualquer defeito ou erro que houvesse nas passadas.*

Mas a rainha, de novo excitada pelo partido contrario ao infante D. Pedro, e facil joguete de paixões politicas e particulares, recusou-se a adherir a este accordão, allegando que lhe pertencia o inteiro regimento do reino, e que por sua livre vontade o compartiria com quem lhe aprouvesse.

Sabedor da resposta da rainha o infante D. Pedro, e já enfastiado do seu genio volteiro, como então se dizia, declarou que faria tudo quanto seu irmão D. Henrique quizesse, mas este infante é que desanimou em face de tão contrarios acontecimentos, e mostrou querer renunciar ao seu papel de mediador. O braço popular tão vivamente se manifestou porem a favor do infante D. Pedro, de tal modo se exaltou o espirito publico, que a rainha, receiando graves conflictos, resignou-se a assignar o accordão, sendo imitada por todos os nobres do seu partido, com excepção do arcebispo D. Pedro, que recusou a sua adhesão.

O proprio conde de Barcellos assignou o accordão, com a doble facilidade de quem assigna para perjurar. Não lhe tendo sido conferido por esse documento cargo algum publico, o conde julgou dever appellar ao menos para o casamento de sua neta com o joven rei. E pondo a mira n'este alvo, induziu a rainha a que retirasse a sua annuencia ao casamento da filha do infante D. Pedro com o principe D. Affonso. A principio, a rainha recusou-se, sentiu fugir-lhe a coragem para commetter essa infamia, mas o conde de Barcellos offereceu-se para ir pessoalmente exigir do infante D. Pedro a restituição da promessa escripta que a rainha lhe havia entregado, e D. Leonor fechou os olhos, consentiu finalmente.

Foi o conde de Barcellos desempenhar a commissão de que expontaneamente se encarregára. O infante D. Pedro recebeu-o com fidalga superioridade e nobre altivez. Disse-lhe que poderia recusar a entrega d'esse papel que a rainha lhe havia dado sem que elle o sollicitasse, mas que nenhuma duvida tinha, porem, em restituil-o, comtanto que fosse rasgado, para symbolisar a quebra da palavra da rainha.

E rasgando com effeito o documento, entregou-o ao conde de Barcellos.

Mais de um mez duraram ainda as côrtes de Torres Novas, e como quer que as colheitas tivessem sido escassas aquelle anno, e houvesse n'aquella localidade falta de mantimentos, a rainha transportou-se a Lisboa, onde pareceu conveniente suspender o tributo da dizima sobre todos os legumes que viessem á cidade, a fim de attrair ao consumo o maior numero possivel de comestiveis vegetaes. A carta que D. Leonor dirigiu por essa occasião á camara de Lisboa, em nome do rei, é assignada por ella e pelo infante D. Pedro. Como se verá, D. Leonor d'Aragão assignou *triste* rainha: era a sua maneira de assignar depois que ficou viuva:

[1] «Dom afonsso por graça de deos. Rey de por-

[1] Archivo da Camara Municipal de Lisboa, liv. II, original, de D. Duarte I e de D. Affonso V fl. 15.

tugal e do algarue e ssenhor de cepta A uos nossos oficiaaes e rreqredores de nossos direitos desta çidade de lixboa e outros quaaesquer a q̃ esto perteençer e esta nosa carta for mostrada. Saude sabede q̃ nossa merçee he visto amingoa q̃ ora ha em ella asy de legumes como dos outros mantymentos. auremos por quite e rrelleuada aquaaesquer pessoas q̃ ssejom. a dizima de todos legumes q̃ trouuerem ou enuyarem aa dita çidade. E porem uos mandamos q̃ lha nom rreqyraaes nem os costrangaaes por ello em nhũa guisa q̃ sseja por quanto lha quitamos e os auemos por rrelleuados della como dito he. E huũs e outros al nom façades. Dante em a dita çidade de lixboa XVI dias de março ElRey o mandou com autoridade da senhora Rainha sua madre tetor e curador e acordo do Infante dom pº sseu tyo defensor por el de sseos Regnos e senhorios. Ruy peres godinho afez anno do nasçimento de noso senhor Jhũ Xº de mil e quatro centos trinta e noue. Esto lhe outorgamos atee as prymeyras cortes q̃ prazendo a deos fezermos

«a treiste Reynha Infante dõ pº»

Foi em Lisboa que o infante D. João, já convalescido da grave enfermidade que padecera, e sabedor da morte de el-rei D. Duarte, cujo pupillo fôra emquanto menino, se encontrou com a rainha e com o herdeiro da corôa, prestando perante os dois juramento de adhesão e obediencia, aconselhando comtudo a rainha, publicamente, a que se não intromettesse no regimento do reino.

Esta opinião do infante D. João divulgou-se immediatamente pelos circulos de conversação, e fortaleceu a hostilidade dos partidarios do infante.

Não obstante a rainha começára a exercer a regencia, tendo apenas como auxiliar o infante D. Pedro, e a superintender na educação do principe real, que tinha por aio Nuno Martins da Silveira.

O trabalho de expediente, o ter que repartir todos os dias a sua attenção por muitos negocios differentes, fatigara-a, sobretudo em razão do estado de gravidez em que se achava. Aconselharam-lhe os medicos repouso, mas o povo, vendo que muitos requerimentos não tinham prompto despacho regio, começava a queixar-se de D. Leonor e a pedir secretamente ao infante D. Pedro que tomasse conta da regencia do reino. O infante procurava dissuadil-os, dizendo-lhes que a rainha era menos assidua no expediente dos negocios em razão do seu melindroso estado, mas que tivessem paciencia, que ella, logo que melhorasse, poria em dia o expediente, como elles queriam e era de justiça.

Parecia, porem, que a má estrella de el-rei D. Duarte se obstinava em infelicitar, alem da morte do desventuroso principe, a sua prole e o seu reino.

Entrado o mez de março de 1439, quando os primeiros assomos da primavera parecia deverem fazer sentir a sua benigna influencia, a peste veio de novo pairar sobre Lisboa, sacrificando uma das pessoas da familia real, a infanta D. Filippa, que apenas contava onze annos de idade.

O joven rei D. Affonso e seu irmão o infante D. Fernando transferiram-se immediatamente para Almada, fugindo á epidemia, e a rainha viuva recolheu-se á quinta de Monte Olivete, junto a Santo Antão.

Foi justamente n'esta quinta que D. Leonor deu á luz a infanta D. Joanna, que veio a ser rainha de Castella; e que soube da morte de seu irmão mais novo, o infante D. Pedro, que succumbira no cêrco de Napoles, onde militava com o rei D. Affonso seu irmão.

CAPITULO II

O infante D. Fernando.—Hesitações do infante D. Pedro.—Statu quo.—Hostilidades da rainha para com o infante D. Pedro.—Excitação do povo de Lisboa.—Intervenção do infante D. Pedro.—Accentua-se a lucta a respeito da regencia do reino.—O arcebispo de Lisboa.—Intriga da rainha.—Côrtes de Lisboa.—O infante D. Pedro investido na regencia.—Embaixada dos infantes de Aragão.

Na agitada situação em que o paiz se encontrava nos primeiros mezes do anno de 1439, era completamente impossivel encontrar solução para os graves negocios de estado que D. Duarte deixára pendentes, um dos quaes dizia respeito, como sabemos, ao desditoso infante D. Fernando e á entrega de Ceuta para resgate do infante.

Sobre este assumpto recebera a rainha viuva uma carta do papa Eugenio IV, na qual o pontifice, ao mesmo passo que lhe enviava palavras de consolação pela morte do rei, lhe aconselhava que por maneira alguma entregasse Ceuta, allegando razões no interesse do catholicismo.

O motivo por que n'este lance a rainha se retirou para Sacavem com seus filhos, deixando em Lisboa unicamente D. Affonso V em companhia de seu tio o infante D. Pedro, não n'o dizem as chronicas, mas o certo é que assim aconteceu. E, aproveitando a ausencia da rainha, o infante D. Pedro deu largas aos cuidados que o preoccupavam, desabafando com o seu amigo Alvaro Vaz de Almada, e segredando-lhe que estava no proposito de renunciar á pequena parte que lhe cabia no governo do reino. Consultados sobre materia tão grave os demais amigos do infante, dividiram-se por tal fórma as opiniões, que por fim vingou o alvitre de que o melhor seria conferenciar com os outros infantes. Com effeito, D. Pedro escreveu logo a seu irmão D. João, que estava em Alcochete, convidando-o para uma entrevista, e simultaneamente Alvaro Vaz de Almada escrevia por sua parte para Alcochete avisando o infante D. João de qual era o assumpto da entrevista. Não se fez esperar o infante D. João, e avistando-se com seu irmão fallou-lhe tão resoluta linguagem que chegou a dizer que se nenhum dos outros filhos de D. João I quizesse ter parte no regimento do reino, elle o requereria para si, e tomaria por força.

O infante D. Pedro objectou que sobremodo lhe custava concorrer por qualquer maneira para perturbar com discordias intestinas a grande obra da consolidação nacional realisada por seu pae, ao que o infante D. João replicou ainda que, se elle abandonasse o poder, a desgraça da patria seria inevitavel, por isso que todas as ambições se agglomerariam tumultuosamente em torno da rainha, e que a cupidez dos infantes de Aragão, irmãos de D. Leonor, não seria por certo a menor causa de grandes perigos para o reino de Portugal.

Movido por estas razões, o infante D. Pedro respondeu que se sugeitaria ao *statu quo*, que continuaria a representar na gerencia do reino o pequeno papel que lhe havia sido distribuido, e que entretanto de novo se reuniriam as côrtes e que podia ser que a rainha, melhor avisada, e reconhecendo-se fraca para tamanho encargo, abandonasse expontaneamente a regencia.

Despediram-se os dois irmãos, voltando para Alcochete o infante D. João, e dirigindo-se D. Pedro para Sacavem por acompanhar o principe real.

Mas quando D. Pedro chegou a Sacavem, já a noticia da sua entrevista com D. João era conhecida da rainha. Receiosa, irritavel, joguete de ambiciosos conselheiros, a rainha expulsou de sua casa todas as donzellas pertencentes a familias affeiçoadas ao infante D. Pedro, incluindo uma sobrinha de Alvaro Vaz de Almada.

A noticia d'este escandalo palaciano indignou os amigos do infante, e todo o seu partido, essencialmente constituido pelo povo. Mas como se não bastasse este, não tardou outro motivo para maior indignação. A rainha fizera mercê a Nuno Martins da Silveira, aio do principe, dos varejos a que os mercadores de Lisboa eram obrigados por sete annos. O povo alarmou-se com esta ruim nova, e solicitou da camara municipal que o defendesse d'este vexame.

Reunida a vereação e invadida pela turba a sala, em má hora appareceram ali dois portadores da carta regia que fazia a mercê a Nuno Martins. Ouvindo-a ler, vendo que só trazia a assignatura da rainha, o povo tão violentamente manifestou a sua indignação, que um dos portadores teve que saltar pela janella, e ao outro com grande risco poderam alguns defender a vida.

Vendo que a excitação publica crescia de hora para hora, o presidente da casa do civel avisou a rainha pedindo providencias. D. Leonor de Aragão mandou immediatamente chamar o conde de Arrayollos, corregedor das justiças, que veraneava n'uma quinta de Loures. Depois de se avistar com a rainha em Sacavem, o conde deu-se pressa em partir para Lisboa.

Calcula-se facilmente que a inesperada chegada do conde poria um enorme enxame de boatos sinistros sobre aquella revolta Lisboa do seculo XV. A que viria o conde? Castigar o povo ou negociar com a gente do infante? Um official de Relação, que portanto devia estar na posse dos segredos do presidente da casa do civel, tinha dito em logar publico que não tardaria muito que se *vissem as gigas da ribeira cheias de*

Regencia da rainha D. Leonor.—O povo amotinado precipita da janella da casa da Camara um emissario da rainha

Offi:. Typ. da Empreza Litteraria.

Regencia da rainha D. Leonor.—O povo amotinado precipita da janella da casa da Camara um emissario da rainha

mãos e pés, como de pescado. Este dito, repetido de bocca em bocca com electrica rapidez, atemorisou alguns dos principaes cidadãos, que tinham que perder, e que receiavam que o conde de Arrayollos viesse a exercer uma alçada por tal modo carniceira que fossem até castigados os não culposos.

Mas o povo, longe de se amedrontar, fortificou-se pela união, como quasi sempre costuma acontecer em lances identicos. A questão é que uma voz solte o grito de revolta no meio da turba; abrem-se logo milhares de boccas, para repetil-o, como n'um écho tremendo.

Vendo que era grave a attitude dos dois partidos, o da rainha e o do infante, o conde de Arrayollos sentiu receio de proceder com asperesa e, presumindo conhecer um pouco o espirito da sua época e do seu paiz, julgou mais acertado recorrer ao auxilio das armas dos arsenaes theologicos, dos mysticos bacamartes monasticos, encarregando fr. Vasco da Lagoa, religioso dominico, de prégar no domingo seguinte, no seu mosteiro, recommendando paz e concordia ao povo de Lisboa.

Depois o conde fez publicar convite para que a população concorresse á egreja de S. Domingos, e com effeito, não podendo atinar com o que se passaria, o povo de Lisboa acudiu em barda ao mosteiro e suas immediações.

Fr. Vasco da Lagoa subiu effectivamente ao pulpito e, por servir a rainha ainda melhor do que o conde lhe havia encommendado, vociferou varios epithetos crueis contra o povo, chamando-lhe ingrato e desleal e acabando por lembrar-lhe quanto os cidadãos de Bruges soffreram por desobediencia e ingratidão para com o duque Filippe.

O povo murmurava já contra o prégador e o sermão, quando um barbeiro menos soffrido levantou a voz d'entre a turba e disse ao bom do dominicano: que elles não podiam ser comparados aos flamengos, porque nunca lhes passou pela cabeça matar seu principe e senhor, e que, pelo contrario, o amavam e respeitavam, mas que aquelle frade má vontade tinha decerto contra o povo...

As palavras do barbeiro audaz foram saudadas por murmurios cada vez mais temerosos, e fr. Vasco da Lagoa, julgando mais acertado salvar a pelle do que a causa da rainha, escapou-se do pulpito, e enclausurou-se no convento.

O conde de Arrayollos ficou verdadeiramente desnorteado com esta contrariedade, e de mais a mais vexado pelo mallogro de meios em que tanto confiava. Portanto, deu-se pressa em sahir da cidade, indo dizer á rainha o que era passado.

E logo que elle partiu, o povo correu ao mosteiro de S. Domingos e declarou ao prior que expulsasse frei Vasco, senão que o matariam e queimariam.

O prior reconheceu que o momento era solemne, e expulsou o frade. Mas fr. Vasco teve artes de se salvar secretamente.

Sabedor da grande excitação que em Lisboa lavrava, o infante D. Pedro resolveu vir pessoalmente tranquillisar os habitantes da cidade. Com effeito pousou no convento do Carmo, onde logo convocou uma reunião, em que recommendou a maxima prudencia, fazendo sentir ao povo que elle estava exagerando os seus direitos, e lembrando-lhe que devia obedecer aos mandados da auctoridade legalmente constituida.

Alguns dos principaes cidadãos submetteram-se, mas outros responderam que se tinham collocado em legitima defesa dos mercadores vexados pelo decreto dos varejos, e que a causa dos males não provinha do povo mas do facto de estar o poder supremo do reino dividido por muitos, pelo que pediam a adhesão e protecção do infante.

D. Pedro replicou recommendando de novo prudencia, e dizendo-lhes que para resolverem esta ultima questão esperassem pelas côrtes, ás quaes poderiam requerer o que lhes parecesse de justiça.

Informada a rainha do que se passava, e receiando que a reunião das côrtes désse logar a qualquer manifestação que lhe fosse desfavoravel, enviou para as provincias cartas de crença, a fim de que particularmente d'ellas tivessem conhecimento os fidalgos ali residentes, ordenando-lhes que viessem ás côrtes armados e acompanhados de toda a gente que podessem equipar.

Por sua vez tambem o infante D. Pedro foi prevenido dos manejos da rainha, e, conferenciando com o conde de Arrayollos, resolveu-se

que o conde se entendesse a este respeito com D. Leonor. A rainha prometteu emendar o que tinha feito, mas não lh'o consentiram talvez os acintosos conselheiros.

Em Lisboa, estes factos tinham-se divulgado, e a cidade enviou á rainha Pedro Annes Lobato, representando em defesa dos cidadãos. D. Leonor respondeu por escripto á cidade que estivesse tranquilla e nada temesse, mas como os boatos terroristas continuassem, os da cidade responderam á rainha que esses boatos procediam dos proprios partidarios d'ella.

D. Leonor lançou então mão d'um estratagema de que ainda hoje mais ou menos todos os governos lançam mão. Mandou syndicar ácerca da origem d'esses boatos, mas escusado será dizer que não foi possivel averiguar d'onde proviessem.

Sabedor de todas estas machinações, o infante D. João, que estava doente em Alcochete, onde tambem se achava o conde de Ourem, escreveu ao infante D. Pedro pedindo-lhe que fosse vel-o. D. Pedro deu-se pressa em jornadear de Camarate para Alcochete, onde D. João lhe disse que em vista de continuarem as dissenções com a rainha, e de ser grande a ousadia com que certos fidalgos fallavam já a respeito d'elle D. Pedro, uma só coisa lhe competia praticar: fazer-se aclamar regente do reino *in solido*. Que para isso contasse com elle, com o conde de Ourem, com os amigos de todos tres, e com o povo de Lisboa, e que se preparasse para esperar a opposição dos infantes de Aragão, irmãos da rainha.

D. Pedro respondeu que effectivamente a animosidade da rainha era cada vez maior contra elle, e que o desrespeito com que os fidalgos o olhavam tinha por fim lisongear D. Leonor, que sempre lhe fôra adversa. Mas que se elle D. Pedro tratasse de disputar pela força a regencia do reino, grande damno adviria para todos d'esse conflicto, e que por isso cada vez julgava mais conveniente esperar a resolução das côrtes.

Contrapoz o infante D. João que receiava que entretanto esfriasse o enthusiasmo do povo de Lisboa pela causa do infante, mas D. Pedro retrucou, na firmeza das suas convicções religiosas, que aguardava o juizo de Deus na resolução das côrtes, mas que entretanto, sabendo-se que a rainha recommendava preparativos bellicos, elle por sua parte ia recommendar vigilancia a este respeito ás cidades e villas do reino.

Com effeito, voltando a Camarate, o infante escreveu n'esse sentido, recommendando que as suas cartas fossem simultaneamente lidas aos povos em todos os pontos, e que aquella que dirigia a Lisboa fosse promulgada depois d'elle ter partido para Coimbra.

Affixada á porta da Sé a carta do infante D. Pedro, era tanta a agglomeração do povo que queria lel-a, que até de noite se revesavam os grupos, allumiando-se com candêas para poderem ler. Não se fallava n'outra coisa, e a agitação ia n'um *crescendo* temeroso. Lisboa respondeu reiterando a sua adhesão ao infante, e como Lisboa todas as povoações a que elle escrevera, acrescentando a cidade do Porto que queria que o infante fosse o unico regente.

Por outro lado, a quasi certesa de que em defesa da rainha viriam seus irmãos, que eram extrangeiros, favorecia a causa do infante, excitando a colera do povo contra toda a familia de Aragão.

O infante D. Pedro não tinha porem partido de Camarate para Coimbra sem primeiro justificar o seu procedimento para com D. Leonor. Foi a Sacavem despedir-se d'el-rei, e por essa occasião, conservando-se sempre de pé, e com grave attitude, teve uma curta entrevista com a rainha, na qual lhe recordou os serviços que d'elle tinha recebido, e a animosidade com que ella sempre o havia tratado, acabando por dizer-lhe estas palavras: «Que até ahi a rainha o tivera como ella queria, e que d'ahi em deante o tomaria como o achasse.» E, sem dar tempo a que a rainha lhe respondesse, retirou-se.

D. Leonor ficou sobremodo receiosa com este passo do infante, e attendendo a que Sacavem era uma povoação não defendida e muito proxima de Lisboa, resolveu transferir-se para Alemquer, em cuja segurança confiava. N'este ponto a fraquesa feminil da rainha fez com que desattendesse o alvitre d'alguns conselheiros, que lhe recommendavam que viesse para Lisboa, porque poderia talvez com a sua presença socegar o espirito publico.

Mas D. Leonor era primeiro que tudo mulher, e teve medo.

O povo de Lisboa vendo que D. Leonor se pre-

parava para a defesa, alvoroçou-se mais. Era natural que assim acontecesse. Então, em pleno *meeting* popular, como agora se diria, um velho cidadão, homem de claro juizo e larga experiencia, disse que era preciso prepararem-se para a lucta, e que cumpria que o povo de Lisboa escolhesse pessoa que podesse dirigil-o em tão apertado lance, indicando logo para alferes da cidade o destemido Alvaro Vaz d'Almada, cuja legenda de valor era conhecida em toda a Europa, e cujo nome por isso mesmo, e pela sua grande affeição ao infante D. Pedro, era muito sympathico ao povo.

Chamado á pressa a Lisboa Alvaro Vaz d'Almada, que se achava fóra, o povo foi esperal-o á ribeira fazendo-lhe uma verdadeira ovação, e dirigindo-se todos á casa da camara ahi lhe entregaram a bandeira da cidade, que elle prometteu defender.

Exaltado certamente por este acontecimento, o espirito popular creou novos alentos e os officiaes mecanicos de Lisboa, reunidos em S. Domingos, tomaram a seguinte resolução: «Que o infante D. Pedro fosse unico regedor e defensor do reino, e que assim promettiam de o requerer em côrtes, e que com a propria vida pugnariam, se fosse preciso, pela realisação d'este accôrdo.»

Alguns partidarios da rainha olhavam com certo desdem para a resolução que os officiaes mecanicos de Lisboa acabavam de tomar. Cegava-os a realesa, com a qual privavam, e da beira do throno olhavam desdenhosamente para estas ondulações em que o espirito democratico se agitava, como um lago que enruga a face quando o tufão se aproxima. Todavia outros partidarios da rainha inquietaram-se, e um d'elles foi Pedro Annes Lobato, que se deu pressa em ir avisal-a a Alemquer.

Reunido o conselho real, e ouvida a informação do solicito alviçareiro, perguntaram-lhe o que conviria fazer.

A sua resposta foi laconica e profundamente desanimadora: «Que já não sabia que houvesse remedio senão em Deus.»

Mas era preciso fazer desde logo alguma coisa, emquanto Deus não providenciasse, e decidiu-se que a rainha escrevesse ao povo de Lisboa fazendo-lhe ver que não havia motivo algum para taes receios e inquietações: o portador d'esta carta foi o proprio Lobato.

No desempenho da sua commissão, Lobato deu da carta conhecimento ao povo com o adminiculo de algumas observações que lhe pareceram judiciosas, mas o povo, que já se não fiava em cartas e promessas da rainha, voltou as costas desdenhosamente, e o certo é que o povo tinha rasão.

Um facto o vai provar.

O arcebispo de Lisboa, primo da rainha, residia nos paços da Alcaçova, pegados com a egreja de Santa Cruz. Entre os paços archiepiscopaes e o castello da cidade corria um lanço de muro no qual estava comprehendida a porta de Martim Moniz, a qual ainda hoje subsiste, e que perfeitamente se pode ver do largo da Graça. Para os cubellos que defendiam esta porta, mandou o arcebispo abrir uma communicação, e sobre o lado da muralha, que dava para a rua das Escólas Geraes, havia tambem o arcebispo mandado edificar uma alta e bella torre. Com estas obras creára poderosos elementos de defeza, e déra logar a graves suspeitas de mancommunação com a rainha, aggravadas por vagas palavras que contra o povo proferia. Alem d'isto, que já não seria pouco para produzir alvoroço entre os cidadãos, o arcebispo distribuira numerosas e novas armas pela sua gente, a qual começára a mostrar uns certos modos aggressivos para com os habitantes da cidade. Sobresaltado o povo por estes preparativos bellicos, reuniu-se a vereação, e resolveu-se que fossem dois deputados a requerer ao arcebispo que entregasse á cidade, como era de justiça, os cubellos e a torre de que illicitamente se assenhoreára. O arcebispo, homem de genio altivo e aspero, respondeu pouco comedidamente aos mensageiros. Tornou a reunir-se a vereação. Apresentaram-se, n'essa sessão municipal, alvitres revolucionarios, que punham em pouca segurança a vida do arcebispo. Mas, á custa de bons e prudentes conselhos, chegou-se á deliberação de fazer entaipar a porta que o arcebispo mandára abrir, e occupar os cubellos pelo povo. Em vista d'esta energica attitude dos cidadãos, o arcebispo, receiando pela sua vida, resolveu sahir immediatamente de Lisboa e refugiar-se na Albandra.

Adiante veremos o destino que depois tomou.

Entretanto a inquietação publica recrescia, e o povo enviou a Alcochete o seu novo alferes, Alvaro Vaz de Almada, encarregando-o de pedir ao infante D. João que sem demora viesse para Lisboa, onde a sua presença se tornava precisa á segurança dos cidadãos.

O infante não se fez esperar, e hospedou-se na Casa da Moeda, onde conferenciava a miude com os da cidade, e os fortalecia na opinião de escolherem para unico regente do reino seu irmão D. Pedro.

De Alemquer, a rainha proclamou ao povo portuguez procurando desvanecer os receios de que estava possuido, e communicando-lhe que nenhuma intervenção extrangeira procuraria ou acceitaria na suprema direcção dos negocios do reino; outrosim lhe recommendava que nas novas côrtes se abstivessem de suscitar a questão da regencia ou que ao menos acatassem a resolução tomada nas côrtes de Torres Novas. E como garantia ás promessas que fazia, a rainha auctorisava o povo a fazer registar a sua carta nos archivos das camaras municipaes e das corporações religiosas.

A excitação popular era já tamanha, porem, que o povo não só não quiz fazer registar a carta da rainha, mas até a não attendeu. E em Lisboa o caso foi mais longe. Sendo aquelle documento apresentado por Gonçalo Borges, escrivão da chancellaria real, e querendo affixar nas portas da Sé a carta de que era portador, o povo não lh'o consentiu, e se não tivesse tomado o partido de fugir, o povo havel-o-hia maltratado até.

N'este lance, que pareceu opportuno, o dr. Diogo Affonso Mangancha, homem de grande saber e respeitabilidade, e Lopo Fernandes, tanoeiro abastado e estimado, resolveram que, antes da reunião das côrtes, o doutor fizesse uma conferencia publica na casa da camara, expondo a questão da regencia no interesse do infante D. Pedro, conferencia que a ambos serviria para tomarem o pulso á opinião publica.

Logo que a noticia d'este acontecimento se espalhou pela cidade, e se soube que um dos promotores da reunião era o tanoeiro Lopo Fernandes, creatura muito da sympathia do infante D. João, ligou-se grande interesse e importancia a essa especie de *meeting*, que effectivamente se realisou, sendo extraordinariamente concorrido.

O doutor Mangancha combateu, quanto ao regimento do reino, a resolução das côrtes de Torres Novas, e baseando-se em textos de direito canonico e civil, em passagens do Velho e Novo Testamento, e exemplos da historia antiga, demostrou que o supremo governo do reino não devia ser confiado a uma mulher, mas sim a um varão no qual concorressem as virtudes e merecimentos que o infante D. Pedro possuia. Pelo que, avançou o alvitre de que, ainda que o infante recusasse o poder, deveria ser compellido a acceital-o.

Depois do doutor Mangancha fallou um vereador, agradecendo-lhe em nome da cidade; e querendo todos ouvir a opinião do alferes da cidade, Alvaro Vaz de Almada, louvou-se nas considerações do orador que o precedera, avançando comtudo a idéa de que o rei *não devia ser mais creado em poder de mulheres.*

Martim Alho, cidadão honrado, mas partidario da rainha, combateu a urgencia da questão da regencia do reino, indicando o alvitre de que deveria ser tratada opportunamente em mais numerosa assembléa. Ruy Gomes de Grã respondeu, contrariando esta opinião, e o seu discurso acabou de decidir a assembléa a elaborar e votar o accôrdo seguinte:

«Em nome de Deus nosso Remidor e Salvador Jesus Christo, e de sua Santissima Mãi a Virgem Maria nossa Senhora. Accordâmos em uma voz e accôrdo, todos os fidalgos, cidadãos, e homens bons da Cidade de Lisboa, considerando o trabalho e grande destruição, que em todo o reino ha por causa de ter diversos regedores, entre os quaes era divisão, em grande dano e perda de todo o reino, querendo a cidade remediar o serviço de Deus, e de Elrei nosso Senhor, como aquelle que sobre todas as coisas d'este mundo mui leal e verdadeiramente o ama, todos em uma voz accordamos, e determinamos, que n'estas côrtes que ora prazendo a Deus serão feitas, conhecendo nós a grande lealdade e muita prudencia, do muito alto e muito excellente Principe e Senhor infante D. Pedro, e como é filho legitimo do muito poderoso e virtuoso rei D. João nosso senhor, cuja alma Deus haja, e o mais anciam sangue chegado á mui alta e real corôa, do muito excellente e poderoso Principe Elrei D. Affonso nosso Senhor, que elle dito senhor

infante D. Pedro seja Regedor, livremente e insolido n'estes reinos, até que prazendo a Deus, Elrei nosso Senhor, que sobre todos mais lealmente amamos, seja em idade para por si os poder reger e defender, ao qual tempo, o dito senhor infante D. Pedro seu leal sangue e vassallo deixará livremente a posição de seus reinos e senhorios; e lhe entregará a administração e regimento d'elles pacificamente, para Elrei nosso Senhor os governar e reger, como fizeram os mui virtuosos reis donde elle descende; e vindo tal caso, que o senhor infante D. Pedro não possa ter o regimento, e governança dos ditos reinos, que por esta fórma e maneira seja dada, e a haja, o mui leal Principe e senhor infante D. Henrique seu irmão; e fallecendo elle, seja por o semelhante dada ao senhor infante D. João; e por esta guisa ao senhor infante D. Fernando, que Deus de terras de Mouros traga com bem e liberdade a estes reinos; e fallecendo todos antes que Elrei D. Affonso nosso Senhor seja em idade para reger, que então por esta fórma venha o dito regimento ao conde de Barcellos, e aos condes de Ourem e d'Arrayollos seus filhos, com todas as clausulas e condições suso escritas. E assim accordâmos e determinamos, que a muita alta e muita excellente e muita prezada a rainha D. Leonor nossa Senhora seja sempre em sua vida honrada, e manteúda, acatada e servida em seu alto e real estado; e por esta mui nobre e leal cidade de Lisboa e Povo d'ella lhe seja sempre feito tanto serviço, prazer, e mandado, assim como somos tendos e obrigados, por bons e leaes vassallos e por ser mãi de Elrei nosso Senhor, assim pela guisa que sempre lho fizemos em vida de Elrei D. Duarte, seu marido nosso Senhor, cuja alma Deus haja; e muito mais podendo-se fazer.»

Este accordo encontrou opposição n'um pequeno grupo, em que principalmente se distinguiu Martim Alho, que, receiando a colera popular, tratou de por-se a seguro.

Fr. Vasco Gil, confessor do infante D. João, foi encarregado de o notificar ao mesmo infante, que se deu pressa em marcar ponto de reunião no dia seguinte, na egreja do Santo Espirito, aos da cidade. Depois de todos ouvirem missa, o infante, tomando conhecimento do accordo, o approvou, offerecendo-se desde logo para apoial-o. Vinte e quatro horas depois, reuniu-se o povo no refeitorio do convento de S. Domingos, subiu ao pulpito Pedro Annes de Sarrabodes, e relatou ao auditorio tudo o que era passado, pondo á discussão o pacto combinado. Foi ainda um alfaiate, Diogo Pires—porque n'estes acontecimentos politicos parece que os principaes papeis haviam sido providencialmente distribuidos aos alfaiates—que tomou a mão para fallar, dizendo que o povo acceitava tudo quanto estava combinado, e que uma só coisa faltava,—a presença do infante D. Pedro para entrar immediatamente no exercicio das funcções de regente do reino. Este discurso foi vivamente applaudido, e logo coberto de numerosas assignaturas o accordo.

Cumpria, porem, notifical-o á rainha, e assim se fez, mas D. Leonor repelliu-o com sobranceria, denegando ao povo auctoridade para ingerir-se em negocios que só ás côrtes pertencia resolver, e convidando-o a emendar o erro em que tinha caido, sob ameaça de duras represalias.

Entretanto, o mesmo accordo era notificado a todas as pessoas da familia real, e ás cidades e villas do reino. Por sua parte, o infante D. Pedro respondeu agradecendo, e protestando fidelidade ao accordo. A sua resposta foi applaudida geralmente, sobretudo pela cidade do Porto, que tinha adherido ás resoluções do povo de Lisboa. O infante D. Henrique respondeu de modo a pôr em duvida a auctoridade do povo para entrar em tão importantes negociações, sem comtudo reprovar o fim a que miravam, e adiava a solução da crise até á reunião das côrtes. Accrescentava mais o infante, que, sem embargo d'esta sua opinião, iria a Coimbra conferenciar com o infante D. Pedro e com o conde de Barcellos. Este ultimo, o conde de Barcellos, tambem não adheriu á manifestação do povo de Lisboa, por motivos de puro interesse particular. Os da cidade ficaram descontentes com estes embaraços que encontraram por parte do infante D. Henrique e do conde de Barcellos, mas fortaleceram-se com o apoio do infante D. João, que se apressou a escrever a seu irmão D. Henrique, fazendo-lhe sentir que as circumstancias eram graves e imperiosas, e que todo o adiamento seria um perigo.

O arcebispo de Lisboa que, como já dissemos, havia sahido precipitadamente para a Alhandra,

fallou ali com um ourives de nome Affonso Martins, e com elle despeitorara todo o odio que contra a cidade de Lisboa nutria no coração, ameaçando-a com a invasão de auxiliares extrangeiros, referindo-se principalmente aos infantes d'Aragão, irmãos da rainha. O ourives respondeu-lhe dignamente e, jornadeando para Lisboa, veio relatar aos da cidade o que se tinha passado. Foi o mesmo que chegar lume á polvora. No auge da indignação contra o arcebispo, o povo de Lisboa, auxiliado fortemente pelo clero, suspendeu o prelado de suas rendas e dignidades, e, não contentes com isto, enviaram a Roma um cidadão, de nome João Lourenço Farinha, solicitando a deposição do arcebispo. Por sua parte, o arcebispo fugia da Alhandra para Obidos, de cuja povoação era repellido. Achando prudente pôr-se a seguro, o arcebispo partiu para Castella, por fugir á colera popular.

Ao mesmo tempo, a rainha D. Leonor escrevia aos fidalgos seus partidarios, recommendando-lhes que não viessem ás côrtes, mas que enviassem protestos por escripto em contraposição á vontade do povo.

Era um estratagema para evitar que as côrtes se reunissem por falta de numero; de nada valeu porem este recurso de que D. Leonor achou conveniente lançar mão.

Um dos mais dedicados partidarios da rainha era D. Affonso, senhor de Cascaes, e alcaide-mór do castello de Lisboa, bem como seu filho D. Fernando. Como pae e filho tratassem de se fortificar dentro do castello, dando mostras de quererem resistir ao povo, o infante D. João, a fim de evitar graves conflictos, solicitára uma audiencia da mulher do alcaide, D. Maria de Vasconcellos, a qual, de feito, se avistou com o infante no edificio da Casa da Moeda. Ahi lhe disse D. João que, em face da attitude energica do povo, entregasse o castello á cidade, ou que consentisse que elle infante lá fosse pousar, para maior tranquillidade do povo. D. Maria de Vasconcellos foi-se ao castello com o recado. Ouviu sobre o assumpto o esposo e o filho. D. Affonso pareceu inclinado a entrar n'uma transacção, mas D. Fernando, moço e esforçado, recusou immediatamente a sua annuencia á mensagem. Pelo que, D. Maria de Vasconcellos tornou a avistar-se com o infante, communicando-lhe que nem entregariam o castello nem consentiriam que ninguem lá pousasse dentro. Mallogradas estas negociações diplomaticas, o povo resolveu ir cercar o castello, o que realmente fez sem delongas. Era apertado o cêrco, posto que pacifico. Mas não podiam entrar nem sair mantimentos, e o alcaide e seu filho não estavam preparados, no tocante a viveres, para uma longa resistencia. Portanto, ao cabo de alguns dias de assedio, o alcaide viu-se obrigado a entregar o castello ao infante D. João, partindo immediatamente para Alemquer, onde a rainha estava, a dar-lhe parte do acontecido.

D. Leonor, avisada do que se passava, e suspeitando que o infante D. Pedro se preparasse em Coimbra para vir arrancar-lhe o principe real, e apresental-o ás côrtes, tratou de fortificar-se em Alemquer, prevenindo-se com gente, armas e mantimentos.

A noticia d'estes preparativos bellicos fez com que no animo do povo se enraizasse a suspeita de que D. Leonor esperava auxilio extrangeiro para lograr vencer a opposição que a sua causa encontrava por toda a parte, nomeadamente em Lisboa.

Mas ao mesmo passo a rainha lançava mão de outros elementos de combate, appellando para a intriga. Assim foi que escreveu ao infante D. Henrique asseverando-lhe á puridade que o infante D. Pedro, tendo d'elle emulação, intentava aprisional-o. Na côrte até as paredes teem ouvidos, diz o proloquio, e diz bem: por isso, antes que a carta chegasse á mão do infante D. Henrique, chegou ao conhecimento do infante D. Pedro, que se deu pressa em ir ter com seu irmão a Soure.

N'essa entrevista, D. Pedro encaminhou a conversação de modo a poder dizer a D. Henrique que estivesse apercebido para qualquer intriga, de modo a poder repellil-a. Ficaram n'isto, e despediram-se affectuosamente. Dois dias depois do infante D. Pedro ter partido, recebia D. Henrique a carta da rainha por mão de Martim de Tavora. Immediatamente partiu para Coimbra D. Henrique, e mostrando a carta ao irmão, disse-lhe que tão certo estava da sua lealdade que sem sombra de receio ia a sua propria casa. O infante D. Pedro leu a carta e riu-se, explicando então ao irmão o motivo por que tinha ido a Soure, já avisado do plano de D. Leonor.

Na mais doce e deleitosa intimidade se deixaram ficar alguns dias os dois infantes, e com elles o conde de Barcellos. Foi, porém, resolvido entre todos que o conde se dirigisse á rainha, solicitando a sua presença nas côrtes, que deviam reunir-se no fim de novembro. e declarando-lhe que estavam promptos a garantir-lhe todas as condições de segurança que ella exigisse.

Partiu, pois, para Alemquer o conde de Barcellos, e ahi foi ter com elle seu filho o conde de Arrayollos, que estava em Lisboa. Sendo visitados pelas principaes pessoas da côrte, o conde de Barcellos fez sentir o desprazer com que o reino via os preparativos de defeza que ali se estavam fazendo por ordem da rainha. Recebido por D. Leonor, o conde communicou-lhe a mensagem de que tinha sido encarregado. A resposta que a rainha lhe deu foi que compareceria perante as côrtes, se as cidades e villas que tinham adherido ao accôrdo, renunciassem a elle.

Entretanto, havia saído de Coimbra o infante D. Henrique, de modo que a resposta, de que era portador o conde de Barcellos, apenas foi recebida pelo infante D. Pedro, o qual ponderou que o que estava feito só as côrtes o podiam desfazer.

E immediatamente se preparou para vir ás côrtes, sendo o seu sequito, segundo a informação do chronista, composto de mil e oitocentos homens de cavallo e dois mil e seiscentos de infanteria.

Foi a rainha avisada de que o infante tencionava ir a Alemquer buscar o principe real, e logo lhe mandou ao encontro uma mensagem por Henrique Pereira, que o encontrou em Alfeizirão, pedindo-lhe que se abstivesse de ir a Alemquer com tamanho numero de gentes, o que pareceria desacato á auctoridade real, e que a villa era pequena, e estava desprevenida de mantimentos, para hospedar a todos.

O infante respondeu repellindo as suspeitas da rainha, e dizendo que se acautelasse antes dos que mal a aconselhavam do que d'aquelles que no amor ao seu rei eram leaes e sinceros.

Chegado o infante aos arrabaldes de Lisboa, ao Lumiar, ahi foi ter com elle uma deputação dos da cidade, pedindo-lhe audiencia. Com effeito, o infante demorou-se no Lumiar, onde despediu o grosso da gente que comsigo trouxera, e de que provavelmente lançára mão não só para se pôr a coberto de perigos durante o caminho, mas tambem para mostrar á rainha que lhe era facil preparar-se para lhe resistir, e até para a vencer.

A deputação popular adoptou a resolução de que todo o regimento do reino fosse entregue ao infante D. Pedro, até á maioridade do rei. Posta á votação esta resolução no refeitorio do convento de S. Domingos, foi unanimemente approvada, e logo enviados mensageiros ao infante a pedir-lhe que entrasse na cidade, e empunhasse as redeas do governo.

D. Pedro respondeu aos mensageiros que o não devia fazer sem que as côrtes estivessem reunidas, e sem previo conhecimento de seus irmãos e sobrinhos. Mas a deputação replicou que de todos estes já de sobra era conhecida a opinião, e que as cidades e villas haviam adherido por cartas.

Então, ouvindo o infante o parecer dos seus conselheiros, resolveu entrar na cidade, sob clausula de que se não daria a esse acto a solemnidade que estava preparada.

Foi, porem, recebido pelas pessoas mais importantes a cuja frente se via o infante D. João, e no dia seguinte, que era o de Todos os Santos, prestou juramento nas mãos do bispo d'Evora, na egreja da Sé, de guardar com lealdade a regencia do reino até á maioridade do principe real.

A dez de dezembro reuniram-se as côrtes no paço das Alcaçovas, e o infante D. João encarregou o doutor Mangancha de em seu nome apresentar a questão. Era habil orador e letrado o dr. Magancha, e fez um eloquente discurso, no sentido de ser confirmado ao infante D. Pedro o direito de regencia que já lhe havia sido concedido por parte do povo.

Esta proposta foi unanimemente approvada, do que se lavrou acta solemne, repetindo o infante o juramento que perante o povo havia feito na egreja da Sé.

Tanto o infante D. Pedro como seus irmãos e os procuradores ás côrtes notificaram officialmente á rainha o que se tinha passado, pedindo-lhe que voltasse á cidade com o principe real, para regular nas seguintes sessões das côrtes certos negocios, como convinha aos interesses do Estado.

D. Leonor insistiu em que não voltaria, sem previa revogação de tudo o que havia sido resolvido. Por sua parte, os infantes e os procuradores resolveram esgotar todos os meios de persuasão, e enviaram a D. Leonor dois ecclesiasticos respeitaveis, a fim de que deixasse pelo menos que o principe fosse presente ás côrtes. A mesma resposta. Então appellaram ainda para um ultimo recurso,—que o infante D. Henrique fosse com identica mensagem a Alemquer, como representante não só da vontade do povo, mas de todos os infantes.

Foi mais feliz D. Henrique do que os outros emissarios. Póde finalmente resolver a rainha a que viesse a Lisboa, acompanhada pelo rei, e por seu irmão.

Tendo conhecimento d'esta boa nova, o infante D. Pedro foi a Alverca esperar a nobre comitiva, e respeitosamente beijou a mão ao herdeiro da corôa, e á propria rainha, que procurou esquivar-se.

Estava proximo o Natal.

A entrada do rei foi solemne. Tanto elle, como as outras pessoas da familia real iam a cavallo, seguidos de numeroso cortejo. Dirigiram-se todos á egreja da Sé, onde se entoou o *Te-Deum* official, sendo o proprio infante D. Pedro que desceu e tornou a pôr o rei no cavallo que lhe era destinado.

Immediatamente se tratou de preparar o discurso que em nome de el-rei devia ser recitado nas côrtes, o *discurso da corôa*, como hoje se diz. Foi o doutor Mangancha quem recitou a oração, que se resumia no seguinte: Approvar e confirmar a eleição por elles feita do infante D. Pedro como regente do reino, e prometter mercês e liberdades, encarregando seu tio de distribuir com justa mão umas e outras. Em seguida, o infante D. Pedro ajoelhou aos pés do rei e beijou-lhe a mão, e logo o pequeno D. Affonso lhe entregou *um pau em que estava atado o séllo secreto, em signal e nome de poderio*, diz o chronista. Findas estas cerimonias officiaes, o herdeiro da corôa foi pelos infantes entregue a sua mãe, e D. Pedro expoz perante as côrtes o seu programma de governo, demasiadamente vago, pedindo a todos confiança e auxilio.

O conde de Barcellos apresentou uma proposta para que o poder do regente ficasse subordinado ao voto das côrtes, que deviam para esse fim reunir-se todos os annos. A proposta foi regeitada. Então solicitou o conde a reintegração de seu cunhado no arcebispado de Lisboa. O infante D. Pedro e seu irmão D. Henrique quizeram persuadir o povo a que o consentissem, mas encontraram certa resistencia. Resolveram os dois adiar o negocio para mais tarde. Mas o conde de Barcellos mostrava-se descontente, em primeiro logar por não ter parte na regencia do reino, como decerto esperava, e em segundo logar por continuar a suspensão do arcebispo, seu cunhado.

Por sua parte, o infante D. Pedro remunerava d'algum modo a dedicação da cidade de Lisboa, dispensando-a do pesado encargo que tinha de alojar á sua custa el-rei e a côrte. A fim de realisar este beneficio, mandou o infante D. Pedro *fazer novamente* [1] o palacio dos Estaos, no Rocio, que seu pae havia mandado construir para hospedaria dos embaixadores, e que passava por um dos sete monumentos da cidade. [2]

[1] Ruy de Pina.—*Chronica de D. Affonso V*, capitulo LII.

[2] Rebello da Silva.—*Historia de Portugal*, tomo V, pag. 518.

«Os soberanos, até aos dias de Affonso III sem palacio propriamente seu, aposentavam-se, quando vinham á cidade, aonde achavam mais commodo. O conde de Bolonha edificou os «paços de S. Bartholomeu» junto do castello e da parochia d'esta invocação, paços que no seculo XVI eram já propriedade particular. Os seus successores habitaram, porém, mais vezes os aposentos contiguos á Sé, depois convertidos em paço episcopal, e outra casa, que successivamente serviu de repartição da moeda, de palacio real com o nome de paços da Moeda ou de «Apar S. Martinho,» de morada das commendadeiras de S. Thiago, e por ultimo de cadeia publica. O tribunal da supplicação reunia-se e guardava os seus cartorios em algumas salas d'elle. Os paços da Alcaçova foram construidos por el-rei D. Diniz, e muito melhorados, ou quasi renovados por D. João I, que os habitou sempre, designando os da Moeda para residencia de seu filho e herdeiro o infante D. Duarte. O palacio de S. Christovão, celebre pelas magnificas festas do casamento de D. Leonor, irmã de Affonso V, com o imperador Frederico III, pertenceu ao primeiro duque de Bragança, e em 1584 estava já na posse d'elle a familia Telles de Menezes, elevada mais tarde á grandeza com o titulo de condes de Aveiras e marquezes de Vagos. O palacio de Santos

Estavam já as côrtes para encerrar-se, quando dois procuradores a ellas, sendo um o enviado pela cidade do Porto, se apresentaram perante a vereação de Lisboa, n'esse dia reunida. Pensaram os vereadores que os dois deputados iam ali unicamente para despedir-se. Mas elles, entrando, declararam que grande era o seu pesar por não se haver tratado em côrtes um assumpto da maxima importancia. Houve grande anciedade por ouvil-os. Então elles declararam que tinham por altamente inconveniente que o herdeiro da corôa fosse educado por sua mãe, o que fatalmente faria com que o seu caracter ficasse sendo fraco e effeminado, e desaffecto ao infante D. Pedro, por inspirações da rainha. A vereação achou acertado o alvitre, e n'essa mesma tarde se reuniram todos os procuradores, resolvendo-se, ao cabo de calorosa discussão, que el-rei e seu irmão ficassem sob a tutella do regente D. Pedro. O regente respondeu allegando que esse facto importaria para elle grave responsabilidade, por isso que, dado o caso d'el-rei fallecer, certamente lhe attribuiriam a sua morte, e que de mais a mais, ainda que vivesse, as pessoas da côrte seriam naturalmente contrarias a essa medida, que as collocava fóra do alcance de muitas honras e mercês.

Insistiram, porem, os procuradores, declarando com firmesa que o ser o herdeiro da corôa educado pelo regente era o complemento natural de tudo quanto até ahi haviam feito; e que era preciso que D. Pedro fizesse do joven rei um verdadeiro homem, levando-o ao monte e á caça, e adrestando-o no exercicio das armas. O regente appellou para a opinião dos infantes, que foram concordes em apoiar o alvitre dos procuradores, mas o infante D. Pedro objectou que o que lhe parecia mais acertado era elle e a rainha vigiarem conjunctamente a educação do rei completando-a d'este modo quanto possivel, a rainha sob o ponto de vista moral, elle sob o ponto de vista intellectual, politico e corporal.

Esta *emenda* apresentada pelo infante D. Pedro foi aceita, e por elle e seus irmãos notificada á rainha, que a repelliu, declarando que n'esse caso a ella competia tambem a administração financeira do reino, como pelas côrtes de Torres Novas havia sido resolvido.

Querendo ouvir depois sobre o caso os do seu conselho particular, D. Leonor consultou-os sobre o que definitivamente devia fazer: ou acompanhar seus filhos com o infante ou deixal-os á mercê de Deus e do regente.

Os do conselho applaudiram este ultimo alvitre, allegando que, no primeiro caso, a propria rainha e elles seriam maltratados do infante; que deixando-lhe seus filhos, era esse um estorvo a qualquer designio sinistro que tivesse a respeito d'elles, por ser então maior a sua responsabilidade; e que esperasse D. Leonor a hora da vingança, que não poderia tardar, graças ás intelligencias em que estava, a esse respeito, com os seus irmãos de Aragão e com o prior do Crato.

Dos conselheiros, um só, Pedro Lourenço d'Almeida, almotacé-mór do reino, ponderou á rainha que não devia appellar para a coadjuvação de seus irmãos, mas sim transigir com a proposta dos infantes.

Os outros censuraram-n'o, dizendo-lhe que o que elle queria era não ter que sair de Lisboa.

No dia seguinte, que era domingo, logo de

começou por uma pequena casa de campo, ligada com o convento das commendadeiras de S. Thiago. D. João II desde principe mostrou-se affeiçoado ao sitio, e mudando as commendadeiras para o novo claustro que lhe edificou em 1490, no lado opposto, em Xabregas, transformou em paço o antigo convento e acrescentou-o. Este palacio ficava muito fóra da cidade, cuja porta para aquella parte era a do «Corpo Santo,» no logar aonde vemos hoje o largo do mesmo nome. Alem de D. João II residiram em Santos D. Manuel, D. João III e D. Sebastião. O paço dos Estaos desde 1584, em que o Santo Officio se estabeleceu definitivamente n'elle, chamou-se o palacio da Inquisição.»

Rebello da Silva.—*Historia de Portugal*, tom. V, pag. 519.

Desde meiados do seculo XVI, funccionou no paço dos Estaos o tribunal da Inquisição. Com o terremoto de 1755, o edificio desmoronou-se, mas foi reedificado. Em 1820 foi o palacio da regencia; em 1826 funccionou ali a camara dos pares; em 1833, a repartição do thesouro publico. Em 1836 ardeu, e sobre as suas ruinas foi edificado o actual theatro de D. Maria II.

(Vide Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, vol. II, pag. 203, e Vilhena Barbosa, *Archivo Pittoresco*, vol. VI, pag. 33).

manhã a rainha foi ao quarto de seus filhos despedir-se d'elles, e partiu immediatamente para Cintra com as infantas.

Quando a noticia chegou aos ouvidos dos infantes, D. Henrique foi no rastro de sua cunhada, para persuadil-a a voltar para Lisboa, o que não pôde conseguir. E o regente e seu irmão D. João foram buscar o rei e seu irmão aos quaes aposentaram devidamente.

Uma vez em Cintra, entregue aos conselhos dos seus cortezãos e ás vibrações nervosas da sua organisação de mulher, D. Leonor quiz entender-se definitivamente com seus irmãos a respeito da sua situação, e mandou-lhes dizer que estava inteiramente desapossada da regencia do reino, e da tutella de seus filhos, e que a elles cumpria vingar esta affronta, que tambem os alcançava.

Gosavam de poucas sympathias em Castella os irmãos de D. Leonor, e reconheceram que não podiam contar com grandes elementos de hostilidade; por isso lançaram mão de meios brandos, e limitaram-se a mandar a Portugal uma embaixada, requerendo aos infantes portuguezes, que mantivessem a resolução das primeiras côrtes.

D. Pedro respondeu que a rainha continuava na posse de todos os respeitos devidos á sua alta posição, mas que o regimento do reino pertencia a quem as côrtes o haviam dado.

O embaixador, foi a Cintra vêr a rainha, e, em vez de lhe aconselhar prudencia, excitou-lhe a ira, offerecendo-lhe os seus serviços para combater os infantes pelas armas, pelo que a rainha o galardoou com grandes dadivas.

Os de Aragão, continuando a reconhecer a impossibilidade de declararem guerra aos de Portugal, mas para mostrar que não desamparavam de todo sua irmã, mandaram como novo embaixador o deão de Segovia, para encaminhar as coisas n'um sentido pacifico.

A resposta que os de Portugal lhe deram foi a mesma, só acrescentaram que désse á rainha bons conselhos, pois que ella continuava a ser por todos tão estimada e acatada como se seu marido vivesse.

Com effeito o embaixador foi a Cintra e aconselhou a D. Leonor que fosse contemporisando com os acontecimentos, pelo menos até que melhorassem as circumstancias em que se achavam os infantes de Aragão seus irmãos.

CAPITULO III

Projecto de erigir uma estatua ao infante D. Pedro.—Relação d'este facto com a vida do poeta Garção.—As sete partidas do mundo.—D. Leonor foge de Lisboa para Cintra, e depois de Cintra para Almeirim.—Apparente reconciliação da rainha com o regente.—Machinações do conde de Barcellos.—Embaixada castelhana.—Fugida de D. Leonor para o Crato.—Prevenções tomadas pelo regente.—Partida da rainha para Castella.

Grata ao beneficio que do infante D. Pedro tinha recebido, e enthusiasmada com o triumpho que obtivera a causa d'elle, que era tambem a sua, a cidade de Lisboa quiz erigir em honra do regente uma estatua de pedra, que seria collocada sobre a porta dos Estáos.

Quando o povo lhe fallou n'isto, o infante D. Pedro respondeu:

—Se a minha imagem ali estivesse esculpida, ainda virão dias, que em galardão d'essa mercê, que vos fiz, e d'outras muitas, que com a graça de Deus espero de vos fazer, vossos filhos a derribariam, e com as pedras lhes quebrariam os olhos. E portanto Deus por isso me dê bom galardão, porque de vós emfim não espero outro se não este que digo, e por ventura outro peior.

Esta resposta, que revela um profundo conhecimento experimental dos homens e das cousas, deixou assombrado o povo, que não estava habituado a tamanhos exemplos de desprendimento mundano por parte dos principes.

Ainda hoje, á distancia de quatrocentos annos, —e hoje talvez mais do que nunca—ha n'estas palavras do infante o que quer que seja de grandioso, de extranho e de verdadeiro, que impressiona profundamente.

No seculo passado, o poeta Garção vasou este notavel episodio da regencia do infante D. Pedro nas fórmas poeticas d'uma das suas *epistolas*, que diz assim:

«Não, lusitano povo, eu não consinto
Que estatua ao meu nome se dedique:
O amor da patria, o zelo da justiça,
Não sêde de mandar, ou da vangloria,
Me fez tomar as redeas do governo;

Se fui clemente, justiceiro, ou pio,
Obrei o que devia. É mui pesada
A sujeição do sceptro; e quem domina
Não tem a seu arbitrio as leis sagradas:
Fiel executor deve cumpril-as;
Mas não pode alteral-as. É o throno
Cadeira da justiça: quem se assenta
Em tão alto lugar, fica sujeito
Á mais severa lei: perde a vontade;
Qualquer descuido chega a ser enorme,
Detestavel, sacrilego delicto!
Quando no horizonte o sol espalha
Sobre a face da terra a luz do dia,
Ninguem a admira, todos o conhecem;
Mas se eclipsado acaso se perturba,
N'esse instante infeliz todos se assustam;
Todos o observam, todos o receiam.
Logo se premiei sempre a virtude,
Se os vicios castiguei, nada mereço.
E não queirais, vassallos generosos,
Lisonjeiros tentar minha constancia,
Honrosa estatua pertendendo erguer-me,
Porque bem vos regí; pois eu não devo
Condescender comvosco: infamaria
Da alta virtude as maximas constantes,
Com que austéro emprendi o regio throno,
O acaso defender dos vicios torpes:
Se d'elle affugentei sempre a mentira,
A lisonja infiel, o astuto engano;
Não queirais offuscar minha memoria,
Provocando-me a collocar no solio
Um injurioso exemplo da vaidade,
Um padrão da lisonja. A fama illustre
Deve durar na tradição intacta,
Sem a nota de fragil. Fora impropria
A gloria que me dais, se n'essa estatua
Descobrissem os seculos futuros
As maculas horrendas da vangloria.
Vós mesmos, vossos filhos, vossos netos,
De tão clara doutrina convencidos,
Ou do tempo melhor aconselhados;
A mesma estatua, que quereis attentos,
Agradecidos hoje levantar-me,
Ámanhã se veria derribada
Em pedaços jazer: com páos, e pedras
Os olhos lhe tirarem; que a fortuna
Ligada co'a inveja, e co'a soberba
Não deixa durar muito os elogios.
Porém se vós, illustres portuguezes,
Desejais conservar meu nome eterno,
Não é preciso o marmore soberbo,
Basta-me a tradição de pais a filhos,
Com fiel saudade transmittida.
Este o jaspe, este o bronze, em que pertendo
O meu nome esculpir: chegue aos vindouros,
Sem perder o caracter, que o fez grande:
Lembre-se o benemerito do premio;
Recorde-se o culpado do castigo;
Todo o reino do publico descanço,
Em florente commercio, em paz segura:
Mas haja quem se lembre d'este caso,
E quem diga, que rejeitei modesto
As honras de uma estatua; e que estas honras
Quem chega com justiça a merecel-as,
Tambem sabe atrever-se a desprezal-as.
Acabou de fallar; e os circumstantes
Immoveis, e calados pareciam
Outras tantas estatuas dedicadas
Á regencia feliz do sabio Infante.»

Depois de transcriptos estes versos de Garção, seja dito de passagem,— porque não frisa ao nosso intento—, que esta poesia custou ao pobre poeta arcade oito mezes de prisão, os ultimos da sua vida, fosse porque o marquez de Pombal se desgostasse com algum artigo de Garção na *Gazeta de Lisboa*, que redigia, ou porque o poeta interviesse inoffensivamente nos amores escandalosos de um mancebo lisbonense com uma dama ingleza, cujo pae se teria queixado ao ministro de D. José.

A hypothese, adoptada por Almeida Garrett, de que o marquez de Pombal julgara vêr allusões á sua pessoa na epistola acima transcripta, e quizera punir a ousadia do poeta com o carcere, é inadmissivel, por isso que, como Innocencio lembrou, Garção fallecera em 1772, e a estatua do Terreiro do Paço, em cujo pedestal fôra esculpido o busto do ministro, só foi concluida e inaugurada em 1775. Posto estivesse encommendada desde 1770, ninguem pensava ainda a esse tempo em que o busto do marquez de Pombal fosse collocado no pedestal da estatua do rei. [1]

Como fôra, porem, que o infante D. Pedro, do qual por incidente nos desviamos, tivera ensejo de tão profunda e salutarmente adquirir a philosophia da experiencia, que se aprende na grande escóla da vida, e que é seguramente a menos fallivel de todas as philosophias?

É que o infante correra mundo, vira e observára por seus proprios olhos, folheára, entre os vinte e cinco e os trinta annos de idade, esse

[1] *Diccionario bibliographico*, vol. VI, pag. 387 e seguintes.

erudito livro que se chama a Humanidade, visitára diversos paizes, tratára differentes raças, conhecera diversos caracteres, sondara-os com a sua clara intelligencia, e colhera o fructo das suas longas viagens, recolhendo á patria com o rico peculio das lições recebidas e das convicções formadas durante o seu apartamento por terras extranhas.

O infante, que nascera em 1392, sentira depois da conquista de Ceuta, em que, como referimos em outro volume, affirmára como guerreiro a sua coragem e o seu valor de um modo brilhante, depois da conquista de Ceuta, diziamos, o infante manifestára um grande desejo de emprehender mais dilatada viagem, a fim de adquirir conhecimentos que o seu espirito ambicionava, ambição agora espicaçada pela viagem á costa septentrional do continente africano.

Tendo obtido licença de seu pae para sahir do reino, D. Pedro partiu effectivamente de Portugal acompanhado apenas por doze pessoas. [1]

As primeiras côrtes que visitou foram as de Castella, onde reinava D. João II, seu primo-coirmão, e a de Navarra e Aragão, sendo em todas ellas grandemente obsequiado. Depois, proseguindo na sua viagem, o infante D. Pedro visitou as côrtes da Hungria e Dinamarca, e D. Antonio Caetano de Sousa escreve, estribando-se na auctoridade da *Historia da Bohemia*, por Eneas Sylvius, que em companhia de Eric X, rei da Dinamarca, esteve o infante D. Pedro ao serviço do imperador Segismundo com o fim de tomar parte na guerra contra os turcos, e os venezianos, pelo que o imperador lhe concedera a *Marca Trevisana*, mercê de cuja doação Duarte Nunes viu o diploma na Torre do Tombo. Visitou a Inglaterra, patria de sua mãe, onde reinava Henrique VI, seu sobrinho, que o agraciou com a ordem da *Jarreteira*. [2] Foi á Palestina, percorreu os santos logares, e visitou as côrtes do grã-turco, do sultão de Babylonia, onde foi recebido com todos os esplendores da magnificencia levantina. Viu tambem a Italia. Em Veneza, a republica offereceu-lhe o precioso exemplar das viagens de Marco Polo, que os venezianos conservavam no seu thesouro como verdadeira preciosidade bibliographica, e que foi traduzido para portuguez em 1502 por Valentim Fernandes. Em Roma, o papa Martinho V concedeu para Portugal, a instancias suas, a bulla que começa — *Venid ad præsentiam nostram* (1428) para serem os reis de Portugal ungidos na sua corôação como os de França e Inglaterra, e os infantes poderem reger o reino, e haver corôa para o rei. Esta graça foi depois confirmada a D. Duarte pelo papa Eugenio, em 1436.

Estas longas viagens do infante D. Pedro, e o facto muito notavel para a época de um principe se expôr voluntariamente aos perigos de tão dilatadas peregrinações, fez com que o povo dissesse d'elle que tinha corrido as *sete partidas do mundo*, e que a lenda o designe pelo cognome de infante das *sete partidas*.

Na nossa litteratura de cordel anda uma chronica popular das viagens do infante D. Pedro, que se diz escripta por Gomes de Santo Estevam, um dos doze creados que o acompanháram. Este livro é hoje tido como apocrypho, julgando-se elaborado no seculo XVI.

Foi o infante D. Pedro muito dado tambem á cultura das bellas letras e da philosophia moral. Versejou, como se póde vêr do *Cancioneiro* de Rezende, e nas suas viagens travou conhecimento com muitos poetas distinctos da Europa, entre os quaes o celebre hespanhol João de Mena. Em prosa escreveu um livro, que ficou inedito, offerecido a seu irmão D. Duarte, e intitulado *A virtuosa bemfeitoria*.

Regressando a Portugal em 1428, n'esse mesmo anno casou com D. Izabel, filha do conde de Urgel na Catalunha, e da infanta D. Izabel, filha de D. Pedro IV, rei de Aragão. [1]

[1] Henry Major, seguindo o abbade de Castro, diz que o infante partira no anno de 1416 (*Life of prince Henry*, cap. IV). Sousa, na *Historia genealogica*, tomo II, colloca a partida do infante no anno de 1424. Nos *Retratos dos varões e donas* tambem se cita este ultimo anno.

[2] «A 22 de abril de 1427 o infante foi eleito cavalleiro da ordem da Jarreteira no logar vago de Thomaz Beaufort, duque de Exeter, que fallecera a 27 de dezembro de 1426.» Major.

[1] D. Pedro teve tres filhos e tres filhas, a saber: D. Pedro, que foi condestavel de Portugal e mestre de Aviz, e depois acclamado rei de Aragão; D. João, duque de Coimbra, e D. Jayme, arcebispo de Lisboa e cardeal: D. Izabel, que casou com Affonso V; D. Brites, que casou em Flandres, com o senhor de

Tendo, pois, estudado no grande livro da humanidade, como fica historiado, o infante D. Pedro trouxera das suas longas viagens o fructo da experiencia, qualidade de uma alta importancia para quem tem de dirigir os destinos d'uma nação.

Continuemos a assistir agora aos variados episodios d'esta grave lucta que está travada entre o regente e a rainha.

D. Leonor, sempre espicaçada pelos seus conselheiros, entre os quaes o prior do Crato, D. fr. Nuno de Goes, mudou-se de Cintra para Almeirim, por suspeitar que Cintra era mais facilmente espionada pelo infante, o que já não aconteceria do mesmo modo em Almeirim.

Logo que o regente teve conhecimento d'esta mudança, foi com o rei para Santarem, d'onde, pelo dr. Vasco Fernandes, mandou dizer á rainha que não pensasse em contrariar a marcha regular dos negocios publicos, e que estivesse certa de que ninguem procurava prival-a das honras que lhe eram devidas; e ao mesmo passo mandou declarar aos fidalgos que rodeiavám a rainha, que elle, em nome do rei, lhes prohibia que continuassem a aconselhar D. Leonor n'um sentido contrario ao da ordem de cousas já estabelecida.

Com razão, o infante D. Pedro desconfiava da intelligencia da rainha com os infantes de Aragão, e por sua ordem foram apprehendidas em Constança cartas que D. Leonor enviava a seus irmãos instando com elles para que mandassem declarar guerra a D. Pedro. O regente procurou prevenir-se para qualquer contrariedade, e lembrou-se de fazer alliança secreta com o condestavel D. Alvaro de Luna e com o mestre de Alcantara D. Guterres, inimigos figadaes dos infantes de Aragão. A proposta de uma liga offensiva e defensiva foi acceita, e por varias vezes o infante D. Pedro teve que prestar auxilio ao condestavel de Luna e ao mestre de Alcantara, sabendo comtudo conservar as melhores relações diplomaticas com o rei de Castella. Esta alliança, e o grande tino com que foi dirigida, reduziu á impotencia os infantes de Aragão.

Revestein, e D. Filippa de Lencastre, como sua avó, que viveu e morreu recolhida no mosteiro de Odivellas.

Na politica interior, o infante D. Pedro tratou de evitar as machinações da rainha e dos seus apaniguados, que tinham agora por chefe o conde de Barcellos.

Resolveu-se que o infante D. Henrique fosse para Vizeu, a fim de evitar que a rede da conspiração se estendesse para o norte do paiz, e tivesse ramificações com Castella. D. Pedro encarregou-se de vigiar a rainha e os fidalgos que a rodeiavam, os quaes, vendo-se apertados n'este circulo de ferro, para fóra do qual não podiam estender as mãos ávidas de mercês, aconselharam a rainha a fazer uma reconciliação apparente com o infante D. Pedro, reconciliação que lhes permittisse a ella e a elles ficarem mais desoppremidos do que se achavam n'esse momento.

Ao caracter da rainha pareceu bom o conselho, e com effeito mandou propôr alliança ao infante D. Pedro, que de boa fé acceitou, não obstante a maduresa do seu juizo, e experiencia. A concordia entre os dois cunhados foi officialmente notificada em Portugal e Castella. Passava-se isto no fim de maio de 1440.

Damos em seguida a carta que a viuva de D. Duarte dirigira á cidade de Coimbra, sobre este acontecimento, enviando ao mesmo tempo treslados do instrumento de conciliação, para serem remettidos a diversos logares comarcãos:

«ffidalgos caualleiros Juizes ureadores e homẽes bõos da muy nobre leal cidade de Coynbra Nos a rraynha uos enuyamos muyto ssaudar como aquelles pera que queriamos muyta honrra fazemosuos saber que polla graça de nosso Senhor Deos de que proceedem todollos beẽs nos cõ o muyto honrrado Ifante dom pedro meu muyto amado e preçado Irmaão somos apacificados o qual entendemos de honrrar e preçar con prazer asy como a Irmãao que muyto amamos segundo per obras entendemos de mostrar põ quanto semelhante maneira entende elle de teer com nosco e com todas nossas coussas ssegundo ueree̅s per os trelados asynaados per nossas mãaos que nos na pressente enuyamos esto propozemos de uos noteficar per nossa carta e por consolaçom vossa encommendandous que asy o escrepuaaes a esses lugares comarcaãos enuyando lhe o trelado desta nossa carta e dos ditos scriptos Scripta em almeirim a primeiro dia

de Junho luis Eañes a fez anno do senhor de 1440

«a treiste Reynha»

Confiando na sinceridade da alliança proposta pela rainha, e que consta officialmente do documento acima transcripto, o infante D. Pedro mandou retirar os vigias que tinha nos logares por onde podia transitar qualquer correspondencia secreta de D. Leonor.

Entretanto, o conde de Barcellos, sem ligar a menor importancia ao pacto referido, fazia saber confidencialmente á viuva de D. Duarte que similhante alliança a prejudicaria no animo dos seus adeptos, os quaes ficavam na dependencia do infante D. Pedro, e com o maior segredo lhe lembrava que se fosse ter ao Crato, onde poderia contar com a adhesão do prior, e que d'ali poderia atravessar o Tejo e entrar na Beira, onde encontraria fidalgos dedicados que protegessem a sua causa. D'estas machinações não teve o minimo conhecimento o infante D. Pedro. Chamado particularmente o prior do Crato á presença de D. Leonor, disse-lhe elle manhosamente que não achava fundamento para essa conspiração, mas que se a rainha exigia os seus serviços, prompto estava a conceder-lh'os, embora por elles sacrificasse sua honra, fazenda e vida.

Informado o conde de Barcellos da resposta do prior, enviou-lhe o seu secretario Ayres Gonçalves a fim de procurar convencel-o a que adherisse ao movimento. A resistencia do prior não era sincera, e assim foi que o secretario do conde logrou resolver D. Nuno de Goes, cujos dois filhos, mancebos ardidos e ambiciosos, simularam auxiliar os exforços tendentes a esse fim. D. Leonor mandou recado a todos os fidalgos que lhe eram affeiçoados para que se preparassem para o caminho, fazendo aliás constar que ia ao mosteiro da Batalha, para mandar celebrar exequias por alma de seu marido; para o que chegára mesmo a mandar fazer alguns falsos preparativos. Quando as cousas chegaram a este ponto, algum aviso d'ellas teve o regente, mas acreditando na lealdade de D. Leonor, deixou de tomar quaesquer medidas preventivas.

Por sua parte, o conde de Barcellos negociava uma alliança offensiva e defensiva com o rei de Navarra e o infante D. Henrique de Aragão, irmãos da rainha. O infante D. João de Portugal, seu genro e o infante D. Henrique, ambos seus irmãos, mandaram extranhar o seu procedimento, ao que o conde respondeu que não desfaria o que estava feito. Um dos filhos do conde de Barcellos, o conde de Arrayollos, seguiu o partido de seu pae, que era o da rainha, mas o outro seu filho, que era o conde de Ourem, publicamente se pronunciava pelo infante D. Pedro, segundo um plano que parece havia combinado com o pae, de ficarem cada um em seu partido, para mutuamente se protegerem e garantirem contra qualquer má fortuna que podesse sobrevir. Quanto ao conde de Barcellos, é de presumir que esta alliança não passasse de uma especulação politica, para que o regente do reino o procurasse demover d'ella com a concessão de mercês, que a rainha não podia fazer a esse tempo. D. Leonor, prevenindo qualquer eventualidade mais grave, mandára pôr todas as suas joias no castello d'Albuquerque, em Castella, como peculio certo para horas de infortunio que podessem vir.

O infante D. Henrique, irmão do regente, sabendo o que se passava, resolveu avistar-se com o conde de Barcellos, seu irmão e trazel-o a bom caminho. Para isso foi ao mosteiro de S. João de Tarouca, perto de Lamego, onde se encontraram. O conde persistiu no seu plano, defendendo-se, porém, com fracos argumentos, como quem procura vender o mais caro possivel o seu valimento. Instado pelo infante para que declarasse quaes os aggravos que o demoviam a esse passo, nada disse. Em vista do que o infante D. Henrique resolveu voltar á Extremadura a conferenciar com seus irmãos, mas, á volta, trouxe comsigo alguns fidalgos da Beira-Alta que até ahi faziam causa commum com o conde de Barcellos.

No mez de outubro, chegou a Portugal uma numerosa embaixada do rei de Castella, que apparentemente vinha representar sobre dois pontos: queixar-se dos damnos e tomadias que os portuguezes haviam feito por mar e terra aos naturaes de Castella, e pedir reparação para o procedimento havido com a rainha na questão da regencia.

Um dos embaixadores, o bispo de Coria, revelou porem ao regente que no tocante ao segundo ponto, el-rei de Castella não tinha o menor em-

penho, mas que sómente mandára fallar n'elle para comprazer com os infantes d'Aragão. E porque estes infantes assim industriassem a embaixada, ou porque a côrte da rainha sobre isso a aconselhasse em Almeirim, o que é certo é que, para maior effeito, a fim de desalentar o povo, os embaixadores requereram licença ao infante para irem notificar a sua missão pelas principaes cidades e villas do reino.

D. Pedro denegou-lhes licença para isso, e tomando conselho de viva voz com as mais importantes pessoas que se achavam a seu lado, e por escripto com as que estavam ausentes, como costumava fazer, respondeu aos embaixadores que, no respeitante ás tomadias, para justificação d'ellas se pozessem juizes de uma parte e da outra nos extremos damnificados, e que, quanto ás cousas que tocavam á rainha, el-rei de Portugal enviaria seus embaixadores ao rei de Castella, com tal resposta que devesse ficar satisfeito. Os embaixadores instados pela rainha viuva, declararam que, por instrucções do seu rei, não retirariam de Portugal sem resposta cathegorica e definitiva, e, passados alguns dias, enviaram ao regente D. Pedro uma carta contendo instrucções n'esse sentido. D. Pedro suspeitou da authenticidade d'esse documento, porque os embaixadores poderiam haver trazido papel em branco, assignado pelo rei de Castella, e timbrado com o seu sello real. Para certificar-se do que havia a este respeito, consultou particularmente o condestavel de Luna, o qual lhe respondeu enviando-lhe uma carta do proprio punho do rei de Castella, declarando que essa exigencia a não tinha ordenado. Então, o regente despediu definitivamente os embaixadores, dando-os como respondidos, mas elles foram-se demorando em Santarem para ganhar tempo, e ainda lá estavam quando a rainha partiu para o Crato.

O infante D. Henrique, querendo inutilisar o auxilio do prior, mandou dizer-lhe que immediatamente viesse desculpar-se junto do regente do seu insolito procedimento. Achou-se contrariado o prior, vendo-se chegado ao extremo de ficar mal com a rainha por causa do regente, ou mal com o regente por causa da rainha. Appellou para o machiavelismo, talvez por conselho de seus filhos. Mandou um, Fernão de Goes, a apresentar suas desculpas ao regente, com falsas promessas de o seguir d'ali em diante em tudo o que fosse seu serviço, lançando á conta de doença e velhice o não vir elle prior pessoalmente. Solicitando do regente licença para ir fallar á rainha, simulando querer dizer-lhe que desde esse momento não contasse mais com elles, Fernão de Goes disse a D. Leonor de Aragão exatamente o contrario, e com ella aprazou o dia em que devia sair para o Crato, onde as fortalezas do priorado melhor poderiam defender a sua causa. Ficou marcado para a partida o dia ultimo de outubro, á noite. Os dois irmãos Goes viriam esperal-a com a mais gente que podessem trazer.

Era assim que se conspirava nas trevas contra a lealdade com que o infante D. Pedro procedia.

N'uma época essencialmente fanatica, a rainha D. Leonor, em cuja alma a convivencia com o timido rei D. Duarte devia de ter posto os germens das mais profundas crenças religiosas, não podia deixar de pensar no auxilio espiritual da Egreja em lance de tantas amarguras para ella.

Por isso resolveu mandar chamar a Bemfica o padre frei João de Moura, seu confessor, a cujos pés fez confidencia da tenção em que estava de se retirar para o Crato. O dominicano combateu-lhe esse proposito, que decerto grandes tribulações acarretaria sobre o paiz inteiro. A rainha levantou-se do confessionario rendida aos conselhos prudentes do seu confessor, mas na vespera de Todos os Santos, que era o dia aprasado para a partida, os filhos do prior chegaram mysteriosamente aos arredores de Almeirim, deixando os cavallos e os pagens junto ao Paul da Atella. Depois dirigiram-se secretamente ao Paço, onde a rainha primeiro os recebeu inteiramente demudada no proposito d'acompanhal-os. Extranharam-lhe elles a mudança de tenção, e acabaram por convencel-a a seguil-os. Com effeito, D. Leonor de Aragão deu, como de costume, as boas noites aos seus familiares, para recolher-se depois á sua camara. Na posse do segredo apenas estava Diogo Gonçalves Lobo, seu veador, o qual apressadamente ordenou os preparativos para a jornada. No momento da partida, que devia realisar-se ás dez horas da noite, a rainha preveniu de subito as poucas pessoas que deviam acompanhal-a, e que eram a ama da infanta D. Joanna, Diogo Gonçalves, João Vaz Marreca, seu secretario, Maria Dias, sua covilheira, e Beatriz Corelha,

dama aragoneza. Com effeito, á hora marcada sairam todos pela porta secreta que dava para a coutada, e foram ter ao Paul da Atella, onde cavalgaram. Ás dez horas da manhã seguinte chegaram a Ponte de Sôr, e ao cahir da noite entraram no Crato, onde o prior estava esperando a rainha, e lhe entregou, com signaes de grande humildade, as chaves de todas as fortalezas.

Vejamos o que se passava em Almeirim.

Cêrca da meia noite, deu alguem pela falta da rainha e das pessoas que a acompanharam, e logo começou um grande alvoroço em todo o Paço, á voz de—Fugir, fugir do infante D. Pedro, que vos vem prender. Foi um *sauve qui peut* geral. Da criadagem, uns fugiam atravessando a charneca. Alguns mais chegados á rainha, que por isso mesmo podiam suspeitar do sitio do seu escondrijo, dirigiram-se para o Crato. Foram d'este numero o velho senhor de Cascaes, sua mulher, e seu filho.

Tambem cerca da meia noite foi que o infante D. Pedro teve aviso da fugida da rainha, por o contador de Santarem, Gil Pires de Rezende, sem que aliás podesse informar do caminho que D. Leonor levava.

Não tardou porem que o regente soubesse qual o caminho da rainha, colhendo ao mesmo passo exactas informações do que se tinha passado: que D. Leonor se fizera acompanhar pela pequenina infanta D. Joanna, deixando doente em Almeirim a infanta D. Leonor. Immediatamente mandou o regente a Almeirim notarios encarregados de arrolar o espolio de D. Leonor, que tão sómente constava de roupas de cama e pannos, e que D. Pedro mandou entregar aos officiaes do rei. E o espolio dos apaniguados da rainha foi arrecadado por Martim d'Almeida, cavalleiro de Santarem. D. Pedro partiu logo para Almeirim a buscar sua sobrinha a infanta D. Leonor, que entregou a D. Guiomar de Castro, a qual foi sua aia até que a infanta casou. Ordenara tambem que o védor da fazenda, Diogo Fernandes d'Almeida, fosse ao Crato, acompanhado por notarios, pedir á rainha que voltasse, que os proprios infantes iriam buscal-a, mas que, quando mais não fosse, entregasse a infanta D. Joanna. E que se isto mesmo recusasse, então que os notarios lavrassem auto de protesto por parte do rei, de ficar desobrigado a dar dote e arrhas áquella infanta.

Diogo Fernandes aceitou a embaixada. Convem notar que este Fernandes era casado com uma filha do prior do Crato, e que portanto devia estar no segredo da conspiração. Tanto mais que se contentou com parar em Alter do Chão, a uma legua do Crato, retrocedendo para Santarem, e vindo dizer ao regente que ahi fôra informado de que a rainha estava tão firme em sua tenção, que teve por escusado o proposito, e perdido o tempo, de ir mais adeante.

Apressou-se D. Pedro em notificar o que se tinha passado aos infantes seus irmãos, e ás principaes cidades e villas do reino. Por seu proprio punho escreveu á rainha, pedindo-lhe que voltasse. Como os embaixadores de Castella ainda estivessem em Santarem, chamou-os a coferencia, na qual lhes pediu que instassem com a rainha para voltar, do que colheu instrumentos para sua segurança.

Entretanto, chegavam a Santarem, sob prisão, muitos dos criados de D. Leonor, que de Almeirim fugiam para o Crato. D. Pedro mandou dar liberdade a todos elles, excepto a dois, que se suspeitava o tinham querido matar. Esses foram açoitados, mas tambem postos em liberdade, dias depois.

Nas cartas dirigidas ás cidades e villas do reino requeria-lhes D. Pedro que se apercebessem com homens e armas, porque estava inteiramente capacitado de que só estribada n'uma forte conspiração a rainha ousaria dar tão violento passo. Poz por governador da comarca da Beira o infante D. Henrique, e da de Entre-Tejo-e-Guadiana o infante D. João. Mandou ao Porto, a fim de organisar a defeza, Ayres Gomes da Silva, e ordenou aos habitantes do Crato que não fornecessem mantimentos mais do que á rainha e a vinte pessoas que a servissem.

Do Crato, a rainha enviou por sua vez cartas ás cidades e villas — cartas que já levava feitas de Almeirim — pedindo que lhe tornassem o regimento do reino, accusando gravemente o infante e ameaçando o reino com derramamento de sangue.

Os mensageiros d'estas cartas foram tão duramente recebidos por toda a gente, que os mais d'elles entenderam que era melhor não se expo-

rem a perigos certos, e voltar ao Crato. Uma d'essas cartas foi vista pelo infante D. Pedro, que se resentiu profundamente das injustas accusações que lhe fazia a rainha, e que logo escreveu a Lisboa, por ser a capital do reino ou a *cabeça*, como então se dizia, repellindo uma por uma as accusações que D. Leonor lhe dirigia.

Entretanto, dentro do priorado do Crato começavam a faltar os mantimentos, porque o prior e a rainha esperavam que o conde de Barcellos e os fidalgos da Beira lh'os mandassem, como haviam promettido, mas a vigilancia era tão apertada, que o não podiam fazer. N'esta conjunctura, e havendo no priorado grande falta de carnes e pescados, a rainha escreveu ao infante D. João, que era, como sabemos, o governador da respectiva comarca, e que estava em Extremoz, pedindo-lhe que deixasse passar os mantimentos que lhe eram precisos.

O infante respondeu escusando-se, e censurando a rainha pelo passo que tinha dado, collocando-se sob a protecção do prior e de seus filhos, que não passavam por grandemente honestos.

Entretanto, chegava a Santarem um embaixador dos reis de Aragão e de Napoles, com especial missão sobre a questão pendente,—da regencia do reino. O infante D. Pedro respondeu que nenhuma duvida tinha em entrar em qualquer combinação com a rainha, mas que para isso era preciso que ella estivesse presente. Pelo que, fosse o embaixador resolvel-a a voltar, e que se ella voltasse, voltasse elle tambem; senão, que do Crato seguisse seu caminho, e que não tornasse mais a Santarem. Foi effectivamente ao Crato o embaixador, que era um prelado; mas não pôde acabar com a rainha que se tornasse; por isso sahiu logo do reino, sem resposta satisfatoria á embaixada que trouxera.

Por cartas da rainha e do prior apprehendidas pelos vigias das fronteiras, soube o infante D. Pedro que se tratava de metter gente d'armas de Castella em Portugal. Tratou, pois, de apercebimentos de guerra, e foi resolvido que no principio do inverno d'este anno de 1440 se pozesse cerco á fortaleza do Crato, e a todas as outras que estivessem na dependencia do prior. O sitio e tomada do castello de Belver foi encommendada a Lopo d'Almeida, depois conde de Abrantes; o cerco da Ameeira foi incumbido ao famigerado Alvaro Vaz de Almada; o da fortaleza do Crato ao infante D. João e aos condes de Ourem e Arrayollos. Ao mesmo passo eram publicados éditos intimando os revoltosos a renderem-se, com excepção das vinte pessoas que acompanhavam a rainha, e do prior e seus filhos, considerados cabeças de motim.

O alcaide do castello de Belver, ao cabo de alguns dias de assedio, e não podendo receber o soccorro que do prior solicitára, rendeu-se a Lopo de Almeida. O capitão Alvaro Vaz deu-se pressa em partir de Lisboa, com gentes e provisões, para ir sitiar a Ameeira.

D. Affonso v havia-se transferido para Alemquer, por causa da peste que principiára a lavrar em Santarem. Sabendo que o capitão Alvaro Vaz de Almada sahira de Lisboa caminho da Ameeira em som de guerra, manifestou ao seu aio, Alvaro Gonçalves de Athayde, desejos de ir vêr o capitão na passagem. Observou-lhe o aio que para que não désse tanto nas vistas a curiosidade do rei, melhor seria que simulasse andar á caça entre Castanheira e Villa Nova. Assim se fez. E foi justamente entre estas duas localidades que o joven principe se avistou com o valeroso capitão, e o louvou pelos seus altos feitos e dedicação ao throno. Depois d'esta breve entrevista, Alvaro Vaz seguiu para a Ameeira, que cercou e tomou.

Entretanto a rainha e o prior, vendo-se desajudados de fidalgos portuguezes, lançaram olhos para Castella, como unica salvação possivel. Despojando-se do melhor das suas joias e baixellas, poude D. Leonor conseguir que um fidalgo castelhano de Alconchel viesse em seu auxilio com sessenta homens de cavallo e cem homens de pé, e que, para abastecer por mais algum tempo a fortalesa do Crato, saqueasse alguns logares circumspostos, entre os quaes Cabeço de Vide, o que n'estes povos alemtejanos accendeu ainda mais a indignação pelo procedimento da rainha e do prior.

Sabendo o regente o que se estava passando, apressou a partida para o Alemtejo e, combinando encontrar-se em Aviz com o infante D. João e com os condes d'Ourem e Arrayollos, sahiu de Santarem. O infante D. Henrique estava, como sabemos, encarregado do governo da provincia da Beira.

No caminho de Santarem para Aviz, perto de uns casaes que se dizem do Couto, encontrou-se o regente com D. Ruy da Cunha, prior de Santa Maria de Guimarães, e com D. João Manoel, que foi bispo de Ceuta e da Guarda, os quaes regressavam de Roma aonde haviam ido como embaixadores.

O segundo d'estes embaixadores merece especial referencia, por ser filho natural de D. Duarte, que o houve, ao que parece, de D. Joanna Manoel, dama de nascimento illustre. Sendo menino, foi educado pelo condestavel no convento do Carmo, onde professou. Entre o anno de 1440 e o de 1441 foi nomeado geral e provincial d'aquelle convento. Era homem notavel por seu saber e eloquencia, e tão dado a bellas-letras como a amorios. [1]

O prior de Santa Maria de Guimarães e o bastardo de D. Duarte voltavam a Portugal satisfatoriamente despachados pelo papa Eugenio IV. Uma das concessões alcançadas junto do successor de S. Pedro fôra, *vivæ vocis oraculo*, a dispensa canonica para que o joven rei Affonso podesse casar com sua prima Isabel, filha mais velha do regente. D. Leonor estorvára esta solicitação quanto lhe foi possivel, graças á intervenção de seus irmãos junto da côrte pontificia. Todavia, Eugenio IV achou um meio contemporisador: concedeu a dispensa de viva voz, promettendo confirmal-a mais tarde por bulla patente, que effectivamente Fernam Lopes de Azevedo, commendador-mór de Christo, alcançou. Sobre outro ponto importante da embaixada despachou o papa: isentou para sempre as admi-

[1] Como prova d'esta ultima asserção, deixaremos aqui transcripta uma pagina do tomo XI da *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*. É a seguinte, e numera-se a 374 d'aquelle tomo. «Succedeu que voltando o bispo (D. João Manoel) de Ceuta, onde fôra a tomar posse d'aquella egreja, lhe perguntou el-rei (D. Affonso V) novas do infante D. Fernando, e não lh'as dando tão individuaes, como elle queria, lhe disse:—Por certo, bispo, que se a mim como rei me toca sabel-as, no mais igual obrigação tinheis vós—; lembrando-lhe assim o parentesco. Em outra occasião se praticava na presença d'el-rei, e fallando-se no valor, e exforço das nações em geral, o bispo acudiu pela castelhana com muitas expressões, de sorte que el-rei lh'o extranhou, dizendo: —Bispo, que tendes vós com Castella?—a que lhe respondeu:—Senhor, estimo Castella, porque nunca me negou o parentesco, que com ella tenho—, a que el-rei tornou:—*Deixai vós os amores* (isto alludia a divertimentos do bispo) que nem eu vos negarei o parentesco, que comigo tendes; e, passada a porfia, em que el-rei se mostrára severo, satisfez ao bispo com particular carinho. Estava el-rei no paço da Alcaçova, em uma festa, conversando com o principe D. João, entrou o bispo a vêr el-rei, que recebendo-o com especial acolhimento, o principe lhe fez tão pouco, que o bispo sahiu sentido; o que el-rei percebeu, e disse ao principe estas palavras: —Desaggravai ao bispo, que é vosso tio; e querendo satisfazer logo com o que el-rei lhe mandava, sahiu da casa, e chegou ao alto da escada por onde o bispo descia, e o chamou; e voltando chegou ao principe, que o abraçou, dizendo-lhe em voz, que todos ouviram:—Perdoai, bispo, que, não estar informado com certeza das razões, que entre nós havia, me fez tratar-vos com menos favor, do que a vossa pessoa merecia.—O bispo, que era dotado de talento, e discrição, lhe respondeu:—Senhor, a quem seu pai encobriu o real sangue, que lhe dera a naturesa, bem é que vossa alteza lhe negue o que por elle merece.»

Accrescentemos mais alguma cousa. Os amores a que D. Affonso V se referia teve-os D. João Manuel, sendo ainda moço, com D. Justa Rodrigues Pereira, que veio a ser ama do rei D. Manoel e que, havendo dado dois filhos ao bispo, D. João Manuel e D. Nuno Manuel, se dedicou á vida devota, fundando o mosteiro de Jesus de Setubal. A lenda da fundação d'este convento por D. Justa escrevemol-a nós em 1875 no livro *Portugal de cabelleira*, tomando por base um manuscripto de Soror Leonor de S. João, archivado na bibliotheca nacional de Lisboa. Reproduzimos aqui o nosso insignificante escripto, por ser breve, e porque tem um certo fundo historico.

«Rescendiam perfumes de noivado os copados pomares de Setubal. Evolavam-se em deredor do palacio de Nuno da Cunha, onde el-rei viera pousar como de costume, as fragrancias dos laranjaes em flôr. Que festa era essa, que a natureza preparava, balouçando no ar os seus thuribulos, e esbatendo na grande téla dos campos as mais finas côres da sua paleta? Por el-rei D. João II, e a rainha D. Leonor, e o principe D. Affonso haverem pousado na villa, mais a sua côrte sempre desconfiada e descontente, não eram de certo tamanhas, e tão formosas, as alegrias do céu, luminoso e azul, dos campos, viridentes e floridos, do amplo e bello rio, que levava ao mar as suas laminas de ouro. Não sabem as flôres dos laranjaes, nem as aves da solidão, nem as arêas

nistrações de Tuy e Olivença dos bispados de Tuy e Badajoz, a que eram em Castella sugeitas desde remotos tempos, libertando assim o mestrado de Aviz de Portugal do mestrado de Calatrava, e o mestrado de S. Thiago do da ordem de Ucrés, em Castella, pretenção que muitas vezes havia sido difficultada por suggestões dos reis castelhanos.

Continuando jornada, o regente do reino chegou a Aviz, mas quiz deixar esta villa como aposentadoria para o infante D. João, que com elle se devia reunir. Estava-se em dezembro de 1441. O regente poisou em acampamento na ribeira de Seda, com a sua gente. Ahi se avistaram os infantes uns com os outros e com os condes de Ourem e Arrayollos. D. João foi de opinião que se mandasse novamente dizer á rainha que se tornasse para suas terras ou para qualquer outro logar, que elles pessoalmente a acompanhariam; e que se ella resistisse, então se pozesse cêrco á fortalesa do Crato, salva-guardando sempre a casa ou torre onde a rainha e a infanta D. Joanna estivessem.

Entretanto D. Leonor, não recebendo o auxilio que do conde de Barcellos e outros fidalgos esperava, e sendo informada de que os infantes em ultimo caso poriam cêrco ao castello do Crato, quiz immediatamente partir para Castella. Aconselharam-n'a porem a que o não fizesse, emquanto os infantes não movessem arraiaes, mas D. Leonor, logo que soube que tinham abalado da ribeira de Seda caminho do Crato, deu-se pressa em partir para Castella no dia 29 de dezembro, acompanhada pelo prior, pelo senhor

do Sado o que são realezas humanas: lançou-as á terra a omnipotencia divina. Essa conhecem-n'a e reconhecem-n'a; d'outra não querem saber. E que quizessem? Não tinham motivo de alegrias. El-rei estava na villa, verdade era, mas a sua côrte sempre foi triste, e tinha o condão de entristecer o bom povo setubalense. Era que todos se lembravam ainda d'aquella terrivel noite, que já lá ia havia cinco annos, em que a guarda de el-rei cruzava mysteriosamente as estreitas ruas da villa para farejar o escondrijo dos cumplices do duque de Vizeu, que jazia atràvessado por um punhal na guarda-roupa do paço. El-rei caçava, e confidenciava com Antão de Faria. A rainha lembrava-se do irmão quando olhava para o marido. Ó principe D. Affonso não era ainda noivo. Havia de o ser um anno depois. Triste noivado que tão depressa viu expirar os seus jubilos sobre a enxerga d'um pobre pescador de Santarem!...

«Porque sorria então a natureza?

«Era á formosa primavera de Setubal, no anno de 1489.

«Alliançavam-se em gentil consorcio a belleza agreste da beira-mar e a suave belleza do campo. Tudo isso ha em Setubal, de feito: verdura e agua, a flôr e a onda, a rede estendida na praia a concertar, e o tapete gramineo desdobrado no valle a florir.

«Mas talvez que não chegassem ao peito de D. João II, onde pulsava um coração feito de vingança e justiça, os beneficos e sãos effluvios da primavera... Quem sabe? Talvez não. Cuidaria ainda que não tinha assassinado no peito de D. Diogo a hydra da conspiração inextinguivel como o monstro mythologico...

«Nem todos, porém, eram reis; nem tinham as suas canceiras e os seus pezares. D'alguem sabemos nós que vivia louvando a mão poderosa que tamanhas bellezas derramava sobre a face da terra. Coração de mulher afinado pela doçura dos anjos. Para sentir não ha como as mulheres, mormente quando o espirito lhes desabrochou onde quer que podessem receber mais luz do que a que Deus lhes accendeu na alma. Chamava-se D. Justa Rodrigues Pereira a nobilissima dona a quem fôra dado embalar nos braços o duque D. Manuel, cunhado de el-rei. Era estimada na côrte, como poucas. Vivera sempre na côrte a familia dos Pereiras. Seu irmão Nuno exercia o cargo de veador do infante D. Fernando e foi dos braços do veador que o filho do infante passou aos braços de D. Justa. Verdade era que a infanta D. Beatriz via em D. João II o assassino de seu filho D. Diogo. Mas a ama de D. Manuel queria apenas lembrar-se de que o gentil adolescente, que trouxera ao peito, era o cunhado dilecto do soberano, e o irmão da rainha D. Leonor. D. João II estimava sobremaneira este irmão da rainha: pozera-lhe casa, e havia-lhe dito, momentos depois de assassinado o duque de Vizeu:

«—Tu serás rei, se meu filho o não fôr.

«Bem quizera, decerto, dizer o rei: *se meus filhos o não forem*, porque o filho de Anna de Mendonça era por elle tão estremecido como o filho da rainha D. Leonor.

«Mas as difficuldades conspiravam contra a acclamação de D. Jorge, era preciso escolher um rei. D. Manuel era o escolhido.

«Que mais poderia desejar D. Justa para o seu estremecido duque D. Manuel, em cujos olhos azues

de Cascaes e mais alguns fidalgos. Outros ficaram de guarda ao castello do Crato, como para reivindicar os pretensos direitos da rainha viuva. Alguns moradores do Crato, cujas sympathias propendiam para o regente, mandaram-n'o prevenir de que a rainha havia partido, e ao commendador-mór de Aviz avisaram para ir logo tomar posse da villa, a fim de a defender contra qualquer resistencia que os de Castella oppozessem. Vasco Martins de Mello foi o encarregado de ir solicitar a rendição do castello, mas os fidalgos que o guardavam, oppozeram-se, talvez na esperança de receberem ainda auxilio de Castella. Justamente porque os infantes receiassem esta hypothese, avançaram para o Crato com cerca de doze mil homens, e muita artilheria. Gonçalo da Silveira, o alcaide do castello, intimado a render-se, pediu dez dias de espera para avisar a rainha. D. Leonor, depois de ouvir o prior que a acompanhava, e reconhecendo que não podiam chegar a tempo uns oitocentos homens d'armas que sua irmã a rainha de Castella lhe havia promettido, mandou entregar o castello, recado de que foi portador Pedro de Goes, filho do prior. O regente entregou logo o castello a seu irmão D. João, dando o priorado do Crato

ella lia talvez risonhos prenuncios da côr do céu que cobria o caminho das Indias? Quasi todos os fidalgos odiavam D. João II. Ella não. A mão d'aquelle principe havia de pousar, quando o frio da morte principiasse a desnervar-lh'a, a corôa de Portugal sobre a cabeça do seu querido senhor D. Manuel, que ella amava tanto ou mais como a qualquer dos dois filhos que teve. Isto lhe dizia o coração. O principe herdeiro era arrebatado; tanto procuraria a morte, que a havia de encontrar. E não se enganava ella. Parecia que já estava ajaezado o cavallo sobre o qual D. Affonso havia de correr o pareo de mãos dadas com D. João de Menezes...

«D. Justa Pereira não podia, pois, odiar el-rei.

«Não receiava fallar-lhe nunca. Não podia receiar agora, que se propunha revelar uma inspiração divina ao soberano que tomara por divisa o *Si Deus pro nobis, quis contra nos?* ainda hoje esculpido n'uma rua de Setubal. Que inspiração divina era essa? A de fundar na margem do Sado um mosteiro de freiras da primeira regra de Santa Clara.

«Mestre Boutaca, aquelle grande artista que havia de levantar sobre as floridas columnas dos Jeronymos a corôa da descoberta da India, tinha vindo a Setubal a conferenciar com el-rei, que de Italia o mandara vir. A nobilissima ama de D. Manuel deu-se pressa em chamar o architecto italiano, e em expor-lhe o plano do seu mosteiro. Mestre Boutaca respondera:

«—Ora não mais, senhora, esse é o convento que me foi mostrado em sonhos nas Italias, e trago debuxado...

«O italiano tinha razão. D'essa abençoada semente lançada á terra de Setubal devia brotar, nas margens do Tejo, a flôr da architectura manuelina.

«Entrou com a religiosa fidalga a impaciencia. Foi-se em demanda de el-rei, e contou-lhe tudo. D. João II ouviu-a e replicou:

«—Ama, a muito vos atreveis!

«Abroquelou-se D. Justa na sua fé, e respondeu:

«—Senhor, se Jesu houver mister alguma cousa de vossa alteza, far-lh'a-ha?

«Estas palavras foram direitas ao coração do rei, que tirou a gorra, e disse:

«—A Jesu, a pessoa e a corôa...

«A resposta do rei era authorisação bastante para se glosar nas columnas que sustentam a abobada do convento de Jesus, em palavras de pedra, o mote latino que D. João II escreveu sobre a sua corôa: *Si Deus pro nobis, quis contra nos?* Ainda hoje os dois cordões de pedra que se entrançam ao longo das columnas parece representarem a intima alliança do sceptro e da cruz... Dada a licença de el-rei, fez o mais o lapis de mestre Boutaca, e o ardor religioso da ama de D. Manuel. D. João II ainda viu arrancar as lapides das pedreiras da serra da Arrabida. Não pôde vêr o mais. O veneno cerrou-lhe os olhos. Mas D. Manuel, que lhe succedeu, o venturoso moço de vinte e seis annos, que D. Justa trouxera ao collo e amamentára ao seio, poude ainda vêr collocar a ultima pedra sobre as columnas do templo de Jesus. Dir-se-hia que o novo rei, lembrado da sua infancia, mandara generosamente edificar o tumulo de quem lhe afofara o berço.»

A vida devota de D. Justa é claro indicio dos seus levianos amores com o provincial do Carmo, depois bispo de Ceuta e da Guarda. Os restos mortaes da freira jazem no convento que ella fundou, bem como os de seu neto D. Antonio Manuel (Vide *Memoria sobre a historia e administração do municipio de Setubal*, por nós publicada em 1879).

Por sua parte, o bispo parece que tambem se arrependeu d'esses amores pois que, alludindo á dama que os inspirára, dizia na velhice: «*Justa* fue mi perdicion.»

a D. Henrique de Castro, filho de D. Fernando de Castro. E antes que o regente se despedisse do infante D. João, combinou-se que iria encontrar-se na Beira com o infante D. Henrique para accordarem no meio de dominar as rebeldias dos fidalgos d'aquella comarca, especialmente do conde de Barcellos.

CAPITULO IV

Reconciliação do conde de Barcellos com os infantes. — Esposorios do rei com a filha do regente.—Tentativa de reconciliação entre o regente e a rainha.—Embaixadas castelhanas ao regente. — Côrtes de Evora. —Ultimos tempos do captiveiro do infante D. Fernando em Fez. — Pormenores. — Morte da rainha D. Leonor.—Côrtes de Lisboa.—Fim da regencia do infante D. Pedro.

D. Pedro jornadeou do Crato para Abrantes, de Abrantes para Coimbra, e de Coimbra para Vizeu, onde effectivamente se avistou com D. Henrique, e ambos, acompanhados por numerosa gente d'armas e precavidos de mantimentos, se dirigiram a Lamego, atravessando o Douro, a fim de redusirem á obediencia alguns poderosos fidalgos d'Entre-Douro-e-Minho e Traz-os-Montes.

Entretanto, por conselho do conde de Barcellos, a rainha D. Leonor sabia de Albuquerque na intenção de seguir ao longo da fronteira a fim de entrar em Portugal pelas terras de Alvaro Pires de Tavora. De Ledesma, onde chegou, mandou recado ao conde, que se achava em Guimarães. O conde, sabendo do movimento dos infantes, mandou escusar-se para com a rainha, dizendolhe que seria inutil procurarem resistir, desajudados, como estavam, dos infantes de Aragão. Ao mesmo tempo o conde de Barcellos mandava dizer ao regente que não se propozesse passar o Douro, que lh'o defenderia. Era uma bravata artificiosa. Foi primeiro um emissario a dissuadil-o d'este proposito a que Ruy de Pina attribue lucidamente como origem a intenção de querer mostrar-se forte aos que de sua parte já sentia fracos. O conde de Barcellos insistiu, e nem ao proprio filho, conde de Ourem, cedeu. Levantando a sua gente d'armas, sahiu de Guimarães, e foi estabelecer arraiaes em Mezãofrio, a duas leguas de Lamego, mandando metter a pique todos os barcos que no rio Douro havia. O regente ordenou então que se atravessasse sobre o rio uma ponte de toneis, e que as tropas se preparassem para combate. N'este ponto interveio o conde de Ourem, pedindo licença ao regente para voltar a avistar-se com seu pae. O velho conde, vendo então que a sua fanfarronada havia produzido o desejado effeito, deu-se ares de ceder ás instancias do filho e, acompanhado por elle, foi reconciliar-se com o regente a Lamego. Mas o caso é que o conde não perdeu de todo o feitio da sua artimanha, porque poude obter do regente a reintegração do arcebispo de Lisboa, e varias outras mercês, a que depois *não respondeu com igual balança*, diz o chronista.

Mas como quer que seja, na entrevista de Lamego ficou combinado que se procedesse quanto antes ao casamento simples do rei com a filha do regente, ficando as festas solemnes para mais tarde.

Os infantes separaram-se no fim de fevereiro. O conde de Barcellos tornou-se para Guimarães, o infante D. Henrique para a comarca da Beira, e o regente, acompanhado pelo conde de Ourem, regressou a Lisboa, onde immediatamente tratou de convocar as côrtes, que de feito se reuniram em Torres Vedras.

Perante os tres estados solicitou o regente licença para se celebrarem os esposorios de sua filha com o herdeiro da corôa, como era vontade expressa do rei Duarte, e como convinha á tranquillidade do reino. As côrtes approvaram esta proposta, e fizeram até um rico presente aos noivos. O casamento effectuou-se logo em Obidos, no dia da Ascensão, com assistencia das côrtes, que em seguida se despediram. Os esposorios de D. Affonso v, com sua prima foram ratificados por bulla especial do Papa Eugenio iv. [1]

O regente D. Pedro, tendo-se reconciliado com

[1] «Diz que, tendo-lhe elles (então de dez annos de idade) representado a conveniencia de seu casamento para o reino de Portugal, e a impossibilidade de o fazerem por causa de parentesco no segundo grau, impetraram da benignidade do summo pontifice a concessão d'esta graça. Ajunta, que accedendo á supplica, ratifica os esponsaes já celebrados entre os dois principes, e lhes confere a faculdade de poderem casar-se, quando chegarem a idade conveniente,

o conde de Barcellos, procurou, por intermedio d'elle, reconciliar-se tambem com a rainha. Mas D. Leonor, vendo que seus irmãos estavam gosando em Castella um momento de felicidade politica, não só recusou todas as propostas de reconciliação, mas tambem vendeu grande parte das suas joias a fim de poder offerecer a seus irmãos algum auxilio, que lhe désse direito a uma indemnisação pelas armas.

Chegada a Castella, D. Leonor expoz as suas queixas com mais exageração do que verdade, e de Castella vieram a Portugal varias embaixadas, pacificas umas, ameaçadoras outras, para atemorisar o animo do infante. D. Pedro respondia que voltasse D. Leonor, e lhe seria restituida a posse de suas terras e rendas; se bem que a opinião publica dominante fosse de que a rainha devia ser privada de todas as suas regalias officiaes e prohibida de voltar a Portugal.

Uma nova embaixada, veio de Castella com ordem de declarar guerra a Portugal se a resposta fosse desfavoravel. Era uma intimidação preparada pelos infantes de Aragão. O regente julgou acertado convocar as côrtes, que foram as de Evora de 1442 (janeiro), ao mesmo passo que mandava redobrar de vigilancia nas fronteiras do reino. Expoz D. Pedro em côrtes que a embaixada vinha a reclamar para a rainha todo o regimento do reino: as côrtes foram firmemente unanimes em declarar que se despedisse a embaixada com formal recusa. Assim se fez. Desesperada com a resposta, a rainha D. Leonor fez com que segunda embaixada voltasse a Portugal. Foram de opinião os conselheiros do regente que se mandasse resposta ao rei de Castella por embaixadores portuguezes, os quaes, recusando aliás toda e qualquer jurisdicção politica e administrativa a D. Leonor, lhe offereceram a restituição de seu dote e arrhas para que vivesse fóra de Portugal, e mais dez mil dobras de ouro como remuneração para as pessoas que a acompanhavam. Em Castella dividiram-se as opiniões, mas venceu finalmente o parecer d'aquelles que se limitavam a exigir de Portugal uma indemnisação em dinheiro para a rainha e seus apaniguados.

Com esta resposta voltaram ao reino os nossos embaixadores. Era finalmente uma proposta de concordia, e seria acceita, se não sobreviessem n'um e n'outro paiz acontecimentos que deixáram as negociações pendentes.

Entretanto, em outubro d'este mesmo anno, o infante D. João adoecia gravemente de febres em Alcacer do Sal, onde, ao cabo de poucos dias, expirou. Grande sentimento experimentou por esta perda todo o reino, e principalmente o infante D. Pedro, que se achava então em Coimbra, e doente. Ficaram do infante D. João tres filhas e um filho, D. Diogo, ao qual o regente fez logo condestavel, conferindo-lhe ao mesmo tempo o mestrado de Aviz, que o infante seu pae possuia. D. Diogo morreu, porém, muito moço, no anno seguinte, de 1443. A filha mais velha de D. João, a infanta D. Isabel, veiu a casar com o rei D. João de Castella. A segunda filha, D. Beatriz, desposou o principe D. Fernando, irmão de D. Affonso v. A terceira filha do infante D. João, D. Filippa, morreu solteira.

Tendo fallecido o infante D. Diogo, como dissémos, e como o infante D. João não deixasse outro filho varão, o regente nomeou condestavel do reino seu filho o infante D. Pedro. O conde de Ourem sahiu ao encontro d'esta concessão, allegando que seu avô o condestavel D. Nuno Alvares Pereira houvera este officio para si e para todos os que d'elle descendessem, e que por não deixar D. Nuno filho varão, o infante D. João o herdára, não o disputando elle então para não estabelecer dissidencias com o infante. Mas que agora, na qualidade de principal representante do condestavel, para si requeria o logar. O regente não deferiu a esta pretensão, e manteve a nomeação na pessoa de seu filho. D'aqui se originou um grave conflicto entre o conde de Ourem e o principe regente, baseado no resentimento do conde, que nunca mais voltou á côrte. E n'este resentimento se deve procurar a principal causa da morte do regente D. Pedro.

procedendo assim por desejar a utilidade e socego do reino, e por esperar que elles, para retribuirem a benevolencia da Santa Sé, se hão de inflammar ainda em maior zêlo pelos negocios da egreja.

«Florença, anno da Encarnação de 1442, 8 das kalendas de junho do anno duodecimo do pontificado de Eugenio IV.»

Visconde de Santarem, *Quadro elementar*, tom. x, pag. 25.

Já é tempo de voltarmos de novo os olhos para o infeliz captivo de Fez, o mallogrado infante D. Fernando, de quem ha tanto tempo os negocios da politica interna do reino nos trazem desviados.

Não obstante as recommendações do papa, e o conselho de muitos principes christãos, tanto a rainha viuva como o principe D. Pedro haviam pensado em resgatar D. Fernando a troco da restituição de Ceuta, visto que os mouros insistiam n'essa troca.

Chegou-se a resolver, em conselho, que Ceuta fosse finalmente entregue, e para isso se passaram em nome de el-rei as respectivas cartas e se nomearam como embaixadores Martim de Tavora, reposteiro-mór, e o licenciado Gomes Eanes, desembargador do civel.

Quando os dois embaixadores chegaram a Arzilla, acharam noticia de ter fallecido Salat-ben-Salat, e de estar por alcaide seu irmão Muley-buquer, como tutor do filho mais velho de Salat-ben-Salat que, como é sabido, havia sido entregue aos portuguezes como refens.

Muley-buquer ouviu a exposição dos embaixadores e contestou-lhes que emquanto o conde de Villa Real estivesse por governador em Ceuta, elle difficultaria a entrega d'aquella praça, pela muita honra que d'ella tinha. Os embaixadores procuraram dissipar estas duvidas que lavravam no espirito de Muley-buquer, e finalmente foi combinado que o alcaide avisasse Muley-Buzaceri, rei de Fez, em cujo poder estava o infante, para que o trouxesse a Arzilla, e que logo que ali chegasse, se o conde de Villa Real não entregasse a praça de Ceuta, que então accordariam nos meios de resolver o negocio.

O alcaide disse-lhes que voltassem a Portugal, emquanto elle trataria de pactuar com o rei de Fez, mas que sem demora voltassem acompanhados de pessoa munida de plenos poderes para realisar a entrega de Ceuta.

Quando os dois embaixadores voltaram a Portugal, já as discordias intestinas entre a rainha e o regente andavam ateiadas. Sem embargo, resolveu-se que a praça de Ceuta fosse entregue, resolvendo-se tambem que D. Fernando de Castro, governador da casa do infante D. Henrique, fosse incumbido de, juntamente com os dois embaixadores, proceder á entrega da praça. D. Fernando de Castro era homem nobre e rico, pelo que se preparou com certo apparato para esta embaixada, tanto mais que se havia combinado que sua filha casasse com o infante D. Fernando. Para segurança de sua pessoa, e do infante que devia voltar com elle, levou D. Fernando de Castro mil e duzentos homens, desaferrando do porto de Lisboa no mez de abril de 1441.

Tendo-se os navios da frota espalhado, aquelle em que ia D. Fernando de Castro encontrou-se, para alem do Cabo de S. Vicente, com uma carraca de piratas genovezes, que, apesar de uma vigorosa defesa, poude abordal-o. O navio foi entrado e roubado, e D. Fernando morto. Como porem os outros navios da frota viessem a todo o panno sobre os piratas, a carraca fez-se rapidamente ao largo. Retrocedeu a frota a Tavira, para dar sepultura a D. Fernando de Castro em terra portugueza, e depois, tomando D. Alvaro, filho de D. Fernando, o logar de capitão, velejaram para Ceuta. Ahi souberam, porem, por Lazuraque-Marym, governador do rei de Fez, que este não consentia que o infante D. Fernando viesse em deposito para Arzilla, e que se os portuguezes estavam resolvidos a entregar Ceuta, que primeiro lh'a entregassem, que elle juraria por Mafoma e pela sua lei restituir-lhes depois o infante. Não podendo inspirar confiança a condição imposta em nome do rei de Fez, Alvaro de Castro e os embaixadores ainda enviaram a Lazuraque um mouro com novas propostas, como adeante veremos, e voltaram descontentes ao reino, onde o regente os recebeu com grande desgosto, ficando a solução de tão grave negocio pendente até que algum alvitre salvador fosse lembrado.

Vejamos agora qual era, em Fez, a situação do infante.

A fim de lisonjear o espirito do povo, logo que se boquejou que os portuguezes restituiriam Ceuta, mandou Lazuraque tirar os ferros ao infante, e que os outros captivos não trabalhassem, mas que de dia e noite fossem encerrados na casa da masmorra.

Em maio de 1439, Lazuraque teve de Salat-ben-Salat aviso official de que o rei de Portugal estava resolvido a entregar Ceuta, e que portanto lhe mandasse o infante. Lazuraque não o quiz fazer, e respondeu que elle proprio

o acompanharia quando para isso tivesse occasião. Como quem receia vêr escapar-se-lhe das mãos uma victima cujo soffrimento o dilicia, Lazuraque mandou de novo lançar os ferros ao infante, e aos outros captivos foram tirados os vestidos que ainda possuiam, dando-se a cada um, para que se cobrisse, seu pedaço de cobertas de burel. Ahi permaneceram, alimentados a pão e agua, até ao dia de natal d'esse mesmo anno, em que tiraram os portuguezes da enxovia, onde só ficou o infante e um padre, e os mandaram cavar n'um terreno fragoso.

«Parece, diz fr. João Alvares, que queria Deus dar-lhe materia de merecimento, porque logo que os viram fóra ao trabalho, foi tanta a multidão de gente ali junta, assim de homens como de mulheres, que os molestavam, e apressavam, que era maravilha vêr, e muito mais de soffrer, cá com o affrontamento da gente se não podiam ter de pé, e com o trabalho se lhes empollavam as mãos, e rebentavam, espectaculo que a todas as feras nações (posto que muito indomitas) seria muito para condoer, se não fossem aquelles barbaros mais crueis e inhumanos que todos os tigres ferocissimos. Tinham bem que fazer uns oito homens, que os guardavam, em os defender da gente, que abafando-os parecia quererem-n'os matar. Cuspiam-lhes no rosto, davam-lhes pescoçadas, empuchavam-n'os, dizendo-lhes descomedidas palavras de affronta, e opprobio, até que veio mandado do alcaide, que os mesmos christãos ferissem a gente e se defendessem dos mouros, e as guardas os amparassem. Julgai d'aqui quanto devia ser o aperto e força que os pobres homens padeciam; n'isto veio a noute, e foram levados á masmorra.»

Esta enorme crueldade continuou durante alguns dias, com grande applauso dos mouros que concorriam a presencial-a; os cegos diziam que bastava para contental-os o ouvirem tinir os ferros *d'aquelles cães*. Entretanto um mouro era enviado ao carcere do infante para sondar-lhe o animo, e como o infante lhe extranhasse a semrazão de tamanhos supplicios, respondeu-lhe o mouro que era para que constasse em Portugal e tratassem os portuguezes de apressar a entrega de Ceuta.

Os trabalhos dos captivos continuaram no anno de 1440, com a differença de que eram circumscriptos á horta do rei.

Succedeu então a morte de Salat-ben-Salat, a que já nos referimos, e coincidiu com esse acontecimento o sahir de Ceuta para Fez um mouro chamado Faquyamar, que fôra aio do infante mouro Ismael, que estivera em Portugal, e que ia vêr se poderia roubar o infante. Mas Lazuraque tivera aviso do que se passava, e o mouro chegou a ser preso e fustigado, mas póde fugir e voltar para Ceuta.

Então recrudesceram as oppressões aos captivos e ao infante para que elles pagassem, diziam-lhes, a ousadia do mouro.

«N'este entretanto, prosegue fr. João Alvares, deu um mouro uma carta a Lazuraque, em que a rainha D. Leonor (mulher de el-rei D. Duarte a esse tempo de fresco fallecido, irmão d'este senhor captivo) rogava ao infante que désse a Pero Lourenço a commenda de Elvas, que era vaga. A qual Lazuraque mandou lêr; e lida, disse mal dos christãos, dizendo que eram falsos, e mal attentados em mandarem recados ao infante, por lhe pedirem uma villa (e chamavam a esta petição de commenda villa) e não tratando sobre seu livramento. E rompeu a carta, dizendo que a não veria o infante; e que se aquella villa houvesse de ser dada, que melhor a daria elle a cada qual d'aquelles que com elle estavam no soffrimento do trabalho, e captiveiro. E não sei se este mouro—observa judiciosamente o chronista,—que era julgado por mau, e tyranno, dava n'isto affrontosa bofetada no rosto dos que se tinham por bons, e primorosos christãos, ensinando a justa ordem da distribuição dos bens, para os que soffriam os males, não para os que estavam no reino seguros levando boa vida.»

Quando os dois embaixadores chegaram a Arzilla, como já dissémos, mandaram a Fez um judeu com a notificação official da sua chegada, para se ultimar o tratado.

Reunido o conselho, Lazuraque mandando que o infante fosse conduzido á sua presença, de sapatos na mão, perguntou-lhe se queria antes que o levasse elle a Arzilla ou que o mandasse por outrem. D. Fernando respondeu que qualquer dos modos lhe convinha.

Lazuraque fez constar que ia acompanhar o infante a Ceuta, e obrigou-o a escrever uma

carta aos embaixadores, dizendo-lhes que fizessem quanto elle quizesse. Mas o infante escreveu esta carta de modo que se conhecesse a coacção. Respondendo Lazuraque aos embaixadores, como fica referido, que primeiro lhe entregassem Ceuta que elle depois entregaria o infante, o que jurara por Mahomet e a sua lei.

Caminho de Ceuta, fez-se Lazuraque acompanhar de grande sequito de trombetas, anafis e atabales; o infante ia montado n'um sendeiro que o mercador de Mayorca lhe offerecera. Á noite, o infante era mettido n'uma casa de madeira, e ahi vigiado e fechado á chave. Andaram n'isto cerca de vinte e um dias, sem com tudo se distanciarem de Fez mais do que tres leguas. Ahi encontraram o mouro, que trazia a resposta dos embaixadores, recusando entregar Ceuta apenas sob juramento, mas fazendo varias propostas. Lazuraque respondeu que tomaria por arbitro o rei de Granada, a quem ia submetter as propostas, mas secretamente enviou logo um mouro a Granada encarregado de dizer ao rei que elle não desistia de que primeiro lhe fosse entregue Ceuta. E retrocedeu para Fez, com o infante, e com toda a gente que os acompanhava. D. Fernando e os seus foram de novo encarcerados.

O rei de Granada respondeu que entregasse Lazuraque o infante aos genovezes, que elles ficariam por fiadores de Ceuta; Lazuraque, mandando chamar o infante á sua presença, disse-lhe que n'esse sentido escrevesse aos reis de Granada e Portugal.

Entrado o mez de março de 1442, quando chegou a Fez o mouro Faquyamar, para roubar o infante, Lazuraque mandou açoutar o mouro na presença de D. Fernando e dos seus, e disse ao infante que tratasse de se remir a dinheiro ou que tambem seria posto a tratos. Avaliava Lazuraque o resgate em cento e cincoenta mil dobras e cento e cincoenta mouros captivos. Mas depois d'esta audiencia, o infante foi separado dos seus, que o julgaram condemnado á morte. D. Fernando foi mettido n'um ergastulo, onde a luz do dia não podia entrar, e onde dormia sobre um poial. Ahi esteve D. Fernando quinze mezes. Como foram transcorridos, o infante achou-se doente certa manhã. Foram dizer isto a Lazuraque, que mandou que lhe dessem de comer o que quizesse, e que o physico portuguez, mestre Martinho, que era um dos captivos, fosse a pessoa encarregada de lhe levar as comidas.

De Portugal tinha vindo resposta quanto ao resgate a dinheiro: que dariam pelo infante cincoenta mil dobras e o filho de Salat-ben-Salat. Veio tambem noticia de ter morrido o infante D. João, mas o infante captivo não a acreditou, porque esta ruim nova, e outras, lhe foram cantar algumas mulheres, como tinham por costume, á porta do carcere. Ao certo, nunca soube da morte do irmão.

Em julho de 1443, os padecimentos do infante aggravaram-se com febres sezonaticas. Mandou D. Fernando pedir ao rei que o tirasse d'ali, para poder ser melhor tratado em outra parte. Disseram-lhe que não. Apenas lhe permittiram que tivesse na prisão o physico e o confessor, ambos portuguezes, que o acompanharam nos ultimos momentos.

O dia 5 de julho foi o ultimo da vida do infante.

Fr. João Alvares descreve rapidamente o passamento do desditoso principe.

«E o confessor, diz elle, lhe perguntou se sentia como estava; e o infante lhe disse: Pois fazei a confissão geral: a qual elle só fez mui inteiramente, com a protestação por guarda da santa fé, e abraçando-se com os merecimentos da paixão de Nosso Senhor Jesus Christo, e da Virgem Maria, e de todos os Santos, recebida absolvição plenaria *in articulo mortis*, e a bençam sobre elle, volveu-se sobre a parte direita, e disse: Ora me deixae acabar. E com esta palavra sem outra mudança de gesto deu a sua alma ao Senhor.»

No outro dia, o corpo do infante, posto sobre uma tabua, foi levado á masmorra, e por ordem de Lazuraque foram chamados os captivos portuguezes para que lhe viessem tirar os ferros. Depois mandou Lazuraque abrir o corpo do infante, e enchel-o de sal, de murta e de louro secco, para que podesse ser conservado, até que os portuguezes o resgatassem. Tendo sido chamados os captivos para assistir, conduziram o cadaver, sobre uma padiola, á porta da cidade. Ataram-lhe uma corda nas pernas, e penduraram-n'o nú, nas ameias, com a cabeça para baixo.

Referindo-se aos captivos portuguezes, escreve o chronista: «E n'este espaço metteram as tri-

pas, e a freçura com o coração (do infante) tudo como o tinham guardado, em uma grande panella de barro, e a bandouva, com tudo o que trazia, em outra, e tudo foi mui bem salgado; e fizeram em um recanto da casa uma cova, em que enterraram aquellas panellas bem cobertas. E depois, a cabo de dez dias, fizeram sobre esta cova um levantamento de taboas á maneira de monumento, e pozeram-lhe em cima uma cobertura de alcatifa, com uma cruz branca. E por peita, que davam aos porteiros, tinham logar para cada dia como vinham de seus trabalhos, todos com o clerigo dizerem ali as horas dos defuntos, de tres lições, e aos domingos, e festas, nove; e tinham ahi incenso, e candeas, e agua benta. Isto durou assim até dez mezes que todos os captivos foram misturados, e o aviamento desfeito. E elles com receio de serem descobertos, tiraram d'ali aquellas reliquias, e as enterraram fóra em outra parte, aonde estiveram até que depois foi resgatado João Alvares, author d'esta chronica, e as trouxe a Portugal.»

Grande numero de mouros concorreu a vêr o cadaver do infante D. Fernando, pendurado das ameias de Fez. Uns atiraravam-lhe pedras, outros laranjas, e outros, finalmente, cuspiam contra elle, dizendo *que aquelle era o rei dos renegados, que queriam conquistar os mouros de Deus.* O rei, Lazuraque, os alcaides, a côrte toda foram tambem tripudear em frente do cadaver jogando ahi as cannas até que foi noute cerrada.

Esteve assim o corpo do infante exposto durante quatro dias, até que os captivos portugue- lhe mandaram fazer um athaude de madeira, que ficou suspenso em cordas no mesmo sitio das ameias em que o corpo havia estado pendente.

Com a morte do infante aggravou-se, como era natural, a triste situação dos captivos, pois que toda a esperança da restituição de Ceuta havia cessado para os mouros. Eram quarenta e seis os portuguezes sobre os quaes pesavam as mais duras represalias; trabalhos asperrimos dia a dia lhes consumiam as forças. Logo depois da morte do infante, falleceram muitos dos empregados de sua casa, Diogo Delgado, João de Luna, forneiro, mestre Martinho, cirurgião, Fernam Gil, guarda roupa, João Lourenço, aposentador, e Christovam de Luviça, reposteiro, de origem allemã.

O padre João Alvares, secretario do infante e seu chronista, foi resgatado, de ordem do infante D. Pedro, por um mouro chamado Faquy Guiznaym, no anno de 1448. Depois foi a Ceuta e a Arzilla com o resgate, que requereu, de João Rodrigues, collaço do infante, e Pero Vaz, seu capellão.

«No primeiro dia do mez de julho da era de mil quatrocentos e cincoenta e um annos—diz a chronica—chegou a Santarem João Alvares (auctor d'esta chronica e secretario d'este senhor, aonde então estava el-rei D. Affonso V d'este nome e sobrinho do santo infante) e trazia as reliquias da freçura, coração, tripas, e tudo o que foi tirado do corpo d'este infante, quando em Fez os mouros o fizeram abrir: as quaes reliquias tirou de lá secretamente o dito João Alvares, e as trouxe a estes reinos... E o dito senhor rei mandou que o dito João Alvares, e Rodrigues, collaço do santo infante, que ahi estava, levassem as ditas reliquias ao mosteiro de S. Domingos de Nossa Senhora da Victoria da Batalha, aonde está a sepultura do dito infante, e dos infantes seus irmãos na capella real, e mui sumptuosa d'el-rei D. João I, de boa memoria, pai d'elles, e da rainha D. Filippa, sua mãe, que tambem ahi jazem.»

Ás cerimonias funebres, que por essa occasião se realisaram na egreja da Batalha, assistiu o infante D. Henrique, com mostras de profundo sentimento.

Mais tarde o cadaver de D. Fernando tambem veiu para Portugal. Diremos primeiro a versão de fr. João Alvares, que tem todo o caracter de lenda. O rei de Fez trazia na sua côrte um sobrinho, de dezesete annos de idade, mancebo de bons costumes, e geralmente estimado. Começou o tio a vel-o com maus olhos, receiando-o como concorrente á corôa. Os maus tratos, os aggravos não tardaram por parte do rei, e o sobrinho, querendo vingar-se, combinou com dois captivos christãos roubar o athaude do infante, porque sabia que daria com isso grande desgosto ao rei. Effectivamente o athaude foi roubado n'uma noite de tempestade, e conduzido a Arzilla, d'onde foi transportado para Lisboa, vindo a bordo da embarcação o sobrinho do rei de Fez.

Chegados á praia de Rastello, e avisado o rei

e o povo, foi grande o alvoroço da cidade, e com solemne acompanhamento de cleresia o athaude condusido desde Belem até Lisboa, onde se fizeram officios divinos na egreja da Sé, tendo havido antes sermão ás Portas de Santa Catharina, por occasião da passagem do feretro.

Terminados os actos funebres, houve jogo de cannas no Rocio em honra do principe mouro. No dia seguinte correram-se touros na Rua Nova, com o apparato que essas diversões costumavam ter n'aquella época.

Havendo Affonso v pedido ao mouro que se fizesse christão e ficasse em Portugal, onde desposaria uma das primeiras damas da côrte, é notavel que elle recusasse e quizesse voltar para Fez, com risco de uma dura represalia por parte do tio! Mas o chronista diz que effectivamente teimára em voltar á sua terra, recusando todas as propostas que D. Affonso v lhe fizera, havendo acceitado comtudo ricos presentes, em dinheiro e em ouro.

A versão historica, que nos é dada por R. de Pina, diz que, depois da tomada de Arzilla, a ossada do infante D. Fernando foi o preço do resgate das mulheres e filho de Muley Xeque, que tinham ficado captivos. [1]

Os restos mortaes do infante, depois de haverem sido depositados no mosteiro do Salvador, foram trasladados para a egreja da Batalha.

Foi pois a morte que resolvera a grave questão de Ceuta, com relação ao infante D. Fernando, como tambem fôra ella que viera ultimar a questão da regencia do reino.

Como dissemos, D. Leonor havia fugido para Castella, onde seus irmãos experimentavam varios revezes politicos, e em cuja côrte já principiava a ser mal vista pela rainha sua irmã. Falta de meios, D. Leonor retirara-se para Toledo, onde se vira obrigada a despedir muitos dos criados que a acompanhavam. Varias pessoas a socorreram com pão e dinheiro, notando-se entre ellas uma D. Maria da Silva, dama nobre e opulenta. Tambem o conde de Villa Real, sabendo em Ceuta da triste situação em que a viuva de D. Duarte se encontrava, lhe mandou entregar dinheiro; pelo que foi geralmente louvado.

[1] Capitulo 172 da *Chronica do senhor rei D. Affonso V.*

Suspirando pelo bem que tinha deixado em Portugal, e *ao menos para a sua terra lhe comer o corpo*, diz Ruy de Pina, D. Leonor entabolou negociações com o infante D. Pedro para voltar. O infante annuiu, e o regresso da rainha viuva haver-se-ia realisado, se não fallecesse subitamente em Toledo no dia 19 de fevereiro de 1445.

Correu o boato de que D. Leonor fallecera envenenada. Os inimigos do regente fizeram propallar que elle lhe tinha mandado propinar o veneno. Mas esta versão é incompativel com a nobresa de sentimentos tradicional nos filhos de D. João I. Tem-se como certo que fôra o condestavel D. Alvaro de Luna quem a mandara envenenar, receioso de que D. Leonor fizesse com que seu irmão D. Henrique voltasse á cidade de Toledo, d'onde havia sido expulso, como parece ella effectivamente estava combinando com o alcaide-mór da cidade. Parece que tambem fôra o condestavel que mandara envenenar a rainha de Castella, que fallecera quinze dias depois de sua irmã.

O regente D. Pedro mandou logo a Toledo buscar a infanta D. Joanna, e ordem para que voltassem os criados de D. Leonor, posto que de muitos d'elles houvesse recebido aggravos.

Mais tarde, 1457, D. Affonso v, fizera trasladar o cadaver de sua mãe, de Toledo para a egreja da Batalha, onde jaz, como já haviamos dito, por incidente, n'este mesmo volume. [1]

Depois da morte das duas rainhas, D. Alvaro de Luna resolveu fazer expulsar de Castella os infantes de Aragão e para isso mandou pedir auxilio a Portugal, como havia sido tratado. A primeira idéa do infante D. Pedro foi ir elle proprio, mas por fim resolveu-se que fosse seu filho o condestavel D. Pedro, que tinha então quinze annos de idade, e que foi acompanhado, alem de muitos fidalgos notaveis, por dois mil homens de cavallo e quatro mil de pé.

Não quiz, porem, o regente que seu filho partisse para um feito de armas antes de ser armado cavalleiro. Mandou pois chamar a Lagos o infante D. Henrique, para que viesse á Coimbra, impôr as armas ao sobrinho. D. Henrique não se fez esperar, e a ceremonia realisou-se no

[1] Nota á pag. 43.

mosteiro de S. Jorge, d'aquella cidade, d'onde o joven condestavel partiu immediatamente para Ciudad-Rodrigo.

O rei de Navarra e o infante D. Henrique estavam cercados por el-rei de Castella, D. João, na villa de Olmedo, e, sabendo que breve chegaria reforço de Portugal, resolveram dar batalha, na qual foram derrotados, fallecendo poucos dias depois o infante D. Henrique, em virtude de ferimento que recebera n'um braço.

Em Ciudad-Rodrigo, o filho do regente foi avisado do resultado da batalha de Olmedo, mas entendeu o conselho que deviam ir ávante. Tendo conhecimento d'esta resolução, o rei de Castella mandou pedir ao condestavel portuguez que se dirigisse com a sua gente á villa de Mayorga, onde o esperaria. Ahi foi D. Pedro recebido com grandes honras e festas, e parece até que o rei de Castella significára desejos de o conservar na sua côrte, mas finalmente o filho do regente partiu para Portugal, com grandes dadivas de joias, cavallos, e outras cousas de subido preço. O exercito portuguez entrou em Portugal pelo norte, indo o regente e o rei esperal-o a Aveiro.

Entretanto ia-se aproximando o anno de 1446. O moço rei D. Affonso não tardava a completar quatorze annos, idade em que, segundo o fôro de Hespanha, os principes reaes deviam emancipar-se. O regente D. Pedro deu-se pressa em reunir côrtes em Lisboa, para tratarem d'este assumpto. Com effeito, perante os tres estados o infante D. Pedro voluntariamente se desapossou do governo do reino, entregando-o a seu sobrinho, ao qual de joelhos beijou a mão e entregou a vara da justiça.

Todavia, D. Affonso V pediu a seu tio que o auxiliasse no regimento do reino emquanto se não habilitava a dirigir por si só os negocios do Estado. D'esta sua resolução mandou o rei dar conhecimento ás côrtes, agradecendo a seu tio os grandes cuidados que pozera na sua creação e educação, e ás côrtes a approvação do seu casamento com a infanta D. Isabel, sua prima.

O conde de Barcellos, o bastardo de D. João I, [1] chegou ainda a mandar ás côrtes, por intervenção de Gonçalo Pereira, uns apontamentos contrariando aquella resolução do rei, mas não os attenderam as côrtes. Já mais longe deixamos accentuado o pretexto da indisposição do conde de Barcellos para com o regente, e o machiavelismo com que sempre se houvera para com elle. Portanto, facil é comprehender que o conde de Barcellos não desistiria do proposito de instar com o rei, por si e por seus filhos, para que assumisse o total regimento do reino. Com effeito, aconselhado pelos condes seu tio e primos, D. Affonso V pediu ao regente toda a jurisdicção real. D. Pedro, posto conhecesse d'onde o golpe partia, respondeu a seu sobrinho que nenhuma duvida tinha em entregar-lhe o governo do reino, comtanto que por essa occasião se verificasse o casamento solemne com D. Isabel. D. Affonso annuiu, e marcou-se praso para ambas as solemnidades; porem o joven rei, instigado pelo arcebispo de Lisboa, que de noute lhe ia fallar, pediu ao infante D. Pedro que lhe cedesse o governo, ainda antes do casamento. Para obstar a novos conflictos, D. Pedro immediatamente entregou o governo. O casamento do rei com sua prima veiu a effeituar-se em maio de 1447, [1] em Santarem, mas as festas foram pouco lusidas, porque tudo mudou de face para o infante D. Pedro e para a sua familia depois que elle largára o regimento do reino. Portanto, a partir d'esse momento, D. Isabel de Lencastre começára a ser rainha de facto, pois que de direito já o era desde os seus esponsorios realisados em Obidos, e n'essa qualidade assignára pelo menos um documento. [2]

[1] Vide vol. II, pag. 371-372.

[1] O contrato de casamento vem nas *Provas da Historia Genealogica*, tomo II, pag. 48.

[2] Encontra-se no tomo I das *Rainhas de Portugal*, do sr. Benevides. Vamos transcrevel-o, bem como as palavras com que o sr. Benevides o precede:

«São rarissimos os documentos da rainha D. Isabel de Lencastre que chegaram até aos nossos dias. Tivemos conhecimento de duas cartas dirigidas pela filha do duque de Coimbra á cidade do Porto: uma, em 1 de fevereiro de 1443, pedindo que fosse dado o cargo de meirinho do julgado de Maya, no termo d'aquella cidade, a Gonçalo Anes, criado de um escudeiro do infante D. Pedro, ao que *os homens bons* da cidade promptamente annuiram, dando o dito officio por um anno, a contar do dia de S. João proximo, por isso que já o haviam dado a outro até ao dito dia de S. João; na outra carta, que é do anno 1454,

Assim terminou o agitado periodo da regencia do infante D. Pedro, homem recto, espirito superior, que, como veremos, não tardará a ser victima dos seus bons serviços.

pedia a rainha á cidade que tivesse compaixão de Alvaro Anes, de Guimarães, que tendo perdido seus bens, e sendo devedor de certa quantia á cidade, de prompto a não podia pagar, e por isso a rainha pedia que lhe fosse concedida alguma móra para o pagamento; a cidade annuiu, por contemplação com a soberana, e deu-lhe um anno de moratoria. Não existem os originaes d'estas cartas no archivo da cidade do Porto, mas apenas o treslado da primeira e o summario da segunda.

«Aqui transcrevemos o primeiro documento:

«*Carta da rainha D. Isabel de Lencastre, primeira* «*mulher de D. Affonso V dirigida á cidade do Porto* «*em* 1 *de fevereiro de* 1443.

«Regedores e homees boos da nobre liall cidade

Não se engava D. Pedro no que disséra ao povo de Lisboa no momento de recusar a estatua...

«do pōto nos a Rainha uos euiamos muito saudar «fazemosuos saber q anos he dto que por morte de «fernã de caluos he uago o meirinhado do Julgado «damaya termo desa cidade o qll auos perteença de «dar. e q ora oteedes dado ahuu laurador da trra «ataa d. de sam Johã.) E por quâto pollo grrãde «carego qo Iffãte Regente meu muyto pzado e amado «padre e nos tueemos de rr.ª dauidos sseu saud.º a «nos pzeria q este meirinhado seg.º uosso custume «outorgaseeis a hum g.º anes seu creado morador e «Saa na fergezia de sta m.ª daluarelhos do jullgado «damaya o quall sg.do nos foy dto he naturall dhi e «de q a cidade podera sér bê servyda) porem uos «rrogamos e ẽcomendamos q pollo noso uos pza «delho outhorgar. e ssede certos q ffazendoo asy «volo agdeceremos muyto e terremos e fruyço scrta «e lixboa primeiro dia de fev.ª viçente mjs a fez «ano de 1443.»

LIVRO III

Reinado de D. Affonso V

CAPITULO I

Primeiras aggressões contra o infante D. Pedro.—O ex-regente retira-se da côrte. —Frouxa intervenção do infante D. Henrique.—Interferencia do conde de Abranches.—Novas perseguições contra D. Pedro.—Vinda do duque de Bragança á côrte. —Resistencias por parte do ex-regente.— Acontecimentos que preparam o ultimo acto da tragedia.

O estado em que se encontrava o reino de Portugal ao tempo em que D. Affonso v empunhou definitivamente as redeas do governo, fica sobejamente descripto, nos capitulos anteriores, bem como n'elles se encontra o germen da discordia que vae atear-se entre o infante D. Pedro e seu sobrinho, atiçada por um simples resentimento do conde de Barcellos.

O bastardo de D. João i, logo que seu irmão D. Pedro entregou a D. Affonso v o regimento do reino, partiu da villa de Chaves em som de guerra, e percorrendo as cidades do Porto e Guimarães, a villa de Ponte do Lima e outros logares d'aquella comarca, tirou aos criados do infante D. Pedro os officios em que estavam investidos, mandando guardar e vigiar as respectivas fortalezas, como se effectivamente se houvera declarado guerra formal entre o joven rei e o antigo regente.

Pelo conde de Barcellos, a quem o regente fizera em 1442 duque de Bragança, e pelo conde de Ourem foi secretamente encarregado de fomentar a intriga entre o rei e seu tio, um tal Barredo, protonotario e oriundo de Riba de Vizella, o qual, tendo entrada no paço real e na casa do infante, podia facilmente manejar a terrivel arma da calumnia, que lhe fôra confiada. Por intervenção de Barredo, ajustou-se que el-rei se avistaria em Torres Novas com o conde de Ourem, e n'essa entrevista acabaram os dois com el-rei para que despedisse da côrte o infante D. Pedro, porque d'outro modo, diziam elles, não se poderia libertar inteiramente do jugo do infante, o qual, affirmavam, queria reinar, e engrandecer seus filhos.

D. Pedro soube do que se passava, e simulando grande tranquillidade de espirito, que não podia ter em hora tão accidentada de perseguições e vinganças, deu-se pressa em encontrar-se com o sobrinho em Santarem, onde lhe pediu licença para se ausentar da côrte, fundamentando o pedido na necessidade de olhar pela sua casa, que havia sacrificado ao interesse dos negocios publicos.

D. Affonso v, não tendo n'essa hora a seu lado os ruins conselheiros, acolheu seu tio com a expansão propria dos annos juvenis, deu-lhe licença para se ausentar da côrte, e passou-lhe termo de quitação de todo o tempo em que servira como regente.

Despedindo-se de seu sobrinho, D. Pedro retirou-se de Santarem para Coimbra, mas, receioso de alguma embuscada do duque de Bragança, fez-se acompanhar por numerosa gente de armas até Thomar. Logo que o duque e o arcebispo de

Lisboa souberam que o infante havia partido, deram-se pressa em levantar suppostos resentimentos na alma do rei contra o infante seu tio, cizania que era auxiliada pelos criados que tinham sido da rainha D. Leonor, a quem a regencia de D. Pedro havia prejudicado em suas ambições, como sabemos.

Chegados a este ponto da narrativa, julgamonos constituidos no dever de noticiar a intervenção que a este tempo tivera n'este negocio o infante D. Henrique, e como a melhor auctoridade em que podemos firmar-nos é Ruy de Pina, não deixaremos de transcrever as suas proprias palavras.

«Partiu-se el-rei de Santarem para Lisboa, onde o infante D. Henrique, que era no Algarve, lhe veiu fallar, e porque sentiu que a vida e honra do infante seu irmão com maneiras falsas de seus inimigos era maltratada, e se dispunha a destruição e perigo, atalhou a isso algum tanto, mas não com aquella fortalesa e escarmento, que elle a seu irmão devia e o mundo esperava, o que lhe fôra bem possivel se quizera; porque achou contra o infante artigos formados em que se affirmava que, com cubiça de reinar, matara el-rei D. Duarte seu irmão, e em Castella dera ordem á morte da rainha D. Leonor, e assim á do infante D. João. Com outras muitas abominações de que se tiravam inquirições, em que por seu subornamento lhe não falleciam testemunhas falsas, com que parecia que o provavam. Mas o arcebispo, e o conde de Ourem, com outros de sua parcialidade, receiosos se o infante D. Henrique, segundo era no reino poderoso e de grande auctoridade, pendesse á banda do infante D. Pedro, que suas imaginações ficariam, com damno d'elles, muito á quem de seu proposito, trabalhavam de fazer a el-rei suspeitosas suas virtudes e segura lealdade, affirmando-lhe que nas desculpas do infante D. Pedro o não devia crer. Porque na culpa do engano e desterro da rainha sua mãe, e em outros desmandos que por morte d'el-rei D. Duarte no reino se fizeram, foram ambos causadores e participantes, mas como isto era falso, não damnava na limpesa do infante D. Henrique.»

O conde de Abranches, Alvaro Vaz de Almada, o famoso capitão de que mais adeante nos occuparemos detidamente, achava-se em Ceuta n'aquella occasião, mas tendo conhecimento das intrigas que na côrte se urdiam contra o infante D. Pedro, seu dilecto amigo, resolveu immediatamente vir a Lisboa, na esperança de poder fazer recuar a calumnia, que durante a sua ausencia havia medrado fortemente.

Sabendo da chegada do conde, os inimigos do infante D. Pedro procuraram levar el-rei a prohibir-lhe que entrasse na côrte. Mas Affonso v, comquanto na idade em que a credulidade é cega, havia sido educado na tradição cavalheiresca de seu avô, e tinha por Alvaro Vaz de Almada um enthusiasmo que sobrelevava quaesquer outras considerações. Não desanimando ainda os inimigos do infante, mandaram dizer ao conde de Abranches que, se teimasse em ir á côrte, seria preso n'essa occasião, por connivente em muitos actos do infante. Alvaro Vaz resistiu denodadamente, e apresentou-se na côrte justamente na occasião em que el-rei, rodeiado de muitos fidalgos, tratava negocios relativos a seu tio. O conde, posto fosse entrajado ao garrido, ia munido de armas que podessem defendel-o, em caso de aggressão. Os inimigos do infante ficaram verdadeiramente assombrados com este denodo do conde de Abranches, que, perante o rei e a côrte, expôz com austera serenidade quaes os serviços prestados pelo infante D. Pedro, suas virtudes e feitos, alludindo ás ameaças com que a elle proprio o haviam querido intimidar, e acabando por lançar um repto solemne aos inimigos do infante, provocando tres d'elles, quaesquer que fossem, para combaterem em campo contra elle só.

Os da conspiração sentiram-se vivamente contrariados e, para arrancarem el-rei á influencia do conde de Abranches, levaram a toda a pressa D. Affonso v para Cintra, á sombra de cujas arvores murmurosas menos receiavam, defendidos pela distancia, as ameaças e as represalias de Alvaro Vaz de Almada. Com effeito, em Cintra poderam melhor dominar a alma juvenilmente impressionavel de D. Affonso v, a ponto de o levarem a publicar um aviso a todos os fidalgos e cavalleiros do reino para que não fossem visitar o infante D. Pedro, e a assignar outro aviso a todos os apaniguados da rainha D. Leonor, que se julgassem lesados em seus interesses pelo governo do infante, para que requeressem uma in-

demnisação, a qual effectivamente lhes foi dada, tumultuariamente, sem processo algum de verificação. Finalmente, os inimigos do infante poderam conseguir de D. Affonso v que enviasse a seu tio prohibição de voltar mais á côrte, sem prévia auctorisação, e de sair de suas terras.

Quando o rei partira para Cintra, o conde de Abranches e o infante D. Henrique haviam partido para Coimbra, a visitar o infante D. Pedro. Esta entrevista dos tres não podia deixar de ser ensombrada por tão manifestos indicios de proximo rompimento com o rei. De feito, não tardaram as aggressões, a que nos referimos, por parte de D. Affonso v. Os infantes ainda mandaram a seu sobrinho um intermediario pedindo revogação de tão infundadas ordens. D. Affonso v addiou a resposta, promettendo envial-a por outra pessoa. Despediram-se os dois irmãos, indo para a castello de Montemór-o-Velho o infante D. Pedro, e para a villa de Soure o infante D. Henrique. Em Montemór, recebeu D. Pedro um mensageiro d'el-rei com uma especie de tratado de alliança entre o rei, o duque de Bragança e o infante, tratado que não podia deixar de lhe ser desagradavel, porque n'elle se alludia a culpas que não tinha. D. Pedro devia assignar este tratado. Era mais uma armadilha dos seus inimigos, porque, se recusasse assignal-o, acoimal-o-iam de haver desobedecido ao rei. O infante conheceu o laço, e assignou. Desarmados os seus inimigos, dirigiram as suas vistas para outro lado, fizeram com que el-rei enviasse Diogo da Silveira ao infante a reprehendel-o de suppostos crimes, sobretudo de estar preparando para guerra os seus castellos de Montemór e de Coimbra. Mandou-lh'os o infante mostrar para que se desenganasse de que nenhum preparativo extraordinario havia feito, mas, não obstante tudo isto, o rei continuou a perseguir os amigos do infante, a Alvaro Vaz tirou a alcaidaria do castello de Lisboa, e ao filho do infante D. Pedro retirou o officio de condestavel do reino, que o conde de Ourem queria para si, mas que D. Affonso v resolveu dar a seu irmão o infante D. Fernando.

Cada vez mais apertado em torno do joven rei o circulo da conspiração palaciana contra o infante D. Pedro, mandou D. Affonso v pedir a seu tio a entrega das armas que possuia no armazem de Coimbra, e que o condestavel D. Pedro havia trazido de Castella, quando fôra em soccorro do rei D. João para dar batalha aos infantes aragonezes.

O infante D. Pedro conheceu perfeitamente o alcance d'este pedido. Ruy de Pina põe o dilemma com a maior clareza: «Se obedecendo, entregasse as armas, ficava de todo com suas mãos e forças atadas sem alguma sua defensa, e se denegasse a entrega, cahiria em caso de rebellião e desobediencia, contra quem a indignação d'el-rei em tal caso pareceria justa, e de mais razão.» Desculpou-se o infante o mais habilmente que pôde. O rei insistiu. Então o infante respondeu que el-rei não tinha necessidade de soccorro de armas, nem para o interior nem para o exterior; que visto que a elle infante não pareciam bastantes as armas da sua innocencia para defender-se de seus inimigos, lhe deixasse as de ferro, mas que se el-rei a estas razões não queria attender, que lhe desse tempo para mandar vir outras armas de fóra ou que lhe permittisse remil-as a dinheiro.

A este tempo, veio á côrte o conde de Arrayollos, que tinha sido posto por governador de Ceuta depois da morte do conde de Villa Real. Parece que o conde de Arrayollos intentára reconciliar tio e sobrinho, procurando trazer á côrte o infante D. Pedro, para que de viva voz se defendesse. O conde de Arrayollos procurava mostrar-se grato ao infante, que o havia despachado, e estava informado de toda a intriga que se urdia, por cartas de seu proprio tio D. Pedro. Ferdinand Denis cita uma d'essas cartas, que encontrou na Bibliotheca Real de Paris, e que o sr. Pinheiro Chagas transcreve em parte na sua *Historia de Portugal.* [1] Mas o duque de Bragança, seu pae, e o conde d'Ourem, seu irmão, estavam a ponto de ganhar a partida, e não lhes convinha que alguem os contrariasse. Portanto inventaram que os mouros tinham cercado ou estavam para cercar a cidade de Ceuta, pelo que o conde de Arrayollos teve que partir immediatamente para Africa. A conspiração ia, pois, ganhando terreno, e de nada valia já a contra-mina de alguns amigos do infante D. Pedro, e as suas proprias cartas ao rei, nas quaes lhe confessava seu respeito e lealdade, recordava o amor com que o criára

[1] Vol. II, pag. 331.

e, sobretudo, lhe pedia que não se esquecesse que o casára com sua filha, certamente com o desejo de *perpetuar sua vida e real geração*.

D. Affonso v, quando estava só, parecia disposto a dar razão a seu tio, mas não tardava que a intriga palaciana viesse envolvel-o nas suas redes, enleiar-lhe a razão nas suas malhas.

Estava-se no principio de outubro de 1447. O rei havia ido para Cintra, e o conde de Ourem, crendo ter achado um novo laço para o infante D. Pedro, insinuou ao rei que era conveniente que chamasse á côrte o duque de Bragança, e particularmente mandava dizer ao duque que viesse em som de guerra, visto ter que atravessar as terras do infante D. Pedro, porque se o infante lhe embargasse a passagem, o rei iria sobre elle.

D. Pedro soube o que se passava, e tomou conselho com as pessoas que o rodeiavam; finalmente, seguiu a opinião do conde de Abranches, resolvendo combater o duque pelas armas, visto que tão de geito parecia soar a hora de uma merecida vingança, a hora do ajustamento de contas.

O infante D. Pedro mandou logo referir a seu irmão D. Henrique, que estava em Thomar, o proposito em que se achava de sair a combater o duque de Bragança, visto que elle, tendo aliás outro caminho, intentava passar pela sua villa da Louzã sem primeiro lhe haver pedido licença para o fazer.

O infante D. Henrique mandou depois responder: Que nada fizesse o infante D. Pedro, sem que se avistassem um com o outro.

Querendo, porem, encher se de razão, o exregente mandou recado ao duque extranhandolhe o seu procedimento para com elle, e o duque respondeu artificiosamente que por mandado do rei ia á côrte, atravessando estradas publicas, e que não consentiria que a sua gente causasse damno ás terras do infante D. Pedro; replicou este infante que para ir á côrte não precisava o duque de atravessar suas terras com mil e seiscentos homens de cavallo, e muita gente de pé; e que se n'este proposito insistisse, se viria forçado a tomar-lhe o passo.

O conde de Ourem, sabendo que o duque trazia comsigo muita gente que lhe não era dedicada, mas apenas assoldadada para este feito, pediu ao infante D. Fernando, irmão do rei, e casado com uma neta do duque, que escrevesse cartas aos fidalgos que o deviam acompanhar, recommendando-lhes muito esta jornada. Era moço e fogoso o infante D. Fernando, por isso não só escreveu as cartas pedidas, mas até se offereceu para ir pessoalmente em ajuda do duque, ao qual fez este offerecimento por carta que enviou por Alvaro de Faria.

Espias que o infante D. Pedro trazia nas estradas, aprisionaram o portador e as cartas, que foram lidas pelo infante. Alvaro de Faria, voltando á côrte, historiou o que se havia passado, afeiando-o intencionalmente, pelo que o rei logo suspendeu a seu tio todas as tenças que lhe mandava pagar, e escreveu ao infante dizendo-lhe que não ousasse estorvar no caminho o duque.

O mensageiro d'esta ordem real, voltando á côrte, acintemente disse ao rei que o infante D. Pedro se declarava em rebellião. Era uma maneira cavillosa de atiçar o incendio, o que el-rei logo fez constar pelo reino para indispor a opinião publica contra o infante. Mas a verdade era que D. Pedro dizia a toda a gente, incluindo o bispo de Ceuta D. João Manuel, que livremente deixaria passar o duque se viesse como pacifico amigo; mas que d'outra maneira lh'o não havia de consentir.

Entretanto o infante D. Pedro esperava em vão por seu irmão D. Henrique que em vez de ir a Penella, onde o ex-regente agora estava, foi ter com el-rei a Santarem, facto que Ruy de Pina extranha censurando-o, e que realmente não é de facil explicação, a não ser que o rei o mandasse chamar, para obstar a que fosse em auxilio do infante D. Pedro.

O tempo ia correndo, sem que a jornada do duque se effectuasse. O rei mandára dizer ao infante D. Pedro que se tornasse a Coimbra, d'onde sem sua ordem não devia sahir; e que deixasse passar livremente o duque. D. Pedro respondeu que o deixaria passar e até muita honra lhe faria, se como amigo viesse, e que se el-rei o reprehendia a elle, por maioria de razão deveria reprehender o duque, porque entre ambos havia differença de posição; mas que ao menos perante a justiça real os collocasse no seu espirito em identidade de circumstancias e direitos.

Ajudado pela protecção do rei, o duque resol-

veu fazer jornada com a sua gente d'armas, e o infante D. Henrique resolveu sahir logo de Penella para a Louzã, d'onde se passou em som de guerra á aldeia de Villarinho. Ahi soube que o duque era em Cója, couto do bispo de Coimbra.

Em Villarinho, o infante ordenou a sua gente (a quem expoz os aggravos que tinha do duque) em ordem de batalha, confiando a vanguarda a seu filho Jayme e ao conde de Abranches, e reservando para si o commando da rectaguarda.

Avançando o infante com a sua gente até á povoação de Serpiz, e sabendo que o duque estava perto, o conde de Abranches, impellido pelo seu natural ardimento, quiz ir vêr o campo inimigo, e voltando aconselhou o infante a que désse batalha n'aquelle dia, porque as tropas do duque estavam desanimadas e desconcertadas. O infante foi, porém, de opinião que se esperasse o duque, e que n'aquelle dia descansassem, até para que o duque não podesse allegar que fôra accommettido sem accommetter.

O bastardo de D. João I, sabendo porem que o seu campo já havia sido explorado por corredores do infante, conhecendo a friesa com que a sua gente marchava para o combate, pois que, no fundo, a maior parte dos cavalleiros era affeiçoada ao infante, e não querendo retroceder por lhe constar que D. Pedro havia mandado inutilisar todas as pontes e barcas do Mondego, —o que aliás não era verdade—resolveu atravessar secretamente a serra da Estrella, que lhe ficava á esquerda, o que realisou com grandes difficuldades, por causa do mau passo do terreno e das neves da serra, onde apanhou um resfriamento que depois o deixou enfermiço para o resto da vida.

Quando aquelles que elle abandonára souberam do procedimento do duque, ficaram sobremodo desalentados, tanto mais que receiavam que o infante viesse sobre elles. Trataram, pois, de fugir na direcção da Covilhã, morrendo muitos d'elles pelo caminho, e abandonando muita bagagem, que os pastores da serra para si recolheram.

O infante apenas soube da resolução do duque quando elle já levava andadas quatro ou cinco leguas. Ficou D. Pedro sobremodo contente com este incidente, que viera evitar a effusão de sangue. Outros, principalmente o conde de Abranches, mostráram-se contrariados, e aconselharam o infante a ir no encalço do duque; o infante recusou este conselho, e, antes de recolher a Coimbra, despediu com palavras de agradecimento todos aquelles que se haviam reunido para o defender e auxiliar.

Passava-se isto na quaresma de 1449.

Os inimigos do infante D. Pedro acintosamente festejaram o duque de Bragança na sua chegada á côrte, que estava em Santarem, não só para encobrirem a cobardia com que havia mudado de caminho, como tambem para deixarem apparentemente mal collocado o ex-regente. Alguns procuravam inflammar o espirito do joven rei, dizendo-lhe que era elle proprio o offendido com o procedimento de D. Pedro, e não o duque. Esta opinião foi, porem, rebatida em conselho pelo infante D. Henrique, que declarou que não consentiria dizer-se que algum filho de D. João I fazia injuria a seu rei e senhor. Os inimigos do infante D. Pedro trepidaram por um momento perante esta breve intervenção do infante D. Henrique, mas, como ella afrouxasse, a intriga recrudesceu. Até certo ponto, Ruy de Pina lança em grande parte a responsabilidade dos acontecimentos posteriores á *nonchalance* do infante D. Henrique n'esta questão.

Dia a dia, a gravidade das circumstancias tornava-se maior. O rei ordenára que em todo o reino se fizessem apercebimentos de guerra para ir combater o infante, dando carta de perdão a todos os homisiados que o quizessem acompanhar, e intimando os que estavam pelo lado do infante a que o abandonassem. O ex-regente era accusado de desobediencia e deslealdade ao rei.

O condestavel D. Pedro estava na villa de Fronteira, quando lhe disseram que o rei, suspeitando que do mestre de Alcantara podesse receber auxilio, lhe ia mandar pôr cerco. Immediatamente passou para Marvão, no proposito de resistir. Aconselharam-n'o, porem, a que não procurasse aggravar a posição de seu pae com uma resistencia que não poderia ser bemlograda, vista a desproporção das forças, e a falta de soccorros. Se o conselho seria perfido ou sincero, sabe-o Deus. O caso é que o condestavel D. Pedro sahiu para Valencia de Alcantara, onde o mestre o recebeu mal, deixando em Mar-

vão um alcaide, que entregou o castello a quem da parte do rei lh'o requereu.

Entretanto, na côrte, a intriga convertera-se em alfageme. Era ella quem apressadamente polia e afiava as armas com que os soldados d'el-rei se deviam equipar contra o infante. As hostilidades estavam a ponto de romper-se, e a rainha quiz avisar seu pae por carta que lhe enviou, certamente com consentimento d'el-rei, dizendo-lhe que seu marido partia no dia 5 de maio d'esse anno, que era o de 1449, para cercal-o, e que no caso d'elle infante D. Pedro ser vencido, uma de tres cousas lhe aconteceria: «Morte affrontosa, carcere perpetuo, ou desterro para sempre fóra do reino.»

O infante disfarçou perfeitamente, perante o mensageiro, a profunda commoção que esta carta lhe causára, perguntou-lhe pela saude d'el-rei e da rainha com semblante composto; mas logo que o mensageiro se retirou, desabafou no seio dos seus amigos, pedindo-lhes que no outro dia lhe dessem conselho sobre o que devia fazer.

Dividiram-se em tres grupos as opiniões dos conselheiros do infante: 1.º, do dr. Alvaro Affonso: Que D. Pedro não devia ir procurar a morte, mas esperal-a; que se fortalecesse em Coimbra, cujo cerco seria longo, dando portanto logar á reflexão d'el-rei, e que pela foz de Buarcos poderia sair livremente em caso de aperto. —2.º, dos irmãos Azevedos e dos irmãos Coelhos: Que o infante passasse á provincia do Douro, onde encontraria o auxilio de varios fidalgos, e onde o rei não poderia facilmente seguil-o. —3.º, do conde de Abranches: Que antes morrer grande e honrado, do que viver pequeno e deshonrado; que pedisse a el-rei licença para justificar-se das accusações dos seus inimigos, e tomar d'elles desaggravo, e que se este pedido não fosse acceito, que então, defendendo-se, morressem no campo como bons homens e exforçados cavalleiros.

Este ultimo conselho foi o que o infante adoptou, com grande serenidade de animo, pelo menos apparente.

Entretanto, a rainha, pobre coração de mulher despedaçado entre o marido e o pae, de mais a mais achando-se a dois passos da maternidade, na vibração dos mais oppostos sentimentos e das mais contrarias amarguras, pensava em evitar a grande catastrophe que sentia imminente. Um dia, caindo de joelhos deante do esposo, impetrou a piedade real para seu pae. O rei acolheu-a delicadamente, e levantando-a nos braços, prometteu-lhe ser benigno se o infante lhe pedisse perdão. Pediu a rainha licença para avisar d'isto o infante; o rei concedeu-lh'a. A primeira idéa do ex-regente foi recusar pedir perdão de suppostos delictos, mas lembrando-se de que entre elle e o rei estava sua filha, na mais dolorosa posição em que uma mulher se pode encontrar, resolveu annuir. Quando a carta do infante chegou á côrte, já Affonso v havia sido empolgado de novo pela intriga que o rodeiava. Parecia arrependido da fraquesa que tivera para com sua mulher, e procurava um pretexto para recusar a mercê concedida. Esse pretexto encontrou-o n'uma phrase da carta do infante que dizia a sua filha: «E isto, Senhora, faço eu mais por vos comprazer e fazer mandado, que por me parecer rasão que o eu assi faça.» Então o rei respondeu que se o arrependimento do infante era fingido, ou pelo menos forçado, o não queria acceitar. As hostilidades iam recomeçar.

E recomeçaram. Para os inimigos do infante a rainha era uma contrariedade terrivel, porque, como esposa, exercia a influencia do amor, no coração do rei; como filha, amava extremosamente seu pae. Então começaram a aconselhar el-rei a que désse menos horas aos intimos encantos da sua alcova nupcial, e physicos peitados pelos trinta dinheiros de Judas acudiram logo com textos de medicina aconselhando ao joven principe o maximo comedimento nas relações conjugaes; ao contrario, aconselhavam-n'o a que se fizesse fragoeiro, que vivesse por montes, nas asperezas da caça, com o visivel intuito de o subtrairem á influencia da rainha. Parece, porem, que estes meios não foram de todo o ponto proficuos, porque appellaram para a infamia, accusando D. Alvaro de Castro, camareiro-mór do rei,—e que ao depois foi rehabilitado e agraciado com o titulo de conde de Monsanto—de galantear a rainha, para que d'este boato nascesse descredito para D. Izabel de Lencastre.

Entretanto, alguns religiosos amigos do infante D. Pedro instavam com elle para que não sahisse em som de guerra, antes esperasse a fortuna,

boa ou má. Principalmente dois religiosos, frei Antão, prior do mosteiro de Aveiro, e frei Diniz, que depois foi confessor do rei, poderam levar o infante até consentir que os deixasse negociar a concordia, chegando D. Pedro a prometter que, para garantia da sua palavra, seus filhos ficassem em poder do rei. Frei Antão partiu immediatamente para a côrte, mas a intriga foi adeante d'elle, e tolheu-lhe que podesse fallar a el-rei, e entregar-lhe as cartas do infante.

Não voltando resposta satisfatoria da côrte, porque em verdade nenhuma tinha frei Antão que podesse mandar, o infante preparava-se para partir antes de 5 de maio, por que n'esse dia lhe haviam dito que el-rei iria cercal-o a Coimbra. Por sua parte, o rei tinha effectivamente esta tenção, se bem que difficuldades inherentes ao levantamento de gentes e armas tornassem pouco provavel o cêrco n'aquelle praso de tempo. Avisaram, porem, Affonso v de que o infante resolvera ir accommettel-o em Santarem, com o que o duque muito folgou, porque parecia que a sorte lhe queria trazer ás mãos o inimigo. O rei preveniu-se, e mandou pôr fronteiros nos castellos de ao redor de Coimbra.

Precisamente no dia 5 de maio, o infante sahia de Coimbra com o seu exercito, não sem affrontar grandes difficuldades financeiras, que os seus suppriram em parte com emprestimos. Seu filho D. Jayme foi encarregado de commandar a vanguarda. O infante, cujas forças orçavam por mil homens de cavallo e cinco mil de pé, com muita carriagem de bois e bestas, antes de partir da cidade fez oração nas egrejas da Sé, de Santa Cruz e de Santa Clara com as quaes tinha particular devoção. Cumpridos estes actos religiosos, tendo-se despedido de sua mulher, partiu o infante de semblante tranquillo, e foi pernoitar ao logar da Égoa. No arraial do infante, duas bandeiras tremulavam ao vento, dizendo de um lado *Lealdade*, e do outro, *Justiça e Vingança*. Em torno d'essas duas bandeiras, fidalgos tão exforçados como o conde de Abranches, dormiam tranquillamente, tendo ligado o seu destino á sorte das armas e do infante D. Pedro, sem que essa ligação sellada por juramento sagrado podesse afugentar-lhes a tranquillidade do espirito e do corpo. Mas na alma do infante D. Pedro grande lucta era por certo travada a essa hora, angustiosas *etapes* seriam essas n'uma jornada de que certamente resultaria um lucto: para a esposa ou para a filha.

Mas a corrente dos acontecimentos lança-nos no caminho de Alfarrobeira: sigamol-a.

CAPITULO II

Jornada do infante D. Pedro desde Coimbra até Alfarrobeira.—Incidentes pelo caminho.—Intimo designio do infante.—Aproximação dos dois exercitos e declaração de guerra.—Morte do infante D. Pedro.—O ultimo cavalleiro portuguez.

No dia seguinte, o infante D. Pedro, tendo dividido a sua gente em capitanias, disse-lhe que o seu fim era ir como leal servidor de el-rei pedir e conseguir ante elle justiça; recommendou aos soldados que não fizessem males nem roubos, e que pagassem bem todos os mantimentos que tomassem; que não fizessem caso do que ouvissem, ainda que lhes fosse desagradavel.

Dito isto, pozeram-se a caminho, chegando por jornadas successivas junto do mosteiro da Batalha, onde o veador das obras, que fôra cirurgião de el-rei D. João I, quiz resistir ao infante, mas os frades não lh'o consentiram, e, abrindo as portas, mandaram-lhe perguntar como queria ser recebido, ao que o infante respondeu que o esperassem cantando o psalmo—*Qui habitat in adjutorio altissimi in protectione Dei cœli commorabitur*, que bem se podia applicar á sua jornada.

D. Pedro ouviu missa na egreja do mosteiro, e mandou dizer outras pelas almas de seus paes, quedando-se algum tempo deante da sepultura que elle devia occupar um dia—e bem proximo vinha—na capella do fundador.

Depois seguiu para Alcobaça, onde foi amoravelmente recebido dos frades. Chegando a Rio Maior, cinco leguas de Santarem, o infante reuniu conselho para discutir se deveria ir pessoalmente á côrte ou se mandaria mensageiros ao rei, pedindo-lhe justiça.

Responderam-lhe que retrocedesse para Coimbra, porque já lhe devia ser gloria bastante o estar tão perto dos seus inimigos, sem que lhe viessem tomar o passo; que se fosse mais adeante,

e assentasse arraiaes nos olivaes de Santarem, poderia facilmente ser envolvido pelas tropas do rei; e que se quizesse marchar sobre Lisboa, talvez que já não encontrasse a boa acolhida d'outr'ora.

O infante respondeu que não queria aproximar-se tanto do logar onde estava el-rei, que parecesse que o ia combater, mas que tambem não desejava recuar e que, portanto, chegando á ponte de Loures, dariam volta por Torres Vedras e Obidos para Coimbra; e dizia á sua gente que, entretanto, a rainha e o infante D. Henrique conseguiriam porventura esclarecer o animo do rei. Era um modo de alimentar esperanças no coração dos outros, que no seu, como tudo claramente indicava, já realmente não existiam.

Ha com effeito uma tal incoherencia n'esta jornada do infante, um caminhar ao acaso e á ventura, que parece que D. Pedro tinha apenas o secreto proposito de procurar a morte, visto que já se sentia enfadado de tantos e tão repetidos desgostos. Na egreja da Batalha elle contempla a sepultura que o deve receber, como quem tem a certeza de que breve será. Ruy de Pina escreve: «E o que os prudentes poderam conceber de tão errado conselho e tenção, como o infante em tal tempo e caso seguiu, não foi salvo que desejando de morrer com algum mais comprimento de sua honra, e com maior descargo de sua consciencia, quiz antes ser commettido d'el-rei, que parecer commettedor, e que por isso lhe deu as costas, de que mostrou alguma prova e experiencia o logar em que ao deante foi morto em que se alojou, onde por tres ou quatro dias repousou, podendo-se n'elles livremente salvar.»

De Campo Maior seguiu o infante para Alcoentre, ao tempo que já em Lisboa constava que D. Pedro viria acolher-se a esta cidade, pelo que n'ella foram esquartejados dois rapazes suspeitos á gente do rei, por haveram sido creados do ex-regente.

Atraz do exercito de D. Pedro tinham sempre vindo os corredores do exercito real, espionando-lhe a marcha, e dirigindo-lhe por vezes os mais torpes insultos. O infante recommendava aos seus homens que os supportassem com a maxima paciencia.

No dia 16 de maio, D. Pedro chegou a Alcoentre. Pouco depois vieram dizer-lhe que a gente do rei havia cercado Ayres Gomes da Silva, que estava encarregado de guardar a erva e a lenha para as necessidades do exercito. O conde de Abranches, tanto que isto soube, partiu desordenadamente com outros cavalleiros, e depressa rompeu o cêrco em que a gente do rei tinha posto Ayres Gomes. Os inimigos do infante fugiram tão precipitadamente, que muitos d'elles cahiram n'uma lagôa, talvez em numero de trinta. Os vivos foram levados á presença de D. Pedro, entre os quaes um criado do infante D. Henrique, de nome Pero de Castro, a quem o ex-regente censurou asperamente, dando-lhe na cabeça com um páu que tinha na mão, o que os outros cavalleiros imitaram, a ponto de Pero de Castro cair morto.

Alguns dos cavalleiros do rei, como por exemplo o capitão de ginetes Gonçalo Rodrigues de Sousa, poderam fugir, graças á ligeireza dos seus cavallos, sendo perseguidos até grande distancia pelo conde de Abranches, e outros.

A noticia d'estes factos inflammou a colera d'el-rei, que, suppondo que o infante iria sobre Lisboa, mandou guarnecer fortemente esta cidade, e logo de Santarem saiu um exercito de trinta mil homens, de cavallaria e infanteria, *que foi a maior somma de gente d'armas, que até então n'este reino se ajuntou*, diz o chronista.

Os conselheiros d'el-rei recommendaram-lhe que fizesse vagarosamente as jornadas, porque, quanto mais o infante se aproximasse de Lisboa, tanto maior perigo correria, por lhe ser cortada a retirada.

Estava o infante na Castanheira, quando soube que o rei havia saído de Santarem, contra elle. Levantou arraiaes, dizendo que marchava sobre Lisboa, para inspirar maior confiança aos seus, pois que já muitos d'elles fugiam desalentados. Mas a verdade é que o infante parou junto de Alverca, no ribeiro de Alfarrobeira, dispondo o seu arraial com admiravel ordem.

No dia 20 de maio, uma terça-feira, pela manhã, chegou o exercito do rei, e assentou arraiaes. O conde de Abranches saiu com alguns cavalleiros para se informar das forças que D. Affonso v trazia. Ficou maravilhado do numero e aspecto das tropas. Aos soldados do infante encobriu a impressão que recebera; mas a D. Pedro revelou a verdade do que tinha visto.

O ex-regente poderia talvez ter-se salvo, fugindo. Não o quiz fazer. Cada vez estamos mais convencidos de que D. Pedro tinha o intimo proposito de procurar a morte, bem como o conde de Abranches, como prova claramente o voto que ambos fizeram, e do qual mais d'espaço nos occuparemos.

D. Affonso v resolveu não dar batalha a seu tio no mesmo dia em que assentou arraial, mas ordenou que os reis d'armas e arautos fizessem soar o pregão de guerra, determinando outrosim que todos os fidalgos, que militavam pelo infante, com suas armas o deixassem, sob ameaça de grandes penas. Nenhum obedeceu a este aviso. Pelo contrario, alguns que eram do rei passaram para o acampamento do infante, entre os quaes Fernam da Fonseca, alcaide de Lisboa, que por esta razão veio depois a enlouquecer, e João Vogado, que sobreviveu; Rodrigo de Arnellos e Gonçalo Fernandes, que pereceram no combate.

N'um e n'outro arraial, a impaciencia de combater era grande. De modo que sem ordem expressa d'uma e outra banda, alguns bésteiros do exercito real emboscaram-se n'um arvoredo, á beira d'agua, d'onde, sem ser vistos, faziam tiros sobre o acampamento do infante. Alvaro de Brito Pestana, commandante dos espingardeiros d'el-rei, ordenou que de um cabeço proximo fizessem fogo sobre as tropas do infante, ás quaes causaram algum damno.

D. Pedro, querendo responder a esta provocação, mandou que com algumas bombardas, que trazia encarretadas, atirassem para os do cabeço, indo a pedra de uma bombarda cair perto da tenda real, pelo que houve certa confusão no acampamento de Affonso v, por se imaginar que o rei houvesse sido ferido.

Este incidente causou tal indignação no exercito de Affonso v que, sem esperar novas ordens, arremetteu em grande parte contra o arraial do infante, onde o choque foi tamanho que muitos dos soldados começaram desalentados a fugir. D. Pedro, que andava a cavallo, tratou logo de apeiar-se, e de desembaraçar-se das armas mais pesadas, acudindo com grande presteza aos pontos mais fracos.

Ruy de Pina descreve d'este modo a maneira por que o infante se achava vestido, depois que tratou de aligeirar-se para acudir á refrega: ficára apenas com uma cota de malha, trazendo por cima uma jornea de velludo carmezim, e na cabeça uma cervilheira.

Os amigos do infante, vendo-o empenhado no mais acceso da refrega, pediam-lhe que se retirasse, mas D. Pedro não queria ouvil-os, e tanto maior parecia o seu ardor quanto o numero de mortos e feridos ia augmentando entre os seus. Diz-se que só por si prostrára dez escudeiros, se bem que talvez n'esta affirmação ande a hyperbole em que as legendas heroicas costumam de ordinario firmar a sua architectura phantasiosa.

Tomemos agora do proprio chronista a noticia do tragico desenlace d'este rapido recontro de Alfarrobeira: «...andando o infante assim revolto n'esta peleja, foi nos peitos ferido de uma setta que lhe atravessou o coração, de que a poucos passos e menos horas cahiu logo morto, sem antes nem depois receber outra ferida, e o bésteiro que o feriu, bem foi conhecido e havido por asssaz dextro em seu officio, o qual com outros de seu mister, segundo fama, foram em especial pelos inimigos do infante escolhidos e ordenados contra elle, para mais cedo abreviarem sua morte, a qual elle recebeu com signaes de verdadeira contricção e grande arrependimento de seus peccados, que deu piedosa esperança de salvação de sua alma, pelos quaes signaes o bispo de Coimbra, que sobre elle logo acudiu, o absolveu em lhe a alma saindo da carne; porque não houve tempo de confissão, que elle nas derradeiras palavras de sua vida affincada e devotamente pediu; e porem elle no mesmo dia fôra confessado e absolto, e fizera em seu testamento que deixou algumas addições, porque claro pareceu, que acabou como sempre viveu, catholico e bom christão, e leal vassallo, e servidor d'el-rei, em idade de cincoenta e sete annos.»

N'este ponto da narrativa é-nos forçoso demorarmo-nos em algumas considerações sobre um dos vultos mais notaveis da idade-média em Portugal. A batalha da Alfarrobeira, posto que não tivesse uma grande importancia militar, deve ser encarada como a ultima façanha do cyclo cavalheiresco entre nós. O infante D. Pedro e Alvaro Vaz de Almada, seu amigo dedicadissimo, fecham sobre si, para assim dizer, a porta de ouro e marfim das tradições mediavaes na historia portugueza. Tendo-nos, pois, occupado largamente

do infante D. Pedro, trataremos agora do fiel Achates do Eneas lusitano. A historia de um paiz não pode ser por modo algum, e hoje menos que nunca,—porque a historia tende a alargar-se cada vez mais em syntheses philosophicas—a biographia dos seus reis. Os reis são simples homens; os homens passam e os factos ficam. Depois de ter sobreposto os acontecimentos em vastas pyramides, eternas como as do Egypto, o historiador accende sobre ellas a almenara da philosophia, que lança sobre as épocas historicas reflexos brilhantes que as aclaram e illuminam n'um explendor perduravel. E são estes pharoes accesos de periodo a periodo que inundam de luz o caminho do passado, permittindo a nitida reconstrucção das sociedades extinctas.

Alvaro Vaz de Almada era filho de Joanna Eannes e de João Vaz de Almada que foi feito cavalleiro por D. João I, depois da batalha de Aljubarrota [1] e que mais tarde por desgostos pessoaes se ausentou para Inglaterra, onde falleceu. [2] Pelo lado paterno era neto de Vasco Lourenço de Almada, que instituiu na villa d'este nome o morgado que depois passou aos Abranches, e de D. Maria da Cunha, filha de João Lourenço da Cunha e da celebre D. Leonor Telles de Menezes.

João Vaz de Almada, pae do cavalleiro D. Alvaro, teve um papel importante na tomada de Ceuta, onde tambem terçaram armas seus filhos Alvaro e Pedro.

Fernam Lopes conta que depois da tomada Ceuta, olhando um para o castello, sobre o qual viu um grande bando de pardaes, dissera: Não vêdes como aquelles pardaes ali estão assocegados; que me matem se Salat-bem-Salat com todos os outros não é partido d'ali, e deixou o castello vasio, cá se assim não fosse, não estariam ali aquelles pardaes assi de assocego». Foram dizer ao rei. D. João I respondeu: «Pois que assi é, vão chamar João Vaz de Almada, que traz a bandeira de S. Vicente, e digam-lhe de minha parte que a vá logo poer sobre a mais alta torre.» João Vaz foi logo chamado, e a bandeira prestes, e ajuntaram-se com ella parte d'aquelles bons homens e foram-se caminho do castello, e querendo quebrar as portas que estavam fechadas, pareceram sobre o muro dois homens, que dentro estavam, a saber um biscainho, e outro genovez. Não filheis trabalho, disseram elles, em quebrar as portas, cá não tendes nenhum empacho em vossa entrada, cá os mouros são já partidos todos d'aqui, e sómente ficamos nós ambos que vos abriremos as portas quando quizerdes. Ora pois, disse João Vaz, filhai lá esta bandeira e ponde-a sobre esse muro, até que nos vamos.» [1]

É na tomada de Ceuta que Alvaro Vaz de Almada nos apparece pela primeira vez. Ahi foi armado cavalleiro pelo infante D. Pedro, depois da conquista; [2] tambem por essa occasião seu irmão Pedro Vaz de Almada recebera, primeiro, similhante honra da mão do infante D. Duarte, herdeiro da corôa.

Foi depois da conquista de Ceuta, realisada em 1415, que suppomos ter-se retirado para Inglaterra João Vaz de Almada, com seus dois filhos Alvaro e Pedro, pelo motivo já exposto. O espaço de tempo que decorre desde a partida para Inglaterra até á infeliz expedição de Tanger, foi por Alvaro Vaz de Almada aproveitado gloriosamente nas campanhas de Henrique V contra a França, que recomeçaram em 1418. Os seus serviços prestados a este rei e á sua dynastia, constam irrefragavelmente de documentos que adiante publicaremos, e que são curiosissimos. Depois de ter sido acclamado rei de França e Inglaterra, em 1422, Henrique VI, que tinha apenas então oito mezes de idade, Alvaro Vaz de Almada deveu de voltar ao reino, porque no anno de 1423, isto é, oito annos depois da tomada de Ceuta, D. João I nomeou Alvaro Vaz de Almada capitão-mór do reino.

Como é nosso proposito lançarmos a maior luz possivel sobre o vulto verdadeiramente homerico d'este cavalleiro, que bem se pode chamar o ultimo de Portugal, [3] não nos dispensamos de transcrever este e outros documentos que lhe dizem respeito:

[1] Fernam Lopes, *Chronica d'el-rei D. João I*, cap. 39.

[2] *Retratos dos varões e donas,—Alvaro Vaz de Almada.*

[1] *Chronica d'el-rei D. João I*, cap. 85.

[2] *Idem*, cap. 95.

[3] O sr. A. M. da Cunha e Sá romanceou a vida de D. Alvaro Vaz de Almada, n'um volume que, com o titulo de *O ultimo rei cavalleiro*, foi publicado em Lisboa em 1879.

«D. João, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nós querendo fazer graça e mercê a Alvaro Vasques de Almada, cavalleiro nosso vassallo, por serviços que d'elle recebemos e entendemos a receber ao deante: Temos por bem e damol-o por nosso capitão-mór da nossa frota pela guisa que o era Gonçalo Tenreiro em tempo d'el-rei D. Fernando, nosso irmão, a quem Deus perdoe, e por a guisa que o foi Affonso Furtado em nosso tempo, e porem mandamos aos patrões, alcaides, arraes e pintitaes, comitres e bésteiros, galeotes, marcantes, marinheiros e a todos os outros, a que esta carta fôr mostrada, que o hajam por nosso capitão-mór, como dito é, e lhe obedeçam e façam todas as cousas que lhes elle mandar fazer por nosso serviço, e segundo a seu officio pertence, e que possa com elles fazer justiça, ou em cada um d'elles, assim como a nós fariamos outrosim se presente estivessemos, e mandamos a todas as nossas justiças que cumpram suas cartas e mandados, e lhe ajudem a fazer e cumprir direito e justiça em todas as cousas que lhe elle assim disser e mandar da nossa parte quando pertence a seu officio, senão sejam certos quaesquer que o contrario d'isto fizerem, que lh'o extranharemos gravemente nos corpos e haveres como áquelles que não cumprem mandado de seu rei e senhor: em testemunho d'isto lhe mandamos dar esta nossa carta, dada em Cintra a vinte e tres dias de junho. El-rei o mandou. Martim Vasques a fez, éra do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quatrocentos vinte tres.» [1]

A pedido de Alvaro Vaz, esta carta foi confirmada por outra do rei D. Duarte, dada em Almeirim a 5 de janeiro de 1434.

O posto de capitão-mór da armada conservou-se depois nos Almadas descendentes do agraciado, [2] até o tempo de el-rei D. Sebastião, que d'elle fez mercê a D. Fernando de Almada, bisneto de Alvaro Vaz, por carta passada em Evora a 25 de agosto de 1573. [3]

Na desastrosa expedição de Tanger, em 1437, pela segunda vez nos apparece o valoroso capitão Alvaro Vaz de Almada, praticando prodigios de valor.

Iremos transcrevendo successivamente as passagens em que o chronista Ruy de Pina allude aos feitos militares de Alvaro Vaz n'esta expedição. Queremos apenas lançar as bases, e determinar os pontos, para um trabalho mais desenvolvido e profundo, que oxalá alguem faça um dia, sobre este famoso cavalleiro portuguez.

O infante D. Henrique, tendo chegado a Tanger, estabelece arraiaes n'um outeiro que ficava contra o cabo d'Espartel, desviando-se das instrucções que a este respeito lhe havia dado seu irmão o rei D. Duarte.

«E em se começando a gente de alojar, sahiu uma voz, com um rumor sem certidão, que as portas da cidade estavam abertas e os mouros fugiam; e a este alvoroço acudiram muitos de cavallo contra a cidade, para entrarem, e commetteram o feito mui ardidamente, e se metteram entre o muro e a barreira, e combateram as portas tão rija e ousadamente, que de tres juntas que eram, romperam duas; e a terceira, que se diz o Postigo de Guyrer, commetteram com fogo: e, por ser forrada de ferro e sobrevir a noite, não foi entrada; e tambem porque os mouros a defenderam mui bravamente. E o conde de Arrayolos, por mandado do infante, foi recolher a gente que, ali e na porta do castello e nas outras da cidade, estava em combates repetidos: em que morreram muitos cavallos e alguns christãos, e sahiram muitos feridos: entre os quaes foi o conde de Arrayolos, de uma setta por uma perna, *e o capitão Alvaro Vaz d'outra por um braço.*» [1]

É o primeiro ferimento recebido, em Portugal, por Alvaro Vaz. Mas, qualquer que fosse a sua gravidade, de novo o vêmos a combater esforçadamente logo no primeiro combate regular que o infante D. Henrique ordenou contra os mouros.

«Mas o infante D. Henrique, vendo que o comettimento por aquella vez não succedia como esperava, e que sua gente recebia dos mouros muito damno, a fez recolher: de que ficáram até vinte christãos mortos e quinhentos feridos: e mandou ficar as bombardas e engenhos em seus alojamentos juntos com o muro d'onde ti-

[1] *Provas da Historia Genealogica,* tomo II, pag. 371.

[2] *Historia Genealogica,* tomo II, pag. 28.

[3] *Provas,* etc., tomo II, pag. 372.

[1] *Chronica do senhor rei D. Duarte,* cap. 24.

ravam, cuja guarda encommendou ao recebel-a ao capitão Alvaro Vaz e a outros, que, por estarem afastadas do arraial e pegadas ao muro, receberam dos inimigos muita affronta e trabalho: e elles, na defensão d'ellas e offensão que aos mouros faziam, deram de si claro testemunho de valentes cavalleiros.» [1]

No segundo combate contra os mouros, o capitão Alvaro Vaz continua a assignalar-se:

«E n'este mesmo dia era fóra D. Alvaro de Castro, e o *capitão*, e Gonçalo Rodrigues de Sousa, e Fernam Lopes d'Azevedo, com setenta de cavallo: e, topando com quinhentos mouros de cavallaria e muitos de pé, pelejaram com elles e, a seu salvo, lhe mataram quarenta, e tornaram victoriosos a recolher-se com o conde (de Arrayolos) e com os outros, que dos mouros vinham bem perseguidos.» [2]

Mas é sobretudo no tumultuoso embarque das tropas portuguezas, na retirada de Tanger, que o capitão Alvaro Vaz, de par com o marechal Vasco Fernandes Coutinho, que depois foi feito conde de Marialva, pratica um acto de extremada cavallaria.

Oiçamos o chronista:

«... o infante com muito resguardo fez recolher a gente, e encommendou ao marechal, e ao capitão Alvaro Vaz, que com alguma somma de bésteiros ficassem sobre o atalhamento do palanque, em um arrife que ahi sobre o mar se fazia, d'onde contrariassem os mouros por maneira, que os christãos embarcassem com mór segurança, e depois se recolhessem com sua ventura o melhor que podessem; e certamente assim como este encargo era de grande perigo a estes dois nobres homens, assim n'elle como exforçados, se aproveitaram de muita honra e boa fama que n'elle ganharam, e não sómente n'esta, mas em todas as outras affrontas n'este feito passadas, elles por sua bondade d'armas, e grandeza de coração, foram havidos por especiaes capitães, e notaveis cavalleiros. A gente miuda, com desejo de salvar as vidas de que foram desesperados, embarcavam com grande desordenança a que se não podia prover, cá se lançavam ao mar soltamente, não esguardando se o batel era do navio, em que vieram, se d'outro algum, e muitos d'elles por fazerem os mareantes em sua salvação mais attentos e diligentes tentavam-n'os com cobiça, offerecendo-lhes logo nas mãos, alguma provesa que ainda escapara; e isto começou de dar grande desaviamento á embarcação, e causar algum damno; porque a todos os ministros do mar venceu tanto esta aborrecivel cobiça, que suspendiam a entrada dos que alguma cousa lhe não peitavam, e os dispunham por isso a grande perigo, do que el-rei houve, depois, sabendo-o, gran desprazer, e segundo a mostrança de seu desejo, certamente este erro não ficára sem grave punição, se d'elle podera achar os certos auctores. O marechal, e *o capitão*, como a gente que guardavam viram embarcada, começaram de se recolher na melhor ordenança que poderam, mas os mouros, por acabarem de mostrar sua falsa concordia, e verdadeira imisade, como os viram mover para embarcar, ordenaram dos pavezes que achavam no palanque, uma forte pavezada, com que tão rijamente os commetteram, que muitos dos christãos, especialmente os bésteiros, não podendo soffrer um duvidoso perigo, tomaram para suas vidas outro maior, e mais certo, lançando-se sem algum tento ao mar, onde morreriam até quarenta. *E tanto era o primor da honra n'estes dois cavalleiros, que em chegando ao batel, que para seu recolhimento os esperava, e trazendo com a perseguição dos mouros a morte nas costas, á entrada d'elles ambos se rogaram, affrontando um ao outro a primeira entrada, procurando com palavras de muita cortesia e grande esforço, por cada um ficar por derradeiro em guarda do outro; e porem com todos estes reveses, ao domingo pela manhã eram já todos á frota recolhidos.*» [1]

Este lance da biographia de Alvaro Vaz de Almada é, com effeito, de uma galhardia cavalheirosa, que inflamma o espirito de quem n'elle attenta, apesar de sermos chegados a um tempo em que estas proezas guerreiras teem já todo o caracter de factos longinquos e semi-phantasticos.

Á volta de Tanger, Alvaro Vaz torna-se verdadeiramente notavel pela superioridade com que sabe disfarçar a sua dôr pelo desastre soffrido.

[1] *Chronica do senhor rei D. Duarte*, cap. 25.
[2] Idem, cap. 26.

[1] *Chronica do senhor rei D. Duarte*, cap. 34.

D. Duarte estava em Carnide, quando «...chegaram em tanto a Lisboa dos que vinham de Tanger, muitos navios que certificaram o caso como finalmente passára, de que el-rei foi logo avisado, e certamente foi mui aspero de ouvir, que o infante seu irmão ficava em poder de mouros; mas por saber, que a mais da sua gente era em salvo, deu por isso muitas graças a Deus, e como rei virtuoso, humano e agradecido, deteve-se n'aquella aldeia, para vêr e agasalhar os que vinham do cêrco, dos quaes muitos, ao tempo que iam fazer-lhe reverencia, em disformes semelhanças e tristes vestidos, que para isso de industria vestiam, e com palavras a desaventura conformes, se lhe mostravam, e d'elles fingiam ser muito mais damnificados do que na verdade o foram, com fundamento de carregarem mais na obrigação para o feito de seus requerimentos, que alguns logo faziam e outros esperavam fazer, de que el-rei recebia publica dôr e tristesa; mas a estes foi mui contrario, o nobre e valente cavalleiro Alvaro Vaz de Almada, capitão-mór do mar, que como quer que no cêrco de Tanger de sua fazenda perdesse muito, e da honra por merecimentos d'armas não ganhasse pouca, como chegou a Lisboa, antes de ir fallar a el-rei, logo de finos pannos e alegres côres se vestiu, a si e a todos os seus, e com sua barba feita e o rosto cheio de alegria, chegou a Carnide, onde el-rei andava passeiando fóra das casas, e com elle o infante D. Pedro, e depois de lhe beijar as mãos e lhe dizer palavras de grande conforto, el-rei o recebeu mui graciosamente, e louvou muito sua ida n'aquella maneira, que não sómente lhe apontou cousas e razões, para não dever por aquelle caso ter nojo nem tristesa, mas ainda que por elle devia ser mui alegre e contente, estimando em nada o captiveiro do infante seu irmão, que era um homem só e mortal, em que haviam muitos remedios, em respeito da grande fama que n'aquelle feito em seu nome se ganhára, aconselhando-lhe mais o repique e alvoroço dos sinos, para honra e prazer dos vivos, que o dobrar d'elles que ouvia, por tristesa e pelas almas dos mortos; pelo que el-rei começou a mostrar que aquelle era o primeiro descanço que seu coração recebia, e por isso e por seus bons merecimentos lhe prometteu muita mercê, e grande acrescentamento; e sem duvida assim o fizéra, se sua antecipada morte o não tolhera.» [1]

Ferdinand Denis, referindo-se a esta passagem da vida de Alvaro Vaz, escreve: «Mostrou-se principalmente corajoso cavalheiro durante o cerco de Tanger, onde ficou prisioneiro o infante D. Fernando, que morreu em Fez; se bem que quando voltou ao reino, o bom rei D. Duarte sahiu para o receber pessoalmente, a pé, fóra de Carnide, onde estava. Fez-lhe taes favores e mercês, como até então ninguem tinha recebido. Foi d'elle que o rei Affonso de Napoles e seu irmão o infante D. Henrique d'Aragão diziam que haviam encontrado em Portugal bom pão e bom capitão.» [2]

Cumpre advertir que segundo o testimunho do chronista Pina o rei D. Duarte não teve tempo de fazer a Alvaro Vaz as mercês que desejava, e que as maiores que o famoso capitão recebeu não provieram de Portugal, mas de Inglaterra.

Por muito tempo se suppoz que Alvaro Vaz de Almada fôra feito conde de Abranches pelo rei de França, e cavalleiro da ordem da Jarreteira pelo de Inglaterra; mas está averiguado, e não padece a menor duvida, que ambas estas graças lhe foram concedidas pelo monarcha inglez, Henrique VI. Áquelle tempo (1445) Abranches achava-se comprehendida nos dominios da corôa de Inglaterra desde a conquista d'este reino pelo duque Guilherme, chamado o Conquistador, e assim permaneceu até que veio a ser reduzida pelas armas do rei de França, Carlos VI. [3] «Mas Henrique VI era ainda duque de Normandia em 1445, e foi como tal que deu, e podia dar, o titulo de conde de Abranches a D. Alvaro. Esta circumstancia, mal entendida, é que provavelmente originou o erro que mais tarde se propagou, bem como o de se intitular aquelle monarcha inglez rei de França, ditado que nasceu da conquista da França effectuada por Henrique V, e que os soberanos inglezes só largaram muito tempo depois. Releva lembrar que quando este rei morreu, no meio da sua gloria deixou seu

[1] Ruy de Pina—*Chronica do senhor rei D. Duarte*, cap. 36.

[2] *L'Univers-Portugal*, pag. 86, nota.

[3] *Panorama*, vol. 13, pag. 66.—F. F. de la Figanière.

filho Henrique VI, então menor, como rei de França, e em plena posse do reino; a expulsão d'este ou antes da sua auctoridade, teve logar só passados alguns annos, devendo portanto haver muita gente que o considerasse realmente como rei de França, emquanto vivesse.» [1]

Os documentos comprovativos do que fica referido encontrou-os o sr. Figanière, e indicou-os pela primeira vez no *Catalogo dos manuscriptos portuguezes existentes no muzeu de Londres* (Lisboa, 1853), por esta fórma:

> «N.° 6298. *Fol.* 316—Noticia de D. Alvaro Vaz de Almada, conde de Abranches, cavalleiro da Jarreteira.
>
> «*Fol.* 317—Copia de um documento passado sob o sêllo privado *(copy of Privy Seal)*, em que contem a eleição de D. Alvaro de Almada, como cavalleiro da Jarreteira, e creando-o conde de Abranches em Normandia. Datado de Westminster a 4 de agosto do 23.° anno do reinado de Henrique VI, rei de Inglaterra; isto é, de 1445.
>
> «*Fol.* 319 *verso*—Copia de outro similhante documento, concedendo ao mesmo D. Alvaro de Almada, conde de Abranches, a somma annual de 100 marcos. Datado de Westminster a 9 de agosto do mesmo anno.
>
> «*Fol.* 320 *a* 321.—Copia de outro similhante documento, dando ao mesmo D. Alvaro de Almada uma taça de ouro do valor de 40 marcos, a qual continha 100 marcos em dinheiro. Datado de 13 de agosto do já referido anno.
>
> «Os quatro precedentes documentos estão collocados em seguida uns dos outros.»

Eis o que dizia o *Catalogo*. Tres annos depois, no volume do *Panorama* já referido, o sr. Figanière publicava na integra os documentos, cujo texto e traducção vamos dar em seguida:

Ex Archivis in Turri London
E rotulo Franciae, A.° 23.°
Hen. 6, membrana 2.

Henricus dei gratia Rex Angliae et Franciae et dominus Hiberniae Archiepiscopis Episcopis &c. salutem. Magnis efferendi sunt laudibus, singulari attollendi gloria, qui in Rei publicae salutem dies suos et vitam ipsam ferventi studio et animo indefesso conferre nituntur; qui de seipsis pericula faciunt pro aliorum quiete, qui egregiam famam et nomen immortale, prae coeteris mundanis rebus sitiunt, et foelices se praedicant dum communem utilitatem eorum operâ et fide adjutari posse arbitrantur: O foelicissimum genus hominum! sine quibus urbes, moenia, regna, dominia, mundi Principes, nec mundus ipse, incolumitate gaudere poterunt: O clarissimi et justi viri! quorum sancta dispositione virescunt virtutes omnes et florent, pulcherime effrenantur mali, praemuntur perversi; nemo est certe qui horum ingenuos animos aut literis contexere aut verbis affari dignâ laude poterit; de quorum numero insignis et nobilis animi vir et strenuus et splendidissimus miles Dominus Alvarus de

«Nos Archivos da Torre de Londres, rotulo de França, anno 23, masso 6, pergaminho 2.°

«Henrique, por Graça de Deus Rei de Inglaterra, de França e Senhor da Irlanda, aos Arcebispos, Bispos & saúde.

«De grandes louvores devem ser cumulados, e com singular gloria exaltados os que com ardente zelo se empenham em sacrificar o seu tempo e até a propria vida á salvação da Patria; que se expõem aos perigos para assegurar a tranquillidade pública, e que acima de todas as cousas d'este mundo ambicionam fama illustre e nome immortal, e se dão por felizes quando julgam poder com os seus serviços e lealdade promover o publico bem. Oh benemerita classe de homens! sem os quaes não poderiam gozar de segurança as cidades, as fortalezas, os reinos, os dominios, os Principes da terra, nem mesmo a propria Terra. Oh muito illustres e justos varões! sob cuja administração exemplar todas as virtudes se avigoram e florecem, os máos são reprimidos e os criminosos castigados. Ninguem ha certamente, que com digno louvor possa celebrar por escripto ou de palavra almas tão nobres. N'este numero se deve contar e celebrar o insigne e preclaro varão, o bravo e glorioso militar, D. Alvaro

[1] Idem.—Figanière.

Almadaa dicendus et praedicandus est, qui ab ineunte suâ aetate, dum annos pueritiae excesserat, militiae gloriâ debaccatus, virtutum praemia et communem omnium salutem anelans, toto conanime et omni studio in armorum usum se conjecit, et cum aptiores Rei militares attigerat annos, adolevit strenuitas sua cum aetate, itaq animo excellenti in omnem Rei publicae tuitionem crevit, ut nichil sibi dulce, acceptum, aut desiderabile videbatur, si pro communi bono non fuerit institutum; adeo sua pro virili bellorum descrimini insudavit forti animo, et pacis tranquilitati consilio, quod suo jure praemia debentur suo labori: propterea nos animadvertentes nobilitatem et animi dicti viri egregiam dispositionem, quae suis gestis adjunctae magnum efficiuntornamentum, nec non ingentia facta quae non tantum tempore regni celeberimae memoriae Christianissimi Progenitoris nostri verum etiam cumulum amoris servitii et meritorum quae nobis regnisq exhibuit nostris, ipsum in militem ac socium et fratrem de Garteria ex unanimi consensu societatis ejusdem elegimus et realiter investivimus: eundem etiam Dominum Alvarum ex nostra habundantiori gratiâ in evidens testimonium suarum virtutum, in comitem Davarans in Ducatu nostro Normandiae creavimus et praefecimus, ac per presentes creamus et praeficimus ac de eisdem nomine honore et titulo per cincturam gladii investièntes effectualiter insignivimus. Habenda et tenenda eadem nomen et honorem Comitis Davarans sibi et haeredibus suis masculis de corpore suo legitime exeuntibus in perpetuum, volentes et praecipientes pro nobis et haeredibus nostris quod dictus fidelis noster dominus Alvarus nomen et honorem Comitis Davarans teneat sibi et haeredibus suis masculis de corpore suo ut praemissum est legitime exeuntibus in perpetuum, Hiis testibus venerabilibus patribus I: Cantuar: et I. Eborum archiepis. Tho: Norwicen: W: Sarum, I: Bathon et Wellen Epis. carissimo avunculo nostro Humfredo Duce Glouc: ac carissimis consanguineis nostris Iohan: Exon. et Humfredo Buck. Ducibus et Willõ Marchione Suffolciae. Iohan: Vicecom: de Beaumont, ac diltis [1] et fidelibus suis Radulpho Cromwell et Radulpho Botiller mi-

[1] Dilectis.

de Almada, que desde *tenra edade, apenas saido da infancia*, apaixonado de gloria militar e ambicionando os premios dos valentes e a salvação commum, com todo o esforço e zelo se applicou aos exercicios militares, e logo que chegou á edade mais propria para a guerra, cresceu-lhe o esforço com a edade, e em defesa do Estado se portou com tão superior coragem que nada lhe parecia agradavel, digno de estima ou de apreço se não se encaminhasse ao bem commum; e tal valor mostrou nos perigos da guerra, e tal prudencia no remanso da paz, que com toda a justiça se devem premios ao seu trabalho. Por estas razões considerando nós a nobreza d'este varão, e as eminentes qualidades que, unidas a seus feitos, lhes dão grande realce, e outrosim as gloriosas façanhas por elle praticadas *no tempo do Christianissimo Rei de gloriosa memoria nosso Antecessor, realçadas ainda pelas provas de amor, obediencia e dedicação que a nós e nossos reinos elle tem dado;* o nomeámos cavalleiro socio e irmão da ordem da Jarreteira por voto unanime d'esta Ordem; e em testimunho de nossa Real Munificencia e das suas virtudes o nomeamos e estabelecemos Conde de Abranches no nosso Ducado de Normandia; e cingindo-lhe a espada o investimos n'este nome, dignidade e titulo e com elle effectivamente o honramos. Queremos e mandamos por nós e por nossos herdeiros que o dito nosso leal Dom Alvaro conserve perpetuamente para si e seus herdeiros varões, seus descendentes havidos em legitimo matrimonio, o nome e dignidade de Conde de Abranches. Foram testimunhas os veneraveis Padres: I: arcebispo de Cantuaria; I. arcebispo de Yorck; Thomaz, de Norwich; Will, de Sarum; I. Bathon, e Wellen bispo de Gloucester, tio materno do nosso carissimo Duque Humfredo; e os nossos carissimos parentes os duques João Exon, e Humfredo Buck; e Wilhelmo, marquez de Suffolk; João, visconde de Beaumont e seus amados e fieis soldados Radulpho Cromwell e Radulpho Bottller, thesoureiros de Inglaterra, e o chanceller Mestre Adam Moleyns e outros. Dado por nossa mão em Westminster a 4 de agosto. Por carta de Sello privado passada n'esta mesma data.

litibus, Thess. [1] Angl., et Magistro Adam Moleyns custode privati sigilli et aliis. Dat. per manum nostram apud Westm. [2] 4 die Aug.

Per breve de privato sigillo et de datâ praedictâ &c.

—

Ex Archivis in Turri London
E rotulo Franciae, A° 23°
Hen. 6. membrana 2.

Rex omnibus ad quos &c salutem. Ponimus ante oculos nostros fidem industriam circumspectionem affectionem laboresq et alia memoriâ dignissima quae fidelis noster Dominus Alvarus de Almadaa Comes Davarans consiliarius excellentissimi Principis et potentissimi domini Regis Portugaliae consanguinei nostri et Capitaneus Major in omnibus regnis suis et dominationibus ac Alcayde major civitatis Ulisbonensis foelicis memoriae genitori nostro et etiam nobis singulari intentione impendit: volentes ideo hujusmodi merita sine fructu nequaquam oblivioni comittese, Ex mero motu nostro concessimus et concedimus per praesentes eidem Alvaro centum marcas percipiendas annuatim quamdiu vixerit ad receptam Scaccarii nostri Angliae per manus Thesaurarii et Camerariorum nostrorum ibidem pro tempore existentium ad Terminos Paschae et Sancti Michaelis per equales porcões. In cujus, etc Teste R. apud Westm. 9 die Augusti.

—

Priv. Sigill. 13 Aug. 23 H. 6. We in good consideration of the good service grete zele and good love that our trusty and welbeloved Alvast Dalmaa Knyght of Portugale hath doon and shewed unto us and oure full noble progenitors have maad [1] and creat [2] him now late [5] Therle [6] of Averanche and over that [7] we have graunted unto the said Alvast a pension of an C marc by yere during his life. We charge you that ye delivere unto him a cupp of golde of XL marc and C marc thereinne &c.

[1] Thesaurariis.
[2] Westminster.
[3] Made.
[4] Created.
[5] Now of late; lately.
[6] The earl.
[7] And besides that; and moreover.

—

«Nos Archivos da Torre de Londres, rotulo de França, anno 23.°, masso 6.°, pergaminho 2.°

«Eu El-Rei aos que esta virem & saúde.

«Tomando em consideração a lealdade, intelligencia, circumspecção, affecto, serviços e todas as mais cousas dignas de menção que *a nosso amantissimo Pae de feliz memoria, e tambem a nós* com singular disvelo prestou o nosso leal D. Alvaro de Almada, Conde de Abranches, do conselho do nosso Parente o muito excellente Principe e poderosissimo Senhor Rei de Portugal, e capitão mór em todos os seus reinos e dominios, e Alcaide mór da cidade de Lisboa, e querendo outrosim que taes serviços não fiquem em esquecimento e sem recompensa; por nosso motu proprio concedemos ao mesmo D. Alvaro em quanto viver cem marcos de pensão annual, a receber do nosso Erario de Inglaterra por mão do nosso thesoureiro e officiaes que então ali servirem, e a vencer em porções eguaes pela Pascoa e pelo S. Miguel. Em fé do que &. Testimunha R.»

«Westminster 9 de agosto.»

—

«Sello particular do Governo, 13 de Agosto 23 H. 6.—Nós, tomando em consideração os bons serviços, grande zelo, e bom amor que nosso fiel e bem amado Alvaro de Almada, cavalleiro de Portugal, nos tem feito e prestado e aos nossos muito nobres antepassados, o temos feito e creado ha pouco tempo conde de Abranches, e alem d'isso temos concedido ao dito Alvaro uma pensão de 100 marcos por anno durante a sua vida. Nós vos ordenamos de lhe entregar uma taça de ouro do valor de 40 marcos [1] e a somma de 100 marcos contidos na dita taça.»

[1] N. B.—O marco inglez valia 13 schellings e 4 pence.

Como se acaba de ver, todos estes documentos estão datados do 23.º anno do reinado de Henrique VI, que principiou em 31 de agosto de 1444 e terminou em 30 do mesmo mez de 1445; e como aquelles diplomas são do mez de agosto, segue-se que pertencem ao anno de 1445. [1] Portanto, como Alvaro Vaz falleceu em 1449, como adiante diremos, apenas durante quatro annos veio a gosar das mercês concedidas por Henrique VI.

O auctor dos *Retratos dos varões e donas*, diz que Alvaro Vaz de Almada estivera «na Italia, e que em Turquia serviu tambem ao imperador Segismundo de Luxemburg nas guerras contra os turcos.» Pode ser que Alvaro Vaz servisse effectivamente na Allemanha contra os turcos, por isso que o infante D. Pedro militou igualmente nas campanhas do imperador Segismundo, como já narramos, [2] visto que desde Ceuta se haviam estreitado fortemente as relações de amisade entre D. Pedro e Alvaro Vaz, pois que «a cerimonia, pela qual D. Alvaro fôra armado cavalleiro, formára entre os dois um laço indissoluvel, segundo as idéas de tempo.» [3] Ferdinand Denis julga que fôra na Allemanha que o infante e o cavalleiro se identificaram na mais estreita amisade, achando-se ao serviço d'uma causa commum. Ao sr. Pinheiro Chagas parece provavel e natural que assim fosse, mas attribue ao facto já citado, o de Alvaro Vaz ter sido armado cavalleiro em Ceuta por mão do infante D. Pedro, a origem d'essa amisade, que ao depois, pela similhança dos destinos, se estreitou.

Continuando a referir-se a Alvaro Vaz, escreve o sr. Pinheiro Chagas: «Não deixou a lenda de desenrolar em torno d'este grande vulto os seus magicos véos, fazendo d'elle tambem um dos doze de Inglaterra, cantados por Camões.» [4]

Demoremo-nos n'este ponto.

O auctor dos *Retratos dos varões e donas* falla de Alvaro Vaz como «sendo um d'aquelles doze cavalleiros portuguezes, que nossas historias celebram, que em defensa das damas do palacio sustentaram em publico desafio contra outros tantos inglezes um famoso combate, o qual dizem, que acontecera em 1390, vencendo os doze inglezes com grande credito da nação portugueza.»

Fallemos primeiro da lenda, e depois de Alvaro Vaz de Almada.

Toda a gente conhece o episodio do canto VI dos *Lusiadas* que principia:

> No tempo que do reino a redea leve
> João, filho de Pedro, moderava,
> Depois que socegado e livre o teve
> Do visinho poder que o molestava:
> Lá na grande Inglaterra, que da neve
> Boreal sempre abunda, semeava
> A féra Erynis dura, e má cizania
> Que lustre fosse á nossa Lusitania.

É, porém, nos *Luziadas* que pela primeira vez apparece noticia do caso dos doze de Inglaterra? Não. A primeira edição do poema de Camões foi estampada em Lisboa no anno de 1572. Em 1567 imprimia-se em Evora o *Palmeirim de Inglaterra*, por Francisco de Moraes, e no capitulo CLXIII da segunda parte d'esta obra, faz-se menção de um combate cavalheiresco, que envolve o fundo da lenda dos *Doze*. Mas o *Palmeirim de Inglaterra* será uma obra original, uma traducção fiel ou uma simples imitação? Moraes, que acompanhou em 1540 a França o embaixador portuguez, o segundo conde de Linhares, diz na dedicatoria á infanta D. Maria que trasladára a sua chronica de outra de Albert de Rennes, em Paris. Innocencio Francisco da Silva julga, porem, que Francisco de Moraes não traduziu servilmente, antes introduziu coisas de sua lavra. Mas, em todo o caso, o fundo da obra é extrangeiro, e parece por isso mesmo que tambem o será a origem da lenda.

No mesmo anno de 1567 imprimia-se em Coimbra o *Memorial das proezas da segunda tavola redonda*, de Jorge Ferreira de Vasconcellos, e ahi, no capitulo XLVI, se lê: «Porque não se nega aos lusitanos, dês o tempo dos romanos que fizeram memoria dos feitos heroicos, um abalisado e raro grau de cavallaria. E em tempo d'el-rei D. João de *Boa Memoria* sabemos que seus vassalos no cêrco de Guimarães se nomeavam por cavalleiros da tavola redonda: e elle por rei Ar-

[1] Figanière—Panorama.
[2] Pag. 68 d'este volume.
[3] Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, vol. II, pag. 325.
[4] *Idem. Idem.*

thur. E de sua côrte mandou treze cavalleiros portuguezes a Londres, que se desafiaram em campo cerrado com outros tantos inglezes, nobres e esforçados, por respeito das damas do duque de Alencastro.»

O que se vê claramente do que fica exposto é que em 1567 a lenda a que nos vimos referindo estava em moda em Portugal, onde talvez fosse introduzida por Francisco de Moraes, que a encontraria em Albert de Rennes; e como na tradição popular estivesse ainda muito viva a fama gloriosa do reinado cavalheiresco de D. João I, seria Jorge Ferreira de Vasconcellos o primeiro que a localisou n'aquella época, acceitando-se a lenda, que Luiz de Camões aproveitou para o seu poema poucos annos depois.

Mas alguns escriptores nossos, e entre elles o auctor dos *Retratos dos varões e donas*, precisam a data da ida dos cavalleiros portuguezes a Inglaterra, collocando-a no anno 1390. Com effeito, esta é a época mais propria, por amor da verosimilhança, porque foi depois do casamento de D. João I com D. Filippa de Lencastre na Sé do Porto (1387) que se estreitaram as relações de Portugal com a Inglaterra, [1] e foi depois da batalha de Aljubarrota (1385) que o espirito cavalheiresco se accendeu entre nós. Mas Fernam Lopes, a unica auctoridade que podia fazer fé, não se refere ao caso.

Eis o que me parece se pode dizer com tal ou qual segurança a respeito d'esta lenda, e da sua origem.

[1] «...mas foi desde o tempo de João I que multiplicados laços uniram estreitamente as duas casas e os dois Estados (Portugal e Inglaterra). O antigo tratado de commercio e de alliança de 12 de abril de 1372, que era apenas uma extensão do precedente, foi renovado a 15 de abril de 1386; ainda no mesmo anno (9 de maio) uma alliança defensiva foi concluida com o rei Ricardo de Inglaterra, confirmada solemnemente no anno seguinte (12 de agosto) e reconfirmada ainda a 16 de fevereiro de 1404 por Henrique IV, successor de Ricardo. O casamento de João com a filha do duque de Lencastre (2 de fevereiro de 1387) sellou ainda estes laços de amisade com a corôa de Inglaterra, garantiu e assegurou os tratados de diversa naturesa que existiam entre os portuguezes e os inglezes.»

Schæfer — *Historia de Portugal.* (Reinado de D. João I.)

É por isso que o sr. Pinheiro Chagas, referindo-se a Jorge Ferreira de Vasconcellos e Luiz de Camões, escreve na sua *Historia de Portugal:*

«Copiaram-n'a ambos d'alguma velha chronica desconhecida, d'alguma tradição meio olvidada? É o que não podêmos saber. Nada nos auctorisa a acreditarmos na veracidade do facto; mas o que elle nos symbolisa bem é o espirito aventuroso dos portuguezes que n'essa época appareciam por toda a parte onde havia façanhas a praticar, justas onde combater. Na Allemanha, na Inglaterra, em Flandres, em França, as chronicas extrangeiras nos mostram n'esse tempo cavalleiros portuguezes a quebrarem lanças por Deus e por sua dama. Se desapparecem depois, mais talvez do que deviam, dos campos de batalha de Europa, é porque o seu amor das aventuras encontra amplo alimento nos descobrimentos e nas conquistas.» [1]

Vejamos agora que relação pode haver entre Alvaro Vaz de Almada e a lenda dos doze de Inglaterra.

O licenciado Manuel Correia, commentando a estancia XLIII do canto sexto dos *Lusiadas*, dá como figurando entre os cavalleiros portuguezes que se bateram com os inglezes: «...um Alvaro Vaz de Almada, que depois foi conde de Abranches em França, e outro Alvaro Gonçalves Coutinho, d'alcunha o *Magriço*...»; e mais adiante: «O conde de Abranches, que ainda o não era, fez em França taes feitos em armas, que o fez el-rei de França conde d'aquelle logar de Abranches.» [2] Como se prova pelos documentos achados por Figanière, Manuel Correia sinca quanto ao titulo de conde de Abranches concedido pelo *rei de França* a Alvaro Vaz; seguiu a tradição do seu tempo, que era essa, e seguiu-a tambem quanto á lenda dos doze de Inglaterra, em que o celebre cavalleiro portuguez figura.

Pela nossa parte, já dissemos que suppômos que foi entre a conquista de Ceuta (1415) e o anno de 1423, em que foi nomeado capitão-mór do reino, que Alvaro Vaz demorou no extrangeiro. Em 1390 ou ainda não seria nascido ou estaria na primeira infancia. Alvaro Vaz de Almada devia ser aproximadamente da idade do

[1] *Vol. II*, pag. 325.
[2] Commentario aos *Luziadas*, pag. 175 e 176.

infante D. Pedro, que nasceu em 1392, como se infere não só da estreita amisade que os ligou, como do facto de ser armado cavalleiro em Ceuta conjunctamente com D. Duarte, que tinha então vinte e quatro annos, e com o infante D. Pedro, que tinha vinte e tres.

Na formação das lendas, a imaginação popular não olha a anachronismos. Alvaro Vaz foi um cavalleiro famoso por seus feitos d'armas, pelo seu grande valor, combateu ao serviço do rei de Inglaterra e por elle foi mais tarde agraciado, se bem que estejamos capacitado de que para a concessão d'estas graças concorreria a interferencia do infante D. Pedro, então regente de Portugal, e seu dedicadissimo amigo: a lenda cavalleiresca dos doze de Inglaterra envolveu-o portanto nos seus magicos véos, para nos servirmos da expressão de Pinheiro Chagas, sem attender á chronologia. Tambem em torno do infante D. Pedro se fórma a lenda das *sete partidos*. A imaginação popular não podia deixar de envolver no maravilhoso das suas chronicas estes Castor e Pollux do seculo XV, tão unidos moralmente, tão consubstanciados, na vida e na morte, por um estreito laço de relação historica.

Camões na instancia 25 do canto quarto, cae tambem em confusão a respeito do conde de Abranches, fallando da batalha de Aljubarrota:

> E da outra ála que a esta corresponde,
> Antão Vasques de Almada é capitão,
> Que depois d'Abranches nobre conde,
> Das gentes vai regendo a sestra mão.
> Logo na rectaguarda não se esconde,
> Das quinas e castellos o pendão,
> Com Joanne rei forte em toda a parte,
> Que escurecendo o preço vai de Marte.

Antão Vasques de Almada, que suppomos parente de Alvaro Vaz, foi o cavalleiro que depois da batalha de Aljubarrota cobriu os pés do mestre de Aviz com a bandeira real de Castella, e que commandava effectivamente a ála esquerda com João de Montferrat. João Vaz de Almada, pae de D. Alvaro e filho de Vasco Lourenço de Almada, como já dissemos, esteve em Aljubarrota, e ahi foi armado cavalleiro. Mas não é licito confundir os dois individuos. Camões erra visivelmente dando o condado de Abranches a Antão Vasques de Almada, que, como sabemos pelos documentos achados por Figanière, foi concedido a Alvaro Vaz de Almada, em 1445, isto é, sessenta annos depois da batalha de Aljubarrota.

Manuel Corrêa, commentando a referida instancia 25, do canto quarto, põe á margem: «*Antão Vasques de Almada.*—Este foi um dos doze cavalleiros que foram a Inglaterra pedidos pelas damas d'aquelle reino para as desaggravar de certos cavalleiros inglezes, que as affrontáram publicamente, *ao qual el-rei de França, por seu exforço e cavallaria, deu o condado de Abranches.*»

Na identidade do appellido é que nos parece estar a confusão.

Como Antão Vasques de Almada foi um cavalleiro celebre do tempo de D. João I, fizeram-n'o figurar na lenda dos *Doze de Inglaterra*. Mas como mais tarde appareceu outro cavalleiro, de igual appellido, que se tornou mais celebre ainda, a tradição popular attribuiu-lhe anachronicamente a façanha.

Julgamos haver discriminado o que ha de fabuloso e verdadeiro na biographia de Alvaro Vaz de Almada, até este ponto. Oxalá que o resultado das nossas investigações sirva de base para mais dilatados e profundos estudos, embora venham a ser desmentidas por ulteriores excavações historicas. Em todo o caso, felicitar-nos-hemos por havermos determinado o ponto de partida.

Ferdinand Denis, em nota á pag. 85 do seu *Portugal*, escreve: «*L'histoire d'Alvaro Vaz d'Almada est généralement peu connue hors du Portugal; e en Portugal même la biographie de ce grand homme est environnée de détails contradictoires. Nous croyons donc rendre service aux historiens qui s'occuperont du quinzième siècle, en leur signalant le manuscript de la bibliothèque du Roi, sous le n.°* 10:257 *S. G. Dans ce livre des lignages de Portugal, qui a appartenu á Damião de Goes, on trouvera les documents les plus curieux touchant ce fameux comte d'Avranches et son origine: il sera bon toutefois de soumettre certains faits á une critique sérieuse, car plusieurs d'entre eux ont évidemment besoin de quelque rectification. Tavarez fait remonter les chevaliers de cette race au grand Janeanez d'Almada, qui occupa les offices les plus importants sous D. Pedro, puis sous son fils, et auquel*

ont dut les fortifications dont ce dernier monarque entoura Lisbonne.»

Estimulado por estas palavras de Ferdinand Denis, ou antes guiado por ellas, procurei na Torre do Tombo a copia, que sabia existir ali, do nobiliario composto por Damião de Goes. [1]

Encontrei com effeito um codice que, sob a marca 21—B—26, se donomina «*Extracto do tomo I intitulado—Nobreza de Portugal—que pertence a José da Silva Machado, official do erario, que m'o emprestou, o qual diz ser o nobiliario de Damião de Goes, accrescentado com memorias genealogicas*, etc.

N'esse codice, e no titulo de *Almadas e Abranches* (fl. 1429 do tom. IV de Damião de Goes) encontrei varias noticias curiosas relativas á familia dos Almadas, sendo uma d'ellas a explicação dos motivos por que o pae de Alvaro Vaz, João Vaz de Almada, se retirou para Inglaterra:

«João Vaz de Almada foi muito valente cavalleiro e serviu muito bem nas guerras de el-rei D. João I, foi capitão de uma galé na tomada de Ceuta e por umas brigas que teve com Gonçalo Pires Malafaia, a quem dizem que deu certas feridas á porta da Relação sendo presidente da Casa do Civel de Lisboa, se passou a Inglaterra, onde ganhou muita honra em feitos de armas, acompanhando a el-rei de Inglaterra quando passou a França, e foi a principal parte de se tomar a cidade de Ruão, a sua ossada foi trasida a este reino. Foi c... filha de Joane Eanes... Houve d'ella

Pedro Vaz de Almada
Alvaro Vaz de Almada
N. João Vaz de Almada — De quem vem os condes de Abranches, hoje Valadares, e Almadas do Rocio de Lisboa.

Este mesmo facto é confirmado por outro codice da Torre do Tombo (marca 21—F—17), titulo de *Almadas Abranches, chamados do Rocio:*

«João Vaz de Almada, filho de Vasco Lourenço de Almada, viveu no tempo d'el-rei D. João I, e foi muito seu affecto e privado. Acompanhou os infantes na tomada de Ceuta, indo por capitão-mór da cidade de Lisboa, e depois da tomada lhe deu el-rei a capitania e guarda da fortaleza de Ceuta, e a teve até á partida d'el-rei para o reino, ficando a cidade entregue a D. Pedro de Menezes, que foi o primeiro capitão d'ella. Foi védor da casa d'el-rei D. Affonso V como consta da chancellaria de 1451 fl. 149. Teve doação d'el-rei D. João I dos direitos de Ponte do Lima (8 de dezembro de 1424)......; e mercê do mesmo das 40 libras de fôro das duas casas que el-rei D. Fernando aforara a seu pae... (Lisboa 17 de outubro da era de 1422) e das chegadas dos Olivaes de Santarem (Lisboa 27 de maio de 1427)...... e do couto do logar de Cabrella e Pinhal de Almada (Santarem 17 de maio da era de 1451) ...... Veja-se D. Flamineo, tomo VI, fl. 21. Andando tempos succedeu que deu certas pancadas em Gonçalo Pires Malafaia, presidente da Casa do Civel da cidade de Lisboa, sahindo da Relação; e por este caso se ausentou do reino, e se foi a Inglaterra, aonde já tinha algum conhecimento por ser um dos doze que lá tinham ido á defesa das doze donzellas; assim elle, como seus filhos Alvaro Vaz e Pero Vaz, e com elle andavam. E de lá veio por embaixador a este reino a tratar do casamento da sr.ª D. Brites filha de el-rei D. João I com Thomaz conde de Arundel, e foi cavalleiro da Garrotea. Falleceu em Londres nos paços de el-rei tornando com a sua embaixada, d'onde foi trazido depois de morto á capella de seus avós. Annexou a sua terça ao vinculo de seu pae com obrigação aos successores de annexarem tambem as suas terças. Em 4 de maio da era de 1446. Casou com D...... filha de Joane Eanes.

Teve:

1.º—Pero Vaz de Almada, que segue.

2.º—Alvaro Vaz de Almada.

Teve n. *(natural)*.

3.º—João Vaz de Almada.

No codice extratado do nobiliario de Damião de Goes encontra-se uma noticia curiosa a respeito do avô paterno de Alvaro Vaz, Vasco Lourenço de Almada, que por seu pae foi renegado de filho, e por isso sahiu do reino, e andou por terras de mouros, onde alcançou muita riqueza. Voltando ao reino, o pae o reconheceu como filho, e o deixou por seu herdeiro.

O codice 21—F—17 escreve a respeito do

[1] *Annaes das sciencias e lettras*, tom. II, pag. 338.

irmão mais velho de Alvaro Vaz, Pedro Vaz de Almada:

«Pero Vaz de Almada, filho primeiro de João Vaz de Almada, foi grande cavalleiro assim n'este reino, como em França e em Inglaterra, em cujo serviço foi morto dentro de Paris que então era dos reis de Inglaterra, tendo ganhado a dita cidade el-rei Henrique v, que se coroou n'ella no anno de 1431. Teve mercê de casas na rua Nova por praso (Santarem, 18 de junho da era de 1458. Liv. iv, fl. 27). Foi sepultado no mosteiro de S. Francisco de Paris, e depois seus ossos foram trazidos por Rolão Vaz, seu criado, a este reino, onde foram sepultados na capella de seus avós. Falleceu solteiro.»

O mesmo codice escreve a respeito de Alvaro Vaz:

«D. Alvaro Vaz de Almada, filho segundo de João Vaz de Almada, e foi rico-homem e conde de Abranches feito por el-rei de França Carlos vii, cavalleiro da garrotea por el-rei de Inglaterra; do conselho de el-rei D. Duarte de Portugal, que lhe deu a renda dos dois soldos dos judeus em 1436 fl. 130, que tambem lhe confirmou a doação de el-rei D. Fernando do casal de Algés feita a seu avô materno Joane Annes na aldea de Alcolena em 1407 e outra por que se julgou contra Affonso Annes Penedo, senhor do reguengo de Algés, por ser certo o ter dado em dote a João Vaz de Almada seu sogro o dito Joane Annes (Lisboa 28 de maio de 1427. Alemquer 7 de janeiro. João Velho a fez 1434. Liv. v, fl. 83) e a do couto do Pinhal do Cavallo, Santarem 14 de janeiro de 1434 fl. 15. Veja-se D. Flamineo, tomo vi, fl. 28.

«Foi tambem capitão-mór de Portugal por el-rei D. João i, e alferes-mór de Lisboa por carta d'esta mesma camara de Lisboa em um livro de mão em fl. dada em Santarem em 5 de abril de 1440. Este D. Alvaro fez grandes feitos assim em França, como em Inglaterra, e n'este reino de Portugal. Andou nas guerras do imperador Segismundo contra os turcos em companhia do infante D. Pedro, filho d'el-rei D. João i.»

O que mais a traz fica exposto rectifica algumas inexactidões que se encontram na noticia acima transcripta. Outras apparecem tambem no codice baseado no nobiliario de Damião de Goes, onde se lê—«Alvaro Vaz de Almada, o grão justador, um dos doze que foram ao desafio a Inglaterra com seu tio o conde de Abranches, que foi outro, e morreu sem deixar geração nem casar.»

Alvaro Vaz foi o primeiro conde de Abranches, como se prova pelos documentos já transcriptos, e basta esta ponderação para invalidar esta passagem do nobiliario, e para comprovar a confusão em que andam baralhadas as individualidades de Antão Vasques de Almada e Alvaro Vaz de Almada.

Vejamos agora o papel importante que Alvaro Vaz de Almada representa durante a grande lucta que se travou entre o infante D. Pedro e a rainha viuva por causa da regencia do reino.

Em 1439, a rainha D. Leonor, julgando-se pouco segura em Sacavem, partiu com seus filhos para Alemquer.

«Os officiaes de Lisboa,—diz Ruy de Pina,—vendo esta mudança da rainha fizeram logo seu ajuntamento, onde Vicente Egas Homem, cidadão velho, entendido e de grave representação fez uma falla com largo recontamento, cuja substancia foi avisar a cidade dos males e perigos, que por as mudanças presentes se lhe apparelhavam; e como para terem por cabeça alguma pessoa que por ella os resistisse, lhe era necessario elegerem e tomarem alferes, *apontando logo o capitão Alvaro Vaz de Almada, que da cidade fôra o derradeiro alferes, como por outros muitos e mui dignos merecimentos e louvores, que d'elle com verdade recontou;* no que todos consentiram, e por dois cidadãos o enviaram logo chamar por quanto era fóra da cidade; e em chegando á Ribeira, sendo já sabida a determinação sobre que vinha, se ajuntou com elle a mór parte da cidade e assim acompanhado com grande honra foi levado á camara, onde por os vereadores com certas cerimonias e largas palavras *de grande seu louvor e muita confiança, lhe foi entregue a bandeira da cidade com suas condições;* e elle a recebeu com palavras cortezes, e discretas, e de grande exforço; porque era cavalleiro que *n'este reino e fóra d'elle por experiencias mostrou*, que isto e muito *mais de louvor havia n'elle*, cá em França por sua ardideza e bondades foi feito conde de Abran-

ches, e em Inglaterra por sua valentia foi recebido por companheiro da ordem da Jarreteira, de que principes christãos, e pessoas de grande merecimento são confrades; e em Portugal por todas estas, e mais por sua linhagem e fidalguia mereceu ser como foi capitão-mór do mar.» [1]

É esta a primeira vez que vêmos Alvaro Vaz de Almada interferir na lucta travada entre o regente e a rainha. D'aqui por deante, vêl-o-hemos sempre collocado a par do infante D. Pedro, cuja causa defende com exemplar valor e dedicação, como do seguimento da narrativa se deprehenderá.

Como o arcebispo de Lisboa, D. Pedro, mostrasse tomar uma attitude hostil contra o regente, «a cidade de Lisboa—prosegue o chronista,—pela confusão e receios em que estava, accordou de enviar o capitão Alvaro Vaz ao infante D. João, notificar-lhe os feitos como estavam e pedir-lhe por mercê, que para ser sua cabeceira quizesse estar na cidade, porque sua presença lhes era mui necessaria até que nos feitos se tomasse alguma boa conclusão. Ao infante prouve muito de o fazer; e se veio logo a ella e pousou nas Casas da Moeda, etc.» [2]

Reunido o povo de Lisboa no paço municipal, para decidir se o infante D. Pedro devia reger o reino independentemente da rainha viuva, e depois de ter fallado contra a divisão do poder o dr. Diogo Affonso, as pessoas ali presentes «encommendaram logo ao *Capitão*, que désse sobre o caso sua voz, que a deu com cautelas e fundamentos de homem prudente, e mui avisado, em que concluiu mais alem, que era crime e aleijão el-rei ser mais creado em poder de mulheres; e não menos erro reger a rainha, não sem muitos merecimentos e grandes louvores d'ella, que tambem apontou para ser sempre servida e acatada: e que o infante D. Pedro devia reger.» [3]

Tendo-se a rainha D. Leonor entrincheirado no Crato, na fortalesa do priorado, o infante D. Pedro encommendou a Alvaro Vaz de Almada o cerco da Ameeira.

[1] *Chronica do senhor rei D. Affonso V*, cap. 31.
[2] Idem.—Cap. 34.
[3] Idem.—Cap. 36.

«O capitão Alvaro Vaz a que o cerco da Ameeira, como disse, era encarregado, partiu de Lisboa por terra com sua gente d'armas e de pé, que era muita e mui bem concertada, e assim com os artilheiros e provisões, que para o cerco convinham, e todo posto em mui segura e singular ordenança, *fazendo-o assim como homem que o vira, e passára em outros reinos já muitas vezes*. E tambem folgou de o ordenar assim por dar a entender n'este pequeno cerco, o que faria em outros maiores se lh'os encommendassem.» [1]

O joven D. Affonso v achava-se então em Alemquer, e «desejou muito de vêr o Capitão, e sua gente na ordenança de guerra em que vinham, e sentindo-lhe Alvaro Gonçalves de Athayde, seu aio, este vivo orgulho e desejo, louvou-lh'o muito. E disse que era bem que cumprisse: mas por não errar em seu serviço e estado indo de proposito vêr uma sua cousa tão pequena, seria bem que como d'acerto fosse á caça, ao campo d'entre Castanheira e Villa Nova, e que ali como de recontro veria o Capitão, e a gente que então havia de passar. E a outro dia andando ali el-rei com seus galgos e gaviões, assomou o Capitão, e sabendo já que el-rei o queria vêr apurou ainda muito mais sua ordenança, e de sua pessoa com seus pagens armados se concertou com grande perfeição. Porque n'aquelle acto de armas, *por seu braço e por experimentadas ardidezas passadas, a elle n'este reino se dava muito louvor*, e tanto que foi atravez d'onde o rei olhava, se apartou só da gente armado sobre uma facanea, e com grande alegria e desenvoltura se lançou fóra d'ella, e a pé foi beijar as mãos a el-rei, e lhe disse:—«Senhor, assim como eu sou o primeiro que Vossa Senhoria vê n'estes habitos, assim, prazendo a Deus, não serei eu n'elles o segundo, em todo o que cumprir por vosso serviço, e por defensão de vossos reinos.» El-rei folgou muito de o vêr, e com palavras e contenenças lhe fez mais honra e mór acolhimento, do que sua pouca idade se esperava, e assim se despediu o Capitão, e seguiu sua viagem até á Ameeira, que logo cercou e combateu até que a tormou.» [2]

[1] *Chronica do senhor rei D. Affonso V*. Cap. 70.
[2] Idem.—Cap. 71.

Este simples episodio das luctas da regencia, que Ruy de Pina nos refere, revela claramente qual era o enthusiasmo que no espirito ardente do joven rei o nome do capitão Alvaro Vaz despertava. Certamente, o successor de D. Duarte havia sido embalado no berço com as tradições gloriosas do grande cavalleiro, que por longes terras, como o infante D. Pedro, havia praticado famosos feitos d'armas. A lenda do valor de Alvaro Vaz impozera-se de tal modo á imaginação do moço rei, que o primeiro cavalleiro que quiz conhecer, e ver em som de guerra, foi elle. A tudo se sujeita Affonso v para realisar o seu desejo, para poder contemplar de perto esse notavel cavalleiro, de quem certamente seu tio lhe fallava com dedicado louvor. As conveniencias palacianas não permittem, porem, que o joven rei dê tamanha preferencia a um dos cavalleiros da sua côrte. Então, a fim de disfarçar o seu vivo interesse, Affonso v consente em representar uma pequena comedia, finge que sae para a caça, mas vae unicamente com o fim de encontrar-se com Alvaro Vaz, de o ver, de o fallar, de o admirar. E, vendo-o, acha-o realmente tão nobre, tão distincto, tão brilhante, que não só rompe pelas conveniencias palacianas, fazendo-lhe um acolhimento honrosissimo, que não fizéra aos outros cavalleiros empenhados n'esta pequena campanha, mas até parece exceder a sua propria idade na maneira como aprecia os serviços militares do bravo cavalleiro.

Depois do cerco da Ameeira até que o infante D. Pedro entregou a seu sobrinho as redeas do governo e a intriga atiçada pelo duque de Bragança principiou a tornar cada vez mais dolorosa a situação do ex-regente, o capitão Alvaro Vaz de Almada desapparace-nos do theatro dos acontecimentos, e só por uma phrase vaga de Ruy de Pina sabemos que estivera em Ceuta n'esse meio tempo.

Este lance da sua biographia é para nós muito escuro. Não comprehendemos como sendo realmente tão dedicado ao infante D. Pedro, e estando empenhado nos acontecimentos politicos que se desenrolavam então, Alvaro Vaz de Almada tivesse ido para Ceuta sem motivo imperiosamente urgente que determinasse essa ausencia. É certo que a praça de Ceuta foi sempre theatro de gloria para os cavalleiros portuguezes pelas frequentes investidas dos moiros, que não podiam resignar-se á perda da sua bella cidade, flor de todas as outras da terra de Africa, como diz Fernam Lopes, mas tendo Alvaro Vaz acceitado um papel importante nos negocios da politica interna do reino, em que o seu dedicadissimo amigo o infante D. Pedro se achava envolvido, e não havendo occorrido em Ceuta qualquer circumstancia grave que exigisse a presença de tão valoroso cavalleiro, não é facil atinar com o motivo que determinasse a ausencia do alcaide-mór de Lisboa, a não ser que por insinuações do duque de Bragança, D. Affonso v, tendo empunhado as redeas do governo, procurasse affastar um dos mais dedicados amigos de seu tio. Mas esta hypothese não é aceitavel pelas razões que vamos expôr.

É certo que logo que o filho de D. Duarte teve sobre o reino inteira jurisdicção (1447 [1]), foi aconselhado a que «por segurança não sómente de sua vida, mas da justiça e fazenda tirasse, como logo tirou, todos os officios, que os criados de seu tio na côrte tinham de qualquer qualidade que fossem, pondo suspeições e testimunhos falsos, a uns que erravam na justiça, e a outros que roubavam a fazenda, e a outros que dariam peçonha a el-rei, segundo a cada um em seus officios podia tocar, e para parecer que o queriam provar, não falleciam logo pessoas indusidas, que com medo de pena, ou com esperança de galardão, que lhe promettiam, na sua vontade o testimunhavam.» [2]

Não é menos certo, porem, que D. Affonso v tinha por Alvaro Vaz de Almada uma especial estima e consideração, como se deprehende de uma passagem de Ruy de Pina que já deixamos transcripta, e do seguinte capitulo da *Chronica* que vamos transcrever:

«A este tempo chegou tambem a Lisboa, que vinha de Ceuta, o conde d'Abranches, que sobre todos era grande servidor e muito amigo do infante D. Pedro, e publico imigo do conde d'Ourem, e em sua chegada não foi então d'el-rei e de sua côrte assim agasalhado e honrado, como seus serviços presentes e mereci-

[1] Ruy de Pina. *Chronica do senhor rei D. Affonso V*, cap. 88.

[2] Idem.—Cap. 89.

mentos passados requeriam. Porém o conde assim como era de nobre sangue, assim não fallecia n'elle uma graciosa soltura de dizer, com mui esforçado coração e singular agradecimento, com que ante el-rei e os de sua côrte, no publico e no secreto defendia muito a honra e estado do infante D. Pedro, com claro exemplos e vivas razões de sua mui louvada lealdade, afeando muito com grande audacia os movimentos e maldades, que seus imigos tão sem causa contra elle moviam. E como quer que el-rei fosse induzido, que não ouvisse o conde e o mandasse ir fóra de sua côrte, pondo-lhe que em todas as culpas do infante elle era muito culpado, porém porque el-rei era de alto coração, accêso no ardor de actos cavalleirosos, suspirando para grandes empresas, folgava muito de o ouvir, e começava dar-lhe de si muita parte e acolhimento, especialmente porque o infante D. Henrique ante el-rei muitas vezes por cousas muito assignadas em que o vira, dizia por elle, que não sómente Portugal, mas Hespanha toda se devia de haver por honrada crear tal cavalleiro. E porque os imigos do infante viram, que a vontade d'el-rei ácerca do conde não terçava por elles como desejavam, lançaram-lhe amigos d'elle lançadiços, e pessoas de credito que com resguardo de grande segredo o aconselhassem, que se fosse fóra da côrte, e não entrasse em um conselho publico que se então fazia, avisando-o manhosamente que n'elle por cousas do infante D. Pedro o haviam de prender. Mas o conde com a cara cheia d'essa forçada segurança, lhe disse — *Amigos, certamente pelos muitos e grandes serviços que tenho feitos a esta casa de Portugal, eu lhe mereço mais villas e castellos com que me acrecente, que prisões nem cadêas em que sem causa me ponha, e por tanto com todo o que me dizeis, sabei que não hei de fugir do conselho e serviço d'el-rei nosso senhor, pois leal e verdadeiramente sempre o segui. E porém se tal cousa, e por tal causa se move contra mim, sabei certo que em defender minha honra, e limpeza d'aquelle senhor, eu me mostrarei hoje digno de ser confrade da santa Garrotea que recebi, e espero em Deus que sem ociosidade de minhas mãos, os que me quizerem visitar antes seja na sepultura, que nos carceres nem cadêas, e por isso não hajaes dó nem compaixão de minha vida porque minha morte honrada a fará com louvor viver mui viva, e muito mais honrada nas memorias dos homens para sempre.* Pelo qual o conde depois de com esta determinação despedir estes manhosos e dobrados conselheiros; porque a hora do conselho se chegava, a que determinou ir, se vestiu de pannos finos mui bem e muito melhor d'armas secretas, com que entrou no paço, onde seus imigos, vendo a segurança de sua pessoa, foram claramente certificados do esforço e bondade de seu coração. E estando el-rei na casa do conselho, onde eram muitos senhores presentes e os principaes imigos do infante, o Conde e com cara que mais parecia que ameaçava que temia, lhe tocou em sua prisão que lhe fora revelada, e assim lhe fallou com muito repouso e grande auctoridade nas cousas do infante e suas, approvando sua bondade e lealdade por termos, e com razões a todos tão manifestas, que se não podiam contrariar; concluindo, que quaesquer pessoas de qualquer estado e condição que fossem, que do contrario tinham informado a El-Rei, eram com reverencia e acatamento de sua real pessoa, a Deus e a elle e ao mundo máus e traidores, e que com licença e consentimento de sua senhoria os combateria por armas, e em campo a tres d'elles os melhores juntamente. A resposta d'el-rei para o conde foi então graciosa e branda, e com mostrança que lhe pesara de o ouvir, que para o máo fundamento dos que tratavam á morte do infante, foram mui tristes signaes, e por arredarem el-rei do infante D. Henrique e do conde, que começavam ser causa, que de todo impedia seu damnado proposito, o levaram a Cintra aforrado.» [1]

Foi só depois dos factos narrados n'este capitulo de Ruy de Pina, que o rei D. Affonso V tirou a Alvaro Vaz o governo do castello de Lisboa. [2]

Não se comprehende, portanto, que em 1447 o mandasse para Ceuta por castigo, visto que lhe conservára o castello de Lisboa, que só mais tarde lhe tirou, depois que Alvaro Vaz

[1] *Chronica do senhor rei D. Affonso V*, cap. 91.
[2] Idem.—Cap. 93.

ousou apresentar-se perante a côrte a defender a causa do infante D. Pedro.

É força confessar, em vista do que deixamos exposto, que continúa a ser ignorada a causa do apartamento de Alvaro Vaz em Africa, no momento em que a sua dedicação partidaria o devia conservar em Lisboa.

O conde de Arrayolos tambem esteve em Ceuta, e tambem veio á côrte para defender o infante D. Pedro, mas d'esse sabe-se positivamente que tinha sido nomeado capitão e governador d'aquella praça africana, o que satisfatoriamente explica a sua ausencia. De Alvaro Vaz nada sabemos, porem, a este respeito, e só podêmos conjecturar que a sua febre de gloria, o seu animo ousado e irrequieto o impellissem para a Africa, onde julgava talvez poder encontrar melhor occasião de combater pelas armas.

Depois de haver fallado ao rei, Alvaro Vaz de Almada quiz fallar ao ex-regente, e para esse fim foi a Coimbra com o infante D. Henrique. E ali «se juntaram os infantes com alguns principaes seus acceitos, que ahi eram, e fallaram algumas vezes nas sem-razões e aggravos, que o infante D. Pedro tinha nas cousas passadas recebidos, e assi no remedio que se teria, nos que se aparelhavam e estavam por vir para acrescentamento dos quaes foram ali certificados, que el-rei como foi em Cintra, logo por engenho do conde de Ourem e dos outros ordenára em desfavor e quebra do infante estas cousas.» [1]

Já sabemos que as resoluções de Affonso v foram, com referência a seu tio D. Pedro: Prohibir que os fidalgos affeiçoados ao ex-regente o visitassem; ordenar que fossem restituidas aos criados de D. Leonor todas as fazendas de que tinham sido privados; decretar que o infante não sahisse das suas terras, onde devia considerar-se preso.

Sendo chamado á côrte o duque de Bragança, o infante D. Pedro reuniu os seus em conselho, e adoptou a opinião de Alvaro Vaz, que era que a todo o custo elle infante impedisse a passagem ao duque. [2]

Para executar este alvitre, o infante moveu a

[1] Ruy de Pina—*Chronica do senhor rei D. Affonso V*. Cap. 92.

[2] Idem.—Cap. 96.

sua gente, que de Penella seguiu para a Louzã, e da Louzã para a aldeia de Villarinho, sendo a vanguarda confiada a D. Jayme, filho do ex-regente, e a Alvaro Vaz de Almada. [1]

N'este lance da sua chronica, Ruy de Pina escreve:

«O infante D. Pedro, que era já no logar de Serpiz, soube logo como o duque (de Bragança) viera vêr e repartir o campo, e assi da falla que aos seus fizera, e porque de um a outro não havia já mais de meia legua, o conde de Abranches assi armado como chegou, sem mandado do infante se apartou com alguns, e foi vêr o arraial do duque, porque da gente e assento d'elle se informasse para o que esperava, e em tornando lhe perguntou o infante com mostrança de lhe pesar d'onde vinha, e o conde lhe respondeu: «—Senhor, venho de vêr vossos inimigos, de quem prazendo a Deus e ao bemaventurado S. Jorge vos eu darei hoje se quizerdes mui boa vingança, e peço-vos por mercê que a não dilateis para mais, e ahi logo dar n'elles; porque na desordem e tristesa em que estão, dão já certos signaes de serem cortados com medo e meio desbaratados, e não percaes tão bom dia; porque já em vossa vida nunca havereis outro tal, e não alongueis a vida a quem se lh'a hoje daes, sabei que a encurtára mui cedo a vós, tendo por certo que o duque na maneira em que se repaira e afortallesa não quer vir ávante, e ou se tornará para traz como veio, ou escondido se salvará por outro caminho.» [2]

O infante não acredidou na prophecia de Alvaro Vaz, de que o duque retrocederia ou procuraria passar sem ser visto, e achou melhor não dar combate n'aquelle dia, esperando os acontecimentos.

Mas Alvaro Vaz havia adivinhado: o duque de Bragança salvou-se atravessando secretamente a serra da Estrella, escapando-se d'este modo das mãos do infante.

«E porem a opinião dos mais foi que o infante errára muito, tendo o duque tão ácerca e em tão boa disposição para o commetter, não dar n'elle e o matar se podera; porque quanto alongou sua

[1] Ruy de Pina—*Chronica do senhor rei D. Affonso V*. Cap. 100.

[2] Idem.—Cap. 104.

vida, como o conde de Abranches lhe disse, tanto antecipou a morte de si mesmo como depois se seguiu.» [1]

Era preciso acceitar, porem, as consequencias do generoso proceder do infante.

A rainha D. Isabel escreveu a seu pae uma carta, certamente com consentimento do rei, participando-lhe que D. Affonso v o iria cercar no dia 5 de maio, e que, vencido o infante, seria morto, encarcerado ou desterrado.

Recebendo esta carta de sua filha, D. Pedro reuniu conselho, e ahi se dividiram os alvitres, mas o de Alvaro Vaz de Almada foi que: Antes morrer grande e honrado que viver pequeno e deshonrado e que vestindo todas suas armas fossem caminho de Santarem, onde a côrte estava, para que o infante mandasse pedir a el-rei que ou lhe permittisse defender-se na presença de seus inimigos ou pelas armas tomar-lhes satisfação das injurias que propalavam, e que se el-rei nenhuma d'estas concessões quizêsse fazer, e sobre elles viesse, que se defendessem no campo como bons e esforçados cavalleiros. [2]

Em todos os alvitres do conde de Abranches se revela o ardimento do seu animo. A honra, é a sua religião; defendel-a pelas armas, a sua aspiração mais querida. *Antes morrer grande e honrado de que viver pequeno e deshonrado*, o seu evangelho. A raça dos heroes parece ter acabado com este homem extraordinario.

D. Pedro era uma alma digna da de Alvaro Vaz; comprehendiam-se, completavam-se. O conselho do conde de Abranches foi acceito, e desde logo fizeram preparativos para a jornada.

Somos, porem, chegados ás paginas mais encantadoras da biographia de Alvaro Vaz. Perante Deus, os dois amigos, elle e o infante, fazem voto de morrer no mesmo dia. Cheios de heroicidade, lançavam-se á morte, que esperavam, presos os corações n'um só laço.

O espirito cavalheiresco da época assignalava-se frequentes vezes em votos similhantes. Assim vimos que, na vespera da batalha de Aljubarrota, Gonçalo Eannes de Castello de Vide jurava que seria elle quem descarregaria o primeiro golpe; Vasco Martins de Mello que prenderia ou pelo menos tocaria com a sua mão no rei de Castella. Era a affirmação da coragem militar na sua mais esplendida manifestação. Mas no voto de Alvaro Vaz e do infante D. Pedro o valor guerreiro é sobredoirado pela dedicação da amisade.

Esta pagina de Ruy de Pina vale bem uma epopea:

«E passados alguns dias depois estes conselhos, o infante não se esfriando em seu proposito, apartou só em uma camara o conde d'Abranches, e lhe disse—*conde, sabe que eu sinto ja minha alma aborrecida de viver n'este corpo, como desejosa de se sair de suas paixões e tristezas, e considerados os seus combates que minha vida, honra, e estado cada dia recebem, com esperança de não minguarem, mas cada vez crescerem mais, certo se as cousas n'esta viagem me não succedem como eu desejo, e seria razão, eu todavia determino morrer e acabar inteiro, e não em pedaços, e como quer que tenho outros bons criados e servidores, que por suas bondades folgariam e não se escusariam de morrer comigo, porém em vós sobre todos tomei esta confiança, assim pela irmandade que comigo merecestes ter, na santa e honrada ordem da Garrotea em que somos confrades, e como por creação que vos fiz, e principalmente pela certidão que de vossa bondade e esforço tenho muito ha conhecido, e por tanto quero saber de vós, se no dia que d'este mundo me partir, querereis tambem ser meu companheiro, e com isso lembre-vos para satisfazerdes aos primores de vossa honra, que sendo vós tão conhecidamente meu criado e servidor, e tão publico imigo do conde d'Ourem e arcebispo de Lisboa, depois de minha morte não podeis ter vida, salvo reservada para com mãos d'algozes a perderdes em lugares vis, e com pregões deshonrados. Senhor*, respondeu o conde, *para caso de tamanho contentamento, como foi sempre e é para mim viver e morrer por vosso serviço, muitas palavras nem os encarecimentos não são necessarios, eu vos tenho muito em mercê escolherdes-me para tal serviço, e eu sou muito contente ter-vos essa companhia na morte, assim como vol-a tive na vida, e se Deos ordenar que d'este mundo vossa alma se parta, sede certo que a minha seguirá logo a vossa, e se as al-*

[1] Ruy de Pina—*Chronica do senhor rei D. Affonso V*. Cap. 105.

[2] Idem.—Cap. 110.

mas no outro mundo podem receber serviço umas das outras, a minha n'esse dia irá acompanhar e servir para sempre a vossa. E para mór confirmação d'este proposito, o infante mandou logo chamar o doutor Alvaro Affonso que era clerigo de missa, perante quem relatou a concordia em que elle e o conde estavam, sobre a qual disse, que lhe désse logo o santo sacramento, e o doutor depois de lhe fazer seus requerimentos e protestações, para o não receberem (como a elle por sacerdote e por letrado em tal caso cumpria) elle lh'o deu, e elles o receberam com signaes de muita devoção e contrição, affirmando ambos e cada um «Que «como fieis christãos a Deus, e leaes vassallos «a el-rei o recebiam, e por taes protestavam «morrer quando morressem, e que seu funda-«mento não era offender, mas defender com ra-«zão e justiça a pessoa e honra do infante.» O qual derribando-se no chão sobre seu peito, com os olhos cheios de lagrimas e com grande fervor de contricção se feria e accusava de seus peccados, e sobre a communhão tornaram a affirmar solemnemente seus promettimentos, cujo segredo o infante encommendou muito ao doutor, de quem depois se houve esta certidão.»

Assim preparados para a morte os dois amigos, o exercito do infante D. Pedro parte de Coimbra.

Durante a jornada, entre Rio Maior e Alcoentre, o conde de Abranches não perde occasião de assignalar o seu valor militar. Dizia Pompeu que em qualquer occasião que batesse com o pé na terra faria apparecer legiões armadas; pois a Alvaro Vaz as proesas guerreiras parecem desabrochar-lhe sob os pés como ao triumviro romano as legiões.

«Seguiu o infante seu caminho em sua ordenança, e a uma sexta feira XVI dias de maio chegou ao lugar d'Alcoentre, em que dos ginetes e corredores d'el-rei foi sempre seguido e perseguido, dizendo em altas vozes contra elle que os ouvia, palavras torpes e mui feias, chamando-lhe traidor tyranno, e falso hypocrita roubador do povo, com outras vilezas e fealdades a estas conformes, das quaes o infante sempre encommendava aos seus que se não anojasem, nem lhes respondessem, e porém elle em as ouvir, recebia em si muita dôr e grande sentimento, especialmente porque as boccas d'aquelles, porque tantas torpezas contra elle sahiam já lhe muitas vezes beijaram as mãos por honras e mercês que d'elle receberam, e como alojou alli seu arraial, coube a guarda da herva e lenha a Ayres Gomez da Silva, sobre que vieram logo corredores da gente d'el-rei travando com elles, e procurando escaramuça com desejo da gente do infante se desmandar per algum seu damno, e com estes rebates que na guarda se faziam, veio nova ao arraial que Ayres Gomes com sua gente era dos d'el-rei cercado, e posto em grande affronta, a que o conde d'Abranches com grande trigança logo sahiu, e com elle quasi todos os do arraial não guardando alguma regra em sua sahida, antes com muita desordem e desmando romperam por muitas partes o palanque, e deram com muita força nos corredores, de que alguns d'elles achando-se atalhados, querendo-se salvar cairam em um grande tremedal e lagoa, de que não poderam sahir, onde entre mortos e presos ficaram logo até trinta, e os vivos levaram logo ante o infante, entre os quaes o principal era um Pero de Castro, fidalgo e criado do infante D. Henrique.» [1]

Chegando á Castanheira, o infante recebe aviso de que D. Affonso V havia partido de Santarem ao seu encontro. Portanto, antes do meio dia, assentou arraiaes logo alem de Alverca, junto ao ribeiro de Alfarrobeira. Com effeito, o exercito real não se fez esperar. As hostilidades iam romper-se. Havia chegado o momento solemne de sellar com o sangue essa terrivel lucta de familia.

«E em vindo el-rei com suas batalhas para chegar ao infante, o Conde d'Abranches sahiu e foi ver sua gente, de cuja somma, gentilesa, e percebimento foi muito maravilhado, e em volvendo como quer que de praça para esforço dos seus mostrasse e dissesse o contrario, porém ao infante não encobriu a verdade, a quem desenganou da pouca esperança, que em sua resistencia e forças devia ter, e alguns disseram que o Conde pedira e requerera ao infante, visto a desigual comparação que havia de uns a outros, que só se fosse e salvasse, e o deixasse com sua gente alli onde folgaria acabar por seu serviço,

[1] Ruy de Pina. *Chronica do senhor rei D. Affonso V*. Cap. 118.

e que o infante não quisera. Mas o que mais verdadeiramente ácerca d'isto se deve crer, é que o Conde pela certa sabedoria que tinha do proposito do infante, que era morrer, e pelo consagramento que ambos por isso tinham feito, não lhe commetteria nem ousaria commetter tal cousa, em que ao menos ficava o infante por ser perjuro e fraco.» [1]

O negocio de Alfarrobeira tem uma rapida e dolorosa resolução. No acampamento de D. Affonso V, todos os olhos parecem empenhados em procurar o infante D. Pedro. Finalmente, um olhar mais perspicaz alcança-o, e após esse olhar uma setta vem cravar-se no peito do ex-regente, que pouco tempo sobreviveu.

Mas a vida do infante estava ligada á do conde de Abranches por um voto sagrado, indissoluvel para um cavalleiro. Morto D. Pedro, Alvaro Vaz não podia deixar de procurar a morte.

Vejamos se cumpriu o seu juramento.

Ruy de Pina escreve:

«O conde d'Abranches andando a cavallo em outra parte do arraial, provendo e resistindo em sua estancia, como bom e ardido cavalleiro, a muitas affrontas que o perseguiam, um moço chegou a elle e chorando lhe disse—*Senhor conde, que fazeis? porque o infante D. Pedro é morto.*—E o conde com quanto esta embaixada era de morte, que sem escusa nem dilação desafiou logo sua vida, elle com a cara segura e o coração esforçado disse ao moço—*Cala-te e aqui o não digas a ninguem.*—E com isto feriu rijamente o cavallo das esporas, e foi-se descer em seu alojamento, onde sem alguma turvação pediu pão e vinho, de que por esforçar mais seu esforço comeu e bebeu alguns bocados, e tomou suas armas para com ellas honrar sua sepultura, que era a terra em que havia de cair, e saiu a pé pelo arraial, que de todas as partes era já entrado e vencido, e como foi conhecido, logo os d'el-rei uns sobre os outros carregaram sobre elle acommettendo de todas as partes para o matar, mas elle logo com uma lança que cortaram, e depois com sua espada os feria, e escarmentava de maneira, que os que a primeira vez o acommettiam, de mortos ou feridos não volviam a elle a segunda, e assim pelejou um grande pedaço como mui valente e accordado cavalleiro, não sem grande espanto dos que o viam trazendo ás mãos, e todas suas armas cheias não de seu sangue, mas de muito alheio que espargiu; porque em quanto andou em pé e se poude revolver, nunca sua carne recebeu golpe que a cortasse. E emfim vencido já de muito trabalho, e longo cansaço, disse em altas vozes: *Ó corpo, já sinto que não podes mais, e tu minha alma já tardas.* E com isto se deixou cair estendido no chão, e uns dizem que disse, *ora fartar, rapazes*, e outros *ora vingar, villanagem.* Cujo corpo que já não resistia, foi logo de tantos golpes ferido, que em breve despediu a alma de si para ir acompanhar a do infante como lhe tinha promettido, e alli um seu amigo, que não usou do que devia, lhe cortou e levou a cabeça com que a el-rei foi pedir acrescentamento e honra de cavallaria, e o tronco ficou no chão feito em pedaços, até que por requerimento de João Vaz d'Almada seu irmão bastardo, que era védor d'el-rei, houve logo enterramento no campo, e depois sepultura honrada. E os outros fidalgos e nobre gente que eram com o infante, vendo tão caro seu destroço, cada um desamparou a defeza das estancias, que lhe foram encommendadas, e como desesperados das vidas não lhe fallecendo o coração e accordo para vingarem suas mortes, se soltaram pelo arraial á aventura que se lhes offerecesse, e emfim de mortos, feridos, ou presos não escapou algum.»

Realmente, um frémito de enthusiasmo põe no nosso organismo uma vibração violenta, ao chegarmos a esta pagina, a ultima, da biographia de Alvaro Vaz de Almada. Os heroes da epopéa costumam cair assim. Na morte, esse homem extraordinario parece ainda sobrepujar a grandeza de toda a sua vida. Para os livros de educação popular, nenhum exemplo de valor militar e de leal amisade poderá ser mais apropriado do que este.

Os codices da Torre do Tombo referem entre as phrases finaes de Alvaro Vaz uma que o chronista aliás não cita. Contam que, embravecido em vingar a morte do seu amigo, o conde de Abranches, na vertigem do combate, pronunciára: «*Jantar aqui, ceiar no inferno.*» Era um leão que se vingava, cego de colera, imponente de magestade.

[1] Ruy de Pina. *Chronica do senhor rei D. Affonso V*, cap. 120.

Alexandre Herculano escreveu no *Panorama:* «D. Alvaro, caindo morto, era o symbolo da cavallaria expirando.»

Esta simples phrase, esculpturada em bronze, vale um poema. Com effeito, a cavallaria portugueza cae expirante com D. Alvaro no plaino de Alfarrobeira. Mas a sua agonia dura ainda cento e vinte e nove annos. Alcacer-Kibir é o seu derradeiro alento.

A lista dos filhos de Alvaro Vaz de Almada, publicada nos *Retratos dos varões e donas*, é deficiente. Nos nobiliarios da Torre do Tombo encontra-se a seguinte noticia genealogica, que deve completar a sua biographia.

O conde de Abranches casou duas vezes, a primeira com D. Isabel da Cunha, filha de Alvaro da Cunha, senhor do morgado de Pombeiro. Teve:

1.º—D. João de Abranches

2.º—D. Leonor, solteira

3.º—D. Violante da Cunha, primeira mulher de Fernam Martins Mascarenhas, capitão de ginetes, do qual se descasou

4.º—D. Isabel da Cunha, mulher de Alvaro Pessanha, filho de micer Carlos Pessanha, almirante

5.º—D. V... da Cunha, que casou em Inglaterra

6.º—D. Fernando de Almada, filho da segunda mulher, D. Catharina de Castro, filha de D. Fernando de Castro, governador da casa do infante D. Henrique, da qual se desquitou. Esta senhora, morrendo D. Alvaro, casou com D. Martinho de Athayde, conde de Athouguia, seu primo co-irmão.

Alvaro Vaz recebeu sepultura condigna na capella-mór do mosteiro de S. Domingos, de Lisboa, onde se achavam depositados os cadaveres de seus avós.

A morte livrou-o de receber mais um vexame que estava reservado aos partidarios do infante que se acharam na batalha d'Alfarrobeira. Por carta de D. Affonso v, de dez de outubro d'esse mesmo anno, [1] foram privados de todos os seus beneficios, dignidades, officios, honras, prerogativas, isenções, privilegios, liberdades, etc., sendo esta lei revogada apenas cinco annos depois, por carta regia de 20 de julho de 1455. [1]

Encerrando este capitulo, não podêmos deixar de transcrever as seguintes palavras de Rebello da Silva, que envolvem um alto conceito philosophico:

«O sangue derramado na Alfarrobeira clamava por um vingador.

«D. João II, herdeiro dos odios gerados na época, em que nascera, foi o homem predestinado para cumprir na geração dos perseguidores e assassinos de seu avô e de sua mãe, a terrivel ameaça, que tornou os filhos responsaveis pelos crimes dos paes.

«O supplicio do duque de Bragança na praça de Evora, a queda e a ruina da sua casa, a viuvez inconsolavel de sua esposa, o desterro de seus filhos, e o seu immenso poder confundido, foram os effeitos lentos, mas inevitaveis da justiça da Providencia.

«Trinta e quatro annos eram apenas decorridos, e já cahia no cadafalso a cabeça do neto do conde de Barcellos a um aceno do neto do infante D. Pedro.» [2]

A morte do regente, e dos seus amigos, ficava pois vingada.

CAPITULO III

Depois da batalha.—Injustiças praticadas para com a memoria do infante D. Pedro.—Casamento da infanta D. Leonor.—Retrato de Affonso V.—Primeiros alvores da Renascença.—A carta do marquez de Santilhana.—Educação litteraria do rei.—Resentimentos do infante D. Fernando.—Tomada de Constantinopla pelos turcos.—Estado politico da Europa.—Rehabilitação da memoria do infante D. Pedro.—Casamento da infanta D. Joanna.—Morte da rainha D. Isabel.

O corpo do infante D. Pedro esteve até á noite estendido no campo de batalha; depois alguns homens de humilde condição, *vis* escreve o chronista, transportaram-n'o para uma pobre casa onde á mistura com outros cadaveres jazeu por espaço de trinta e seis horas.

[1] *Provas da historia genealogica*, tom. II, pag. 1.

[1] *Provas da historia genealogica*, tom. II, pag. 3.

[2] *Annaes das sciencias e lettras*, vol. I, pag. 403.

Os inimigos do ex-regente, que eram os cortesãos de Affonso v, insinuavam ao joven rei que havia sido aquella uma batalha campal e perigosa, á similhança da de Pharsalia ou de Cannas, e que era costume que os despojos de batalhas d'esta importancia fossem conservados algum tempo como testimunhos da gloria do vencedor. Por isso o cadaver do ex-regente, que era para assim dizer o *despojo opimo* da batalha, ficára irreverentemente despresado durante tres dias, e ao vel-o assim, esquecido e já decomposto, a algum bom coração que por ventura o contemplasse deviam de lembrar as palavras com que o ex-regente recusára a estatua que os de Lisboa lhe haviam querido erigir, assim como a nós nos estão acudindo n'este momento os versos de Garção:

> A mesma estatua, que quereis attentos,
> Agradecidos hoje levantar-me,
> Ámanhã se veria derribada
> Em pedaços jazer: com paus, e pedras
> Os olhos lhe tirarem; que a fortuna
> Ligada co'a inveja, e co'a soberba
> Não deixa durar muito os elogios.

A rainha D. Izabel experimentou, como era natural, uma violenta commoção ao receber em Santarem a triste noticia da morte de seu pae; ao pungimento da saudade veio por certo juntar-se o justo receio de que sobre ella viesse agora recair a vingança dos inimigos do ex-regente. Estava como que só no mundo, exposta ás intrigas da côrte, não podendo contar siquer com a amisade de seu marido, por isso que seu marido havia sido o instrumento cego da morte de seu pae.

A viuva do ex-regente, ao receber em Coimbra a triste noticia, ficou como que allucinada, tomada de igual receio. Andava de mosteiro em mosteiro pedindo que a salvassem da morte, a ella e seus filhos, um dos quaes, D. Jayme, foi preso em Alfarrobeira com muitos fidalgos que tinham sustentado a causa de D. Pedro.

Findos os tres dias destinados a celebrar a victoria de Alfarrobeira, D. Affonso v levantou arraiaes, e partiu para Lisboa, acompanhado pela côrte. Logo, como era de esperar, a intriga palaciana principiou a tramar contra a rainha, apontando-a a D. Affonso v como suspeita e perigosa, e aconselhando-o a desquitar-se d'ella para tomar outra esposa.

Mas o joven rei gostava de sua mulher, como de algumas passagens do chronista se deprehende, e não só poude resistir á intriga da côrte que contra ella conspirava, como tambem a mandou desanojar a Santarem, pedindo-lhe que fosse encontrar-se com elle em Lisboa.

É verdadeiramente deploravel a posição de D. Isabel n'este lance. Ou vir, suffocando no coração os seus justos resentimentos de esposa ou ficar para todo o sempre perdida. Veio, vestindo-se *com uma honesta temperança de dó*, diz Ruy de Pina, para não deixar de tomar lucto pela morte de seu pae e para que o lucto não fosse ao mesmo tempo tão rigoroso que podesse encolerisar Affonso v.

Os inimigos do regente precisavam, porém, de justificar a sua morte perante as côrtes extrangeiras e por isso, redigindo a seu modo uma exposição dos suppostos crimes commettidos por D. Pedro, a enviaram ao papa e a alguns principes christãos, mas a impressão que essa exposição causou no extrangeiro foi inteiramente opposta á que se pretendia causar. *Madame Isabel de Borgonha*, como na Europa era geralmente conhecida [1] a irmã do ex-regente, apressou-se a mandar a Portugal um embaixador encarregado de reclamar a D. Affonso sepultura condigna para D. Pedro no mosteiro da Batalha. O rei recusou-se a satisfazer este pedido, e o embaixador replicou que n'esse caso lhe mandasse entregar os ossos do infante, que os queria levar para Borgonha. A esse tempo os restos mortaes de D. Pedro estavam na igreja d'Alverca, d'onde D. Affonso v, receioso de que de lá os tirassem, os mandou para o castello de Abrantes, confiando-os á guarda de Lopo de Almeida, que depois foi primeiro conde d'aquelle titulo.

Mais tarde, os ossos de D. Pedro foram conduzidos a Lisboa, ao mosteiro de Santo Eloy, por ordem da rainha D. Isabel [2] que não descansou nunca de instar com o marido para rehabilitar a memoria do pae. Em 1452, fazia D. Isabel testamento [3] e n'uma clausula dizia: «Quanto á os-

[1] Pag. 29, d'este volume.

[2] *Historia genealogica*, tom. II, pag. 77.

[3] *Provas da hist. gen.*, tom. II, pag. 51.

sada do senhor infante meu padre, que Deus haja, a qual está em Santo Eloy, mando aos ditos meus testamenteiros, que requeiram a el-rei meu senhor por um alvará seu, que tenho, que lhe prasa á Batalha, segundo fórma do alvará, e ali seja levado por aquellas pessoas, que el-rei ordenar, e ellas vão com ella, e lhe façam tudo aquillo, que el-rei ordenar, e lhe façam aquillo, que segundo razão se deve fazer a tal pessoa.» Mas a rainha D. Isabel ainda teve vida para assistir á trasladação dos ossos de seu pae, do mosteiro de Santo Eloy para a Batalha, a qual se realisou em 1455, sobrevivendo-lhe a rainha pouco tempo, porque falleceu em dezembro d'esse mesmo anno.

Mas a embaixada da duqueza de Borgonha a seu sobrinho sempre produziu algum effeito, porque o infante D. Jayme, filho de D. Pedro, que tinha ficado prisioneiro em Alfarrobeira, foi solto. Fosse por desgostos de familia ou por inclinação natural, que até ahi não houvera podido seguir livremente, D. Jayme tomou ordens sacras, e em 1453 foi eleito bispo de Arraz. A duqueza de Borgonha chamou-o á sua côrte, e enviou-o depois a Roma, onde o papa Calixto III o creou cardeal diacono, em 1456, do titulo de Santa Maria in Porticu. [1]

Entretanto, como era de esperar, os promotores da guerra ao infante D. Pedro procuravam alcançar d'el-rei o premio da sua infamia. D. Affonso V deu Guimarães ao duque de Bragança, que por muitas vezes a havia requerido ao infante D. Pedro, e queria dar lhe tambem a cidade do Porto, mas os portuenses oppozeram-se tenazmente; o mesmo fizeram os habitantes de Portalegre, que Affonso V pretendia dar ao conde D. Sancho.

«Acabada a funesta tragedia da batalha de Alfarrobeira, diz o auctor da *Evora gloriosa*, [2] nodoa, que ainda desculpada com os poucos annos de D. Affonso, que nunca são bons conselheiros, sempre affeará as luzes do seu retrato, passou el-rei com a côrte a viver em Evora, nos paços de S. Francisco, e lhe agradou tanto a cidade, e o sitio, que n'ella viveu a maior parte da sua vida.»

[1] Para outras noticias biographicas, vêr *Hist. gen.*, tom. II, pag. 91.

[2] Pag. 84.

Com effeito, no fim d'aquelle mesmo anno de 1449, sabemos pelo chronista Pina que D. Affonso V já estava em Evora com sua mulher, porque tendo em Lisboa alguns moços christãos aggredido varios judeus na Ribeira de Lisboa, sendo por isso punidos pelo corregedor da cidade, e tendo uma parte dos moradores, por vingar esta punição, roubado a judaria e morto alguns judeus, o que deu causa a graves conflictos, foi D. Affonso V rogado para que de Evora viesse a Lisboa administrar justiça por sua propria mão. O rei veio, mas quiz mostrar-se rigoroso ao ponto de fazer castigar quaesquer pessoas em cujo poder appareciam alguns dos objectos roubados da judaria, embora essas pessoas não estivessem culpadas no roubo.

O procedimento do rei deu causa a descontentamentos, que vieram aggravar o desgosto produzido pelo recente acontecimento de Alfarrobeira.

No principio do anno seguinte, 1450, recebeu Affonso V embaixadores de Frederico III, imperador da Allemanha, pedindo-lhe em casamento sua irmã D. Leonor. D. Affonso V veio de Evora a Santarem para reunir côrtes, a fim de lhes apresentar a questão do casamento de sua irmã. Os tres estados approvaram o pedido de Frederico III, e desde logo se tratou de apercebimentos para o embarque da princesa, que se realisou no mez de outubro de 1451 com grande magnificencia. O imperador veio esperar a sua noiva em Siena, d'onde seguiram para Roma, onde o papa Nicolau V os sagrou e coroou.

Com a historia do casamento da infanta D. Leonor prende um romance de amores, realmente interessante, que se encontra esboçado na *Evora Gloriosa*. [1]

[1] «O beato Amadeu, chamado antecedentemente D. João da Silva, foi filho de Ruy Gomes da Silva, famoso fronteiro em Ceuta, e depois alcaide-mór de Campo-Maior, e Ougella, e senhor da Chamusca e Ulme, e de D. Isabel de Menezes filha do nosso segundo conde de Vianna, e primeiro de Villa Real, D. Pedro de Menezes, primeiro governador de Ceuta: n'esta cidade nasceu D. João, e sua irmã D. Brites ou Beatriz da Silva, conforme algumas noticias, e conforme ha outras na de Evora, onde um, e outro se educaram debaixo da tutela de seu tio João Gomes da Silva; mas ou fosse assim, ou assim, ambos são evorenses, não só pelos paes, e educação, mas

«O casamento da imperatriz D. Leonor, irmã de D. Affonso, diz Rebello da Silva [1], celebrou-se com tal pompa, e a sua jornada para Italia fez-se com tanto fausto, que vinte e quatro annos depois o vencedor de Arzilla não duvidava accusar-se de excessivamente liberal lamentando tantos gastos superfluos, imputando a culpa d'elles á sua pouca idade e falta de experiencia, e rogando aos successores, com o auxilio do clero e do povo, que não se negassem a solver o dote de sua irmã, por conta do qual já tinha dado ao imperador sete mil corôas.»

Este desperdicio dos dinheiros da nação não

pelas disposições das nossas leis, que mandam reputar por patricios das cidades, e patrias dos ministros reaes, os filhos, que lhes nascem nas terras, e praças extrangeiras, em que exercitam os seus cargos e ministerios. Criaram-se os dois meninos com tal cuidado que brevemente mostraram o que haviam de ser nos maiores annos. D. Brites entrou por menina, e depois por dama da infanta D. Isabel filha do infante D. João, e neta d'el-rei D. João I, seu irmão, depois de se applicar ás letras humanas, e áquellas artes dignas do seu nascimento, entrou a servir no paço do nosso rei D. Duarte, onde tendo muitas occasiões de vêr a infanta D. Leonor, sua filha, se arrebatou tanto da sua rara formosura, que entre os limites do respeito devido a tão soberana pessoa, lhe consagrou todas as suas venerações, e pensamentos; o que explicou engenhosamente tomando por empreza um falcão volante com a letra—*Ignoto Deo*.

«Assim viveu algum tempo D. João contente com poder vêr, e venerar aquelle luzido sol, mas chegado o anno de 1449, vendo-o promettido aó imperador Frederico III, e que se ausentava para diverso horisonte, se contemplou cego, e desesperado; mas sabendo, que estava destinada por camareira-mór da nova imperatriz, sua tia D. Guiomar, condessa de Villa Real, se aproveitou da occasião de tão boa companhia para poder, sem nota, fazer a jornada de Italia, para onde a imperatriz partia.

«Embarcou-se D. João em janeiro de 1452 nos navios da armada, acompanhou a imperatriz até Sena, onde Frederico com el-rei de Hungria, Ladislau, e Alberto, archiduque d'Austria, a esperavam, e d'ali a Roma, onde assistiu até a vêr, pela mão do pontifice, casada, e coroada. Aqui entre aquellas sagradas cerimonias lhe tocou Deus o coração com um raio d'aquelle divino fogo, que converte os Saulos em Paulos, com o qual começou a conhecer aquelle Deus, que ignorava, e achou-se tão outro do que tinha sido, que se desconhecia a si mesmo, e envergonhando-se dos passados desvarios, se resolveu a não amar senão aquelle Senhor, que só é digno de ser infinitamente amado. Com esta resolução sahiu do Vaticano o nosso D. João da Silva, e para que até o nome a exprimisse, tomou o de Amadeu e deixando as galas e pompas, vestido com um tosco faial se embrenhou no Apenino, em cujas melancolicas grutas professou por muitos annos a vida solitaria, em companhia d'aquelles eremitães que se chamavam de S. Jeronymo; d'ella o apartaram as revelações divinas ordenando-lhe que seguisse o instituto sarafico.

«Passou para este fim a Assis, e recebendo ali o habito, foram tantos os portentos, com que Deus glorificou o seu servo, que noticioso d'elles o duque de Milão, Francisco Esforcia, que se achava sem descendencia, pediu aos superiores da ordem, que lhe mandassem para Milão aquelle portentoso frade. Foi fr. Amadeu a Milão, onde teve mais que padecer nas honras que o duque lhe fazia, que nas continuas penitencias, com que se mortificava; alcançou-lhe de Deus o suspirado herdeiro, e fundou junto da cidade um conventinho com o titulo de Nossa Senhora da Paz, em que introduziu a nova reforma, que chamam dos Amadeus: d'elle o fez vir a Roma o pontifice Sixto IV, que não só o ordenou sacerdote e o fez seu confessor, mas consultava com elle os mais graves negocios do governo da Igreja, porque illuminado com superiores luzes, não proferia palavra que não fosse oraculo. Deu-lhe o papa para domicilio aquella parte do Janiculo, a que agora chamam *Montorio*, que o principe dos apostolos, S. Pedro, santificou com o sangue, e illustrou com o seu martyrio, onde com as esmolas da nossa infanta D. Isabel, já rainha de Castella, e mulher d'el-rei D. João II, fundou o convento, que hoje se conserva, no qual muitos varões apostolicos seguindo as pizadas do seu santo reformador, fazem uma vida mais angelica que humana. Morto Sixto IV, se recolheu o beato Amadeu ao conventinho da Paz, ali escreveu o seu Apocalypse, e celeberrimas prophecias, e depois de alguns annos de vida santissima passou a gozar o premio dos seus trabalhos aos 10 de agosto de 1482 e é venerado nos altares com a gloria de beato.»

Veja-se sobre este assumpto o romance *Ignoto Deo*, de Francisco Maria Bordallo, no *Panorama*.

Sobre o casamento da infanta D. Leonor com Frederico III vejam-se os documentos publicados nas *Provas da historia genealogica*, tom. I, desde pag. 585 até pag. 644.

[1] *Annaes das sciencias e lettras*, tomo I, pag. 670.

foi uma das menores culpas de Affonso v, cujo reinado começou, como acabamos de vêr, por actos que não eram de geito a captivar as sympathias publicas. Mais tarde nos occuparemos do estado da fazenda durante o seu reinado, que ainda agora principia. Por ora temos deante de nós uma creança, animada de certo espirito cavalheiresco, mas inteiramente sacrificada ás imposições da intriga palaciana, movida sobretudo pelo duque de Bragança, cuja casa ia medrando espantosamente com as doações que da corôa recebia.

Quanto ao homem physico, Rebello da Silva dá-nos d'elle o seguinte retrato:

«De alta e esbelta estatura, e bem proporcionado de membros, Affonso v na sua mocidade realçou pelo garbo da pessoa a magestade de monarcha.

«O rosto alvo e rosado, mas sobre o redondo, lembrava, como o de D. Duarte a origem extrangeira de sua avó D. Filippa de Lencastre, temperada pela viveza meridional.

«Usava a barba comprida e povoada; e o olhar sincero e manso animava a todos. Com a idade engrossou de mais, e para encobrir o defeito principiou a trajar os vestidos soltos.

«Educado na austera escóla dos filhos de D. João i, do monarcha e do capitão, cujos trabalhos foram a muitos respeitos a lição dos reis, estudou com proveito as lettras e as artes, que n'aquelle tempo se aprendiam, e se reputavam indispensaveis em uma perfeita educação.» [1]

As lettras e as artes que n'aquelle tempo se aprendiam, escreveu Rebello da Silva. Ora n'aquelle tempo era precisamente a época dos primeiros alvores da Renascença. «A Renascença europea, observa Lopes de Mendonça, deve tudo á renascença do seculo xiv em Portugal. Sem o infante D. Henrique e o observatorio de Sagres, nem Colombo descobrira a America, nem Vasco da Gama dobrára o Cabo das Tormentas, e mostrára ás nações absortas o caminho da India.» [2] Um documento d'esta época revela claramente o estado intellectual da peninsula hispanica; elle annuncia áquem dos Pyreneos os germens luminosos da aurora da Renascença. Referimo-nos á celebre carta do marquez de Santilhana dirigida ao filho do infante D. Pedro, tambem D. Pedro, como já sabemos, e condestavel do reino, carta que se suppõe ter sido escripta entre os annos de 1445 e 1449, sendo certamente que o joven condestavel travára conhecimento com o illustre marquez, tão sabido na litteratura provençal, e nas obras dos poetas italianos, na jornada que em tempo de seu pae fizera a Castella, e da qual já em outro logar démos noticia.

O filho do ex-regente mandava pedir ao marquez, por intermedio de Alvaro Gonçalves de Alcantara, cópia das suas composições litterarias, sobretudo poeticas.

O marquez começa por desculpar-se da exiguidade das suas producções, e procura compensar a falta de valia que ellas possam ter com uma interessante dissertação sobre historia litteraria.

Dá, em primeiro logar, noticia sobre os primeiros que compozeram em verso, entre os hebreus e os gregos, concluindo que a «sciencia poetal é acceita principalmente a Deus, e depois a toda a linhagem e especies de gentes.»

Falla dos differentes assumptos a que o metro pode ser applicado, e passa a occupar-se dos modernos que cultivaram a poesia, Petrarcha, Bocacio, Guido e Dante, que escreveu em terça rima elegantemente as suas tres comedias, *Inferno*, *Purgatorio*, *Paraiso*.

Occupa-se em seguida dos provençaes, e da sua influencia na Hespanha. Faz sentir a competencia dos catalães e valencianos para a poesia, discreteando sobre as diversas fórmas de metro, e suas origens, usadas em Castella.

N'uma passagem da sua carta, diz:

«Recordo-me, senhor mui magnifico, sendo de idade não provecta, mas assaz pequeno moço em poder de minha avó dona Mencia de Cisneros, entre outros livros haver visto um grande volume de cantigas serranas, e dizeres portuguezes e gallegos, dos quaes a maior parte eram do rei Don Denis de Portugal (creio, senhor, foi vosso bisavô), cujas obras aquelles que os liam louvam de invenções subtis, e de graciosas e doces palavras. Haviam outras de Joham Xoarez de Pavia, o qual se diz morrera em Gallisa por amores de uma infanta de Portugal; e de outro Fernant Gonzales de Sanabria. Depois d'estes vieram

[1] *Annaes*, i. pag. 529.

[2] *Annaes das sciencias è lettras*, tom. i, pag. 9.

Basco Peres de Camões e Ferrant Casquicio, e aquelle grande enamorado Macias, do qual não se fallam senão quatro canções, porem certamente amorosas e de mui formosas sentenças...»

Occupa-se depois das canções dos poetas castelhanos, e conclue alludindo ao prologo dos seus *Proverbios*, onde o infante achará noticias correlativas ao assumpto, e exhortando-o a cultivar a poesia, de modo que a sua penna não cesse, para que quando Atropos lhe cortar o fio da vida, obtenha não menos honras delphicas que marciaes. [1]

Do que deixamos referido se infere que a renascença na peninsula hispanica precedeu a Renascença italiana, que se havia de tornar européa. O marquez de Santilhana é o percursor dos Medicis. Elle resuscita, para fazer a historia da poesia, os modelos gregos, Achatesio Millesio, Pherécides Siro, e Homero; cita entre os latinos Ennio e Virgilio. É d'este modo que o fidalgo castelhano evoca mentalmente, para junto de si, os melhores poetas da antiguidade, como Cosme de Medicis havia de attrair, annos depois, a Florença alguns artistas gregos de primeira ordem.

«D'esta reunião de sabios, diz Jules Zeler, como do cavallo de Troya, para nos servirmos d'uma comparação da época, sahiu toda essa legião de campiões da antiguidade que propagáram e derramáram por toda a Europa o conhecimento das obras primas da litteratura grega e latina. Todos os recursos que poude reunir, pôl-os Cosme ao seu serviço. Utilisou-se das suas relações commerciaes para mandar vir do extremo Oriente, ou dos mais affastados conventos do Occidente, numerosos manuscriptos que constituiram o fundo da bibliotheca tão celebre mais tarde sob o nome de Mediceo-Laurenciana. Muitos sabios cederam-lhe as suas livrarias particulares, entre outros Aurispa e Niccolo Niccoli, etc.» [2]

É fóra de duvida que na carta do marquez de Santilhana se persente essa tendencia litteraria que havia de acabar por reconstruir a antiguidade grega e latina, por fazer resuscitar o paganismo na arte, dando ás *madonas* a bellesa plastica das Venus mythologicas.

Affonso v fôra educado n'este *meio* litterario da peninsula, sob a direcção de seu tio, que visitára a Europa, que *correra as sete partidas do mundo*, que vira e estudára. Alem d'isto, encontrou no palacio real o nucleo de uma bibliotheca, organisada por seu pae, que cultivára as lettras. [1] Achára já realisada por seu tio D. Pedro a codificação das leis nacionaes, [2] o que lhe era de manifesta vantagem para a sua elevada posição de chefe do estado. Com todos estes elementos educativos, Affonso v não podia deixar de ser um espirito illustrado em relação á sua época e á sua posição official.

Como já dissemos, o rei tinha uma grande predilecção por Evora, onde de preferencia residia. Ahi demorava tambem seu irmão D. Fernando, que orçava então pelos dezoito annos, e era já casado. Parece que o infante fizera ao rei certas exigencias, que não obtiveram bom despacho, pelo que D. Fernando, mandando apromptar secretamente uma caravella no Guadiana, partiu de Evora dirigindo-se ao Algarve, a fim de embarcar, não se sabe ao certo se para ir guerrear em Africa, se para ir visitar seu tio o rei de Napoles, de quem esperava herdar, por não ter herdeiro directo.

Quando no dia seguinte, D. Affonso v soube da fortuita partida do irmão, deu-se pressa em procurar-lhe o rastro elle mesmo, mas sabendo no Algarve que D. Fernando havia embarcado, fez partir emissarios para Ceuta, a fim de que o governador mandasse guardar o estreito de Gibraltar de modo a embargar a passagem ao infante. Com effeito o conde D. Sancho, governador de Ceuta, poude sahindo ao mar encontrar a caravella de D. Fernando, e trazel-o para Ceuta, onde lhe fez saber as ordens d'el-rei. O infante insistiu dizendo que não queria voltar ao reino, mas sim ficar por fronteiro em Africa. Era verdadeiramente um amuo de familia. O conde julgou-se obrigado a dar parte ao rei do que acontecera, e Affonso v consentiu em que

[1] *Annaes das sciencias e lettras*, tom. II, pag. 284 e 305.

[2] *Entretiens sur l'histoire—Italie et Renaissance*, pag. 59.

[1] Vide pag. 22 d'este mesmo volume.

[2] *Idem.*—Pag. 26.

seu irmão ficasse por fronteiro em Ceuta, mandando-lhe alguns fidalgos, entre os quaes o conde de Arrayolos, para acompanhal-o; mas como começasse a grassar em Ceuta uma grande peste, o infante resolveu regressar ao reino, onde o rei o recebeu de boa sombra, fazendo-lhe doação das villas de Beja, Serpa e Moura.

D'este modo, pela transigencia do rei, acabára o amuo do infante, que, provavelmente, apoiava as suas exigencias no facto de haver tomado uma leve parte nos acontecimentos que em Alfarrobeira tiveram luctuoso desfecho, sem que por isso o rei lhe fizesse qualquer mercê.

Mas todos estes acontecimentos da politica portugueza são extremamente insignificantes a par do grande acontecimento europeu que por este tempo occorreu marcando definitivamente o advento da renascença, o inicio da historia moderna. Refiro-me á invasão de Constantinopla pelos turcos, no anno de 1453.

Como se sabe, o imperio romano do occidente havia sido invadido pelos barbaros do norte, sobrevivendo-lhe o do oriente, cuja capital era Constantinopla, por espaço de mil annos, isto é, os dez seculos que a idade-média durou.

Vejamos, pois, como o imperio romano do oriente agonisou na época de que particularmente nos estamos occupando.

Os turcos, procedentes do Altai, haviam invadido a India, a Persia, a Syria e a Azia Menor. Em 1325, o chefe de uma das suas mais pequenas tribus havia-se apoderado da Prussia, e seu filho havia feito conquistas na margem europea do Hellesponto (Dardanellos). Mas era principalmente sobre Constantinopla que os turcos lançavam as suas vistas. Um sultão logrou submetter a Macedonia e a Bulgaria, e fazer tributaria a Valacchia.

Annos depois, Bejazet I bate-se no Danubio com uma armada de cruzados francezes, que foram derrotados na batalha de Nicopolis, mas sendo Tamerlan chamado em soccorro dos gregos, Bejazet foi derrotado na batalha de Ancyra.

Animados pela rapida desapparição do imperio mongol, os turcos voltaram a lançar as suas vistas para Constantinopla, que era a grande barreira que os impedia de penetrarem na Europa occidental. Mas, finalmente, a hora da conquista soára para o crescente. Mahomet II veio sitiar Constantinopla com duzentos e sessenta mil homens, com uma artilheria colossal, e uma frota importante.

A 29 de maio, depois de tres dias de carnagem, Constantinopla cahiu em poder de Mahomet II, sendo constituida capital do imperio ottomano, e denominada Stambul pelos turcos.

E esta enorme onda humana, que tinha rolado dos desfiladeiros da Azia central, fanatisada pelo espirito religioso, propunha-se invadir o mundo inteiro, seguindo a divisa sotoposta ao crescente, symbolo da sua religião: *Donec totum impleat orbe.* (Até que esta lua seja cheia.)

Vejamos qual era a situação politica da Europa n'esta época.

Ao sudeste, o imperio ottomano estendia-se desde o Adriatico ao mar Negro, e desde o Archipelago ao Danubio, estendendo-se na Azia até ao monte Taurus.

Tambem ao sudoeste, mas ao norte do imperio ottomano, ficavam os estados greco-slavos e magyares. No valle do Danubio havia seis estados christãos, que eram outras tantas barreiras para os turcos, a saber: A Bulgaria, capital Nicopolis; o reino de Servia, já conquistado em metade (capital Semendria); o reino da Bosnia, já tributario dos turcos (capital Bosna-Serai); o principado da Moldavia, tambem tributario (capital Iassy); o principado de Valacchia (capital Bukharest); e o reino de Hungria, o mais consideravel dos seis estados, com a Transylvania.

A éste, ficava a Russia.

A oeste da Russia, a Polonia, que se estendia do lado da Russia até Polotzk e Smolensk, depois da sua reunião com a Lithuania. A capital era Cracovia.

A *ordem teutonica* dominava nas provincias situadas ao sul e a éste do Baltico, Prussia, Livonia, Corlandia, Esthonia, etc. Kœnigsberg era a capital.

Os estados escandinavos, ficavam ao norte da Europa. O rompimento da União Colmar tinha feito desapparecer os tres reinos da Suecia, Noruega e Dinamarca; estes dois ultimos estavam unidos.

Ao noroeste da Europa, as ilhas britannicas, comprehendendo os dois reinos da Escocia e da Inglaterra.

A oeste da Europa, o reino da França, no qual

subsistiam ainda seis casas de sangue real, a saber: a de Borgonha, a de Bretanha, a de Anjou, a de Bourbon, a de Orleans e a de Alençon.

O santo imperio romano germanico, ao centro da Europa. Era a Allemanha dos nossos dias, á excepção de algumas regiões do norte, que pertenciam aos cavalheiros teutonicos.

Ao sudoeste da Europa, a peninsula iberica, comprehendendo cinco reinos: o de Granada, ao sul; o de Portugal, ao sudoeste; o de Castella e Leão, ao centro; o de Aragão ao nordéste, possuindo as Baleares, a Sardenha, a Sicilia e Napoles; o de Navarra, ao norte.

Finalmente, a peninsula italica, que se dividia n'um grande numero de Estados, sendo os principaes: ao sul, o reino de Napoles e de Sicilia, pertencente ao Aragão; ao centro, os Estados da Igreja (cap. Roma), a pequena republica de Lucques e de Sienna, e a republica de Florença; ao norte a republica de Veneza, o ducado de Milão, a republica de Genova, o ducado de Mantua, o ducado de Módena, o ducado de Montferrat e o ducado de Saboya.

Tal era pois o estado politico da Europa no momento em que Mahomet II consegue tomar Constantinopla, pondo em sobresalto a christandade toda.

É muito interessante a relação que nos dá Collas do caracter de Mahomet e da conquista de Constantinopla; por ella se chega facilmente á comprehensão da gravidade do momento em que nos achamos.

«O novo sultão, diz Collas, não tinha nem a grandesa d'alma nem a moderação de seu pae. Amava as letras, sabia seis linguas, era instruido em historia e astrologia, e protegeu o pintor veneziano Bellini; mas estas prendas, raras entre os ottomanos, não bastaram a adoçar a ferocidade do seu caracter. Conta-se que tendo Bellini de pintar a degolação de S. João Baptista, Mahomet cortára por sua mão a cabeça d'um escravo para lhe fazer ver o jogo dos musculos; diz-se tambem que mandára rasgar o ventre a quatorze pagens para verificar qual d'elles havia comido um melão, e que tendo-lhe um janisaro censurado a sua affeição por sua mulher, elle a mandára matar para lhe provar que se não deixava captivar pelos encantos do amor. A verdade é que derramava o sangue como agua, e que nunca fazia escrupulo de immolar os que lhe haviam desagradado, habitualmente mandando-os partir em dois; entregava-se tambem a escandalosas voluptuosidades que foram muitas vezes imitadas pelos seus successores.

«Tal era o homem ao qual legára o cuidado de tomar Constantinopla. A serie dos miseraveis imperadores do Oriente ia encerrar-se por um principe digno de um destino melhor: Constantino Dragazés tinha subido ao throno, em 1448, com virtudes que se não estava habituado a vêr. Era com legitimas angustias que entrevira o futuro; os exforços tentados para reconciliar a egreja grega com a egreja latina tinham sido estereis; em vão, no concilio de Florença (1439) João Paleologo tinha marcado a reunião, fôra condemnado pelas populações que iam encontrar-se sós em presença dos mussulmanos.

«Mahomet II levantára uma fortalesa em frente de Byzancio (Constantinopla); Constantino escreveu-lhe uma carta triste e digna, para o levar á moderação. Mas o sultão tinha pressa de cumprir as ultimas instrucções de seu pae. No meio da noite, mandou chamar o primeiro vizir que, julgando-se perdido, trouxe um grande prato de ouro. «Que quer isso dizer? Eu não te peço ouro. O que eu quero é Constantinopla. Vês estas almofadas? Toda a noite as mexi de um lado para o outro; levantei-me, tornei-me a deitar, mas o somno não veio. Nós valemos mais do que os romanos e, com o auxilio de Deus e do Propheta, brevemente possuiremos Constantinopla.»

«Os preparativos foram formidaveis. Mahomet mandou fundir canhões de umas dimensões até então desconhecidas, mandou estudar a defesa da praça e começou o cerco com 300:000 homens e 300 velas. Constantino só lhe podia oppôr fracos recursos; a immensa cidade não soube levantar n'esse dia supremo mais do que 4:960 defensores, aos quaes se juntaram 2:500 venezianos e genovezes.

«A Europa abandonava esta cidade que a si mesma se abandonava; atacada então pela vigessima nona vez, devia infallivelmente succumbir. Todavia, no mar, a lucta prolongou-se, e os mussulmanos tentáram em vão forçar a entrada do porto defendida por cadeias e navios; mas Mahomet recorreu a um expediente que nos pareceria incrivel se não fosse testimunhado pela

historia. Abriu um caminho de quatro a cinco milhas, collocou pranchas untadas de sebo e fez por ellas deslisar oitenta galeras, que os gregos assombrados viram pela manhã fundeadas no seu porto.

«O assalto geral foi fixado para 29 de maio de 1453; Mahomet estimulou os seus soldados appellando para a sua ambição, para o seu fanatismo e para a sua cupidez. O successo não foi longo tempo disputado, e Constantino, vendo a sua causa perdida, arremessou-se á turba dos sitiantes, onde encontrou a morte. Os turcos deixaram então de massacrar uma população que se não defendia, e a febre do saque succedeu á da carnificina. Confusamente aprisionaram dentro dos navios 60:000 pessoas: sacerdotes, homens, mulheres, creanças, velhos, que foram reduzidos á escravidão depois de haverem soffrido a brutalidade dos vencedores. Quadros, estatuas, bibliothecas, os thesouros inestimaveis da civilisação antiga, foram aniquilados. Alguns bairros escaparam comtudo á devastação, e foram admittidos a capitular em condições relativamente moderadas.

«Apesar dos actos de vandalismo que succederam ao assalto e á destruição de grande numero de obras primas da arte, Mahomet ficou maravilhado da sua conquista, e quando, tres dias depois, entrou em Constantinopla, penetrado talvez de um sentimento melancolico ao qual as mais rudes naturezas não podem esquivar-se em presença de uma catastrophe enorme, recitou os versos de um poeta persa: «A aranha teceu a sua teia na morada dos reis, e a coruja noctivaga cantou sobre os tectos de Asrasoab.

«As victimas sacrificadas na embriaguez do triumpho não foram as unicas, e apesar da promessa de clemencia feita solemnemente aos vencidos, um grande numero dos mais illustres personagens foram votados á morte na praça de Atmeidan.

«Mahomet, que chamava a Constantinopla um diamante engastado entre duas esmeraldas e duas saphiras, estabeleceu a sua residencia na mesma collina escolhida por Constantino Magno. Querendo respeitar a capitulação, concedeu aos gregos as suas egrejas com a faculdade de poderem celebrar, sem incommodo, os officios, os sacramentos, os funeraes, e investiu o patriarcha grego Gennadius, entregando-lhe o pastoral com as honras habituaes. Mas como lhe era permittido empregar a violencia, converteu em mesquitas oito egrejas, entre outras Santa Sophia, e o panegyrico de Allah assim como a septupla oração foram entoados do alto dos minaretos. Construiu os palacios dos Dardenellos, demoliu as muralhas de Galatha do lado da terra, reconstruiu as de Constantinopla, para onde transferiu da Asia 5:000 familias mussulmanas; e, finalmente, sempre que tomava uma cidade nas extremidades do imperio, fazia passar os operarios e os artistas sobre o Bosphoro.

«A tomada de Constantinopla estabelecia definitivamente a dominação turca na Europa, mas faltava ainda conquistar numerosas provincias, para que ella attingisse os limites do imperio que acabava de succumbir; Mahomet, que em voz alta, annunciava a intenção de dar de comer aveia ao seu cavallo no altar de S. Pedro, metteu activamente mãos á obra, e convocou os seus vassallos para o exterminio dos infieis.» [1]

Somos, pois, chegados ao momento solemne do advento da historia moderna, cujos principaes caracteres Michelet accentúa do modo seguinte:

«I—Os grandes estados que se formáram pela reunião successiva dos feudos tendem em seguida a absorver os pequenos estados, seja pela conquista, seja pelos casamentos. As republicas são absorvidas pelas monarchias, os estados electivos pelos estados hereditarios. Esta tendencia para a unidade absoluta é detida pelo systema de equilibrio. Os casamentos dos soberanos entre si introduzem na Europa as ligações e as rivalidades d'uma familia.

«II—A Europa tende a submetter e a civilisar o resto do mundo. A dominação colonial dos europeus apenas começa a ser abalada no fim do seculo XVIII. Importancia das grandes potencias maritimas. Communicações commerciaes de todas as partes do globo. (As nações antigas haviam communicado as mais das vezes antes pela guerra do que pelo commercio). A politica, dominada, na idade-média e até ao fim do seculo XVI, pelo interesse religioso, é cada vez mais dominada entre os modernos pelo interesse commercial.

[1] *Histoire de l'empire ottoman.*

«III.—Apparição das raças meridionaes (linguas e civilisações latinas) e das raças septentrionaes (linguas e civilisações germanicas):—Os povos occidentaes da Europa desenvolvem a civilisação e levam-n'a ás nações mais affastadas. Os povos orientaes (a maior parte de origem slava) são por longo tempo occupados em fechar a Europa aos barbaros; portanto, os seus progressos nas artes de paz são mais lentos. O mesmo se dá com os povos scandinavos, collocados na extremidade da esphera d'actividade da civilisação europea.» [1]

Posto isto, que reputamos indispensavel para melhor se conhecer a época em que vamos entrar, entronquemos n'este ponto, que é o opportuno, a historia do reinado de Affonso v.

O papa Nicolau v, que então presidia aos destinos da Egreja, tinha a peito o projecto de uma cruzada de toda a christandade contra os turcos, quando a morte o accommetteu. Succedeu-lhe o papa Calixto III, que logo tratou de realisar o projecto do seu antecessor, dirigindo-se para este fim a todos os reis e principes christãos, entre os quaes o rei D. Affonso v, de Portugal, que prometteu coadjuvar a guerra contra os turcos com doze mil homens por anno. Todavia, como as despezas a fazer com a expedição fossem grandes e muitas, e como o papa Calixto fallecesse entretanto, D. Affonso v desistiu da empreza, e o mesmo fizeram outros principes europeus. De mais a mais, para Portugal accrescia a circumstancia de que o rei de Fez, constando-lhe que D. Affonso v sahia do reino, se preparou para ir cercar Ceuta, o que effectivamente realisou; mas como a cidade lhe resistisse fortemente, o rei de Fez levantou o cerco, com o proposito de tornar a pôl-o, com melhores provisões de guerra.

N'esta conjunctura, a situação de Portugal era complicada. Nada menos de tres emprezas guerreiras ameaçavam a paz do reino. Por um lado, os francezes causavam grandes damnos, no mar, aos navios portuguezes, o que fazia com que o commercio nacional se queixasse amargamente ao rei; por outro lado, o negocio relativo aos turcos ainda estava pendente, e a expedição contra elles publicamente annunciada; finalmente, a attitude hostil do rei de Fez obrigava o de Portugal a uma prompta represalia, que salvaguardasse a posse de Ceuta. Para resolver todas estas questões, reuniu Affonso v o seu conselho. Quanto á primeira, deliberou-se não ser conveniente que no mar divagasse uma frota, sem destino certo, sujeita a muitos perigos, e obrigada a grandes despezas. Quanto á segunda, foi a maioria do conselho de parecer que D. Affonso v se veria n'ella desacompanhado, o que tornava quasi certa a derrota. Porém o marquez de Valença contrariou esta resolução, opinando que el-rei poderia ir fazer a guerra aos turcos por terra que não por mar: parece que o proposito do marquez era achar um pretexto para arrancar o rei á companhia de sua esposa, receioso de qualquer vingança futura, por isso que elle havia contribuido para a morte do infante D. Pedro. Finalmente, quanto á terceira questão, o conselho foi de opinião favoravel a uma expedição a Africa, principalmente dirigida contra o rei de Fez, cujos projectos ambiciosos sobre Ceuta importava cortar pela raiz.

Um facto domestico veio comtudo prender o fogoso espirito do joven rei nos doces laços do amor conjugal. A rainha reconheceu que ia ser mãe, e o facto exerceu tamanha influencia no espirito de Affonso v que não teve duvida em rehabilitar a memoria de seu tio e sogro, o infante D. Pedro, sendo que os chronistas procuram explicar o reviramento do rei pelo maravilhoso da legenda. [1]

A rainha D. Isabel soube, com a esperança da maternidade, acalmar a colera que seu marido nutria ainda pela memoria do infante D. Pedro. Poude arrancar ao rei a promessa de que o cadaver do infante seria removido para o tumulo da familia, na igreja da Batalha. Com effeito os restos mortaes de D. Pedro foram conduzidos de Abrantes para Lisboa, como em outro logar já dissemos [2] e de Lisboa trasladados solemne-

[1] *Précis d'histoire moderne.*

[1] «...e segundo D. Affonso affirmou, á hora do seu concebimento, a rainha trazia em um annel uma rica esmeralda que por sua virtude especifica dè guardar castidade lhe quebrou no dedo, e ella lastimando-se da pedra, el-rei a confortou com esperança de cobrar por ella um filho, e assim foi, *(Ruy de Pina).*»

[2] Vide *Provas da Historia Genealogica*, tomo I, pag. 648.

mente para a Batalha, sendo encarregado de dirigir o acompanhamento o infante D. Henrique. O rei e a rainha foram esperar o feretro á Batalha, onde a côrte concorreu, com excepção do infante D. Pedro, irmão da rainha, que continuava a estar desterrado em Castella; do infante D. Fernando, irmão do rei, e do marquez de Valença.

No dia 3 do mez de maio a rainha deu á luz o infante D. João, que oito dias depois foi baptisado na Sé de Lisboa, e d'ahi a um mez jurado pelos tres Estados como legitimo herdeiro do throno.

Ás festas que se realisaram em Lisboa e em todo o reino pelo baptisado do principe D. João juntaram-se as do casamento da infanta D. Joanna, irmã do rei, com o rei de Castella, Henrique IV, que se havia divorciado de sua primeira mulher D. Branca, filha do rei de Navarra João II. O de Portugal não poude dar dote nenhum a sua irmã; mas Henrique IV dotou a noiva com vinte mil florins de ouro de Aragão com hypotheca em Ciudad-Real. O tratado de casamento foi ratificado em Segovia, e o casamento realisou-se em Cordova a 21 de maio. [1]

Acerca d'esta infanta, que as chronicas dizem ser extraordinariamente formosa, e que nasceu posthuma, a historia tem sido ás vezes severa, accusando-a de graves faltas commettidas não como rainha de Castella, mas como mulher de Henrique IV. [2]

[1] Pag. 115.

[2] «Era esta infanta muito desenvolta, e, segundo alguns, levou em Castella vida muito dissoluta e deshonesta, que el-rei seu marido mesmo lhe consentia; querem outros que taes asserções fossem calumnias, que ganharam credito pelo caracter leviano da rainha. Emquanto a seu marido, o rei Henrique IV, era de animo liberal, inconstante, irresoluto e muito debochado, sendo pago com ingratidões pelos favoritos e favoritas, injuriado e humilhado pelos fidalgos, escapando por milagre de perder a vida por mais de uma vez. Falleceu o rei Henrique IV de Castella em Madrid, a 12 de dezembro de 1474. A rainha falleceu em 13 de junho de 1475, e foi sepultada no convento de S. Francisco; sendo mais tarde profanado e desmanchado o seu tumulo por occasião de reparações que se fizeram na egreja. D'este consorcio nasceu uma unica filha, D. Joanna, que veio a desposar-se com seu tio, o rei D. Affonso V de Portugal, como adeante se dirá.» (Benevides, *Rainhas de Portugal,* tomo I, pag. 274.)

D. Antonio Caetano de Sousa, no II tomo da *Historia Genealogica,* quer suppôr que as memorias desfavoraveis á honra do rei e da rainha fossem mandadas escrever por D. Isabel, irmã de Henrique IV e casada com o rei de Aragão, a qual disputou o throno, como adeante veremos, a sua sobrinha D. Joanna, a *excellente senhora.* Sem embargo, o auctor da *Historia Genealogica* acaba por dizer com referencia á irmã de Affonso V: «Foi formosa, viva, e naturalmente alegre, era moça, e mais desenvolta do que convinha á sua real pessoa, o que deu motivo a diversos juizos, que se augmentaram pelo pouco caso, que el-rei d'isso fazia; do que nasceu alguns cuidarem, e outros fingirem, e lhe levantarem, que era pouco honesta, e que el-rei lh'o consentia.»

A rainha D. Isabel de Lencastre, depois de ter rehabilitado a memoria de seu pae, e dos que com elle pereceram [1], depois de haver assegurado a conservação da dynastia com o nascimento do principe D. João, visto que o seu primeiro filho, do mesmo nome, fallecera de pouca idade, succumbiu aos enormes desgostos que attribularam a sua curta existencia, um dos quaes foi certamente a offensa feita á sua honra accusando-a de manter relações amorosas com D. Alvaro de Castro.

D. Isabel, tendo sido accommettida de um fluxo de sangue, falleceu em Evora em 2 de dezembro de 1455, apenas com vinte e tres annos de idade, havendo quem attribuisse a sua morte a peçonha que o duque de Bragança lhe mandára propinar. Deixou testamento, a que já tivemos occasião de alludir, e posto faltassem a este documento algumas formalidades legaes, D. Affonso V ordenou que fosse cumprido. D. Isabel jaz no mosteiro da Batalha.

Comove-se o coração seguindo passo a passo a ephemera existencia d'esta pobre rainha D. Isabel de Lencastre, que parece ter vivido apenas para soffrer, e cujas lagrimas de mulher por muitas vezes se confundiram com as joias da sua corôa de rainha...

[1] Já em outro logar (pag. 114) nos referimos á carta regia de 20 de julho de 1455.

CAPITULO IV

Novo projecto de cruzada contra os turcos. —Factos correlativos.—Tomada de Alcacer Seguer.—Heroismo de D. Isabel de Castro.—Entrevista de Guadalupe.—Arzilla.—Tanger.

O principal theatro das glorias de Affonso V é a Africa. Este joven rei pertencia a uma dynastia que principiára por voltar as suas vistas para o continente africano; Affonso V tivera desde logo o desejo de continuar a obra de seu avô, e de vingar o captiveiro de seu tio durante o reinado de seu pae. Ceuta era para elle um estimulo; Tanger, era uma vingança: a Africa reclamava-o. Elle é com effeito o grande conquistador da Africa, aquelle que Vasco Mousinho de Quebedo escolhe para heroe do seu poema:

> As armas, e o varão illustre canto
> Que d'africano tem insignia, e nome,
> Cuja alta fórma será viva, emquanto
> No dourado horisonte o sol assome.
> D'onde começarei? que a grande espanto
> Me tem suspenso, que principio tome
> Em tantas obras, quantas me apresenta
> Vivo calor, que mais, e mais se augmenta.
>
> Caminho me abre Arzilla, e Tanger forte
> Onde do valor seu dura a memoria,
> Arzilla entrada a sangue, e agudo corte
> Tanger só é o temor de tanta gloria. [1]

Em 1457 o papa Calixto III encarregou o bispo de Silves de insistir com D. Affonso V para que accommettesse os turcos por mar o mais breve possivel, a fim de lhes distrair as forças com que ameaçavam invadir ou já haviam invadido a Hungria. [2] D. Affonso V, para obedecer ao papa, chegou a mandar embaixadores a algumas côrtes da Europa, para accordarem na organisação da cruzada, para a qual elle aliás estava apparelhado com gente, armas e navios, mas o acolhimento que os embaixadores encontraram foi frio e reservado. No intuito de se aperceber com meios para esta cruzada contra os turcos, mandou Affonso V cunhar «aquella moeda a que a cruz e a bulla deram o nome de cruzado» [1], ordenando que o peso fosse da tal modo farto que a nova moeda podesse correr em terra extranha sem a menor duvida. [2] Consentiu Affonso V que seu cunhado o infante D. Pedro, filho do infante do mesmo nome, que por Castella andava desterrado, voltasse ao reino, para tomar parte n'esta cruzada. O duque de Bragança, depois da morte da rainha, afrouxara na sua opposição á familia do ex-regente, porque era da influencia da rainha que principalmente se temia. Com effeito, D. Pedro voltou ao reino, e foi por seu cunhado e primo reintegrado no mestrado de Aviz.

Em vista do resultado da embaixada contra os turcos, foi Affonso V aconselhado a que temporariamente desistisse d'esse intento, e voltasse antes as suas vistas para a Africa, onde do mesmo modo podia prestar importantes serviços religiosos. Em conselho de ministros foi immediatamente decidido que passasse a Tanger, com vinte e cinco mil homens de combate, a fóra a demais gente de serviço e mar. Uma terrivel peste inficcionou Lisboa n'este meio tempo, o que deu motivo a que el-rei suspendesse a expedição contra os mouros, *pela não tomar com a ira de Deus e contra sua vontade*, diz o chronista. Foi el-rei para o Alemtejo, e ahi soube que os francezes estavam causando no mar grandes prejuizos aos navios de Portugal; logo encarregou o almirante Ruy de Mello de guardar a costa com vinte naus grossas e outros navios. Entretanto, noticias de Ceuta participavam que o rei de Fez se apercebia para ir tomar aquella cidade afri-

[1] *Affonso Africano*, poema heroico, canto I.
[2] *Quadro elementar*, tom. decimo.

[1] *Evora gloriosa*, pag. 85.
[2] «E com o grande desejo e louvado alvoroço, que el-rei tinha para esta santa viagem, mandou novamente lavrar d'ouro fino subido em toda perfeição, a moeda dos cruzados, em cujo peso e não preço, mandou sobre todos os ducados da christandade accrescentar dois grãos por tal, que por terras tão alongadas, e nações tão diversas como as porque esperava passar, corressem e se tomassem sem alguma duvida; porque em seu tempo e d'el-rei D. Duarte seu padre, de ouro não se lavrou outra moeda, salvo escudos de ouro baixo, que em reinos extranhos se tomavam com grande quebra e muito pejo.»

Ruy de Pina — *Chronica do senhor rei D. Affonso V.*

cana; D. Affonso v deu-se pressa em fazer preparativos de jornada a Africa, se bem que o rei de Fez desistisse de pôr sitio a Ceuta. O proprio rei embarcou em Setubal a 30 de setembro de 1458 com direcção a Tanger, partindo do Porto a esquadrilha commandada pelo marquez de Valença, e do Algarve a que devia navegar sob o commando do infante D. Henrique. Chegados á bahia de Tanger, resolveu-se porem ir tomar Alcacer Seguer, o que effectivamente fizeram. Os mouros quizeram impedir o desembarque dos portuguezes, mas foram valorosamente rechaçados. Os nossos tomaram a cidade e o castello, tornando-se notavel n'este feito de armas o infante D. Henrique. Postos em grande aperto, os mouros tiveram que retirar-se com suas mulheres, filhos e fazendas, sendo a retirada protegida pelo infante D. Fernando. Evacuada a cidade, foi purificada a mesquita, e posto por governador da cidade D. Duarte de Menezes, filho natural de D. Pedro de Menezes, primeiro capitão de Ceuta.

Affonso v fazendo escala por Ceuta regressou ao reino, a Evora, onde havia deixado seus filhos entregues aos cuidados de D. Beatriz e Diogo Soares de Albergaria seu marido, aio do principe. Depois da partida de Affonso v para Portugal, o rei de Fez por duas vezes poz cerco a Alcacer Seguer, sendo de ambas repellido valorosamente por D. Duarte de Menezes. Durante o tempo do segundo cerco, chegou á bahia de Tanger D. Isabel de Castro, que do reino ia para acompanhar seu marido, o governador. D. Duarte de Menezes mandou dizer á esposa, que retrocedesse para Evora, onde poderia viver tranquilla, o que seria completamente impossivel ali. D. Isabel respondeu que não fugia de perigos a filha de D. Fernando de Castro; que lhe mandasse segurar a praia, porque queria saltar em terra, e padecer antes a molestia do sitio, que a das saudades; antes morrer gloriosa entre os perigos, que viver ociosa e ingloria no seu estrado. [1] Com effeito, D. Isabel desembarcou por entre uma nuvem de balas e settas, exemplo de valor que muito espiritou os soldados portuguezes. Ella mesma e as suas aias pensavam ao depois os nossos soldados que cahiam feridos. Os mouros levaram a sua audacia até querer escalar a fortalesa, mas foram finalmente vencidos e derrotados.

[1] *Evora gloriosa*, pag. 86.

D. Affonso v demorou em Evora, sempre preoccupado com as coisas de Africa, a respeito das quaes tomou novo enthusiasmo, quando D. Duarte de Menezes, deixando seu sobrinho Affonso Telles por governador de Alcacer, veio ao reino, onde foi galhardamente recebido, sendo por essa occasião agraciado com o titulo de conde de Vianna e Caminha.

Pensou Affonso v em passar a Ceuta, para d'ali fazer guerra aos mouros. Reunidas côrtes em Lisboa, pediram-lhe ellas que moderasse as enormes despezas com que estava sobrecarregando o reino, votando cento e cincoenta mil dobras de ouro, com que se desempenhasse e pagasse as rendas da corôa.

Dois annos depois, isto é, em 1462, Affonso v voltou segunda vez a Africa, no empenho de conquistar a cidade de Tanger. Uma tempestade os impediu de aproar á praia, de modo que el-rei teve de resignar-se a ficar em Ceuta, onde, como lhe faltasse gente bastante para ir a Tanger, determinou fazer uma entrada pelas terras dos mouros. Mais ardido do que precavido, internou-se Affonso v pelas serras de Benacofú, onde foi cercado pelos mouros, e d'onde não teria voltado se não foram as proesas praticadas por Luiz Mendes de Vasconcellos, general da armada, D. Duarte de Menezes, conde de Vianna e outros que lá pereceram para salvar a vida do rei. [1]

D. Affonso, retirou sobre Tetuan, e de Tetuan passou a Ceuta, onde fez conde de Valença e Loulé o filho do conde de Vianna. Regressando ao reino, D. Affonso v emprehendeu uma romaria a Guadalupe, onde se avistou com Henrique IV de Castella e a rainha D. Joanna, e onde parece que se tratou principalmente de casamentos, que todavia não chegaram a realisar-se.

[1] O corpo do conde de Vianna foi cruelmente despedaçado pelos mouros, a ponto de apenas se lhe achar um dedo, que ainda assim veio para o reino e foi guardado no rico mausoleo que a condessa mandou fazer no convento de S. Francisco de Santarem. Este precioso monumento está hoje paredes meias com as cavallariças do quartel de artilheria 3, na profanada egreja de S. Francisco.

O mais ardente desejo de Affonso v era tomar desforra do desastre que lhe succedera em Benacofú, mas rodaram annos sem que podesse realisar essa enorme anciedade do seu espirito guerreiro.

Finalmente, aos 15 de agosto de 1471 D. Affonso v, tendo deixado o duque de Bragança por governador do reino, embarcou em Setubal com o principe D. João em uma armada de trezentos e vinte e oito navios, guarnecida de vinte e quatro mil combatentes.

Chegou esta numerosa esquadra ás praias de Tanger, mas, por o mar lhe ser contrario, não poude o nosso exercito desembarcar, pelo que as naus aproáram a Arzilla, praça forte, sete leguas ao poente de Tanger.

A agitação do oceano e os esforços da soldadesca mourisca tornavam difficil o desembarque. Os primeiros a saltar a terra foram os condes de Marialva e Monsanto, sendo seguidos pelo rei. Bombardeadas pelos nossos as muralhas da praça, era tal a febre guerreira dos portuguezes que por muitas vezes o combate foi desordenado, chegando el-rei, por se julgar perdido, a prometter a sua estatua de prata a Nossa Senhora do Espinheiro, de Evora, voto que depois cumpriu, offerecendo effectivamente a sua estatua em prata, e a cavallo. [1]

Poderam os nossos tomar a mesquita aos mouros, custando-nos porem rios de sangue esta tomada e principalmente a vida de D. João Coutinho, conde de Marialva. Conquistada a mesquita correram os nossos sobre o castello, e não dando tempo a que fossem postas escadas contra os muros, com lanças e paus se trepavam a ellas e ás torres. No patim do castello a peleja foi terrivel. Ahi pereceu gloriosamente o conde de Monsanto, aquelle celebre D. Alvaro de Castro que se achára injustamente envolvido na intriga amorosa com que os amigos do regente quizeram um dia embaciar a honra da rainha D. Isabel de Lencastre. Tomado o castello, foi occupada a cidade, calculando o chronista que dois mil mouros pereceriam, e cinco mil ficariam captivos.

[1] Um prior vendeu em 1490 a prata para fazer um corredor no convento. Sendo reprehendido pela rainha, parece que morreu de desgosto. *(Evora gloriosa).*

Procedendo-se á benção da mesquita, foi ahi que D. Affonso v quiz armar cavalleiro o principe D. João. No chão, jazia o cadaver do conde de Marialva, coberto com uma cruz, e o rei, indicando-o, disse ao filho: «Deus vos faça tão bom cavalleiro como este que aqui jaz.»

Estava já occupada a cidade de Arzilla, quando o rei de Fez vinha em soccorro d'ella. Reconhecendo que tinha chegado tarde, resolveu pactuar treguas com o rei de Portugal por vinte annos, sendo então que, como já ficou referido em outro logar, restituiu os ossos do infante D. Fernando, como resgate de captivos.

Os mouros, impressionados pela perda de Arzilla, abandonaram a cidade de Tanger, que os nossos occuparam. Estava finalmente vingado o sangue portuguez derramado no reinado de D. Duarte, e principalmente a morte do desditoso infante D. Fernando.

Depois d'estas conquistas, que realisou apenas em trinta e tres dias, a contar d'aquelle em que havia sahido de Lisboa, adoptou Affonso o titulo de rei de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'alem mar em Africa.

De Tanger passou a Silves, e d'ahi recolheu a Lisboa, onde pae e filho foram festivamente recebidos pelo povo. Finalmente, Portugal havia conquistado a Mauritania, isto é, a Africa septentrional. Affonso v honrára a memoria de seu avô e vingára a morte de seu tio D. Fernando. Sirva isto como de correctivo ao delicto de Alfarrobeira.

CAPITULO V

Continuação dos descobrimentos portuguezes.—A morte do infante D. Henrique.— Outros factos.

A infeliz expedição a Tanger viera interromper a serie dos descobrimentos portuguezes, que em outro logar principiamos a historiar. [1] A morte do rei D. Duarte, as luctas politicas que se seguiram por causa da regencia, fizeram interromper as nossas navegações em Africa; «não parece verosimil que se tentasse n'estes annos cousa alguma importante para adeantar os descobri-

[1] De pag. 25 a 34.

menos. Comtudo o infante nunca deixava de mandar os seus navios á costa d'Africa.» [1]

Querem alguns escriptores que no mesmo anno de 1438, em que D. Duarte falleceu, mandasse D. Henrique vir para Portugal mestre Jacome, de Maiorca, para *dar regularidade e direcção á escóla de Sagres*.

Aqui se nos depara já um ponto controvertido, saber se effectivamente o infante creára em Sagres uma escóla regularmente organisada

O fallecido marquez de Sousa Holstein, na conferencia que em 1877 recitou perante a Academia Real das Sciencias de Lisboa, disse sobre este assumpto:

«Em 1438 chamou o infante a Sagres o illustre cosmographo Jacome de Maiorca, e com o auxilio de tão abalisado mestre, prepara com os necessarios estudos os homens a quem entrega o commando das suas caravellas. Foi este porventura o fundamento com que alguns dos nossos historiadores quizeram phantasiar a existencia na villa do Infante de uma verdadeira escóla de nautica, no sentido restricto da palavra, e não escóla como me parece que ella deva aqui entender-se, no sentido lato que tambem admitte o vocabulo, de centro de acção, de principio inspirador, de norma e começo de uma tradição que se prolonga por largo tempo, mesmo depois de cessar a causa que primeiro lhe deu vida.» [2]

Como explanação a este assumpto historico, escreveu em nota especial o marquez de Sousa Holstein:

«A maioria dos escriptores, inclusivè os modernos taes como mr. Major, Lelewel e outros, admittem a existencia de uma verdadeira escóla em Sagres. Querem alguns explicar o silencio dos mais antigos chronistas, allegando que foram destruidos os archivos d'esta escóla, que assim não deixou vestigios com que podesse reconstruir-se a sua historia. O illustre Ferdinand Denis, a quem o nosso paiz nunca poderá pagar os eminentes serviços que d'elle ha recebido, affirma, segundo vejo n'um artigo sobre Azurara, publicado na «*Revue de Bibliographie*» cujo original não li, mas que encontrei traduzido a pag. 29 do segundo vol. dos «*Annaes Maritimos e Coloniaes*», o illustre F. Denis affirma que Azurara, conforme o ouviu ao visconde de Santarem, destruira entre muitos papeis da Torre do Tombo, o archivo de Sagres. É certo que Azurara, no dizer de João Pedro Ribeiro («*Memorias para a Historia do Real Archivo*», pag. 21) teve de anniquilar muitos papeis do archivo, porque assim fôra exigido nas côrtes de 1459 pelos procuradores do povo, cançados do elevado preço das buscas; mas não é menos certo que n'esta queima não havia motivo para comprehender os papeis de Sagres. O infante, que no seu testamento, abaixo transcripto, refere com tanta minudencia todas as suas fundações, não falla nem uma vez na escóla de Sagres. O mesmo silencio guardam todos os documentos da época que pude examinar. Tenho pois por assente, que em Sagres nunca existiu uma escóla no sentido em que geralmente se entende a palavra.»

Visto que o marquez de Sousa cita Major como um dos que affirmam a existencia da escóla de Sagres, bom é que reproduzamos textualmente as palavras d'este erudito escriptor inglez, a fim de que os nossos leitores fiquem tendo maior conhecimento do estado em que se acha a questão:

«Ouvi sussurrada a noticia de que o mais eminente historiador portuguez dos nossos dias põe em duvida, que o infante fundasse em Sagres escóla para o estudo da cartographia e da sciencia de navegação. Não pode, comtudo, duvidar-se de que Barros claramente assevera, que, «não sómente encommendou as cousas ao bom succedimento d'ellas, mas ainda teve n'elle muita industria e prudencia conseguirem prospero fim; porque para o descobrimento da costa occidental de Africa, mandou vir da ilha de Malhorca um mestre Jacome, homem mui douto na arte de navegar, que fazia cartas e instrumentos nauticos, o que lhe custou muito pelo trazer a este reino para ensinar sua sciencia aos officiaes portuguezes d'aquelle mister.» Esta asserção é clara e positiva, confrontada com o facto de ter o infante mandado construir em Sagres um observatorio, o primeiro que se eregiu em Portugal, parece offerecer pouca controversia a tal respeito, ainda quando o reconhecido amor do infante ao estudo das sciencias mathematicas, que professava, e no qual o acompanhavam seus irmãos

[1] *Indice chronologico*, pag. 22.

[2] *A escóla de Sagres e as tradições do infante D. Henrique*, pag. 54.

D. Duarte e D. Pedro; não bastasse a convencer-nos, de que tal estudo havia naturalmente occupado a viva attenção de quem viera domiciliar-se n'esse promontorio deserto, com firme proposito de proseguir na exploração de costas desconhecidas.»

Á similhança do que faz n'esta passagem do seu precioso livro [1], Henry Major trata de provar no decurso da obra que é completamente insustentavel a pretensão de detrair a gloria do infante D. Henrique, com o falso fundamento de descobrimentos anteriores na costa occidental de Africa; e que os marinheiros do infante foram com effeito precedidos unicamente no descobrimento, não na colonisação, das ilhas do Atlantico.

No anno de 1440, um escudeiro do infante D. João, de nome Diniz Dias, descobriu o rio a que os naturaes da costa chamavam Quedec, [2] e a que os portuguezes pozeram a denominação de *Sanagá* (do nome do regulo com que fallaram), hoje *Senegal*, «um grande rio, que divide as terras dos azenegues, do primeiro reino dos negros.» [3]

De 1440 a 1441 dois criados do infante D. Henrique, Nuno Tristão e Antão Gonçalves foram ao *Rio do ouro*, em cujas aguas, como já mais longe dissemos, Baldaya e os seus companheiros haviam encontrado grande numero de lobos marinhos. Antão Gonçalves foi no porto armado cavalleiro, d'onde seguramente a denominação de *Porto do Cavalleiro*; em seguida voltou ao reino, com alguns indigenas que finalmente foi possivel aprisionar, e Nuno Tristão, proseguindo, chegou ao Cabo Branco, «que foi assim chamado, porque os portuguezes que primeiro o descobriram o viram arenoso, e branco, sem mostra de herva, ou de arvore alguma; e é um bellissimo cabo, por ser em triangulo na sua frente, entre tres pontas, distantes uma da outra cousa de uma milha.» [4]

Folgou extremamente o infante D. Henrique com o facto de Antão Gonçalves lhe haver trazido alguns prisioneiros africanos, dos quaes D. Henrique procurava colher o maior numero de informações possivel. Não se consolavam elles porém do seu captiveiro, e a troco de resgate prometteram dar alguns negros da Guiné. Subiu de ponto com esta promessa a alegria do infante, e em 1442 Antão Gonçalves foi encarregado de reconduzir os mouros á Africa, a fim de se realisar o resgate. Realisou-se effectivamente; os mouros deram a troco da sua liberdade algum ouro, o primeiro que veiu d'aquelles partes, e dez negros de differentes terras.

Entretanto, Nuno Tristão, passando além do Cabo Branco, descobria a ilha de Adeguer e a das Garças, no golpho de Arguim. «No dito golpho de Arguim, escreve Cadamosto, e em toda a sua extensão, ha pouca agua, e muitos baixos, uns de areia, outros de pedra; e o mar tem ahi grandes correntes de agua, por cuja causa não se navega senão de dia, com a sonda na mão, e a beneficio da maré.» Nuno Tristão voltou ao reino com mais de quarenta negros captivos, que foram grandemente estimados por sua estranha figura, diz um chronista.

Em 1444, segundo a opinião [1] de Cadamosto, Diniz Dias e não Fernandes, que era, como já dissémos, escudeiro do infante D. João, descobriu o Cabo a que chamou *Verde* pelas grandes arvores que ali se conservam viçosas todo o anno.

«Costeando Diniz Dias, diz Major, ao longo d'esta terra recentemente descoberta, a caravela causou grande espanto aos naturaes por não poderem certificar-se se era algum peixe, ave ou phantasma, até que a final tomáram animo, metteram-se quatro em uma conôa, e aproximaram-se da caravela; mas quando viram que o que ella continha eram homens, fugiram com tal rapidez, que os portuguezes não poderam colhel-os. Como Dias tivesse muito mais em fito descobrir terra para servir o infante do que trazer escravos para seu proprio proveito, passou ainda mais ávante para o sul até chegar a um notavel cabo, a que poz nome de Cabo Verde. Pouco mais se sabe d'esta viagem, mas como o infante teve em grandissimo apreço este novo descobrimento da terra dos negros, recompensou largamente Diniz Dias e seus companheiros.»

[1] *Life of Prince Henry of Portugal.*—Trad. portug. de Ferreira Brandão—*Lisboa*, 1876.

[2] *Sonedech* (Damião de Goes); *Onedech* (Barros).

[3] *Navegação primeira de Luiz de Cadamosto*, no vol. 2.º das *Noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas.*

[4] Cadamosto.

[1] Vide Major, trad. port. pag. 249, nota.

Parece que foi n'este mesmo anno de 1444 que Gonçalo Velho Cabral descobriu a segunda ilha do archipelago dos Açores,—S. Miguel. Um negro vagabundo, tendo subido ao ponto mais alto da ilha de Santa Maria, haveria descoberto ao longe outra ilha. O infante teve conhecimento d'este facto, e mandou Cabral a verificar as informações do negro. Cabral foi, mas passou entre a ilha de Santa Maria e a de S. Miguel, sem vêr esta ultima. O infante deu pelo engano, e Cabral voltou aos Açores, sendo d'esta vez mais feliz, porque logrou abordar á ilha de S. Miguel. Cordeiro diz que esta ilha foi assim chamada por ser descoberta no dia da apparição de S. Miguel, mas Azurara escreve que foi assim chamada por o infante D. Pedro, que se interessára muito pela colonisação da ilha, ter particular devoção com aquelle santo. [1]

«Em 1445, escreve Pinheiro Chagas, [2] doze annos apenas depois da passagem do Bojador, Antão Gonçalves, Diogo Affonso e Gomes Pires, tres infatigaveis navegadores, fizeram uma viagem ao Rio do Ouro, já então descoberto. Acompanhava-os um homem chamado João Fernandes, que deliberou ficar sósinho na Africa, penetrar no interior, e estudar os costumes, as linguas dos povos d'essas regiões, a fim de informar depois a esse respeito o infante D. Henrique.

«Não quero de modo algum ter em menos conta a admiravel intrepidez de Livingstone, que se internou sem hesitar no sertão africano, expondo-se aos maiores perigos, affrontando a furia das tribus selvagens que ali habitavam, mas tambem não posso deixar de notar que a resolução d'este portuguez do seculo XV é ainda mil vezes mais heroica. Desembarca em paizes considerados ainda doze annos antes como terras malditas de Deus, inhabitaveis, ou habitadas por monstros, penetra no interior d'essa região completamente ignota, onde os perigos que muitas vezes tem de correr são realçados pelo ardor do desconhecido. Livingstone é protegido, até onde podia chegar essa protecção, pelos delegados de todas as nações civilisadas e pelos chefes indigenas em quem esses delegados podiam ter alguma influencia, era protegido pelo prestigio do nome europeu, que n'este seculo já vae até ás regiões mais remotas e mais selvagens; João Fernandes não tem quem o proteja, avança ao desamparo, sem as minimas garantias, e joga sem a minima hesitação a sua existencia. Para affrontar sósinho perigos tanto mais temerosos, quanto mais desconhecidos eram, para ficar só n'uma terra em torno da qual fluctuava ainda o véo mal rasgado das temerosas lendas, para ir, confiado só na Providencia, abandonando patria, amigos, aventurar-se em terras inhospitas, habitadas, pelo menos, como vira na costa por negros em estado selvagem; para se sacrificar tão completamente como o fez este nosso compatriota, é necessario possuir-se uma força d'alma não vulgar, é necessario ser-se da massa de que se fazem exactamente os Livingstone, que esses ao menos conquistam a immortalidade e a gloria, os nossos conquistaram quasi sempre o esquecimento do mundo e o desdem dos seus proprios compatriotas.

«Em Portugal mesmo é muito mais conhecido o nome de Livingstone do que o do intrepido portuguez, que segundo a phrase de M. Eyriés na *Biographie Universelle* foi o primeiro europeu que penetrou no interior da Africa. A fortuna protegeu este audacioso. Viveu entre os azenegues, não só tolerado mas estimado até, a ponto de adquirir sobre elles grande influencia, que o infante D. Henrique depois aproveitou. Estudou a sua lingua, os seus costumes, a posição geographica do seu paiz, o commercio que faziam com os povos que habitam nas praias meridionaes do Mediterraneo. Depois, quando adquiriu sufficiente conhecimento das circumstancias do paiz que fôra estudar, tornou á costa e ahi esperou que apparecesse algum navio portuguez. Appareceu um emfim, que o trouxe á patria,

[1] Major. Cabral voltou ás duas ilhas com instrucções para colonisar a de S. Miguel, em 1445, e poz-lhe o nome de Açores, pelos muitos açores que ali havia. A *terceira* ilha descoberta foi a que recebeu este nome (1444-1450); não se sabe ao certo o nome do descobridor ou descobridores. As ilhas de S. Jorge e Graciosa, avistam-se da Terceira, o que explica facilmente o seu descobrimento. Tambem se não sabe quem foi o descobridor do Faial. A mesma obscuridade occulta a data do descobrimento das ilhas das Flores e do Corvo, e o nome do descobridor.

[2] *Descobrimentos dos portuguezes na Africa,*—conferencia celebrada na Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1877.

onde elle narrou ao infante as observações que fizera, e que em geral concordam sempre com as dos viajantes que se lhe seguiram, a começar por Leão Africano que lhe é immediatamente posterior.

«E o que levava João Fernandes a emprehender viagens tão perigosas? A devoção? Não, porque elle não ia missionar nem prégar o Evangelho. O interesse? Ainda menos; mais aproveitava negociando na costa, com o resgate do oiro e dos escravos. Então qual foi o seu motor? Foi perfeitamente o espirito scientifico, o desejo de ampliar os conhecimentos geographicos e de agradar ao infante D. Henrique, que tanto por esses conhecimentos se interessava.

«Aqui se vê bem quanto é erronea a opinião dos que suppõem que as caravellas portuguezas navegavam ao acaso, com audacia, mas sem direcção scientifica. Muito pelo contrario, essa direcção nunca lhes faltou. D. Henrique, no seu palacio de Sagres, rodeado de cartas, em conferencia com os seus cosmographos, estuda os problemas da geographia do seu tempo, encarrega os seus mareantes de lh'os resolverem. Encontrar o caminho de India pelo occidente, encontrar o Prestes João, encontrar o Nilo dos negros, eram os fins principaes de D. Henrique. Ao passo que as caravelas levavam ordem de proseguir sempre o mais ávante que podessem, ao passo que o infante, designava perfeitamente a Madeira e os Açores aos seus navegantes, enviava por outro lado homens como João Fernandes prolongar no interior as explorações portuguezas, não despresando d'essa fórma nenhum dos dados necessarios para se resolver o problema.»

Por este tempo entram na historia dos nossos descobrimentos maritimos as viagens de Luiz de Cadamosto, que tendo nascido provavelmente no anno de 1422, na cidade de Veneza, contava vinte e dois annos de idade quando veio a Portugal offerecer os seus serviços ao infante D. Henrique. [1] As viagens de Cadamosto parece haverem-se realisado nos annos de 1445 e 1446, demorando-se elle no reino até 1463, e recolhendo-se depois á sua patria, onde reduziu a chronica tudo quanto tinha visto e passado.

[1] Intruducção ao 1.º vol. das *Noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas.*

Cadamosto sahiu de Portugal n'uma caravela do infante D. Henrique, e da qual era patrão Vicente Dias, de Lagos.

Abordaram á ilha de Porto Santo, á Madeira, ás Canarias, dobraram o cabo Branco; entraram no golpho de Arguim, onde já eram conhecidas quatro ilhas [1]; passaram o Senegal, a terra de Budomel, onde Cadamosto se demorou muitos dias no trafico com os negros do paiz, e ahi encontrou duas caravelas, em uma das quaes ia o genovez Antonio de Nola, tambem ao serviço do infante; juntos chegaram a Cabo Verde, e correndo para o sul descobriram o rio a que deram o nome de Barbacim, primeiro descobrimento cujas honras lhe pertencem. Finalmente, descobriram o paiz de Gambia, e o rio do mesmo nome, por cujas aguas navegaram.

Seja o proprio Cadamosto quem nos dê noticia d'este descobrimento, e dos episodios que o acompanharam:

«Na manhã seguinte, fizemo-nos á véla com os nossos dois navios, perto de hora de terça, com bom vento, e a favor da maré, afim de ir ter com a nossa conserva, e entrar n'aquelle rio em nome de Deus; esperando achar nas suas margens gente mais humana, do que aquella, que vimos nas almadias; e assim tendo chegado á conserva, e seguindo viagem em sua companhia, principiámos a entrar no rio, indo a caravela pequena adiante, e nós uns após os outros, até passar o banco; e tendo-o passado, obra de quatro milhas, appareceram de repente de traz de nós (não sei d'onde sahidas) algumas almadias, remando com quanta força podiam: tanto que nós as avistámos fizemos volta sobre ellas; e duvidando se as suas frechas seriam envenenadas (pois tinhamos ouvido, que muito usavam d'ellas), cobrimos os nossos navios o melhor que podemos, e nos armámos tomando os nossos postos, bem que estivessemos em mau estado de armas; e em breve espaço chegando-se a nós, que nos deixámos estar quietos; vieram á prôa do meu navio, que era o primeiro; e repartindo se em duas linhas me pozeram no meio. Contando as ditas almadias, achámos serem quinze

[1] A de Arguim, que deu nome ao Golpho: a Branca, a das Garças e a dos Corações, todas deshabitadas.

em numero, e grandes, como seriam boas barcas, e deixando de remar, levantando os remos para o ar, estiveram a olhar para nós, como para cousa maravilhosa: e examinando os tambem com attenção; julgámos poderem ser cousa de cento e trinta até cento e cincoenta negros ao mais; os quaes nos pareceram homens bellissimos de corpo, e muito negros, vestidos todos de camisas de algodão brancas, e com as cabeças cobertas com uns chapelinhos brancos, á moda dos Tudescos; salvo que de cada lado tinham uma especie de aza branca, com uma penna no meio do dito chapelinho, quasi como querendo dar a entender, que eram homens de guerra: em cada uma das prôas das ditas almadias, havia um negro em pé, com uma adarga redonda no braço, que parecia de couro. Por esta maneira estivemos uns e outros algum espaço; nem elles atirando contra nós, nem nós fazendo contra elles movimento algum; até que tendo vista dos outros dois navios, que vinham atraz endireitando o seu caminho para elles, sem nenhuma outra saudação, largando os remos, principiaram todos a atirar com os seus arcos. Os nossos navios vendo-se assaltados, descarregaram quatro bombardas da primeira vez, as quaes em elles as ouvindo, aterrados e attonitos, pelo grande estrondo, deixaram cair os arcos, e olhando uns para uma parte, outros para a outra, estavam admirados vendo as pedras das bombardas ferir a agua junto a si. Depois de estarem um bom espaço a olhar para ellas, não vendo outra cousa, e perdendo o medo do estrondo, tendo-lhes já sido atirados muitos tiros, tomando os seus arcos, começaram de novo a atirar com grande ardor, avisinhando-se aos nossos navios a tiro de pedra. Os marinheiros principiaram com as suas béstas a disparar, e o primeiro que descarregou a sua, foi um filho bastardo d'aquelle genovez, o qual feriu um negro no peito, que de subito caiu morto na almadia; o que sendo visto pelos seus, tomaram aquella frecha, e a consideraram muito, como maravilhando-se d'aquella arma; mas nem por isso deixaram de atirar aos navios vigorosamente, e os das caravellas a elles; de sorte que em pouco espaço de tempo, foi morta uma grande quantidade de negros, e dos christãos, graças a Deus, não foi nenhum ferido: pelo que vendo-se elles perdidos e mortos, quasi todas as almadias, de commum accordo, se pozeram pela pôpa da caravella pequena, pondo-a em grande affronta, porque eram poucos homens e mal armados: vendo eu o que succedia, fiz carregar de véla sobre o navio pequeno, e chegando a elle o fiz tirar para o meio dos nossos outros dois navios maiores, descarregando muitas bombardas e béstas. Os negros com esta manobra se affastaram, e nós amarrando com uma cadeia todas as tres caravelas, deitámos fóra uma ancora, e todas tres estiveram sobre ella. Depois de concluido este trabalho tentámos tirar lingua d'aquelles negros, e tanto lhes fizemos acenar, e gritar pelos nossos interpretes, que uma d'aquellas almadias se aproximou a nós a tiro de arco; então lhes fizemos perguntar, porque causa nos offendiam, sendo nós gente pacifica, e vindo para tratar de mercadorias; que tinhamos boa paz com os outros negros do reino do Senegal, e que assim igualmente a queriamos ter com elles, se lhes aprouvesse: que eramos vindos de paizes distantes, para trazer alguns presentes de valor ao seu rei e senhor, por parte do de Portugal, o qual desejava ter amisade e boa paz com elle; e que lhes rogavamos, nos quizessem dizer em que paiz estavamos, e que senhor reinava n'aquellas partes, como aquelle rio se chamava, e que viessem para nós pacifica e amorosamente a tomar das nossas mercadorias, dando-nos das suas, quanto quizessem, ou pouco ou nada, que de tudo seriamos contentes. A sua resposta foi, que pelo passado tinham alguma noticia de nós, e do nosso modo de tratar com os negros do Senegal; os quaes não podiam deixar de serem máus homens em querer a nossa amisade; porque elles tinham por certo, que nós os christãos comiamos carne humana, e que não compravamos os negros senão para os comer; por isto não queriam o nosso commercio por nenhum modo, porém sim matar nos a todos, e depois fariam presente ao seu senhor do que nós traziamos. Este senhor diziam elles estar distante cousa de tres jornadas; que aquelle era o paiz de Gambia, e que o rio era grande, dizendo-nos o nome d'elle, de que já me não lembro. N'este instante refrescou o vento, e vendo nós sua má vontade a nosso respeito, fizemos véla sobre elles, que vendo igualmente a nossa manobra, fugiram via de terra; e assim terminou a

nossa guerra. Depois d'isto passado, tivemos conselho entre os principaes, a quem pertencia o mando dos navios, sobre irmos mais pelo rio acima, pelo menos até cem milhas mais adiante, se tanto podessemos navegar, esperando talvez achar melhor gente; mas os nossos marinheiros, que estavam desejosos de voltar ás suas casas, sem quererem já provar outros perigos, todos juntos se pozeram a gritar, dizendo que em tal não queriam consentir, e que bastava o que tinham feito, para aquella viagem; pelo que vendo nós a sua vontade unida, conviémos em condescender com ella, para que não houvesse escandalo, pois são homens muito testudos e obstinados; e assim no dia seguinte partimos d'ali, costeando o Cabo Verde, para voltar em nome de Deus para Hespanha.»

No anno seguinte, voltou Cadamosto com Antonio de Nola a fazer novos descobrimentos, por ordem do infante. Foi então que descobriram quatro ilhas do archipelago de Cabo Verde, d'onde pozeram o rumo no Gambia, que navegaram no percurso de mais de 60 milhas, descobrindo depois ao sul o rio Caramanza, o cabo Vermelho (ou Roxo), os rios de Sant'Anna e S. Domingos, e finalmente o rio Grande.

Então a febre dos descobrimentos maritimos havia principiado definitivamente. Gonçalo de Cintra descobrira a angra do seu nome; Nuno Tristão voltára ao Rio Grande, descoberto por Cadamosto, sendo morto pelos africanos; Alvaro Fernandes descobrira o cabo dos Mastros [1] e o rio de Tabite, finalmente cerca de vinte e sete navios, sahidos de Portugal e da Madeira, chegaram a achar-se reunidos na costa occidental de Africa.

Ao sul de Cabo Verde, procurou Fernando Affonso, por mandado do infante, chamar o rei de Ferim á religião christã, e assentar as bases do commercio com Portugal; por esta occasião, e d'estas paragens, vieram ao reino os primeiros dentes de elephante, e o primeiro leão. [1] Sueiro Mendes foi encarregado de lançar os fundamentos do castello de Arguim, cujo primeiro governador foi, e continuando-se os nossos descobrimentos no archipelago dos Açores, como já em outro logar deixamos referido, Affonso v viera, finalmente, inaugurar na Africa as conquistas pelas armas, secundando d'este modo as conquistas que até então se haviam feito pela navegação.

No anno de 1460, o infante D. Henrique, que tão relevantes, tão estupendos serviços havia prestado á patria e á humanidade, rendeu a alma ao Creador. [2]

O testamento do infante foi publicado na integra pelo fallecido marquez de Sousa Holstein em 1877. [3] Felizmente, esse documento, copiado de um manuscripto da Bibliotheca Nacional de Lisboa e de outro da Torre do Tombo, poude vir a lume, com reconhecido proveito e interesse para todos os que se dedicam a estes estudos; mas outro tanto não acontece com um livro que o infante parece haver escripto ácerca dos descobrimentos dos portuguezes, e que o proprio

[1] O sr. Alexandre Magno de Castilho incluiu na sua *Descripção e roteiro da costa occidental da Africa* (1866) um trabalho muito curioso, tal é a relação alphabetica dos nomes portuguezes de varios sitios d'aquella costa, seguidos dos nomes com que esses sitios figuram nas cartas e livros modernos.

Com referencia ao cabo dos Mastros, diz, por exemplo o sr. Castilho:

«Descobriu Alvaro Fernandes, em 1447, um cabo que appellidou dos Mastos ou dos Mastros, por crescerem n'elle muitas palmeiras seccas, sem rama, que faziam como mastros arvorados; por algum tempo figurou esse nome nos mappas, ora indeviso ora dividido nas duas syllabas, collocadas em linhas differentes, até que em 1601 Levasseur, copiando decerto alguma carta portugueza em que o nome se achava repartido, omittiu a segunda syllaba, transformando-o em cabo de Mas: por corruptela não menor que muitas de mil outras denominações, se transformou o cabo de Mas em cabo de Naz, e depois de Naze! Sómente por acaso, estudando chronologicamente varias series de antigos mappas, podémos descobrir as metamorphoses d'esta borboleta.»

[1] *Indice chronologico*, etc.

[2] «Alguns escriptores, e entre elles João de Barros, alargaram a vida d'este grande principe até o anno de 1463, mas com manifesta equivocação, como se poderia provar (se necessario fosse) por documentos authenticos. Bastará porém lembrar aqui sómente a doação, que el-rei D. Affonso v fez a seu irmão o infante D. Fernando, de varias ilhas, que tinham sido de D. Henrique, a qual doação o suppõe já fallecido, e é datada de 3 dezembro de 1460, etc.»

Indice chronologico, pag. 44.

[3] *A escola de Sagres e as tradições do infante D Henrique.*

infante offerecera, segundo fr. Luiz de Sousa ,a um rei de Napoles, de cujas mãos passára ao poder do duque de Calabria.

Por ordem de seu sobrinho Affonso v, foi o cadaver do infante trasladado para a egreja da Batalha, em frente de cujo sarcophago todo o viajante, nacional ou estrangeiro, sente dobrar-se involuntariamente o joelho n'uma attitude respeitosa pela memoria do grande homem cujas cinzas ali jazem. [1]

Um anno depois do infante D. Henrique, falleceu o duque de Bragança, em cujo titulo e herança succedeu D. Fernando, marquez de Villa Viçosa, seu segundo filho, pois que o primogenito, que era o marquez de Valença, havia fallecido sem filhos legitimos.

Já que estamos com a mão sobre assumptos tristes, fallemos tambem do fallecimento da infanta D. Catharina, irmã do rei, que bem se pode denominar a *noiva mallograda*, por isso que fallecendo D. Carlos, principe de Navarra e Aragão, com quem estava para casar, entrou no

[1] Do livro de Major transcrevemos o seguinte:

«Seu illustre sobrinho, el-rei D. Manuel, mandou collocar a estatua d'elle por cima da columna do centro da porta lateral da igreja de Belem, em memoria de ter sido o fundador da ermida do Restello para uso dos marinheiros do porto, a qual estava no sitio, onde está aquella magnifica igreja. A 24 de julho de 1840, no reinado de D. Maria II, a instancias de s. ex.ª o visconde, hoje marquez, de Sá da Bandeira, então secretario de estado dos negocios da marinha e do ultramar, foi finalmente erigido em Sagres ao infante D. Henrique um monumento feito em 1839, o qual se acha aqui representado, conforme o desenho que s. ex.ª teve a extrema bondade de mandar ao auctor.

«O monumento consiste em uma lapide de marmore, de doze palmos e meio de alto, embebida na parede por cima da porta interior da entrada principal do forte de Sagres. Na parte superior do monumento está esculpido, como se vê no desenho, em meio relevo, o brazão do infante, com uma esphera armillar á direita, e um navio com o panno largo á esquerda.

«A parte inferior do monumento contém duas laminas com uma inscripção em cada uma d'ellas; em latim, na que está por baixo da esphera; e em portuguez, na outra por baixo do navio.

«As duas inscripções são as seguintes:

AETERN. SACRUM
HOC. LOCO
MAGNUS. HENRICUS. JOAN. I. PORTUGAL. REG. FILIUS
UT. TRANSMARINAS. OCCIDENTAL. AFRICÆ. REGIONES
ANTEA. HOMINIBUS. IMPERVIAS. PATEFACERET
INDEQUE. AD. REMOTISSIMAS. ORIENTIS. PLAGAS
AFRICA. CIRCUMNAVIGATA
TANDEM. PERVENIRI. POSSET
REGIAM. SUÆ. HABITATIONIS. DOMUM
COSMOGRAPHIÆ. SCHOLAM. CELEBRATISSIMAM
ASTRONOMICAM. SPERCULAM. AMPLISSIMAQUE. NAVALIA
PROPRIIS. SUMPTIBUS. CONSTRUI. FECIT
MAXIMOQUE. REIPUBLICÆ. LITTERARUM. RELIGIONIS
TOTIUSQUE. HUMANI. GENERIS. BONO
AD. EXTREMUM. VITÆ. SPIRITUM
INCREDIBILI. PLANE. VIRTUTE. ET. CONSTANTIA
CONSERVAVIT. FOVIT. ET. AUXIT
OBIIT. MAXIMUS. PRINCEPS
POSTQUAM. SUIS. NAVIGATIONIBUS. AB. ÆQUINOCTIAL. AD. VIII;
VERSUS. SEPTEMTRIONEM. GRADUM
PERVENIT
QUAMPLURESQUE. ATLANTICI. MARIS. INSULAS. DETEXIT
ET. COLONIS. AB. LUSITANIA. DEDUCTIS
FREQUENTAVIT
XIII. DIE. NOVEMBR. AN. DOM. MCDLX
MARIA. II. PORTUGAL. ET. ALGARB. REGINA
EJUS. CONSANGUINEA
POST. CCCLXXIX. ANNOS
H. M. P. J.
CURANTE. REI. NAVALIS. ADMINISTRO
VICE. COMITE. DE. SA. DA. BANDEIRA
MDCCCXXXIX

mosteiro de Santa Clara de Lisboa, d'onde devia sair para desposar o rei D. Duarte de Inglaterra, quando uma febre a prostrou mortalmente no leito. Este caso da infanta D. Catharina faz lembrar um pouco a sorte de Dido:

> Dido, nas bodas, triste fado corres:
> Morre-te um, foges; foge-te outro, morres!

Uma outra infanta portugueza d'essa época falleceu enclausurada em mosteiro. Referimo-nos a D. Joanna, filha de D. Affonso v, aquella mesma que os agiologios denominam *Santa Joanna*. Ruy de Pina diz que esta infanta entrára aos dezoito annos no mosteiro de Odivellas, «porque fazia sem necessidade grandes despezas, e assim por se evitarem alguns escandalos e prejuizos que em sua casa por não ser casada se podiam seguir.» Um escriptor moderno trata ainda com muito maior rigor a memoria da infanta, [1] que depois se recolheu ao mosteiro de Jesus de Aveiro, onde educou seu sobrinho D. Jorge de Lencastre, filho natural de D. João II.

Referindo-se a esta infanta, escreve o sr. Marques Gomes nas suas *Memorias de Aveiro:*

«Em 1481 seu irmão el-rei D. João II a encarregou da educação de seu filho illegitimo, D. Jorge de Lencastre, que tendo de edade 3 mezes veio para este convento, onde estava de dia, e á noite ia para casa de D. Filippa de Noronha, condessa de Villa Verde, e tia da princesa, pois ella era filha de D. Izabel, illegitima de D. Fernando I e casada em 1387 com D. Affonso, conde de Gijon e Noronha, filho bastardo de Henrique II de Castella.

«D. Jorge de Lencastre viveu com sua tia até á edade de 9 annos, para o que se alcançou um breve de Roma.

«A Santa Princeza, que falleceu em 12 de maio de 1490, legou todos os bens ao convento, e

MONUM. CONSAGRADO. Á. ETERNIDADE. O. GRANDE
INFANTE. D. HENRIQUE. FILHO. DE. EL-REI. DE. PORTUGAL
D. JOÃO. I. TENDO. EMPREHENDIDO. DESCOBRIR. AS. REGIÕES
ATÉ. ENTÃO. DESCONHECIDAS. DE. AFRICA. OCCIDENTAL
E. ABRIR. ASSIM. CAMINHO. PARA. SE. CHEGAR. POR. MEIO
DA. CIRCUMNAVEGAÇÃO. AFRICANA. ATÉ. AS. PARTES. MAIS
REMOTAS. DO. ORIENTE. FUNDOU. NESTES. LUGARES. Á. SUA
CUSTA. O. PALACIO. DA. SUA. HABITAÇÃO. A. FAMOSA
ESCOLA. DE. COSMOGRAPHIA. O. OBSERVATORIO
ASTRONOMICO. E. AS. OFFICINAS. DE. CONSTRUCÇÃO
NAVAL. CONSERVANDO. PROMOVENDO. E. AUGMENTANDO
TUDO. ISTO. ATÉ. AO. TERMO. DA. SUA. VIDA. COM
ADMIRAVEL. ESFORÇO. E. CONSTANCIA. E. COM
GRANDISSIMA. UTILIDADE. DO. REINO. DAS. LETRAS
DA. RELIGIÃO E. DE. TODO. O. GENERO. HUMANO. FALLECEU
ESTE. GRANDE. PRINCIPE. DEPOIS. DE. TER. CHEGADO
COM. SUAS. NAVEGAÇÕES. ATÉ. O. 8º. GR. DE. LATITUDE
SEPTEMTR. E. DE. TER. DESCOBERTO. E. POVOADO. DE
GENTE. PORTUGUEZA. MUITAS. ILHAS. DO. ATLANTICO
AOS. XIII. DIAS. DE. NOVEMBRO. DE. 1460. D. MARIA. II
RAINHA. DE. PORTUGAL. E. DOS. ALGARVES. MANDOU
LEVANTAR. ESTE. MONUMENTO. Á. MEMORIA. DO
ILLUSTRE. PRINCIPE. SEU. CONSANGUINEO. AOS. 379
ANNOS. DEPOIS. DO. SEU FALLECIMENTO. SENDO
MINISTRO. DOS. NEGOCIOS. DA. MARINHA. E
ULTRAMAR. O. VISCONDE. DE. SÁ. DA. BANDEIRA;
1839.

[1] «A infanta D. Joanna nasceu em Lisboa, a 6 de fevereiro de 1452; ainda no berço foi jurada herdeira da corôa, por não haver então outros successores: por isso lhe deram tambem o titulo de princeza. Foi esta infanta muito dada a devoções e praticas religiosas desde tenra edade, e não quiz casar-se, regeitando successivamente todas as propostas de casamento que seu pae lhe apresentou.

«Pretendeu D. Affonso V casar sua filha D. Joanna com o delphim de França, filho de Luiz XI; depois pretendeu casal-a com Maximiliano, filho do imperador Frederico e da infanta D. Leonor de Portugal; mais tarde quiz dar-lhe por esposo Carlos VIII, rei de França, e, finalmente, Henrique VII, rei de Inglaterra. Contam que, n'estes ultimos dois casos, a infanta, como que inspirada, respondera que annuiria

ainda hoje se conserva a cella em que viveu.»

Encerraremos este capitulo, dizendo que foi no anno de 1472 que o successor de Affonso v tomou casa e esposa, que era D. Leonor, filha mais velha do infante D. Fernando, e portanto prima de seu marido.

Fique já consignado este traço da biographia de D. João ii, a que mais para deante teremos certamente de alludir.

ao casamento se os noivos propostos ainda vivos fossem, isto porque sua alma havia adivinhado que tinham morrido. Estes milagres foram, porém, mal imaginados, pois que Carlos viii de França morreu sendo casado com Anna de Bretanha, e Henrique vii de Inglaterra sobreviveu a sua mulher, Isabel de York, a qual morreu depois da infanta portugueza.

«Ficou a infanta D. Joanna governando o reino durante a ausencia de seu pae. Existe no archivo municipal de Coimbra uma carta d'esta infanta, de 7 de setembro de 1471, participando á cidade a tomada de Arzilla e Tanger.

«Das narrações aduladoras, e por vezes servis, que alguns dos nossos chronistas fazem das vidas das pessoas reaes, e que por banaes se reproduzem quasi que do mesmo modo em muitas biographias, resulta ser muitas vezes difficil apurar a verdade, quando algum facto, que brilha através dos elogios, os não vem attenuar ou contrariar. A respeito da princeza D. Joanna, filha de D. Affonso v, não se cançam varios historiadores de louvar sua caridade, e, principalmente, a sua piedade christã, que a levou a tomar o habito de religiosa, e que fez dar-lhe culto na egreja catholica, o que o papa Innocencio xii, concedeu a pedido de D. Pedro ii, beatificando-a por breve de 4 de abril de 1693.

«Por amor da verdade e da justiça não nos podemos eximir a citar, como actos de pouca santidade e abnegação, os que praticou esta infanta durante a terrivel peste que, no seu tempo, por vezes assolou Portugal. Quando o temivel flagello espalhava o seu mortifero contagio pela povoação alterrada, ceifando a vida de tantos desgraçados, que muitas vezes se viam abandonados pelos seus parentes ou amigos, os quaes frequentemente, no seu pavor egoista, só procuravam fugir dos logares empestados, vindo a miseria, e a falta absoluta de hygiene, que n'estas epochas havia, ainda mais aggravar os males que affligiam os que tinham sido atacados do terrivel flagello, ninguem viu a piedosa princeza D. Joanna levar soccorros aos necessitados e consolação aos afflictos, nem dar o exemplo de coragem, abnegação e caridade, que capaz fosse de estimular a pratica de taes virtudes n'aquelles que, olvidando os sublimes deveres do sangue e da affeição, só cuidavam de pôr suas egoistas pessoas fóra do alcance da molestia.

«A princeza D. Joanna, que com outras companheiras se entregava a grandes penitencias, fustigando-se com cilicios e disciplinas, até ficar banhada em sangue, precedendo de certo modo os *convulsionarios* do seculo xviii, mal apontava a mortifera peste logo lhe fugia, abandonando os miseros atacados da terrivel molestia, junto aos quaes mais caridade seria velar pelo seu tratamento e suavisar a sua triste sorte. É o que succedeu em 1479, quando, achando-se em Aveiro, apenas se declarou a peste logo d'alli fugiu, sendo acompanhada até Aviz pelos bispos de Coimbra e do Porto. Mais tarde, reinando D. João ii, sendo a villa de Aveiro outra vez visitada pela molestia, a infanta fugiu para o Porto. Depois de extincta a epidemia voltou a princeza para Aveiro, indo viver no convento de S. Domingos, praticando os deveres da ordem como qualquer religiosa, apesar de uma junta de physicos (medicos) haver, em presença de el-rei, declarado que a vida ascetica e de rigores, a que se dava a infanta, prejudicava gravemente a sua já deteriorada saude.

«Conta-se que falleceu a princeza D. Joanna envenenada, por uma senhora rica e poderosa, de Aveiro, cuja vida dissoluta provocára as admoestações da filha de D. Affonso v, a qual, vendo quão inefficazes eram as suas exhortações, obrigou a dita dama a sair da villa, pelo que, passados alguns annos, a expulsa peccadora tomou vingança da princeza, deitando veneno em um pucaro de agua que lhe era destinado.

«O mal atacou fortemente a princeza, que, por algum tempo, ficou apenas com as mãos e a lingua livres, entregando a alma ao Creador a 12 de maio de 1490. Não faltaram a citar milagres por occasião da sua morte; assim, contam que o seu rosto ficou córado e com as bellas linhas da mocidade; e quando o seu cadaver passou pelo jardim do convento todas as arvores seccaram para sempre. El-rei D. Pedro ii mandou-lhe fazer um rico mausoléu, fazendo-se a trasladação no dia 10 de outubro de 1711, no reinado de D. João v; estava então o seu corpo reduzido a esqueleto, do qual se tiraram varios ossos como reliquias. Tinha feito testamento, deixando os seus bens ao mosteiro.»

Benevides, *Rainhas de Portugal*, tom. i.

CAPITULO VI

Casamento de Affonso V com sua sobrinha D. Joanna.—Projectos politicos que d'ahi derivaram. — Batalha de Toro. — Partida de Affonso V para França.—Caracter de Luiz XI.—Desengano de Affonso V, que quer partir para Jerusalem. — Seu regresso a Portugal.—Sua morte.

O rei de Castella, Henrique IV, sabendo do casamento do principe D. João de Portugal com D. Leonor, e receiando que sua irmã D. Isabel, casada com o rei de Sicilia, viesse a disputar a herança do poder, por isso que a herdeira do throno castelhano era por muitos considerada como filha adulterina da rainha e do valido Bertran de la Cueva, e ironicamente denominada a *Beltraneja*, quiz procurar a alliança de uma corôa que protegesse a linha directa de successão, embora não fosse legitima, porque Henrique IV, sobre ser dissoluto, era impotente, e assim foi cognominado. [1]

Portanto, não tendo podido casar D. Joanna com o infante D. Affonso, que morreu envenenado, nem com D. Carlos, irmão de Luiz XI, [2] nem finalmente com o principe D. João de Portugal, porque acabava de desposar D. Leonor, sua prima, lembrou-se de a casar com D. Affonso V, e para esse fim mandou diversas embaixadas a Portugal. Esta proposta de casamento foi enthusiasticamente recebida pelo rei de Portugal, em cujo espirito passou a ambiciosa idéa de unificar dois reinos sob a mesma corôa, passando elle a ser, por este facto, rei de toda a peninsula hispanica.

Sobre este assumpto houve na fronteira do Alemtejo uma entrevista entre o rei de Portugal e o de Castella, accordando-se no casamento de Affonso V com sua sobrinha D. Joanna, sem embargo dos protestos enviados por parte de D. Isabel, irmã de Henrique IV, casada com Fernando, rei da Sicilia, como já dissémos, a qual havia casado contra vontade de seu irmão.

Apesar d'este accordo, sobrevieram embaraços ao casamento do tio e da sobrinha, sobretudo nascidos do receio de futuras guerras com D. Isabel, que se intitulava princeza de Castella, e cuja causa era defendida por muitos e grandes senhores castelhanos.

Emquanto Henrique IV foi vivo não poude realisar-se o casamento; mas Henrique falleceu em consequencia do desregramento dos seus costumes, durante vinte annos de reinado. No testamento com que se finou declarava D. Joanna por sua filha, e herdeira dos reinos de Castella, e a el-rei D. Affonso por governador d'elles, pedindo-lhe finalmente que acceitasse a dita governança, e cazasse com ella. [1]

Em Portugal, as opiniões dividiram-se. O principe D. João era de parecer que el-rei, desposando D. Joanna, entrasse immediatamente em Castella a reivindicar os seus suppostos direitos; o arcebispo de Lisboa e o marquez de Villa Viçosa contrariavam este alvitre. Lançou-se mão de um meio conciliador das duas opiniões, e um embaixador foi mandado a Castella para se informar do numero e da importancia das adhesões com que a causa da infanta D. Joanna ali podia contar.

Voltou o embaixador a Portugal com boas novas, dadas pelos partidarios da infanta, e Affonso V resolveu finalmente entrar em Castella, mandando fazer preparativos de guerra para a primavera proxima, que era a de 1475, ao mesmo passo que enviava Ruy de Sousa a participar a sua resolução a D. Isabel e a seu marido D. Fernando, os quaes responderam que respeitasse os seus direitos, e não entrasse no reino que lhes pertencia.

O principe D. João cada vez instigava mais seu pae á guerra com Castella, porque o seu animo ousado era propenso a aventuras bellicosas, mas, receioso das prodigalidades do rei durante a guerra, obteve um documento em que Affonso V declarava que todas as graças e doações que a quaesquer pessoas fizesse, e que passassem de dez mil réis, não sendo assignadas, consentidas e approvadas pelo principe seu filho, seriam de nenhum valor. [2] As finanças portu-

[1] Mariana, *Historia general de España*, tom. 7.º, pag. 295.

[2] Benevides, *Rainhas de Portugal*, tom. I, pag. 287 e 288.

[1] Ruy de Pina, *Chronica do senhor rei D. Affonso V*, pag. 537.

[2] Ruy de Pina.—Pag. 540.

guezas achavam-se n'um estado verdadeiramente deploravel, como mais d'espaço mostraremos; e n'este mesmo anno em que se declarava a guerra com Castella, Affonso v via-se obrigado a pedir dinheiro de emprestimo aos seus vassallos, e a levantar depositos da caixa dos orphãos, dinheiro que mais tarde D. João ii pagou, por descargo da alma de seu pae. [1]

Finalmente, Affonso v entrou em Castella com quatorze mil homens de pé, e cinco mil e seiscentos de cavallo. O principe D. João, que já a esse tempo era pae do mallogrado D. Affonso, acompanhou o rei até Castella, d'onde se tornou ao reino.

Na cidade de Placencia, el-rei D. Affonso v encontrou-se com sua sobrinha D. Joanna, e com os grandes senhores que a acompanhavam; ahi a desposou, sendo ambos acclamados e jurados reis de Castella, sem que todavia o matrimonio se consummasse, por falta de dispensação do papa.

Ahi foi resolvido que o exercito portuguez proseguisse ávante, dirigindo-se para a cidade de Toro, a cujo castello pôz cêrco. Os reis de Castella, para animarem a resistencia, vieram em pessoa assentar arraiaes ao longo do rio Douro, perto da cidade. Mas o cêrco era tão apertado, que o rei de Castella levantou arraiaes, e retirou para Valhadolid. Este acontecimento desalentou muito os que seguiam o partido de Fernando, e de sua mulher, e o proprio castello de Toro rendeu-se ao rei de Portugal.

Affonso v dirigiu-se a Samora, onde o arcebispo de Toledo o esperava, e onde deixou a rainha, seguindo elle para Burgos, afim de tomar o castello. Ageitando-se ensejo, tomou a villa de Baltenas, aprisionando o conde de Benavente; e desistindo por então de ir sobre Burgos, mandou gente sua a tomar a villa de Cantalapedra, o que realisaram.

Entretanto o principe D. João ficára governando o reino com notavel energia e prudencia, sendo-lhe preciso attender a mil negocios urgentes, o menor dos quaes não era certamente a necessidade de enviar dinheiro para o exercito de seu pae.

Por este tempo, um cavalleiro castelhano tomára de assalto a villa de Ouguella, junto a Campo Maior, e logo o infante mandára gente a rehavel-a. Affonso v recolhera-se a Samora, onde tinha deixado a rainha, e ahi hybernou, mandando pedir ao herdeiro da corôa que fosse ter com elle, para concertarem sobre negocios do Estado. D. João deu-se pressa em partir, e já tinha chegado a Miranda do Douro, quando seu pae lhe mandou dizer que retrocedesse, porque seria victima de traição na passagem da ponte de Samora. Esta ponte tinha duas torres nos extremos, e os governadores d'essas torres estavam combinados para apertarem o principe real entre ambas, quando elle passasse com a sua gente. Eis no que a traição consistia. Affonso v indignou-se, e atacou os castelhanos, mas por este facto teve occasião de reconhecer que não podia contar com a lealdade dos habitantes de Samora, pelo que resolveu mudar-se para Toro, onde o alcaide o recebeu amavelmente.

O principe real ficou vivamente contrariado com o caso da ponte de Samora, e pensou logo em tirar desforra d'esse projecto de attentado contra a sua vida. Retirando sobre a cidade da Guarda, ahi reuniu conselho, resolvendo-se enviar novos auxilios a D. Affonso v, para o que foi preciso tomar toda a prata das egrejas e mosteiros, com excepção d'aquella que era indispensavel á dignidade do culto; bem como se tomou dinheiro de emprestimo a particulares. E não sem grandes dôres e gemidos do povo, que o muito sentiam, diz Ruy de Pina. Feitos estes preparativos, o principe D. João, deixando sua mulher como regente do reino, partiu no mez de janeiro de 1476 para Castella, a encontrar-se com o rei, ao qual ia reforçar, tomando na passagem a villa de Sam Felizes, que saqueou.

Entretanto, el-rei D. Fernando e a rainha D. Isabel entraram em Samora, e pozeram cêrco ao castello, que tinha voz pelo rei de Portugal. O desejo de Affonso v era ir em soccorro da fortaleza, que D. Fernando parecia disposto a disputar-lhe palmo a palmo.

D. Affonso estava em Toro, como sabemos, e logo que o principe D. João ahi chegou pensou-se em ir effectivamente defender o castello de Samora, mas, depois de ponderados os prós e os contras, achou-se que o melhor era pôr cêrco á

[1] Damião de Goes, *Chronica do principe D. João*, cap. xliv.

ponte da outra banda do rio, causando assim grande damno a D. Fernando e aos da cidade.

Ficou pois a rainha D. Joanna em Toro, guardada por alguns fidalgos, e pae e filho foram assentar arraiaes nas hortas convisinhas da ponte. Então, enviados do rei de Castella juntaram-se com emissarios do rei de Portugal n'uma ilha que ha sobre o rio Douro, afim de procurarem um meio de conciliação entre os dois monarchas, mas qualquer solução pacifica foi julgada impossivel.

D. Affonso, enfastiado de todas estas delongas, e receiando a falta de mantimentos, retirou o seu exercito sobre Toro, confiando em que D. Fernando o seguiria, e se ageitaria portanto opportunidade de combater. Mas o exercito de D. Fernando, receiando traição, demorou-se em seguir o de Affonso v, parte do qual já havia entrado na cidade de Toro, quando a gente do castelhano se aproximava.

Dividiu-se o exercito portuguez em dois, sendo um commandado pelo rei, outro pelo principe, para fazerem rosto a igual disposição do exercito castelhano.

De um artigo de Lopes de Mendonça, sobre a batalha de Toro, publicado no tomo I dos *Annaes das artes e lettras*, vamos transcrever o rapido e animado quadro que resume toda a historia d'aquella batalha:

«Affonso v depois de uma breve falla aos soldados, partiu com a sua batalha ao longo do rio, aonde estava a batalha e bandeira real de Fernando, o Catholico; «mas não já sua pessoa, escreve Damião de Goes, porque elle por se assegurar, e por conselho dos seus, depois de ter ordenado as alas do exercito, se poz em uma pequena altura, acompanhado de boa e nobre gente, para d'alli se salvar se lhe fosse contrario.»

«Quando os dois exercitos estavam prestes a vir ás mãos appareceu um rei d'armas do rei D. Fernando, mandando desafiar Affonso v para a batalha. «Dizei ao principe de Sicilia, exclamou o rei cavalleiro, que é mais tempo de nos encontrarmos, do que mandar desafios.

«Estava quasi a cerrar-se o dia, nuvens grossas cobriam o céo, uma chuva miuda e penetrante alagava os campos; o principe D. João, seguindo as ordens de seu pae, arremessou-se contra as cinco alas pequenas, ao grito de S. Jorge e S. Christovam, em quanto D. Pedro de Menezes atacava a sexta, sendo o primeiro que rompeu as fileiras inimigas Gonçalo Vaz de Castello-Branco.

«Os castelhanos não poderam resistir ao ataque impetuoso da mais luzida parte da nobreza portugueza. Rotas as suas fileiras, com grande perda de mortos, e feridos, acolheram-se fugindo, ao centro do exercito, aonde tremulava a bandeira real.

«Já áquelle tempo, Affonso v e os seus continuos, seguido do conde de Faro e a sua gente, andava envolvido com os inimigos, pelejando, como tinha por costume, na frente da suas hostes, e expondo a sua pessoa com a heroica indifferença, que o distinguia. O combate prolongou-se por uma larga hora, e a victoria ainda estava indicisa, quando a ala esquerda do exercito de D. Fernando, de que eram principaes capitães, o cardeal de Castellas, e o duque de Alva, correu a reforçar a batalha real. O arcebispo de Toledo, e o conde de Monsanto, que estavam na rectaguarda com a sua gente e com a que pertencia ao duque de Guimarães, e conde de Villa Real, apenas viram o movimento dos castelhanos, immediatamente se adiantaram a soccorrer el-rei, e o combate se travou de novo mais vivo e encarniçado.

«Mas uma circumstancia deu a victoria aos castelhanos. O maior numero de acobertados, e ginetes, e o fogo d'uma columna cerrada de espingardeiros, que enfiavam os cavallos, e a gente de batalha de Affonso v, introduziu a desordem nas fileiras dos portuguezes. A bandeira real, desamparada pelos seus defensores, apesar da desesperada bravura do alferes Duarte de Almeira, cahiu em poder do inimigo.

«Affonso v, ao ver a bandeira real abatida e a batalha desbaratada, tentou arremeçar-se ao meio das fileiras contrarias para encontrar uma morte gloriosa; mas o castelhano João de Porraz, D. Gomes de Miranda, prior de S. Martino, e o conde de Caminha, D. Pedralvares de Soutomayor, e outros cavalleiros não lh'o consentiram, e como a noite estava tenebrosa, e receassem encontrar no caminho alguma força castelhana, que lhe impedisse a entrada em Toro, partiram

para Castro Nuño, de que era alcaide Pedro de Mendanha.

«Grande numero de portuguezes morreram afogados no Douro, tentando atravessar o rio para se recolherem á cidade de Toro. Foi esta a maior perda. Alguns escriptores hespanhoes calculam-n'a ao todo em mil e duzentos homens.

«O principe D. João entretanto, sabendo da derrota de seu pae, tratou de reunir a sua gente, que andava em perseguição dos inimigos, e de chamar a si os fugitivos, accendendo fogueiras, e fazendo soar os clarins. Conservou-se no campo até ao romper d'alva, com intento de offerecer nova batalha aos castelhanos. Mas o exercito de Fernando, o Catholico, retirou-se durante a noite apenas soube que o rei se recolhêra para Samora.

«Quizera D. João demorar-se tres dias em testimunho da sua victoria; «mas o arcebispo de Toledo, diz Ruy de Pina, que no mesmo campo era com elle, prubicamente lhe disse, que despois de imigos partidos bem cumpria por os tres dias estar no campo tres horas continuas a resão de ora por dia, por comparação que trouxe da resurreyçam de Nosso Senhor, que foi depois da morte tres dias nam todos inteiros, mas porque tomou de tres dias tomando de parte por todo.»

Como vimos pela rapida noticia que deixamos transcripta, um profundo desanimo alastrou no espirito de Affonso v. Elle quizera sellar pelo suicidio o periodo tempestuoso das suas pretensões á corôa de Castella. «Ninguem ignora, escreve Rebello da Silva, [1] que na batalha de Toro, em que se decidiu a sorte das duas princezas rivaes, a fortuna sorriu ao esposo de D. Isabel, e que Affonso v, depois de se arriscar na vanguarda das suas lanças, não como o rei e como general mas como cavalleiro indifferente aos maiores perigos, viu os seus esquadrões rotos, a sua bandeira arrastada, e os contrarios victoriosos.

«N'este momento supremo desejou morrer, e arremessando o cavallo para o centro dos castelhanos de certo iria acabar como D. Sebastião em Alcacer a sua carreira de aventuras temerarias, trespassado no meio dos inimigos, se o conde de Caminha e outros fidalgos portuguezes e hespanhoes o não detivessem, e quasi violentado o não arrancassem ao doloroso espectaculo da derrota, conduzindo-o por caminhos desviados a Castro Nunho, aonde repousou com inteira confiança na lealdade do alcaide, que era Pedro de Mendanha.»

É certo, porem, que a batalha de Toro não tivera uma importancia militar de tal ordem, que por si só podesse resolver definitivamente tão grave pendencia internacional. «A batalha de Toro, portanto, continúa dizendo Lopes de Mendonça, em que ambos os adversarios se proclamaram vencedores, parecendo á primeira vista ter sido decisiva para a questão, não foi senão um successo de guerra, bastante duvidoso para qualquer dos partidos, e que pouco significaria para o desenlace d'esta grave lucta, se a causa de Affonso v não estivesse já perdida pela defecção successiva dos seus partidarios, pelas repugnancias nacionaes contra o dominio portuguez, e pela influencia que Isabel de dia para dia adquiria entre a burguezia, e as classes populares.

«Houve uma circumstancia, que desde logo lhe concedeu uma superioridade incontestavel sobre a sua rival. Acclamada em Segovia rainha de Castella e de Leão, aos 13 de dezembro de 1474, ficou immediatamente de posse do thesouro do reino, que estava confiado a André Cabrera, e se conservava na fortaleza da cidade. A cooperação d'este homem n'aquella conjunctura difficil, fôra considerada tão importante, que Oviedo, o auctor das «*Quincuagenas*» não hesita em affirmar que elle poderia fazer rainha a princeza Isabel, ou a princeza Joanna, como melhor lhe aprouvesse.

«Isabel poude por conseguinte, desde o principio da guerra, dispor de mais recursos do que Affonso v, e empregando-os habilmente conseguiu ir successivamente chamando ao seu partido os principaes representantes d'esta aristocracia devassa e cobiçosa, que durante os reinados de D. João II, e Henrique IV, se haviam tornado verdadeiros *Condottieri*, offerecendo a sua espada ao partido que melhor podia subsidiar os seus serviços.»

D. Affonso estava effectivamente abandonado por todos os grandes senhores castelhanos que a principio seguiram a causa de D. Joanna; o unico

[1] *Annaes das sciencias e lettras*, tom. I, pag. 607.

que lhe permaneceu fiel foi o arcebispo de Toledo, o unico!

Apesar de todas as proesas de valor que os portuguezes praticaram na batalha de Toro, avultando entre todas a de Duarte de Almeida e Gonçalo Pires, [1] apesar da pouca importancia militar d'essa batalha, que de nenhum modo pode ser considerada como um d'esses terriveis choques de dois exercitos inimigos, que alteram profun-

[1] No *Diccionario Popular* escrevemos o artigo seguinte, que pômos como nota illustrativa e opportuna:

«Estão na memoria de toda a gente as causas que determinaram a guerra da successão de Castella, guerra em que se achou envolvido o ambicioso Affonso v, sobre pretexto de defender a causa de sua sobrinha D. Joanna, com quem desde logo projectára casar em segundas nupcias, e que tão desventurosa vivera, nada obstante haver nascido successora de Henrique iv. Diremos simplesmente successora, porque alguns historiadores a consideram filha da rainha castelhana e do valido Bertran de la Cueva. É sabido que Affonso v teve por competidores á corôa de Henrique iv Fernando e Isabel de Aragão, e que com quatorze mil homens de pé, cinco mil e seiscentos de cavallo e bastante artilheria entrou em Castella por Piedra-Buena. Esta campanha emprehendida por Affonso v com o intimo proposito, fossem quaes fossem as apparencias, de unificar sob a mesma corôa os reinos de Portugal e Hespanha, apparece commemorada na historia portugueza com o nome de—batalha de Toro, batalha que se por um lado exerceu desastrosa influencia em Portugal, por outro lado exalçou até ao sublime da epopea o valor portuguez representado pelo principe D. João, depois D. João ii, e entre outros heroes do cyclo medievico, por Gonçalo Pires e Duarte d'Almeida.

«Este ultimo cavalleiro era alferes-mór da hoste de Affonso v, o que equivale a dizer que lhe estava confiado o estandarte real portuguez.

«Quando, no campo do Toro, o desanimo dos portuguezes se convertia em arrojo nos castelhanos, o estandarte das quinas foi o alvo a que miraram todos os esforços dos soldados que combatiam em nome de Fernando e Isabel de Aragão. Arrancado das mãos do alferes-mór o estandarte portuguez, elle seria o mais completo testimunho da victoria castelhana, e fluctuando desenrolado afugentaria, de vergonha e desalento, os soldados portuguezes. Mas Duarte d'Almeida perfeitamente comprehendia a grande, a enorme responsalidade do seu posto. Bem sabia elle que preso áquelle estandarte andava desde Santarem e Ourique, abençoado por Deus, o nome portuguez, e portanto resolveu defender até á ultima gota de sangue, se tanto fôra preciso, esse precioso deposito que lhe confiára a patria.

«Aggridem, cercam, embrenham o valente alferes-mór as lanças castelhanas; elle heroicamente resiste sobrepondo-se a essa cerrada floresta de ferro que lhe braceja contra o peito os seus farpões mortiferos. Todo o empenho castelhano é arrancar-lhe o estandarte; portanto uma cutilada lhe corta a mão direita. Vale-se da esquerda, e n'ella fecha o seu thesouro. Nova cutilada lhe decepa a mão esquerda. É um duello titanico, de um contra mil, de um só homem contra um exercito. Duarte d'Almeida não fraqueja, não cede, não cae. Toma o estandarte portuguez entre os dentes, e espera, defendendo-se, que lhe arranquem finalmente a vida para que possam arrancar-lhe o estandarte. Multiplicam-se da parte dos castelhanos os golpes, o desespero do inimigo attinge o seu maior grau, é indomavel, feroz. Duarte d'Almeida cae emfim vencido, pelos golpes repetidos e certeiros, mas, como se não podesse morrer um portuguez d'aquelles ás mãos de castelhanos, Duarte d'Almeida não é ainda cadaver.

«Caiem em peso sobre o alferes-mór os inimigos, entre si disputam qual hade arrancar-lhe dos dentes raivosamente cerrados o estandarte portuguez, que finalmente tremula na mão d'um fidalgo castelhano de appellido Sottomayor. Este improvisado porta-bandeira do rei aragonez alegremente corria, seguido d'um troço dos seus, para o lado onde estava o rei Fernando, a fim de lhe entregar o glorioso tropheo, quando o escudeiro portuguez Gonçalo Pires, com alguns poucos portuguezes, acommete os de Castella, e arrebata a Sottomayor o estandarte das quinas, travando-se entre todos combate, que entre Gonçalo Pires e Sotomayor foi singular.

«Entretanto Duarte d'Almeida era conduzido semi-morto para o acampamento inimigo, onde recebeu o primeiro curativo, e d'onde foi mandado para um hospital de Castella.

Regressando á patria, ao cabo de longos mezes, andava escripto nas chronicas que elle não achára em Portugal *mais galardão que viver mais pobre do que vivia antes*, como diz pouco mais ou menos Duarte Nunes, mas o sr. Camillo Castello Branco escreveu modernamente nas *Noites d'insomnia*, ácerca do *Decepado* com o proposito de mostrar, que elle não acabara tão pobre como se dizia. Conta o sr. Camillo Castello Branco que Duarte d'Almeida, voltando de Castella, onde fora muito honrado pelo

damente a sorte dos povos e dos imperios,—a causa de Affonso v, e da *Beltraneja* ficára perdida no campo castelhano de Toro. [1]

rei Fernando, se recolhera ao castello de Villarigas, o qual herdara de seu pae Pedro Lourenço d'Almeida, e não era o unico que possuia, pois que tinha outro na quinta chamada de Cavallaria. Chegado a Villarigas, o velho *Decepado*, pois que já ia adiantado em annos, encontrou sua mulher D. Maria de Azevedo, filha do senhor da Lousã Rodrigo Affonso Valente e de D. Leonor de Azevedo, que grandes haveres herdara de sua tia D. Ignez Gomes d'Avellar, e á volta da esposa encontrou tambem o *Decepado* os seus dois filhos Affonso e Ruy. Até aqui isto serve apenas para mostrar que Duarte d'Almeida não vivia pobre *antes* da batalha de Toro tanto mais que o sr. Camillo Castello Branco nos dá noticia de que Affonso v estando em Samora no anno anterior a esta batalha lhe fizera mercê, pelos seus grandes serviços, para êlle e seus filhos, de um reguengo no concelho de Lafões. Todavia quer-nos parecer que a ingratidão da patria subsiste, por que Duarte d'Almeida ficou com o que tinha e com ambas as mãos de menos. Affonso v esse, se estivesse em Portugal, havel-o-hia galardoado largamente, porque era um mãos rotas, e tanto que o principe D. João, prevendo as prodigalidades de seu pae, obteve d'elle um documento que declarava nullas todas as doações que fizessse durante a guerra de Castella, e que excedessem dez mil réis de renda. De D. João ii cuidamos poder dizer que o seu agitado reinado lhe não dava muito tempo para rememorar as façanhas de Toro, e premial-as liberalmente, porque o galardão concedido a Gonçalo Pires foi o appellido de «Bandeira» e o brasão de armas com bandeira branca, tendo no centro um leão rompente de ouro. Mas no *Decepado*, que provavelmente pouco sobreviveu ao seu regresso, ou em seus filhos, não se falla. Em Castella é que elle foi honrado, porque D. Fernando mandou pendurar na cathedral de Toledo as armas de que havia sido despojado Duarte d'Almeida, e em Samora foi tratado, quando prisioneiro, com grandissima distincção.»

[1] O leitor deve vêr dois documentos importantes, sobre esta batalha, publicados nos *Annaes das sciencias e lettras* (tom. i), publicação da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

São uma carta de Fernando o Catholico á cidade de Baeza, relativa á batalha, e outra de D. João ii de Portugal, sobre o mesmo assumpto, ao concelho de Evora.

Por demasiadamente extensos, não os trasladamos para aqui.

O principe D. João regressára a Portugal desesperado com o resultado d'este negocio, em que elle tão vivamente se havia empenhado. D. Affonso ficou em Castella, sem forças, sem esperanças, procurando ainda fazer uma cilada á rainha D. Isabel na occasião em que ella passava de Madrigal para Medina, appellando comtudo para o auxilio de Luiz xi, de França, com quem procurára alliar-se para este feito, e recolhendo finalmente ao reino com tenção de ir elle proprio a França, tratar do negocio, o que effectivamente fez.

Affonso v partiu de Lisboa com uma frota de dezeseis navios, e com dois mil e duzentos homens. A esquadra arribou a Lagos onde um corsario francez, de nome Cullam (segundo Ruy de Pina) ou Coulon (segundo Barante) sabendo que elle se dirigia á côrte de Luiz xi, lhe offereceu os seus serviços contra Castella. De Lagos proejou Affonso v para Ceuta, e de Ceuta para França, com tenção de desembarcar em Marselha, mas, por causa do tempo, foi arribar a Collioure, onde despediu os navios portuguezes, e onde fôra cumprimentado por um enviado do rei de França.

De Collioure jornadeou para Perpignan, onde com grandes honras foi acolhido pelas auctoridades locaes. De Perpignan passou por Narbonne, Montpellier, Besiers e Nimes, seguindo d'aqui para Leon, vindo encontral-o ao caminho o duque de Bourbon. D. Affonso não entrou em Leon por causa da peste, e logo em Roanne recebeu outro enviado do rei que lhe dava as boas vindas. Depois dirigiu-se a Bruges, onde descançou alguns dias, e novos enviados de Luiz xi foram encarregados de lhe fazer companhia. O logar da entrevista dos dois monarchas devia ser Tours, e para ahi se dirigiu Affonso v, mas Luiz xi, pretextando uma romaria, deixou varios cortezãos encarregados de receber o rei portuguez. Visivelmente, Luiz xi queria preparar effeitos scenicos, fazer desejada a sua presença, tornar-se pretendido.

Quando Affonso soube que Luiz xi se approximava, quiz sahir á rua, ou pelo menos á escada, para o receber, mas o rei de França mandára adeante dois fidalgos para impedirem que Affonso v levasse tão longe a sua cortesia. N'este facto revela-se perfeitamente o caracter de Luiz xi, assim como o globo enorme do sol se espe-

lha ás vezes n'um pequeno pingo d'agua. Luiz XI fizera-se esperar; agora, mostrava-se requintadamente cortez, quasi humilde. N'este traço está effectivamente concretisado o caracter de Luiz XI, tal como elle resalta do perfil d'este rei traçado pelos historiadores, e até pelos romancistas. O seu reinado foi um combate de todos os dias, como diz Augustin Thierry, [1] pela causa da unidade do poder e do nivelamento social, mas combate sustentado á maneira dos selvagens, pela astucia e pela crueldade. D'ahi vem, observa o historiador, a mistura de interesse e de repugnancia que excita em nós este caracter tão extranhamente original.

Finalmente os dois soberanos encontraram-se a meio de uma sala. A *mise-en-scene* d'esta entrevista é curiosa. «El-rei de França, diz Ruy de Pina, vinha com um só barrete na cabeça, tendo já d'ella tirado um chapeu e duas grandes carapuças, e trazia solto um saio curto de mau panno, e á cinta uma espada d'armas muito comprida, com a guarnição de ferro limada, e uma botas calçadas, e nos pés as esporas do mesmo jaez da espada, e ao pescoço uma beca de chamalote amarello, forrada de cordeiras brancas muito grosseiras, e suas calças brancas ante-talhadas de muitas côres. E ambos os reis com barretes nas mãos se abraçavam inclinando os joelhos muito baixos.»

Como se vê, sobre ser original, é pouco magnificente a *toilette* do rei de França. Accentua-se n'ella um tom de humildade, que convinha agora a esse grande diplomata do seculo XV, para attrair a si a victima imprevidente.

Depois de conversarem algum tempo, retiraram-se os dois soberanos a uma camara, onde Luiz XI indicou a Affonso V o que sem perda de tempo elle devia fazer. Era, a seu juizo, o seguinte:

1.º Que o monarcha portuguez iria pedir ao duque de Borgonha, que então estava em guerra com o de Lorena, que o ajudasse contra Castella, ou que ao menos se compromettesse a não atacar o rei de França, que era pelo duque de Lorena, emquanto Luiz XI guerreasse a favor do rei de Portugal.

[1] *Recueil des monuments inédits de l'histoire du thiers état.*—Avant-propos, pag. LXXIV.

A inimisade de Luiz XI com o duque de Borgonha era antiga, e violenta. Este duque havia despojado dos seus estados o de Lorena, a quem Luiz XI auxiliava secretamente contra o inimigo commum.

«Quando D. Affonso V, escreve Pinheiro Chagas, intentava ingenuamente reconciliar estes dois adversarios implacaveis, sitiára o duque de Borgonha a cidade de Nancy, capital da Lorena, que se declarára pelo seu legitimo senhor. Luiz XI ria-se *dans sa barbe* da tentativa que o pobre D. Affonso V ia emprehender, e esperava talvez que illudisse tambem algum tanto Carlos de Borgonha, ao passo que as suas tropas caminhavam secretamente com as do duque de Lorena, e que elle esperava, como o corvo sinistro, os primeiros rumores d'uma derrota, para cahir sobre a presa do campo de batalha, e cevar-se n'ella. Carlos de Borgonha, tinha só uma filha; e Luiz esperava, com boas razões, apanhar-lhe a herança.» [1]

2.º Que Affonso V obteria do papa a dispensa apostolica precisa para casar com sua sobrinha D. Joanna, a fim de que elle podesse *ir em sua ajuda com menos cargo*, diz Ruy de Pina. Era esta mais uma *ruse* de Luiz XI, porque elle bem sabia que Fernando e Isabel creariam em Roma grandes difficuldades junto do Papa. Era um meio dilatatorio, no fundo; um expediente palliativo.

A este tempo, já Luiz XI conhecia perfeitamente a credulidade cavalleirosa de Affonso V. *Tomara-lhe o pulso*, como se diz em linguagem vulgar. Começára então a fazer-lhe promessas e offerecimentos. Disse-lhe que os castelhanos gostavam ás vezes de vender as fortalezas, e que sempre lhe parecera melhor compral-as do que tomal-as. Que contasse com o dinheiro que precisasse. E como fosse noite, e quando os dois sahiram da camara já as tochas estivessem accesas, Luiz XI imaginando proporcionar a Affonso V uma noite bem passada, que o attraísse mais para o prazer do que para a questão de Castella, mandou pedir a Affonso V que acceitasse a quantia de cincoenta mil escudos de ouro *para convidar qualquer gentil dama, como era usança e cortezia de seu reino.*

[1] *Historia de Portugal*, vol. III.

D. Affonso v recusou este offerecimento. Elle tinha tido uma educação austera, sob a direcção de seu tio D. Pedro; elle havia estimado tanto D. Isabel de Lencastre, sua mulher, que ella poude sempre resistir ás mal querenças que tinha na côrte; elle era o guerreiro d'Africa, o soldado, o homem forte, não estava costumado ao prazer, ás noites de sensualidade que tanto embriagavam Luiz xi. Portanto recusára.

Afim de tratar da dispensação para o casamento de Affonso v com sua sobrinha D. Joanna, partiu para Roma uma embaixada composta de tres representantes do rei de Portugal, os quaes iam animados da melhor fé, e de outros dois do rei de França, os quaes naturalmente levavam instrucções particulares para o pontifice.

Ao mesmo tempo, Affonso v partia para Nancy, afim de se avistar com o duque de Borgonha, que, como já dissemos, estava em guerra com o de Lorena, e acampado na baixa Allemanha.

«E antes da sua partida, escreve Ruy de Pina, el-rei de França lhe disse, que pela pouca seguridade que tinha do duque de Borgonha, por ser muito orgulhoso, duvidava que, tomando a cidade de Nancy, sobre que estava, e destruindo o duque de Lorena, por seguir novidades quereria entrar por França, e que com receios d'isto, pelos segurar, tinha sua gente na frontaria, que daria causa elle lhe não poder dar tanta ajuda, como sem isso faria. Porem que se por seu meio d'el-rei D. Affonso elles ambos ficassem verdadeiros amigos, e se liassem por casamentos dos filhos, como o duque por todas as razões devia querer, elle em sua ajuda poria a corôa de França com todo o seu poder, e que el-rei devia requerer o duque, que fosse com elle em pessoa; porque era bom capitão, e tinha muita gente e singular intelligencia, e que sendo el-rei D. Affonso d'estas amisades meio e segurador, cada um d'elles teria receio de os per si quebrar, pelo não ter por contrario, *com os quaes muito cedo se faria pacifico rei de Castella.*»

Sobre o modo por que Affonso v foi recebido pelo conde de Borgonha, filho de Filippe o *Bom*, apartam-se as opiniões dos historiadores. Para que o leitor tenha pleno conhecimento dos pontos capitaes em que divergem, transcrevemos da *Historia de Portugal*, de Pinheiro Chagas, as seguintes linhas, que para assim dizer condensam toda a historia d'essa entrevista memoravel:

«Affonso v chegou ao acampamento a 29 do mez de dezembro do anno de 1476. Estava por dias o desenlace fatal d'esse inquieto drama da existencia do filho de Philippe o Bom. Os seus fidalgos estavam descontentes, os soldados exhaustos, e a traição envolvia-o nas suas rêdes, porque um napolitano, o conde de Campo Basso, em que depositava plena confiança, ja tinha intelligencia com o inimigo. Apesar das numerosas preoccupações, que o salteavam, Carlos accolheu affavelmente o rei de Portugal. «Ambos se abra-«çaram, diz Schœffer, sobre o rio coberto de gêlo. «O duque, informado dos designios d'Affonso, «deu-lhe esclarecimentos ácerca da indole do rei «de França. Representou este como homem sem «virtude e sem fé. Para dar mais credito á sua «pintura, bastava-lhe citar um facto; emquanto «Luiz aconselhava Affonso, esse principe excel-«lente só preoccupado de paz e d'amisade, a di-«rigir-se a Nancy, enviava ao mesmo tempo atraz «d'elle numerosas tropas afim de sustentarem o «duque de Lorena. Mas accrescentou Carlos de «Borgonha, faço tão pouco caso do rei de França «que só com este pagem (disse mostrando-lhe «um) não hesitaria em lhe dar batalha e ganha-«ria a victoria. Comtudo, como o rei conside-«rava uma alliança com Luiz vantajosa e deseja-«vel, decidia-se tambem por esse partido, afim de «se mostrar agradavel ao seu hospede, e pro-«mettia não só manter entre elles paz e amisade «verdadeiras, mas ainda cumprir todos os com-«promissos, que a pedido d'Affonso contraiu com «o rei de França. Em seguida Affonso partiu para «Pariz, aonde Luiz o convidára a dirigir-se.»

«É isto o que diz Schœffer, seguindo a narração dos historiadores portuguezes. M. de Barante conta d'um modo diverso a conferencia. Segundo elle narra, D. Affonso v «achou um principe «pouco disposto a ouvir as suas razões. O duque, «por unica resposta aos seus projectos de paz e «de concordia, propôz-lhe logo ir-se encerrar «com a guarnição de Pont-à-Mousson, afim de «defender a cidade contra o duque de Lorena, «que chegava da Suissa com o seu exercito; «emquanto elle o esperaria diante de Nancy para «o combater.

«O rei de Portugal, que não viéra com simi-

Offic. Typ. da Empreza Litteraria.

D. Affonso V tenta fugir para a Terra Santa

D. Affonso I tenta fugir para a Terra Santa

«lhante proposito, ficou surprehendido com este «acolhimento e com o pouco juizo que o duque «mostrava; desculpou-se o melhor que poude «dizendo que não tinha armadura, e que não «trouxéra comsigo nenhum dos seus. No dia se- «guinte partiu.»

«É tambem isto o que Filippe de Commines conta e o que parece mais conforme com o caracter de Carlos, e com as disposições do seu espirito n'essas circumstancias.

«O certo é que Affonso partiu desanimado, e entretanto os acontecimentos succederam-se com uma rapidez terrivel. Chegou o duque de Lorena: Carlos de Borgonha, em vez de o esperar nos seus entrincheiramentos, quiz ir ao seu encontro a campina rasa; a traição de Campo Basso realisou-se, os terriveis suissos mais uma vez mostraram a sua superioridade militar, e no dia 5 de janeiro de 1477 Carlos o Temerario foi derrotado, e ficou morto no campo de batalha. D. Affonso v logo sentiu que essa morte era para elle um deploravel acontecimento, e mostrou por isso tristesa, inspirando suspeitas aos francezes, que principiaram a olhal-o com desconfiança, elles que estavam cheios de regosijo por um successo para elles tão fausto.

«Comtudo essa morte exercêra primeiro uma influencia benefica nos negocios d'Affonso v. O papa, a quem enviára uma embaixada, para lhe pedir a dispensa que legalizasse o seu casamento, influenciado por Fernando de Castella, appellára para as dilações; sabendo da morte do duque de Borgonha, e suppondo que Luiz XI, livre d'esse formidavel adversario, auxiliaria effectivamente o seu alliado portuguez, concedeu a dispensa emfim, mas usando d'um subterfugio, que foi declarar que fazendo isso apenas para comprazer ao rei de França, ao rei de França tambem concedia a dispensa, de que elle disporia depois a seu bel-prazer. Mas o rei de França tinha n'essa occasião mais coisas em que pensar.

«Effectivamente, apenas soube da morte do duque de Borgonha, sem mais tardar lançou-se como um falcão sobre as desamparadas provincias do seu inimigo, fazendo tanto caso da herdeira directa, Maria de Borgonha, como se ella não existisse. Negociações, astucias, oiro espalhado profusamente, a força das armas até, empregou tudo para tomar o maior quinhão possivel dos despojos de Carlos o Temerario. Enviou ás cidades borgonhezas emissarios seus, encarregados de favorecerem a annexação, escolhendo de preferencia os que tinham vivido outr'ora na côrte ducal, e entre elles foi Filippe de Commines. O rei transportou-se em pessoa para Arras, na Picardia, afim de estar mais proximo do campo onde trabalhava a diplomacia.

«A Arras mandou el-rei D. Affonso o conde de Penamacôr pedir a Luiz XI uma entrevista, que lhe foi logo outhorgada com toda a deferencia e honras: mas nem por isso os effeitos seguiram as promessas. Importavam-lhe bem, a Luiz XI, n'essa occasião Castella, Portugal e as suas guerras: a Borgonha absorvia-o todo.»

Depois da entrevista de Arras, Affonso v começou a comprehender que não tinha sido mais que um simples joguete nas mãos de Luiz XI. De Arras, Affonso v dirigiu-se para Honfleur, onde demorou todo o mez de setembro, entregue a uma violenta lucta moral, acabando por querer alienar todas as grandezas mundanas, e passar a Jerusalem, com proposito feito de nunca mais voltar a Portugal. Todo esse tempo gastou-o Affonso v entregando-se a exercicios religiosos e escrevendo apontamentos intimos, que cuidadosamente fechava n'um cofre de que tinha a chave, e que se julgava serem uma especie de codicillo, de appenso ao testamento que havia feito.

Finalmente, n'uma manhã de setembro de 1477, o rei sahiu a cavallo, como costumava, acompanhado por Soeiro Vaz e Pedro Pessoa, seis moços de camara, e dois moços de esporas, ordenando ao seu capellão que o fosse esperar na estrada, em logar determinado, onde effectivamente se encontraram.

Chegados ahi, Affonso v deu ordem a um dos moços d'esporas para que retrocedesse a Honfleur, e entregasse aos que n'essa localidade tinham ficado a chave do cofre, para que o abrissem, e lessem o que deixára escripto.

Do que no cofre se continha dá noticia Ruy de Pina:

«... deixava uma carta para el-rei de França com remoques dissimulados, reportados á sua desventura, em que tambem lhe dava conta do fundamento que tivera para sua partida, que era servir a Deus; porque assim lhe fizera voto de o fazer depois da morte da rainha, sua mulher,

sendo o principe seu filho em idade para reger seus reinos como era, pedindo-lhe amparo, favor, e ajuda para os seus, que em seus reinos ficavam. E outra carta para o principe seu filho, em que lhe dava uma triste conta de sua viagem, emcommendando-lhe e mandando-lhe por sua bençam, que logo se alevantasse e intitulasse por rei. E outra d'esta substancia para todos os do reino, que como o proprio e verdadeiro rei obedecessem ao principe. E outra para os seus que ahi deixára, que estivessem á obediencia e ordenança do conde de Faro, com que todos foram tão tristes, e fizeram tão dolorosos prantos como a razão ensina, que em terras tão estranhas e em tanto desamparo, e o rei tão amado devia ser.»

As cartas dirigidas para Portugal foram logo enviadas ao principe por Antão de Faria, e em virtude d'ellas se fez D. João acclamar rei de Portugal, em Santarem, aos 10 de novembro de 1477.

Quando os portuguezes que tinham ficado em Honfleur receberam aquellas cartas, já estavam suspeitosos da demora de Affonso v, não obstante o seu habito de sahir a cavallo todas as manhãs.

Luiz xi tinha encarregado mr. de Lebret, fidalgo francez, de acompanhar Affonso v e de responder pela sua pessoa. Quando o sr. de Lebret soube que o rei de Portugal havia desapparecido, mandou logo emissarios a procural-o, accusando ao mesmo tempo os portuguezes de incuria na guarda do seu soberano. Foi n'uma pequena aldeia da costa, uma villagem, diz Ruy de Pina, que poude ser encontrado Affonso v, o qual, para não ser descoberto, vivia em commum com os poucos criados que o seguiam. O gentilhomem que primeiro logrou encontral-o, e que se chamava Robinet-le-Bœuf, acordou Affonso v, que estava dormindo, afim de melhor poder reconhecel-o: do que pediu desculpa ao rei de Portugal. Surprehendido, Affonso v não tratou de dissimular por mais tempo a sua identidade, e Robinet-le-Bœuf fez reunir immediatamente toda a gente do logar, afim de que ficasse guardando o rei, expedindo emissarios com aviso a Luiz xi, aos portuguezes que tinham ficado em Honfleur, e ao sr. de Lebret. Dos portuguezes, o primeiro que appareceu foi o conde de Penamacôr, que já andava em busca do rei. Affonso v mostrou-se a principio teimoso em renunciar á sua viagem á Terra Santa. O conde de Penamacôr mandou por isso chamar o conde de Faro, e D. Alvaro seu irmão, afim de que viessem demovel-o, o que effectivamente conseguiram.

Affonso v teve pejo de voltar a Honfleur, e por isso embarcou na angra de Hogue, com destino a Portugal. Alguns dos navios que o acompanhavam, não poderam aguentar a conserva, e chegaram primeiro, pelo que o principe D. João, já acclamado rei, teve noticia da chegada de seu pae. Diz-se que D. João ii andava passeiando á beira do Tejo, junto do paço de Santos, com o duque de Bragança D. Fernando e com D. Jorge da Costa, mais tarde cardeal de Alpedrinha, quando soube que seu pae havia chegado a Cascaes, e que perguntára aos seus companheiros de passeio o que havia de fazer n'aquelle lance. O duque respondeu que o dever de D. João ii era receber Affonso v como seu rei e seu pae. Então D. João, apanhou do chão uma pequena pedra, que atirou ao Tejo, e que foi por algum tempo cortando a agua. D. Jorge da Costa disse inclinando-se ao ouvido do duque: «Aquella pedra não me ha de acertar a mim na cabeça.» E no dia seguinte partiu para Roma, onde conseguiu chegar a grandes honras, e ter subida importancia.

Comprehende-se no caracter forte e austero de D. João ii este movimento de indignação perante a fraqueza, a versatilidade de seu pae, que cedia vergonhosamente á astucia de Luiz xi. Mas comprehende-se tambem que, passada essa primeira impressão, fosse receber seu pae a Oeiras, e reverentemente lhe entregasse o titulo de rei, de que já estava de posse: os caracteres como o de D. João ii teem uma profunda comprehensão do seu dever, embora, para o cumprir, tenham de dilacerar-se a si mesmos.

Por sua parte, Affonso v, envergonhado das circumstancias em que se achava, e das fluctuações do seu proprio espirito, queria que o filho conservasse o titulo de rei, guardando elle para si o dos Algarves e das conquistas de Africa, mas o principe não lh'o consentiu.

Depois de estar em Lisboa algum tempo, Affonso v retirou-se para Montemór-o-Novo, e d'ahi para Evora, e é notavel que, depois de tantos desenganos, lhe tornasse a passar pelo espirito

a idéa de continuar devéras a guerra com Castella, que estava limitada a algumas incursões, e de realisar definitivamente o seu casamento com D. Joanna.

O principe contrariou-lhe ardentemente estes planos, sobretudo o de casamento.

D. João, durante a ausencia de seu pae, havia sustentado a animosidade contra Castella, e mandára gente sua a descercar a villa de Alegrete, que havia sido sitiada por Affonso de Monroy, assim como mandou auxilio a Toro e a Castro Nuño, que se conservavam fieis a D. Affonso v, o qual de França mandou dizer aos governadores d'essas fortalezas castelhanas que se rendessem. Elles vieram effectivamente para Portugal, por escaparem á vingança de Fernando e Isabel, e da corôa portugueza receberam auxilio e protecção. Todavia o principe D. João comprehendia perfeitamente que Portugal, sobretudo pelo pessimo estado das suas finanças, não estava habilitado a continuar uma guerra longa e franca com Castella.

O alcaide-mór da villa de Moura, Lopo Vaz de Castello-Branco, quiz revoltar-se contra o rei de Portugal, porque no paiz lavrava um fermento de indisciplina que era estimulado pelas proprias fluctuações do poder real, confiado a Affonso v. Foi mais tarde preciso o caracter de ferro de D. João II para repôr as coisas no seu antigo estado, e para arcar peito a peito com quasi toda a nobreza do paiz. Lopo Vaz de Castello-Branco pagou com a vida a ousadia do seu procedimento. Era mais uma manifestação da austeridade de caracter do principe, que não deixava nunca de punir a rebellião dos seus inimigos.

N'esta desgraçada pendencia com Castella, ainda Portugal teve de figurar mais uma vez. Foi o caso que a condessa de Medellim, que seguia a causa da princeza D. Joanna, foi cercada nas suas fortalezas pelo mestre de S. Thiago de Castella, e mandou pedir auxilio a Affonso v. Effectivamente Portugal enviou-lhe soccorro, indo por capitão-mór da pequena expedição o bispo de Evora D. Garcia de Menezes. O mestre de S. Thiago deu batalha ao bispo junto de Merida, sendo o bispo vencido, ferido e preso, pois que a desproporção das forças era enorme entre os dois exercitos. O de Castella era muito superior. A guarda do bispo foi confiada a um cavalleiro castelhano, que se deixou corromper, pelo que D. Garcia de Menezes, podendo fugir, se recolheu a Medellim, onde, com os destroços da expedição, se conservou ainda muito tempo cercado, até ao tratado de paz.

A agitação era grande em ambos os paizes, e n'um e n'outro os especuladores de occasião não deixavam de tirar o maximo partido possivel das circumstancias, mirando á ganancia. Este estado de cousas, se era grave para Portugal, não deixava comtudo de inquietar Fernando e Isabel. Então, negociações secretas foram entaboladas para a paz, chegando a avistar-se na villa de Alcantara em Castella a rainha D. Isabel com sua tia a infanta D. Beatriz de Portugal.

N'essa entrevista, foi tratada a primeira combinação das pazes entre os dois reinos. Mais tarde uma nova entrevista se realisou no Alemtejo entre plenipotenciarios de Portugal e Castella, assentando-se que as pazes seriam perpetuas. As condições estipuladas foram estas:

1.ª—Que D. Affonso deixaria de intitul r-se rei de Castella e Leão, e Fernando e Isabel reis de Portugal;

2.ª—Que D. Joanna perderia todos os titulos de que se apossára, não se chamando nem rainha nem infanta, salvo se viesse a casar com o principe D. João de Castella, como ficou para resolver mais tarde;

3.ª—Que o antigo tratado de pazes feito com D. João I seria convenientemente revisto e modificado:

4.ª—Que as cidades, villas e castellos que de um reino a outro houvessem sido tomados, e assim os prisioneiros, seriam restituidos, soltos e perdoados;

5.ª—Que em relação a determinadas pessoas e cavalleiros se fariam capitulações especiaes, e que as fortalezas que nas fronteiras de um e outro reino haviam sido construidas, seriam derrubadas;

6.ª—Que o senhorio da Guiné, desde o cabo de Nam e o Bojador até aos indios, inclusivamente, com todos os seus mares adjacentes, ilhas, costas descobertas e por descobrir com seus tratos, pescarias e resgates, assim a ilha da Madeira e dos Açôres, Flôres, Cabo Verde, e a conquista do reino de Féz ficassem *in solido*, e

para sempre, ao rei de Portugal, e que as ilhas das Canarias, e o reino de Granada ficassem *in solido* aos reis de Castella, e seus successores, para sempre;

7.ª—Que para maior segurança d'este tratado, o infante D. Affonso, neto de Affonso v, logo que fosse em idade de sete annos, casasse com a infanta D. Isabel, filha primogenita dos reis de Castella, estabelecendo qual o dote da princeza, e o modo de pagamento;

8.ª—Que d'ahi a certo tempo, a sr.ª D. Joanna, e assim os ditos infantes, fossem postos em terçaria na villa de Moura, em poder da infanta D. Beatriz;

9.ª—Que o principe D. João, filho dos reis de Castella, logo que chegasse á idade de sete annos, casaria com aquella senhora, a qual passaria então a chamar-se princeza, sendo convenientemente dotada; mas que se o dito principe D. João não quizesse casar com D. Joanna, ficaria ella livre da terçaria, recebendo uma indemnisação;

10.ª—Que a sr.ª D. Joanna logo fosse posta em terçaria, como fica dito, ou entrasse em um de cinco mosteiros que fossem indicados, demorando-se ahi o anno de noviciado, acabado o qual escolheria uma de duas coisas, ou *casar ou metter freira*, segundo a expressão popular.

Estas pazes foram publicadas em setembro de 1479, e em virtude d'ellas D. Joanna, perdendo o nome de rainha e infanta, entrou no mosteiro de Santa Clara de Santarem.

É notavel a dureza com que D. João ii, depois de feitas as capitulações, tratou sempre sua prima D. Joanna, certamente,—e só n'isso pode estar a sua desculpa,—para affastar de vez do espirito de seu pae um sonho de ambição que tantas contrariedades já tinha trazido, e muitas mais podia trazer ainda.

Ruy de Pina refere com maviosos toques de sentimento esta dolorosa humilhação por que passou D. Joanna, e alarga-se em considerações que julgamos interessantes reproduzir.

«Ella escolheu por melhor entrar em religião. Pelo qual estando ella em Santarem, e cumprindo-se os seis mezes de sua liberdade, ella não com menos força alheia que tristeza sua propria, e com dolorosas lamentações suas e de todos os seus deixou o titulo de rainha e tomou nome de D. Joanna, e despiu seu corpo dos brocados e sedas que trazia e vestiram-n'a em habitos pardos de Santa Clara, tirando-lhe da cabeça a corôa real de Castella e Portugal de que era intitulada e cortando-lhe d'ella seus cabellos como a uma pobre donzella, e por maior do seu aggravo e magua não lhe deixando os servidores de seu gosto e vontade, nem menos cousa que tivesse imagem d'estado. E o primeiro mosteiro em que assim entrou, foi Santa Clara da dita villa de Santarem. E na execução d'estas cousas porque a necessidade d'outras muitas assim o requeria, o unico e principal ministro era o principe; porque el-rei D. Affonso seu pae de muito anojado e envergonhado d'ellas, de todas se escusou, e as deixou inteiramente á disposição e ordenança do filho, a cuja vontade el-rei n'aquelle tempo mostrou ser muito inclinado e sujeito. Mas se o principe no cumprimento d'estas cousas excedeu o modo contra a sr.ª D. Joanna, por ventura mais do que por razão, piedade e temperança se lhe devia, e isto pela gloria e contentamento que tinha do casamento do infante seu filho se não desfazer, que não era sem alguma esperança da successão de Castella, a desventurada fortuna como crú algoz do rigoroso e severo juizo divino, pela culpa do principe, se a tinha, lhe deu logo a pena com o triste e mortal apartamento dos innocentes, principe e princeza, depois de novamente casados, sobre que tanto fundamento de honra e segurança fazia. Porque o mesmo logar de Santarem, que contra a sr.ª D. Joanna foi o talho d'esta primeira sua crueza, se tornou a ser o principio d'esta sua vingança; porque o principe D. João depois de ser rei á vista da mesma excellente senhora, viu a subita e desastrada morte do principe D. Affonso seu filho, e a quem á primeira pareceu, que sendo vivo, os reinos de Portugal sem os de Castella lhe não bastariam, elle o viu logo morto, e de uma pouca de terra para sempre sujeito e contente, e a triste e innocente princeza sua mulher antes de bem casada se viu logo ser viuva, privada do verdadeiro titulo que tinha, e trocados os brocados ricos e olandas delgadas que trazia, com pobre burel e grossa estopa em que foi logo vestida, nem ficaram por cortar seus cabellos dourados com accidental proposito de

religião, sendo apartada das pessoas mais de sua conversação e servida por servidores alheios, comendo no chão e em vasos de barro, privada em todo de todo estado, entrando n'estes reinos esposada, coberta d'ouro e de preciosa pedraria, em cima de ricas facas e trotões á vista de todos. E saindo logo d'elles viuva, coberta de vaso e almafega, em cima d'azemolas, escondida de todos. Mas vós lagrimas que na lembrança d'esta dôr aqui apontaes, soffrei-vos um pouco, cá para outro mais proprio logar estaes reservadas. Nem a culpa do solemne mas simulado e cauteloso juramento, que el-rei e a rainha de Castella fizeram sobre o casamento d'esta senhora com o principe seu filho, não ficou sem triste pena e mortal perda e sentimento seu, porque Deus em cujo desprezo pareceu que se fez, não padece engano por castigo, do qual vimos que tambem elles viram a não madura morte do principe innocente moço seu filho, vivendo pouco mais tempo d'aquelle, em que com esta senhora prometteram e juraram de o casar; porque elle já então era casado com madama Margarida, filha do rei dos romanos, e a tinha já em seu poder, sem de nenhum d'estes principes de que os reis de Castella e de Portugal tanta esperança e fundamento faziam, ficar algum legitimo herdeiro descendente que os succedesse e herdasse, e foram seus herdeiros os transversaes mais chegados.»

No principio do anno de 1480, D. Affonso, o principe e toda a côrte, recolhendo a Lisboa, tiveram que fugir d'esta cidade por causa da peste, que começou para durar cerca de dezesete annos, peste que Ruy de Pina ingenuamente attribue aos judeus residentes no paiz, e á influencia da lei de Moysés! De modo que D. Manuel, expulsando mais tarde os judeus, expulsou com elles a peste! Por causa da epidemia, a *Excellente Senhora*, que assim se ficou chamando geralmente D. Joanna, foi retirada de Santarem, para o mosteiro de Santa Clara de Evora, mas como a peste tambem grassasse em Evora, levaram a *Excellente Senhora* para o Vimieiro, e d'ahi para Santa Clara de Coimbra.

Assim passou a pobre princeza um anno, n'estas correrias, de mosteiro para mosteiro, até que, chegado o termo do noviciado, e recusando-se ou sendo obrigada a recusar ir para as terçarias, foi resolvido que definitivamente vestiria o habito de Santa Clara.

Affonso v adoeceu em Coimbra, diz-se, e parece certo, que de desgosto e remorsos pela triste sorte a que elle reduzira sua sobrinha. As pessoas que a acompanhavam tanto a impressionavam com as suas lagrimas, que D. Joanna por momentos chegou a hesitar sobre se professaria. Mas logo D. João acudiu a aconselhar-lhe, quasi a impor-lhe que professasse. Estava-se em pleno inverno de 1480, no mez de novembro, o céu era escuro como o coração da pobre princeza, assim victimada, e foi n'estas circumstancias que ella recebeu da mão de um sacerdote o véo preto que para sempre a separava do mundo. D. Affonso v não teve coragem de assistir á profissão, mas esteve presente o principe, de semblante imperturbavel, acompanhado pela côrte, e pelos embaixadores castelhanos, que vinham exigir o cumprimento d'esta clausula do tratado.

O infante D. Affonso, filho de D. João, foi effectivamente entregue na terçaria de Moura, depois da profissão da *Excellente Senhora*, mas com relação á infanta D. Isabel de Castella os embaixadores castelhanos suscitaram tantas duvidas e delongas, que o principe D. João, que estava em Beja, finalmente impacientado, respondeu aos embaixadores com dois bilhetinhos, n'um dos quaes se lia *Paz*, e n'outro *Guerra*, para que escolhessem um d'elles. Os embaixadores que deviam ficar conhecendo d'esta vez, perfeitamente, o caracter do principe, resolveram logo entregar a infanta D. Isabel.

Precisamente n'este momento, em que a agonia de Affonso v, combatido por tamanhos e tão profundos desgostos, se não faria esperar muito, um acontecimento europeu viera sobresaltar todos espiritos catholicos. Os turcos, sob o imperio de Mahomet II, invadiram a Europa meridional, e saquearam Otrante. Mahomet não envelhecia no ardor, e estendeu as suas garras cobiçosas para a ilha de Rhodes, occupada pelos cavalleiros de S. João. O papa Sixto IV fez appello aos principes christãos, e Affonso v e seu filho enviaram uma frota, cujo commando deram ao bispo D. Garcia de Menezes. Este prelado entrando no porto de Ostia, subiu o Tibre e entreteve-se a lisonjear o papa a tal ponto, que obteve a diocese da Guarda, para juntar á de Evora,

que já possuia. Entretanto o tempo passava, e Mahomet II morria, dizendo ao expirar: «Eu queria conquistar Rhodes e a Italia!» Quando D. Garcia se dispoz a sahir de Roma, já sufficientemente prebendado, Mahomet tinha morrido, e os turcos, desalentados, renderam-se ao cheique de Calabria, pelo que o bispo retirou para Portugal, onde não encontrou vivo Affonso V.

Este monarcha, ao tempo d'estes ultimos acontecimentos, tinha chegado a um extremo abatimento de espirito. Depois da profissão da *Excellente Senhora*, fizera-se profunda noite na sua alma, e a saude melindrára-se, como era natural. Um pensamento o dominava: retirar-se do mundo, entregar o poder real a seu filho, e entrar no mosteiro do Veratojo, junto a Torres Vedras, que havia fundado. A morte, porem, viera cortar estes planos, que o desventuroso rei alimentava na tristeza da sua alma. Fôra a Cintra passar alguns dias, e, sendo acommettido de uma febre aguda, expirou no dia 28 de agosto de 1481.

O seu cadaver foi levado para a casa do Capitulo da Batalha, onde ainda jaz em tumulo provisorio.

A *Excellente Senhora* sobreviveu-lhe muitos annos, vindo a fallecer em Lisboa, no de 1530, com 68 de idade.

No tempo de D. João III foi-lhe permittido viver fóra do convento, vindo residir nos paços de Alcaçova, em Lisboa.

No seu testamento, que se encontra nas *Provas da Historia Genealogica*, [1] mandava-se enterrar no mosteiro do Veratojo, amortalhada no habito de S. Francisco. A assignatura do testamento, de que se encontra um *fac-simile* nas *Rainhas de Portugal*, de Benevides, diz *Yo la reina*, titulo de que aliás ella havia sido desapossada. Tal assignatura prova que a infeliz princesa nunca podera resignar-se á expoliação de que fôra victima. Pelo seu testamento se pode vêr quaes as pessoas que se lhe conservaram dedicadas.

[1] Tomo II, pag. 76.

N'este mesmo vol., a pag. 60, se encontra o *Manifesto dos direitos de D. Joanna ao throno de Castella*, bem como a relação das pessoas (pag. 79) que compunham a sua casa.

CAPITULO VII

Lance de olhos sobre o reinado de Affonso V. —Principalmente, noticia do estado financeiro do paiz. — Desorganisação da fazenda publica actuando no reinado seguinte.—Scenario com que fecha o reinado do vencedor de Arzilla, e tem principio o de seu filho.

Bastaria o documento publicado no tomo II das *Provas da Historia Genealogica*, a pag. 17, com o titulo de *Copia das mercês que fez el-rei D. Affonso V, tirada dos livros do marquez de Castello-Rodrigo, que estão na livraria do conde da Ericeira*, para architectarmos, com o auxilio de noticias já anteriormente ministradas, a critica do estado da fazenda publica ao tempo do fallecimento de D. Affonso V, para apreciarmos a situação economica de Portugal n'essa época, e a influencia que exerceu não só nas condições materiaes, mas até no caracter politico do reinado seguinte.

Todavia o estudo que sobre essas bases poderiamos emprehender resentir-se-ia necessariamente da estreiteza das nossas vistas, e da mesquinhez dos nossos recursos intellectuaes. E trabalho inutil seria esse, pois que similhante emprehendimento o levou a cabo proficientemente a penna vigorosa e erudita de Rebello da Silva, dando-lhe curso nos *Annaes das Sciencias e Lettras*.

Comquanto seja um extenso artigo, julgamos dever reproduzil-o na integra, não só porque é realmente o mais completo que se poderia desejar, como porque interrompel-o seria dessoldar a cadeia logica dos acontecimentos a que se refere.

«O estado do paiz, no seu aspecto economico e financeiro, quando D. João II subiu ao throno, justificava os cuidados e receios do novo monarcha.

«Nos ultimos annos, apesar da resistencia, mais ou menos declarada do principe, Affonso V, cada vez mais prodigo, tudo parecia achar pouco para distribuir pelos fidalgos mais intimos, a pretexto de os recompensar dos serviços e proezas, com que tinham ennobrecido os revezes da desastrosa guerra, tentada contra Fernando e Isabel.

«Os sacrificios necessarios para se começar

esta aventura, condemnada pelos conselheiros sisudos, excediam as faculdades do soberano, e por isso vieram recahir pesados e oppressivos sobre todo o reino; e a lucta, prolongada sem exito, exigiu taes despezas, que acabaram de nos enfraquecer, reduzindo tudo a grande apuro.

«No seu testamento, datado de 28 de abril de 1475, o competidor infeliz dos reis de Castella e Aragão revela sem disfarce os onerosos encargos, que deixava ao seu herdeiro com a successão da corôa.

«As dividas contrahidas elevavam-se á avultadas sommas, entrando a prata das egrejas, e o dinheiro levantado do cofre dos orphãos, que, só ellas, não desciam de trinta e quatro milhões, segundo confessa o pae de D. João II. [1] Os thesouros consumidos pelo rei cavalleiro procediam em parte do dote não pago ao imperador; e em parte foram emprestados por pessoas principaes, e por individuos de inferior jerarchia.

«O casamento da imperatriz D. Leonor, irmã de D. Affonso, celebrou-se com tal pompa, e a sua jornada para Italia fez-se com tanto fausto, que vinte e quatro annos depois o vencedor de Arzilla não duvidava accusar-se de excessivamente liberal, lamentando tantos gastos superfluos, imputando a culpa d'elles á sua pouca edade e falta de experiencia, e rogando aos successores, com o auxilio do clero e do povo, que não se negassem a solver o dote de sua irmã, por conta do qual já tinha dado ao imperador sete mil corôas. [2]

«Os recursos, de que podiam dispôr os ministros para occorrerem ás obrigações ordinarias do Estado, e sobre tudo para subsidiarem as emprezas militares de um reinado tão longo e guerreiro, não correspondiam á ousadia dos commettimentos do soberano, nem estavam em harmonia com a imprudente generosidade propria do seu animo.

«Por um documento de fazenda, que sobreviveu, e remonta ao anno de 1477, vemos que a receita ordinaria realisada, ou realisavel, não passava de quarenta e tres contos e setenta e quatro mil réis, em quanto a despeza, não calculando os gastos incertos, ascendia a quarenta e seis contos e oito mil oitocentos e setenta réis. [1]

«Os auctores d'esta especie de conta, ou antes rol, que denuncia pela sua confusão o pouco uso, que então havia ainda de tratar de assumptos similhantes com o methodo e clareza indispensaveis, citam algumas reducções nas despezas, que mais adiante formulam, e orçam a importancia d'ellas em cinco contos quinhentos e sessenta e dois mil réis, dando como positivo um saldo a favor—de dois contos oitocentos e vinte e tres mil quinhentos e setenta e quatro réis, e accrescentando, que não contemplaram nem os gastos incertos, que todavia se não podiam escusar, nem o augmento progressivo dos rendimentos, que era visivel em presença do accrescentamento do paiz. [2]

«A receita ordinaria distribuia-se da seguinte maneira no governo de Affonso v:

«A infanta D. Joanna recebia annualmente trezentos mil réis, que lhe pertenciam da herança de sua mãe em virtude dos contractos.

«As tenças obrigatorias, assentadas anteriormente ao juramento de el-rei, entrando 450 mil réis, que arrecadára D. Filippa, filha do infante D. Pedro, custavam um conto quatrocentos e cincoenta e tres mil setecentos e oitenta e oito réis. [3]

«As graças decretadas em tenças como compensação dos que não tinham sido pagos das quantias que lhes eram devidas para casamentos, montavam a tres contos cento e quinze mil réis, e as tenças vitalicias dadas a determinadas pessoas por mercês anteriores ao juramento de el-rei reputavam-se em trezentos e um mil seiscentos e sete réis. [4]

«A infanta D. Brites, viuva do infante D. Fernando, e seu filho o duque de Vizeu, tinham

[1] «Sousa.—*Historia Genealogica da Casa Real*. Provas, tom. II, num. 4. Testamento de El-Rei D. Affonso v, copiado do Real Archivo.—Gav. 16, na casa da Corôa.

[2] «Ibidem.—*Historia Genealogica*. Provas, tom. II, num. 4, pag. 9.

[1] «Real Archivo da Torre do Tombo.—Gaveta 2.ª, maço 9, n.º 16. Papel de fazenda do reinado de Affonso v.

[2] «Ibidem.—Gaveta 2.ª, maço 9, n.º 16. Papel de fazenda do reinado de Affonso v.

[3] «Ibidem.—Gaveta 2.ª, maço 9, n.º 16. Papel de fazenda do governo de Affonso v.

[4] «Ibidem.—Gaveta 2.ª, maço 9, n.º 16. Papel de fazenda do governo de Affonso v.

oitocentos e cincoenta e tres mil cento e trinta réis annuaes, que recebiam por contracto em troca dos direitos reaes de Beja e Moura, que cederam; e ainda se pagavam mais 213$660 réis a differentes pessoas, que haviam annuido tambem ao accôrdo proposto de converter em tenças os rendimentos dos direitos reaes, que desfructavam. [1]

«Outra quantia avultada das despezas geraes, não inferior a quatro contos cento e trinta e cinco mil reis, era todos os annos applicada ao pagamento do assentamento dos duques e fidalgos por moradias e diversos titulos. [2]

«El-rei e o principe, seu filho, despendiam entre ambos por anno treze contos oitocentos e quarenta mil réis; e além d'esta dotação fixa e permanente o soberano e o seu herdeiro arrecadavam ainda mais 978$077 réis, com o pretexto de attenderem aos moradores da casa de el-rei, que tinham passado para a do principe.

«A Excellente Senhora, a rainha D. Joanna, cobrava 1:400$000 réis de ordenado, triste subsidio, comparado com as grandezas e o lustre, que lhe promettera seu tio Affonso v, offerecendo-lhe a mão de esposo, e acceitando o dote letigioso de uma corôa, que bem depressa havia de ser na sua cabeça a corôa de espinhos de uma reclusão eterna. [3]

«D. Leonor, filha do Infante D. Fernando, e mulher de D. João ii tinha um conto seiscentos e cincoenta mil réis para si, e para seu filho D. Affonso.

«As tenças graciosas e sem prazo limitado concedidas por el-rei subiam a seis contos setecentos e trinta mil réis; as que eram dadas com promessas até se resgatarem por outras mercês de officios, ou de direitos reaes, importavam em quatrocentos e cincoenta e um mil oitocentos e oitenta réis; e finalmente aquellas, com que haviam sido agraciadas diversas pessoas por esposarem damas, que pelo seu assentamento tinham jus a receber os casamentos por inteiro, não desciam de seiscentos e setenta e dois mil e setecentos réis. [1]

«Além d'esta copiosa variedade de tenças ainda apparece outra verba no valor total de seiscentos e quarenta mil e quarenta réis, dados a titulo de indemnisação a differentes individuos por officios que cederam, ou em compensação de promessas lucrativas, que se lhes não tinham cumprido!

«Uma somma consideravel para o tempo, era a que dizia respeito aos moços fidalgos, cujos estudos o Estado subsidiava, gastando com elles não menos de 202$540 réis. [2]

«As duas casas do civel e da supplicação custavam por anno 986$878 réis. [3]

«As outras despezas ordinarias do reino, pagas pelo monarcha por conta do seu erario avaliavam-se todas em dois contos, entrando n'este calculo os 500$000 réis, que pagavam os rendeiros dos direitos, e que não se inscreviam nos livros da fazenda.

«É evidente, que entre as verbas, que menciona este documento, que parece organisado para esboçar um quadro exacto dos gastos excessivos, não figuram os armamentos maritimos, nem o que se despendia com as praças conquistadas em Africa, nem com outros objectos, que absorviam sommas de vulto, e que se não referem.

«Entretanto a estreiteza das rendas publicas revela-se de um modo claro aos olhos do observador, que examinar com reflexão o papel, de que tratamos.

«As deducções dos ordenados tinham sido adoptadas com algumas desegualdades, mas até certo ponto como principio invariavel, que alcançava a todas as despezas. Por exemplo: de 1:400$000 réis, que recebia a rainha D. Joanna, descontavam-lhe cem mil réis; e á princesa D. Leonor, mulher de D. João ii, outros cem mil. [4]

«As tenças graciosas na importancia total de 6:730$444 perdiam a metade, ficando reduzidas

[1] Real Archivo da Torre do Tombo.—Gaveta 2.ª, maço 9, n.º 16. Papel de fazenda do governo de Affonso v.

[2] «Ibidem.—Gaveta 2.ª, maço 9, n.º 16. Papel de fazenda do reinado de Affonso v.

[3] «Ibidem.—Gaveta 2.ª, maço 9, n.º 16. Papel de fazenda do governo de Affonso v.

[1] «Real Archivo da Torre do Tombo.—Gaveta 2.ª, maço 9, n.º 16. Papel de fazenda do reinado de Affonso v.

[2] «Ibidem.—Gaveta 2.ª, maço 9, n.º 16.

[3] «Ibidem.—Gaveta 2.ª, maço 9, n.º 16.

[4] «Ibidem.—Gaveta 2.ª, maço 9, n.º 16.

a 3:365$000 réis, guardando-se a respeito de todas as outras a mesma regra.

«Dos ordenados dos desembargadores do civel e da supplicação deduzia-se a quarta parte, e da dotação para estudos dos fidalgos a metade. [1]

«A somma geral das reducções representava 5:562$444 réis, e o documento financeiro do seculo XV allude a ella quando a cita para attenuar o desiquilibrio entre a receita e a despeza ordinaria, que sem isso subiria a 3:834$870 réis. [2]

«Já se vê, pois, que alguns dos remedios empiricos, modernamente recommendados, e postos em execução, datam de muito longe, e nasceram das mesmas causas, que hoje, ou hontem provocaram resultados analogos nas sociedades actuaes.

«No tempo de Affonso V a indole prodiga do soberano, e as suas custosas emprezas desfalcavam a nação; os rendimentos eram insufficientes para acudir ás obrigações mais sagradas do Estado; e um pessoal numeroso, e em parte superfluo, devorava a substancia publica, engrossando com as mercês de terras e de dinheiro, e complicando as difficuldades, que opprimiam a administração.

«Em vez de se escutar a voz queixosa e sincera dos procuradores dos concelhos, reunidos em côrtes, e de se ouvirem os pareceres sensatos, dos que desde o principio aconselhavam medidas energicas e remedios decisivos, deixaram correr os males, temporisando com os abusos, e approvando por fim o falso e funesto arbitrio de cisar a remuneração devida aos que davam o seu trabalho para repartir mais este quinhão com os ociosos, que pediam ao valimento as rendosas graças, que fruiam, ou que em premio de serviços verdadeiros tinham obtido dez vezes mais, do que elles valiam por maiores que fossem.

«Os apuros dos ultimos annos do governo do paé de D. João II vinham detraz, e não se atalhavam de repente.

«Em 1477 os ministros, que formaram o documento, de que nos occupâmos, repetiam as mesmas advertencias, que as assembléas da nação haviam exposto com vigor e firmeza, mas debalde, e que o monarcha mostrára attender com a brandura propria do seu animo, mas que lhe fizeram esquecer facilmente no meio dos arrebatamentos das suas aventuras militares.

«Nas côrtes da Guarda, de 1465, Affonso V, convencido pelos seus olhos, do critico estado da fazenda, prometteu corregir ós erros, que mais concorriam para o aggravar, e nos primeiros rasgos do seu novo ardor pelas reformas, publicou o alvará de 25 de agosto, em que se lançaram as bases proficuas e economicas, que os seus conselheiros apontavam, e que sustentadas com lealdade e perseverança produziriam sem falta excellentes fructos. [1]

«O rei, desenganado pelos factos, e persuadido pela sua razão mesmo, de que as liberalidades demasiadas eram incompativeis com a organisação da fazenda, firmou alguns principios, que deviam excitar decerto o descontentamento dos vassallos poderosos, que o rodeavam, os quaes é provavel que se aproveitassem da primeira occasião opportuna para o decidirem a desprezar a sua obra, não cumprindo a lei!

«Um dos abusos, que os povos inculcavam com maior censura, era o immenso gasto que el-rei auctorisava, acceitando na sua casa muita gente inutil, de que o serviço não carecia, e á qual se via depois constrangido a pagar.

«Querendo aplacar as queixas feitas em côrtes Affonso V mandou lavrar um regimento para o paço, incumbindo o seu mordomo-mór de o executar, e determinou que não fossem admittidos na casa real mais de vinte moços fidalgos, e de vinte e quatro moços da camara, não podendo os primeiros entrar se excedessem de doze annos, e os segundos de quatorze. [2]

«Ácerca das moradias tambem se tornava urgente adoptar uma providencia completa.

«Os serviços prestados na qualidade de moradores da casa do rei pelos fidalgos davam-lhes direito além da quantia fixa estabelecida para cada

[1] Real Archivo da Torre da Tombo—Gaveta 2.ª, maço 9, n.º 16.

[2] Ibidem.—Papel de fazenda do reinado de Affonso V. Gaveta 2.ª, maço 9, n.º 16.

[1] «Livro Vermelho do Senhor D. Affonso V, tomo III dos Ineditos da Academia Real das Sciencias.—Capitulos e determinações das Côrtes da Guarda, pag. 393 a 397.

[2] «Livro Vermelho de Affonso V. Ineditos da Academia, tomo III, pag. 396.

um, a receber, no caso de escolher esposa, uma especie de dote pago pelo monarcha, e muitos accumulavam as duas mercês, ou continuavam a arrecadar as tenças dadas em compensação.

«Se algum fidalgo esposava uma dama, que tivesse identico privilegio, pediam ambos a somma do seu casamento, e satisfazia-se-lhes na totalidade, ou em separado a cada um sem o menor desconto.

«A reforma decretada no alvará de 25 de agosto consistiu, portanto, em se resolver que d'ahi em diante as moradias, ou as tenças, percebidas em troco d'ellas, cessassem desde o dia do casamento, e que os dotes, ou brindes em dinheiro, que o rei costumava dar aos homens e ás damas, que pelo seu assentamento os deviam ter, nunca mais se pagassem por inteiro senão a um dos consortes, quando succedesse gozarem ambos do mesmo privilegio. [1]

«Além d'esta restricção importante ainda se decidiu mais, que no caso de algum criado, ou morador de el-rei casar com mulher fóra do paço, e de desfructar officio ou terras reguengas concedidas em galardão, o soberano reservasse para si a faculdade de lhe diminuir na quantia do casamento o que entendesse.

«Ainda se notava outra despeza importante, e consistia em os reis darem ajudas de casamento a damas não do paço, que residiam em suas casas, ou nas de seus paes.

«O alvará de 25 de agosto declarou, que da sua data em diante nenhuma promessa d'esta natureza seria feita, e que só o monarcha por mercê especial, e segundo os recursos do thesouro, concederia ajudas de casamento ás pessoas que desejasse premiar, ou distinguir, não podendo estas entretanto passar da metade, do que vencessem as damas, que pertenciam ao paço. [2]

«Affonso v, não contente ainda com os rigores, que os interessados cedo esperavam abrandar na intimidade do principe, obrigou-se perante as côrtes de 1465 a acabar com as tenças graciosas, sendo-lhe para este fim concedidas cento e cincoenta mil dobras, somma que se calculou

[1] «Livro Vermelho de Affonso v. Ineditos da Academia, tomo III, pag. 395.

[2] «Livro Vermelho de Affonso v. Ineditos da Academia, Tomo III, pag. 396.

ser precisa para indemnisar os que mais podiam perder com a reforma. [1]

«Apesar da solemne promessa o rei continuou a enriquecer com mãos largas os fidalgos, que menos careciam de taes recompensas, e como vimos e attesta o documento de 1477, a somma total, a que se elevou n'esta época a despeza feita só com o pagamento das tenças, foi de sete contos novecentos e oitenta e dois mil reis, entrando 1:133$592, pago a varias pessoas em satisfação de serviços e casamentos. [2]

«Não admira, pois, que tão oneroso encargo, que absorvia quasi um quinto da receita geral, assustasse os ministros, os quaes propozeram a el-rei, que não désse mais tenças, nem promettesse promover as que vagassem, ligando-se por juramento ao cumprimento da sua palavra.

«Outra providencia temporaria, tambem approvada para melhorar a ruina da fazenda, foi decidir-se que não se pagassem casamentos a ninguem durante dois annos, contentando-se os interessados com as suas moradias. [3]

«Na idéa, de que os rendimentos publicos augmentariam em pouco tempo, os auctores da reforma traçada no quadro das despezas de 1477 aconselhavam, que se destinassem dois contos para pagar os casamentos, e que se não dispendesse mais nada com elles até se arrecadarem as 210 mil corôas do contrato do latão, que trazia o judeu Isaac, separando-se então tres ou quatro contos para a mesma applicação, e estabecendo como regra invariavel que as tenças e casamentos se não concedessem de novo a pessoa alguma. [4]

«De todas estas clausulas conclue-se com evidencia, que as emprezas guerreiras de Affonso v, e sobre tudo a ultima lucta contra Castella, tinham apertado as difficuldades, que não eram pequenas antes d'ella.

«D. João II, ao qual decerto não escapavam os

[1] «Livro Vermelho de Affonso v. Ineditos da Academia Real das Sciencias, Tomo III, pag. 393 a 397.

[2] «Real Archivo da Torre do Tombo—Gaveta 2.ª, maço n.º 16. Papel de Fazenda do reinado de Affonso v.

[3] «Ibidem—Gaveta 2.ª, maço 9, n.º 16. Papel de fazenda do governo de Affonso v.

[4] «Real Archivo da Torre do Tombo —Gaveta2.ª, maço 9, n.º 16. Papel de Fazenda do reinado de Affonso v.

inconvenientes da crise financeira, creada pelas aventuras temerarias de seu pae, e que não ignorava o alcance das suas prodigalidades, devia reflectir profundamente sobre os perigos de um estado, em que o monarcha assumia o poder supremo cercado de obstaculos, com uma divida grande contrahida e em aberto, com as rendas desfalcadas, e com uma parte consideravel da receita consumida em favores e mercês feitas a um pessoal immenso e esteril, que tudo julgava pouco, e que se queria fazer pagar a pêzo de ouro dos menores serviços que prestava.

«Outro documento, não menos instructivo, do que aquelle que acabamos de citar, proporciona vivas côres para o painel, que estamos debuxando.

«É um papel escripto por D. Vasco de Ataide, filho do conde de Atouguia, Prior do Crato, e companheiro d'armas de D. Affonso v em Africa, no qual por curiosidade ia assentando as mercês e liberalidades do rei cavalleiro durante o seu longo reinado.

«Esta Memoria, apezar de defectiva, ministra preciosos subsidios para se conhecer até onde podia chegar a generosidade imprudente do pae de D. João ii, e de que modo se desbaratavam, quasi sem discernimento, os rendimentos proprios do soberano, e os do paiz.

«As despezas deste governo prodigo registadas por um cotezão, que devia ao filho de D. Duarte a elevada posição, a que subira, dão o verdadeiro retrato do principe guerreiro e faustuoso, e explicam ao mesmo tempo os apuros e estreitezas dos ultimos annos do seu reinado e os secretos motivos, que além do odio latente, mas constante, contra os mais poderosos vassallos, influiram no animo do seu herdeiro, decidindo-o a apressar a lucta, e a não recuar um passo depois de a travar.

«O casamento de sua irmã a imperatriz no anno de 1450, com o dote e passagem por Italia, enxoval e joias custou a Affonso v, ou antes ao reino, cento e cincoenta mil cruzados.

«A princeza foi acompanhada em toda a jornada pelo marquez de Valença, pelo bispo de Coimbra, e pelo conde de Villa Real, levando quatrocentos e oitenta cavallos, duas náus, duas caravellas, e duas embarcações menores. [1]

«Nos ultimos annos desenganado de algumas das vaidades da sua mocidade, o vencedor de Arzilla arrependeu-se do excessivo gasto d'esta pomposa entrega, e desculpou-se perante Deus e os homens, cedendo sem duvida á voz da consciencia. Mas os arrependimentos d'este genero de peccados eram n'elle sempre curtos e levianos. Se de novo se lhe offerecia occasião de ostentar a grandeza e o esplendor, a que era tão inclinado, tornava a repetir o erro, e feliz ainda se o não exagerava.

«O casamento de sua irmã, a infanta D. Joanna, em 1455 com o rei de Castella Henrique iv, serve de prova ao que asseveramos.

«O dote, a viagem, e o enxoval da princeza, até ser entregue a seu marido pela condessa de Atouguia D. Guiomar, importou em trinta mil dobras. [1]

«Para casar sua prima D. Isabel com D. João, rei de Castella, em 1446, brindou-a com um dote de cincoenta mil dobras, sendo acompanhada de um opulento cortejo, no qual figuravam, entre outras pessoas principaes, os bispos de Coimbra e de Evora, o prior do Crato D. João, e muitos outros fidalgos. [2]

«Finalmente, além das grossas sommas, que deu para casar alguns fidalgos da casa de Bragança com vantagem, e que já apontámos nos capitulos antecedentes, bastará observarmos, que para o consorcio de seu irmão o infante D. Fernando com a infanta D. Brites teve de dar sessenta florins de ouro, que se gastaram em comprar á rainha de Castella D. Isabel o montado do Campo de Ourique, e os logares de Bellas, Almada, Collares e Azeitão com a mouraria de Loulé.

«Não satisfeito ainda com tão magnifico presente de noivado o rei concedeu ao infante o mestrado de S. Thiago, e as terras do infante D. Henrique, com a ilha da Madeira, Beja, Serpa, Salvaterra, Marvão e Guarda. [3]

«As emprezas e aventuras militares do rei-ca-

[1] «COUSAS QUE DEU EM SUA VIDA EL-REI D. AFFONSO v. Provas da Historia Genealogica, Tomo ii, n.º 8, pag. 17.

[1] «COUSAS QUE DEU EM SUA VIDA EL-REI D. AFFONSO v. Provas da *Historia Genealogica*, Tomo ii, n.º 8, pag. 18.

[2] Ibidem.—Provas da *Historia Genealogica*, Tomo ii, n.º 8, pag. 18.

[3] «Provas da *Historia Genealogica*, Tomo. ii, n.º 8, pag. 18.

valleiro, e as suas conquistas absorveram igualmente avultados cabedaes.

«O soccorro, que enviou em 1445 por seu primo D. João ao rei de Castella, composto de duas mil lanças e de cinco mil homens de pé importou em quarenta e quatro mil dobras; e os outros auxilios de tropas, com que ainda o ajudou por duas vezes, consumiram mais de dezeseis mil dobras. [1]

«Para a expedição, que tomou aos mouros Alcacer, em 1458, armou duzentas e oitenta vélas e vinte e dois mil homens de peleja, despendendo cento e quinze mil dobras; e na couraça, que mandou construir um anno depois para fortificar melhor a praça conquistada, empregou dez mil dobras, e vinte e seis náus. [3]

«A primeira vez, que passou a Ceuta com duas mil lanças gastou trinta e oito mil dobras, e a gloriosa facção, que terminou pela conquista de Arzilla e de Tanger, emprehendida com uma armada de trezentas e trinta e oito vélas e de vinte e tres mil homens, custou cento e trinta e cinco mil dobras. [2]

«Quando passou a França, attrahido pelas falsas promessas de Luiz XI depois do revez de Toro, levou comsigo dois mil e duzentos homens com dezeseis náus e cinco caravellas, trazendo sempre que andou nas terras estrangeiras um estado real proporcionado, e malbaratando n'esta imprudente jornada não menos de trinta e oito mil dobras. [4]

«A fatal guerra, tentada contra Fernando e Isabel em nome dos direitos da desditosa filha de Henrique IV, acabou de arruinar a fazenda publica, e não se pôde sustentar senão recorrendo a emprestimos e a expedientes ruinosos.

«O exercito, quando o rei passou a fronteira em 1475, era de cinco mil e seiscentas lanças e de quatorze mil infantes, e gastou-se com elle em treze mezes duzentas setenta e cinco mil dobras. [5]

«Nas outras armadas de soccorro, que mandou a Ceuta, Alcacer, e Arzilla, assim como na que expediu sobre Anafe ás ordens do condestavel, calculava-se que a despeza total deveria exceder de oitenta mil dobras. [1]

«Mas os gastos immensos, que no tempo de Affonso V davam razão ás queixas repetidas dos povos, e ás censuras fundadas dos conselheiros mais avisados não foram os unicos erros do seu governo.

«As suas inclinações guerreiras, e a sinceridade natural do seu animo, tornavam-o accessivel em demasia ás supplicas dos fidalgos que o serviam, e que sabiam extorquir-lhe com facilidade as graças, que os enriqueciam a elles, empobrecendo o monarcha, e opprimindo o paiz.

«Já o dissemos: o filho de D. Duarte, em se tratando de remunerar os cavalleiros e senhores, que encontrára a seu lado nas pelejas, tudo achava pouco, e despojava-se com prazer para os dotar com uma prodigalidade exagerada, que dava nos olhos, e que excitava com motivo o desgosto e a emulação do seu successor.

«Os titulos e as doações, com que engrandeceu algumas familias, sobre tudo a dos dous duques de Bragança e de Vizeu, foram a verdadeira origem do ciume do principe herdeiro, e da soberba intoleravel dos poderosos vassallos, que, hombreando quasi com o throno em opulencia, não hesitaram em levantar a luva, que D. João II lhes lançou do seio das côrtes de 1481.

«Não contente com as mercês honorificas, tão importantes n'aquella épocha, quasi que repartiu pelos seus intimos e validos todas as terras e direitos, de que se compunha o melhor rendimento do patrimonio real, já tão desfalcado desde a regencia do infante D. Pedro, que obedecia ás circumstancias, deplorando de certo a

[1] «COUSAS QUE DEU EM SUA VIDA EL-REI D. AFFONSO V. Provas da *Historia Genealogica*, Tomo II, n.º 8, pag. 18 e 19.

[2] «Ibidem. — Provas da *Historia Genealogica*, Tomo II, n.º 8, pag. 18.

[3] «Ibidem. — Provas da *Historia Genealogica*, Tomo II, n.º 8, pag. 18 e 19.

[4] «Ibidem. — Provas da *Historia Genealogica*, Tomo II, n.º 8, pag. 18 e 19.

[5] «COUSAS QUE DEU EM SUA VIDA EL-REI D. AFFONSO V. Provas da *Historia Genealogica*, Tomo II, n.º 8, pag. 18 e 19. A dobra valia em 1451 150 reaes brancos, se era dobra cruzada, e se era de banda deviam dar-se por ella 120 reaes. A dobra de banda de D. João I e D. João II de Castella valia em Portugal, no anno de 1460, 230 reaes brancos. *Memorias da Classe de Sciencias Moraes e Politicas* da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo II. Parte I da nova serie, pag. 90 a 100.

[1] Provas da *Historia Genealogica*, Tomo II, n.º 8, pag. 18 e 19.

triste necessidade, que o forçava a ganhar vontades por tão custoso preço.

«Affonso v fez seu irmão o infante D. Fernando duque de Beja e de Vizeu, e confirmou o titulo em seu filho D. João com todas as terras, que possuia o pae, com as ilhas e os Mestrados de Christo e de S. Thiago, e com as rendas das saboarias.

«Era um apanagio quasi real, cujo esplendor cegou o duque D. Diogo, mancebo altivo, de espirito acanhado e pouco lucido, e devorado por uma ambição inquieta e nescia, que o arrastou a ligar-se com o partido da nobreza, impaciente de vingar a morte violenta de D. Fernando de Bragança.

«Além da somma fixa do seu assentamento deu a D. Sancho de Noronha o titulo de conde de Odemira, com as villas de Aveiro e Odemira, e o reguengo e castello de Elvas.

«Para recompensar os serviços da casa de Marialva, a qual perdera successivamente na guerra de Africa a D. Gonçalo Coutinho na entrada de Tanger, e a D. João Coutinho na tomada de Arzilla, concedeu a D. Francisco Coutinho as lezirias de Santarem.

«Fez conde de Atouguia a D. Martinho de Atayde, filho do seu aio Alvaro Gonçalves de Atayde, dando-lhes os direitos, que rendia a judiaria de Castello-Branco.

«O filho do seu camareiro-mór, D. Alvaro de Castro, que morreu no assalto de Arzilla, e foi primeiro conde de Monsanto, teve em premio dos assignalados feitos de seu pae a confirmação do titulo, o castello de Lisboa, e a villa de Castello-Mendo com os reguengos.

«O marquez de Monte-mór, D. João, irmão do duque de Bragança e Guimarães, além do officio de condestavel do reino desfructava as rendas das Alcaçovas, e do Redondo e portagem de Elvas.

«D. Alvaro, conde de Faro, recebeu de juro os direitos do castello de Estremoz. [1]

«Seria longo, e superfluo inscrever extensamente todas as graças, que a mão liberal do monarcha repartiu pelos seus cavallleiros. As tenças, que arbitrava aos officiaes da sua casa, e aos fidalgos, que o serviam, eram tão grandes, que se dizia geralmente, que nenhum rei as concedera eguaes, sobre crear-lhes os filhos no paço á sua mesa, e na sua camara em tão grande numero, que D. Vasco de Atayde affirma com segurança, que nem quatro reinados juntos e dos mais longos, poderiam competir com o seu em generosidade.

«Os casamentos, que se deram no seu tempo, tanto aos homens, como ás damas, sommaram no fim do governo seiscentas mil corôas, porque sempre se pagou para cima de mil corôas por cada um.

«Outra fonte de despeza, tambem curiosa, foram as moradias, que recebiam os fidalgos da sua casa, e que se podiam accumular com o rendimento dos officios e bens, que a intimidade com o soberano os habilitava a arrancar-lhe para si e para os filhos e parentes.

«Em 1462 os cavalleiros, denominados do conselho, eram quatorze, e o que menos arrecadava não tinha menos de quatro mil duzentos e oitenta e seis reaes por anno, quantia para a épocha bastante elevada como gratificação de serviço.

«O conde de Marialva percebia mais do dobro, assim como o conde de Monsanto; outros venciam seis mil e quinhentos reaes, como o mordomo-mór Alvaro de Sousa, e Martim Affonso de Mello.

«Em 1477 havia ainda onze cavalleiros do conselho, e occupavam os empregos de vedores Gonçalo Vaz de Castello Branco, e João Lopes de Almeida, o de secretario Diogo de Saldanha, o de mordomo-mór Diogo Lopes de Souza.

«Apesar das apregoadas economias tão recommendadas n'este periodo, e das deducções em todos os pagamentos, as moradias cobravam-se integralmente, e não diminuiram, conservando-se pouco mais ou menos as mesmas, que achamos estabelecidas para 1462. [1]

«Os fidalgos cavalleiros, que andavam na casa de el-rei no anno de 1477, passavam de cem, todos assentados nos seus livros de moradias, uns com tres mil e novecentos reaes, com dois mil e setecentos, ou com dois mil e quinhentos,

[1] «Provas da *Historia Genealogica,* Tomo II, n.º 8, pag. 19.

[1] «Provas da *Historia Genealogica,* Tomo II, n.º 9. Livro das moradias de El-Rei D. Affonso v.

e outros com mil e oitocentos, ou com mil e quatrocentos reaes, e d'ahi para baixo.

«Trinta e oito escudeiros fidalgos, cincoenta e um moços fidalgos, todos retribuidos proporcionalmente, completavam o quadro do numeroso pessoal, que Affonso v, continuava a sustentar a despeito das representações dos seus ministros e dos povos! [1]

«Depois de voltar de França parecia, que o rei desvanecendo-se-lhe todas as esperanças de reinar em Castella, e cortado de magua, mudaria de systema, reprimindo a sua excessiva liberalidade em presença da estreiteza de recursos a que o condemnavam as mal succedidas aventuras.

«Não aconteceu, porém, assim; e se alguem o imaginava illudiu-se.

«Apesar da influencia e dos esforços do principe D. João, que em outras coisas o rei deixava apoderar-se de toda a auctoridade, os ultimos annos do vencedor de Arzilla não correram menos fecundos em mercês, do que os anteriores.

«As familias, que abusavam do seu valimento com o monarcha, prevendo que não achariam tão facil entrada com o seu successor, não perdiam o momento favoravel de se locupletarem, receiando com razão que o futuro lhes não proporcionasse outras occasiões propicias.

«Desde a derrota de Toro e da mallograda jornada á côrte de Luiz xi o filho de D. Duarte, abatido e quebrantado, vivia mais das recordações do passado, tão animado de honrosas proezas, do que dos tristes e desconsolados desenganos do presente, em que via dissiparem-se em fumo os sonhos ambiciosos, que o tinham deslumbrado, e cair aos pés dos seus emulos a malfadada corôa, que Henrique iv de Castella deixára a sua filha, que elle promettera firmar-lhe na cabeça, e que não pudéra defender, consentindo que a infeliz princeza expiasse como um crime no proprio reino de seu tio e seu esposo jurado os direitos, que lhe foram legados para seu infortunio.

«N'esta disposição de animo, e com a imaginação ardente do monarcha, os que de perto lhe conheciam o caracter, não ignoravam o modo de combaterem com proveito seu a pesada melancholia, que o affastava dos homens e dos cuidados do poder, fazendo-o suspirar pela solidão de um claustro.

«Fallando-lhe das horas de alegria e de triumpho, que embellezaram a sua carreira militar, feriam uma nota sempre sensivel no coração do soberano, e ao mesmo tempo faziam-se lembrados á sua munificencia como seus fieis companheiros de armas.

«Foi provavelmente por estes rodeios que os fidalgos mais familiares com o rei alcançaram d'elle as amplas graças que o principe D. João estranhava sem se disfarçar, e que algumas vezes mesmo procurou atravessar, ou illudir, servindo-se de meios e de ardis, que ficavam mal á sua condição, e á sua indole.

«Citaremos algumas das ultimas mercês para se formar idéa da sua importancia, e da razão com que o herdeiro da corôa as sentia e reprovava.

«Em 1477 o conde de Olivença, D. Rodrigo de Mello, obteve de Affonso v a jurisdicção civel e crime da villa e padroados do seu titulo.

«O duque de Guimarães D. Fernando ii alcançou a doação da jurisdicção dos logares de Melgaço e de Castro Laboreiro em sua vida, e para seu filho mais velho a da villa de Monforte com o castello, rendas, e direitos.

«O conde de Faro, irmão do duque, teve a concessão de poder nomear os tabelliães da cidade de Silves; e D. Alvaro, tambem da mesma casa de Bragança, a confirmação da quinta de Valverde, que o duque, seu irmão, lhe tinha doado, no termo de Santarem.

«Gonsalo Vaz de Castello Branco, vedor da fazenda, não se deixou ficar esquecido; a mercê de Villa Nova de Portimão no reino do Algarve foi o premio do assignalado feito que praticára, sendo o primeiro que rompeu a batalha de Castro-Queimado.

«O duque de Bragança, D. Fernando i, não satisfeito com os favores, que el-rei distribuira por todos os seus filhos, ainda lhe extorquiu para si mais o importante privilegio de não haver nas suas terras outro fronteiro-mór, que não fosse elle.

«A mesma graça declarou-se extensiva ao conde de Faro D. Affonso, com apresentação de

[1] «Provas da *Historia Genealogica*, Tomo ii, n.º 9. Livro das moradias de El-Rei D. Affonso v.

todos os officios dos seus senhorios, e dos da condessa sua esposa!

«Ao conde de Loulé, intimamente enlaçado com a familia de Bragança, concedeu o monarcha as villas de Arzilla e de Alcacer, podendo-as deixar por sua morte áquelle de seus filhos, que nomeasse para lhe succeder.

«A doação feita ao conde de Marialva, D. Francisco Coutinho, que era o cavalleiro do seu conselho, que vencia maior moradia, ainda excedeu esta em grandeza e generosidade, porque lhe permittia legar a seus filhos todas as villas e terras que tinha da corôa, com os morgados, e na falta d'elles a qualquer dos irmãos, que nomeasse, e não nomeando, a seu irmão D. Gastão.

«D. Fernando II duque de Guimarães era um dos fidalgos mais ricos e poderosos de Portugal, antes mesmo de unir as duas casas pela morte de seu pae o duque de Bragança. Para acudir, porém, aos apuros d'este opulento herdeiro, Affonso V brindou-o com uma tença de quatrocentos mil réis até succeder nos Estados da sua familia!

«D. Manuel, seu sobrinho e irmão do duque de Vizeu, que depois foi rei, teve quinhentos mil réis annuaes, além dos outros bens, em quanto residisse em Castella por causa das terçarias, e não completasse quatorze annos de idade!

«O conde de Marialva, o duque de Bragança D. Fernando II, e o duque de Vizeu parece haverem explorado, como riquissima mina, a condescendencia e amizade, que o vencedor de Arzilla lhes mostrou até aos ultimos instantes da sua vida.

«O primeiro arrancou-lhe a mercê das pensões dos tabelliães da cidade de Vizeu pouco antes de fallecer; o segundo conseguiu a doação do padroado de Castro Laboreiro, e das dizimas das sentenças condemnatorias, que se julgassem nas suas terras; e o terceiro, dezoito dias antes da morte do pae de D. João II, alcançou a villa de Beja com o termo, castellos, entradas e saídas, e toda a jurisdicção, e a ilha da Madeira com seus portos, rendas, direitos o jurisdicção, do mesmo modo que a tinha possuido o infante D. Henrique, tudo de juro e herdade para elle e seus descendentes!» [1]

[1] «Vide Damião de Goes.—Chronica do principe D. João, cap. 102, pag. 383 a 389.»

LIVRO IV

Reinado de D. João II

CAPITULO I

Lucta do novo rei com a nobresa.—Considerações ácerca do feudalismo.—As menagens.—Côrtes de Evora.—Protestos por parte do duque de Bragança.—Como se descobre a sua traição.

Foi na situação habil e fielmente descripta pelo eminente historiador, a cujo auxilio nos soccorremos, que D. João II empunhára as redeas do governo.

Ao contrario de seu pae, D. João II era um caracter frio, perseverante, concentrado. Era um homem de rija tempera, talhado a molde para as circumstancias especiaes em que o paiz se encontrava. O thesouro publico estava vasio de capitaes, e repleto de responsabilidades. A nobresa, fortalecida pelas largas mercês que lhe fizera Affonso V, não só absorvia uma grande parte das forças do paiz, mas habituára-se até a dominar o poder real, e a esmagar a classe popular. Duas casas nobres, a de Bragança e a de Vizeu, representavam para assim dizer outras tantas monarchias que assombravam o prestigio e os recursos do herdeiro da corôa do reino. N'estas circumstancias, e pela morte de seu pae, subiu D. João II definitivamente ao throno. O caracter do novo rei formara-se na experiencia precoce da vida, e na lição dos deploraveis acontecimentos que infelicitaram a vida de seu pae. A morte de seu avô o infante D. Pedro, o passamento permaturo de sua mãe, pomba que ferira as azas immaculadas nos espinhos da intriga palaciana, os asperos trabalhos da guerra em Africa, as desillusões colhidas por seu pae na côrte de França, e outros muitos factores, que seria ocioso relembrar, retemperaram a alma do successor de Affonso V no bronze dos grandes caracteres, frios e duros.

A nobresa devia conhecel-o, se a cegueira da propria omnipotencia a não cegasse. Julgava-se ella forte, invulneravel, invencivel, e como o rei parecesse desde logo inclinado a encostar-se ao braço popular, julgaram vêr n'esse facto uma prova de fraquesa e de cobardia.

Não era esse o feitio do rei, e a nobresa devia expiar durante o seu desacerto n'um periodo que não vinha muito distante.

«Paciente emquanto se não proporcionava o ensejo de apparecer, escreve Rebello da Silva, D. João II vigiava-os de longe e de perto, punha uma sombra sua junto de cada um, assistia invisivel aos seus conciliabulos, e não desmentia nem um só momento a profunda dissimulação, com que os enganava, fingindo-se tranquillo e descuidado para os não sobresaltar.

«Fiado na analogia de interesses, que havia entre a sua causa e a das classes médias, e resolvido a não consentir que a corôa fosse escarnecida, ou pisada aos pés, olhava com firmeza para a tempestade que se formava, e sem a desprezar, esperava para a romper, que batesse a hora de appellar para um rasgo subito de audacia.

«Entretanto nas côrtes os procuradores do povo lançavam a luva a descoberto aos privilegiados, e despedaçavam com rudeza as ligaduras

que escondiam as chagas vivas do paiz, com a certeza de que o novo monarcha lhes não levaria a mal a liberdade. Sabiam que por mais alto que se levantasse o grito de dôr dos opprimidos, os ouvidos do rei não se haviam de offender, antes estavam dispostos a escutal-o, senão com piedade, ao menos com benevolencia.

«Como era de esperar os Estados abriram a longa serie das suas queixas pelos capitulos relativos aos privilegios e abusos da nobreza; e um dos primeiros, que offereceram, foi o que dizia respeito ás jurisdicções dos senhores nas suas terras.

«Observando, que nada podiam accrescentar de novo ao que por muitas vezes já tinham dito a el-rei D. Affonso ácerca do assumpto, os representantes dos concelhos notavam, *para satisfazerem ao mandado do soberano*, que a justiça ha muitos annos que andava desamparada do seu principal senhor, deplorando que tantas villas importantes, com outras de menor vulto, e muitos logares notaveis estivessem desmembrados do dominio real, apesar de tão dignos de honras e de liberdade, para serem dados aos fidalgos, que tratavam os moradores com deshumano rigor. [1]

«Concluindo, requeriam que o rei avocasse a si os titulos das doações feitas, e mandasse examinar o direito, em que se fundavam, tornando a unir á coróa as terras que julgasse usurpadas, e privando mesmo das jurisdicções não duvidosas aquelles, que se provasse terem abusado d'ellas.

«Quanto ás mercês sobre que não houvesse contestação, ou aggravo, propunham que fossem confirmadas nos que as desfructavam, mas com a clausula expressa de reversão para o Estado por morte dos donatarios actuaes. [2]

«A mão de D. João II tinha de certo guiado a dos doutores, que elaboraram este capitulo, em que se desenhava fielmente a imagem do seu pensamento; e a sua resposta bastaria para o demonstrar, se as revelações dos chronistas não subministrassem o fio necessario para acertarmos n'esta parte com o verdadeiro sentido da politica e das intenções do filho de Affonso V.

«O proposito do principe era adoptar, como proprias, as providencias, que por sua arte as côrtes lhe lembravam.

«O novo monarcha não ignorava a historia de muitas d'essas doações, não concedidas, mas empolgadas quasi á viva força.

«O meio proposto era violento, e a inquirição que se pedia agora já fôra determinada por muitos dos seus predecessores sem resultado; mas resoluto e desejoso de restituir ao dominio da coróa muitos bens, cuja perda empobrecia o Estado, o rei contava com a sua robusta vontade para desatar as difficuldades, e não parecia disposto a dar um passo atraz depois de se adiantar n'este caminho.

«Eis a explicação da sua annuencia immediata e explicita ao requerimento dos povos.

«Respondendo, que lhes agradecia o que apontavam ácerca das villas e logares separados da coróa pela liberalidade dos monarchas, que tinham regido antes d'elle, e communicando-lhes que já nomeára pessoas competentes para examinarem os titulos das mercês feitas até á sua accessão ao throno, o neto do infante D. Pedro definia claramente a sua posição, collocava-se do lado dos concelhos, e sustentando-os, atirava com a ponta da lança pela segunda vez a luva, que por suggestões suas se acabava de arremessar ás faces da nobreza.

«A guerra estava, pois, declarada; e alliado com o povo, D. João esperava terminal-a com vantagem, engrandecendo as suas prerogativas.

«Para complemento da refórma annunciada, e sem se deter com as vozes e corrilhos dos fidalgos, ordenou que os seus corregedores entrassem nas terras dos que possuiam jurisdicções afim de conhecerem dos abusos e violencias praticadas na administração da justiça, reivindicando assim um dos direitos mais importantes da soberania, e rasgando com ousadia, para o fazer prevalecer, os privilegios dos mais poderosos validos de seu pae.

«Estas resoluções, tomadas logo no principio do reinado, foram a base da revolução começada por D. João II em favor da unidade monarchica.

«Se os senhores obedecessem a supremacia real estava reconhecida, e a estrada ficava des-

[1] «Côrtes de 1481-1482. Real Archivo da Torre do Tombo, maço 3 de côrtes, n.º 5.»

[2] «Côrtes de 1481-1482. Real Archivo da Torre do Tombo, maço 3 de côrtes, n.º 5.

empedida para eguaes, ou para maiores commettimentos; se resistissem, e rebentasse a lucta civil, o principe preferia o combate e o perigo ao envilecimento do poder, e á forçada abdicação das mais preciosas prerogativas.»

N'estas condições, D. João II estava lançado n'uma lucta que os seus antecessores haviam tentado em parte.

Os primeiros reis da monarchia portugueza tinham feito largas concessões, principalmente como premio de serviços militares, e affirmação dos seus sentimentos religiosos para com os mosteiros e cathedraes. Taes concessões revestiam o caracter de *feudos*, baseando-se no direito do mais forte, pela força physica ou pela auctoridade moral. Assim é que desde os primeiros tempos da monarchia, encontramos estabelecido em Portugal o feudalismo, systema de organisação social introduzido entre nós pelos povos germanos, que invadiram a peninsula ao tempo da ruina do imperio romano do Occidente.

Tem sido ponto de controversia historica saber se o feudalismo existiu, perfeitamente caracterisado, na peninsula hispanica. Muito se ha escripto, pró e contra. Todavia nós inclinamo-nos a aceitar a authenticidade do feudalismo na peninsula, e sobre esta materia não podêmos deixar de recommendar a excellente memoria *Juicio critico del feudalismo en España*, por D. Antonio de la Escosura y Hevia (Madrid, 1856), de cuja leitura saiem pelo menos justificados os dois caracteres que em toda a parte mais distinguiram o feudalismo, a servidão do povo, e o enfraquecimento da auctoridade real.

Uma outra questão importante se relaciona ainda com esta materia. Estudado nas suas consequencias, e nas suas relações com a sociologia, seria o regimen feudal um mal ou um bem? Montesquieu entende que as leis feudaes *ont fait des biens e des maux infinis*, e o sr. Escosura escreve a este proposito: «Na idade-média brilharam como fachos luminosos os imperios de Theodorico na Italia, de Justiniano em Byzancio, de Carlos Magno no Occidente; celebraram-se os mais famosos concilios, organisou-se a Egreja, affirmou-se o poder tutelar do pontificado romano, levantaram-se esses templos colossaes, essas magnificas bazilicas, esses edificios grandiosos, obras primas e monumentos immortaes de architectura. Então foram os cruzados, aquelles romeiros insignes, a conquistar o sepulchro de Christo, e a desfraldar o lábaro da Cruz sobre os muros da cidade santa de David; então sahiram ao campo da honra aquelles inclitos cavalleiros que defendiam a virtude, que amparavam a orphandade desvalida, que mantinham a honra e pureza das donzellas, e sustentavam as viuvas desvalidas. Nos tempos feudaes principiaram os poetas e trovadores a cantar o valor e o heroismo affirmado em singulares combates, e a formosura e o amor recatados entre as ameias dos castellos. N'aquelles tempos surgiram chronistas e narradores que recolhiam os successos historicos; então começaram os primeiros ensaios de litteratura amena. D'ahi data a formação das communas, o desenvolvimento das liberdades publicas, e o concurso das classes para o estabelecimento das leis e concessões de subsidios. E por ultimo ao expirar o regimen feudal, deixou ás nações dois legados magnificos de inapreciavel valor: a invenção da imprensa, e o descobrimento de um novo mundo.» [1]

Michelet entende, por sua vez, que o systema feudal fôra a salvação da Europa no seculo X, tornando-se depois um flagello. [2]

Em Portugal, os reis transmittiram por meio de concessões os direitos da soberania aos senhores feudaes, creando para assim dizer outras tantas monarchias quantos eram os donatarios, que, por esse facto, se chamaram senhores de baraço e cutello, senhores de pendão e caldeira. Como prova do enfraquecimento real entre nós, por effeito do poder feudal, bastará citar um unico facto. Reinando Sancho II, Estevam Pires de Molny, possuia um paço no logar de Carcavellos, na terra da Feira. Como o resto do logar não fosse coutado, o mordomo do rei entrou n'elle para penhorar um lavrador. Pois o senhor do paço arrastou o mordomo pela freguezia, dizendo-lhe: «Cá por aqui é honra!» e depois enforcou-o. [3]

Os senhores feudaes davam foraes e leis aos

[1] *Juicio critico del feudalismo en España*, pag. 11.

[2] *Précis de l'histoire moderne*, pag. 21.

[3] Amaral, *Memoria V para a historia da legislação e costumes de Portugal*. Rebello da Silva, *Annaes das sciencias e lettras*.

aldeãos e villãos *(villani)*, taxavam a quantidade de fructos, e a qualidade de serviços, que lhes deviam prestar, nomeavam juizes e tribunaes e arbitravam penas; d'aqui nasceu a escravidão da terra *(servitus glebæ)*. Algumas vezes, os donatarios concediam terras em feudos aos plebeus ou peões: a estes beneficios chamava-se *feudos dos senhores* ou *sub-feudos*. [1]

Em virtude d'este regimen, e como se deprehende do que fica exposto, temos nos primeiros tempos da monarchia as seguintes divisões sociaes por classes: senhores feudaes ou fidalgos; plebeus ou peões, vassallos ou escravos. Desde o começo da realeza em Portugal, a acção do feudalismo, e as luctas a que dava causa, accentuam se de um modo nitido, segundo crêmos. Vemos os irmãos de Affonso II negar-lhe vassallagem, por um acto de rebellião feudal. D. Sancho II deposto pelo clero e pela nobreza. Por sua parte, os reis reagiam, procurando cercear as garantias dos senhores feudaes. Affonso II supprime os tributos do *comestivel* e das *aliavas;* Affonso III cria os *juizes de fóra*, representantes do poder real para inspeccionarem a administração da justiça nos territorios feudaes; D. Diniz procurou oppôr o seu recto espirito de justiça á acção da prepotencia feudal; Affonso IV definiu a jurisdicção dos donatarios no édito geral; D. Fernando tratou de cohibir as malfeitorias que os fidalgos commettessem com armas; D. João I e D. Duarte recorrem principalmente á *lei mental*, como a um poderoro meio de combate. Affonso V, porém, como já tivemos occasião de vêr, augmentou em larga escála o poderio dos nobres, pelo abuso de concessões. Mas seu filho, D. João II, estava talhado para oppôr uma barreira gigante á onda crescente e abusiva do regimen feudal.

Coisa notavel! Pessoalmente, D. João II devia odiar Luiz XI pela maneira doble e aviltante por que recebera em França seu pae; politicamente, tomava-o como modelo n'essa lucta terrivel em que se achava empenhado, salvas as differenças de caracter. João II imitou Luiz XI não só nos rasgos mais principaes, mas até na dissimulação e crueldade; era comtudo mais paciente, e por isso mesmo não arriscava os passos senão depois de pisar terreno firme. [1]

Os senhores feudaes que em França acabavam de ajudar Carlos VII a expulsar os inglezes, não eram por certo menos poderosos do que aquelles que em Portugal haviam conseguido supplantar o infante D. Pedro. O duque de Bragança era relativamente tão importante como o duque de Borgonha. Esta identidade de circumstancias levou fatalmente João II a copiar, melhorando-o, o exemplo de Luiz XI.

Assim como o rei de França inicia o seu reinado proclamando a lucta com a nobreza, [2] o de Portugal trata, depois de reunidas as primeiras côrtes em Evora, de lançar a luva aos seus émulos, tratando de regularisar a fórma das menagens. Era o cartel para o repto; o aviso para a lucta.

«Antes de se fazerem estas menagens, diz Garcia de Rezende, [3] el-rei com o duque de Bragança e outros senhores, e pessoas do conselho, praticou umas palavras que nas menagens haviam de dizer muitas vezes, *em que houve muitas porfias, desgostos, descontentamentos, por lhe parecer aspera fórma a que el-rei queria*...»

Mas, não obstante a opposição do duque de Bragança, João II fez vingar o novo formulario de menagens, concebido no theor seguinte:

«Mui alto, mui excellente, e poderoso meu «verdadeiro e natural rei e senhor: Eu, Fuão, «vos faço preito e menagem pelo vosso castello «e fortaleza tal de que me ora novamente encar-«regaes, e daes carrego que a tenha e guarde «por vós, e vos acolherei no alto e no baixo «d'ella, de noite e de dia, a quaesquer horas, e «tempos que seja, irado e pagado, com poucos e «com muitos, vindo em vosso livre poder, e «d'elle farei guerra e manterei tregua e paz, se-«gundo me por vós, senhor, fôr mandado, e o «não entregarei a alguma pessoa de qualquer «estado, grau, dignidade ou preeminencia que «seja, senão a vós, meu senhor, ou a vosso certo «recado. Logo sem delonga, arte, nem cautella, «a todo tempo que qualquer pessoa me der vossa

[1] Sobre o estado das classes servas na peninsula, leiam-se os importantissimos estudos de Herculano no tomo I dos *Annaes das sciencias e lettras*, e no terceiro volume da sua *Historia de Portugal*.

[1] Rebello da Silva, *Annaes das sciencias e lettras*.

[2] Michelet, *Précis de l'histoire moderne*, pag. 23.

[3] *Vida e feitos de D. João II*.

«carta assignada por vós, e assellada com vosso «sello, ou sinete de vossas armas, porque me «tiraes este dito preito, e menagem. E se acon- «tecer que eu no castello haja de deixar alguma «pessoa por alcaide, e guarda d'elle, eu lhe to- «marei este dito preito, e menagem, na dita «fórma, e maneira, e com as clausulas, e condi- «ções, e obrigações, n'elle contheúdas. E eu por «isso não ficarei desobrigado d'este dito preito, «e menagem, e das obrigações e cousas que «n'elle se conteem; mas antes me obrigo que o «dito alcaide, ou pessoa que assim deixar, te- «nha e mantenha, cumpra e guarde todas estas «cousas, e cada uma d'ellas inteiramente. E eu, «sobredito Fuão, faço preito e menagem em as «mãos de Vossa Alteza, que de mim recebe uma, «duas e tres vezes, segundo vosso costume d'es- «tes nossos reinos. E vos prometto, e me obrigo «que tenha e mantenha, e guarde e cumpra in- «teiramente este dito preitô e menagem, e to- «das as clausulas, condições e obrigações, e «todas as cousas, e cada uma d'ellas com ella «contheudas, sem arte, cautella, fraude, enga- «no, nem minguamento, e por firmesa d'elle «assignei aqui, testemunhas Fuão e Fuão. E eu «escrivão da puridade, que esta menagem por «mandado do dito senhor fiz escrever, e estive «ao tomar d'ella, e tambem assignei.»

Como se vê claramente do theor das menagens, a sua redacção bastava para revelar as intenções do rei, e o duque de Bragança, querendo protestar, mostra, como toda a outra nobresa, não conhecer D. João II, julga-o fraco, parece-lhe que se acobardará perante a sua resistencia.

O duque precisou os titulos das suas doações para documentar o protesto, e mandou buscal-os a Villa Viçosa, pelo veador da sua fazenda, João Affonso, dando-lhe a chave de um cofre, que continha todos os papeis de segredo.

João Affonso declinou esta grave commissão n'um filho seu, em quem muito confiava. Na occasião em que o filho do veador andava procurando no cofre, appareceu por acaso na sala Lopo de Figueiredo, escrivão da fazenda do duque, o qual, a pedido do rapaz, o ajudou a procurar os papeis. Depararam-se-lhe, porém, entre elles algumas cartas e instrucções de Castella, e para os reis de Castella, com emendas e correcções feitas pela lettra do duque. Lopo de Figueiredo poude escondel-os, mettendo-os na manga do gibão. Em casa leu-os vagarosamente, e reconheceu que se não havia enganado, pelo que immediatamente correu a Evora, a mostral-os ao rei, que d'elles tomou conhecimento, dando-os a copiar a Antão de Faria, e mandando-os pôr no cofre, onde estavam, por Lopo de Figueiredo.

Eis aqui como o acaso, ou o *mysterio de Deus*, como diz Garcia de Rezende, pôz nas mãos de D. João II o fio de uma traição, que era como que o vendaval que devia atiçar o fogo da lucta travada entre elle e a nobreza de Portugal.

CAPITULO II

As côrtes de Evora. — Os capitulos que apresentaram.—Attitude de D. João II perante essas côrtes.—A questão de fazenda.—Lucta com os Braganças.—Continuação dos descobrimentos maritimos.

Tiveram uma grande importancia as côrtes reunidas em Evora, de 1481 a 1482.

Na historia do reinado de D. João II é indispensavel, para a concatenação logica dos factos, fazer sentir claramente a influencia exercida por estas côrtes na acção da politica geral, n'esta época.

Não nos dispensamos por isso de reproduzir aqui o quadro admiravelmente traçado pelo illustre historiador Rebello da Silva com referencia a estas côrtes.

Diz assim o eminente escriptor cujos estudos sobre tão importante época tomamos como fio conductor no bosquejo d'este reinado:

«Depois do que referimos não nos devemos admirar, se os procuradores nas côrtes de Evora de 1481, excedendo n'esta parte, assim como em outras, o que o rei podia querer, indigitaram varias reformas, tendentes a diminuir as despezas, e trataram ao mesmo tempo de converter em proveito proprio a revolução, que o principe dirigia em pessoa.

«Um dos capitulos mais importantes para a intelligencia d'este importante aspecto da lucta de tantos interesses divergentes, é o que os povos offereceram ácerca das sizas, pedindo que fossem abolidas, segundo a promessa feita por D. João I.

«Este requerimento provavelmente agradou pouco ao filho de Affonso V e aos seus ministros

«Ceder ás supplicas dos concelhos equivalia a estancar de subito a melhor parte dos rendimentos publicos, que o imposto permanente engrossava todos os annos, concorrendo, como vimos, com tres quartos da receita geral.

«Negar absolutamente este allivio n'uma occasião, em que se carecia tanto de se estreitar a alliança do throno com as classes médias podia parecer perigoso.

«Os procuradores para fundamentarem a sua petição narravam concisamente a historia do novo tributo, e derivavam d'ahi o direito, que invocavam para serem desaggravados.

«D. João I pedira condicionalmente nas côrtes de Coimbra de 1387 a contribuição das sizas para com o soccorro pecuniario, que esperava tirar d'ellas, corresponder aos avultados gastos, a que era obrigado para sustentar a guerra da independencia contra Castella. [1] Mas o rei popular tinha estabelecido como regra invariavel, que todas as vendas e compras ficassem sugeitas ao novo imposto, fossem feitas por quem fossem, não exceptuando o proprio monarcha e sua mulher; e a generalidade da taxa, abrangendo as classes aristocraticas a par do mais humilde regatão, feria ao mesmo tempo os seus privilegios e o seu orgulho. [2] Não seria para espantar, portanto, que em 1481 os agentes dos dois duques e dos outros poderosos vassallos, vendo erguido contra elles o braço de D. João II, insinuassem aos populares a supplica da revogação de uma contribuição, que sabiam de certo que o rei não havia de conceder de leve, porque não podia supprimir por um rasgo de penna os recursos mais valiosos do Estado.

«O que dizemos não passa de conjectura, mas não parece tambem inverosimil.

«Nas côrtes andavam homens, que obedeciam ás occultas suggestões dos fidalgos por serem creaturas d'elles, eleitos de proposito para embaraçarem os projectos e desconceituarem as reformas, que se preparavam.

[1] «Côrtes de 1481-1482. Capitulo das Sizas. Real Archivo da Torre do Tombo, maço 3 de côrtes, n.º 5.

[2] «A. Herculano.—APONTAMENTOS PARA A HISTORIA DOS BENS DA CORÔA E DOS FORAES, cap. VI. PANORAMA de 1844.

«Abolido o tributo o principe perdia um rendimento consideravel, enfraquecia-se, e cahia na dependencia da nobreza; e esta nada arriscava da sua parte, e só podia lucrar, porque não sendo isenta de contribuir para as sizas, por este modo ficava absolvida da unica taxa, que a alcançava.

«Se o soberano, o que era de crer, recusasse annuir ao voto dos concelhos, provavelmente nasceriam desgostos e desconfianças entre elle e os do povo, e os grandes donatarios confiavam em si e nos seus partidarios para assoprarem a menor faisca, de fórma que levantassem depressa um grande incendio.

«Mas se o golpe vinha das mãos dos chefes da aristocracia o rei descobriu-o a tempo, e achou a maneira de o aparar sem se expôr a nenhum dos perigos, que os seus adversarios lhe prognosticavam.

«Os procuradores, cuidando melhorar a sua causa, lembravam ao rei no capitulo contra as sizas, que o tributo fôra consentido unicamente, emquanto não cessasse a lucta contra Castella; mas que terminada a guerra D. João I, D. Duarte, seu filho, e seu neto Affonso V se haviam esquecido da palavra dada, e continuaram a arrecadar o imposto, como d'antes, dizendo que sem elle não podia o Estado subsistir.

«Não satisfeitos ainda com a quebra da solemne promessa afiançada nas côrtes de Coimbra os officiaes do rei, para tornarem a contribuição mais productiva e elastica, não duvidaram aggravar os rigores do fisco dictando artigos asperos que de certo augmentaram o rendimento, mas á custa do povo, cujas fazendas foram dizimadas sem piedade, e que sobre o menor pretexto eram tomadas por perdidas, como se a taxa fosse de direito real, acrescendo que os judeus, por indole inclinados a todas as usuras, arrendavam frequentes vezes as sizas, e taes modos empregavam para tornarem lucrativos os seus contractos, que os concelhos affirmavam a D. João II, que, aproveitando-se da sua qualidade de arrematantes, não perdiam occasião de sopearem os christãos, convertendo-os quasi em servos seus, e bebendo-lhes o sangue. [1]

[1] «Côrtes de 1481-1482. Capitulo das Sizas. Real Archivo da Torre do Tombo, maço 3 de côrtes, n.º 5.

«A resposta do principe não é menos curiosa, do que a pretensão dos povos.

«Alludindo ás escripturas, que lhe tinham sido apresentadas, e em que se fundavam todas as allegações, o neto do infante D. Pedro com o auxilio do seu conselho e dos seus doutores prova aos requerentes, que por muitas vezes no reinado de D. João I consentiram as côrtes as sizas já depois de firmada a paz, concedendo-as como subsidio permanente para se sustentarem as despezas da sua casa, e as das casas da rainha e dos infantes, assim como muitos outros ramos do serviço publico e da administração da justiça. [1]

«Pareceria aos olhos da razão, que o abuso não podia prescrever, e que a sua diuturnidade para servir de argumento, deveria só invocar-se para mais depressa ser supprimido.

«Mas os doutos jurisconsultos da côrte não o entenderam assim! Como em diversas assembléas nacionaes tinham sido auctorisadas e se via claramente, que a palavra do rei nos Estados de Coimbra não fôra cumprida, concluiram que o direito dos povos deixara de existir, e que o tributo se devia julgar fixo e irrevogavel, voltando contra os concelhos as armas, de que estes se quizeram valer!

«Não foi só n'este ponto gravissimo, que D. João II escusou as supplicas, que tendiam a levar as reformas mais longe, do que elle desejava, ou do que era politico e possivel n'aquelle momento.

«Illudidos talvez pelas lisongeiras e capciosas palavras do monarcha, os procuradores não pouparam conselhos e censuras, ferindo os privilegios e os interesses da nobreza com o maior desassombro e ousadia.

«O excesso das despezas era a causa sabida de se exacerbarem os impostos, e o melhor quinhão das rendas publicas, devorado por differentes titulos, sumia-se improductivo nas mãos dos fidalgos, que apesar de tão poderosos não concorriam senão com a sua parte no tributo das sizas, e não serviam com a lança e a espada senão a preço de ouro, e em virtude de onerosas estipulações.

[1] Cortes de 1481-1482. Capitulo das Sizas. Real Archivo da Torre do Tombo, maço 3 de côrtes, n.º 5.

«A desigualdade d'esta situação, em que todos os encargos recahiam sobre o povo, e em que todas as vantagens eram para a aristocracia, só por si excitaria a aversão das classes médias, quando mesmo não existissem tantos outros motivos, que tornavam implacavel e perpetuo o odio dos opprimidos contra os oppressores.

«Não admira, por isso, que os concelhos, animados pela boa sombra com que se viam acolhidos pelo soberano, repetissem as queixas, e advertencias, descarnando sem dó as origens dos males, apontando para as violencias e desperdicios com severidade, e instando pelos remedios radicaes, que a estreiteza dos recursos do Estado, e o conhecimento das necessidades publicas inculcavam.

«Um dos encargos mais pesados da fazenda publica, era como já se observou, o grande gasto, que se fazia em tenças, assentamentos, e casamentos. No governo de Affonso V a generosidade do soberano, e a sua magnificencia elevavam esta verba a ponto, que absorvia só ella uma larga parte dos rendimentos certos do Estado.

«As côrtes de Evora não se descuidaram de accusar esta causa de ruina, ponderando ao soberano, que muitos fidalgos, tanto homens como damas, depois de pagos dos seus serviços e dotes, pouco tardou que não recebessem de novo o dobro em tenças, e pedindo com instancia, que todos aquelles que se provasse pelos livros competentes estarem satisfeitos, do que se lhes devesse, fossem despedidos da côrte, e mandados para as suas terras, porque da sua residencia fóra d'ellas só resultava o desamparo e desaproveitamento das propriedades, que posssuiam, e a despeza, que faziam ao rei em rações e roupas.

«D. João II não concordou, e deu por motivo, que todas estas tenças tinham sido concedidas em attenção a serviços, e trabalhos dispendiosos, em que as pessoas contempladas sacrificaram muito mais, do que se lhes deu.

«O principe, todavia, desculpava-se da recusa, dizendo que não podia honestamente ir contra as disposições ordenadas por seu pae; mas promettia adoptar as providencias mais opportunas para pôr termo ao que houvesse de abusivo nas tenças graciosas.

«Outro alvitre suscitaram os procuradores dos concelhos para se promover o augmento das

rendas do Estado. Era nada menos, do que reformar os assentamentos, que os grandes vassallos disfructavam, reduzindo-os aos que seus avós e paes haviam alcançado, e percebido. Os populares accrescentavam com certa malicia, que os senhores se deviam dar por contentes, com o que chegára para pessoas de tão elevada qualidade como tinham sido o infante D. Pedro e os principes seus tios. [1]

«El-rei, que talvez o desejasse, não se atreveu a condescender. A innovação parecia-lhe talvez arriscada, sobre tudo, quando já occorriam tantas razões para a nobreza se reputar molestada e ferida. Invocando a jerarchia dos agraciados, e o seu respeito pela vontade de seu pae, declarou, que não faria o aggravo ás cinzas de Affonso v de quebrantar a sua promessa, tirando os premios, que elle concedera.

«Seria longo alargarmos o quadro; e só rapidamente avivaremos ainda alguns toques para se aclararem as feições mais caracteristicas.

«Tratando dos seus reguengos e dos direitos reaes as côrtes representaram ao monarcha, que o modo de não ficarem para sempre fóra da corôa era decretar-se desde logo a sua immediata reversão, compensando os interessados com sommas equivalentes aos rendimentos d'elles, pagas pelos almoxarifados mais proximos das respectivas residencias; mas impondo-lhes ao mesmo tempo a condição expressa de servirem na guerra com um determinado numero de lanças. [2]

«Os concelhos não disfarçaram o seu pensamento, apontando esta providencia, antes declararam com sinceridade, que os reguengos e direitos reaes constituiam os proprios thesouros do rei, ordenados para a manutenção do seu estado, e que, por isso, *comendo cada um do seu*, não seria o povo destruido, nem os aggravos e queixas se repetiriam tanto a miudo.

«Mas D. João, ainda que se propozesse tentar em tão ampla escala a reforma, carecia dos meios precisos para a realisar.

«Foi o que respondeu, e d'esta vez com verdade e sem hypocrisia.

«Para resgatar os reguengos e direitos reaes das mãos, aonde se achavam, necessitava de avultadas quantias; e não lucrava a sua fazenda nada, antes perdia, porque não só havia de pagar em dinheiro o equivalente do que arrecadasse, mas ainda o mais que fosse arbitrado para indemnisação d'esta especie de expropriações forçadas.

«Na idéa sempre de se restringir o mais possivel a despeza as côrtes propozeram ainda outras reformas, que entendiam de perto com os interesses da nobreza.

«Observando, que as liberalidades dos reis enriqueciam todos os dias os fidalgos ao passo que a corôa ficava pobre com o que tirava a si para lhes dar a elles, e allegando que os que mais recebiam deviam ser os mais dedicados em ajudarem o monarcha á custa da sua fazenda, quando a estreiteza das rendas publicas assim o exigia, os procuradores do povo pozeram o dedo sem disfarce em cima de feridas, que vertiam sangue, e não encobriram que o verdadeiro remedio consistia em se cortar por muitas mercês de dinheiro, que os senhores souberam arrancar, lisongeando a facil munificencia do pae de D. João II.

«Muitos grandes alcançaram avultadas sommas, que não estavam em proporção com os premios dados a seus avós por distinctos feitos; e alguns devoravam grossas quantias a titulo de tenças graciosas, servindo o seu escrupulo de incentivo para despertar a cobiça de outros, que se queixavam de não serem contemplados, contando maiores serviços. [1]

«Não satisfeitos ainda com o que desfructavam por este modo não poucos nobres tinham inventado outra maneira de se locupletar que era requererem para os filhos *tenças de estudo*, fazendo carregar sobre os cofres do Estado a obrigação, que os deveres de familia lhes impunham a elles. [2]

«N'esta parte o principe despachou favoravelmente a supplica dos povos, revogando taes mercês; mas em relação aos outros capitulos des-

[1] «Côrtes de 1481-1482. *Capitulos de fazenda*. Real Archivo da Torre do Tombo, maço 3, n.º 5.

[2] Ibidem. *Capitulos de Fazenda*. Real Archivo da Torre do Tombo, maço 3, n.º 5.

[1] «Côrtes de 1481-1482. *Capitulos de Fazenda*. Real Archivo da Torre do Tombo, maço 3, n.º 5.

[2] «Ibidem. *Capitulos de fazenda*. Real Archivo da Torre do Tombo, maço 3, n.º 5.

culpou-se de deferir, talvez porque empenhado na lucta com os chefes da aristocracia, não julgasse prudente, nem exequivel ferir abertamente, e em pontos melindrosos, os interesses e orgulho de tantos senhores, forçando-os quasi a darem a mão aos duques e aos da sua facção, quando a boa politica aconselhava pelo contrario todo o resguardo para não os alienar.

«Foi por este motivo, e não por desconhecer a razão do alvitre, que o soberano se negou tambem a supprimir, como lhe requeriam, os assentamentos concedidos a algumas damas de elevada jerarchia, que importavam em grossa despeza, e significavam um verdadeiro desperdicio, porque as casadas tinham seus maridos para as tratarem com grandeza, e as solteiras, para viverem recolhidas no silencio da castidade, não precisavam de tanto rendimento.[1]

«Da mesma fórma se estranhou na assembléa de Evora, que as donzellas nobres em casa de seus paes recebessem tenças e casamentos, pagos pela corôa, assim como as religiosas nos seus mosteiros.[2]

«Mas os abusos não paravam só n'isto.

«Apenas nasciam seus filhos os grandes e fidalgos obtinham logo para elles tenças, ou assentamentos, e os proprios prelados e beneficiados, ainda não saciados com a grossura das rendas ecclesiasticas, não deixavam escapar o ensejo de se inscreverem igualmente com boas quantias nos livros de el-rei.[3]

«D. João II não podia escusar-se de tomar providencias ácêrca dos ultimos casos apontados, porque eram flagrantes.

«Não havia desculpa, que attenuasse o escandalo de se empenhar o Estado para dotar no berço, como benemeritos, creanças, cujo unico merecimento se reduzia a procederem do sangue illustre de um opulento donatario, ou as mulheres e filhas dos grandes só porque mais proximos do ouvido do soberano possuiam o segredo de lhe extorquirem mercês injustas.

[1] «Côrtes de 1481-1482. *Capitulos de Fazenda.* Real Archivo da Torre do Tombo, maço 3. n.º 5.

[2] «Ibidem. *Capitulos de Fazenda.* Real Archivo da Torre do Tombo, maço 3, n.º 5.

[3] «Ibidem. *Capitulos de Fazenda.* Real Archivo da Torre do Tombo, maço 3. n.º 5

«Entretanto as côrtes não limitaram só a estes assumptos os seus aggravos.

«A prodigalidade no governo de Affonso V estendia-se a todas as coisas, e dava nos olhos até d'aquelles mesmos que maior proveito colhiam d'ella.

«Na casa de el-rei moravam não só os herdeiros dos fidalgos, que por costume antigo se creavam n'ella, porém muitos mancebos nobres, que por este meio commodo as familias se dispensavam de educar.

«Pedindo que fossem despedidos quantos por nascimento e uso não tinham direito ao serviço do paço os procuradores do povo requeriam uma economia consideravel, e aconselhavam uma providencia util até para os interessados; mas D. João II redarguiu, que não podia lançar fóra do seu palacio os filhos dos criados de el-rei seu pae, nem deixar de sustentar á imitação dos monarchas seus antecessores outros novos, que sempre se costumaram acceitar; todavia prometteu diminuir os abusos, e verificar uma reducção nos gastos demasiados, que lhe custava esta verba.

«Finalmente, depois de muitas observações tão curiosas para a historia dos costumes do seculo, como instructivas para a intelligencia dos motivos, que dictaram a grande refroma de 1481, os concelhos repetiram uma supplica, que em outras occasiões já se tinha feito.

«Instando para que todas as resoluções decretadas pelo principe em côrtes vigorassem, em quanto não fossem tomadas outras em contrario com a mesma solemnidade, não valendo cartas, ou ordens, que as revogassem, e obtendo a confirmação do soberano n'este sentido, os procuradores dos concelhos imaginavam assentar n'uma base solida as concessões, que D. João II acabava de lhes outorgar, e que iam abrir uma data dolorosa no livro de ouro, aonde as classes privilegiadas registavam com orgulho os seus triumphos e isenções.

«A precaução comtudo era inutil.

«O mais compromettido para não recuar n'este caminho era o rei, e com a firmeza do seu caracter não deviam temer, que elle arriscasse o exito da empreza, curvando-se a ameaças, ou cedendo a adulações.

«Desejariamos examinar com mais pausa os

capitulos das côrtes de 1481-1482, comparando-os com os aggravos e queixas dos povos nas assembléas anteriores; mas tão extenso estudo não cabe nos limites, que nos propozemos, e o que apresentamos basta para se formar exacto juizo das circumstancias do paiz, da posição do rei, e dos interesses oppostos e irreconciliaveis da aristocracia, da coróa, e das classes médias.»

Na occasião em que as côrtes estavam reunidas em Evora, começou a peste a dizimar muitos habitantes, pelo que o rei resolveu sahir para Montemór-o-Novo, vindo esperal-o ao caminho o marquez do mesmo titulo, irmão do duque de Bragança.

D. João II procurava todos os pretextos possiveis para fazer sentir á familia de Bragança que uma nova época principiava, e que essa casa poderosa estava fatalmente condemnada a inclinar a cerviz altiva perante o poder real.

D'esta vez, um pretexto excellente se ageitou. O marquez de Montemór vestia, sob um pelote de almafega, um gibão de brocado, e montava um cavallo arreiado de côres scintillantes, o que parecia destoar do lucto que a côrte conservava ainda pela morte de D. Affonso V.

D. João II não desaproveitou a occasião, e mandou dizer ironicamente ao irmão do duque de Bragança que o rei por quem elle *vestia tal dó* (lucto), o fizera marquez, e lhe déra a villa de Montemór, e lhe concedera outras graças e mercês. Mostrou-se profundamente maguado o marquez com a advertencia do rei. Mas D. João II não se preoccupou com isso, e umas casas que pertenciam a um criado do marquez foram dadas como aposentadoria a D. João Galvão, arcebispo de Braga, pelo que a indignação do marquez subiu de ponto, chegando elle proprio a insultar o arcebispo, que se foi queixar ao rei.

Immediatamente D. João II reuniu conselho, e ordenou que o marquez n'aquelle mesmo dia sahisse da villa de Montemór, passando para áquem do Tejo.

O marquez obedeceu, apparentemente resignado, se bem que no intimo d'alma alimentasse secretos e terriveis planos de vingança. Deu-se pressa em redigir *uns capitulos muito falsos e deshonestos da vida do rei,* [1] que por um criado particular mandou aos reis de Castella, que não os quizeram receber, tão deshonestos eram esses capitulos! Mas o marquez não desistiu, apesar d'esta contrariedade, do seu proposito de vingar-se do rei. Redigiu novos capitulos, dirigidos aos reis de Castella, mas, antes de os enviar, mandou-os mostrar ao duque de Bragança, seu irmão. De que modo não estavam elles ainda redigidos, para que o duque mandasse reprehender o irmão, não obstante a sua má vontade contra o rei!

Mas um novo golpe esperava o proprio duque. Como havia sido requerido em côrtes, D. João II resolveu mandar fazer correição ás terras dos fidalgos, e sobre este ponto conversou com o duque, que immediatamente reagiu, dizendo que as terras d'elle e seus irmãos eram privilegiadas, e portanto isentas de visita dos corregedores.

No meio das sérias preoccupações d'esta grande lucta em que estava empenhado com a nobreza do reino, D. João II não descurava a obra da navegação e descobrimentos maritimos emprehendida pelo irmão de seu avô, o infante D. Henrique, e continuada no tempo de seu pae.

Depois da morte do infante D. Henrique, Affonso V encarregára Pedro de Cintra de percorrer a costa dos negros, e descobrir novas terras.

Com effeito, Gonçalo de Cintra descobriu o rio de Bessegue, os cabos das Vergas, de Sagres, da Guiné, de S. Vicente e Ledo, algumas ilhas, o rio Verde, a Serra Leôa (chamada assim pelo grande rugido, que continuamente fazem as trovoadas, de que está cercado o seu cume), [1] as ilhotas Selvagens, o rio Vermelho, o cabo d'este mesmo nome, o rio de Santa Maria das Neves, a ilha dos Bancos, o cabo de Sant'Anna, o rio das Palmas, o rio dos Fumos, o cabo do Monte, o cabo Mesurado, o bosque de Santa Maria, isto é, uma extensão de costa de mais de 629 milhas para o sul.

Annos depois, em 1469, Affonso V arrendava o commercio da costa d'Africa, por cinco annos, a Fernam Gomes, por 800 cruzados cada anno, ficando livre para a coróa o marfim, e sendo imposta ao arrendatario a obrigação de descobrir cada anno cem leguas de costa.

[1] Garcia de Rezende, *Vida e feitos d'el-rei D. João II*, pag. 17.

[1] *Indice chronologico*.

Por ordem de Fernam Gomes, para cumprir a lettra do arrendamento, João de Santarem e Pedro de Escobar proseguiram os descobrimentos.

«Estes navegantes, diz o *Indice chronologico*, descobriram o resgate do ouro, a que chamaram a Mina, e dizem alguns escriptores que chegaram ao cabo de Santa Catharina, que os nossos antigos punham a 2.° de lat. austr. Outros porém dizem que o cabo fôra descoberto por um N. Sequeira, um pouco mais tarde em 1471. Fernam Gomes, por conta do qual se faziam estes descobrimentos, teve depois o appellido *da Mina*, e por armas *um escudo em campo de prata, com tres meios corpos de ethiopes*, *ornados de collares de ouro ao pescoço, e arrecadas nas orelhas e narizes*. Estimavam então os portuguezes este genio de premios, com que os principes honravam e perpetuavam o seu nome e a memoria de seus serviços, e por isso eram tão frequentes entre elles as acções generosas, grandes e uteis.»

Entre 1469 e 1471 foi descoberto o cabo de Lopo Gonsalves, ao norte do de Santa Catharina, a ilha Formosa que mais tarde tomou o nome do seu descobridor, passando a chamar-se de *Fernando Pó*, e as ilhas do *Corisco*, *Anno Bom*, *S. Thomé e Principe*. [1]

D. João II, apesar de empenhado, como estava, n'essa tremenda lucta contra a nobresa do reino, não deixou de, logo no anno em que subiu ao throno (1481) mandar á costa de Africa, em viagem de exploração, Diogo de Azambuja, o qual, com 10 caravelas e 2 urcas, aportou á Guiné em janeiro do anno seguinte. Logo no outro dia, Diogo de Azambuja começou a edificar o castello da Mina, que o rei quiz que tivesse a invocação de S. Jorge, e para o qual já iam as pedras apparelhadas de Portugal. [2]

Estando D. João II em Montemór, mandou por embaixadores a Inglaterra Ruy de Sousa, o doutor João d'Elvas e Fernam de Pina, a renovarem as antigas allianças, e ao mesmo tempo a mostrar a el-rei de Inglaterra o titulo que tinha do senhorio da Guiné para que visto por elle houvesse de defender em seus reinos que se armassem navios para a Guiné, e mandasse desfazer a armada, que para esse destino se fazia, por ordem do duque de Medina Sidonia João Tristão, e Guilherme Fabião. [1]

[1] As ilhas de *Fernando Pó* e *Anno Bom* foram cedidas á Hespanha pelo tratado de 11 de março de 1778.

[2] «Os portuguezes deram o nome de Guiné á terra situada a oeste do Senegal ou Senegambia, emquanto que ella se restringe presentemente á costa meridional. Primitivamente suppunha-se que a Guiné de facto começava no cabo de Não. Ainda em periodo tão tarde como os principios do XVI seculo, em um tratado entre Hespanha e Portugal sobre os limites das suas respectivas conquistas em Africa, perseverava a opinião de que os limites da Guiné começavam entre os cabos de Não e Bojador. Azurara foi o primeiro que considerou o Senegal como limite norte de Guiné. Diz elle que os negros se chamavam guineos, fazendo ver que se algumas vezes chamava á terra dos azenegues Guiné, era em observancia do uso, e não porque deixasse de reconhecer a differença que havia entre as duas terras. A povoação de Jinnie, na margem do rio Genna ou Niger, foi fundada em 1043-1044, e dentro em pouco enriqueceu pelo negocio do sal de Tagazza e oiro de Bitu, continuando a ser o emporio do commercio feito pelos mandingas entre Sudan e a costa occidental proxima do Senegal e de Arguim. Os negros chamam ao paiz situado nas margens do Niger, Genna, Ghenea, Ginea, assim com Jennii, Genni e Jinne; mas o que se não sabe ao certo é, se o nome teve origem no paiz ou na povoação. A costa de Guiné, como hoje é comprehendida, começou a ser conhecida por aquelle nome depois de construido o forte da Mina pelos portuguezes em 1481, quando o rei de Portugal assumiu o titulo de senhor de Guiné.» *Vida do infante D. Henrique*, por Major, traducção de Ferreira Brandão.

[1] «Garcia de Rezende—Visconde de Santarem, *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal*, tomo XIV.

«*Renovação e confirmação dos antigos tratados por elrei D. João* II *de Portugal, que tinham sido celebrados por elrei D. João* I *com os reis d'Inglaterra Ricardo* II *e Henrique* IV.

«Estas cartas patentes principiam pelos termos usados na redacção dos documentos d'esta natureza, e pela apologia dos beneficios da paz, dizendo elrei, «que todos aquelles que desejassem passar uma vida honesta e tranquilla deviam applicar-se a manter a paz, que era o maior presente que Deus tinha feito ao genero humano; que por meio d'ella se conquistava a eterna felicidade, etc. Que elle rei, seguindo estas maximas tanto quanto lhe era possivel, se esforçava por conservar a dita paz como o tinham praticado os seus antepassados. Que consi-

CAPITULO III

Intrigas com Castella.—Desfazem-se as terçarias.—Conspiração do duque de Bragança.—Prisão do duque.—Manifesta-se a lucta com a familia de Bragança.

N'este mesmo anno, de 1482, foi por embaixador a Castella o barão de Alvito, levando por secretario Ruy de Pina. O fim principal d'esta embaixada, quaesquer que fossem os pretextos, com que se acobertava, era negociar a mudança das terçarias de Moura para qualquer outra parte menos doentia. Os reis de Castella desconfiaram da sinceridade d'esta missão, que lhes pareceu envolver insidia; e trataram de impôr condições inacceitaveis, algumas das quaes eram demasiadamente crueis para a *excellente senhora.*

D. João II julgou vêr em tudo isto a intervenção do duque de Bragança, «a quem do desfazimento das terçarias muito pesava, crendo que o penhor d'ellas o segurava d'alguns receios, que tinha ou mostravam ter d'elrei.» [1] A razão era que, emquanto durassem as terçarias, a infanta D. Beatriz, sua sogra, teria maior valimento junto do rei.

Nova embaixada mandou D. João II a Castella, d'esta vez para que as terçarias se mudassem ou desfizessem, dizendo mais o embaixador que se não parecia conveniente o casamanto do principe portuguez com a infanta D. Isabel, pela differença das idades, que se effeituasse com a infanta D. Joanna, e que, a ser assim, fossem cedidas a Portugal as ilhas Canarias, que elrei sempre desejou para maior segurança da Guiné.

Os soberanos de Castella estavam a esse tempo cheios de desconfiança com relação ao de Portugal, em virtude de uma intriga urdida pelo duque de Bragança. Alguns portuguezes tinham sido presos em Castella, dizendo-se encarregados de negociarem o casamento da *Excellente Senhora* com o rei Phebo de Navarra. Pobre princesa D. Joanna, que, apesar da sua desventura, continuava a ser um simples joguete nas mãos da diplomacia! Ella estava sendo n'esse momento a garantia unica que D. João II possuia contra as machinações dos fidalgos portuguezes com os reis de Castella. Fernando e Isabel queriam que os suppostos emissarios do rei de Portugal fossem punidos, porque só assim se convenceriam da boa fé do rei de Portugal.

Finalmente, terceira embaixada foi a Castella encarregada de dar satisfações e desculpas aos soberanos d'aquelle paiz, que tratavam de mostrar-se satisfeitos com ellas, porque o seu maior desejo era verem fóra das terçarias a infanta D. Isabel, receiosos de que a sua vida podesse ser penhor de alguma nova combinação politica. Por sua parte, o rei de Portugal nutria o mesmo desejo com relação a seu filho. Ficou então assente que as terçarias se desfariam, e que o principe casaria não com a infanta D. Isabel, mas com a infanta D. Joanna, e que se lhe daria maior dote por estar esta infanta mais affastada na linha de succesão de Castella. Outrosim ficou combinado que os reis de Castella mandariam na proxima paschoa embaixadores a Portugal para se tratar definitivamente da resolução d'estas combinações.

A familia real estava em Almeirim n'essa

derando que uma verdadeira paz, amizade e concordia haviam sido conservadas entre elrei D. João I de boa memoria, e Ricardo II, e Henrique IV, rei d'Inglaterra, e que seria mui util o conservar e augmentar esta amizade perpetuando-a, e que tendo em consequencia examinado os tratados confirmados entre os sobreditos reis, e bem assim tudo quanto nos mesmos se continha (segundo o parecer dos duques, condes, e outros grandes de seu conselho) afim de verificar que em razão do tempo que tinha decorrido não se tivesse posto (alguma clausula) em esquecimento; e que sendo seu proposito conservar e manter a dita paz, concordia, amizade e confederação, approvava pela presente carta patente, confirmava, e ratificava os ditos tratados com todas as suas clausulas e condições nos mesmos estipuladas; em consequencia do que promettia e jurava por si, e em nome dos seus successores, que observaria os ditos tratados, que os manteria e guardaria inviolavelmente sem jámais os violar ou romper, mas antes faria todos os esforços para que sem fraude ou maquinação fossem mantidos e conservados, etc., obrigando-se no caso de violação ás penas comminatorias nos mesmos estabelecidas e juradas.»

[1] Garcia de Rezende.

occasião. A rainha teve ahi um mobito, e por este motivo a foram visitar muitos fidalgos, entre os quaes o duque de Vizeu, seu irmão, e o de Bragança, a quem D. João II recebeu de boa sombra. Não obstante, um dia chamou-o de parte á capella do paço, e, na presença do bispo de Lamego, lhe disse que estava inteirado de que elle tinha ligações suspeitas com Castella, mas que se essas combinações eram filhas de um proposito errado, estava disposto a perdoal-as e esquecel-as. Lembrou-lhe as obrigações que o duque devia á memoria de D. Affonso V, de quem havia recebido largas honras, e patrimonio. E ainda que se julgasse aggravado com o degredo do marquez, e a entrada dos corregedores em suas terras, devia ser o primeiro a querer dar um exemplo de obediencia e de respeito ao rei.

O duque de Bragança suppôz que D. João II se deixaria embalar pelas suas palavras, que o supporia um inimigo que retirava, que desalentava na lucta; e, cheio de hypocrisia, respondeu affirmando os seus sentimentos de estima e gratidão ao chefe do Estado.

Enganava-se.

O certo é que a nobresa julgou haver submettido aquelle forte inimigo das suas regalias. Folgou com isso. Saindo de Almeirim, o duque de Vizeu, de Bragança e seus irmãos juntaram-se no Vimieiro, folgando com o que se tinha passado, e entre si resolveram não deixar entrar os corregedores nas suas terras. Sobre o mesmo assumpto, o marquez de Montemór, o conde de Faro e o senhor D. Alvaro tiveram entrevistas secretas no mosteiro de Santa Maria do Espinheiro em Evora, tornando-se notavel o marquez pela exaltação, pelo odio com que sempre fallava do rei.

D. João II andava devidamente informado d'estas conspirações, mas, astuto e reservado, pareceu-lhe melhor esperar. Por isso, deu ordem para que se não fizesse a correição ás terras dos nobres, e até chegou a despachar favoravelmente algumas pretensões do marquez e do conde de Faro.

D. João II preparava o laço, e esperava a preza.

Entretanto, o duque de Bragança, em intelligencia com os reis de Castella, continuava a conspirar. Um mensageiro castelhano veio avistar-se secretamente a Portugal com o duque, combinando ambos n'uma capitulação, de que o marquez de Montemór teve conhecimento. A capitulação dividia-se em dois pontos principaes: 1.º—Que visto a excellente senhora não viver no rigor monastico a que era obrigada, fosse entregue ao duque de Bragança ou a seus irmãos, para lhe fazerem cumprir o que fosse honesto; 2.º—Que fosse permittido aos subditos castelhanos o irem negociar na Guiné.

É claro que D. João II não podia annuir a estes pedidos, em primeiro logar porque lhe arrancavam das mãos uma grande arma diplomatica, tal era a *excellente senhora;* em segundo logar, porque abalaria o dominio portuguez na Africa com a concessão feita aos castelhanos.

Mas isso mesmo era o que Castella e o duque de Bragança queriam: porque na propria recusa estava um pretexto para Fernando e Isabel declararem a guerra, e para o duque se desculpar de não prestar auxilio a D. João II, fingindo achar desarrasoada a recusa.

As novas intelligencias do duque com os soberanos de Castella foram descobertas a D. João II por Gaspar Infante, irmão de Pero Infante, familiar dos Braganças. D. João II, que já estava desconfiado, ficou prevenido, mas não lhe convinha precipitar os acontecimentos, tanto mais que tinha seu filho nas terçarias, e receiava pela sua vida. Mas, felizmente, um embaixador de Castella chegava a Portugal para tratar justamente de desfazer as terçarias porque os reis de Castella tinham, como já sabemos, iguaes receios pela vida de sua filha. Assentou-se pois no casamento do principe D. Affonso com a infanta D. Joanna, filha segunda dos reis castelhanos.

A este tempo voltava de Castella Pero Infante com a correspondencia secreta para o duque. O rei viu-a, e resolveu logo, visto que o obstaculo que as terçarias offereciam ia desapparecer, prender o duque ou cercal-o em qualquer logar que estivesse. «E para isso, escreve Garcia de Rezende, houve logo secretamente muito dinheiro junto que trazia em sua guarda roupa, e assim fez muitas das cartas, provisões, que em tal caso havia de mandar pelo reino, e ás villas e castellos do duque e seus alcaides-móres, o que tudo lhe aproveitou na noite que prendeu o duque como adeante se dirá.»

D. João II mandára procuradores seus a Moura buscar o principe. O duque de Bragança, sabendo d'isto, foi encontrar-se com elles em Portel, e ali lhes porguntou o que deveria fazer visto que o principe passava pelas suas terras. Os procuradores responderam que, para serenar de vez certas differenças que tinham havido entre o rei e o duque, o que este devia fazer era acompanhar o principe á côrte, servil-o, e honral-o. Mas receosos de que o seu conselho desagradasse ao rei, mandaram por meio de postilhões que havia na estrada, consultal-o a este respeito. D. João II respondeu que lhe aprazia muito que o duque fosse á côrte; o rei respondeu em carta, não fechada, para que todos a podessem vêr, a fim de armar á credulidade dos que a lessem.

Desfeitas solemnemente as terçarias em Moura, onde o duque de Bragança já havia chegado, o principe foi entregue aos procuradores do rei de Portugal, e a infanta D. Isabel aos procuradores do rei de Castella.

Na jornada de Moura para Evora, onde estava a côrte, o principe D. Affonso foi hospedado em Portel pelo duque de Bragança, que lhe fez muitas honras. Fóra dos muros de Evora o rei sahiu a receber o principe, que vinha acompanhado pelo duque de Bragança e pelo de Vizeu. A gente que acompanhava o rei estava toda armada, porque D. João II ia em duvida sobre se logo prenderia o duque ou se não.

Mas como o duque lhe parecesse tranquillo e nada desconfiado, D. João II adiou o seu proposito.

O rei mostrava-se extremamente alegre e despreoccupado. Houve em Evora grandes festas pela recepção do principe e da infanta, e o rei em todas tomou parte serenamente. Pelo que o duque, comquanto avisado pelo marquez seu irmão e por outros fidalgos para que desconfiasse do rei, e se salvasse, deixou-se ficar. Metteu-se de permeio o dia de Corpus Christi, em que o rei continuou a mostrar-se despreoccupado, mas na sexta feira, indo o duque ao paço despedir-se do rei, achou-o despachando com os desembargadores. D. João fez sentar o duque junto de si, emquanto dava o despacho. Findo elle, o duque conversou por algum tempo com o rei, e aproveitou a occasião para pretender justificar-se de varios aleives que lhe assacavam contra o rei, pedindo-lhe que se informasse da verdade. D. João II, depois de o ter ouvido, disse que aquella casa já ia estando escura, e, que era melhor subirem á sua guarda roupa. Subiram, e o rei disse que folgava de o ouvir fazer tal requerimento, e que effectivamente ia apurar a verdade, mas que julgava melhor que o duque se conservasse ali, até que tudo estivesse apurado.

O rei, sahindo, deixou por guardas ao duque, Ayres da Silva, camareiro-mór, e Antão de Faria, camareiro.

Então, o desanimo do duque foi grande. Ayres da Silva quiz consolal-o com palavras banaes, mas o duque respondeu-lhe: «Senhor Ayres da Silva, um homem tal como eu não se prende para o soltar.»

Entretanto, D. João II fazia reunir em outra sala do paço os senhores, principaes auctoridades, e lettrados, aos quaes expôz os aggravos que tinha do duque, lendo serenamente as cartas e instrucções apprehendidas.

Logo que a noticia se espalhou na cidade, o povo correu aos pateos e terreiros do palacio, protestando a el-rei a sua lealdade, e pedindo justiça contra os que contra a sua vida houvessem attentado.

No conselho, decidiu-se que se segurasse bem a pessoa do duque, que a corôa tomasse conta dos seus castellos e terras, e que se notificasse o caso aos reis de Castella, sem comtudo alludir á causa da prisão, e o mesmo ao embaixador castelhano.

Tão profunda impressão causou em todo o paiz a prisão do duque, que os alcaides dos seus castellos logo os entregaram a uma simples ordem do rei. Esta observação, que Garcia de Rezende faz, pinta bem qual era o prestigio da monarchia, e o fanatismo do povo pela pessoa de D. João II.

O marquez de Montemór e o conde de Faro, logo que souberam o que se passára, fugiram para Castella. Este ultimo pouco tempo sobreviveu em Andaluzia. O outro irmão do duque, D. Alvaro de Bragança, recebeu ordem do rei para sahir do reino, prohibindo-lhe que fosse residir em Castella ou em Roma. Mas D. Alvaro, desobedecendo, deixou-se ficar em Castella.

A duqueza de Bragança, logo que soube da prizão do marido, mandou para Castella os seus

tres filhos, ficando ella em Villa Viçosa com D. Margarida sua filha.

Entretanto, o duque continuava a estar preso na guarda roupa, sem ferros, mas constantemente vigiado. Era alvo das maiores attenções por parte dos familiares do rei, e tratado com a etiqueta devida ao seu nascimento.

D. João II, por sua parte, mostrava-se pesaroso da situação em que estava o duque, e resolvia entregar o caso á justiça, para que ella julgasse.

A justiça! Bem sabia D. João II como ella procederia vergada á pressão da sua auctoridade real! Mas o caracter reservado do rei levava-o a proceder assim, sem pressa, sem precipitação, calculadamente. O facto de entregar o duque a esse como arremedo de tribunal, mas em todo o caso, apparentemente, á acção da justiça, mostrava ao povo que acima do poder real pairava, como que a defendel-o, a justiça de Deus, manifestada pela justiça da terra.

Era um homem superior, D. João II.

CAPITULO IV

Julgamento do duque de Bragança.—Sentença condemnatoria.— Execução.— Episodios.

A nobresa só então reconheceu que tinha um perigoso inimigo a combater, e que lhe era preciso submetter-se até certo ponto, para evitar que continuassem a cahir sobre a sua classe golpes tão profundos como aquelle que D. João II acabava de vibrar á casa de Bragança, que bem se podia chamar a cabeça da nobresa portugueza.

Alguns fidalgos levăram, pois, ao conhecimento do rei que, a troco da liberdade e da vida do duque, seriam entregues á corôa todas as fortalezas não só do ducado de Bragança, mas tambem aquellas que os requerentes possuiam.

Esta concessão por parte dos fidalgos agradou a D. João II não para a açeitar definitivamente, mas como instrumento de victoria. A esse tempo ainda não haviam chegado á côrte noticias de terem os respectivos alcaides entregado, á ordem do rei, as fortalezas do duque, que estavam situadas no Douro, no Minho, e em Traz-os-Montes. Ora D. João II não sabia se os respectivos alcaides as entregariam promptamente, e receiava mesmo algumas complicações com Castella. Se taes complicações sobreviessem, D. João II aceitaria o offerecimento; se não sobreviessem, recusal-o-hia, como effectivamente recusou logo que soube que as fortalezas haviam sido entregues sem reluctancia.

Entretanto, o duque de Bragança continuava preso, e o rei tratava de organisar o tribunal que o havia de julgar.

Mandando chamar á sua presença o duque de Vizeu, seu cunhado, exprobrou-lhe as suas relações com o duque de Bragança, as suas ligações á conspiração da nobresa, e disse-lhe que lhe perdoava em razão do seu parentesco e da sua pouca idade.

A Evora iam chegando todos os lettrados da Casa da Supplicação, sendo escolhido para presidente do tribunal o eximio jurisconsulto Ruy Gomes da Grã. O papel de representante do ministerio publico, como hoje diriamos, coube ao dr. João de Elvas, e o dr. Diogo Pinheiro, que depois foi bispo do Funchal, auxiliado por Affonso de Barros, foi encarregado da defesa do duque, porque D. João II, como já dissemos, queria dar a este julgamento todo o caracter de imparcialidade, e de justiça.

O libello formulado contra o duque comprehendia vinte e dois artigos, que correspondiam a outros tantos delictos.

Foi intimada ao réu a nota da culpa, isto é, foram-lhe lidos os artigos da accusação. Ouvindo-os, o duque reconheceu que estava irremediavelmente perdido, como suspeitava, não só pela gravidade das imputações, como por se referirem a factos que elle julgava secretos. N'esta situação, era-lhe quasi impossivel redigir a defesa, e por isso limitou-se a mandar lembrar ao rei por intermedio de Ruy de Pina, este *Psalmo* de David: *Et non intres in judicio cum servo tuo, Domine*, *quia non justificabitur in conspectu tuo omnis vivens*, e a pedir-lhe um tribunal composto de *principes e duques*, pois que elle o era.

No processo foram encorporados todos quantos documentos podiam comprometter o duque, e ouvidas as testemunhas. Os depoimentos accusavam o duque, e não foram contradictados. A organisação de todo o summario levou apenas vin-

te e dois dias. O rei mandou chamar algumas pessoas de qualidade, para que conjunctamente com os lettrados funccionassem como juizes. Os julgadores eram ao todo vinte e um.

D'este ponto em diante, não nos dispensamos de transcrever a propria narrativa de Garcia de Rezende, que tem todo o sabor da época:

«E tanto que o feito (processo) foi concluso aos juizes, foram todos juntos em uma sala dentro do aposento do rei, ornada de pannos da historia, equidade e justiça do imperador Trajano. Onde se pôz uma grande meza apparelhada como cumpria para o acto: era que de uma parte e da outra os juizes estavam todos assentados, e no topo d'ella, el-rei. E junto com elle o duque assentado em uma cadeira, a que el-rei em chegando a elle, e em se despedindo, guardou inteiramente sua cortesia, e cerimonia. O qual veio ali duas vezes, em que viu ler o feito, e pelos procuradores de uma parte e de outra disputar em grande perfeição os merecimentos do processo. E a terça-feira em que publicamente se haviam de reperguntar as testemunhas em pessoa (em presença) do duque, el-rei o mandou para isso chamar, e elle se recusou, e não quiz vir, dizendo a Ruy de Pina, que o foi chamar, estas palavras: «Dizei a el-rei meu senhor que eu me confessei e communguei hoje, e que agora estou com o padre Paulo meu confessor fallando em cousas de minha alma, e do outro mundo, e que essas para que me chama são do corpo, e d'este mundo, e de seu reino, de que elle é juiz, que as julgue e determine como quizer, porque a ida de minha pessoa não é necessaria, e não foi. E com esta resposta mandou el-rei logo despejar a sala, para sobre a final sentença tomar os votos dos juizes. Aos quaes antes de votarem fez el-rei uma falla, em que lhes encommendou o que devia, como virtuoso e justo rei, e isto com muitas lagrimas que todos aquella noite lhe viram correr, porque cada voto que cada juiz concluia na morte do duque, el-rei chorava com grandes soluços, e muito triste. E no votar se detiveram dois dias noute e tarde com a noite derradeira muito tarde, em que finalmente accordaram todos com el-rei, que na sentença poz o seu *passe*, que vistos os merecimentos do processo, conformando-se no caso com as leis do reino e imperiaes, e com a pura e mui antiga lealdade, que aos reis d'estes reinos de Portugal se devia sobre todos: Accordaram que o duque morresse de morte natural, e fosse na praça d'Evora publicamente degolado, e perdesse todos seus bens, assim os patrimoniaes como os da corôa para o fisco e real corôa d'el-rei. E acabada de assentar e assignar a sentença, tomou el-rei logo com todos assento sobre o que na execução d'ella se havia de fazer. E aos vinte dias do mez de junho do anno de mil quatrocentos e oitenta e tres, de noite, ante-manhã, tiraram o duque dos Paços em cima de uma mula, e Ruy Telles nas ancas apegado n'elle e muita e honrada gente a pé, que o acompanhavam com grande seguridade. E o duque em saindo cuidou que o levavam para alguma fortalesa, e quando viu todos a pé ficou muito enleiado e triste. Foi assim levado a umas casas da Praça que parece cousa de notar, porque o dono d'ellas se chamava Gonçallo Vaz dos Baraços, e em Evora não se vendiam se não em sua casa. Onde o duque conheceu a verdade que logo claramente lhe foi descoberta por o padre Paulo, seu confessor, que o estava já esperando, e lhe deu com muitos confortos e esforços a mui triste e mui desconsolada nova, a qual o duque recebeu com palavras de muita paciencia, e mui em si como homem esforçado».

Da narrativa de Garcia de Rezende transpira, a quem lêr com attenção, que o inspirador do tribunal foi o proprio rei, o qual procurou cohonestar com algumas lagrimas a duresa imprescindivel do seu procedimento. Isto quanto ao rei. Por outra parte, o tribunal bem conhecia que a sua acção era puramente ostensiva, e só aproveitada para cobrir a responsabilidade do rei. De mais a mais, em face da attitude severa e energica que D. João II havia tomado, os vinte e um julgadores bem sabiam qual seria a sorte que os esperava se se desviassem das intenções do monarcha.

Nos termos em que deixámos a narrativa de Garcia de Rezende, o duque tratou de fazer escrever por Christovam de Barros as suas ultimas disposições, nas quaes principalmente recommendava á duqueza e seus irmãos e seus filhos que pelo facto da sua morte não ficassem com odio a ninguem, muito menos ao rei. Todavia não fez a menor declaração quanto ás culpas de que era accusado; mandou comtudo pedir per-

dão a el-rei em termos cheios de humildade e de *accusação de si mesmo.*

Entretanto, uma chusma de carpinteiros levantava na praça de Evora o tablado sobre o qual devia padecer a pena ultima, construindo tambem um corredor que das casas onde o duque estava detido communicava com o cadafalso. Panos pretos cobriam de alto a baixo o emmadeiramento.

«E no fazer do cadafalso, e corredor, que era grande— diz Garcia de Rezende—e no que mais era necessario, se detiveram tanto, que eram já mais de dez horas do dia, no qual tempo, o duque, cançado e desvelado da noite pela grande agonia em que estava, pediu de beber, e sobre figos lapões bebeu uma vez vinho. E em uma cadeira d'espaldar em que estava assentado, se affirma que se encostou; e dormiu um pouco. E acordado, tornou a estar com seu confessor, e disse que fizessem o que quizessem, que elle não tinha mais que fazer. Vestiram-lhe uma grande loba, capello e carapuça de dó. E ataram-lhe deante um cinto com uma fita preta os dedos pollegares das mãos. E em lh'os atando, disseram que houvesse paciencia, e não se escandalisasse, por que assim era mandado por el-rei. E elle respondeu: «Soffrel-o-hei, e mais um baraço no pes-«coço, se sua alteza o mandar.»

Pelo corredor que dava para o cadafalso sahiu o condemnado, precedido pelos seus confessores e alguns religiosos, que levavam uma cruz. Ao acto da execução devia assistir, como meirinho-mór, o conde de Marialva, mas pedira a el-rei que o dispensasse de comparecer; D. João II attendeu este pedido do conde, por entender talvez que seria perigoso realisar toda a sua obra n'um dia, porque, de resto, o rei havia de comprehender que o orgulho de raça não entrava por menos que outra qualquer ponderação, na recusa do conde. Mas D. João II tinha, sobre o seu modelo Luiz XI, como já dissémos, a vantagem de saber esperar. Esperava ainda. O que é certo é que o conde de Marialva foi substituido n'essa triste funcção do seu cargo por Francisco da Silveira, que, com a vara da justiça na mão, compareceu, acompanhado por muita gente de armas.

—Bem galante este Francisco da Silveira! dizem que exclamára o duque, quando o vira.

Merece consignar-se, como traço caracteristico da altivez fidalga d'esse tempo, este simples dito.

Chegando ao cadafalso, o duque ajoelhou voltado para a capella de Nossa Senhora, fixando os olhos na imagem. Padres, debruçados para elle, estimulavam os seus sentimentos religiosos, atiçavam-lhe a fé.

Na praça, a concorrencia do povo e da gente armada era enorme. Este acontecimento fizera estrondo em todo o reino, como era natural. Disseram ao duque que se não incommodasse com tanta gente reunida. Elle respondeu: Eu não me turvo, nem escandaliso do que me dizeis, porque se o posso ou devo dizer, Jesus Christo, Nosso Senhor, não morreu morte tão honrada. Depois, subiu ao segundo cadafalso, d'onde todos o podiam vêr, sentou-se, continuou a olhar para a imagem de Nossa Senhora, rezando.

«Chegou a elle por detraz, diz Rezende, um homem grande todo coberto de dó, que lhe não viram o rosto: o qual se affirma não ser algoz, e ser homem honrado, que estava para o justiçar, e por fazer esta justiça em tal pessoa, foi perdoado, e com uma toalha de hollanda, que trazia na mão, lhe cobriu os olhos, e com muita honestidade o lançou de costas, pedindo-lhe primeiro perdão: e acabado um espantoso pregão, que um rei de armas dizia, e dois pregoeiros em alta voz davam, o homem com um grande e agudo cutello, que tirou debaixo da loba, perante todos lhe cortou a cabeça. E acabando de o assim degolar, se tornou para a casa d'onde o duque sahira, por o mesmo corredor, sem ninguem saber quem era; e o pregão dizia assim: Justiça que manda fazer el-rei nosso senhor, manda degolar D. Fernando, duque de Bragança, por commetter e tratar traição, e perdição de seus reinos, e sua pessoa real.» E el-rei tinha mandado que tanto que o duque fosse morto, tocasse o sino de Santo Antão, e estando el-rei com poucos, ouviu tocar o sino, e em o ouvindo, levantou-se da cadeira, e poz-se em joelhos, e disse: Resemos pela alma do duque, que agora acabou de padecer, e isto com os olhos cheios de lagrimas: e assim em joelhos esteve um espaço resando por elle, e chorando.»

Uma hora depois da morte do duque de Bragança, o cabido da Sé com a clerezia da cidade veio ao cadafalso buscar o cadaver, que conduziu ao mosteiro de S. Domingos, onde foi sepultado.

Supplicio do duque de Bragança.—Reinado de D. João II

Offic. Typ. da Empreza Litteraria.

Supplicio do duque de Bragança.—Reinado de D. João II

Na côrte ninguem tomou lucto pelo duque, *salvo el-rei*, diz o chronista, *que esteve tres dias encerrado, vestido de pannos pretos com capuzes cerrados, e barrete redondo.*

Finalmente, como Rebello da Silva ponderou, um neto do infante D. Pedro vingava a morte de seu avô na pessoa do duque de Bragança, neto do conde de Barcellos.

CAPITULO V

Continúa a lucta com a nobresa.—É queimada a estatua do marquez de Montemór. — Novas conspirações. — Morte do duque de Vizeu.—Prisão do bispo de Evora.—Prisão e morte de varios fidalgos.

Por este tempo veio para Portugal o sr. D. Manuel, que depois chegou a ser rei, irmão da rainha; o qual estava em Castella como penhor das terçarias. Visto que ellas acabavam de ser desfeitas, D. Manuel, a quem D. João II havia posto casa, recolheu ao reino. [1] D. Manuel continuou a estar sob a protecção de seu cunhado, que provia á sua alimentação e estado.

No mez de julho d'este anno de 1483, D. João II e a côrte passaram de Evora para Abrantes, onde foi recebido um nuncio do papa, encarregado de emprasar o rei de Portugal a dar ou mandar dar conta em Roma de certos actos que parecia haver praticado com intenção de offender a religião e a egreja. Era isto simplesmente uma intriga forjada em Roma pelo cardeal de Alpedrinha, D. Jorge, arcebispo de Lisboa, que para lá tinha ido ao tempo do regresso de D. Affonso V ao reino, e que desde aquelle celebre caso da pedra, que D. João II atirou ao Tejo, ficára desgostoso com o principe, agora rei.

D. João II mostrou-se maguado com a embaixada do papa, e escolheu logo embaixadores (Fernam da Silveira, coudel-mór, e o dr. João de Elvas) para irem a Roma dar explicações ao papa.

[1] «E então lhe deu el-rei por divisa a Esphera, cousa que pareceu de mysterio, e prophecia: porque lhe deu a esperança de sua real successão, como ao deante se seguiu, havendo então muitas pessoas vivas, que antes d'elle eram herdeiros».»

Garcia de Rezende.

Essas explicações não eram por certo lisongeiras para o cardeal de Alpedrinha, que, avisado do que se passava, tratou de desfazer em Roma a meada que elle proprio havia urdido. É que D. João II era um rei para ser temido mesmo por quem estivesse em Roma. Alem d'isso, o castigo do duque de Bragança estava ainda recente. Na lucta travada entre o rei e a nobresa, quem ia de cima era o rei. Era preciso temel-o e respeital-o. «Pelo que, são palavras textuaes de Rezende, a embaixada não foi: o que *o cardeal fez mais pelo que a elle cumpria*, *que não pelo d'el-rei*, a que sempre teve má vontade já em vida d'el-rei D. Affonso, seu pae.»

Como prova do que acabamos de affirmar, que D. João II era rei mesmo para ser temido de longe, podêmos agora citar o que se passou com referencia a um irmão do duque de Bragança, o marquez de Montemór que, estando em Castella, continuava a conspirar contra D. João II.

O rei reuniu o seu conselho, o mesmo seu *tribunal*, expondo-lhe o procedimento do marquez, determinando a sentença proferida que se fizesse justiça na sua estatua, visto que elle estava ausente. A sentença foi effectivamente cumprida na praça publica de Abrantes, com toda a solemnidade de uma execução. A cabeça da estatua cahiu decepada aos pés do algoz, e até o proprio cadafalso foi queimado. Quando o marquez soube em Castella o que se tinha passado em Portugal, cahiu em tal melancolia, que pouco tempo de vida teve.

O braço forte de D. João II não afrouxava na lucta. A nobresa reconhecia agora que tinha deante de si um inimigo terrivel, e não se sentindo com forças para arcar a rosto descoberto, peito a peito, appellava para os expedientes traiçoeiros, agitando-se na sombra, procurando surprehender o rei de embuscada.

«Nos paços de Santarem, diz Rezende, estando el-rei com a rainha na camara depois de todos repousados ácerca de meia noite, dormindo já el-rei, bateram á porta da camara onde jazia. Accordando, perguntou quem era, e não lhe responderam; ficou enleiado, cuidando o que podia ser; d'ahi a pouco tornaram a bater, e elle se levantou mui manso, e vestiu um roupão, e tomou uma espada, e uma adarga e uma tocha accesa na sua mão, e foi muito a passo só abrir

a porta, e em n'a abrindo sentiu ir diante de si homem, que abriu outra porta, e elle depós elle, lhe foi o homem fugindo, abrindo todas as portas, até os desvãos dos Paços, que é cousa tão carregada que de dia se carrega qualquer pessoa de andar só por elles, quanto mais de noite, e a taes horas, e mais havendo alli suspeita que alli sentia cousa má. A rainha bradou alto, e aos brados lhe acudiram mulheres, que a grande pressa chamaram os fidalgos da guarda e mosteiros, que logo acudiram todos com armas, e tochas accesas, e foram achar só el-rei nos desvãos buscando todos os cantos, d'elles tão seguro, e sem receio, que mais não podera ser se fôra no meio do dia. E então perante si fez buscar tudo sem ficar nada, e não se achou cousa alguma por onde elle, e todos affirmaram ser cousa passada d'esta vida, e tornou-se el-rei então com todos fazendo fechar as portas, tão despejado, e o rosto tão seguro, e alegre, que todos vinham espantados. Deu boas noites, e tornou-se a lançar na cama com a rainha como d'antes jazia, e não deixou por isso de repousar e dormir.»

Que era cousa passada d'esta vida, cousa má ou ruim, como diz o povo, decidiram. Esta phrase não enganava ninguem, nem os proprios que a proferiram, nem o rei que a ouviu, nem o chronista que a escreveu. Tudo o que acontecera era um claro indicio da lucta travada na sombra contra o rei. Na côrte de D. João II cada dia que passava acrescentava uma nova malha á vasta rede dos acontecimentos que secretamente se urdiam. Dos fidalgos, uns conspiravam realmente, projectavam matar o rei a ferro ou com peçonha, e procuravam envolver na conspiração os mais proximos parentes da familia real, acalentando-lhes esperanças de successão, pela morte do rei e pela deposição do principe herdeiro. O duque de Vizeu, irmão da propria rainha, cahiu no logro, apesar de dever ser reconhecido a seu cunhado, que em Evora lhe poupára a vida. Em Santarem, o duque pousava fóra da cerca da cidade, e tinha entrevistas secretas com D. Garcia de Menezes, bispo de Evora, com seu irmão D. Fernando de Menezes, com Fernando da Silveira, escrivão da puridade do rei, isto é, seu secretario particular, com D. Guterres Coutinho, que havia pouco tempo tinha recebido do rei a commenda de Cezimbra, com D. Alvaro de Athayde, e seu filho D. Pedro, com o conde de Penamacôr, e seu irmão D. Pedro de Albuquerque, alcaide-mór do Sabugal. Este era o nucleo da conspiração. Outros fidalgos, queriam beneficiar-se lisonjeando o rei, e tirar desforras pessoaes; esses não só farejavam o rastro dos conspiradores, mas até avultavam suspeitas de conspiração.

O que é certo, é que tendo sahido a côrte de Santarem para Setubal e estando aposentada no convento de S. Francisco d'esta ultima cidade, então villa, appareceu um frade a fazer revelações ao rei. O habito monastico era um simples disfarce, e o falso religioso um fidalgo de nome Diogo Tinoco, cuja irmã, Margarida Tinoco, era manceba do bispo. O prelado conspirador contou ao irmão da sua amante o segredo da conspiração, e Diogo Tinoco trahiu o bispo, contando tudo a D. João II.

A retribuição da denuncia foram cinco mil cruzados em oiro, e seiscentos mil réis de renda em beneficios logo nomeados. Quiz, porem, a sorte que Diogo Tinoco não chegasse a lograr estes beneficios, porque pouco tempo depois falleceu, porventura envenenado.

Mas as denuncias não paravam aqui. Vejamos agora como, na expressão do chronista, ellas preparavam novos e terriveis acontecimentos.

«E depois foi el-rei de tudo avisado por D. Vasco Coutinho, filho do marechal, e irmão do dito D. Guterres, o qual D. Vasco, por descontentamentos que tinha d'el-rei, estava n'este tempo despedido d'elle para ir fóra do reino. E D. Guterres pezando-lhe da ida do irmão, e havendo por cousa certa a morte de el-rei com que sua ida seria escusada, lhe mandou pedir muito que antes de se partir se visse com elle em Cezimbra, onde se viram, e D. Guterres por lhe não descobrir a causa principal de seu fundamento lhe disse que o mandára chamar sentindo muito seu despedimento e partida, e lhe pediu muito que estivesse ali alguns dias nos quaes trabalharia remediar com el-rei seus aggravos, para que sua ida se escusasse. E porque D. Vasco o não quiz fazer, parecendo-lhe que eram delongas, D. Guterres para segural-o lhe descobriu inteiramente todo o caso, e D. Vasco lhe disse então que ficaria e seria com elle n'isso. E tanto que o soube lembrando lhe sua lealdade e fidalguia, e a longa criação que d'el-rei recebera, e

Offic. Typ. da Empreza Litteraria.

Morte do duque de Vizeu

Morte do duque de Vizeu

não os aggravos e pouca mercê que dizia que d'elle tinha recebido por onde era d'elle despedido, determinou logo como bom verdadeiro e leal vassallo descobrir tudo a el-rei. E mui secretamente por meio de Antão de Faria se viu com el-rei, a quem meudamente tudo descobriu, e que o que tinham determinado era matarem-n'o a ferro, e recolherem o principe por mar a Cezimbra e que por logo com elle socegarem o reino o levantariam por rei, e que o seria emquanto o duque quizesse, o que ficaria em sua mão e vontade. E sabendo el-rei tudo isto tão meudamente por taes duas pessoas, o dissimulou de maneira que nunca foi sentido, por esperar mais inteira prova; porém andava mui a recado armado muito secretamente, e sempre com espada e punhal, e a cavallo, e nunca em mula, porém tudo feito com tanta prudencia e dissimulação que nunca sentiram o que elle sentia. E quando D. Guterres disse ao duque e aos que com elle eram, como D. Vasco seu irmão se não ia e era mettido no caso, e que tinha jurado de elle ser o primeiro que lhe pozesse o ferro, disse o bispo D. Garcia: «Muito me doe o cabello de «D. Vasco.» E andavam buscando tempo disposto em que o melhor podessem fazer, e dizem que uma vez o quizeram matar andando no Troino passeiando a cavallo, e que el-rei o sentiu, e se pôz com as costas na egreja de nossa Senhora da Annunciada, confiando que por diante ninguem ousaria de o accommetter, e assim esteve até que o capitão chegou com os da guarda, e que outra vez o quizeram fazer e accommetter, descendo de noite por uma escada para casa da rainha, e não se acabaram de determinar. E d'ahi a pouco foi el-rei a Alcacer do Sal, e sabendo o duque e os da conjuração que havia de tornar por mar em uma barca, com poucos, determinaram esperal-o na praia, e ao sair dos bateis o matarem, do qual concerto e perigo ordenado el-rei foi logo avisado por D. Vasco que com elles era n'isso. Pelo qual el-rei mudou a vinda por mar e veiu por terra pela Landeira, mui bem acompanhado de boa gente da sua guarda, que para isso sem algum alvoroço, fingindo outra cousa, mandou aperceber. Porque, depois da morte do duque de Bragança, sempre el-rei trouxe guarda da camara e dos ginetes, de que era capitão Fernão Martins Mascarenhas, que n'estes feitos em que a vida d'el-rei e bem dos reinos pendiam, sempre serviu continuadamente muito bem e lealmente, e pessoa de que el-rei muito confiava. [1] Chegou el-rei a Setubal sexta-feira, vinte e dois dias do mez d'agosto de mil quatrocentos e oitenta e quatro. E o duque sabendo que o rei vinha por terra não o esperou em Setubal, e foi-se a Palmella onde estava aposentado elle e a senhora infanta sua mãe. E ao outro dia, sabbado, mandou el-rei chamar o duque a Palmella, o qual dizendo que veiu com muito pejo, e em se cerrando a noite el-rei o chamou á sua guarda-roupa, que era nas casas que foram de Nuno da Cunha, em que então el-rei pousava, onde o duque entrou só, sem alguma pessoa entrar com elle, e sem se passarem muitas palavras el-rei por si o matou ás punhaladas, sendo a tudo presentes, e para isso escolhidos, D. Pedro d'Eça, alcaide-mór de Moura, Diogo d'Azambuja e Lopo Mendes do Rio. E esteve assim morto secretamente sem se ouvir rumor nem cousa alguma até que el-rei mandou cerrar as portas da villa, e pôr n'ellas grandes guardas e mandar muita gente por fóra da villa guardar os caminhos, e mandar em Setubal pregoar grandes e temerosos pregões, e fazer muitas e grandes diligencias para se haverem os outros todos da conjuração, que foi uma noite de muito grande terror e espanto e sobretudo muito grande tristeza, porque quasi a todo Portugal tocava a desaventura d'aquelles que n'isso eram culpados por serem pessoas tão principaes. Foi o corpo do duque assim vestido como estava levado ante-manhã á egreja principal da villa, em um cadafalso coberto de pannos de dó, esteve no meio da egreja descoberto á vista de todo o povo até á tarde que o enterraram.

«E de sua morte foi logo feito um auto pelo dr. Nuno Gonsalves, como juiz, e por Gil Fernandes, escrivão da camara d'el-rei, em que o

[1] «Refere a tradição que as quatro cabeças de pedra, que ainda hoje se vêem esculpidas n'uma casa da rua Direita de Troino, na cidade de Setubal, memoram uma outra conspiração contra a vida de D. João II, na occasião de passar a procissão de Corpus Christi. Mas esta tradição é tida como destituida de verdadeiro fundamento.» *Memoria sobre a historia e administração do municipio de Setubal*, pag. 346.

rei verbalmente disse as cousas e razões que tivera para matar o duque, que logo foram escriptas, e por ellas logo perguntadas por testemunhas o dito D. Vasco e Diogo Tinoco, que com seus ditos approvaram e justificaram a morte do duque.

«E logo sem delongas, nem esperar que algum lhe fallasse, el-rei mandou chamar o senhor D. Manuel, que então jazia doente, e com elle Diogo da Silva, seu aio, e vindo elle mui atemorisado por o dia ser de tanto temor e espanto. E el-rei lhe disse que elle matára o duque seu irmão, porque elle duque com outros o quizeram matar, e porque todas as cousas que elle em sua vida tinha, por sua morte ficavam livremente á sua corôa, e elle de todas d'ali em diante lhe fazia mercê, e pura doação para sempre, porque Deus sabia que elle o amava como a proprio filho, e lhe dizia que se o proprio seu filho fallecesse sem outro filho legitimo que o succedesse, que d'aquella hora para então o havia por seu filho herdeiro de todos seus reinos e senhorios, e isto d'uma parte e da outra foi dito e ouvido com muita tristeza e lagrimas, porque el-rei muita parte d'estas desaventuras attribuia a seus peccados, posto que fossem por culpas alheias. E o senhor D. Manuel com muito acatamento pôz os joelhos em terra, e lhe beijou por tudo a mão, e assim Diogo da Silva, seu aio, e el-rei mudou-lhe o titulo de duque de Vizeu, por se não intitular como seu irmão, e houve por melhor que se intitulasse duque de Beja, e senhor de Vizeu, como d'ahi em diante se chamou. E logo n'esta mesma falla el-rei tocou ao duque em querer para si as villas de Serpa e Moura, e que por ellas lhe daria dentro no reino mui inteira satisfação, e assim apontou nas saboarias do reino que tinha, em que porventura haveria mudança, porque as tinha por oppressão dos povos, e por carrego de sua consciencia. E tambem lhe disse que a ilha da Madeira, no que pertencia á sua corôa, elle duque a teria em sua vida inteiramente, mas que por seu fallecimento, quando Deus o ordenasse, era razão o que por ser cousa tamanha se tornasse á corôa e aos reis d'estes reinos que o succedessem. As quaes palavras que el-rei então disse ao duque, foram todas prognosticas do que ao diante se viu, pois tudo foi como elle então o disse.

«O bispo d'Evora ao tempo da morte do duque estava com a rainha, e ahi o foi chamar da parte d'el-rei o capitão Fernam Martins, e em saindo fóra foi logo preso, e levado com muita gente e muito recado ao castello de Palmella, e mettido n'uma cisterna sem agua que está dentro na torre da menagem, onde d'ahi a poucos dias falleceu, e dizem que com peçonha.

«E na mesma noite foram presos por mandado d'el-rei, D. Fernando de Menezes e D. Guterres, e foram trazidos diante d'el-rei na relação, onde D. Fernando fez uma falla a el-rei mui elegante, como homem muito prudente e esforçado cavalleiro, e mui isento, na qual disse algumas palavras a el-rei, de que houve desprazer, e por isso se não houve com elle piedosamente, como tinha em vontade, e mandou que por justiça se determinasse seu feito, e foi julgado á morte e degolado na praça de Setubal.

«E D. Guterres tambem quiz fazer falla, e fallou tão mal com palavras piedosas, que el-rei o não quiz ouvir, e o mandou tirar de diante de si. E porque D. Vasco, seu irmão, tinha já pedido a el-rei que não morresse por justiça, el-rei mandou levar o dito D. Guterres preso á torre d'Aviz, onde tambem logo morreu, e segundo fama, não morte natural se não artificial.

«E D. Pedro d'Athayde sendo fugido de Setubal, e indo caminho de Santarem, foi no caminho preso e trazido a Setubal, onde contra elle foi ácêrca de suas culpas processado, pelas quaes por justiça foi publicamente degolado e feito em quartos.

«E Fernam da Silveira foi escondido em uma casa dentro d'uma cova por segredo, e fiança d'um cavalleiro, que fôra creado de seu pae, que se chamava João de Pegas, que nunca se corrompeu: nem por temor das mortaes penas d'el-rei a quem o escondesse, nem por suas promessas e grandes mercês a quem o descobrisse. E na pousada de Fernam da Silveira foi achada uma sua borjoleta com muitos cruzados, que por mandado do duque recebera, de que já despendera muitos mais por aquelles da conjuração, cujos nomes e sommas por suas ementas se acharam: e d'ahi a muitos dias, o dito Fernam da Silveira se salvou, por meio e ajuda d'um mercador que se chamava Bartholo, homem estrangeiro, que pelo ser se aventurou a muito, e por mar, de-

mudado em baixos trajos, foi ter a Castella, e depois sendo d'ella desterrado a requerimento d'el-rei, foi em França morto a ferro, na cidade d'Avignon, a oito dias de dezembro de mil quatrocentos e oitenta e nove annos, pelo conde de Palhaes catalão, que em França tambem andava desterrado, a quem el-rei, pelo fazer por seu mandado, fez mercê de muita somma de ouro, em que se primeiro concertou. E porem o conde, por mandado d'el-rei de França, foi por isso logo preso em perpetua prisão, a quem os favores e requerimentos que el-rei por elle mandou fazer, não aproveitaram para mais que para logo pelo mesmo caso não morrer por justiça, de que com muita difficuldade escapou.

«D. Alvaro d'Athayde era em Santarem, onde pelos da conjuração foi accordado que estivesse com muita gente, que com dissimulações recolhia, para que tanto que da morte d'el-rei, ou d'algum alevantamento contra elle fosse certificado, logo recolhesse ao castello a excellente senhora D. Joanna, que então estava no mosteiro de Santa Clara da dita villa, porque para uma cousa e para a outra se o caso sobreviera, tinha já as cousas aviadas e postas em ordem astuciosamente. Porque sobre o recolhimento d'esta senhora tinham esperança d'ajuda, e favor dos reis de Castella, a quem, segundo fama, tudo isto era revelado. E por D. Alvaro ser homem mui sabedor e de muito credito e auctoridade estava em Santarem com esta empreza, mas como da morte do duque foi avisado, como sisudo que era se pôz logo em salvo e se foi para Castella, onde sempre andou em vida d'el-rei, e depois por el-rei D. Manuel, que santa gloria haja, foi a estes reinos tornado com sua honra e restituido ao seu. Porque na verdade muito menos culpa, e caso era estar D. Alvaro em Santarem, posto que estivesse por parte do duque, e em ajuda sua, que a dos outros que com suas proprias mãos queriam matar seu rei e senhor, de quem muitas e grandes mercês tinham recebido, que D. Alvaro ainda que consentisse em o fazerem, não o quiz elle fazer nem vêr fazer, e porisso estando el-rei em Setubal, estava elle em Santarem. E depois de assim ser n'estes reinos, casou com D. Violante de Tavora, mulher de mui nobre geração: e houve d'ella um filho que se chama D. Antonio d'Athayde, que ora é conde da Castanheira, senhor de povos e celleiros, alcaide-mór de Alegrete e de Collares, e veador da fazenda d'el-rei nosso senhor, homem de muito grande estima e muito aceito a el-rei, de muita valia e tão bom saber, que sendo mancebo alcançou todas estas cousas, e muita renda por si, segundo seu continuo serviço e o grande amor que el-rei lhe tem, e á muita confiança que tem n'elle, se espera alcançar outros maiores.

«E Pero d'Albuquerque fugindo foi logo preso em Lisboa e trazido á Casa da Supplicação, onde foi contra elle processado e ouvido perante el-rei, a que fez uma grande falla mui eloquentemente, que fallava muito bem, na qual allegou muitos serviços e grandes feitos em armas, que era valente cavalleiro. E nada lhe aproveitou, porque emfim pelo caso foi julgado á morte, e publicamente degolado em Montemór-o-Novo.

«E o conde de Penamacôr se acolheu e lançou logo na dita sua villa. E quando el-rei ia ao Sabugal, como ao diante se dirá. Tornando-se el-rei de Castello-Branco para Santarem, o dito conde com seguro real lhe veiu fallar no logar das Cortiçadas que ora se chama Proença-a-Nova, e porque se não quiz pôr a direito como el-rei queria, se despediu d'elle e de seus reinos, e com sua mulher e filhos se foi para Castella, e depois em Roma e fóra de Hespanha, andou em muitos reinos commettendo contra el-rei muitas cousas, até que tornou outra vez a Castella, onde acabou como adiante se dirá.»

Mais tarde, em 1486, foi preso em Lisboa D. Alvaro de Sotto Mayor, filho de D. Pedro Alvares de Sotto Mayor, que foi conde de Caminha. «Porque um D. João d'Agualda, refere o chronista, que fôra enviado do conde seu pae, disse a el-rei que o dito D. Alvaro era vindo de Castella, onde andava para o matar. Pelo que foi mettido a aspero tormento, para d'elle se saber a verdade, e nunca confessou cousa alguma, e porque o testimunho do dito João d'Agualda foi achado falso, foi logo preso. E por testimunhar falsamente, e em tal caso, foi por justiça degolado, e esquartejado na praça de Santarem. E ao dito D. Alvaro fez el-rei muita mercê como por sua innocencia merecia, e elle fôra de moço criado d'el-rei.»

Eis aqui as paginas mais importantes da grande lucta travada entre D. João II e a nobresa de Portugal. Como era natural que acontecesse, a his-

toria d'essa lucta ingente desdobra-se em duas partes: a conspiração contra o rei, e a reacção que o soberano oppõe; a conspiração interesseira contra os falsos e os verdadeiros conspiradores, a que pertence o episodio a que acabamos de referir-nos.

Resta-nos dizer que D. João II mandou por Nuno Gonçalves, doutor do Desembargo, e Gil Fernandes, seu escrivão da camara, noticiar a morte do duque de Vizeu á infanta D. Beatriz, que se achava em Palmella, bem como as largas doações de que havia feito mercê ao duque D. Manoel.

Na mesma noite d'essa horrivel tragedia, mandou o rei haver as fortalezas do duque, as quaes logo se entregaram, com excepção da do Sabugal onde estava D. Catharina, mulher de Pero de Albuquerque, um dos condemnados. O proprio rei queria ir cercar esta fortalesa para a tomar, e chegou até Castello Branco; mas não lhe foi preciso ir mais alem, porque D. Catharina, sabendo da ida do rei, entregou a fortalesa.

CAPITULO VI

Embaixada de Castella.—Refórmas.—O luxo. — Decobrimentos de Africa. — Bartholomeu Dias dobra o cabo das Tormentas.— Importancia d'este acontecimento. — Explorações terrestres.—Ideial geographico e politico de D. João II.—O principe negro Bemoim.

Estando D. João II em Castello Branco, recebeu uma embaixada de Castella que vinha requerer que fossem restituidos aos filhos do duque de Bragança os bens que eram de seu pai. D. João já esperava esta complicação diplomatica, e estava certamente preparado para responder habilmente a quaesquer embaixadores que lhe fossem mandados. De mais a mais, a embaixada partira de Castella antes da morte do duque de Vizeu, e por isso só trazia instrucções com referencia á do duque de Bragança. Para este caso estava já o rei preparado, porque o esperava; por isso, tanto mais facil lhe foi responder. Disse D. João II que com outra embaixada responderia, fingindo dar ao caso uma grande importancia; mas o que elle realmente queria era deixar esfriar a ultima impressão dos acontecimentos. Depois mandou effectivamente por embaixadores a Castella Fernam da Silveira e Estevam Vaz, os quaes foram encarregados de dizer aos reis catholicos que era melhor abandonarem esta questão, que d'algum modo podia prejudicar o casamento que estava contratado entre a infanta castelhana e o herdeiro da corôa portugueza. Percebem? D. João II atacava a questão pelo lado do interesse material, que n'ella podiam ter os reis catholicos, e dizia-lhes pouco mais ou menos: «Se eu restituir os bens aos filhos do duque de Bragança, quem soffre com isso é a vossa propria filha, que vai casar com meu filho.» Mas o que elle queria era affastar por este modo a questão diplomatica, habilmente.

Mais desembaraçado já d'esta enorme lucta em que se lançára, principiou D. João II a entender nos negocios de pura administração.

Reformou o escudo real, mandando-lhe tirar a cruz verde da ordem de Aviz, que alludia ao mestrado de D. João I, porque a auctoridade real offuscára a do mestre d'aquella ordem, e mandou mudar os cinco escudos de dentro, *porque estavam atravessados com as pontas debaixo para o do meio, que parecia cousa de quebra.* [1]

Mandou tambem proceder á cunhagem das moedas do seu reinado. Cunhou-se o *justo*, moeda de ouro, de vinte e dois quilates, e o *espadim* tambem de ouro, dando-se-lhe este nome por *lembrança da conquista da Africa que sempre com a espada na mão se fez*, e vintens e meios vintens de prata, e *espadins* de cobre. Ordenou que o marco de prata valesse d'ahi em diante dois mil e duzentos e oitenta réis. Tambem mandou cunhar cruzados, valendo trezentos e noventa réis cada um.

Tendo fallecido o papa Sixto V, e havendo sido elevado ao sólio pontificio Innocencio VIII, D. João II mandou a Roma uma embaixada, que affirmasse os seus sentimentos de respeito e obediencia para com a Santa Sé. O cardeal de Alpedrinha, D. Jorge, tinha mudado de opinião a respeito de D. João II, depois de lhe haver *tomado o pulso* por occasião d'aquella outra embaixada que viera a Portugal, como mais atraz dissémos. Por isso se fez agora o principal assessor d'esta embaixada, conseguindo o seguinte:

[1] Garcia de Rezende.

Concessão para uma cruzada a Africa, com grandes indulgencias para os que para ella contribuissem com certa quantia; licença para nos castellos dos extremos d'estes reinos se poder dizer missa, bem como nos tribunaes de justiça, e da supplicação e do civel; licença para o rei poder fundir n'um só hospital todos os outros de Lisboa, [1] etc., etc.

Tambem D. João II attendeu ás munições de guerra, que eram deficientes; mandou fabricar armas, e importar outras, especialmente lanças e couraças, fazendo-as destribuir por todo o reino.

Uma das coisas a que era urgente attender, sobretudo quando as arcas publicas estavam tão profundamente depauperadas, era o luxo, a ostentação que campeava desenfreada.

Na côrte e em todo o reino faziam-se gastos espantosos em sedas, brocados, chaparias, borlados e canotilhos.

Até os colonos mouros, que sempre viveram condemnados a uma passividade humilhante, e a um regimento especial no vestuario, já iam tomando uma certa liberdade na maneira de trajar, procurando hombrear em opulencia com os christãos. [2]

Referindo-se ao excessivo luxo que houve em Portugal, sobretudo depois que a conquista da India, creando uma sêde insaciavel de deleites e

[1] O hospital de Todos os Santos, no Rocio, cuja primeira pedra foi lançada, por ordem de D. João II, no anno de 1492. Este hospital ardeu em agosto de 1750.

[2] De um artigo humoristico na forma, mas rigorosamente historico no fundo, publicado pelo nosso amigo o sr. Delfim de Almeida no *Jornal do Domingo*, transcrevemos o seguinte:

No reinado d'el-rei D. Duarte queixou-se a communa dos mouros forros da Mouraria de Lisboa, que o alcaide pequeno da cidade apoquentava os pobres seguidores do propheta, querendo á viva força pol-os á sombra, na cadeira, por trazerem *sobre suas roupas albernozes, e escaputarios e balandraaes,*—coisas estas, cujo uso lhes era permittido pelas suas cartas e privilegios, e por isso as tinham usado sempre, accrescentando, por ultimo, que os albernozes eram *trajo usado e costumado em terra de mouros.* O rei, depois de ter examinado, em relação com os do seu desembargo, as cartas e privilegios da communa, assim como as ordenações respectivas a este negocio, e depois de ter ouvido tambem o alcaide, convenceu-se, a final de contas, que os mouros tinham rasão no que expunham, e que o procedimento do sr. alcaide era pouco mais ou menos uma patifaria. Determinou, portanto, que elles podessem trazer sobre os seus vestidos albernozes, como sempre trouxeram, ou capuzes, ou balandraus, ou aljubas, conforme quizessem, «sem que lho fossem contadas as ditas «cousas, nem elles presos, nem soffressem por isso «qualquer outro desaguisado.» *E andem assy,* dizia o soberano, *como sempre andaram, visto que o trajo que ora trazem, é assas devisado do dos Christãos, e o sempre assy troverom, e podem traer per bem de suas Cartas, porque non he contra nossa Hordenaçom.*

«Annos depois, D. Affonso V, revendo esta lei, confirmou-a, na essencia, mas deu-se ao incommodo de lhe fazer o respectivo regulamento, e portanto, de apertar um pouco o torniquete, como de costume. Houve por bem sua senhoria determinar que, se os mesmos mouros forros quizessem trazer aljuba, deviam tambem trazer os respectivos aljubetes, cumprindo que as mangas d'aquellas fossem tão largas que podesse revolver-se uma alda de medir panno em cada uma. Quanto aos albernozes deveriam ser fechados *(çarrados) e coseitos com seos escapullairos;* e finalmente que nos balandraus e capuzes deveriam trazer sempre escapularios de traz. Esta ordenação concluia da seguinte fórma: *O que nom trouxer cada uma das ditas roupas, perca a roupa, que, trouxer, e seja preso ataa nossa mercê; e trazendo as ditas roupas, se non forem taaes, como devem, segundo suzo é declarado, percão-nas e jaçam na cadea quinze dias.*

«Vejamos agora como os seguidores do propheta eram contempelados nas librés de D. João II. A 29 de julho do anno de 1493 mandou sua alteza dar a Heabea, mouro carpinteiro, um capuz, peleta, calças e carapuço d'antona; gibão de fustam preto e um par de camisas de panno da terra.

«A 10 de setembro do mesmo anno presenteou Durduz, mouro guia d'Alcacer, com uma marlota e pelota azul, um capellar vermelho, todo d'antona e um por de camizas. Dias depois, a 17 do mesmo mez e anno, ordenava que se désse a Hamed Ben Omar, criado do alcaide Alaroz, *panno de londres dalguuma booa coor para huuma marlota e huum capuz e assy huum barrete de grãa.*

«Nas côrtes convocadas em Evora por el-rei D. João I, na era de 1429 (anno de 1391), queixaram-se os povos de que os judeus não traziam signaes, como lhes era ordenado, para se extremarem dos christães e se os traziam eram tão pequenos que difficilmente

de vicios, corrompera os costumes, escreve Rebello da Silva: «D. João III *e antes d'elle varios monarchas* tinham já envidado os maiores exforços para corrigirem a excessiva opulencia nos gastos, e as galas dispendiosas nos adornos pessoaes.» [1] Pois um d'esses monarchas fôra D. João II, que por uma ordenança especial decretou que em todos os seus reinos e senhorios ninguem, homem ou mulher, de qualquer estado e condição que fôsse, podesse vestir sedas, brocados, canotilhos, etc; que os homens trariam apenas gibões, carapuças, e pantufos de seda, e as mulheres sainhos, e cintos e bordaduras de seus vestidos. «E por se melhor cumprir, el-rei e a rainha e o principe e o duque (D. Manoel) nunca mais vestiram sedas, senão nas cousas sobreditas.» [2]

Todavia, todos esses enormes gastos que D. João II julgou preciso reprimir, eram para assim dizer apenas o prologo da historia do desregramento de costumes em que mais tarde cahimos.

se reconheciam, ou tão escondidos, que se não viam. Ordenou, pois, el-rei, que *todolos judeus do seu senhorio tragam signaes vermelhos de seis pernas cada hum no peito acima da boca do estomago*, devendo esses signaes ser pregados nas roupas de cima, do tamanho de sello real, redondos, sempre bem descobertos e patentes á vista.

«D. Affonso V confirmou a lei do seu avô, mas parece que os judeus não obstante a severa penalidade com que era punida a infracção (perdimento das roupas e cadea,) reincidiram, pois que nas côrtes de Evora, anno de 1481, de novo se queixaram os povos não só de que deixavam de trazer signaes, mas ainda andavam orgulhosamente em cavallos e mullas, com lobas e capuzes finos, com gibões de sedas, espadas doiradas, toucas rebuçadas, jaezes e guarnecimento que tornavam impossivel serem conhecidos pelo que eram. Tudo isto se affigurava aos bons procuradores uma «coisa fea, deshonesta e abominavel», rogando, por tanto, ao soberano, que fizesse cumprir, «as sanctas e devotas ordenações» que a similhante respeito havia. O rei limitou-se a ordenar que os hebreus trouxessem o costumado signal de estrella sempre patente e na fórma da ordenação; quanto ao vestido mandou que o não podessem trazer senão fechado e *daquelles pannos da sorte que he ordenado que tragam os outros homees que nam ham de traer seda.*»

[1] *Hist. de Port.*, tomo V, pag. 526.
[2] Garcia de Rezende.

No seculo XVII as mulheres portuguezas não vestiam senão de seda e velludo, e sahiam á rua com grande ostentação de criadagem. Mas no seculo XV ainda a modestia das portuguezas, no vestir e no porte, era justamente notada e elogiada.

«Nos seculos XV e XVI a modestia e compostura das mulheres ainda mereciam os louvores de nacionaes e estrangeiros, que elogiavam com motivo a temperança das casadas, o recolhimento das donzellas e a honestidade das viuvas, tanto nos vestidos e toucados, como nas maneiras e na companhia, de que se rodeavam. Aquellas toalhas de hollanda e de panno de linho, diz o auctor que estamos citando, aquellas sáias de fazendas de lã com sua barra, nas mais urbanas e cortezãs enfeitadas de debruns da mesma tela, os gibões de canequin, e os mais ricos de tafetá, o recato no andar, os olhos no chão, os chapins envernizados, e nas senhoras titulares e principaes os chapins de Valença, tudo inculcava logo a virtude, a simplicidade e o desprezo dos vãos ruidos do mundo. Um pagem, ou um escudeiro compunha todo o seu cortejo para saírem a fazer visitas, ou para frequentarem as igrejas, e a mais nobre para se transportar apenas tinha uma cadeirinha com suas cortinas de encerado. Os mantos eram de filele (tecido de lã de Barberia,) ou de sarja, e os mais caros cortavam-se de burato, especie de cendal preto, ou de cores, e passavam de mães a filhas em morgado.» [1]

As medidas repressivas que D. João II julgou indispensavel adoptar contra o luxo e os excessivos gastos, e que a propria familia real foi a primeira a respeitar, tiveram comtudo uma breve suspensão por occasião do casamento do herdeiro da corôa, o mallogrado D. Affonso.

Ao mesmo tempo que D. João II olhava para a administração interna do reino, a sua imaginação fixava-se na conquista africana, e um grande desejo de continuar, sob este ponto de vista, as tradições gloriosas da sua familia agitava o seu espirito.

Por sua ordem, Diogo Cão havia embarcado novamente. Da primeira viagem descobrira o rio Zaire, e o reino do Congo. Na segunda havia

[1] Rebello da Silva, *Hist. de Port.*, tomo V, pag. 529.

de chegar até aos 22° austral, collocando um padrão não longe do cabo Negro. [1]

Diogo Cão, tendo desembarcado no Congo, de tal modo se tornou agradavel ao rei d'aquelle estado, que não só o deixou inclinado a favorecer a religião christã, e a aceital-a, caso lhe enviassem missionarios, mas tambem trouxe comsigo alguns negros conguezes, que estiveram a aprender as primeiras letras na Casa de Santo Eloy em Lisboa, e que partiram para a sua patria em 1490.

No anno seguinte chegaram ao Congo; o rei e a rainha baptisaram-se e principiou-se a construir uma egreja, cujos materiaes iam apparelhados de Portugal. [2]

Desde este momento ficáram estreitadas as relações commerciaes e politicas de Portugal com o Congo; e novas investigações foram feitas para descobrir-se a terra do *Prestes João*, de que já demos sufficiente noticia no principio d'este volume.

No anno de 1486, João Affonso de Aveiro, subindo pelo rio Formoso, descobrira o reino de Berim, onde falleceu. Mas a pimenta, que de lá veio para Portugal, foi a primeira que se viu, sendo tida em grande apreço e estimação. Enviada para Flandres, foi ali excellentemente recebida como artigo de commercio.

Não tardou que viesse a Portugal um embaixador do rei de Berim, chamado Hugato, o qual se tornou á sua terra muito obsequiado. E D. João II «mandou logo com elle feitores e officiaes para lá estarem, e resgatarem a dita pimenta, e outras cousas que na terra havia. E depois por ser muito doentia, e o trato não ser de muito proveito como esperava, a feitoria se desfez, e os officiaes se vieram.» [3]

D. João II não prescindiu de tomar o titulo de *senhor de Guiné*, orgulhando-se do já tão dilatado predominio da corôa portugueza em Africa. O continente negro, como hoje dizemos, parecia destinado a submetter-se-lhe inteiro, e já alguns soberanos africanos, como o de Azamor ao norte, mandavam sua obediencia ao rei de Portugal, impondo-se áquelle um tributo annual de dez mil saveis. [1]

Mas o ideial de D. João II ia ainda mais longe, adejava para alem da Africa, que era preciso dobrar. Descobrir o caminho por mar para a India, tal era o ideal persistente do filho de Affonso V. E agora é occasião de repetir aqui o que já algures escrevemos, para que o leitor possa dar a Cesar o que é de Cesar, e a D. João II o que é de D. João II.

«D. Manuel quiz a India, e teve a India e o Brazil.

«Quiz a India e teve-a, mas não a sonhou. D. João II foi que a previu, e por ventura morreria em Alvor fitando os olhos desluzidos no horisonte azul da costa do Algarve sem que a vista podesse já acompanhar o espirito n'essa viagem imaginaria atravez dos mares do Oriente. Elle foi que procurou os maiores homens do seu tempo, que os escolheu, que planeou as grandes navegações, que continuou a obra arrojadissima do infante D. Henrique. E todavia o maravilhoso monumento maritimo de Portugal mostra aos olhos do viajante admirado, entre os seus formosos lavores, a divisa do rei venturoso, ficando abafado sob as primorosas paginas d'aquelle sublime poema de pedra o nome de D. João II. Referimo-nos, escusado seria dizel-o, ao mosteiro de Belem, em cujo edificio Edgar Quinet sentiu ainda pulsar, quando o viu, a alma navegadora de Portugal. Com effêito, são profundamente verdadeiras as observações de Quinet. Todos os caracteres da vida do mar ali estão, em Belem. Cabos de pedra que ligam os pilares uns aos outros: altos mastros de mesena que sustentam as ogivas, os florões, as abobadas: a egreja é o navio que vae largar para os ousados descobrimentos. No claustro ha já espalhadas com mão profusa as primicias dos continentes recentemente descobertos: pendurados nos baixos relevos os côcos e os ananazes; os macacos do Ganges trepando baloiçados pelos cabos; os papagaios do

[1] «Os padrões eram delineados por el-rei. Constava cada um de uma columna de pedra com 14 ou 15 palmos de altura, e em cima d'ella uma cruz: tinha esculpidas as armas de Portugal, e dois letreiros um em lingua portugueza, e outro em latim, nos quaes se declarava o nome d'el-rei, a data do descobrimento e o capitão que o fizera e ali o collocara.» *Indice chronologico*, etc.

[2] *Indice chronologico*, etc.

[3] Garcia de Rezende.

[1] Garcia de Rezende.

Brazil esvoaçando festivamente em derredor da cruz; elephantes de marmore que conduzem em triumpho a urna funeraria do rei Manuel. Uma egreja maritima finalmente, com tão raro primor descripta por Quinet, servindo de tumulo a um rei que não foi descobridor.»

No espirito de D. João II a estrada maritima da India rasgava-se em sonhos, illuminada pela ardentia das noites esplendidas do Oriente, e sobre esse sulco de luz caravellas portuguezas navegavam desfraldando aos quatro ventos do espaço a bandeira com o escudo real portuguez.

Portanto, este «grão catholico e muy sollicito investigador dos secretos do mundo, desejando proseguir o descobrimento das costas do mar Oceano, contra o Meio-Dia, e Oriente, que seus antecessores primeiro que nenhuns do mundo emprehenderam e começaram» [1] encarregou Bartholomeu Dias de descobrir o grande cabo, que termina a Africa do sul, e que alguns dos nossos antigos arrumavam a 35°, e outros a 34°, 30′ de lat. austr. [2]

Bartholomeu Dias foi com effeito descobrindo a costa occidental do Cabo Negro para baixo, com tanta felicidade que dobrou o cabo. Mas como muito por largo o rodeiasse, nem elle nem os seus companheiros o avistaram. Velejando sempre para o norte por leste, a tripulação da frota soltava vivos clamores, vendo que cada vez se tornava maior atraz de si a vastidão do mar. Bartholomeu Dias foi pois obrigado a retroceder, com uma amargura enorme, que João de Barros pinta primorosamente, mas, á volta, poude vêr o cabo, que denominou das Tormentas, pelas muitas que ahi soffrera.

Bartholomeu Dias havia-se finalmente apossado da preciosa chave de todo o commercio e navegação oriental. Um moderno geographo estrangeiro considera justamente essa empreza como a mais delicada e a mais difficil que se tem tentado nos tempos modernos.

João de Barros escreve: «... houveram vista d'aquelle grande e notavel cabo, encoberto por tantas centenas de annos: como aquelle que quando se mostrasse não descobria sómente a si, mas a outro novo mundo de terras.» [3]

[1] Ruy de Pina.

[2] *Indice chronologico*, etc.

[3] *Primeira decada*, livro terceiro.

Assim era, effectivamente.

D. João II, como refere Camões na epopéa:

«... por haver fama sempiterna,
Mais do que tentar pode homem terreno
Tentou, que foi buscar da roxa Aurora
Os terminos, que eu vou buscando agora.»

Segundo a tradição antiga, duas viagens de circumnavegação á Africa haviam sido realisadas, uma pelos phenicios, assalariados pelo pharaó Neco, outra pelos carthaginezes, que, como se sabe, eram originariamente phenicios. [1] Neco ou Nechao, filho de Psammetico, querendo favorecer o commercio e a navegação, enviou uma frota para o Mediterraneo, e outra para o mar Vermelho, e chegou mesmo a inaugurar os trabalhos para a abertura do canal que devia unir aquelles dois mares. Mas, segundo tambem refere a tradição, teve que abandonar esse projecto audacioso, porque 120:000 homens pereceram no inicio da empreza. Como se sabe, apenas em 1869, graças á infatigavel energia de Fernando Lesseps, se ultimou a abertura do canal de Suez, o qual foi solemnemente inaugurado n'aquelle anno. [2] Portanto, para se descobrir o caminho maritimo para a India, importava tornear toda a Africa, como os antigos haviam feito, e sobretudo dobrar essa ponta de terra, que rematava ao sul a Africa, angolada para os gelos do pólo austral.

Mas justamente n'esse passo, o mar, apertado entre o ponto extremo da terra e o bojo do cabo, eriçava-se em furias temerosas, erguia-se em vagalhões montanhosos, cavava-se em abysmos profundissimos, a descripção d'este máu passo de navegação só podia com effeito ser personificada no gigante Adamastor, como fez Camões:

«..................... uma figura
Se nos mostra no ar, robusta e válida,
De disforme e grandissima estatura,
O rosto carregado, a barba esqualida;
Os olhos encovados, e a postura
Medonha e má, e a côr terrena e pallida,
Cheios de terra, e crespos os cabellos,
A bocca negra, os dentes amarellos.» [3]

[1] Vide este mesmo volume, pag. 6.

[2] O canal tem 160 kilometros de extensão desde Port-Said a Suez; uma largura de 100 metros, e uma profundidade média de 8,m30.

[3] *Lusiadas*, canto V, estancia XXXIX.

Foi por todas estas razões que Bartholomeu Dias pôz ao cabo o nome de *Tormentoso*, mas justamente porque elle abria as portas maritimas do caminho para a India, D. João II quiz que se ficasse chamando *da Boa Esperança*, denominação que os seculos teem respeitado.

Este descobrimento, de uma importancia superior, custou a vida d'alguns marinheiros portuguezes. Todos os grandes feitos teem o seu martyrologio. E nós hoje, que em commodos barcos a vapôr, repletos de commodidades e confortos, sulcamos o mar em todas as direcções, devemos recordar as tristes aventuras d'esses que, á custa da propria vida, primeiro arroteáram o occeano, porque é esse justamente o maior preito que se lhes pode render.

«Bartholomeu Dias, diz João de Barros, depois que voltou d'elle (o cabo) o que convinha á navegação, e assentou um padrão chamado S. Filippe, porque o tempo lhe não deu logar a sahir em terra, tornou a seguir sua costa em busca da nau dos mantimentos, á qual chegaram havendo nove mezes justos que d'ella eram apartados. E de nove homens que ali ficaram eram vivos tres sómente, um dos quaes a que chamam Fernam Collaço, natural do Lumiar, termo de Lisboa, que era escrivão, assim pasmou de prazer em vêr os companheiros, que morreu logo, andando bem fraco de enfermidade. E a razão que deram dos mortos, foi fiarem-se dos negros da terra com quem vieram ter communicação: os quaes sobre cobiça d'algumas cousas que resgatavam os mataram.»

O espirito de D. João II não se contentava, porém, com a só esperança do que Bartholomeu Dias poderia fazer. Antes que elle tornasse, D. João mandou por terra dois viajantes, encarregados um de colher noticias relativas á India e o outro de procurar o reino do Prestes João. [1] Chamavam se os mensageiros Pero da Covilhã e Affonso de Paiva. O primeiro sabia muito bem o arabe; e este facto explica a razão da sua escolha. Anteriormente, já D. João II havia mandado com igual destino um fr. Antonio de Lisboa e Pero de Montarroyo, dizendo-lhes que fossem por Jerusalem, onde constava que sacerdotes do reino do Prestes João iam em romagem. Com effeito, foram, acharam os religiosos que procuravam, mas não os poderam acompanhar por não saberem a lingua arabe. Para que se não tornasse a dar este inconveniente, foi escolhido o Covilhã, o qual com Affonso de Paiva se dirigira a Napoles onde embarcaram para a ilha de Rhodes, passando de Rhodes a Alexandria, sendo ahi atacados de febres violentas. Logo que se julgaram restabelecidos, passaram ao Cairo, e d'ahi seguiram viagem para Adem, onde se apartaram um do outro, seguindo Affonso de Paiva para a Ethiopia, e Pero da Covilhã para a India, combinando encontrarem-se em certo tempo no Cairo.

O Covilhã, embarcando em Adem, foi ter a Cananor, e d'ahi a Calecut e a Gôa; voltando pelo Cairo, onde encontrou noticia de Affonso de Paiva ter fallecido pouco tempo antes. Ahi lhe constou que dois judeus portuguezes, um, rabi Abrahão, natural de Beja, e o outro Josepe, sapateiro de Lamego, andavam em sua procura. Avistou-se com elles secretamente, e soube então que o Josepe tinha recolhido ao reino de uma longa viagem á Asia e que, contando a D. João II o que tinha visto, o rei lhe dissera que, acompanhado do rabi Abrahão, fosse ter-se com Pero da Covilhã; Josepe, para lhe trazer resposta das cartas que por elles mandava ao Covilhã; e Abrahão para ir com elle vêr a ilha de Ormuz e informar-se das cousas da India.

Por cartas que os judeus levavam, D. João II recommendava a Pero da Covilhã que, se ainda não tinha descoberto o reino do Prestes João, que não desistisse de o encontrar, e de lhe entregar as cartas de que era portador.

Pero da Covilhã, comquanto já muito alquebrado de trabalhos, escreveu a el rei sobre tudo o que tinha visto e sabido, e despediu-o para que viesse ao reino, partindo elle com Abrahão do golpho de Adem para Ormuz. Depois de colhido o maior numero de informações, Pero da Covilhã deixou em Ormuz o judeu Abrahão para que voltasse com as cafilas que da India vinham ter a Aleppo e Damasco, tornando elle ao mar Vermelho, e desembarcando na Abyssinia, onde effectivameute encontrou o Prestes João.

O negus então reinante chamava-se Alexandre, ou Escander na lingua do paiz. Recebeu muito bem Pero da Covilhã, declarando-lhe quão agra-

[1] Veja-se o que a este respeito dizemos a pag. 8 do presente volume.

davel lhe era receber embaixada de um principe christão da Europa, mas poucos dias depois Alexandre falleceu, e succedeu-lhe no throno seu irmão Naut, o qual não só fez pouco caso de Pero da Covilhã, mas até lhe prohibiu que sahisse do seu reino, pelo que Pero da Covilhã perdeu completamente a esperança de repatriar-se. [1]

Parecendo voltar todas as suas attenções para o ultramar, D. João II não descançava. Sob um pretexto qualquer, que na realidade não era por certo mais que o de explorar por todos os modos o continente africano, mandou apparelhar uma armada de trinta navios, de que foi por capitão Diogo d'Almeida. Mas *como o principal ardil a que iam se desacertou*, diz Ruy de Pina, *não houve effeito* escreve Garcia de Rezende, o que parece dar a entender que o fim da expedição era agora pura e simplesmente uma exploração ethnographica, o capitão mandou gente pela terra dentro a espiar os aduares dos mouros. Com effeito, poderam aprisionar cerca de quatrocentos homens e mulheres, que *a este reino foram trasidos com outro muito despojo e muitos cavallos.* [2]

N'esse mesmo anno, que era o de 1487, as armas portuguezas sahiam victoriosas do ataque que o xarife Alle-Barraxa fazia á cidade de Tanger, da qual era governador D. João de Menezes, depois conde de Tarouca. O proprio xarife ficou prisioneiro, tendo de pagar um importante resgate, e acabando por assignar uma capitulação humilde.

Tempo depois chegava ao reino noticia do desbarate e captiveiro do alcaide de Alcacerquibir, que D. Vasco Coutinho, conde de Borba, e capitão de Arzilla conseguira effectivamente derrotar e aprisionar, tendo o mouro que pagar um grande resgate. [1]

Não contente com isto, D. João II mandava apparelhar uma nova armada *com o fim de fazer guerra mais apertada á Africa*. Mas constando que os mouros tratavam de por-se a salvamento logo que a noticia d'esta armada lhes chegou aos ouvidos, a maior parte d'ella ficou no reino, seguindo apenas viagem umas trinta caravellas, cujo capitão, Fernam Martins de Mascarenhas, desembarcou em Arzilla e, junto com D. João de Menezes e com o conde de Borba, fez uma entrada pelo campo de Alcerquibir recolhendo grandes destroços.

Tudo parecia conspirar para que o poder real de D. João II se dilatasse em Africa. Mas o destino não se contentava apenas com dar-lhe estas victorias; foi mais longe. Em 1488, veio a Portugal o principe negro Bemoim, do reino de Gelof, na Guiné, com o proposito de fazer-se christão para d'este modo melhor poder captar a benevolencia de D. João II, pois que desejava tel-o como protector para debellar inimigos que conspiravam dentro do seu proprio reino, e que d'elle o queriam desapossar.

O principe negro foi effectivamente baptisado em Setubal, onde se fizeram grandes festas em sua honra. D. João II resolveu dar-lhe um soccorro de vinte caravellas, commandadas por Pero Vaz da Cunha, que, chegando a Africa, matou Bemoim, receioso de traição, o que sobremodo pesou a D. João II, visto que, ainda mesmo que

[1] «Depois, passados muitos annos, escreve Barros, em o de quinhentos e quinze, reinando David, filho d'este Naut, requerendo-lhe por este Pero da Covilhã D. Rodrigo de Lima, que lá estava por embaixador d'el-rei D. Manuel, ainda lhe negou a vinda: dizendo que seus antecessores lhe deram terras e heranças; que as comesse e lograsse com sua mulher e filhos que tinha. E por via d'esta embaixada que levou D. Rodrigo viemos a saber todo o discurso d'esta viagem de Pero da Covilhã. Porque entre os portuguezes que foram com elle, era um Francisco Alvares, clerigo de missa, a quem elle Pero da Covilhã deu conta de sua vida, e se confessou a elle; do qual Francisco Alvares, e assim de um tratado que elle fez da viagem d'esta embaixada que levou D. Rodrigo, soubemos estas e outras cousas d'aquellas partes.»

João de Barros—*Decada primeira*, livro terceiro.

O livro do padre Francisco Alvares, logo que appareceu, foi traduzido em francez, em hespanhol, em allemão e italiano.

[2] Ruy de Pina.

[1] «...foi o dito alcaide resgatado em quinze mil dobras da banda, e vinte cavallos para el-rei, e mais dez christãos captivos; e depois de concordado o dito resgate, deixou por si em arrefens dezoito mouros, pessoas principaes, sobre que foi solto, e elles captivos, até se pagar, como se pagou, o dito resgate.» Ruy de Pina.

realmente houvesse traição, Bemoim estava em poder dos portuguezes, e a sua propria pessoa valia como garantia de segurança para as nossas caravellas.

Proseguindo no seu empenho de dominar a Africa, D. João II resolveu mandar edificar uma villa, com a sua respectiva fortalesa, á beira do rio Larache, confiado em que seria um magnifico ponto estrategico para d'ali fazer guerra aos mouros de Fez e Alcacerquibir. Foi de Portugal uma grande expedição, composta da flor da fidalguia portugueza, para garantir a edificação da villa, a que foi destinado o nome de Graciosa, e da fortaleza. Mas o rei de Fez, constando lhe o que se passava, e comprehendendo o alcance d'essa empreza, tratou de sitiar os portuguezes, que se acharam, por este motivo, em critica situação. Chegando noticia a Portugal do aperto em que estavam, D. João II mandou-lhes um importante reforço, e parecia disposto a ir elle proprio em pessoa soccorrer os portuguezes, quando o rei de Fez propoz um convenio, em virtude do qual os portuguezes desistiram do seu proposito, sob clausula de que poderiam retirar livremente. O convenio foi acceito, e os portuguezes poderam, emfim, retirar-se, voltando ao reino, onde D. João II, certamente contrariado nos seus projectos, folgou comtudo de os tornar a vêr sãos e salvos.

CAPITULO VII

Casamento do principe D. Affonso.—O filho natural do rei.—Festas pelo casamento de D. Affonso.—Morte desastrosa d'este principe.—Impressão que a sua morte causa em todo o reino.

O principe D. Affonso, filho de D. João II, segundo o contracto que desfizera as terçarias de Moura, devia casar com a infanta D. Joanna, filha dos reis de Castella, salvo o caso de que ao tempo da idade nubil do principe estivesse ainda solteira a infanta D. Isabel, que era a primogenita d'aquelles reis.

No anno de 1488. D. João II vendo que seu filho prefazia a idade de quatorze annos, mandou uma embaixada a Castella para liquidar este negocio. E não obstante os reis catholicos terem tido sollicitações á mão de sua filha primogenita por parte de Maximiliano rei dos romãos,—esse Maximiliano que o rei de França aprisionou e, no interesse de cujo livramento D. João II preparava já uma mediação, que, felizmente, não chegou a ser precisa — bem como parte do rei de França e do de Napoles, resolveram escolher o principe D. Affonso de Portugal para noivo de sua filha primogenita D. Isabel.

Parece natural que o motivo d'esta preferencia fosse principalmente politico, consistisse no desejo de estabelecer boas relações de visinhança e amisade com Portugal, que de vez em quando, como acontecera em tempo de Affonso V, incommodava o reino de Castella, invadindo-o com os seus exercitos.

Transmittida a noticia a D. João II, recebeu-a com grandes demonstrações de jubilo, e o casamento do principe D. Affonso com D. Isabel de Castella foi aprasado para d'ahi a um anno.

Mas este negocio tinha que ser apresentado ás côrtes, sobretudo para que ellas votassem o subsidio indispensavel para realisar as festas que por occasião do casamento deviam celebrar-se. Mais uma vez, como sempre acontecia, as côrtes annuiram ao que lhes foi proposto, votando, para aquelle fim, cem mil cruzados, que os povos entre si repartiram.

Por este tempo um novo personagem, que não deixa de representar papel importante na historia da época, foi apresentado na côrte de D. João II. Referimo nos a seu filho natural, D. Jorge de Lencastre, de cuja biographia nos occuparemos em nota especial. [1] No momento em que se

[1] Transcripta do livro que em 1877 publicámos com o titulo de *O capote do sr. Braz*. Ha na narrativa por vezes um tom ligeiro, que em nada deve prejudicar a verdade dos factos, rigorosamente historicos.

«Subi outro dia á pittoresca montanha de Palmella, que lá está *a devanear do seu castello proezas guerreiras de outras idades*, como escreveu Castilho, e entrei á fortaleza convidado pelas tradições historicas archivadas dentro d'aquelles famosos baluartes. Subi á torre de menagem, mergulhei n'aquelle dilatado horisonte a vista que logo parece faltar-nos se por acaso resvala nas contra-escarpas penduradas da montanha; desci, por caminhos subterraneos, ao carcere tenebroso onde agonisou D.

apercebiam as grandes festas com que devia ser solemnisado o casamento do principe herdeiro, D. João II não quiz que outro filho seu ficasse privado das honras que por direito de nascimento pertenciam a todos os filhos dos reis, ainda mesmo quando a sua origem era illegitima. O facto da apresentação do moço D. Jorge na côrte de seu pae, representa aqui um simples incidente, mas deve considerar-se todavia como o primeiro élo de uma cadeia de acontecimen-

Garcia de Menezes, bispo de Evora, por conjurado contra D. João II, e entrei finalmente ao convento que foi de freires, cabeça da ordem de S. Thiago, hoje em ruinas como o templo.

«Da ordem de S. Thiago diz-se que foi instituida reinando em Castella Affonso VIII e em Leão Fernando II.

«A profissão dos cavalleiros importava o voto de sacrificarem a vida e patrimonio á expulsão dos mouros. Por isso, quando a Castella chegou noticia de estar Affonso Henriques pelejando em Santarem com as hostes do rei mouro de Sevilha, os cavalleiros de S. Thiago afanosamente o vieram soccorrer. Victoriosos, Affonso Henriques admittiu, por gratidão, a ordem em Portugal, e foi-lhe dando terreno para erigir convento em Lisboa, e Alcacer do Sal, á medida que a conquista dilatava a monarchia. Os dois Sanchos fizeram-lhe varias concessões. No reinado de D. Diniz um breve do papa Nicolau IV eximiu, posto sobreviessem contestações infructiferas, os cavalleiros portuguezes á jurisdicção e dominio do grão-mestre de Castella. [1] D. João I determinou que a cabeça da ordem se estabelecesse definitivamente em Palmella, cujo convento apenas se concluiu no anno de 1482.

«Demoraram os freires em Palmella cerca de quatro seculos, ciosos de suas glorias passadas e da nobreza da sua ordem, cujo mestrado andou muitas vezes em reis e filhos de reis, e cuja mitra era apenas concedida a ecclesiastico de muita qualidade.

«Hoje o que resta do convento são as paredes, a dentro das quaes, na casa do refeitorio, eu vi a communidade substituida por enormes formigueiros, que naturalmente ali se vão reproduzindo desde 1834, e que no seu trabalho silencioso e indefesso rompiam por entre o hervaçal de mais de tres palmos de altura. Tambem fallam ainda dos freires um enorme relogio, que emprega um homem, pago pela municipalidade, na sua conservação, dois sinos cuja sonoridade facilmente se experimenta com poisarlhes os dedos, e, finalmente, as ruinas do templo onde o vandalismo começou por mutilar os marmores variegados e acabou por violar os tumulos venerandos.

Presentemente um destacamento do batalhão de Setubal é que tem as chaves da egreja, e que cuidadosamente fecha as mutilações e as irreverencias do vandalismo, lá dentro encerradas, e triste chronica quasi todos os dias lida pelos estrangeiros, maiormante inglezes, que tantas vezes sobem a Palmella.

«Sinceramente direi que o que me levou ao templo, depois de fatigado de animo e corpo, foi um livrinho que o sr. Henrique Freire ha annos publicou com o titulo de *Prophecia*, e no qual noticiava que o vandalismo havia violado o tumulo e revolvido n'aquelle templo a ossada do principe D. Jorge, filho natural de D. João II e de D. Anna de Mendonça,—atrocidade que, não obstante as reclamações da imprensa, lá se estadeia ainda, e estadeará talvez, como vergonha eterna.

«O tumulo, que se diz ser de D. Jorge, é de marmore, figurando uma urna; a tampa está removida o bastante a permittir que entre o braço de quem, menos piedoso pelos despojos da humanidade, deseje possuir o cubito ou o fémur de um principe. Superior ao tumulo releva da parede o brazão do infante, cortado pela faixa indicativa de bastardia.

«Ah! immensa crueldade a que perturba o descanço eterno dos principes e dos plebeus! e criminosa indolencia a que tolera o triste espectaculo d'aquella perversidade! Ao menos que os soldados do destacamento vigiem pelo que da ossada de D. Jorge ainda resta, e a ponham a coberto da vindicta de algum republicano *enragé* que tentasse esmagar a realeza no craneo de um principe. Ri-me a principio de ver seis soldados a guardar ruinas; mas, quando cheguei a defrontar-me com o tumulo de D. Jorge, comprehendi que eram precisos ali. Pobre D. Jorge, duque de Coimbra, senhor de Montemór-o-velho, mestre das ordens de S. Thiago e de Aviz, filho de el-rei D. João II, que por seres filho de uma mulher que teu pae facilmente venceu, e que decerto o amava, nem o descanço mysterioso e sagrado da sepultura podes ter, ao passo que teu pai dormiria serenamente no convento da Batalha, se o ardente D. Sebastião não o fosse incommodar, para ver como os vermes da terra se pasciam no cadaver do heroe de Arzilla, tão decomposto como a esta hora deve estar o do vencido de Alcacerquibir!

«Pobre D. Jorge!

«O que da vida d'este principe eu sei e que nas-

[1] «*Mappa de Portugal*, por João Baptista de Castro.

tos que mais tarde tiveram importancia, e não devem ser deixados no escuro.

O casamento do principe D. Affonso com D. Isabel realisou-se por procuração, em Sevilha, no domingo da paschoela de 1490, havendo por essa occasião grandes festas de momos, e justas reaes.

«E porque el-rei D. João era avisado do dia certo em que o dito casamento se havia de fazer, diz Ruy de Pina, por tal que em poucas horas

ceu de D. Anna de Mendonça, *mulher muito fidalga, e moça formosa de mui nobre geração*, diz Garcia de Rezende, [1] no anno de 1481, quando D. Affonso v falleceu. «Por escusar desgostos caseiros,—escreveu «Frei Luiz de Sousa, [2]—determinou (el-rei) tirar «diante dos olhos» o principe. Este meio de *tirar diante dos olhos* para *evitar desgostos caseiros* é vulgar em reis e vassallos. O que não é vulgar é encontrarem os bastardos de uns e de outros, educadora tão carinhosa e meiga como a princeza santa Joanna, que no mosteiro de Aveiro recebeu e educou o sobrinho. «Era o menino de tão pouco tempo «nascido,—observa frei Luiz de Souza,—que, quando «chegou a Aveiro, não passava de tres mezes.»

«Em 1490 falleceu a princeza santa, dizem que de peçonha que lhe ministraram, e, já em artigos de morte, mandou chamar o sobrinho, que contava nove annos, e pediu-lhe que nunca esquecesse ao seu mosteiro e a ella, que o criara *chorando e cantando e vestida de burel*.

«Confessou el-rei á rainha as suas antigas leviandades, e a rainha, por suas grandes virtudes e muita bondade, segundo Garcia de Rezende, perdoou-lh'as, e consentiu que o menino se recolhesse a Evora, onde o principe seu irmão não consentiu que elle se apeiasse para beijar-lhe a mão; tão amiga foi a recepção que lhe fez.

«Agora dou a palavra a Garcia de Rezende para o deixar entalado entre as contradicções que resaltam das linhas seguintes e as *grandes virtudes e muita bondade* da rainha D. Leonor:

«El-rei depois da morte do principe (D. Affonso) «deu logo carrego do senhor D. Jorge seu filho a Dom «João, conde d'Abrantes; e *por tirar paixão á rainha «sua mulher com a vista do senhor D. Jorge*, lem«brando-lhe a morte do principe seu filho, houve el«rei por bem, *que por então não viesse a sua casa*. E «em caso que el-rei o fizesse com fundamento ho«nesto, e virtuoso, a rainha houve d'isso despraser; «e tanto, que depois que el-rei lhe requereu, e muito «apertadamente lhe pediu, que o tornasse a recolher «a sua casa, foi n'isso *tão dura*, e *tão contraria*, que «recebendo por isso d'el-rei muitos desfavores *nunca «em vida d'el-rei o quiz ver, nem recolher*.»

«Ora é sabido que de traz d'esta dureza da rainha estava seu irmão D. Manuel, o qual veio a succeder a D. João II.

«Damião de Goes [1] escreve com menos rodeios que «a vontade e desejo de el-rei D. João foi sem«pre de deixar o reino a D. Jorge seu filho bastardo, e vivendo houve entre elle e a rainha sobre este negocio muitos desgostos, comtudo como el-rei era homem sujeito a toda a boa rasão tomou n'esta parte secretamente o parecer de pessoas prudentes, e de boa vida, por conselho das quaes declarou em seu testamento por herdeiro Dom Manuel.»

«Depois da morte do principe D. Affonso, D. João II obteve do papa Innocencio, em favor do seu dilecto bastardo, a governança e ministrança dos mestrados de S. Thiago e de Aviz, e lhe deu por aio D. Diogo de Almeida.

«No anno de 1500, célebre pelo descobrimento do Brazil, deu el-rei D. Manuel a D. Jorge o titulo de duque de Coimbra e de senhor de Montemór-o-velho, e o casou com D. Beatriz de Vilhena, filha de D. Alvaro, irmão de D. Fernando, duque de Bragança, e de D. Filippa, filha unica do conde de Olivença.

«D. Manuel, menos duro que sua irmã, quiz compensar a D. Jorge a perda da corôa, dando-lhe dois beneficios e uma mulher... sobrinha do duque de Bragança!

«Que insondaveis segredos os da Providencia!

«Depois de casado,—licença que o rei D. Manuel obtivera para todos os cavalleiros das ordens militares,—celebrou D. Jorge diversos capitulos, e fundou em Setubal o convento de S. João Baptista, que pertencia ás freiras da ordem de S. Domingos e onde sua mulher fôra enterrada.

«É justamente depois da morte d'esta senhora, que principia o romance da velhice do Mestre D. Jorge, largamente narrado por D. Antonio Caetano de Souza na *Historia genealogica*. Ia nos setenta annos de idade o galante duque, e sentia ainda reviçar dentro do peito as rozas do amor, que floriam atravez do lucto da viuvez. No paço de D. João III havia, entre as mais celebradas damas da rainha D. Catharina, uma que só contava dezeseis annos, e a to-

[1] «*Chronica dos valerosos e insignes feytos d'el-rey D. João II*, capitulo CXIII.

[2] «*Historia de S. Domingos*, part. II, cap. VII.

[1] «*Chronica do serenissimo senhor rei D. Emanuel*, 1.ª part., cap. II.

depois de feito se soubesse, ordenou escudeiros de sua casa postos a cavallo em paradas pelo caminho, que com toda pressa de um em outro lhe trouxessem, como trouxeram, a dita certidão, logo á segunda-feira seguinte ainda de dia, e lh'a deram andando na praça da cidade de Evora a cavallo, e com elle o principe seu filho, e o duque (de Beja) com muitos senhores; que depois de ouvida, foi a ella logo respondido com gritas, e alegria de todos, a que continuaram, e

das excedia em formosura e gentilesa. Era D. Maria Manuel, filha de D. Fernando de Lima, senhor de Castro-Daire, e de sua mulher D. Francisca de Vilhena. O amor, um amor ardente, indomavel, que faz lembrar uma bella manhã de sol n'um dia de adeantado inverno, poz o velho duque enamorado aos pés d'esta encantadora damasinha, que não sabemos com que especie de sentimento escutára os tardios idyllios de D. Jorge. Todos os filhos do duque sahiram a contrair o violento amor do pai por D. Maria Manuel, allegando tão sómente a desproporção enorme das idades. A opposição dos filhos, ao contrario do que elles esperavam, não só atiçou a paixão do duque pela dama da rainha D. Catharina, mas até lhes acarretou o resentimento paterno. Pois dos filhos de D. Jorge um havia, victima de um amor tão profundo como infeliz, que devia ao pai mais cega tolerancia para com os seus desatinos de ancião. Era o mais velho. D. João de Lencastre, cuja accidentada biographia deixamos romanceada em dois volumes que tem por titulo *Um conflito na côrte*. Os que leram o nosso romance, sabem quão elevado conceito fazemos do desventuroso D. João de Lencastre; mas, por isso mesmo que somos justo para com elle, queremos continuar a sel-o, á luz dos factos, censurando-lhe o que n'elle houve de asperesa, postoque nobre, para com o velho duque enamorado. O epitheto do *nobre* justifica-o uma disposição do testamento do duque, pela qual se vê que D. João de Lencastre fôra alfim menos aspero para com seu pai, quando o viu agonisante.

«Mareava ousadamente, como na propicia monção dos primeiros annos, com rumo fito na deliciosa plaga do hymeneu, o coração de D. Jorge, quando a rainha D. Catharina julgou prudente intervir, aconselhando a dama a renunciar á mão do duque. Parece, porém, que nem as ameaças da rainha valeram a demovel-a, e que na insistencia de D. Maria Manuel já entrava por muito o resentimento que a opposição dos filhos de D. Jorge suscitára. Então lembrou aos que contrariavam o casamento, e não eram poucos, o impedimento de parentesco por affinidade, pois que D. Maria Manuel era segunda prima da fallecida duquesa D. Beatriz. A despeito de todos estes estorvos, persistia o duque no seu apaixonado intento. Decidiu-se finalmente o proprio rei a chamal-o á sua presença para o advertir. Succedeu ao velho Mestre o que succede quasi sempre em conjuncturas identicas: submetteu-se aos conselhos do rei emquanto o ouviu, mas, sahindo do paço, despresou-os, e publicou que tinha desposado D. Maria Manuel por palavras de presente, com dispensação do nuncio. Tornou D. João III a mandal-o chamar, e exigiu que lhe dissesse a verdade. É notavel de amoroso artificio a resposta do Mestre de S. Thiago, quando o rei lhe perguntou se effectivamente havia casado. Respondeu, diz D. Antonio Caetano de Sousa, *que se já o não tinha feito, o não faria.* Aconteceu ao rei o que nos acontece a nós: ficou sem saber se o duque tinha ou não casado. O que é certo é que pelo seu desembargador Gaspar de Carvalho o mandou intimar para que sahisse da côrte. D. Jorge obedeceu partindo para Setubal, mas queixou-se por escripto ao rei de que o desterro lhe fosse intimado por um simples desembargador, quando D. João III, por occasião da pendencia de seu filho com o conde de Marialva, o mandára sahir da côrte pelo seu proprio secretario Antonio Carneiro.

«Respondeu benignamente o rei allegando a grande confiança que depositava no dr. Gaspar de Carvalho, a quem entregava os mais graves negocios do seu serviço, e insistindo em que o casamento não teria effeito, porque n'elle não havia de consentir.

«Certamente por influencia do rei, foi embargada a dispensação do nuncio, segundo diz D. Antonio Caetano de Sousa, e impedida em Roma a negociação do casamento. Ora D. Antonio Caetano de Sousa é de parecer que o consorcio se não effeituou, e funda-se n'uma clausula do testamento do duque, a qual diz assim:

«Deixo a D. Maria Manuel pela obrigação que lhe «tenho em lhe prometter de casar com ella se o santo «Padre dispensar, mil crusados da terça do dote, que «minha filha D. Helena me ha de dar, e assi lhe deixo «um alvará do duque, meu filho, em que me promette «a valia de cem mil réis de renda para minhas obri«gações em vida de uma pessoa assi, e da maneira, «que no dito alvará contem, que quero que haja, «não casando ella, e, casando, e se distribuia em «obras-pias como acima digo.»

«Sem embargo d'esta disposição testamentaria, D. Antonio de Lima, *que viveu por esse tempo*, e Fran-

ajudaram as cousas que na esperança d'aquella hora eram já para ella percebidas, a saber, sinos, trombetas, bombardas, fogaréos, enramamentos de ruas, e bandeiras enfiadas por os muros, torres, e logares vistosos da cidade, que em chegando a nova era por el-rei mandado, que tudo juntamente jogasse, e fizesse seu officio. O que se fez com tão súpito estrondo, que com elle, e com a grita juntamente, e alvoroço geral de toda a gente, parecia verdadeiramente que a terra tremia.»

Resoou por todo o reino o écco das festas a que a côrte portugueza se entregou por muitos dias; mas uma triste noticia, a da morte da infanta D. Joanna, [1] viera como que pôr uma nodoa presaga n'estes jubilos nacionaes.

Não obstante, passados os dias de lucto official, continuou o afan de preparativos para a recepção da princeza castelhana, que devia chegar a Portugal no mez de outubro seguinte.

D. João II quiz que essas festas fossem as mais esplendorosas que no reino se haviam feito. Mandou ao estrangeiro comprar sedas e brocados, sendo por essa occasião suspensas as medidas anteriormente decretadas contra o luxo. Para todo o reino foram expedidos convites aos principaes senhores, resolvendo-se que as festas se celebrassem em Evora, onde expressamente se

cisco de Andrada, escreveram que effectivamente se realisára o enlace.

«Parece fóra de duvida que D. Maria Manuel não chegára a herdar, posto divirjam as explicações do facto. Segundo o author da *Historia genealogica*, porque casou com Manuel de Souza da Silva, commendador de Villarfrey e Alfaiates; segundo D. Antonio de Lima, porque, sendo irmã da primeira mulher de Manuel de Souza da Silva, e indo este fidalgo a Roma requerer dispensa, veio encontrar sepultada a noiva quando regressou ao reino.

«Em qualquer dos casos, esse velho principe namorado, que tão desventurosamente amou a gentil menina de dezeseis annos, foi depressa esquecido por um commendador, mais fidalgo, é certo, do que os commendadores modernos, mas ainda assim não menos ridiculo que muitos barões de nossos dias, —um commendador de Alfaiates!

«Em tudo nos quer parecer relativamente infeliz este pobre D. Jorge de Lencastre, menos n'uma só coisa: em não ter chegado a cohabitar longamente com D. Maria Manuel, se é que de feito a desposou...

«Acamando gravemente, ditou o velho Mestre o seu testamento aos 20 de julho de 1550. N'elle ordenava que no convento de S. Thiago de Palmella se erigisse uma capella a fim de ser ahi enterrado, e recommendava-lhe pozessem o seguinte epitaphio:

«Aqui jaz D. Jorge, filho de el-rei D. João II de «Portugal, o qual foi mestre de S. Thiago e Aviz, «duque de Coimbra, e se finou a tantos dias de tal «mez, e de tal anno, o qual deixou a este Mosteiro a «egreja de Lamas e sua annexa, com obrigação de «uma missa quotidiana, segundo está declarado na «escritura do Convento, que fez com este Mosteiro.»

«Emquanto a capella privativa não estivesse concluida, mandava-se o duque enterrar *na capella-mór do convento, á parte direita, em uma tumba coberta de velludo preto, com uma cruz branca, em que se gastasse até sessenta mil reis.*

«Nada se fez do que o duque recommendára. Falleceu elle dois dias depois, e foi sepultado na capella mór, no vão do lado do Evangelho.

«N'este logar—diz Souza,—jaz o duque tão des«conhecido n'aquelle convento, que apenas se sabe «por tradição onde está sepultado; porque tendo «n'aquelle logar uma pequena pedra, que o declarava, «quando se fez a obra do xadrez, haverá setenta an«nos, lh'a tiraram com inadvertencia indesculpavel, «quando deviam conservar com respeito a memoria, «que declarava o logar em que estavam as cinzas de «um Principe, e de um tal Mestre da Ordem, que «foi um dos mais insignes bemfeitores d'ella, perpe«tuando aos vindouros com uma inscripção o seu «agradecimento.»

«As circumstancias que fizeram mais tarde remover a ossada de D. Jorge para o sitio onde ainda hoje se acha, ignoramol-as. Parece restar apenas a tradição de que são aquelles os despojos mortaes do duque de Coimbra. Mas se effectivamente são, desventuroso principe, a quem nem siquer tem sido concedida a paz devida aos mortos! Elle não a tem tido, em verdade. E se não são, enganou-se mais um archeologo, o sr. Henrique Freire, facto que por muitas vezes repetido não é digno de menção e n'esse caso eu offereço á memoria do verdadeiro proprietario da ossada as lagrimas d'estylo, que, mercê do sr. Henrique Freire, chorei com o pensamento no filho natural de D. João II, visto que as supraditas lagrimas não me servem agora para coisa nenhuma.»

[1] Vide pag. 135 d'este mesmo volume.

procedeu a novas edificações, por isso que em Lisboa havia peste.

Tanto Garcia de Rezende como Ruy de Pina consagram muitas paginas das suas chronicas á descripção d'essas pomposas festas realengas. Abstemo-nos de seguir-lhes o exemplo, porquanto a noticia d'essas festas apenas pode inspirar interesse para a historia dos costumes portuguezes no seculo XV. Pela nossa parte, só encaramos o facto sob o ponto de vista economico, com relação ás enormes despezas que por essa occasião se fizeram, e sob o ponto de vista politico, como realisação da alliança entre as corôas de Portugal e Castella.

O que é certo é que o casamento se realisou no fim de novembro, que foi quando a princeza chegou, e que as festas foram ainda além, em magnificencia e esplendor, de tudo quanto se esperava.

Mas todas as medalhas teem seu reverso. Depois das festas de Evora, ao passo que os recemcasados foram noivar para Santa Maria do Espinheiro, D. João II retirou-se para a herdade da Fonte-Coberta, onde começou a sentir-se doente. Domina ainda hoje a suspeita de que a doença d'el-rei fôra devida a veneno, que lhe ministraram na agua da fonte que dava nome á herdade. Parece que o braço vingativo da nobreza aproveitára a occasião das festas reaes, para de novo se armar para a lucta. Assim seria, talvez. Mas D. João II, comquanto ficasse sempre melindroso de saude desde então, melhorou, voltando no entrudo a Evora, e demorando-se ahi, com toda a côrte, até maio. Então sobrevieram receios das grandes calmas do estio no Alemtejo, e a familia real deliberou ir veranear para Santarem, o que effectivamente aconteceu.

Uma vez em Santarem, a côrte entregava-se áquellas distracções que a estação calmosa permittia.

No dia 11 de julho, o rei e o principe foram a Almeirim correr montes, e na terça-feira seguinte, sobre a tarde, D. João II mandou dizer a seu filho se queria ir com elle banhar-se ao Tejo.

N'esse dia, o principe tinha ouvido missa, e depois de jantar, deitára-se. D. Affonso mandou pedir desculpa a seu pae de o não acompanhar, allegando que estava ainda cansado da caçada da vespera. Então, D. João II resignou-se a sahir só, mas, já montado a cavallo, dentro do terreiro do paço, chamou pelo filho e pela nora. D. Affonso appareceu ligeiramente vestido, e de novo se desculpou de não sahir, allegando agora, como ultima razão, o desalinho do seu trajo.

Já fóra do terreiro, D. João II olhou para traz, e viu o principe e a princeza a uma janella do paço. Disse-lhes adeus, sorrindo, e desceu para o Tejo. Mas o principe, abalado por esta ternura paternal do rei, arrependeu-se de o não ter acompanhado, e preparou-se para ir ao seu encontro. Como lhe tardassem com uma mula que mandára vir, montou um cavallo e, alcançando o rei, foi com elle até á Ribeira.

D. João II embarcou, e o principe, achando fogoso o cavallo, começou correndo pela Ribeira, onde encontrou D. João de Menezes, commendador de Aljezur, que desafiou para correrem o *pareo*. A tarde ia declinando, e os poucos que o acompanhavam pediam-lhe que não corresse, pelo que o principe passou a montar uma mula, cujos loros de um estribo rebentaram. Foi-lhe, portanto, preciso tornar a montar o cavallo, e, uma vez montado, tornou a provocar D. João de Menezes a correrem o *pareo*.

Correndo ambos, o cavallo do principe cahiu; o cavalleiro ficando debaixo do cavallo, estava sem falla quando alguns fidalgos, que o acompanhavam, correram a acudir-lhe. Levaram-n'o em braços para casa de um pobre pescador, onde el-rei foi immediatamente chamado. Não tardou que chegasse ao paço a triste noticia, e a rainha, a princeza e D. Jorge de Lencastre correram á Ribeira, montando no caminho em mulas alheias, que encontraram.

Pode imaginar-se o que seria essa terrivel noite de anciedade e soffrimento, passada junto ao catre de um pobre pescador da ribeira, onde o principe n'um estado comatoso, jazia. De um lado o rei e a rainha, paes amantissimos, do outro, a princeza, noiva mallograda, chorando, suspirando, interrogando com olhares de dolorosa inquietação os *mestres* (cirurgiões), que não cessavam de medicar o principe.

Fóra, por toda a villa, o psalmear monótono e triste do povo, que, em procissão de uma para outra egreja, entoava a ladainha, implorando a misericordia divina.

Reinado de D. João II. Morte do principe D. Affonso

Offic. Typ. da Empreza Litteraria.

Reinado de D. João II.—Morte do principe D. Affonso

Ás nove horas da manhã do dia seguinte, a medicina julgou de todo impotentes os seus esforços para salvar o principe, e cedeu o logar aos medicos da alma. Mas era preciso arrancar d'ali o rei, a rainha e a princeza, para que não assistissem ao ultimo suspiro do principe. Essa despedida dos tres, ao corpo quasi inanimado de D. Affonso, é maviosamente tocante e enternecedora. Beijaram-n'o no rosto, sobre o coração que ia esfriando, tomaram-lhe meigamente, entre as mãos, os braços desnervados, até que finalmente foram obrigados a sahir, dizendo D. João II para os que rodeavam D. Affonso: Ahi vos fica o principe meu filho.

O duque de Beja, que estava em Thomar, deu-se pressa em partir para Santarem, logo que recebeu a triste noticia.

Da cabana do pescador, a princeza e a rainha foram tiradas em braços, quasi sem accordo, e postas atravessadas sobre mulas, conduzidas para as casas de Vasco Palha, que tambem ficavam na Ribeira.

Não tardou que lhes chegasse recado da morte do principe, que assim fallecia em idada de dezeseis annos e vinte dias, estando casado ha sete mezes e vinte e dois dias, apenas. [1]

[1] Garcia de Rezende, na sua *Miscellania*, refere-se d'este modo á morte do principe D. Affonso:

«Era de dezeseis annos
e casado de oito mezes,
perfeito entre os mundanos,
mui quisto dos castelhanos,
descanço dos portuguezes.
Uma triste terça-feira,
correndo uma carreira
em um cavallo, caiu.
Nunca fallou nem buliu,
e morreu d'esta maneira.

«Por sua gran formosura
foi no mundo nomeado
angelica creatura.
Nunca foi tal desventura,
nem principe tão amado;
em Castella e Portugal
foi tão sentido seu mal,
tão chorado em toda a Hespanha,
que foi tristeza tamanha,
que se não viu outra tal.

«Vi a princeza tornar
bem a revés do que veio.
Cousa muito de espantar
tão gran pressa, tal mudar
do tempo, tão grão rodeio!
Entrou a mais triumphosa,
mais real, mais grandiosa
que nunca se viu entrada;
saiu mui desesperada,
mui triste, muito chorosa.

«Entrou com mil alegrias,
sahiu com grandes tristezas.
Tanto ouro e pedrarias
não se viu em nossos dias,
nem taes gastos, taes riquezas:
as galantes invenções
se tornaram em paixões,
os brocados em saial,
o prazer grande, geral,
em nojos, lamentações.»

Procedeu-se immediatamente a preparativos para os funeraes do principe, que foi conduzido ao mosteiro da Batalha, onde jaz na casa do cabido, junto a seu avô D. Affonso V.

«E por signal de dó por esta perda sem comparação—diz Pina—elrei se tosquiou, e elle, e a rainha vestiram os corpos de negro lucto, e os corações de mortal dor, e tristesa. E a princeza cortou os cabellos dourados que tinha, e se vestiu de triste vaso e almafega...»

Assim, annos antes, ahi mesmo em Santarem, haviam cahido desbastados os bellos cabellos da pobre *Beltraneja*, perante cuja lastimavel sorte D. João II, então principe, mostrára uma duresa de coração, que as conveniencias politicas talvez exigissem, mas que profundamente impressionou por certo o espirito do leitor, sobretudo quando eu transcrevi as maviosas considerações que sobre o assumpto fez Ruy de Pina. [1]

A duqueza de Bragança tambem correra á côrte, para acompanhar a familia real n'este doloroso lance. O seu lucto tornava mais lugubre ainda o aspecto d'este quadro de infurtunios.

Referindo-se á familia real, diz Pina.

«Estiveram assim quinze dias nas casas da Ribeira; e d'ahi, n'uma n'oute escura, sem to-

[1] Vej. a pag. 148 d'este volume.

chas nem alguma claridade, se mudaram a cima, ás casas que foram de Fernam Telles, aonde retraidos, e acompanhados cada vez mais de mais vivas dores, e paixões, foram logo vesitados dos senhores, e cidades principaes do reino.

. . . .

«E requerido, e aconselhado el-rei dos seus conselhos, e por os religiosos, que para reparo de sua vida, que do reino todo era já só, e verdadeira vida, deixasse encerramentos tão aturados, e tristes, prouve-lhe sair, e ouvir missa fóra. E depois de cavalgar em uma mula guarnecida, e coberta de panno négro grosseiro, esteve quedo sem se mudar, e sendo perguntado porque esperava, elle, com os olhos cheios de piedosas lagrimas, e com grandes soluços, respondeu: *Espero pelo principe meu filho; chamem-n'o, que cavalgue comigo.* E com isto abalou renovando em si, e em toda a côrte outro pranto maior, e mais dorido. E não farto ainda de tristesa, até que de tristesa morresse, outro dia que logo cavalgou, sendo no Terreiro de S. Francisco, adeantou-se um pouco, e volveu o rosto sobre a muita, e nobre gente que o acompanhava, e sem dizer nada, tambem sobresteve; e perguntando-lhe que queria, elle respondeu: *Queria vêr o que não vejo, que é o principe meu filho; porque era o meu espelho em que me via, que por meus peccados me quebrou.*»

CAPITULO VIII

Lucta de familia por causa da successão.—Situação politica da peninsula hispanica.—Admissão dos judeus em Portugal.—Doença da rainha.—Aggravam-se os padecimentos do rei.—Resolve-se que D. João II parta para o Algarve.

Era preciso acceitar as consequencias da obra de destruição realisada pela morte. Morto o principe herdeiro, importava encarar de face a questão da successão. A infanta D. Isabel, noiva e viuva, regressára a Castella, não sem que a sua formosura houvesse deixado na alma do duque de Beja os germens de uma paixão devastadora. Começou então uma lucta de familia, que os chronistas não procuram encobrir. D. João II queria para seu herdeiro D. Jorge de Lencastre, seu filho natural, que a rainha D. Leonor repellia, talvez por intolerancia de ciume, e conveniencias de familia, pois que no caso de não ser rei D. Jorge, sel-o-hia o duque de Beja, D. Manuel. O caracter pertinaz do rei não cedia facilmente, n'isto como em tudo o mais. Por isso sollicitou de Roma para D. Jorge a administração perpetua dos mestrados de S. Thiago e de Aviz (1492), afim de aplanar o caminho que o devia levar ao throno.

Mas no seio da familia real, esta lucta intima accentuava-se cada vez mais. De um lado estava o novo mestre de S. Thiago, protegido pelo rei; do outro, o duque de Beja, protegido pela rainha sua irmã. O caracter do rei, n'este embate de interesses contrarios, tornou-se mais sombrio, profundamente concentrado. Fosse que os desgostos lhe acabrunhassem a existencia ou que o veneno propinado lhe damnificasse a saude, o certo é que D. João II começou a enfermar, a ter accidentes e desmaios. A sua vida principiava a declinar. Todas as pessoas que o rodeiavam prophetisavam um proximo fim; por isso, o rei teve que modificar os seus habitos, foi obrigado a tomar vinho, que aliás não costumava beber, como um preservativo contra a invasão da doença. Era, porém, já tarde para evitar os progressos do mal. Não obstante, D. João II continuava ainda a occupar-se da gerencia dos negocios, que n'essa occasião tomaram em toda a peninsula uma nova phase, de solução arriscada.

Sigamos Michelet, nos largos traços, com que nos retrata esse momento historico:

«Depois do seculo XIII, a raça gothica tinha prevalecido; no seculo XV, a população musulmana, concentrada no reino de Granada, e como que encostada ao mar, não podia já recuar, mas claramente se previa a qual dos dois povos pertenceria o imperio da Hespanha; do lado dos mouros, uma multidão de mercadores, agglomerados nas ricas cidades, enervados pelas thermas e pelo clima; agricultores pacificos, occupados nas suas deliciosas veigas com a cultura das amoreiras, e o fabrico da sêda; uma nação viva e engenhosa, que só vivia para a musica e para a dança, que procurava os vestidos brilhantes, e pompeava até nos seus tumulos; do outro lado, um povo silencioso, vestido de côres sombrias, que só amava a guerra sanguinolenta, que abandonava aos judeus o commercio e as sciencias,

raça altiva na sua independencia, terrivel no amor e na religião. Todo esse povo se julgava nobre; o burguez não pagava as suas immunidades; o camponez, que tambem andava armado contra os mouros, sentia a sua dignidade de *christão*.

«Estes homens tão temiveis para o inimigo, não o eram menos para os seus reis. Durante longo tempo, os reis apenas haviam sido os primeiros dos barões; o de Aragão perseguia algumas vezes os seus vassallos até ao tribunal da *justiza*, ou grande justiceiro do reino. O espirito de resistencia dos aragonezes havia passado em proverbio, como a altivez castelhana: *Dai um prego a um aragonez, e elle o enterrará melhor com a sua cabeça do que com um martello*. O seu juramento de obediencia era altivo e ameaçador: *Nós que separadamente somos tanto como vós, e que, reunidos, podemos mais do que vós, nós vos fazemos nosso rei, com a condição de que guardareis os nossos privilegios; senão não.*

«Assim era, pois, que os reis de Hespanha preferiam servir-se dos *christãos novos*, designação que se dava aos judeus convertidos e a seus filhos. Encontravam n'elles mais luzes e obediencia. A tolerancia dos mouros havia-os outr'ora attrahido á Hespanha, e depois do anno 1400, mais de cem mil familias de judeus se tinham convertido. Tornavam-se necessarios ao rei pela sua habilidade nos negocios, pelos seus conhecimentos em medicina, e astrologia; foi um judeu que em 1468 fez ao rei de Aragão a operação da catarata. O commercio estava então nas suas mãos; tinham attrahido pela usura todo o dinheiro do paiz; era a elles que os reis confiavam a arrecadação dos impostos. Que de titulos ao odio do povo! Por muitas vezes a colera popular rebentou de uma maneira terrivel nas cidades populosas de Toledo, de Segovia e de Cordova.

«Os grandes, que se viam postos de parte pelos *christãos novos*, e em geral por homens de uma classe inferior, fizeram-se inimigos da auctoridade real, de que não podiam dispôr em seu proveito. Os de Castella armaram o infante D. Henrique contra seu pae João II, e conseguiram fazer decapitar o favorito do rei, Alvaro de Luna. Os seus bens immensos foram confiscados, e, durante tres dias, uma bacia, collocada sobre o cadafalso perto do seu cadaver, recebeu as esmolas d'aquelles que queriam contribuir para as despezas do enterro.

. . . .

«Corria entre os mouros o rumor de que o termo fatal do seu dominio em Hespanha tinha chegado. Um fakir perturbava Granada com as suas predicções lamentosas, que eram aliás bastantemente motivadas no estado do reino. Já em tempo de Henrique IV haviam perdido Gibraltar. Cidades fortes pela sua posição, mas sem fossos, sem obras exteriores, e defendidas apenas por um muro pouco extenso; uma brilhante cavallaria exercitada no arremesso da azagaia, prompta a carregar, prompta a fugir, taes eram os recursos do povo de Granada. Não era possivel contar com a Africa. Já lá ia o tempo em que as hordas dos almohades e dos almoravides podiam inundar a peninsula. O sultão do Egypto contentou-se com enviar a Fernando o guardião do Santo Sepulchro, para lhe fallar em seu favor, e depressa foi distrahido d'este negocio longinquo pelo receio que lhe inspiravam os ottomanos.

«Posto que todos os annos os christãos e os mouros corressem alternativamente o paiz inimigo, queimando as vinhas, as oliveiras, os laranjaes, um accôrdo singular existia entre elles, a tregua não devia ser considerada como rompida, ainda mesmo quando um dos dois partidos houvesse tomado uma praça, caso ella tivesse sido occupada sem apparelhos de guerra, sem bandeiras nem trombetas, e em menos de tres dias. Zahará, tomada d'esta maneira pelos mouros, foi o pretexto da guerra. Os hespanhoes invadiram o reino de Granada, animados pela sua bella rainha, a quem os castelhanos só queriam obedecer. Viam-se já n'este exercito os conquistadores futuros da Barbaria e de Napoles, Pedro de Navarra e Gonçalo de Cordova. No decurso de onze annos, os christãos tornaram-se senhores de Alhama, o *boulevard* de Granada: apossáram-se de Malaga, o emporio do commercio de Hespanha com a Africa; de Baça, á qual se davam cento e cincoenta mil habitantes, e viram finalmente, com oitenta mil homens, pôr cerco a Granada a propria rainha.[1]

. . . .

«Esta capital (Granada) era presa das mais fu-

[1] Isabel, a catholica.

riosas discordias. O filho havia-se armado contra o pai, o irmão contra o irmão. Boabdil e seu tio repartiram-se os restos d'esta soberania moribunda, e o ultimo vendera a sua parte aos hespanhoes por um rico condado. Restava Boabdil, que se reconhecera vassallo de Fernando, e que seguia o furor pertinaz do povo em vez de o dirigir. O cêrco durou nove mezes; um mouro tentou apunhalar Fernando e Isabel; um incendio destruiu todo o acampamento; a rainha, á qual nada fazia desalentar, ordenou que fosse construida uma cidade em seu logar, e a cidade de Santa-Fé, edificada em oitenta dias, mostrou aos musulmanos que o cêrco nunca mais seria levantado. Finalmente os mouros abriram as suas portas, sob a promessa, que lhes foi feita, de lhes darem juizes da sua nação, e de lhes permittir o livre exercicio do seu culto.

. . . .

«Depois da conquista de Granada, a inquisição não se limitou a perseguições individuaes. Foi permittido a todos os judeus o converterem-se ou sahirem de Hespanha dentro de quatro mezes, com prohibição de levarem ouro ou prata. Cento e setenta mil familias, formando uma população de oitocentas mil almas, venderam os seus bens á pressa, fugiram para Portugal, para Italia, para Africa e até para o Oriente. Então viu-se dar uma casa por um jumento, uma vinha por um pedaço de teia ou de panno. Um contemporaneo conta-nos que viu uma multidão d'esses desgraçados desembarcar em Italia, e morrer de fome e de miseria junto ao molhe de Genova, unico ponto d'esta cidade onde lhes era permittido descançar durante alguns dias.» [1]

D. João II, antes d'esta época, havia mostrado por mais de uma vez aquelle excesso de zelo religioso que aliás caracterisava a sua época. Em 1480, como a inquisição se tivesse estabelecido em Castella dois annos antes, e como alguns judeus se refugiassem em Portugal, mandou contra elles fazer inquirições por todo o reino, e «n'elles se fez muita punição, e castigo de fogo, e carceres perpetuos, e outras pendenças segundo que cada um por suas culpas o merecia... e depois deu logar que se saissem por mar, mas os capitães dos navios davam primeiro seguras fianças de os não porem salvo em Levante em terra de christãos.» [1] Em 1490, estando em Evora, e constando-lhe que em Lisboa, nas casas de um Diogo Pires se «jogavam dados, e cartas, e outros jogos com que Deus Nosso Senhor era desservido, e seu nome, e de seus actos arrenegado, e blasphemado; como em tudo era principe mui catholico, por evitar azo de tamanho mal, mandou, que com pregões de justiça pelo mesmo caso, fossem como foram de dia, e publicamente queimados...» [2]

Em vista de todos estes factos, deve á primeira vista causar extranhesa que D. João II, contra a vontade do conselho que por esse motivo reuniu, resolvesse permittir que os judeus expulsos de Castella entrassem em Portugal. Pois foi o que aconteceu. Mas a chave do enigma é facil de encontrar. Os judeus haviam promettido ao rei de Portugal muito dinheiro, e D. João II, posto que a saude começasse a faltar-lhe, emprehendeu passar a Africa com esse dinheiro, sem gravame para o seu povo. Foi uma medida economica, apenas, porque D. João II mandou cobrar *certos cruzados por cabeça*, permittindo que os judeus se demorassem em Portugal oito mezes, findos os quaes lhes daria navios para os irem pôr em qualquer parte do mundo que quizessem.

O povo, que não comprehendeu o alcance d'esta medida de D. João II, ralhava da admissão dos judeus, sobretudo quando a peste se desenvolveu, coincidindo com a chegada d'elles, o que foi geralmente reputado castigo do ceu. Portanto, para acabar com a causa da peste, o povo ia pelos montes e estradas acabando traiçoeiramente com a vida dos judeus, perseguindo-os, roubando-os, tomando-lhes as mulheres e as filhas. Estas crueldades monstruosas, praticadas para com os judeus no nosso paiz, chegam a merecer palavras de censura e lastima aos chronistas da época! Nada pode haver mais significativo do que isto.

Mais tarde, como alguns judeus não sahissem no praso marcado, D. João II mandou tomar como captivos *todos os meninos e moços e moças pequenas que tinham*, e depois de os fazer baptisar, enviou-os para a ilha de S. Thomé, sob as

[1] *Précis de l'histoire moderne.*

[1] Pina.—*Chronica*, cap. XXIX.

[2] Pina.—*Chronica*, cap. XL.

ordens de Alvaro Caminha, para melhor povoar a ilha. [1] Veja-se quanto um judeu podia render nas mãos de um rei que o sabia aproveitar!

Na vida intima, a mesma separação moral continuava entre o rei e a rainha. D. Leonor fôra por muitos annos a dedicada companheira de João II; por sua parte, ella ajudára-o politicamente ao tempo da lucta contra o feudalismo, como mostra uma carta sua dirigida á camara municipal de Lisboa, e que claramente revela quanto D. Leonor se empenhava em estreitar as relações do throno com o municipio, e com o elemento popular que elle representava. [2]

Mas agora, a questão da successão havia apartado moralmente esses dois velhos amigos. D. João II tinha estado em Santarem, e achava-se em Alcochete, quando soube que a rainha

[1] Pina.—*Chronica*, cap. LXVIII.

[2] Eis o documento, tal como o encontramos em Benevides, *Rainhas de Portugal*, tom. I, pag. 301:

«*Carta da rainha D. Leonor de Lencastre, mulher de D. João II, dirigida á camara da cidade de Lisboa, em* 16 *de setembro de* 1484.

«Corregedor Vereadores p^dor^ e p^res^ dos mesteres fidalgos caualeiros scudeiros e pouoo || Nos a Reynha vos emuiamos muyto saudar vimos nas cartas que nos emuiastes huua por q nos fazees saber como ElRey meu Senhor vos escreuera noteficandouos por sua carta nossa ffìcada (?) e hida a santarem || e do principe meu muyto amado e presado filho | E outra do muyto prazer q ouuestes em ser dado a villa do sabugall aos q ElRey meu Senhor la teem mandado | segundo ho soubrees por nossa carta || cuja conclusam de anbas cartas he serdes todos muyto prestes com os corpos fazendas e boas vontades como leaaes vasallos | aseruiço do dito senhor e nosso e do princepe meu filho || certo nos Reçebemos de uos tall desejo e vontades em grande seruiço e vollo agardecemos muyto || por q aveemos por muyto certo que asy e milhor do q o dizees o farees quando conprir || E asy por ello como por a razam que teemos | agora e sempre em nos acharees toda honra fauor e mercee que possamos e asy por vos como por o bem proll e franqza e liberdades dessa cidade | reqrer e procurar quanto em nos for || e com tall atreuimento nos poderees reqrer quando necessario for | por q auemos muyto folgar de o fazer como por obra verees || escripta em setuuall a XVI dias de setenbro afonso de vadilho a fez de 1484.—Raynha.»

cahira gravemente doente em Setubal. Elle, por sua parte, tambem se sentia acabar, como uma mulher lh'o havia predito. [1] Mas immediatamente partiu para Setubal, no proposito de acompanhar essa que durante a maior parte da sua vida tanto ajudára a aligeirar-lhe o peso da corôa. A doença da rainha era com effeito grave, e sobresaltou todo o paiz, [2] mas não teve um

[1] «E mais el-rei por uma mulher, ou religiosa de santa vida foi avisado que se guardasse bem de peçonha, que lhe ordenavam; e por então desprezou el-rei seu aviso attribuindo-o a truania; e depois que sentiu em si movimentos de mal, mandou chamar a mesma mulher; e querendo d'ella saber todo o particular do que lhe tinha revelado, ella com muita tristeza lhe disse: «Que pois na primeira lhe «não déra fé, que já então em mais não aproveitava, «que para ser como fosse certo, que já tinha rece«bido a mesma peçonha.» Pelo que el-rei secretamente lhe mandou fazer mercê, e lhe defendeu que a alguma pessoa o não revelasse: e a causa de querer que este segredo se guardasse foi que por a desconfiança, que tinha, de não ser tão temido, e obedecido como cumpria, nunca publicamente o deu a entender, crendo que, pela esperança e certidão de sua morte, que o povo por isso haveria, não seria no reino assim obedecido, e acatado como queria.» (Pina—*Chronica*, cap. XLVIII).

[2] Os cuidados, que o municipio de Lisboa teve pela doença da rainha, deprehendem-se da seguinte carta, em que ella os agradece:

«*Carta da rainha D. Leonor de Lencastre, mulher de D. João II, dirigida á camara de Lisboa, em* 15 *de setembro de* 1495.

«Vereadores p^dor^ e procuradores dos mesteres Nos a rraynha vos emuyamos muyto saudar Creemos que sabees que pollo amoor e gramde afeição q temos aesa çidade q neuhuua coussa tamto desejamos como aver de nosso S^or^ comprimento de saude p^a^ nella podermos estar dasesego q ho tempo q fora della guastamos avemos q não he viuer E porque temos ora ca noua que vay emcriçimento de saude por bem. | detriminamos emviar avos este nosso moço destribeira p^a^ per vossa carta sermos çerta de tão boa noua aquall veria amuyto bom tempo por estarmos ja emcaminho ao menos nos comtemtariamos de hirmos p^a^ maes preto della e que por outra coussa não folgasemos cõ a saude dessa cidade senão por vosso descamso ysto soo abastaria p^a^ emcher nosso desejo por que nunca saira de nossa memorea quanto cudado e semtimento teueste de nossa doemça

desenlace fatal. Ao contrario, o rei peiorava a olhos visto, a sua molestia podia finalmente ser capitulada de hydropesia. O seu estado de fraqueza era grande, tamanho que encarregou os membros do seu conselho de despacharem a maior parte dos negocios, e a sua assignatura era já feita por meio de um sinete, na sua presença, por qualquer pessoa. A sua consciencia preparava-se para o juizo eterno; D. João II pensava em mandar pagar ás egrejas e aos orphãos uma parte da prata e dinheiro de que D. Affonso V se havia utilisado por occasião da guerra com Castella.

A medicina aconselhou ao rei mudança de ares; por esse motivo foi de Setubal para Evora. Depois, a peste invadiu Evora, e o rei fugiu para as Alcaçovas, onde a doença se aggravou consideravelmente. Então os medicos questionaram sobre o tratamento a seguir, e por fim accordaram em que devia fazer uso de banhos de caldas suscitando-se comtudo duvidas sobre se deveriam ser escolhidas as de Obidos ou Monchique. Lançou-se então mão de um recurso que perfeitamente caracterisa a época: que varios doentes de hydropesia experimentassem ambas as caldas, a ver de qual d'ellas receberiam maiores allivios.

A doença do espirito era comtudo mais perigosa no rei do que a do corpo. Depois de ter perdido um filho, as hostilidades movidas pela rainha a outro filho amarguravam-lhe a existencia. El-rei ainda quiz ver se conseguia de D. Leonor que ao menos recebesse D. Jorge de Lencastre, e lhe désse a mão a beijar, mas a rainha recusou-se tenazmente, e por isso *foi el-rei ali com ella em grande desaccordo*, diz Ruy de Pina. *Grande desavença*, diz Garcia de Rezende.

Entretanto, chegára do Algarve um criado do doutor Pero Dias, que, por estar hydropico, fôra submettido á experiencia, e voltava curado. Em vista do que, foi logo resolvido que o rei iria para Monchique, fazer uso das caldas. Sem demora, foi encarregado o védor da casa real de preparar aposentadoria para o rei no Algarve.

Acaso D. João II teria esperanças de voltar curado para recomeçar a lucta em favor de seu filho D. Jorge? Ah! não. Elle sabia que ia morrer, porque sentia que os desgostos dia a dia tornavam mais frouxo o fio da existencia. Se lhe perguntassem o que sentia, poderia responder uma phrase parecida com esta de Fontenelle, que aliás morrera de uma cachexia senil: «*Une difficulté d'être.*» Esta era a verdade. Essa difficuldade de ser vinha do corpo e do espirito: devia ser fatal.

e asy a vomtade q de vos todos temos craramente conheçida pª as cousas de nosso guosto e seruiço e certo pª o que comprir a vossas homrras e prol dessa cidade nossas forças serão postas ata homde poderem chegar || das alcacouas xv dias de setembro diogo de lemos a fez de 1495.—Raynha.»

CAPITULO IX

Reconciliação do rei com a rainha.—Testamento de D. João II.—D. Jorge e D. Manuel.—A America e a India.—Morte de D. João II.—Considerações.

Antes de partir para o Algarve, D. João II, conhecendo que o fim da sua vida estava proximo, e sentindo que lhe escaceiavam as forças para continuar a luctar, quiz reconciliar-se com a rainha, e foi certamente com o coração alanceado de profunda magua, que transigiu com a idéa de privar seu filho D. Jorge da successão da corôa. Foi pois na villa das Alcaçovas que o rei de Portugal fez testamento, *e por seu meio com grande arrependimento do passado cessou dos desaccordos, e desvarios, com que andava com a rainha sua mulher, e foram ali com muito amor, e concordia reconciliados.* [1] N'esse testamento, [2] D. Manuel, duque de Beja, é indigitado como futuro rei de Portugal, mas, sempre que D. João II recommenda D. Jorge ao seu successor, fal-o com eloquentes demonstrações de affecto e de profunda estima. Vejamos quaes são, no testamento, as disposições que particularmente se relacionam com D. Jorge de Lencastre.

«Outrosim considerando eu como Nosso Senhor quiz que os homens tivessem aos filhos uma obrigação d'amor natural, porque com grande

[1] Ruy de Pina.

[2] *Provas da Historia Genealogica*, tomo II, pag. 167.

cuidado e diligencia os ensinassem, doutrinassem e trabalhassem por lhes deixar dos bens d'este mundo por que se podessem manter segundo o estado e possibilidade de cada um, e considerando isso mesmo como para bem d'estes meus reinos e senhorios, e amparo d'alguns meus criados e de meus antecessores, além de os deixar encarregados a D. Manuel, duque de Beja, meu muito amado e prezado primo, que D. Jorge, meu muito amado e prezado filho, tenha com que lhes possa acudir em alguns trabalhos e necessidades quando aos ditos reinos e senhorios viessem, o que nosso Senhor defenda, e assim amparar alguns dos ditos meus criados e de meus antecessores, e olhando eu como não tenho outro filho senão o dito D. Jorge, meu filho a que tenho grande amor e affeição, e que por ser meu filho e por suas virtudes, bondade e discrição, que nosso Senhor lhe quiz dar, é cousa devida e mui justa que para se manter e governar segundo seu estado lhe fique por onde o possa fazer; de meu motu proprio, certa sciencia, livre vontade e poder absoluto, sem m'o elle requerer nem outros por elle, me praz de lhe fazer graça, doação e mercê entre vivos, valedoura d'agora para todo sempre, da minha cidade de Coimbra em ducado e da villa de Montemór-o-Velho com todo seu senhorio, e Penella com seu termo e todos os bens que el-rei D. João, meu bisavô que Deus haja, comprou a Vasco Gil de Pedroso, a Lourenço Annes Caldeira e a Ruy de Sousa, e o reguengo de Campores, o reguengo de Rabaçaes e o logar de Pereira com seu reguengo, e o reguengo das Anobras e Villa Nova d'Ancos, a villa de Buarcos, as terras e celleiro de Segadães e a terra e celleiro de Recadães, a terra de Castrovães e da Ponte d'Almeara, o logar de Biul com seu termo, Condeixa com seu limite, o logar, paços e reguengo de Tentugal, a Povoa Nova de Santa Christina com seu reguengo, o castello, logar e terra da Louzã, o casal d'Alnoro e a terra d'Albostar, que são por cima d'Agueda, a villa d'Aveiro com suas lezirias e ilhas de dentro da fóz, as terras do couto d'Avellãs de Cima, de Ferreiros, do reguengo de Quartola e d'Arcos, os logares de Ilhavo e villa de Milho, os casaes de Sã, e o padroado de S. Salvador de Miranda, apar de Coimbra, as quaes lhe deixo com a benção de Deus e minha, e de todos os seus avós, e quero que elle os haja para si e para todos os seus herdeiros e successores que d'elle descenderem por linha directa ou transversal n'aquella fórma e maneira que o dito rei D. João, meu bisavô, as deu ao infante D. Pedro, meu avô, por suas doações, segundo n'ellas é contido, para a qual cousa hei por revogada a lei mental e todas e quaesquer outras leis, ordenações, grossas opiniões de doutores, que ahi haja ou haver possa em contrario, as quaes eu quero e mando que sejam havidas por de nenhum valor, como se todas e cada uma d'ellas aqui e por mim fossem declaradas, cassadas e annulladas, o que tudo lhe dou com seus castellos, reguengos e padroados de egrejas dadas de officios, com todas as outras cousas da dita cidade, villas e logares, e rendas que á corôa d'estes meus reinos pertençam ou possam pertencer por qualquer modo e maneira que seja, sem embargo da lei mental, e por aquella fórma e maneira que tudo deu o dito rei D. João, meu bisavô, ao infante D. Pedro, meu avô, por suas doações, como já em cima fiz menção, resalvando as sizas sómente, que é direito que pertence ao rei e não a outra pessoa, e porque algumas cousas das sobreditas são dadas a algumas pessoas, me praz que quando quer que vagarem fiquem ao dito meu filho, e as haja e tenha, e faça d'ellas o que lhe aprouver, porque d'agora para então lhe faço d'ellas pura e irrevogavel doação assim como de todas as outras acima ditas e ao dito duque, meu primo, rogo, encommendo e mando que todas estas cousas cumpra e faça cumprir mui inteiramente, sem alguma desfallecer em parte nem em todo. As quaes cousas contidas no dito capitulo do meu testamento quero e mando ao dito duque, meu primo, que por meu fallecimento as cumpra logo todas, porque o contido no dito capitulo é por firme e valioso como se fossem cartas assignadas por mim e selladas com o meu sêllo de chumbo, e mando que para que seja logo o dito D. Jorge, meu filho, mettido em posse de todas as sobreditas cousas e cada uma d'ellas, e que logo apoz isto lhe sejam dadas as cartas de todas as cousas aqui contidas, passadas pela chancellaria na fórma e maneira que cumprir e é costume de se fazerem nas semelhantes cousas.

«Outrosim ao dito duque, meu muito amado e prezado primo, rogo, mando e encommendo,

pelo muito amor que sempre lhe tive e muito boas obras que de mim tem recebido, que ao dito D. Jorge, meu muito amado e prezado filho, receba por seu filho, em tal guisa que não lhe dando nosso Senhor filhos legitimos que hajam de succeder n'estes meus reinos e senhorios, lhe fique seu herdeiro, e o faça jurar e dar as obediencias e menagens, e mandar fazer as escripturas que cumprirem com aquellas clausulas e solemnidades que para tal acto se requerem, e lhe encommendo muito o dito meu filho e lhe rogo e encommendo que sempre se queira haver com elle muito bem, como eu d'elle espero e confio que o fará pelo muito amor que me tem e eu sempre lhe tive, e mostrei n'isto e em outras cousas que por elle tenho feito.

«Item encommendo muito ao dito duque, meu primo, que supplique ao santo padre que proveja ao dito D. Jorge, meu filho, do mestrado de Christo que elle dito duque agora tem, que o possa ter com o d'Aviz e S. Thiago que já tem.

«Item ao dito duque, meu primo, encommendo e mando que D. Anna, mãe de D. Jorge, meu filho, haja em todos os dias da sua vida, em cada um anno, duzentos mil réis, e se por alguma maneira houverem de lhe ser tirados, mando que lhe dêem por elles trinta mil corôas de cento e vinte para supportar sua honra ou para seu casamento, antes dos ditos duzentos mil réis lhe serem tirados ou parte d'elles.»

É de sobra eloquente a linguagem de D. João II.

As promessas que elle fizera a D. Manuel pouco depois da morte do duque de Vizêu, e a que Garcia de Rezende se refere n'uma passagem que deixamos transcripta, são filhas da occasião, devemos tomal-as á conta de allivio de um grande remorso. Foi depois que a sua estima por D. Jorge de Lencastre explosiu, que elle se empenhou na lucta com a rainha, para o deixar herdeiro do throno, o que de nenhum modo exclue a sympathia por D. Manuel, o qual, se o rei tivesse sahido vencedor, seria decerto tão contemplado no testamento, como ficava D. Jorge, agora que o rei moribundo se confessava vencido.

Mas o que é certo é que depois da morte de D. Affonso, todo o vacuo que esse deploravel acontecimento deixára no coração de D. João II fôra preenchido por D. Jorge de Lencastre, de quem nunca mais o rei seu pae se quiz ver separado. D. Jorge assiste á determinação das suas ultimas vontades, esteve presente á approvação do testamento, e acompanha seu pae ao Algarve, ao passo que a rainha e o duque de Beja ficam em Alcacer do Sal.

D. João II, tendo peiorado com o primeiro dia de tratamento que fez nas Caldas de Monchique, seguiu para Alvor, sempre acompanhado por seu filho D. Jorge. Mas de repente vemos que D. Jorge fica em Villa Nova de Portimão. Ruy de Pina procura tirar d'este facto illações desfavoraveis para o caracter de D. Jorge. «E durando a doença d'el-rei,—diz Pina—que do mesmo frouxo e resolução cada vez mais peiorava, não o veio ver o sr. D. Jorge, salvo duas vezes, e por mui pouco tempo. E porque parecia desfavor contrario aos passados, logo muitos conjecturaram que já elrei era fóra das imaginações da sua successão, que procurava, e que a tinha já declarada ao duque de Beja seu primo, a quem direitamente pertencia.» Commentemos. Em primeiro logar, não é facilmente acceitavel que D. João II deixasse de revelar a D. Jorge de Lencastre, que tão profundamente estimava, qual era a situação em que o deixava. Tudo faz suppor que o rei se lamentaria com elle de o não poder deixar herdeiro da corôa, e que o consolaria d'esta contrariedade dizendo-lhe como ficava assegurada a sua posição de principe. Mas é o proprio Ruy de Pina que se contradiz algumas paginas mais adeante. Se D. Jorge não vira mais vezes seu pae durante o tempo em que estiveram no Algarve, se ficára em Villa Nova de Portimão ao passo que o rei agonisava em Alvor, era porque D. João II queria evitar a dôr de o ver ao lembrar-se de que não tinha podido fazer triumphar a sua causa, que era a do seu coração.

«E temendo rebates da carne, diz Pina, que n'esta hora muitas vezes, e mui secretamente accusava; não quiz que n'este ponto do seu fallecimento estivesse com elle o sr. D. Jorge seu filho, nem o quiz ver.»

É por esta passagem que devemos fazer obra, d'ella é que devemos tirar illações, descontando a parcella de mysticismo apparente que possa ter.

Como fosse melindroso o estado da rainha, D. João II escreveu ao duque de Beja para que ao menos elle o fosse vêr. Quem sabe se não seria para lhe renovar recommendações a res-

peito de D. Jorge de Lencastre? E tanto esta hypothese é acceitavel e verosimil, que Ayres da Silva e D. Alvaro de Castro, pedindo auctorisação a D. João II para irem notificar ao duque de Beja que elle era effectivamente o indicado para successor da corôa, querendo com isto fazer jus a pingues alviçaras, entenderam que deviam lisonjear o rei moribundo dizendo-lhes que *elles melhor que outrem procurariam, e segurariam as cousas do sr. D. Jorge seu filho, que el-rei na mesma notificação, além do testamento, muito lhe encommendou.*

O duque de Beja preparou-se effectivamente para ir a Alvor ver o rei, mas, logo que lhe disseram no caminho que D. João II estava prestes a expirar, o duque retrocedeu.

N'isto, como em tudo o mais, se revela o egoismo de D. Manuel. Pois se o rei vae morrer, disse porventura comsigo mesmo, que morra, que eu escuso de me cançar para ir receber-lhe o derradeiro alento ou para beijar-lhe a mão que, desnervada, larga o sceptro que eu vou empunhar amanhã.

E retrocedeu. Ora o rei ainda viveu alguns dias, ainda depois d'isso recebeu a chamada *visita da saude*, ainda, finalmente, mandou escrever á rainha e ao duque dizendo-lhes que estava melhor, muito melhor. Illudia-se. Mas o duque continuava certamente a pensar: Que morra, que eu cá estou á espera da corôa. Que triste morte a d'esse grande rei, depois de tão procellosa e agitada vida! E já aquelles que elle durante a sua existencia vergára sob a pressão da sua vontade poderosa, tinham pressa de se desfazer d'elle, já lhes tardava que se convertesse em cadaver. Mandaram a Lisboa uma caravella buscar pannos pretos e cirios. Vamos a acabar com isto, pensavam aquelles a quem elle havia subjugado. D. Manuel seria outra casta de rei, elles deviam conhecel-o, como certamente D. João II o conhecia. Além d'isso, era irmão do duque de Vizeu, e trataria decerto de rehabilitar a sua memoria. Como consequencia d'esse facto, toda a nobresa ficaria rehabilitada. Venha, pois, D. Manuel, e enterre-se D. João II. Ainda não morreu? talvez se perguntassem com enfado. Ah! só o povo, só esse é que lhe zelava a vida, esse é que sentia que lhe fugia o seu poderoso alliado. No dia em que D. João II teve a *visita da saude*, o povo foi folgar debaixo da janella do seu quarto de moribundo, «do que na villa, escreve Garcia de Rezende, houve grande alvoroço, e muito prazer e alegria, e veio a gente toda ao paço, que havia dias que o não viram, e o tinham por morto. E elle ouvindo o rumor, perguntou que era, e quando lhe disseram que era com prazer de sua saude mandou abrir a porta, e disse: deixai entrar essa gente que folga de me ver, e eu a elles. Entraram todos com elle, poucos e poucos, e com muito prazer, e alegria, e muitas lagrimas lhe beijaram a mão, e logo se tornavam a sahir, e elle rindo fazia a todos muito agasalhado.»

Ah! o povo bem sabia que aquelle homem, mesmo preso ao leito da dôr, tinha força bastante para defender os direitos dos opprimidos e dos humildes. E como lampejava uma esperança de saude, o povo folgava. Era justa a alegria do povo.

A *visita da saude* fôra rapida, como ordinariamente costuma ser. Durou apenas um dia; logo no seguinte sobrevieram desmaios e accidentes que annunciavam um proximo desenlace. El-rei tinha a consciencia do seu estado, mas, não obstante, quiz ouvir a verdade da bocca dos que o rodeiavam, a fim de se preparar espiritualmente para bem morrer. O prior do Crato e o bispo de Tanger foram os escolhidos para revelarem a el-rei a triste confirmação do seu proximo fim. D. João II ouviu-os com serenidade, e respondeu: Essa embaixada que me daes é assaz triste, e amargosa; mas com ella dou muitas graças a Deus, porque para mim é muito necessaria. Depois de pronunciar estas palavras com uma grande firmesa de voz, D. João II tratou de preparar a sua alma para a viagem eterna, mostrando-se ao mesmo passo generoso e humilde, generoso para com muitas pessoas que aproveitavam os ultimos momentos da vida do rei para pedir-lhe mercês, humilde para com todos aquelles que do seu procedimento como soberano podiam conservar um resentimento mais ou menos forte. Não era já o rei que estava ali, mas o moribundo. Como homem, podia e devia reconciliar-se n'aquella hora, proximo a entrar no mysterio da eternidade. Como rei, a sua obra sobrevivia-lhe, subsistia, e o que estava feito feito estava. Assim o pensava D. João II,

quando já a doença havia tomado um caracter grave e ameaçador. No seu testamento, feito a 30 setembro d'esse anno (1495). D. João II havia traçado ao seu successor o caminho politico que devia seguir:

«Ittem porque eu tenho visto e sabido quanto mal e damno se segue nos reinos e senhorios com a vinda de alguns que commettem maus casos contra os reis e senhores das terras, encommendo e mando ao dito duque meu primo que aquelles que nos semelhantes casos erráram contra mim, nem seus filhos que fóra d'estes reinos estão, não sejam recebidos n'elles, e encommendo a todos os grandes e pessoas do meu conselho e do dito duque, meu primo, que sempre lhe lembre muito que deve isto fazer.»

Claramente se vê que D. João II estava seguro da justiça da sua obra, e que a encarava sem remorso, mas tambem que não tinha confiança no seu successor, como a teria decerto em seu filho D. Jorge.

No testamento do rei, ha uma outra disposição, que entendemos dever copiar, pois que se refere á *excellente senhora*, cujo vulto lacrimoso povoaria por ventura a memoria do rei enfermo, sendo talvez o unico remorso que n'essa conjunctura lhe amargurava o espirito:

«Ittem ao duque meu primo encommendo e rogo que honre e trate bem a *excellente senhora*, minha prima, e que sempre a tenha bem e honradamente como pertence a pessoa que é, e que foi, e do que lhe é posto para sua mantença lhe não seja tirado nada em seus dias, estando ella na maneira em que ora está.»

Finalmente, copiaremos uma outra disposição, a cujo pensamento já mais longe haviamos alludido:

«Ittem mando que se acabe de fazer cumprimento de paga das dividas a que era obrigado el-rei meu senhor e pae, cuja alma Deus haja, por descargo de sua alma, e se cumprir cousa que eu muito desejo, as quaes são estas, a saber: a metade da prata das egrejas, porque a outra metade lh'a deu o Santo Padre; e a parte que ainda fica por pagar dos orphãos a que se tomou dinheiro para a guerra de Castella, e assim emprestados, o que tudo se póde bem ver em minha fazenda, de que Pero da Alcaçova tem principalmente carrego.»

Esta e outras disposições mostram a rectidão do seu caracter, mas por nenhum modo podem fazer suppor que D. João II recuava horrorisado deante da recordação de actos de alcance politico que como rei fôra obrigado a praticar.

Posto que o seu espirito estivesse firme e sereno, ao aproximar-se a hora derradeira, uma profunda melancolia o devia ensombrar. A obra de D. João II não ficava completa, e, não obstante, elle sentia-se morrer, fatalmente. No cerebro de D. João II aclarava-se uma perfeita comprehensão do destino grandioso do seu seculo.

«O seculo XV, escreve Latino Coelho, constitue a passagem progressiva dos tempos medievos para a nova edade na Europa civilisada. Desapparecem então os vestigios derradeiros, que ligavam a Europa renascente ás instituições e aos costumes da antiguidade. É a quadra em que a européa christandade, depois de lastimosas convulsões, tem chegado á adolescencia e maturidade, despindo lentamente a cortiça da barbarie. Estão já constituidas em grande parte as modernas unidades nacionaes pela victoria dos imperantes contra a anarchia social do feudalismo. Desapparece para sempre como quem é já de mais no organismo da christandade, o caduco imperio do Oriente, a extrema e degenerada reliquia da antiga sociedade greco-romana. E para contrapesar a irrupção dos musulmanos nas extremas orientaes da Europa com as hordas invasoras de Mahomet II, deixam de brilhar pouco depois ao sol brilhante das Hespanhas, os crescentes, outr'ora triumphaes e consquistadores, nos minaretes e nas mesquitas de Granada.

«Este seculo XV representa para com o seguinte, que é a culminação da Renascença, a mesma funcção admiravel, que na evolução da humanidade competiu ao XVIII seculo, como portada e frontespicio da edade nossa contemporanea. Foram ambos assignalados por larga e profunda elaboração, como que trabalhoso noviciado e preparação para as fecundas civilisações, que vieram distinguir as edades subsequentes. Assim como Watt e a primeira machina de vapor applicavel aos usos industriaes foram os gloriosos precursores da prodigiosa civilisação do seculo presente, assim tambem a fecunda invenção de Fust e

Offi. Typ. da Empreza Litteraria.

D. João II dirigindo os preparativos da expedição á India

D. João II dirigindo os preparativos da expedição á India

Guttemberg prenunciam a nova epocha das sciencias e das letras no esplendido florir da Renascença.

«A Europa sente no xv seculo que mais altos destinos que os da vida quieta e remansada, a estão appelidando para novas e grandissimas emprezas. Não lhe podem já bastar á nervosa actividade as guerras interiores e as contenções domesticas sem fructo e sem valor. Pressente que uma nova transformação, vagamente suspeitada, é já agora necessaria ao seu viver. É do Norte que desponta com a imprensa, a primeira e grandiosa innovação, o instrumento precioso da cultura intellectual. Pois ao contrario, será das terras européas do Meio-dia e Occidente que ha de brotar e florecer outra rama não menos insperada da civilisação universal. Descobre Guttemberg o apparelho em que se corporifica e perpetúa o pensamento. Mas é em Portugal que hão de nascer as mais assombrosas maravilhas, que o prelo e os typos moveis hão de escrever e recontar.»

Pois bem, esse homem que tão perfeitamente comprehendera o seu seculo, que para assim dizer o encarnava nas suas variadas modalidades, morria sem ver realisada uma grande parte da obra do seu seculo, obra que era tambem a sua.

A India, depois que Bartholomeu Dias dobrára o cabo da Boa Esperança, estava mais perto do nunca; e justamente n'esse momento era que D. João, estendendo a mão para a peninsula industanica, como se quizesse palpal-a, sentia que um abysmo sem fim, a eternidade, ia separal-o da India.

«Pelos grandes desejos,—escreve Garcia de Rezende—que el-rei sempre teve do descobrimento da India, no que muito tinha feito, e descoberto até além do cabo da Boa Esperança, tinha concertada e prestes a armada para descobril-a, com os regimentos feitos, e por capitão-mór d'ella Vasco da Gama, fidalgo da sua casa...»

Mas, para D. João II, a India, que fôra uma das suas maiores e mais constantes preoccupações, fugia-lhe com a vida!...

Tambem a America lhe havia fugido com Christovam Colombo, o celebre descobridor genovez, que estivera em Portugal estudando e trabalhando em cartas maritimas, talvez desde 1470 a 1484, e que aqui desposára uma filha de Bartholomeu Perestrello.

Segundo Bossi, Colombo vinha na armada de Colon el Mozzo, que se bateu nas costas de Portugal com quatro galeras venesianas que voltavam de Flandres. Depois de um combate terrivel, e de o navio de Colombo estar ameaçado de ir pelos ares, Colombo lançára-se a nado, e saltára em terra junto de Lisboa. Ha ainda outras versões do motivo que o trouxe a Portugal. Mas nada mais natural do que a sua vinda a Lisboa, onde seu irmão Bartholomeu residia, vivendo da industria das cartas maritimas. Não obstante, ainda mais adeante daremos outra versão.

De um excellente trabalho do sr. Alexandre Magno de Castilho [1] reproduzimos a seguinte curiosa resenha dos principaes topicos da vida de Colombo, sobretudo no que ella tem de relação com a historia do nosso paiz, e a época de que estamos tratando:

«Assim como é possivel que a sciencia da historia influisse nos designios do infante, assim tambem é muito de presumir que a noticia dos livros antigos fizesse nascer em Colombo a idéa de haver para a banda do O. caminho curto para a India. Eratosthenes, Aristoteles, Strabão, Seneca, Pedro de Alliaco (Cardinalis Cameracensis), Alfergani, etc. julgavam a parte oriental da Asia muito mais vizinha da occidental da Europa do que realmente está, e tão chegada uma á outra a reputa Aristoteles, que diz: «não é insustentavel o supposto de que as regiões existentes para a banda das columnas de Hercules toquem nos paizes da India.»

«Não foi Colombo ajudado por D. Affonso v, porque a guerra com Castella o obrigára a abandonar as grandes emprezas maritimas; nem D. João II lhe poude dar amparo, porque tendo convocado conselho para se discutir a proposta de Colombo, foi esta rejeitada como devaneio, sobresaindo entre os que maior opposição lhe fizeram Caradilla, bispo de Ceuta. Retirou-se então (1485) Colombo para Hespanha, e ao cabo de algum tempo, em que, para viver, foi obrigado

[1] *Descripção e roteiro da costa occidental de Africa*, tomo I, pag. XXVIII.

a desenhar cartas maritimas e vender livros de estampas, alcançou a protecção de Pedro Gonzales de Mendoza, arcebispo de Toledo. Apresentou-o este prelado a Fernando e a Izabel de Hespanha, os quaes, depois de terem ouvido a Colombo, reuniram no convento de Santo Estevão de Salamanca um conselho composto de professores de astronomia e geographia, dignitarios da igreja, religiosos instruidos, etc., etc.; a maioria, fundando-se principalmente nos textos biblicos e nas opiniões cosmographicas de Moysés e dos prophetas, não só engeitou o projecto, mas chegou a accusar Colombo de heretico.

«Finalmente, depois da tomada de Granada, conseguiram o dominico Diego de Deza, professor de theologia na universidade de Salamanca, Juan Perez de Marchena franciscano, Luis de Sant Angel e Alonzo de Quintanilha, que novamente fosse ouvido Colombo, e não só que se annuisse a todos os seus desejos, mas até aceitassem todas as condições que elle impunha.

«A 3 de agosto de 1493 partiu da barra de Saltes (ilha fronteira a Huelva) a esquadra composta da *Santa Maria*, capitaneada por Christovão Colombo, da *Pinta*, capitão Martin Alonzo Pinzon, e da *Niña*, capitão Francisco Martin Pinzon, e tripulada por cento e vinte homens.

«No dia 11 de outubro d'esse anno se deu com a ilha que os indios chamavam Guanahami, Colombo denominou S. Salvador, e os inglezes appellidam Cat's Island (onde chega a mania de mudar nomes!), primeira terra d'aquellas regiões que se avistou.

«Só passados quasi seis annos, em 1498, e na terceira viagem de Colombo, é que elle deu com a terra firme, deparando-se-lhe o tracto baixo denominado Isla Santa, perto de Punta Redonda, na costa oriental da provincia de Cumana, para E. de Cano-Macareo».

Devemos accrescentar ás linhas que ficam transcriptas que, segundo as annotações ás *Cartas das Indias publicalas por primera vez el ministerio de fomento* (Madrid, 1877), Christovam Colombo, por não querer tomar parte nas alterações de Italia, passára em 1476 a Lisboa, onde residia seu irmão Bartholomeu, e que da capital portugueza fizera varias viagens a Inglaterra, costas da Guiné, ilhas de Hespanha e Portugal, e pelas regiões septentrionaes a umas cem leguas para além da Islandia.

Resta-nos ainda tocar dois pontos importantes, o que faremos muito de relance.

1.º—Se antes de Colombo, ninguem haveria pensado no descobrimento de uma passagem occidental para chegar ás Indias.

O visconde de Santarem [1], que profundamente estudou o assumpto, affirma cathegoricamente que a prioridade d'essa concepção pertence aos portuguezes. Já o infante D. Henrique tinha enviado navios para o occidente, antes de Colombo pensar em descobrir o Cipango, e Affonso v havia consultado o astronomo florentino Toscanelli sobre a passagem por oeste ao paiz onde as especiarias amadurecem. [2]

Segundo outros escriptores, a America haveria sido descoberta pelo portuguez Affonso Sanches (1486), que, regressando doente ao Funchal, onde Colombo então residia, lhe confiára as suas cartas e roteiro para de algum modo remunerar a hospitalidade que lhe déra Colombo durante a doença de que o Sanches falleceu. [3]

Modernas investigações de critica historica pendem a crer que João Vaz Côrte-Real e Alvaro Martins Homem houvessem descoberto a Terra Nova, ou ilha dos Bacalhaus, antes de Colombo haver tocado em S. Salvador. [4]

2.º—Será verdadeira a narrativa da cruel perseguição movida por D. João II contra Christovam Colombo, narrativa que encontramos em varios escriptores, entre os quaes madame H. Dujarday? [5]

Essa narrativa deve ser considerada como completamente falsa.

Bastará, para o caso, citar a seguinte carta de D. João II a Christovam Colombo:

«A Christovam Colom, noso especial amigo en Sevilha.—Cristobal Colon. Nós Dom Joham per grasa de Deos Rey de Portugall e dos Algarbes, daquem e dallem mar em Africa, Senhor de Gui-

[1] *Recherches historiques, critiques et bibliographiques sur Améric Vespuce et ses voyages.*

[2] Veja-se *De la découverte de l'Amerique*, por Luciano Cordeiro, Lisboa 1876.

[3] *Evora gloriosa*, pag. 124.

[4] Luciano Cordeiro.—*De la découverte de l'Amérique*, parte 2.ª

[5] *Résume des voyages, decouvertes et conquêtes des portugais*, cap. III.

nee vos enviamos muito saúdar. *Vimos a carta que nos screbestes* e a boa vontade e afeizaon *que por ella mostraaes teerdes* a nosso serviso. Vos agradecemos muito. *Emquanto a vossa vinda cá,* certo, *assim pollo que apontaes* como por outros respeitos para que vossa industria e boo engenho nos será necessario, nós a desejamos e pracernos-ha muito de que visedes, porque em o que vos toca se dará tal forma de que vos debaes ser contente. *E porque por ventura teerees algum rezeo de nossas justizas por razaon dalgumas cousas a que sejaaes obligado.* Nós por esta nossa Carta vos seguramos polla vinda, estada, e tornada que não sejaaes preso, reteudo, acusado, citado nem demandado por nenhuma cousa *ora seja civil, ora criminal, de cualquer cualidade.* E por ella mesma mandamos a todas nossas justizas que o cumpram assi. E portanto vos rogamos e encommendamos que vossa vinda seja loguo e para isso non tenhaaes pejo algum e teeremos muito em serviço. Scripta en Avis a vinte de Marzo de mil cuatrocientos ochenta y ocho. *Elrey. (Apud Navarr. Doc. dipl. n.º III.)*»

D. João II não acceitou o projecto de Colombo, não porque o reputasse um simples *devaneio*, como escreve o sr. Alexandre Magno de Castilho, mas em virtude da maneira sobremodo inconveniente por que o projecto estava formulado, principalmente no tocante a exigencias recompensadoras.

Em 1493, quando Colombo vem a Lisboa depois de ter descoberto a ilha de S. Salvador, mostra-se impertinentemente vaidoso na presença do rei de Portugal, como refere Ruy de Pina. [1] Á côrte portugueza desagradou a attitude do genovez, mas D. João II, sem se importar com os resentimentos que se levantavam em torno de si, fez a Christovam Colombo *honra e muita mercé.*

Sómente, como era natural, no espirito de D. João II se suscitou uma duvida. Em virtude do tratado das Alcaçovas, de 4 de setembro de 1479, entre Portugal e Castella, o senhorio da Guiné com todos os seus mares, ilhas e costas já descobertas e por descobrir até ás Indias, pertencia *in solidum* a Portugal. D. João II quiz reivindicar os direitos da corôa portugueza, e ordenára que uma armada capitaneada por D. Francisco de Almeida, fosse incumbida de resolver o negocio, quando os reis de Castella se apressáram a mandar-lhe embaixadores para que sobreestivesse até por outro modo se liquidar a quem competia, de direito, a propriedade das terras abordadas por Colombo. O que Castella queria era encetar uma negociação diplomatica que lhe désse tempo a que voltassem os navios que tinha mandado a reconhecerem a importancia do descobrimento. De Portugal foi uma embaixada a Castella, e de Castella vieram embaixadores a Portugal, com instrucções para demorarem a negociação. Foi nova embaixada portugueza a Castella, porque D. João II não era homem que, mesmo quando a doença ameaçava prostral-o de um dia para outro, fraquejasse na reivindicação dos seus direitos. Em virtude d'esta nova embaixada portugueza é que foi assignado a 7 de junho de 1494 o celebre tratado de Tordesilhas, entre Portugal e Castella, pelo qual tratado se ajustou que contando 370 leguas desde as ilhas de Cabo Verde para o occidente, e tirando por esse ponto uma linha imaginaria que passasse pelos pólos da terra, e dividisse o globo em dois hemispherios, ficasse o occidental pertencendo a Castella, e o oriental aos portuguezes, para que n'um e n'outro hemispherio podessem ambas as nações, cada uma em seu hemispherio, continuar livremente os descobrimentos. [1]

Eis aqui até que ponto se estendera a acção de D. João II com relação á vasta empreza dos descobrimentos maritimos. Da sua obra politica, isto é, da centralisação e consolidação do poder real, crêmos haver dito já o bastante para se ter uma idéa, posto que rapida, clara, e sobretudo justa, do seu reinado.

Ao pôr do sol do dia 25 de outubro de 1495, o grande rei expirava. A razão conservou-se lucida até ao derradeiro momento, o que certamente aggravou os soffrimentos moraes da agonia. Morria, e todavia ainda lhe faltava fazer

[1] *Chronica.*—Cap. LXVI.

[1] O original d'este tratado está na Torre do Tombo, maç. 4, gav. 17. Vem transcripto a pag. 94 do tom. II das *Prov. da hist. geneal.*, bem como a bulla do papa Julio II (1506) sobre a divisão das conquistas entre os dois reinos.

alguma cousa. Elle havia lançado as bases de um grande edificio social; mas a morte vinha cerrar-lhe os olhos antes de vêr rematada a cupula. As circumstancias se encarregariam de o fazer. D. Manuel achou-se de repente collocado no meio d'essas circumstancias altamente favoraveis. Mas a obra não era sua, como tambem a não foi exclusivamente de D. João II. Felizmente, o successor de Affonso V realisára o legado de seus maiores, comprehendendo-o, empenhando todos os exforços possiveis para augmental-o. Depois d'isto, só restava ceifar a mésse; foi o que D. Manuel fez. Vel-o-hemos.

O cadaver de D. João II foi depositado na sé de Silves, e depois trasladado para a egreja da Batalha, sendo guardado na capella immediata á capella-mór, do lado da epistola.

Em 1810, os soldados francezes violáram este e outros tumulos; «apenas d'entre as ruinas se poderam depois salvar os restos informes do corpo do monarcha, que os religiosos de novo encerraram no antigo deposito, que mandaram reformar.» [1]

[1] *Panorama*, vol. IV, pag. 12.

Ruy de Pina dá-nos o seguinte retrato de D. João II:

«Foi el-rei D. João homem de corpo mais grande que pequeno, mui bem feito, e em todos seus membros mui proporcionado; tinha o rosto mais comprido que redondo, e de barba em boa conveniencia povoado. Tinha os cabellos da cabeça castanhos e corredios, e porém em idade de trinta e sete annos, na cabeça e na barba era já mui calvo, de que mostrava receber grande contentamento, pela muita auctoridade que a sua dignidade real suas cãs accrescentavam; e os olhos de perfeita vista, ás vezes mostrava nos brancos d'elles umas veias e maguas de sangue, com que nas cousas de sanha, quando era d'ella tocado, lhe faziam o aspecto mui temeroso. E porém nas cousas d'honra, prazer e gasalhado, mui alegre, e de mui real e excellente graça; o nariz era um pouco comprido e derribado algum tanto sem fealdade. Era em todo mui alvo, salvo no rosto que era corado em boa maneira. E até á idade de trinta annos foi mui enxuto das carnes e depois foi n'ellas mais revolto.»

LIVRO V

Reinado de D. Manuel

CAPITULO I

Nas mais prosperas circumstancias em que Portugal se tem encontrado, o duque de Beja, D. Manuel, irmão da rainha viuva, (*causa unica d'elle ficar nomeado na successão d'estes reinos*, diz Damião de Goes) ia ser acclamado rei.

A acclamação realisou-se em Alcacer do Sal, depois da abertura e leitura do testamento de D. João II. D Manuel, o novo rei, contava vinte e seis annos de idade. Immediatamente foram expedidos avisos de convocação de côrtes, para Montemór-o-Novo, e D. Manuel partiu para esta localidade, onde o prior do Crato lhe apresentou D. Jorge de Lencastre, o filho natural do rei fallecido, communicando-lhe recommendações particulares de D. João II relativas ao futuro do seu dilecto bastardo.

Eram essas recommendações tão instantes e fervorosas, e foram apresentadas tão solemnemente, que D. Manuel não poude deixar de prometter que as respeitaria.

As côrtes reunidas em Montemór não tiveram a solemnidade nem a duração que deviam ter, em razão da peste que ali então grassava. Mas, findas ellas, D. Manuel, permittindo que voltassem ao reino os filhos do duque de Bragança, e outros fidalgos accusados ou suspeitos de conspiradores contra D. João II, revelou que o testamento d'este rei era para elle letra morta, e que estava disposto a seguir uma politica totalmente diversa. Este procedimento, quando as cinzas de D. João II estavam ainda quentes, chegou a ser revoltante. D. Manuel, o rei ingrato, começava por desmoronar de um sopro toda a obra politica do seu antecessor.

Ainda em Montemór, D. Manuel avisou a todos os que tivessem privilegios, liberdades e cartas de mercês para que os fossem confirmar. Era uma rehabilitação completa, tanto moral como material, d'aquelles que D. João II julgára dever castigar. Voltavam os tempos do predominio da nobresa, que de novo se via investida nos seus altos poderes e bens.

A D. Jayme, filho mais velho do duque de Bragança, fez D. Manuel taes mercês como nunca imperador ou rei algum havia feito, segundo observa o chronista. Restituiu-lhe todas as propriedades que a corôa havia tomado para si ou de que D. João II havia feito concessão a outros fidalgos. D'este modo ficava de novo assignalado o brilho omnipotente da casa de Bragança, reentrando na posse de mais de cincoenta villas, castellos, fortalesas, logares rasos, quintas e casaes. A «grandesa da qual mercê, observa Goes, fez fazer a muitos varios juizos, dizendo cada um aquillo a que seu parecer e affeição o mais inclinava, as quaes praticas se tratáram então por muitos dias na côrte, e por todo o reino.»

Agora era já a nobresa que se queixava, e que provavelmente tinha saudades de D. João II, vendo-se de novo esmagada na sua vaidade pelo esplendor extraordinario da casa de Bragança. Costumam ser assim as coisas do mundo; o que

hontem nos parecia mau é hoje lembrado com saudoso desejo.

Dois factos ficaram desde logo reconhecidos: que D. Manuel se propunha desmoronar a obra politica de D. João II; e que a sua mão devia abrir-se frequentemente em perigosas prodigalidades.

A Diogo da Silva de Menezes, que fôra seu aio, fez D. Manuel conde de Portalegre com rendas, jurisdicção e castello, mas os principaes da villa reagiram contra a bisarria dadivosa de D. Manuel, que não teve remedio senão transigir, fazendo apenas doação do castello, e sendo para notar que nem mesmo esta doação teve effeito, vindo a ser substituida por outras.

Mas ainda não param aqui as rehabilitações e doações. Sabemos que D. Jorge da Costa, o cardeal de Alpedrinha, estava em Roma por discordancias com D. João II; pois D. Manuel não só tratou de o chamar a Portugal, mas até lhe mandou para o acompanhar Pero Corrêa. O cardeal não quiz, porém, aproveitar-se do convite, que foi instante, e deixou-se ficar em Roma.

Como sabemos, D. João II havia recebido no reino, temporariamente, os judeus expulsos de Castella. Fôra uma grande medida economica, porque vieram para Portugal mais de *vinte mil casaes de judeus*, pagando cada judeu, por cabeça, oito cruzados; pagando apenas quatro os ferreiros, latoeiros, malheiros, e armeiros, cujos serviços mais directamente podiam interessar o Estado.

Aconteceu porém que muitos dos judeus, ou *por pobresa ou por mau aviamento*, não poderam embarcar no praso que lhes fôra assignalado para partirem do reino; pelo que foram considerados como captivos.

D. Manuel, subindo ao throno, libertou-os. Ainda n'este ponto se affastava mais uma vez do procedimento do seu antecessor, que tinha tirado d'essa numerosa colonia tudo quanto lhe fôra possivel, primeiro como contribuintes, depois como serviçaes gratuitos.

Mas D. Manuel estava apaixonado pela infanta D. Isabel, filha dos reis catholicos, desde que ella tinha vindo a Portugal para desposar o mallogrado principe D. Affonso; além d'isto, começava a alimentar um secreto projecto de succeder na corôa de Castella pelo casamento com essa princesa, que era a primogenita de Fernando e Isabel.

Portanto, D. Manuel, entrando em correspondencia com os reis catholicos, que desejava para sogros, resolveu annullar a resolução que anteriormente havia tomado, e expulsar do reino os judeus e os moiros. Para D. Manuel não havia ponderações que valessem, quando elle tinha em mira servir-se a si proprio. Não curou, pois, de attentar nos inconvenientes que d'esta sua retratação derivariam, inconvenientes que em parte eram originados no espirito da época, e em parte procedentes de erros administrativos. Damião de Goes resume-os n'estas poucas linhas: «... e que além d'isto pelos lançarem da terra (aos judeus), nem por isso lhes davam azo de nas alheias se tornarem christãos, mas antes se se fossem para a dos mouros, se perdia de todo a esperança de nenhum se converter, o que muitos d'elles vivendo entre nós, movidos da nossa religião, e do bom uso d'ella, se podia esperar que fizessem, e que havia ainda n'isto outros inconvenientes, porque além dos serviços, e tributos que el-rei perdia, ficava obrigado a satisfazer ás pessoas a que elle, e os reis passados d'elles fizeram mercê, e que não tão sómente levavam comsigo da terra muitos haveres, e riquezas, mas ainda o que era mais de estimar levavam subtis e delicados espiritos com que saberiam dar aos mouros avisos, que lhes necessarios fossem contra nós, e sobretudo lhes ensinariam seus officios mecanicos, em que eram muito destros, principalmente no fazer das armas, etc.»

Mas D. Manuel tratava apenas agora de lisonjear os reis de Castella pelos motivos que ficam expostos, e porque isso sobremodo convinha aos seus planos. Cada vez se estreitaram mais as relações que mantinham, annuindo D. Manuel á alliança que lhe fôra proposta por Fernando e Isabel contra o rei de França, na pendencia sobre o reino de Napoles. Por isso, não obstante os judeus não convertidos tratarem de preparar as suas coisas para a viagem, a que estavam obrigados pela ultima resolução do rei, D. Manuel ordenou que no domingo de paschoela de 1496 lhes fossem arrancados os filhos e filhas menores de quatorze annos. Esta noticia ao mesmo passo que poz um grande panico em toda a co-

lonia israelita, repugnou a grande numero de christãos. Muitos dos judeus preferiam matar os seus proprios filhos a consentir que d'elles os separassem violentamente. A perseguição estava inaugurada, e, a julgar pelas suas primeiras manifestações, devia ser tremenda. Ao mesmo passo que D. Manuel ordenava aos não conversos que sahissem immediatamente do reino, não só não lhes facultava embarcações para o fazerem, mas dos tres portos do reino que lhes deixára livres para o embarque, fechára-lhes dois, obrigando todos os emigrantes a virem embarcar no de Lisboa. Em virtude d'esta perfida ordem, com que os judeus não contavam, affluiram a Lisboa cerca de vinte mil, que foram miserrimamente recolhidos nos estaus, e que, esperando uns pelos outros, viram com dôr passar o praso assignalado para o embarque, pelo que foram desde então considerados captivos. Alguns d'elles pediam a brados que lhes restituissem seus filhos, que se fariam christãos, e assim aconteceu, tendo D. Manuel por boa esta conversão forçada. Outros mais crentes, mais altivos ou mais desconfiados preferiram renegar os filhos a renegar os seus principios religiosos, e poderam finalmente embarcar. O futuro veio comprovar que eram estes ultimos os que andavam mais prudentemente. De mais a mais, os judeus, sempre errantes, e por isso mesmo sempre fracos, não podiam aspirar a tirar uma desforra qualquer da perfidia do rei portuguez, que os perseguia, ao passo que se mostrava menos cruel para com os mouros, mais poderosos e fortes.

Por qualquer dos lados que se encarem estas medidas de D. Manuel contra os judeus, apenas transpiram hediondez, o proposito de auxiliar os seus intimos planos. Não só havia alienado um importante subsidio pecuniario e braçal, que elles representavam para o paiz, mas nenhuma conquista obtivera para a religião christã, para o catholicismo, levando-os de rastos, violentados, até á beira dos nossos altares.

Mas D. Manuel queria desposar a viuva de D. Affonso; estava vivamente enamorado d'ella. Todos os *meios* lhe serviam, comtanto que chegasse ao *fim* desejado. D. Isabel havia-se lançado n'uma certa concentração religiosa depois da morte do filho de João II, vivamente impressionada pela fatalidade que viera interromper as alegrias do seu noivado. Sob essa impressão, que o espirito fanatico da côrte de seus paes alimentava, D. Isabel recusára a principio a proposta de segundo casamento, mas as instancias por parte de D. Manuel foram tantas, que, afinal, a princesa viuva cedeu. D. Manuel queria apressar o dia em que os seus ardentes desejos se deviam realisar, mas D. Isabel escreveu-lhe *pedindo lhe que dilatasse sua vinda até ter de todo lançado de seus reinos os judeus.* [1]

Devemos comtudo suppôr que no espirito de D. Manuel um intimo projecto politico se abrigava no seu extremo enthusiasmo pela princesa castelhana, como um áspide se esconde entre flores.

Os reis de Castella tinham cinco filhos, a saber, D. João, casado com Margarida d'Austria; e as infantas D. Isabel, D. Joanna, D. Maria e D. Catharina.

Ao tempo do casamento de D. Manuel com a princesa castelhana, o principe D. João estava gravemente doente, achava-se n'um estado desesperado; por isso, visto que D. Manuel tanto queria apressar essa união, a sua noiva foi acompanhada até á fronteira pela rainha Isabel, ficando D. Fernando a acompanhar o principe enfermo, quasi moribundo.

Justamente na occasião em que os actos religiosos se realisavam em Valencia d'Alcantara, chegou noticia do fallecimento do infante D. João, o que fez aguar as poucas festas que estavam preparadas;—poucas em attenção ao desgosto que por motivo da doença do infante havia na côrte de Castella.

Ora morrendo o herdeiro da corôa de Fernando e Isabel, os direitos de successão passavam ao segundo filho, a infanta D. Isabel. Esta idéa não podia deixar de preoccupar um espirito tão ambicioso como o do successor de João II. Mas, por occasião da morte de seu marido, D. Margarida ficára gravida de sete mezes. Eis aqui uma contrariedade, para quem não fosse tão feliz como D. Manuel. Mas para este homem venturoso, todas as difficuldades desappareciam: D. Margarida déra á luz uma creança morta. Portanto, aqui temos D. Manuel e sua esposa com direito a intitular-se, como effectivamente fizeram, principes de Castella, Leão e Aragão.

[1] Damião de Goes.

A fim de serem jurados como taes, era preciso irem a Castella. As côrtes nacionaes, com a concentração do poder real, realisada por D. João II, haviam perdido muito da sua importancia, mas era este um dos casos em que era preciso reunil-as. D. Manuel convocou-as portanto para Lisboa, n'esse anno de 1498, e as côrtes auctorisáram effectivamente a ida dos soberanos a Castella.

N'essas côrtes, outros assumptos se trataram, e merecem elles alguma attenção, como testimunho das necessidades do paiz com respeito á questão de fazenda. Daremos, portanto, por sua ordem, como faz Damião de Goes, não só as propostas apresentadas em côrtes, mas tambem as respostas que a cada uma d'ellas foram dadas por parte da corôa:

«Pediram os Estados do reino que as tenças obrigatorias, que se punham pelos casamentos aos fidalgos e donzellas, se não dessem mais, e que o quizesse el-rei corrigir e emendar, por prol commum de seus reinos.

«*Resposta.*—Nós temos ordenado em nossa «fazenda que os casamentos que se agora des«embargam se paguem a dinheiro, sem pôr de «novo tenças, por elles e alguns que ficaram do «tempo passado, temos proposito de os mandar «pagar o mais cedo que se possa fazer, e assim «do tempo d'el-rei, meu senhor e primo, que «Deus haja, tal ordenança ficou em nossa fa«zenda.»

«Item, que não trouxesse tantos officiaes e moradores, e os quizesse reduzir a menos conto.

«*Resposta.*—Os mais dos nossos moradores «foram criados d'el-rei, meu senhor e primo, os «quaes não podemos deixar de agasalhar, por«que seria crueza fazermos o contrario, os outros «são de nossa casa, com outros que nos recres«ceram, de que nos não podemos escusar; mas, «posto que nosso desejo seja fazer a todos mercê, «por n'isso levarmos grande gosto, comtudo d'a«qui por diante folgaremos de continuar na me«lhor maneira que podermos.»

«Item, que lhe prouvesse deixar de levar as sizas, e as soltasse livremente.

«*Resposta.*—Pelo grande amor que temos a «nossos povos, nos poderá consentir mal a von«tade, e muito menos a consciencia, de levar as «sizas, se não achassemos que as levamos bem «e sem nenhum carrego, e se nos parecesse, em «caso que a quantidade da renda e proveito fosse «maior, folgariamos muito mais de as deixar «que de as levar, quanto mais que essas mesmas «sizas, com outras muitas rendas e direitos nos«sos, lá d'onde vem se tornam a converter, «supprindo sempre com ellas nossos antecesso«res, e assim nos muitos carregos e inconve«nientes que por não as haver ahi necessaria«mente poderiam recrescer ao reino, e assim «muitos proveitos, dando moradias, casamentos, «tenças, e assim outras ajudas de vida e enca«minhamento a filhos e filhas de fidalgos, caval«leiros, escudeiros e a todo outro genero de «nossos naturaes, por onde além da muita razão «e descarrego com que as ditas sizas levamos, «só por tanta bemfeitoria, que da renda d'ellas «com outros nossos direitos a nossos naturaes «redunda, devia decerto pesar muito a nossos «povos se as não tivessemos.»

«Item, que o povo recebe muito damno por nos reinos haver muitas coutadas e officiaes d'ellas, pelo que reservando algumas para desporto d'el-rei lhe pedem que descoute as outras, ficando guardadas as coutadas antigas das pessoas particulares.

«*Resposta.*—As havemos por descoutadas, ti«rando a coutada da nossa cidade d'Evora, de «lebres e perdizes, Almeirim, Cintra, de Riba«tejo desde a Chamusca até o Barco das Inguias, «do rio Côa até Azeitão, Cezimbra, com todas as «coutadas antigas que dentro d'este limite ha «até Coruche, a Erra, as coutadas antigas que «ha na ribeira do Canha, Cabrella, as montarias «de Soaio e Cabril, todo o termo de Alcacer com «a charneca da Landeira, assim mesmo as mattas «e montarias d'Obidos com todas as outras da «serra, e assim ficará o paul de Otta, e todas as «outras fiquem descoutadas.»

«Item, que os physicos não receitem as mézinhas senão em linguagem.

«*Resposta.*—Assim como nol-o pedis vol-o «outorgamos, com pena ao boticario, que não «use mais o officio, se der as mézinhas por re«ceita em latim, e pague mais dois mil reaes «para quem o accusar, e em outra tanta pena «queremos que incorra o physico que por latim «receitar e não por linguagem, como dito é.»

Dissolvidas as côrtes, D. Manuel tratou imme-

diatamente de apercebimentos para a jornada. Com effeito, a 29 de março d'esse anno, D. Manuel e sua esposa partiam para Castella, com grande e luzido sequito de fidalgos, ficando encarregada da regencia do reino a rainha viuva D. Leonor.

Logo que chegaram á fronteira de Castella, os reis de Portugal foram esperados pelo duque de Medina Sidonia, com apparatoso cortejo de fidalgos, e assim acompanhados até Toledo, onde os reis catholicos esperavam, e onde D. Manuel e D. Isabel foram, na Sé d'aquella cidade, jurados por principes herdeiros dos reinos de Castella e Leão.

Passados alguns dias, tanto Fernando e Isabel, como D. Manuel e sua esposa, partiram para o Aragão, afim d'estes ultimos serem jurados em Saragoça, mas sobrevieram inconvenientes com que não contavam, e que impediram a immediata realisação da ceremonia que ali os levava.

«Feita a entrada, escreve Goes, quizera el-rei D. Fernando, que logo ao outro dia, que era domingo, jurassem os principes, mas os aragonezes lh'o não consentiram por então, sobre o que houve muitas altercações, excusando-se a el-rei, que não podiam fazer tal juramento sem serem presentes os deputados de Valença e Barcellona, sobre o que el-rei D. Fernando tornou a apertar com elles; por fim lhe responderam, que jurariam os principes se lhes elle de novo confirmasse alguns privilegios, que lhe tinha quebrado, do que os el-rei desenganou, sem lhes querer conceder o que pediam, nem elles menos jurar os principes, no que se passaram muitos desgostos e paixões, *por espaço de tres mezes*. D'estas differenças uma das principaes foi dizerem que no reino não podia succeder femea, senão varão, e que este havia de ser por eleição dos Estados do reino, quando Deus ordenasse não deixar el-rei filho varão herdeiro, e que para jurarem a princeza elles o não podiam fazer sem os de Valença e Barcellona, que por só este respeito dilatavam sua vinda, o que era signal manifesto de não quererem consentir no tal juramento...»

Este facto é interessante e importante considerado como symptoma de reacção do espirito nacional contra a vontade imperiosa da corôa, que, n'aquelle tempo, em toda a peninsula hispanica se havia aureolado de estranho prestigio, graças a D. João II em Portugal, e a Fernando e Isabel em Castella.

Succedeu então que a rainha D. Isabel, mulher de D. Manuel, deu á luz em Saragoça um filho varão, que recebeu o nome de Miguel, e que desde logo foi considerado o herdeiro presumptivo dos reinos de Portugal, Castella, Leão, Secilia e Aragão, facto este que veiu pôr termo ás reluctancias até ahi apresentadas pelos de Aragão. Mas o nascimento d'este principe custou a vida a sua mãe, que foi sepultada no mosteiro de S. Jeronymo em Saragoça. D. Manuel ainda se demorou alguns dias no Aragão, até que, viuvo, regressou a Portugal no mez de setembro d'esse anno (1498).

O infante D. Miguel foi acclamado e jurado em Castella e no Aragão, e, para que tambem o fosse em Portugal, convocou D. Manuel os tres Estados para o mez de março de 1499. Reunidas as côrtes, não quizeram ellas jurar sem que o rei lhes promettesse em nome do principe seu filho que nunca o regimento da justiça e fazenda do reino, e senhorios de Portugal, em qualquer tempo, e por qualquer caso, fosse dado nem concedido senão a portuguezes, e o mesmo a respeito das capitanias dos logares de Africa, e alcaides-móres das villas e castellos, o que el-rei concedeu. [1]

Quantas vezes não esteve o reino de Portugal para fundir-se com o de Castella em consequencia de allianças politicas e pessoaes, as mais das vezes tendo por origem um casamento! Chega a ser assombroso que todas essas combinações se mallograssem alfim, e que Portugal mantivesse a sua independencia, apenas estrangulada n'um periodo de 60 annos, relativamente pequeno, se attendermos á longa historia d'essas combinações, e ainda mesmo á fundação da nossa nacionalidade.

D'esta vez, o projecto de unificação dos dois Estados foi contrariado pela morte do principe D. Miguel, que fallecera em Granada com vinte e dois mezes de idade, apenas. «Do que el-rei—diz Goes—mostrou pouco sentimento, e o mesmo se fez em Castella, porque nem lá nem cá se pôz por elle dó, nem se fizeram por seu fallecimento as acostumadas ceremonias que se viam fazer por taes principes quando morrem.»

[1] *Chronica*, cap. XXXIV.

O leitor ha de estranhar no primeiro momento, que D. Manuel visse dissipar-se, sem magua, esse sonho de grandeza que elle havia sonhado, e que a reunião das corôas de Portugal e Castella realisariam. Tem razão. Mas é que outra felicidade maior o tinha n'esse momento deslumbrado; cegava-lhe os olhos, com o esplendor de todas as suas riquezas asiaticas, o Oriente, a India, a que Vasco da Gama havia finalmente chegado por mar, como em outro logar diremos mais de espaço. Este acontecimento lisonjeava a vaidade, e fascinava a leviandade de D. Manuel. Pouco se lhe importou, portanto, da morte do unico filho que lhe deixára essa formosa mulher que elle por tanto tempo amára em segredo, com uma paixão devoradora. É que o coração de D. Manuel, visto de perto, repugna.

As condições florescentes de Portugal eram agora de tal ordem, que mais que nunca passou pelo espirito de Fernando e Isabel a idéa de uma alliança politica fortemente assentada em ligações de familia. Por isso, mandaram offerecer por esposa a D. Manuel a infanta D. Maria, que das duas filhas mais novas dos reis de Castella, era a mais velha. A segunda filha de Fernando e Isabel, D. Joanna, estava casada com Filippe, archi-duque d'Austria; a esta pertencia o throno de Castella e Leão, e effectivamente o herdou. Portanto, como D. Maria não representava um throno, mas simplesmente uma mulher, o ambicioso rei de Portugal recusou *por algumas vezes*, segundo a expressão de Goes. Finalmente, visto que era preciso assegurar dynastia, *deu orelhas* ás sollicitações que n'esse sentido lhe vinham de Castella. O casamento realisou-se em Alcacer do Sal no dia 30 de outubro de 1500.

Saciado já dos prazeres do noivado, passou pelo espirito de D. Manuel a ambição de ser conquistador em Africa, como os seus antecessores. Era apenas o que lhe faltava, e elle, que tudo queria, quiz realisar mais essa velleidade, que as circumstancias aliás contrariavam. Casára-se para que? Para assegurar dynastia, para ter filhos. Pois bem, não os tinha ainda, estava casado de pouco tempo, e era n'estas condições que D. Manuel desejava passar a Africa! Vejam se tem ido, e morrido lá, como aconteceu depois a D. Sebastião! o reino, por falta de successão, perderia de certo a sua independencia. Entrariamos n'um periodo calamitoso, teriamos um Alcacerquibir antecipado. Mas D. Manuel, quando pensava em alguma coisa, ou arremettia cegamente para a sua realisação, confiado na sorte, ou só desistia do projecto á força de instancias n'esse sentido. O conselho real oppoz-se tenazmente, e a «rainha particularmente mostrava mui grande descontentamento, aqueixando-se d'isso por suas cartas a el-rei D. Fernando, seu pae, e á rainha D. Isabel, sua mãe, mas tudo isto aproveitava pouco para el-rei deixar de pôr em obra a vontade, e desejo que tinha de imitar os reis seus antecessores, e ser-lhes companheiro na gloria que alcançaram, etc.» [1] Aqui é que batia o ponto. Fizeram-se grandes despezas para essa empreza tresloucada; vinte e seis mil homens foram equipados immediatamente. Felizmente, um incidente europeu veiu desviar para outro lado a facil imaginação de D. Manuel: a republica de Veneza mandou-lhe pedir auxilio contra os turcos, para garantir tudo quanto na Grecia *ganhára e possuia*. Em conselho resolveu-se que fossem enviados em auxilio dos venezianos trinta náus e caravellas. Mas como o caracter d'esta expedição não exigia a presença do rei, D. Manuel resolveu-se, finalmente, a ficar.

Em junho de 1502, no dia 6, nasceu em Lisboa o primogenito de D. Manuel, que recebeu o nome de João. Quem o levou á pia baptismal foi um duque de Bragança, D. Jayme, filho de D. Fernando, um excentrico que quiz fugir para Jerusalem só para não casar, e que depois casou duas vezes.

N'este meio tempo, o espirito de D. Manuel, naturalmente tão inquieto, não podia ter estado ocioso. Com effeito, entrou n'um periodo de devoções e piedade, e acalentou o projecto de ir em romagem a S. Thiago de Compostella, o que effectivamente fez, demorando-se tres dias, e deixando em Lisboa a rainha. N'este periodo de religiosidade, teve, ainda que por pouco tempo, a despreoccupação das grandezas humanas, a tal ponto que quiz ir a Galliza incognito, como hoje dizemos, ou afforrado, como então se dizia, ordenando que tratassem com as maximas attenções o marquez de Villa Real, seu companheiro de jornada, para que os de Galliza não podessem

[1] *Chronica*, cap. XLVII.

saber qual dos dois era o rei. É o cumulo da excentricidade na humildade.

Mas esta preoccupação, como todas as mais, devia de ser breve na vida de D. Manuel. E foi. O pensamento de passar a Africa, voltou outra vez: D. Manuel queria por força ser conquistador. Chegaram a fazer-se alguns preparativos para a expedição, mas chuvas torrenciaes que, no anno de 1503, cahiram, fizeram perder as sementeiras. Como consequencia, o pão começou a escassear, todo o paiz estava a braços com uma terrivel carestia. Por ultimo, veio a fome. N'estas condições, n'estas desgraçadas condições, D. Manuel teve de desistir segunda vez do seu projecto, não só porque o paiz estava angustiado, mas tambem porque os dinheiros publicos eram precisos para mandar vir pão do estrangeiro.

Os prejuizos foram enormes, e fizeram-se sentir por largo tempo. Tendo-se reunido côrtes em Lisboa, para o principe D. João ser acclamado e jurado herdeiro do throno, o rei pediu ás côrtes um subsidio para as despezas que fazia nos logares de Africa. As côrtes, attenta a pobreza geral do paiz, apenas votaram cincoenta mil cruzados, mas ainda assim foi preciso que o rei désse largos prasos para o pagamento da contribuição.

Depois da fome, uma outra calamidade assolou o reino: os terremotos. «Caíram muitos edificios, de maneira que os homens tomaram por partido habitar nos campos, fóra das suas casas, e longe das montanhas, com medo que assim umas como as outras caissem sobre elles.» [1] Parece que a Providencia, que tanto beneficiára D. Manuel, de vez em quando lhe fazia sentir que o poder real, comquanto grandemente dilatado, era comtudo incapaz de suster o passo a certas calamidades. Depois dos terremotos, veio a peste.

No anno de 1505 mandou D. Manuel «reformar as leis, e ordenações antigas do reino, e accrescentar n'ellas algumas cousas que lhe pareceram necessarias, e assim fez por serviço de Deus uma obra digna de muito louvor, a qual se começou n'este mesmo anno, que foi mandar que se fizessem os tombos de todas as capellas, hospitaes, albergarias, instituições e gafarias d'estes reinos, para o que se fizeram grandes diligencias em tirar inquirições, para se saber d'isto a verdade. Os quaes exames feitos, e acabados com muita diligencia, mandou logo escrever os tombos authenticos de todas as propriedades, fóros, rendas e obrigações, que se tinham a estas casas, e capellas, de que mandou fazer de cada um dois livros, um para ficar nos cartorios das mesmas casas, e capellas, e outro para se lançar na Torre do Tombo do reino, mas d'estes mui poucos se trouxeram a elle, o que seria por negligencia, e culpa das pessoas a que elle encommendou, e encarregou que o fizessem.» [1]

[1] *Chronica*, cap. LXXXII.

Sobre este mesmo assumpto, escreve Coelho da Rocha: [2]

«Ainda não tinham decorrido sessenta annos depois da publicação das Ordenações Affonsinas, quando D. Manuel as mandou revêr, e reduzir a melhor fórma; *ou fosse por ambição de ajuntar aos seus titulos o de Legislador; ou (o que é mais natural) por querer divulgar pela imprensa, que então começava a generalisar-se em Portugal*, um Codigo mais perfeito. Esta reforma foi em 1505 encarregada ao chanceller-mór, Ruy Botto, ao licenciado Ruy da Grã, e ao bacharel João Cotrim; publicada pela imprensa em 1514; e finalmente, ou emendada ou concluida a sua impressão em 1521. É conhecida na historia pelo nome do rei, que a mandou fazer.

«Os compiladores das novas Ordenações poucos defeitos emendaram das antigas. A divisão da obra, o systema, o espirito, e principios geraes da legislação, é o mesmo: unicamente lhes inseriram as novas providencias e alterações, que no intervallo entre uma e outra compilação, haviam sido publicadas. O estylo é mais conciso, e em toda a parte decretorio: não se encontra o theor, apenas em alguns logares o extracto das leis antigas. Apesar d'algumas mudanças na collocação das materias, a falta de deducção e de methodo, ficou no mesmo estado.

«O livro primeiro é aquelle onde se acham innovações mais notaveis. O Tribunal do *Desembargo do Paço* separado já da Casa da Supplicação por D. João II, ou por D. Manuel, tem aqui o seu regimento especial, encarregado de despachar com o rei os negocios de graça. Além da

[1] *Chronica*, cap. XCIV.

[2] *Ensaio sobre a historia do governo e da legislação em Portugal*, pag. 134 e seguintes.

Casa da Supplicação acha-se tambem completamente organisada a *Casa ou Relação do Civil*, com seu regedor, chanceller-mór, desembargadores d'aggravos, ouvidores do crime, e todos os outros empregados á maneira d'aquella. A sua jurisdicção era a mesma que tinha pela Ordenação Affonsina, com alçada até oito marcos de prata. Aos juizes ordinarios accresceram os da *Vintêna*, para as pequenas povoações, com alçada até quatrocentos réis. Os regimentos dos officiaes do paço. e empregados, que não eram de justiça, foram omittidos n'estas Ordenações. Para os védores da fazenda, almoxarifes e contadores, publicou D. Manuel em 17 d'outubro de 1516 um longo e minucioso regimento, que tambem não foi n'ellas incorporado.

«No livro segundo omittiu-se toda a legislação relativa aos mouros e judeus, os quaes anteriormente haviam sido obrigados a converter-se á religião christã, ou a expatriar-se. No titulo trinta e cinco se acha o regulamento por que os contadores deviam prover sobre os residuos e estabelecimentos de piedade; o qual deu origem depois á importante magistratura dos provedores das comarcas. Nos outros livros as alterações são numerosas, mas consistem em providencias de pequena monta. Por lei de 20 de janeiro de 1519 tinha D. Manuel mandado crear em todos os concelhos *Avindores* ou *Concertadores* das demandas para conciliarem as partes; disposição que foi omittida na Ordenação, e ficou sem uso. O direito romano e o canonico continuou a ser subsidiario nos mesmos termos das Ordenações Affonsinas.

«A alteração, que a affluencia do commercio e riquezas da India fazia nos costumes da nação, e nos interesses e necessidades do povo, continuamente demandavam refórmas nas leis. D. Manuel mesmo foi obrigado a publicar grande cópia de providencias, em que alterava as suas ordenações, a qual foi augmentada ainda mais por D. João III. No tempo d'este foi reformada a ordem do processo, excluindo algumas fórmas, que se julgaram inuteis; e sobre tudo marcando prazos curtos e fataes para os termos dos letigios, seguindo pela mór parte o direito canonico.

«Foi revisto tambem no mesmo reinado o regimento dos desembargadores do paço, o do chanceller-mór do reino, e do da casa da supplicação. Deu-se regimento ao juiz da chancellaria: e foi creada a mesa da consciencia e ordens, encarregada de prover e expedir tudo o que dizia respeito ás ordens militares, inclusivé o provimento dos cargos d'ellas e dos bispados ultramarinos: assim como de vigiar sobre as Universidades, capellas, resgate de captivos, e mais estabelecimentos de piedade. A necessidade de pôr côbro á dissolução e má fé, que o luxo tinha occasionado, fez multiplicar n'esta época as pragmaticas, as leis de policia, e outras medidas, que mal calculadas não remedearam o mal, que se pertendia. Quasi todas estas providencias foram ainda confirmadas em côrtes.

«No reinado de D. Manuel tinha-se tambem effectuado a *refórma dos foraes*, cuja antiguidade, pondo-os em desharmonia com as circumstancias e leis actuaes, não só empecia á administração da justiça; mas occasionava interminaveis disputas sobre os tributos e prestações, que n'elles eram de antigamente regulados. A refórma foi feita por uma junta de letrados, cujo escrivão, Fernam de Pina, encarregado de assistir ao despacho, de redigir os novos foraes, e de proceder ás averiguações e exames locaes, percorreu para esse fim todas as provincias do reino, excepto o Algarve; pelos annos de 1513 a 1517. Finalmente publicaram-se reformados, mas com tanta precipitação, que na opinião dos historiadores e criticos esta *providencia gerou mais questões, do que terminou*. Porém desde então esta especie de leis, que tanto tinham avultado nos primeiros tempos da monarchia, apenas continuou a reger, em materia de prestações ou a ser consultada sobre os privilegios locaes: com pouca importancia no systema geral da legislação.»

Como se vê, este trabalho realisado no reinado de D. Manuel não teve a importancia que devia ter. Um rei como elle foi não toma tanto a peito qualquer iniciativa, não persiste tanto n'ella, que logre deixal-a consummada de um modo primoroso e completo. Foi o que aconteceu.

Depois do que fica referido, só nos falta uma nodoa de sangue a manchar as ruas de Lisboa sob o consulado de tão magestoso rei. Pelo que toca ao ultramar, teremos occasião de fallar das carnificinas da India, em que o sangue correu em ondas.

Matança dos judeus. —Reinado de D. Manuel

A 9 de abril de 1506, um domingo, algumas pessoas julgaram ver um signal, *a que davam côr de milagre, com quanto os que se na egreja achavam julgavam ser o contrario,* na imagem de um Christo existente na capella *de Jesus*, do mosteiro de S. Domingos.

Um christão novo disse que esse signal lhe parecia ser o reflexo de uma candêa accesa, posta ao lado da imagem.

Immediatamente, alguns fanaticos o arrastaram pelos cabellos para fóra da egreja, matando-o, e queimando-lhe o corpo no Rocio.

Deu isto logar a que se juntasse muito povo, cuja excitação subiu de ponto quando um frade sahiu do mosteiro a arengar ao povo, não tardando que outros dois dominicos apparecessem, de crucifixo em punho, gritando: *Heresia! Heresia!*

Exaltado assim o povo, começou a assassinar quantos christãos novos encontrou, queimando-lhes depois os corpos, quando os não lançavam meio vivos ás fogueiras, que no Rocio e ao longo da ribeira recortavam o ar com as suas rubras labaredas fumarentas. A carnificina d'esse dia produziu cêrca de quinhentos cadaveres. Os frades percorriam a cidade, de um lado para o outro, assoprando a furia popular, já que não era preciso assoprar as fogueiras, que crepitavam vivazes graças á lenha que alguns escravos e moços acarretavam.

No dia seguinte, a matança continuou no requinte da selvageria.

O povo assaltava por meio de escadas as casas em que sabia que christãos novos se haviam refugiado, «e tirando-os d'ellas a rasto pelas ruas, com seus filhos, mulheres e filhas, os lançavam de mistura vivos, e mortos nas fogueiras, sem nenhuma piedade, e era tamanha a crueza que até nos meninos, e nas creanças que estavam no berço a executavam, tomando os pelas pernas, fendendo-os em pedaços, e esborrachando-os de arremesso nas paredes. Nas quaes cruezas se não esqueciam de lhes metter a saco as casas, e roubar todo o ouro, prata e enxovaes que n'ellas achavam, vindo o negocio a tanta dissolução, que das egrejas tiravam muitos homens, mulheres, moços, moças, d'estes innocentes, desapegando-os dos sacrarios, e das imagens de nosso Senhor, e de nossa Senhora, e outros santos, com que o medo da morte os tinha abraçados, e d'ali os tiravam, matando, e queimando *sem nenhum temor de Deus* assim a ellas como a elles.» [1]

N'esse dia, mais de mil pessoas pereceram.

Na terça feira seguinte a carnificina orçou por quatrocentas victimas. Foi menor o numero, *por que já não achavam quem matar*, diz Damião de Goes.

Só n'esse dia de tarde foi que o regedor e o governador da cidade appareceram com alguma gente armada, mas então já a excitação popular havia acalmado grandemente.

Onde estava, entretanto, o imaginario conquistador de Africa?

Sahira de Abrantes, para ir visitar sua mãe a Beja, quando lhe deram a noticia em Aviz. D. Manuel seguiu para Beja, d'onde jornadeou para Evora, a fim de saber d'ali... o que se estava passando em Lisboa. Não teve, porém, remedio senão vir para Setubal, por isso que as justiças de Lisboa procediam com uma tal negligencia, que estava tocando as raias do escandalo. D. Manuel, em vez de se apresentar logo em Lisboa, para dar com a sua presença um certo caracter de solemnidade á punição dos criminosos, affrontando quaesquer receios que podesse ter da peste que então grassava ainda na bella cidade do Tejo, contentou-se com promulgar de Setubal a seguinte sentença:

«D. Manuel, pela graça de Deus, rei de Portugal, etc. Fazemos saber, que olhando nós os muitos insultos e damnos que na nossa cidade de Lisboa e seus termos foram commettidos, e feitos de muitas mortes de christãos-novos e queimamento de suas pessoas, e assim outros muitos males, sem temor de nossas justiças nem receio das penas em que commettendo os taes maleficios incorriam, não resguardando quanto era contra o serviço de Deus e nosso, e contra o bem e socego da dita cidade, visto como a culpa de tão enormes damnos e maleficios não tão sómente carregava sobre aquelles que o fizeram e commetteram, mas carrega isso mesmo muita parte sobre os outros moradores e povo da dita cidade e termo d'ella, em que os ditos maleficios foram feitos, porque os que na dita cidade e logares estavam se não ajuntaram com muita

[1] *Chronica*, cap. CII.

diligencia e cuidado com nossas justiças, para resistirem aos ditos malfeitores, o mal e damno que assim andavam fazendo, e os prenderem para haverem aquelles castigos que por tão grande desobediencia ás nossas justiças mereciam, e que todos os moradores da dita cidade e logares do termo em que foram feitos, deveram e eram obrigados a fazer, e por isso não fazerem e os ditos malfeitores não acharem quem lh'o impedisse, cresceu mais a ousadia e foi causa de muito mal se fazer, e ainda alguns deixavam andar seus criados, filhos e servos nos taes ajuntamentos sem d'isso os tirarem e castigarem como tidos eram. E porque as taes cousas não devem passar sem grave punição e castigo, segundo a differença e qualidade das culpas que uns e outros n'isso teem. Determinamos e mandamos sobre isso, com o parecer de alguns do nosso conselho e desembargo, que todas e quaesquer pessoas, assim dos moradores da cidade como de fóra d'ella, que forem culpados nas ditas mortes e roubos, assim os que por si mataram e roubaram como os que para as ditas mortes e roubos deram ajuda ou conselho, além das penas corporaes que por suas culpas merecem, percam todos os seus bens e fazendas, assim moveis como de raiz, e lhes sejam todos confiscados para a corôa dos nossos reinos, e todos os outros moradores e povos da dita cidade e termos d'ella, onde os taes maleficios foram commettidos, que na dita cidade e nos taes logares presentes eram, e nos ditos ajuntamentos não andaram, nem commetteram, nem ajudaram a commetter nenhum dos ditos maleficios, nem deram a isso ajuda nem favor, e porém foram remissos e negligentes em não resistirem aos ditos malfeitores, nem se ajuntaram com suas armas ás nossas justiças, e pôrem suas forças para contrariarem os ditos males e damnos, como se fazer devera, percam para nós a quinta parte de todos os seus bens e fazendas, moveis e de raiz, posto que suas mulheres n'ellas partes tenham, a qual quinta parte será tambem confiscada para a corôa de nossos reinos. Outrosim determinamos e havemos por bem (visto o que dito é) que da publicação d'esta em diante não haja mais na dita cidade eleição dos vinte quatro dos mesteres, nem isso mesmo os quatro procuradores d'elles, que na camara da dita cidade haviam de estar para intenderem no regimento e segurança d'ella com os vereadores da dita cidade, e os não haja mais, nem estejam na dita camara, sem embargo de quaesquer privilegios ou sentenças que tenham para o poderem fazer, e bem assim pelas cousas sobreditas devassamos, emquanto nossa mercê fôr, o povo da dita cidade, para aposentarem com elles, como se faz geralmente em todos os logares de nossos reinos, ficando porém a renda da imposição para se arrecadar, como até agora se faz, por officiaes que nós para isso ordenamos, para fazermos d'ella o que houvermos por bem, e nosso serviço. Porém mandamos ao nosso corregedor da dita cidade e a todos os outros corregedores, juizes, e justiças a que pertence, e aos vereadores da dita cidade, e ao nosso aposentador-mór, que assim o cumpram e guardem em todo, sem duvida nem embargo que a isso ponham, porque assim é nossa mercê. Dada em Setubal a 22 dias de maio de mil quinhentos e seis annos.»

Ao cabo de dois annos, D. Manuel, querendo suspender as hostilidades em que o seu decreto o collocára para com a cidade de Lisboa, fingiu-se instado pela rainha D. Maria para levantar a interdicção que pesava sobre esta cidade. Então, a rainha escreveu uma carta de absolvição á camara de Lisboa, e é esse o traço mais caracteristico da sua intervenção na politica portugueza.

A carta dizia assim:

«Vereadores p^{dor} Nos a R^{a} & vos emuiamos muito saudar pola muito boa vomtade q̃ sempre tiuemos e temos a esa cidade & teuemos cuidado de muitas vezes Requerir a elRey meu S^{or} q̃ alguuas cousas comteudas na sem^{ca} que ssobre o casso da vniam dos xp^{aos} nouos sse deu q̃ p^{r} nos fazer merçee lhe prouuessse Releuar aa dita cidade e pouo della das ssobreditas cousas da qual cousa avemdo elRey meu S^{or} Respeito aos muytos e asinados seruiços q̃ seus amtecessores e asy elle desa cidade ssempre Receberam e o muyto amor e dessejo q̃ por as cousas de sseu seruiço nela conheceo E ysso mesmo a muyta boa vontade q̃ sua alteza tem pera lhe fazer toda merce E p^{r} folgar de a fazer a nos q̃ o ssobre dito Releuamento muitas veses lhe Requerimos apraz asualteza perdoar e Releuar as cousas comtheudas na dita sem^{ca}—S—averemsse de quintar

fazemdas aos negrigemtes E asy nom aver daver hy aposseemtadorias que nom aja hy mais mesteres nem vimte quatro nem juizes despritaees como damtes avia E apraz a sua alteza q̃ as ditas cousas se tornem ao pomto e estado q̃ damtes eram amte q̃ a sem[ca] fosse dada /. E por que saibais como a vomtade do dito S[or] he esta e como a nos polo vosso folgamos de a Requerir e procurar volo noteficamos pera poderdes mamdar Requerir a sua alteza os despachos e prouissois que açerqua disso forem necesarios / E aalem do que neste casso fazemos ssempre folgaremos de Requirir e procurar toda coussa q̃ seja bomrra e creçemtamento desa cidade / polo muito boa vomtade q̃ lhe temos E asy por nos pareçer q̃ ao dito S[or] fazemos seruiço Requeremdolhe por esa cidade em q̃ cabem tamtos mereçimemtos e a que sua alteza tamta boa vomtade tem feita em symtra a XIIII dias do mez de julho de 1508».

«laReyna»

É força confessar que esta sahida foi artificiosa, sobretudo para um rei que como D. Manuel queria ás vezes nivelar-se com o seu antecessor D. João I nas manifestações de colera indomavel. Damião de Goes conta [1] um caso em que D. Manuel apparece como castigador implacavel do governador da casa do civel, D. Alvaro de Castro, que mandára açoutar um criado que de portas a dentro tinha relações amorosas com uma escrava.

D. Manuel suspendeu D. Alvaro das funcções de governador da casa do civel, mandou que estivesse em casa preso, e que entregasse quinhentos cruzados ao criado. Querendo mostrar uma grande firmeza de caracter, o rei resistiu ao pedido de todas as pessoas qualificadas que sahiram a interceder por D. Alvaro. Foi correndo tempo, sem que fosse levantada a imposição do castigo, até que indo o rei um dia visitar sua irmã, a rainha viuva, no paço de a par S. Bartholomeu, a mulher de D. Alvaro se lhe deitou aos pés, supplicando o perdão do marido. Fructos de Goes, irmão do chronista do mesmo appellido, foi quem deu este conselho á angustiada senhora, certamente por conhecer o caracter de D. Manuel, e saber que elle se lisonjearia, na sua altivez de rei, de vêr ajoelhada a seus pés uma dama aparentada com a primeira nobresa do paiz.

[1] *Chronica*, parte terceira, cap. XL.

Mas ao mesmo passo que de vez em quando queria mostrar tamanha e tão inflexivel severidade, D. Manuel acobardava-se na perseguição de criminosos preponderantes, como era, por exemplo, o duque de Bragança D. Jayme, que infamemente assassinára sua esposa D. Leonor, accusando-a injustamente de haver commettido adulterio com um pagem, de nome Antonio Alcoforado. D. Manuel fingiu-se indignado, como toda a gente. Mas o duque recolheu-se ao seu castello de Evora Monte, e lá esteve sem ser incommodado pelas justiças do rei. Por ultimo, D. Manuel permittiu-lhe que tratasse do seu livramento, concedendo-lhe carta de seguro.

Este facto é significativo; sem embargo, não faltam outros tão eloquentes como este.

CAPITULO II

Temos D. Manuel no fastigio da grandeza real.

Honras, riquezas, tudo a sorte parece apostada em vir lançar-lhe aos pés.

Henrique VIII de Inglaterra, seu cunhado, por ter por esposa a infanta D. Catharina, irmã da rainha D. Maria, enviára-lhe a ordem da Jarreteira, que costumava nobilitar o peito de esforçados cavalleiros como o infante D. Pedro, e Alvaro Vaz de Almada. Por esta distincção ficava o venturoso rei equiparado aos gloriosos varões do primeiro periodo da dynastia d'Aviz.

Pelo que tocava a riquezas, o Oriente era farta mésse para os produzir. D. Manuel quiz dar á Europa inteira o grandioso espectaculo da sua opulencia asiatica, e (1513-1514) resolveu enviar ao papa Leão X uma embaixada portadora das primicias da India.

Os presentes enviados ao santo padre consistiam n'uma capa, manto, almategas e frontal de brocado de peso, todo borlado, e guarnecido de perolas, e pedraria, *a cousa mais rica de sua qualidade, que de memoria de homens se nunca vira*. «Além d'este pontifical, escreve Goes, lhe mandou el-rei joias de grande valor, e um elephante, e uma onça de caça com um cavallo persio, que lhe mandára el-rei de Ormuz, com um caçador da mesma provincia, que trazia a

onça sobre as ancas do cavallo, posta em uma coberta nervada e dourada, muito bem feita.»

Os gentis-homens que compunham a embaixada, presidida por Tristão da Cunha, eram nada menos de vinte.

No caminho para Roma, formigueiros de povo, alarmado com a noticia de tão estranha embaixada, corriam, de toda a parte, a observar o elephante, que o rei de Portugal mandava ao papa. Era este seguramente o effeito de admiração que D. Manuel queria conseguir.

Leão x marcou finalmente dia para a recepção, e a embaixada preparou-se para a solemnidade com todo o esplendor levantino que a assignalava, marchando procissionalmente ao som de trombetas e charamellas. O bello sol de Italia punha scintillações feéricas, pulverisações de luz na abundancia das perolas, dos aljofares, do ouro macisso, na confusão das sedas variegadas, que se baralhavam n'um delirio de côres, permitta-se-nos a expressão.

Os embaixadores extrangeiros, que estavam em Roma, o de Inglaterra, da Polonia, da França, de Castella, de Veneza, etc., felicitavam Tristão da Cunha, fazendo-lhe muitos offerecimentos, e louvando as grandezas e magnificencias do rei D. Manuel.

Altos dignitarios da santa sé, e o governador de Roma sahiram a receber a embaixada á porta da cidade. O papa, rodeiado da fina flôr dos cardeaes, esperava n'uma janella do castello de Santo Angelo. O elephante, tomando agua na tromba, aspergiu a multidão, na presença do papa. Esta scena devia ser d'um effeito unico, surprehendente; mas o enthusiasmo tocou as raias do delirio quando o elephante, por ordem do cornaca, fez reverencia ao papa. Roma inteira fallava, contava maravilhas d'esse rei poderoso e estranho que taes riquezas possuia, avassallando a terra e o mar.

Foram de festa todos os dias seguintes, e em um d'elles deu o papa audiencia solemne á embaixada para receber os presentes, que andaram de mão em mão entre os cardeaes e os embaixadores extrangeiros. Depois, o papa desceu ao jardim para admirar as habilidades do elephante, e para ver a onça caçar algumas alimarias, que logo matou, com grande applauso dos circumstantes.

Mas, no fundo de todo este explendor oriental, cuja exhibição era o principal fim da embaixada, havia alguns assumptos que os embaixadores deviam tractar junto do papa. Pontos geraes e pontos particulares, diz o chronista.

Segundo elle, os geraes eram o proseguimento do concilio, a reformação da egreja, e a guerra contra os turcos.

Desde já cumpre notar que «nem se fez o concilio, nem se reformaram as cousas da egreja, nem menos se poz em obra a guerra contra os turcos.»

Quanto aos pontos particulares, não me dispenso de transcrever a propria narrativa de Damião de Goes, que é por si mesma demasiadamente eloquente:

«Mas os pontos especiaes das terças e dizimas concedeu (o papa) a el-rei, para elle e para seus successores de todas as egrejas cathedraes, parochiaes e abbadias, que rendessem de cincoenta cruzados para cima, emquanto fizessem guerra aos reis de Féz e Marrocos, não entrando n'isso engano, e se fizesse em effeito, e assim concedeu os mosteiros e egrejas para commendas. Mas quanto ás terças e dizimas el-rei as não quiz levar, posto que soubesse que o papa Clemente IV as concedera a el-rei D. Affonso de Castella, o decimo do nome, quando tomou Jaem e Murça aos mouros, por espaço de vinte annos, e depois lh'as confirmou o papa Innocencio VIII, emquanto fizesse guerra aos mouros, nem tel-as concedido o papa Alexandre VI a el-rei D. Fernando e á rainha D. Isabel, reis catholicos de Castella, Leão e Aragão, emquanto fizessem guerra aos reis de Granada. O que el-rei fez movido de sua real e boa condição, por não aggravar os prelados e outro ecclesiastico do reino, *contentando-se de lh'as conceder por cento e cincoenta e tres mil cruzados, que se offereceram a lhe pagar em tres annos.* Isto tudo passou no segundo anno do pontificado d'este papa Leão x, e as bullas foram expedidas aos 29 dias d'abril d'este anno de 1514, para a execução das quaes mandou o papa a estes reinos, por nuncio e legado, a latere Antonio Pucio, florentino, com grandes poderes. Além d'estas terças, dizimas, mosteiros e egrejas para commendas, concedeu o papa cruzada a el-rei, que trouxe este nuncio, *na execução da qual, por máu resguardo, culpa*

e demasiada tyrannia dos officiaes d'ella, foi o reino mui vexado e sobretudo a gente popular, a quem faziam tomar por força as bullas fiadas por certo tempo, no cabo do qual, se não pagavam, lhes vendiam seus moveis e enxovaes publicamente em pregão, por muito menos do que valiam, pela qual deshumanidade os mais dos executores d'esta cruzada houveram máu fim, de quem não quero dizer os nomes por os filhos e netos d'alguns d'estes ainda viverem. E quanto aos mosteiros, impetrados para as commendas que haviam de chegar a vinte mil cruzados de renda cada anno, el-rei os soltou, e o papa lhe outorgou por isso a apresentação d'elles e de todos os outros mosteiros de seus reinos em sua vida, e lh'os outorgava *por preço de vinte mil cruzados*, para todos os seus successores, *se el-rei os quizera pagar*, e em logar d'estes mosteiros lhe concedeu mais egrejas para assim encher a parte do numero dos vinte mil cruzados, que cabiam aos mosteiros. Das quaes egrejas, d'algumas d'ellas ficavam a cada um dos reitores sessenta cruzados cada anno de renda, e d'outras cincoenta, e d'outras quarenta, e d'outras trinta e cinco. Além d'estas egrejas annexou el-rei outras que eram do seu padroado, para cumprimento dos vinte mil cruzados, de que ficavam aos reitores sessenta cruzados de renda cada anno. O processo e taxa d'estas commendas dos vinte mil cruzados de renda fez o mesmo Antonio Pucio e com elle foi nomeado D. João do Porto, bispo de Targa, e declarado para juiz das egrejas que se tomaram em logar dos mosteiros. E quanto ás egrejas do padroado da corôa, que el-rei soltou para cumprimento dos vinte mil cruzados das commendas, o processo d'ellas fez D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal, que para isso foi deputado pelo papa, os quaes processos e bullas com todas as escripturas que tocam a este negocio mandou el-rei que se lançassem no cartorio do convento de Thomar, onde ao presente devem estar guardadas, como cousa tão substancial requer.»

Eis aqui quaes foram para o rei D. Manuel, e para o paiz os resultados d'essa extranha embaixada, da qual os embaixadores extrangeiros que ao tempo se achavam em Roma, mandaram circumstanciada noticia aos seus soberanos, fallando d'ella como d'uma maravilha que a todos havia deixado assombrados.

N'este mesmo anno de 1514 recebeu D. Manuel uma embaixada do rei da Abyssinia, facto este que tem pouca importancia se apenas o considerarmos como um ecco longinquo da grandeza do rei de Portugal, e como um simples acto de homenagem ao poderoso monarcha do occidente, mas que toma um alto e subido interesse desde o momento que nos lembrarmos que á Abyssinia era o reino do *Prestes João*, esse reino tão anciosamente procurado desde o infante D. Henrique até D. João II. Pois bem. O monarcha d'esse afastado paiz africano, onde o christianismo florescia, era agora quem mandava pedir amisade a D. Manuel, e offerecer-lhe uma pequena cruz *feita do lenho em que Jesus Christo morrera em Jerusalem.*

Era ainda de menor idade a esse tempo, o principe David, o qual devia succeder no throno da Abyssinia, que sua avó, a rainha Helena, occupava como regente.

Ora a embaixada destinada a D. Manuel dirigiu-se, com grande trabalho, e atravez de muitos perigos, á India, d'onde Affonso de Albuquerque a enviou para Lisboa.

Na carta que a rainha Helena envia ao rei de Portugal, por mão do embaixador Matheus, D. Manuel é tratado por *cavalleiro dos mares*, phrase de um pittoresco supersticioso, e que vagamente transluz a admiração que este reino do occidente, cujas caravellas haviam sulcado com o esteiro luminoso do seu leme as solidões do mar tenebroso, e chegado até á India, espalharia ao longe. N'essa carta, a rainha Helena propõe a D. Manuel uma liga contra os mouros; offerece-lhe ouro, muito ouro, que não mandava com receio de que os mouros o tomassem aos embaixadores; propõe casamentos entre os principes de ambos os paizes, e acaba por dizer a D. Manuel que se quizer armar mil náus contra os inimigos da santa fé, a Abyssinia as proverá de mantimentos. Visto atravez d'esta carta, tão ingenua como sentida, D. Manuel transforma-se n'uma especie de Messias, promettido e chegado, para dar cabo de quantos povos observassem uma religião que não fosse a christã, para dar cabo dos *mouros*, visto que esta palavra tinha então uma accepção muito latitudinaria.

O genio de D. Manuel devia lisongear-se immensamente com toda esta pompa de homenagens que de toda a parte lhe chegavam.

Nascido de uma familia nobre, mas não destinado para rei, a corôa dera-lhe a vertigem da grandesa.

Vivia opulentamente nos paços da Ribeira, que mandára edificar, [1] e que as primicias do Oriente convertiam n'um verdadeiro olympo pelo luxo, pelo esplendor das decorações. De toda a parte da Europa vinham cantores e tangedores para aligeirar as horas do rei. D. Manuel até quando se deitava gostava de adormecer embalado nas ondulações sonoras da musica da sua camara. Todos os dias santos, e algumas vezes mesmo pela semana adeante, havia serões ga-

[1] «De um manuscripto, que seria optimo livro da topographia de Lisboa, se o terremoto de 1755 o não suspendesse, aniquilando talvez a mão laboriosa que o escrevia, extrahimos o capitulo respectivo ao paço da Ribeira, e edificios convisinhos. É a mais detida descripção que ainda vimos. Os escriptores, que conheceram Lisboa antes da catastrophe, á semelhança de João Baptista de Castro (*Mappa de Portugal)* poucos delineamentos particularisaram dos grandes edificios da Lisboa de D. João v. Iremos transcrevendo o que nos parecer mais grato aos antiquarios, e ainda aos que, sem grande affecto a velharias, se comprazem em reconstruir na imaginativa as feições da sempre formosa Lisboa.

«O palacio real da Ribeira, situado junto das margens do Tejo, em frente de uma das maiores praças «da Europa, chamada *Terreiro do Paço*, é um so«berbo e vastissimo edificio, commodo e magestoso. «É obra d'el-rei D. Manuel, para o qual se mudou «dos antigos paços da Alcaçova, e onde, desde então, «ficaram assistindo os reis d'este reino. Fórma este «real edificio dentro em si tres grandes quadras, com «dilatadas galerias em roda, com admiraveis quartos, «preciosamente guarnecidos, e muitos salões, os maio«res dos quaes são: a casa chamada de *gala*, a sala «dos *tudescos*, onde costuma estar a guarda allemã «de sentinella. Esta sala é uma das maiores de toda «a Europa, porque tem 130 palmos de comprimento «e 76 de largura. A quadra que fica junto da igreja «patriarchal, chamada *pateo da capella*, é toda ro«deada de galerias de arcos sobre columnas, com ja«nellas ao de cima bem rasgadas. Por baixo d'estas «arcadas ou galerias, em toda a circumferencia, ha «muitas tendas e lojas onde se acha tudo que mais «precioso ha no mundo, ouro, diamantes e outras «pedras preciosas. Sahindo d'esta quadra por um «vasto portico voltado ao sul, se entra em outra «quadra mais comprida que larga, tambem cercada «de bellas galerias, sobre a qual abrem as janellas «do quarto das rainhas. Ahi ao pé ergue-se uma al«tissima e bem fabricada torre de marmore, com um «magestoso sino de relogio, e dois mais pequenos «dos quartos. É obra do snr. rei D. João v, o *Magni«fico*. Tambem ha n'esta segunda quadra muitas lo«jas onde se vendem cousas preciosas. Para a parte «da *Ribeira das Naus*, fórma este palacio outro «grande quarto, feito á moderna, obra do mesmo «monarcha, chamado o *quarto dos infantes;* e, ao «cabo d'elle, abre-se uma formosissima varanda des«coberta, gradeada de marmore á volta, primorosa«mente lavrado, sobre cujos pilares assentam vasos «de jaspe cheios de murta e flôres.

«Aquella parte d'este soberbo edificio, que olha «para o oriente, e abrange a largura toda do *Terreiro «do Paço*, é occupada por uma espaçosissima galeria, «que termina em um magnifico pavilhão chamado o «*Forte*. É obra de Filippe II de Hespanha, dirigida «pelo famoso architecto Filippe Terzo, podendo affir«mar-se que não ha outra semelhante em toda a «Europa, como confessam todos os estrangeiros que «vem a Lisboa. D'aqui se descobre toda a barra, e «o porto da cidade porque fica sobre a praia do rio. «É tanta a magestade d'este edificio que não vi em «todo o reino de França, nem nos famosos palacios «de Louvre e Versailles tão justamente encarecidos «obra tão sumptuosa; sendo para sentir que não se «chegasse a concluir o risco d'esta elegante fabrica, «pois estava delineado fechar toda a praça do *Ter«reiro do Paço* em roda, com outro pavilhão fron«teiro no sitio onde hoje (1754) estão as casas da «alfandega: porém, é sestro já muito antigo ficarem «imperfeitas todas as obras que outros principes co«meçaram.

«Contigua a este lanço, corre uma varanda de «arcos que dá serventia para a sala dos *tudescos*, e «pela fachada do sul se communica para outro «quarto, não menos magestoso com suas galerias, «eirados e torreões, onde assistem os infantes, ir«mãos ou filhos dos reis, e hoje serve de residencia «á rainha-mãe, D. Marianna de Austria. Tem este «quarto grandes e preciosas ante-camaras com ta«peçarias e moveis inestimaveis, e pinturas dos mais «insignes authores.

«Sua magestade costuma residir no quarto do «*Forte*, que dá sobre o *Terreiro do Paço*, e é o me«lhor do palacio, cujas ante-camaras, salas e gabine«tes encerram em si o mais precioso que póde a «terra dar; porque as tapeçarias de ouro, prata, vel-

lantes no paço da Ribeira, consagrados á poesia, á musica, e á dança. Bobos castelhanos davam a nota hilariante, com os seus motes e tregeitos, a esta côrte asiatica. Carreiras de cavallos, passeios pelo Tejo, merendas sumptuosas, touradas, jogo de canas, completavam a delicia do viver palaciano. Com o seu fato, gastava o rei rios de dinheiro; quando morreu, acharam-se no seu guarda-roupa 277 botões de ouro, 53 adargas, 74 mangas de damasco e setim mourisco, 7 terçados guarnecidos de ouro, etc. [1] A sua camara era guardada por vinte e quatro cavalleiros, por moços fidalgos e moços de monte, que dormiam nas salas contiguas. A guarda de ginetes era composta de duzentos cavalleiros, que o acompanhavam com lanças e adargas. O livro da matricula dos moradores da casa de el-rei D. Manuel occupa paginas e paginas das *Provas da Historia Genealogica.* [2]

Não obstante a natural influencia que na côrte manuelina devia exercer o circulo dos poetas, dos artistas e dos eruditos, era enorme a ignorancia de muitos dos moradores da casa do rei, que se entregavam á preguiça e ás festas, confiados em que a moradia lhes não viria a faltar, porque presumiam inexgotavel o Oriente. Foi preciso que o rei recorresse ao meio de lhes não mandar pagar sem que apresentassem certidão do mestre de grammatica. A paixão pelo jogo attingira o delirio; os fidalgos passavam o dia a jogar o *tintini*, que era o jogo mais em moda, nas varandas do paço. Em 1521 foi preciso impôr uma multa de 300 reaes a todos os que fossem

«ludo, damasco e outras sedas, quadros de admira«veis pinturas, e toda a mobilia, dão a conhecer a «soberania da magestade que o occupa. A casa dos «*embaixadores* é a melhor da Europa. Ha n'este pa«lacio uma notavel bibliotheca, constante de muitas «casas de livros, com manuscriptos os mais raros; e, «sem duvida, se estivesse em ordem como as bi«bliothecas do Vaticano, e de el-rei de França e da «Sorbona, não lhes seria inferior; para o que muito «concorreu a curiosa applicação (!) e magnifica des«peza do snr. rei D. João v mandando comprar fóra «consideraveis collecções.

«Para o lado do rio tem este palacio um bello «jardim com grande eirado, com viveiro abundante «de todo genero de aves raras, especialmente pom«bas e rôlas de varias castas. Não se póde dar mais «aprazivel espectaculo no mundo que a vista d'este «jardim sobre o mar.

«O snr. rei D. João v acrescentou outro quarto a «este palacio: é o que fica no *largo da Patriarchal* «e corre até ao *theatro da opera.* Consta este augusto «edificio de varios corpos e muitas galerias todas de «apuradissima arte, obra do famoso architecto Fre«derico, em que os marmores apostam duração com «a eternidade. Dous lanços d'este quarto abrem para «o *largo da Patriarchal*, e em meio de cada um «avulta um portico grandioso, levantado em grossas «columnas marmoreas, com capiteis corinthios, ex«cellentemente folheados. Todo o restante d'este «primoroso edificio é feito de polidissima cantaria, «com formosos lavôres e remates, com oculos roma«nos na cimalha, que lhe dão graça e belleza. O sa«guão que vai do *largo da Patriarchal* e atravessa «este quarto para a *Campainha*, é a melhor peça «d'arte d'esta cidade; porque as quatro columnas de «jaspe que tem na frente de duas escadas lateraes, são «perfeitissimas no trabalho dos lavôres.

«Para o lado do *theatro da opera* fórma este quarto «uma quadra pequena com sumptuosas galerias, para «a qual se entra por um grande vestibulo fronteiro «á *Patriarchal;* mas a serventia ou passagem para o «*theatro* é a mais arrogante e magestatica obra de «Lisboa. Aqui, os marmores são de maneira sinzela«dos, que nem a cêra seria capaz de mais tenues «arabescos. A natureza é vencida pela arte; porque «os bustos, as carrancas, os festões, os relevos, os «capiteis, os frisos, as folhagens são cousa tão pro«digiosa, quanto é mais de assombrar a qualidade «da pedra tão rija para impressões tão delicadas. «Por cima d'este vestibulo, ergue-se uma capella «magnificentissima feita para uso particular dos pa«triarchas, tal e qual os pontifices a tem em Roma. «E, posto que ainda não esteja concluida, é sober«bissima pela profusão de jaspes vermelhos, negros, «brancos e outras côres que lhe dão o esmalte.»

«Este pallido bosquejo das opulencias do paço da Ribeira era escripto em 1754. No 1.º de novembro do anno seguinte, quem procurasse estas riquezas com o roteiro do incognito author por guia, encontraria um entulho, coroado de linguas de fogo, e a espaços lambido pelas vagas do Tejo. E escrevia o assombrado homem que aquelles marmores estavam alli a *apostar duração com a eternidade!*»

Camillo Castello Branco, *Noites de insomnia*, vol. 8.º, pag. 28 e seg.

[1] *Vide Relação do que continha a guarda-roupa de el-rei D. Manuel, etc. Provas da Historia Genealogica,* tomo II, pag. 346.

[2] Tomo II, pag. 352.

encontrados no paço jogando o *tintini*. [1] Rei e vassallos fiavam-se no Oriente, e dissipavam. Com effeito, as especiarias que vinham da India pareciam ser ondas do Pactolo correndo sobre Portugal, inundando-o. «...Eu vi muitas vezes, diz Damião de Goes, na casa da contratação da India mercadores com sacos cheios de dinheiro de moeda de ouro e prata para fazerem pagamento do que deviam por conta das especiarias que compravam, o qual dinheiro lhe diziam os officiaes que tornassem outro dia, porque não havia tempo para o então contarem, que tanta era a somma que se recebia todos os dias.» [2]

«No meio de toda esta abundancia perigosa, d'esta grande inundação de riquezas orientaes, uma só cabeça, solidamente construida, se occupava com acerto dos negocios da administração publica. A Providencia, para com tudo ser generosa com D. Manuel, collocára a seu lado um habil ministro. «Antonio Carneiro era a idéa que, transmittida a D. Manuel, para logo se convertia em realidade. A vida d'esse grande ministro, que injustamente deixa de ser citado muita vez, era absorvida por todos os negocios, ainda os mais variados e difficeis, da côrte manuelina. Os sumptuosos Paços da Ribeira foram a ruidosa sepultura da sua vida. Ali vivia, ali pensava, d'ali via o mundo. Para ali trouxera a sua familia, tão dolorosamente constituida; os seus tres filhos, Francisco Carneiro, Raphael Carneiro e Pedro d'Alcaçova, todos tres moços fidalgos, para que os seus cuidados não tivessem que sair fóra d'aquellas paredes. Dois traços de Pinheiro Chagas, na sua *Historia de Portugal*, completam a physionomia d'este bello espirito do seculo XVI: «Se Luiz XIV teve Colbert, «Louvois e outros ministros notaveis a cujas sa«bias medidas deveu a França o esplendor, cuja «gloria a Luiz XIV se attribue, a gloria de D. Ma«nuel tambem principalmente se deve attribuir «aos grandes homens que lhe governaram a In«dia, e talvez não pouca ao modesto ministro que «viveu sempre junto d'elle na sombra, mas cujos «talentos administrativos são incontestaveis, a «Antonio Carneiro. O filho d'este homem, Pedro «d'Alcaçova, depois conde da Idanha, encon«tral-o-hemos na côrte de D. João III procuran«do, mas de balde, manter no meio da torrente «de estupido fanatismo que assoberba a gover«nação, as boas tradições da politica paterna. «D. Manuel para ser em tudo feliz morreu dei«xando no mundo ainda Antonio Carneiro, e «com elle o segredo da sua administração e da «sua politica, nunca de vistas largas, como já «dissemos, mas sempre habil e prudente.»

«Antonio Carneiro conseguira comprehender verdadeiramente o caracter de D. Manuel, profundamente egoista, se bem que accidentado de traços que para outra pessoa, que não fosse Antonio Carneiro, seriam contradicções incomprehensiveis, mas que para elle não eram mais que manifestações multiformes de um grande egoismo. Por exemplo. Era ostentoso, e ao mesmo passo avaro, o rei.

«Para qualquer observador menos habil seria antinomico o desejo de dispender com o desejo de adquirir, mas para Antonio Carneiro esse facto denunciava claramente o grande egoismo do rei, que tudo queria para si, que desejava gastar e possuir.

«Tornam-se ordinariamente egoistas as pessoas que de repente são enleiadas em doces spiras pela perfida vibora, que se chama—felicidade; perfida, porque mais vae exigindo á medida que mais vae concedendo; vibora, porque o seu aspide, cravado em o nosso coração, continuamente nos agita a vida com novos sonhos de grandeza, e novas aspirações de conquista e victoria.

«Duas vezes pareceu empenhada a felicidade em levantal-o ao throno: quando a morte arrebatou desastrosamente o principe D. Affonso, e quando a rainha D. Leonor, mulher de D. João II, triumphou dos desejos que tinha o rei de collocar no throno D. Jorge de Lencastre, seu filho natural.

«Depois que docemente se viu empolgado nos braços da felicidade, os caprichos devaneados em leito de rosas seguiram-se um após outro, desde o seu casamento com D. Isabel, cujo thalamo ficára tinto de sangue hebreu, até ao casamento com D. Leonor, noiva destinada ao principe D. João; desde a construcção de vastos edificios, em que figurava a sua esphera armillar, testimunho claro de que elle não queria que o futuro lhe ques-

[1] Rebello da Silva.—*Historia de Portugal*, vol. V.
[2] *Chronica*, quarta parte.

tionasse a gloria egoista de rei edificador, até á maneira por que demittia os grandes governadores d'esse tempo, D. Francisco de Almeida e Affonso de Albuquerque, quando o egoismo lhe dizia que sobremodo ia crescendo a heroecidade dos famosos capitaes do Oriente.» [1]

Merece o ministro de D. Manuel ser conhecido dos leitores da historia portugueza. É justo que a figura do rei, que nos parece dos mais insignificantes, não deixe no escuro o vulto do seu ministro. Por isso inquadramos n'este ponto uma pagina altamente interessante da sua biographia, escripta por Camillo Castello Branco, nas *Noites de insomnia*, [2] preciosa collecção de documentos e noticias historicas:

«Damião de Goes, em favores ou desfavores genealogicos, não era extremamente consciencioso. Quando recolheu das suas illustradas viagens, procurou Antonio Carneiro, secretario de estado d'el-rei D. João III, e entregou-lhe um papel em que demonstrava que a sua familia d'elle secretario descendia do duque de *Mouton*, de França, que aportuguezado dizia «Carneiro». O ministro sorriu-se de zombaria á destampada lisonja, lançou o papel, sem o abrir, ao brazido de uma chaminé, e disse a Damião de Goes: —«Contento-me com que os meus descendentes «contem como progenitora a honra com que pro«curo viver sendo util ao rei e á patria.»

«Antonio Carneiro bem sabia que não procedia dos *Moutons*. Era natural do Porto, e de familia honrada. Foi a Lisboa por dependencia que tinha de Pedro Fernandes de Alcáçova, escrivão da fazenda d'el-rei D. João II. Pedro Fernandes tanto se lhe affeiçoou que, alem do prompto despacho, o convidou a ficar na côrte, empregando-o no expediente do seu officio. Como Antonio Carneiro fosse o encarregado de levar a despacho real o sacco dos papeis, n'estas idas ao paço, deu trela ao coração, e requestou D. Brites de Alcáçova, filha do seu protector, e dama da rainha. Casou-se com ella a furto; mas, publicado o delicto, foram ambos degredados para a ilha do Principe. Decorridos annos, as reiteradas supplicas da desterrada commiseraram o coração do pai. Veio Antonio Carneiro para o reino com sua mulher, e logo se habilitou para secretario do despacho universal de D. Manoel, revelando-se politico sagacissimo. Semelhantes honras lhe concedeu D. João III, e com ellas o senhorio da ilha do Principe, onde havia gemido degredado e pobre. Morreu aos 86 annos de idade, deixando larga descendencia.»

Os padecimentos da rainha D. Maria, que sempre ficára soffrendo desde o parto do infante D. Antonio, aggravaram-se nos primeiros mezes do anno de 1517. Um desenlace fatal fez-se annunciar á côrte e ao paiz.

«Ella, a filha dos reis catholicos, irmã de tres rainhas, esposa do mais venturoso monarcha que em Portugal tinha reinado, o rei que vira finalmente descoberta a India, verdadeiro cofre de thesouros encantados; ella, sobre cujas tranças luziram as mais deslumbrantes pedrarias do Oriente, e cujas fórmas foram enroupadas nos mais finos estofos do mundo; ella que, apesar de nimiamente religiosa, como referem os chronistas, tinha o capricho de se fazer servir por escravas moiras, que os cortezãos portuguezes iam buscar aos aduares sem se importar, boa como a dizem, com a funda nostalgia que essas pobres escravas curtiriam no coração angustiado; ella, a cujo capricho podiam correr ondas de sangue innocente, se, como sua irmã Isabel, houvesse querido assignalar com uma hecatombe a festa dos seus desposorios; ella, a filha de reis e a esposa d'um rei, alli estava livida, e quasi fria, no meio da côrte, sem a vêr, no meio da grandeza, que durante trinta e cinco annos d'existencia a rodeiára, mas que n'um momento ia acabar, para que a alma, d'essa que outr'ora havia sido rainha, apparecesse humilde deante da justiça eterna.

«Agora te estão a prantear, porque vaes deixar de ser rainha poderosa, e vaes ser pasto de vermes, as formosas escravas moiras, a quem o teu poder de rainha mandou arrancar dos braços dos paes e dos maridos que te ficaram amaldiçoando. Agora começa a tremenda justiça de Deus, tão incerta em seu mysterio profundo, que até os que podiam sorrir de vingança choravam de compaixão deante d'ella!» [1]

A rainha rendera a alma a Deus no dia 10 de março.

[1] *Conflicto na côrte*, vol. I, pag. 59 a 62.
[2] Vol. VIII, pag. 40 e 41.

[1] *Conflicto na côrte*, vol. I, pag. 89 a 90.

D. Manuel sahiu n'esse mesmo dia para o mosteiro de Penha Longa, edificado por D. João I na falda meridional da serra de Cintra. A sua dôr parecia inconsolavel. Durante a viuvez, D. Manuel purificava a sua saudade na abstenção de prazeres sensuaes. «Foi el-rei muito casto, diz Damião de Goes, [1] e continente, nem se soube depois de ter casado que tivesse conversação senão com as rainhas suas mulheres: e emquanto foi viuvo da rainha D. Maria, para mór confirmação d'isto, dormiram sempre na sua camara, em uma cama o principe, e o infante D. Luiz, seus filhos, aos pés do seu leito.» D. Manuel não teve, effectivamente, filhos bastardos como seu cunhado D. João II, e como seu filho D. João III. No primeiro periodo da segunda viuvez até se mostrou tão desgostoso, que pensou em abdicar, reservando-se comtudo a soberania do Algarve, e o mestrado da ordem de Christo. O seu desgosto não ia porem tão longe, que o levasse a um completo desprendimento das coisas mundanas. E o seu genio extremamente leviano, o seu caracter essencialmente voluvel não o deixaram estar por muito tempo acorrentado á saudade. «Mas a Divina Providencia, diz D. Antonio Caetano de Sousa, [2] que soccorre em similhantes occasiões com aquelle insensivel remedio, que o tempo introduz no esquecimento, fez que el-rei passasse a terceiras vodas.» Esta maneira de dizer só pode correr parelhas em sinceridade com est'outra de Frei Luiz de Sousa: [3] «Parecia-lhe que devia (D. Manuel) mostrar a obrigação que tinha á defunta, com morrer tambem ao mundo, deixar tudo, e recolher-se onde só de sua alma e do serviço de Deus tratasse. D'este passou a outro (pensamento), assim como os dias iam correndo, que *já era um pouco mais da terra:* fazendo conta deixar os cuidados maiores ao principe, em quem já conhecia bastante talento para todos: ficar-se com o reino do Algarve, e com o mestrado de Christo, cujas rendas havia por bastantes para ter os logares de Africa bem providos, e para que andasse a guerra esperta e viva contra os mouros, a que era inclinado. A tão bons intentos, ou que fosse culpa dos que trazia junto de si, a que não estava bem tomar el-rei estado, com que elles perdessem o que tinham de poder, e valia no reino: *ou que fosse algum movimento de carne e sangue*, a que todo o homem é sujeito, e a complexão dos reis muito mais que as ordinarias dos outros homens succedeu o que menos lhe armava para a vida, e mais damnoso era para o estado de seu reino: que foi determinar-se em terceiras vodas. E sem esperar mais tempo, que quanto correu de março até setembro do mesmo anno, despachou D. Alvaro a D. Carlos rei de Castella...»

Este D. Carlos de Castella é o celebre Carlos V, filho de D. Joanna, irmã das rainhas de Portugal D. Isabel e D. Maria. O pae de Carlos, Filippe I, morrera em 1506; a mãe enlouquecera. Portanto, o joven Carlos herdára, aos dezeseis annos de idade, a corôa de Castella a que D. Manuel perdera o direito, como soberano. Este D. Carlos, que principiára por ser rei de Castella, acabára por cingir a corôa imperial da Allemanha, reinando sobre a mais vasta monarchia que depois de Carlos Magno tinha havido.

D. Carlos tinha uma irmã, que se chamava Leonor, e era formosissima. Como o principe herdeiro de Portugal fosse chegado a idade nubil, pensou-se em casal-o com esta senhora. D. Alvaro da Costa foi encarregado das negociações, mas parece que tendo enviado para Portugal um retrato da bella princesa da casa de Austria, e vendo-o D. Manuel, a tal ponto ficára fascinado, que o encarregou de secretamente negociar para si o casamento que devia ser para o principe herdeiro. A fim de que esta traição vingasse, fez propalar na côrte de Castella que D. João era mentecapto. É o requinte da infamia.

Quando o escandalo estrondeou na côrte manuelina, a opinião publica levantou-se para fulminal-o. Alem da traição feita ao principe herdeiro, todos viam n'este casamento uma loucura de velho, que ia casar pela terceira vez com uma mulher moça. Conta-se que um dos mais auctorisados fidalgos, a quem o rei consultára sobre este casamento, parabolicamente lhe rospondera que só serviria ao reino de cuspir sangue em prato de ouro.

Mas o casamento fez-se, porque el-rei D. Manuel era voluntarioso, e não admittia observações quando um forte desejo o aguilhoava.

[1] *Chronica,* quarta parte, cap. LXXXIV.

[2] *Historia genealogica.*

[3] *Annaes de D. João III.*

A nova rainha entrou pelo Crato, onde o rei e o principe herdeiro a foram esperar. O rei e a côrte vestiam garridamente á flamenga, por lisongearem a noiva que tinha sido creada em Flandres; o principe D. João vestia sombriamente á portugueza. Nós pensamos que aquelle facto, realmente tão revoltante, imprimira ao caracter de D. João o tom sombrio com que nos apparece atravez das paginas do seu reinado.

Quando o rei e o principe chegáram ao Crato, já lá estava a rainha, que os veiu esperar ao patamar da escada; eram nove horas da noite, por isso foi á luz de tochas que se avistaram.

«Que indiscriptiveis commoções não deviam de ser as da rainha e do principe ao avistarem-se, no patamar da escada, á luz das tochas, quando fóra tudo era escuridão nocturna, e ella, a rainha, estava alli vestida de noiva para dar a mão ao pae do seu noivo! A attitude do principe foi resentida, mas digna. Quiz beijar a mão á rainha. Ella recusou-a. Elle insistiu, como para lhe fazer sentir que a troco d'aquella honra vã havia ella sacrificado a sua vida inteira. O principe contava dezesete annos n'esse tempo, e era um rapaz, posto que não inteiramente gentil, sympathico. Tinha o pescoço um tanto curto, a cintura grossa, mas em compensação eram graciosos os olhos, entre verdes e azues—como os do pae—e a bocca, de labios purpurinos. As faces tinham o delicado colorido da perola. Sobretudo era attrahente a expressão do semblante, entre amavel e severo.» [1]

D. Leonor ficou vivamente impressionada vendo o principe D. João, e perguntou á sua dama D. Brites de Mendonça: *Este es el bovo?* D. Leonor tinha razão para estranhar: haviam-lhe dito em Castella que o principe era um idiota, um *bobo*.

Segundo o contracto de casamento, o rei D. Manuel, alem de arrhas em dinheiro, promettera que todas as terras que possuia sua irmã, D. Leonor, reverteriam por morte d'esta senhora para D. Leonor d'Austria, servindo de hypotheca ao dote e arrhas os logares de Montemór-o-Novo e Estremoz.

A viuva de D. João II ainda viveu, porem, sete annos.

Depois da morte de seu marido, esta senhora assignalou-se por alguns actos piedosos, um dos quaes foi a instituição das Misericordias em Portugal, ao tempo em que fôra regente do reino (1498) durante a viagem de D. Manuel a Castella. Parece comtudo que a iniciativa d'esta instituição partira do seu confessor Miguel de Contreras, religioso trinitario, de origem hespanhola. Garcia de Rezende commemora o facto na sua *Miscellania:*

> Vimos tambem ordenar
> A misericordia santa:
> Coisa tanto de louvar
> Que não sei quem não se espanta
> De mais cedo não se achar:
> Soccorre a encarcerados,
> E conforta os justiçados,
> A pobres dá de comer,
> Muitos ajuda a suster,
> Os mortos são soterrados.

A Misericordia do Porto foi instituida no anno seguinte. Ali existe um notavel quadro commemorativo, que por muito tempo se attribuiu a Gran-Vasco, mas que parece haver sido pintado por Holbein.

A mesma senhora fundou o convento de santa Clara de Xabregas, que deu origem ao mosteiro hoje chamado da *Madre de Deus*, onde D. Leonor jaz.

Foi tambem a viuva de D. João II a fundadora do hospital das Caldas da Rainha, que mais tarde D. João V tanto ampliou. Da *Rainha* se chama, em attenção a D. Leonor. Diz-se que esta senhora fôra levada a esta fundação vendo, ao passar por ali, em jornada de Obidos para a Batalha, alguma gente, de aspecto doentio, a banhar-se n'umas grandes poças d'agua.

Fôra n'estas obras piedosas, e na protecção que prestára ás letras, como mais adeante veremos, que D. Leonor encontrára porventura lenitivo á recordação dos mais pungentes acontecimentos da sua vida: da morte de seu filho na humilde casa de um pobre pescador da ribeira de Santarem, cuja rede ella nunca mais quiz abandonar (e por divisa a tomou) e da morte de seu irmão o duque de Vizeu, apunhalado por D. João II.

Benevides, nas *Rainhas de Portugal*, publica duas interessantes cartas de D. Leonor, as quaes

[1] *Conflicto na côrte*, 1.º vol., pag. 180.

vamos transcrever, porque nos parecem altamente curiosas como documentos comprovativos da importancia que havia tomado o poder municipal durante o reinado de D. Manuel.

«No anno 1508, diz o referido escriptor, a rainha D. Leonor, tendo regressado do Lavradio aos paços de Xabregas, dirigiu uma missiva á camara de Lisboa, queixando-se de que o municipio havia lançado a multa de cem cruzados, ao physico (medico) da duqueza sua irmã, [1] por haver o dito facultativo mandado prender um criado do boticario, que tinha preparado mal um remedio para esta doente, e ter depois mandado que fosse solto por ordem da duqueza.

«Eis a carta:

«Vereadores p^dor^ e p^dores^ dos mesteres Nos a «Rainha vos emviamos muyto saudar | aduquesa «minha muyto amada irmãa nos deu ora comta q̃ «ho fisyco moor curamdo della mandou premder «hũ creado de hũ botycairo nesa cidade p^r^ fazer «hũ descomcerto em hũa meizynha q̃ lhe mam«dou fazer q̃ comprya p^a^ sua cura o quall ella loguo «mamdou soltar tamto q̃ ho soube e que vos p^r^ ho «elle asy fazer lhe mamdastes poer cem cruzados «de pena os quaaes mandaaes loguo emxuquetar «nelles no q̃ p^r^ sser coussa q̃ comprya a sseu se«ruiço ela recebe muyta descomssolação | E p^r^ «que ssabes quamta razam temos de procurar as «suas coussas e semtyllas como nossas vos es«creuemos esta | rogamdo uos muyto q̃ ys^to^ quei«raes olhar como cousa q̃ compre a sseu seruiço «e mandes q̃ tall pena lhe nom seja maes emxu«quetada nem costramgido p^r^ ella | Crendo q̃ nos «farees nysso asynado seruiço alem de fazerdes «o q̃ deves e ho que se de vos espera e diso ve«jamos vosa reposta p^a^ vermos o q̃ compre mais «fazer neste caso escripta em xobregas a XIX de «set^ro^ de 1508.»

«Raynha»

«No anno seguinte mais se aggravou a rainha nas suas queixas contra a camara de Lisboa. Eis como se passou o caso: Um carniceiro, amigo do fornecedor da rainha, havia incorrido na pena de estar na picota, imposta pelo municipio contra os cortadores que roubavam no peso da carne; era este furto muito commum nos antigos tempos da monarchia, e ainda o é hoje. A pena mencionada era estar o delinquente exposto no pelourinho, com a carne mal pesada ao pescoço. A rogos do seu fornecedor, pediu a rainha D. Leonor á camara de Lisboa que fosse relevada aquella pena; os vereadores recusaram, porém, a graça pedida, allegando ser caso de consciencia não punir o ladrão; mas depois, por empenhos de outrem, o municipio perdoou aquella pena, substituindo-a por uma multa de 2$000 réis, que os vereadores queriam que fosse paga por um copo de prata que o amigo do delinquente, carniceiro da rainha, por nome Pero Cochado, havia dado em caução pelo cortador; o que tudo agastou D. Leonor, já por lhe ser recusada a graça que pedia, e que depois a camara concedeu a rogos de outra pessoa, já por quererem que a multa fosse paga pelo seu carniceiro, protector do delinquente, tendo aliás este por onde pagar.

«Eis este interessante documento:

«V^res^ p^dor^ e p^dores^ dos mesteres Nos A Raynha «vos emviamos muyto saudar. / seres lenbrados «que arrequerimento de pero cochado nosso Car«niceiro vos mandamos pidir que pollo nosso «vos prouuese rreleuar apena em q̃ tynha emcor«rido destar na picota huũ cortador de carne e «nos respondestes q̃ era carrego deconçiençia «não se comprir aohordenação na quall cousa «vemdo vosa detrimynação não quesemos mais «fallar amte soubemos ora q̃ por respeito doutra «pesoa q̃ nysso vos fallou ho rreleuastes da dita «pena e q̃ ho mais q̃ he obrigado pagar em di«nheiro tãobem de pena que são dous myll rs «querees q̃ se paguem por hũ copo de prata q̃ ho «dito p^o^ cochado tem posto em caução por elle «no q̃ diz q̃ reçebe agrauo q̃ pois ho dito corta«dor tem por omde pague q̃ se faça nelle emxu«cução e se torne ho dito copo acujo he muyto «vos rrogamos q̃ ysto queraees ver e fazer aquela «justiça q̃ se de vos espera ho q̃ vos agradeçere«mos m^to^ por ser noso escrita em emxobregas «XVI dagosto de 1509.»

«Raynha»

Os reis, apesar do seu grande poder n'aquelle tempo, encontravam ás vezes d'estes óbices por parte das camaras municipaes ou da consciencia

[1] D. Isabel, irmã de el-rei D. Manuel, viuva do duque de Bragança D. Fernando, degollado em Evora por ordem de D. João II.

popular. O proprio D. Manuel os encontrou. Em 1520, estando em Evora, lembrou-se de impôr um tributo odioso, sem ao menos o cohonestar com o voto das côrtes. Era uma sisa sobre as colheitas: a opinião publica indignou-se, mas, não obstante, muitas cidades e villas foram pagando. Resistiu, porem, um vereador da camara de Evora, João Mendes Cecioso. O rei ameaçou-o, mandou-o prender, privou-o dos seus direitos politicos. Cecioso continuou a resistir. Perante a sua firmesa inabalavel, o leão corôado, que em tamanhos impetos de colera havia rompido, teve de dobrar a cerviz; D. Manuel não só mandou soltar o homem que lhe resistira, mas até o louvou.

Este facto ainda tem uma outra face, que não pode passar despercebida: apesar das riquesas que o Oriente despejava sobre Portugal, o rei necessitava de impôr tributos vexatorios e injustos, tamanhos eram o desperdicio e a corrupção!

CAPITULO III

O primogenito de D. Manuel e da rainha D. Maria de Castella foi o infante D. João, que veio a ser rei, e que nasceu em Lisboa a 6 de junho de 1502, sendo o seu nascimento assignalado por uma tempestade que foi tida como agourenta predestinação, n'essa época de excessiva credulidade religiosa.

A 24 de outubro de 1503, tambem em Lisboa, nasceu a infanta D. Isabel, que em 1525 veio a casar com o imperador Carlos v. Com razão escreve Pinheiro Chagas [1] que o «motivo que levou o imperador Carlos v, cuja mão tão disputada era pelas mais nobres princesas da Europa, a vir escolher noiva em Portugal, não deixaria de ser o seu opulento dote de novecentos mil cruzados, e cem mil em joias e enxoval.» Em Almeirim realisaram-se grandes festas para celebrar este casamento, e maiores seriam se não coincidissem com o lucto da côrte pela morte da rainha viuva D. Leonor. A noiva foi entregue a Carlos Popet, embaixador plenipotenciario de Carlos v, alto personagem que Gil Vicente lisonjeou n'um auto representado perante a côrte e os seus hospedes:

[1] *Historia de Portugal*, vol. IV, pag. 29.

O senhor embaixador
Do Cesar Imperador
Creio que nasceu no ceu;
Mas se na terra nasceu,
Qual planeta em seu favor
Foi o que lhe aconteceu? [1]

A infanta D. Beatriz, que veio a ser uma dama formosissima, nasceu em Lisboa a 31 de dezembro de 1504, e casou com o duque de Saboya Carlos III. O rei D. Manuel deu em dote a esta sua filha cem mil ducados de ouro, e cincoenta mil em joias. O seu enxoval foi riquissimo como se póde vêr das *Provas de Historia Genealogica*. [2] Foi esta princesa que, segundo a lenda, inspirou a Bernardim Ribeiro uma ardente paixão, que a desigualdade de nascimentos tornou infeliz. Segundo as investigações do sr. Theophilo Braga, [3] quando D. Beatriz casou, Bernardim Ribeiro devia ter quarenta e seis annos de idade, o que torna pouco provavel, comquanto possivel, a sua paixão pela formosa infanta, que contava apenas dezesete annos. Não devemos porém regeitar completamente a lenda dos amores de Bernardim, por esta simples indicação do sr. Theophilo Braga, mesmo porque o notabilissimo escriptor Camillo Castello Branco [4] colloca em

[1] Auto do *Clerigo da Beira*.

[2] Tomo II, pag. 445.

[3] *Bernardim Ribeiro e os bucolistas*, pag. 34.

[4] «Ha bastantes annos que eu sahi com este repto aos biographos do author das *Saudades:*

«O meu parecer é que Bernardim, e tambem Ber«naldim Ribeiro, ou Bernardim Reinardino Ribeiro, «como Faria e Sousa o chama, nem foi governador «de S. Jorge da Mina, nem amou a infanta D. Bea«triz, nem sahiu da sua terra, para Lisboa, senão «depois que ella já tinha sahido de Lisboa para Sa«boya. Corre-me obrigação de pôr as clausulas d'este «meu juizo, tão encontrado com o de doutos inves«tigadores. Fal-o-hei em pouco, porque não cabe «n'este genero de escriptos grande cavar em terra «d'onde o que sahe, para o commum dos leitores, é «pedregulho.

«Em primeiro, tenho como provavel que Bernar«dim Ribeiro, sob o pseudonymo de Jano, falla de «si na ecloga 2.ª Ahi diz elle:

«Quando as fomes grandes foram,
«Que Alemtejo foi perdido,
«Da aldêa que chamam Torrão

outra época o nascimento do poeta, e o ponto é ainda duvidoso.

O infante D. Luiz nasceu em Abrantes a 3 de março de 1506. Foi muito instruido, e versejador. Barbosa Machado e Faria e Sousa attribuem a este infante a tragi-comedia *D. Duardos*, que anda incluida nas obras de Gil Vicente. Costa e Silva attribue-lhe o auto *Os Captivos*, algumas obras manuscriptas que se perderam na bibliotheca do duque de Lafões, onde estavam, e os sonetos attribuidos a Camões, que principiam—*Imagens vans me imprime a phantasia*, e—*Horas breves do meu contentamento.*

Sem licença de D. João III, seu irmão, o infante D. Luiz tomou parte na expedição portugueza que, na empreza de conquista de Tunes, foi em auxilio do imperador Carlos V.

Por muitas vezes foi instado para casar com nobres e bellas princesas. Regeitou sempre essas allianças; o infante amava uma mulher do povo,

«Foi este pastor fngido:
«Levava um pouco de gado, etc.

«E continúa:

«Toda a terra foi perdida;
«No campo do Tejo só
«Achava o gado guarida,
«Vêr Alemtejo era um dó;
«E Jano para salvar
«O gado que lhe ficou,
«Foi esta terra buscar, etc.

«Temos, pois, o poeta allegorico do Torrão—naturalidade que todos os biographos unanimemente «dão a Bernardim Ribeiro—em Lisboa no anno das «grandes fomes, que foi em 1522. Ora, D. Beatriz, «em 5 de agosto de 1521, tinha sahido para Sa«boya.

«Nenhum biographo até agora assignou o anno «do nascimento ou o da morte de Bernardim Ribeiro. «Póde, se o meu modo de decifrar a ecloga é plau«sivel, marcar-se-lhe o anno do nascimento em 1500, «ou 1501 mais exacto, porque o pastor, n'outro ponto «da mesma ecloga 2.ª, diz:

«Agora hei vinte e um annos,
«E nunca inda té agora
«Me acorda de sentir damnos... etc.

«Quanto ao governo de S. Jorge, capitania-mór «das armadas da India e commenda de Villa Cova, «é tudo isso um equivoco do author da *Bibliotheca «Lusitana,* com o qual se bandeou a boa fé de es«criptores de grande porte. O Bernardim Ribeiro, «governador de S. Jorge da Mina, assistiu em 1526 «ao cerco de Mazagão, d'onde sahiu abrasado d'uma «explosão de polvora. (Veja a *Chronica de D. Sebas«tião* por D. Manuel de Menezes).»

«O snr. Innocencio Francisco da Silva, no tomo VIII do *Diccionario bibliographico,* pag. 379, não aceita como bastantemente decisivos os meus reparos. Traslado as razões do insigne escriptor:

«O snr. Camillo Castello Branco, em uma nota do «folhetim que com o titulo *Dous corações guizados* «publicou..., não só põe em duvida mas nega re«dondamente que Bernardim Ribeiro, author das «*Saudades,* seja o mesmo a quem os biographos «attribuem as qualidades de commendador, gover«nador de S. Jorge da Mina, e amante da infanta D. «Beatriz, etc. Salvo o respeito devido ao nosso... «romancista e meu presado amigo, parece-me que o «juizo definitivo que se haja de assentar sobre estes «pontos depende ainda de ulteriores averiguações. «Deixo-as a quem tiver por ellas o tempo e a pa«ciencia que de presente me faltou.»

«Ulteriores investigações que fiz em cartapacios genealogicos e coevos levaram-me da certeza á evidencia de que Bernardim Ribeiro, o poeta, não era Bernardim Ribeiro Pacheco, o commendador de Villa Cova da ordem de Christo e capitão-mór das naus da India, casado com D. Maria de Vilhena, filha de D. Manuel de Menezes, nem ainda o outro Bernardim Ribeiro, governador de S. Jorge.

«Do poeta, que pertencia a familia nobilissima do Torrão, logo veremos que não se esqueceram os genealogicos contemporaneos.

«Do seu homonymo, para quem Barbosa Machado facilmente usurpou a immortalidade do outro, sei o nome de paes, de avós e de filhos.

«Era filho de Luiz Estevianes Ribeiro, criado e thesoureiro do infante D. Fernando (filho de el-rei D. Manuel) e fidalgo de sua casa. Nasceu em Lisboa, junto á ponte de Alcantara, na quinta da Rola, que D. João I dera a um de seus avós.

«Casou com D. Maria de Vilhena, filha de D. Manuel de Menezes.

«Assistiu á batalha de Alcacer-Quivir, e ficou captivo. Voltando ao reino, foi despachado capitão-mór das naus da India em 1589, como paga de ter votado a favor da successão de Philippe II, e n'este mesmo anno teve a commenda de Villa Cova.

a judia Violante Gomes, filha da *Pelicana*, de Moncorvo, e por ella chegou a fazer as maiores loucuras. Violante teve do infante D. Luiz um filho, que foi o desventuroso D. Antonio, prior do Crato.

Frei Manuel de Mello, na sentença da legitimidade do bastardo D. Antonio, documento que passamos a transcrever, chega a asseverar, aliás com manifesta parcialidade, que o infante D. Luiz desposára Violante Gomes:

«*Christi nomine invocato:* Vistos estes autos, a saber primeiramente a commissão da minha jurisdicção, que me foi solemnemente commettida no capitulo provincial, ácêrca dos negocios e pessoas que podem gozar dos privilegios da ordem de S. João, e como o sr. D. Antonio é uma d'ellas, e, bem assim, vista a petição do procurador de s. ex.ª que por mim foi recebida, prova dada assim das testemunhas como por outros diversos modos, mostra-se o infante D. Luiz, sendo man-

«Se o poeta Bernardim Ribeiro tinha em 1522 os vinte e um ou vinte e dois annos que se inferem dos versos citados, orçaria em 1589 pela idade dos noventa, pouco viçosa para capitanear a frota da India.

«Dizem que o Bernardim Ribeiro, poeta, deixára uma filha.

«O Bernardim, commendador, deixou dous filhos e uma filha: Luiz, Manuel e D. Maria de Menezes.

«Luiz Ribeiro Pacheco herdou a commenda de seu pae, e serviu-a em Ceuta. Casou com D. Catharina de Athayde, filha de Francisco de Portugal, e já viuva de Fernão Gomes Dragão.

«Manuel serviu commenda em Tanger, e morreu solteiro.

«D. Maria de Menezes casou com Luiz da Cunha, cognominado o *Pequenino*.

«De Luiz Ribeiro Pacheco nesceu Bernardim Ribeiro Pacheco, fallecido antes de casar.

«Os haveres vinculados passaram para sua tia D. Maria de Menezes.

«Temos ainda outro Bernardim (ou Bernardino) Ribeiro, que era o governador de S. Jorge da Mina, e sahiu abrasado do cerco de Mazagão em 1526, consoante a *Chronica de D. Sebastião,* por D. Manuel de Menezes.

«Tres Bernardins andam, pois, fundidos no cantor da *Menina e Moça,* Deus sabe com que bullas em affinidades intellectuaes: parentes com certeza eram.

«Se um dos tres amou a filha d'el-rei D. Manuel, de semelhante ousadia é justo censurar-se o poeta, embora d'ahi lhe promane a sua romantica immortalidade. Se o matassem na rua Nova os moços do monte d'el-rei, como dizem as *Memorias ineditas* de Diogo de Paiva de Andrade, a catastrophe assim contada no poema, no romance, ou na tragedia maiores realces daria ao desditoso provençal. Morrer assim, ou morrer commendador, e macrobio, como querem Garrett, e Costa e Silva e tantos outros engenhos atilados, são cousas diversissimas para a arte, que houver de assentar o pedestal do solitario bardo da serra de Cintra.

«Mas a verdade é outra.

«No principio do seculo XVIII ventilava-se uma questão de vinculos entre familias do Torrão que se assignavam *Ribeiros e Mascarenhas,* e appenso aos autos andava um instrumento antigo em que João Ribeiro, filho de Gonçalves Ribeiro, senhor de Aguiar de Neiva e Couto de Carvoeiro no almoxarifado de Ponte do Lima, provava *ser primo co-irmão de Bernardim Ribeiro, fidalgo principal e muito conhecido pelos seus versos intitulados* MENINA E MOÇA. O referido instrumento era passado em 1552, sendo já fallecido Bernardim Ribeiro.

«Dos Mascarenhas, que venceram o pleito, era ascendente Manuel da Silva Mascarenhas, que servira em Tanger e nas armadas de Castella com o general D. Fradique de Toledo. Voltando a Portugal em 1640, foi um dos denunciantes da conjuração de 1641; e em premio d'isso o galardoou D. João IV com a alcaidaria da Torre de Outão, e ao mesmo tempo exerceu as funcções de guarda-mór da alfandega de Lisboa. Este Manuel da Silva Mascarenhas editou em 1645 as poesias do seu parente, mudando o titulo de *Menina e Moça* para *Saudades de Bernardim Ribeiro.*

«D'este ramo não houve successão que hoje possa gloriar-se de parentesco remoto com o poeta. Manuel da Silva Mascarenhas foi casado com D. Garcia Pereira, filha de João Sodré, de Ourem; mas não deixou filhos legitimos. Teve dois bastardos: um mataram-lh'o em Setubal; do outro não fazem cabedal os linhagistas. Se o leitor e eu tivessemos pachorra, iriamos esquadrinhar a circulação sanguinea de nove ou dez gerações até encontrar globulos muito depauperados do sangue de Bernardim Ribeiro na familia *Leites Pereiras de Mello,* de S. João Novo, no Porto.

«Mas um descobrimento de tão magna valia tanto importa á familia Leite Pereira, como ao leitor, como a mim,—um dos bons tolos que tem produzido a heraldica n'este seculo XIX!»

(Noites de insomnia, vol. 10.*)*

cebo e de idade florescente, se namorar de Violante Gomes, donzella muito formosa e honesta, de grande graça e discrição, e por seus amores fazer muitos extremos publicos e invenções, muzicas, motes e cantigas, como se prova ser tão affeiçoado á dita Violante Gomes, que forçado do amor que lhe tinha a recebeu por mulher, por d'outra maneira não poder haver o effeito dos seus amores, por a muita resistencia que achou de muita virtude, assim da dita donzella como de sua mãe, e tantó que a recebeu por mulher mandou a chamar D. Violante, e assim visto como se prova que depois que o dito senhor infante foi casado com a dita sr.ª D. Violante lhe sairam muitos casamentos sem nunca querer acceitar nenhum d'elles, nem o reino de Inglaterra que se lhe offerecia com a rainha Maria, bem assim, visto como se prova o dito senhor infante mandar tratar a dita sr.ª D. Violante como sua mulher, depois que a recebeu com vestidos e joias, e assim no mosteiro lhe mandar tudo de sua casa, e fazer tudo o que elle mandava no alto e no baixo, e mandar ao sr. D. Antonio lhe obedecesse como filho ao divino e humano, e nunca mais pôz os olhos em outra mulher, que a conheceu e recebeu, e outrosim, visto como se prova em seu testamento, nomear ao sr. D. Antonio por seu filho, simplesmente, sem addição nem accrescentar natural, e alem d'isto o instituiu por herdeiro de toda a sua fazenda, que conforme a direito civil e canonico bastava para se provar como de fé basta para ser havido por legitimo, quanto mais que se prova que el-rei e a rainha, que estão em gloria, confessaram que o infante recebera a dita sr.ª D. Violante, e como seu filho legitimo trataram o sr. D. Antonio, em todas as honras secretas e publicas, e disseram que não era necessario publicar que era legitimo pois havia de ser clerigo; tambem se prova a dita sr.ª D. Violante no mosteiro de Almoster, onde a viu de tal maneira que logo pareceu nas honras que era mulher do infante, e assim o disseram logo as donas que com ella foram, o que não fizera a dita senhora rainha, se ella sr.ª D. Violante não fôra mulher do infante, e fallando-lhe a camareira-mór, D. Joanna de Sá, sobre as ditas honras, respondeu que tudo merecia por ser mãe do sr. D. Antonio, e mais que ella camareira-mór sabia que era mulher do infante, como as testemunhas declaram; e assim, visto como se prova a senhora rainha a conhecer, confessar e dizer, e o tratamento que sempre fez ao sr. D. Antonio em ser avantajado do que fazia ao sr. D. Duarte, e outrosim visto o regimento que o dito senhor infante deu a s. ex.ª de como havia de escrever aos fidalgos e aos senhores, e que ao sr. D. Duarte, no sobscripto, meu senhor, nem aos duques beijar as mãos, e assim visto como el-rei seu tio sempre lhe deu as armas, sem labio de bastardia, o que tudo se não fizera se legitimo não fôra, e visto outrosim como se trata perante mim n'estes autos de legitimidade, no qual caso o direito se contenta com muito menos prova que tratando-se do casamento ainda que seja em prejuizo de terceiros, e como se prova, as principaes testemunhas de vista não poderam testemunhar, estando impedidas, porque lh'o pedia de feito com o mais que pelos autos se mostra, e juro e declaro pela auctoridade a mim commettida o sr. D. Antonio ser filho legitimo do dito senhor infante D. Luiz e da dita sr.ª D. Violante, nascido de legitimo matrimonio, e pague as custas, e mando que se lhe passem do processo as sentenças que pedir. A 13 de março de 1579.—*Fr. Manuel de Mello.*» [1]

O infante foi muito combatido n'estes amores, que a opinião publica reputava desairosos para um principe; parece que cedendo finalmente á pressão da opinião, fez recolher Violante no mosteiro de Vairão, d'onde passou para o de Almoster, em que professou. Costa e Silva diz que o infante duas vezes estivera para vestir o habito monastico; certamente seria impellido pelo desgosto de se vêr tão fortemente combatido nos seus amores.

D. Luiz foi discipulo do celebre mathematico Pedro Nunes, que lhe dedicou o *Tratado da esphera*. Cultivou, com muita pericia, a musica, tanto vocal como instrumental. E teve por amigo intimo D. João de Castro.

O infante D. Fernando nasceu em Abrantes a 5 de junho de 1507. Em torno d'este filho de D. Manuel um grande e profundo drama se desenrolou. O rei quiz casal-o com D. Guiomar Cou-

[1] *Prov. da hist. geneal.*, tom. II, pag. 523. Ahi se encontram outros documentos curiosos, relativos ao infante e seu filho.

tinho, filha do conde de Marialva, cuja casa valia 12:000 ducados. D. João de Lencastre, marquez de Torres Novas e filho do bastardo de D. João II, sahiu, porém, a contrariar este projecto de casamento, allegando que tinha desposado clandestinamente D. Guiomar Coutinho. O velho conde de Marialva queixou-se solemnemente a D. João III, allegando que o marquez fazia injuria á respeitabilidade da sua familia, e ao pundonor da filha. Os topicos d'esse discurso são conhecidos. [1] O marquez de Torres Novas foi preso e desterrado da côrte, como se vê de uma carta annos depois escripta á rainha D. Catharina. [2] Parece que o mestre de S. Thiago, pae do marquez, tambem recebera ordem para sahir da côrte. O certo é que o casamento não se fez em vida de D. Manuel, o qual aliás o deixou recommendado no seu testamento. [3] A questão foi submettida ao Padre Santo, e Clemente VII viu-se obrigado a passar um breve, no qual entregava a prelados hespanhoes e portuguezes a causa dos impedimentos oppostos pelo marquez de Torres Novas. [4] Finalmente, o casamento realisou-se, certamente pouco depois de 1530. Mas uma enorme fatalidade desatou os vinculos matrimoniaes que ligavam D. Guiomar Coutinho ao infante D. Fernando. Eis o que a este respeito escreve Frei Luiz de Sousa na *Historia de S. Domingos:* [5]

«Achava-se acaso o infante na villa da Azinhaga. Da occasião não consta. Levantando-se uma manhã referiu aos fidalgos, que o vestiam, que sonhára aquella noite, que vira sair de sua casa em Abrantes tres tumbas juntas, e cobertas de negro. Era o infante de animo grande, bom christão, e nada agourento: nenhum caso fez do sonho. Ao segundo dia chegou-lhe recado de ser fallecida a sr.ª D. Luiza, sua unica filha, que já não tinha outra. Era por outubro de 1534. Foi correndo a consolar a infante, que amava com grandes extremos. Adoeceu logo: e falleceu aos sete do mez de novembro seguinte, e a condessa sua mulher foi apoz elle, sem se metter mais tempo em meio, que quanto houve de sete de novembro, até nove de dezembro. De sorte que no espaço de pouco mais de dois mezes, se viu cumprido o sonho das tres tumbas: porque a primeira saiu a tres de outubro, que foi a da filha; e a ultima, que foi a da mãe em nove de dezembro, como temos dito.»

O marquez de Torres Novas era um mancebo instruido; Manuel de Faria e Sousa publica uns versos por elle compostos, dizendo havel-os encontrado em um manuscripto da ecloga VI de Camões; e Barbosa, na *Bibliotheca*, dá noticia de ter D. João de Lencastre traduzido do italiano a *Paixão de Christo*, de Tullio Crispaldo, mas no *Catalogo* da Academia diz-se que o marquez compozera e publicára a obra no idioma patrio.

D. João de Lencastre foi amigo particular de Francisco de Sá de Miranda, e tudo leva a crer que este poeta fôra preso em consequencia de ousadas allusões que, por desafrontar o marquez, fizera a D. Guiomar Coutinho, na ecloga *Aleixo* e na ecloga *Andrés*.

Na primeira d'estas eclogas chegára Sá de Miranda a escrever o nome de Guiomar:

> No sé, pero mal me siento
> De quando esposó Guiomar.

Passagem que apparece inteiramente desfigurada na edição das obras do poeta feita em 1640, em que se lê:

> O quiçá si fuy aojado
> En las bodas de mi tia.

Sá de Miranda falla de perseguições, de que foi victima, e de prisão que soffreu, na canção a Nossa Senhora:

> Assi tão perseguido como vêdes,
> D'antre tão altas, tão grossas paredes,
> De ferro carregado................

Na ecloga *Crisfal*, de Christovam Falcão, tambem Faria e Sousa julgou vêr allusões aos infelizes amores de D. João de Lencastre com

[1] *Annaes de D. João III*, por fr. Luiz de Sousa, liv. I, cap. VIII, e *Chronica de D. João III*, por Francisco de Andrada, parte I, cap. XII.

[2] *Hist. Geneal.*, tom. XI. Vejam-se tambem, sobre este ponto, fr. Luiz de Sousa, Francisco de Andrada; e Faria e Sousa nos *Commentarios ás rimas de Camões*.

[3] *Prov. da hist. geneal.*, tom. II, pag. 325.

[4] *Corpo diplomatico portuguez*, tom. II, pag. 301.

[5] Livro VI, cap. II.

D. Guiomar Coutinho,—que modernamente deram assumpto para um romance historico. [1]

O infante D. Fernando tambem rendeu culto á illustração, e por Damião de Goes mandou comprar todos os livros de historia que encontrasse em Flandres, tanto impressos como manuscriptos; o mesmo mandou fazer em Hespanha. Tambem mandou organisar a collecção dos retratos que estão no *British Museum*, de Londres, alguns dos quaes vem reproduzidos nas *Rainhas de Portugal*, de Benevides.

O infante D. Affonso nasceu em Evora a 23 de abril de 1509. Foi cardeal aos sete annos de idade; cardeal de Santa Luzia, tal foi o titulo que Leão x lhe concedeu.

Este filho de D. Manuel não se recommenda, perante a historia, por qualidades excepcionaes. Parece que sabia menos mal latim, segundo o testimunho de Damião de Goes, e viveu, folgadamente, com largas rendas. Foi ao mesmo tempo arcebispo de Lisboa, administrador do arcebispado de Evora, e abbade de Alcobaça. Isto basta para dar uma idéa dos seus largos rendimentos.

O infante D. Henrique, que tambem foi cardeal, e depois rei, nasceu em Lisboa a 31 de janeiro de 1512.

Não nos occuparemos d'elle, porque tem, n'esta obra, logar especial.

O infante D. Duarte nasceu em Lisboa a 7 de setembro de 1515.

Foi, como alguns de seus irmãos, ou antes, como a maior parte d'elles, um principe insignificante. Tinha uma tal ou qual inclinação para a musica, prenda que está longe de merecer-lhe uma apotheose.

Casou com D. Isabel de Bragança, filha do duque D. Jayme, aquelle mesmo que tingira no sangue da esposa as mãos fidalgas, e que, por documentos agora publicados e de que nos vamos já occupar, tivera um fim de vida digno de lastima, attribulado por soffrimentos physicos, por humor melancolico, circumloquio de que elle mesmo se servia para não dizer *remorso*, e por desgostos domesticos.

O sr. Fernando Palha acaba de dar a lume um interessante opusculo com o titulo de—*O casamento do infante D. Duarte com D. Isabel de Bragança*, baseado em manuscriptos adquiridos no leilão do precioso archivo da casa Castello-Melhor.

Por este opusculo se fica sabendo a longa historia das negociações entaboladas entre D. João III, por intermedio do conde da Castanheira (de que o marquez de Castello-Melhor era representante) com o duque de Bragança para o casamento do infante D. Duarte com D. Isabel.

O sr. Palha suppõe, e parece que com boas razões, que o plano d'esse casamento fôra alvitrado ao rei por Pero da Alcaçova Carneiro, seu secretario, e filho de Antonio Carneiro, que D. Manuel tivera por secretario, e do qual em outro logar nos occupamos.

O projecto d'essa alliança matrimonial baseava-se, talvez, em querer D. João III, por indicação do secretario, «distrahir a favor da casa real grande parte do poder e riqueza da casa de Bragança.»

Entaboláram-se as negociações, e o rei desejou saber quanto o duque daria de dote á filha; D. Jayme, entrincheirando-se no seu orgulho, desejou saber, por sua parte, quanto o rei daria ao irmão.

Procuraram illudir a resposta os dois negociadores. O duque indignou-se, e chegou a escrever que não estava para ficar com o infante D. Duarte *ás costas*, porque percebeu o fim com que lhe propunham esse casamento. Mas, de novo apertado, o duque escreveu finalmente: «...darei Monforte, o qual vos juro aos Evangelhos que tiro a um dos meus filhos, e com a valia da renda que ali lhe der, e no Assumar, e com o mais que sempre refarei valia de sessenta mil cruzados, e a bofé, senhor, que me cumpre cessar de muitas cousas, que me revelam e de que vivo e me sustem dos desgostos que se me offerecem.»

O rei achou insignificantissimo este dóte, e deu por terminada a negociação, o que provocou por parte do duque uma violenta carta, que o conde da Castanheira teve o bom senso de não lêr a D. João III.

É notavel de orgulho e de fatuidade este periodo da carta, que o sr. Palha publica na integra: «E tambem fazendo-lhe vossa alteza a mercê

[1] *Um conflicto na côrte*, 2 vol., por Alberto Pimentel.

Off. Typ. da Empreza Litteraria.

O embarque da primeira expedição á India

O embarque da primeira expedição á India

que D. Antonio disse tinha elle pouca razão de se queixar, ainda que eu não désse nenhum dote a minha filha, senão a vontade de vossa alteza, que não mingua a mim merecimentos para isto, que depois do conde Nuno Alvares a esta parte se o bem olhar vossa alteza ninguem os teve taes.»

É certo, porem, que as negociações se realáram mais tarde, e que o duque, sempre excentrico, começou a dirigir supplicas ao rei para que o casamento se fizesse,—elle, que até ahi tão altivo e desdenhoso se havia mostrado em toda essa negociação!

A D. João III não convinha o casamento do infante D. Duarte n'aquellas condições, e por isso ia illudindo sempre a resposta por que o duque instava. Alem d'isto, D. Jayme estava doente, alquebrado. Devia succeder-lhe D. Theodosio, e esse quer parecer ao sr. Palha que se mostrava favoravel ao casamento. Seria, portanto, melhor negociar com o filho do que com o pae: todo o machiavelismo de D. João III consistiu em esperar que o duque velho morresse, e em obstar a que casasse a filha com o conde de Benavente.

D. Jayme morreu desesperado por não conseguir levar a bom caminho as negociações, por não poder arrancar, por parte do rei, uma resposta franca e cathegorica. Taes foram os desgostos domesticos a que nos referimos.

Mas, succédendo-lhe seu filho D. Theodosio, D. João III poude obter para a noiva um dote muito mais importante, o ducado de Guimarães, dois contos de reis de renda (sendo um nas rendas de Guimarães, quinhentos mil reis em um juro real, o restante nos almoxarifados da sua casa), e alem d'isto, dez mil cruzados, que em tanto estavam avaliados os paços de Guimarães, as joias e a prata: por este preço já valia a pena vender um infante. O casamento fez-se. D. Isabel de Bragança deu á luz dois filhos: D. Maria, que foi duqueza de Parma, e D. Catharina, duqueza de Bragança, que foi um dos pretendentes á coróa de Portugal em 1580.

O infante D. Antonio nasceu em Lisboa a 9 de setembro de 1516. Morreu logo.

Do terceiro casamento de D. Manuel provieram dois filhos: D. Carlos, que nasceu em Evora a 18 de fevereiro de 1520, e que morreu com pouco mais de um anno de idade, e a infanta D. Maria, que nasceu em Lisboa a 8 de junho de 1521, e da qual faremos especial menção quando nos occuparmos do movimento litterario d'esta época.

CAPITULO IV

Depois que Bartholomeu Dias dobrára o cabo da Boa Esperança, D. João II occupára-se assiduamente da armada que devia descobrir o caminho maritimo da India, e mandára cortar a madeira para os navios d'esta viagem. [1] A morte, porém, veiu, como sabemos, interromper os planos de D. João II, de modo que D. Manuel não fez mais do que continuar a obra começada, e cuja iniciativa lhe não pertencia.

A 8 de julho de 1497 sahiu de Belem a esquadra, de que era almirante Vasco da Gama, composta das náus *S. Gabriel* (capitão Vasco da Gama, piloto Pero de Alemquer, o mesmo que tinha ido com Bartholomeu Dias ao descobrimento do cabo da Boa Esperança); *S. Raphael* (capitão Paulo da Gama, irmão de Vasco, piloto João de Coimbra), *Berrio* (capitão Nicolau Coelho, piloto Pedro de Escobar), e uma barca com mantimentos, da qual era capitão Gonçalo Nunes.

Barros descreve poeticamente a profunda impressão que a partida da esquadra causou a quantos assistiram a ella. Essa impressão devia com effeito ser geral e forte, se bem que mais intensamente pungiria o coração dos parentes e amigos dos 160 ou 170 marinheiros que compunham a tripulação da frota. Camões não se esqueceu no seu poema de personificar essa impressão no velho da praia do Rastello, que amaldiçôa a ambição dos homens por os levar a affrontar os grandes perigos do mar, pondo em constante risco a sua vida.

A viagem de Vasco da Gama é-nos hoje perfeitamente conhecida pelo seu *Roteiro*, [2] que se attribue a Alvaro Velho, um dos marinheiros. Não a seguiremos dia a dia, porque o não

[1] João de Barros, *Primeira década*, pag. 61.

[2] Publicado por Alexandre Herculano e pelo barão de Castello de Paiva. Ha uma traducção franceza de Arthur Morelet, 1864—Lyon.

comporta nem o espaço nem o tempo de que dispômos; mas tomal-a-hemos, sob um ponto de vista synthetico, nos seus pontos mais importantes.

A 4 de novembro, quatro mezes depois da partida, descobriram os navegadores a bahia que denominaram *Angra de Santa Helena.* Aconteceu ahi um episodio que teve consequencias desagradaveis. Depois de haverem permutado varios objectos com os negros, Fernam Velloso quiz ir a terra estudar mais de perto os seus costumes, mas voltou perseguido por elles, tendo os seus companheiros que defendel-o, e sendo ferido o proprio Vasco da Gama.

Camões allude a este episodio, pondo na bocca dos nossos marinheiros aquelle notavel chasco apontado ao Velloso:

> Olá, Velloso amigo, aquelle outeiro
> É melhor de descer que de subir,

por a pressa com que elle o descia, fugindo dos cafres.

No dia 22 de novembro dobraram o cabo da Boa Esperança, depois de por alguns dias haverem luctado com as suas aguas temerosas.

Logo que os navegadores perderam de vista o padrão collocado por Bartholomeu Dias, um grande pavor supersticioso os accommetteu, augmentado pela furia dos ventos, das vagas e das correntes. A braços com a morte, luctaram no desconhecido, e tão desnorteados navegavam, que retrogradaram para áquem do padrão de Bartholomeu Dias. A todas estas contrariedades veiu juntar-se a de se partirem muitas pipas de agua com os balanços do mar, vendo-se a tripulação condemnada á sede. Então, tramou-se uma conspiração contra Vasco da Gama, para o obrigar a retroceder, mas elle conseguiu suffocal-a, e pôr a ferro os chefes.

No dia 10 de janeiro descobriram um rio, o do Cobre (Major suppõe ser o Inhambane) e esse facto acabou de serenar os espiritos. Á terra chamaram *da boa gente* os portuguezes, pelo bom acolhimento que tiveram dos cafres. Ahi deixou o Gama dois degredados, para que explorassem o interior.

A 25 de janeiro descobriram o rio dos *Bons Signaes*, nome que significa o jubilo que os portuguezes experimentaram pelo bom tratamento que tiveram dos naturaes, e pela sua rica maneira de vestir, que lhes revelava a proximidade d'esse tão desejado paiz das riquezas,— a India.

Ahi se demoraram para concertar os navios, mas como o escorbuto fosse dizimando a tripulação, trataram de seguir viagem, chegando no dia 2 de março de 1498 a Moçambique, onde, nos trajos e na civilisação, a visinhança da India se accentuava mais. O scheick veio a bordo visitar Vasco da Gama, sendo muito bem recebido. Ahi contratou o Gama dois pilotos, mas os negros, depois que descobriram que estavam tratando com christãos e não com mouros, começaram a hostilisal-os, pelo que foram bombardeados pelos nossos, que levantaram ferro, levando um dos pilotos prisioneiros.

Como era natural que acontecesse, este piloto intentava vingar-se dos portuguezes, e queria-os levar para Quiloa, a fim de os entregar aos mouros; mas o vento fez com que abordassem a Mombaça, sendo o piloto *açoutado* á vista de uma ilha, que d'esse facto recebeu o nome.

O aspecto de Mombaça, povoação rica e civilisada, deslumbrou os portuguezes. Tambem o scheick os visitou, fazendo-lhes perfidamente bom acolhimento, porque tinha sido avisado por terra pelo scheick de Moçambique.

Vasco da Gama entrou no porto, confiando nas demonstrações dos negros, que se preparavam para atacar os portuguezes, mas que fugiram assustados, lançando-se á agua, com a celeuma dos nossos marinheiros na occasião em que a nau *S. Gabriel* fundeou. O piloto prisioneiro foi um dos que se lançaram á agua. É de notar como a boa estrella de D. Manuel parecia estender a sua influencia até tão longinquas regiões; foi por um capricho da sorte, como acabamos de vêr, que os portuguezes conseguiram salvar-se do laço que os de Mombaça lhe haviam preparado.

Um mouro, que em Moçambique pedira a Vasco da Gama para que o deixasse ir até Meca, terra da sua naturalidade, foi quem guiou os nossos até Melinde, onde chegaram a 15 de abril.

A recepção feita pelo scheick de Calicut foi amavel, se bem que reservada no fundo, porque nem Vasco da Gama quiz ir a terra, nem o

scheick entrar nos nossos navios, e se mandou o piloto que havia promettido, foi porque Vasco da Gama reteve a bordo um mouro como refens.

Guiados pelo piloto que o scheick finalmente enviára, no dia 17 de maio avistaram Calicut. A India, finalmente! O termo da navegação era chegado; o paiz do ouro e da especiaria, estava perto. A 20 d'esse mez fundeou Vasco da Gama em Capocate, duas leguas ao sul de Calicut, e mandou a terra um degredado, o qual voltou a bordo com um mouro que fallava o portuguez, que felicitou os nossos pela sua viagem, que depois se fez christão em Portugal, e que finalmente parece chamar-se Bou-Said, comquanto este ponto ainda seja duvidoso.

O rei de Calicut, Samoudri-Rajah ou Samorim, como os nossos escreveram, não estava na cidade, e mandou-lhes dizer que fundeassem no porto de Pandarane.

O samorim aprazou para a entrevista o dia 28, em Calicut, e Vasco da Gama para lá partiu acompanhado apenas por doze homens, o que deixou a tripulação na mais dolorosa incerteza pelo destino do almirante.

Os nossos ficaram deslumbrados com o aspecto da cidade de Calicut, e imaginaram que os seus habitantes fossem christãos pelas affinidades cultuaes que se notam entre o brahmanismo e o catholicismo.

Chegados ao palacio do samorim foi que devéras se sentiram assombrados com o esplendor levantino da sua côrte. Vasco da Gama sollicitou do samorim uma entrevista particular, que foi concedida, na qual, encarecendo a grandeza do rei de Portugal, lhe disse que em nome do seu soberano lhe propunha amisade, e que no dia seguinte lhe entregaria as cartas que para esse fim trazia.

O samorim e toda a sua côrte ficaram desagradavelmente impressionados com o aspecto pouco opulento da nossa embaixada, tendo Vasco da Gama uma hospedagem nada distincta. Quando os presentes de D. Manuel para o rei de Calicut desembarcaram, os indios desataram a rir, dizendo que melhor do que aquillo offerecia ás vezes qualquer mercador de Méca.

No dia seguinte, a recepção feita a Vasco da Gama pelo samorim foi fria, humilhante; mas, depois de lêr as cartas, o rei disse ao almirante portuguez que fosse embarcar em Pandorane e lhe enviasse as mercadorias que trazia para as trocar por especiarias.

Chegados a Pandarane, grandes humilhações soffreram os nossos, que chegaram a passar fome, e a quem não davam barcos para irem a bordo da esquadra. Vasco da Gama portou-se com nobre altivez, e ao seu procedimento devem talvez o poder embarcar, depois das mercadorias que levava desembarcarem em terra.

Vasco da Gama queria levantar ferro, e mandou por dois portuguezes fazer essa communicação ao samorim, que exigiu seiscentos xerafins pela ancoragem, e reteve prisioneiros os dois emissarios do almirante.

Conseguiram elles mandar recado a Vasco da Gama por um negro, que furtivamente se approximou da esquadra com o seu bote. Entretanto, alguns indios iam a bordo para sondar o espirito de Vasco da Gama, o qual, comprehendendo-lhes as intenções, os tratou muito bem. Depois continuaram estas visitas por parte dos indios, até que Vasco da Gama aprisionou vinte e cinco, mandando por alguns dizer ao samorim que levantaria ferro se lhe não restituissem os dois portuguezes. O samorim resistiu, e Vasco da Gama levantou ferro effectivamente, mas, passados tres dias, voltou ao porto. Então o samorim mandou-lhe os dois portuguezes, com uma carta sua para D. Manuel. O almirante largou seis prisioneiros, e conservou os outros como refens das mercadorias que esperava. Mas ou porque as mercadorias que lhe mandavam fossem insignificantes, ou porque julgasse preferivel conservar os prisioneiros, recusou-as, e fez-se de vela para Portugal trazendo a bordo treze indios, e o mouro Bon-Said.

Á volta de Calicut, descobriram os portuguezes a ilha de Anchediva, [1] e os ilheos de Santa Maria; a 5 de outubro sairam de Anchediva para Melinde, e a 20 de março de 1499 dobravam o cabo da Boa-Esperança.

A 10 de julho chegou ao Tejo com a boa nova Nicolau Coelho; entretanto Vasco da Gama tocava nos Açores, onde seu irmão Paulo, que vinha muito doente, falleceu. Vasco apenas entrou a barra de Lisboa a 29 de agosto.

[1] *Anche*, cinco e *diva*, ilhas. (Barros).

É facil imaginar o jubilo com que Vasco da Gama fôra recebido na côrte, especialmente pelo faustoso e ambicioso rei D. Manuel. Elle havia, finalmente, descoberto esse desejado paiz das especiarias e das pedras finas. Uma phrase que o mouro Bon-Said dissera em Capocate ao almirante, quando foi a bordo: *Boa ventura! boa ventura! muitos rubis! muitas esmeraldas!* resumia, repetida a D. Manuel, a historia de toda a sua alegria e de todo o seu jubilo n'esse momento.

O infante D. Henrique havia mandado edificar na praia do Rastello, em memoria das navegações que emprehendera, uma ermida, a Nossa Senhora, da invocação de Belem. Havia ahi alguns freires da ordem de Christo, de que elle fôra governador e administrador.

«El-rei D. Manuel, como imitador d'este santo e catholico avoengo, vendo que succedera a este infante em ser governador e perpetuo administrador da ordem da milicia de Christo, e assim em proseguir este descobrimento, tanto que veiu Vasco da Gama, em que se terminou a esperança de tantos annos que era o descobrimento da India: quiz, como premicias d'esta mercê que recebia de Deus em louvor de sua mãe (a quem o infante tinha tomado por sua protectora para esta obra) fundar um sumptuoso templo na sua ermida da vocação de Belem. E acceitou antes este que outro logar, por ser o primeiro posto d'onde haviam de partir todas as armadas a este descobrimento e conquista, e tambem porque como a causa que elle teve de fazer tamanha despeza como se n'este templo tem feito, procedeu da mais notavel e maravilhosa obra que os homens viram, pois por ella o mundo foi estimado em mais do que d'elle se cuidava antes que descobrissemos esta sua tão grande parte: convinha que uma tal memoria de gratificação fosse feita em logar onde as nações de tão varias gentes, como o mesmo mundo tem, quando entrassem n'este reino a primeira cousa que vissem fosse aquelle sumptuoso edificio fundado das victorias de toda a redondeza d'elle. E como o logar do Rastello é o mais celebre e illustre que este reino de Portugal tem, por ser nos arrabaldes de Lisboa, monarcha d'esta oriental conquista, e porta por onde haviam de entrar n'este reino os triumphos d'ella: n'esta entrada convinha ser feito, não um portico de pompa humana, nenhum templo a Jupiter protector, como os romanos tinham em Roma no tempo do seu imperio, a que offereciam as insignias de suas victorias, mas um templo dedicado áquelle vivo e divino templo que é a mãe de Deus da vocação de Belem. Porque como n'este acto de ser mãe e Virgem, triumphou do principe das trevas, dando espiritual victoria a todo o genero humano: assim era cousa mui justa que os triumphos das temporaes victorias que por suas intercessões os portuguezes haviam de haver dos principes e reis das trevas da infidelidade de todo o paganismo e mouros d'aquellas partes do Oriente, quando entrassem pela barra do Rastello com as náus carregadas d'elles, achassem casa sua tão grande para os recolher, como ella fôra liberal em conceder as petições d'elles nos actos de suas necessidades. A qual casa el-rei deu aos religiosos da ordem de S. Jeronymo, pela singular devoção que tinha n'este santo: e por a mesma causa a elegeu por jazigo de sua sepultura. E porque a ermida com todas as propriedades da casa (como dissemos) era da ordem de Christo por a ter dotado o infante ao convento d'elle, que está na villa de Thomar: por auctoridade apostolica deu el-rei por ella ao mesmo convento, a egreja de nossa Senhora da Conceição de Lisboa, a qual elle fez da synagoga dos judeus, onde ora residem freires da mesma ordem de Christo, e lhe applicou renda, não sómente para os freires mas ainda para uma commenda que fez d'aquella casa.» [1]

D. Manuel mostrou-se tão ingrato para com o descobridor do caminho maritimo da India, como depois o fôra para com todos os homens que lá se tornaram celebres.

«O que fez D. Manuel a Vasco da Gama, quando elle voltou do descobrimento da India? Responde Damião de Goes: «...el-rei levou «muito contentamento, e lhe fez muita honra, «dando-lhe titulo de dom para elle, e seus ir«mãos, e descendentes d'elles todos, e o fez de«pois almirante da India, e conde da Vidigueira «de juro.» O chronista podia dizer:—Fez mercê do titulo de dom a toda a sua familia,—mas quiz estender o periodo para que parecesse maior o galardão, que em verdade foi pequenissimo,

[1] João de Barros, *Primeira decada.*

porque o condado da Vidigueira deu-o D. Manuel a Vasco da Gama por sollicitação do duque de Bragança. Vamos vêr como. Diz D. Antonio Caetano de Souza, no tomo v, liv. vi, da *Historia Genealogica:* «Succedeu, que o grande D. Vasco «da Gama, Almirante da India, *justamente sen«tido,* se queixava da curta remuneração dos «seus, que eram mui relevantes serviços; conhe«ceu o Duque a justiça, e a razão, que D. Vasco «da Gama tinha para esperar, que El-Rei o man«dasse cobrir, fazendo-lhe mercê do titulo de «Conde: fallou a El-Rei sobre esta materia, sem «ser rogado, nem persuadido mais, que dos «grandes merecimentos d'aquelle Heroe, dese«jando vel-o premiado, e a El-rei a gratidão, que «correspondesse á satisfação do seu grande ser«viço, e fizesse ainda mais gloriosa a sua me«moria. A este fim facilitou vender a D. Vasco «as suas Villas da Vidigueira, e Villa de Frades, «para que El-rei lhe désse o titulo de Conde da «primeira.» [1]

A distancia a que hoje estamos do descobrimento maritimo da India, d'esse grande facto do seculo xv, devemos encaral-o por modo muito differente d'aquelle por que era apreciado em 1499. Seja-nos licito, a este respeito, transcrever as considerações que em outra parte havemos exposto:

«Não é exagerada a grande importancia que Edgar Quinet attribue aos *Luziadas*, sob o ponto de vista da alliança do Occidente com o Oriente.

«Vasco da Gama, tendo por base os esclarecimentos fornecidos por Bartholomeu Dias e Pero da Covilhã, realisa o facto material do descobrimento da India. Consummado o facto, a narrativa oral do descobridor torna conhecidos, na sua medonha nudez, os perigos, os trabalhos, as angustias de tão longa navegação. O descobrimento abre simplesmente a porta á exploração commercial: porque só a ambição do ganho póde levar a affrontar os soffrimentos e o risco inherentes á circumnavegação da Africa em caminho da India. Vasco resuscita o Oriente, mas não o aproxima. É que Vasco não tem a alma profundamente enthusiasta de um poeta ou de um marinheiro. Camões dá-o a entender quando diz, referindo-se ao Gama:

Que elle, nem quem na estirpe seu se chama,
Calliope não tem por tão amiga,
Nem as filhas do Tejo, que deixassem
As télas d'ouro fino, e que o cantassem. [1]

«Vasco da Gama não tem como o infante D. Henrique, a paixão de descobrir, nem a intuição luminosa de Christovam Colombo.

«É escolhido por D. João ii ou por D. Manuel; facto ainda não averiguado. Não se offerece, não se apresenta, não crê; escolhem-n'o, mandam-n'o. Nem sequer se dá ao trabalho de escrever o roteiro da sua navegação, como Luiz de Cadamosto, Pigafetta, Duarte Barbosa, e ainda outros, estrangeiros e portuguezes. Suppõe-se que foi Alvaro Velho quem o escreveu; pelo menos é essa a opinião de Herculano e do barão de Castello de Paiva, que o deram a lume. Vasco é um coração frio, que tem a coragem de soffrer, e que, no seu regresso ao reino, diz ao Estado: «Abri-te uma nova fonte de riqueza; «aventura-te ao oceano, se queres exploral-a.» Entre Portugal e a India, depois da viagem de Vasco da Gama, fica ainda de per meio a vastidão do mar cheio de perigos e de terrores.

«De feito, a exploração principia. Desde 1497 até 1612 partem para a India 800 embarcações; 425 regressam a salvamento; 20 arribam; 66 perderam-se; 4 foram tomadas; 6 queimadas; ficaram ao serviço da India, 285. A receita da importação da pimenta estava calculada em réis 240:000$000 por anno,—20:000 quintaes, a 30 cruzados o quintal. [2] Portugal, até á apparição dos *Luziadas*, via a India unicamente pelo prisma material da ganancia. A Nuno da Cunha, governador da India no reinado de D. João iii, escrevia seu pae Tristão da Cunha: «Cá dizem «mal de ti a el-rei; mas faze justiça, *manda pi«menta*, e deita-te a dormir.»

«Publicado o poema de Camões, o Oriente approxima-se pela seducção da poesia. Os proprios perigos da viagem revestem na epopéa um colorido phantastico. Passar o cabo das Tormentas, depois de personificado no gigante Adamas-

[1] *Conflicto na côrte*, vol. i, not.

[1] Canto v dos *Lusiadas*, estancia xcix.

[2] *Livro em que se contém toda a fazenda e real patrimonio os reinos de Portugal, India e ilhas adjacentes*, etc. por Luiz de Figueiredo Falcão.

tor, não é só uma necessidade, é sempre uma aventura gloriosa. No tempo do infante D. Henrique a costa occidental de Africa punha horror; estava cheia de perigos mysteriosos. O infante, incitando os seus marinheiros á passagem do Bojador, tinha que dizer-lhes: «Vós nom podees «achar tamanho perigoo, que a esperança do «gallardom nom seja muyto mayor; e em ver«dade eu me maravilho, que maginaçom foe «aquesta que todos filhaaes, de hũa cousa de «tam pequena certidom, ca se ainda estas cou«sas que se dizem tevessem algũa autoridade, «por pouca que fosse, nom vos darya tamanha «culpa, mas quereesme dizer que por openyom «de quatro mareantes, os quaes como som tira«dos da carreira de Frandes, ou de alguus outros «portos pera que comuumente navegam, nom «sabem mais teer agulha nem carta para merear; «porem vos hii todavya, e nom temaaes sua ope«nyom, fazendo vossa vyagem, ca com a graça «de Deus, nom podereеs della trazer se nom «honra e proveito.» [1] Na epopéa de Camões, a propria costa oriental de Africa apresenta-se ao espirito como um iman que o attráe, com um encanto que o seduz; Zanzibar conver-te-se em *Ilha dos Amores.* [2] O fundo do mar deixa de ser um mysterio tenebroso para se converter no palacio de Neptuno com

> ...portas d'ouro fino, e marchetadas
> Do rico aljofar, que nas conchas nace.

«Os perigos da navegação dissipam-se deante de um sorriso de Venus. Os marinheiros contam na tolda do navio, como Fernam Velloso, historias que exaltam a imaginação. A saudade amorosa que pode accommetter o nauta na amplidão do oceano torna-se suave encarnada em Leonardo Ribeiro, *brioso cavalleiro e enamorado.* Os episodios graciosos da viagem tomam relevo no caso do mesmo Fernam Velloso que desce o outeiro correndo para fugir dos negros: é a comedia a aligeirar a impressão do drama. Téthys, mostrando ao Gama o mundo do alto da montanha, descerra as cortinas côr de rosa que velam o leito da Aurora, aproxima o Oriente da imaginação occidental. Camões é um erudito, um poeta, um guerreiro e um navegante reunidos n'um só homem. Camões põe a cupula á obra de Vasco da Gama que, sem elle, ficaria incompleta. Os *Luziadas* são o laço moral que prende a Asia á Europa.

«Camões é a poesia que procura o Oriente para divinisal-o; Anquetil Duperron é a sciencia que o procura para estudal-o.»

Sob o ponto de vista material, seria realmente a porta de felicidade nacional, aquella que Vasco da Gama havia aberto sobre o Oriente?

Não era. Temos por muitas vezes affirmado sobre este assumpto a nossa opinião individual. Responda agora á pergunta Rebello da Silva:

«Portugal, repartido para tantas partes remotas, não tinha braços para as abraçar a todas. Só o imperio da India bastaria para desfallecer tres nações maiores, como provou a experiencia depois. A victoria cansou-se de nos seguir. A sêde do oiro, o amor do fausto e dos deleites, a saciedade da gloria, e uma confiança temeraria, a par da profunda alteração dos costumes, tinham transformado os netos dos antigos soldados em mercadores, e os presidios em antros de usuras e de rapinas. Uma serie não interrompida de prosperidades gangrenára os corações, a facilidade da oppressão gerára a loucura do orgulho, e a impunidade levantára quasi altares ao crime feliz. A vontade despotica fazia lei, e a venalidade cobria os maiores culpados. Ao mesmo passo o vigor marcial attenuava-se, e a religião do dever esmorecia. O enthusiasmo, a abnegação e o sacrificio voluntario, as tres poderosas forças, que nos haviam tornado temidos e respeitados, se ainda esmaltavam alguns caracteres, já fugiam da scena, em que tantas vezes obraram prodigios. Quando os inglezes e os hollandezes avivaram a luta, o livro do maravilhoso poema estava encerrado, e a historia inscrevia apenas um ou outro nome illustre na ultima pagina tarjada de luto. Não exagerâmos as tintas do quadro, reproduzimos as suas feições como os factos as retratam.

Quatro idades distinctas contou o estado da India em sua existencia. Na primeira, a da infancia, occupámos Gôa, Malaca e Ormuz, ameaçámos

[1] *Chronica do descobrimento e conquista da Guiné,* por Azurara, pag. 58.

[2] Vide *Carta a Ilha dos amores,* por José Gomes Monteiro. Esta opinião de Monteiro foi ultimamente contradictada pelo sr. conde de Ficalho na *Flora dos Luziadas.*

Offic. Typ. da Empreza Litteraria.

As nâus da India

As náus da India

Adem, e assoberbámos toda a costa do Indo até ao Ganges, desbaratando as armadas turcas, varrendo os mares, e senhoreando os portos mais importantes da Ethiopia, da Persia e da Arabia. Na segunda, a da adolescencia, novos territorios e novas cidades conquistadas, ou cedidas, alargaram os nossos dominios. A bandeira portugueza tremula em Ceylão na costa do norte, no litoral do Malabar, e no de Cambaya. Capitães fadados pela victoria vencem os reis mais orgulhosos, o samorim, o sultão de Cambaya, o Hydelkal e o Achem. Os Rumes retiram-se desbaratados. Os hespanhoes recuam das Molucas. Bintan, Mangalor, Adel, Paang, Repellim, Tidore e muitas outras terras tremem assustadas debaixo do peso do seu braço. Os reis de Xael, Viantana, Adem, Cachem, Dofar e Sunda, o sultão de Cambaya e o Hydelkan humilhados reconhecem-se seus tributarios. Dois reinados, o de D. Manuel e o de D. João III, no periodo relativamente curto de sessenta annos, viram com espanto do mundo fundar-se, crescer e prosperar por seus commercios e thesouros este imperio colossal ao qual o escriptor bem informado, que vamos seguindo, attribue oito mil leguas de superficie com vinte e nove cidades, cabeças de provincias, muitas povoações opulentas, e trinta e tres reis vassallos. [1]

Vasco da Gama havia sido vexado na India, especialmente pelo samorim. O rei D. Manuel considerou-se offendido na pessoa do seu enviado. Julgou por isso indispensavel tirar uma desforra completa dos vexames ali soffridos. Por outro lado, era preciso, segundo a sua maneira de ver, mostrar o poderio de Portugal aos mouros, que na primeira viagem de Vasco da Gama tanto nos contrariaram, movidos pela rivalidade que n'elles despertava a concorrencia ao monopolio do commercio oriental. Julgou-se preciso fazer-lhes comprehender que a hora do seu ostracismo havia soado.

Taes foram os motivos que determinaram, em março de 1500, a partida da poderosa frota, composta de treze náus, commandada por Pedro Alvares Cabral. Como se vê, tão numerosa armada tinha por fim assentar difinitivamente o dominio portuguez na India, contendo de uma vez para sempre em respeito os indios e os mouros.

«Nas instrucções escriptas que recebeu, e das quaes chegaram a nossas mãos alguns fragmentos da maior importancia, foi-lhe recommendado que na altura de Guiné se afastasse quanto podesse d'Africa, para evitar suas morosas e doentias calmas. Obediente a essas instrucções, que haviam sido redigidas pelas insinuações do Gama, Cabral se foi amarando d'Africa, e naturalmente ajudado a levar pelas correntes oceanas ou *pelagicas*, quando se achava com mais de quarenta dias de viagem, aos 22 d'abril, avistou a loeste terra desconhecida. O que d'esta se apresentou primeiro distinctamente aos olhos curiosos da gente d'essa armada, agora constante só de doze embarcações, por se haver desgarrado dias antes uma d'ellas, foi um alto monte, que, em attenção á festa da paschoa que se acabava de solemnisar a bordo, foi chamado *Paschoal;* nome que ainda conserva este monte mui conhecido dos maritimos, que o consideram entre as melhores balizas para a conhecença d'essa parte do litoral.

«A esquadra aproximou-se da costa no dia immediato. O capitão mór mandou um batel a terra, o qual, remando para uma praia em que havia gente, tentou communicar com ella. Mas baldados foram os esforços dos interpretes de linguas africanas e asiaticas, que iam no batel, para se fazerem entender. Assim, o primeiro trato com aquella gente se reduziu a algumas dadivas ou escambos feitos de parte a parte, e mediante as costumadas prevenções.

«Entendendo Cabral que lhe cumpria haver mais exacta informação da terra que tinha á vista, da qual se poderia aproveitar para fazer nova aguada, e por ventura refrescar os navios com algumas provisões, decidiu exploral-a na manhã seguinte; começando desde logo por buscar uma enseiada, em que a frota podesse surgir com segurança. Encontrou-se esta, dez leguas mais ao norte; e de tão bom abrigo que lhe foi então dado o nome, que ainda conserva, de *Porto Seguro.*

«Não seguiremos agora passo a passo as acções do capitão mór e dos mais da armada, nem as dos n'esta occasião hospitaleiros habitadores d'esta terra, nos oito dias que se demoraram os

[1] *Historia de Portugal,* tomo V, pag. 129.

navegantes, até seguir sua rota para o Oriente. Dispensa-nos d'essa tarafa o minucioso chronista d'este descobrimento, o ingenuo Pero Vaz de Caminha, cuja narrativa epistolar [1] dirigida ao proprio rei, d'estas plagas virgens em tudo, tanto nos encanta. Não podêmos porém deixar de transcrever aqui a sua narração do modo como o capitão mór tratou dois individuos da terra trazidos a bordo, como os mandou sentar no chão em uma alcatifa, á maneira dos orientaes, e como finalmente os agasalhou, até que no dia seguinte os devolveu á terra ricos de insignificantes presentes. Eis as expressões de Caminha:

«O capitão, quando elles vieram, estava assen«tado em uma cadeira, com uma alcatifa aos pés «por estrado, e bem vestido, com um collar de «ouro mui grande ao pescoço; e Sancho de Toar, «e Simão de Miranda, e Nicoláu Coelho, e Ayres «Corrêa, e nós outros, que aqui na náu com elle «imos, assentados no chão por essa alcatifa. «Accenderam tochas, e entraram; e não fizeram «nenhuma menção de cortezia, nem de falar ao «capitão, nem a ninguem. Pero um d'elles pôz «olho no collar do capitão, e começou de acenar «com a mão para a terra e depois para o collar, «como que nos dizia que havia em terra ouro. «E tambem viu um castiçal de prata, e assim «mesmo acenava para a terra e então para o cas«tiçal, como que havia tambem prata. Mostra«ram-lhe um papagaio pardo, que aqui o capi«tão traz, tomaram-n'o logo na mão e acenaram «para a terra, como que os havia ahi. Mostra«ram-lhes uma gallinha, quasi haviam medo «d'ella e não lhe quizeram pôr a mão; e depois «a tomaram como espantados. Deram-lhes ali «de comer pão e pescado cozido, confeitos, fár«teis, mel e figos passados; não queriam co«mer d'aquillo quasi nada, e alguma cousa, se «a provavam, lançavam-n'a logo fóra. Trouxe«ram lhes vinho por uma taça; pozeram-lhes «assim á boca tam-a-lavez, e não gostaram «d'elle nada, nem o quizeram mais. Trouxeram«lhes agua por uma albarrada; tomaram d'ella «senhos bocados, e não beberam; sómente lava«ram as bocas e lançaram fóra. Viu um d'elles «umas contas de rosario brancas; acenou que «lh'as déssem, e folgou muito com ellas, e lan«çou-as ao pescoço. E depois tirou-as e embru«lhou-as no braço; e acenava para a terra, e «então para as contas e para o collar do capi«tão, como que dariam ouro por aquillo. Isto «tomavamos nós assim pelo desejarmos, mas «se elle queria dizer que levaria as contas e «mais o collar, isso não queriamos nós enten«der; porque lh'o não haviamos de dar. E depois «tornou as contas a quem lh'as deu. E então «estiraram-se assim de costas na alcatifa a dor«mir... O capitão lhes mandou pôr ás suas «cabeças senhos coxins..., e lançaram-lhes um «manto em cima. E elles consentiram e jouve«ram e dormiram.»

«Copiemos ainda do mesmo Caminha a seguinte pintura que faz dos habitantes:

«A feição d'elles é serem pardos, maneira de «avermelhados, de bons rostos, e bons narizes, «bem feitos; andam nús, sem nenhuma cober«tura, nem estimam nenhuma coisa cobrir, nem «mostrar suas vergonhas; e estão ácerca d'isso «com tanta innocencia como teem em mostrar o «rosto; traziam ambos o beiço de baixo furado, «e mettido por elle senhos ossos d'osso brancos «de compridão de uma mão travessa, e de gros«sura de um fuzo d'algodão, e agudo na ponta, «como furador. Mettem-nos pela parte de dentro «do beiço, e o que lhe fica entre o beiço e os den«tes é feito como roque d'enxadrez; e em tal «maneira o trazem ali encaixado que lhes não «dá paixão, nem lhes torva a fala, nem comer, «nem beber. Os cabellos seus são corredios, e «andavam tosquiados de trosquia alta, mais que «de sobrepente, de boa grandura, e rapados até «por cima das orelhas. E um delles trazia por «baixo da sulapa, de fonte a fonte, para detras, «uma maneira de cabelleira de pennas d'ave «amarellas, que seria de compridão de um con«to, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o «toutiço e as orelhas; a qual andava pegada nos «cabellos pena e pena com uma confeição branda «como cera, e não no era, de maneira que an«dava a cabelleira mui redonda, e mui basta, e «mui igual que não fazia mingua mais lavagem «para levantar...»

«Andavam ali muitos delles ou quasi a maior

[1] Guarda-se o original na Torre do Tombo, em Lisboa (Cav. VIII, 2, 8), escripto em sete folhas de papel florete. É um documento digno de reproduzir-se por fac-simile.

«parte, que todos traziam aquelles bicos de osso «nos beiços e alguns que andavam sem elles tra-«ziam os beiços furados, e nos buracos... uns «espelhos de páo que pareciam espelhos de bor-«rachas; e alguns delles traziam tres daquelles «bicos a saber: um na metade e os dois nos ca-«bos. E andavam ahi outros quartejados de co-«res; a saber: delles ametade da sua propria cor, «e ametade de tintura negra, maneira azulada, «e outros quartejados de escaques. Ali andavam «entre elles tres ou quatro moças, bem moças e «bem gentis, com cabellos mui pretos, compri-«dos pelas espadoas...» Igualmente se fixou a attenção de Caminha em um homem «já de dias, «todo por louçainha cheio de pennas pegadas «pelo corpo, que pareciam assetteado, como S. «Sebastião. Outros traziam carapuças de pennas «amarellas, e outras de vermelhas e outras de «verdes.»

«No dia 26 do mencionado abril, que era o domingo da Paschoela, foram todos os da armada assistir á missa que foi celebrada em um ilheo ou restinga, que se acha á entrada do dito *Porto Seguro*. Presencearam a solemnidade cheios de espanto (que alguns dos nossos tomaram por devoção) muitos filhos da terra que ali vieram. Tambem cumpre fazer menção de que, no ultimo dia do dito mez, e no meio da solemnidade de outra missa, se effectuou a ceremonia da toma de posse da nova região para a corôa de Portugal, levantando-se n'um morro visinho uma grande cruz de madeira com a divisa do venturoso rei D. Manuel. Do alto d'esse morro se descobria o mar fenecendo no horisonte; e os que sobre a superficie das aguas estendiam saudosos os olhos, c'o pensamento na patria, mal podiam imaginar a importancia e a grandeza da terra, comprehendida dentro da demarcação ajustada em Tordesilhas, cuja existencia iam revelar ao mundo civilisado. E menos por certo imaginariam que n'essa terra, dentro de algumas gerações, se havia de organisar uma nação mais rica e mais consideravel do que a mãe patria. Pelas informações que pareciam dar os naturaes se julgou ser a terra uma ilha,—outra Antilha mais. N'esta hypothese, Cabral a denominou *Ilha da Vera-Cruz;* commemorando por este nome a festa que no principio do mez immediato devia celebrar a Igreja. O tempo veiu a descobrir quão pouco ha que fiar em informes dados por acenos, em que as mãos fazem officio da lingua, e os olhos o dos ouvidos. Mais proximos da verdade estiveram os pilotos arrumando em dezesete gráus de latitude austral o porto, que jaz effectivamente em dezeseis gráus e meio escassos.—Assim o descobrimento casual d'esta região, que era verdadeiramente uma porção remota do proprio continente que mais para o norte estava já muito visitado por Colombo e os mais capitães que na sua esteira successivamente navegaram de Castella, este descobrimento, dizemos, devido a causas que nada tinham que ver com as explorações do celebre genovez, houvera agora feito conhecer esta quarta parte da terra ás tres, que antes umas ás outras se conheciam, se o discipulo de Ailly e de Toscanelli tivesse por quaesquer tristes contrariedades sido embargado durante mais sete ou oito annos na execução da sua empreza.» [1]

Á citação que acabamos de fazer, da bella obra de Varnhagen (depois visconde de Porto Seguro), devemos acrescentar que é controverso o motivo por que Pedro Alvares Cabral se desviou para oeste. Julgam uns que elle tivera a intenção de descobrir novas terras para occidente; outros que recebera effectivamente instrucções de Vasco da Gama, n'esse sentido; outros, finalmente, presumem que seria impellido por uma forte tempestade.

Sobre o descobrimento do continente americano seria ocioso repetirmos aqui o que mais atraz fica exarado. [2] N'este logar, não faremos senão aconselhar a leitura do excellente trabalho do visconde de Santarem, *Recherches historiques, critiques et bibliographiques sur Améric Vespuce et ses voyages* (Paris). Quanto ao descobrimento da região americana hoje denominada Brazil, devemos fazer menção do opusculo de Varnhagen—*Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brézil* (publicado em 1858, isto é, quatro annos depois do primeiro tomo da *Historia geral do Brazil)* no qual o auctor se propõe comprovar que o hespanhol Hojeda havia descoberto o Brazil no fim de junho de 1499. Sem

[1] *Varnhagen—Historia geral do Brazil*, t. I, pag. 13 e seguintes.

[2] Pag. 206.

embargo, Varnhagen continua a collocar no primeiro plano Pedro Alvares Cabral; e accusado por esta especie de contradicção por mr. d'Avezac, defende-se d'este modo: «É verdade que, sem em nada desrespeitar a historia, julguei dever collocar n'um plano um pouco mais avançado, do meu quadro, a figura saliente de Cabral. Eu não fazia a historia da America, meus senhores; escrevia a da civilisação do Brazil pelos portuguezes; e, n'esta historia, uma das primeiras questões a tratar era a de saber como os portuguezes começaram a conhecer esta parte do globo que lhes cabia colonisar. Ora foi o portuguez Lemos, enviado pelo seu compatriota Cabral, o primeiro que fez conhecer na Europa a existencia do Brazil, e não os hespanhoes Hojeda, Lepe ou Pinzon. Era, portanto, preciso conceder o melhor logar a quem maior importancia tinha.»

Posta de parte esta questão, foi effectivamente Gaspar de Lemos o portuguez que Alvares Cabral mandou a Lisboa participar a D. Manuel que o Brazil era seu; Cabral, com mais onze náus, porque uma se desgarrára, seguiu para a India.

Na passagem do cabo da Boa Esperança, foi accommettido por uma grande tempestade, que fez sossobrar quatro náus, em uma das quaes ia Bartholomeu Dias, aquelle mesmo que pela primeira vez dobrára o cabo. Por isso, Camões poz na bocca do gigante Adamastor esta prophecia, então realisada:

> Aqui espero tomar, se não me engano,
> De quem me descobriu summa vingança.

Bartholomeu Dias, o audaz navegador, ficára sepultado no oceano.

No dia 13 de setembro, chegava Cabral a Calicut. Já sabemos que um dos seus propositos era deslumbrar o rajah com o aspecto da armada e da embaixada, mas o esplendor da côrte indiana deixou verdadeiramente assombrados os portuguezes, como já havia acontecido á expedição commandada por Vasco da Gama.

Da entrevista resultou dar o samorim licença para estabelecermos uma feitoria em Calicut, mas os mouros, no furor da sua rivalidade, caíram sobre ella, trucidando setenta [1] portuguezes que lá estavam.

Não me dispenso de copiar n'este ponto a propria narrativa de Damião de Goes, por isso que ella noticia a primeira carnificina das muitas de que a India foi theatro n'aquella época. É o primeiro acto da sanguinolenta tragedia industanica, a primeira pagina da nossa politica espoliadora e brutal, em competencia com os mouros, que queria monopolisar as especiarias. Deu pretexto a este conflicto o ter Cabral mandado aprisionar uma náu, que se dizia carregada de ricas mercadorias, e que pertencia a um mouro rico de Calicut.

A desforra dos mouros foi o assalto á nossa feitoria.

«Ayres Correia mandou logo arvorar uma bandeira em logar que se podia mui bem vêr da frota, pelo que Pedro Alvares, por estar de cama, doente de febres, mandou a Sancho de Toar que com todos os bateis da frota se fosse a terra e visse se podia soccorrer os nossos, dos quaes os mouros n'este comenos feriram e matavam com frechas muitos dos que estavam sobre as paredes da casa, defendendo que não quebrassem as portas. Isto durou tanto que havia já ao redor da casa mais de quatro mil mouros e naires, que tambem os ajudavam, os quaes vendo que não podiam ganhar a casa, com petrechos derrubaram um lanço da parede, por onde começaram a entrar, o que os nossos vendo se sairam em ordenança por uma porta da casa que respondia á praia, seguindo-os os mouros, matando e ferindo n'elles, até chegarem onde já Sancho de Toar estava com os bateis, que para recolher os que vinham fugindo mandou saltar alguns em terra, a que se os que vinham fugindo acolheram, e juntos se embarcaram os que poderam escapar, com a agua até aos peitos. Morreram e ficaram captivos n'esta peleja cincoenta dos nossos, em que entre os mortos foi um Ayres Correia. Os que se salvaram foram os mais d'elles feridos, de que depois morreram alguns, e a casa foi saqueada e roubada de tudo o que n'ella havia. Entre estes que se acolheram á frota foi um fr. Henrique, com algumas feridas nas costas, qua-

[1] Setenta diz Damião de Goes, e não cincoenta como escreve o sr. Oliveira Martins.

tro frades dos seus, e Nuno Leitão, que sempre trouxe a par de si um filho de Ayres Correia, por nome Antonio Correia, moço de dez annos, até chegar á praia, onde um marinheiro, havendo dó de tão fraca idade, o tomou e levou ás costas a um dos bateis, o qual Antonio Correia, que ainda vive, fez depois muitos e assignalados serviços a estes reinos, como em seu logar se dirá. Esta desaventura aconteceu aos 16 dias de dezembro do mesmo anno de mil e quinhentos, do que movido Pedro Alvares Cabral, vendo que em todo aquelle dia, que esteve sem fazer mudança nem dar signal de querer fazer guerra á cidade, o rei de Calicut lhe não mandava nenhum recado, nem desculpa de um tão grave caso, ao outro, com conselho dos capitães e pessoas principaes da armada, accommetteu dez náus de mouros que estavam no porto, no que houve azos de resistencia, mas emfim depois de ter morto mais de seiscentos, as náus foram entradas, nas quaes se achou alguma pouca de especiaria, outras mercadorias, mantimentos e tres elephantes, que Pedro Alvares mandou matar e salgar para provisão da armada, e alguns mouros que achou escondidos pelas náus mandou repartir pela frota, para servirem no que fosse necessario, por n'ella haver falta de gente, pela muita que já era morta. Isto feito mandou pôr fogo a estas dez náus, que todas arderam á vista da cidade, sem por causa da nossa artilheria ousar pessoa nenhuma lhes acudir, nem no tempo da peleja, nem depois de lhes terem posto fogo. Entre estas náus foi uma a do mouro Cogecem-Micidi de Calicut, sobre que se armou esta briga, na qual se não achou nenhuma especiaria, d'onde manifestamente se viu que ou os mouros enganaram o rei de Calicut, dando-lhe a entender que estava carregada, ou que o rei movido por conselho dos seus (que pela mór parte favoreciam os mouros) consentiu na mesma traição. Queimadas as náus, em que se passou boa parte da noite, logo ao outro dia pela manhã mandou Pedro Alvares bombardear a cidade, o que se fez tão bravamente que muitos se sairam d'ella, e assim o mesmo rei, aos pés do qual um pelouro de bombarda matou um naire muito seu privado. Tendo já os nossos bem á sua vontade bombardeado a cidade, derribado muitas casas e morto muita gente, Pedro Alvares se fez á vela para Cochim, por saber que o rei desejava nossa amisade, aonde chegou aos vinte quatro dias de dezembro do mesmo anno de mil e quinhentos.» [1]

Esta sanguinolenta façanha de Cabral em Calicut, abriu-lhe os braços do soberano de Cochim, que logo permittiu o estabelecimento de uma feitoria, e o porto de Cananor, onde poude tomar uma importante carga de pimenta e canella. Finalmente, Cabral voltou a Lisboa em 1501 apenas com tres náus, porque cinco se desgarraram, e cinco foram a pique. [2]

Qual foi a recompensa de Cabral?

«Questões de pundonor,—escreve Pinheiro Chagas [3]—levaram Pedro Alvares Cabral a não acceitar o commando da esquadra que se preparava para demandar o Oriente em 1502; D. Manuel não insistiu, e Pedro Alvares Cabral, posto de parte como instrumento inutil, nunca mais foi empregado, nunca obteve despacho para os seus requerimentos, e morreu obscuramente, obscuridade de que o futuro explendidamente o vingou.

«Venturoso monarcha foi effectivamente el-rei D. Manuel, que poude ser ingrato com todos os grandes homens do seu reinado, sem que a naturesa prodiga se cansasse de lhe dar outros que substituissem aquelles que ia despresando.»

N'esse mesmo anno de 1500, partira de Lisboa Gaspar Côrte Real, com dois navios, no empenho de navegar para a India pelo polo artico. Correu toda a terra do *Salvador* que tambem se ficou chamando *de Côrte Real*, tocou na ilha dos Bacalhaus (Terra Nova) que talvez um seu ascendente já houvesse descoberto antes de Colombo haver tocado em S. Salvador. [4] Presume-se que tambem veria a pequena ilha, á entrada do estreito de Hudson, que se chamou do *Caramilo*, corrupção de *caramélo* (neve congelada).

Tornando ao reino, Gaspar Côrte-Real emprehendeu nova viagem em 1501, mas não voltou. Sahiu a procural-o, no anno seguinte, seu irmão

[1] *Chronica*, 1.ª parte, cap. LIX.

[2] Sobre esta viagem, veja-se *Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*, tomos 2.° e 4.°

[3] *Portuguezes illustres*, pag. 39. Pedro Alvares Cabral jaz com sua mulher, em Santarem, na egreja do extincto convento da Graça.

[4] Vide pag. 206 d'este volume.

Miguel, do qual tambem não houve mais noticias. Outro irmão, Vasco Eannes, queria ir á procura dos dois, mas D. Manuel não lh'o consentiu. Esta notabilissima familia merece bem, pelo seu arrojo e pelo seu triste fado, as bellas paginas que lhe dedicou um escriptor moderno. [1]

Em 1501 foi á India por capitão de quatro náus, João da Nova, *gallego de nação, alcaide em Lisboa, que não havia outro.* [2] Descobriu a ilha da Ascensão, a cerca de cento e vinte leguas da costa do Brazil, e a de João da Nova, ao oriente da Africa.

Voltando a Portugal, João da Nova tornou a embarcar em 1502, descobrindo então a ilha de Santa Helena [3] que tão notavel se tornou na historia moderna.

Este João da Nova aprisionou e saqueou no mar quantos navios de Calicut poude encontrar. Carnificina ou pirataria: foi assim que nós conquistámos e enriquecemos. O rajah mandou contra elle uma esquadrilha, que foi vencida pelos portuguezes sob o commando do ousado gallego.

Alguns historiadores collocam no anno de 1501 uma viagem de Americo Vespucio ao Brazil, baseando-se n'um documento, uma carta, publicada na *Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas* (tomo 2.º)

Hoje, em vista da memoria publicada pelo sr. visconde de Santarem em 1842 (já por nós citada em outro logar) essa pretendida viagem é regeitada pelo testimunho negativo das mais pacientes investigações historicas.

«Barros,—escreve o visconde de Santarem—, fallando do descobrimento do Brazil e citando, com a mais escrupulosa exactidão, os nomes dos capitães dos navios da expedição de Cabral, não diz uma unica palavra a respeito de Vespucio, nem da sua viagem de 1497, citada por alguns geographos; fallando todavia de Colombo, este historiador celebre guarda o mesmo silencio que os outros sobre o pretendido recontro de Cabo Verde, com os navios em que se dizia que Vespucio estava. Não falla senão do recontro com Pedro Dias. Pelo que respeita á *pretendida* viagem de Vespucio em 1501, este historiador contemporaneo apenas menciona a partida de Lisboa de João da Nova, com quatro navios, no mez de março de 1501, *sem dizer uma palavra* de Vespucio, não occultando todavia que aquelle capitão não era portuguez. Que motivo poderia elle ter para omittir o nome de um outro extrangeiro de tal modo celebre, como era Vespucio, se em verdade tivesse feito essa viagem de descobrimento por ordem do rei? Se esta viagem de Vespucio fosse real, Barros não a teria citado como citou o nome de um outro florentino como Vespucio, Fernando Vinet, entre os capitães que commandavam os navios da frota? Que interesse poderia ter este historiador em occultar o nome de Vespucio, visto dizer que Fernando Vinet, florentino, commandava o navio de que Bartholomeu Marchioni, tambem florentino, era proprietario? Este historiador, tão minucioso nos pormenores historicos, não se limitou a dizer que um dos navios era commandado por um florentino, que este navio pertencia a outro florentino, mas até accrescentou que este Marchioni residia em Lisboa, e é crivel que Barros, que estava tão bem informado a respeito dos compatriotas de Vespucio que residiam em Lisboa, e que se empregavam nas navegações, ignorasse mesmo a existencia de Vespucio? Ignorasse que elle havia sido chamado pelo rei, como diz, e como tem repetido muitos geographos?

«Vespucio não é mais feliz nos testemunhos d'este historiador contemporaneo, no tocante ás suas pretensões sobre a viagem de 1503.»

As viagens, de que vimos tratando, pertencem hoje ao numero das mistificações historicas.

Unicamente resta, perpetuada no nome dado ao novo mundo a lenda de que *Americo* Vespucio descobriu a America. Esta fabula foi pela primeira vez dada a curso em 1507, na *Geo-*

[1] Luciano Cordeiro.—*De la découverte de l'Amerique.*

[2] Luiz de Figueiredo Falcão. *Livro em que se contem toda a fazenda e real patrimonio dos reinos de Portugal, India e ilhas adjacentes.* N'este curioso livro se pode vêr, anno por anno, qual foi o nosso movimento maritimo para a India.

[3] «Os portuguezes nunca povoaram esta ilha; mas um portuguez, por nome Fernam Lopes, que por especial graça obteve viver ali em desterro, a povoou de varios animaes domesticos, como porcos, cabras, coelhos, perdizes, etc. e fez algumas plantações. Ácerca d'este Fernam Lopes, e suas circumstancias, pode vêr-se *Castanheda*, na *Hist. da India*, liv. 3 cap. 69 e cap. 94.»=*Indice chronologico.*

graphiæ introductio, a que vem appensa uma traducção latina das viagens de Americo Vespucio, em que elle proprio declára ter descoberto o continente americano, havendo Colombo descoberto apenas as ilhas.

A traducção foi appensa ao livro por intervenção de um joven alsaciano que convivera com um amigo de Vespucio, e que era revisor da imprensa de Saint-Dié, onde a *Geographiæ introductio* se imprimiu.

Este livro teve grande voga, foi reimpresso, e o nome da *America* começou a correr.

Assim se fórma uma lenda.

CAPITULO V

Em 1502 voltou Vasco da Gama novamente á India. Levava vinte náus para abater o orgulho do samorim, que o havia offendido, e para deixar algumas na guarda dos mares, em que os mouros haviam imperado livremente até então.

Portugal estava definitivamente lançado n'uma politica de represalias, de crueldade, e de pirataria.

Tocou em Sofalla e Moçambique, sendo bem recebido. Proejou para Quilôa, cujo rei queria castigar. Mas o monarcha africano «houve tamanho medo com a chegada d'estas náus, que de sua propria vontade mandou dizer a D. Vasco da Gama que se queria vêr com elle, o que se assim fez, e nas vistas, que foram no mar, D. Vasco o prendeu e o desenganou, que se se não fazia vassallo, e tributario d'el-rei seu senhor, que preso o havia de levar á India, e d'ahi a Portugal, com medo das quaes ameaças prometteu de dar cada anno dois mil meticaes de ouro de páreas, e os d'aquelle anno mandaria como fosse em terra, para firmeza do que ficaria com elle Mafamede Enconij, que era a segunda pessoa do seu reino...» [1]

O rei de Quilôa, apenas se viu em terra, não quiz pagar as páreas: ella por ella. Mas Mafamede, para se resgatar, pagou do seu bolso os dois mil meticaes de ouro.

De Quilôa velejou Vasco da Gama para Melinde, cujo rei, assustado, o mandou visitar por um degredado portuguez, Luiz de Moura, que lá tinha ficado desde o tempo da primeira expedição.

Ouçamos agora, da bocca de Damião de Goes, uma pagina repugnante da nossa conquista na India:

«Feita aguada e carnagem, se partiu para a India, e em chegando ao monte Delli topou uma náu do sultão de Babylonia, chamada *Merij*, de que era capitão Joarfaquim, náu grande e bem armada, que partira de Calicut carregada de especiarias e outras mercadorias para Méca, em que havia muitos romeiros, que por sua devoção iam visitar o sepulchro do seu propheta Mafamede, a qual tomou com muito trabalho, por se os mouros defenderem muito bem todo aquelle dia e a noite seguinte, mas ao outro dia foram entrados e mortos mais de trezentos, e alguns meninos que n'ella havia mandou Vasco da Gama levar á sua náu, com tenção de os fazer frades no mosteiro de nossa Senhora de Belem. Tomada esta náu, D. Vasco da Gama se foi a Cananor, onde entregou a el-rei o seu embaixador que mandára a Portugal, e lhe deu um presente que el-rei D. Manuel lhe mandava, do qual foi recebido com grande apparato e muita cortezia: o que feito se foi lançar sobre o porto de Calicut, e logo que ahi chegou tomou alguns paráos em que poderia haver até cincoenta malabares da cidade. Estando ali surto, sem fazer mostra de guerra, chegou á sua náu um mouro vestido em trajos de frade de S. Francisco, que os nossos cuidaram que fosse algum dos que estavam com Ayres Corrêa quando o mataram, mas logo que chegou e dizendo *Deo gracias*, disse que era mouro e que vinha assim para poder chegar ás náus sem lhe fazerem mal, para dar recado ao capitão como el-rei queria com elle paz e amizade, porque do que se até ali passára lhe pesava muito, a isto respondeu que elle queria o mesmo e que a isso era vindo, mas que em signal do que dizia lhe mandasse entregar a fazenda que tomaram a Ayres Correia, ou o procedido d'ella, no que se passaram tantos recados que sentindo D. Vasco que eram tudo enganos, mandou dizer a el-rei, pelo mesmo mouro que andava n'estes negocios, que se não fizesse o que lhe mandára dizer, que por vingança da morte de Ayres Corrêa, mandaria enforcar todos aquelles malabares, seus subditos, que tinha presos, ao que el-rei não respondeu, pelo que

[1] Damião de Goes.

D. Vasco mandou enforcar os malabares, e depois de mortos lhes mandou cortar os pés e mãos, e os corpos mandou lançar ao mar para com a maré irem ter á praia, e os pés e mãos mandou metter n'um paráo e á tôa levar a terra por dois bateis, e n'elle uma carta para el-rei de Calicut, desafiando-o á guerra de fogo e sangue, da parte d'el-rei D. Manuel, seu senhor, assim a elle como a todos os seus amigos, subditos e vassallos, a qual carta e espantoso presente foi, para el-rei e todos os da cidade, de muita tristeza. Aquella noite fez D. Vasco chegar todas as náus o mais perto de terra que cada uma poude, e logo que amanheceu mandou bombardear a cidade, no que entre outros damnos que fez foi derribar o cerame d'el-rei, que estava junto da praia, o que feito se partiu para Cochim, deixando Vicente Sodré com seis velas, para guarda da costa do Malabar.»

Com estas duas sanguinolentas proesas, a mortandade dos tripulantes da náu de Méca, de que faziam parte muitas mulheres, que de bordo pediam piedade, mostrando aos portuguezes os filhos pequeninos, e com o incendio da cidade de Calicut, se assignalou tristemente a segunda viagem de Vasco da Gama á India.

Depois o almirante visitou a feitoria portugueza de Cochim; de Quilôa trouxe o ouro de que se fez a celebre custodia de Belem, e regressou a Portugal, deixando na India uma parte da sua armada sob o commando de Vicente Sodré.

O samorim rompeu então hostilidades com o rei de Cochim, querendo obrigal-o a expulsar da feitoria os portuguezes. Vicente Sodré, apesar de implorado pelo de Cochim, abandonou-o e velejou á procura de náus de mouros, sobre que podesse piratear á vontade. Foi feliz na colheita, porque só em dinheiro de contado arrebanhou mais de duzentos mil pardáos; mas as suas náus naufragaram com uma tempestade, e elle morreu, bem como seu irmão Braz.

O Gama chegou a Lisboa em 1503, e n'esse mesmo anno partiram para a India Affonso de Albuquerque e Duarte Pacheco, com o proposito de acudirem ao rei de Cochim, isto é, de fazer aquillo que o pirata Sodré não quizera fazer.

Affonso de Albuquerque restituiu ao rei de Cochim os Estados de que o de Calicut o havia expulsado, e fundou a fortalesa de Cochim, a primeira que tivemos na India. Voltando ao reino, deixou em Cochim Duarte Pacheco, o *Achilles lusitano*.

«Deixado na India com um punhado de soldados para proteger as feitorias nascentes, Duarte Pacheco teve de soccorrer em 1505 o rajah de Cochim contra um formidavel ataque do de Calicut. São dignas verdadeiramente dos cantos de Homero as façanhas praticadas pelo heroe portuguez e os seus pouquissimos soldados. Com elles contrastou Pacheco os exforços das innumeraveis tropas do inimigo. Tão valoroso, e mais feliz do que o espantoso Leonidas, poude no passo de Cambalam, Thermopylas indianas, derrotar o novo Xerxes. Estes prodigiosos combates fortaleceram o prestigio dos portuguezes, que ficaram considerados como uns heroes sobre humanos. A proverbial ingratidão d'el-rei D. Manuel veio ferir, mais do que todos, este homem que tanto illustrára a sua patria. É verdade que primeiro o recompensou, dando-lhe o governo de S. Jorge da Mina, e honrando-o sobremaneira; mas, attendendo a ruins intrigas, mandou-o carregar de ferros e, se depois lhe reconheceu a innocencia, não se lembrou de o recompensar dobradamente. Duarte Pacheco morreu obscuro, olvidado e pobre.» [1]

No combate homerico de Cambalam, o predominio portuguez ficou firmado na India. Deve-se esse serviço a Duarte Pacheco. Elle não tinha o peito cru de Vasco da Gama, a ambição de Sodré, era um heroe, na verdadeira acepção d'esta palavra. Voltando ao reino em 1505, foi humilhado pelo rei que vivia n'uma côrte lilliputiana, e não gostava de homens que lhe fizessem sombra.

A republica de Veneza e o soldão do Egypto, vendo fechado o Mediterraneo ao commercio da India, em proveito dos portuguezes, que abriram a Lisboa a nova estrada do Atlantico, desde a praia do Rastello até á peninsula industanica, conspiravam contra nós, principalmente em Calicut e Cambaya. Era preciso contrariar as suas machinações, e por isso D. Manuel nomeou D. Francisco de Almeida primeiro viso-rei da India.

Tomamos agora de Rebello da Silva os principaes traços da missão de Francisco de Almeida;

[1] Pinheiro Chagas—*Portuguezes illustres.*

condensam elles todo um systema de administração:

«Notámos que as origens da corrupção, que tanto apressou a ruina do nosso poder no oriente, logo principiaram a manifestar a sua influencia nefasta desde os primeiros tempos. O vice rei D. Francisco de Almeida, escrevendo a el-rei D. Manuel, traçava os lineamentos da physionomia da India portugueza com lapis tão severo, que só nos devemos admirar, de que a dissolução caminhasse com menos rapidez, do que na realidade se adiantou. Os maus conselhos da côrte concorriam para isso. A gente do mar e parte dos soldados pelajavam quasi nus e descobertos. Os soldos e as mercês promettidas corriam com grande atrazo, e a desconfiança de não serem pagos das dividas, ou remunerados dos serviços, era geral em todos. O rei despachava em Lisboa para os melhores officios homens novos, e deixava sem premio os que aleijados das feridas mais careciam de descanso honroso. Estas injustiças relativas ulceravam os animos, e quebravam as vontades mais intrepidas a uns, em quanto excitavam em outros o desejo e o proposito de se indemnisarem por suas mãos. Muitos capitães já se entregavam com tal cubiça ao trato mercantil, comprando e vendendo, que desamparavam as náus, e esqueciam todas as obrigações. Os soldados, além de poucos e descontentes, quasi desarmados, queixavam-se, porque viam dar aos recemchegados do reino o que elles tinham ganho á ponta das lanças. [1] Havia muitas baixas por doença, e os sãos, dizia D. Francisco de Almeida, andavam desfallecidos do sangue, da idade, da vida, e com o espirito cansado, mais que tudo da ingratidão, com que se viam desprezados. Era esta em 1508 a verdadeira imagem dos homens, e das cousas, descripta pelo primeiro vicerei, caracter probo e cavalheiroso, que os erros do principe e a devassidão incipiente dos subditos magoavam profundamente. Cincoenta annos depois, se D. Francisco de Almeida podesse resuscitar, e ver por seus olhos os terriveis estragos da gangrena social, é provavel, que sua penna ainda corresse mais aspera, que a de D. João de Castro, censor tão honrado e tão pouco attendido como elle. [1]

«Nos conselhos celebrados em Lisboa descutiu-se repetidas vezes qual era o systema de conquista mais accommodado ás forças do reino, e mais apto para conservarmos e dilatarmos o monopolio commercial, e parece que se preferiu o da fundação de presidios em todos os logares que na India podessem ser occupados como chaves da navegação, ou como emporios mercantis. Pelo menos é o que se deprehende das ordens dictadas por D. Manuel em 1505 a D. Francisco de Almeida, nomeado vice-rei, mandando, que, apenas chegado ao seu governo, elle procurasse construir com toda a diligencia fortalezas em Cochim, Cananor, Quiloa e Angediva, nomeando logo os capitães, que as haviam de defender, e estabelecendo o soldo, que devia ser pago a mil e quinhentos homens de armas, duzentos bombardeiros, e quatrocentos homens do mar destinados a formarem a guarnição permanente dos novos dominios. Entre estes soldados quiz el-rei, que fossem quatrocentos individuos com moradia na sua casa e como taes inscriptos nos seus livros. Os vencimentos offerecidos eram avultados em relação á época, e consistiam em tres cruzados de soldo, e tres quintaes de pimenta livres de direitos por um anno, e em um cruzado para rações por mez a cada lança. Os capitães das fortalezas só podiam começar a vencer depois d'ellas concluidas e cerradas. Partiram com os officiaes, que as haviam de guardar, os feitores, almoxarifes, e escrivães encarregados pela fazenda real do tracto e fiscalisação das mercadorias. [2]

«D. Francisco de Almeida, avisado pela experiencia, reprovava o systema, que as ordens da côrte tanto recommendavam. Tratando da fortaleza, que D. Manuel queria sem demora levantada em Caulão em 1508, expunha sem disfarce, que el-rei quantos mais presidios contasse mais

[1] *Lendas da India*, por Gaspar Correia, tom. I, part. II, pag. 916. D. Francisco de Almeida accrescentava, que taparia, se podesse, os buracos por onde se nos ía mais o vento, e nota, que os militares da India de aborrecidos desejavam passar a outras terras, devendo-se-lhes já até janeiro de 1508 cem mil cruzados.

[1] *Lendas da India*, pag. 918 e 919. D. João de Castro na sua correspondencia ainda soltava censuras mais acres, do que D. Francisco de Almeida.

[2] Ibidem, ibidem, tom. I, part. II, pag. 530 e 531

fraco ficaria, porque toda a força da corôa n'aquellas partes devia consistir em armadas e em gente maritima. Se não formos poderosos no mar (dizia elle) tudo será logo contra nós «e se o rei de Cochim quizesse mostrar-se desleal seria destruido, porque as guerras passadas eram com bestas, e as que temos agora são com venezianos e turcos.» [1] Affonso de Albuquerque seguiu politica diversa e parecer contrario. O seu pensamento era fundar um grande imperio, e assentar-lhe solidamente os alicerces em padrastos, que ao mesmo tempo servissem de freio aos inimigos, de escala segura aos nossos navios, e de emporios ao nosso commercio. A escolha da cidade de Gôa para cabeça do novo estado, e a tomada de Ormuz e de Malaca, pontos essenciaes para a firmeza do senhorio mercantil e militar, attestam a sua elevada capacidade como capitão e como conquistador. Os successores exageraram, porém, a idéa inicial, e multiplicaram sem vantagem as fortalezas, que, mal providas e expostas, se tornavam, quasi verdadeiros curraes sem mais prestimo, do que exigirem avultada despeza e grande perda de fama, quando alguma era rendida. Calculava-se em 4:000 pardaos o que se gastava em cada uma d'ellas sem proveito, e os votos mais auctorisados sustentavam a necessidade de arrazar, o maior numero, concentrando as guarnições nas praças, que por sua posição mereciam e justificavam os sacrificios, como eram Mombaça, Mascate, Moçambique, Sofala, Ormuz, Diu, Malaca, e algumas outras.» [2]

«D. Francisco de Almeida tinha rasão. Era só nas armadas victoriosas, que o nosso dominio podia firmar-se. Á boa distribuição das forças navaes foram devidos os maiores progressos da conquista, e á superioridade das tripulações as victorias repetidas, que a dilataram. No governo de Nuno da Cunha ainda cruzava os mares da costa do Malabar uma grossa esquadra, e outra assás forte todos os annos visitava o estreito. As nossas vélas nunca cessavam de guerrear as aguas de Cambaya. N'essa época os rendimentos de todo o estado (calculados em mais de 240 contos, em dezembro de 1611 por Couto), não excediam 128 contos, e apesar d'isso todas as despezas eram pontualmente satisfeitas. Depois os gastos da armada no mar subiram a sommas muito elevadas, e assim mesmo raras vezes saíam os navios a tempo, porque os estaleiros e os arsenaes se achavam vasios, e tudo vinha de fóra, mantimentos, velame, marinheiros e operarios. Os vasos apodreciam mezes e annos á espera de fabrico, e entretanto os officiaes venciam como se estivessem empregados em commissão activa. [1] Outros officiaes sem serviço pediam e obtinham commandos de galés, e se passavam um verão nas estações do norte no outro só queriam as da costa do Malabar.

«A obediencia e a disciplina tomavam-se por cousas vãs, e cada um fazia com plena impunidade o que o interesse lhe aconselhava. N'esse meio tempo folgavam os piratas malaios, apresando-nos por anno vinte e trinta embarcações. A vida militar no antigo tempo era muito differente. Os soldados e os marinheiros sómente descansavam nos tres mezes de inverno, e n'esses luctavam com a fome. A bordo o seu regalo consistia em um prato de arroz com peixe salgado, dormiam nos bancos das fustas descobertos á chuva e ao sol, e bebiam agua dos tanques corrompida. Nos dias de decadencia, o menor cavalleiro cobria-se de oiro e de velludo, e rodeava-se de pagens. Os peões humildes aspiravam a tratar-se quasi á lei da nobreza, todos fugiam dos trabalhos, e todos se queixavam da menor contrariedade como de um vexame atroz. [2]

«Os chefes das familias illustres ainda mandavam os filhos e os irmãos para o serviço da India, mas esta gente fidalga entregava-se mais aos deleites e jogos de cannas, do que aos exercicios militares. Cuidava muito em luzir pela pompa das calças imperiaes de seda, mersacotas e capas de escarlate, e muito pouco pela escolha de boas armas defensivas e offensivas. Cada um ao saír de casa recebia para suas despezas 300 ou 400 cruzados, ajuda de custo que outr'ora se não pagava senão a cavalleiros nobres e encanecidos nas armas. Estes exemplos desanimavam uns, e ani-

[1] *Lendas da India,* por Gaspar Correia, tom. I, part. II, pag. 906.—Diogo do Couto, *Soldado Pratico,* dialog. I, pag. 144.

[2] Ibidem, Ibidem.

[1] Diogo do Couto, *Soldado pratico,* dialog. II, pag. 46, 47, 83 e 84.

[2] *Soldado Pratico,* dialog. I, pag. 135 e 141.

mavam esperanças atrevidas em outros. Quasi ninguem se queria embarcar como soldado, e os poucos, que havia, por todos os modos procuravam ficar em terra.» [1]

Entre os expedicionarios que acompanharam á India D. Francisco de Almeida em 1505, contava-se Fernão de Magalhães, que tão notavel se havia de tornar mais tarde como navegador e descobridor. Preparando-se para a viagem, Magalhães fez testamento, segundo o costume; esse documento é conhecido. As suas principaes clausulas são:

«Mando que se eu morrer fóra d'esta terra ou em esta armada para onde agora vou para a India, servir a meu senhor Rei o muito alto e muito poderoso senhor Dom Manuel que Deus nos guarde, que as minhas exequias se façam como fariam a um simples navegante, dando ao capellão do navio a minha roupa e armas para que diga tres missas de requiem resadas.

«Nomeio por meus unicos herdeiros minha irmã D. Thereza de Magalhães, a seu marido João da Silva Telles e a seu filho meu sobrinho Luiz Telles da Silva, a seus successores e herdeiros, com a obrigação que o dito meu cunhado ha de juntar ao brasão das suas armas o de Magalhães, que é de meus avós, e por ser muito distincto, e dos melhores e mais antigos do reino, estabelecendo como estabeleço nos varões primogenitos, ou femeas á falta d'elles, descendentes da dita minha irmã D. Thereza de Magalhães e seu marido meu cunhado e seu filho Luiz Telles da Silva, no meu altar do Senhor Jesus da egreja de Santo Salvador de Sabrosa, um legado de doze missas todos os annos, para o que avinculo a minha quinta de Souta, que está no mesmo termo de Sabrosa, e será perpetuamente padroado leigo, que se conservará sempre para memoria da nossa familia, que terão obrigação de renovar os successores, se por algum caso ou malicia o carecer, sem poder augmentar nem diminuir o numero das missas, nem pôr-lhe outra condição; e tudo que deixo ordenado quero que seja verdadeiro e firme para todo o sempre no caso que eu fine sem successão legitima, que tendo-a que seja a successora de todos os meus bens com a mesma obrigação do dito padroado leigo, que fica estabelecido e não d'outra guiza, por ser justo que a varonia tenha augmentação e não fique privada da pouquidade dos bens que tenho, dos quaes não posso melhor nem de outra maneira ordenar.»

[1] Rebello da Silva, *Historia de Portugal*, tomo V pag. 135 a 140.

N'esta expedição, D. Francisco de Almeida devia construir quatro fortalesas: em Quiloa, em Cananor, em Cochim, e nas ilhas de Anchediva. Com effeito, Almeida expugnou Quiloa, e deu á cidade um novo rei que elle mesmo coroou com grande solemnidade. A conquista de Mombaça foi muito trabalhosa para os portuguezes, e revela em D. Francisco de Almeida superiores qualidades militares. Depois da tomada de Mombaça, Almeida foi fundear em Anchediva, onde mostrou estar disposto a seguir uma politica generosa e digna. Velejando para Calicut, encontrou-se com uma forte armada (quatrocentos navios) que o samorim, por conselho dos negociantes musulmanos, havia mandado apparelhar contra os portuguezes. O combate naval que se deu é de uma grandesa heroica, de uma heroicidade homerica. Teve n'elle parte importante D. Lourenço de Almeida, filho do vice-rei, soldado valoroso, a quem um triste fim esperava. O que é certo é que esse combate glorioso dera ao nome portuguez nos mares da India um prestigio de que elle carecia para consolidar a conquista.

Em Cochim, D. Francisco de Almeida conseguiu levantar uma fortalesa, graças ao emprego de meios finamente astuciosos. Mandava de noite lançar fogo ás casas dos portuguezes, attribuindo o incendio aos mouros. Como satisfação dada ao vice rei, o rajah permittiu-lhe a construcção da fortalesa, coroando por este modo ingenuamente os desejos de D. Francisco.

Outra fortalesa, a de Cananor, foi construida depois de um longo e tempestuoso cerco posto pelos mouros aos portuguezes encarregados d'essa commissão. Valeu aos nossos o soccorro inesperado de uma esquadra que tinha sahido do reino sob o commando de Tristão Cunha, e que por acaso aportára a Cananor.

O proprio vice-rei foi a Cananor, onde ditou condições ao rajah.

D. Lourenço de Almeida morreu em combate naval com uma poderosa armada do sultão do Egypto, auxiliado pelos venezianos. Este golpe

abalára profundamente o espirito do vice-rei, pozera n'elle uma sombra de tristeza que havia de acabar por lhe obscurecer a heroicidade.

Para vingar a morte do filho, D. Francisco tratou de preparar uma armada, que se compunha de vinte e uma velas. A essa armada cumpria realisar uma terrivel obra de destruição e vingança; realisou-a. Partindo de Anchediva, a armada entrou em Dabul. Ahi, a crueldade dos portuguezes excedeu todos os limites. Tomemos de Damião de Goes a descripção d'esse horrivel feito:

«O que assentado se partiu (D. Francisco de Almeida) d'Anchediva para dar em Dabul, cidade do Sabaio, senhor de Gôa, que era um dos que favoreciam os rumes e déra azo a virem á India, e sobretudo pela má companhia que os d'esta cidade fizeram ás náus de Cochim, quando D. Lourenço foi dar guarda ás que foram a Chaul, como fica dito, pelo que determinou de dar n'esta cidade. Para onde seguindo seu caminho, sem sua licença, se foi Paio de Sousa a uma aldeia de mouros, para tomar refresco e agua, e porque os seus se desmandaram a roubar gado, os da terra sairam a elles e os fizeram recolher á galé, deixando o capitão Paio de Sousa morto e Jorge Guedes, por cuja morte deu o vice-rei a capitania da galé a Diogo Pires, e a de Diogo Pires deu a Diogo Mendes. Surta toda a armada diante da barra de Dabul, mandou o vice-rei sondar o porto de noite, para ao outro dia entrar no rio, que é muito largo, e a cidade era muito grande e formosa, situada ao longo do rio, ao pé de uma serra muito fresca, no reino de Dacão em que então estava um capitão mouro, que ali mandára o Sabaio, com quinhentos turcos e outra gente da terra, que seriam por todos seis mil, o qual tinha fortificada de tranqueiras, baluartes, artilheria e todas as outras coisas necessarias para se defender, e no rio quatro náus de Cambaia, com outros navios da terra, tão confiado que trouxe comsigo a sua principal mulher, com todo o seu thesouro e fez vir muitas pessoas que moravam em outros logares e quintas para verem a victoria que cuidava haver dos portuguezes; além do que mandou apregoar, sob pena de morte, que ninguem se sahisse, nem tirasse fazenda da cidade. Passada a noite, em começando a maré a crescer e a viração a servir á nossa armada, o vice-rei mandou dar á vela, levando diante as galés e apóz ellas as caravelas, e por derradeiro as náus, todos com os bateis fóra, prestes para em chegando sahirem em terra. Emparelhadas as galés com um baluarte e tranqueiras, que era o mais forte da cidade, se começou de uma e de outra parte um medonho jogo d'artilheria, e o mesmo se fez das caravelas e náus depois que chegaram, no qual instante teve o vice-rei tempo para dos bateis sahir em terra, elle primeiro com a bandeira real, que assim o tinha ordenado: O qual em desembarcando foi commetter o baluarte, mas antes que lá chegasse o capitão da cidade o veiu receber com sua gente em boa ordem, trazendo diante de si, por desprezo do vice-rei, sete mouros honrados, cada um em seu andor com sombreiros de pé, mas o escarneo lhe custou mais do que cuidava, porque os sete mouros, com muitos outros que os defendiam, foram mortos e todos desbaratados, e o capião o primeiro que fugiu, dos quaes seguindo os nossos o alcance ganharam o baluarte, e juntamente entraram na cidade, d'envolta com os vencidos, em que foi tamanho o medo que nenhum dos que se poude acolher ficou n'ella e os que ficaram morreram quasi todos, assim homens como mulheres, no que cresceu tanto a crueza na nossa gente que tomavam os meninos dos collos das mães e sem lhes abastar as matarem a ellas, esborrachavam as crianças nas paredes, innocentes da causa porque se a tal vingança tomava. N'esta furia mataram tambem a mulher do capitão, em uma casa em que estava, com outras de muita qualidade, que por resgate de suas pessoas promettiam muito dinheiro, e foi tanta a crueza n'esta victoria que ficou em toda a India por proverbio dizerem por praga: «A ira dos franges venha sobre «ti, assim como veiu sobre Dabul». Durou isto até noite, em que pereceu grande numero d'almas, e durára mais se o dia se alongára, porque o vice-rei, por se a gente não espalhar mais pela cidade, em se o sol pondo mandou recolher todos a uma mesquita, onde passaram aquella noite, com duzentos e vinte feridos e dezeseis mortos. Na qual noite, por honra de tamanha victoria, armou muitos cavalleiros na mesma mesquita, d'onde em amanhecendo mandou sahir a gente a saquear a cidade, mas vendo que se des-

mandavam no muito que havia que roubar, lhe fez secretamente pôr fogo, em que arderam muitos cavallos que estavam presos em estrebarias, e morreram todas as pessoas que com medo do fogo se sahiram das casas em que estavam escondidas, sem perdoarem a nenhuma, posto que como vencidos pedissem misericordia. De maneira que do roubo e do fogo a cidade foi de todo destruida, e as casas e mesquitas que n'ella havia abrazadas, e o mesmo se fez das náus de Cambaia e outros navios que estavam no porto, do que tudo foi tamanha a perda, afóra a multidão da gente que morreu, que se estimou em mais de dois contos de ouro, porque da cidade, pelo assim mandar apregoar o capitão, como fica dito, além de não sahir nenhuma pessoa, senão tirou cousa alguma de todas as mercadorias e riqueza que n'ella havia, do que ainda não satisfeito o vice-rei, se foi á serra, onde fez queimar muitos e mui frescos castellos e quintas. No qual negocio mataram os nossos muitos dos inimigos que em alguns passos da serra lhe sahiram ao caminho, e porque soube d'alguns captivos que cinco leguas pelo rio acima havia um logar raso, grande e rico, se foi lá nas galés e no bergantim, com alguns bateis, e sem se lhe poder chegar, por causa do vento ser contrario, se tornou, destruindo muitas aldeias, etc.»

De Dabul, D. Francisco de Almeida dirigiu-se para Diu.

Ahi travou combate naval com os rumes, os soldados do sultão do Egypto. Foi terrivel o combate, como que o ultimo lampejo da heroicidade de D. Francisco de Almeida. Quando os capitães portuguezes, victoriosos, saltaram á náu do vice-rei, para o felicitarem, disseram-lhe:

«Senhor, nós somos desaventurados, que ficamos vivos, não morrendo com o vosso bom filho, que está em gloria.» Então, lagrimas ardentes e copiosas rebentaram dos olhos do vice-rei, emperlando-lhe a barba. Quiz dissimular a sua profunda commoção e ainda disse: «Meus filhos, isso já passou e traspassou minha alma; agora nos alegremos com esta boa vingança que Nosso Senhor por sua misericordia nos deu.» [1]

Mas todo o esforço foi impotente para dissimular. Francisco de Almeida foi sentar-se na tolda, com um lenço na mão, chorando como uma creança.

O periodo da sua gloria estava fechado, e o do seu governo tambem.

Em 1506, Affonso de Albuquerque tinha voltado á India na esquadra de Tristão da Cunha, levando instrucções secretas de D. Manuel para succeder como vice-rei a D. Francisco de Almeida.

Em 1508, estando Albuquerque em Ormuz, alguns capitães que o acompanhavam, começaram a indispor-se com elle, visto que não queria sahir de Ormuz sem ter ali firmado o dominio portuguez, e elles desejavam lançar-se na pirataria das náus de Méca, e no commercio das especiarias.

Este espirito de revolta contra Albuquerque chegou a tomar tão graves proporções, que elle teve um dia de se armar de uma espada para poder dominar a onda ameaçadora que crescia.

Despeitados os capitães, que a heroicidade de Albuquerque reduzira ao silencio, começaram a aconselhar D. Francisco de Almeida a que lhe não entregasse o governo.

Albuquerque chegou a Cananor, quando Almeida se preparava para vingar a morte do filho. Pediu-lhe que lhe entregasse o governo, mas Almeida respondeu que não podia prescindir d'essa vingança. Albuquerque annuiu, e até se offereceu para o acompanhar como voluntario, mas D. Francisco de Almeida recusou delicadamente.

Em Cochim, Albuquerque de novo requisitou a posse do governo. Os campos estavam divididos: uns eram por D. Francisco de Almeida, e sustentavam que elle não devia entregar o governo sem receber novas ordens do reino, sob pena de deixar perder o dominio portuguez na India; outros eram por Affonso de Albuquerque. Os dois partidos chegaram até a vias de facto, e, entre elles, o rajah, não sabia para que lado se havia de voltar. Finalmente, D. Francisco de Almeida mandou prender Affonso de Albuquerque, e enviou-o para Cananor.

Uma esquadra que chegára de Lisboa, commandada por D. Affonso Coutinho, parente de Affonso de Albuquerque, veio acabar a contenda vergonhosa. Tendo-a por auxiliar, Almeida não

[1] Gaspar Correia—*Lendas da India.*

resistiu: entregou o governo, e partiu logo para Cananor, acompanhado por todos os inimigos de Albuquerque, que julgaram acertado fugir-lhe.

D. Francisco, voltando finalmente á Europa, morreu no cabo da Boa Esperança n'um encontro com os cafres, a 1 de março de 1510.

A sombria irritabilidade em que a morte de seu filho o deixára, foi a causa de que estas manchas appareçam na sua aureola de gloria. Uma dôr inconsolavel despedaçára-lhe o coração, e desvairára-lhe a razão.

CAPITULO VI

É um documento importantissimo a carta escripta por D. Francisco de Almeida a el-rei D. Manuel, e basta a sua leitura para se ter uma clara idéa do modo por que as coisas da India corriam sob a direcção longinqua do rei, quasi sempre movido pela inveja, propria do seu caracter, ou pela intriga, terrivel arma de combate empregada pela côrte. Todavia, por demasiado extenso, não podemos dar na integra esse precioso documento; [1] mas ainda assim transcrevemos os periodos que especialmente se referem a Affonso de Albuquerque. Vejamos:

«Dizem cá que mandais que Affonso de Albuquerque fique neste meu cargo para governar estas cousas: será bom perguntardes aos que de cá vão que altos nem baixos ficarão com elle. N'isto, Senhor, provede com tempo, porque os Capitães e vossos criados foram com elle em tanto desvario que os prendeu, e injuriou, dizem elles que por lhe requererem as cousas de vosso serviço: pelo que depois de Ormuz alevantado como V. A. saberá, Affonso Lopes da Costa, Manoel Telles de Mello, Antonio do Campo se vieram em minha busca com requerimento por escrito, a que elle não quiz responder; e taes apontamentos me deram que os não pude culpar, nem comdenar Affonso de Albuquerque. Chegarão em tempo de necessidade, metti-os em vosso serviço, trabalharei por saber a verdade, porque da que soube mando a V. A. por inquirições: Affonso Lopes vay em alguma culpa, lá o ouvirá V. A. de sua justiça; e se Affonso de Albuquerque vier tambem, farei o que me requerer, com justiça Tambem João da Nova e Francisco de Tavora muito se queixavão de seu máo trato; eu nisto não usei entender, porque V. A. manda de lá o que lhe praz.»

. . . .

«João da Nova recebeu aggravo na maneira que V. A. fez de seu officio e fallou-me em paridade; lembro a V. A. que o comprou por seu dinheiro, e ha quatro annos que vos cá serve e deu a conta de si que testemunhão grandes feridas de que tem os sinaes, e com muytos trabalhos: Affonso de Albuquerque com elle teve grande differença, me escreveu que vos tinha muy bem servido; assi que a mercê lhe seja em accrescentamento de seu proveito, e honra, que por isso beijarei as Reais mãos a V. A.

«Hum dos paráos que trazia a carregação que carregava quatrocentos quintaes, porque era bom para o vosso officio, mandei-o concertar: para o levar, tirão-lhe hum ferro que trazia ao pião, acharão-lhe debaixo quatro quintaes de pimenta: escrevo isto a V. A. porque saiba que as quebras não vão do pezo, mas furtão-n'a os marinheiros que a levão, e que estão na náo: o que tudo he por culpa dos vossos Capitães a que eu por vezes descobria este segredo perante vossos officiaes, pelo que elles dão bem pouco, porque toda sua occupação he em seu interesse, e não em vosso serviço: torno a lembrar a V. A. que nunca sereis servido em quanto vossos officiaes de justiça e fazenda forem tratantes e mercadores.

«Hoje cinco de Dezembro estando já em Cananor com toda a frota chegou Affonso de Albuquerque de Ormuz, e com elle Martim Coelho e D. Antonio seu sobrinho em navios: elle no Cirne que trazia força de bomba, e ficava atrás Francisco de Tavora no Rey grande: para o anno Deos prazendo levarei Flor de la Mar e Cirne que mandarei concertar e carregar. Affonso de Albuquerque foi de mim recebido como cumpria, presente Lourenço de Brito, Fernão Soares, Ruy da Cunha, Antonio de Cintra que ao presente perante mi escreve, onde em presença de todos lhe puz em escolha o que de sua pessoa queria fazer: porque ir em minha companhia não era resão por vir muito cançado, para o que se me convidou se queria ficar n'este Cananor: porque Lourenço de Brito por vos servir desejava muito ir-se comigo,

[1] Vem integralmente publicado nos *Annaes das sciencias e lettras*, tom. 2.º

ou ir se a Cochym, o que elle antes escolheu para seu descanço. Mandei lá que o aposentassem em minhas pousadas, e lhe fizessem toda a honra e prazer; e porque n'estas cousas que hão de vir vai muito a vosso serviço como já tereis sabido, he necessario a cumprimento da minha obrigação avisar-vos de ante mão, ainda que seja em prejuizo de alguem. Bem sei que não pequo nisto pois sois meu pai e Deos na terra. Affonso de Albuquerque vem muito desamado da gente, dizem delle cousas de que se homem espanta: a verdade V. A. a saberá quando a perguntar. Sua ida a Ormuz fôra escusada, pois não havia de fazer proveyto, e fizera cá se a mim o enviareis: todos os que cá estão dizem publicamente que quando Nosso Senhor ordenar que eu vá, que elles não ficam: e que se elle os constranger, que se irão para os mouros. Pelo que eu tenho visto e bem entendido crêa V. A. que assi o farão, sómente se forem alguns que novamente vierem do Reyno ou que tiverem cargos pelos não perderem; o que assi será em toda a gente d'armas e do mar: mas quando isto fôr, eu direi, e mandarei a gente ao que fôr vosso serviço para que fiquem os que vierem para se poderem hir porque haverá cinco annos que cursão o vosso serviço com tam perigosa e trabalhosa vida, e mortas as vontades pelo que elles veem que de lá mandais.

«D. Affonso ficou em Socotorá doente, e assi quasi toda a gente, e muita fome, porque tinhão guerra com a gente da Ilha, e mortos muitos homens, e que sempre assi será em quanto alli estiver fortaleza. Perdoe Deus a quem fez tão má cousa para vosso serviço. Faço fundamento que tanto que tornar a Diu, se fôr vivo, lhe mandarei um navio carregado de mantimentos: a todos estes fidalgos parece bem manda-la desfazer, mas aconselhão-me que o não fizesse sem m'o V. A. mandar primeiro. Bem sei que não faço eu n'isto como quem eu sou, mas não me quero tanto confiar em mim. Torno a dizer a V. A. que mandem logo cá pessoa para este meu cargo, que tenha muitos escudeiros, e gaste cá quanto lhe derdes, c mais se mais tiver porque sendo de outra maneira pondes em grande balanço vosso real serviço.

«Este anno com ajuda de Nosso Senhor V. A. se estee descançado porque eu espero na sua misericordia que se estes cães estão em parte donde lhe possâmos chegar, não ficará delles quem leve novas a sua terra, e tambem não deixão de meter alguma manha com ElRey de Cambaya para vêr se os não poder colher no mar se m'os quer entregar, e por isso lhe outhorgarei a paz, e me esquecerei do que me os seus devem da vida meu filho: porque a paz com Diu será muy boa para vosso serviço, para bem de vossas mercadorias e roupas de Sofala, mas isto hade ser com destruição destes Rumes no mar, porque sejâmos estimados na terra. Não entendi nada nas cousas de Affonso de Albuquerque nem dos seus capitães para que V. A. julgue lá como fôr seu serviço do que creyo que elle lhe manda lá grande abastança de papeis. Lá vay hoje Coje Beirão armenio que aqui veyo ter comigo que nas cousas de Ormuz trabalhou muyto e por isso perdeu muyto do seu que lá tinha: a grandeza que V. A. com elle fizer accrescenta muyto em seu credito e estado.

«Estando já recolhido á minha náo com a minha gente embarcada para partir, querendo cerrar esta carta veio Affonso de Albuquerque a mi trazendo Fernão Soares e Ruy da Cunha e Antonio de Cintra escrivão e outro que testemunhassem em suas cousas e me apresentou a carta de V. A. que trouxe quando veyo, em que mandaes que quando me eu fôr elle fique com todolos poderes e na mesma carta mandais que morrendo eu o quem succedesse assi lh'o entregasse a elle; e por esta cabeça, por conta que lhe de mi dey do que me V. A. escrevia que me fosse na náo S. João e a elle entregasse meu officio, por isso m'o veyo requerer de face a face que lh'o entregasse. Certo he que se me lembrarão aggravos e me esquecerão as mercês que me tendes feitas, e creação, que proverá de lhe não entregar, com que não havereis mais armada, nem gente, e eu ficava livre dos perigos em que me vou metter: mas não veyo a náo em que me mandaes que saia, e nestas que já aqui estão carregadas eu não podia ir, que já em Cochim ficava meu fato e fôra passageiro mal entrouxado do que V. A. se houvera de doer de mim, e por isso com humildade, e doce modo lhe respondi a estas cousas com declaração que se para o anno minha embarcação não viesse, eu lhe entregaria o dito officio e me hiria em outra qualquer náo em que

pudesse levar meu fato, e creados e mantimentos e agoa.

«Não haja V. A. por muito isto de Affonso de Albuquerque porque o fez com muitas atiçações de contendores que tenho por vos servir que se rebelão contra mi com esperança de lh'o elle pagar quando dominar: e elle inflammado com semelhantes opiniões então me pedio que lhe desse esta armada para me hir vingar a morte de meu filho, e que eu ficasse aguardando por isto.

«Se o mal não entendo obrigado era V. A. a dizer que mandaveis dois espertantes para minha morte: porque de qualquer maneira ouvera assi levemente como vem: e eu os tratára muy amigavelmente, porque como he verdade que eu presumi que Manuel Paçanha era um delles o tratei com móres honras.

«Porque Affonso de Albuquerque de todo não ficasse triste eu escrivi ao Feitor Gaspar Pereira que de meus ordenados lhe pagasse a elle aquillo que lhe V. A. ordenára, porque me pareceu que seus protestos a este fim os fez, e disto não quero paga, porque V. A. me faz mercês que me sobejão para este mundo em que Deos prospere seu estado como no outro tenha moor gloria.»

Antes de nos occuparmos, o que faremos n'este capitulo, da obra grandiosa de Affonso de Albuquerque, daremos, transcriptas de um interessante opusculo recentemente publicado, [1] algumas indicações biographicas, a seu respeito e de seu filho Braz de Albuquerque, indicações que teem um duplo interesse, pois que tambem nos conduzem a curiosas noticias historicas sobre a *Casa dos bicos,* em Lisboa, e o *Paço da Bacalhoa* em Azeitão, a que o nome de Affonso de Albuquerque anda ligado.

«O Grande Affonso de Albuquerque, nasceu em 1452, foi estribeiro-mór do Rei D. João II e Camarista de D. Manuel. Pediu a ligitimação de seu filho, antes de partir para a India em 1506, como se prova pelo doc. n.º 1. Este notavel Capitão de Guerra, governou a India, conquistou Goa, Malaca e Ormuz.

[1] *Resumo historico e genealogico da familia do grande Affonso de Albuquerque para servir de complemento á monographia publicada em* 1860 *no «Archivo Pittoresco» sobre a Casa dos Bicos,* pelo visconde de Sanches de Baena—Lisboa, 1881.

«Morreu solteiro com 63 annos de edade em um domingo, 16 de dezembro de 1515, na cidade de Goa.

«Poucos momentos antes de fallecer recommendou seu filho a el-Rei D. Manuel, como se vê pelo topico da seguinte carta: «Senhor, esta «é a derradeira, que com soluços de morte es«crevo a V. Alteza, de quantas, com espirito de «vida, lhe tenho escripto; pela ter livre da con«fusão d'esta hora, e muito contente na occupação «do seu serviço. N'esse Reino deixei um filho «por nome Braz de Albuquerque, peço a V. Al«teza por mercê o faça grande, e lhe dê satisfa«ção do meu serviço, etc., etc., etc.»

«Braz de Albuquerque, filho N. do Grande Affonso de Albuquerque, que o houve em Joanna Vicente e foi legitimado por carta Regia de 26 de fevereiro de 1506 a pedido de seu Pae como na mesma carta se declara.

«Logo que el-Rei D. Manuel recebeu com a carta de Affonso de Albuquerque a noticia da sua morte, mandou recolher o filho ao Mosteiro de Santo Eloy para ser convenientemente educado, chrismandou-o com o nome de seu pae e fazendo-lhe mercê desde logo de tresentos mil réis de juro para suas despezas. Mais tarde elevou-lhe esta mercê a quatrocentos mil reis e mandou-lhe pagar os ordenados que se deviam a seu pae e as quintaladas de pimenta, que tudo importa na valiosissima cifra, para aquelle tempo de cento e oitenta mil cruzados., etc., etc. [1]

«N'esta brilhante e inesperada situação, em que pelos serviços do pae, se viu elevado o filho, até ao favoritismo e estimação de um Rei que se chamava D. Manuel, não admira que fosse requestado para genro dos mais ricos e nobres fidalgos d'aquelle tempo; mas el-Rei não quiz declinar de si, a escolha da mulher, para um homem que tinha por obrigação fazel-o grande. Assim pois realisou a escolha, impondo ao pae da noiva, um dote que correspondesse á posição e fortuna do seu protegido, como abaixo demonstraremos.

«Braz ou Affonso de Albuquerque, morreu em 1580 com oitenta e tantos annos de edade.

«Casou a primeira vez segundo a vontade de el-Rei D. Manuel, dotando-o com vinte mil cru-

[1] *«Archivo Pitoresco,* Tom. III a pag. 400.

zados com D. Maria de Ayala e Noronha, filha do 1.º Conde de Linhares, D. Antonio de Noronha, filho do 1.º Marquez de Villa Real, etc., etc., etc. Era o primeiro Conde de Linhares, um fidalgo que havia prestado grandes serviços em Ceuta e outras expedições. Foi vereador e presidente do Senado da Camara de Lisboa, pelos annos de 1523 quando contava 59 de edade, e foi aproximadamente por esse tempo que mandou edificar a Casa dos Bicos em Lisboa e fundou a quinta d'Azeitão, para dar como deu, com outros bens em dote a sua filha. As terras em que se estabaleceu a quinta d'Azeitão foram compradas ou cedidas por seu sobrinho D. Jeronymo de Noronha, a quem chamaram tambem d'alcunha, *O Bacalháo*, o que daria por certo causa, entre a gente d'aquelle sitio, a alcunharem pelo mesmo modo a quinta, embora com o nome de Paraizo, fosse depois baptisada; nome que não foi aceito pelo vulgo, continuando a chamar-lhe: *Quinta do Bacalháo*, ou Bacalhôa, o que D. Jeronymo Manoel—o Bacalháo—e seu filho, pela residencia que faziam n'aquella Cintra d'outr-ora, ractificaram.

«O conde de Linhares a quem nos estamos referindo, morreu com 87 annos, no de 1551. Ora como é bem sabido, a respeito de tudo quanto se escreveu n'esta e em data anterior, com relação á *Casa dos Bicos* e *Quinta d'Azeitão*, foi attribuindo-se a sua fundação a um vereador e presidente do Senado, e não o podendo ter sido, o grande Affonso d'Albuquerque, disse-se que o fôra seu filho, sem se lembrarem que este, só muitos annos depois, aos da ultima data acima, é que presidiu aquella corporação.

«*Outra questão:* Os bens de fortuna de Braz, ou Affonso d'Albuquerque, como fica demonstrado, eram em grande copia; e pelos usos e costumes em Portugal, os instituidores de morgados reservavam uma parte d'elles para os filhos segundos, e foi por este systema que Braz ou Affonso de Albuquerqne os vinculou, estabelecendo a quinta de Azeitão como cabeça de morgado deixando a *Casa dos Bicos* e outros mais bens, livres e alludiaes.

«Teve, o dito Braz ou Affonso de Albuquerque de sua primeira mulher acima, um filho e uma filha que morreram sem successão.

«Casou segunda vez com D. Catharina de Menezes, filha de D. Manuel de Menezes, de quem tambem não deixou successão e ella depois de viuva casou com D. João Coutinho de quem teve filhos.

«Houve porém B. que legitimou, o filho seguinte:

«D. João Affonso de Albuquerque, filho como dissemos B. e legitimado por seu pae Braz ou Affonso de Albuquerque.

«Não herdou nem podia herdar o morgado instituido por seu pae, pela illegitimidade de seu nascimento, no qual (morgado) passou a succeder D. Maria de Mendonça e Albuquerque, terceira neta de Fernão de Albuquerque, irmão mais velho do Grande Affonso de Albuquerque, como diremos adiante.

«A D. João Affonso de Albuquerque, acima, coube-lhe porém, a herança de todos os bens livres, que eram em grande cópia, entrando n'elles a afamada *Casa dos Bicos*.

«Casou duas vezes, a primeira com D. Isabel de Sequeira, filha de Francisco de Sequeira Velloso, secretario do duque de Aveiro.

«Casou segunda vez com D. Violante de Tavora de quem não teve filhos.

«Teve da primeira mulher:

«D. Affonso de Albuquerque, que embarcou para a India em 1617 e lá morreu S. G. poucos annos depois.

«Foi por este modo que se extinguiu a geração do grande Affonso de Albuquerque, ficando á de seu irmão Fernão de Albuquerque, e á do tio de ambos estes João de Albuquerque, os direitos tão sómente que lhes couberam as heranças; sendo o primeiro dos dois ultimos, representado então pela dita D. Maria de Mendonça e Albuquerque casada com D. Jeronymo Manuel, por alcunha o *Bacalháo*, uso-fructuarios do morgado instituido por Braz ou Affonso de Albuquerque, e o segundo representado por Antonio de Albuquerque em consequencia da escriptura de doação e instituição de morgado outorgada por D. João Affonso de Albuquerque e sua segunda mulher D. Violante de Tavora em 26 de outubro de 1649, em que por tal concessão, constituiram áquelle Antonio de Albuquerque seu herdeiro universal entrando n'essa herança a *celebrada casa dos Bicos*.»

Quanto á origem da alcunha *Bacalháo*, é cu-

riosa a seguinte noticia, que o mesmo opusculo refere, e que não deixa de vir a proposito:

«Em uma das expedições que de Portugal foram para a India, embarcaram n'ella D. Jeronymo de Noronha, sobrinho do primeiro conde de Linhares, e D. Jeronymo Manuel.

«O primeiro, como se sabe, era mais velho que o segundo e além d'isso ia por capitão da náu.

«Dizem que a viagem foi longa e tormentosa e o escorbuto principiára a grassar na tripulação, attribuindo-se tal enfermidade á constante alimentação de bacalháo, que n'esse tempo era tido e havido como mui nocivo á saude.

«D. Jeronymo Manuel, dirigiu-se um dia ao capitão-mór da náu e disse-lhe que era mister providenciar sobre o caso, etc., etc., etc. O capitão respondeu-lhe: E porque modo?—Os doentes que comam as nossas rações e nós o bacalháo.

«Na volta d'estes dois cavalheiros á côrte, soube-se do facto e como era então mania o alcunharem a todo o mundo [1] ficaram os dois sendo conhecidos pelos *Bacalháos*.

«D. Jeronymo de Noronha, tolerou a alcunha, que só durou em sua vida, D. Jeronymo Manuel ufanava-se de a ter e foi por isso que passou a ser usada por seus filhos e netos.»

Fernando Coutinho, a quem Affonso de Albuquerque devia o importante serviço que relatamos, não pensava senão na destruição de Calicut, para o que contava com o auxilio do rajah de Cochim.

Affonso de Albuquerque, instado vivamente por Coutinho, teve que transigir, e a armada partiu finalmente para Calicut, onde chegou a 3 de janeiro de 1510.

A investida foi irregular, sobretudo pela pouca prudencia de Coutinho. Os soldados portuguezes espalharam-se pela cidade, saqueando as casas dos indios. Todavia, D. Fernando Coutinho haver-se-hia salvado, retirando a conselho de Albuquerque, se não teimasse em retroceder para ir incendiar o palacio do samorim. Sendo envolvido pelos naires, cahiu morto. Mas os nossos conseguiram recolher-se ás náus, depois de effectivamente haverem incendiado grande numero de casas da cidade.

Albuquerque ficou fortemente contrariado por este desastre, mas, a fim de se rehabilitar, tratou de pôr em execução o seu plano, e de realisar a tomada de Ormuz.

Preparou para esse fim uma armada de vinte e tres velas, e dirigiu-se para as ilhas de Anchediva, onde um indio, de nome Timoia, senhor poderoso, que ou se affeiçoára aos portuguezes ou se receiava d'elles, ou, o que é mais provavel, queria para si uma parte da conquista, lhe noticiou que os rumes, fugitivos de Diu, tinham ido acantonar-se em Gôa, a fim de prepararem uma armada contra os portuguezes, sendo comtudo certo que a cidade de Gôa estava desprevenida para qualquer ataque, por isso que o sobah andava em guerra com o rei de Narcinga.

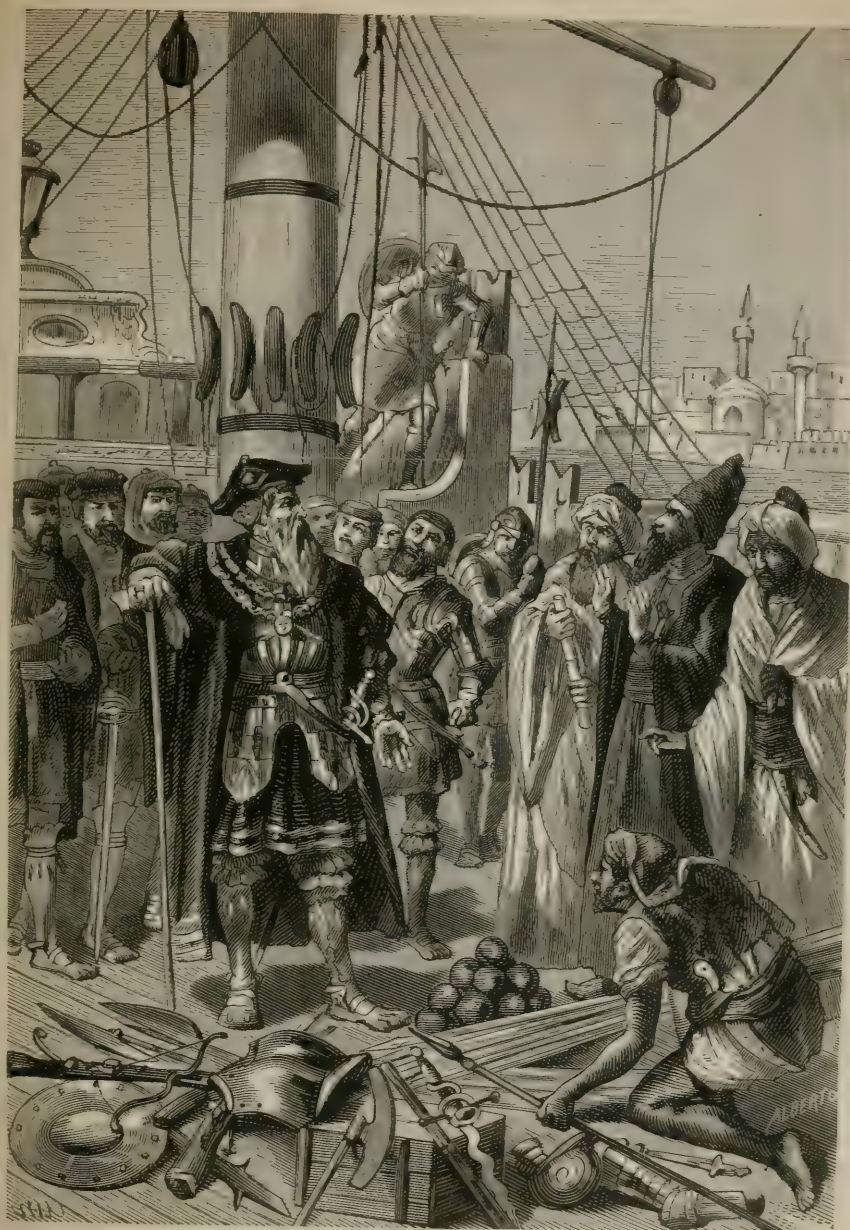
Albuquerque tomou o conselho, e velejou para Gôa, talvez porque ao seu espirito sorrisse improvisamente a idéa de fazer de Gôa a capital do imperio que sonhava.

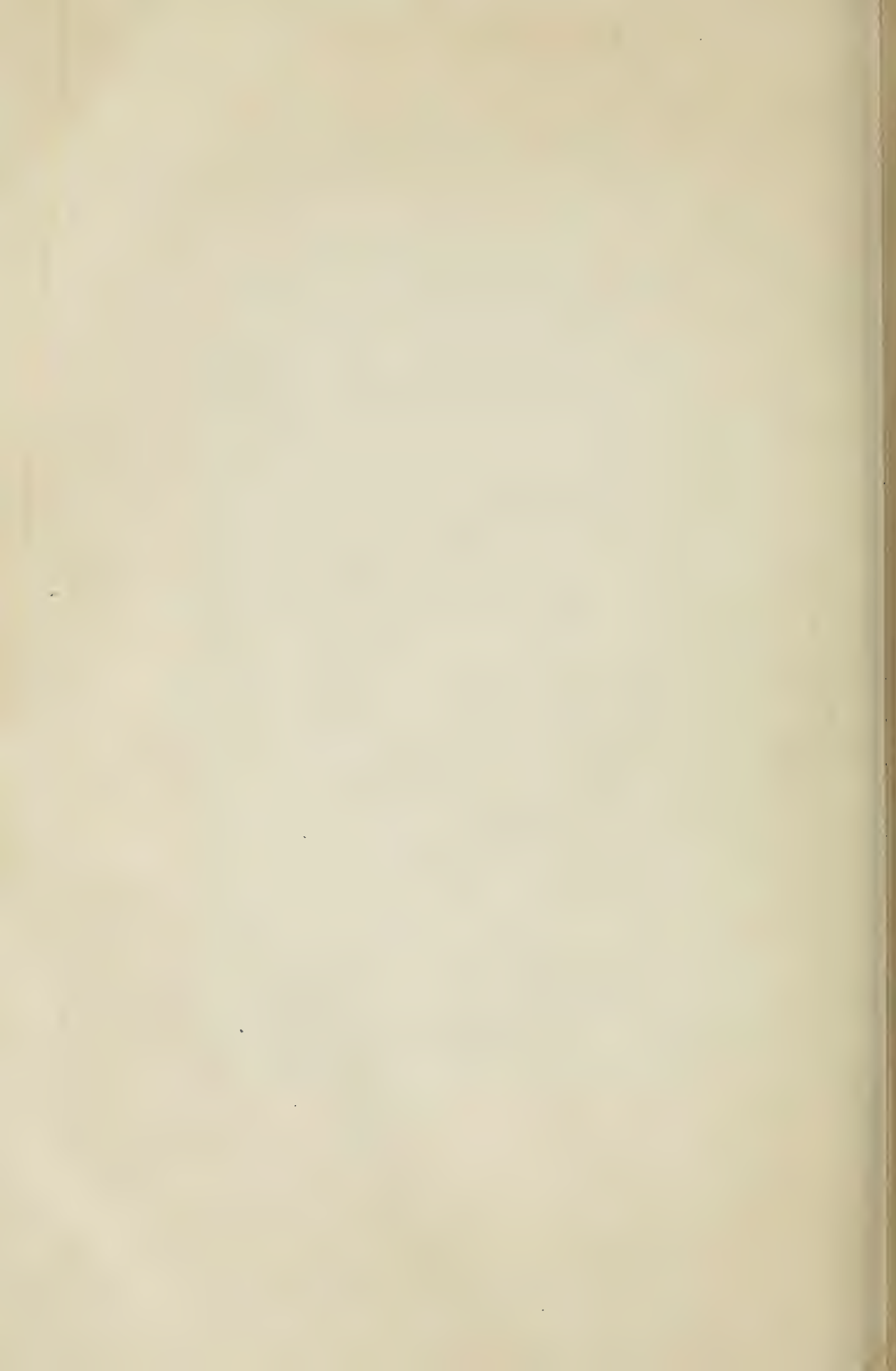
O governador de Gôa, na ausencia do sobah, que, como sabemos, andava em guerra com o rei de Narcinga, não oppoz resistencia a Albuquerque, e capitulou.

Timoia, em paga dos seus serviços, pedia a soberania directa de Gôa, mediante um grande tributo a Portugal, mas Albuquerque apenas o fez governador (catwal).

O vice-rei seguiu o systema de attrair a si as sympathias dos indios pela brandura do seu procedimento, e esse expediente produziu os melhores resultados. Entre outras medidas, prohibiu que as viuvas continuassem a queimar-se nas pyras em que ardiam os restos mortaes dos seus maridos, e mandou cunhar moeda portugueza com o peso correspondente á moeda indiana, o que fazia com que os indios, sem estranharem a innovação, se fossem familiarisando com os cunhos portuguezes.

Mas o sobah reaje contra a invasão dos portuguezes e, auxiliado pelos turcos, dirige-se sobre Gôa. Albuquerque, sempre apercebido, tinha quasi concluida a fortaleza que fizera construir; mas dentro da cidade havia elementos de rebellião: os mussulmanos que conspiravam a favor do sobah, e os soldados portuguezes que teimavam em querer partir para Cochim.

[1] «Vid. «As principaes alcunhas por que foram «conhecidos em Portugal, varios fidalgos antigos.» *Almanach catholico-legitimista*, a pag. 131, impresso em 1880, para 1881.»

Offi. Typ. da Empreza Litteraria.

«É esta a moeda com que El-rei de Portugal paga os seus tributos»

Albuquerque tomou as suas precauções, e sobretudo tratou de acautellar-se dos mussulmanos, tomando-lhes as mulheres e os filhos em refens.

Tudo porém foi baldado, porque Hidal-Khan, o sobah, conseguiu forçar a cidade.

Affonso de Albuquerque queria entrincheirar-se na fortaleza, mas a maioria dos seus capitães, sempre indisciplinados, pretendia que devia abandonal-a. Tamanha foi a pressão que fizeram sobre Albuquerque, que o obrigaram a embarcar, tendo que esperar a bordo, ao alcance da fortaleza de Pangim, e no meio dos horrores da fome, monção para levantar ferro.

Mas esses mesmos capitães, que tão insolentes se mostravam na indisciplina, apertados na ultima extremidade, houveram-se como verdadeiros heroes na tomada da fortaleza de Pangim.

Hidal-Kan teve então occasião de conhecer o valor dos portuguezes. Isto por um lado, e por outro a sua teimosia em permanecerem na barra, como uma ameaça imminente, e os triumphos repetidos do rei de Narcinga, que lhe ia conquistando cidades sobre cidades, levou-o a propôr a Albuquerque a cedencia de Gôa a troco da entrega de Timoia, de quem queria vingar-se. Albuquerque recusou.

Os capitães continuavam indisciplinados e, sem attenderem a reflexão nenhuma, forçaram o vice-rei a sahir a barra no dia 10 de agosto.

Mas, no intimo do coração, Albuquerque affagava o seu plano de conquista, a despeito de todas as contrariedades. Queria voltar a Gôa para a tomar, mas os capitães resistiam, e elle procurava domal-os por meio de castigos violentos.

Rompendo por todas as contrariedades, Albuquerque de novo se dirigiu para Gôa, que finalmente podera tomar á custa de heroicidade e de estrategia.

A cidade foi posta a saque, e trucidados todos os mouros, suas mulheres e filhos, que poderam ser encontrados. Era a vingança de Albuquerque que começava, e a realisação do seu plano tambem. Gôa ia ser a capital do imperio portuguez na India.

Conquistada Gôa, Albuquerque voltou as suas vistas para Malaca. Levantaram-se-lhe quasi as mesmas difficuldades, mas elle não desanimou. Navegou para Malaca, e o primeiro assalto á cidade realisou-se no dia 1 de maio de 1511.

Teria sido corôado do melhor resultado esse assalto, pela boa posição que os portuguezes haviam tomado sobre a ponte que dividia a cidade, se o cansaço que se apoderára das nossas tropas não obrigasse Albuquerque a recolher-se ás náus. Foi pois preciso preparar segundo ataque, que se levou a cabo com bom exito para os nossos, os quaes conseguiram tomar a cidade e saqueal-a.

Obedecendo sempre ao seu plano sabiamente formulado, Albuquerque poz em acção em Malaca, como em Gôa, uma politica de conciliação e de brandura para com os vencidos.

Construida a fortaleza, Albuquerque retirou para a India, onde, motivada pela sua ausencia, começava a lavrar uma certa desorganisação, que elle, com o seu prestigio agora solidificado, conseguiu vencer, mandando cortar aos portuguezes traidores as orelhas e os narizes. Um d'esses mutilados, tendo vergonha de voltar a Portugal, preferiu ficar na ilha de Santa Helena, com um escravo, povoando-a de varios animaes domesticos. Este caso, que parece offerecer um bello assumpto para um romance, é-nos referido por Castanheda na *Historia da India*. Já em outro logar nos referimos a elle.

Era porém agora, quando o prestigio de Albuquerque se firmára, quando de toda a parte acudiam embaixadas a saudal-o, incluindo uma do Prestes João, que D. Manuel lhe mandava ordem para abandonar Gôa, movido pelos perfidos conselhos dos inimigos de Albuquerque!

Felizmente, o grande capitão soube resistir ao desacerto do rei, e continuou a pensar no modo de pôr a cupula no seu vasto plano de conquista asiatica, na tomada de Ormuz.

No principio do anno de 1513, Albuquerque chegava a Aden, para emprehender a sua conquista, que era realmente importante; mas os arabes defenderam-se poderosamente, e Albuquerque teve que contentar-se com espalhar no Mar Vermelho o terror da bandeira portugueza entre os seus rivaes os mouros, enviando pelo Egypto um emissario a D. Manuel participando-lhe o sitio em que se achava. D'essas excursões pelo Mar Vermelho dão ampla noticia os *Commentarios do Grande Affonso de Albuquerque*, redigidos por seu filho Braz de Albuquerque, que depois tomou o nome do pae.

Havendo entrado o anno de 1514, Albuquerque resolveu-se a ir conquistar Ormuz.

A maneira por que essa conquista se realisa envolve um sombrio drama, habilmente seguido por Pinheiro Chagas, de cuja narrativa o vamos tomar:

«O rei, que reinava quando Affonso d'Albuquerque ali estivéra pela primeira vez, morrêra envenenado; Khodja-Atar já tambem não existia, e succedêra no reino o irmão do monarcha fallecido, Torun-Schah, no valimento da corôa o velho Persa Bas-Nour-ed-Din (o Rais Nordim dos *Commentarios*). Quando porém Affonso d'Albuquerque chegou a Mascate, ainda outra revolução se effectuára. Um sobrinho de Bas-Nour-ed-Din, Bas-Ahmed (Rais Hamed nos nossos chronistas), homem na força da edade, e d'uma rara energia, prendêra o rei, desapossára seu tio, e, verdadeiro *maire du palais*, condemnava o monarcha persano a uma posição de *roi fainéante*.

«Affonso d'Albuquerque resolveu aproveitar-se d'estas discordias internas, e com effeito logo a influencia da sua chegada se fez sentir, porque Bas-Ahmed restituiu seu tio e o rei a uma meia liberdade. Affonso d'Albuquerque exigiu a entrega da fortalesa; e, depois de muitas hesitações dos governantes, conseguiu-a emfim, porque ambos os partidos desejavam concilial-o a seu favor. Não era comtudo duvidosa a escolha d'Affonso d'Albuquerque: Bas-Ahmed era um homem energico, insoffrido, inimigo conseguintemente do dominio estrangeiro; Nour-ed-Din era um velho; e Torun-Schah um monarcha sem iniciativa. Foram estes os protegidos d'Albuquerque.

«N'esta segunda expedição d'Ormuz não assistimos, como na primeira, como na tomada de Gôa, ou na de Malaca, a grandes quadros de batalha. O drama substitue a epopéa, e scenas dignas das côrtes agitadas da Europa n'este turbulento seculo XVI se passam n'este canto do Oriente; Affonso d'Albuquerque representa n'ellas, como sempre, o primeiro papel; mas d'esta vez não é o grande homem que nos surge, é o homem do seu seculo, o contemporaneo dos Medicis, dos Borgias, dos Sforzas, dos Valois, tragicas familias, em cujos membros vêmos a cada instante heroes de sanguinolentas scenas.

«Bas-Nour-ed-Din, e Torun-Schah deixaram-se fascinar pela esperança de se vingarem do seu dominador, graças ao auxilio do capitão estrangeiro, Affonso d'Albuquerque, desejoso de se livrar de Bas-Ahmed, procurava attrahil-o á fortalesa; este, que alimentava os mesmos projectos contra Affonso d'Albuquerque, só queria ir á entrevista acompanhado pelo rei, e por seu tio. Os dois comtudo estavam secretamente d'accôrdo com o governador da India para prenderem e deportarem o astucioso ministro. Pobres homens, que julgavam dirigir Affonso d'Albuquerque, sendo na mão d'elle meros instrumentos! A entrevista effectuou-se, mas teve resultados bem differentes do que Ahmed, Nour-ed-Din, e Torun-Schah esperavam, cada um pela sua banda.

«Accordára-se que ninguem fosse armado á conferencia que se devia effectuar nos alojamentos d'Affonso d'Albuquerque; tocante demonstração da confiança que uns nos outros depositavam! Albuquerque morava na antiga fortalesa, agora quasi concluida graças á sua actividade. Mandou armar uma sala toda de brocado, com duas cadeiras d'espaldar, e muitos bancos em torno para os capitães portuguezes, e os personagens d'Ormuz. Ao mesmo tempo tomava todas as medidas para o golpe decisivo que premeditava.

«Aos que o deviam acompanhar na entrevista ordenou que trouxessem punhaes escondidos; a seu sobrinho D. Garcia de Noronha mandou que ficasse com cincoenta homens á porta da fortaleza e que, logo que Bas-Ahmed, Bas-Nour-ed-Din e Torun-Schah estivessem dentro, fechasse a porta sobre elles, e não deixasse entrar o restante da sua comitiva. Aos outros capitães que não deviam assistir á conferencia deu ordem que logo que sentissem um tiro de bombarda accudissem com as suas tropas á porta da fortalesa.

«Avisado Torun-Schah de que estava tudo prompto para o receber, veiu elle com os seus dois companheiros; mas ao chegar á porta da fortalesa Bas-Ahmed, que era, como temos visto, homem energico e valente, desconfiando de que Affonso d'Albuquerque não teria cumprido as condições impostas, como aliás tambem elle as não cumprira, entrou com toda a audacia, dizendo ao rei que o esperasse. Levára ao lado o alfange, e por isso o interprete Alexandre d'Athayde lhe disse, por ordem do governador, que se desarmasse. «Isso não se entende em

«mim,» respondeu o altivo Persa, e, suspeitando o que succedia voltou a avisar Torun-Schah para que decididamente não entrasse; mas Alexandre d'Athayde, tomando-lhe o braço, a pretexto de lhe mostrar que tudo estava conforme se combinára, levou-o para dentro, e chegou com elle á presença d'Affonso d'Albuquerque. Este disse-lhe asperamente que se desarmasse, Bas-Ahmed, assomado, levou a mão ao alfange, Affonso d'Albuquerque, vendo-o assim desatinado, escrevem os *Commentarios* com uma simplicidade que tem o seu que de sinistro, e o tempo disposto para o matar, como tinha determinado, disse a Pero d'Albuquerque, que para isso estava avisado: *Tomae o lá,* o qual accudiu rijo e metteu-se entre Affonso d'Albuquerque e Reys Hamed, e n'este tempo lançou-lhe Reys Hamed a mão a uma béca de veludo que trazia. Affonso d'Albuquerque o botou de si e disse a Pero d'Albuquerque; *Matae-o*, e n'aquelle instante foram tantos os punhaes, que sem lhe darem logar para bradar, foi morto, e pelo não vêr virou-lhe as costas, e começou a andar para onde o rei vinha, e disse contra D. Garcia e outros capitães que o vinham acompanhando: «Não é nada, tudo é feito.» D. Garcia, como deixou o rei com Affonso d'Albuquerque, tornou rijo á porta ter a gente que não entrasse, e fel-o já com muito trabalho. O rei, quando viu Reys Hamed morto, porque seu fundamento não era matarem-n'o, senão lançal-o fóra do reino ficou fóra de si, cuidando que lhe haviam de fazer outro tanto. [1]

«Eis-aqui uma verdadeira scena do seculo XVI! O auctor dos *Commentarios* esforça-se por attenuar o horror que esse assassinio premeditado póde inspirar, allegando que Affonso d'Albuquerque não fez senão anticipar-se ao seu adversario, que egual destino lhe tinha preparado. Não tentêmos comtudo apagar da brilhante epopéa d'Affonso d'Albuquerque esta mácula que bem caracterisa a sua politica despiedosa, a energica politica de D. João II, que parece ter sido frequentemente o modelo do eminente governador. Ao lêrmos esta scena descripta com tanta simplicidade, o seculo XVI como que nos surge diante dos olhos com o seu duplo aspecto, esplendido e sombrio, com o resto das tradições sanguinarias que o seculo XV lhe legára. Vendo este rei desvairado e temendo que lhe vá succeder o mesmo que ao seu ministro succede, parece que estamos vendo Maria Stuart assistindo toda trémula ao assassinio do seu amante Rizzio por seu marido Darnley. Representa-se-nos a scena sombria dos Estados de Blois, quando o duque de Guise cahe apunhalado aos pés d'Henrique III, que o repelle de si como Albuquerque repelle Bas-Hamed; ou então que, remontando um seculo atraz, presenciâmos a entrevista de Montereau, que tem com esta tão espantosas similhanças, em que tambem se tomaram tantas precauções para segurança reciproca do delphim de França (depois Carlos VII) e do duque de Borgonha, e em que este comtudo, João sem medo, cahiu a um signal dado, debaixo dos golpes de Tanneguy Duchâtel e dos seus cumplices.

«Não desculpêmos pois o acto d'Affonso d'Albuquerque; expliquêmol-o apenas dizendo que o eminente governador era homem do seu tempo, e que nos dois seculos em que viveu, o seculo XV e o seculo XVI, o punhal sempre representa um papel terrivel em todas as combinações da politica.

«Tendo o assassinio de Bas-Ahmed livrado Affonso d'Albuquerque do unico homem energico e intelligente que se podia oppôr aos seus planos, continuou, elle, com uma rara sagacidade e uma politica astuciosa, a transformar Ormuz n'uma cidade completamente portugueza. O pobre rei, irresoluto e não sabendo o que havia de fazer, entregou-se nas suas mãos, e logo Affonso d'Albuquerque lhe fez promulgar um decreto em que prohibia a Persas e Arabes, a todos emfim, que não fossem Portuguezes, o andarem armados.

«Depois mandou que fossem proscriptos os parentes e partidarios de Bas-Ahmed; logo depois, a pretexto de que havia noticias de que vinha do Egypto uma armada, mandou-lhe pedir toda a artilheria e obteve-a; chegou emfim a mandar para Gôa quinze principes da familia real d'Ormuz, a que, segundo o barbaro uso do despotismo oriental, se tinham arrancado os olhos, para que não podessem aspirar á corôa. Emfim, tanto fez que, a pouco e pouco, foi tirando ao pobre submisso Torun-Schah todo o régio poder, deixando-lhe apenas uma sombra

[1] *Commentarios*, etc., t. 4.º, cap. 35, pag. 84.

d'auctoridade, e o vão titulo da realesa. Não era elle mais do que Timoia em Gôa, ou Utimutaraia em Malaca, os chafes dos indigenas, que sempre Affonso d'Albuquerque escolhia entre os homens principaes da sua raça, mas que estavam completamente sub-ordinados á auctoridade portugueza.»

O plano audacioso de Albuquerque estava realisado, mas a vida gastára-se-lhe n'elle.

A sua saude, minada por tamanhos e tão longos trabalhos, declinava.

Não obstante, embarcando de Ormuz para Gôa, elle queria ir morrer na capital do imperio indiano que havia fundado.

Gaspar Corrêa, nas suas preciosas *Lendas da India*, far-nos-ha conhecer o ultimo acto da vida de Albuquerque. A sua linguagem singela convém a um lance tão solemne como este:

«E se embarqou pola sésta, que ninguem o vio, e se fez á vela, e tornou a sorgir longe á vista da cidade, d'onde mandou dom João de Lima, e Lopo Vaz de Sampayo, e per elles mandou dizer a ElRey que lhe perdoasse nom se hir despedir d'elle, porque a doença o apertára tanto que nom pudera al fazer senão meterse no mar; mas que onde quer que estiuesse faria todo seu seruiço; que lhe *deixaua* ally sua forteleza com *o* capitão Pero d'Albuquerque, seu sobrinho, pera fazer todo o que lhe elle mandasse. O Gouernador disse aos capitães que como ElRey os despedisse logo se tornassem, porque logo de noite se auia de partir. ElRey, ouvido o recado do Gouernador ouve muyta paixão de assy hir doente, que se soubera elle o fôra vêr antes que se embarcára; e lhe mandou seus agardicimentos, e deu aos capitães peças de seda, e fotas. Com que os despedio, e elles se forão despedir do capitão, e se tornárão ao Gouernador, e toda' armada se fez á vela e foy sorgir onde estaua o Gouernador, e os capitães todos se forão despedir d'elle, e elle a todos fallando palauras d'amor e despedimento; com que auia muytas lagrimas, que o Gouernador nom podia reter. Pero d'Alpoym lhe disse que nom tomasse paixão, que era mal pera sua doença. Elle respondeo: «Eu «nom posso reter as lagrimas n'este despedi«mento, que me parece que he para sempre.» E sendo todos despedidos se tornarão ao porto, e logo chegou ao Gouernador Acem Ale com huma terrada carregada de muytas fruitas secas, e conseruas, que lhe ElRey mandou, e outra terrada carregada de refresco pera a gente. De que o Gouernador lhe mandou muytos agardicimentos; e como foy noite se fez á vela caminho da India.

«E com elle s'embarcárão alguns fidalgos, porque erão seus amigos, mas nom tinhão capitanias, que vinhão com o Gouernador praticando passatempos por lhe tirarem sua paixão, e lhe dizendo que seus seruiços erão taes, que se ElRey o mandasse hir auia de ser pera o fazer grande senhor, com titulo de grande honra, em que descansasse de seus grandes trabalhos em sua velhice; mas o Gouernador n'ysto era contra todos, dizendo: «Portugal he pequeno, e esses «titulos d'honras, que elle tem, todos tem donos; «e que todos estiuerão vagos, nom ha cousa em «Portugal d'honra, que valha ametade da gran«deza da gouernança da India. E de meus seui«ços, se são taes como me dizeys, nom tinhão «mais dereita mercê que me deixar acabar estes «meus pouqos dias assy seruindo, e que eu em «meus dias nom visse na India outro milhor que «eu. Nunqua verês Gouernador da India que em «Portugal valha ametade da terça parte do preço «que tem na India; e por tanto vossas mercês «verão o pago que me Portugal dará. E aposta«rey que se Gouernador he chegado á India, que «o achemos com as mãos metidas na gouernança, «sem agardar por mym que lhe désse minha re«sidencia; porque Portugal nom faz Gouernador «nouo senão por desfazer o velho. E postoque o «ElRey mande com grandes resguardos d'ysto, «o cabo da Boa Esperança tem tal condão que o «Gouernador, *que o passa* pera cá lhe faz «os sentidos tão grandes, que nunqua lhe mais «lembra se Portugal naceo no mundo. Eu bem «sey que hey d'achar contra mym muytos contra, «porque em Portugal nunqua fiz offerendas a «nenhum santo senão a ElRey nosso senhor, e «a sua molher, e filhos, porque as premicias da «India a elles as mandey; e fiz meu fundamento «n'ysto, esperando verdadeira saluação, sem que«rer de ninguem nenhuma ajuda: no que bem «sey que errey contra mym, e não á obrigação «de meu regimento, porque n'elle ElRey me «mandaua que primeyro désse aos seus; o que «assy fazendo, me nom ficaua pera fazer aos re-

«commendados dos regentes de Portugal, que «acoimarão meus peccados ante ElRey como qui«zerem, e ElRey ouvirá suas orações mais que «minhas offertadas obras com tantos sacreficios, «per vossas mercês manifestado.»

«E assy vindo atrauessando o golfam toparão com huma nao que vinha de Dabul, e hia pera a costa de Melinde, a que perguntarão por nouas de naos de Portugal. Disserão que a Goa viera Gouernador com muytas naos, e capitães pera fortalezas, que estiuera em Goa hum mês e se fôra pera Cochym; e nom souberão os mouros mais dizer, e o Gouernador mandou que se fossem seu caminho embora.

«Com as quaes nouas se dobrou o mal ao Gouernador, e foy impiorando, e conhecendo sua morte fez huma cedola concertando as cousas de su'alma, e n'ella pedio ao Gouernador que fosse nom mandassem que se fizesse leilão de seu fato, porque nom vissem suas calças rotas que tinha. Mandou que o enterrassem na sua capella de Nossa Senhora da Serra, da enuocação da Conceição; e que das rendas que n'ella tinha postas se pagasse hum capellão, que cada dia lhe dixesse huma missa rezada, e fosse prouida a capella de todo o necessario quanto lhe comprisse. E que os juizes de Goa, acabando o tempo de seus julgados, tomassem conta ao memposteiro da capella, e o que achassem que remanecesse que se metessem na bolsa dos orfãos filhos de postuguezes desemparados, como já atrás tenho decrarado que elle ordenou esta esmola. E que a El-Rey nom pedia nenhuma satisfação, por quanto lhe muyto deuia por tamanha mercê de tão grande honra em o fazer Gouernador da India; sómente que se algum se queixasse que lhe dera perda com poder de Gouernador, que o mandasse satisfazer, e desencarregar sua consciencia, de seus ordenados que tinha vencidos, e nom merecidos, pois nom morrêra ás lançadas por seu seruiço. Fez seu testamenteiro a Pero d' Alpoym, e lhe mandou que seu fato leuasse ao Reyno, onde vissem as alfayas que tinha de sua casa, e o entregasse a dona Isabel d'Alboquerque sua irmã, para criação de hum menino que criaua em sua casa; e o que tiuesse de seus ordenados, depois de pagas suas obrigações, se alguma cousa ficasse, fosse pera criação d'este menino; porque diziäo que era seu filho. E mandou outras cousas de verdadeiro christão, e com todo arrependimento de seus pecados.

«E assy lidando com a morte, todos seus desejos era antes que morresse chegar á barra de Gôa. Com que assy nauegando forão tomar na barra de Dabul, em que mandou tirar a bandeyra da gauea, dizendo que obedecia a outra que já estaua na India; e sem tomar terra foy ao longo da costa com pouqo vento. De noite passou huma fusta, que vinha de Goa e hia pera Chaul, e passando junto da outra nao lhe perguntarão por nouas do Reyno. Responderão: «Veo Lopo Soa«res por Gouernador, e capitães pera as fortele«zas: pera Goa dom Goterre de Monroy, que «metêra de posse, e pera Cananor Simão da Sil«ueira, e Aluaro Telles pera Calecut, e pera Co«chym Diogo Mendes de Vascogoncellos, que foy «preso ao Reyno.» E foy passando, sem se querer deter nem perguntar nada.

«Tudo ysto ouvio o Gouernador, porque era perto da sua nao, e fallando com Diogo Fernandes de Beja lhe disse: «Que vos parece, senhor «Diogo Fernandes? Boas nouas são aquellas pera «mym, que os homens que mandey presos, e de «que escreui mal, vem honrados e beadantes! «Certamente que grandes são meus pecados ante «ElRey. Pois estou mal ante elle por amor dos «homens, e mal com os homens por amor d'elle, «compreme acolher á igreja.» E aleuantou as mãos a Deus, e se virou a outra parte, dizendo: «Mais merecem meus pecados.» D'ahy a hum pouqo mandou a Pero d'Alpoym trazer a cedola, e perante sy mandou que a çarrasse, e em cyma lhe fizesse approuação, em que assinou com os fidalgos que hy estauão. E mandou que o vestissem no habito de Santyago, de que era caualleiro. O que se fez, e lhe calçarão huns borzeguins bayos, e calçarão humas esporas douradas, e hum sayo de damasco preto debaixo do manto, e huma crispina de preto e ouro na cabeça, e em cyma huma gorra de veludo preto, e aos hombros huma béca de veludo preto: o que todo elle assy o mandou que auia de ser enterrado, como foy.

«E porque era já perto de Goa, mandou o bargantym que fosse lá, e trouxesse frey Domingos de Sousa vigairo geral, e mestre Afonso fisiquo, e lhe trouxessem algum vinho vermelho do Reyno. Hido o bargantym pedio hum crucificio que tinha defronte, e o tomou nas mãos com

muytas lagrimas, dizendo: «Senhor, por tua «grande misericordia, e piadade, te aprouve «derramar o teu precioso sangue na cruz, por «remissão dos pecadores; peçote, por tua tanta «bondade, que n'esta santa redenção que ao «mundo fizeste minha alma pecadora seja salua.» E sempre rezando muytas orações, n'este dia chegou á barra de Goa. Entrando n'agoada, que pareceo Nossa Senhora da ilha de Diuar, que lhe disserão, elle se aleuantou da cama, e sobraçado chegou á porta da camara, em que se encostou com o hombro, e se abaixou, que vio a casa de Nossa Senhora: aleuantou as mãos, e fez oração, e se tornou á cama, e se tornou 'abraçar com o crucificio, e pedio a candea, resando *miserere mei Deus*, com que foy calando a palaura; e dizendo *credo*, deu 'alma em a nao largando 'ancora, que foy em vinte e sete de dezembro d'este presente anno de 515.

«Sendo assy fallecido, foy muy chorado dos que erão presentes. E foy vestido como elle mandou, posto na tolda em hum esquife sobre huma alcatifa, com duas tochas acezas á cabeceira E Pero d'Alpoim se foy logo á cidade no esquife bem esquipado, e foy dar ordem á coua e a seu enterramento. O que sabido, na cidade se aleuantarão grandes prantos por todolas casas e ruas, porque de todos era muy amado.

«Partido Pero d'Alpoym, Diogo Fernandes de Beja mandou pôr huma bandeyra na quadra. A que logo vierão os capitães das outras naos, que todos fizerão seus prantos como se forão seus irmãos; e elles ordenarão logo o leuarem á cidade. E foy concertado o batel com alcatifas de popa, onde o puserão, assentado em huma cadeira muyto direito, com almofadas que lhe meterão derrador; e todos os capitães no batel, e seus tateys com a gente após elle, e na proa do batel sua bandeyra real com que entraua nas batalhas. E forão á cidade, onde, e no caminho, acharão outros bateys e barcos, em que vinhão muytos fidalgos e homens casados, que com elles tornarão com seus grandes prantos, com que chegarão ao caez da cidade, onde estaua dom Goterre, capitão, com toda a gente com muytas tochas porque era já de noite, e estauão os crelgos com sua cruz, e frades de são Francisco, que este anno erão vindos do Reyno pera fazerem hum mosteiro na cidade, como adiante contarey. Onde assy chegando, toda a gente fez grande pranto, e por todolas ruas as molheres casadas e solteiras, que era cousa espantosa. Os capitães o leuarão assy assentado na cadeira, posto sobre hum palanquim, que era visto de todo o pouo; e Joanne Mendes Botelho, caualleiro da criação d'Afonso d'Alboquerque, seu alferez, lhe leuaua a bandeyra diante. Foy enterrado em sua capella, onde n'esta noite lhe foi feita sobre a coua huma tumba de cinquo degraos cobertos de veludo preto, e em cyma hum sobreceo assy de veludo preto, com huma cruz branca no meo, e n'ella pendurada sobre a tumba sua bandeyra real; e a capella toda armada de pannos pretos, onde ao outro dia se ajuntou moltidão do pouo com grandes prantos, christãos e gentios, que dizião que Deos o auia lá mister pera guerras, e por ysso o leuára. Todos dizião grandes lastimas, e quando se achauão agrauados vinhão a bradar e chamar por elle, que lhe fizesse justiça; o que continuarão muytos tempos. O capitão, e muytos homens fidalgos que este anno vierão do Reyno, ouverão espanto vendo estas cousas; e dom Goterre disse: «ElRey nom tinha verdadeira enfor«mação de quem era Afonso d'Alboquerque; que «se elle fôra como no Reyno d'elle dizião nom «fôra tão amado d'este pouo como vemos.»

«Afonso d'Alboquerque passaua de setenta annos; homem de bom corpo, sequo de carnes, o rosto comprido corado, a barba muyto branca, comprida que lhe chegaua á cinta. Era muyto prudente em todolas cousas, e escreuia muyto; conuersauel á gente; estimaua muyto os homens caualleiros; muy entendido nas negociações dos mouros e gentios. Ante menhã ouvia missa, e sô a cauallo com os de sua guarda visitaua as obras, e ribeira, e almazens. Muy amigo do proueito d'Elrey, que nada os seus officiaes despendião senão por seus mandados. Era supito em sua paixão e logo arrependido. Tratou verdade; amigo da justiça, de liberal condição pera dar o seu; nom tinha estado de despacho, que na rua sobre o joelho assinaua os mandados; era muy reguroso contra homens brigosos; grangeaua muyto os mercadores mouros e gentios, pera os segurar em boa paz e amizade; era piadoso aos pobres. Todolos presentes que lhe derão os Reys e senhores da India mandaua a ElRey e á Raynha, ou os repartia polos capitães e fidalgos. Noue annos

andou na India, tres que conquistou o Reyno d'Ormuz, hum anno que lhe o Visorey dom Francisco nom deu a gouernança; e gouernou cinqo nom acabados, em que tomou Goa duas vezes e a fortificou, e Calecut, Malaca, Ormuz; o primeyro que entrou o estreito de Meca. Em seu tempo nenhum homem andou fóra do seruiço d'ElRey, e muyto honraua os seus criados e das Raynhas. Muy zeloso d'acrecentar as cousas da India; homem sem cobiça. Nom tinha porta fechada, nem porteiro de dia, senão quando dormia depois de jantar, que nos dias da semana era muy pouqo. Nom tinha nenhum modo d'estado. Escreuia pera ElRey, e Raynha, e pera os do conselho, e pera os veadores da fazenda, e por nom se acupar de dia escreuia de noite com seus escriuães, e daua conta a ElRey ate das bombardas quebradas.»

Resta apenas um pequeno esclarecimento á deposição de Affonso de Albuquerque. É ainda Gaspar Correia que nol-o conta:

«Em oito de setembro de 1515 chegou á barra de Goa 'armada do Reyno, em que veo por Gouernador da India Lopo Soares, homem nobre fidalgo, que já veo á India no anno de 1504 por Capitão mór de huma armada, como tenho contado no liuro primeyro, que tornou a Portugal com toda 'armada a saluamento, em que leuou a ElRey muyta riqueza. Ao qual ElRey dom Manuel deu a gouernança da India a requerimento do barão d'Aluito, e outros do conselho que n'ysso meteo; e esto por grande odio que tinha 'Afonso d'Alboquerque. Dessimulando, dizia a ElRey que era rezão, que Afonso d'Alboquerque tinha grandes seruiços feitos, e era homem muyto velho que podia fallecer, e ficaria a India muy desemparada; que por tanto deuia de prouer a India com outro Gouernador, e mandar hir pera o Reyno Afonso d'Alboquerque, e lhe dar descanso a seus seruiços, com huma grande honra como merecia. Estas erão as palauras do barão e dos outros que o ajudauão; postoque a tenção era ás vessas, que bem sabia que mór mal se nom podia fazer 'Afonso d'Alboquerque, que tiralo da grande honra que tinha na gouernança da India. E tanto n'ysto trabalhou, que fez a ElRey dar a gouernança da India a Lopo Soares, de que era grande amigo e primo com irmão. Do que a Raynha dona Maria nom soube nada senão depois d'ElRey ter dado palaura; do que ella ouve grande paixão, e o muyto contradixe, dizendo que guardasse a ley de seu Reyno, que os corretores que nas troquas dos bons cauallos fazião enganos por outros piores o deuião pagar com bom castigo; que tirar Afonso d'Alboquerque da India elle o sentiria. E tanto ysto a Raynha sentio que o escreueo a ElRey dom Fernando, e á Raynha dona Isabel, que o muyto estranharão a ElRey per suas cartas. Dom Martinho de Castello Branco, védor da fazenda, que depois foy conde de Villa Noua, e Pero Correa, veador da casa da Raynha, que erão grandes amigos d'Afonso d'Alboquerque, com a Raynha, tanto fizerão com ElRey que daua vinte mil cruzados a Lopo Soares, e que largasse a India. O que Lopo Soares quizera fazer; mas o barão lho nom consentio, dizendo que nom trocasse a honra por dinheiro; que a India lhe daria quanto quigesse. Sobre que a Raynha teue muyto tempo desgosto do barão.»

Sirvam estas linhas para mostrar mais uma vez como o rei D. Manuel sabia avaliar e premiar os grandes homens,—grandes para o espirito da época, pequenos para a vaidade do rei.

Para nós, que estamos escrevendo, os heroes da India, não obstante o seu esplendor glorioso, parecem-nos amesquinhados pelo peso das responsabilidades que contrairam perante a historia.

CAPITULO VII

As navegações e conquistas dos portuguezes no oriente fizeram com que o mappa dos nossos descobrimentos maritimos crescesse, para assim dizer, dia a dia.

Assim foi que no anno de 1506 João Homem descobriu, antes de chegar ao cabo da Boa Esperança, tres ilhas, a dez leguas umas das outras, a que poz os nomes de Santa Maria da Graça, S. Jorge e S. João. [1] No mesmo anno, Tristão da Cunha descobriu as ilhas do seu nome, e Ruy Pereira Coutinho tocou, pelo canal de Moçambique, a ilha de Madagascar, ao passo que Fernam Soares, vindo para o reino, tocou esta mesma ilha pelo oriente, pondo-lhe o nome —de S. Lourenço.

[1] Damião de Goes.

Em 1508, Tristão da Cunha, regressando a Portugal, descobriu a ilha da Ascenção, que se não deve confundir com aquella do mesmo nome, que João da Nova descobrira em 1501.

Em 1512 ou 13, pelo menos segundo a opinião do auctor do *Indice Chronologico*, deveu Pedro de Mascarenhas descobrir as ilhas do seu nome, (hoje de *Bourbon* ou da *Reunion)* a éste de Moçambique.

Das conquistas e victorias de Affonso de Albuquerque temos dito largamente no capitulo anterior. Depois da morte d'este grande capitão, —grande dizemos, apesar dos seus defeitos,— a India decahiu, não obstante Lopo Soares haver acabado de assenhorear Ceylão e as Molucas. Em torno dos governadores que succederam a Albuquerque fez-se inalteravelmente uma atmosphera de crime ou de intriga. São muitos os governadores que, por accusações que lhe eram feitas, voltaram ao reino sob prisão. [1]

Um anno depois do fallecimento de Albuquerque, Duarte Coelho descobria o reino da Conchinchina, collocando ahi um padrão com o seu nome, e data do descobrimento.

Por esse tempo, Duarte Barbosa completava o seu livro, abrangendo a historia dos descobrimentos portuguezes desde o cabo de S. Vicente até aos Sequios. [1]

Somos agora chegados a fallar de Fernam de Magalhães, que em 1504 vimos partir para a India com D. Francisco de Almeida, e que dois annos depois passou a Africa, tomando parte em varias emprezas. Em 1508 voltou a Portugal, e partiu para a India sob o commando de Diogo Lopes de Sequeira. Tendo naufragado com os seus companheiros perto das Laquedivas, foi recolhido por Affonso de Albuquerque em Cananor, e na India prestou relevantes serviços até que em 1512 voltou ao reino.

«Magalhães ficou empregado no serviço do paço na qualidade de moço fidalgo, e com uma pensão de mil réis mensaes e uma ração diaria de cevada, gages que a casa real pagava aos seus bons servidores, com o nome de moradia. Em julho d'esse mesmo anno obteve um augmento na sua pensão, consideravel pelo seu valor real, e ainda mais pela importancia que lhe dava na côrte. [2]

«Magalhães foi promovido ao grau de fidalgo escudeiro, com uma pensão de mil oitocentos e cincoenta réis; longe porém de contentar-se com tão mesquinhas honras, sollicitou permissão para passar á Africa, onde os soldados portuguezes sustentavam uma guerra cheia de peripecias e perigos, e dilatavam as suas conquistas com menos vantagens do que na India, mas com egual gloria. No meio do anno de 1513, aprestou o rei uma armada de quatrocentos navios de todos os portes, e um exercito de dezenove mil homens de guerra, que poz sob o commando de seu sobrinho D. Jayme de Bragança.

«É provavel que Fernão de Magalhães entrasse n'aquelle numero, posto que o prolixo historiador das conquistas dos portuguezes na Africa não designe o seu nome entre os dos distinctos personagens da expedição. [3]

[1] É curioso o manuscripto existente na Academia Real das Sciencias de Lisboa e intitulado: *Noticia abreviada dos descobridores da India, capitães-móres, viso-reis e governadores*. Gab. 5, Est. 24, n.º 34.

Duarte Menezes, 1521, governou 3 annos e veio preso.

Lopo Vaz de Sampaio, 1526, governou 3 annos e dez mezes, e veio preso.

Nuno da Cunha, governou 9 annos e 10 mezes. Morreu no mar, vindo preso.

Martim Affonso de Souza, 1541, governou 3 annos e 4 mezes. Capitulado e preso.

Antonio Moniz Barreto, 1573, governou 3 annos, veio preso.

O conde de Vidigueira, 1596, veio preso.

Ayres de Saldanha, 1600, veio preso.

D. Jeronymo de Azevedo, 1612, veio preso e morreu na prisão.

O conde de Vidigueira, segunda vez viso-rei em 1622, veio preso.

Tambem na Academia existe, manuscripta, uma *Relação de todas as náus da India e armadas, que foram desde o anno de 1496, em que el-rei D. João* II *mandou o capitão-mór Bartholomeu Dias com tres d'ellas até o anno de 1653 com os successos de todas as armadas e náus, nomes d'ellas e dos capitães, governadores e viso-reis da India, quando para lá foram.*

[1] Vide *Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*, tom. II, pag. 231.

[2] «Documentos achados por Munõz no archivo de Lisboa.

[3] «Faria e Souza, *Africa Portugueza*, cap. VII, pag. 108.

«Seja como fôr, é certó que Magalhães serviu na guerra contra os barbarescos ás ordens de João Soares, um dos officiaes que occuparam a importante praça de Azamor, quando os seus habitantes, mal preparados para a defensa, a offereceram ao general portuguez. Não passou, comtudo, muito tempo sem que as tropas do rei de Fez, e depois as do de Mequinez, voltassem a sitiar a praça (1514). Distinguiu-se particularmente Magalhães na defensa executando diversas sortidas contra os mouros, em que acreditou o seu valor, e alcançou postos militares. N'uma d'ellas recebeu uma lançada n'um musculo, que ficou coxeando de uma perna para o resto da sua vida. Nomeado quadrilheiro-mór, posto equivalente talvez ao de capitão de uma companhia, fez uma nova correria em resultado da qual trouxe para a praça oitocentos e noventa prisioneiros e duas mil cabeças de gado. A distribuição d'esta tomadia deu origem a reclamações de toda a sorte, as quaes foram mais tarde motivo de graves desgostos para Magalhães. [1]

«Era natural que esperasse obter novas honras em recompensa d'estes serviços. Magalhães, de feito, voltou a Portugal e sollicitou do rei D. Manuel um augmento na pensão que recebia. Parece que não fôra a cubiça de dinheiro que o estimulara a fazer aquelle requerimento, porque o augmento era quasi insignificante, ao passo que o valimento que com ella se alcançava era muito consideravel. «Subir cinco reaes em dinheiro, diz um historiador portuguez, é subir muitos graus em qualidade» [2] . . . «por que crescer n'isto um real é crescer muito em opinião.» [3] Magalhães, não obstante, recebeu a mais dura repulsa: o rei, sem querer ouvir as suas reclamações nem reconhecer os seus serviços, ordenou-lhe que voltasse a Azamor a fim de justificar-se das imputações que lhe faziam, por causa da distribuição da tomadia a que ha pouco nos referimos. Em vão Magalhães partiu para aquella praça, e se apresentou de novo em Lisboa munido dos documentos justificativos da sua innocencia: o rei, ao passo que premiava outras pessoas de menos merecimento, desattendeu a sua supplica e deixou-o na mesma posição. [1]

«Os historiadores que relatam este contratempo, não deixam de notar que a inveja de homens de escasso merecimento foi a principal parte para que se consumasse aquella injustiça. Apenas um, assumindo um tom moralisador, diz que os homens avaliam sempre os seus merecimentos em mais do que elles valem: [2] observação injusta, quando applicada a Fernão de Magalhães, que pelo seu genio, pelo seu caracter, estava destinado para levar a cabo empresas dignas de Christovão Colombo e de Vasco da Gama.

«Desde então, consagrou-se particularmente ao estudo theorico da cosmographia e da nautica, assim como á composição d'uma obra sobre os paizes que tinha visitado. D'esta época da sua vida data certamente a *Descripção dos reinos, costas, portos e ilhas da India*, que chegou até aos nossos dias escripta em lingua castelhana, e que se conserva ainda inedita. Á imitação dos geographos do seu seculo, Magalhães descreve aquellas terras percorrendo as costas desde o cabo da Boa Esperança para diante, notando os portos, ilhas e cidades, e descrevendo mui summariamente os costumes dos seus habitantes. Posto que o frontispicio do manuscripto hespanhol diga que seu auctor, Fernão de Magalhães, viu e percorreu tudo o que descreve, é evidente que os copistas ou traductores castelhanos lhe introduziram intercalações e variantes de transcendencia. [3] D'este modo, uma obra tão importante para conhecer o ponto a que tinham chegado os conhecimentos geographicos dos por-

[1] João de Barros, dec. III, liv. 5, cap. 8, pag. 627.

[2] «Faria e Souza, *Asia Portugueza*, tom. I. part. III, cap. V.

[3] «Id. *Europa Portugueza*, tom. II, part. IV, cap. I. —Lafitau, liv. VIII, tom. III, pag. 45.

[1] «Barros, loc. cit.

[2] «Maffei, *Historia indicarum*, liv. VIII, pag. 309. —(Caen, 1614).

[3] «A obra de Magalhães tem por titulo: *Discripcion de los reinos, costas, puertos e islas que hai en el mar de la India oriental i costumbres de sus naturales su gobierno, religion, comercio i navegacion, i de los frutos i efectos que producen aquellas vastas regiones, con otras noticias mui curiosas; compuesto por Fernando de Magallanes, piloto portugues que lo vio i anduvo todo.*—Examinei uma cópia d'esta obra, de lettra do seculo XVI, que possuia em Madrid o erudito bibliophilo D. Paschoal de Gayangos.

tuguezes n'aquella época, e mais util ainda para conhecer a extensão das viagens de Magalhães na India, foi adulterada por aggregações posteriores que lhe roubam a maior parte do seu merecimento.

«Tanto em Lisboa, como no Porto, onde Magalhães tinha residencia mais fixa, frequentava os maritimos e cosmographos de maior nota, e d'elles e das cartas de marear que lhe vinham á mão, colhia dados importantes sobre a longitude do mar, «materia, accrescenta um historiador «portuguez, que tem deitado a perder mais por-«tuguezes ignorantes, do que tem ganhado os «doutos por ella.» [1]

«Magalhães, comtudo, não procurava achar a solução de um d'esses problemas que extraviam o juizo: o seu projecto era mais ousado do que os calculos que se elaboram n'um gabinete, mas uma vez concebido só precisava de audacia para ser posto por obra. A amisade que o ligava a Francisco Serrão, não havia esfriado pela distancia que os separava. Ao contrario, das ilhas Molucas lhe escrevia para communicar-lhe noticias geographicas d'aquelle archipelago, e lhe dar conta da grande distancia que o separava de Malaca, e referir-lhe os serviços que d'ali estava prestando á sua patria. Respondia Magalhães a essas cartas annunciando-lhe que em breve se veriam n'aquellas terras, ou fosse pelo caminho que seguiam os portuguezes ou pelo roteiro que levavam os castelhanos para se transportarem ás regiões recentemente descobertas. [2]

«Entre as pessoas com quem Magalhães contraíu amisade n'aquella conjunctura, se distingue Ruy ou Rodrigo Faleiro, habitante da pequena villa da Covilhã, «grande homem na cosmographia e astrologia e outras sciencias humanas» como diz Oviedo. [3] Os seus inimigos, exasperados contra elle, já pelo seu genio atrabilario, já, sobretudo, por se haver empenhado na tentativa de Magalhães, diziam d'elle que era um ignorante, e que só as inspirações de um demonio familiar o podiam fazer passar por sabio em certas occasiões. [4] Faleiro, não obstante, possuia sobre a nautica os conhecimentos mais solidos que então se professavam; comprehendeu o pensamento de Magalhães, e com toda a resolução se associou á sua empresa. Um seu irmão, Francisco Faleiro, homem de bastante merecimento tambem, se offereceu gostosamente para os acompanhar em seus trabalhos.

«A viagem, porém, que meditavam, não podia ser levada a cabo sem a cooperação de um governo; e todos receavam que o rei D. Manuel de Portugal não acceitasse as suas propostas. Nada tinha Magalhães a esperar do soberano que tanto menospresara os seus serviços e tão mesquinhamente os havia premiado. Faltavam-lhes os recursos para commetter a empreza por sua propria conta; e sobretudo, careciam da licença necessaria para emprehender uma viagem que havia de tocar em possessões que estavam fechadas a todo o trafico que não fosse auctorisado pelo monarcha hespanhol. Magalhães e os seus amigos resolveram finalmente abandonar Portugal, e passar a Hespanha, para manifestar os seus projectos e preparar a sua viagem.

«Antes de deixar a patria, Magalhães quiz desnaturalisar-se d'ella, como cumpria a um fidalgo do seculo XVI. E assim o fez, por actos publicos, com toda a solemnidade, para poder offerecer os seus serviços livremente a quem melhor quizesse. [1] Separando-se então dos seus amigos, a quem queria adiantar-se, partiu para Sevilha. Chegou a esta cidade no dia 20 de outubro de 1517, disposto a apresentar-se a Carlos I de Hespanha, e fazer-lhe as suas propostas para emprehender a viagem. Até então, Magalhães não havia revelado o seu pensamento: em Hespanha ia descobrir os planos, em que desde muitos annos meditava, e que haviam de consummar a obra de Colombo, e produzir uma revolução completa nos conhecimentos geographicos do seu seculo.» [2]

Em Sevilha, Magalhães encontrou o portuguez Duarte Barbosa, a quem ha pouco ainda nos referimos, e que ali vivia com sua familia, depois

[1] «Barros, dec, III, liv. V, cap. VII e VIII.

[2] «Barros, dec. III, liv. V, cap. VII e VIII.

[3] «Oviedo, *Historia jeneral de las Indias*, liv. XX, cap. I.

[4] «Herrera, dec. II, liv. II, cap. XIX.

[1] «Faria e Sousa, *Comentarios a la Lusiadas de Camoens*, tom. II, coment. á oitava 140 do canto X. —Barbosa, *Bibliotheca Lusitana*, tom. II, pag. 31.

[2] *Vida e viagens de Fernão de Magalhães*, por Diogo de Barros Arana, trad. do hespanhol por Fernando de Magalhães Villas-Boas.—Lisboa, 1881.

de se ter exonerado do serviço e retirado para Hespanha. Barbosa era um pratico do mar, um navegador experimentado; por isso, tão estreitas relações se travaram entre Barbosa e Magalhães, que este casou com uma filha do seu hospedeiro.

Magalhães propunha-se chegar á India pelo occidente; elle «não só promettia descobrir a tão procurada passagem d'um para o outro mar, e levar os hespanhoes ás ilhas da especiaria por um caminho que ninguem conhecia, e que ninguem lhes podia disputar, mas tambem se propunha provar que aquellas ilhas estavam dentro dos limites fixados pelo papa ás possessões do rei de Hespanha.»

É muito longa, e só propria de uma monographia, como aquella de que estamos tirando estes dados, a historia dos trabalhos de Magalhães para fazer acceitar as suas propostas, e organisar a sua expedição.

Mas, quando as coisas pareciam levadas a bom caminho, uma grave complicação sobrevem.

«Achava-se por então em Hespanha o embaixador portuguez D. Alvaro da Costa, encarregado de sollicitar a mão da infanta D. Leonor, para o rei D. Manuel de Portugal. Pretextando esta alliança, o embaixador não cessava de fazer as suas representações contra os projectos de Magalhães, e tratou tambem de dissuadir a este, representando-lhe que era indigno de um fidalgo o empenhar-se em empresas que haviam de redundar em prejuizo do seu rei e da sua patria. Como porém todas essas diligencias não produzissem o desejado effeito, tratou-se nos conselhos do rei de Portugal, de procurar um remedio mais efficaz contra aquella contrariedade. N'estas deliberações foi um prelado portuguez quem propoz o alvitre mais atroz. D. Fernando de Vasconcellos, bispo de Lamego, indicou que era urgente attrair a Magalhães por meio de graças e favores, ou mandal-o assassinar no caso que as não acceitasse. [1]

«Por maior que fosse a reserva com que este conselho foi dado, a noticia do perigo que corriam os aventureiros portuguezes chegou até á Hespanha, quando estes se achavam em Saragoça, accidental residencia da côrte. Como é facil de suppor, ambos tomaram as necessarias precauções para não serem assassinados. O bispo de Burgos, o mais empenhado dos seus protectores, mandava-os escoltar de noite pelos creados do seu serviço, para os salvar de qualquer cilada; e elles tinham particular cuidado de não sair senão raras vezes de casa.» [1]

Vem aqui a ponto a historia de um pequeno episodio, que mostra claramente a que extremo chegara a rivalidade suscitada entre Portugal e Hespanha pela desnaturalisação de Magalhães.

«Se Magalhães porém alcançava tão generosa protecção da parte d'algumas pessoas, não lhe faltavam, em troca, inimigos declarados da empreza, a combater. As resistencias que encontrava nas suas lidas, nasciam ordinariamente do empenho que o rei de Portugal punha em o afastar do serviço de Hespanha. As fagueiras promessas que para este fim se lhe fizeram, não foram bastantes para inclinar Magalhães a desistir dos seus projectos; e então julgaram os seus inimigos que o mais conveniente era armar-lhe ciladas, promover-lhe difficuldades, fomentar a discordia entre os seus mesmos parciaes, e cançal-o com estas hostilidades, até o fazerem desanimar nos seus propositos.

«Aos inimigos que lhe moviam este genero de guerra attribuiu Magalhães pela maior parte os obstaculos que o empeceram. Referiu elle mesmo com grande minuciosidade um d'esses accidentes que tantos enfados, e incommodos lhe causaram. Tratava-se de tirar para a ribeira de Guadalquivir um dos navios que tinha o nome de *Trindade* para o querenar em terra. De madrugada, ao baixar da maré, Magalhães levantou-se ás 3 horas da manhã do dia 22 de outubro (1518) a fim de preparar os trabalhos. Quando chegou a hora de começar a faina, mandou pôr quatro bandeiras com as suas armas nos cabrestantes, onde era costume içar as insignias dos capitães, deixando logar para collocar mais acima o estandarte real, e o do navio, que era allusivo ao nome que a esta embarcação haviam dado. Infelizmente estas bandeiras não estavam ainda

[1] «Faria e Sousa, *Europa Portugueza*, part. IV, cap. I, tom. II, pag. 543.—O jesuita Lafitau, que refere este facto (*Histoire des découvertes et conquêtes des portugais*, liv. VIII, tom. III, pag. 47) occultou o nome do auctor d'este conselho, com quanto diga que foi um dos mais acreditados senhores da côrte.

[1] «Herrera, dec. II, liv. II, cap. 21.

pintadas, e não foi portanto possivel collocal-as ao tempo de começar o trabalho. Os curiosos que se haviam apinhado na ribeira principiaram a murmurar do que viam, dizendo que eram do rei de Portugal as bandeiras que Magalhães insolentemente arvorara em um navio hespanhol. Havia talvez alguem que incitava o povo provocando aquellas murmurações; o capitão, porém, proseguia impassivel nos seus trabalhos, quando appareceu um cabo do mar e começou a dizer aos concorrentes que arrancassem aquellas bandeiras.

«A desordem ia tomando um aspecto assustador.

«Magalhães aproximou-se dos magotes de revôltos, e representou-lhes, tanto a estes como ao cabo do mar, que aquellas armas que viam pintadas nas bandeiras, eram as armas da sua familia, e não as do rei de Portugal, cujo serviço havia deixado, para servir o rei de Hespanha. Estas explicações porém não satisfizeram nem o cabo do mar nem os amotinados, os quaes, logo que Magalhães voltou para o trabalho, quizeram arrancar as bandeiras que tremulavam no navio. Achava-se ali o dr. Sancho de Matienzo, conego da cathedral de Sevilha, e primeiro official da Casa da Contractação, o qual vendo o desacato que se ia commetter, interpôz a sua auctoridade e consideração para com o cabo do mar, e em seguida pediu a Magalhães que mandasse arriar as bandeiras, causa do tumulto e da irritação popular. Havia n'esta exigencia certo desaire para o altivo capitão, tanto mais que estava vendo ali perto um agente do rei de Portugal, que muito bem conhecia, e que era talvez o instigador da desordem. Não obstante, o capitão accedeu á rogativa do dr. Matienzo, e arriou as bandeiras para restabelecer a paz.

«Esta prudente condescendencia não produziu comtudo o effeito que era de esperar. O cabo do mar tinha ido em procura do tenente do almirante, empregado equivalente aos capitães de porto dos nossos dias, e voltava com elle para fazer cumprir a ordem que o primeiro havia dado. O tenente intimou a Magalhães que entregasse aquellas bandeiras; e como este respondesse resolutamente que não tinha que dar-lhe contas d'aquelle successo, o tenente levantou a mão contra o capitão portuguez chamando, voz em grita, os aguazis para que o prendessem, assim como aos seus, que manifestavam disposições para o defender. Ia travar-se a lucta, quando o dr. Matienzo de novo se entrepôz, reclamando em nome do rei que se não praticasse um attentado tão contrario ao seu serviço. O tenente do almirante e os homens que o acompanhavam ficaram furiosos com esta contrariedade; e lançando a mão áquelle alto funccionario, desembainharam as espadas e lh'as brandiram sobre a sua cabeça como para o ferir. A gente de Magalhães, que tinha recebido o seu salario adiantado, vendo o perigo que podia correr, aproveitou aquella occasião para começar a debandar; e o mesmo capitão, n'um momento de justa ira, protestou contra aquella violencia, e declarou que ia abandonar o navio nas mãos dos officiaes e aguazis, confiado em que lhe seria feita a reparação d'aquelle aggravo. Só então se aquietaram os animos: a auctoridade do dr. Matienzo foi reconhecida; e a sua mediação serviu para determinar Magalhães a voltar para o trabalho começado.

«É facil de suppor qual a irritação que este successo produziu no animo do altivo capitão. Magalhães deu parte do insulto ao rei, declarando-lhe que aquella affronta, feita a elle, na qualidade de capitão de navios hespanhoes, carecia de prompta reparação, pedindo-lhe que se servisse de expedir as ordens necessarias para evitar que taes attentados se repetissem, e para que de futuro se lhe guardassem as considerações devidas ao seu posto. [1]

«Magalhães tinha razão para confiar em que o rei havia de fazer justiça ás suas reclamações. De Saragoça lhe escreveu o soberano uma carta na qual expressava o seu desagrado por aquelle acontecimento, e a sua satisfação pelo procedimento do dr. Matienzo. O rei fez mais ainda: reprehendeu as auctoridades de Sevilha por não terem accudido em soccorro do seu capitão, e encarregou a Casa de Contractação de colher infor-

[1] «Carta de Magalhães ao rei, escripta em Sevilha a 24 de outubro de 1518. Herrera, que devia conhecer esta carta, deu detida conta d'este successo na dec. II. liv. IV. cap. IX. da sua *Historia de las Indias*. D'ali tirou sem duvida Argensola as noticias que d'este facto publicou em os seus *Anales de Aragon*, liv. I, cap. 79, pag. 740.

mações do facto para castigar severamente os seus auctores.»

Tendo, porém, Magalhães conseguido remover todas as difficuldades que se lhe levantaram, largou do porto de S. Lucar de Barrameda a 20 de setembro de 1519.

Abandonando n'este ponto o livro de Arana, aliás excellente, resumiremos em poucas linhas a historia da navegação de Fernam de Magalhães, seguindo o Roteiro da sua viagem. [1]

No dia 13 de dezembro, entrava Magalhães na bahia do Rio de Janeiro. Dias depois levantava ferro, e na altura dos baixos das Correntes fazia-se ao mar, até que ao cabo de tres dias, aproximando-se da terra, entrava na bahia de S. Matheus. Navegando ao longo da costa, chegaram á bahia que denominaram dos *trabalhos:* ahi perderam, por causa do temporal, a náu capitaina. No dia 31 de março de 1530, tocava no porto de S. Julião, onde a tripulação se revoltou contra Magalhães, que, para suffocar a insubordinação, mandou assassinar o capitão d'uma das náus, e thesoureiro de toda a armada, Luiz de Mendonça.

Sahindo do porto de S. Julião, navegaram até ao rio de Santa Cruz, onde fizeram estação, descobrindo no dia 21 de outubro o Cabo que denominaram das *Virgens*.

Esta designação significa que o cabo foi descoberto no dia 21 de outubro, em que a Egreja celebra o martyrio das onze mil virgens.

Magalhães suspeitou que fosse aquella a entrada do estreito que, segundo a sua opinião, devia communicar o oceano Atlantico com o Pacifico. Por este motivo, enviou duas náus, a *Santiago* e a *Conceição*, para fazerem um reconhecimento, ficando elle, com os outros dois navios, á espera que voltassem aquelles. O praso marcado era de cinco dias. Pelo capitulo seguinte saberemos o que aconteceu.

CAPITULO VIII

«Sobreveiu de noite uma terrivel borrasca que durou trinta e seis horas, e que obrigou os navios que tinham ficado com Magalhães, a abandonar as ancoras e deixar-se arrastar á mercê das vagas e do vento. Os outros dois navios padeceram egual tormenta; e na impossibilidade de se reunirem ao resto da esquadrilha, por causa de um promontorio que se levantava na margem norte do canal, sem duvida o cabo da Possessão, deixaram-se levar pelo vento para o fundo do que elles acreditavam ser apenas uma bahia, esperando varar de um instante para o outro. No momento em que se julgavam perdidos, viram uma pequena abertura, que tomaram por um cotovelo que formava a bahia, e ancaminharam-se para aquelle ponto.

«Era, sem duvida, o esteiro actualmente denominado de Nossa Senhora da Esperança. Navegando sempre para diante, foram dar a uma bahia a que os hespanhoes pozeram mais tarde o nome de S. Gregorio. Ali se lhes offereceu á vista outro esteiro, conhecido depois com o nome de S. Simão, passado o qual, entraram os navegantes n'uma formosa bahia, a mais espaçosa de quantas até então tinham encontrado n'aquelles canaes. Acalmada a borrasca, os exploradores, depois de os terem reconhecido rapidamente, entenderam que deviam ir reunir-se com o chefe da expedição, para lhe dar conta do que tinham visto. [1]

«Entretanto Magalhães esperava a todo o momento o regresso dos exploradores. Com quanto não tivesse ainda expirado o praso que lhes marcara para a volta, começava a receiar que tivessem succumbido á tormenta que elle tambem havia experimentado.

«Divisavam-se de bordo dos navios umas columnas de fumo, que se levantavam da terra immediata. Conjecturaram Magalhães e os seus companheiros, que os que se haviam salvado do naufragio, tinham accendido fogueiras para lhes annunciarem a sua existencia e lhes pedirem soccorro. «Quando, porém, estavamos n'esta incerteza,» escreve o historiador da expedição, vimos as duas embarcações sulcando as ondas a velas soltas e bandeiras despregadas, que vinham para nós. Quando se acharam mais proximas dispararam muitos tiros de bombarda, soltando gritos de alegria. Fizemos outro tanto; e quando por elles soubemos que tinham visto

[1] *Noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*, vol. 4.º, pag. 149.

[1] Pigaffeta, *Primo Viaggio*, liv. I.

a continuação da bahia, ou para melhor dizer do estreito, preparamo-nos para seguir o nosso caminho.» [1]

«Os marinheiros de cada um dos navios, deram a Magalhães encontradas noticias ácerca da exploração que acabavam de praticar. Referiam uns que não tinham achado senão golphos de mar baixo, e cercado de ribas altissimas. Diziam os outros que era aquelle o estreito, porque tinham caminhado tres dias sem avistar saída, deitando a cada passo a sonda sem acharem fundo muitas vezes. Tinham além d'isso notado grandes correntes, e muito pequenas mingoantes, o que lhes fazia crer que aquelle canal ia vasar as suas aguas ao poente, n'um mar desconhecido.

«Estas noticias vieram confirmar Mgalhãaes nas suas convicções. Avançou immediatamente com toda a esquarda uma legua pelo canal dentro. Mandou surgir ali, e expediu uma chalupa com dez homens que fossem reconhecer a terra visinha. Acharam estes uma choça com mais de duzentas sepulturas de Indios, porque, segundo o seu costume, vivem ordinariamente no interior das terras e só se aproximam das praias do mar no estio, e então enterram os mortos. Encontraram tambem uma baleia morta, e muitos ossos d'estes animaes espalhados pelos arredores, o que lhe fez crer que era terra de grandes tormentas. Além d'isto não encontraram homem algum, nem outros ventigios de que o paiz fosse povoado.

«D'aquella paragem, determinou Magalhães que a *Santo Antonio* fosse fazer nova exploração aos canaes que corriam para o poente. D'esta viagem, comtudo, não resultou o reconhecimento final que se esperava. A *Santo Antonio* voltou poucos dias depois: Mesquita tinha feito uma navegação de cincoenta leguas sem achar fim ao canal, que parecia dilatar-se ainda muito mais. Em vista d'isso voltara a reunir-se ao chefe da expedição. [2]

«Se alguns dos navegadores se sobresaltaram com esta noticia, se julgaram que a travessa d'aquelles esteiros offerecia grandes perigos sem dar esperança de bom resultado, Magalhães ao contrario, cobrou novo esforço e resolveu emprehender a marcha. Já lhe não restava duvida de que estava na embocadura do estreito que com tanta firmeza havia procurado, que havia de leval-o aos mares da India, e que havia de immortalisar o seu nome.

«Resolvido a levar por diante a sua projectada viagem, Magalhães quiz todavia ouvir o parecer dos capitães e pilotos da sua esquadrilha. Ordenou que se reunissem na *Trindade*, e levassem notas exactas das provisões que existiam nos navios, para continuar a viagem até ás Molucas. Verificou-se a reunião: os capitães disseram que havia viveres para tres mezes; e como o chefe se mostrasse tão decidido a levar a cabo a projectada empresa, os do conselho, ou fosse por enthusiasmo, ou, o que é mais provavel, pelo respeito que Magalhães lhe tinha sabido infundir, declararam que não seria digno d'elles o regressarem a Castella sem terem consummado a obra de que o rei os tinha incumbido. Entre os pilotos que assistiram ao conselho, havia comtudo um que de longa data tinha queixas de Magalhães. Era este um seu parente, portuguez tambem de nascimento, chamado Estevão Gomes, que se havia alistado na expedição por empenho do chefe. [1] O viajante Pigafetta, testemunha presencial d'estas altercações, refere que Gomes aborrecia Magalhães, porque quando este passou á Hespanha a fim de fazer as suas propostas ao imperador para ir ás Molucas pelo oeste, Gomes havia pedido, e estava a ponto de obter, algumas caravellas para uma expedição de que devia ser chefe, e a empresa de Magalhães veiu assim annullar os seus projectos, vendo-se reduzido a acceitar o posto de piloto. [2] Não parece provavel esta asserção do viajante italiano: Estevão Gomes alistara-se voluntariamente na esquadrilha expedicionaria, cedendo só á influencia de Magalhães; e talvez tivesse conservado sempre a boa harmonia, se não descobrissse no chefe certas preferencias que feriram o seu amor proprio. Quando em consequencia da desobediencia de alguns dos capitães, Magalhães deu a seu primo Alvaro de Mesquita o commando da *Santo Antonio*, Gomes offendeu-se d'esta dis-

[1] Pigaffeta, *Viaggio*, liv. I.
[2] Herrera, dec. II, liv. IX, cap. XIV.

[1] «Barros, dec. III, liv. V, cap. VIII.
[2] «Pigafetta. *Viaggio*, liv. I.

tincção, e julgou-se desconsiderado com a elevação de um homem que embarcara na qualidade de supranumerario, e por tanto com a preterição da sua pessoa, que desempenhava o cargo de piloto. Estes antecedentes explicam os successos que se passaram na esquadra.

«No conselho dos capitães, quando estes e os pilotos apoiavam o parecer de Magalhães, Gomes ousou expressar uma opinião contraria. Expoz ali que visto que já se tinha descoberto o estreito para passar ao outro mar e chegar ás Molucas, era tempo de voltar a Castella, porque se encontrassem longas calmarias ou tempestades na dilatada viagem que tinham de fazer, todos viriam a parecer ou por falta de viveres ou por effeito das borrascas. Magalhães aparentou grande placidez ao ouvir este discurso; porém com a resolução que lhe era caracteristica, respondeu que ainda quando soubesse que durante a navegação teria de alimentar-se das pelles de vacca de que eram forradas as antemnas dos navios, não voltaria atraz em quanto não descobrisse o que havia promettido ao imperador, porque esperava que Deus o ajudaria n'aquella empresa. [1]

«Era para recear que esta opposição fosse o principio de novas dissenções na esquadrilha. Estevão Gomes não era um piloto vulgar. Por seus conhecimentos, pela sua energia e pelo seu caracter, gosava de grande credito entre os seus camaradas. Magalhães previu o perigo; e antes de empregar medidas de rigor, como já fôra obrigado a fazer na bahia de S. Julião, preferiu impedir qualquer tentativa de resistencia. Mandou apregoar pelos navios, que no dia seguinte ao romper da manhã se emprehenderia a viagem, ordenando além d'isso que tudo estivesse prompto para esse fim, e prohibindo debaixo da pena de morte que se fallasse das difficuldades da empresa, e da falta provavel de viveres.

«Effectivamente no dia seguinte a esquadra deu á vella, passando pelos mesmos sitios que pouco antes haviam reconhecido os dois navios exploradores, sob o commando de Mesquita e Serrão. Enfiaram os dois esteiros já explorados, e chegaram até á bahia de S. Batholomeu, em frente de um grupo de ilhas de differentes grandezas. [1]

«Magalhães adiantou-se um pouco mais ainda, mas voltou logo á bahia onde lançou ferro. A principio a paizagem que se offerecia á vista dos navegadores era triste e pobre; extensas praias de areia, batidas por um vento frio, eminencias desprovidas de vegetação, rochas aridas e descalvadas, foi tudo quanto viram na primeira parte do estreito. Mais adiante, porém, a paizagem mudou de repente: as alturas immediatas á costa cobertas de arvores de agradavel aspecto, o solo tapisado de verde relva, e um ceo limpido, que realçava as belezas d'aquelle quadro, fizeram dizer aos hespanhoes que as terras, de um e outro lado do estreito, eram as mais formosas do mundo. [2]

«N'esta exploração, Magalhães fixara particularmente a sua attenção nas terras ao norte do estreito, que suppunha serem o termo do novo continente. Nas terras ao sul tinha avistado, ás noites, algumas fogueiras espalhadas por diversos pontos da costa. Deu-lhes por esse motivo o nome de Terra do Fogo, [3] que tem conservado até hoje. N'essas mesmas terras tinha enxergado a embocadura de um canal, sem duvida o canal

[1] «Herrera, dec. II, liv. IX, cap. XV. Pigafetta refere que quando os companheiros de Magalhães duvidaram de que aquelle canal fosse o demandado estreito, este dissera que estava certo de que o era, porque o tinha visto traçado n'uma carta de marear desenhada por Martim Behaim, a qual se conservava na thesouraria do rei de Portugal. Veja-se a illustração num. III.

[1] «Para melhor se comprehender a exploração do estreito, póde ver-se a carta levantada em 1767 pelos maritimos que compunham a expedição franceza de M. de Bougainville, publicada com a relação da sua viagem em 1772; a que deram á luz em 1788 os maritimos hespanhoes da fragata *Santa Maria de las Cabezas*, que acompanha tambem a relação da viagem feita por esta fragata; e a que levantou a commissão hydrographica ingleza, sob a direcção dos capitães King e Fitz-Roy, que é, sem disputa, a melhor de todas. As cartas anteriores são muito defeituosas.

[2] «Herrera, dec. II, liv. IX, cap. XV. Veja-se a minuciosa descripção do estreito, seus terrenos e producções na *Viage de la fragata Santa Maria de las Cabezas*, pag. 292 e seguintes.

[3] «Maximiliano Transilvano, *Relacion*. § IX.—Oviedo, *Historia General de las Indias*, tom. III, part. II, liv. XX, cap. I.

de S. Jeronymo, que se estendia para sudoeste, por entre umas serras cobertas de neve, com apparencia de ser outro estreito. Mandou immediatamente que a *Santo Antonio* e a *Conceição* fossem fazer um reconhecimento para aquelle lado, com recommendação de voltarem no praso de quatro dias. [1] O primeiro d'estes navios partiu á véla cheia para fazer esta exploração, o segundo ficou muito atraz, e voltou em breve tempo sem ter andiantado muito a descoberta.

«Em quanto a *Santo Antonio* praticava aquella exploração, a esquadrilha velejou um pouco mais para a frente, mas em seguida voltou ao ponto marcado para a reunião de todos os navios. Ali passaram seis dias os marinheiros occupando-se em pescar sardinhas e robalos, de que havia grande abundancia, e fazendo provisões de agua e de uma lenha cheirosa, que apanharam em quantidade. Inquieto pela tardança da embarcação que Mesquita commandava, ordenou Magalhães que a *Victoria* fosse em cata d'ella, voltou, porém, passado pouco tempo sem a ter achado. No meio do cuidado que esta tardança podia produzir, e quando as outras embarcações se preparavam para buscar a *Santo Antonio*, o piloto André de S. Martinho, disse a Magalhães que não gastasse tempo a procural-a, porque suppunha que tinha voltado para Hespanha. [2] O chefe da da expedição tambem acreditava em que os marinheiros d'aquelle navio se tinham sublevado contra Mesquita, e mudado de rumo, ou que haviam naufragado no canal que tinham ido explorar. [3]

«Quiz, comtudo, esperar ainda alguns dias e fazer novas diligencias, para ver se conseguia reunir-se aos seus companheiros; até que desgostado pela perda dos viveres que aquelle navio levava, e convencido da inutilidade dos seus esforços, determinou continuar a marcha. Navegando para o sul, e seguindo a inclinação da costa, chegaram os castelhanos a um cabo, o de Santo Isidro, onde o canal é um pouco mais estreito, e em seguida, mudando de rumo para sudueste, avançaram até á ponta mais meridional do continente, que os hespanhoes mais tarde chamaram môrro de Santa Agueda, e os inglezes cabo Foward. Ali observaram os pilotos a posição geographica do logar, e a fixaram em 50° 40′ de latitude austral. [1]

«Basta lançar os olhos a uma carta moderna do estreito para reconhecer o gráu de precisão a que tinham chegado os navegadores hespanhoes, do principio do seculo XVI, na fixação das latitudes dos logares que percorriam. Com escassos conhecimentos astronomicos, com instrumentos de observação summamente imperfeitos, marcavam, com mui pouca differença, a verdadeira situação dos logares, relativamente á linha equinoxial. Não succedia outro tanto com a designação das longitudes, problema que então parecia irresoluvel, e que foi parte para serem tidos na conta de loucos os homens que, como Faleiro, o primeiro companheiro de Magalhães se empenhavam no seu estudo e chegavam a assentar algumas regras. [2]

Do cabo que fórma a extremidade austral do continente americano, Magalhães fixou o rumo ao noroeste, e foi navegando até uma enseada situada a 53°. A esquadra fundeou ali por ordem do chefe. A separação da *Santo Antonio* fazia-lhe receiar novas dissenções entre os seus subalternos. Bem sabia Magalhães que quasi todos elles iam contrafeitos, embargados pelo temor que lhes tinham sabido inspirar, e que aproveitariam a primeira opportunidade que se lhes offerecesse para se sublevarem.

«A perda do seu parente Alvaro de Mesquita, que reduzia o numero dos homens da sua confiança na esquadrilha expedicionaria, não era menos sensivel para Magalhães: mas se interiormente ponderava estes contratempos, não lhe

[1] «Carta já citada do contador Recalde.—Pigafetta, *Viaggio*, liv. I.

[2] «Herrera, log. citado.

[3] «Maximiliano Transilvano, *Relacion*, § IX.

[1] «O capitão King determinou a latitude do cabo Foward aos 53° 43′. *Voyage of Aventure and Beagle*, vol. I.

[2] «Barros, dec. III, liv. V, cap. VIII e IX.

«Navarrete compoz uma curiosa e erudita *Memoria sobre las tentativas hechas y premios ofrecidos en España al que resolver el problema de la longitud en el mar*. Tendo ficado incompleta a dita memoria, um neto do auctor, D. Eustaquio Fernandez de Navarrete, a concluiu, publicando-a na *Collecion de documentos ineditos para la historia de España*, tom. XXI.

faltava o animo para fazer frente ás difficuldades da situação. Querendo evitar perigosas reuniões no seu proprio navio, e ao mesmo tempo conhecer quaes de entre os capitães, pilotos, mestres e contramestres, eram contrarios á viagem, expediu em 21 de novembro uma circular a todos os navios, pedindo o parecer dos homens competentes de cada um d'elles, ácerca do que se deveria fazer. Dizia n'aquelle documento que elle nunca desprezava o parecer dos outros, e que serviriam mal o imperador e faltariam ao juramento que lhe tinham prestado, aquelles que o não ajudassem com o seu conselho, «pelo que, «acrescentava, vos mando da parte do dito senhor, «e da minha vos rogo e recommendo que tudo o «que julgardes que nos convem á nossa viagem, «ou seja para proseguir ou para voltar atraz, me «deis os vossos pareceres por escripto, cada um «de per si, dizendo as causas e razões, porque «devemos ir para diante, ou retroceder, sem res«peito a coisa alguma, porque deixeis de dizer a «verdade; em presença das quaes razões, eu da«rei o meu parecer e determinação, para con«cluir o que havemos de fazer.»

«Não se conhecem as respostas que deram os maritimos a esta consulta; porém, o cosmographo André de S. Martim, que servia de piloto na *Victoria*, deu informação contra o proseguimento da viagem. Ou porque tivesse recebido graves offensas de Magalhães, como os seus inimigos disseram em Hespanha, [1] ou, o que é mais provavel, porque temesse os resultados da expedição, S. Martim deu uma extensa e respeitosa informação, em que aconselhava ao chefe da esquadrilha que, reconhecido o estreito, voltasse para Castella. O habil piloto não duvidava de que por aquelle caminho se poderia chegar ás ilhas da especiaria, representava porém o mau estado dos navios, a falta de viveres, o abatimento e debilidade da gente, as frequentes borrascas d'aquelles mares, e a grande extensão da viagem. «Tenho dito o que sinto, accrescenta ao «concluir, e o que alcanço, para cumprir com «Deus e com vossa mercê, e com o que me pa«rece serviço de sua magestade e bem da esqua«dra: vossa mercê faça o que lhe parecer.»

«Magalhães nunca abrigara o proposito de se deixar convencer por aquellas representações. Pensara sempre em seguir para diante, ainda quando fossse contra a vontade de todos os seus subalternos. Com este fim, deu aos commandantes instrucções circumstanciadas, expondo os motivos que tinha para levar por diante a sua viagem, ordenando a todos que o seguissem, pois com a divina protecção haviam de chegar a bom termo. Notificada esta resolução aos navios, mandou levantar ferro no dia seguinte no meio das salvas dos seus arcabuzeiros. [1]

«A esquadrilha seguio navegando pelo estreito, no rumo de noroeste; Magalhães, porém, não se podia resignar a abandonar aquelles canaes, sem ter, mais uma vez noticias da *Santo Antonio*. Estanciou ainda na embocadura de um riacho, que offerecia á esquadra abundante pesca de sardinha, e mandou á *Victoria* que voltasse atraz.

«Duarte Barbosa, que commandava este navio, não tendo encontrado os companheiros, plantou uma bandeira n'uma altura proxima á bahia da Possessão, [2] ao pé da qual pôz uma marmita, com uma carta em que indicava o rumo da expedição, e veiu reunir-se a Magalhães. No entretanto uma chalupa tinha ido explorar a desembocadura occidental do estreito. Os homens que a tripulavam aproximaram-se da Terra de Fogo, e observaram de passagem, diversos canaes que a cortavam, formando varias ilhas. Chegando á ultima d'estas, por detraz de

[1] «O contador Lopes de Recalde, diz na sua carta já citada, que na bahia de S. Julião, Magalhães mandara dar tratos a S. Martim, por haver feito uma carta da viagem, que arrojou logo ao mar.

«Esta noticia não consta de nenhuma outra auctoridade: é provavel que fosse pura invenção para accusar a Magalhães perante o rei.

[1] «Barros, dec. III, liv. V, cap. IX. O historiador portuguez, que na sua celebre historia, faz menção d'estes importantes documentos, diz que tinha em seu poder o livro do diario do piloto André de S. Martim, fallecido na viagem, e que d'elle tomou as instrucções de Magalhães, a informação do piloto e muitas outras noticias referentes a esta expedição.

[2] «Talvez nos montes que Bougainville, em recordação de um romance de cavallaria, mui popular em França, denominou *Aymon e seus quatro filhos*. Veja-se a sua *Voyage au tour du monde par la frégate du Roy: la Boudeuse*, etc. Paris 1771. Part. I, cap. VIII, pag. 125.

uma ponta coberta de recifes, descobriram um mar immenso, que se dilatava sem limites para oeste. Voltaram ao terceiro dia, e annunciaram que tinham visto o cabo em que terminava o estreito. «Todos chorámos de alegria, diz o historiador da expedição. Aquella ponta foi chamada «Cabo Desejado, porque, effectivamente, havia «longo tempo que desejavamos vel-o. [1]

«Já não era possivel esperar mais pela *Santo Antonio*. Depois das ultimas noticias, os castelhanos continuaram a sua viagem pelo estreito. No silencio d'aquellas solidões, Magalhães ouvia as repercussões e bramidos do mar, ao outro lado das terras do sul, e sem querer exploral-as detimidamente, julgou que o paiz a que tinha chamado «terra de fogo», devia ser formado por algumas ilhas cortadas por canaes. [2] Aquellas regiões pareciam inteiramente despovoadas; os castelhanos não tinham visto um só homem em todo o estreito, mas os fogos que divisaram nas terras do sul, e as sepulturas que encontraram na costa do continente, lhes fizeram crer que os habitantes d'aquelles paizes, viviam retirados para o interior.

«Na esquadrilha havia, além d'isso, dois patagões tomados na bahia de S. Julião, que poderam dar-lhes algumas noticias ácerca dos povoadores d'aquellas regiões. Um d'elles tinha ficado na *Santo Antonio;* o outro, porém, estava na esquadrilha, onde era objecto da curiosidade dos marinheiros, e particularmente de um prolixo investigador. «Durante a viagem, eu entre«tinha o melhor que me era possivel o gigante «patagão, que estava no nosso navio; e por meio «de uma especie de pantomima lhe perguntava «o nome patagão de muitos objectos, de sorte «que cheguei a formar um pequeno vocabulario. «Estava tão habituado a isto que, apenas me via «pegar na penna e no papel, approximava-se «para me dizer os nomes dos objectos que esta«vam ali á sua vista e das operações que via «praticar. Um dia que lhe mostrei a cruz, deu-me «a entender por gestos que Ietebos [3] me entraria «no corpo e me faria rebentar. Sentindo-se en«fermo, e julgando proximo o fim de seus dias, «pediu a cruz, que beijou, e rogou-nos que o «baptisassemos. Assim o fizemos, dando-lhe o «nome de Paulo. [1] O patagão morreu pouco de«pois da sahida do estreito.»

«A 27 de novembro de 1520 a *Victoria*, que ia adiante das outras embarcações, descobriu uma ponta, a partir da qual as costas do norte mudavam rapidamente de direcção. Deram-lhe o nome de Cabo Victoria, em honra da embarcação que a havia descoberto. Além d'esse cabo estava o grande oceano que Magalhães demandava para proseguir na sua viagem ás ilhas da especiaria. Os hespanhoes, e o proprio Magalhães, deram ao estreito o nome de Todos os Santos, em recordação da festa que a egreja celebra no primeiro de novembro, dia em que entraram nos seus canaes. A posteridade, mais justa com o navegante portuguez do que o foi com a maior parte dos descobridores do seu seculo, deu ao estreito o nome que hoje conserva. [2]

«Magalhães gastara perto de um mez em passar o estreito que com tanto afinco havia procurado. Parte d'esste tempo tinha sido empregado em explorações inuteis, em discussões com os seus subalternos, e em esperar que se lhe reunissem a *Santo Antonio*, da qual não havia noticias certas. Infelizmente as suspeitas de sublevação a bordo e do seu regresso para Hespanha, aventadas pelo piloto S. Martim, tinham sobejo fundamento.

«Parece que desde que aquella embarcação foi expedida por Magalhães para reconhecer um canal nas terras do sul, o piloto Estevão Gomes, e outros amigos seus, haviam concebido o projecto de se separarem da esquadrilha expedicionaria. Elles comtudo não revelaram dopois esse projecto, e referiram o succedido da maneira que passamos a contal-o.

«Os marinheiros da *Santo Antonio* praticaram o reconhecimento d'aquelle canal sem resultado algum, e ao terceiro dia retrocederam para se reunirem á esquadrilha, no logar que Magalhães lhes havia indicado. Não encontraram ali nenhuma embarcação; todas n'esse dia tinham navegado á descoberta do estreito. O capitão Mes-

[1] «Pigafetta, *Primo Viaggio*, liv. I.

[2] «Maximiliano Transilvano, *Relacion*, § IX.

[3] «O grande demonio.—D'Orbigny não menciona esta palavra entre as que aponta do idioma patagão.

[1] «Pigafetta, *Viaggio*, liv. I.

[2] «Veja-se a *Illustração* VII.

quita queria então seguir viagem para se reunir com Magalhães; mas o piloto Estevão Gomes, e o escrivão Jeronymo Guerra, oppunham-se a esse projecto, e tratavam de voltar para Hespanha.

«A discussão devera de ser demasiadamente acalorada, a tal ponto, que Mesquita, vendo a sua auctoridade desacatada, determinou fazer-se respeitar pela força, e deu uma estocada na perna do piloto Gomes. Este por sua vez puxou da espada, e feriu o capitão na mão esquerda. Mesquita não gosava do menor prestigio entre os homens da tripulação: o odio que os castelhanos tinham a Magalhães, pelos acontecimentos do porto de S. Julião, havia-se tornado extensivo ao seu parente, que representara o papel principal nas execuções que se seguiram á revolta. Assim, em vez de o auxiliarem contra o rebellado piloto, os marinheiros se lançaram sobre elle e o prenderam. Em seguida foi nomeado capitão do navio o escrivão Guerra, o qual mandou mudar de rumo e seguir viagem para Hespanha.

«Os amotinados trataram de recolher a bordo do seu navio o vedor João de Carthagena, e o padre Sanches de la Reina, que Magalhães havia abandonado na costa patagonica; porém, ou fosse porque desistissem d'essa idéa para não retardar a viagem, ou porque os não achassem no logar em que tinham ficado, continuaram a sua navegação, inclinando-se para a costa d'Africa. [1] Não tardou muito que se fizesse sentir a falta de viveres no navio. Foi necessario reduzir a alimentação de cada pessoa a tres libras de pão por dia. O patagão que ia n'este navio, falleceu antes de chegar a Hespanha.

«Durante a viagem, levantaram os sublevados um auto de informação do occorido na esquadrilha, para justificar o seu procedimento perante o rei. Metteram a tormento o capitão Mesquita, e obtiveram d'elle as declarações que quizeram para sua justificação; e ao chegar a Sevilha, a 6 de maio de 1521, apresentaram-se aos officiaes da Casa de Contractação e antregaram o preso. Disseram que as crueldades ordenadas por Magalhães, tinham por origem os requerimentos que lhe haviam feito, para que observasse a ordem estabelecida nas provisões reaes; acrescentando que o chefe da esquadrilha não levava rumo fixo na sua viagem, e perdia o tempo e consumia os abastecimentos sem proveito algum. O sogro de Magalhães, Diogo de Barbosa, que como fica dito desempenhava o cargo de tenente-rei do alcaide do alcaçar de Sevilha, correu em sua defeza, e pediu a liberdade do capitão Mesquita. Nada póde, comtudo, conseguir: os officiaes da Casa da Contractação levantaram um summario, e receberam declarações de cincoenta e cinco pessoas que iam no navio, prenderam Jeronymo Guerra, o piloto Estevão Gomes, os supranumeraios João de Chinchilla e Francisco de Angulo, e dois marinheiros que pareciam os mais complicados na sublevação. Os outros foram postos em liberdade para evitar despezas inuteis.

«O contador da Casa de Contractação, João Lopes de Recalde, encarregou-se de dar conta de tudo ao cardeal regente do reino, durante a ausencia de Carlos v, [1] e ao presidente do conselho de Indias.

«O procedimento dos officiaes da Casa de Contractação foi approvado na côrte. Ordenou-se que ficassem sob vigilancia a mulher e filhos de Fernão de Magalhães, para que não podessem escapar-se para Portugal, e que os presos fossem trasladados para Burgos, onde residia a côrte, para os ter seguros até que se podesse descobrir a verdade de tudo o que occorrera na viagem. Mandou-se tambem que se lhes não pagasse soldo algum, emquanto se não ajustassem as contas com cada um d'elles.

«O processo devia necessariamente ser longo, visto que só á volta de Magalhães ou da sua esquadrilha, podia chegar á conclusão; mas o castigo dos processados começava desde logo. Factos d'esta natureza não são raros nos processos que se levantaram aos esforçados varões que descobriram e conquistaram o novo continente.

«Não se esqueceu tambem o conselho das In-

[1] «O historiador portuguez João de Barros, dec. III, liv. v, cap. IX, é quem esta noticia nos dá, sem dizer se acharam ou não os dois abandonados.—Argensola na sua *Historia de la conquista de las Molucas*, liv. I, pag. 17, diz expressamente que os rebeldes os encontraram e os levaram para Castella. É inexacto, como adiante se verá.

[1] «Esta informação é a carta tantas vezes citada do contador Lopes de Recalde.

dias d'aquelles dois desgraçados que Magalhães deixara na costa patagonica, e particularmente de João de Carthagena, que occupava uma posição mais notavel do que a do seu companheiro de infortunio. Mandou que a Casa de Contractação enviasse um navio a procural-os; parece, porém, que nunca se logrou este resultado. [1] Nem nos historiadores nem nos mais prolixos documentos, se encontra noticia de que houvessem regressado á Hespanha aquelles desterrados. Póde dizer-se, quasi com certeza, que a justiça de Magalhães se fez tão completa como elle tinha querido.»

No estreito, que tem de extensão cem leguas, demorou-se Magalhães desde 21 de outubro até 26 de novembro (1520).

Entrado no Grande Oceano Pacifico, Magalhães navegou para o equador, até que chegando á altura das Molucas, e por ter informação de que não encontraria ahi mantimentos, julgou dever continuar a navegar para o norte. Em 6 de março de 1521, avistou duas ilhas, surgindo em uma, onde os indigenas lhe roubaram o bote da náu capitaina, cortando o cabo que o amarrava. Pelo que Magalhães poz a esta ilha o nome *dos Ladrões*. Outros dizem que a denominou *das Velas,* pelos muitos barcos que ahi havia. Como quer que seja, estas ilhas são hoje conhecidas pela designação de *Mariannas*, assim chamadas em honra de D. Marianna d'Austria, viuva de Filippe IV.

Nos livros insondaveis do destino estava escripto que fosse n'estas paragens do Pacifico que Fernam de Magalhães havia de encontrar, desastradamente, o termo da sua existencia.

O facto da sua morte é muito ligeira e singelamente contado no *Roteiro* d'esta viagem, attribuido a um piloto genovez que ia na armada de Magalhães. Diz a narrativa no seu tom facil e vulgar:

«Vendo Fernam de Magalhães que o esquife era perdido, fez-se á vella por ser já noite, e andando assim barlaventeando até ao outro dia, tanto que foi manhã, surgiram aonde viram levar o esquife, e mandou aprestar dois bateis com obra de 50 ou 60 homens, e foi em pessoa a terra, queimou o logar todo e mataram 7 ou 8 pessoas, entre homens e mulheres, e cobraram o esquife, e tornou-se ás náus, e estando assim viram vir 40 ou 50 paráos, que vinham para as náus, da mesma terra, e trouxeram muito refresco.

«Fernam de Magalhães não quiz fazer mais demora, e fez-se logo á vella, e mandou governar a loeste e a quarta de sudoeste, e assim tomaram uma terra, que está em 11° escassos, a qual terra é uma ilha, e não quiz tomar esta, e foram tomar outra mais ávante, que parecia a primeira. E mandou Fernam de Magalhães o esquife a terra para verem a disposição d'ella; e chegando o esquife a terra, viram das náus sahir 2 paráos por detraz da ponta, então chamaram o esquife. Vendo a gente dos paráos que o esquife se tornava ás náus, se tornaram os paráos atrás, e o esquife chegou ás náus, e logo se fizeram á véla a outra ilha muito perto d'esta ilha, que está em 10° e puzeram-lhe o nome de *Ilha dos Bons Signaes*, porque acharam n'ella algum ouro: e estando assim surtos n'esta ilha vieram a elles dois paráos, trouxeram-lhe gallinhas e côcos, e disseram-lhe que já ali haviam visto outros homens como elles, d'onde presumiram que podiam ser *lequios* ou *mogores*, uma nação de gentes que tem este nome, ou *chiis;* e d'aqui se fizeram á véla e navegaram mais ávante entre muitas ilhas, ás quaes puzeram o nome de *Valle sem perigo*, e assim *S. Lazaro*, e correram a outra, 20 leguas d'aquella, d'onde partiram, que está em 10°, e foram surgir em outra ilha, que tem o nome de *macangor*, que está em 9°, e n'esta ilha lhes fizeram muito boa companhia, e pozeram n'ella uma cruz. Este rei os levou d'aqui obra de 30 leguas a outra ilha que tem o nome de *Cabo*, que está em 10°, e em esta fez Fernam de Magalhães o que quiz, por consentimento da terra, e tornaram-se em um dia 800 christãos, onde por isso quiz Fernam de Magalhães que os outros reis a este comarcante lhe fossem sugeitos a este que se havia tornado christão: os quaes não quizeram dar a tal obediencia. Vendo Fernam de Magalhães isto, fez-se uma noite com os seus bateis prestes, e foi lá, e

[1] «Carta de Lopes de Recalde de 12 de maio de 1521.—Herrera, dec. II, liv. IX, cap. XV, e dec. III, liv. I, cap. IV.—Representação feita ao rei por Diogo Barbosa, em 1523. Este documento foi publicado por Navarrete a pag. 288 do tom. IV da sua *Coleccion.*

queimou os logares d'aquelles que assim não queriam dar a dita obediencia; e depois d'isto feito, a obra de 10 ou 12 dias, mandou a um logar obra de meia legua do que havia queimado, que tem o nome de *Matam*, que é tambem ilha, que logo lhe mandassem 3 cabras, 3 porcos, 3 fardos de arroz, e 3 fardos de milho, para mantimento das náus, e o que responderam, que de cada addição a sua que de todo lhes mandava pedir de 3 em 3, lhe queriam mandar de 2 em 2; que se d'isso fosse contente que logo o cumpriam, se não que fosse como elle quizesse e que o não haviam de dar: e porque assim não quizeram conceder o que lhe pediam, mandou Fernam de Magalhães apparelhar 3 bateis com obra de 50 ou 60 homens, e foi sobre o dito, que foram a 28 dias de abril, pela manhã, d'onde acharam muita gente, que seriam bem 3:000 ou 4:000 homens, que pelejaram de tão boa mente que ali foi morto o dito Fernam de Magalhães com 6 homens dos seus, na era de 1521 annos.

«Sendo morto Fernam de Magalhães, recolheram os christãos ás náus, d'onde houveram por bem que se fizessem dois capitães, e governadores a que obedecessem, e tendo isto feito, tomaram conselho que fossem os dois capitães á terra d'onde se haviam tornado christãos a pedir pilotos que os levassem a *Borneo*, e isto foi ao primeiro dia de maio do dito anno, e indo os dois capitães concertados para o que dito era, a mesma gente da terra, que se haviam feito christãos, tinham armado sobre elles, e tanto que chegaram a terra deixaram-n'os desembarcar seguramente, como de antes o fizeram. Então deram n'elles, d'onde mataram 2 capitães e 26 homens cavalleiros, e a outra gente qne ficou se recolheu aos bateis e tornaram-se ás náus, e achando-se outra vez sem capitães accordaram, por quanto a principal gente era morta, que um João Lopes, que era o thesoureiro-mór da armada, fosse capitão-mór, e o meirinho alferes-mór da armada fosse capitão de uma das náus, o qual se chamava Gonçalo Vaz d'Espinosa.»

Todavia, no livro de Arana, a narração, muito menos resumida, toma um certo caracter de interesse, que reveste a morte de Magalhães de circumstancias verdadeiramente épicas.

Surprehendendo a narrativa de Arana no momento do desembarque, sigamol-a até ao ponto em que os portuguezes, vendo o seu chefe morto, retiram desordenadamente.

«O desembarque começou a effectuar-se ao raiar do dia 27 de abril de 1521. Por causa dos rochedos que bordavam a praia, não poderam os castelhanos acercar-se á terra, tendo, por tanto, que andar um espaço consideravel com agua até á cintura. Ficaram alguns de guarda ás chalupas, de sorte que a diminuta divisão de Magalhães, ao pisar a praia, se achava ainda mais reduzida.[1] Preparava-se para avançar, quando lhe apparece um corpo de indios sobre um dos seus flancos. Vae para atacal-os, descobre outro corpo sobre o flanco opposto; e antes que os castelhanos se dividissem em dois plotões, para acometter os inimigos, assoma um terceiro corpo pela frente. Durante meia hora os soldados de Magalhães sustentaram o combate, mantendo-se a alguma distancia dos indios, atirando-lhes as suas flexas e fazendo-lhes um aturado fogo de mosquetaria, sem comtudo lhes causar grande mal, por quanto, ainda que muitos fossem feridos, nem as balas nem os dardos lhes davam a morte subita, que elles temiam do poder e dos elementos de guerra com que contavam os estrangeiros. Longe de se intemidarem com os leves damnos que recebiam, os insulanos, confiados na superioridade do seu numero, voltavam ao combate mais atrevidos e furiosos, e lançavam contra os hespanhoes nuvens de cannas, de varas endurecidas, ao fogo, e de pedras, dirigindo principalmente os seus ataques contra Magalhães, a quem reconheciam perfeitamente. Desejando então separal-os ou intimidal-os, mandou Magalhães que se lançasse fogo ás choças da visinha povoação. A ordem foi executada immediatamente; porém a vista das chammas não fez senão enfurecel-os. Alguns correram ao proprio logar do incendio, e ali mataram dois castelhanos que encontraram separados dos seus.

«Dentro em pouco tempo notaram os insulanos que os estrangeiros eram invulneraveis, sempre que os tiros que lhes dirigiam, tinham por alvo os cascos que lhes cobriam as cabeças ou as couraças que lhes defendiam o peito. Com-

[1] «Herrera, diz na dec. III, liv. I, cap. IV., que desembarcaram 55 homens. Pigafetta affirma que foram só 49.

prehendendo então que apontando os seus tiros ás pernas dos castelhanos lhes haviam de causar maiores estragos. Magalhães recebeu uma frechada n'uma perna e viu-se obrigado a mandar retirar. Desgraçadamente a sua gente estava desordenada: o numero dos inimigos e o vigor com que combatiam tinham-na por tal modo assustado, que já não pensava senão na fuga. Os canhões que haviam ficado nas chalupas não podiam auxiliar os hespanhoes, por causa dos baixos e recifes da costa, que os impediam de chegar até ao logar do combate.

«Magalhães, rodeado de um pequeno numero de homens, os mais fieis e atrevidos dos seus companheiros, ia retirando e combatendo sempre tenazmente, e disputando palmo a palmo o terreno que abandonava. A sua gente estava já na praia com agua até aos joelhos; não podia pórem alcançar ainda as chalupas, e recebia os dardos e as pedradas dos insulanos.

«No meio do conflito, Magalhães animava os seus com a palavra e com o exemplo, expondo valentemente a sua vida. Por duas vezes as pedradas dos inimigos, perfeitamente dirigidas contra a sua pessoa, fizeram saltar o casco que lhe cobria a cabeça; mas nem por isso o seu valor afrouxou.

«Este combate desegual durou cerca de uma hora com o mesmo ardor.

«Um insulano conseguiu ferir no rosto o capitão dos castelhanos, que o traspassou com a lança, perdendo comtudo a sua arma, que deixou sumida no corpo do adversario. Quiz então desembainhar a espada, mas foi-lhe impossivel executar esse movimento, porque tinha o braço direito tambem ferido. Os inimigos percebendo que estava desarmado carregaram sobre elle: um atirou-lhe tão rijo golpe a uma perna, que o prostrou de rosto para terra. Immediatamente se arrojaram sobre elle para o acabarem. Quando se viu assim acossado pelos inimigos, voltou-se por muitas vezes para os seus a ver se o podiam salvar; mas isso era já impossivel. «Como não «houvesse entre nós um só que não estivesse fe«rido, e como nos não achavamos em estado de «soccorrer ou de vingar o nosso general, diz «uma testemunha e actor d'esta fatal jornada, «precipitámo-nos para as nossas chalupas, que «estavam a ponto de partir. Devemos a nossa «salvação á morte do nosso general, porque no «momento em que elle succumbiu, todos os in«sulanos correram para o logar onde elle tinha «caído.» [1]

«A retirada dos companheiros de Magalhães não foi menos perigosa. O rei de Zebú, cumprindo as ordens do chefe, tinha sido simples espectador do combate, presenciando-o das suas embarcações; e os castelhanos que haviam ficado de guarda ás chalupas, julgando auxiliar os seus camaradas, romperam o fogo de artilharia, quando, estes tratavam de embarcar, causando assim maior confusão entre os fugitivos.»

Foi sob uma profunda impressão de desanimo, como é facil imaginar, que o piloto portuguez, João Lopes de Carvalho, tomou o commando da esquadrilha. No momento em que os navios levantavam ferro, o infeliz Serrão appareceu em terra, ferido e maniatado, no meio de numerosos insulanos, e gritava que lhe accudissem, que o fossem libertar. Mas João Lopes de Carvalho, receiando qualquer ardil, fez-se ao largo, ouvindo a distancia um sinistro clamor, que o levou a suppôr terem os insulanos dado n'aquelle momento a morte a Serrão.

Como não estamos escrevendo uma monogra-

[1] «Pigafetta, *Viaggio*, liv. II. Estes successos são referidos, com particularidades que diversificam mais ou menos, por Argensola na sua *Historia de las Molucas*, Gómara, Oviedo e Herrera nas suas *Historias de las Indias*, e Maximiliano Transilvano na sua relação da viagem, publicada em italiano no primeiro volume da celebre collecção de Ramusio, e em castelhano no IV vol. da collecção de Navarrete. Preferi seguir, quasi ao pé da lettra, a relação de Pigafetta, que merece mais fé como testemunha veridica, ainda que não isenta de exagerações.

«Os historiadores das ilhas Philippinas são geralmente muito inexactos quando tratam da viagem e da morte de Magalhães. O padre Colin, limita-se quasi a recordar a vontade divina. «Para que se veja, diz «elle, que Magalhães não fôra escolhido por Deus se«não para o descobrimento e conquista das Philip«pinas, permitte o céo que com bem leve motivo «lhe seja cortado o fio da vida, e que n'ellas fique «sepultado aquelle grande capitão, como semente de «generosa planta do evangelho e da povoação hes«panhola que Deus pretendia estabelecer n'essas «ilhas.» *Labor evangelico*, etc., liv. I, cap. XIX, pag. 115.

phia da primeira viagem de circumnavegação que se realisou, mas apenas indicando um dos traços mais salientes da época manuelina, seja-nos permittido encurtar a narrativa, depois da morte de Magalhães.

A esquadrilha chegou a Borneo a 8 de julho; a 8 de novembro, fundeava no porto da ilha de Tidore, sendo grande a alegria dos tripulantes por haverem finalmente encontrado as Molucas, que havia vinte e sete mezes procuravam, cuidando sempre erradamente tel-as encontrado.

Finalmente, no fim do anno de 1521, a esquadrilha entrou nos mares que os portuguezes haviam explorado em caminho da India, contornando a ponta austral da Africa, o cabo da Boa Esperança.

No dia 4 de setembro de 1522, os castelhanos avistaram as costas de Hespanha, e dois dias depois entravam na bahia de S. Lucar de Barrameda.

Dos cinco navios, que tres annos antes haviam partido, apenas voltava um; e a tripulação, que fôra de 265 homens, estava reduzida a 18, chegados todos elles á ultima miseria.

Eis aqui fica compendiada a pagina mais audaciosa, e por isso mesmo talvez a mais heroica, da historia das navegações no seculo XVI. A partir de 1522, a volta ao mundo ficava dada.

«Não ha nada mais grandioso, diz Michelet, do que esta viagem. Desde então o globo ficou certo da sua redondeza. Essa maravilha physica da agua uniformemente estendida sobre uma bola, a que adhere sem despegar-se, este milagre ficava demonstrado. Estava finalmente reconhecido o Pacifico, esse grande e mysterioso laboratorio, onde, longe da nossa vista, a natureza trabalha profundamente a vida, nos elabora mundos, continentes novos.

«Revelação de immenso alcance, não só material senão tambem moral, que centuplicava a audacia do homem, e o lançava em outra viagem sobre o livre oceano das sciencias, no exforço temerario e fecundo de dar a volta ao infinito.»

O grande facto foi este, que Michelet assignala na sua linguagem pittorescamente enevoada.

Pouco nos importa, para a nossa imparcialidade de historiador, que Magalhães seja um portuguez renegado, *portuguez, porém não na lealdade*, como diz Camões. Elle realisou, no seculo XVI, e pagou-o com a sua propria vida, o facto mais brilhante na historia dos descobrimentos maritimos d'aquelle seculo. De mais, como observa o sr. Latino Coelho, o nome de Magalhães ficou sempre portuguez, e a gloria das suas navegações ha de ser perpetuamente gloria tambem de Portugal.

CAPITULO IX

Quiz ainda a venturosa estrella do rei D. Manuel que elle encerrasse o seu reinado com o projecto, aliás mallogrado, de uma nova empreza geographica, tal era a travessia de Africa desde o Congo até á Abyssinia. [1]

Quando D. Manuel tinha alguma idéa boa, se é que era sua e não dos outros, logo lhe apparecia a ponto um homem capaz de a realisar.

O caso que vamos citar é mais um exemplo, provado, d'esta asserção.

«Um cavalleiro portuguez, por nome Gregorio de Quadra, que fôra criado do marquez de Villa Real, e andava por capitão de um bergantim na armada de Duarte Lemos, na costa oriental de Africa, pelos annos de 1508 e 1509, estando em frente de Magadaxo, e cortando-se-lhe de noute, por má vigia, a amarra do bergantim, foi levado com o baixel á discrição das ondas até o cabo de Guardafui, e d'ahi a Zeila, onde sendo captivado com a sua gente, passou ao poder do rei de Adêm, que o teve preso por alguns annos.

«Posto depois em liberdade, como tivesse bem aprendido a lingua arabica, e se fingisse devoto religioso mahometano, o proprio rei de Adêm o levou a Medina, d'onde passou á Persia, e á custa de gravissimos incommodos visitou a Babylonia, Baçorá, Ormuz, e India, voltando ultimamente a Portugal em 1520.

«Deu este capitão tão boa conta a el-rei D. Manuel de tudo o que tinha visto e observado, e de tudo o que sabia da Arabia, da Ethiopia, e do

[1] Em 1520, D. Manuel mandou por embaixador á côrte do *Preste João* D. Rodrigo de Lima, acompanhado por D. João Bermudez. Veja-se o livro *Breve relação da embaixada que o patriarcha D. João Bermudez trouxe do imperador da Ethiopia chamado vulgarmente Preste João*, etc.

grande lago, que se reputava ser a origem do Nilo, do Zaire, e de outros grandes rios de Africa, que el-rei o julgou capaz de executar *o que desde muito tempo fazia objecto de seus pensamentos e meditações,* que era descobrir o caminho do Congo para Ethiopia por terra, esperando tirar grandes proveitos da communicação, que se abrisse entre os dois principes christãos seus alliados, cujos estados tinham portos maritimos em ambas as costas, occidental e oriental, de Africa.

«Despachou pois o capitão Quadra, e lhe deu cartas de credito para o rei de Congo, e instrucções sobre o que devia tratar com o Abexi ácerca da guerra com os turcos, e das fortalezas que el-rei queria fundar nas costas do mar da Arabia e da Ethiopia.

«Quadra partiu, e chegando ao Congo entregou as cartas de el-rei: mas logo se lhe oppozeram taes embaraços, urdidos pela inveja e malevolencia dos seus proprios naturaes, que elle, para os remover, se viu obrigado a voltar a Portugal, aonde achou el-rei fallecido, concebendo d'aqui tal desgosto, que se resolveu a entrar em religião, aonde acabou seus dias em exercicios de piedade.» [1]

Effectivamente, D. Manuel havia fallecido a 13 de dezembro de 1521.

Este anno começára alegremente auspiciado pelas festas que celebraram o casamento da infanta D. Beatriz com o duque de Saboya, e com o nascimento da infanta D. Maria, de quem já fallamos, e ainda tornaremos a fallar, opportunamente.

Entrado o mez de dezembro, no dia 5, uma quinta feira, haviam partido para uma caçada em Almeirim o principe D. João e os infantes D. Luiz e D. Fernando.

Quando os nobres caçadores partiram, era excellente a saude do rei, mas apenas havia dois dias que estanceavam em Almeirim, quando no sabbado á meia noite receberam recado de que seu pae se achava gravemente enfermo. A noite estava invernosa, mas, não obstante, o principe e os infantes partiram logo, e no domingo chegaram á côrte. A subita doença d'el-rei era uma especie de modorra que então grassava em Lisboa com resultados fataes. Os physicos e o proprio doente reconheceram a gravidade da molestia, de sorte que, quando o principe e os infantes chegaram d'Almeirim, já o rei estava confessado e sacramentado.

O principe D. João comprehendeu perfeitamente n'esse momento, como sempre havia comprehendido, diga-se a verdade, os seus deveres de filho. Não só, deixando o seu quarto, se aposentou junto da camara do rei, mas noite e dia lhe velou a cabeceira do leito. D. Manuel, quando o lethargo lhe permittisse abrir os olhos, e désse com a vista no principe, devia lembrar-se de que os castigos da Providencia são incomparavelmente menos violentos do que os dos reis que mandam desterrar os validos dos principes seus filhos, só porque esses validos pugnaram pelos direitos dos principes.

O rei ouvia, fallava e via, todavia os receios pela sua existencia não diminuiam.

N'essa grande prostração, que todavia lhe deixava livres os sentidos, deviam de ser muitas as visões do rei, porque a sua doença era d'essas em que o espirito vae morrendo lentamente com o corpo.

No dia 11, quarta feira, o rei mandou aproximar-se do leito o secretario Antonio Carneiro, e disse-lhe que se preparasse para escrever-lhe um codicillo.

Um dos pontos de que trata o codicillo do rei é o projectado casamento do infante D. Fernando com a filha do conde de Marialva, negocio este a que já alludimos no logar conveniente.

Concluido esse documento, que expremia as ultimas disposições do rei moribundo, o secretario Antonio Carneiro sahiu da camara real, e logo entraram os filhos do rei, por sua ordem, os quaes estiveram em torno do leito grande parte do dia, e receberam a benção paterna.

Estas commoções fatigaram sobremodo o doente, que passou a noite muito agitado, e a manhã seguinte. Diz o marquez de Castello Rodrigo, nos seus apontamentos, que «na quinta-feira o tiveram de *todo amortalhado* até ao meio dia.» Mas do meio dia em diante o rei tornou em si, comeu, bebeu um pucaro de agua, e esteve conversando com a rainha por espaço de hora e meia.

Na sexta feira, 13, dia de Santa Luzia, comeu

[1] *Indice chronologico das navegações, viagens, descobrimentos e conquistas dos portuguezes,* pag. 256 e seguintes.

e bebeu o rei, esteve conversando com a rainha, e recebeu o duque de Bragança D. Jayme, com quem fallou. Porém, sobre a noite, começou a ser anciada a respiração do rei. Perguntaram-lhe se estava soffrendo mais. Respondeu que «sentia muita paixão, muito trabalho, e pouco descanço» e acabou pedindo a extrema-uncção, que lhe foi ministrada immediatamente.

Nas vastas salas do Paço da Ribeira estava reunida toda a côrte, que procurava noticias sobre o estado d'el-rei. No Terreiro do Paço e ruas circumjacentes eram, havia oito dias, numerosissimos os grupos a toda a hora. Á natural sensação que n'aquelles tempos produzia a morte d'uma pessoa real accrescia a não menos natural impressão de desconfiança e incerteza que sempre produz a transição d'um para outro reinado.

Sobre a noite, como havemos dito, o rei peiorou.

No aposento contiguo á camara rel acompanhavam o principe e os infantes o duque de Bragança, o mestre de S. Thiago, o marquez de Torres Novas, o marquez de Villa Real, os condes de Marialva, de Tentugal, da Feira, de Penella, d'Alcoutim, de Portalegre, e outros.

As damas acompanhavam a rainha e a infanta D. Isabel nos seus aposentos. A rainha acaraciava com lagrimas a pequenina infanta D. Maria, de seis mezes d'idade, que D. Elvira de Mendonça passeiava nos braços. Esta senhora, que já havia sido camareira da rainha D. Maria, fora-o tambem da rainha D. Leonor, e ao seu cuidado esteve entregue a infantasinha D. Maria até que, sahindo de Portugal a rainha, e acompanhando-a D. Elvira, teve a pequenina infanta por aia a D. Joanna de Blasvelt, sob as vistas da rainha D. Catharina.

Ás onze horas da noite dobravam todos os sinos de Lisboa. O rei magnifico e felicissimo havia entrado os penetraes da Historia, onde devia ser julgado como rei. Todas as vaidades terrenas acabavam n'uma tumba que n'essa mesma noite, cerca das tres horas, conduzia ao templo de Nossa Senhora de Belem, sobre uma azemola, os restos mortaes do que fôra na terra sua alteza o senhor rei D. Manuel.

Atraz do feretro seguia toda a côrte, umas duas mil pessoas de cavallo. O conjuncto de mais de seiscentas tochas derramava no ar um clarão rubro que, junto ao monotono trapear dos cavallos, annunciava a sanguinea e sinistra aurora do reinado em que deviam accender-se as fogueiras da inquisição.

Chegado o prestito a Belem, tiraram os grandes senhores de sobre a azemola o cadaver do rei, e da porta da egreja até á cova conduziram os frades a tumba. Os fidalgos enxadaram na terra, e o corpo desceu á sepultura d'onde foi trasladado, para o lugar em que se acha, no anno 1551, logo que se concluiu o mosteiro.

Foi provavelmente durante o precurso do real feretro desde Lisboa a Belem, que o trovador palaciano Gil Vicente, enfileirado no prestito, ia compondo mentalmente o seu romance á morte d'el-rei D. Manuel:

> Pranto fazem em Lisboa,
> Dia de Santa Luzia,
> Por el-rei D. Manuel
> Que se finou n'esse dia.
> Choram Duques, Mestres, Condes,
> *Cada um quem mais podia;*
> Os fidalgos e donzellas
> Muito tristes em porfia.

. . . .

. . . .

O leitor conhece de certo o romance no qual todos choram o mais que podem, os infantes dão gritos, a infanta D. Isabel arranca os cabellos, o principe prantea *prudentemente*, a rainha D. Leonor já não pode chorar mais, e os duques, marquezes e condes recitam pequenas orações a Nossa Senhora intercedendo pela alma do rei D. Manuel.

Nos apontamentos do marquez de Castello-Rodrigo, que estavam na livraria do conde da Ericeira, se diz a proposito do fallecimento d'el-rei D. Manuel: «...e commummente vejo sua morte pouco sentida até ao presente».

Esta expressiva phrase, lançada rapidamente pelo marquez, combinada com as circumstancias de estar o rei amortalhado antes de morrer, de ser levado á sepultura na mesma noite em que falleceu, clausula que não apparece no seu testamento, e finalmente com as *lagrimas prudentes* que Gil Vicente põe nos olhos do principe, claramente mostra que em volta d'aquelle cadaver havia grandes e profundos resentimentos, e que elle foi á sepultura no meio d'uma grande indifferença respeitosa.

Ao quarto dia depois do fallecimento do rei, uma terça feira, realisou-se a cerimonia do pranto, a que hoje chamamos *quebra dos escudos*, comquanto já então se quebrassem os escudos, como por essa occasião se fez.

Na quarta feira, dia destinado para o *levantamento* ou acclamação do novo rei, rebentou sobre Lisboa uma horrivel tempestade do sul, que estorvou as cerimonias, pelo que se realisaram na quinta feira dezenove do mez.

Como já dissemos, no anno de 1551 os restos mortaes de D. Manuel foram trasladados da antiga egreja de Santa Maria de Belem para o mosteiro dos Jeronymos, que ao tempo do seu fallecimento não estava ainda concluido. Da cerimonia da trasladação dos ossos do rei D. Manuel, bem como da rainha D. Maria, que provisoriamente havia sido sepultada no mosteiro da Madre de Deus, temos duas noticias, ambas publicadas nas *Provas da historia geanologica*. [1]

D. Manuel havia mandado construir na egreja da Batalha as capellas, denominadas *imperfeitas* porque ficaram incompletas, para sepultura dos reis e principes que n'aquelle templo tinham tumulos provisorios, e para si mesmo; mas desistiu do intento, depois que mandou construir os Jeronymos.

D. Manuel teve sempre a bossa das construcções religiosas. São innumeraveis aquellas que mandou fazer. Citaremos apenas a casa da confraria da Misericordia em Lisboa, [2] o convento da Pena em Cintra, o convento de S. Bento no Porto, e o de Santa Clara em Tavira. Reconstruiu a egreja de Santo Antonio em Lisboa, [1] a egreja da Conceição Velha na mesma cidade, [2] o mosteiro de Santa Cruz em Coimbra, onde mandou fazer os tumulos de D. Affonso Henriques e D. Sancho I. [3] Concluiu o hospital de Todos os Santos, de que fallamos no reinado de D. João II, e a egreja de S. Julião em Lisboa.

E já que estamos fallando das construcções manuelinas, abramos parenthesis para uma que não é religiosa, a torre de Belem, construida segundo o plano de Garcia de Rezende.

Á egreja dos Jeronymos doára D. Manuel, em seu testamento, a celebre custodia, cujo lavor se tem atrribuido, falsa ou justamente a Gil Vicente, e que foi feita com o ouro vindo de Quilôa. A verba testamentaria diz assim:

«Item mando que se dê ao mosteiro de Nossa Senhora de Belem a custodia que fez Gil Vicente

[1] Tomo II, pag. 310 e 322. O testamento de D. Manuel vem no mesmo tomo, pag. 325; e o codicillo a pag. 348.

[2] «Deu-se principio á obra com muito fervor na rua, que ao diante tomou o nome «da Misericordia», proximo da praia do Tejo; onde pouco depois se construiu, por ordem de el-rei D. Manuel, a vastissima praça, a que se pôz o nome de Terreiro do Paço, por se estender em frente do real paço da Ribeira, fundação do mesmo monarcha.

«Tal era a grandeza do edificio delineado para os hospitaes, recolhimentos e officinas da irmandade da Misericordia; tal a sumptuosidade da traça da egreja, que devia servir-lhe de capella, que não bastou para se concluirem todo o reinado do soberano fundador, apesar das diligencias que empregou para activar os trabalhos, e das grossas esmolas com que concorreram para as obras a rainha D. Leonor, numerosissimos fidalgos e muitos burguezes abastados.

«Não logrou por conseguinte el-rei D. Manuel vêr aquelle pio estabelecimento acommodado em a nova casa, que com tão grande dispendio lhe levantára. Ainda foram precisos, depois da sua morte, treze annos de trabalhos consecutivos para se lhe pôr o ultimo remate. Coube a seu filho, el-rei D. João III, fazer a inauguração do monumento, que foi celebrada com pomposa solemnidade no dia 25 de março de 1534, no qual se realisou a mudança da confraria, da sua primitiva capella no claustro da Sé de Lisboa para a sua nova casa. A procissão com que se fez essa mudança, a festividade da consagração do novo templo, as ceremonias do acto da posse da irmandade, tudo abrilhantado com a assistencia da familia real, da côrte, dos prelados e das corporações religiosas, das auctoridades civis e militares e de immenso concurso de povo, constituiram uma das apparatosas funcções, se não a mais esplendida de quantas se fizeram em todo o decurso do reinado de D. João III.»—*Vilhena Barbosa*.

[1] Em virtude de uma clausula do testamento de D. João II, que D. Manuel cumpriu. Veja-se o *Livro das lagrimas*, por Alberto Pimentel, pag. 48.

[2] Sobre esta egreja, a antiga synagoga dos judeus, veja-se um bello artigo de Alexandre Herculano no vol. VII (1843) do *Panorama*, pag. 401. Vejam-se tambem os *Estudos historicos e archeologicos*, de Vilhena Barbosa, tom. I, pag. 351.

[3] Vide *Guia historico do viajante em Coimbra*, por Augusto Mendes Simões de Castro.

para a dita casa, e a cruz grande, que está em meu thesouro, que fez o dito Gil Vicente, e assim as Biblias escriptas de penna, que andam em minha guarda-roupa, as quaes são guarnecidas de prata e cobertas de velludo carmezi.»

Tanto a custodia como a cruz pertencem hoje ao museu archeologico e de numismatica de el-rei o sr. D. Luiz, no Paço da Ajuda; estes preciosos objectos acham-se, n'este momento, na exposição de arte ornamental retrospectiva.

Quanto á Biblia, a que no seu testamento allude D. Manuel, essa acha-se depositada na Torre do Tombo. [1]

Parece, pelo que respeita á custodia, que incidiria aqui mais opportunamente, do que no capitulo reservado aos escriptores da época, a questão, modernamente ventilada, sobre se o Gil Vicente, fundador do theatro portuguez, foi o mesmo Gil que, como se vê do testamento de D. Manuel, lavrou a custodia. E tanto mais opportunamente, por isso que, segundo a opinião do sr. Camillo Castello Branco, que vamos transcrever, o escriptor Gil Vicente é um, e o lavrante ou ourives é outro.

Diz o sr. Camillo Castello Branco:

«Quem induziu o snr. Theophilo Braga á these, se não á certeza, de que o Gil Vicente poeta era o Gil Vicente lavrante, foi a SEDATURA de Christovam Alão de Moraes que diz isto: *Martin Vicente foi um homem natural de Guimarães; dizem que era ourives de prata; não podemos saber com quem casou; só se sabe de certo que teve a* GIL VICENTE. *filho unico d'este Martin Vicente, foi homem muito discreto e galante, e por tal foi sempre muito estimado dos principes e senhores do seu tempo. Foi o que*

[1] «A Biblia, chamada dos Jeronymos por ter pertencido ao extincto mosteiro de Nossa Senhora de Belem, de monges de S. Jeronymo, é um dos mais primorosos manuscriptos illuminados do seculo XV que se conhecem. Pode tambem dizer-se que é um dos mais notaveis monumentos que existem das artes calligraphica e de miniatura, pois que foi n'aquelle seculo que estas duas artes chegaram á sua maior perfeição. Contém esta Biblia os commentarios de Nicolau de Lyra e compõe-se de sete tomos *in-folium,* escriptos á penna em magnifico pergaminho, ornados de lindos e variados desenhos, e illuminuras, e encadernados em marroquim encarnado, com fechos e guarnições de prata dourada, com esmaltes, e lavrada de differentes lavores, sobresahindo entre elles as armas reaes de Portugal e a esphera armilar, divisa de el-rei D. Manuel. Nas capas do 5.º e 7.º tomos vê-se tambem o escudo de armas da rainha D. Isabel, primeira mulher d'aquelle soberano. Todas as paginas são como encaixilhadas em graciosas cercaduras, formadas de arabescos, silvados, flôres, aves, emblemas e divisas. As paginas em que principia algum capitulo são ornamentadas, na parte superior, com formosas miniaturas, de assumptos da historia sagrada. As côres são mui finas e vivas, e assentam quasi sempre sobre fundo de ouro. Côres e ouro conservam, de modo admiravel, toda a sua primitiva viveza e brilho. De alguns dos sete tomos consta o nome de quem os escreveu. O tomo 1.º, escripto por Sigismundo de Sigismundis, nascido na cidade de Ferrara, foi acabado em Florença no dia 11 de dezembro de 1495. O 2.º é obra do mesmo anno, mas teve por auctor Alexandre Varsanus. O 3.º não declara o nome de quem o escreveu, mas tem a data de 1496. Nos tres seguintes não se encontra nomes nem datas. O 7.º tem no frontespicio: *Floren. Man. pinxit. hoc opus Florentiæ anno MCCCCLXXXXVII mensi julii.*

«Alguns escriptores teem attribuido as miniaturas que adornam esta Biblia a Antonio de Hollanda, famoso illuminador, que viveu nos reinados de D. Manuel e D. João III, a quem serviu. Porém seu filho e discipulo Francisco de Hollanda, nascido em Portugal, no seu tratado de «Pintura antiga», fazendo a resenha dos principaes illuminadores da Europa, nomeia cinco: primeiro seu pae, Antonio de Hollanda, e diz que lhe dá este logar por ser o primeiro que descobriu e fez conhecida em Portugal uma maneira suave de pintar de branco e preto, superior a todos os processos conhecidos nos outros paizes do mundo; segundo, D. Julio de Macedonia, de Roma; terceiro, Mestre Vicente, de Roma; quarto, o *que illuminou os livros que el-rei, que Deus tem na sua santa gloria (el-rei D. Manuel), doou ao mosteiro de Belem e que vieram de Italia;* quinto, Mestre Simão, etc. D'este authorisado testimunho vê-se claramente que não foi Antonio de Hollanda o illuminador d'aquella Biblia, e que seu filho ignorava o nome do auctor de similhante obra. Deve inferir-se d'isto que Antonio de Hollanda, que vivia na côrte de el-rei D. Manuel ao tempo em que a dita Biblia veiu de Italia, tambem ignorava o nome do artista, pois que não deixaria de o fazer saber ao filho, sendo seu mestre n'aquelle mesmo ramo de arte. Francisco de

fez os Autos que em seu nome se imprimiram, e por sua muita graça foram sempre celebrados pelos melhores que se fizeram n'aquelle genero. Está sepultado em Evora.

«Não duvido que Christovam Alão de Moraes se equivocasse com a origem dos homonymos Gis Vicentes, de Guimarães; porque de feito, houve dous contemporaneos, um que fazia os Autos e o outro as esculpturas. No equivoco de Alão tem grande parte a superficialidade das investigações. Como linhagista, os seus dictames raro mereceram credito, e a opinião commum dos doutos a seu respeito era esta de D. Antonio Caetano de Sousa, que reproduzo com todos os aleijões grammaticaes: *Christovão Alão de Moraes, desembargador do Porto, onde viveu e morreu, homem letrado na sua profissão e erudito, e mui dado ás genealogias, de que escreveu seis volumes. Não se lhe póde negar que soube muito, mas não tinha intenção mui recta, e que no que toca á genealogia, não merecem os seus livros estimação porque escreveu sem escolha, de pessoas desconhecidas, e que não deviam entrar em Nobiliario, e ainda que sómente para deslustrar umas e outras as metteu entre as familias illustres e nobres. Estes livros vi n'esta côrte em poder de um religioso de S. Francisco que os tinha para os vender, e querendo um grande senhor compral-os, m'o communicou, a que lhe respondi que só para os queimar o podia fazer, porque no mais não serviam para nada.* (App. geneal., pag. cxxii).

«O *grande senhor*—diga-se de passagem—que queria comprar a Sedatura não escapou á sagacidade de D. Fr. João de S. José Queiroz, bispo

Hollanda conhecia perfeitamente a Biblia em questão. Sendo, como era, um illuminador habil, a quem seu pai, ainda mais eximio, habitou desde a infancia a ter amor e dar apreço a este ramo da arte, não podia deixar de ter feito minucioso exame e attento estudo sobre uma tal obra. Mas porque deixaria de nomear n'aquella resenha dos illuminadores o artista cujo nome se lê no tomo 7.º da Biblia, seguido das palavras: *pinxit hoc o pus*, pintou esta obra? Seria por attribuir a esse artista sómente os desenhos de ornato e não as miniaturas? Não me occorre resposta ou explicação que possa satisfazer.

«Assim tambem se ignora por que modo veiu esta Biblia ao poder de el-rei D. Manuel. Uma tradicção antiga diz que fôra um presente do Papa Leão x em reconhecimento das magnificas offerendas que el-rei D. Manuel lhe enviara em 1514 por Tristão da Cunha, n'aquella embaixada que ficou memoravel, tanto pelo subido valor da offerta como pela riqueza e apparato com que fez a sua entrada publica em Roma. Esta Biblia veiu de Italia, como diz Francisco de Hollanda, para el-rei D. Manuel, e este soberano conservou-a na sua guarda-roupa em quanto viveu, deixando-a por sua morte ao mosteiro de Santa Maria de Belem, fundação sua. Quem se lembrou de fazer memoria em seu testamento do nome do ourives que fez a custodia e a cruz, em attenção ao grande primor do trabalho, não se esqueceria certatamente de nomear a pessoa que lhe fez presente da Biblia, se o offerente fosse tão qualificado e respeitavel como era o Papa Leão x, que á sua elevada cathegoria de vigario de Jesus Christo juntava o lustre do appellido dos Médicis e o honroso epitheto de protector das artes. Além d'isso, tambem seria estimulo para que el-rei o nomeasse a circumstancia de lhe ter sido dada a Biblia em penhor de agradecimento por um acto da sua piedade e munificencia, que foi tão fallado e admirado, não só em Lisboa e em Roma, mas egualmente em toda a parte onde chegou a noticia d'aquella pomposa embaixada. Por conseguinte, do silencio do monarcha a tal respeito julgo poder-se concluir, com muita plausibilidade, que a Biblia não foi presente de Leão x. Tambem me levam a crêr, algumas d'estas razões, que lhe não fôra offerecida por pessoa notavel, e n'este caso póde conjecturar-se, attendendo ao grande valor dos sete livros, que el-rei D. Manuel a comprára, e que fôra feita talvez expressamente para ser vendida a algum soberano que estivesse em circumstancias de pagar com generosidade uma obra de arte de tão delicado e custoso trabalho. E nenhum monarcha se apresentaria mais no caso de satisfazer as exigencias de um artista do que o *rei afortunado*, cujas armadas acabavam de devassar os mares da India, voltando a Lisboa carregadas dos ricos productos do Oriente. Como se vê do testamento, a encadernação primitiva da Biblia era de velludo carmezi. Estragou-se este pelos annos e pelo uso, pois que durante o tempo em que a Biblia esteve no convento dos Jeronymos, mais de tres seculos, concorria annualmente muita gente a solicitar permissão para vêr e admirar obra de tão grande excellencia artistica. Porém não sei a época em que o velludo foi substituido pelo mar-

do Pará, que o beliscou assim e injustamente nas suas MEMORIAS, pag. 160: *O duque de Cadaval D. Nuno Alvares Pereira não quiz comprar as* MEMORIAS GENEALOGICAS *de Christovão Alão de Moraes dizem que pela liberdade com que o author qualificava as pessoas de quem escrevia. Creio que foi por não dar os 600$000 réis que se pediam. Certo é que o tal duque fazia diario das indecencias e miserias de muitas pessoas illustres, vendo o mundo o castigo em sua casa sem passar a terceira geração. Aprendamos e tenhamos compaixão das miserias do mundo e até das do duque e sua casa.*

«O que ha melhor na critica do bispo é o *aprendamos;* e, na observancia do preceito prelaticio, examinemos os artigos do snr. Theophilo Braga, que, se bem me recordo, fizeram ha seis annos certo abalo que ainda dura nos animos—nos raros animos impressionaveis por sensações de letras ou artes.

«Concedo a Christovam Alão e ao snr. Theophilo Braga que houve um Gil Vicente, de Guimarães, lavrante da rainha e esculptor da custodia de Belem. Esse artifice Gil Vicente teve um filho, moço da capella d'el-rei D. João III. A pag. 789 do tom. II das PROVAS DA HISTORIA GENEAL. lá se encontra BELCHIOR VICENTE, *filho de* GIL VICENTE. Este é que é o lavrante, o vedor das obras de ouro e prata, o primoroso artista da custodia de Belem, o qual teve bastante importancia na côrte para elevar o filho até *ás honras* de moço de capella, galardão que elle compartia com Lourenço Dias, da *mantearia*, e com Tristão Ferreira, *filho do sapateiro da rainha.*

«Só o preconceito e o enthusiasmo de innovador desculpam o snr. Theophilo Braga de admit-

roquim, conservando-se-lhe todas as guarnições de prata.

«Pouco depois da entrada do marechal Junot, duque de Abrantes, em Lisboa, com o exercito francez do seu commando, mandou este general pedir a Biblia ao dom abbade do mosteiro de Belem, pretextando o muito desejo que tinha de a examinar miudamente. Como o prelado escusasse de satisfazer este pedido, allegando que a Biblia sómente poderia sahir do mosteiro em virtude de uma carta régia, Junot, passados alguns dias, enviou a Belem o seu ajudante de campo Carion de Nisas com ordem escripta e peremptoria para o dom abbade lhe entregar o precioso manuscripto. Debalde diligenciou o prelado a restituição dos livros, que lá foram para Pariz em agosto de 1808 na bagagem d'aquelle general.

«Logo depois da quéda do imperio de Napoleão I, assim que el-rei Luiz XVIII entrou em Pariz, apressou-se o governo portuguez a reclamar a restituição da Biblia. O marechal Junot já era fallecido, e a sua viuva, sendo solicitada pelo conde de Palmella, ao diante duque, em nome do governo portuguez, para entregar espontaneamente a Biblia, confiado em que a munificencia régia lhe recompensaria esta acção, respondeu: «Que não podia dispôr da Biblia, por pertencer a seus filhos, mas que a venderia com preferencia ao governo portuguez.» E acrescentava que a avaliava em cento e cincoenta mil francos. Então o conde de Palmella entregou a nota de reclamação a Talleyrand, principe de Benevento, ministro dos negocios estrangeiros da França. Nada resolveu este ministro, na presença das difficuldades que se levantaram, não querendo a possuidora entregal-a sem o dinheiro que exigia por ella e repugnando ao governo francez constrangel-a a fazer gratuitamente a restituição. Proseguiram, portanto, com muita actividade as negociações diplomaticas, em que tomaram parte o referido conde, o marquez de Marialva D. Pedro José Joaquim Vito de Menezes Coutinho, estribeiro-mór, que se achava em Pariz, e o nosso ministro junto da côrte das Tulherias Francisco José Maria de Brito. Ás instancias e esforços do marquez junto do conde de Blacas de Aulps, ministro da casa real de França e junto do proprio monarcha, se deve a conclusão satisfatoria d'este negocio. El-rei Luiz XVIII ordenou ao conde de Blacas que fosse ajustar, da sua parte, com a viuva Junot, duqueza de Abrantes, a compra da Biblia, mandando-lhe dizer: «que, sem averiguar a natureza do titulo por que ella a possuia, não queria prejudicar os orphãos (por se achar a Biblia no inventario), e muito menos consentir em uma espoliação tão injuriosa ao credito de um general francez.» Assim veio a um accordo a viuva, recebendo pela Biblia oitenta mil francos (12:800$000 réis), que lhe foram pagos do bolsinho de el-rei Luiz XVIII.

«Estes factos, por serem pouco sabidos, têem dado origem a opiniões erroneas, principalmente sobre o preço por que se obteve a restituição da Biblia. Os dois documeutos que em seguida transcrevo, cujos originans se guardam na secretaria de estado dos negocios estrangeiros, auctorisam as minhas asserções:

«Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Tenho a satisfação de annun«ciar a v. ex.ª que as diligencias do marquez estri-

tir que o douto, o philosopho, o grammatico Gil Vicente redigisse e abrisse com o seu buril a tôsca inscripção da custodia. Quem acredita que o author dos Autos escrevesse AQVABOV por *acabou*, e *sehor* por *senhor?* Esta orthographia denota, ainda em relação ao tempo, uma supina ignorancia, injuriosa para o poeta.

«O snr. Theophilo Braga observa, em confirmação da sua hypothese, que, no CANCIONEIRO DE REZENDE, a rainha manda versejar Gil Vicente no feito de Vasco Abul, e o poeta é ahi chamado *Mestre Gyl Vicente.* Do *mestre* deprehende o illustre professor o *lavrante.* Mas a citação não é exacta, desculpe-me s. exc.ª O texto diz *O parecer de Gil Vicente n'este processo*, etc. N'esse mesmo processo apparece uma *Ajuda de mestre Gil;* mas este mestre Gil não era o poeta dos Autos: era o cirurgião-mór Gil da Costa; e o facto da *ajuda* demonstra que elle exercia o seu officio, como cirurgião. É um gracejo do collector Rezende ou de quem quer que fosse. Gil Vicente, na FARÇA DOS ALMOCREVES, faz o commento da palavra:

«Porque ás vezes estas *ajudas*
«São melhores que os cristeis.»

«Este mestre Gil é o mesmo a quem o comico no uso singular de nomear em suas composições pessoas conhecidas, allude na FARÇA DOS FISICOS. É o medico *Torres* que falla:

«Topei alli com Mestre Gil
«E com Luiz Mendes, assi
«Que praticamos alli
«O Leste e o Oeste e o Brazil.»

«beiro-mór com o conde de Blacas para a restitui-«ção da Biblia do real mosteiro de Belem foram bem «succedidas, porque me foi entregue por este minis-«tro a 3 do corrente. El-rei não quiz interpor a sua «auctoridade para que a viuva Junot a entregasse, «e, sem profundar o motivo porque se achava no «inventario do marido, só quiz beneficiar os or-«phãos, mandando compral-a por Mr. Blacas, que deu «por ella trinta e dous mil cruzados, valor de oiten-«ta mil francos. Avisando-me de a ter em seu po-«der, me pediu demoral-a alguns dias, porque el-rei e «a familia real desejavam examinar este precioso ma-«nuscripto, o que deu lugar a duas cartas, que ajunto «a este officio.—Deus guarde a v. ex.ª—Pariz, 21 «de dezembro de 1814.—Ill.mo e ex.mo sr. marquez « de Aguiar.—Francisco José Maria de Brito.»

«O marquez de Aguiar era primeiro ministro do principe regente, D. João, no Rio de Janeiro.

«Ill.mo e ex.mo sr.—Pelo correio do gabinete, Pedro «José Vieira, encaminho por Inglaterra a Biblia do «real mosteiro de Belem, que as diligencias do mar-«quez estribeiro-mór conseguiram se restituisse a «Portugal. Eu já tive a honra de participar a v. ex.ª «que el-rei a comprára á viuva Junot por trinta «e dous mil cruzados, e ajunto a este officio a mi-«nha carta e resposta de Mr. de Blacas, em que ti-«ve a fortuna de expremir com antecipação áquelle «ministro o justo reconhecimento dos srs. governa-«dores do reino. Bem quizera *reparar os estragos «que ella experimentou,* andando por mãos militares, «como desenrugar muitas folhas, pôr-lhe novos fe-«xos e concertar a encadernação, mas o melhor «artista que aqui ha, e se chama Bozerian, me des-«conselhou, por ser preciso desencadernal-a, e ar-«riscar, pela communicação do ar, o mareio das «pinturas e o brilho do ouro. Muita gente curiosa a «veiu vêr a minha casa, e todos admiraram a bel-«leza dos desenhos e a excellente conservação do «manuscripto.—Deus guarde a v. ex.ª—Pariz, 19 de «março de 1815.—Ill.mo ex.mo sr. D. Miguel Pereira «Forjaz.—Francisco José Maria de Brito.»

«Logo que a Biblia chegou a Lisboa, D. Miguel Pereira Forjaz, secretario de Estado da regencia do reino, mandou-a entregar ao mosteiro de Belem e na sua livraria se conservou até á extincção das Ordens religiosas, em 1834. D'alli foi levada em deposito para o Banco de Lisboa, d'onde a conduziram depois para a casa da moeda, ao diante para a bibliotheca publica e a final, para o archivo da Torre do Tombo, onde presentemente se guarda na casa chamada *da corôa.*

«A creação do archivo da Torre do Tombo deu origem em o nosso paiz, no correr dos tempos, primeiramente aos archivos das sés e dos mosteiros, depois aos das camaras, e mais tarde aos dos tribunaes, das secretarias de Estado e de outras repartições. A Nobreza do reino tambem seguiu este exemplo e algumas casas illustres formaram archivos muito importantes, á frente dos quaes avultam o da casa de Bragança, apesar do terremoto e incendio que em 1755 lhe destruiu grande numero de documentos, e o da casa de Cadaval.»

Vilhena Barbosa.—*Estudos historicos e archeologicos,* tomo I, pag. 14 e seguintes.

«Satyra aos medicos que, nas juntas, em vez de fallarem do doente, fallam do léste.

«Os esculptores tambem eram mestres. Mestres eram os cirurgiões, os medicos, os boticarios. (PROVAS DA HIST. GENEAL., tom. VI, pag. 620). Tambem se chamava *Mestre* o chefe dos tamborileiros. (IDEM tom. V, pag. 612). Mas os poetas, os farcistas, os collaboradores do CANCIONEIRO só eram *Mestres* quando eram physicos, como Gil da Costa, o da *ajuda* a Vasco Abul.»

CAPITULO X

Não são indifferentes, para a caracterisação da época manuelina, algumas decimas da *Miscellania* de Garcia de Rezende, figura muito notavel d'este reinado, não pela sua instrucção, que não era muita, mas pelas suas variadas aptidões como prosador, poeta, colleccionador (do *Cancioneiro* do seu nome) e desenhista.

Garcia de Rezende passou em revista os mais salientes acontecimentos da época, baralhando-os comtudo ao sabor da imaginação e da consonancia.

Nós descriminal-os-hemos, porque assim convém ao nosso proposito.

Vimos cadeias, collares,
ricos tecidos, espadas,
cintos, e cintas lavradas,
punhaes, borlas, e alamares,
muitas cousas esmaltadas.
Arreios quanto lustravam
duravam muito e honravam;
só com vestidos frisados
com taes peças arrayados
os galantes muito andavam.

Agora vemos capinhas,
muito curtos pellotinhos,
golpinhos e sapatinhos,
fundas pequenas, mulinhas,
gibõesinhos, barretinhos:
estreitas cabeçadinhas,
pequenas nóminasinhas,
estreitinhas guarnições,
e muitas mais invenções,
pois que tudo são cousinhas.

A cubiça mui lembrada,
nobreza bem esquecida,
manhas não valerem nada,
devoção desbaratada,
caridade destruida;
os sesudos mal julgados;
sandeus desavergonhados
valer com seus artificios;
extrangeiros com officios
e senhores enganados.

Vimos honrar lisonjeiros,
e folgar com murmurar,
e caber mexeriqueiros,
os mentirosos medrar,
desmedrar os verdadeiros;
vimos tambem villania
preceder a fidalguia;
a razão, e a vontade,
a franqueza e liberdade
sujeitas da tyrannia.

Vimos moços governar
e velhos desgovernados;
fracos, em armas fallar,
e vimos muitos mandar
que deviam ser mandados;
vimos os bens estorvados,
os males accrescentados;
vimos gentes viverem
co'a a mulher, e os filhos serem
dos beneficios herdados.

Outras simonias calo,
grandes trocas e partidos
e beneficios vendidos
a taes, que de só fallal-o
scandalisa os ouvidos.
Mosteiros muito honrados
de mitra, e bago, ordenados
para ter abbades bentos,
vimos livres e isentos,
dados a homens casados.

Gastos mui demasiados
vemos nas donas casadas,
em joias, prata, lavrados,
perfumes e desfiadas;
tapeçarias; dobrados
as conservas, o comer,
vestidos, donzellas ter
as camas e os estrados.
Vimos por vinte cruzados
luvas de coiro vender.

As portuguezas honradas
vimos por deshonra haver

no rosto e face poer
e trazer averdugadas
e tambem vinho beber, etc.

Bastam por si sós as estrophes transcriptas para caracterisarem profundamente a corrupção da época manuelina, que, sob uma apparencia de esplendor, escondia as mais cancerosas podridões, e os mais grotescos ridiculos.

Garcia de Rezende merece todo o credito; é uma testemunha presencial, ocular, e vivia na côrte. Podemos, com segurança, fazer historia pela sua *Miscellania.*

Um dos factos que merecem, e com toda a razão, uma referencia especial a Garcia de Rezende, é o descobrimento da imprensa, facto verdadeiramente colossal, que veio dar largas ao pensamento humano, e azas para fazer a viagem dos seculos atravez das gerações.

E vimos em nossos dias
a letra de fôrma achada,
com que a cada passada
crescem tantas livrarias,
e a sciencia é augmentada.
Tem Allemanha louvor
por d'ella ser o auctor
d'aquella cousa tão dina;
outros affirmam na China
o primeiro inventador.

Em 1474 havia já em Valença de Hespanha uma typographia que imprimiu o livro *Obres o Trobes de S. Maria*, a não ser que em 1470 se houvesse já impresso a *Historia* de Arevalo, edição desconhecida, e por isso posta em duvida. Ha porém questão sobre saber se a typographia se introduziu primeiro em Portugal ou em Hespanha, e se a nossa cidade de Leiria teria tido uma imprensa antes de Valença, cidade hespanhola.

Um documento, caso fosse possivel verifical-o, nos daria a chave do enigma. Referimo-nos á edição em 4.º das obras do infante D. Pedro, livro de que deu noticia o conde da Ericeira, D. Luiz de Menezes, e que parece ter no fim a declaração de que *se imprimira seis annos depois que em Basilea fôra achada a famosa arte de imprimissão.* Mas, segundo uma informação do academico Soares da Silva, a differença a nosso favor seria de nove annos e não de seis.

A ser assim, a introducção da typographia em Portugal remontaria aos annos de 1464 ou 1465.

Antonio Ribeiro dos Santos, na sua *Memoria sobre as origens da typographia em Portugal no seculo XV*, [1] procura sustentar a opinião do conde da Ericeira.

Um trabalho, aliás excellente, publicado no vol. I do *Panorama* (1837) combate, n'este ponto, e parece-nos que com acerto, a opinião de Ribeiro dos Santos, baseada na informação dos academicos conde da Ericeira e José Soares da Silva.

Referindo-se, pois, á mencionada edição das obras do infante D. Pedro, escreve o collaborador do *Panorama:*

«Com effeito não nos deve fazer desconfiar, e muito, a differença de annos que se lê na subscripção dos dois exemplares da mesma obra? —Não repugna o suppôr que houvesse duas edições, conservando-se unicamente um exemplar de cada uma para virem ambos a apparecer passados mais de 250 annos, não havendo até ahi vestigios de nenhum d'elles?—Não é quasi impossivel que tendo-se impresso aquelle livro em vulgar por 1464 não appareça outra producção de prelos portuguezes senão em 1489, e que essa producção (a mais antiga que conhecemos) seja um livro hebraico?—A typographia que em toda a parte, apenas estabelecida, prosperou, cresceu, e rapidamente se derramou, só em Portugal, depois de imprimir um livro, morreu, para ressuscitar passado o largo periodo de 23 annos?—Estas razões bastam para abalar a nossa crença na existencia de semelhante edição: e se a estreiteza d'este artigo o permittisse poderiamos produzir muitas outras, com que talvez a derrubassemos inteiramente.

«Com tudo uma difficuldade resta; e vem a ser o caracter respeitavel dos dois academicos, que disseram terem visto o livro: mas esta difficuldade facilmente se desvanece. Das obras do infante existe uma edição sem data nem logar de impressão, mas que se crê impressa por 1478, edição em folio, cujo editor foi o hespanhol

[1] Pag. 9 e seguintes. Nas *Memorias de Litteratura da Academia*, tomo VIII.

d'Urrea. Podia ter acontecido que alguem pozesse em dois exemplares aquellas datas contradictorias; e sendo a letra *assentada* do 15.° seculo semelhante á da typographia (porque os caracteres d'esta não eram senão a imitação da escriptura) facilmente se enganariam aquelles dois litteratos, tomando por impressas as subscripções que leram. Isto é tanto mais provavel, quanto é certo que a paleographia, como arte, estava nos seus começos, e ainda em Portugal era talvez desconhecida.

«Nem faça embaraço a diversidade de formatos, para crermos que a edição, que viu o conde da Ericeira, e que diz ser em quarto, fosse a de folio publicada por D'Urrea: os folios do 15.° seculo eram em geral mais pequenos do que os quartos que em Portugal se imprimiram no tempo do conde, e d'ahi proviria por ventura o erro. Entretanto creia cada um o que quizer, que nós assentaremos as origens da nossa typographia nos monumentos que actualmente existem.

«Os judeus parecem terem sido os primeiros que em Portugal introduziram a arte de imprimir. Dizem que as Communas de Lisboa e Leiria mandaram vir de Italia typographos da sua nação. No anno de 1482 imprensas hebraicas estavam estabelecidas em Soncino, e pouco depois em Napoles. Foi d'ahi que provavelmente veio Rabban Eliezer e Rab Tzorba, que em 1489 imprimiram em Lisboa o Pentateucho Hebraico. Depois d'esta época as edições dos livros na lingua sancta se multiplicaram em Portugal até a expulsão dos judeus, em que inteiramente cessaram.

«Foi por 1490 que a typographia começou a ser exercida entre nós por impressores christãos. Vieram os primeiros de Allemanha ou de Italia, e o livro mais antigo que d'elles possuimos, é o Breviario Eborense, em latim, impresso em Lisboa no anno de 1490. Em 94 já a typographia de João Gherlinc estava estabelecida em Braga, onde se imprimiu n'aquelle anno o Breviario Bracharense.

«Em Leiria parece não ter exercido senão a typographia hebraica, cujo primeiro monumento n'aquella cidade é a edição dos *Prophetas primeiros* em 1494. Verdade é que no anno immediato se publicou ahi o celebre livro em latim *Almanach perpetuo dos movimentos celestes*, impresso pelo mestre Ortas, mas ha vehementes suspeitas de que era um typographo hebreu, e taes suspeitas se tornarão quasi em certeza, se nos lembrarmos de que o auctor da obra era o judeu Abrahão Zacuto, astronomo d'el-rei D. Manuel, e de que nenhuns vestigios typographicos apparecem mais n'aquella cidade desde a expulsão dos judeus.

«É no anno de 1495 que podemos com certeza assentar o começo da imprensa portugueza, porque é n'este anno que se estampou o primeiro livro em vulgar, com data, dos que chegaram até aos nossos dias. Fallâmos da traducção portugueza do famoso livro de Ludolfo de Saxonia, intitulado—*Vita-Christi*—vertido do latim em linguagem por Fr. Bernardo de Alcobaça.

«Esta obra que se compõe de quatro volumes de folio, é uma das maravilhas typographicas do seculo 15.°: o papel é excellente, o typo limpo e formoso: as tarjas do principio e fim assaz delicadas, attenta a rudeza dos tempos: o texto soffrivelmente correcto. Foi a edição encarregada por D. João II, que a mandou fazer, aos mestres Nicolau de Saxonia, e Valentim de Moravia, dos quaes o primeiro tinha impresso por si só o Breviario Eborense; e parece que se uniu ao segundo unicamente para trabalharem n'esta obra magnifica, porque logo depois os achamos imprimindo separadamente, Nicolau de Saxonia até 1498, e Valentim de Moravia ainda nos primeiros annos do seculo 16.°

«A este impressor devemos a publicação da *Historia do mui nobre Vespasiano, emperador de Roma*, talvez o mais curioso monumento da arte typographica em Portugal nos fins do seculo 15.°»

Introduzida em Portugal a typographia, teve, durante o seculo XVI, um desenvolvimento rapidissimo e importantissimo. Isto explica-se. A leitura era até ahi apenas um apanagio dos ricos, que podiam pagar as cópias por preços fabulosos. Generalisada por meio da imprensa, o espirito lançava-se ávidamente n'esse mundo de liberdade intellectual que rasgava horisontes de luz aos famintos de saber. E a sorte, a bella estrella de D. Manuel, o venturoso, reservava para o seu reinado o poderoso concurso d'essa recente conquista do espirito humano.

D. Manuel aproveitara a feliz invenção que lhe sahira ao encontro; attrahira ao paiz o allemão João Cromberger, e privilegiára em 1508 os impressores estabelecidos no reino, com as immunidades concedidas aos cavalleiros da sua casa; mas, como não era homem que deixasse de fazer sentir o peso da sua auctoridade real, ainda mesmo no que mais de perto se relacionava com a liberdade, excluiu do privilegio os impressores mouros, judeus, ou suspeitos de heresia. [1]

Segundo o trabalho de um escrupuloso investigador, o sr. Tito de Noronha, [2] a lista das impressões feitas em Portugal durante o seculo XVI é a seguinte:

	Indicações completas	Anonymas	Total
Alcobaça	2	—	2
Almeirim	2	—	2
Braga	20	2	22
Coimbra	260	22	282
Evora	46	—	46
Lisboa	445	58	503
Porto	5	—	5
Sernache	1	—	1
Setubal	2	—	2
Ultramar	7	1	8
Villa-Verde	1	—	1
Vizeu	4	—	4
Sem indicação de logar	—	22	22
	795	105	900

Essas 900 obras, divididas pelas suas respectivas classes, dão o seguinte resultado:

Theologia e mystica	406
Litteratura, poesia, etc	160
Polygraphia	127
Historia, viagens, e relativas	101
Direito e legislação	60
Sciencias naturaes e exactas	46
	900

Tratemos agora das artes, da sciencia e da litteratura, com relação ao seu desenvolvimento, n'esta época, em Portugal.

[1] Rebello da Silva—*Historia de Portugal*, tom. v, pag. 223.

[2] *A imprensa portugueza durante o seculo XVI*, Porto, 1874.

Continua Garcia de Rezende na sua *Miscellania:*

> Musica vimos chegar
> á mais alta perfeição.
> Sarzedo, Fonte cantar,
> Francisquilho assim juntar
> tanger, cantar, sem razão:
> Arriaga, que tanger!
> o cego, que grão saber
> nos orgãos! e o Vaena,
> Badajoz, outros que a penna
> deixa agora de escrever!

De nenhum d'estes musicos, que mereceram a Garcia de Rezende menção especial, encontramos noticia na obra do sr. Joaquim de Vasconcellos, *Os musicos portuguezes*. Todavia é certo que a musica era considerada como uma prenda de fina educação, já n'esse tempo. D. Affonso v tivera por mestre, n'essa arte, Tristão da Silva. Quanto a D. Manuel, Damião de Goes escreve: «Foi mui musico de vontade, tanto que as mais das vezes que estava em despacho, e sempre pela festa, e depois que se lançava na cama, era com ter musica, e assi para esta musica de camara, como para sua capella, tinha estremados cantores e tangedores, que lhe vinham de todalas partes d'Europa, a que fazia grandes partidos, e dava ordenados com que se mantinham honradamente, e alem d'isto lhe fazia outras mercês, pelo que tinha uma das melhores capellas de quantos reis e principes então viviam.» [1] Um dos cantores da época, Bastiam da Costa, tambem figura como poeta no processo poetico de *Vasco Abul*, [2] referido ao fim do reinado de D. João II.

Garcia de Rezende prosegue:

> Pintores, luminadores
> agora no *cume estão,*
> ourivizes, esculptores
> são mais subtis e melhores
> que quantos passados são.
> Vimos o gram Michael,
> Alberto, e Raphael,
> e em Portugal ha taes,
> tão grandes e naturaes,
> que vem quasi ao livel (nivel).

[1] *Chronica,* parte IV, cap. 84.

[2] *Cancioneiro de Rezende,* vol. III, pag. 529. (Edição de Stuttgart).

Como se vê, Garcia de Rezende, depois de citar tres dos grandes pintores da renascença, Miguel Angelo (1474-1563), Alberto Durer (1471-1528) e Raphael (1483-1520), falla de *taes* pintores portuguezes que éstavam *quasi ao nivel* d'aquelles. Descontado o que possa haver de orgulho nacional n'esta apreciação, é certo comtudo que distinctos pintores floresceram em Portugal na época manuelina, como foram Gonçalo Darmas, *grande pintor*, como o denomina Damião de Goes; [1] Gaspar Dias, que D. Manuel mandou estudar á Italia, [2] e que imitou com vantagem Raphael e Miguel Angelo; Christovam de Uttrecht, hollandez de origem, mas que os nossos escriptores fazem portuguez; Fernam ou Fernando Gomes, que D. Manuel tambem mandou á Italia, e foi aproveitado discipulo de Miguel Angelo; Manuel Campello, que igualmente se amestrou na Italia, e cujos quadros, filiados na escóla romana, ainda hoje se admiram em Belem; Antonio de Hollanda, «inventor da illuminação a pontos brancos e pretos em Portugal, e com tanto mais merecimento, que absolutamente ignorava a mesma descoberta, que então se começava na Italia;» [3] Garcia de Rezende que desenhou o plano da Torre de Belem, etc.

A architectura d'esta época ficou para todo o sempre celebre na historia das bellas-artes. O gothico-florido, vulgarmente conhecido pela designação de *estylo manuelino*, tem um monumento perduravel nos Jeronymos de Belem. Mas, em toda essa grandeza architectonica do mosteiro manuelino, ha, através do esplendor da ornamentação exuberante, o que quer que seja que, no auge da riqueza, denuncia a decadencia.

Occupando-se da egreja dos Jeronymos, escrevia Mendes Leal em 1868: [4]

«Difficilimo será determinar que escola ou systema predomina onde muitos arguem anarchia, e quasi todos reconhecem um genero peculiar. Resumindo porém os mais essenciaes caracteres d'esse genero, colligidos n'um estudo especial, ficará indicado o necessario para se ajuizar.

[1] *Chronica*, parte II, cap. 27.

[2] Garrett—*Ensaio sobre a historia da pintura*.

[3] *Ibidem*.

[4] *Monumentos nacionaes*, publicação illustrada.

«Na volta inteira e no sarapanel, ou arco achatado, transparece manifestamente o gosto arabigo, ainda que todas as mais voltas ali se vejam toleradas. As abobadas sam frequentemente sustentadas sobre altos pilares pollystillos ou enfeixados. Nichos de estatuas, quando não baldaquinos torreados e rendados, interceptam constantemente os corpos verticaes. Preferem-se repetidamente as formas oitavadas, assim nas bases como na ramificação das artezoens. Variedade infinita nos capiteis, nas misulas ou cachorros, e nas gárgulas ou carrancas, proscrevendo a symetria e repetição, sem todavia prejudicar a concordancia. Ornamentação extrema, até nos botaréus, ou gigantes, com profusão excessiva de esculpturas e meio relevos em medalhoens, em laçarias, em arabescos, em boceles, em brutescos, e diversas phantasias. N'essa ornamentação, e em todos os logares preeminentes, emprego continuado das divisas do rei fundador, e ás vezes o escudo com tres flores imitantes ás de liz que tanto tem preoccupado os eruditos. Finalmente a visivel associação de toda a obra á memoria do Infante D. Henrique e á dos descobrimentos, já pela significação dos bustos e estatuas, já por allusoens, allegoricas e symbolos, não menos expressivos posto que mais complicados.

. . . .

«O mosteiro monumento de Belem começou justamente a erguer-se no limite que separa o XV do XVI seculo. Junctae ás hesitaçoens, ás convulsões, á insubordinação, á furia febril da arte contemporanea, a provavel residencia de Botaca na Italia, onde o puro systema vertical nunca podera de todo acclimar se, e onde por aquelle tempo, sob a acção potente dos Medicis, as tradiçoens mixtas de João de Pisa e Arnolfo di Cambio cediam ante a eminente e nova authoridade de Bruneleschi e Bramante; accrescentae o influxo do orientalismo, transmittido com os modellos arabes da Peninsula, e então necessariamente avivado pelo proprio intuito commemorativo do edificio; combinae este complexo de rasoens efficientes com o alvoroço e os deslumbramentos da nova era, sem esquecer as allegorias que ella inspira: tereis com toda a probalidade o segredo das singularidades de Belem e do genero Manuelino.

«O que essencialmente distingue este monumento do da Batalha é o que se resume no competente juizo de J. Murphy, o architecto viajante: «sam (ali) os ornatos empregados judiciosamente, «e com parcimonia, especialmente no interior, «que é notavel por sua vasta e nobre singelleza, «sendo o grande e sublime effeito que produz «derivado, não de ornamentos meretricios, mas «do intrinseco merito do desenho.»

«Não é preciso mais. O monumento de D. João I é filho do seculo XIV; pertence ainda á edade varonil da architectura ogival. O monumento de D. Manuel afflora á entrada do seculo XVI; no meio da nobre exaltação que o planea primoroso quinhoa as vertigens da já adiantada decadencia.»

«Em todas as artes é o mesmo. O desregramento e o requinte sam os infallives indicios da degeneração, que mais é vicio collectivo do que insufficiencia individual. Lucano é a degeneração de Virgilio; Marivaux a degeneração de Molière; Mirini a degeneração de Petrarcha.

«Belem é para a Batalha o que Lucano é para Virgilio!»

Entre as sciencias, uma que n'esta época teve maior desenvolvimento foi a mathematica, sobre tudo na sua applicação á navegação. A astronomia chegou a ser mania e moda, o que por ventura seria devido em grande parte ao facto de ter o rei D. Manuel natural inclinação para o estudo da astrologia, e querer a maior parte da gente lisongear as predilecções do soberano.

Damião de Goes escreve na *Chronica:*

«Foi (D. Manuel) muito dado á astrologia judiciaria, em tanto que no partir das náus para a India ou no tempo que as esperava, mandava tirar juizos por um grande astrologo portuguez, morador em Lisboa, por nome Diogo Mendes Visinho, natural de Covilhã, de alcunha o *Coxo*, porque o era de aleijão, e depois d'este fallecer, com Thomaz de Torres, seu physico, homem mui experto, assim na astrologia, como em outras sciencias, etc. [1]

No auto *da Feira*, representado em 1527, reinando já D. João III, Gil Vicente mette a ridiculo essa mania do tempo, chasqueando d'aquelles que se propunham resolver os grandes problemas astronomicos, e não sabiam tomar ao criado conta de um vintem:

E porque a estronomia
Anda agora mui maneira,
Mal sabida e lisongeira,
Eu á honra d'este dia [1]
Vos direi a verdadeira.
Muitos presumem saber
As operações dos céus,
E que morte hão de morrer,
E o que ha de acontecer
Aos anjos e a Deus.

....

E cada um sabe o que monta
Nas estrellas que olhou;
E ao moço que mandou
Não lhe sabe tomar conta
D'um vintem que lhe entregou. [2]

Um dos mathematicos mais notaveis d'esta época é Pedro Nunes, nascido em Alcacer do Sal, parece que em 1492, e nomeado cosmographo-mór do reino em 1529. Deixou muitas obras e inventou o *nonio*, instrumento destinado a medir as fracções minimas, e que, por isso mesmo, permittia que as observações tomassem um caracter de exactidão, que até ahi fôra impossivel attingir. No seculo XVII, o francez Vernier, modificando este instrumento, deu-lhe o seu nome, que ainda hoje é conservado.

Outro mathematico notavel foi D. Francisco de Mello, primeiro bispo nomeado de Góa, e que estudára em Pariz por ordem de D. Manuel. [3] Gil Vicente faz-lhe allusão no auto já citado:

Esse Francisco de Mello,
Que sabe sciencia avondo
Diz que o céu é redondo
E o sol sobre amarello.

Dos dois astronomos citados por Damião de Goes, Thomaz de Torres, castelhano, sobre ser medico de D. Manuel, tambem foi lente da ca-

[1] Parte IV, cap. 84.

[1] O Natal de 1527.

[2] Obras de Gil Vicente, edição de Hamburgo, t. I.

[3] Antonio Ribeiro dos Santos.—*Memorias historicas sobre alguns mathematicos portuguezes,* pag. 173 e 174.

deira de astrologia e mathematica na universidade; Diogo Mendes Visinho foi, como o chronista assevera, mathematico de grande credito, merecendo a honra de ser muitas vezes consultado pelo rei.

O gosto pelas sciencias mathematicas era em Portugal uma corrente que partira do infante D. Henrique.

«O gosto das sciencias que o infante plantára, «se communicou a seu sobrinho D. Affonso v—«diz Garção Stockler,—o qual não só continuou «a protegel-as, mas deu irrefragaveis testemu-«nhos de quanto as presava, applicando-se elle «mesmo ao seu estudo, principalmente ao da as-«tronomia, como mostrou em a dissertação que «escreveu sobre a constellação do cão celeste; a «qual, tendo por objecto declarar quaes e quan-«tas estrellas se contêm na dita constellação, «mostra que este douto principe não só cultivava «a parte theoretica de uma sciencia que tanto lhe «importava vulgarisar no seu reino, mas que, «para mais facilmente conseguir este fim, e fazer «a sua pratica apreciavel no conceito dos nobres «que deviam dirigir nossas emprezas maritimas, «manejava elle mesmo os instrumentos astrono-«micos, e publicava o fructo de suas observações «para que assim se fizesse notorio a todos.»

D. João II, seu filho, continuou a protecção dada por Affonso v ás sciencias mathematicas, e até organisou uma junta de sabios, á qual commetteu a missão de simplificar os instrumentos e methodos usados na pratica da cosmographia, e de propôr outros de novo.

D. Manuel, proseguindo na obra dos seus antecessores, estabeleceu no anno de 1518, na universidade de Lisboa, uma cadeira de astronomia, cuja regencia foi confiada a mestre Filippe, seu medico.

Voltando á *Miscellania* de Garcia de Rezende:

> E vimos singularmente
> fazer representações
> d'estylo mui eloquente,
> de mui novas invenções
> e feitas por Gil Vicente.
> Elle foi o que inventou
> isto cá e o usou
> com mais graça e mais doutrina,
> postoque Juan del Enzina
> o pastoril começou.

Esta referencia de Garcia de Rezende a Gil Vicente accusa um certo desfavor, que se justifica pelas relações pouco cordeaes em que ambos viviam. Garcia de Rezende quer dar a entender que Gil Vicente não fazia mais do que imitar as comedias de Juan de la Encina, cujas obras foram publicadas em 1496. Por sua parte, Gil Vicente desaffrontava-se escrevendo:

> E Garcia de Rezende,
> Feito peixe tamboril,
> E ainda que *tudo intende*
> Irá dizendo por ende
> *Quem me dera um arrabil.*

De resto, estas inimisades não se limitavam apenas a Gil Vicente e Garcia de Rezende; no *Cancioneiro geral* veem umas trovas de Affonso Valente a Rezende, em que este é duramente atacado:

> Pareceis-me lua cris,
> Primo co-irmão de bruto, etc.

D. Leonor, mulher de D. João II, foi, como já tivemos occasião de dizer, uma dama illustrada, protectora das bellas-letras. Em torno d'ella, agita-se todo o processo poetico de Vasco Abul, como se pode vêr no *Cancioneiro geral*. Sob os seus auspicios, foram publicados os *Autos dos apostolos* em 1505, o *Boosco deleytoso* em 1515, e o *Espelho de Christina* em 1518, o que mostra a protecção que esta rainha dispensava á imprensa nascente.

O primeiro auto de Gil Vicente foi representado por occasião do nascimento do principe D. João, filho de D. Manuel. N'elle se encontra uma clara allusão á memoria de D. João II, a quem chama Juan Domado, *que era pastor de pastores.*

Foi, porém, durante todo o reinado de D. Manuel que o talento de Gil Vicente se pôz em completa evidencia. Era elle quem mais contribuia, com as suas composições, para aligeirar os serões da côrte. Sem embargo, nem por isso recebia remuneração de tal ordem que o pozesse a coberto de ter que se lamentar:

> E um Gil... um Gil... um Gil,
> Hum que não tem nem ceitil,
> Que faz os aitos a el-rei...

Isto explica se.

«O officio de fazer rir a côrte não se distanciava muito da profissão dos truões, até mesmo na liberdade com que o faziam a despeito da decencia e das cousas respeitaveis.—Eram *pasquins*, como dizia Sá de Miranda grandemente satyrisado por Gil Vicente....» [1]

Reduzido a esta posição, Gil Vicente não podia impôr-se de modo a merecer a estima lucrativa das pessoas que constituiam a côrte, e que elle muitas vezes epigrammava com a liberdade de um truão. Se elle fosse, com effeito, o celebre lavrante da custodia de Belem, um ourives por tal modo eximio, a ganancia da profissão pôl-o-ia a coberto da extrema necessidade a que chegara, não possuindo *nem ceitil*. Era um bobo da idade média encarnando a alma de um provençal. Tinha, como os bobos, a impunidade das suas chocarrices. Só assim se explica que, mais tarde, em pleno reinado do fanatico D. João III (1527) ouzasse pronunciar-se a favor da reforma de Luthero—este nome enchia então a Europa catholica de uma especie de terror infernal—no auto da *Feira*.

Assim é que, n'este auto, o personagem que faz de *Seraphim* exclama:

> Á feira, á feira, igrejas, mosteiros,
> Pastores das almas, Papas adormidos;
> Comprae aqui pannos, mudae os vestidos,
> Buscae as çamarras dos outros primeiros
> Os antecessores.
> Feirae o carão que trazeis dourado;
> Ó presidentes do crucificado,
> Lembrae-vos da vida dos sanctos pastores
> Do tempo passado, etc.

N'este lance, a allusão ao abuso das indulgencias, praticado por Leão X, como recurso para a sua vida de explendor e magnificencia, é transparente, manifesta.

Mercurio diz por sua vez:

> Alto, Tempo, apparelhar,
> *Porque Roma vem á feira.*

> *Diabo.*—Quero-me eu concertar,
> Porque lhe sei a maneira
> Do *seu vender e comprar.*

[1] Camillo Castello Branco.

O *Seraphim* diz a *Roma:*

> Signal é de boa feira
> Virem a ella donas taes;
> E pois vós sois a primeira
> Queremos vêr que feirais
> Segundo vossa maneira.
> Cá, se vós a paz quereis,
> Senhora, sereis servida,
> E logo a levareis
> A troco de sancta vida;
> Mas não sei se a trazeis.
> Porque, senhora, eu me fundo
> *Que quem tem guerra com Deus,*
> *Não pode ter paz com o mundo;*
> Porque tudo vem dos ceus,
> D'aquelle poder profundo.
> ....

> *Roma.*—Assi que a paz não se dá
> A troco de jubileus?

> *Mercurio.*—Ó Roma, sempre vi lá
> Que matas peccados cá,
> E leixas viver os teus.

Etc.

Além d'estas allusões, que são clarissimas, é certo que Gil Vicente, em pleno reinado de D. João III, não deixára um só momento de aggredir a classe ecclesiastica, especialmente os frades. Era que as suas satyras eram apenas consideradas como partindo de um truão, sem outro alcance mais que o de divertir por algum tempo.

Gil Vicente foi casado com Branca Bezerra, e d'ella houve tres filhos: Gil Vicente, Luiz Vicente, e Paula Vicente. Uma anecdota, espalhada por Faria e Sousa, diz que Gil Vicente, tendo ciumes de seu filho Gil, porque revelava um grande talento comico, capaz de eclypsar o do pae, o fizera embarcar para a India. Luiz Vicente, segundo filho de Gil, foi o editor das obras de seu pae. João Baptista de Castro refere a Luiz Vicente o caso que acabamos de citar, e que Faria e Sousa refere ao filho mais velho do auctor dos *Autos*. Investigações ulteriormente feitas pelo eminente escriptor Camillo Castello Branco apuram as seguintes noticias relativas á familia de Gil Vicente. Referindo-se á morte de Branca Bezerra, diz:

«Não se sabe o anno da sua morte; mas eu, quando leio o tom magoado com que o poeta faz

carpir-se um seu personagem na Comedia do Viuvo, representada em 1514, imagino que Gil Vicente desafogava a sua dôr nos dizeres do viuvo que, sem essa personalidade, seriam descabidos na comedia.

> *«Esta desastrada vida*
> *Que perdiera yo en perdella*
> *Quando al mundo fue venida?*
> . . . .
> *Que perdi muger tan bella*
> *Como estrella.*
> *Y pues triste me dejó,*
> *Muriera mezquiño yo,*
> *Y no ella.*
> *Pluguiera á Dios que cupiera*
> *La suerte suya por mia:*
> *Pues quedé, que no dediera,*
> *Robada mi compañera,*
> *Consumida mi alegria.*
> . . . .
> *Alegre com mi alegria;*
> *Com mi tristeza lloraba;*
> *Pronta á cuanto yo decia,*
> *Queria lo que yo queria;*
> *Amaba lo que yo amaba.*

«A mesma phrase do epitaphio:

> *«No fue muger mas prudente*
> *En las prudentes,*
> . . . .

«Uma das filhas do viuvo da comedia é *Paula*. Paula era tambem uma filha de Gil Vicente.

«O fallecimento de Branca seria repentino, porque Paula, deplorando-a:

> *Ahora que mi madre estaba*
> *Mas alegre e descançada,*
> *Cuando mucho sana andaba,*
> *Y mas recia se hallaba,*
> *Cuan presto fue salteada!*

«Quem lêr as primeiras scenas da comedia, sem lhes ligar a intenção dolorosa e pessoal do author, não comprehenderá as demasias sentimentaes, do viuvo e dos filhos que choram a boa esposa e mãi, não havendo, na estructura da composição, scena alguma enlaçada com esse facto. Gil Vicente e sua filha Paula, sem mudança de nome, vinham a publico carpir-se em sua orphandade e viuvez. Quanto amarga seria ao poeta a obrigação de fazer rir nas scenas subsequentes!

«A este tempo, Gil Vicente tinha tres filhos: Paula Vicente, Gil Vicente, e Luiz Vicente. Gil deveria orçar pelos vinte e cinco annos; e ou estava na India, por onde tinha andado com Affonso d'Albuquerque, ou regressára á patria depois da morte do capitão general, fallecido em 1515. Nos Commentarios do grande Affonso d'Albuquerque encontramos a pag. 442, edição de 1576, noticias d'este filho de Gil Vicente, na qualidade de escrivão de embaixada: «...Despachado este embaixador, mandou Affonso Dalboq̄rq̄ em sua cõpanhia, pera assentar paz, «Diogo Fernandez adail de Goa, e o filho de Gil «Vicente por seu escrivão e João Nauarro por «lingua...» Braz d'Albuquerque, o historiador, quiz resalvar o equivoco que se daria, pondo o nome do pai que era o mesmo do filho; ou teria de repetir nomes contra a belleza da redacção em que primou. Gil Vicente devia ser um dos seis ou sete escrivães que Affonso de Albuquerque usava trazer comsigo, um dos quaes foi Gaspar Corrêa, o das Lendas, que explica o seu officio a pag. 46 da parte I do tomo II das Lendas da India.

«Gil Vicente, voltando da India, casou com uma senhora da familia de Almadas e Menezes, ramo illegitimo do tronco de Cantanhede, e escasso de bens da fortuna.

«Paula Vicente foi recebida como moça da camara de D. Maria, e mais tarde na côrte de D. Catharina, como *tangedora* (musica) e não «mestra de donzellas» segundo inculca o snr. Theophilo Braga na Historia do Theatro Portuguez, não sendo curial que as donzellas precisassem de ser *tangidas*.

«Luiz Vicente, em 1562, já na velhice, nos dá signaes de existir ainda, escrevendo o prologo da edição das obras de seu pai.

«Enviuvára Gil Vicente, ao que parece á volta dos quarenta e poucos mais annos.

«Tinha enviuvado por esse tempo, em Lisboa, do commendador de Christo Gaspar de Goes Rego, D. Maria Tavares. Era natural de Barcellos o commendador, e ella de Ponte do Lima, Tavares por seu pai, e Borges por sua mãi. Gil Vicente contrahiu segundas nupcias com esta

senhora. e teve d'ella uma filha que se chamou Valeria Borges. E aqui se vê como teve origem a tradição da naturalidade de Gil Vicente em Barcellos. Fr. Pedro de Poyares que escrevia o seu livro, O TRATADO PANEGYRICO, seculo e meio distante do facto, disse que Belchior de Goes Rego era neto ou bisneto de Gil Vicente, sendo certo que o referido Belchior era apenas um dos enteados de Gil Vicente, porque D. Maria Tavares teve de seu primeiro marido quatro filhos, cujas descendencias não vem aqui a ponto.

«D. Valeria Borges casou na mesma familia (onde casára seu meio-irmão Gil Vicente) com D. Antonia de Almada e Menezes, quarto neto por bastardia do senhor de Cantanhede, e tiveram os seguintes filhos: D. Luiz, D. Pedro, D. João, D. Constantino que governou Chaul, e tres filhas religiosas, Brites, Helena e Maria.»

Paula Vicente herdou de seu pae o talento musical, porque Gil Vicente ensoava elle proprio as cantigas e folias que introduzia nos seus autos. N'essa qualidade, foi tangedora da camara da infanta D. Maria, filha do terceiro casamento de D. Manuel. Esta infanta tem sido até hoje considerada como uma dama verdadeiramente erudita, e a sua casa convertida n'uma academia. Sem embargo, nós temos em menos conta, do que geralmente se diz, a influencia d'esta senhora na litteratura portugueza. E a sua casa afigura-se-nos mais um *hotel Rambouillet* do que uma academia. Esta nossa humilde opinião é confirmada plenamente, segundo nos consta, por uma memoria que o nosso illustre amigo o sr. Luiz Augusto Palmeirim conserva inedita, e tenciona apresentar á Academia Real das Sciencias.

As salas da infanta eram frequentadas por outras mulheres mais ou menos litteratas, taes como Joanna Vaz e Luiza e Angela Sigea. Luiza, que compunha em latim, sobrelevou em gloria a irmã. [1] Quanto a Paula Vicente parece que ella tambem compozera comedias, que se perderam, e ajudava seu pae, nos ultimos annos, não só na composição mas tambem na representação dos autos. Pela nossa parte, propendemos a crêr que ella teria, pouco mais ou menos, na côrte da infanta D. Maria um papel simílhante ao que coubera a seu pae na côrte de D. Manuel.

Ácerca de Bernardim Ribeiro, o mavioso poeta da época manuelina, o dulcissimo auctor da *Menina e moça*, e ácerca da lenda dos seus amores com a infanta D. Beatriz, já escrevemos mais longe (a pag. 229) enriquecendo a nossa rapida noticia com um excerpto de Camillo Castello Branco.

Pelo que respeita a Francisco de Sá de Miranda, que representa a transição da antiga escóla poetica portugueza para a escóla classica da Renascença, evolução seguramente devida ás suas viagens no extrangeiro:

> Depois co'a melhor lei, entrou mais lume,
> Suspirou-se melhor, veio outra gente
> De que Petrarcha fez tão rico ordume
>
> Eu digo os Provençaes, de que ao presente
> Inda rithmas ouvimos que entoáram
> As Musas delicadas altamente. [1]

pelo que respeita a Sá de Miranda, diziamos, vamos transcrever um curioso estudo de Camillo Castello Branco, e fazemol-o com tanta mais lealdade, por isso que este illustre escriptor contradiz em parte o que ácerca das relações que Sá de Miranda manteve com o marquez de Torres Novas, escrevemos em outro logar (pag. 233);—opinião que, a despeito de tão respeitavel auctoridade, conservamos ainda.

Vejamos:

«Francisco de Sá de Miranda doutorou-se na universidade de Lisboa e foi viajar, quando orçava pelos vinte e seis annos. Andou ausente cinco annos, e, regressando, viveu ora em Lisboa, ora em Coimbra, muito na intimidade da côrte, e na gloria de poeta renovador. Como era pobre, solicitou a commenda das Duas Igrejas no Alto Minho, obteve-a, e retirou-se, á volta dos quarenta annos de idade, dizendo mal da côrte, aonde nunca mais tornou.

«É de suspeitar que Sá de Miranda, o classico iniciador da escóla italiana, menosprezasse a reputação mais genial e menos culta de Gil Vi-

[1] Vide *Luiza Sigéa, breves apontamentos historico-litterarios*, memoria apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa pelo socio effectivo José Silvestre Ribeiro.—Lisboa, 1880.

[1] Carta de Sá de Miranda, *á maneira italiana* (tercetos decasyllabos) a D. Fernando de Menezes.

cente; e naturalmente o author das FARÇAS DE FOLGAR metteria a riso na scena o detrator, como usava com personagem de maior respeito. Na farça do CLERIGO DA BEIRA, a satyra a Sá de Miranda é pessoal de mais para a considerarmos mera casualidade. Já sabem que Francisco de Sá era filho d'um clerigo. O clerigo da farça tem um filho que tambem se chama *Francisco.* O proprio pai lhe diz com conhecimento de causa:

«Filho de clerigo és,
Nunca bom feito farás.

«A comedia foi representada em 1526 em Almeirim. Florecia então na côrte Sá de Miranda com grande voga de poeta. A essa invejada prosperidade alludiria ironicamente Gil Vicente, quando o clerigo, menoscabando as qualidades do filho, diz:

«Medraria este rapaz
Na côrte mais que ninguem,
Porqua lá não fazem bem
Senão a quem menos faz.
Outras manhas tem assaz,
Cada uma muito boa:
Nunca diz bem de pessoa,
Nem verdade nunca a traz.
Mexerica que por nada
Revolverá San Francisco
Que para a côrte é um visco,
Que caça toda a manada.

«Pouco antes, vem á baila os filhos de frei *Mendo.* Haveria intenção de fazer bem transparente a satyra, porque o pai de Sá de Miranda era o padre Gonçalo *Mendes*. Outra allusão clara: Os Sás eram tambem *Menezes*, e d'essa alliança lhes vinha o maior realce da sua prosapia. Gil Vicente, na mesma farça do CLERIGO DA BEIRA, zembeteia d'essas pretensões em cortezãos que tem costella de lavrador. Seria de baixa esphera a mãi e Francisco de Sá. O satyrico diz:

«Vejo eu portuguezes
Da côrte muito alterados,
Mais propinquos dos arados
Que parentes dos Menezes.

Se Francisco de Sá de Miranda taxou indirectamente de *pasquinadas* as farças do seu coevo, não lhe faltaria direito a mais sensivel desforra; mas não a tirou, o reportado philosopho. Quando se refugiou para sempre na Tapada, iria tambem desgostoso das chufas theatraes do irresponsavel *Pasquino;* mas, em compensação, o poeta sério lograva a commenda das Duas Igrejas, e o poeta comico não tinha *um ceitil*, como elle mesmo confessa.

«Sahira talvez da côrte desgostoso e ferido tambem na sua consciencia de legista e na sua sensibilidade de parente de dous homens iniquamente esbulhados dos seus haveres.

«Seu tio em segundo grau Antonio Borges de Miranda, senhor de Carvalhaes, Ilhavo e Verdemilho, casára com D. Margarida filha, de D. Affonso Henriques, senhor de Barbacena, de quem houve dous filhos, Simão de Miranda Henriques e Gonçalo de Miranda da Silva, ambos seus companheiros de infancia, e o segundo, futuro abbade de Avelans, seu contemporaneo na universidade, onde se doutorou em direito canonico.

«Antonio Borges de Miranda, já avançado na idade, viuvou; mas, ainda verde nas fragilidades, engraçou com D. Antonia de Berredo, fidalga ainda fresca e formosa, que tinha dado á luz um filho de D. João III, um D. Manoel que morreu criança. Os chronistas, e nomeadamente D. Antonio Caetano de Sousa, lembram-se do nome do filho, mas occultam o nome da mãi. Não usaram igual delicadeza com D. Isabel Moniz, mãi do outro filho illegitimo de D. João III, o mallogrado D. Duarte, arcebispo de Braga, que morreu de bexigas aos vinte e dous annos de idade.

«D. Antonia de Berredo, segunda mulher de Antonio Borges de Miranda, gerou Ruy Pereira de Miranda. Este filho do segundo matrimonio estava legalmente fóra da successão dos vinculos de seu pai que pertenciam a Simão Miranda Henriques, o primogenito em primeiras nupcias. Por sua mãi pouco tinha que herdar.

«Falleceu o pai. O successou da casa, Simão Henriques, habilitava-se naturalmente, quando o irmão uterino e a viuva lhe sahiram com embargos á posse. Divulgou-se a pretensão absurda do filho da Barredo. Os jurisconsultos, tanto os estranhos como os interessados na justiça de Simão, indignaram-se contra os embargos. No entanto, D. Antonia recorreu ao seu real antigo amante, e os desembargadores, obrigados por

D. João III, sentenciaram a favor do filho do segundo matrimonio, que se apossou de todos os haveres vinculados e commendas de seu pai.

«O doutor Francisco de Sá de Miranda, primo e amigo dos dous sacrificados, não ousaria expressar o seu agastamento contra o rei, porque lhe era mister a commenda; mas, como jurisconsulto, improperou talvez a iniquidade dos juizes; e assim offendiria inderectamente os ministros Alcaçova Carneiro e Pedro de Carvalho, medianeiros na escandolosa sentença imposta pelo monarcha;—e como poeta resfolegaria o seu azedume nos versos:

«Los ayres andam corrutos,
Los hombres cada vez más.

«Alludia á peste e ao desavergonhamento.

«Bem póde ser que a sufficiente commenda das Duas Igrejas lhe fosse dada como preço do silencio. Elle aceitou-a, e retirou-se da côrte em 1534, cheio de enójo das infamias que presenciára e talvez receoso da vingança dos poderosos protectores de D. Antonia de Berredo. Isto é uma hypothese para obtemperar a certa opinião perfilhada pelos biographos, quanto aos dissabores do poeta explicativo da sua vida eremitica na Tapada. Querem que esse tedio do mundo procedesse de haver sido parcial do marquez de Torres-Novas quando o infante lhe disputou e tirou a noiva clandestina D. Guiomar Coutinho. Isto não tem geito. Se Sá de Miranda alludisse na Ecloga Andres ao infante D. Fernando, João III, e o principe, e o cardeal não lhe dariam a commenda nem o honrariam com as suas cartas.

«Não é facil rastejar a causa do seu desaffecto á vida da côrte, a refugar-se a tristeza com que viu seus primos esbulhados da herança do pai; mas este desgosto póde ser que então explique o afastamento que mais depressa se deduz do temperamento melancolico e agreste que reçuma das suas elegias á morte da sua amada em Coimbra, a Delia, que tão chorada ficou nos seus poemas e nos dos poetas seus amigos—saudades que frequentemente o salteavam a termos de que *se suspendia algumas vezes e mui de ordinario derramava lagrimas sem o sentir.*

«Antes de retirar-se á Tapada—quinta da sua commenda e não da casa de Castro como assevera o snr. Theophilo Braga—pediu Sá de Miranda a D. João III que fosse medianeiro no seu casamento com a irmã de Manoel Machado, opulentissimo senhor de Entre Homem e Cavado no Alto Minho. O rei interveio e prompto foi cedida ao poeta D. Briolanja d'Azevedo, senhora que elle nunca vira. O irmão observou-lhe que ella tinha pouca formosura, menor dote, e já bastantes annos. Não se demoveu Francisco de Sá. Viu-a, quando já estava residindo na Tapada; e, um anno depois, casou. Diz-se que ella era tão velha que já se abordoava a um pau. Creio que lhe attribuem a velhice á conta do cajado, e não reparam que ella teve dous filhos e foi dezoito annos casada. Esta lenda do pau formou-se d'um erro de imprensa Vida de Sá de Miranda, contada por Gonçalo Coutinho. Ahi se lê que Francisco de Sá dessera á noiva: «*Castigai-me senhora, com esse bordão porque vim tão tarde*». Seria exquisito, porém, e improprio da irmã de tão graduado fidalgo receber de pau nas unhas o noivo em sua casa. Quem levava o bordão era o poeta. Aquelle adjectivo articular *esse* é um erro typographico. Francisco de Sá diria: «Castigai-me, senhora, com *este* bordão porque vim tão «tarde». Significava assim que já ia no diclinar dos annos, pois excedia os quarenta».

Não faz ao nosso proposito a resenha de todos quantos poetas glorificaram pelo seu talento a época manuelina. Parecia que todos esses grandes homens da renascença portugueza estavam reservados para vir ao mundo no reinado do monarcha venturoso.

O chronista de D. Manuel foi Damião de Goes, prosador notavel que, depois de ter feito vida de paço até que o rei se finou, demorou no extrangeiro, enriquecendo o seu espirito com larga cópia de conhecimentos.

Quando D. Manuel morreu, Damião de Goes tinha apenas 20 annos. O seu nome apparece, no *Livro das moradias*, com a designação de *moço de camara*. Foi o cardeal-rei D. Henrique quem o encarregou de escrever a chronica de D. Manuel. [1]

[1] Damião de Goes foi uma das victimas da Inquisição em Portugal, á conta das suas idéas lutheranas e das suas relações com Erasmo, no extrangeiro. O depoimento do poeta Pedro de Andrade Caminha,

Julgamos ter dado uma clara idéa, posto que rapida, de todos os elementos que tornaram verdadeiramente notavel a época manuelina. Nem mesmo procuramos disfarçar as manchas que ensombram essa época, em que a figura do rei fica assoberbada, mais uma vez o dizemos, pelo esplendor casual dos acontecimentos.

Recapitulando o que deixamos escripto, diremos que D. Manuel não é para nós, por modo algum, um rei inteiramente identificado com a grandeza da sua época. A sua figura vulgar pode facilmente recortar-se sobre o fundo magestoso dos acontecimentos historicos d'esse tempo, destaca-se, não para tomar relevo, mas por ser inferior a elles. No seu espirito não havia a concepção grandiosa do engrandecimento da patria, a fina intuição que escolhe os homens e prepara os factos. Nada de elaboração mental, e de lucida previsão. Foi apenas um simples instrumento das circumstancias, quasi sempre movido por esses ignotos impulsos do acaso que a sociologia pretende reduzir a leis; para mobil, faltava lhe a consciencia, a sciencia, a previdencia, o sexto sentido.

O seu primeiro dever como rei, dadas as condições em que se achou collocado, deveria ter sido o aproveital-as convenientemente para firmar, em bases sólidas, a felicidade da patria. Não fez isso. O esplendor do seu tempo foi ephemero; durou apenas tanto como a vida do homem. E a vida material de um homem é sempre uma insignificante parcella de tempo na vida das nações. Se elle tivesse edificado sólidamente, os acontecimentos que vieram depois, postoque graves, muito graves mesmo, achariam um forte obstaculo creado; quem sabe se, a dar-se esse caso, a sorte da peninsula hispanica não teria variado muito?

um mau caracter, comprometteu-o bastante perante o tribunal. Goes foi encarcerado no mosteiro da Batalha. Restituido, finalmente, á sua familia, foi assassinado pelos criados do conde da Castanheira, a quem havia offendido n'uns versos, que um frade entregára a D. João III. Conta este episodio o sr. Camillo Castello Branco nas *Noites de insomnia* (vol. XI). O illustre escriptor diz ahi: «D. Manuel Caetano de Sousa refere que a maledicencia heraldica de Damião de Goes não despontára com a velhice, antes se afiára mais na pedra do rancor aos que elle suspeitava seus inimigos. O segundo conde da Castanheira, desforrando-se dos velhos e renovados ultrajes a Maria Pinheira, mandou criados seus moêrem com saccos de arêa o ancião no pateo da sua mesma casa; e de modo se houveram, que Damião de Goes apenas teve forças que o arrastassem á cama, onde se desprendeu da vida, e mórmente da lingua que tantos trabalhos lhe custára.»

LIVRO VI

Reinado de D. João III

CAPITULO I

A verdadeira situação do paiz ao começar este reinado, crêmos que se deduz naturalmente das considerações e dos factos historicos que deixamos expostos no reinado anterior, e que se completa cabalmente pelas noticias que são como que o prefacio do quarto volume d'esta obra.

Por isso, seja-nos licito principiar por encarar de frente o rei D. João III, que sóbe ao throno com menos de vinte annos de idade, e cujo espirito, não demasiadamente illustrado, [1] nos parece haver sido fortemente impressionado por um acontecimento intimo, cuja influencia se nos affigura importante pelas circumstancias em que se deu.

Referimo-nos á impressão que produziria no joven principe o casamento de seu pae com a noiva que lhe estava destinada.

Que o coração de D. João III ficou sempre aggravado por esta magua, é fóra de duvida. Vê-se claramente dos documentos historicos que a partir d'esse momento, pae e filho ficaram intimamente distanciados, começando D. Manuel a tratar melhor o infante D. Luiz, e chegando até a mandar sahir da côrte Luiz da Silveira, conselheiro do principe D. João, por tomar, n'esta questão, o partido do principe. [1]

Frei Luiz de Sousa é de todos os chronistas o mais explicito, no tocante a este episodio. «Sobre estas razões, diz elle, que todas obrigavam ao principe a maguar-se pelo que tocava ao povo, e á reputação de quem o gerára: acudiam a lhe fazer guerra as do interesse proprio: que eram tomar-se-lhe a dama que já em espirito era sua, e querer seu pae para si em segredo, e como a furto, a mesma mulher, que para elle tinha muitas vezes publicamente pedido. Ajuntava-se representar-lhe o entendimento, e a idade de dezeseis annos mal soffrida já é ardente para semelhantes materias, que o mesmo pae confessava culpa no segredo que com elle usára em tamanha resolução. E todavia devemos-lhe muito louvor, porque sabendo sentir, nunca por palavra nem obra, mostrou a seu pae signal de resentimento nem desgosto.»

Quer-nos parecer que foi desde este incidente que o caracter de D. João III se costumou a ser concentrado e recolhido.

Comtudo não era difficil perceber que, sob uma apparencia gelada e respeitosa, ardia no coração

[1] Francisco de Andrade dá a entender que a educação d'este principe não foi tão cuidada quanto devia ser. D. Manuel, segundo parece, preoccupou-se pouco com a preparação intellectual do herdeiro da corôa, confiando talvez em que a boa estrella do pae estendesse os seus influxos beneficos até ao filho. Além do que, é possivel que uma queda que D. João deu em pequeno, de uma varanda alta do paço de Santos, lhe affectasse mais ou menos o cerebro. O principe ficou por muito tempo sem accôrdo e sem falla, e «com uma ferida na testa de que lhe côrria muito sangue» diz Frei Luiz de Souza.

[1] *Chronica de el-rei D. João* III, cap. VI.

de D. João III uma paixão dominadora por sua madrasta. Morto D. Manuel, e esmagado o reino por varias calamidades, uma das quaes foi a fome que se fez sentir de 1521 para 1522, todo o paiz aproveitou o ensejo para, allegando razões de ordem economica, aconselhar o rei a que desposasse a viuva de seu pae, guiando-o assim para a realisação de um ideial que suppunha elle almejaria. Mas o caracter do joven principe havia endurecido bastante para ceder ás proprias fraquezas: o rei resistiu. Iguaes solicitações foram feitas junto da rainha D. Leonor, a qual, mais fraca do que o seu enteado, respondeu com palavras vagas, que perfeitamente se podiam traduzir pela affirmativa.

D. João III estava empenhado n'uma lucta terrivel comsigo mesmo: de um lado, o seu orgulho offendido; do outro, o seu amor não ainda apagado. Por um lado, procurava tirar de sua madrasta uma vingança cruel, denegando-lhe licença para levar sua filha, a infanta D. Maria, para Castella, contrariando d'este modo as reclamações que Carlos V lhe fazia, para que deixasse sahir tanto a mãe como a filha; por outro lado, cedia ao impulso do coração, visitava a miude sua madrasta, e partindo do Barreiro para Almeirim, attraia-a pelo caminho que elle proprio seguia, chegando a rainha viuva a Mugem, onde o embaixador de Castella, Christovam Barroso, lhe tomou o passo, allegando que essa jornada, no rastro do rei, seria escandalosa.

D. Leonor d'Austria julgou-se offendida com a advertencia do embaixador castelhano, e queixou-se a Carlos V, seu irmão, o qual, para salvaguardar a honra da rainha viuva, mandou retirar de Portugal Christovam Barroso.

Chegou mesmo a inventar-se certa versão para attenuar a má impressão do procedimento de Barroso, quando se dirigiu a Mugem, impedindo que a viuva de D. Manuel fosse até Almeirim atraz de seu enteado. Contára-se que elle, certo dia, pozera o chapéu na cabeça na ante-camara do rei, pelo que fôra reprehendido pelo porteiro-mór, e que d'esse dia e d'esse facto proviéra o seu máu humor contra Portugal. Como se vê, esta versão não prima pela verosimilhança.

Nós ligamos grande importancia, repetimol-o, a este episodio da vida de D. João III, como tendo uma forte acção sobre a constituição do seu caracter individual. O facto produziu tamanha impressão em todo o paiz, que, ainda annos depois, inspirava a Camões o auto de *El-rei Seleuco*, em que o principe Antiocho se apaixona pela madrasta. Friolata, aia da rainha, mostra a sua ama um papel, que o principe deixára cahir, e que diz assim:

«Oh estranha pena fera!
Desditosa vida cara!
Oh quem nunca cá viera,
E com seu Pae não casára,
Ou em casando morrêra!

FROLALTA: Ainda que eu pêca são,
Senhora, tudo bem vejo.
Attente, que na eleição
O que lhe pede o desejo
Não consente o coração.

RAINHA: Frolalta, pois que és discreta
Nada te posso encubrir;
Porque, se queres sentir,
A huma mulher descreta
Tudo se ha de descobrir.
O dia que entrei aqui,
Que a Seleuco recebi,
Logo n'esse mesmo dia
Do Principe filho vi
Os olhos com que me via.
Este principio soffri-lh'o,
Para ver se se mudava;
Antes mais se accrescentava:
Eu amava-o como filho,
E elle d'outr'arte me amava.
Agora vejo-o no fim
Por se me não declarar.
E pois já que a isso vim,
A morte que o levar,
Me leve tambem a mim.
Porque já que a minha sorte
Foi tão crua e desabrida,
Que me não quer dar sahida;
Sejamos juntos na morte,
Pois o não sômos na vida.
Oh quem me mandou casar,
Para vêr tal crueldade!
Ninguem venda a liberdade,
Pois não póde resgatar
Onde não tem a vontade.
Que não ha mór desvario,
Que o forçado casamento
Por alcançar alto assento;
Que, emfim, todo o senhorio,
Está no contentamento.

Não sei se o vá vêr agora,
Se será tempo conforme,
Ou se imos a deshora. »

Mas voltemos a D. João III.

Como se quizesse dilacerar o coração de D. Leonor d'Austria, como ella havia dilacerado o seu, obrigou-a a partir em maio de 1523 para Castella, deixando em Portugal a pequenina infanta D. Maria, a quem no capitulo antecedente nos havemos referido.

Muito ao contrario, porem, do que faria qualquer homem, D. João III, esgotando corajosamente o calix da amargura, de novo pedia á vingança que lh'o enchesse, por onde a sua preoccupação era um mixto de lagrimas e de fel que elle agitava no coração emquanto a face se lhe ensombrava, denunciando a cogitação mas não o segredo.

Um dos pensamentos fixos d'el-rei era dedicar a sua mocidade ao amor venal, para que aos ouvidos da rainha D. Leonor chegasse a noticia de que elle facilmente a esquecera no convivio d'outras mulheres menos nobres e formosas. E tal pensamento realisou durante dois annos D. João III com uma perseverança de que só elle seria capaz. Frei Luiz de Sousa encobre n'estas delicadas palavras a vida d'el-rei durante o periodo em que o seu coração verteu sangue para dentro de si mesmo, retalhado ás mãos do primeiro amor. «Dois annos havia, diz o mavioso e a este respeito igualmente infeliz escriptor, que o poder e liberdade real junta com o fervor da mocidade traziam a el-rei distrahido com mulheres de que houve filhos, vicio da fraqueza humana a que os moços por mui prudentes que sejam sabem mal resistir...»

Effectivamente, se o amor da rainha D. Leonor ao rei D. João não esmoreceu, antes redobrou, como era natural, desde a morte de D. Manuel, deviam de pungil-a acerbamente os boatos que lhe chegavam aos ouvidos das leviandades do joven monarcha, porque ha uma coisa que uma mulher, qualquer que seja a sua condição, nunca perdôa; é o ser esquecida depois de haver sido amada. E a mulher, embora seja ainda amada, cuida sempre que já o não é, quando o amor afivela a mascara do desdem, como na face de D. João III.

Amada, sabe-o Deus se o era! Os factos pendem a mostral o, e os proprios chronistas, apesar do cuidado com que escreviam, o dão a conhecer, cedendo, com transparente disfarce, á eloquencia dos factos.

A vingança de D. João III ia, porem, mais longe. Os seus conselheiros a toda a hora lhe estavam recommendando que tomasse por esposa uma princeza rica; pois que a restituição das arrhas a D. Leonor havia esgotado os thesouros do reino.

Então teve D. João uma d'aquellas idéas que são relampagos proprios dos sombrios e tempestuosos corações. Encheu de novo a taça da vingança. D'um só jacto lhe permittia o seu magnifico pensamento reembolçar o reino do largo dote restituido á viuva de seu pae, e vibrar novo golpe ao coração da rainha D. Leonor, que se achava em Castella na côrte de seu irmão. O imperador Carlos V tinha quatro irmãs, que foram todas rainhas. D. João III, pedindo ao imperador a mão de sua irmã D. Catharina, não só reatava as relações internacionaes, bastante afroixadas de parte a parte, e rehavia o dote de D. Leonor, mas tambem, e principalmente, completava a sua vingança, escolhendo para esposa a propria irmã de sua madrasta.

O secretario Antonio Carneiro sorriu de alegria ao ouvir o alvitre d'el-rei, e todo o conselho applaudiu, porque elle era em verdade altamente vantajoso sob o ponto de vista economico.

D. Leonor partiu para Castella, como já dissemos, no anno 1523, e o casamento do rei de Portugal com D. Catharina realisou-se logo nos fins do anno seguinte por palavras d'ausente.

Todavia, só no de 1530 punha D. Leonor sobre a sua gentil cabeça a corôa de França, que lhe offerecia Francisco I.

Não seria tambem a vingança que sujeitou a viuva de D. Manuel ás conveniencias diplomaticas de seu irmão Carlos V, e que lhe arrancou da cabeça a touca e o véo, indicativos de viuvez, para se deixar toucar de noiva de um rei que fazia das mulheres este pouco lisongeiro conceito

«Souvent femme varie
Bien fol est qui s'y fie?»

Colloquem agora este principe, assim vulnerado no coração pelo profundo desgosto que lhe envenenára a mocidade, colloquem este principe na sua época tão sombriamente agitada de luctas religiosas, façam brotar das cinzas da historia Luthero e Calvino, Leão x e Carlos v, a confissão de Augsburgo e o concilio de Trento, estudem na sua origem esses graves acontecimentos que vieram a gerar em França a Saint-Barthélemy, na Hollanda o tribunal de sangue, todo esse tenebroso drama da guerra dos trinta annos, e comprehenderão, finalmente, dadas ainda as tradições orthodoxas da sua familia e do seu paiz, esse D. João III inquisidor, cuja figura carregada e sinistra parece illuminada pelos reflexos sinistros dos autos de fé.

O movimento produzido pela Renascença lançára no mundo catholico os germens da Refórma, que a desorganisação do clero, e a sua corrupção acalentaram. A tendencia para a emancipação dos espiritos achára nas irregularidades das côrtes pontificias de Julio II e de Leão x a justificação da revolução religiosa, que eternisou o nome de Luthero, e mais tarde o de Calvino. Com effeito, o abuso das indulgencias, e outros excessos commettidos pela côrte de Roma, proporcionaram a Luthero um excellente ensejo de soltar o grito de alarme, a que, de resto, rivalidades mesquinhas entre ordens monasticas não foram estranhas. Acenando aos principes com a secularisação dos bens da Egreja, Luthero empregava uma magnifica arma de combate para chegar aos seus fins.

Por sua parte, o catholicismo, que a principio ligára pouca importancia á reacção lutherana, teve que pôr-se em campo para combater: reconheceu que lhe era indispensavel purificar-se dos seus antigos abusos, e tomar energicas medidas de repressão, de que nasceram o tribunal da Inquisição, a congregação do Indice, e o estabelecimento da ordem dos jesuitas. Reunido o concilio de Trento, a Egreja fortificou-se na sua theocracia, que ainda hoje domina, a despeito da realisação da unidade italiana, e da perda do poder temporal.

Dividido o mundo religioso em dois campos, filiar-se n'um ou n'outro, era o dilemma. *To be or not to be.* Os povos da peninsula iberica seguiram a causa de Roma, que lhes era imposta pelas tradições e pela educação. Carlos v, depois que se viu livre de Francisco I, sae em defeza do papado, envolve-se n'essa ingente lucta, e estende a sua acção vingadora e sanguinaria até á Hollanda. Mais tarde, o filho de Carlos v, Filippe II, o *Demonio do Meio-Dia*, declara guerra de exterminio á Refórma, e a influencia catholica da peninsula hispanica estende-se, passa os Pyrenéos, alonga-se até á França, pelo tratado de Cateau-Cambrésis. Em Portugal, D. João III faz *pendant* a Carlos v, sob o ponto de vista religioso, postoque a Inquisição, como protesto á Refórma, apenas entrasse em Portugal cincoenta e cinco annos depois de estabelecida em Hespanha. Os dois paizes visinhos estavam ligados pela tradição religiosa, como os seus reis estavam ligados pelos laços de familia. Um arrastava o outro.

Mais tarde, D. Sebastião preparava a infeliz esquadra de Alcacerquibir para ir combater pela *fé catholica*, não pela patria, como nota o sr. Anthero do Quental. Em 1588, já unificados sob a mesma corôa Portugal e Hespanha, Filippe II prepára a armada invencivel e mallograda para ir combater a Refórma na Inglaterra. Os acontecimentos desdobram-se, sob uma influencia commum, em toda a peninsula.

Posto isto, comprehenderemos como a Inquisição fôra instituida em Portugal por bulla de 23 de maio de 1536, e até perceberemos melhor o ardor com que D. João III escrevia ao seu embaixador em Roma dizendo-lhe que teria grande gosto em ser inquisidor, se o cargo fosse de principe secular.

Em 1539, o cardeal D. Henrique, irmão do rei, era nomeado inquisidor-mór em Portugal, e em 1540 começavam os autos de fé, com assistencia da familia real, em que a peninsula hispanica estava representada, porque a rainha, D. Catharina d'Austria, era irmã de Carlos v...

O casamento de D. João III déra mesmo logar ao tratado de Burgos, pelo qual o imperador Carlos v e D. João III se obrigavam a uma liga defensiva e de mutuo auxilio.

Vejamos agora quaes foram as consequencias da lucta religiosa em geral, para toda a Europa, e em especial, para o nosso paiz.

Ao passo que a actividade humana se esterilisára em luctas sangrentas, que duraram longo tempo, e que arrastaram comsigo a decadencia

de alguns paizes, taes como Hespanha e Portugal, é certo, porém, que a Refórma elaborou o principio da emancipação da consciencia, aquecera os germens da liberdade que, partindo da idéa religiosa, se estendera pelos seculos adeante até á sciencia, pela publicação do *Tratado do methodo*, com que Descartes revolucionou a philosophia; e até á politica, pelas imposições do parlamento inglez a Guilherme de Orange e pela revolução franceza do seculo passado.

Eis os resultados beneficos da Refórma, procurados na sua causa primaria, na sua origem longinqua. Expondo esta asserção, não nos congratulamos com o sangue derramado tanto pela idéa religiosa como pela idéa politica. Acceitamos os factos consummados, e reconhecemos mais uma vez que as revoluções são como aquelles selvagens que para colher o fructo derrubam a arvore...

Mas vejamos agora, no capitulo seguinte, quaes foram, como referencia á peninsula hispanica, especialmente a Portugal, as consequencias mediatas, remotas da Refórma.

CAPITULO II

Em 1871, o sr. Anthero do Quental realisou, na sala do Casino Lisbonense, uma conferencia sobre as causas da decadencia dos povos peninsulares nos ultimos tres seculos. Para o sr. Quental, segundo o seu ponto de vista, essas causas são tres: a transformação do catholicismo pelo concilio de Trento, o estabelecimento do absolutismo, e o desenvolvimento das conquistas longinquas.

Com a imparcialidade que deve presidir a todos os trabalhos historicos, transcrevemos do opusculo do sr. Quental a parte que, segundo o illustre escriptor, naturalmente deriva para nós, portuguezes, da primeira d'aquellas causas:

«Da decadencia moral é esta a causa culminante! O Catholicismo do concilio de Trento não inaugurou certamente no mundo o despotismo religioso; mas organisou-o d'uma maneira completa, poderosa, formidavel, e até então desconhecida. N'este sentido, póde dizer-se que o Catholicismo, na sua fórma definitiva, immobilisado e intolerante, data do seculo 16.° As tendencias, porém, para esse estado vinham já de longe; nem a Reforma significa outra coisa senão o protesto do sentimento christão, livre e independente, contra essas tendencias auctoritarias e formalisticas. Essas tendencias eram logicas, e até certo ponto legitimas, dada a interpretação e organasição romana da religião christã: não o eram, porém dado o sentimento christão na sua pureza virginal, fóra das condições precarias da sua realisação politica e mundana, o sentimento christão, n'uma palavra, no seu dominio natural, a consciencia religiosa. É necessario, com effeito, estabelecermos cuidadosamente uma rigorosa distinção entre *christianismo* e *catholicismo*, sem o que nada comprehenderemos das evoluções historicas da religião christã. Se não ha christianismo fóra do gremio catholico (como asseveram os theologos, mas como não pode nem quer aceitar a razão, a equidade e a critica) n'esse caso teremos de recusar o titulo de christãos aos lutheranos, e a todas as seitas saídas do movimento protestante, em quem todavia vive bem claramente o espirito evangelico. Digo mais, teremos de negar o nome de christãos aos apostolos e evangelistas, porque n'essa epoca o catholicismo estava tão longe no futuro, que nem ainda a palavra *catholico* fôra inventada! É que realmente o christianismo existiu e póde existir fóra do catholicismo. O christianismo é sobre tudo um *sentimento;* o catholicismo é sobre tudo uma *instituição.* Um vive da fé e da inspiração: o outro do dogma e da disciplina. Toda a historia religiosa, até ao meado do seculo 16.°, não é mais do que a transformação do *sentimento christão* na *instituição catholica.* A Idade-Média é o periodo da transição: ha ainda um, e o outro apparece já. Equilibram-se. A unidade vê-se, faz-se sentir, mas não chega ainda a soffocar a vida local e autonomica. Por isso é tambem esse o periodo das Igrejas nacionaes. As da Peninsula, como todas as outras, tiveram, durante a Idade-Média, liberdades e iniciativa, concilios nacionaes, disciplina propria, e uma maneira sua de sentir e praticar a religião. D'aqui, dois grandes resultados, fecundos em consequencias beneficas. O dogma, em vez de ser *imposto*, era *aceito*, e, n'um certo sentido, creado: ora, quando a base moral é o dogma, só pode haver boa moral deduzido-a d'um dogma aceito, e até certo ponto

creado, e nunca imposto. Primeira consequencia, de incalculavel alcance. O sentimento do dever, em vez de ser contradito pela religião, apoiava-se n'ella. D'aqui a força dos caracteres, a elevação dos costumes. Em segundo logar, essas Igrejas nacionaes, por isso mesmo que eram independentes, não precisavam opprimir. Eram tolerantes. Á sombra d'ellas, muito na sombra é verdade, mas tolerados em todo o caso, viviam Judeus e Moiros, raças intelligentes, industriosas a quem a industria e o pensamento peninsulares tanto deveram, e cuja expulsão tem quasi as porporções d'uma calamidade nacional. Segunda consequencia, de não menor alcance do que a primeira. Se a peninsula não era então tão catholica como o foi depois, quando queimava os Judeus e recebia do Geral dos Jesuitas o santo e a senha da sua politica, era seguramente muito mais christã, isto é, mais caridosa e moral, como estes factos o provam.

«Rasga-se porem o seculo 16.°, tão prodigioso de revelações, e com elle apparece no mundo a Reforma seguida por quasi todos os povos de raça germanica. Esta situação cria para os povos latinos, que se conservavam ligados a Roma, uma necessidade instante, que era ao mesmo tempo um grande problema. Tornava-se necessario responder aos ataques dos protestantes, mostrar ao mundo que o espirito religioso não morrera no seio das raças latinas, que debaixo da corrupção romana havia alma e vontade. Um grito unanime de *reforma* saio do meio dos representantes da orthodoxia, oppondo-se ao desafio, que, com a mesma palavra, haviam lançado ao mundo catholico Luthero, Zwingle, OEcolampado, Melanchthon e Calvino. Reis, povos, sacerdotes clamavam todos *reforma!* Mas aqui apparecia o problema: que especie de reforma? A opinião dos bispos e, em geral, das populações catholicas pronunciava-se no sentido d'uma reforma liberal, em harmonia com o espirito da epoca, chegando muitos até a desejar uma conciliação com os protestantes: era a opinião *episcopal*, representante das Igrejas nacionaes. Em Roma, porém, a solução, que se dava ao problema tinha um bem differente caracter. O odio e a colera dominavam os corações dos successores dos apostolos. Repelia-se com horror a idéa de conciliação, da mais pequena concessão. Pensava-se que era necessario fortificar a orthodoxia, concentrando todas as forças, disciplinando e centralisando; impedernir a Igreja, para a tornar inabalavel. Era a opinião *absolutista*, representante do Papado. Esta opinião (para não dizer este partido) triumphou, e foi esse triumpho uma verdadeira calamidade para as nações catholicas. Nem era isso o que ellas desejavam, e o que pediram e sustentaram os seus bispos, luctando indefesos durante 16 annos contra a maioria esmagadora das criaturas de Roma! Pediam uma verdadeira reforma, sincera, liberal, em harmonia com as exigencias da epoca. O programma formulava-se em tres grandes capitulos fundamentaes. 1.° Independencia dos Bispos, autonomia das Igrejas nacionaes, inauguração d'um parlamentarismo religioso pela convocação amiudada dos Concilios, esses Estados Geraes do christianismo, superiores ao Papa e arbitros supremos do mundo espiritual. 2.° O casamento para os padres, isto é, a secularisação progressiva do clero, a volta ás leis da humanidade d'uma classe votada durante quasi mil annos a um duro ascetismo, então talvez nescessario, mas já no seculo 16.° absurdo, perigoso, desmoralisador. 3.° Restricções á pluralidade dos beneficios ecclesiasticos, abuso odioso, tendente a introduzir na Igreja um verdadeiro feudalismo com todo o seu poder, e desregramento. D'estas reformas saía naturalmente a humanisação gradual da religião, a liberdade crescente das consciencias, e a capacidade para o christianismo de se transformar dia a dia, de progredir, de estar sempre á altura do espirito humano, resultado immenso e capital que trouxe a Reforma aos povos que a seguiram. Os graves prelados, que então combatiam pelas reformas que acabo de apresentar, não desejavam, certamente, nem mesmo previam estas consequencias: o proprio Luthero as não previu. Mas nem por isso as consequencias deixariam de ser aquellas. Bartholomeu dos Martyres e os bispos de Cadiz e Astorga não eram, seguramente, revolucionarios: representavam no concilio de Trento a ultima defesa e o protesto das Igrejas da Peninsula contra o Ultramontanismo invasor: mas a obra d'elles é que era, pelas consequencias, revolucionaria; e, trabalhando n'ella, estavam na corrente e no es-

pirito do grande e emancipador seculo 16.º Se houvessem alcançado essa reforma, teriamos nós talvez, hespanhoes e portuguezes, escapado á decadencia. Quem póde hoje negar que é em grande parte á Reforma que os povos *reformados* devem os progressos moraes que os collocaram naturalmante á frente da Civilisação? Contraste significativo, que nos apresenta hoje o mundo! As nações mais intelligentes, mais moralisadas, mais pacificas e mais industriosas são exactamente aquellas que seguiram a revolução religiosa do seculo 16.º: Allemanha, Hollanda, Inglaterra, Estados Unidos, Suissa. As mais decadentes são exactamente as mais catholicas! Com a Reforma estariamos hoje talvez á altura d'essas nações: estariamos livres, prosperos, intelligentes, moraes... mas Roma teria caido!

«Roma não queria cair. Por isso resistiu longo tempo, illudiu quanto pôde os votos das nações, que reclamavam a convocação do concilio reformador. Não podendo resistir mais tempo, cede por fim. Mas como o fez? como cedeu Roma, dominada desde então pelos Jesuitas? Estamos em Italia, meus senhores, no paiz de Machiavello!... Eu não digo que Roma usasse deliberada e conscientemente d'uma politica machiavellica: não posso avaliar as intenções. Digo simplesmente que o parece; e que, perante a historia, a politica romana em toda esta questão do concilio de Trento apparece com um notavel caracter de habilidade e calculo... muito pouco evangelicos! Roma, não podendo resistir mais á idéa do concilio, explora essa idéa em proveito proprio. D'um instrumento de paz e progresso, faz uma arma de guerra e dominação; confisca o grande impulso reformador, e fal-o convergir em proveito do Ultramontanismo. Como? D'uma maneira simples: 1.º dando só aos legados do papa o direito de propor reformas: 2.º substituindo, ao antigo modo de votar *por nações*, o voto *por cabeças*, que lhe dá com os seus cardeaes e bispos italianos, criaturas suas, uma maioria compacta e resolvida sempre a esmagar, a *abafar* os votos das outras nações. Basta dizer que a França, a Hespanha, Portugal e os Estados catholicos da Allemanha nunca tiveram, juntos, numero de votos superior a 60, em quanto os italianos contavam 180, e mais! N'estas condições, o concilio deixava de ser universal: era simplesmente italiano; nem italiano, romano apenas! Desde o primeiro dia se póde ver que a causa da reforma liberal estava perdida. Provocado para essa reforma, o concilio só serviu contra ella, para a sophismar e annular!

«Composta e armada assim a maquina, vejamol-a trabalhar. Para sujeitar na terra o homem, era necessario fazel-o condemnar primeiro no ceu: por isso o concilio começa por estabelecer dogmaticamente, na sessão 5.ª, o *peccado original*, com todas as suas consequencias, a condemnação hereditaria da humanidade, e a incapacidade do homem se salvar por seus merecimentos, mas só por obra e graça de J. Christo. Muitos theologos e alguns poucos synodos particulares se haviam já occupado d'esta materia: nenhum concilio ecumenico a definira ainda. Um concilio verdadeiramente liberal deixava essa questão na sombra, no indefinido, não prendia a liberdade e a dignidade humanas com essa algema: o Concilio de Trento fez d'essa definição o prologo dos seus trabalhos. Convinha-lhe logo no começo, condemnar sem appelação a Razão humana, e dar essa base ao seu edificio. Assim o fez. D'então para cá, ficou dogmaticamente estabelecido no mundo catholico que o homem deve ser um corpo sem alma, que a vontade individual é uma suggestão diabolica, e que para nos dirigir basta o Papa em Roma e o confessor á cabeceira. *Perinde ac cadaver*, dizem os estatutos da Companhia de Jesus.

«Na sessão 13.ª confirma-se e precisa-se o dogma da Eucharistia, já definido, ainda que vagamente, no 4.º concilio de Latrão, e vibra-se o anathema sobre quem não crer na *presença real* de Christo no pão e no vinho depois da consagração. É mais um passo (e este decisivo) para fazer entrar o christianismo no caminho da idolatria, para collocar o divino no absurdo. Poucos dogmas contribuiram tanto como este materialismo da *presença real* para embrutecer o novo povo, para fazer reviver n'elle os instinctos pagãos, para lhe sophismar a rasão natural! Parece que era isto o que o concilio desejava!

«Na sessão 14.ª trata-se detidamente da confissão. A confissão existia ha muito na Igreja, mas comparativamente livre e facultativa. No 4.º concilio de Latrão restringira-se já bastante essa liberdade. Na sessão 14.ª de Trento é a

consciencia christã definitivamente encarcerada. Sem confissão não ha remissão de peccados! A alma é incapaz de communicar com Deus, senão por intermedio do padre! Estabelece-se a obrigação dos fieis se confessarem em epocas certas, e exhortam-se a que se confessem o mais que possam. Funda-se aqui o poder, tão temivel quanto mysterioso, do confessionario. Apparece um typo singular: o *director espiritual*. D'ahi por dirante ha sempre na familia, immovel á cabeceira, invisivel mas sempre presente, um vulto negro que separa o marido da mulher, uma vontade occulta que governa a casa, um intruso que manda mais do que o dono. Quem ha aqui, hespanhol ou portuguez, que não conheça este estado deploravel da familia, com um chefe secreto, em regra, hostil ao chefe visivel? quem não conhece as desordens, os escandalos, as miserias introduzidas no lar domestico pela porta do confessionario? O concilio não queria isto, de certo: mas fez tudo quanto era necessario para que isto acontecesse.

«Na parte disciplinar e nas relações da Igreja com o Estado, predomina o mesmo espirito de absolutismo, de concentração, de invasão de todos os direitos. Na sessão 5.ª, tornam-se as Ordens regulares independentes dos Bispos, e quasi exclusivamente dependentes de Roma. Que arma esta na mão do Papado, que já de si não era mais do que uma arma na mão do Jesuitismo! Na sessão 13.ª só o Papa, pelos seus commissarios, pode julgar os bispos e os padres. É a impunidade para o clero! Na sessão 4.ª põem-se restricções á leitura da Biblia pelos seculares, restricções taes que equivalem a uma verdadeira prohibição. Ora, o que é isto senão a suspeição da Razão humana, condemnada a pensar e a ler pelo pensamento e pelos olhos de meia duzia de eleitos? Nas sessões 7.ª, 9.ª, 18.ª, 24.ª, estabelecem-se igualmente disposições tendentes todas a sujeitar os governos, a impor aos povos a policia romana, apagando implacavelmente por toda a parte os ultimos vestigios das Igrejas nacionaes. Finalmente, a superioridade do Papa sobre os concilios triumpha nas sessões 23.ª e 25.ª, pela bocca do jesuita Lainez, inspirador e alma do concilio... se é permittido, ainda methaforicamente, fallando d'um jesuita, empregar a palavra alma... A redacção d'um Cathecismo vem coroar esta obra de alta politica. Com esse Cathecismo, imposto por toda a parte e por todos os modos aos espiritos moços e simples, tratou-se de matar a liberdade no seu germen, de absorver as gerações nascentes, de as deformar e torturar, comprimindo-as nos moldes estreitos d'uma doutrina secca, formal, escolastica e subtilmente inintellegivel. Se se conseguio ou não esse resultado funesto, respondam umas poucas de nações moribundas, enfermas da peior das enfermidades, a atrophia moral!

«Sim, meus senhores! essa machina temerosa de compressão, que foi o catholicismo depois do concilio de Trento, que podia ella offerecer aos povos? A intolerancia, o embrutecimento, e depois a morte! Tomo tres exemplos. Seja o primeiro a Guerra dos Trinta annos, a mais cruel, mais friamente encarniçada, mais systematicamente destruidora de quantas tem visto os tempos modernos, e que por pouco não aniquila a Allemanha. Essa guerra, provocada pelo partido catholico, e por elle dirigida com uma perseverança infernal, mostrou bem ao mundo que abysmos de odio podem occultar palavras de paz e religião. O padre não dirigia sómente, assistia á execução. Cada general trazia sempre comsigo um *director* jesuita: e esses generaes chamavam-se Tilly, Picolomini, os mais endurecidos dos verdugos! Salvou então a Allemanha e a Europa a firmeza indomavel d'um coração tão grande quanto puro, sereno em face d'essas hordas fanaticas. O verdadeiro heroe (e unico tambem) d'essa guerra maldita, o verdadeiro santo d'esse priodo tenebroso, é um protestante, Gustavo Adolpho. Em quanto ao Papa, esse applaudia a matança! O segundo exemplo é a Italia. O terror que inspirava ao Papado a criação em Italia d'um Estado forte, que lhe pozesse uma barreira á ambição crescente de dia para dia, tornou-o o maior inimigo da unidade italiana. É o Papado quem semeia a discordia entre as cidades e os principes italianos, sempre que tentam ligar-se. É o Papado quem convida os estrangeiros a descerem os Alpes, na cruzada contra as forças nacionaes, cada vez que parecem querer organisar-se. «O Papado, diz Edgard «Quinet, tem sido um ferro sagrado na ferida da «Italia, que a não deixa sarar.» Hoje mesmo, se essa suspirada unidade se consumou, não foi

no meio das maldições e coleras do clero e de Roma? O unico pensamento, que hoje absorve o Papado, é desmanchar aquella obra nacional, chamar sobre ella os odios do mundo, o ferro estrangeiro, podendo ser; é assassinar a Italia resuscitada! Estes factos são por todos sabidos. O que talvez nem todos saibam é o papel que o catholicismo representou no assassinato da Polonia. «A intolerancia dos jesuitas e ultramonta-«nos, diz Emilio de Levelaye, foi a causa prima-«ria do desmembramento e queda da Polonia.» Esta nação heroica, mas pouco organisada, ou antes, pouco unificada, era uma especie de federação de pequenas nacionalidades, com costumes e religiões differentes. Encravada entre monarchias poderosas e ambiciosas, como a Austria, a Russia e a Turquia d'então, a Polonia só podia viver pela liberdade politica, e sobre tudo pela tolerancia religiosa, que conservasse amigos e unidos contra o inimigo commum os grupos autonomicos de que se compunha. A essa tolerancia deveu ella, com effeito, a força e importancia que teve na historia da Europa até ao seculo 17.º: catholicos, gregos scismaticos, protestantes, sonicianos viveram muito tempo como irmãos, n'uma sociedade verdadeiramente christã porque era verdadeiramente tolerante. Um dia, porem, os jesuitas, lá do centro de Roma, olharam para a Polonia como para uma boa preza. Aquella nação era effectivamente um escandalo para os bons padres. Tanto intrigaram, que em 1570 tinham já logrado introduzir-se na Polonia: o rei Estevão Bathory concedeu-lhes, com uma culpavel imprudencia, a universidade de Wilna. Senhores do ensino, e em breve das consciencias da nobreza catholica, os jesuitas são um poder; começam as perseguições religiosas. Em 1648, João Casimiro, que antes de ser rei fôra cardeal e jesuita, quer obrigar os camponezes ruthenios, sectarios do schisma grego, a converterem-se ao catholicismo. Estes levantam-se, unem-se aos cossacos, tambem do rito negro, e começa uma guerra formidavel, cujo resultado foi separarem-se cossacos e ruthenios da federação polaca, dando-se á Russia, em cujas mãos se tornaram uma arma terrivel sempre apontada ao coração da Polonia. Nunca esta nação teve inimigos tão encarniçados como os cossacos! Sem elles, a Polonia enfraquecida entre visinhos formidaveis, devia cair e caíu effectivamente. A partilha expoliadora de 1772 não fez mais do que confirmar um facto já antigo, a nullidade da nação polaca.

«Assim pois, meus senhores, o catholicismo dos ultimos 3 seculos, pelo seu principio, pela sua disciplina, pela sua politica, tem sido no mundo o maior inimigo das nações, e verdadeiramente o tumulo das nacionalidades. «O antro «da Esphinge, disse d'elle um poeta philosopho, «reconhece-se logo á entrada pelos ossos dos «povos devorados.»

«E a nós hespanhoes e portuguezes, como foi que o catholicismo nos annullou? O catholicismo pesou sobre nós por todos os lados com todo o seu peso. Com a Inquisição, um terror invisivel paira sobre a sociedade: a hypocrisia torna-se um vicio nacional e necessario: a delação é uma virtude religiosa: a expulsão dos Judeus e Moiros empobrece as duas nações, paralisa o commercio e a industria, e dá um golpe mortal na agricultura em todo o Sul da Hespanha: a perseguição dos *christãos novos* faz desapparecer os capitaes: a Inquisição passa os mares, e, tornando-nos hostis os indios, impedindo a fusão dos conquistadores e dos conquistados, torna impossivel o estabelecimento d'uma colonisação solida e duradoira: na America despovôa as Antilhas, apavora as populações indigenas, e faz do nome de christão um symbolo de morte: o terror religioso, finalmente, corrompe o caracter nacional, e faz de duas nações generosas, hordas de fanaticos endurecidos, o horror da civilisação. Com o Jesuitismo desaparece o sentimento christão, para dar logar aos sophismas mais deploraveis a que jámais desceu a consciencia religiosa: methodos de ensino, ao mesmo tempo brutaes e requintados, esterilisam as intelligencias, dirigindo-se á memoria, com o fim de matarem o pensamento inventivo, e alcançam alhear o espirito peninsular do grande movimento da sciencia moderna, essencialmente livre e creadora: a educação jesuitica faz das classes elevadas machinas ininteligentes e passivas; do povo, fanaticos corruptos e crueis: a funesta moral jesuitica, explicada (e praticada) pelos seus *casuistas*, com as suas restricções mentaes, as suas subtilezas, os seus equivocos, as suas condescendencias, infiltra-se por toda a parte, como um ve-

neno lento, desorganisa moralmente a sociedade, desfaz o espirito de familia, corrompe as consciencias com a oscillação continua da noção do dever, e aniquila os caracteres, sophismando-os, amolecendo-os: o ideal da educação jesuitica, é um povo de crianças mudas, obedientes e imbecís; realisou-o nas famosas Missões do Paraguay; o Paraguay foi o *reino dos ceus* da Companhia de Jesus; perfeita ordem, perfeita devoção; uma coisa só faltava, a alma, isto é, a dignidade e a vontade, o que distingue o homem da animalidade! Eram estes os beneficios que levavamos ás raças selvagens da America, pelas mãos civilisadoras dos padres da Companhia! Por isso o genio livre popular decaíu, adormeceu por toda a parte; na arte, na literatura, na religião. Os santos da epoca já não tem aquelle caracter simples, ingenuo dos verdadeiros santos populares: são frades beatos, são jesuitas habeis. Os sermonarios e mais livros de devoção, não sei porque lado sejam mais vergonhosos; se pela nullidade das idêas, pela baixeza do sentimento, ou pela puerilidade ridicula do estylo. Em quanto á arte e litteratura, mostrava-se bem clara a decadencia n'aquellas massas estupidas de pedra da architectura jesuitica, e na poesia convencional das academias, ou nas odes ao divino e jaculatorias fradescas. O genio popular, esse morrêra ás mãos do clero, como com tanta evidencia o deixou demonstrado nos seus recentes livros, tão cheios de novidades, sobre a Litteratura portugueza, o sr. Theophilo Braga. Os costumes saídos d'esta escola sabemos nós o que foram. Já citei a *Arte de Furtar*, os *Romances picarescos*, as *Farças populares*, o *Theatro hespanhol*, os escriptos de D. Francisco Manoel, e do Cavalleiro de Oliveira. Na falta d'estes documentos, bastava-nos a tradição, que ainda hoje reza dos escandalos d'essa sociedade aristocratica e clerical! Essa funesta influencia da direcção catholica não é menos visivel no mundo politico. Como é que o absolutismo espiritual podia deixar de reagir sobre o espirito do poder civil? O exemplo do despotismo vinha de tão alto! os reis eram tão religiosos! Eram por excellencia os reis *catholicos*, *fidelissimos*. Nada forneceu pelo exemplo, pela auctoridade, pela doutrina, pela instigação, um tamanho ponto de apoio ao poder absoluto como o espirito catholico e a influencia jesuitica. N'esses tempos santos, os verdadeiros ministros eram os confessores dos reis. A escolha do confessor era uma questão de Estado. A paixão de dominar, e o orgulho criminoso de um homem, apoiava-se na palavra divina. A theocracia dava a mão ao despotismo. Essa direcção via-se claramente na politica externa. A politica, em vez de curar dos interesses verdadeiros do povo, de se inspirar d'um pensamento nacional, traía a sua missão, fazendo-se instrumento da *politica catholica romana*, isto é, dos interesses, das ambições d'um estrangeiro. D. Sebastião, o discipulo dos jesuitas, vae morrer nos areaes de Africa *pela fé catholica*, não pela nação portugueza. Carlos v, Filippe ii põem o mundo a ferro e fogo, porque? pelos interesses hespanhoes? pela grandeza de Hespanha? Não: pela grandeza e pelos interesses de Roma! Durante mais de 70 annos, a Hespanha, dominada por estes dois inquizidores coroados, dá o melhor do seu sangue, da sua riqueza, da sua actividade, para que o papa désse outra vez leis á Inglaterra e á Allemanha. Era essa a *politica nacional* d'esses reis famosos: eu chamo a isto simplesmente trair as nações.

Tal é uma das causas, senão a principal, da decadencia dos povos peninsulares.»

A acção do reinado de D. João iii nas letras portuguezas não é completamente nulla. Não lhe attribuo, porém, a elle, qualquer influencia directa, como já a neguei a seu pae, mas julgo dever attribuil-a ás circumstancias. D'essas circumstancias, as mais importantes foram seguramente o movimento da Renascença e a descoberta da imprensa.

D. João iii reformou os estudos da Universidade, e transferiu-a para Coimbra. Se lhe deu ou não estatutos, ainda é ponto obscuro. De Paris mandou vir um collegio inteiro, segundo a expressão de Pedro Mariz, para ensinar hebraico, grego e latim. Convem notar que Pedro Mariz se refere ao collegio de Santa Barbara de Paris, onde D. João iii mandára instruir muitos homens de talento, que d'ahi vieram effectivamente quando o rei quiz reformar os estatutos.

Ainda como prova da nossa imparcialidade, e querendo abrir campo a todas as opiniões n'um assumpto em que é difficil ter uma segura e incontrastavel, consignaremos o depoimento do

sr. dr. Lopes Praça na sua *Historia da philosophia em Portugal:*

«A Historia do Catholicismo demonstra irrefragavelmente que o espirito da Religião christã é favoravel á cultura intellectual e ao progresso das sciencias. É sem razão que a Reforma se attribue a gloria de ter produzido o renascimento das lettras. No amago da religião reformada não se occultava a móla, cuja tenção havia de produzir o movimento litterario das idades modernas. Se concorreu para o bem das lettras foi como causa occasional, unicamente, e não como causa principal efficiente. A observação imparcial dos factos não leva a resultados differentes.

«As lettras renasceriam sem o apparecimento da Reforma. A descoberta da Imprensa, o novo caminho para as Indias, a revelação do novo mundo, a tomada de Constantinopla pelos Mahometanos, o acolhimento favoravel que os sabios gregos obtiveram em Roma, as naturaes aspirações da intelligencia humana, bastariam para explicar o novo movimento litterario. As maiores illustrações da Reforma sahiram das escholas catholicas, para não fallarmos já dos vigorosos athletas que a combateram. Corria, pois, ao Catholicismo a obrigação impreterivel de obstar aos formidaveis progressos do Protestantismo. Oppondo-se ao seu desenvolvimento desviára os povos de todas as funestas consequencias a que um tal systema religioso dava origem. Não foi portanto sem motivo que os Jesuitas se propozeram entre outros fins o de defender a fé catholica contra os hereges, que sustentavam doutrinas perigosas, e que estavam bem longe de ser preferiveis ás sustentadas pela Igreja Romana.

«A Companhia de Jesus approvada por Paulo III a 27 de setembro de 1540 foi desde a sua origem bem acceita em Portugal.

«Não tardou muito que a educação da infancia fosse confiada aos Jesuitas. A fundação do Collegio de Coimbra da Sociedade de Jesus começou logo a 14 de abril de 1547. O padre Simão Rodrigues, companheiro de Santo Ignacio, e que, tendo vindo de Roma com S. Francisco Xavier para levar a voz do Evangelho ás Indias, ficára na côrte, foi o fundador d'esta Provincia da nova sociedade.

«Cresceu, rapidamente, a sua preponderancia. Logo no 1.° de outubro de 1555 se aggregou á mesma companhia o collegio das escolas menores da Universidade. O provincial Diogo Mirão recebeu a posse d'elle das mãos do reitor Diogo de Teyve. Constituida sob taes auspicios, é innegavel que a sua grandeza futura se devia operar em poucos annos.»

«O reinado de D. João III representa entre nós a época de transição que liga a Philosophia Escholastica á Philosophia Moderna. Apurado o estudo da lingua grega, e verificados os erros das traducções e commentos de Aristoteles o enthusiasmo pela Philosophia antiga minorou e acabou por desvanecer-se, quando se reflectiu que as opiniões dos philosophos não preenchiam o vasio de tantas aspirações. Dos systemas rivaes e que dominavam nas escolas o de Aristotelles não cedeu o campo, embora o de Platão tivesse estrenuos defensores.

«Não obstante o Compendio Historico parece manifestar-se em sentido contrario; porque fallando da influencia da nova legislação publicada nos Estatutos em o anno de 1598, se explica, a paginas 99, nos seguintes termos: «A Philoso-«phia Peripatetica tornou a erigir o seu princi-«pado, os seus termos, as suas distincções, e os «seus principios e axiomas foram novamente «publicados.» A Junta de Providencia Litteraria não poude deixar de referir-se á benefica influencia do governo de D. João III sobre os nossos estudos; porque, com quanto, antes d'elle, D. João I e D. Manuel tivessem olhado cuidadosamente pelo bem da Universidade, concedendo-lhe novos Estatutos, é certo que o governo d'este monarcha, desde 1521 a 1557, envidou serios cuidados em promover o seu esplendor, e dar novo lustre ao seu credito.

«Ainda assim nos não parece liquida a opinião do Compendio Historico. Que a Philosophia Peripatetica se estudasse então mais profunda e exactamente do que d'antes é admissivel e exacto; mas affirmar-se, indirectamente, que ella deixára de ter ali o seu principado é o que nos parece insustentavel. Entre os professores chamados por D. João III, para fazer revigorar os estudos da Universidade, conta-se entre os mais insignes, Antonio Luiz, natural de Lisboa, varão profundamente versado no estudo da lingua grega, Philosophia e Medicina. Ora é sabido qua elle se encarregára, a 4 de março de 1547,

de explicar a *Aristoteles* e Galeno nas suas fontes; o que sobremodo confirma a nossa opinião, e é tanto mais decretorio este facto, quanto nós sabemos que a vida d'este insigne Philosopho se dilatára até 1565. Como se pode, portanto, avançar que em tão curto espaço de tempo, como o que vae d'estas datas até 1598 se implantasse na Universidade diverso systema de philosophia? Além de que, como vimos, n'este seculo appareceram os commentarios do Collegio Conimbricense, obra de grande alcance, e que devia já existir alguns annos antes da sua publicação.

«É, porém, sobretudo inexplicavel encontrar-se n'outro lugar do mesmo Compendio Historico, ao menos na sua essencia, o facto que acabámos de referir. A paginas 324 começa o seguinte trecho: «Antonio Luiz, natural de Lis-«boa, foi um dos homens mais sabios, que n'a-«quelles seculos illustraram Portugal e Hispanha. «Desde os seus primeiros annos se consagrou «todo ás Linguas, á Eloquencia, á Historia, na «qual fez admiraveis progressos, e com estes «conhecimnntos se adiantou de maneira na Phi-«losophia e na Medicina, que foi chamado pelo «Senhor Rei D. João III para explicar *Aristoteles* «e Galeno na lingua grega.» Se tal succedeu, como é que devemos entender que só depois de 1598 é que a Philosophia Aristotelica ou Peripatetica ali tornou a erigir o seu principado?! E isto é tanto mais concludente, quanto se conhece ser a circumstancia de proposito narrada para deprimir a direcção, que depois os Jesuitas deram ao estudo da mesma sciencia. Henrique Jorge Henriques, natural da Guarda, que escreveu a sua Dialectica antes de expirar o seculo XVI e, Luiz de Lemos natural da villa da Fronteira, que ainda antes d'aquelle escrevêra o seu Commentario ao Perehermeneias de Aristoteles, ambos estudantes da Universidade, nos suggerem a convicção de que a mesma ordem de ideias se seguira e ensinára ali depois do professorado do insigne philosopho e philologo Antonio Luiz.

«Poderia occorrer á memoria de quem lesse o Compendio Historico o dar á expressão de Philosophia peripatetica uma noção mais precisa e caracteristica. Seria então Philosophia Peripatetica e estudada sobre os Commentos e traducções de Aristoteles, differençando-se da Aristotelica em esta ser estudada nas obras do mesmo auctor e na lingua grega, isto é, n'aquella em que originariamente foi escripta. Esta explicação, se fôra exacta, cortava a difficuldade, e teriamos que a linguagem da Junta de Providencia Litteraria apenas significava que antes da reforma de D. João III, e n'uma palavra antes do seculo XVI, se professaram na Universidade os commentos e traducções de Aristoteles, depois se cultivára, graças ao espirito d'aquella época e ao desvelo dos Nossos reis, o proprio Aristoteles, e que posteriormente a 1598 se retrogadára ao que antes do seculo XV se estudava das obras de Aristoteles.

«Para se poder acceitar esta explicação era necessario admettir que Pedro da Fonseca, Manoel de Goes e outros nomes illustres, de cuja memoria com razão nos podemos honrar, devem ser rebaixados da plana a que seus trabalhos e applicação os poderam elevar. Rejeitâmos a consequencia. Os jesuitas não prohibiram que se lesse Aristoteles na lingua grega. Principalmente nas incriminações é necessario prudencia e exactidão. Quando para se imputar um crime é necessario rebater caracteres augustos e celebres, é indesculpavel a critica. Mas, que não fosse por esta razão, o texto dos logares citados no Compendio Historico repelle a conciliação.

«Por fim concluiremos affirmando que não é intenção nossa defender uma corporação decahida, mas levantar de sobre a sua memoria o odioso que lhe não pertence, a fim de não prejudicar a justiça que merecem os trabalhos dos nossos philosophos mais distinctos. A critica virá a seu tempo: essas linhas que ahi ficam, se se podem considerar como defeza, servirão tambem para demonstrar a imparcialidade rigorosa de censura, que houvermos de fazer-lhe.»

Posto isto, poderão talvez accusar-nos de recorrer demasiadamente ás opiniões alheias, por mais contradictorias que se digladiem, á falta de opinião propria.

Não será fundada nem justa similhante accusação. Tudo quanto sinceramente pensamos a respeito de D. João III e do seu tempo o deixamos consignado, posto que succintamente, no primeiro capitulo. Tal é o nosso juizo sobre o assumpto. Quanto ao mais, como não estamos escrevendo uma memoria ou monographia em que archivemos investigações e pontos de vista propriamente nossos, mas sim uma *Historia de*

Portugal, não para sabios, mas para amantes de saber, entendemos que o mais conveniente seria offerecer á sua consideração e estudo todas as faces por que uma questão ou uma época podem ser apreciadas, ministrando ao mesmo tempo a critica d'essas diversas faces que os acontecimentos tomam perante o tribunal da posteridade.

Assim é que nos não dispensaremos de emittir, sobre o assumpto de que vimos tratando, a opinião do eminente escriptor Camillo Castello Branco.

Reservamos-lhe o capitulo seguinte.

CAPITULO III

«A responsabilidade que desluz os ultimos annos do reinado do filho de D. Manuel,—diz Camillo Castello Branco [1]—, não podêmos impôr-lh'a com o absolutismo exercido na moderna maneira de processar as instituições passadas. Cumpria julgar D. João III no seu seculo: ir ahi medil-o no estalão dos soberanos seus coevos: vêl-o como politico, e desviarmos a nossa attenção dos interesses da litteratura, que eram meros accidentes na época das conquistas, ou mais exactamente, da custosa subjeição dos povos avassalados.

«Ainda principe, em boa parte dos annos que reinou, encontramol-o tão affecto aos sabios, tão aporfiado em rivalisar com seu pai no favor prestado ás lettras, que não se dedigna de trasladar a *Chronica do Imperador Clarimundo* do seu amigo João de Barros, e de cartear-se activamente com Damião de Goes, que residia em Flandres e aquecera o seu espirito nos focos mais incendiarios da reforma lutherana. Maravilhado e seduzido inconscientemente pelo renome dos grandes adaís da revolução intellectual, perguntava ao futuro chronista de seu pai se seria possivel attrahir a Coimbra, para onde tencionava transferir os estudos, o celebrado Erasmo. D'este patrocinio dado ás lettras não se deprehenda que D. João III tivesse alguma leve tintura de saber. O seu sincero chronista, fr. Luiz de Sousa, apenas lhe concede *uma boa inclinação para lettras e lettrados*. E é de notar que, ao mesmo tempo que D. João III sentava nas cathedras escolares professores estrangeiros e portuguezes, lá fóra alumiados pela renascença, Carlos V, sobresaltado pelas doutrinas de Luthero, solicitava, mediante o papa, uma lista dos livros eivados de heresia a fim de os vedar nos seus estados; e, desde o cubiculo de S. Justo, escrevia á princeza regente qne fizesse punir com a maior severidade os lutheranos; *por quanto*—dizia elle—*não póde haver paz nem prosperidade onde não houver conformidade de doutrina.* E citava Allemanha e Flandres.

«Não exaggerava. Via as coisas como principe e não como philosopho. Estava na tradição, e não se sentia propelido por paixões pessoaes a desmembrar-se do catholicismo como Segismundo, Gustavo Vaza e Henrique VIII. Acreditava no effeito espiritual das indulgencias como o franciscano Sansão contra quem Zuinglio levantou o estandarte da rebeldia. Podéra tambem apontar os tumultos da Dinamarca, da Suecia e de parte da Hungria, amotinadas pelos prapagandistas da Reforma. Na Inglaterra soava já o rebate contra Roma. Surgia a republica das Provincias-Unidas, e os Paizes-Baixos sacudiam o jugo. Não se proclamavam direitos politicos: arvorava-se a renovação da idéa religiosa. Os monarchas eram pela religião contra os perturbadores, e não tinham illustração nem heroismo bastante para saudarem a liberdade do pensamento, escolhendo uma das multiplicadas seitas incluzas e baralhadas no Protestantismo. D. João III, á semelhança de Carlos V, ganhou medo aos grandes homens que admirára e estimára em quanto, minguado de comprehensão, lhes não previu os intuitos. Não faltaria quem, por interesse da religião e do estado, lhe incutisse desconfianças bem fundadas na sciencia dos Buchann, dos Gouveias e dos Teives, e por ventura do seu estimado Damião de Goes, cuja opinião o monarcha talvez apreciára na escolha dos professores suspeitos. Á frente dos seus conselheiros, espavoridos pelos effeitos do livre exame, estava um dos mais allumiados varões do seu tempo: o bispo de Silves D. Jeronymo Osorio. E assim como sem premeditação impulsionára os estudos na directriz que as universidades estrangeiras lhes imprimiam, com egual inconsideração o rei inepto—inepto

[1] Curso de litteratura portugueza. (Lisboa, 1876) pag. 9 e seg.

em relação ao que hoje denominariamos soberano illustrado—retrahiu as liberdades que dera ao ensinamento secular, quando lhe fizeram sem grande esforço intender que as desordens da Europa eram o funesto resultado da liberdade de pensar e escrever, exercitada pelos hereticos, educados em universidades d'onde elle transplantara para Coimbra Diogo de Gouveia, Nicolau Groucby, Fabricio, Rozerto, Patricio e Jorge Buchanan, e os outros que a tempo se evadiram ao sancto officio. Atemorisado pelo exemplo e obrigado pela obediencia ao Pontifice, confiou a manutenção da inteireza religiosa aos padres da Companhia de Jesus, representados na côrte pelo padre Simão Rodrigues de Azevedo, o mais ardente apostolo da nova milicia, e mestre doutrinal do principe.

«Não influiu menos no animo do rei devoto a desenfreada relaxação dos costumes. Nicolau Clenardo, nem fanatico nem hypocrita, escrevendo desde Evora, em 1535, ao seu mestre Latomus, bosquejava d'este modo a desmoralisação de Portugal: . . . . . . Para em breve o dizer: «por toda a Hespanha, me parece que quadra «muito de molde a *Venus* o epitheto de *Publica*, «e muito mais em Portugal, onde é raro topar «mancebo legitimamente ligado. Pelo que, taes «costumes bastante me inquietaram por amor de «meu irmão, quando veiu á este reino. Temi «que na sasão da vida em que o desvairar-se um «mancebo lhe é natural, me desse maguas, no «trato de moços de sua edade; porém, felizmen«te, Portugal não teve a honra de agradar ao «rapaz. Creio até que todos nós fugiriamos d'aqui «apressadamente, se tivessemos modo de o fazer «de salto, ao vermo-nos a braços com tantas e «tão más costumeiras diversas das nossas. Mas «quem aqui chega, dissaboriado da patria e no «extremo da pobreza, preferirá ir-se ao fim do «mundo. . . Aqui, uns, aproveitando-se da licen«ciosidade commum, depravam-se nas deleita«ções e na libertinagem; outros soffrem a miseria «e os vexames d'este viver tão diverso. . . É o «que eu faço. . .» [1]

[1] «*Relações antigas entre Belgica e Portugal*, nas *Memorias da Academia das Sciencias de Bruxellas*. Esta carta de Nicolau Clenardo vem integralmente e com insufficiente fidelidade traduzida por A. P. Lopes de Mendonça, nos *Annaes das sciencias e lettras* (1857) desde pag. 131 a 146.

«Qual fosse a moralisação immanente do pulpito contra a soltura dos costumes deprehende-se da oratoria de Paiva de Andrade, de fr. João de Ceita, do padre Luiz Alves, do bispo Pinheiro de Galvão de Calvo e outros discursadores em linguagem castiça e nenhuma unção. As ordens ricas medravam na proporção da sua inercia: as pobres eram ignorantes. Não havia missionarios para o reino, e menos ainda para as conquistas. D. Fernando de Molina e Manuel Severim deploram a falta de evangelisadores [1]. N'este lance, offereceram-se os jesuitas a D. João III; e o monarcha, sem embargo da contrariedade de seu irmão o cardeal D. Henrique, acceitou-os «Nós devemos a Deus toda a perservação dos er«ros do Norte», escreve um dos maiores sabios do seculo XVIII, o franciscano Cenaculo Villas Boas. Como presidente da Junta de Previdencia litteraria e tambem como adversario da Companhia de Jesus, regeneradora dos estudos, o Bispo de Beja podia dar a Deus o que era de Deus, e conceder á devotada companhia alguma parte na victoria, se o foi, alcançada a preço de muito sangue. Como quer que seja, repetiremos com o doutissimo prelado: «Nós devemos a Deus toda «a preservação dos erros do Norte.» [2]

«Assim como, na esphera da politica, os funestos desvios da justiça são absolvidos por escriptores liberaes, seria equidade descontar, em attenção ás epocas e ás circumstancias, as demasias exorbitantes da área religiosa. Um historiador illustre, indultando o despotismo do reinado de D. José I, exprime-se n'estes termos: «No reinado de D. José o despotismo não se dis«farçou; foi publica e systematicamente procla«mado. O genio do marquez de Pombal, ministro «d'este rei, era tão vasto, e sua energia e activi«dade tão vigorosas que, dominando o monar«cha, não se sugeitava á influencia de pessoa «nem de ordem alguma. No seu systema socia«as funcções do rei eram mandar o que lhe aprou«vesse, e as da nação obedecer e nada mais. Nos «documentos do governo não se fallou mais em «prerogativas dos povos nem em côrtes. Não é

[1] «*Epist. apologetica*, pag. 185.—*Noticias de Portugal*, Discurso VI.

[2] «*Memorias historicas do ministerio do pulpito*, pag. 143.

«o concurso das ordens nem a opinião dos povos «que occupamos pomposos preambulos das leis «d'este tempo; mas sim *a alta e independente «soberania que o rei recebe immediatamente de «Deus, pela qual manda, quer e decreta aos seus «vasallos, de sciencia certa e poder absoluto.»* Agora o proprio censor absolve o despota: «As «vistas profuudas e patrioticas do ministro, e as «idéas do seculo em que vivia, podem descul«pal-o de ter seguido este systema, o unico tal«vez então apropriado para despertar a apathya da «nação ignorante e sobrecarregada de prejuizos [1]». Ainda concedido que a sociedade portugueza, galvanisada pelas violencias do arbitrario ministro, não resfriasse no antigo marasmo, logo ao seguinte reinado, ainda assim, a respeito das medidas repressoras na manutenção do catholocismo, seria de justiça desculpar ao sacerdocio o fervor exagerado dos seus deveres.

«Da decadencia das lettras patrias são accusados, pela maioria dos que tratam estes assumptos, os jesuitas e os reis castelhanos intruzos pelo direito da força. Quanto aos jesuitas, constituidos senhores absolutos do ensino, não nos propomos defendel-os mas simplesmente aproveitar n'este limitado espaço o que é justificavel e adquado na historia da litteratura portugueza.

«A critica censura com vagas declamações o methodo jesuitico no ensino da latinidade. É logar commum de todos os professores e auctores de compendios desde Francisco José Freire até ao sr. dr. Theophilo Braga, accusarem a grammatica latina do padre Manuel Alvares de estorvo ao cultivo das sciencias secundarias. As indeterminadas phrases com que invectivam o methodo alvaristico permittem pensar que os jesuitas atrophiavam o cerebro dos alumnos quando insidiosamente lhes incutiam preceitos de mera prosodia e de innocente sintaxe. Nenhum dos censores se julga obrigado a mostrar os defeitos do methodo, sendo elles, ao que parece, taes e tamanhos, que tódas as sciencias maiores participavam dos aleijões d'esse methodo inicial. Merece a pena investigarmos ligeiramente o mysterioso veneno da grammatica latina do professor jesuita.

«Quem mais idoneamente nos póde informar é o oratoriano Antonio Pereira de Figueiredo que, em 1754, com o pseudonymo de *Francisco Sanches*, defendia o seu *Novo Methodo de Grammatica Latina*, contra as censuras do jesuita Francisco Duarte. É de suppôr que todos os defeitos do methodo alvarista sejam assoalhadas por tão poderoso adversario, em desforra das invectivas arrojadas aos parciaes de Figueiredo pelos parciaes de Alvares, que nem sempre eram membros da Companhia de Jesus. [1] Vejamos. Os maleficios do latinista Alvares consistem em meras questiunculas grammaticaes, de que apontaremos as mais narcoticas, mas de nenhum modo offensivas; por exemplo: Se *Brevior* se devia declinar por *Brevis*; se *ecqui* e *siqui* eram nominativos do singular: se *Spontis* era genitivo; se *Acubus* era dativo *etc.* São d'esta natureza as dezenas de motivos questionados por Antonio Pereira de Figueiredo. O auctor do *Novo Methodo* discute enfadonhamente, sem elevação philologica, em defeza do seu systema que apenas difere do outro no bom intento de compendiar sem a minima alteração nas bases do ensino. Funda-se nas *Artes* anteriores á do jesuita; encarece como Loas a de Estevão Cavalleiro (1517) a de D. Maximo de Sousa (1535) a de Nicolau Clenardo (1538) e as de Jeronymo Cardoso e Fernando Soares (1557), demonstrando que em Portugal houve excellentes latinos antes da arte do padre Alvares; e dest'arte impugna que a Arte do jesuita haja sido a *que nos amanheceu para a luz da latinidade*, como lá diziam os seus apalogistas. Não demoremos este incidente de nenhuma importancia. Deixemol-o como padrão para afferir a sciencia dos que rompem a objurgatoria contra o ensino ecclesiastico, impondo com expressões indefinidas os horrores occultos do methodo adoptado em Coimbra e Evora até que a reforma dos estudos se ensaiou nas escolas da Congregação do Oratario.

«No tocante á philosophia ensinada pelos je-

[1] «Coelho da Rocha, *Ensaio sobre a historia do governo e legislação de Portugal*, artigo 11.º

[1] «Uma gazeta de Hollanda (1753) attribuiu aos jesuitas os papeis satyricos escriptos contra o methodo da Congregação do Oratorio. Figueiredo propriamente defende a Companhia da arguição n'estas palavras dirigidas aos redactores hollandezes: «*em «darem aos padres Jesuitas por auctores de tão im«modestos escriptos* se mostram equivocados ou mal «informados.» *Defensa do novo methodo, etc.*, pag. 5.

suitas e nomeadamente pelo padre Pedro da Fonseca, authonomasticamente chamado o *segundo Aristoteles*, acceitemos o parecer dos que professam a sciencia e julgaram os professores jesuitas desprendidos de preconceitos. Não se acreditem os capciosos juizos de Freire e dos que no *Compendio historico* e na *Deducção chronologica*, em grande parte aspadas pela critica desembaraçada de odios politicos, apprenderam a menoscabar promiscuamente e com inveterada antecipação os actos censuraveis e os talentos indiscutiveis, os maus e os bons productos da Companhia de Jesus.

«Barthelemy de Saint-Hilaire, citado intelligentemente pelo sr. Lopes Praça, na sua *Historia da Philosophia em Portugal*, conceitua d'este theor a escola philosophica dos professores de Coimbra: «Os coimbrões tem em philosophia um «logar assaz consideravel; sustentam a auctori«dade de Aristoteles com trabalhos muito esti«maveis, se não devo dizer muitos novos, n'uma «epoca em que esta auctoridade é ameaçada de «todas as partes. Instituem os mais laborio«sos estudos sobre esta grande doutrina, n'uma «epoca em que ella está desacreditada, e pro«curam conservar em todo o seu vigor habitos «que não estão no espirito d'aquelle tempo. São «escolasticos nos seculos XVI e XVII. Não imitam «as escolas protestantes que não querem conhe«cer Aristoteles se não no proprio Aristoteles. Os «coimbrões querem estudar Aristoteles com o ar«senal inteiro de todos os commendadores que «elle produziu. De mais, os jesuitas não fizeram «n'isto se não o que faziam as outras ordens mais «antigas que a sua, as quaes guardavam as tra«dições escolasticas com a mais escrupulosa fi«delidade.... A sociedade de Jesus com os prin«cipios que devia defender, não podia defender, «não podia fazer em philosophia senão o que fez. «O papel de novadores pertencia aos espiritos «livres que, á imitação de Ramus, Bacon e Des«cartes, procuravam caminhos novos em scien«cia e philosophia. Os coimbrões, por sua parte, «remoçaram quanto poderam a escolastica fun«damentada sobre Aristoteles: não podiam ir «além. Esta reserva teve certamente o seu lado «censuravel; e prolongada demasiadamente póde «ter no seculo XVIII o seu lado algum tanto irri«sorio; mas teve tambem suas vantagens: foi «ella que em parte conservou pela antiguidade «estas lembranças de respeito e de estudo que «Leibnitz tanto apreciava e que a nossa idade «renovou com tão bom exito.»

«Em seguimento ao imparcial juizo de Saint-Hilaire, accrescenta o historiador da Philosophia em Portugal:

«Quem tiver conhecimento da Philosophia «dos commentadores conimbricenses não poderá «negar na generalidade a estas palavras de Bar«thelemy de Sain-Hilaire um caracter de impar«cialidade, justiça e exactidão, que só póde dar «aos seus escriptos o homem instruido e consciencioso. [1]

«É certo que a philosophia racional, no tempo em que os jesuitas a professaram em Coimbra e Evora, representava o atrazo, em relação á sciencia professada por Pedro Ramo e Bacon; mas esse atrazo era tambem uma barreira anteposta á invasão da Reforma. Os jesuitas, congregando-se para rebater-lhe os impetos perigosos, acastellaram-se nos reductos mais achegados ao baluarte da tradição e fé. Ácoimal-os de rebeldes a um progresso de luzes reflexas dos incendios que lavravam na Europa, é tão absurdo quanto seria, n'aquelles dias, execravel que os mestres da mocidade e atalaias da religião professasem as doutrinas de Melanchton ou Zwinglio. Mas foi acaso a philosophia dos jesuitas portuguezes que perseguiu e foragiu Descartes? Os nossos tardios commentadores de Aristoteles forçaram o encarcerado Galileu ás retractações do terror? E, todavia, em que alto ponto comparativo não iam as sciencias philosophicas em França e Italia, em França, mórmente, onde o jesuita Daniel Gabriel, historiographo de Luiz XIV, ainda em 1696, impugnava calorosamente e com grande partido o cartezianismo!

«Que a Reforma impulsionou as lettras, emancipando-as da tutella ecclesiastica, não o impugnamos. Porém, que ellas sahissem regeneradas e livres da peleja travada entre lutheranos, calvinistas, socinianos e anglicanos, todos contradictorios, se não ridiculos com os seus exclusivos de inspirações devinas, refutamol-o. O alardo que

[1] «*Historia da philosophia em Portugal nas suas relações com o movimento geral da philosophia*, Coimbra, 1868.

faz a Reforma, dando-se como berço do renascimento das lettras, é pretenção insustentavel. Sem Luthero e Calvino, a intelligencia dos sabios continuadores das tradições dos grandes luminares do catholicismo iriam progressivamente aligando os elos da corrente que se honra com os Bossuets e Lacordaires. A civilisação, não caminha a empurrões dos homens: leva-os ante si; e, quando arautos insoffridos tentam acceleral-a com prematuro esforço, o progesso transcende o compasso que lhe marcam, esmaga os, e avança vertigiosamente.

«A defeza da Companhia de Jesus, no ponto de vista litterario, requeria mais amplo espaço sobre pulso mais vigoroso. Na orbita das lettras, ao critico illustrado não lhe faltariam bons lanços para glorificar-lhes a memoria. A censura não passaria por elles silenciosa; mas o louvor tambem ergueria a sua voz, pondo ouro fio a balança dos bens duradouros e erros transitorios: e perdoaria aos culpados em desconto dos martyres que escreveram com sangue a palavra «Caridade» entre nações onde o Protestantismo não mandou abrir os fastos do seu martyrologio.»

CAPITULO IV

A fatalidade da época em que viveu, fez de D. João III um fanatico.

Chegou facilmente a esse extremo pela força das circumstancias e predisposição natural do seu caracter, que desgostos intimos tornaram sombrio, como já mais longe referimos.

Herculano attribue ao fanatismo de D. João III duas causas provaveis: resultado do curto engenho e da ignorancia, ou vicio de educação. [1] N'este ponto, em que nos pese, apartamo-nos do grande historiador, porque não temos esses dois factores como principalmente determinativos.

As circumstancias eram de geito a fanatisarem tanto os principes como o povo. Foi decerto a influencia da época que, mais tarde, fanatisou Carlos IX a ponto de disparar elle proprio o seu arcabuz da janella do Louvre sobre os huguenotes que fugiam.

Uma vez estabelecido o tribunal religioso da *Santa Inquisição*, o fanatismo devia produzir as suas consequencias fataes. A hypocrisia, a corrupção lavravam de fóz em fóra, sob a falsa capa de religiosidade. Desde o momento em que um sentimento se volve n'uma arma poderosa, toda a tendencia do espirito é para abusar d'essa arma. Foi o que aconteceu.

O clero, vendo-se investido n'uma alta importancia social, desmoralisou-se. Os mosteiros corromperam-se. As freiras criavam os seus filhos no claustro e para o claustro. [1] Os abbades viviam na devassidão dos barões da idade média. [2] Os abusos do confissionario eram espantosos. Muitos padres casavam clandestinamente.

«Tal era o estado da religião e da moral n'um paiz que se lançava nos extremos da intolerancia, e onde se pretendia conquistar o ceu com as fogueiras da inquisição.» [3]

Por sua parte os christãos novos não se queixavam dos principios em que a inquisição assentava, porque a religião n'aquella época era principalmente intolerante, e todos a comprehendiam assim. Queixavam-se apenas de que os inquisidores lhes imputavam crimes que não commettiam. E lançados nos carceres, postos a a tormentos, poucos d'elles revelavam a sublime resignação dos martyres do christianismo. «Perseguidos, perseguidores, e os que abusando do poder espiritual mercadejavam com uns e com outros, simulando ora hesitação, ora imparcialidade, tudo era baixo e vil». [4]

Dadas as circumstancias que em nosso entender gerâram o estabelecimento da inquisição em Portugal, e que em outro logar mencionamos, chega-se naturalmente ao espectaculo horrivel dos monstruosos excessos praticados por aquelle tribunal. Sempre que, por quaesquer circumstancias, a questão religiosa se levanta, a cegueira do fanatismo não tarda a obscurecer e a desvairar todos os espiritos. Faz-se então a noite da oppressão e da tyrannia. E por mais doce, e mais branda que seja uma religião, como a do divino Crucificado effectivamente é, essa reli-

[1] *Da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal*, tom. I, pag. 172.

[1] Herculano—*Da origem e estabelecimento da inquisição*, tom. III, pag. 37.

[2] *Ibid.*

[3] *Ibid.*

[4] Herculano—Obra cit.

gião, á força de querer defender-se, começa por negar na pratica os seus principios de mansidão, de tolerancia e de clemencia, acaba por desvirtuar-se, por mentir a si propria e a Deus. Foi o que aconteceu em Portugal, depois de estabelecida a inquisição.

Na impossibilidade de fazermos a historia minuciosa do cyclo inquisitorial no nosso paiz, aproveitaremos um dos quadros que a penna de Alexandre Herculano perpetuou, se bem que a traços largos, mas profundos.

«Entretanto debaixo dos tectos da Inquisição de Lisboa repetiam-se as mesmas scenas da corrupção e de maldade que se representavam por outras partes. A dar credito aos christãos-novos, aqui o segredo era maior, maior a falta de communicações para os desgraçados que cahiam nas mãos dos inquisidores. Por tristes e infectas que fossem as famosas *covas* de Evora, a insulação nos carceres de Lisboa era mais completa. Nem um raio de luz nocturna ou diurna penetrava jámais nessas lobregas moradas, e a unica voz que por mezes ouvia qualquer novo habitante d'aquella especie de sepulchros era a dos ministros do tribunal, que desciam a aconselhál-o para que pedisse misericordia, asseverando-lhe que a existencia das suas enormes culpas estava plenamente provada.[1] Se não cabia no laço e resistia constante a estas importunações prolongadas, levavam-no ao logar do martyrio. Primeiro davam-lhe um tracto de polé. Se, culpado ou não, continuava a affirmar a sua innocencia, retalhavam-lhe as plantas dos pés, untavam-lhas com manteiga e aproximavam-lh'as do fogo.[1] Ordinariamente o resultado d'este expediente era uma confissão absurda, mas satisfactoria para os inquisidores.

«A bulla de 23 de maio de 1536 auctorisava os réus para nomearem os seus procuradores e advogados como entendessem. Esta livre escolha podia trazer serios embaraços. Podia uma voz eloquente fazer soar na capital a negra historia de tantas atrocidades. A Inquisição qualificou para litigarem perante ella apenas dous ou tres advogados dos mais obscuros. Aos réus não era licito escolher senão um d'elles. Ajuramentados pelos inquisidores, para não ultrapassarem nas defesas as métas que lhes eram prescriptas, esses homens collocados entre morrerem de fome por inhabeis na sua profissão e enriquecerem á custa dos seus clientes forçados, que não sabiam nem lhes importava salvar, reduziam as suas allegações a uma pura formalidade, a um vão symulachro de defesa. Não havia assim para o réu outra esperança senão pedir misericordia. Mas qual era a condição para a obter? Era confessar; confessar tudo quanto se achasse contido no libello de accusação, embora fosse contradictorio, absurdo, impossivel. Restava, porém, saber se na supplica de perdão guardava pontualmente o formulario prescripto; restava calcular se o arrependimento vinha dos labios ou do coração. A quantidade das lagrimas do supplicante pesava-se na balança moral dos inquisidores, e aquelle que tinha o coração assás de homem para não as verter pagava caro o ter os olhos enxutos no momento solemne. Reduzia-se tudo, em summa, a ficar a sorte dos culpados só dependente do arbitrio dos seus julgadores. Era a jurisprudencia, a doutrina pratica, a organisação completa e irresistivel do assassinio legal.

«Entre os muitos factos atrozes que se mencionam nos varios memoriaes dos christãos-novos, e cuja confirmação ás vezes vamos encontrar ainda hoje nos processos daquella epocha, talvez nenhuns são tão odiosos como os que se referem

[1] «Ácerca do segredo dos carceres é curiosa a defesa de João de Mello (G. 2, M. 1, N.º 21) em resposta a uma consulta, feita por quatro christãos-novos por ordem d'el-rei, que adiante havemos de aproveitar. Segundo o honrado inquisidor nada havia mais accessivel do que os carceres. O segredo só durava *em quanto não começava o processo* (que podia tardar annos) ou quando os réus *andavam em perguntas* ou *estavam em confissão*, ou *em outros casos semelhantes*, ou *para não receberem avisos de fóra*, ou *para elles os não darem a outrem*. De resto podiam falar *com quem lhes cumpría*. Dir-se-hia que Beaumarchais, descrevendo espirituosamente no Figaro a liberdade de imprensa sob um governo absoluto, tivera por modelo esta singular allegação de João de Mello.

[1] et quando ea via non possunt, ponunt eos ad torturam funis, et ci cum illa non id efficiunt, incidunt sibi plantas pedum, et ungunt sibi cum butiro atque admovent igni: Excessus Inquisitor, in Civitate Ulixbon. Symm, vol. 32, f. 289 v.

á Inquisição de Lisboa. Se alguns desses quadros irritam pela crueldade, outros ha que repugnam pela villania, embora lhes supponhamos carregadas as côres nas memorias que no-los transmittiram. Entre os individuos que atulhavam as masmorras do tribunal da fé havia uma mulher, Maria Nunes, accusada de judaismo. As provas contra ella faltavam, e seu marido forcejava por salvá-la; mas parece que os inquisidores tinham resolvido perdê-la. Era preciso adduzir testemunhas. Souberam achá-las. Um certo Montenegro, queimado cinco annos antes, com a esperança de escapar tinha culpado muitas pessoas. Entre estas figurava Maria Nunes. Conduzido, porém, ao partibulo, Montenegro declarára que as suas denuncias haviam sido falsas, e que as fizera por lhe terem prometido em troco d'ellas a vida. As accusações de Montenegro poseram-se portanto, de parte; mas a necessidade de buscar provas contra a pobre mulher fê-las recordar, e a voz do suppliciado foi evocada contra ella. Um mendigo, habitualmente embriagado, e que meio nú corria as ruas da cidade, deixando a troco de um real, que os rapazes o levassem preso por uma corda de singular maneira [1], foi a segunda testemunha. A terceira, que faltava, suppriu-se no processo com um depoimento anonymo. Era com provas taes que ás vezes se lançavam nas fogueiras réus do supposto crime de crerem no Deus de Moysés. Votada ao exterminio, uma familia inteira, marido, mulher e filha, fôra conduzida aos carceres do Sancto-officio. A mulher não tardou a ser queimada n'um auto-de-fé. O marido, fechado n'uma estreita masmorra e carregado de ferros, era atormentado diariamente para se confessar culpado, ao que o infeliz tenazmente resistia. Tentaram a filha com a esperança da liberdade para que accusasse o pae; mas, apesar de sair apenas da puericia, a donzella houve-se com valor. A chave do seu calabouço foi então entregue a um gallego servente do tribunal, unica pessoa com que lhe era permittido fallar, e que entrava alli quando queria. Suspeitou-se que esse homem abusava da captiva; mas quem poderia devassar taes segredos? O processo, tanto d'ella como de seu pae, não se fez, e o ulterior destino das duas victimas ficou sendo um mysterio. [1]

«Póde imaginar-se qual seria o terror dos individuos da raça proscripta quando ouviam da boca de um familiar do Sancto-officio a ordem para o acompanharem aos carceres do tribunal. Entrando alli, aquelles cujos animos eram mais fracos perdiam não raro o juizo. Dous presos conduzidos de Aveiro até Lisboa receberam taes tractos pelo caminho, e possuiram-se de tal afflicção com a perspectiva do futuro que, chegando ao seu destino, estavam completamente alienados. Uma pobre mulher, rodeiada de cinco filhinhos, o mais velho dos quaes contava apenas oito annos, conduzida á Inquisição, perguntava porque a prendiam e qual seria a sua sorte. Divertiram-se os familiares em persuadi-la de que ia ser queimada. N'um accesso de loucura a desgraçada precipitou-se de uma janella abaixo, e quando a foram buscar ao pateo onde cahira, acharam-na completamente desconjunctada. Esses terrores que cercavam aquella situação angustiada produziam o aborto quando as presas vinham gravidas [2]. Nem a belleza e o pudor dos annos floridos, nem a velhice, tão digna de compaixão na mulher, eximiam o sexo mais debil da ferocidade brutal dos suppostos defensores da religião. Havia dias em que sete ou oito eram mettidas a tormento. Estas scenas reservavam-nas os inquisidores para depois de jantar. Serviam-lhes de pospasto. Muitas vezes, n'aquelle acto, competiam uns com outros em mostrar-se apreciadores da belleza das formas humanas. Emquanto a desgraçada donzella se estorcia nas dores intoleraveis dos tractos, ou desmaiava na intensidade da agonia, um applaudia-lhe os toques angelicos do rosto, outro o fulgor dos olhos, outro os contornos voluptuosos do seio, outro o torneado das mãos. N'esta conjunctura os ho-

[1] pro auxilio deducunt quendam petrum Alvarez hominem quidem mendicantem, ebrium, contra quem fuit exceptum quod detegebat sua pudenda, et incedebat cum illis patentibs, ac permiserat pueris pro uno regali, quem sibi tradiderunt, ut ponerent sibi laqueum in illis et ducerent eum per stratam. Excessus Inquisitor, in Civitate Ulixbon. Symm, vol. 32, f. 294.

«[1] Excessus Inquisitor, in Civitate Ulixbon. Sym. vol. 32, f. 295.

«[2] Ibid. f. 297 e 366 v.

mens de sangue convertiam-se em verdadeiros artistas. [1] E João de Mello, no vigor da mocidade, devia achar aquellas scenas deliciosamente exquisitas.

«O numero das pessoas que entraram nos carceres de Lisboa de 1540 a 1543 nem remotamente se póde calcular. Tinham-se construido prisões especiaes para os réus de judaismo; mas em breve esse receptaculo de supremas miserias ficou atulhado. Converteu-se em masmorra o vasto edificio das Escholas-geraes; mas as novas prisões dentro em pouco se tornaram insuficientes. Os *Estáos*, paços reaes situados no Rocio, foram então entregues ao Sancto-officio. Não bastaram, porém. Os edificios publicos da capital corriam risco de serem transformados, uns após outros, em calabouços. Pararam, talvez, diante d'esta idéa; mas a corrente de entes humanos que se precipitava nos antros da Inquisição não cessava. Nos pateos interiores edificaram-se umas como pocilgas para se receberem novos hospedes. [2] A frequencia dos autos-de-fé devia, portanto, tornar-se em providencia hygienica. Uma epidemia podia surgir d'aquelles logares infectos, d'entre uma população empilhada em recintos sem ar e sem luz, devorada pelos padecimentos physicos, e enfraquecida pela dôr moral. A saude publica, a boa ordem das prisões, o serviço do rei e do estado exigiam de tempos a tempos a reducção d'aquelle acervo enorme de carne humana a proporções mais rasoaveis. As fogueiras dos autos-de-fé, ao passo que eram uma diversão para o povo, satisfaziam ás indicações administrativas. As cinzas dos mortos nem sequer occupavam um breve espaço de terra; porque as correntes do Tejo iam depositá-las no fundo solitario do mar.

«Resta-nos uma carta de João de Mello escripta a el-rei, sem data de anno, mas que coincide com esta época [3]. É a discripção de um auto-de-fé redigida no mesmo dia, e poucas horas depois d'aquella festa de cannibaes. Ao tomar nas mãos o horrivel documento, como que nos sussurra aos ouvidos o crepitar das chammas e o murmurio anhelante dos que se asphixiam nos rolos de fumo; como que respiramos o cheiro das carnes que se carbonisam, dos ossos que se calcinam. É uma illusão da phantasia. O que está diante de nós é uma folha de papel, que os seculos amarelleceram, cuberta de caractéres legiveis e firmes, traçados por mão que não tremia, por mão que está alli revelando um coração de bronze. Feliz o nosso seculo, em que taes corações são pouco vulgares! O chefe da Inquisição em Lisboa começa por dizer a elrei que o céu estava esplendido. Aquelle homem ousava olhar para o céu. Os dias antecedentes haviam sido procellosos, e João de Mello notava essa circumstancia, porque o povo acreditaria que a formosura do dia era signal de favor celeste. O prestito saíu depois das seis horas da manhan da Misericordia, e diririu-se ao cadafalso. A fidalguia rodeiava o clero. Os membros do tribunal da fé foram assentar-se ao lado dos juizes do tribunal ecclesiastico da diocese. Não tardaram a chegar os sentenciados. Eram proximamente cem, que, notava o inquisidor, faziam um prestito magnifico. Conduziam-nos as justiças seculares, e acompanhava-os a cleresia das duas

[1] «ponunt illas ad torturam, septem vel octo quolibet die; et unus dicit «oh quae facies judeae!» alius «oh qui oculi!» alter veró «oh qualia pectora et manus!» taliter quod supra prandium suscipiunt illud gaudiun et solatium pro recreatione suae vitae: Ibid. f. 297 v.

[2] «Ibid. f. 302.

[3] «G. 2, M. 2, N.º 40 no Archivo Nacional. A carta é original e datada de Lisboa a 14 de outubro. Elrei, portanto, estava fóra da capital, provavelmente em Evora. De 15 de novembro de 1542 existe tambem uma carta original de D. João III datada de Lisboa e dirigida ao infante D. Henrique, dando-lhe conta de um auto-de-fé que se acabava de celebrar. (Corpo Chronol. P. 1, M. 73, N.º 16 no Arch. Nac.) Na carta de João de Mello menciona-se o supplicio da mulher e da filha de um mercador chamado mestre Thomaz, o que do Memorial dos christãos-novos, na Symmicta, se vê tinha sido anterior a 1544. Assim a carta de João de Mello é com probabilidade de 1542, sendo de crer que queixando-se elle do *pejamento* dos carceres em 14 de outubro, se fizesse outro auto-de-fé d'ahi a um mez para os *despejar*, e que el-rei viesse assistir a elle. Alem disso, João de Mello allude na carta aos autos-de-fé *dos annos passados* em que interviera, e elle só fôra transferido para a Inquisição de Lisboa nos meiados de 1539. Em todo o caso a carta não póde ser posterior a 1543.

parochias de Sanctiago e de S. Martinho. Chegados juncto ao cadafalso, cantou-se o hymno *Veni creator Spiritus.* Um frade subiu ao pulpito, e orou. Devia ser o discurso um admiravel tecido de blasphemias. Foi breve o frade; porque a obra talhada para aquelle dia era longa. Começou a leitura das sentenças; primeiro as de degredo e de prisão temporaria, depois as de carcere perpetuo, a final as de morte. Estas eram vinte. Os padecentes, sete mulheres e doze homens, foram successivamente atados ao poste fatal e assados vivos. Uma só mulher pôde escapar ao seu horrivel destino, porque, diz a carta, se mostrou verdadeiramente arrependida, confessando melhor as suas culpas. Alem disso, no entender do inquisidor, aquelle acto de indulgencia servia para provar a commiseração e doçura do tribunal. Quanto ao arrependimento dos outros, esse era mais duvidoso. Tinham em geral sido relaxados ao braço secular por judaisarem nos carceres. Isto provava quanto era necessaria a inflexibilidade. Advertia o inquisidor que conservava ainda aferrolhada muita gente prestes para servir em igual espectaculo, e que o pejamento das masmorras era excessivo, restando, alem disso, muitos réus que processar. A inferencia destes factos tira-la-hia elrei. Se naquelle dia não queimára ou não atirára para a sepultura em vida, destino talvez mais atroz, maior numero de individuos, era que não gostava de excessos de severidade. É difficil dizer o que predomina n'aquella carta, se a hypocrisia, se a ferocidade. No fim della escapa, todavia, ao inquisidor um grito de remorso. Uma cousa havia que lhe tinha feito impressão. Ao separarem-se os paes dos filhos, as mulheres dos maridos, os irmãos dos irmãos, nem uma lagryma cahíra, nem um gemido soára. A ultima benção paterna, o ultimo beijo d'esposos, o ultimo e estreito abraço fraterno tinham sido silenciosos e tranquillos. Era uma tranquillidade que o algoz não comprehendia. João de Mello devia espantar-se de ver martyres e heroes. Na côrte de D. João III não era facil encontrá-los, e elle provavelmente ignorava a historia dos primitivos christãos. Se não a ignorasse, e cresse que era verdadeira, não seria inquisidor». [1]

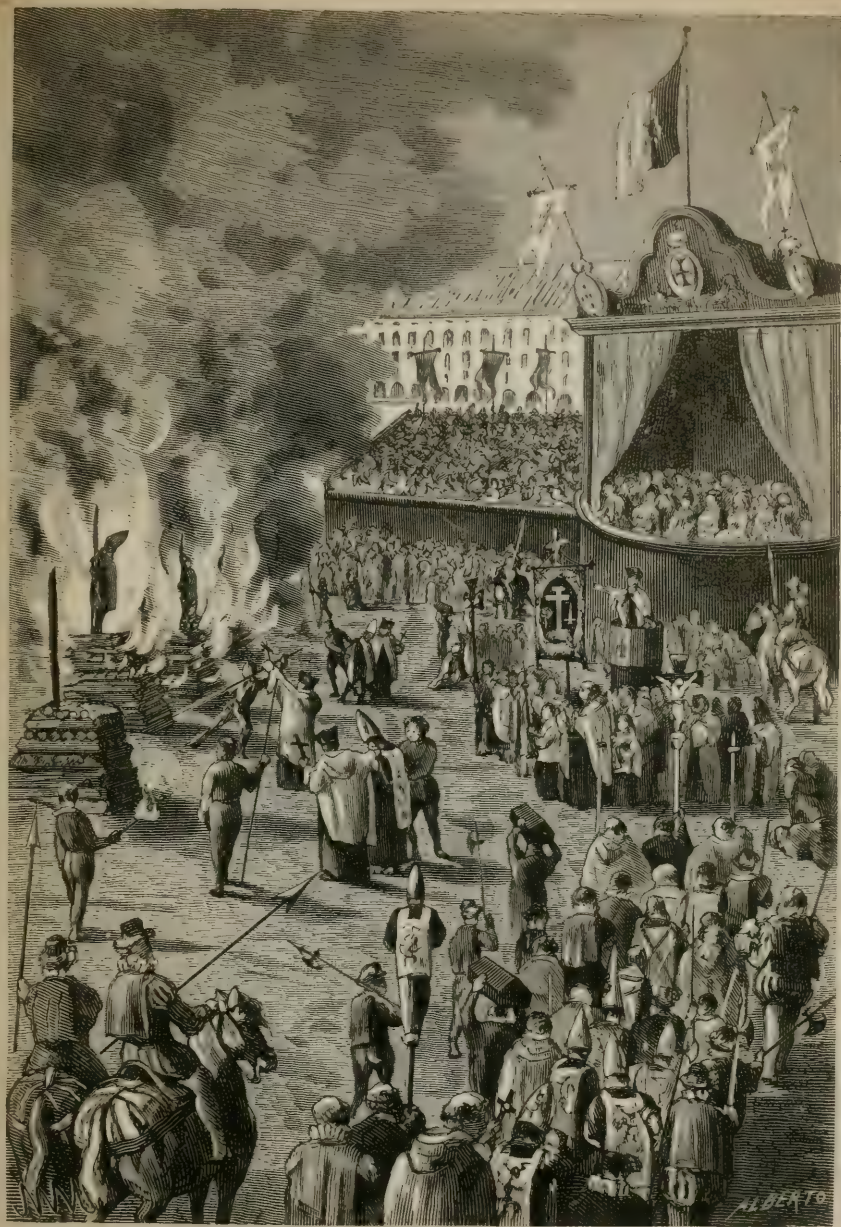
A tremenda tragedia da inquisição portugueza veiu a degenerar, no curso dos seculos, n'uma comedia ridicula, que em vez de produzir o terror, produzia simplesmente o riso. Nada ha que relaxe tanto os costumes como a tyrannia, seja politica ou religiosa. No seculo XVIII a inquisição já não era tomada a sério, tanto pelos inquisidores como pelos seus condemnados. Por isso a obra de demolição d'esse tribunal, realisada por Sebastião José de Carvalho e Mello, dado que partisse toda da sua iniciativa, não é tão grandiosa como a principio parece. A inquisição estava a cahir; o marquez de Pombal soprou-lhe, e ella ruiu. Factos ha que demonstram claramente o nosso asserto. [1]

[1] «de nenhua cousa estou tão espantado como *dar* «*nosso senhor tanta paciencia* em fraqueza humana, «que vissem os filhos levar seus pais a queimar, e as «mulheres seus maridos, e huns irmãos aos outros, e «que não houvesse pessoa que fallasse nem chorasse «nem fizesse nenhum outro movimento senão despe- «direm-se huns dos outros com suas benções, como «que se partissem para tornar ao outro dia»: Carta de João de Mello l. cit. O inquisidor esquecia-se de que anteriormente dissera que duvidava da contricção dos suppliciados. Aqui a attribue a sua admiravel constancia á graça divina. A gira devota faz ás vezes cahir, ainda os mais habituados, em erros de theologia».

[1] «**Auto da fé... a rir.**—O meu benevolente mestre e amigo, o sr. Innocencio Francisco da Silva, alludindo ao que se escreveu no n.º 10 das *Noites de insomnia,* a respeito do infeliz e talentoso José Anastacio da Cunha, diz-me o seguinte: *A proposito, occorreu-me offerecer-lhe o papel junto, cópia de outro que possuo ha bons quarenta annos. É uma noticia assás circumstanciada e divertida do* auto da fé, *em que sahiram penitenciados o mallogrado professor da universidade e seus companheiros. Se acaso v. entender que a narrativa agradará a alguns leitores das* NOITES, *póde dar-lhe ahi as honras da publicidade, etc.*

«Segue o curioso papel que, a meu vêr, é a photographia das cousas e das pessoas d'aquelle tempo, avultando á primeira luz do painel o cardeal da Cunha, inquisidor geral:

Noticia presencial do auto da fé a que presidiu o cardeal da Cunha em 11 *de outubro de* 1778

«Meu pai tinha grangeado, não sei como, a amizade, e era muito da obrigação d'esse cardeal in-

Um auto de Fé

Offic. Typ. da Empreza Litteraria.

Um auto de Fé

A côrte portugueza fanatisou-se como todo o paiz. Os exercicios espirituaes de Santo Ignacio de Loyola eram praticados pela familia real com uma devoção cega, e a vinda de S. Francisco de Borja a Portugal, em 1553, produziu no paço uma tal impressão, que, segundo uma suspeita que chegou até nós, a virtude conjugal da nora de D. João III foi arrastada e vencida pela influencia de Borja, o milagroso.

Não inventamos.

«quisidor geral, que na vespera do auto da fé, em «que sahiu José Anastacio com os outros seus com«panheiros, veio a nossa casa e recommendou a meu «pai, que ao outro dia, *para boa doutrina e exemplo,* «mandasse seu filho assistir a esse acto de religião: «*venha o rapaz* (disse o tonto); *venha cedo; que al«moçará commigo, e depois tambem lhe darei de «jantar.*» Assim m'o encommendou o meu velho, quando n'esse dia me recolhi a casa, e não tive eu mais remedio senão apresentar-me ao outro dia na casa triste, aonde cheguei a tempo de vêr levantar-se da cama o alarve do inquisidor, que enceroulou os seus calções largos, e esfregando os olhos, bocejando, e fazendo cruzes na bocca, me levou para a mesa do almoço, que nos foi servido de café com leite e as torradas competentes. D'ahi abalamos para a capella da inquisição, aonde foi a minha boa fortuna o ficar assentado junto a um frade de S. Domingos, homem com menos de meia idade, mas de juizo inteiro, segundo o mostrou no discreto e gracioso motejo, que fez de quanto se passou n'aquella santa e religiosa feira da ladra. Tivemos missa inteira, e depois tivemos sermão, que bem fôra o ter sido partido por todos os dias do anno, por o muito que nos enfadou com um sem numero de sandices o prégador. Quando as este vasava do sagrado almofariz, não escapavam ellas ao meu visinho, que para mim se voltava, dizendo admirado: «*arre! e «como é eloquente o prégador!*» E tambem, quando ao lêr da sentença, os réos, segundo o chavão e formulario do santo officio, foram alcunhados de deistas, atheistas, herejes, scismaticos, etc., o bom do meu visinho, pondo os olhos no céo com grande compuncção, dizia: «*Jesus Maria! Que gente tão «ruim!... Atheistas e deistas ao mesmo tempo!... «E ainda com mais o trambolho de herejes e scisma«ticos!... Valha-nos Deus com tantos peccados!*» Todavia, a gravidade e recolhimento discreto desamparou a esse bom frade, assim como a maior parte da companhia, quando se leu a sentença, havendo por intervallos uma assuada geral de gargalhadas, rompida por os fidalgos, que assistiam de familiares. Quem não havia rir? Entre os cargos, que se faziam aos réos, entrava o de que nos dias d'abstinencia deitavam postas de vacca, em baldes d'agua, d'onde tiravam a carne com um gancho, e a chamavam *pescada,* que mandavam guisar para o jantar! Entre os mais graves capitulos era o que se fazia ao réo João Manoel d'Abreu, o qual, perguntando—qual tinha por mais violento, o fogo do inferno ou o do purgatorio? Respondeu: *O do purgatorio.* E instado por a razão de o julgar assim, tornou a responder: *porque o do purgatorio, além de queimar as almas, tem a força de aquentar as panellas de tantos mil frades e clerigos, que d'ahi vivem.* Sonora gargalhada, que retumbou por toda a capella, com grande escandalo dos *padres tristes.*

«José Anastacio, com todos os mais penitenciados, tinham velas de cêra amarella nas mãos (•); estavam todos com o semblante carregado e melancolico, senão o major de artilheria de Valença, que se estava sorrindo; e, acontecendo pôr os olhos nos d'um conhecido seu, logo lhe fez uma cortezia com o brandão de cêra, por o modo, que o faria com a espada, se estivesse mandando uma parada. Emfim acabou-se a farça; sahiram d'ahi os penitenciados para os lugares de suas reclusões, e nós para o abundante jantar, que nos deu o cardeal. Quando assentados á mesa, voltou-se elle para mim, e começou a me admoestar por esta maneira: *Então, snr. V... viu vm.ce a piedade e misericordia da santa inquisição? Veja como deu castigo brando a tamanhas culpas! Porém, isso foi por a primeira vez; que se tornarem a delinquir, não hão de ficar assim.* A isto respondi eu—que me parecia deviam os penitenciados ser mais d'uma vez perdoados; porqué, perguntando Pedro a seu divino Mestre, quantas vezes se havia perdoar ao peccador; se deveria ser até sete vezes, Christo lhe respondera: *não só sete vezes, mas sete vezes setenta:* pelo que (continuei eu) *multiplique v. exc.a sete por setenta, ou 70 por 7, e achará a conta de 490 vezes, que se*

(•) «A côr amarella é de reprovação, e a usavam os inquisidores nas velas e sambenitos dos penitenciados, talvez por ser d'essa côr a tunica, que sempre em todas as pinturas se dá a Judas traidor, assim como n'ellas a S. João sempre se deu a tunica verde. D'ahi vem talvez a côr das fitas e capellos na faculdade de medicina, a qual era antigamente a menos nobre das faculdades em a nossa universidade, e por isso seguida, por a mór parte dos que o povo infamava com o titulo de *christãos-novos.* Todavia, já nós conhecemos epoca, em que a côr amarella andou mais em moda, que a de purpura, e foi em França, legisladora de modas e vestidos; pois quando ahi nasceu por 1811 ou 1812 um filho a Bonaparte, foi tão geral em todos a alegria, que para solemnisar tão feliz acontecimento, todas as senhoras trajavam de côr do excremento do menino. Oh francezes!...»

Começaremos por dar uma idéa da influencia do padre Borja na côrte portugueza.

Para isso basta-nos transcrever algumas linhas da sua vida, escripta em castelhano por D. Alvaro Cienfuegos, e traduzida e resumida por José Ribeiro das Neves. [1]

Diz assim o capitulo v do livro II:

«Chegava Francisco no ultimo dia de agosto á côrte de Lisboa, quando, ao vêr suas torres, revolveu tristemente a fantasia a imagem pavorosa da imperatriz, que n'aquelle real palacio tinha tido feliz berço. N'esta consideração iam seus olhos derramando algumas lagrimas; quando o obrigou a enxugal-os o mesmo que bastava a humedecer-lh'os; vendo vir para o acompanhar a toda a grandeza, ao nuncio, ao arcebispo de Lisboa, ao grão-duque de Aveiro, dois irmãos do duque de Bragança, e os parentes de sua defunta duqueza, e tantos fidalgos, que se confundia a vista, e muito mais Borja, que os saudava mais com o pejo que com a lingua. Logo que chegou ao collegio, mandou el-rei D. João III um gentilhomem, chamado D. Pedro de Carvalho, a darlhe a boa vinda, e a expressar-lhe o contentamento de o vêr em Lisboa; e ao saudar em nome do seu rei a Borja, o tratou por senhoria; e passando a perguntar-lhe se vinha fatigado do caminho, respondeu o santo: «Não posso negar que «venho com alguma fadiga; porém, mais fadiga «me causa essa senhoria.» Mandou tambem a rainha D. Catharina outro criado seu a dar a Borja a boa vinda; logo o infante D. Luiz e a princeza, competindo-se aquelles principes a favorecer com excesso a Borja; que no dia seguinte teve ordem expressa d'el-rei, para não sahir do collegio, só porque tomasse algum descanço; mas concorreu tanta nobreza a visital-o, que padeceu o santo um tormento de honras successivas n'aquelle dia de descanço.

«No seguinte dia foi a palacio, e achou na humanidade d'el-rei e da rainha aquella honra que se deve a uma virtude heroica, e muito maior do que deram antes á sua grandeza; porque estando ambas as magestades sentadas, a rainha se pôz em pé ao entrar o santo Borja; el-rei tirou o chapéo, e sahiu fóra do seu docel e estrado: tinham disposta uma cadeira, porfiando com Borja a occupasse, logo que beijou a mão; mas recusou esta honra, e fallou de joelhos, sem que podessem acabar de sua humildade outra cousa os rogos d'el-rei e da rainha. Foi incomparavel o goso que tiveram, ouvindo suavissima santidade d'aquella sagrada bôca; que tambem sabem ter seu feitiço as virtudes para captivar coraçõas reaes, e nem todas as victorias da eloquencia se hão de dever nos palacios á lisonja. Estava el-rei fatigado de vêr a Borja de joelhos tanto tempo, e levantando-se da cadeira, foi conduzindo a Borja ao quarto da rainha D. Joanna, logo ao das infantas Isabel e Maria; depois o principe D. João e o infante D. Luiz, o encheram de honras, que sendo excessivas não eram bastantes para explicar a sua veneração. Aqui tornou o infante a renovar o incendido desejo de abraçar o Instituto da Companhia, esperando que suas lagrimas alcançassem de Borja e de Santo Ignacio esta consolação; e ainda que não foi jesuita na realidade, o foi no amor que sempre teve á Companhia.

«Mandava el-rei D. João III da ucharia real o sustento para Borja, sem que este podesse embaraçar nem o regalo nem o estrondo: e dando-se por desentendida a rainha, lhe mandava todos os dias esplendida comida: o mesmo fazia a princeza; e o que é mais admiravel, cada uma das infantas, o principe D. João e o infante D. Luiz, imitavam á porfia esta real dignação, que cu s

deve perdoar ao peccador, e d'ahi se a inquisição *quizer seguir a doutrina da Escriptura, ainda aos que foram agora penitenciados se deve* 489 *vezes o perdão.* A este tempo estava um dominicano, frei José da Rocha, grande valido do cardeal, por traz d'elle, fazendo-me signaes para que não continuasse o discurso; e para esse frade, como para arbitro e qualificador, se voltou o cardeal: *hui! oh frei José! Aquillo que diz este rapaz vem lá na Escriptura?* Depois d'algum empacho, respondeu o frade: *Isso lá vem por algum modo, como v. exc.ª sabe melhor do que eu: mas, para que é agora acarretar a Escriptura para o jantar? O que se agora ha mister é refeição corporal, e não espiritual.* Ficou com a decisão um pouco turvado o cardeal, mas logo, dando maior pinote, pôz termo á questão dizendo: *Pois se isso vem lá na Escriptura, nós cá é outra cousa.* E como isto disse, foi entrando pela sopa.»

Camillo Castello Branco—*Noites de insomnia*, vol. II, pag 94.

[1] Coimbra, 1757.

tando muitas lagrimas e queixas a Borja, só lh'as poude suavisar o gosto de soccorrer com opulencia continuada os hospitaes de Lisboa. Duas vezes cada dia era chamado a palacio, e ia sempre a pé; porque nunca quiz admittir liteira, nem ainda andando enfermo ou mal convalescido. Isto fizeram com Borja os serenissimos reis de Portugal; porém, se houvessemos de referir o que fez Borja na sua côrte e no seu palacio, seria necessario que este capitulo se fizésse volume. Prégava muitos dias na capella real, aonde o esperava el-rei; e do pulpito fallava livremente contra os vicios, e sua voz, junta com sua penitente vida, era um bramido contra a grandeza licenciosa, e foi pegando seus desenganos aos palacianos; empreza tão ardua, que a poude fazer accessivel um S. Francisco de Borja. A rainha o ouvia umas vezes com assombro, e sempre com notavel gosto, comprazendo-se em vêr mestre da perfeição christã, ao que tinha tratado menino em seu palacio. Estava depois muito tempo com o padre Francisco, tomando direcções para a vida de sua alma; e o mesmo executava o principe, logo a princeza e se seguiam as damas, deixando a cada uma suas instrucções escriptas: e de tarde, juntas em um oratorio com a rainha, lhes fazia praticas fervorosas, ferindo os corações com vivas settas, que obrigaram a muitas a enterrar com a sua liberdade as suas esperanças. Borja introduziu a frequencia de sacramentos, de sorte que a rainha e as damas se confessassem cada oito dias. Tambem introduziu o uso da oração mental, e dos livros devotos; e não se fallava em palacio senão do horror do peccado e do desprezo do mundo. E para que perseverasse este fructo, dispôz Borja que viessem cada semana a confessar em palacio alguns padres da Companhia, e que outro fosse, todos os dias de festa, a explicar a doutrina, a declarar as leis do christianismo e o bom exemplo de que os principes nascem devedores ao mundo. Finalmente, Borja fez que aquella real casa se mudasse em templo, aonde cada virtude tinha o seu logar: e não faltou um cortezão de genio mais livre, que devoto ou fazendo satyra do exemplo, dissesse, que o padre Francisco tinha vindo a Lisboa a transformar o palacio em mosteiro.

«Prégou tambem varios sermões na côrte, no collegio e outros templos, e se poderam contar por suas syllabas os seus triumphos. Ouviam-n'o com tão rara suspensão os cortezãos, que acabado o sermão sahiam mudos enxugando as lagrimas. No dia de S. Matheus prégou no collegio, a que assistiu el-rei e toda a fidalguia do palacio, compondo-se o auditorio de um exercito o mais illustre, o mais florido e o mais discreto; e por isso foi maior o fructo e mais feliz o tiro que logrou a energia de seu bizarro discurso; e os que não sahiram convertidos, sahiram admirados ou confusos; presando-se os mais dos fidalgos de seguir as bandeiras do desengano, vendo-o tão ennobrecido no duque de Gandia. Com a auctoridade e calor de Borja, se deu principio á Casa Professa de S. Roque em uma ermida do santo, visinha á muralha; sitio cercado então de oliveiras e depois de victorias, e agora povoado de edificios aquelles campos. Foram difficultosos os primeiros passos d'esta planta, que depois cresceu a ser honra de Lisboa; e foi necessario que el-rei esforçasse todo o seu braço para abrir caminho, dando apertada ordem a D. Pedro Mascarenhas, compozesse todas as difficuldades, como se executou, pagando com real magnificencia tudo o que importou o sitio e fabrica que era da Confraria de S. Roque; devendo-se a Borja esta grande machina, em que depois se occupou a architectura, e então a inveja. Tomou logo posse a Companhia d'esta egreja, por ser bastantemente espaçosa; e em um domingo, dia 1.º de outubro, assistindo el-rei, a rainha, os principes e a côrte toda vestida de alegria, disse missa o padre Nadal, e prégou Borja com tão grande efficacia que se consagrou com lagrimas do auditorio aquella casa. Acabado o sermão exclamou o principe D. João: «*A este prégador sim me alegro eu de* «*ouvir; porque préga com o exemplo, e o que* «*ensina com as palavras executa com as obras.*»

Posto isto, façamos algumas divagações, que temos por indispensaveis, para nos conduzirem logicamente á suspeita em que se acham envolvidos, perante a historia, a princeza D. Joanna, nora de D. João III, e o padre Francisco de Borja.

Do matrimonio de D. João III com D. Catharina de Austria, nasceram varios filhos que morreram de tenra idade, taes foram D. Affonso, D. Isabel, D. Beatriz, D. Manuel, D. Filippe, D. Diniz e D. Antonio. Além d'estes teve ainda dois

filhos legitimos, de que nos vamos occupar. [1] Foram elles D. Maria, que casou com o principe Filippe, depois segundo do nome, filho mais velho de Carlos v. Portanto, esta princeza foi a primeira das quatro mulheres de Filippe II, e o filho de cujo parto morreu foi o celebre principe D. Carlos, cuja morte é attribuida a seu proprio pae, tomando talvez como instrumento o tribunal da inquisição. A vida d'este infeliz principe inspirou Campistron, Chenier, Otway, Schiller e Alfieri. Modernamente, inspirou ao notavel poeta portuguez Gonçalves Crespo, a sua bella poesia a *Resposta do inquisidor:*

E Filippe dizia ao monge no entretanto:
«Sentinella da Lei, piedoso inquisidor,
«Tu que fallas com Deus e és padre, e és bom, e és santo

«Arranca-me este peso, afasta-me este horror!
«Ah! diz'-me, cardeal, se é um vil, se é um precito
«O rei que é justo e mata o filho que é traidor.»

E mais não disse o rei, torvo, sombrio e afflicto.
No emtanto o inquisidor, erguendo imperturbavel
O seu hediondo olhar das lageas de granito,
Assim tornou com voz vibrante e formidavel:
—Ó principe, e apontava o livido Jesus,
Para acalmar dos ceus a colera implacavel
O Eterno fez morrer seu filho n'uma cruz!

. . . .

O outro filho foi D. João, que nasceu em Evora em 1537, e que em 1552 casou com D. Joanna, filha do imperador Carlos v. Eram portanto primos os noivos.

Este casamento foi assignalado por um acontecimento tragico, que não referiremos, porque os leitores o encontram minuciosamente narrado no quarto volume d'esta obra (pag. 51 e seg.)

Os contratos de casamento tanto da infanta portugueza D. Maria como da infanta hespanhola D. Joanna estão publicados nas *Provas da historia genealogica*. [2]

A familia real portugueza estimou muito estes dois casamentos feitos entre primos; ha uma carta muito curiosa da rainha D. Catharina a sua sobrinha e futura nora, D. Joanna, escripta de Cintra para Castella em 1543. Diz assim:

«Por muchas cauzas tengo razon de estar tan consolada como estoy por tener a V. A. por hija una dellas es para le pedir sob pena de mi bendicion que no sea tan pereçosa en me escribir muchas vezes y muchas cosas pues tan gran soledad de la no ver tan presto como yo deseo no se puede passar con otra cosa. Yo embiaré a pedir a Su magestad que trate a V. A. como merece que no se puede sofrir otra cosa. Escrivo a la Señora Infante ciertas nuebas que le dé y por esso no le deve llevar em cuenta al Rey mi Señor de su recado y tienese lo mucho en merced. La persona que V. A. dize anda muy negociado para embiar muchas cosas de comer y tiene tan poca verguença que quitará a V. A. todas las que tuviére y las mas cosas dexo para quando V. A. me las mereciere y puede creer que tiene en mi una verdadera madre y servidora que mucho la quiere. Guarde nuestro Señor a V. A. como yo deseo. De Cintra 29 de Junio.

«La Reyna»

Feito o casamento do principe herdeiro de Portugal com sua prima D. Joanna, o joven noivo foi atacado de uma doença terrivel, a que n'esse tempo se chamava *paixão habetica*, e que consistia «na demasiada communicação e amor com que se havia com a princeza». [1] Consumido por esta insaciavel sede de amor, o principe D. João morreu a 2 de janeiro de 1554. [2]

Dezoito dias depois da morte do joven principe, nascia seu filho, que veiu depois a ser rei com o nome de Sebastião.

Somos agora chegado ao ponto a que mais longe nos referimos. A intimidade do padre Francisco de Borja na côrte de Portugal e na de Castella com a princeza D. Joanna, deu causa a

[1] Falla-se ordinariamente de um bastardo de D. João III, chamado D. Duarte, o qual foi arcebispo de Braga, e morreu em 1543. Mas fr. Luiz de Sousa diz que o rei *houve filhos* bastardos. (Veja-se este vol., pag. 304.)

[2] Tom. III, pag. 81.

[1] Veja-se vol. IV, pag. 52, d'esta *Historia de Portugal*.

[2] Entre outros escriptores, o doutor Antonio Ferreira pranteou a morte d'este principe n'uma *Congratulação de todo reyno a elrei D. João III, na morte do principo D. João seu filho, que sofreo pacientissimamente*, e n'uma elegia a Francisco de Sá de Menezes.

levantar-se a suspeita, fundada ou infundada, das suas ligações com esta princeza.

No livro que já citámos, escreve Alvaro Cienfuegos: «Quedo esta illustre Princeza (D. Joanna) tan devota, tan entregada a la oracion, y á la penitencia, que causó no pequeña admiracion su vida: y mas adelante, con la sangue que derramó tan penitente delicada Rosa, escriviremos la tinta com que la ambicion y la calumnia quisieron atesar su fama, y manchar con indigno borron la del grande Borja.»

Depois da partida da princeza D. Joanna para Castella, foi que a suspeita se tornou maior.

Alvaro Cienfuegos diz candidamente:

«Tinha perdido a princeza D. Joanna ao principe seu esposo a 2 de janeiro d'este anno de 1554 com incomparavel desconsolação sua, lastima da Europa, e gemidos do seu reino, aonde se deteve até que deu á luz a el-rei D. Sebastião, pouco depois que a morte tinha eclipsado a de seu marido; e não tendo seu coração outro recurso para o allivio que o do S. Borja, lhe escreveu, dizendo-lhe: Que não se alongasse de Castella, para onde dispunha a sua volta, logo que se achasse convalescida. Recebeu o santo esta carta em Tordesilhas, aonde ao presente se achava o principe D. Filippe, que passava á Inglaterra, e lhe disse: Que do seu prudente zélo fiava assistisse a sua irmã a princeza viuva, e que lhe recommendava lhe assistisse com as normas para a boa regencia da monarchia. Não respondeu Borja, porque lhe embargou a voz este preceito, e com o semblante confuso beijou a mão e se retirou a buscar em suas lagrimas alguma consolação.»

Como porém a suspeita medrasse, o padre Francisco de Borja retirou-se para Portugal, escrevendo do Porto, em 6 de fevereiro de 1561, uma carta a Filippe II, rebatendo as accusações que n'esse sentido lhe eram feitas.

Nenhuma intenção podemos ter de denegrir a memoria da princeza a quem essa suspeita se refere. Fosse verdadeira ou falsa a accusação, o que é certo é que ella mostra claramente a corrupção profunda da época, porque, se o mal não tinha sido feito, acreditava-se e propalava-se a sua possibilidade; e apesar de estarem accesas as fogueiras da inquisição, afim de purificarem as almas segundo as idéas do tempo, as intenções eram damnadas e damnosas, quando os proprios factos o não eram.

Defrontemo-nos agora com o quadro politico que nos offerece o reinado de D. João III, dando ao adjectivo *politico* o sentido mais complexo que elle pode ter.

Encostemo-nos á auctoridade de Alexandre Herculano, visto que o notavel historiador é o mais seguro guia que se nos depara n'esta tarefa; portanto, os seus trabalhos e estudos sobre esta época aligeiram a responsabilidade que d'outro modo pesaria sobre nossos hombros.

«Os vexames e os abusos na administração da justiça, diz Herculano, praticavam-se em todas as instancias desde as inferiores até as mais elevadas, e não só no fôro secular, mas tambem no ecclesiastico. O reino estava cheio de vadios que viviam opulentamente sem se saber como. O vicio do jogo predominava em todas as classes com as suas fataes consequencias de roubos, discordias e miserias domesticas. O luxo era desenfreado. A côrte andava atulhada de ociosos, e a casa real dava o exemplo da falta de ordem e de economia. Nos paços dos fidalgos via-se um sem numero de criados, bem superior ao que permittiam as suas rendas, de modo que faltavam os braços para o trabalho, sobre tudo para a agricultura. Qualquer viagem d'el-rei era um verdadeiro flagello para os povos por meio dos quaes transitava. A immensa comitiva de parasitas de todas as ordens e classes devorava a substancia dos proprietarios e lavradores. Mantimentos, cavalgaduras, carros, tudo era tomado, e os detensores ou não pagavam, ou pagavam com escriptos de divida, divertindo-se os cortezãos, muitas vezes, em destruirem os fructos, as fazendas, e as matas.» [1]

Pelo que propriamente respeita ás finanças, diz Herculano:

«Já n'outros logares temos tido occasião de alludir ás difficuldades da fazenda publica na época de D. João III, e á má administração economica do reino. As actas das côrtes de 1525 e 1535 dão grande luz sobre este assumpto. Algumas notas estatisticas, relativas a annos posteriores, esclarecem-nos ainda melhor a tal

[1] *Da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal*, tom I, pag. 183.

respeito. São essas notas do conde da Castanheira, védor da fazenda, e por isso homem especialmente habilitado para apreciar a situação do erario. A divida publica era em 1534 de mais de dois milhões, somma avultadissima, n'uma época em que o orçamento ordinario da receita e despeza não chegava talvez annualmente a um milhão de cruzados. Levantavam-se emprestimos por todos os modos, e como n'outro logar dissemos, só o juro do dinheiro negociado em Flandres subia em 1537 a cento e vinte mil cruzados. Em 1543 já a divida extrangeira era proximamente igual a toda a divida publica de 1534. Os juros vencidos d'aquelles emprestimos tinham sido tão exorbitantes que a sua importancia excedia o capital. Calculava-os o feitor portuguez de Flandres em 25 por cento ao anno, termo medio, de modo que a divida dobrava em cada quatro annos. Para alliviar até onde fosse possivel estes intoleraveis encargos pediu el-rei nas côrtes da Almeirim de 1544 duzentos mil cruzados ao terceiro estado, o qual offereceu cincoenta mil. Recorria depois aos emprestimos individuaes. Para isso, mandava escrever cartas ás pessoas abastadas do reino, significando a cada uma com quanto desejava que concorresse. Estes convites do fundador da Inquisição não eram de desattender, e a generosidade devia tornar-se virtude assaz commum, embora a agricultura, o commercio e a industria padecessem com essa absorpção de capitaes. As cousas haviam chegado a termos, ainda antes de 1542, que as pessoas sisudas e experientes quasi de todo desanimavam. Nunca de memoria de homens tinha sido tão profunda a desorganisação da fazenda publica.» [1]

Quem vir o orçamento ordinario da despeza e receita de Portugal em 1557, ha de julgar que estavamos, sob o ponto de vista das finanças, n'uma situação verdadeiramente prospera:

Receita annual

Comarca de Entre Douro e Minho e alfandegas	23:001$400
Comarca de Traz-os-Montes	17:735$600
	40:737$000
Transporte	40:737$000
Comarca da Beira	27:356$600
Comarca da Extremadura	46:103$500
Comarca de Entre o Tejo e Odiana com portos e montados de Ourique	58:691$000
Comarca do Algarve	17:476$000
Alfandega de Lisboa	50:500$000
Rendas e casas de Lisboa	47:628$000
Fóros de Lisboa	840$000
Chancellaria da côrte	4:000$000
Açores (não contando o 1 por %)	13.000$000
Madeira (consignada ao habito de Christo e despezas extraordinarias)	10:100$000
Somma	316:432$100

Despeza annual

Casa da India e de Ceuta, moradias, e thesouro da casa á vontade de el-rei	125:787$000
Rainha	8:926$000
Guarda dos ginetes	650$000
Moços de estribeira	300$000
Almoxarife das carnes	2:600$000
Assentamentos e tenças lançados no livro grande da fazenda	34:738$000
Tenças de juro, e em vida, vendidas e separadas, e obrigatorias, lançadas no livro velho de juros	35:691$000
Juros vendidos (a 12$500 o milheiro)	11:352$800
Tenças dos criados do infante D. Luiz	2:490$000
Ordinarias	12:528$000
1 por %	3:266$200
Ordenados assentes no livro das ordinarias	831$000
Tenças assentadas no livro grande da fazenda ao thesoureiro-mór	3:674$000
Tenças dos criados do infante assentadas ao thesoureiro-mór	1:145$000
Relações e administrações das justiças	5:422$000
Cartas e provisões geraes	14:690$000
Casamentos grandes	4:283$000
	268:374$000

[1] *Da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal*, tom. II, pag. 30.

Transporte ...	268:374$000
Casamentos pequenos..........	746$600
Emprestimos..................	7:413$000
Arqueações, dividas antigas de dinheiro e trigo, etc.........	15:146$000
Despezas extraordinarias.......	24:000$000
Somma....	315:679$600

Mas, como ainda hoje acontece, as despezas extraordinarias cavavam, no orçamento do estado, um profundo *deficit*, que inteiramente desequilibrava a situação da fazenda publica.

Guerras em Africa, negociações com a côrte de Roma, festas e dotes [1] obrigavam a recorrer aos emprestimos de Flandres, cujos juros vinham aggravar por modo espantoso a nossa deploravel situação financeira.

Como simples curiosidade, que não deixa de vir a proposito, transcrevemos das *Rainhas de Portugal*, de Benevides, a seguinte nota das receitas do estado em diversas épocas:

Annos	Reinados de	Quantias em réis
1477	D. Affonso v....	43:074$000
1557	D. João III......	316:000$000
1592	D. Filippe II.....	734:400$000
1607	D. Filippe III.....	1.672:269$430
1639	D. Filippe IV.....	1.744:000$000
1761	D. José I........	5.473:179$685
1780	D. Maria I.......	6.663:558$843
1808	Reg. de D. João VI.	4.243:501$638
1826	D. Pedro IV......	8.680:571$420
1830	D. Miguel I......	6.242:182$534
1853-1854	D. Maria II......	10.792:446$373
1865-1866	D. Luiz I........	17.226:219$094
1877-1878	D. Luiz I........	25.262:124$000

CAPITULO V

Os governadores da India haviam, especialmente Affonso de Albuquerque, com mais ou menos crueldade, trabalhado por consolidar o nosso dominio n'aquellas regiões; mas a começar em D. Duarte de Menezes, ultimo governador que D. Manuel nomeou, entenderam que era melhor trabalhar para si do que para a patria.

Principiou então essa profunda e immensa relaxação de costumes, esse desenfreamento de ambições mesquinhas e torpes, que occupam a maior parte da historia do nosso dominio na India, e que se encontram eloquentemente narrados em Diogo do Couto.

De vez em quando ainda fulgia um relampago da antiga heroicidade portugueza, como no combate naval que D. Sancho Henriques sustentou contra os malaios, acabando por combater apenas com trinta homens, os quaes foram cahindo a um e um, até que o galeão ficou completamente abandonado.

Mas, em todo o caso, eram apenas relampagos, posto que brilhantes, ephemeros.

As noticias graves que chegavam da India, ácerca do desprestigio do nosso predominio ali, suscitaram a idéa de enviar D. Vasco da Gama como vice-rei, fiando em que o prestigio do seu nome lograria impôr-se pelo respeito e pela tradição gloriosa.

Com effeito, Vasco da Gama, durante o pouco tempo que teve de vida, mostrou que era ainda o mesmo caracter inflexivel de outros tempos, justamente o caracter que, não obstante as suas mesmas durezas, se precisava para a regeneração da India.

Quando a esquadra que o conduzia chegou ás costas do Malabar, uma terrivel convulsão submarina lançára um immenso terror na tripulação dos galeões. «Não hajais medo; tremem de nós os mares» disse Vasco da Gama. E essa hyperbole, que o seu nome auctorisava, bastou a serenar os tripulantes da frota.

Em Gôa, Vasco da Gama mandou açoutar tres mulheres que tinham ido escondidas em as náus. Era uma infracção das suas ordens, que deviam ser lei, e Vasco da Gama comprehendia que indo para reprimir abusos e desregramentos, não podia começar por perdoar. Ordenou, pois, que fossem açoutadas. Interpozeram-se empenhos, instancias para obter o perdão. D. Vasco foi implacavel. Morrendo, porém, pouco depois, legava cem mil réis a cada uma das açoutadas. Os seus ultimos actos foram a prisão de D. Duarte de Menezes, e a intimação feita aos negociantes para que lhes mandassem entregar, sob pena de morte, os canhões que elles vendiam aos moiros, para que estes os empregassem contra o dominio portuguez, a tanto havia chegado a corrupção!

[1] Pinheiro Chagas. *Historia de Portugal*, vol. IV, pag. 268.

Mas, infelizmente, as forças physicas de Vasco da Gama negavam-se a auxiliar-lhe a energia do caracter. A doença ia-o prostrando, augmentava, tornava-se grave. Até que finalmente, com pouco mais de tres mezes de governo, Vasco da Gama falleceu em Cochim a 25 de dezembro de 1524.

E, notavel coincidencia! Porventura no mesmo anno em que D. Vasco expirava, nascia em Lisboa o cantor do descobrimento da India, do espirito aventuroso portuguez que emprehendera decifrar perante o mundo assombrado o terrivel enygma da navegação oriental, e que finalmente conseguira descobrir o berço auriluzente do sól, o thesouro das grandes, e tão mal aproveitadas, riquezas asiaticas.

Por occasião da partida de Vasco da Gama para a India o governo da metropole tomára a resolução, aliás muito sensata, e que, por esta occasião mais quer parecer um presentimento da proxima morte do Gama, de enviar por cada governador que para ali fosse tres cartas de prego, numeradas ordinalmente, indicando o nome da pessoa que lhe devia succeder. Se o individuo indicado na primeira carta tivesse já fallecido ao tempo d'ella ser aberta, seria nomeado o segundo, ou o terceiro, no caso do segundo haver tambem fallecido.

Por morte de Vasco da Gama, a carta de successão indicava para governador D. Henrique de Menezes, que era capitão de Gôa.

D. Henrique, apesar de ser moço ainda,—tinha apenas vinte e nove annos—comprehendeu que precisava mostrar-se tão altivo como Vasco da Gama para subjugar as reacções que em torno do seu governo haviam de levantar-se. O preconceito de que devia ser austero, levou-o por vezes ao exagero. Eu não sou como os outros governadores, dizia elle.

Effectivamente, D. Henrique mostrou-se valoroso e desinteressado. Deu caça aos corsarios, e regeitou o rico presente que Melek-Taz, senhor de Diu, fazia ao vice-rei—julgava que fosse ainda Vasco da Gama—para resgatar responsabilidades dos roubos dos piratas ao commercio portuguez. A resposta de D. Henrique foi digna e austera: «Já que Melek-Taz é de tão boa condição que quer pagar com dinheiro os males que tem feito, eu lhe mandarei a resposta conforme ao seu sabor; o presente lh'o torna a levar, que pois não vinha para mim não é bem que o acceite, nem tão pouco devo recebel-o, porque são armas que nós não tomamos aos moiros senão nas guerras que temos com elles.»

A guerra com o samorim, que viera cercar Calicut, obrigou porém o vice-rei a fixar n'esse assumpto toda a sua attenção e energia.

D. Henrique tomou pessoalmente parte no cerco de Calicut, e o samorim foi obrigado a assignar uma paz humilhante.

Mas estava escripto no livro dos destinos que fosse breve a existencia de D. Henrique de Menezes, o qual falleceu em Cananor a 2 de fevereiro de 1526.

Na historia da dominação portugueza na India, as paginas repugnantes avultam. De quando em quando um raio de sól refulge; mas as nuvens não tardam a empanal-o.

É o que acontece depois da morte de D. Henrique de Menezes, quando principiam as dissenções, ácerca da successão no governo, entre Pero de Mascarenhas e Lopo Vaz de Sampaio.

Pero de Mascarenhas era o individuo indicado para succeder a D. Henrique de Menezes, mas estava em Malaca, e por isso, não sem discussão, tomou conta do governo, até que elle chegasse, Lopo Vaz de Sampaio, que era o terceiro indicado.

Pero de Mascarenhas, não obstante ser o vencedor glorioso do sultão de Bintam, foi recebido ás lançadas quando chegou a Cochim. Feriu-o o védor Affonso Mexia, alvorotando contra elle o povo.

Apesar de ferido, Mascarenhas dirigiu-se para Gôa, onde Lopo Vaz estava. Foi mandado pôr a ferros, e assim conduzido para Cananôr. Ahi, porém, o capitão D. Simão de Menezes resolveu soltar Pero de Mascarenhas, visto como Lopo Vaz lhe não mandára mostrar o alvará que se dizia ter ido de Portugal nomeando-o governador, com prejuizo de Mascarenhas. Em Gôa havia uma certa exaltação de animos contra Lopo Vaz. Procurou elle combatel-a por meio de ameças e violencias, e julgando-se já sufficientemente forte para vencer, concordou em que a questão fosse resolvida por arbitros, eleitos entre os fidalgos da India, tomando provisoriamente o governo geral, Antonio de Miranda.

Reuniram-se os doze juizes em Cochim: seis

votaram a favor de Pero de Mascarenhas, e os outros seis a favor de Lopo Vaz. Chamou-se um terceiro para desempatar. E com effeito desempatou a favor de Lopo Vaz, cré-se que por insinuações de Affonso Mexia.

Vencido, Mascarenhas veio ao reino, e a relação de Lisboa annullou a sentença dos juizes de Góa, condemnando Lopo Vaz a pagar a Mascarenhas os ordenados de governador e dez mil cruzados de indemnisação. O que é certo, porém, é que Mascarenhas apenas recebeu, como recompensa de todos os seus soffrimentos, a capitania d'Azamor.

Lopo Vaz foi mais feliz. Quando, sob prisão, [1] veio para Portugal, apesar da sentença que lhe fôra imposta, accrescentada agora com degredo para a Africa, de tal modo soube captar a protecção de D. João III, que não só obteve perdão, mas até valimento.

Succedeu a Lopo Vaz de Sampaio, no governo da India, Nuno da Cunha, filho d'aquelle Tristão da Cunha, que foi por embaixador a Leão X no tempo de D. Manuel.

A sua biographia póde resumir-se em poucas linhas.

«Filho de Tristão da Cunha, insigne varão, e de D. Anna Antonia d'Albuquerque, nasceu Nuno da Cunha no anno de 1487. Ainda adolescente, foi militar na Africa debaixo das ordens de Nuno Fernandes d'Atayde; passou depois á India, onde serviu brilhantemente com D. Francisco d'Almeida, que muito o estimava, e onde teve a honra de ser armado cavalleiro por Affonso d'Albuquerque. Em 1529 foi nomeado governador da India, e conservou o governo (caso rarissimo) durante dez annos. Levantando as fortalesas de Diu, Challe, e Baçaim, conseguiu firmar solidamente o dominio portuguez na India. Não isento dos defeitos que assignalavam quasi todos os nossos proconsules no Oriente, nem sempre tratando com lealdade e brandura os inimigos, serviu comtudo a patria com zêlo e desinteresse. Isso lhe não valeu para que os calumniadores o não intrigassem com D. João III, que mandou um corregedor aos Açores com ordem de trazer o heroico governador preso a Lisboa no seu regresso da India. A morte, que o salteou durante

[1] Vide pag. 266 d'este volume.

a viagem, livrou-o d'essa affronta. Segundo a sua propria vontade, teve por sepultura o oceano. Morreu a 5 de março de 1539 com 52 annos de edade». [1]

Temos agora a considerar o episodio do primeiro cêrco da fortaleza de Diu, contra os turcos.

Entretanto chegava de Lisboa um novo governador, D. Garcia de Noronha, que ia render Nuno da Cunha.

Segundo João de Barros, D. João III escolheu D. Garcia de Noronha para vice-rei «assim pelas partes, e qualidades de sua pessoa, como por sua prudencia, e exforço, mostrado em todas as occasiões, em que se na India achou em companhia do grande Affonso de Albuquerque, seu tio.»

«Apenas tomou posse do governo, D. Garcia de Noronha, diz Pinheiro Chagas, tratou d'enviar a Diu um navio a avisar Antonio da Silveira de que seria em breve soccorido, e immediatamente começou a preparar a esquadra com que devia cumprir a sua promessa. Foi isso difficil porque faltava dinheiro, e muitos voluntarios que accudiam ao reclamo de Nuno da Cunha voltaram ás suas casas, apenas souberam que o governo fôra substituido. Comtudo a urgencia do caso convenceu os Portuguezes de que a sorte da India estava dependente da salvação de Diu, e os voluntarios tornaram. As vereações das cidades levantaram dinheiro para emprestarem ao governador, e o proprio rajah d'um dos reinos de Ceylão enviou uma quantia forte a D. Garcia de Noronha.

«Entretanto Diu defendia-se tão heroicamente que a armada, que devia descercal-a chegou quando já estava levantado o assedio.

«Mas não antecipêmos, e sigâmos passo a passo as peripecias d'essa magnifica epopéa. Como dissemos, os Turcos determinaram atacar primeiro o baluarte da villa dos Rumes, por estar affastado da fortalesa e não poder ser soccorrido por ella. No dia 27 de setembro a esquadra Turca passou por diante da fortalesa, trocando com ella formidaveis descargas, e foi fundear proximo do baluarte. Disposta a artilheria, começaram a batel-o com tal porfia que lhe

[1] *Portuguezes illustres*, Pinheiro Chagas, pag. 51.

derribaram um panno de muro, cujas ruinas formaram os esboroados degráos d'uma especie d'escada por onde setecentos homens subiram ao assalto. Presenciaram então os defensores da fortaleza um espectaculo maravilhoso. No cimo do baluarte dois homens apenas appareceram a sustar o impeto dos inimigos; mas esses dois homens parecia que se multiplicavam. O espaço que elles defendiam era estreito, e os Turcos não podiam aproveitar a sua immensa superioridade numerica senão para renovarem a cada momento os assaltantes, que iam sendo despenhados pelos dois intrepidos Portuguezes, que, ora com panellas e polvora, ora com as lanças, ora rolando enormes penedos, não deixaram nem um só Turco tomar raiz na brecha. Este combate numerico durou até o sol posto, em que os Turcos desistiram afinal da sua empresa, sem terem conseguido fatigar a intrepida obstinação dos dois soldados, d'um só dos quaes a historia nos conservou o nome. Chamava-se Antonio Pinheiro, tinha vinte e cinco annos, e era filho d'um cavalleiro de Faro.

«Admirando com lagrimas d'enthusiasmo o valor d'aquelles seus dois compatriotas, não podiam os defendores da fortaleza perceber por que motivo elles sós se tinham mantido defendendo o baluarte.

«Esse enigma explicou-lh'o Antonio Faleiro, que n'essa noite veio á fortaleza pedir a Antonio da Silveira uma entrevista. Enviava-o Francisco Pacheco. O bombardeamento não alluíra só as muralhas, fizera tambem profundo estrago na guarnição, de que poucos sobreviveram, estando esses poucos sobreviventes quasi todos feridos. Como o espaço era estreito, os dois heroes bastaram para a defesa, ajudados por uma pequena reserva que lhes passava as armas carregadas e as panellas de polvora e que estava prompta para substituir qualquer d'elles que morresse.

«Mas a impossibilidade de prolongar uma defesa assim era evidente, e Francisco Pacheco mandava pedir licença a Antonio da Silveira para capitular. Concedeu-lh'a com tristesa, mas com resignação Antonio da Silveira, que entendia não ter direito d'ordenar que morresssem homens que elle não podia soccorrer. Capitulou Pacheco, estipulando que teriam todos á vida salva, e que seriam conservados como refens até á conclusão da guerra, devendo então restituir-se-lhes a liberdade. No dia seguinte tomaram os Turcos posse do baluarte, que estava comtudo destinado ainda a ser theatro de grandes façanhas dos nossos. Quando os Turcos levantaram a sua bandeira, arriando o estandarte das quinas, apoderou-se uma colera tal d'alguns soldados portuguezes, entre outros d'um velho debil, por nome João Pires, que, arremeçando-se, a exemplo d'este, á bandeira, derrubaram-n'a. De novo os Turcos a hastearam, foi de novo derrubada, e assim continuou, até que os vencedores mataram todos os que tinham cedido a esse movimento d'ira patriotica. Foram ainda menos felizes os que, a exemplo de Francisco Pacheco, tinham confiado na capitulação. Primeiro foram agrilhoados e obrigados a remar nas galés, depois, quando o cêrco se levantou, degolados sem piedade. Mais lhes valêra terem seguido a sua primeira resolução, que era de fazerem uma sortida, e morrerem matando; em vez da morte gloriosa que assim poderiam conquistar, tiveram a morte opprobriosa e obscura.

«Tomado o baluarte dos Rumes, concentraram os Turcos os seus esforços no baluarte do canto do rio, e assestaram contra elle as suas formidaveis peças. Este bombardeamente durou até o dia 12 d'outubro, e a muralha alluida daria facil entrada aos inimigos, se Antonio da Silveira não estivesse mandando incessantemente fazer reparos, e, principalmente, se não houvesse mandado construir um muro interior, que os Turcos encontraram com espanto quando assaltaram o baluarte, de que era commandante, como sabemos, Gaspar de Sousa. Foram repellidos; renovaram d'ahi por diante os assaltos duas ou tres vezes por dia, e sempre tiveram a mesma sorte.

«Mas a fortalesa com isso não lucrava muito, porque ia perdendo defensores, que não podiam ser substituidos, emquanto que um desfalque muito superior nem se fazia sentir nas fileiras inimigas. Para cumulo de desgraças veiu o escurbuto disimar a guarnição; os mantimentos faltavam, e não havia senão pão e arroz. A agua da cisterna era pessima. Mas parece que a Providencia déra, contra estes males excepcionaes,

forças excepcionaes aos nôssos. As mulheres partilhavam com os homens todas as fadigas, distinguindo-se entre ellas Isabel da Veiga, formosa madeirense, que era o anjo bom da fortaleza, e que a todos infundia coragem e resignação, e Anna Fernandes, mulher d'um medico, velha já, mas tão destemida e caridosa que ia, entre as ballas, pensar os feridos, á noite render ella mesma as sentinellas fatigadas. Ninguem na fortaleza recuára diante dos sacrificios necessarios. Faltava pedra para reparar os muros, logo cada um dos moradores tratou de derrubar as suas casas para fornecer os materiaes.

«Como era contra o baluarte de Gaspar de Sousa que se dirigiam principalmente os assaltos dos Moiros, tanto que por issso já os nossos lhe chamavam o baluarte dos Combates, foi ali tambem que Antonio da Silveira mandou fazer mais e mais solidos reparos. Os Turcos, entretanto avançavam com as suas estancias até proximo do fosso; para o fazerem com maior segurança, caminhavam protegidos sempre por uma especie de cestões, que eram uns saccos de coiro cheios de terra, onde as ballas da fortalesa se amorteciam. No dia 10 d'outubro deram um assalto que foi repellido, apesar da columna d'assalto ter sessenta homens de frente, e serem apenas doze ou treze os que lhe sustentavam o impeto. Esse logar perigoso era por todos invejado, e um mancebo, João da Fonseca, perigosamente ferido, teve, comtudo, de ser arrancado á força da muralha, para o substituir Duarte Mendes de Vasconcellos. O dia terminou com uma sortida feliz e atrevidissima de Lopo de Sousa Coutinho. Mandára o Antonio da Silveira descer ao fosso com um cento de soldados para fazer uma diversão que desembaraçasse o baluarte accommettido. Tinha apenas ainda trinta e cinco homens comsigo, quando o avisaram de cima que um Turco os vira e ia correndo avisar os seus camaradas. Entendendo que a surpreza era o principal elemento d'exito, Lopo de Sousa nem attendeu a que tinha comsigo apenas um punhado d'homens. Correu ao inimigo, e no primeiro impeto destroçou tudo.

«Mas, entretanto a desanimação era grande nos sitiados: estava cerrado o inverno, faltavam as munições, e não chegava o soccorro promettido pelo vice-rei. A artilheria dos Turcos não cessava de trovejar; o panno de muro, confiado a Lopo de Sousa Coutinho já estava todo em ruinas, e o que lhe valia ainda era a artilheria do baluarte de mar, que o protegia. Por isso os Turcos recorreram ao systema das minas, e levaram uma até já ao meio do baluarte dos Combates sem que os nossos os presentissem. Mas advertido por vagos indicios, Gaspar de Sousa sahiu com setenta homens a vêr o que os Turcos andavam fazendo, e, investindo as estancias, fez n'elles grande destroço. Retirou depois em muita ordem, indo sempre na rectaguarda a vigiar que não ficasse atraz algum dos seus, e com tal zêlo cumpriu este dever de capitão que se viu sósinho entre os Turcos, e foi morto depois de valorosa resistencia. Antonio da Silveira deu o commando do seu baluarte a Rodrigo Proença, e uma contramina inutilisou os trabalhos subterraneos dos assaltantes.

«O pequenissimo numero de Portuguezes fazia com que tivessem de recorrer a toda a especie de estratagemas para prolongarem a defesa. Entre outros occorreu-lhes o de conservarem sempre um fogo violento acceso na brecha do baluarte de Rodrigo Proença. Os Turcos dispersavam com a artilheria os combustiveis, mas, quando queriam subir ao assalto, encontravam as pedras a escaldarem. Finalmente, conseguiram desfazer este meio de defesa, que não podia ser duradoiro, e, no dia 26 d'outubro deram um assalto impetuoso. Foram repellidos, mas nem por isso desanimavam, e os assaltos repetiam-se a cada instante, principalmente contra o baluarte do mar. Por felicidade nossa, chegaram de Gôa quatro catures trazendo a bordo cincoenta homens, commandados por Gonçalo Vaz Coutinho, Martim Vaz Pacheco, Antonio Mendes de Vasconcellos e Francisco Mendes de Vasconcellos, barris de polvora e refrescos para os feridos. Este pequeno soccorro valeu de muito, comtudo, aos defensores da fortalesa, e, graças a elle decerto, é que Antonio de Sousa, commandante do baluarte do mar, poude resistir a um formidavel assalto dado por um corpo escolhido de setecentos Turcos, que vieram em barcos até ao sopé do baluarte.

«No dia 30 d'outubro houve novo assalto, e d'essa vez ao baluarte dos Combates. Foi ainda repellido, mas graças a verdadeiros prodigios de

valor. Pelo seguinte acto que vamos narrar d'um soldado portuguez, poderão vêr os leitores qual era o espirito que animava os nossos compatriotas. Fernão Penteado recebeu uma ferida grave na cabeça: retirou-se da peleja para se curar, e encontrou o cirurgião occupadissimo. Emquanto esperava a sua vez, chegou-lhe aos ouvidos o rumor, a cada instante maior, do combate. Não poude conter-se, e, ferido como estava, tornou á brecha. Nova ferida na cabeça o obrigou a ir procurar de novo o cirurgião: encontrou-o ainda mais occupado, e o estrondo do combate ainda mais formidavel lhe chegava aos ouvidos. Pois tornou a pelejar até que uma terceira ferida n'um braço o obrigou definitivamente a recolher-se á ambulancia!

«Escusamos de dizer qua o assalto foi repellido; mas em que estado ficou tambem a guarnição? Apesar do reforço de Gôa havia apenas duzentos e setenta homens válidos, as muralhas não eram senão ruinas, e por conseguinte a vigilancia tinha de ser constante, e a defesa um combate peito a peito. As munições escasseavam e os viveres igualmente. Ninguem pensava comtudo em se render, e a serena constancia, a inabalavel intrepidez d'Antonio da Silveira infundiam a todos animo e valor.

«Fatigados tambem d'esta prolongada luta, Soleyman Pachá e Khodja-Safar resolveram fazer um esforço decisivo que lhes désse a victoria, e para isso empregaram um estratagema que lhes podia sortir effeito, se Antonio da Silveira não tivesse todas as qualidades requeridas n'um capitão: bravura, constancia e prudencia.

«Na manhã do dia 30 d'outubro fôra dado ao baluarte de Rodrigo de Proença o assalto em que fallámos. N'essa mesma tarde o exercito Turco desfilou, com as bandeiras soltas ao vento, por diante da fortalesa, e embarcou á vista de todos, fazendo-se logo a esquadra á vella. Desconfiou Antonio da Silveira d'este apparato de partida, e, ainda que os Portuguezes festejassem alegremente o que julgavam a sua salvação, Antonio da Silveira ordenou pelo contrario que redobrasse a vigilancia, e, elle mesmo andou, desde o cahir da noite, rondando as muralhas. Effectivamente, quando se rendiam as sentinellas no quarto da madrugada, ou *vela de modorra*, como então se dizia, um dos soldados notou um rumor quasi imperceptivel ao sopé das muralhas. Logo Antonio da Silveira mandou arrojar umas poucas de panellas de polvora inflammadas, e, á claridade brilhante que ellas espargiam, poude-se vêr os Turcos arvorando escadas para subirem ao baluarte. Ao cahir da noite haviam desembarcado, e, formados em tres batalhas, cada uma de mais de mil homens, sustentados por mais de dez mil Guzarates de Khodja-Safar, preparavam-se para travar um combate definitivo.

«Felizmente commetteram os Turcos um erro grave, que sempre haviam commettido durante o cêrco, e foi concentrarem todos os seus esforços n'um baluarte—o dos Combates; de fórma que poderam tambem os Portuguezes concentrar todas as suas forças, que, aliás divididas pouca resistencia poderiam offerecer. Quando os nossos perceberam porém o systema do inimigo, já a irrupção formidavel da primeira columna havia desalojado a guarnição do baluarte, e uns duzentos Turcos, estabelecidos n'uma especie de praça formada pelas ruinas da muralha, tentavam arvorar a sua bandeira: mas Antonio da Silveira trouxe para ali a maior parte dos soldados de Diu, vinte e cinco ou trinta se arrojaram aos duzentos Moiros, e despenharam-n'os do alto da muralha.

«Que tremendo combate ali teve de se travar!

«Andava tão accesa a briga, e era tal a ondulação d'aquellas massas humanas travadas peito a peito, estreitamente enlaçadas como duas serpentes luctando, que um Portuguez, homem de sessenta annos, chamado Fernando Affonso, tendo cahido ao chão, mas sem a mais leve ferida, morreu apesar d'isso pisado aos pés e suffocado pelos combatentes, sem que lhe ouvissem os gritos, sem elle encontrar um pequeno espaço que lhe permittisse o levantar-se!

«A victoria porém estava longe de ser decisiva. Já a manhã rompêra, e os nossos, extenuados pela vigilia e pelo combate, não tiveram um momento para respirar, porque logo as reliquias da primeira columna que tinham repellido voltaram incorporadas na segunda celumna, toda de tropas frescas, a dar novo assalto ao baluarte. O impeto d'esta segunda investida foi irresistivel, pois que

os nossos, exhaustos de forças, já não podiam combater com a mesma energia; mas o sentimento do perigo duplicou-lhes as forças, e Antonio da Silveira, multiplicando-se, substituindo os sãos pelos feridos, dirigindo contra os reforços que os assaltantes a cada momento recebiam, a artilheria dos outros baluartes, logrou infundir animo aos diminuidos defensores, exaltados tambem por exemplos de sobr'humana coragem que alguns lhes deram. Assim, conta-se d'um espingardeiro, que, não tendo já ballas, arrancou um dente (que devia já d'andar bem abalado, acrescenta em commentario um dos nossos chronistas) e com esse projectil d'um novo genero fez ainda um tiro. Antonio Mendes de Vasconcellos, ferido na cara e na garganta, continuou a pelejar até que uma outra ferida, atravessando-lhe o hombro esquerdo, o constrangeu a desamparar o baluarte, morrendo instantes depois. O heroico Rodrigo Proença já morrêra tambem com uma frecha que pelos olhos lhe entrára no cerebro. Mas o mais notavel de todos estes actos d'heroismo é o de João Rodrigues, que foi decisivo. Quando a batalha já parecia perdida, appareceu elle trazendo uma jarra de polvora, com um morrão acceso, e brandando: «Deixae-me passar que levo «aqui o ataúde para nós e para os inimigos.» Era tal a exaltação dos Portuguezes que ninguem lhe fez obstaculo. Todos preferiam a morte á perda do combate. Mas foi tão feliz João Rodrigues, que, atirando a jarra ao meio dos inimigos, fez voar pelos ares muitas pedras da fortalesa, e com ellas mais de quarenta d'elles, ficando intacta a parte que os nossos ainda occupavam! Esta especie de milagre redobrou a coragem dos Portuguezes, e com tal impeto retomaram a offensiva, tendo além d'isso a ventura de matar um genro de Khodja-Safar, que a segunda columna, desanimada e dizimada, abandonou a fortalesa, e o assalto da terceira já foi tão froixo, tanto porque era composta de gente menos escolhida, como porque estava desalentada com o resultado dos dois primeiros combates, que não tiveram os nossos grande trabalho em repellil-os.

«Este furioso combate fôra glorioso, mas terrivel para a guarnição: quatorze mortos, e mais de duzentos feridos haviam reduzido os defensores válidos da fortaleza a quarenta homens apenas. Felizmente os Turcos nem suspeitavam qual era a força verdadeira da guarnição, e, a avalial-a pela energia da resistencia, julgal-a-hiam pelo contrario superior á força dos assaltantes. Por isso completamente desalentados pelo máo resultado do ultimo combate, e não querendo ser surprehendidos pela chegada da esquadra do vice-rei, no dia 1 de novembro embarcaram definitivamente, fazendo-se á vela no dia 5 d'esse mez. N'essa mesma noite partiu tambem Khodja-Safar com o exercito de Cambaya, e chegaram á fortaleza, duas fustas commandadas por D. Luiz d'Athayde e D. Martinho de Sousa, destacadas por uma esquadra de 14 fustas e catures, de que era capitão Antonio da Silva Menezes e que formava a guarda avançada da armada do vice-rei. Chegava tarde: o heroismo dos nossos soldados soubéra dispensar auxilios, e a Providencia parecêra querer-lhes recompensar a constancia, porque, os livrára dos inimigos, exactamente quando a resistencia se tornára de todo impossivel.

«A fama d'esta resistencia heroica, d'esta assignalada victoria, não tardou a espalhar-se pela Asia e pela Europa, e na India redobrou o terror que o nome portuguez inspirava. Na Europa todos escutaram a narrativa d'esses feitos com admiração respeitosa. É porque essa victoria não fôra ganha sobre timidos Indios,—pois que os Guzarates, que são, ainda assim, dos mais valentes soldados da peninsula industanica se haviam conservado sempre no segundo plano,—mas sobre os Turcos, sobre os Janizaros, essa milicia formidavel que fazia tremer a Europa; que dava a Solimão o Magnifico o prestigio que tornava a sua alliança requestada pelos monarchas christãos; que, havia bem pouco tempo ainda, ceifára nos campos de Mohacz a flôr da nobresa hungara, commandada pelo seu rei Luiz II, cunhado de Carlos V; que tomára Rhodes aos Hospitalarios; que arrancára a Grecia aos Venesianos, que assustava a Italia, e repremia ao Norte as hordas barbaras dos Russos. Por isso conquistou esta defesa de Diu uma fama que não obtivera nenhuma outra victoria dos Portuguezes, por isso Francisco I, o rei gentilhomem, quiz ter o retrato d'Antonio da Silveira na sua galeria d'homens illustres do palacio de Fontainebleau; por isso emfim, valeu mais

essa resistencia heroica, para consolidar o nosso poder na India, do que trinta victorias obtidas sobre os indigenas; por isso veremos o Samorí pedir paz ao vice-rei, os rajahs de Ceylão sollicitarem a nossa alliança; por isso Diu ficou, celebre entre todas as fortalezas indianas, celebridade que veio sanccionar a segunda não menos heroica defeza, que essa foi immortalisada por Jeronymo Corte-real e Jacintho Freire d'Andrade».

O primeiro cêrco de Diu teve dois historiadores, um em prosa, Lopo de Sousa Coutinho, [1] e outro em verso, Francisco de Andrade, o mesmo que escreveu a chronica de D. João III.

Andrade compoz um poema historico, que imprimiu em 1589.

Portugal estava sob o jugo de Castella, e Andrade, não obstante rememorar uma das mais notaveis façanhas dos portuguezes na India, invoca no poema:

> Filippe invicto, a quem a Providencia
> E o Divino Poder, hoje sujeitos
> Os lusitanos fez..................

O *Primeiro cêrco de Diu*, escripto em oitava rima, não deixa de ter qualidades litterarias recommendaveis, e alguns episodios mimosos pelo colorido e pelo sentimento, sem embargo de muitos defeitos que o maculam, um dos quaes é seguramente a frequente dureza do verso, e a repetição enfadonha de vocabulos. O adjectivo *imigo*, por exemplo, pullula no poema.

Entre os mais notaveis episodios do *Primeiro cêrco de Diu* figura o do combate singular de um moço portuguez, que apenas contava dezoito annos de idade, e de um turco. Transcrevemol o, porque elle póde ser considerado como um exemplo d'esse ardor heroico dos portuguezes na época das conquistas; ardor, que umas vezes se realçava de clarões immaculados, outras vezes se deshonrava n'essas carnificinas tremendas, em que a historia do nosso dominio na India abunda.

[1] *Livro primeiro do cêrco de Diu, que os turcos pozeram á fortaleza de Diu.*—Coimbra, 1556. Obra rarissima. Foi mandado, de Lisboa, um exemplar á exposição de Paris de 1867.

> «Tal foi d'aquelle moço o forte peito
> De que atraz prometti cantar cá ávante,
> Que entrou n'um perigoso, bravo feito
> Com animo feroz, duro e constante;
> Assaz merecedor que o mais perfeito
> Verso, este seu heroico feito cante,
> E tanto mais heroico quanto a idade
> Tenra, lhe punha mór difficuldade.
>
> «Depois que da espingarda não se ajuda
> Este Marte novel, logo com pressa,
> Apertando na mão a espada aguda,
> Traz um dos outros Turcos se arremessa:
> Impedir-lh'o o Furtado assaz estuda,
> Mas de seguir o Turco elle não cessa,
> Que mais é então ao seu espirito ardente
> Que ao que manda o Furtado obediente.
>
> «O Turco d'entranhavel medo cheio
> Dá-lhe as costas, ligeiro quanto o vento,
> Com tal pressa porém traz elle veio
> O moço que lhe chega n'um momento;
> Bem desejou o Turco então ter meio
> D'entrar lá onde os seus teem seu assento.
> Mas a pressa do moço é tão sobeja
> Que o faz desesperar do que deseja.
>
> «E vendo que chegar já não podia
> Ás estancias dos seus lá junto á cava,
> Onde então mais segura e certa via
> Aquella salvação que desejava,
> E pôr-se em defensão não se atrevia
> Contra o moço foroz, que o maltratava,
> No rio o rosto põe, com grande mágua,
> Determinando já salvar-se n'agua.
>
> «Direito ao rio vai com tal presteza
> Qual n'elle põe um grave temor frio,
> O moço, que lhe é igual na legeireza,
> Junto com elle vai tambem ao rio,
> Onde sempre lhe faz com grã crueza
> Sentir da dura espada o agudo fio
> Em quanto lhe durou esta corrida,
> Mas nem com isso faz que perca a vida.
>
> «Nem foi isto escondido á imiga gente
> Que mais de mil lhe teem direita a fronte,
> E qual soe o libré que o touro sente,
> Ou sente o javalí correr no monte,
> Salta de cá e de lá, feroz e ardente
> Por ferrar o animal que tem defronte,
> Mas reprime-o a teza e dura trella,
> E o astuto caçador que afferra n'ella:

«Tal vejo cada um dos que atraz digo,
Que os dois da turca estancia estavam vendo,
Os quaes vendo o furor do moço imigo
Em vingadora furia estão ardendo;
Bem desejam d'ir lá, mas o perigo
Tanto estão dos mortaes tiros temendo
Com que os Christãos ao moço dão ajuda,
Que nenhum d'onde está o passo muda.

«Nenhum a propria vida aventurando
Quer segurar a alheia n'aquella hora,
E assim nenhum faz mais que estar olhando
Como salvar-se o seu trabalha agora;
O qual chegado ao rio, tanto entrando
Foi pela agua, que os hombros sós tem fóra;
Entra tambem traz elle o ousado moço
Até que lh'agua deu pelo pescoço.

«Tão differentes eram na estatura
Que inda que o Mouro estava ávante posto
E o moço atraz, onde ha menos altura,
Comtudo a agua mais perto tem do rosto;
Pára aqui o triste Mouro, que outra dura
Sorte arreceia n'agua, e outro desgosto,
Temendo que se lá mais dentro entrasse
A corrente tambem traz si o levasse.

«Procura o moço assaz por dar effeito
Áquella obra que tinha começada,
Mas elle e o Mouro estão de tão máu geito
Que alcançál-o mal póde com a espada.
Aquelle Sousa a quem elle é sujeito
Que no muro está então, de lá lhe brada
Que encolha o braço a si, depois o estenda,
E co'a ponta da espada o imigo offenda.

«O moço, cujo esprito forte e ousado
No perigo maior mais prevalece,
Tambem agora está tão acordado
Que do senhor a falla bem conhece;
E havendo-se por bem aconselhado
Logo n'este conselho lhe obedece;
Ja não levanta o braço, e d'alto fende,
Mas para si o encolhe, e logo o estende.

«Uma e outra vez encolhe e estende o braço,
Mas nem o que pertende assim alcança:
O triste Mouro em todo aquelle espaço
Nem sómente lhe veio uma lembrança,
Que tambem traz ao lado o subtil aço
Com que de se salvar tenha esperança,
Que tanto o aperta o medo, que imagina
Que tem na salvação maior ruina.

«O moço, a quem um furor então já cega
Porque chegar ao Mouro a agua lhe impede,
Comtudo quer tentar se o que ella nega
Póde o esforço acabar, mas mal succede.
Entra pela agua mais, nem assim chega
Ao fim do que o desejo então lhe pede,
Que como a agua na altura o senhoreia
Vão-se-lhe os pés por baixo, e cae na areia.

«Vê-se então mais que nunca perigoso,
Porque d'agua ficou todo coberto,
E o Mouro em defender-se antes medroso
Para offender se mostra agora esperto;
Salta logo sobre elle desejoso
De o fazer affogar, e muito perto
Esteve esta tenção de vir a effeito,
E os que de fóra o vêem o dão por feito.

«Mas aquelle valor raro e sobejo
Na mór necessidade mais se accende,
Que inda que o moço já cansado vejo,
E das mãos a espingarda uma lhe prende,
E bebêra agua assaz, vendo o desejo
Do Mouro, que affogal-o então pertende,
Volta a espada para elle, e faz que lhe entre
Lá tres ou quatro vezes pelo ventre.

«Corre o sangue infiel em grosso fio
A quem o moço deu larga sahida,
Começa-se a tornar o corpo frio
A que o sangue traz si levava a vida,
Perde a côr natural a agua do rio
E de branca em purpurea é convertida,
E o contrario á infiel face acontece
Que sendo antes purpurea amarellece.

«Do mortal ferro o Mouro trespassado
Sólta de todo o moço, e o desaferra,
E logo posto em pé, desatinado
Correndo d'agua vai lá para a terra;
Porém apenas era n'ella entrado
Quando o esprito infiel que o corpo encerra
Blasfemando desceu á eterna queixa
Solto do corpo já, que em terra deixa.

«O moço, que de todo se já sente
Livre d'um tal trabalho e tal perigo,
Tambem se põe em pé, assaz contente,
Inda envolto no fresco sangue imigo.
Desatina de novo a imiga gente
Porque lhe tolhe ir a elle o que atraz digo,
Mas co'o que póde então lhe faz que veja
O que o seu peito imigo lhe deseja.

«Qual da espingarda lança o chumbo fóra,
Qual faz que a subtil frecha córte o vento,
Porém nenhum tão certo atira agora
Que execute no moço o duro intento:
Elle fazendo alli qualquer demora
Em quanto alguma força toma, e alento,
Ufano d'agua sae, com vagaroso
Passo, mais confiado que medroso.

«Na mão direita a espada sustentando,
E na esquerda a espingarda, faz a via,
E junto lá co'os turcos caminhando
Jámais d'elles o rosto não desvia:
Por entre mortaes tiros vai passando
Com mostras de despreso, e de ufania,
E assi, apesar da imiga furia brava,
Inteiro e são entrou dentro na cava.

«Recebido de todos foi com tanto
Prazer, que a pouco mais fôra infinito,
Porém mór que o prazer foi inda o espanto
Vendo em tão pouca idade tanto esprito.
Não quero em teu louvor soltar o canto
Famoso moço, porque o que é só dito
De ti, materia já será bastante
Para que todo o engenho de ti cante.

Este episodio é tambem considerado como uma das principaes bellezas litterarias do poêma. E como a historia da litteratura de um povo é inseparavel da historia politica d'esse mesmo povo, ninguem decerto taxará de impropria e descabida a transcripção.

CAPITULO VI

Succedeu a D. Garcia de Noronha, no governo da India, D. Estevam da Gama, filho de Vasco da Gama.

Além das suas rectas intenções como administrador n'uma época em que a corrupção lavrava já fundo na India, Estevam da Gama merece ser relembrado pela sua expedição ao Mar Roxo, em 1541, com o fim de desbaratar a nova esquadra que o pachá do Egypto estava preparando em Suez.

Jacintho Freire de Andrade dá conta d'este feito de Estevam da Gama na sua *Vida de D. João de Castro.* São poucas linhas, que servem duplamente ao nosso intento, porque nos ageitam occasião de apresentar desde já um dos grandes vultos da India, esse mesmo que Jacintho Freire biographou.

«Falleceu brevemente D. Garcia, a quem succedeu D. Estevam da Gama, que na India, teve os brios dos de seu appellido, e parece que tivera a fortuna, se não fôra tão breve o seu governo. Emprehendeu uma facção, no perigo, e na gloria, grande; qual foi embocar o estreito do mar Roxo, e queimar as galés dos turcos, que no porto de Suez se fabricavam, com voz de lançar os portuguezes da India; empreza que o turco reputava por digna de seu poder.

«Posta de verga d'alto toda a armada, não houve soldado de valor a quem não alvoroçasse o risco de tão nova jornada, na qual tanta fama merecia a victoria, como o atrevimento. Partiu D. Estevam da Gama com doze navios de alto bordo, e sessenta embarcações de remo, no primeiro de janeiro de 1541. Aqui foi D. João de Castro capitão de um galeão, e seguindo sua viagem com levantes, avistaram a costa da Arabia, posto que derramados. O governador D. Estevam da Gama a viu em monte Feliz, e surto na bocca do estreito, esperou os navios de sua conserva. Aqui foi certificado, que as galés inimigas estavam varadas em terra, porém tão vigiadas, que se não podiam queimar senão com força descoberta; o qual seria impossivel aos navios redondos, em razão dos baixos, e restingas d'aquelle porto: comtudo D. Estevam da Gama, desprezando o aviso, e o perigo, passou ávante com algumas fustas, uma das quaes levou D. João de Castro, deixando o seu navio. Passaram pelas primeiras ilhas, situadas em doze gráus e meio, e pela enseada velha em treze escassos, tomaram a da Fortuna, que está na mesma altura. Em todas estas angras, e enseadas da bocca do estreito até Suez, foi D. João de Castro tomando o sól, e fazendo roteiro, formando juizo, já de philosopho natural, e já de marinheiro, mostrando como caminha cega a experiencia rude dos pilotos sem os preceitos da arte. Aqui tão judicioso, como soldado, discursou doutamente sobre as causas, por que ao mar Roxo foi imposto este nome; e tambem dos impulsos, e movimentos naturaes das crescentes do Nilo nas monções do estio; materia que desvelou muitos engenhos, a quem a natureza tantos annos escondeu estes segredos. Assim contare-

mos d'este varão como parte menor de sua grandeza, o que os romanos com tão soberba eloquencia escrevem de seu Cesar, que com tanto juizo tomava a penna, como com valor a espada. Este tratado, e outro de que daremos mais inteira noticia, escriptos entre as ondas do mar, e o açoute dos ventos, dedicou ao infante D. Luiz, offerecendo-lhe o fructo das letras que juntos aprênderam.

«N'esta paragem viram o monte Synai, onde com fabrica de anjos foram as reliquias de Santa Catharina collocadas em illustre deposito; á cuja vista D. Estevam da Gama armou cavalleiro a D. Alvaro de Castro, o qual em memoria de tão celebre santuario tomou por timbre de suas armas a roda de navalhas, com que religiosamente as illustram ainda hoje seus descendentes. Do effeito d'esta jornada não daremos particular noticia, porque a vigilancia dos turcos nos frustou o effeito.»

Ainda outro mancebo foi ahi armado cavalleiro por Estevam da Gama: chamava-se D. Luiz de Athayde, e veiu a ser vice-rei da India.

A esta cerimonia cavalheiresca, que a tradição religiosa do Synai fazia mais notavel, alludia o epitaphio de Estevam da Gama:

«O que armou cavalleiros no monte Synai veiu acabar aqui.»

D. João de Castro escreveu effectivamente por essa occasião o *Roteiro do Mar Roxo*. Foi o terceiro roteiro que compôz. Precederam-n'o o *Roteiro de Lisboa a Gôa*, e o *Roteiro de Gôa a Diu*. Escreveu ainda um *Roteiro das costas da India*, que por óra se deve reputar perdido. [1]

O manuscripto do *Roteiro do Mar Roxo* encontrou-o o dr. Nunes de Carvalho, em Londres, na collecção Cottoniana da Bibliotheca do Museu Britannico; e nos archivos do ministerio dos negocios extrangeiros em Paris, encontrou as cartas maritimas de Castro, e o complemento do roteiro. Uma copia do *Roteiro do Mar Roxo* existia na livraria da Universidade d'Evora, e d'ella teve conhecimento o dr. Nunes de Carvalho. Tambem na Bibliotheca d'Evora existiam copias do *Roteiro de Lisboa a Gôa*, e do *Roteiro da costa da India de Gôa a Diu*, offerecidas ao collegio dos jesuitas por o cardeal D. Henrique.

Este ultimo *Roteiro* fôra publicado por o professor da Academia Polytechnica do Porto, Diogo Kopke.

O *Roteiro de Lisboa a Gôa* foi agora publicado sob os auspicios da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pelo sr. Andrade Corvo. É um trabalho importante; e das suas eruditas annotações teremos occasião de soccorrer-nos quando tratarmos mais detidamente da vida e feitos de D. João de Castro.

Estevam da Gama, que tinha deixado o grosso da armada na costa da Abyssinia em Massuah, depois de haver espalhado o terror na costa de Suez, regressou a Massuah, d'onde enviou seu irmão Christovam da Gama com quatrocentos portuguezes em soccorro do négus da Abyssinia contra o scheick de Zeilah.

D'esta expedição occupou-se Miguel Castanhoso, de Santarem, n'um livro que hoje seria conhecido de poucos, por demasiadamente raro, se não houvesse sido reimpresso no tomo I da *Collecção de opusculos reimpressos, relativos á historia das navegações, viagens e conquistas dos portuguezes*. Da mesma expedição se occupa tambem o patriarcha D. João Bermudez na sua *Breve relação da embaixada* «que trouxe do imperador da Ethiopia, chamado vulgarmente Preste João, dirigida a el-rei D. Sebastião.»

A Abyssinia atravessava então um periodo cruel, porque o scheick de Zeilah estava a ponto de substituir em toda a Abyssinia o islamismo á religião christã. Pode-se dizer que os portuguezes, observa Ferdinand Denis, salváram então a Abyssinia da mais deploravel invasão.

Se o infante D. Henrique podesse viver ainda a este tempo, veria excedido o problema que tanto preoccupára o seu espirito. A lenda do Prestes João estava, havia annos, [1] convertida em realidade. Mais ainda. O Prestes, o imperador christão da Abyssinia, pedia agora auxilio a Portugal contra um inimigo do christianismo. E a expedição de Christovam da Gama dava aso a descobrir-se que se a lenda do Prestes João preoccupára por longo tempo a fé e a imaginação

[1] Prologo do sr. Andrade Corvo na edição do *Roteiro de Lisboa a Gôa*, feita recentemente (1882) sob os auspicios da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

[1] Veja-se o presente volume a pag. 221 e 281.

dos principes do occidente, tambem na tradição ethiope andava a prophecia de que gentes brancas, *de muy longes partidas* (terras) haviam de tirar do captiveiro toda a Ethiopia. [1] Esses brancos, que a prophecia annunciava, eram os portuguezes, que durante longos annos haviam empregado repetidos exforços para encontrar a côrte christã do Prestes João! Coincidencia notavel.

Os quatrocentos portuguezes de Christovam da Gama viram por vezes a gloria, mas a final foram destroçados pelo scheick de Zeilah. O proprio chefe cahiu em poder do inimigo, que lhe deu a morte. Mas cento e trinta portuguezes, que poderam reorganisar exercito com os soldados do négus, acabaram por salvar a dynastia abyssinia, e o predominio da religião christã n'aquellas regiões.

A Estevam da Gama succede no governo da India Martim Affonso de Sousa. Em torno da sua infancia volteia a lenda da heroicidade. Segundo a tradição, Gonçalo de Cordova deu-lhe a sua espada, de que elle nunca mais abriu mão. No Brazil, funda a primeira colonia regular, anima a agricultura, introduz a cultura da canna d'assucar. Em 1529 sae do Tejo, nomeado capitão-mór do mar da India. Chegado lá, o governador Nuno da Cunha põe á sua disposição uma esquadra de quarenta navios.

O sultão Bahdur pediu-lhe auxilio contra os mongoes, a troco da concessão para levantar uma fortaleza em Diu. Martim Affonso prestou, com grande valentia, e prestigio para o nome portuguez, o auxilio pedido e promettido. Depois d'esta guerra de intervenção, tomou aos malabares a ilha de Repelim, abateu o poder do rajah de Calicut, e deu um importante soccorro ao rei de Cota, vassallo dos portuguezes.

Na costa do Malabar, Pachi-Marca provocou-o. A victoria que Martim Affonso ganhou sobre este inimigo foi completa. Voltou a Ceylão para auxiliar o rei de Colombo. Os piratas, que encontrava no mar, derrotava-os; sem embargo, elle mesmo foi um dos maiores piratas da India, como veremos. Chamado a Gôa, que estava ameaçada pelos turcos, mas, tendo havido mudança de governador, e estabelecida uma politica contemporisadora, voltou a Lisboa, onde o rei o recebeu com distincção.

Em 1541 partiu de novo para a India com uma esquadrilha de cinco navios. Havia sido escolhido para governador.

Foi por esta occasião que chegaram a Portugal, requeridos por D. João III para missionarem no Oriente, quatro padres da Companhia de Jesus, entre os quaes se contava S. Francisco Xavier. Este e mais dois companheiros embarcáram para o seu destino com Martim Affonso de Sousa. O quarto padre, Simão Rodrigues, ficou em Portugal, e *foi cabeça e fundamento*, [1] das casas e collegios que a Companhia teve em Portugal.

Referindo-se á Companhia de Jesus, diz Coelho da Rocha: [2] «Ainda este Instituto não era confirmado, e já de Roma em 1540 tinham chegado a Portugal os primeiros jesuitas, convidados por D. João III. Sua austeridade, procedimento apostolico, e vida exemplar, tal credito lhes grangeáram, que o monarcha os tratava pelos seus *Benjamins:* os cortezãos imitavam o principe, como sempre acontece: e o povo, que raras vezes sabe distinguir entre a solidez e o exterior da virtude, respeitava-os como uns santos.»

S. Francisco Xavier foi o apostolo dilecto da India. Ainda hoje tem ali um culto fervoroso, e sempre ardente. Posto antecipemos um pouco os acontecimentos, parece-nos opportuno inquadrar n'este lance da nossa narrativa a memoria dos seus serviços á religião do Crucificado, nas regiões do Oriente.

«Foi no dia 7 de abril de 1541, que Francisco Xavier partiu para a India, e nos tres mezes que durou a viagem, porque a frota de Martim Affonso invernou em Moçambique, deu Francisco Xavier provas relevantes do seu zelo evangelico e da sua caridade. Era no navio o prégador, o consolador, o enfermeiro da tripulação; em Moçambique, em Melinde e em Socotorá, essa caridade, estendendo-se aos indigenas, encheu-os de espanto a elles que estavam costumados a vêr nos europeus apenas os seus tyrannos e os seus algozes. A 5 de maio de 1542 chegou Francisco

[1] Miguel Castanhoso. Cap. VII.

[1] Frei Luiz de Sousa.—*Annaes de D. João* III, pag. 322.

[2] *Ensaio sobre a historia do governo*, etc., pag. 168.

Xavier a Gôa, e deu ali uma prova de humildade e cordura, como na viagem déra tantas de caridade, porque, indo revestido pelo papa, quer dizer pelo chefe supremo da Igreja, do titulo de nuncio apostolico, apresentou-se comtudo ao bispo de Gôa D. João de Albuquerque, declarando-lhe que só exerceria o seu cargo, se elle lh'o consentisse. Era um exemplo de moderação que elle dava a todos esses ávidos e indisciplinados capitães que não cediam o poder uns aos outros, senão depois de largas e vergonhosas contendas.

«Em Gôa empregou Francisco Xavier o maior zelo em espalhar a instrucção christã e a moralidade entre uma população corrompida. Depois, passando á costa da Pescaria, comprehendida entre o cabo Comorim e a ilha de Manar, prégou o christianismo com um successo que justificava não só o seu zelo, a mansidão das suas doutrinas, a suavidade do seu ensino, mas tambem os actos de caridade com que elle acompanhava as predicas, forticando com a santidade do exemplo a santidade das theorias.

«Ora na costa da Pescaria, ora em Travancor e Meliapor, convertendo e prégando, ora em Gôa aonde veio fundar um seminario para os jovens indios, passou Francisco Xavier os tres annos do governo de Martim Affonso de Sousa, sanando com o balsamo da sua palavra e da sua caridade o triste effeito que produziam no animo dos Indios as piratarias do governador.

«Quando D. João de Castro, aportava a Gôa, partia Francisco Xavier para Malaca, e ahi e nas Molucas não foram poucas as conversões que operou, nem foi pouco proficuo o seu exemplo para cohibir as demasias e a immoralidade dos portuguezes.

«E era necessario que a sua virtude fosse effectivamente grande, a sua caridade esplendente, para grangear neophytos em sitios assignalados por tamanhas crueldades dos portuguezes, elle que os indigenas como portuguez consideravam, e que o era effectivamente por adopção senão por nascimento.

«Voltou a Gôa a tempo de receber o ultimo suspiro de D. João de Castro. Precedia-o ali uma reputação immensa de santidade, um prestigio a que ninguem se eximia. Levado da santa ambição de ir ensinar a fé e o nome de Christo ás mais remotas regiões, já se não contentava com esse vasto paiz, onde tremulava dominadora a bandeira portugueza: percorrera a costa de Malabar e a costa de Bengala, visitára os resplandecentes imperios da Malasia, fundára o seminario de S. Paulo em Gôa, onde portuguezes e indigenas, que inflammára com o ardor do seu enthusiasmo, formavam uma sagrada milicia disposta a seguir as suas pisadas e a substituil-o n'esses paizes, que pelo seu vulto conservaram um quasi supersticioso respeito. Competia-lhe, como a general audicioso, levar ainda mais longe a bandeira da fé. Entrou no Japão, desacompanhado, só com o prestigio da sua palavra, e conquistou-o para a sciencia e para o christianismo, ia entrar emfim na China quando a morte o surprehendeu.

«Beatificou-o Paulo v, canonisou-o Gregorio xv, e Benedicto xiv proclamou-o padroeiro do Oriente. Todo o Oriente effectivamente o venera; as suas reliquias como que transformam Gôa na cidade sagrada das Indias para todas as populações christãs de Malabar, de Ceylão e das Molucas, da China e da Indo-China. Com effeito o seu nobre vulto merece a veneração dos devotos e dos profanos, o seu prestigio como que faz perdoar á companhia de Jesus os crimes que depois commetteu, os excessos a que a sua ambição a arrastou. No crepusculo da gloria portugueza, gloria bem manchada de sangue, na aurora da gloria jesuitica, gloria bem manchada de torpezas, o vulto de Francisco Xavier surge puro e sem nodoa, como se atravessasse o mundo sem roçar pelos seus tremedaes a fimbria da sua tunica. Por isso, ao passo que o Oriente de todos os nomes gloriosos que o assombraram apenas conserva dois na memoria—o de Albuquerque e o de Castro, não esqueceu nunca o vulto do humilde missionario que é illuminado pela doce luz da caridade e não pelo sangrento lampejar das espadas. É porque o nome do santo que soube consolar, tem echos perpetuos no coração das gerações, emquanto aos grandes do mundo succede o que tão bem exprimiu na sua phrase castiça, classica e elegante, Lucena, o proprio biographo de S. Francisco Xavier: «Soam, porque montam e valem, emquanto vivos, os «grandes; mas a memoria que d'elles fica, em «acabando, o propheta a comparou ao rasto

«ou ao signal que o som no ar deixa depois que passa.» [1]

Fernam Mendes Pinto, esse extraordinario viajante portuguez do seculo XVI, de quem ainda teremos occasião de fallar, teve relações no Oriente com S. Francisco Xavier, e da sua vida e morte dá noticia no livro da *Peregrinação*.

Investido no governo da India, Martim Affonso de Sousa tratou de locupletar-se, exercendo em larga escála a pirataria official. Elle proprio percorreu a costa do Malabar saqueando os pagodes. Este exemplo do governador, que arrecadava para si o melhor e maior quinhão da rapina, augmentava a corrupção e a indisciplina dos soldados. A India ia apodrecendo no fermento das devassidões. A historia d'essa época é vergonhosa para nós, os dominadores do Oriente. E Martim Affonso de Sousa não póde ser considerado senão como um pirata que manejou com valor, a ser verdadeira a lenda, a espada de Gonçalo de Cordova.

Appareceu felizmente um homem que, por algum tempo, havia de oppôr uma forte barreira á corrupção que lavrava na India.

Esse homem foi um descendente de Ignez de Castro, D. João de Castro, que havia nascido em Lisboa a 17 de fevereiro de 1500.

Aprendeu mathematicas com o doutor Pedro Nunes, circumstancia que o aproximou do infante D. Luiz, [2] de quem já em outro logar fallámos. Os seus conhecimentos n'esta materia e na sua applicação á navegação, ficaram demonstrados pela publicação dos *Roteiros*, a que tambem já alludimos.

Chegado aos dezoito annos, D. João de Castro, seduzido pelas proezas que se praticavam na Africa, embarcou furtivamente para Tanger. D. Duarte de Menezes, governador d'esta possessão africana, recommendou-o ao rei pelos seus serviços. D. João III, chamando-o á côrte, fez-lhe mercê da commenda de Salvaterra. D. João de Castro demorou-se em Lisboa, frequentando a côrte e aqui casou.

Resolvendo o imperador Carlos V dar caça aos corsarios de Tunes, sobretudo ao celebre Kheireddin Barba-Roxa, pediu auxilio ao rei de Portugal, seu cunhado. O infante D. Luiz, impaciente de entrar na refrega, sahiu secretamente para Castella. Da tripulação d'esta armada fez parte D. João de Castro.

Recolheu a armada victoriosa a Lisboa, e com ella D. João de Castro, que resolvendo passar á India, embarcou com o governador D. Garcia de Noronha, seu cunhado. Seu filho Alvaro, de treze annos de idade, tambem foi.

Durante a viagem, D. João de Castro entregou-se a graves e variados estudos, como demonstra

[1] *Jornal do Domingo*, n.º 12, do II anno.

[2] Como prova da muita consideração em que este infante o teve, basta lêr a seguinte carta que D. João de Castro da India lhe escreveu em 29 de outubro de 1539:

«Senhor. Por Alvaro Barradas receby huma carta de Vossa Alteza e nela tamanhas omrras e merçês que sendo caso que a mantença e sustancia do pryncipio de minha vida não fora esta certamente que de todo me comprira sair fora de meu natural juizo. Abastava somente alembrar-se Vossa Alteza de mim e com isto fycava eu posto em mayor autoridade e preço de todos: e não com tão particulares fauores que dem ocasyam aos que pouco sabem de parecer que pode ser necessario a Vossa Alteza algum cabedal e ajuda pera alevantar sobre as estrelas o mais derribado e abatido omen do mundo, pois que verdadeiramente omrras e mercês se não podem chamar outras algumas salvo aquellas que decemdem de seu alto e invemcivel animo, e nestas taes estee o grao até omde pode cheguar o desejo e cobiça dos mortaes: quysera eu saber responder a sua carta jaa que o nom posso servir, e com isto contentar me, mas vejo tam dificil huma coisa como a outra, de sorte que me convem per huma parte apreguoar suas grandesas, e por outra desemulalas, nom avendo em mim capacidade pera executar nenhuma dellas. Dame Vossa Alteza em sua carta muitos agradecimentos por algumas consyderações que tenho obrado: creo eu, senhor, que isto devo de emtemder pelo que de mim sey ser huum favoravel perdam de meu pouquo cuydado e maao emgenho: pois lozio tam pouco em mim a doutrina e exempro que em seu reall paço se pratica: mas pois Vossa Alteza quiz usar de tamta benevolencia comigo resam será que isto me enuergonhe muyto máis que huum aspero castigo e forte repreemsão que eu tenho bem merecido: e daqui por diamte lamce eu de mim a preguiça e descuydo e ponha em obra a execuçam e exercicio de seus altos e maravilhosos instrumentos.» Arch. Nac., *Mss. de S. Lourenço*, tom. 5.º, fl. 113.

a seguinte interessante carta, que de Moçambique escreveu a D. João III:

«Senhor.—Como quer que eu não traga outra obrigação de que possa dar conta a Vossa Alteza senão das cousas que toquão ao seo, mar e ar, que as do carto elemento ou terra me não pertemce não aja Vossa Alteza por estranho esprever lhe sobre materias pouquo importantes e sertamente senhor que eu me achara muito envergonhado se o tempo muitas vezes me não amostrara gramdes reis e primcipes leyxarem famosas e soberbas cidades e porem se em proves e omildes aldeas e ás vezes gostarem de fruitas que não recebem cultura ordenadas da natureza pera as aves e gemtes sylvestres avorrecidos daquellas que caise trazem amiração aos omens. E porquanto esta rezão pode ser que não satisfaça a deversidade de tamtos juizos como se achão pera cousas, que merecem reprensão habrasar mei com as palavras da sagrada espretura que dizem que a fieira mall poderá dar espynhos nem os figos nacerem dos abrolhos e tãobem senhor eu são serto que não faltarão espritores que fação saber a Vossa Alteza os acomtecimentos que vão por estas suas lomgas e estranhas terras asy porque seus carreguos e oficios os obrige como pela materia ser aprazivell e gostosa e aquella que eu trago entre as mãos esteril e sequa posto que proveitosa e o reall nome de Vossa Altaza a faça ylustre.

«Primeiramente pode crer Vossa Alteza que esta foy a mais bem aventurada viage que foy vista asy de vemtos prosperos e mares bonançosos como de saude e bõas desposyções que nosso Senhor deu a todollos soldados que o ymos servir nesta samta gerra que não he cousa pera o Vossa Alteza estimar pouquo e nisto me não halargarey mais porque hirei fora de meus lymites.

«Eu senhor tenho trabalhado neste caminho quanto pude por entemder meudamente a variação das agulhas de que os pilotos tamto se aqueixão e soubea perfeitamente e afyrmo a Vossa Alteza que até ora nem foi sabido nem maginado algum sagredo que nesta parte alcamsei o que faz muito ao caso pera as deferemças que ouve entre Vossa Alteza e o emperador e pode aver sobre a repartição do mumdo.

«E asy me sertefiquei da lomgura que ha do brazill ao caho da bõa esperamça e nisto estou tão côstamte que me atreverey a o fazer confesar a omens barbaros e a outros de gramde emgenho.

«E tãobem foy per mym muito enxercitada a levação do polo a toda ora do dia e nesta operação achey muitos avisos notaves.

«Não fui remiso de fazer muitas notações sobre o correr das agoas e nisto achey muitas deferenças e cousas muy remotas da notycia dos seus pilotos.

«Comtemprey a ordem dos vemtos e se darião lugar a pasarem naos á Imdia todo anno e este nome de monções se he asy como dizem ou não e do que disto soube estou satisfeito.

«Do mar tirey quamto pude asy per aves e peyxes e ervas pera conhecimentos das terras.

«E asy achey lugares onde os pilotos sõo emganados na altura e foy per mym emvistiada a causa e sabida e todas aquellas terras per omde pasey asemtey em verdadeiras alturas e derrotas.

«E aquellas que me pareceo proveytoso debuxey pera avyso e resgardo de seus pilotos.

«Hos yclyses da lua tenho muito a carrego. De tudo isto tenho feito hum roteiro que poderá acupar duas mãos de papell mandal o ey a Vossa Alteza nas primeiras naos que partirão da imdia levando me noso Senhor lla e não o mando agora por estar esprito de ruim letra e a viagem não ser imda ocabada.

«Da doutrina vida custumes e justiça do Viso Rei não espreverei a Vossa Alteza porque são parte creo que ho farão todos aqueles que nestas partes se acharem. Noso senhor acresente a vida e reall estado de Vossa Alteza, escrita a 5 dias dagosto nesta nao grifo que noso Senhor trouve a salvamento a este porto de moçãobique de 1538.» [1]

Chegados á India, D. João de Castro não esteve ocioso. O leitor já sabe, pela transcripção de Jacintho Freire, como D. João embarcou na esquadra de D. Estevam da Gama, em 1541. Resta dizer que, voltando á patria, foi dois annos depois encarregado de comboyar as náus de viagem que se esperavam da India.

O sahir ao mar deu-lhe pretexto para derrotar um forte corsario francez. Mas um maior

[1] Arch. Nac., *Mss. de S. Lourenço*, tom. 4.º, fl. 253. *Nas costas*: Carta que escrevi a il Rei de moçambique ha 5 d'Agosto de 1538.

corsario, Barba-Roxa, havia breve de fazer com que de novo embarcasse. Com effeito Kheireddin Barba-Roxa havia-se alliado com o imperador dos turcos, Solimão, para atacarem Ceuta. Era uma desforra que tomava. Portugal e Castella preparavam esquadras. Para commandante da portugueza foi escolhido D. João de Castro. Era isto em agosto de 1543. No estreito de Gibraltar, encontraram a esquadra de Barba-Roxa. O general castelhano, D. Alvaro Bação, desanimou á vista do inimigo, porém D. João de Castro conservou-se firme. Mas Barba-Roxa retrocedeu «por dissensões que houvera entre os cabos maiores ou, como em outras memorias achamos, por haver recebido novas ordens do Turco, que recolhesse a armada», diz Jacintho Freire. D. João de Castro foi a Ceuta a conferenciar com o governador sobre a defensa da praça e, tendo acabado a sua missão, regressou a Lisboa.

Estava a terminar na India o governo de Martim Affonso. Não sabia ainda o rei quem o substituisse. Pediu conselho ao infante D. Luiz, que lhe indicou D. João de Castro. Com effeito foi elle o escolhido, e não tardou que tratasse de preparar-se para a partida.

Foram com D. João de Castro os seus dois filhos, Fernando e Alvaro. Conta Jacintho Freire que passando D. João acaso pela Jubiteria, e vendo penduradas á porta umas calças de obra, parára, e perguntára para quem eram. Responderam-lhe — que as mandára fazer D. Alvaro, filho do governador da India. D. João de Castro pediu uma thesoura, com que as cortou todas, replicando: Dizei a esse rapaz que compre armas.

A armada que conduzia o novo governador desaferrou de Lisboa a 17 de março de 1545.

Quando D. João de Castro chegou a Gôa como governador, estava ahi preso o sultão de uma das Molucas, de nome Meale, que Hidal-Khan, seu inimigo reclamava. Estas reclamações, depois que a corrupção dos costumes começára a lavrar fundo na India, eram quasi sempre acompanhadas de promessas de boa ganancia. Vergando ao peso d'estas promessas, Martim Affonso de Sousa estivera a ponto de entregar Meale ao inimigo. D. João de Castro, porém, allegou a Hidal-Khan que não atraiçoaria a confiança com que Meale recorrera á hospitalidade portugueza, respondeu que não lh'o entregaria. Hidal-Khan, indignado, declarou guerra ao governador, que o derrotou a duas leguas da cidade; ao mesmo passo D. João de Castro mandava seu filho D. Alvaro correr a costa. D. Alvaro tomou e arrasou a cidade de Combre, e Hidal-Khan foi assim obrigado a pedir paz.

N'esta questão, D. João de Castro não quiz honrar apenas a lealdade portugueza, conservando Meale; serviu-se d'elle principalmente como de uma arma diplomatica.

Referindo-se a D. João de Castro, escreve o sr. Thomaz Ribeiro:

«Os tempos mudam: a diplomacia vem sorrir ao viso-rei. As dissenções de familia, que tantas vezes tinham alternadamente dado e tirado aos portuguezes as terras de Salsete e Bardez, renasciam com aspecto novo; aproveita-se d'isso o viso-rei, e, protegendo o velho Meale, já proscripto e perseguido de novo, ameaça com elle, sob promessa de doação das duas provincias, Bardez e Salsete, o sobrinho desleal. Morre por esse tempo o vencedor de Bory; e o proprio Ibraim para nos captar a benevolencia, faz doação das provincias ao viso-rei, com a condição de guardar em segurança Meale, pois que lh'o não queria entregar, como elle desejava. E assim, em 1544, tomavamos de novo posse da comarca de Salsete.

«Meale vivia ora na cidade de Gôa ora em Cananor com as honras de principe, o que fazia notavel medo a seu sobrinho, que, depois, no tempo de D. João de Castro, julgando que breve lhe seria a guerra movida por nós em favor de Meale, aproveitado a ausencia do viso-rei, cahiu sobre Salsete e a tomou.» [1]

Como quer que seja, a diplomacia não evitou que D. João de Castro tivesse de rehaver pelas armas Salsete, essa Salsete que tantas vezes tomamos, e de que só muito tarde conseguimos a posse definitiva.

Em 1546, Khodja-Safar julgou ter chegado occasião opportuna de vingar-se da derrota que havia soffrido em Diu.

O governador da fortaleza, D. João de Mascarenhas, mandou aviso a D. João de Castro.

[1] *Jornadas*, segunda parte, pag. 60.

A guarnição da fortaleza tinha desertado quasi toda; estavam os soldados cansados de servir sem que lhes pagassem, porque os governadores tratavam primeiro de si. D. João de Mascarenhas tinha apenas duzentos e cincoenta homens; D. João de Castro, respondendo ao aviso, mandou-lhe duzentos soldados de reforço.

A situação era complicada, porque ao mesmo tempo os castelhanos lançavam vistas para as Molucas, e D. João de Castro tinha que os mandar bater, como fez.

Entretanto, D. João III escrevia de Portugal a D. João de Castro, dando-lhe instrucções sobre a administração da India, que o monarcha via unicamente atravez do prisma da religião. É extremamente curiosa, como documento para a historia, a carta do rei. Diz assim:

«Governador amigo: O muito que importa olharem os Principes Christãos pelas cousas da Fé e na conservação d'ella empregar suas forças, me obriga avisar-vos do grande sentimento que tenho, de que não só por muitas partes da India a nós sujeitas, mas ainda dentro da nossa cidade de Gôa, sejam os idolos venerados; logares em que mais fora razão que a Fé florescêra; e porque tambem somos informados da muita liberdade com que celebram festas gentilicas, vos mandamos, que descobrindo todos os idolos por ministros diligentes, os extinguaes, e façaes em pedaços, em quálquer logar onde forem achados, publicando rigorosas penas contra quaesquer pessoas que se atreverem a lavrar, fundir, esculpir, debuchar, pintar, ou tirar á luz qualquer figura de idolo em metal, bronze, madeira, barro, ou outra qualquer materia ou trazel-os de outras partes, e contra os que celebrarem publica ou privadamente alguns jogos que tenham qualquer cheiro gentilico, ou ajudarem, e occultarem os Bramenes, pestilenciaes inimigos do nome Christão. A qualquer de todos os sobreditos, que encorrerem semelhantes crimes, é nossa vontade que os castigueis com a severidade que dispuzer a pramatica, ou bando, sem admittir appelação, nem dispensar em cousa alguma: e porque os gentios se sugeitem ao jugo Evangelico, não só convencidos com a pureza da Fé, e alentados com a esperança da vida eterna, senão tambem ajudados com alguns favores temporaes, que amansam muito os corações dos subditos; procurareis com muitas véras, que os novos Christãos d'aqui adiante consigam e gosem todas as isenções, e liberdades dos tributos, gosando dos privilegios e officios honrados, que até aqui costumavam gosar os gentios. Havemos tambem sido informados, que em nossas armadas vão muitos indios forçados, fazendo para isso despezas involuntarias; e desejando Nós o remedio de tão grande excesso, vos mandamos, que d'esta violencia sejam os Christãos isentos, e sendo a necessidade mui urgente, provereis, como, em caso que vão, se lhes dê satisfação cada dia de seu trabalho, com a fidelidade que de vosso cuidado, e diligencia esperamos. Havendo tambem sabido de pessoas graves, e fidedignas (com particular sentimento nosso) que alguns portuguezes compram escravos por pouco preço para os vender aos mouros, e outros mercadores barbaros, por interessar alguma cousa n'elles, com notavel detrimento de suas almas, pois poderiam facilmente ser convertidos á Fé, vos mandamos empregueis todas vossas forças em atalhar tamanho mal, impedindo semelhantes vendas, pelo grande serviço que n'isso se faz a Deus, e nos fareis, se com o rigor que o caso pede, remediaes uma cousa que tão mal nos parece. Procurareis, que se refreie a excessiva licença de muitos usurarios, que havemos sabido andam, sem embargo de uma lei das antigas de Gôa, a qual desde logo revogamos, e vós revogareis, tirando-a do corpo das demais, como contraria á Religião Christã. Em Baçaim dareis ordem, como se levante logo um Templo como a invocação de S. Joseph, sinalando-lhe, por nossa conta, renda para um reitor, e alguns beneficiados, e capellães, que n'elle sirvam. E porque os prégadores, e ministros da Fé padecem algumas necessidades por tratarem da conversão dos gentios, queremos, e é nossa vontade, que se lhe deem algumas ajudas de custo, e só para isto lançareis de tributo cada anno, tres mil pardaos ás mesquitas que tem os mouros em nossos senhorios. Tambem por conta de nossas alfandegas, e direitos, dareis trezentas fanégas de arroz perpetuas, para alimentos d'aquelles, que nas terras de Chaul ha convertido, e converter o vigario Miguel Vaz; a qual quantidade mandamos entregar ao bispo, para que elle a reparta, conforme vir a necessidade. Havemos tambem sabido, que

nas terras de Cochim são defraudados os pesos, e medidas dos Christãos de S. Thomé pelos nossos mercadores, que alli vendem pimenta, e que lhes tiram as crenças, que com justo peso, e medidas se davam de sobejo, conforme o antigo costume, nos quaes por muitos respeitos fôra melhor favorecer que aggravar; pelo que dareis ordem, que se lhes guardem seus antigos costumes. Assim mesmo tratareis com el-rei de Cochim, que faça tirar certos ritos, e superstições gentilicas, que na venda da pimenta costumam fazer seus agoureiros, pois n'isso lhe vae pouco a elle, e é de grande escandalo para os Christãos que alli contratam. E porque ha chegado á nossa noticia a violencia, que este rei faz aos indios que recebem a Fé, tomando-lhes as fazendas, procurareis, com muitas véras, apartar ao dito rei (a quem sobre o caso escrevemos) de tão barbara crueldade, pois d'ella resulta tanto mal para as almas e corpos de seus vassalos: o que fará por ser nosso amigo, pondo vós da vossa parte o cuidado que vos encommendamos. E no que por vossas cartas, e informações nos avisastes ácerca de livrar os povos de Socotorá da miseravel servidão em que vivem, nos pareceu remedial-o de maneira que o turco, cujos vassallos são, não infeste esses mares com suas armadas, o que provereis, como mais convier, com conselho do vigario Miguel Vaz, cuja experiencia vos ajudará muito, assim n'este como em todos os negocios arduos que se offerecem. Os da pescaria das perolas, além de outros males e aggravos que padecem, sabemos que recebem damno em suas fazendas, constrangendo-os nossos capitães com pouco temor de Deus, a que só para elles façam a pescaria com condições intoleraveis. Pelo que desejando Nós, que nenhum de nossos vassallos padeça aggravo ou violencia, vos mandamos que aos taes povos se lhes não faça semelhante aggravo, nem nossos capitães pretendam adquirir tão injusta posse. E assim para evitar taes vexações, e forças, vereis se aquellas costas estão sufficientemente guardadas, e se é possivel cobrarem-se nossos direitos, sem que alli haja armada; e achando que isto póde ser, tirareis nossos capitães, mandando que não se navegue por aquellas costas, porque d'esta maneira possam os naturaes gosar suas fazendas, e se excusem aggravos, e extorções. Sobre tudo vos encommendamos, que em tudo o que se offerecer consulteis ao padre Francisco Xavier, e principalmente sobre se convem ao augmento da Christandade da costa da Pescaria, que os novamente convertidos senão occupem n'ella: ou, quando se lhes permitta, que seja de maneira, que se conheçam n'elles, com a nova Religião, novos costumes, limitando-se-lhes a grande soltura com que se hão n'ella. Havemos tido tambem informação, que os que de novo se convertem da gentilidade á nossa santa Fé, são mal tratados, e desprezados de seus parentes, e amigos, desterrando-os de suas casas, e despojando-os de suas fazendas, com tanta injuria, e violencia, que lhes é forçoso viver miseravelmente, com grande necessidade, e trabalho: para que cousa semelhante se remedeie, fareis, com conselho do vigario Miguel Vaz, sejam soccorridos á nossa custa, entregando o que se lhes houver de dar ao reitor que d'elles tiver cuidado, para que cada anno lh'o reparta da maneira que mais convier. Juntamente havemos sabido, que de Ceilão se veio para Gôa um mancebo fugindo á furia, e indignação de seus parentes, e que sendo (como é) de casa Real, lhe pertence a successão do Reino, sobre o que nos pareceu, que para exemplo dos mais convertidos, e por converter, o accommodeis, já que é Christão, no collegio de S. Paulo d'essa cidade, onde á nossa custa seja provido de tudo o que lhe fôr necessario para sua sustentação, e regalo, e casas onde esteja, em maneira, que bem se veja nossa grandeza com semelhantes pessoas além do que tratareis de averiguar o direito que pretende ter ao Reino; e o que ácerca d'este ponto vos constar, nos mandareis authentico, para provermos o que mais convier; e entretanto é nossa vontade, que com todo o rigor tomeis conta ao tyranno das crueldades que executou nos que á nossa Santa Fé se converteram, obrigando-o que dê satisfação a tão grande insolencia, para que todos os principes da India vejam quanto nos apraz a justiça, e como tomamos á nossa conta o favorecer os que pouco podem. E porque não é conveniente, que os officiaes gentios fundam, pintem, ou lavrem (como até agora se lhes permittiu) imagens, e figuras de Christo Senhor nosso, nem de seus Santos, para venderem; mandamos que ponhaes toda a diligencia em impedir, pondo penas, que

o que se provar que fez alguma imagem das sobreditas, perca sua fazenda, e lhe deem duzentos açoutes, porque sem duvida parecerão muito mal imagens, que representam mysterios tão santos, andarem por mãos de idolatras gentios. Da mesma maneira sabemos, que as Igrejas de Cochim, e Coulão, que de novo se começaram, estão por acabar, descubertas, e expostas a todas as inclemencias do tempo, o que não só parece mal, mas ainda é em prejuizo do edificio; pelo que mandareis que se continuem até se acabar, sem reparar no custo; e isto por mãos, e traça dos melhores architectos, e officiaes. Em Narão mandareis tambem edificar uma Igreja em honra, e com a invocação do Apostolo S. Thomé; e acabar em Calapor a que está começada com o nome de Santa Cruz; e na ilha visinha de Corão levantareis outra, da traça, e magestade que vos parecer conveniente, pois é cousa, que nada mais despertará nos gentios, a devoção ás cousas de nossa Santa Fé, que a affeição que de nossa parte virem. Além do que vos encommendo mui apertadamente, que em logares accommodados fundeis estudos, e casas de devoção, ás quaes em certos dias acudam aos Sermões e Praticas espirituaes, não só, os Christãos, mas tambem os gentios, para que por esta via se affeiçoem á nossa Santa Fé, e ao conhecimento dos erros em que vivem, alumiando-lhes as almas com a luz do Evangelho; para o que escolhereis ministros em que haja as partes que semelhante ministerio requer. E porque sobre tudo grandemente desejamos, que n'esse Estado seja o nome do Senhor Deus conhecido, e reverenciado, e sua Santa Fé recebida, queremos, e é nossa vontade, que em todas as terras de Salsete, e Bardez, sejam de raiz arrancados todos os idolos, e o culto infernal, que n'elles ainda se lhes faz; e para que isto se execute com menos difficuldade, e sem ser para isso necessaria força, ou violencia alguma, ordenamos que os prégadores em seus Sermões, e Disputas lavrem com tanta prudencia, e zelo os corações dos gentios, que com o favor de Deos, conheçam, o bem que se lhes procura, em os trazer ao conhecimento de seus erros, e tirar da miseravel servidão do diabo em que estão, da qual só se podem livrar, abraçando-se com a Santa Fé que é o caminho unico de conhecer a cegueira em que os traz Satanaz, para não verem quanto lhes importa a salvação de suas almas; e pelo muito que importa a este negocio, que os ministros d'elle sejam de boa vida, e costumes, e letras sufficientes, os elegereis taes, que se possa esperar d'elles o effeito que desejamos; encommendar lhes-heis o cuidado, e deligencia, que importa ponham de sua parte, e da vossa procurae attrahir, e favorecer a todos, em particular aos nobres, e principaes (a cujo exemplo os demais se movem), de maneira, que reduzidos estes á nossa Santa Fé, pouca difficuldade haverá em converter a gente commum, que logo fará o que vir fazer aos seus maiores. Os que se converterem sejam bem tratados, para que os mais se affeiçoem, favorecendo-os não só em geral, mas ainda em particular, por pobres, e miseraveis que sejam. De tudo isto nos pareceu dar-vos conta para que segundo a confiança que de vossa diligencia, e cuidado temos, deis a tudo o remedio, de que resultará a Deus Nosso Senhor muita gloria, e Nós vol-o teremos em particular serviço. Dada em Almeirim a oito de março, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos quarenta e seis.—Rei.»

CAPITULO VII

Foi com um exercito de oito mil soldados, incluindo mil turcos, que Khodja-Safar poz cêrco á fortalesa de Diu. Além do que, tinha sessenta peças de artilheria. Mais tarde recebeu um reforço de dois mil homens, commandados por chefes mongoes.

Os sitiados defenderam-se, esperando auxilio de Gôa. Effectivamente chegou D. Fernando de Castro, filho do governador, com o soccorro esperado. Jacintho Freire, no seu empenho de imitar os discursos postos por Tito Livio na bocca dos heroes romanos, attribue a D. João de Castro estas palavras, ao encarregar seu filho da commissão em que o infeliz moço, apenas com dezenove annos de idade, havia de perder a vida: «Eu vos mando, filho, com este soccorro a Diu, que pelos avisos que tenho, hoje estará cercado de multidão de turcos; pelo que toca á vossa pessoa não fico com cuidado, porque por cada pedra d'aquella fortaleza arriscarei um filho.»

A vida de João de Castro escripta por Jacin-

tho Freire de Andrade é um livro que enfeitiçou, pela opulencia da linguagem, a nossa infancia, e porventura ainda a nossa mocidade. Deixou no nosso espirito uma grata recordação. Mas, hoje, é preciso combatel-a pela critica, desapaixonada e escalpelisadora, se me permittem a expressão.

Não serei eu que ponha inteiramente de parte a *Vida de D. João de Castro*, antes me soccorrerei d'ella algumas vezes; parece-me comtudo haver uma certa justiça no que a este respeito, e ácerca da nossa politica no Oriente, escreveu o sr. Anthero do Quental:

«E já que fallei em D. João de Castro, direi que poucos livros teem feito tanto mal ao espirito portuguez, como aquella biographia do heroe escripta por Jacintho Freire. J. Freire, que era padre, que nunca vira a India, e que ignorava tão profundamente a politica como a economia politica, fez da vida e feitos de D. J. de Castro, não um estudo de sciencia social, mas um discurso academico, litterario e muito eloquente, seguramente, mas emphatico, sem critica, e animado por um falso ideal de gloria á antiga, *gloria classica*, atravez do qual nos faz ver continuamente as acções do seu heroe. Ha dois seculos que lemos todos o D. João de Castro de Jacintho Freire, e acostumámo-nos a tomar aquella fantasia de rethorico pelo typo do verdadeiro heroe nacional. Falseámos com isto o nosso juizo, e a critica d'uma época importante. É preciso que se saiba que a verdadeira gloria moderna não é aquella: é exactamente o contrario d'aquella. Uma só coisa ha ali a aproveitar como exemplo: é a nobreza d'alma d'aquelle homem magnanimo: mas essa nobreza d'alma deve ser applicada pelos homens modernos a outros commettimentos, e d'um modo muito diverso. Foi aquelle genero de heroismo, tão apregoado por J. Freire, que nos arruinou!

«Como era possivel, com as mãos cheias de sangue, e os corações cheios de orgulho, iniciar na civilisação aquelles povos atrazados, unir por interesses e sentimentos os vencedores e os vencidos, cruzar as raças, e fundar assim, depois do dominio momentaneo da violencia, o dominio duradoiro e justo da superioridade moral e do progresso? As conquistas sobre as nações atrazadas, por via de regra, não são justas nem injustas. Justificam-nas ou condemnam-nas os resultados, o uso que mais tarde se faz do dominio estabelecido pela força. As conquistas romanas são hoje justificadas pela philosophia da historia, porque criaram uma civilisação superior áquella de que viviam os povos conquistados. A conquista da India pelos inglezes é justa, porque é civilisadora. A conquista da India pelos portuguezes, da America pelos hespanhoes, foi injusta, porque não civilisou. Ainda quando fossem sempre victoriosas as nossas armas, a India ter-nos-hia escapado, porque systematicamente alheavamos os espiritos, aterravamos as populações, cavavamos pelo espirito religioso e aristocratico um abysmo entre a minoria dos conquistadores e a maioria dos vencidos. Um dos primeiros *beneficios*, que levámos áquelles povos, foi a Inquisição: os hespanhoes fizeram o mesmo na America. As religiões indigenas não eram só escarnecidas, vilipendiadas: eram atrozmente perseguidas. O effeito moral dos trabalhos dos missionarios (tantos d'elles santamente heroicos!) era completamente annullado por aquella ameaça constante do terror religioso: ninguem se deixa converter por uma caridade, que tem a traz de si uma fogueira! A ferocidade dos hespanhoes na America é uma coisa sem nome, sem parallelo nos annaes da bestialidade humana. Dois imperios florescentes desapparecem em menos de 60 annos! em menos de 60 annos são destruidos dez milhões de homens! dez milhões! Estes algarismos são tragicos: não precisam de commentarios. E todavia, poucas raças se tem apresentado aos conquistadores tão brandas, ingenuas, doceis, promptas a receberem com o coração a civilisação que se lhes impunha com as armas! Bartholomeu de las Casas, bispo de Chiapa, um verdadeiro santo, protestou em vão contra aquellas atrocidades: consagrou a sua vida evangelica á causa d'aquelles milhões de infelizes: por duas vezes passou á Europa, para advogar solemnemente a causa d'elles perante Carlos V. Tudo em vão! a obra da destruição era fatal: tinha de se consumar, e consumou-se.» [1]

O inimigo atacava a fortaleza. Estava empenhada uma grande lucta. D. João de Mascarenhas

[1] *Causas da decadencia dos povos peninsulares nos ultimos tres seculos*, pag. 43.

por toda a parte, a dentro dos muros, superintendia na defeza da praça, Os soldados combatiam; os escravos, as creanças, os velhos e as mulheres acudiam aos combatentes com lanças, panellas de polvora, pedras, e mantimento. Uma bala dos nossos matou Khodja-Safar, mas seu filho, Rume Khan, tomou o commando do exercito inimigo, e o assedio não afrouxou.

As mulheres de Diu tiveram um papel muito notavel na defeza da fortaleza. Jacintho Freire escreve:

«Acudiram as mulheres da fortaleza a acarretar os materiaes para a defesa, subindo sem temor ao muro, tropeçando em lanças, espadas, e pelouros, vencendo a natureza, e o sexo como se trouxeram corações varonis em habitos alheios, taes houve, que vestindo armas, fizeram aos inimigos rosto, correndo da agulha á lança, do estrado á muralha; entre todas mereceu maior gloria Isabel Fernandes, a quem nossos escriptores em logar de elogios que honrassem sua memoria, chamaram a Velha de Diu; celebre por este nome nos annaes, ou memorias do Oriente. Despendeu parte de seus bens esta grande matrona em mimos, e regalos, com que no mais vivo do conflicto, alentava aos soldados exhortando-os á defensa, e á peleja, com razões maiores, que de um espirito, e juizo feminil. Em fim a deligencia d'estas matronas servia de alivio no trabalho, nos perigos de exemplo, acudindo a qualquer obra servil ou arriscada que fosse, promptas e opportunas.»

Jeronymo Côrte-Real, no seu insulso poema *Successo do segundo cêrco de Diu*, tambem rende preito á heroicidade das mulheres de Diu. [1]

Com effeito era preciso o auxilio de todos. Os indios recorriam a todos os meios, levantavam torres e abriam minas. De mais a mais haviam recebido um reforço de tres mil homens, commandados por Djezzar. Contando com todos estes elementos de combate, cada dia creavam maior audacia. Arvorando escadas contra a fortaleza, procuravam entrar n'ella. De um d'esses assaltos escreve Jacintho Freire:

«As mulheres que viviam para aquella parte assombradas de um temor tão justo, foram em demanda do capitão-mór, gritando: Turcos na fortaleza; o qual acháram com tres soldados correndo os baluartes, e ouvindo as vozes das mulheres, não menos acordado, que animoso mandou que se calassem, levando-as comsigo por guia á casa onde estavam os turcos; e despedindo um soldado dos que o acompanhavam, lhe mandou que tirasse alguma gente dos baluartes, que menos apertasse o inimigo, calando o perigo da fortaleza aos que pelejavam: e logo despediu outro soldado, para que lhe trouxesse a gente que achasse derramada por fóra das estancias. No caminho se lhe ajuntou André Bayão com outro companheiro; e chegando á casa onde estavam os turcos, viu aquella mulher, que os tinha encerrados, defendendo-lhes a sahida com esforço mais que varonil; faltando-lhe na vida premio, n'esta historia nome.»

Na explosão de uma das minas, morreu D. Fernando, o filho mais novo de D. João de Castro.

«No baluarte S. João, diz Jacintho Freire, se resistia á violencia do ferro, sem temer a do fogo. Pelejavam os inimigos tibiamente, até que lhes

[1] «Mulheres houve já de illustre fama:
De excellentes virtudes, e alto preço.
Que nos passados tempos bem mostraram
Ser de grande louvor merecedoras:
Mas n'este tempo agora, muitas se acham,
Que em perfeições, excedem as antigas.
E se o grosseiro vulgo, rude e torpe
Presume de haver n'ellas erro, ou falta,
Ignorantes não devem ser juizes,
De cousas onde Deus seu saber mostra.
Não é razão que assim fique esquecido
O zelo virtuoso, e o trabalho
Tão continuo, e tão grande das casadas,
Viuvas, e solteiras que aqui sempre
N'este cêrco serviram, e estiveram
Em todos os perigos, e combates:
Soffrendo grandes fomes, e miserias,
Que os corações robustos, muitas vezes
Fazem desfallecer. E se eu deixasse
Sem memoria os louvores tão dividos
Sendo o Ceo testemunha de seus feitos,
Elle então mostraria ao mundo todo
Com grande gloria e honra, o que por culpa
Ou negligencia minha se perdesse.

«Estas, quanto durou o estreito cêrco
(Trazendo cada uma ali comsigo
Os mais pequenos filhos, e criados

chegou o signal de se dar fogo á mina, retirando-se a um mesmo tempo todos; porém o temor igual, e subito nos descobriu o engano. Bradou logo o capitão-mór dizendo, que deixassem o baluarte, para que sem damno rebentasse a mina já conhecida na improvisa retirada do inimigo. Obedeceram todos ás vozes do capitão-mór, deixando o posto, porém Diogo de Reynoso, com desordenado valor, sustentou o logar, tratando de covardes aos que o desamparavam. A estas vozes tornaram todos a occupar o posto, não querendo seguir a razão senão o exemplo. Rebentou logo a mina com espantoso estrondo, e aquelles valerosos defensores sustentaram mortos o logar,

Que nas casas havia) trabalhavam
Trazendo muitas d'ellas nas cabeças
Louras, cestos de cal, de pedra, e terra.
E do grande trabalho, aquelles rostos
Que a natureza mostra em tenra idade,
Em côr de alexandrina roza accesos,
Causavam piedade em quem os via
De espesso pó, de grosso suor cheios.
Nos combates violentos, e arriscados,
Com fortes corações, sem nenhum medo
Da morte: que presente a cada passo
Ali se lhes mostrava, davam todas
Aos soldados, panellas, e alcanzias:
Que elles com grandes furias, das estancias
Sobre os mouros com força arremessavam.
E como a luz do Sól n'estes combates
Impedia ficasse, turva e cega,
De grandes, e fumosas, negras nuvens,
Por entre as quaes voavam duras setas:
Mil vezes se encravavam tenros braços:
Mil vezes alvos peitos se tingiam,
Com sangue puro, e quente das entranhas.
D'algumas, eram taes estas feridas
Que a suas almas davam liberdade:
Outras que tanto mal não recebiam,
Tiravam as crueis, ligeiras setas,
E apertando as feridas se tornavam
Ao logar trabalhado, e perigoso.
No meio da revolta, crua, e fera,
Quando a terra e os ares rebramavam,
Com um medonho estrondo de bombardas:
Com gritos, e alaridos de ambas partes,
Algumas empeçavam nos maridos
Carissimos: que ali de mil feridas
Traspassados, defuntos, se estendiam.
Outras que ante seus olhos derrubados
Aquelles corpos viram, que escondidos
Nove mezes trouxeram nas entranhas,
E com dores gravissimas pariram,
Em mil pedaços feitos, e pisados,
De arrebatados pés dos que pelejam.
E ainda que uma dôr penosa, e grave
Lhe cortava, e feria as tristes almas:
Vendo a tão cruel morte de seus filhos,
Deixavam-n'os estar, com mãos, e rostos
Envoltos no seu mesmo negro sangue,
Até que o fero assalto se partia,
Ou por noite, ou com perda dos imigos.
Depois os levantavam dos logares,
Onde com tanta honra feneceram:
E com gemidos baixos, e infinitas
Lagrimas, lhe ordenavam sepultura.
Aos soldados feridos acudiam
Com cousas necessarias: procurando
Seu remedio e saude: e ellas mesmas
Lhes davam de comer, com zelo santo,
E virtuoso amor. Como em convento
Observante, costumam fazer obras
Religiosas, santas, e devotas,
Com puro, e santo intento, e de Deus cheio.
Afóra o seu trabalho tão continuo,
As casas d'estas donas pareciam
Hospitaes verdadeiros: despendendo
Seu dinheiro, e fazenda, com os que estavam
Pobres, necessitados, e feridos.
N'esta tão virtuosa obra divina,
Principal era ali Isabel Madeira,
De Mestre João mulher, formosa, e moça,
Que sempre trabalhou, andando prenhe,
Acarretando terra, e pesos grandes:
Justamente devidos a outras forças
Maiores, e robustos fortes membros.
Governava e regia o esquadrão fraco
Dos femininos braços, que continuo
Acarretavam pedra, e grossas vigas:
Com que se reparavam, e entupiam
Os logares batidos com pelouros
De ferro, cujo peso tinham certos,
Não menos, antes mais de noventa arrateis.
Aqui Gracia Rodriguez ajudava,
De Rui Freire mulher: Isabel Dias
Casada com o feitor, tambem servia
Com grande deligencia, em qualquer parte
E Catharina Lopez, tambem digna
De grande nome, e fama: de grande honra
Mulher de Antonio Gil, com outras muitas
Que grande parte foram na defensa
D'esta tão ruinada fortaleza.»

que defenderam vivos. Aqui acabou D. Fernando de Castro em idade de dezenove annos, levantado de uma doença que a natureza pudéra fazer leve, e o valor fez mortal. Morreu D. Francisco de Almeida, continuando-se n'elle, o valor, e as desgraças dos de seu appelido. Aqui ficaram tambem sepultados Gil Coutinho, Ruy de Sousa, e Diogo de Reynoso, que pagou com uma vida tantas mortes, de que havia sido generoso, mas fatal instrumento. D. Diogo de Sotto-Maior, voando com uma lança nas mãos, cahiu em pé na fortaleza, sem receber lesão do fogo, nem da queda.» Alguns cahiram no arraial dos inimigos; quasi sessenta homens pereceram n'esta desaventura, e treze que escaparam com a vida, ou ficaram feridos ou disformes do fogo. Escrevem outros com dilatada penna os casos d'este incendio. Nós por não lastimar a attenção de quem lêr esta historia, quizeramos nos successos de tão illustre cêrco deixar antes em silencio este infelice dia. Admiraram-se os nossos de vêr, que foi tão grande o effeito da polvora opprimida, que as pedras da fortaleza, arrebatadas do violento impulso, mataram muitos no campo do inimigo, obrando o fogo mais á vontade da natureza, que ao regulado limite do inventor da mina.

«Passado algum espaço logo que o fumo dessassombrou a fortaleza, mandou Romecão entrar quinhentos turcos pelas ruinas do baluarte abrazado, seguindo-os de tropel o restante do campo; porém acharam cinco valerosos soldados, que lhes fizeram rosto, sustentando largo espaço o peso de tão nova batalha. Verdade tão estranha, que necessita de tanto valor para se escrever, como para se obrar; porém qualificada então na confissão dos proprios inimigos, e agora nas cãs de tantos annos. Acudiu logo áquella parte D. João Mascarenhas com quinze companheiros, e viu dois espetaculos, um que merecia lastima, outro espanto, e soccorrendo aos cinco soldados, fizeram todos tão dura resistencia ao inimigo, que bastaram a retardar a furia de um exercito já quasi victorioso: caso que referido só com a verdade núa, excede tudo o que escreveram, ou fabularam os gregos e romanos.

«Correu voz pela fortaleza, que os turcos estavam já senhores do baluarte abrazado, com o que alguns soldados, que nas outras estancias pelejavam, correram áquella parte, como de mór perigo, e quiçá que este falso rumor salvasse a fortaleza, porque formaram um grosso, que bastou a fazer rosto a treze mil infantes, que tantos contam nossas historias, que commetteram o baluarte da mina. As mulheres, como ensinadas a desprezar as vidas, acudiram a ministrar lanças, pelouros, e panellas de polvora; e aquella valerosa Isabel Fernandes com uma chuça nas mãos, ajudava os soldados com as obras, muito mais com o exemplo, e com as palavras, dizendo em altas vozes: «Pelejae por vosso Deus, pelejae por vosso Rei, cavalleiros de Christo, porque elle está comvosco.» Os inimigos, como o successo da mina lhes havia aberto para a victoria uma tão larga porta, determináram este dia concluir a empreza, incitados do general, e da occasião, pelejando já como favorecidos: os que combatiam no baluarte, pela ambição de ser primeiros em facção tão illustre, se portavam com mais ardor, que os outros; e como eram janizaros, e turcos, queriam só para si a gloria d'este dia. Remucão mandou nas outras estancias reforçar o assalto, para com a diversão, em poder tão pequeno, facilitar a entrada.

«Esteve por muitas vezes perdida a fortaleza. Os inimigos muitos, e descançados; os nossos, sobre tão poucos, vencidos do trabalho de resistencia tão desproporcionada. Aqui acudiu o vigario João Coelho com um Christo arvorado, dizendo, que aquelle Deus, cuja causa defendiam, era o Author das victorias; com cuja vista alentados aquelles fieis, e fortes companheiros, parecia que obravam com forças mais que humanas; porque nenhum mostrava das feridas fraqueza ou sentimento; durando na batalha com o mesmo ardor, e espirito com que a começáram.

«Já declinava o dia, e os turcos com os nossos mortalmente abrazados, por umas mesmas feridas vertiam sangue proprio, e alheio; e como um exercito inteiro carregava sobre tão poucos defensores, chegaram os nossos soldados a receber muitas lançadas em uma só ferida. Parecerá exageração o que como verdade referimos. Os grandes feitos, que os portuguezes obráram n'este dia, o Oriente os diga: eu cuido, que da illustre Diu, lhes será cada pedra um epitaphio mudo. Porém dos cinco cavalleiros, que havemos referido, não deixaremos com ingrata penna os nomes em silencio. Estes foram Sebastião de Sá,

Antonio Peçanha, Bento Barbosa, Bartholomeu Corrêa, Mestre João, cirurgião de nome. Com a peleja se acabou o dia; mandou Rumecão tocar a recolher, depois de haver perdido n'este assalto setecentos soldados, e sem conta os feridos, de que morreram muitos mal assistidos na cura, porque pela multidão cançavam os mestres, e faltavam os remedios. Dos cinco cavalleiros, que defenderam o baluarte, morreu só mestre João despedaçado de muitas feridas, que deixou bem vingadas, sem querer deixar a briga, nem obedecer aos amigos, que o retiraram como pessoa tão importante pela arte, pelo valor não menos. Isabel Madeira sua mulher acudiu a atar-lhe as feridas mortaes, e depois de o enterrar por suas mãos com poucas lagrimas, e grande sentimento, acudiu ao trabalho das tranqueiras com as outras matronas, valor estranho, ou raras vezes visto ainda no varão mais constante.

«Logo que se retirou o inimigo, mandou D. João Mascarenhas enterrar os mortos, que estavam nas ruinas do baluarte sendo levados de um sepulchro a outro. Foram enterrados juntos pela estreiteza do logar, e do tempo; faltando funebres honras, e piedosas lagrimas a tão honradas cinzas: porém dormem com saudade maior da patria em humilde jazigo, que aquelles, que em urnas de alabastro deixaram de uma vida sem nome ociosa memoria. A D. Fernando de Castro depositaram em separado enterro por se o governador seu pae quizesse trasladar-lhe os ossos a logar differente: lavrar-lhe-hia tumulo mais soberbo, porém não mais illustre. Depois que o capitão-mór cobriu aos companheiros de piedosa terra, acudiu a reparar o estrago que deixára o assalto nas paredes, a que ajudaram as mulheres companheiras do trabalho, e perigo sem reservar tempo, e logar para a dôr, e lagrimas dos filhos, e maridos que viram expirar com seus olhos, e ellas mesmas haviam sepultado, encobrindo o sentimento natural com nunca visto exemplo.»

Em Gôa, D. João de Castro havia preparado uma esquadra de reforço a Diu. O commando fôra dado a seu filho mais velho, que tão valeroso se mostrára, como se para tanto valesse a lição que seu pae lhe havia dado na Jubiteria em Lisboa, quando retalhou as calças que elle mandára fazer.

Tornou-se então notavel a abnegação das damas de Chaul, que mandaram todas as suas joias ao governador, para que d'ellas dispozesse em proveito da guerra. Uma d'essas damas, D. Catharina de Sousa, que se achava em Gôa, fez acompanhar as suas joias com a seguinte carta que enviou a D. João de Castro:

«Senhor, eu soube como as mulheres de Chaul tinham offerecido a V. Senhoria as suas joias para a guerra. Ainda que eu me achasse em Gôa, não quiz perder a parte da honra, que me d'ahi cabe. Por Catharina minha filha mando as minhas joias a V. Senhoria. Não julgue, em quão poucas são; as que póde haver em Chaul, porque lhe certifico, que eu sou a que menos tinha, porque as tenho repartido por minhas filhas. E creia V. Senhoria que só das joias de Chaul, pode fazer a guerra dez annos sem se acabarem de gastar. E a mercê que peço a V. Senhoria é, gastar logo estas minhas na ida do Senhor D. Alvaro, porque eu espero em Nossa Senhora, que haja elle tamanhas victorias, que se escuse a ida, e trabalhos a V. Senhoria. Isto peço em minhas orações, e assim que accrescente a vida a V. Senhoria, e o deixe ir a Portugal diante dos olhos da senhora sua mulher, e filhas. Escripta em Gôa nas casas de D. Maria minha filha, hoje onze de junho. Minha filha Catharina empenharei, se fôr necessario, para o serviço de V. Senhoria.»

Despachada esta armada, D. João de Castro tratou de preparar uma outra.

Bem precisava D. João de Castro de apressar os apercebimentos de uma nova armada. Apesar do soccorro enviado sob a direcção de seu filho D. Alvaro, e que consistia em nada menos de quarenta navios, os portuguezes não levavam vantagem em Diu. Dos nossos, era grande o numero de mortos e feridos. E a audacia dos inimigos continuava a ser tamanha que chegaram a construir em frente da fortaleza uma cidade como fizeram os reis catholicos no cêrco de Granada.

Nova armada, de vinte e duas caravellas, foi enviada sob o commando de Vasco da Cunha. Não obstante, D. João de Castro não descansava em Gôa, e, preparando nova armada, elle proprio tomou o commando partindo a 17 de outubro de 1546, e chegando a Diu no mez de novembro.

Ahi foi alistar-se com elle o capitão-mór do reino, Lourenço Pires de Tavora, que lhe entregou cartas do rei e do infante D. Luiz. A carta do infante, publicada pelo biographo de D. João de Castro, diz assim:

«Honrado governador, pelas cartas que escrevestes a el-rei meu senhor, e a mim, vi o discurso de vossa viagem depois de partido de Moçambique até chegar á India, e o que n'ella fizestes até a partida das nâus, e o estado em que achastes a terra, e a condição dos homens, e devassidão dos tratos, e a fraqueza da armada, e como vos houvestes com o Hidalcão nas cousas do Meále, e assim nas cousas de Ormuz, e com os fidalgos que tinham licenças de Martim Affonso, para levarem lá drogas, e tudo mais que por vossas cartas dizeis. E porque el-rei, meu senhor, vos responde a todas estas cousas em particular, o não farei eu, senão em summa. E porém não deixarei de dizer, quanto me assombrou cá em terra o perigo, que passastes a travez da ilha do Comaro, porque verdadeiramente foi acontecimento mui grande, e temeroso, e porém eu o tomo como por boa estreia, porque me parece, que vos quiz Nosso Senhor mostrar n'isto, que vos ha de salvar dos perigos da terra da India, para que é necessario tanto milagre como usou comvosco, em vos salvar de tamanho perigo, pelo que eu lhe dou muitas graças, e folguei de saber, que D. Jeronymo de Noronha vos teve companhia n'este perigo, pois nosso Senhor tambem o salvou a elle, e é cousa de homem tão honrado, como elle é, participar dos perigos, e trabalhos de seu capitão. Quanto ás mais cousas, que me escreveis, porque el-rei meu senhor, vos responde a todas em particular, e eu fui presente ás mesmas respostas, não me pareceu acertado tornar-vol'as a referir, porque por suas cartas vereis o contentamento, que tem, de como n'essas partes o começaes a servir, e a boa opinião que a gente tem de vós, o que particularmente vos manda, que façaes em cada cousa. O que vos eu d'isto mais posso dizer, é que estou mui contente do modo que levaes nas cousas d'essa terra, e do que n'ella fazeis, e dizeis, porque bem se mostra n'isto, que o passar tantos climas, vos não mudou de quem ereis, e da conta em que vos eu sempre tive, porque vos não contentaes de mostrar isto assim por obras, mas além d'isso, vos ides sempre penhorando com palavras de demonstrações a fazer o mesmo: o que eu tenho por mui certo, que vós fareis sempre inteiramente, quanto humanamente se poder fazer. Do modo que escrevestes a Sua Alteza não estou menos contente, porque vieram vossas cartas mui bem ordenadas, e n'ellas todas as cousas necessarias, e nenhumas superfluas; e bem se vê n'ellas o mesmo, que acima digo, e que entendeis as cousas, e que tendes zelo, e desejo de as fazer sem respeito temporal de amor, nem interesse; o que muito folgo de vos ouvir, porque ainda que eu tenho por certo, que o fareis assim, parece uma grande abundancia de coração, e de virtude, que n'elle tendes, folgardes tanto de o dizer: pelo que eu espero em Nosso Senhor, que vos ha de cumprir vossos bons desejos, e que vos ha de trazer d'essa terra com muito vosso contento, e honra; porque não póde deixar de succeder isto, a quem nenhuma cousa procura, senão o serviço de Deos, e de seu rei: e ainda que vos isto ha de custar grandes trabalhos, lembro-vos que n'elles está o merecimento das cousas; que a Christo Senhor nosso conveio passal-os para entrar na sua gloria, e se vos parecerem as cousas difficeis, lembre-vos que estas são as em que Deos põe a mão, e o que ajuda a quem o serve n'ellas com a tenção com que vós o fazeis, e os homens não podem pôr mais de sua casa que a vontade, e a diligencia; e por isso S. Paulo não attribuia a si, mais que o plantar das cousas, porque Deus ha de dar o incremento, e assim o dará elle em todas vossas cousas, como as plantardes com o zelo, que eu confio que vós tendes em todas, e por isso vos não espantem as grandes, nem tenhaes em pouco as pequenas; fazei igual ponderação, e os fins d'ellas remettei-os a Nosso Senhor: e posto que algumas vos não sáiam como desejaes, nunca entre em vós desconfiança, em quanto fizerdes as cousas com justo zelo, e limpa tenção, porque muitas vezes permitte Nosso Senhor aos que mais servem, que façam erros, para que mereçam na paciencia, e na confiança d'elle, e se espertem mais nas cousas, e se accrescentem em maior perfeição. Fazei justiça, como a entenderdes, tomando sempre conselho, e parecer nas cousas, como fazeis; conservae-vos na limpeza de vossa pessoa, que usaes ácerca dos combates dos gostos temporaes, e interesses d'essa

terra, e com isto venha o que vier, porque tudo será para bom fim. Nas cousas que tocam ao culto divino, na conversão dos infieis, vos esmerae muito, porque estas são as armas que principalmente hão de defender a India. Procurae de lançar d'essa terra as despezas sobejas dos homens, e as branduras, e delicadezas de que usam; e os vestidos, e paramentos de casas que tratam, dispondo-os para estas cousas branda e suavemente com o exemplo que lhes daes, e de vossos filhos; e com fazer favor e mercê aos que usam do contrario, e se estas cousas não poderdes emendar, não vos espanteis d'isso, porque as que se damnam com tempo, com tempo se hão de tornar a emendar, e não se podem remediar de improviso; por isso ide continuando com vosso bom proposito, e fazendo as cousas segundo a disposição do tempo, e o sujeito das pessoas em que haveis de obrar, que com isto espero em Nosso Senhor, que encaminhe todas as vossas cousas a seu serviço, e ao d'el-rei, meu senhor, e á vossa honra, como desejaes. Quanto ao que me dizeis, que procure que vossa estada seja lá breve, bem vejo que tendes muita razão de o desejar assim, e me parece que senão póde tratar até não ver as vossas cartas, que este anno embora virão, e por isso deixo a resposta d'este ponto para o anno, que embora virá. E ácerca do que me escreveis, de D. Alvaro vosso filho, eu fallei a Sua Alteza n'aquelle negocio, e Sua Alteza o conhece bem, e está bem informado das qualidades de sua pessoa, e deseja de lhe fazer honra, e mercê; e porém por algumas razões, que Sua Alteza vos manda escrever, e porque este anno escreve, que não manda lá nenhum despacho, houve por bem deferir este para responder a elle o anno que vem, e por entretanto lhe manda fazer a mercê, que vereis por suas provisões: a mim me fica mui bom cuidado de lhe lembrar tudo o que a vossos filhos toca, espero em Nosso Senhor que se faça de maneira, que elle receba honra, e mercê de Sua Alteza, como vossos filhos, a quem deseja fazer o que vós lhe mereceis; e podeis ter por certo, que Sua Alteza está em mui verdadeiro conhecimento da vontade com que servís, e mui contente do modo, que o tendes feito até aqui. Eu fallei a Sua Alteza em Affonso de Rojas, e por vosso respeito lhe fizera logo a mercê, que lhe eu pedi, mas porque (como digo) manda dizer ás pessoas que andam na India, que este anno não manda lá nenhum despacho, deferiu o de Affonso de Rojas para o anno que vem, e diz que para então lhe fará mercé. Eu terei cuidado, se a Deus aprouver, de vos mandar a provisão, e folgo eu muito das boas novas, que me daes de Affonso de Rojas, e de crêr é, que sendo irmão do mestre Olmedo, e estando em vossa companhia, não póde deixar de ser homem de bem. O que me mandastes nas náus que vieram, me foi dado, e com tudo folguei, por ser cousa que veio da vossa mão, agradeço-vol'o muito. Escripta em Almeirim, a vinte e seis de março de mil quinhentos e quarenta e sete.— O Infante D. Luiz.»

O lance era decisivo. D. João de Castro empregava os ultimos recursos de que podia dispôr. Bastava esta ponderação para atiçar o ardor guerreiro no animo dos portuguezes. Fizeram os nossos verdadeiras proezas, praticaram heroicidades e, apesar da enorme desigualdade numerica dos dois exercitos, os portuguezes obrigaram o inimigo a levantar o cêrco, aprisionando seiscentos soldados, e o proprio Djezzar-Khan, apprehendendo tudo quanto, na precipitação da fuga, os indios deixaram no campo e na cidade que haviam construido. D'esse abundante despojo ainda hoje resta uma recordação gloriosa: é a celebre *peça de Diu*, guardada no Arsenal do Exercito.

Foi de Diu que D. João de Castro, victorioso, escreveu esta notavel carta á cidade de Gôa:

«Senhores vereadores, juizes, e povo dá muito nobre, e sempre leal cidade de Gôa: os dias passados vos escrevi por Simão Alvares cidadão d'esta cidade, as novas da victoria, que me nosso Senhor deu contra os capitães d'el-rei de Cambaya, e callei na carta os trabalhos, e grandes necessidades em que ficava, porque lograsseis mais inteiramente o prazer, e contentamento da victoria; mas já agora me pareceu necessario não dissimular mais tempo, e dar-vos conta dos trabalhos em que fico, e pedir-vos ajuda para poder supprir, e remediar tamanhas cousas, como tenho entre mãos; porque eu tenho a fortaleza de Diu derribada até o cimento, sem se poder aproveitar um só palmo de parede; de maneira, que não sómente é necessario fabrical-a este verão de novo, mas ainda de tal arte, e maneira, que

perca as esperanças el-rei de Cambaya de em nenhum tempo a poder tomar. E com este trabalho tenho outro igual, ou superior a elle, aldemenos para mim muito mais incomportavel de todos, que são as grandes oppressões, e continuos achaques, que me dão os Lasquerins por paga, de que lhes eu dou muita certeza, porque d'outra maneira se me iriam todos e ficarei só n'esta fortaleza; o que será occasião de me vêr em grande perigo, e por esse respeito toda a India, como quer que os capitães d'el-rei de Cambaya com a gente que ficou do desbarato, estão em Suna, que é duas leguas d'esta fortaleza, e el-rei lhes manda cada dia engrossar seu campo com gente de pé, e de cavallo, fazendo muitas amostras de tornar a tentar a fortuna, em querer dar outra batalha: para as quaes cousas me é grandemente necessario certa somma de dinheiro, pelo que vos peço muito por mercê, que por quanto isto importa ao serviço d'el-rei nosso Senhor, e por quanto cumpre a vossas honras, e lealdades, levardes ávante vosso antigo costume, e grande virtude, que é acudirdes sempre ás estremas necessidades de Sua Alteza, como bons, e leaes vassallos seus, e pelo grande e entranhavel amor, que a todos vos tenho, me queiraes emprestar vinte mil pardaos, os quaes vos prometto como cavalleiro, e vos faço juramento dos Santos Evangelhos de vol-os mandar pagar antes de um anno, posto que tenha, e me venham de novo outras oppresões, e necessidades maiores, que das que ao presente estou cercado. Eu mandei desenterrar D. Fernando meu filho, que os mouros mataram n'esta fortaleza, pelejando por serviço de Deus, e d'el-rei nosso Senhor, para vos mandar empenhar os seus ossos, mas acharam-n'o de tal maneira, que não foi licito ainda agora de o tirar da terra; pelo que me não ficou outro penhor, salvo as minhas proprias barbas, que vos aqui mando por Diogo Rodrigues de Azevedo; porque como já deveis ter sabido, eu não possuo ouro, nem prata, nem movel, nem cousa alguma de raiz, por onde vos possa segurar vossas fazendas, sómente uma verdade secca, e breve, que me Nosso Senhor deu. Mas para que tenhaes por mais certos vossos pagamentos, e não pareça a algumas pessoas, que por alguma maneira podem ficar sem elle, como outras vezes aconteceu, vos mando aqui uma provisão para o thesoureiro de Góa, para que dos rendimentos dos cavallos vos vá pagando, entregando toda a quantia que forem rendendo, até serdes pagos. E o modo que n'este pagamento se deve ter o ordenareis lá com elle. Hei por escusado de vos affeitar palavras, para vos encarecer mais os trabalhos em que fico, porque tenho por muito certo, por todos os respeitos, que acima digo, haverdes de fazer n'esta parte tudo, e mais do que poderdes, sem entrevir para isso outra cousa, salvo vossas virtudes costumadas, e o amor, que todos me tendes, e vos tenho. Encommendo-me, senhores, em vossas mercês. De Diu, a vinte e tres de novembro de mil quinhentos e quarenta e seis.»

Um mez depois o senado respondia:

«Illustrissimo, e excellente capitão geral e governador da India, pelo muito alto, muito poderoso, e muito excellente principe el-rei nosso Senhor. Diogo Rodrigues de Azevedo chegou a esta cidade segunda feira seis dias do mez de dezembro, e o dia seguinte deu em Camara uma carta de sua illustrissima senhoria, que foi lida com muito prazer e grande contentamento, por sabermos de sua saude; a qual boa nova sempre queriamos saber e muito melhores lhes desejamos; e por ella a cidade, e todo este povo em geral, e em especial, damos muitas graças a Nosso Senhor, e temos certa esperança em Nossa Senhora Virgem Maria Madre de Deus nossa advogada, que tendo os povos da India a V. senhoria illustrissima por seu duque, e governador, que em nossas affrontas, e trabalhos nunca careceremos de ajudas divinaes, por merecimento de seu catholico, e modesto viver, e auto, e obras de muitas louvadas virtudes; e com esta esperança vivemos em novo repouso, porque a presente, e gloriosa victoria, que por seu prudente conselho, e grande esforço, e cavallaria venceu, e descercou a fortaleza de Diu, e desbaratar, e destruir o poder d'el rei de Cambaya com mais outros vinte mil homens mouros, turcos, rumes, coraçoes, e christãos renegados da Fé de Nosso Senhor, allemães, venezianos, genovezes, francezes, e assim d'outras muitas, e diversas nações, dos quaes grão parte d'elles foram mortos a ferro de lança, e espada, de que a cidade tem certeza de pessoas de bem, que de vista foram presentes; os quaes bons serviços

nos mostram claros signaes, que ao diante, prazendo a Nosso Senhor, e a seu amparo, não temeremos outros trabalhos, que de futuro, se apresentam do proprio rei de Cambaya com outro novo poder, e outros reis, e senhores nossos comarcãos, e os de toda a India, são de certo inimigos nossos, e de muitas inimizades, além de serem infieis inimigos de nossa Santa Fé Catholica, dos quaes uns, e outros não temos segura nem firme paz, antes temos signaes de falsas, e enganosas amizades. E quanto ao emprestimo que em nome d'el-rei nosso Senhor nos manda pedir, responde a cidade, que os moradores faremos de presente, e sempre que cumprir, servirmos Sua Alteza com as fazendas, e vidas, e com as almas. E porque a tenção da cidade, e de todos é servir vossa illustrissima senhoria, havendo respeito, que o tal emprestimo cumpre muito ao serviço d'el-rei nosso Senhor, cuja a cidade é, e todos somos com muita diligencia, e cuidado d'aquelle dia, que Diogo Rodrigues de Azevedo deu o recado até o fazer d'esta, que são vinte e sete de dezembro, se ajuntaram vinte mil cento quarenta e seis pardaos, e uma tanga, de cinco tangas o pardao, os quaes emprestou esta cidade, a saber cidadãos, e o povo, e assim os bramenes mercadores, gameares, e ourives. E escrevemos em certo a V. senhoria que esta cidade, e os honrados moradores pelo servir, temos obrigação de pôr as vidas, e as fazendas com melhor vontade do que o faremos por nossas proprias honras e interesses. E quanto, Senhor, aos penhores que nos manda, a cidade, e moradores nos temos por aggravados de V. senhoria ter tão pouca confiança em nós, e em nossas lealdades, que para coisa que tanto cumpria ao serviço d'el-rei nosso Senhor, e a seu estado real, não eram necessarios tão honrados, e illustres penhores, porque nossa lealdade nos obriga ao serviço d'el-rei, e a presente necessidade, e depois d'isso as obrigações em que somos, e a grande affeição, e muito amor que V. senhoria tem a esta cidade, e moradores: e por ella, e tudo o mais que n'este caso lhe sentimos, lhe beijamos as mãos, e rogamos a Nosso Senhor, que lhe dê perfeita saude, e o prospere de muita honra, e grandes victorias contra os inimigos de nossa Santa Fé. E todavia, senhor, Diogo Rodrigues de Azevedo lhe torna a levar os seus penhores; e assim lhe levam elle, e Bartholomeu Bispo, procurador da cidade, o dito dinheiro, que lhe a cidade, e povo d'ella emprestaram de sua boa e livre vontade. E assim lhe levam mais a provisão, que cá mandou para o thesoureiro pagar o dito dinheiro, e lhe pedem por mercê que tudo acceite, como de leaes vassallos, que somos a el-rei nosso Senhor, e a V. senhoria mui obrigados. Escripta em camara, a 27 de dezembro de 1547. E eu Luiz Tremessão, escrivão da camara, o mandei escrever, e subscrevi por licença que para ella tenho. Pero Godinho, João Rodrigues Paes, Ruy Gonçalves, Ruy Dias, Jorge Ribeiro, Bartholomeu Bispo.»

D. João de Castro foi recebido em Gôa com as maiores pompas de triumpho. Foi verdadeiramente uma festa romana. Nos actos do governador, conhece-se claramente que o seu idéal era Roma. Pois, n'este lance, realisou o seu idéal, porque, á volta de Diu, foi recebido em Gôa como um vencedor romano. Jacintho Freire, no seu estylo altisonante, dá uma larga descripção d'essas festas, que foram as mais magnificentes que a India viu sob o dominio da corôa portugueza.

Todavia, a India não estava tranquilla, e o governador não podia adormecer sobre os louros conquistados. Bardez e Salsete davam que fazer, como já de passagem referi. Hidal-Khan preparava-se, porque Meale continuava a estar protegido pela bandeira das quinas. O sultão de Cambaya pensava em vingar a derrota de Diu. Portanto D. João de Castro tinha de vestir de novo as armas. Assim fez. A fim de assegurar a tranquillidade de Gôa, combateu Hidal-Khan, que derrotou. Depois acudiu a Diu com uma esquadra importante. Mas o sultão desistiu do seu intento de reconquistar Diu, e D. João de Castro limitou-se a bombardear a costa. Foi-lhe preciso, porem, voltar a Gôa, que estava de novo ameaçada por Hidal-Khan. E d'esta vez era preciso que a lição fosse severa. Foi, porque D. João de Castro destruiu-lhe todos os portos, empregou todos os meios que julgou precisos para o reduzir a uma tranquillidade definitiva.

Entretanto o rei de Adem e o de Caxem, ameaçados pelos turcos, mandaram pedir auxilio a D. João de Castro. O governador annuiu, porém os nossos foram derrotados em Adem. D. João ainda mandou seu filho D. Alvaro em soc-

corro, com uma armada, mas perto das ilhas de Canecanim D. Alvaro soube, por D. João de Athayde, a noticia da derrota. Reuniu conselho a bordo, e consultou-o sobre o que devia fazer. Decidiu-se que, visto o negocio de Adem estar perdido, fossem levar auxilio ao rei de Caxem, que tambem o pedia. Foram. E tomaram aos fartaques uma fortaleza, facção mais importante ao regulo, que grande a nossas armas, diz Jacintho Freire. D. Alvaro voltou a Gôa.

D. João III não se mostrou ingrato para com D. João de Castro. Concedeu-lhe o titulo de vice-rei, prorogou o seu governo por mais tres annos, e deu-lhe uma ajuda de custo de dez mil cruzados. D. Alvaro foi agraciado com o posto de capitão-mór do mar da India. O rei, a rainha e o infante D. Luiz escreveram ao vice-rei cartas de felicitação. A da rainha diz assim:

«Viso-rei. Eu a Rainha vos envio muito saudar. Vi a carta, que me escrevestes na qual particularmente me daes conta do que tendes feito, e provido em todas as coisas que vos pareceu que cumpriam ao serviço d'el Rei meu Senhor, e á defensão, e segurança d'essas partes; e de tudo ser tão conforme a quem vós sois, e á grande confiança que Sua Alteza de vós tem, recebo tanto contentamento, como é razão, assim, por vêr, que Sua Alteza é de vós tão bem servido, como pela muita honra, que n'isso tendes ganhada. E quanto ao cuidado, e grande diligencia, com que logo entendestes no corregimento, e provimento da armada, foi grande principio, e mui necessario para remedio de tamanhas coisas, como depois se offereceram; e por certo tenho, que por mui grande, que fosse o trabalho, que n'isso levastes, seria maior o contentamento, que terieis de ser tão bem empregado. E a guerra, que fizestes ao Hidalcão, foi cousa mui bem acertada, pois tão claro se viu n'ella o contrario da opinião, que dizeis se tinha, que da guerra dos portuguezes lhe não podia vir damno; o que seria causa de a mover tantas vezes; nem de sua paz se lhe seguia proveito, pelo que não estimaria quebral-a. E se elle soubéra quem vós sois e quanto mais vos lembra a honra, que o proveito, nem curára de vos fazer o offerecimento, que vos fez ácerca de Meále: mas a pouca impressão que fez em vós, e vosso claro desengano, lhe daria a conhecer. E quanto ao negocio do cêrco, e guerra da fortaleza de Diu, foi mui grande mercê de Nosso Senhor a victoria, que vos alli deu contra tamanho poder, e numero de inimigos de sua Santa Fé Catholica, que de tão diversas partes alli eram juntos, e mui claro signal de elle ter de sua mão o Estado de essas partes, e lhe dou por tudo tantos louvores, como é razão, e lhe devo. E muito accrescenta no grande contentamento, que el-rei meu Senhor, e eu temos de tamanho vencimento, vêr com quanta prudencia, e discrição provestes em todas as cousas, que para se poder alcançar, eram necessarias, e quão animosamente vos houvestes no dia da batalha, e com quanta presteza soccorrestes aquella fortaleza, offerecendo a isso vossos filhos em tão fortes tempos. O conhecimento que Sua Alteza, e eu temos de todas essas obras, e do grande fructo que d'ellas se seguiu, é mui conforme á qualidade, e grandeza d'ellas; e assim confio, que sua alteza, mostre na honra, e mercê que vos fará, e porque tudo se vos deve; e bem o deu a entender no gosto, e contentamento, com que logo quiz dar a isso principio, nas que agora fez a vós, e a vosso filho D. Alvaro, segundo vereis por sua carta. E do fallecimento de D. Fernando vosso filho, recebi mui grande desprazer, assim por quanto sei que o havieis de sentir, como pela perda de sua pessoa, que segundo tinha mostrado n'aquelle feito, se póde bem vêr, que foi grande; mas eu tenho tal conhecimento de vós, e de vossa muita prudencia, e virtude, que sei certo, que em todo tempo, em que Nosso Senhor o levára para si, vos conformareis vós com sua vontade, e tomareis de sua mão; quanto mais sendo n'aquelle, em que por defensão de sua Fé, e em tamanho serviço de Sua Alteza, tão honradamente acabou, e cumpriu com a obrigação de quem era, que são razões mui grandes para vós muito o deverdes fazer assim, e muito menos sentirdes sua morte. E quanto ao que me pedis ácerca de vossa vinda, em que D. Leonor vossa mulher (que eu muito folguei de vêr pelo merecimento de sua pessoa, e virtude e pela muita boa vontade que lhe tenho) me fallou de vossa parte, como em cousa que tanto deseja; estimára eu muito de com gosto, e contentamento de el-rei meu Senhor, poder n'isso satisfazer a vós, e a ella; mas pelo muito, que Sua Alteza tem

de vosso tão bom serviço, e pela grande falta, que lá poderia fazer em tal tempo vossa pessoa. houve por bem de se servir ainda lá de vós, outros tres annos, segundo por sua carta vereis. E tenho por mui certo, que por todas estas razões o haverieis assim por bem, e vos rogo muito, que assim seja, e espero em Nosso Senhor, que vos dará saude, e forças para o poderdes fazer, e vos ajudará, e esforçará em todos vossos trabalhos, pois d'elles se segue tanto serviço; e pois sabe, que o principal respeito, porque Sua Alteza o ha assim por bem, é saber que será elle lá de vós inteiramente servido. E na lembrança, que entre tamanhos trabalhos, e tão importantes negocios, tivesteis d'aquellas coisas minhas que levasteis a cargo, se vê bem quanto desejo tendes n'isso, e em tudo me servir, o qual eu estimo, como é razão. E quanto o que toca a Diogo Vaz, por outra carta vos escrevo o que n'isso folgarei que se faça. Com o benjoim de boninas, e com todas as mais coisas que me enviastes por Lourenço Pires de Tavora, recebi muito prazer, por ser tudo tão bom, que bem parece ser enviado com tão boa vontade, a qual eu ainda mais estimo, e tudo vos agradeço muito. E dos creados meus, e pessoas, que me escreveis, que lá tem bem servido, e assim das cousas, em que vos parece necessario prover, farei lembrança a el-rei meu Senhor, como pedís que faça. O que Sua Alteza houver de prover, assim nas mercês, que houver de fazer a todos os que lá o servem, ha de ter tanto respeito ao que vós em tudo lhe escreverdes, e pedirdes, como é razão que seja; e muito vos agradeço a boa informação, que a sua alteza daes dos meus criados, que n'aquelle feito de Diu se acharam, e assim o muito favor, e boas obras, que sei que todos lá fazeis por meu respeito. Pero Fernandes a fez em Lisboa, a trinta dias de outubro de mil quinhentos quarenta e sete.—A Rainha.»

Todavia, D. João de Castro não teve tempo de gosar as concessões que o rei de Portugal lhe fizera. Morreu no dia 6 de junho de 1548, assistindo-lhe ao passamento S. Francisco Xavier.

Jacintho Freire põe na bocca do vice-rei moribundo estas palavras, que se não revelam uma grande modestia por parte de D. João de Castro, compendiam todavia os seus serviços na India. Por isso as transcrevemos:

«Não terei, senhores, pejo de vos dizer, que ao viso-rei da India faltam n'esta doença as commodidades, que acha nos hospitaes o mais pobre soldado. Vim a servir, não vim a commerciar ao Oriente, a vós mesmos quiz empenhar os ossos de meu filho, e empenhei os cabellos da barba, porque para vos assegurar, não tinha outras tapeçarias, nem baixellas. Hoje não houve n'esta casa dinheiro, com que se me comprasse uma gallinha: porque nas armadas que fiz, primeiro comiam os soldados os salarios do governador, que os soldos de seu rei; e não é de espantar, que esteja pobre um pae de tantos filhos. Peço-vos, que em quanto dura esta doença, me ordeneis da fazenda real uma honesta despeza, e pessoa por vós determinada, que com modesta taxa me alimente.»

De caracteres honrados é que effectivamente a India estava carecida. E D. João de Castro era-o, embora tivesse a consciencia de o ser.

Succederam-se no governo, até á morte de D. João III, Garcia de Sá, Jorge Cabral, D. Affonso de Noronha, D. Pedro Mascarenhas e Francisco Barreto.

Mas a corrupção da India continuava a lavrar. Apesar da victoria das nossas armas, das nossas conquistas e dos nossos triumphos, quasi sempre enodoados de sangue, estava cerrado o prologo da historia da nossa ruina. Ia começar o drama, que teve o seu desenlace em Alcacerquibir.

CAPITULO VIII

Foi durante o reinado de D. João III que os portuguezes começaram a estabelecer-se na China (1542).

Foi na costa oriental em Liampó (Ning pó), que fundáram o seu primeiro estabelecimento; esta tentativa de colonisação não teve, porém, bom exito, porque a cidade foi incendiada pelos chinas, e muitos centenares de portuguezes pereceram.

Em 1549, passaram a fazer outro estabelecimento em Chincheo, e, finalmente, em 1557, anno em que falleceu D. João III, fundaram Macau, com auctorisação do governo chinez, na ponta sul da ilha de *Gaoxam (ou Yanxan)*.

As missões religiosas estenderam-se tambem n'esta época ao oriente da Asia. S. Francisco

Offi. Typ. da Empreza Litteraria.

Missão de S. Francisco Xavier

Xavier, como já vimos, entrou no Japão, desacompanhado, e ia a entrar na China, quando morreu.

Foi com S. Francisco Xavier, como sabemos, que os primeiros missionarios da Companhia de Jesus chegaram a Gôa em 1543, hospedando-se no collegio de S. Paulo.

«Em 1548, diz Rebello da Silva, [1] é que se ergueu a casa professa na parte inferior da cidade ligada com a sumptuosa igreja do Bom Jesus. Adquirindo depois o collegio de Chorão e o de Rachol em Salsete, deixaram as casas de S. Paulo e de S. Roque aos religiosos invalidos, e preferiram como sitios mais sadios e accommodados Rachol para séde do collegio e Chorão para cabeça do seminario. S. Paulo, em 1548, decorrido pouco tempo desde a entrada dos primeiros jesuitas, possuia de rendas certas e annuaes mais de 5:000 pardaus. Nenhuma ordem prestou serviços mais relevantes á fé e á conquista, porém nenhuma soube aproveitar-se melhor tambem das circumstancias, nem colher fructos mais copiosos dos proprios esforços. Nos fins do seculo XVI em quasi todas as côrtes dos reinos opulentos tinha alcançado entrada. No Japão possuia tres casas na cidade principal (Meaco), e era respeitada e favorecida. Na China, alem da residencia de Pekim, ainda occupava mais tres em cidades importantes do imperio. Em Bengala foi bem vista do rei, e em Bisnaga merecia grande estima. Nos estados do Grão Mogol os padres não saiam do lado do soberano. No Malabar o Samorim de Calecut prezava-os como amigos e conselheiros. Em Travancor, Porcá, Dangamale, e varios logares, assumiram posições privilegiadas. Nos dominios do Preste João grangearam muito conceito. N'estas e em outras partes, assevera um escriptor bem informado, não só cuidavam dos interesses espirituaes, como acudiam igualmente pelos interesses politicos e commerciaes da corôa portugueza, procurando conservar, ou consolidar entre os principes e o estado da India as boas relações de paz e amisade. A arma das conversões auxiliava a acção da conquista e a dilatação da fé. As gentilidades agremiadas no redil da igreja eram mais fieis aos portuguezes, do que aos monarchas naturaes, e nos paizes subjugados a religião podia mais para os conter na obediencia, do que a força. [1]

«O nome de S. Francisco Xavier, tão venerado dos pequenos, como acatado dos poderosos, serviu mais á sociedade para lhe abrir os caminhos, do que os valimentos que sabia empregar para vencer as contrariedades. Por mais de nove annos, seguindo na Asia os vestigios de S. Thomé, como facho sempre acceso, elle e seus companheiros, humilde com os pobres, rigorosos com os ricos e soberbos, e sempre austeros comsigo, não maculando nunca as mãos na grangearia dos lucros mundanos, tornaram a sua roupeta mais respeitada, do que a purpura dos orgulhosos. No meio da immensa corrupção, que já minava no vasto imperio de D. João III na India, Xavier erguendo a cabeça acima de tudo, flagellava a usura, a avareza e as veniagas, estranhava as rixas e as violencias, castigava os vicios, e a sua palavra singela, como a verdade, alumiando aonde as trevas se condensavam, cauterisava, como o fogo, aonde as chagas eram mais fundas. Perante o bello vulto d'este verdadeiro apostolo, a posteridade inclina-se reverente. Primeiro nuncio da boa nova, rodeado de creanças e de infelizes, á similhança do seu divino Mestre, prégava do alto dos pulpitos, e descia depois ás choupanas, doutrinando, supplicando, reprehendendo, e confortando de dia e de noite. A morte foi digna da vida. Desfallecido o corpo e anciosa a alma pelo repouso celeste, expirou na ilha de Sancham, ás portas da China, em uma cabana coberta da ramos e desabrigada, com a imagem de Christo nos olhos e a caridade mais ardente no coração e nos labios. [2]

«Vestindo os habitos remendados do peregrino, com a vontade e o animo sempre offerecidos ao martyrio, sustentava-se de esmolas, fugia dos regalos das cidades, do fausto dos palacios, e do applauso insidioso dos abastados. Pondo toda a

[1] Rebello da Silva, *Historia de Portugal*, tomo V, pag. 195.

[1] «Fernão Guerreiro, *Das cousas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas partes da India*, liv. III, cap. XXXIII, pag. 109.

[2] «Lucena, *Historia da Vida do Padre S. Francisco Xavier*, liv. X, cap. IV e V. Xavier falleceu em 2 de dezembro em 1552 com cincoenta e cinco annos de idade e mais de nove de missão activa.

confiança nas promessas do Senhor, entranhava-se pelas solidões, e, por entre os juncaes, ou por baixo dos palmares ía alegrar a aldeia perdida no ermo, prestando as consolações religiosas aos mais ignorantes, esquecidos e desprezados. Abrasado no amor do proximo, fallava de Deus ás mulheres, aos meninos, e aos que as outras castas rejeitavam como fezes. A estes novos leprosos da tyrannia das seitas indianas chamava filhos e enxugava o rosto banhado de lagrimas, ensinando-lhes que a terra não era mais do que um desterro, e que na presença de Christo todos seriam irmãos. Esta fecunda palavra, que resistiu mais do que as grandezas da conquista, arraigou a frondosa arvore plantada pela fé. Por largos annos, por seculos até, serviu a recordação das virtudes do varão piedoso de escudo contra a adversidade, ou de chave milagrosa aos que não podiam já imital-o, para repellirem as aggressões, ou para tornarem accessiveis as entradas que o receio, ou as suspeitas cerravam diante d'elles. [1]

«Os progressos de S. Francisco e dos primeiros missionarios foram rapidos e os effeitos quasi prodigiosos. Em pouco tempo a companhia tornou-se uma potencia no oriente. Alargando os ramos por toda a parte, tinha collegios em Salsete e em Diu, em Baçaim e em Damão, casa professa em Gôa, collegios em Chaul, Malaca e Bengala, em Ceilão. Cranganor e Cochim, no reino do Pegú, em Arima, Meaco e Nangazeki no Japão, em Pekim e Nankim na China, e cobria com a sombra quasi todos os logares, aonde tremulava a bandeira portugueza, ou aonde qualquer rasão politica, religiosa, ou mercantil attrahia os europeus.» [2]

Da China d'essa época dá-nos noticia o celebre viajante portuguez Fernam Mendes Pinto, natural de Montemór-o-Velho, que em 1537 embarcou para a India, e pelo Oriente se demorou viajando vinte e um annos.

Por muito tempo o seu livro, *Peregrinação*, que elle escreveu á volta das suas longas viagens, foi tido como fabuloso. Dizia-se geralmente: *Fernam Mentes? Minto*, anagrammatizando ou parodiando o seu nome. Hoje porém a memoria do celebre viajante está rehabilitada pelas narrativas de modernos viajantes, e a sua obra tem um notavel valor historico.

Tomaremos, quasi ao acaso, do interessantissimo livro de Fernam Mendes uma das paginas que diz respeito á colonisação portugueza na China, e aos trabalhos e soffrimentos dos primeiros colonos do Oriente.

«Partidos nós d'este rio de Anay muito bem apercebidos de todo o necessario para a viagem, que estava determinada fazer-se, pareceu bem a Antonio de Faria, por conselho de Quiay Panjão, de que sempre fez muito caso, pelo conservar em sua amisade, ir surgir no porto do Chincheo, para ahi se informar pelos portuguezes, que eram vindos da Cunda, de Malaca, de Timor, e de Patane, de algumas cousas necessarias a seu proposito, e se tinham novas de Liampó, porque soava então pela terra que era para lá partida uma armada de 400 juncos, em que iam cem mil homens por mandado d'el-rei da China a prender os nossos, que lá residiam de assento, e queimar-lhes as náus, e povoações, porque os não queria em sua terra, por ser informado novamente que não eram elles gente tão fiel, e pacifica, como antes lhe tinham dito. Chegados nós ao porto de Chincheo, achámos ahi cinco náus de portuguezes, que havia já um mez que eram chegadas d'estas partes, que disse, dos quaes fomos muito bem recebidos, e agasalhados com muita festa, e contentamento, e depois que nos deram novas da terra, e da mercancia, e da paz, e quitação do porto, nos disseram que de Liampó não sabiam nada, mais que dizerem-lhe os chins que haviam lá muitos portuguezes de invernada, e outros vindos novamente de Malaca, da Cunda, de Sião, e de Patane, e que faziam na terra suas fazendas, pacificamente, e que a armada grossa de que nos temiamos, não era lá, mas que se presumia que era ída ás ilhas do Goto em soccorro do Sucão de Pontir, a quem se dizia que um seu cunhado tyrannicamente tinha tomado o reino; e porque este Sucão se fizera novamente subdito do rei da China com tributo de cem mil taeis cada anno, lhe dera aquella armada dos quatrocentos juncos, em que se affirmava que iam cem mil homens para o

[1] «Lucena, *Historia da Vida de S. Francisco Xavier*, passim.

[2] «*Bosquejo Historico de Gôa*, pag. 115 e seguintes.

metterem de posse do reino, ou senhorio que lhe tinham tomado; com a qual nova todos ficámos descançados, e démos por isso, muitas graças a Nosso Senhor. Depois que n'este porto de Chincheo estivemos nove dias nos sahimos d'elle levando já em nossa companhia trinta e cinco soldados mais d'estas cinco náus, a que Antonio de Faria fez bom partido, e seguimos nosso caminho na via do reino de Liampó, e havendo já cinco dias que navegávamos com ventos ponteiros, velejando ás voltas de um bordo no outro, sem podermos surdir ávante, uma noite ao quarto da prima encontrámos um parau pequeno de pescadores, em que vinham oito portuguezes muito feridos, dos quaes dois se chamavam Mem Taborda, e Antonio Henriques, ambos homens honrados e muito ricos, e de muito nome n'aquellas partes, e por isso os nomeei a elles particularmente; e assim estes, como todos os outros vinham tão destroçados, que era cousa piedosa vel-os. Chegado este parau ao junco de Antonio de Faria, elle fez logo recolher dentro estes oito portuguezes, os quaes em subindo acima que o viram, se lhe lançaram todos aos pés, e elle os recebeu com muita affabilidade e agasalho, acompanhado de assás de lagrimas, pelos vêr rotos, nús, e descalços, e banhados no seu proprio sangue. E vendo-os d'aquella maneira, lhes perguntou pela causa da sua desventura, e elles lh'a contaram com mostras de muito sentimento, dizendo: Que havia dezesete dias que tinham partido de Liampó para Malaca com proposito de passarem á India, se lhe a monção não faltasse, e que sendo tanto ávante como o ilhéo de Cumbor os acommettera um ladrão guzarate, por nome Coja Acem, com tres juncos e quatro lanteás, nas quaes sete embarcações trazia quinhentos homens, de que os cento e cincoenta eram: mouros lufões, borneos, jaos e champás, tudo gente da outra costa do Malayo, e pelejando com elles desde a uma hora até ás quatro depois do meio dia, os tomára com morte de oitenta e duas pessoas, em que entraram dezoito portuguezes, fóra quasi outras tantas, que levára captivas, e que no junco lhes tomára de emprego seu, e de partes mais de cem mil taeis. E juntamente com isto lhe contaram outras particularidades tão lastimosas, que a alguns dos circumstantes, que as ouviam, se enxergou bem nos olhos a dôr e mágoa que tinham d'elles. Suspenso ficou Antonio de Faria, e pensativo um grande espaço, imaginando no que aquelles homens lhe tinham dito, e virando-se para elles, lhes disse: Peço-vos, senhores, que me digaes, já que essa briga foi tal, como me contastes, como foi possivel escapardes vós mais que os outros? A que elles responderam: Depois de termos pelejado ás bombardadas obra de hora e meia, os tres juncos grandes nos abalroáram cinco vezes, e das grandes pancadas que nos deram, nos abriu o nosso uma grande agua pela roda de prôa, e tão grossa, que com ella nos iamos ao fundo, a qual foi a principal causa da nossa perdição; por que querendo-a tomar, nos era forçado baldear muita fazenda para irmos dar com ella, e occupando n'isto a gente, apertavam os inimigos comnosco de maneira, que para nos defendermos era tambem forçado deixarmos o que faziamos para acudirmos acima: estando nós n'este trabalho, e com a maior parte da gente ferida, e alguns tambem já mortos, se ateou o fogo em um dos seus juncos, e pegando no outro que estava junto d'elle, lhes foi forçado largarem as abalroas para se desempeçarem um do outro; o que não poderam fazer tanto a seu salvo, por muito que n'isso trabalharam, que um d'elles não ardesse até o lume d'agua, e toda a gente d'elle se lançou ao mar, de que se afogou a maior parte; n'este tempo acabou o nosso junco de assentar sobre a estacada das pesqueiras que estavam junto do arrecife, antes que cheguem á bocca do rio, aonde agora está o pagode dos Siames. E tanto que o perro do Coja Acem, que era o que nos tinha afferrado, nos viu d'aquella maneira, entrou de romania comnosco com uma grande somma de mouros, todos armados de couras, e saias de malha, e em chegando nos derrubaram logo dos nossos passante de cincoenta, em que os dezoito foram portuguezes, e nós d'esta maneira que nos vossa mercê vê assim feridos, e queimados, por não termos nenhum remedio nos lançámos a uma manchua, que tinhamos atracada por pôpa do nosso junco, na qual prouve a Deus qae nos salvámos só quinze pessoas, de que já hontem morreram as duas, e as treze que milagrosamente escapámos, vimos da maneira que vossa mercê nos vê, oito portuguezes, e cinco

moços nossos, fugindo n'esta manchúa por entre a estacada e a terra, nos fomos sempre cosendo com os penedos, para que não podessem elles chegar a nós; e acabando as lauteàs de recolher os seus, que andavam ainda na agua, se foram com grande grita e muitos tangeres ao nosso junco, no qual embaraçados com a cobiça da presa, prouve a Nosso Senhor que isso foi causa de nos não seguirem. E sendo n'este tempo já quasi sól posto, se metteram pelo rio dentro com festa de muitos tangeres e apupadas, como quem triumphava dos miseraveis de nós. Antonio de Faria lhes disse então: Segundo isso ahi devem de estar agora dentro n'esse rio, pois vão tão destroçados como dizeis, e parece-me que nem o vosso junco, nem o outro que estava abalroado com o que se queimou, lhe podem servir para nada, e no outro grande com que vos elle abalrou, alguma gente lhe havieis de matar e ferir; a que elles ambos responderam que muita lhe mataram, e muita lhe feriram. Antonio de Faria então, tirando o barrete, com os joelhos no chão, as mãos levantadas e os olhos no céo, disse com assás de lagrimas: Senhor Jesu Christo, assim como tu, meu Deus, és verdadeira esperança dos que em ti confiam, eu mais peccador que todos os homens, te peço com muita humildade em nome d'estes teus servos, cujas almas tu remiste com o teu precioso sangue, que nos dês esforço, e victoria contra este inimigo cruel matador de tantos portuguezes, o qual eu com teu favor e ajuda. e por honra do teu santo nome determino de ir buscar como até agora tenho feito para que ás mãos d'estes teus servos e fieis soldados pague o que ha tanto tempo nos deve. Ao que todos os que estavam presentes em uma voz responderam: A elles a elles com o nome de Jesu Christo, porque o perro pagará anuveado o que deve assim a nós como a estes pobres companheiros. E dando com este fervor uma grande grita, marcaram as velas em pôpa para o porto de Layló, que ficava atraz oito leguas, ao qual por conselho que sobre isso se teve, Antonio de Faria se foi aparelhar para esta briga, que esperava de ter com esse corsario, em busca do qual, como atraz fica dito tinha gastado tanto tempo sem até então poder ter novas d'elle em nenhum porto de quantos correra.»

Importava tambem lançar olhos para o Brazil. Pareceu a D João III que o melhor seria dividil-o em capitanias, e assim fez, entregando-as a differentes donatarios, para as colonisarem.

«A colonisação do Brazil, intentada por D. João III, e o estabelecimento das primeiras feitorias, tinham começado a aproveitar para a cultura e para a civilisação os vastos territorios de Santa Cruz. O tempo, auxiliado pela liberdade do sólo e por activos e pacientes esforços, recompensára com fructos copiosos o zêlo do trabalho nas differentes capitanias, e a côrte, animada por tão esperançosa estreia, determinára crear na Bahia a séde do governo central, e encarregára Thomé de Sousa de lançar os fundamentos d'elle. Mem de Sá, irmão do poeta Sá de Miranda, succedendo a D. Duarte da Costa, cuja administração fôra pouco feliz, repelliu os francezes, povoou o Rio de Janeiro e outros districtos, e coadjuvou com esclarecido impulso as missões religiosas, provando em todo o decurso da sua gerencia qualidades distinctas como capitão e como organisador. O desastre de Alcacer e a união das duas corôas interromperam a prosperidade da provincia.» [1]

Eram vastos, enormes os dominios da corôa portugueza a esse tempo, o que exigia enormes sacrificios pecuniarios, e uma trabalhosa administração colonial. Rivalisava a monarchia de Portugal com a de Castella em extensão de territorio. Carlos V, que então vivia, era não só imperador da Austria, rei de Castella, Navarra e Aragão, mas estendia tambem o seu poder a uma parte da Italia, a outra da França, aos Paizes Baixos, e, como se isto ainda fosse pouco, o sceptro castelhano avassallava tambem uma porção da Africa, da America e da Oceania.

A corôa de Portugal podia competir em vastidão de territorio com a de Castella.

Por isso Sá de Miranda, na sua celebre carta a D. João III, tão interessante a todos os respeitos, lhe dizia:

Rei de muitos Reis...

Que em outras partes da esphera,
Em outros céus differentes,
Que Deus 'té'gora escondera,

[1] Rebello da Silva—*Historia de Portugal*, tomo V, pag. 119.

Cada uma de tantas gentes
Vossos despachos espera.
. . . .
As vossas velas que vão
Dando quasi ao mundo volta...

Sá de Miranda conhecia perfeitamente a Hespanha, sabia quanto ella podia:

Geralmente e presumpçosa
Hespanha, e d'isso se presa,
Gente ousada, bellicosa,
Culpam-n'a de cubiçosa,
Bem n'o sabe vossa alteza.

Mas não era de Castella que Sá de Miranda receiava, porque elle bem sabia tambem quanto Portugal podia:

Não me temo de Castella,
D'onde inda a guerra não soa,
Mas temo-me de Lisboa,
Que ao cheiro d'esta canella
O reino nos despovoa.

Do que o poeta se temia, e com razão, era da influencia perniciosa que o Oriente estava exercendo sobre nós, accendendo lá e cá, na India ou em Lisboa, a febre do goso e da corrupção.

D'estes mimos indianos
Hei grão medo a Portugal,
Que nos recresçam taes damnos
Como os de Capua a Annibál,
Vencedor de tantos annos.
. . . .
Ouves, Viriato, o estrago,
Que cá vae dos teus costumes?
Os leitos, mesas, e os lumes,
Tudo cheira: eu oleos trago,
Vem outros, trazem perfumes.

E ao bom trajo dos pastores,
Com que saiste á peleja
Dos romãos tão vencedores,
São mudados os louvores,
Não ha lá quem te haja inveja,

Entrou, dias ha, peçonha
Clara pelos nossos portos,
Sem que remedio se ponha;
Uns dormentes, outros mortos,
Alguem pela rua sonha.

Fez no começo a pobreza
Vencer os ventos, e o mar,
Vencer quasi a natureza;
Medo hei de novo á riqueza,
Que nos venha a captivar.

E foi com effeito a riqueza do Oriente que contribuiu para a nossa decadencia. Foi a canella, a cortiça calida, cheirosa, como diz Camões, foi a pimenta, foi a pirataria, tudo isso foi...

Mas, ainda assim, Camões dizia ao successor de D. João III:

Vós, poderoso rei, cujo alto imperio
O sól, logo em nascendo, vê primeiro,
Vê-o tambem no meio do hemispherio,
E quando desce o deixa derradeiro.

Era a verdade. D'estas duas corôas rivaes em poder uma veiu, annos volvidos, a ser absorvida pela outra. O filho de Carlos V, Filippe II, disputava e vencia o reino cujo sceptro a mão enregelada de um irmão de D. João III deixára ir afundar-se no tumulo, que por sessenta annos o foi tambem da nossa nacionalidade...

Fr. Luiz de Sousa, nos *Annaes*, dá-nos a seguinte noticia das possessões de Portugal na Africa, em tempo de D. João III.

«Sustentavam-se em Africa oito forças guarnecidas de muita gente de pé e de cavallo, representação de boas cidades, honra de portuguezes com gasto superfluo da corôa de Portugal, proveito e segurança das terras visinhas de Andaluzia: freio e terror não pequeno da Mauritania. Seu sitio nas ribeiras do mar para mais temidas e mais defensaveis. Caem as quatro sobre o mar Atlantico, que são: Cabo de Gué, Cafim, Azamor e Mazagão. As outras quatro ficam da bocca do estreito para dentro, onde o Mediterraneo com pouca distancia faz divisão entre Hespanha e Berberia. É primeira a famosa cidade de Ceuta: segue Alcacer, que a differença d'outro logar do mesmo nome chamam os barbaros Seguer, que é o mesmo que pequeno. E pouco adiante Tanger e Arzilla. Todas oito tinham governo

e capitão particular de por si, sem reconhecer outro superior mais que a el-rei em Portugal. Eram capitães de Çafim, D. Nuno Mascarenhas; de Azamor, Gonçalo Mendes Çacoto; de Mazagão, que ainda era cousa pouca, Antonio Leite. A Tanger governava D. Henrique de Menezes, irmão de D. Duarte, que d'esta cidade foi tirado para governador da India; a Arzilla, D. João Coutinho, filho do conde de Borba. A estas praças podemos juntar o castello de Arguim, cujo sitio ainda que afastado por grande numero de leguas, e por isso de menos nome, fica na mesma costa contra o sul. Seguem adiante as povoações de Cabo Verde que os antigos chamaram Promontorio Arsinario: e d'ahi começam a correr as novas e estendidas provincias da Ethiopia occidental, varias em sitio, em linguagem, e trato; mas de uma só côr dos homens (são todos negros) que á industria do grande infante D. Henrique deve este reino. N'estas se contava a cidade de S. Jorge da Mina, praça de grande utilidade pelo resgate continuo de muito ouro: e a costa de Malagueta rica de um genero de especearia d'este nome; que antes de descoberta a pimenta da India não tinha menos estimação e valia que ella. Contavam-se tambem a ilha de S. Thomé prospera por infinito assucar: com os reinos de Congo e outros visinhos, ricos por muitas vias, mas principalmente por serem como são fonte perenne de innumeraveis escravos.»

Cara ficava a Africa á corôa portugueza. A guerra contra os mouros era incessante; os sacrificios que a metrópole fazia, para a sustentar, enormes.

Ora os mouros incommodavam os portuguezes, ora os portuguezes os mouros. Era a caça ao homem, sem treguas.

As chronicas estão cheias de episodios d'essa especie; muitos d'elles são curiosos. Tomemos um, de fr. Luiz de Sousa:

«N'este tempo governava Tanger D. Duarte de Menezes, e havia já dois annos que requeria a el-rei successor, como atraz tocamos; mas com ser velho e cançado e desejoso de trocar cuidados, não se via n'elle descuido, e por isso el-rei, inda que entrava já em sexto anno d'aquelle cargo, não diferia a seu requerimento, imitando n'isto a um imperador antigo muito prudente, que achando ministros fieis e arrendados nas cousas que lhes encommendava, folgava que lhe envelhecessem nos cargos, pelo bem que se seguia ás partes. Mas como a guerra traz muitos acontecimentos, que nenhuma prudencia humana pode prevenir, succedeu dar licença ao Almocadem velho, para se ir á serra de Segny esperar almogavares, que é o exercicio ordinario das fronteiras. Detiveram-se dois dias, sem acharem em que entender mais que montaria e caça. Na noite do segundo, fazendo conta de voltar pela manhã para casa, fizeram fogo, assaram muita carne e coelhos: foi a ceia alegre; e como é ordinario traz boa ceia seguirem festa e jogos, o em que mais se empregaram, sem tal cuidarem, foi agouro certo do que logo experimentaram. Quizeram fazer representação do que muitos d'elles tinham visto em terra de mouros. Prendiam-se uns aos outros com os cabrestilhos dos cavallos; havia pregoeiro como em verdadeira almoeda, que dava vozes: tantas onças dão por este christão; acudiam a lançar uns e outros; aporfiavam a quem daria mais e quem levaria o captivo; festejava-se a compra com grita e riso e ditos de passatempo. Assim estenderam o jogo até alta noite. Entretanto, como faziam conta que não havia que temer, crescia a grita, e ao som d'ella a fogueira, de sorte que a serra estava toda allumiada, e a luz e vozes abriram olhos e orelhas a uns guardas ou corredores, que Muley Abrahem sempre trazia diante, para verem e contarem muito a seu salvo todos os nossos. Era conjunção, em que Muley Abrahem vinha correr a Tanger em companhia de Muley Hamet filho d'el-rei Mahamet defunto, e sobrinho de Boaçú, quer einava; e estava já em Benamaçuar com todos os seus esperando por Muley Hamet, com quem se havia de juntar na ponte Gosmá, tres leguas de Tanger. Sendo avisado do que seus guardas tinham visto, mandou logo a Muley Hamet o Almocadem Abenaix, para que o guiasse pela serra e porto de Alfeixe, dando-lhe novas que tinham presa certa no campo. Amanheceu o dia, e os nossos com um descuido fatal foram-se apartando de dois em dois a montear de caminho, como se não houvera mouros no mundo; mas logo se viram atalhados de muitos, que foram os de Muley Abrahem: de sorte que de cincoenta que eram, ficaram em mão dos inimigos mais de metade, porque alguns que se

desviaram de Abrahem, foram cahir nas de Muley Hamet. Os que se salvaram, embrenhando-se, perderam os cavallos, excepto uns tres que com muito risco tomaram o caminho d'Arzilla até o rio Tagadarte, que passaram a nado, e foram dar a nova de sua perda a Antonio da Silveira.»

Camões, que parece ter voltado de Africa ao reino em 1549, tambem conta um d'esses episodios:

Andando só, como digo,
Apartado da manada
Fazendo contas comigo,
Que em fim não fundem nada,
Querendo buscar atalho
Para vir ao que desejo,
Vi venir pendon bremejo
Con tresientos de caballo.

Vinham d'esporas douradas,
E vestidos de alegria,
Com adargas embraçadas
La flor de la Berberia.
Com gritos e altas vozes
Vinham a redeas tendidas,
Ricas aljubas vestidas,
Em cima sus albernoses.

Deu-se o combate, que foi ardente e rapido.

Contar feitos esquecidos
É muito contra minh'arte,
Houve mortos e feridos,
Houve mal de parte a parte...

Mas para alimentar estas escaramuças dessangrava-se o thesouro portuguez.

D. João III quiz ainda ensaiar em alguns pontos de Africa o mesmo systema de colonisação que applicára ao Brazil. Com referencia a Cabo Verde, diz Rebello da Silva:

«As providencias dictadas em 1530 por D. João III apressaram à povoação das ilhas de S. Nicolau, da Boa Vista, de Maio e de Santo Antão. A carta regia de 20 de setembro d'aquelle anno, promulgada para activar o desenvolvimento da população, e da agricultura, mandou repartir as terras incultas pelos povoadores assás abastados para as poderem romper e lavrar. Os resultados não se demoraram. Em 1532 tinha engrossado bastante o numero dos colonos, cresciam e avultavam as plantações, e a prosperidade relativa já era tal, que o rei impetrou da Santa Sé a erecção do bispado de Cabo Verde. A importancia do trato de algumas das ilhas, portos de escala nas derrotas das armadas da India e da America, convidára muitos mercadores e cavalleiros honrados do reino a estabelecerem-se n'ellas, e a Ribeira Grande, elevada a cidade, todos os dias se ennobrecia com edificios novos. A tendencia para a emigração tornou-se tão poderosa, que D. Manuel em 1515 prohibiu a residencia na cidade aos fidalgos e judeus sem previa auctorisação da corôa. Fillippe II, consummada a união pessoal das duas corôas, declarou em 1592 a ilha de S. Thiago séde e capital de todo o archipelago: mas esta mercê foi como o ultimo raio de sol antes do occaso. As guerras da monarchia hespanhola com as potencias maritimas européas cedo determinaram a longa serie de revezes, que forçaram os portuguezes domiciliados em Cabo Verde a recolherem-se á patria arruinados, e os colonos pretos a fugirem para os pontos do interior, ou a dispersarem-se pelas ribeiras.» [1]

Não obstante a guerra e as dilapidações absorviam tudo, de modo que não houve remedio senão abandonar algumas das conquistas africanas, que mais caro nos haviam custado:

«O governo, apesar do recheio dos arsenaes do reino, teve de mandar vir em 1549 de Flandres tres mil cosseletes com braçaes, escarcellas, gorjaes e celadas, e tres mil arcabuzes de Bohemia, talvez para acudir ás necessidades da India. Foi em 24 de novembro d'este mesmo anno, justamente, que a côrte decidiu entregar Arzilla ao rei de Belez, Muley Abu-Açu, ordenando que a guarnição da praça, composta de quinhentos soldados e de sessenta cavalleiros, se reunisse á de Tanger. Em 1550, Arzilla, a gloriosa conquista de Affonso V, já se achava evacuada e desmantelada. A rasão d'este acto, severamente estranhado por todos os que ainda não haviam esquecido os sentimentos cavalheirosos de outras epocas, fôra a urgencia de diminuir as despezas militares aggravadas pelos excessivos gastos da Asia e da colonisação do Brazil, então princi-

[1] *Historia de Portugal*, tomo V, pag. 107.

piada. Safim e Azamor tinham sido tambem desamparadas e arrazadas. Alcacer participára da mesma sorte.» [1]

Como quer que seja, a obra iniciada pelo infante D. Henrique não estava de todo perdida. O genio portuguez havia tomado gosto ás aventuras maritimas, lançara-se n'um cosmopolitismo que fornece á nossa historia muitas das suas paginas mais commoventes, como se póde reconhecer pela leitura da *Historia tragico-maritima.*

Em 1522, Antonio Tenreiro, natural de Coimbra, principiou as suas notaveis viagens.

«Saiu este portuguez de Ormuz em companhia de Balthazar Pessoa, que de mandado do governador da India D. Duarte de Menezes ia por embaixador á Persia. Esteve na Persia, passou á Armenia, veiu á Syria, ao Cairo, a Alexandria, á ilha de Chipre. De Chipre voltou ao continente, e logo a Ormuz por terra, e ficando ahi cinco, ou seis annos, (como elle mesmo diz) tornou a sair para vir por terra a Portugal. com recados a elrei, sobre a armada do turco, sendo governador da India Lopo Vaz de Sampaio, e capitão de Ormuz Christovam de Mendonça. Saiu de Ormuz nos fins de setembro de 1528, e chegou a Portugal no anno seguinte, com alguns mezes de viagem. Elle mesmo escreveu o seu *Itinerario*, que se imprimiu em Coimbra em 1560, e depois de outras reimpressões, saiu novamente á luz em Lisboa, em 1829.» [2]

Continuaremos a seguir, sobre as viagens dos portuguezes realisadas n'este reinado, as rapidas mas curiosas noticias do *Indice chronologico:*

«1525.—Antonio de Brito, capitão de *Ternate*, armou uma fusta com 25 portuguezes, piloto Gomes de Sequeira, e a mandou com fazendas ás ilhas Celebes, aonde se dizia que havia muito ouro. Os portuguezes foram ao principio bem recebidos dos insulares; mas sendo depois obrigados a sair d'ali, e navegando com grandes tormentas, foi a fusta arrojada a um mar largo, e desconhecido, e havendo corrido obra de 300 leguas a léste, achou-se em frente de uma grande, e formosa ilha que do nome do piloto (diz a relação que seguimos) se ficou chamando ilha de Gomes de Sequeira, e aonde os portuguezes acharam bom acolhimento.

«Aqui (diz a mesma relação) acharam homens mais alvos que morenos, cabellos corredios, barbas extendidas, presença agradavel, corpos enxutos, e grande candura, e simplicidade no trato, de maneira, que a ilha se poderia bem chamar «ilha da simplicidade» pela mansidão, e bondade de seus habitantes. Vestiam umas tunicas interiores de esteira mui fina, e outras sobre-vestes tecidas em tranças mais grossas, sem talho algum, e cobrindo tão sómente da cintura até aos pés. Sustentavam-se de inhames, legumes, côcos, bananas, etc.

«Os portuguezes demoraram-se quatro mezes n'esta bella ilha, e o piloto a demarcou na sua carta; mas logo que tiveram monção, saíram d'ella (a 20 de janeiro de 1526) e voltaram a *Ternate*.

«Parece nos haver alguma analogia entre o caracter, costumes, e usos d'estes insulares, e os da ilha, que os castelhanos depois denominaram ilha da Bella Nação, situada a 13.° austr., e descripta na relação de Fernando de Queiroz, citada por Buffon, na *Hist. natur. de l'homme.* (Vej. Andrade, *Chron. de el-rei D. João* III. P. I. cap. 92.° e o *Oriente Conquist.* do P. Sousa: e veja-se tambem Castanheda, liv. 6. cap. 127.)

«1526.—N'este anno, indo D. Jorge de Menezes para Maluco, foi mandado tomar o caminho de Borneo, e descobrir esta navegação, como mais commoda, que a que se costumava fazer por Banda.

«Com este designio foi dar a través das ilhas do Moro, e em uma noite, que o vento foi calma, escorreu tanto com as grandes correntes que ha por entre aquellas ilhas, que foi parar ao grande golfo do estreito de Magalhães, aonde com rijo temporal foi arrojado á terra dos papuás. Aqui, forçado dos ventos de oeste, invernou e demorou-se tanto tempo que só poude chegar a Maluco em maio de 1527. (Andrade, *Chron. de D. João III.* P. 2. cap. 19. Veja-se Barros, Dec. 4.° liv. 1 cap. 16.)

«N'este mesmo anno entrou effectivamente em Borneo Vasco Lourenço, achando já n'esta ilha outro capitão portuguez.

«1527.—N'este anno Diogo Garcia, portuguez, que andava no serviço de Castella, navegando

[1] Rebello da Silva—*Historia de Portugal*, tomo v, pag. 145.

[2] *Indice chronologico*, pag. 145.

para o sul, aportou um pouco afastado da bocca do Uruguay: e achando ali os navios de Sebastião Caboto, e sabendo que este tinha subido pelo Paraguay, subio tambem com as suas lanchas até muito acima da confluencia do Paranná, aonde o encontrou acabando de construir o fortim de Santa Anna, e ahi deram ambos ao Paraguay o nome de Rio da Prata, por verem alguns pedaços d'este metal nas mãos dos indigenas. (Gaeth, Herrera, etc.)

«Henrique Gomes Leme entrou na ilha da Sunda, cujo rei offereceu lugar para uma fortaleza, e dar de tributo 350 quintaes de pimenta em cada anno. Este ajuste porém não teve effeito.

«1530.—A 20 de novembro d'este anno são datadas as cartas regias, pelas quaes el-rei mandou, que Martim Affonso de Sousa saisse com uma armada a investigar as costas e terras do Brazil, auctorisando-o para repartir terrenos áquelles que n'ellas quizessem habitar. (Veja-se o *Diario* d'esta navegação, ha pouco publicado pelo sr. Francisco Adolfo de Varnhagen com mui eruditas e interessantes notas.)

«Aqui se deve fixar (a nosso parecer) a época da colonisação do Brazil, que logo depois se continuou com regularidade.

«Martim Affonso reconheceu n'esta viagem o Rio de Janeiro, chegou ao Rio da Prata, descobriu a 30° austr. o rio que do seu nome se ficou chamando rio de Martim Affonso; e a 22 de janeiro de 1532, dia de S. Vicente, surgio no porto de S. Vicente, aonde lançou os fundamentos á primeira colonia portugueza do Brazil.»

«Em 1534 navegou para a India Garcia de Orta, portuguez, que lá escreveu, e imprimiu em Gôa em 1563 o *Colloquio sobre as drogas e simplices do Oriente*, obra que deve ser conhecida dos naturalistas.»

Garcia de Orta, como homem de sciencia, merece que d'elle façamos menção especial.

«Este illustre medico portuguez nasceu em Elvas nos fins do seculo XV; formou-se em medicina pelas universidades d'Alcalá e de Salamanca, foi lente de philosophia na universidade de Lisboa, e partiu para a India, como physico d'el-rei, em 1534.

«Na India estudou com ardor a botanica d'essa região, principalmente debaixo do ponto de vista medicinal, e publicou o resultado dos seus estudos n'um livro impresso em Gôa, e que se intitula *Colloquios dos simples e drogas e coisas medicinaes da India* etc. Na India morreu tambem em edade mui avançada.

«A sua obra foi muito apreciada na Europa, e traduzida com louvor em varias linguas. Portugal deve gloriar-se com ella, porque prova que nem todos os nossos antepassados iam á Asia levados pela cubiça, mas que tambem o amor da sciencia para lá impellia alguns, que consquistavam para a civilisação a terra que as nossas armas assolavam. O esquecimento, a que a Europa votou as nossas glorias, tambem prejudicou a fama de Garcia de Orta, no seu tempo universalmente reconhecida. Foram olvidados os serviços que este medico illustre prestou á flora indiana, e tornou-se necessario que no congresso scientifico, celebrado ultimamente em Constantinopla, um nosso compatriota illustre reivindicasse para Garcia de Orta a gloria de ter sido o primeiro a descrever o *cholera asiatico*, gloria que se attribuia a um medico hollandez, que no seculo XVII estudára o mesmo assumpto. Felizmente, de quando em quando, ergue-se á face da Europa uma voz auctorisada, para lembrar que fomos, em remotas éras, um dos povos que mais serviços prestaram á civilisação.» [1]

A este respeito, uma observação curiosa de Rebello da Silva:

«Os *Colloquios de Garcia de Orta sobre os Simples e Cousas Medicinaes da India*, estampados em 1563, e a *Tratado de las Drogas Medicinales de las Indias Orientales* de Christovam da Costa, impresso em 1578, assim como outras obras, que inculcavam melhoramento, não entravam nas escolas, excluidas pelo preceito, que ordenava ao lente de prima, que no sexto anno explicasse os livros dos simplices de Galeno, e fizesse resumida declaração d'elles!»

Mas prosigamos na relação das viagens:

«1536.—Francisco de Castro, mandado pelo illustre capitão das Molucas Antonio Galvão a Macassar, foi levado pelos ventos 100 leguas ao norte das Molucas, e aportou á ilha Santigano, d'onde passou ás outras ilhas Soligano, Mindanáo, Buticano, Pimilarano, e Camizino.

«D'esta viagem resultou fazerem-se muitos

[1] Pinheiro Chagas—*Portuguezes illustres*, pag. 54.

christãos por aquellas ilhas: e como concorressem a Ternate em grande numero, pedindo o baptismo, fundou o insigne e virtuoso Galvão ahi um seminario em que se recolhessem e instruissem os meninos, que d'aquellas diversas gentes, viessem a doutrinar-se na religião christã. Fundação memoravel! que foi a primeira de nossas conquistas, e honrará em todo o tempo a memoria do fundador.

«1540.—A este anno referem Diogo de Couto, e Lucena o descobrimento das ilhas Celebes pelos portuguezes: o que se deve entender de um mais largo conhecimento ou trato d'aquellas ilhas, porque os portuguezes já as tinham achado, e tocado em 1525 como dissemos a esse anno.

«1542.—Antonio da Motta, Francisco Zeimoto, e Antonio Peixoto, navegando para a China, foram arrojados pelo temporal ás costas do Japão, onde tomáram porto. Pelo mesmo tempo aportáram tambem a Japão Fernam Mendes Pinto, Cristovam Borralho, e Diogo Zeimoto.

«El-rei D. João III, mandava ao descobrimento da ilha do Ouro, que se dizia estar no oceano oriental a 5.° lat. austr. e a 150 leguas de Camatra. Esta expedição não chegou a effectuar-se.

«1546.—A 13 e 15 de de março d'este anno são datadas duas cartas de el-rei D. João III, uma para o rei dos Abexis, e outra para os portuguezes, que ainda lá estavam, e tinham ficado da expedição de D. Chistovam da Gama. N'ellas recommendava el-rei com muito encarecimento, que por pessoas para isso idoneas se mandasse indagar, e descobrir um caminho, que da Abyssinia viesse ter á costa de Melinde, ou a alguma outra parte d'aquella banda: E porque póde ser (diz el-rei) que a terra do Abexi venha tanto para oeste, e a do Manicongo vá tanto para o léste, que não seja grande distancia de uma terra a outra: queria que tambem se tentasse este caminho do Abexi para Manicongo, ou para qualquer outro rio do cabo da Boa Esperança para cá, etc.»

Chegados ao anno de 1552, interrompemos a relação do *Indice chronologico* para dar conta do naufragio de Manuel de Sousa de Sepulveda, de sua mulher D. Leonor de Sá e de seus filhos, que vinham da India no galeão *S. João*, o qual naufragou no cabo da Boa Esperança.

É um dos mais tragicos episodios da historia das nossas navegações; como tal, forneceu a Jeronymo Côrte Real assumpto para um poema.

> Um succeso infelice, um triste caso,
> Um funesto discurso, a morte horrenda
> Do Sepulveda, canto: e juntamente
> O miseravel fim d'aquella illustre
> Bellissima Lianor a quem fortuna
> Mostrou da cruel roda, o mais adverso,
> Mais abatido e misero estado.

Os pobres naufragos, vendo o mar arrebatar-lhes os restos do galeão naufragado, resolveram fazer a pé a viagem para Moçambique, d'onde pensavam em trasladar-se ao reino. A sua peregrinação atravez do sertão é uma odyssea de soffrimentos horriveis. Depois de muitos trabalhos, foram dar aos dominios de um regulo, que roubando-lhes o pouco que tinham os deixou reduzidos á mais completa miseria.

Diogo do Couto refere, com uma eloquencia commovente, os ultimos soffrimentos da desventurada familia Sepulveda:

«Manuel de Souza de Sepulveda com os de sua companhia foi seguindo o caminho do rio Manheça, com determinação de se deixarem ficar n'elle, se aquelle rei lh'o consentisse; e indo assim, tornaram os cafres a dar n'elles, e isso que ficou sobre os corpos foi roubado deixando-os nús. E D. Leonor, quando os cafres a quizeram despir, o não quiz consentir, antes ás bofetadas e ás dentadas como leôa magoada se defendia, porque antes queria que a matassem que despirem-na. Manuel de Souza de Sepulveda vendo sua amada esposa n'aquelle estado, e os filhinhos no chão chorando, parece que a magua e dôr lhe resuscitou o entendimento (como acontece á candeia que se quer apagar, dar antes d'isso maior claridade) e tomando sobre si mais algum alento se chegou á mulher, e tomando-a entre os braços, lhe disse:

«—Senhora, deixae-vos despir, e lembrai-vos que todos nascemos nus; e pois d'isto é Deus servido, sêde vós contente, que elle haverá por bem que seja isto em penitencia de nossos peccados.

«Com isto se deixou despir, não lhe deixando aquelles brutos deshumanos coisa alguma com que se podesse cobrir.

«Vendo-se ella nua, assentou-se no chão e

espalhou os seus formosissimos e compridos cabellos por diante, com o rosto todo baixo, porque a podessem cobrir, e assim com as mãos fez uma cova na areia, onde se metteu até á cinta, sem mais se querer alevantar d'ali. Os homens da companhia vendo D. Leonor, foram-se afastando de magoa e vergonha. Vendo ella a André Vaz, o piloto, que virava as costas para se ir, chamou por elle e lhe disse:

«—Bem vêdes, piloto, como estamos e que já não podemos passar d'aqui, onde parece tem Deus ordenado que eu e meus filhos acabemos por meus peccados: i-vos muito embora, fazei por nos salvar, e encommendae-nos a Deus; e se fordes á India e a Portugal em algum tempo, dizei como nos deixastes a Manuel de Souza, e a mim com meus filhos.

«André Vaz enternecido de magoa d'aquelle piedoso espectaculo virou as costas sem responder nada, mas todo banhado em lagrimas, e foi continuando seu caminho após os outros, que iam já diante. Manuel de Souza com todos aquelles infortunios e magoas não se esqueceu da necessidade da mulher, e dos tenros meninos que estavam chorando com fome; foi-se aos mattos a buscar alguma coisa para lhes dar; e quando tornou com algumas fructas bravas, achou já um dos meninos morto, e D. Leonor como pasmada com os olhos n'elle, e com o outro no collo.

«Elle pondo os olhos fitos n'ella e no menino morto, ficou assim um pequeno espaço sem fallar coisa alguma. Passado elle, fez uma cova na areia e por sua mão o enterrou, lançando-lhe a derradeira benção.

«Feito isto tornou se ao matto a buscar mais fructas para a mulher, e para o outro menino; e quando tornou achou ambos fallecidos, e cinco escravas suas sobre os corpos com grandes gritos e prantos; vendo Manuel de Sousa de Sepulveda aquella desaventura, apartou d'ali as escravas, e assentou-se perto da mulher, com o rosto sobre uma das mãos, e os olhos n'ella; e assim esteve espaço de meia hora, sem chorar nem dizer palavra. Passado aquelle termo, levantou-se e começou a fazer uma cova com a ajuda das escravas (sempre sem fallar coisa alguma), e tomando a mulher nos braços, chegando seu rosto ao d'ella um pouco, a deitou na cova com o filho; e depois de a cobrir, sem dizer, coisa alguma ás moças, se tornou a metter pelo matto, onde desappareceu sem mais se saber d'elle, e sempre se presumiu que os tigres o comeram.» [1]

Para contrastar com esta triste narrativa, temos a illiada naval de Pero Gallego, joven fidalgo de Vianna do Castello, que fizera as suas primeiras armas em Africa, e que um bello dia se mettera furtivamente com trinta companheiros, todos de Vianna, dentro de um barco, uma casca de noz, para ir correr aventuras no alto mar. Foi isso por 1547.

Encontrando uma galé argentina, aprisionaram-n'a, não obstante ser equipada por mais de oitenta homens. Durante tres annos, o audacioso barco de Pero Gallego pairára sobre as ondas, fazendo importantes presas entre os corsarios que infestavam o mar. Aportando a Cadiz, Pero Gallego atravessou ousadamente com a sua casca de noz por entre a esquadra hespanhola ahi fundeada, sem se dar ao incommodo de arriar o pavilhão portuguez. O almirante castelhano, indignado, mandou-lh'o arriar. Pero Gallego desobedeceu, e respondeu com o fogo ao fogo que sobre o seu navio fazia a náu almirante, e rompendo por entre a esquadra conseguiu sahir o porto, regressando victorioso a Vianna do Castello. O governo de Carlos V ainda reclamou, mas em volta do nome de Pero Gallego tinha-se feito uma lenda gloriosa, que o poz a coberto de qualquer punição.

CAPITULO IX

No tomo II do seu livro *As rainhas de Portugal*, escreve o sr. Fonseca Benevides:

«Instituiu D. João III, em 1532, o tribunal de consciencia e ordens, para examinar os actos dos tribunaes que julgasse offensivos da justiça ou de encargo para a consciencia do soberano, e que tinha uma jurisdicção vastissima: consultava sobre provimento de mercês, officios e nomeações, apreciava as provas da *pureza de sangue*, tinha amplos poderes sobre os estudos, os hospitaes, a administração, etc. Incorporou o mesmo rei na corôa, por faculdade pontificia, em

[1] *Decada* VI, liv. IX, cap. XXII.

1551, os mestrados das ordens de Christo, Santiago e Aviz. Obteve de Roma a creação das tres novas sés episcopaes de Leiria, Miranda e Portalegre, em 1547, elevou em 1534, a sé cathedral a egreja de Santa Catharina de Gôa. Durante o governo de D. João III floresceu na India o apostolo S. Francisco Xavier, natural de Navarra, cujo corpo foi objecto de muita veneração na cidade de Gôa.

«Abrangeu a vida da rainha D. Catharina um longo periodo de setenta e um annos; assistiu a todo o reinado de seu marido, D. João III, e a quasi todo o de seu neto, D. Sebastião I. Não era formosa D. Catharina; seu caracter era brando e sem feição propria; d'isso e da sua indole pacifica, pouco galante e muito devota, se resentiu a côrte. Era D. João III, ao contrario do rei seu pae, todo dado aos trajos e usos portuguezes, que não quiz mudar, nem mesmo em occasiões solemnes, ainda em vida de D. Manuel, como foram as dos casamentos da rainha D. Leonor, sua madrasta, e de D. Beatriz, sua irmã; mais valera, porém, que el-rei imitasse os trajos das côrtes estrangeiras e a galanteria da sociedade franceza de Francisco I, do que fizesse introduzir no seu paiz o tribunal do Santo-Officio.

«No seculo XVI não primava pela delicadeza o gosto da côrte em Portugal. Certas grosserias, chufas e obscenidades não eram mal acceitas pelas damas d'esta época. Bobos e truões; momices, escarneos e arremedilhos não eram então menos apreciados do que musicas, cantos e danças; levando, porém, a palma todos os divertimentos as funcções religiosas na sua pompa externa, despertando os autos de fé o maior enthusiasmo em todas as classes; o primeiro verificou-se em Lisboa, a 20 de setembro de 1540, no sitio da Ribeira, defronte do Terreiro do Trigo, sendo penitenciadas vinte e tres pessoas; assistiu a familia real e toda a côrte. Um luxo desenfreado tinha invadido todas as classes, acompanhado do terrivel vicio do jogo; nas massas populares as praticas mais supersticiosas eram tidas por actos religiosos, e a mais obscura credulidade entretinha a especulação da grande e pequena bruxaria. Por vezes os governos tentaram, mas em vão, reprimir os excessos do luxo e as praticas de feitiçaria; o joven rei D. Sebastião, pela lei de 28 de abril de 1570 [1], tentando pôr freio ao excessivo luxo, teve a ingenuidade de até querer limitar numero de pratos nos jantares das familias! Apesar das absurdas disposições das leis oppressivas, o luxo continuou do mesmo modo. A indolencia começou tambem arreigar-se nos habitos populares; muitos trabalhos eram abandonados aos estrangeiros e aos escravos; Portugal havia largamente aproveitado a auctorisação dada pelo papa Nicolau V, em 1455, para fazer escravos os pagãos, brancos e negros; assim, em 1535, havia em Lisboa quasi tantos escravos como homens livres. [2]

«No meio de tantos desacertos fataes que praticou D. João III, dois escolhos, comtudo, soube evitar no seu governo: pois livrou-se de se envolver nas guerras de Carlos V, com Francisco I, e não lançou tributos arbitrariamente, apesar de não ter reunido côrtes senão tres vezes durante os trinta e seis annos do seu reinado.»

Quanto á intervenção de D. João III nas longas luctas entre Carlos V e Francisco I, é certo que o imperador mandára em 1552 uma embaixada a Portugal, pedindo ao rei que entrasse na liga com elle imperador contra a França, e que D. João III se negou a entrar na liga *por não haver motivo para romper com a França*. [3] O successor de D. Manuel soube effectivamente manter a paz no exterior, estreitando sempre as suas relações de politica e de familia com Carlos V, e asserenando por meio da diplomacia as invejas com que a França por vezes olhava para a alliança de Portugal e de Castella, sua rival.

Com Carlos V celebrou D. João III, em 1529, em Saragoça, a capitulação pela qual o imperador lhe vendeu o dominio, propriedade, posse ou quasi posse das ilhas Molucas por trezentos e cincoenta mil ducados de ouro, com a condição de que pagando o rei de Castella integralmente aquella quantia, ficariam as partes contratantes com o direito e acção que ao tempo da escriptura tinham ou pretendiam ter áquellas ilhas.

[1] «Francisco Corrêa, *Leis de D. Sebastião*, vol. I, pag. 99 a 107.»

[2] «Vicente Ferrer, *Elogio historico de Alexandre Herculano*, publicado no *Jornal de Commercio* de 29 de maio de 1878.»

[3] Visconde de Santarem—*Quadro elementar*, vol. II, pag 29.

As duas corôas de Portugal e de Castella disputavam uma á outra a posse das Molucas. Foram longas as negociações, como se pode ver pelo extracto da correspondencia official trocada entre os dois governos. [1]

A final, Carlos v, precisando dinheiro para fazer face ás despezas da guerra com a França, resolveu-se a vender a Portugal os seus suppostos direitos sobre as Molucas.

A escriptura de venda vem transcripta nas *Provas da Historia Genealogica.* [2]

Como sabemos, Portugal e Castella disputaram largo tempo por causa da partilha das terras descobertas além-mar. A Santa Sé interveio n'esse demorado pleito. Em 1494 foi assignado o celebre tratado de Tordesilhas, a que já nos referimos opportunamente. [3] Mas para que n'este lance se entenda melhor o de Saragoça, convém fazer historia retrospectiva.

«O papa Nicolau v por bulla dada no anno de 1454, concedeu a Portugal a conquista, e descobrimento de todos os mares, terras, minas e suas ilhas do oriente e meio dia. Calixto iii no anno de 1456 não só confirmou aquella bulla; mas concedeu ao mesmo infante, que era grão-mestre da ordem de Christo, o provimento dos beneficios ecclesiasticos nas terras descobertas. Xisto iv em 1481 confirmou todas aquellas graças, exceptuando as ilhas Canarias a favor d'el-rei de Hespanha, concedendo toda a mais navegação, conquista e descobrimento ao senhor rei D. Affonso v, e seus successores. Estando as cousas n'este estado, appareceu o famoso descobrimento das Antilhas por Christovam Colombo, reinando em Portugal o senhor D. João ii. Com aquelle descobrimento offereceram-se duvidas sobre a divisão dos limites, as quaes se ajustataram entre Portugal e Hespanha no tratado de Tordesilhas, que foi celebre ainda mais pela bulla de Alexandre vi datada em 1493, que terminou os dominios dos dois principes, mandando formar uma linha imaginaria, lançada mathematicamente do norte a sul. Pelos polos, dividiu o orbe em duas partes iguaes, dando a de éste á monarchia portugueza, e a de oéste á de Hespanha. Aquelle parallelo, que devia ter ponto certo, o principio determinado, se dispoz na mesma bulla, que fosse uma das ilhas dos Açores e Cabo Verde, e que lançando-se a linha cem leguas a éste do mesmo ponto, tudo o que ficasse para o occidente pertenceria a Castella, e a Portugal o que ficasse para o oriente. No mesmo anno de 1493 se oppoz o senhor D. João ii ao cumprimento da bulla, quanto ao curso que devia fazer a linha, e nomearam-se embaixadores por ambas as potencias, os quaes se ajuntaram na villa de Tordesilhas com poderes de ajustar o negocio, e convieram de commum consentimento, que a linha de demarcação fosse lançada de polo a polo 370 leguas ao poente das ilhas de Cabo Verde, ficando o descobrimento e conquista da parte oriental pertencente a Portugal, e toda a conquista da parte occidental ao reino de Hespanha, e que dentro em dois mezes se mandariam duas ou quatro embarcações por uma e outra corôa com pilotos e pessoas intelligentes, que podessem fazer a demarcação, e se ajuntariam na ilha grã Canaria, aonde alternativamente se embarcassem castelhanos e portuguezes nas embarcações de ambos os reinos, os quaes iriam conjunctamente demandar as ilhas de Cabo Verde, seguindo d'ahi para o occidente a fixar o marco, onde fizessem termo as 370 leguas, que serviriam de balisa n'aquella parte, aonde cortasse a linha de demarcação de norte sul, com outras mais clausulas pertencentes á firmeza do contracto. Tudo isto foi ratificado e firmado por ambos os soberanos no anno de 1494. Por 30 annos esteve em silencio este negocio, até que as contendas das Molucas o fizeram lembrado; e então se accordou elegerem doze juizes, seis castelhanos, e seis portuguezes, os quaes se ajuntariam em Badajoz para concordarem a questão das Molucas, de que cada um dos principes pretendia o dominio. Formou-se a junta em Badajoz, fizeram-se conferencias, e despediram-se os juizes sem conclusão alguma.

«Passados cinco annos, se ajustou o imperador Carlos v com o senhor rei D. João iii, por escriptura feita em Saragoça no anno de 1529 em lhe vender por preço de 350 mil ducados de ouro, pagos em moeda corrente, a acção do dominio,

[1] Visconde de Santarem—*Quadro elementar,* vol. ii, reinado de D. João iii.

[2] Tomo ii, pag. 107. No vol. ii do *Quadro elementar,* a pag. 406.

[3] Vide pag. 207 d'este volume.

propriedade, posse, ou quasi possessão, e todo o direito de navegar, contractar, e commerciar por qualquer modo que fosse; declarando outrosim, que as capitulações feitas entre os senhores reis catholicos D. Fernando, e D. Isabel, e o senhor D. João de Portugal, sobre a demarcação do mar oceano, ficariam firmes e valiosas em tudo, e por tudo, como n'elles era contheudo, exceptuando as cousas que n'este contracto fossem concordadas, e assentadas. Com isto cessou a questão da demarcação por aquella parte, até que por fataes desgraças se uniram por muitos annos os dominios das duas corôas, com a sugeição de Portugal a Hespanha no reinado dos Filippes.

«É pois certo, que se ajustaram as 360 leguas no tratado de Tordesilhas; e que a bulla assignalou não só as ilhas de Cabo Verde, mas copulativamente as dos Açores. Era preciso achar pois esse ponto para principiar a demarcação, e a direcção para proseguir. Se se applicassem aquellas nas ilhas de Cabo Verde proseguindo pelo seu parallelo, ficavam excluidas as ilhas então dos Açores. Se se punha o ponto, começando no seu meridiano, e continuando pelo seu parallelo, então ficavam fóra da demarcação as ilhas de Cabo Verde. Começar no meridiano de ambas não era possivel, pela differença que ia entre ellas de 4 a 5 gráus de longitude: proseguir por ambos os seus parallelos tambem não podia ser, pela grande differença de suas alturas; pois que se devia principiar pelo meridiano dos Açores, como dispunha a Bulla, e proseguir-se pelo parallelo de Cabo Verde como declarava o contracto, de que se fez menção, para que a reciproca divisão dos meridianos dos Açores, como parallelo das ilhas de Cabo Verde fosse o verdadeiro ponto da linha, de outra sorte não se podia verificar o principio e direcção para concordar a bulla com o contracto celebrado entre os dois soberanos em Tordesilhas, que dispozeram, que a raia, ou linha, que se devia lançar do pólo artico ou antartico havia distar 370 leguas das ilhas de Cabo Verde para a parte do poente, por gráus, ou por outra maneira, que mais brevemente se podesse computar. Havia ainda outra duvida em qual das ilhas se havia começar a contar as leguas. Os auctores de grande nota assentaram, que se devia principiar do meridiano, que passa pela margem occidental da ilha de Santo Antão, por ser a que fica mais ao occidente de todas as de Cabo Verde que está em 18° de altura, em cujo parallelo estendidas as 370 leguas para o occidente, faziam 22 gráus 20′ de longitude, e tantos se havia de contar entre o meridiano, que passa pela margem occidental da ilha de Santo Antão, e o meridiano da demarcação, que deve dividir o que pertence a cada uma das corôas.

«Não se ajuntaram as embarcações hespanholas e portuguezas para o exame do parallelo e determinação do ponto, em que se encontrariam as 370 leguas, nem era então praticavel aquella operação, por não estar ao tempo do contracto de Tordesilhas descoberto promontorio algum, ou terra da America meridional, até a controversia das Molucas, que deu occasião ás duvidas recontadas, e opiniões sobre os pontos, em que cortaria o meridiano da demarcação de uma, e de outra costa distante do porto de Santo Antão 370 leguas, numeradas no parallelo 18°, altura septentrional da mesma ilha, que na equinocial faziam 22° 20′.» [1]

Sobre este assumpto aliás importante, publicou o sr. Corvo um trabalho muito notavel. [2]

Julgamos haver dado noticia sufficiente dos factos capitaes do reinado de D. João III. O sól da felicidade portugueza, que um conjuncto de circumstancias felizes parecia haver acendido expressamente para nós, começava a declinar rapidamente. D. João III, fallecendo a 11 de junho de 1557, com 55 annos de idade, deixava a corôa a seu neto D. Sebastião, de menor idade. Alcacerquibir viria depois.

A raça dos homens fortes e audaciosos do seculo XVI parecia degenerar. Affonso de Albuquerque, por exemplo, havia desapparecido da face da terra para ir governar os anjos no céo, segundo a lenda hindu; e morrera pensando na empreza audaciosa de desviar o curso do Nilo para reduzir o Egypto á miseria. [3] Projecto grandioso, só comparavel, n'aquelle tempo, ao

[1] *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo IX, pag. 239.

[2] João de Andrade Corvo—*Historia da linha de demarcação que repartia o mundo entre Portugal e Castella, no Jornal de primeira classe da Academia Real das Sciencias de Lisboa.*

[3] Ferdinand Deniz, *Portugal*, pag. 196.

do rompimento do isthmo de Panamá, sonhado pelo hespanhol Alvaro Saavedra. [1] Os grandes escriptores do cyclo aureo da nossa litteratura iam desapparecer da scena do mundo, e toda a inspiração da poesia nacional fôra, como aguia que vae morrer, aninhar-se na alma de Camões cujo poema ao mesmo tempo representa a ultima palavra da nossa gloria litteraria e da nossa gloria politica.

Dos homens notaveis do reinado de D. João III, muitos dos quaes haviam já florescido no reinado antecedente, temos fallado em varios logares d'este volume.

Entre os historiadores é, porém, dever relembrar João de Barros Damião de Goes, e Fernam Lopes de Castanheda. Entre os poetas, além de Sá de Miranda, repetidas vezes por nós citado, Antonio Ferreira, um dos luminares da escóla italiana, e auctor da *Castro*.

Entre os homens de sciencia havemo-nos referido ao dr. Pedro Nunes, e a Garcia da Orta. Faremos aqui menção especial do doutor Antonio Luiz, lente de medicina na Universidade de Coimbra.

Reivindicando para Portugal a prioridade de muitas das mais importantes descobertas de que a sciencia justamente se ufana, escreve o illustre professor bracharense, o sr. Pereira Caldas:

«Sirva d'exemplo de prioridade nossa, olhada como originalidade extrangeira, a descoberta da «attracção universal da materia», exercida na razão directa das massas, e na razão inversa do quadrado das distancias.

«Não cabe a prioridade d'esta descoberta ao grande Newton, nascido em Woolstrop, no Lincolnshire na Inglaterra, em 25 de dezembro de 1642, e olhado como primeiro apostolo do systema da gravitação.

«A este assombro mathematico de dois seculos, o XVII e o XVIII, precedeu-o n'essa concepção luminosa um nosso medico portuguez. E como antigo filho da faculdade de medicina e cirurgia, na universidade de Coimbra, sentimos por isso duplicada ufania, n'esta allegação de prioridade.

[1] Ferdinand Deniz, *Portugal*, pag. 207.

«Foi este portuguez famoso o doutor lisbonense Antonio Luiz, assombro scientifico do seculo XVI, e varão peritissimo nas linguas grega e latina: linguas descuradas em geral na actualidade, como nada patrocinadas em nossas ultimas reformas d'estudos secundarios!

. . . .

«Venhamos para isso ao nosso famoso medico Antonio Luiz; e abramos as suas estimaveis obras em folio, impressas em Lisboa em 1543, na officina de Luiz Rodrigues.

«Folheemos pausadamente o seu escripto «De «occultis proprietatibus libri quinque», e com mais especialidade o livro segundo «De vi attra«ctrics, ac omnibus quae in eâ reperiuntur.» E veremos então, «como este nosso genio, no se«culo XVI, declara descobrir em toda a natureza «physica uma certa força, propensão, ou quali«dade attractiva, em virtude da qual se conserva «sempre imperturbavel a ordem do universo, «sem que se separem entre si as suas partes «componentes, como tendendo todas para um «centro commum, por meio d'esta força.»

«Poucos, sem duvida, serão hoje os manuseadores do nosso Antonio Luiz, hoje que é moda epigrammarem-se os escriptos latinos, e com elles os amadores da lingua, e até os seus mesmos «professores officiaes!»

«Vindicando assim, para o nosso Tejo, glorias adjudicadas ao Tamisa; muito fica ainda, da attracção universal, ao assombroso genio de Newton. Fica-lhe o mais sublime do systema, como padrão d'uma intelligencia privilegiada, sempre grandiosa e respeitosa para nós, como antigo filho da faculdade de mathematica, na universidade de Coimbra.» [1]

No momento em que D. João III desce ao tumulo, está finda a nossa tarefa. O tumulo da independencia da patria vae tambem abrir-se em breve. O cardeal D. Henrique é o coveiro da dynastia de Aviz, e da nacionalidade portugueza. Outra penna mais auctorisada lavrará o epitaphio d'esses dois cadaveres venerandos.

[1] *Vindicação da prioridade do fabrico de papel com massa de madeira.*

APPENDICE

Resumo da Historia de Portugal desde D. Duarte até D. João III

O reinado de D. Duarte é um parenthesis, breve e luctuoso, aberto no cyclo brilhante das nossas glorias e triumphos. Os reis não são aquillo que querem ser, senão o que os acontecimentos inesperados e as circumstancias imprevistas fazem d'elles. D. Duarte era um espirito illustrado e prudente, posto que desanimado e triste. Pois foi um rei infeliz; mais tarde, D. Manuel, viu a prosperidade surgir de toda a parte, sorrir-lhe, protegel-o, perseguil-o como a um *enfant gâté* da fortuna. *Habent sua fata libelli.* Os reis teem sua estrella cada um, e a de D. Duarte foi desgraçada.

O seu reinado ficou tristemente assignalado pelo desastre de Tanger, de que foi principal victima D. Fernando, o infante santo ou, como outros dizem, o principe perfeito. Como se não bastasse o triste desenlace d'esta aventura guerreira, a que D. Henrique e D. Fernando persuadiram D. Duarte por intermedio da rainha, outros factos lastimosos preoccuparam o seu espirito, taes como a invasão da peste, essa terrivel epidemia da idade-média, e as dissenções de familia em que se achavam envolvidos a rainha e principalmente o infante D. Pedro.

O epilogo cruento d'essas dissenções foi a batalha de Alfarrobeira, se batalha se póde chamar á fatal escaramuça em que o exercito de Affonso V se encontrou empenhado com o exercito do duque de Coimbra.

É certo que os descobrimentos maritimos proseguiram, porque o impulso estava dado. *Alea jacta erat.* Mas a felicidade guardava a cornucopia dos seus dons para os despejar sobre o throno de D. Manuel, o venturoso. D. Duarte foi um triste e um infeliz, e ainda agora, dormindo o somno da morte na egreja da Batalha, longe da capella em que repousam seus paes e seus irmãos, elle parece obedecer a um destino terrivel que nem na morte o deixa ser feliz.

Jaz a seu lado sua esposa, a rainha D. Leonor de Aragão; mas vendo esse tumulo isolado na capella-mór do templo, sente-se todo o peso da fatalidade que durante a existencia teimou em o conservar separado de seus irmãos.

Á morte de D. Duarte segue-se a lucta politica da regencia, que envolve no fundo uma dissenção de familia. De um lado, a rainha viuva; do outro, o infante D. Pedro: entre os dois, como joguete inconsciente, uma creança que se chamava Affonso V.

Depois, D. Leonor desapparece da scena politica, mas fica-a substituindo, em opposição ao infante, o conde de Barcellos. Alfarrobeira, como já dissémos, é o triste desfecho do drama da regencia. Sendo uma escaramuça apenas, Alfarrobeira é uma data memoranda na historia de Portugal. Morrem ahi dois homens dos mais notaveis do nosso cyclo cavalheiresco: o infante D. Pedro, o das sete partidas, e o conde de Avranches, o ultimo cavalleiro portuguez.

D. Affonso V era ainda uma creança. Tinha uma idéa exagerada do espirito aventuroso da idade-média, que ia encerrar-se. Não podendo batalhar com os turcos, como os cruzados, planeou pelejar contra os mouros, como seu avô.

Desde esse momento escolheu a Africa para theatro das suas glorias, e as conquistas de Alcarceguer, Arzilla e Tanger corôaram de louros o seu plano. Como guerreiro era, de feito, valoroso e audaz. Como politico foi infeliz e inhabil. Haja vista a maneira como se envolveu nas discordias politicas de Castella, obcecado pela ambição de succeder a Henrique IV, sacrificando essa desventurosa princeza, a que em Portugal se chama a *Excellente Senhora* e em Hespanha *La Beltraneja*. Haja finalmente vista o modo como, depois da batalha de Toro, se deixou ludibriar por Luiz XI, o rei astuto e matreiro, que Affonso V só chegou a comprehender no dia em que quiz fugir para a Terra Santa.

Os descobrimentos maritimos proseguiram, não porque Affonso V se pozesse á frente do seu movimento, como D. Henrique seu tio, mas porque essa era a corrente da época. O rei protegia mais os fidalgos do que os navegadores. Em todo o caso, o reinado do conquistador africano tem um alto valor historico por coincidir com essa profunda evolução creadora e reviviscente que se chama a *renascença*.

O povo havia fortalecido a monarchia, tivera um grande periodo de vitalidade; mas esses elementos de força e de robustez ia agora utilisal-os em proveito proprio a realeza, consolidando a obra da centralisação do poder.

D. João II vae subir ao throno. Elle é o principal obreiro d'essa nova phase da monarchia em Portugal.

Mahomet II invade Constantinopla. Esse facto é a porta da historia moderna, o inicio de uma época de renascimento civilisador. As bellas-artes vão florescer; a poesia florejar nas esparsas dos cancioneiros. Grecia e Roma resuscitam sob a mão dos poetas e dos artistas. E D. João II, um rei forte e intelligente, vae encontrar-se n'um meio politico que lhe permitte aproveitar as consequencias favoraveis da antiga alliança do povo com o rei.

A corôa empobrecida trava um duello gigantesco com a fidalguia usurpadora. O novo rei ataca os privilegios da nobreza. De um lado estão as familias principaes do paiz, o duque de Bragança e o de Vizeu; do outro, estão D. João II e o povo. A victoria será d'aquelle que melhor souber aproveitar os lances; é uma lucta sem treguas, uma trama de conspirações e de manejos politicos. Mas o rei triumpha, e os duques de Bragança e de Vizeu pagam com a vida a derrota. Os privilegios aristocraticos ficam abatidos; a tradição de impunidade para os nobres, interceptada. Portanto, o povo, sem perceber claramente o que se está passando, applaude.

Mas D. João II é um gigante; não ha canseira que o prostre. Tem ainda alentos para se occupar do grande problema maritimo. Pensa na India, manda as náus portuguezas sulcar o oceano em demanda da peninsula industanica. Batholomeu Dias descobre o cabo da Boa Esperança. Diogo Cão e o Azambuja exploram a costa africana. Os véus do *mar tenebroso* rasga-os a prôa das náus em que tremula a bandeira das quinas. Pero da Covilhã e Affonso de Paiva atravessam o sertão em caminho do Prestes João, o heroe mysterioso da velha lenda do occidente.

Mais alguns annos, e o caminho maritimo para a India ficaria definitivamente traçado. O Occidente e o Oriente ligar-se-iam para todo o sempre por um vasto e forte guilhão de espuma, que nem o braço poderoso do Adamastor seria capaz de partir. Mas a vida do rei apagava-se, ferido o coração pela morte desastrosa do principe D. Affonso, e pelas luctas domesticas com a rainha a proposito da successão ao throno.

Politico habil e sagaz, D. João II recebera em Portugal os judeus expulsos de Castella pelos reis catholicos. Elle comprehendeu todo o alcance d'essa medida politica, mas D. Manuel, o rei que por um capricho da sorte lhe succede, vae expulsal-os, depois de perseguidos, para obedecer á imposição de uma princesa fanatica, de quem está enamorado.

Tendo em pouca conta as proprias disposições testamentarias do seu antecessor, abre as fronteiras da patria aos fidalgos exilados. O filho mais velho do duque de Bragança é locupletado com honras e mercês, de que a propria nobresa rehabilitada se queixa.

Vendo-se investido no poder real sem o esperar, a ambição estontea D. Manuel. A boa estrella anima-o. Sorri-lhe a esperança de succeder no throno de Castella por direito de casamento com a princesa D. Isabel. Mas o projecto de alliança das duas corôas foi contrariado pela morte do infante D. Miguel, filho do rei venturoso e da

princesa castelhana. «Do que el-rei, diz Damião de Goes, mostrou pouco sentimento.» D. Manuel era voluvel, e contava além d'isso com a felicidade. Tinha razão, porque a felicidade não se lhe fazia esperar. Vasco da Gama abria definitivamente as portas maritimas do Oriente. As náus portuguezas haviam, a final, fundeado no porto de Calicut. Era em 1498, e D. Manuel via realisada a grande empreza épica que D. João II planeára. Colhia o fructo da arvore que não havia plantado.

Mas não pára aqui a boa estrella de D. Manuel. Pedro Alvares Cabral descobre o Brazil.

Portugal vê rasgar deante de si horisontes vastissimos; o cyclo da prosperidade chega ao seu apogeu. Surgem, como por encantamento, terras para descobrir e conquistar; homens com aptidões para todo o genero de emprezas gloriosas. Apparecem audaciosos navegadores. Os heroes da India,—se a heroicidade não exclue a carnificina,—abundam, chamam-se Duarte Pacheco, D. Francisco de Almeida, Affonso de Albuquerque. Funda-se além-mar o imperio luso-indiano. Os poetas pullulam. O paço é invadido pela poesia. Erguem-se monumentos assombrosos. A riqueza deslumbra D. Manuel; a embaixada que envia a Leão X dá que fallar em todo o mundo.

E no meio de tudo isto é com ingratidões que paga a maior parte dos serviços recebidos. Profundamente egoista, trata apenas de si; não duvida até, para saciar os seus caprichos de Barbe-Bleue, roubar a seu filho a noiva que lhe tinha destinado.

Mas, em todo o caso, o paiz tinha a consciencia de que D. Manuel fôra apenas um rei extremamente feliz, e mais nada.

Nos apontamentos do marquez de Castello-Rodrigo, que estavam na livraria do conde da Ericeira, diz-se a proposito do fallecimento d'el-rei D. Manuel: «...e commummente vejo sua morte pouco sentida até ao presente.»

O povo tambem sabe fazer justiça, posto que não saiba justificar eruditamente a razão por que a faz.

D. João III sóbe ao throno n'uma época profundamente agitada pela questão religiosa. Luthero préga a reforma; mais tarde, 1535, o calvinismo invade a França. O rei tem um espirito sombrio, anuviado por desgostos intimos, por uma profunda affecção psychica. Acha-se lançado n'uma época mais sombria ainda do que o seu espirito. Além d'isso, é um catholico por tradição e educação. Laços de parentesco o prendem á Hespanha, o paiz catholico por excellencia. Como era natural, estabelece-se uma corrente de reacção contra a reforma entre as côrtes de D. João III e de Carlos V. A inquisição é estabelecida em Portugal; os jesuitas são admittidos, ou antes, chamados. A côrte fanatisa-se. Os padres exercem uma influencia espantosa na côrte, na nobreza, no povo. Os autos de fé chammejam clarões sinistros.

A exploração do Oriente produz uma riqueza ficticia. As negociações com a côrte de Roma, festas e dotes, e as guerras d'Africa absorvem as finanças. Recorre-se aos emprestimos, mas por fim reconhece-se a necessidade de abandonar algumas praças de Africa.

Os governadores da India tratam mais de si do que da patria. Mas comquanto se caminhe rapidamente para uma proxima decadencia, o espirito militar portuguez não está de todo perdido. Attestam-n'o os dois cêrcos de Diu. E D. João de Castro, morrendo sem ter dinheiro para mandar comprar uma gallinha, offerece um notavel contraste com a corrupção que vae inficcionando a India.

O movimento litterario e scientifico, comquanto se resinta das circumstancias politicas, não é nullo. Sente-se, porém, em quasi todas as manifestações do espirito nacional o presagio da decadencia que mais tarde se completa na mesma hora em que Camões agonisante exclama:

Patria, ao menos
Juntos morremos... E expirou co'a patria.

NOTAS

Nota á pag. 10

«... e tão frivolo seria disputar similhante direito como negar o dos inglezes á colonisação da Australia em razão d'aquelles antigos descobrimentos authenticos n'essa vasta ilha serem feitos pelos portuguezes; ponto que já tive a fortuna de demonstrar historicamente. O ajuste de navegantes genovezes, feito pelos reis de Portugal no XIV seculo, em nada diminue a gloria transcendente d'aquella pequena e heroica nação, a quem verdadeiramente devemos o conhecimento de metade do globo que possuimos.»

É certo que Richard Henry Major, no seu livro *Life of Prince Henry of Portugal*, concedia aos portuguezes, como acabamos de vêr, o direito de prioridade no descobrimento da Australia.

Este livro foi publicado em 1868.

Em 1873, porém, o sr. Major apresentou á sociedade dos antiquarios de Londres uma *memoria* relativa ao descobrimento da Australia.

E n'uma carta dirigida ao actual duque de Palmella, e datada de 25 de novembro de 1874, dizia Major: «V. Ex.ª verá pelo folheto, que peço licença para remetter incluso, que o supposto descobrimento da Australia, feito em 1601 por Manuel Godinho Eredia, *está provado ser um manifesto embuste.*»

O folheto foi appenso á traducção portugueza, feita pelo sr. Ferreira Brandão, e publicada (1876) sob os auspicios do sr. duque de Palmella.

Da *memoria* de Major vamos transcrever o que faz ao proposito d'esta nota:

«No anno de 1861 tive a satisfação de expôr perante a sociedade dos antiquarios, e de tornar assim conhecido no mundo pela primeira vez, o importante facto de ter um navegante portuguez chamado Manuel Godinho Eredia descoberto, no anno de 1601, a grande ilha continental da Australia. Até aquelle tempo o primeiro descobrimento *authentico* de uma parte, qualquer que fosse, da grande terra austral foi o que fez o commandante do hiate hollandez *Duyfhen*, ou *Pombo*, no mez de março de 1606, um tanto para oeste e sul do cabo York. Por conseguinte o facto, que eu tornei publico em 1861, deu ao primeiro descobrimento authentico de Australia uma data, cinco annos anterior á qué já tinha sido acceita na historia, e tirou á Hollanda a gloria d'aquelle descobrimento para a dar a Portugal. O documento que serviu de base a este facto tão completamente novo para o mundo, foi um mappa mundi Ms. existente no museu britannico, mappa em que, na extremidade noroeste d'um paiz que podia inquestionavelmente provar-se ser a Australia, havia uma legenda em portuguez do theor seguinte: «Nuça antara foi descoberta no anno de 1601 por Manuel Godinho de Eredia por mandado do vice-rey Ayres de Saldanha.» Este mappa mundi tinha o grande inconveniente de ser apenas cópia, talvez tirada, ainda no seculo actual, de algum, cuja geographia provava ser este ultimo mais antigo uns dois seculos. Todavia, pelo simples facto de ser cópia estava sujeito a fazerem-lhe varias objeeções, que felizmente pude prevenir por meio de argumentos que penso serem irrespondiveis, e me parece dispensavel repetir agora por estarem já impressos na *Archœlogia*, vol. XXXVIII. Apenas direi que tive a fortuna de achar n'essa occasião a feliz confirmação de que estava exarado no mappa em um opusculo impresso, no qual o descobridor é citado como douto cosmographo e astuto capitão, que tivera ordem especial do vice-rei em Góa para descobrir minas de oiro, e ao mesmo tempo verificar as discripções das ilhas austraes. O vice-rei, a que se allude, foi o immediato antecessor de Ayres de Saldanha, sob cujas ordens declara o mappa ter sido feito o descobrimento.

«Tenho agora o prazer de annunciar, que n'estes ultimos mezes foi encontrado na real bibliotheca borgonheza em Bruxellas, pelo bibliothecario mr.

Ruelens, uma preciosa collecção de documentos originaes autographos do proprio Eredia, comprehendendo o relatorio official, apresentado a Filippe III, do descobrimento da Australia em 1601 por Manuel Godinho de Eredia, acompanhado de vistas, de dois mappas em que vem traçada a Australia e de desenhos. Estes importantes documentos teem a data de 1613. Mr. Ruelens participou-me esta descoberta em novembro de 1871, e desde então estava eu esperando que elle tratasse de os publicar, quando afinal, no mez de fevereiro ultimo, soube por elle que s. ex.ª o cavalleiro d'Antas, ministro de Portugal na côrte de Bruxellas, obtivera do seu governo auctorisação e credito para effectuar esta publicação sob sua vigilancia. O titulo d'este precioso manuscripto é o seguinte: *Declaraçam de Malacca e India meridional com o Cathay em III tract. ordenada por Manuel Godinho de Eredia. Dirigida a S. C. R. M. de D. Phelipe rey de Espp. N. S. (Goa, 1613)*. Mr. Ruelens na sua carta de fevereiro diz: «J'espère que «l'impression du volume pourra commencer sous «peu, e je me ferai un devoir de vous en adresser un «exemplaire.» [1]

«Ora, ainda que eu julgue opportuno dar, sem mais demora, esta noticia á sociedade, comtudo, se como espero, a assembléa entender que esta communicação merece ser impressa na *Archæologia*, tomaria a liberdade de propôr que fosse sustada a publicação da minha memoria até s. ex.ª o cavalleiro d'Antas publicar o Ms., para eu então traduzir a parte, que trata do assumpto respectivo, e dar assim força e vigor ao que agora só posso expôr-vos em embrião.

«Mas já que tive o gosto de vos annunciar a feliz circumstancia de haver conseguido dar completa corroboração ao que, em 1861, pela primeira vez, tornei conhecido no mundo como o mais remoto descobrimento authentico de Australia, com muita satisfação minha venho agora informar-vos que eu proprio tive a fortuna de fazer uma descoberta completamente nova, que passo a relatar. Até agora tenho-vos fallado só do primeiro descobrimento *authentico* da Australia. Uso da palavra authentico, por falta de outra melhor, para significar descobrimentos, cuja data conhecemos, e tambem conhecemos o nome, senão do descobridor, pelo menos do nome do navio, em que foram feitos. Mas posto que estes se não possam retrotahir a data mais remota do que 1601, e assumpto de incontestavel certeza que a Australia foi descoberta, pelo menos, uns setenta annos antes. Tratei detidamente d'este assumpto nas minhas *Early voyages to terra Australis*, publicadas pela sociedade Hakluyt em 1859, mas como tenho agora mais alguma coisa de novo que communicar-vos, referirei os argumentos em que se baseia o conhecimento, que temos d'este facto menos claramente comprovado, mas não menos certo. Ha em França dois mappas manuscriptos, e cinco em Inglaterra, todos elles francezes, nos quaes se acha marcado um grande paiz, que, pelas rasões que eu logo hei de dar, designarei como sendo a Australia. Um d'estes mappas é anonymo, e sem data, mas tem as armas do delphim, e foi sem duvida feito em tempo de Francisco I, provavelmente para o seu filho o delphim, depois de Henrique II, que subiu ao throno em 1547. Pertenceu primeiro a Edward Harley, conde de Oxford, e por morte d'este apossou-se d'elle um de seus creados. Comprou-o depois sir Joseph Banks, que o deu de presente ao museu britannico em 1790. O outro é um volume datado de 1542, que contém dois mappas, de que se deduz igual prova. É seu auctor um João Rotz, que não obstante ser a obra dedicada a Henrique VIII, e grande parte d'ella escripta em inglez, elle mesmo declara ser o rei de França, «mon souverin et naturel seigneur.» Está na collecção dos mappas do museu britannico. Outro é um atlas traçado em Dieppe em 1547, existente na collecção do defunto sir Thomas Phillipps em Cheltenham. No principio d'este seculo pertenceu ao principe Talleyrand. O outro é um mappa que mr. Jomard publicou em fac-simile nos seus *Monuments de la geographie*, e que diz ser um «mappe monde peint sur parchemin par order de Henri II, roi de France,» mas que suspeito por trazer as armas do delphim, que foi feito antes d'aquelle soberano subir ao throno. O outro é um soberbo mappa feito por Pierre Desceliers de Arques, proximo de Dieppe, com a data de 1550, que o museu britannico comprou em 1861. O ultimo é um mappa em um portulano existente no Depôt de la guerre em Paris, desenhado para o almirante Coligny em 1555 por Guillaume le Testu, piloto do Have de Grace. Em todos estes mappas, á excepção de um, logo para baixo de Java, e separado d'aquella ilha só por um canal, está desenhado um grande paiz, que se estende para o sul em direcção á margem dos diversos mappas. Chama-se a este paiz Jave la Grande (Grande Java). Na maior parte d'estes mappas prolonga-se este grande paiz em toda a extensão da parte austral do mundo, formando a grande terra Australis, em cuja existencia se acreditava em tempos immemoriaes, e tornando a ligar-se ao mundo conhecido na Tierra del Fuego. Comtudo em um dos mappas que vem no

[1] Mr. Ruelens publicou depois uma noticia d'este manuscripto com o titulo de *La Découverte de l'Australie*, Anvers, 1872 na qual vem o fac-simile de um dos mappas.

volume de Jean Rotz, datado de 1542, apparece notavel excepção a esta regra, poisque ao mesmo tempo que esse mappa combina com todos os outros na declinação da parte septentrional d'este grande paiz, que vem n'elles com o nome de Jave la Grande, e que elle chama «Londe de Java», a linha da costa tanto a leste como a oeste d'aquelle paiz termina em pontos, que offerecem a prova notavel de que representam com effeito descobrimentos. Por exemplo, a ponta mais austral, em que acaba a linha da costa para oeste, está a 35 graus, verdadeira latitude da ponta sudoeste da Australia. A linha da costa para leste não está tão correcta, prolonga-se ainda muito mais para baixo do que a ponta mais austral da Terra de Van Diemen, mas pela sua remota situação seria a parte que offerece menos probabilidade de haver sido explorada, e, posto que traçada incorrectamente, concorda com facto geral de que para o sul a linha da costa de leste é muito maior do que a de oeste. Mas aquillo para que principalmente preciso chamar a vossa attenção é para a circumstancia de achar-se este paiz n'este mappa absolutamente separada da imaginaria grande Terra Australis. O mappa singular, de que trato, é tão pequeno, que não póde conter qualquer legenda além do nome «Londe de Java;» todos os outros, porém, teêm inscripções indicativas do verdadeiro descobrimento, taes como nomes de bahias e rios, costas etc. O mappa de Testu, aindaque não mostre esta separação, contem igualmente legendas, que distinguem as partes que estão descobertas das que o não estão. Pelo que respeita á longitude d'esta grande Java, póde dizer-se que apesar de todas as divergencias, que se observam nos mappas, não ha outro paiz senão a Australia, que jaza entre os mesmos parallelos, que tenha a mesma extensão entre a costa oriental de Africa e a occidental da America, e que a Australia fica realmente entre os mesmos meridianos, em que está a grande porção de territorio aqui marcado. Quanto ao contorno da costa, basta apenas lançar-lhe os olhos para descobrir a similhança geral, que ha no lado de oeste, sendo, porém, no de leste as divergencias, como era de esperar, muito maiores. Notarei comtudo, que os perigos, que ha na costa de nordeste da Australia, se acham distinctamente marcados n'estes mappas, e o descobrimento da Nova Zelandia é bem claramente patente.

Parece-me, pois, pelo que vos tenho referido quanto ás particularidades d'estes mappas, que haveis de concordar commigo na conclusão de que n'aquelles remotos tempos a Australia estava real e verdadeiramente descoberta.»

O livro de Eredia, cujo titulo Major cita com fidelidade, foi publicado em Bruxellas em 1881. Possuo um exemplar que devo á amabilidade do sr. conde de Thomar.

O editor, o sr. Léon Janssen, destribuiu com cada exemplar da obra uma folha avulsa, contendo a seguinte noticia sobre o livro de Eredia. Diz assim:

«Em 1 de março de 1861, o fallecido sr. Major, conservador da secção cartographica do *British museum*, informava a academia das sciencias de Londres de ter descoberto nas collecções do museu britannico um mappa manuscripto, parecendo ser a cópia de outro mais antigo, e attribuindo ao portuguez Manuel Godinho de Eredia a descoberta da Australia.

«Esta cópia, maculada de erros, devia ter sido feita por mão inexperiente; e Major exprimia a esperança de que um dia a descoberta fosse corroborada pelo achado de outros documentos ácêrca de Eredia, o primeiro descobridor da Australia.

«Por outro lado, em 22 de março de 1875, a academia das sciencias do instituto de França recebia do sr. J. S. Mendes Leal, ministro de Portugal em Paris, cópia de um documento achado pelos fins de 1874 nos archivos de Lisboa. Este documento havia sido reproduzido com uma grande perfeição pelos eruditos portuguezes. Era uma carta assignada por Manuel Godinho de Eredia, na qual este pedia a um personagem, porventura a um dos vice-reis de Malaca, que o nomeasse para ir á descoberta da «ilha do ouro.»

«Na bibliotheca real de Bruxellas existia um documento de bem maior importancia. Passára muito tempo despercebido, naturalmente por fazer parte de um tombo especial, e porventura tambem porque na lombada tinha esta menção: «F. Xaverii, M. S. «1613».

«Este manuscripto, que o sr. Ruelens, conservador da bibliotheca real da Belgica, tornou conhecido, encontrava-se entre os immensos materiaes colligidos pelos Bollandistas, para a redacção das *Acta Sanctorum*, e parece ter sido incluido n'esses documentos pelos historiadores sagrados, por conter um curioso retrato de S. Francisco Xavier, com uma noticia relativa ao apostolo das Indias.

«Em 1732 o ms. foi dado á sociedade de Jesus pelo conego de Haze, conforme o indica a inscripção da capa: *Societate Jesu Bruxellensi, J. H. de Haze, canonicus divæ Gudulæ donat Francisci Xaverii, Indiarum apostoli gratia, cujus sanctissimi viri imago cernitur fol.* 47.º 1732.

«Em 1773, com a suppressão da ordem dos jesuitas na Belgica, o ms. passou ás mãos do Estado, e figura hoje entre os documentos mais interessantes que possue a nossa bibliotheca real.

«Já em 1871, sendo ministro de Portugal em

Bruxellas o sr. Dantas, se pensára em reproduzir o ms., projecto que até agora ficou sem execução. Animado pelo sr. conde de Thomar, pensei então em realisar a reproducção da obra de Godinho de Eredia.

«Entendi dever acompanhar o ms. de Bruxellas com um *fac-simile* da carta que existe nos archivos de Lisboa, e uma cópia do mappa achado em Londres por Major.

«São estes os elementos para a revindicação dos direitos de Portugal á descoberta da Australia e para o estudo da figura interessante do descobridor Manuel Godinho Eredia.

«Vê-se, com effeito, do ms. de Bruxellas, que, em 1601, Godinho Eredia tivera conhecimento de uma terra, que só em 1606 era encontrado pelo navio hollandez *Het Duifken:* entretanto os hollandezes revindicam para o seu navio a gloria da descoberta da Australia.

«Os documentos publicados não servem só para discutir esta questão interessante para a historia de Portugal e para a sciencia geographica: mostram-nos em Godinho de Eredia um homem erudito e um cosmographo notavel, e dão-nos, além d'isso, informações muito completas e interessantes sobre Malaca no principio do XVII seculo.»

O sr. Oliveira Martins publicou no *Jornal do Commercio*, de Lisboa, um extenso estudo sobre o livro de Eredia. [1]

Referindo-se á *Declaraçam* de Eredia, escreve o sr. O. Martins;

«Ora, ou nós não lemos o texto com os mesmos olhos, ou a linguagem, de resto clara, de Eredia, soffre interpretações diversas. Do texto, que no decurso do nosso trabalho analysaremos, pareceu-nos claro que nem Eredia pretende identificar com a terra que se chama hoje Australia a ilha de Luca. Veach, nem attribue a si os fóros de descobridor, declarando muito positivamente que não poude ir á descoberta.

«Eredia registra apenas os dizeres dos naturaes que visitaram Luca Antara, e quando o vemos apparecer como descobridor no mappa do museu britannico, observamos, creio eu, um caso analogo ás hypotheses que nos serviram para avaliar o alcance dos mappas do seculo XVI. A *declaraçam* de Eredia, portanto, demonstra, em nossa opinião, que em 1601 e talvez já na primeira metade do seculo XVI fomos nós portuguezes quem primeiro deu noticia á Europa da terra que havia de chamar-se Australia; demonstrando tambem que nenhum portuguez a pisára ainda.»

E mais adeante:

«Feitas as reservas necessarias ácerca do valor historico dos monumentos cartographicos, o mappa de Major é sem duvida o documento mais grave a favor da descoberta por Eredia em 1601; e seria talvez uma sentença final da questão, se a publicação da *Declaraçam* a não viesse prejudicar conforme iremos vendo.

«O mappa descoberto no museu britannico pelo sr. Major é um esboço grosseiro, em que a massa continental da Australia apparece contornada pelo N. e O. Não se vê marcado o estreito de Torres, que como é sabido, separa a Australia da Nova Guiné, pelo contrario, as duas grandes ilhas da Occeania appareeem ligadas n'um só corpo, desenhando-se proximamente bem o golpho de Carpentaria. A oeste d'este golpho, o cabo septentrional da Australia sóbe effectivamente a 11° ou 12°, latitude S. e entre 130 e 140.° lon. Green. No mappa do museu britannico a localisação é inteiramente erronea. Vê-se ahi o cabo septentrional da Australia na longitude de Java: e a linha equatorial, em vez de cortar Borneo pelo meio passa-lhe ao sul.

«N'esse cabo septentrional da Australia, vê-se a seguinte legenda; «Nuca ancara foi descoberta ó «anno de 1601 por mano el godinho de Eredia por «mandado do Vico Rey Aires de Saldanha.»

«E por baixo: «Terra descuberta pelos Hollande«zes a que chamaram Euduache ou Cõcordia.»

«Cotejando este mappa com os da *Declaraçam* no seu tratado (II) da India meredional, parece-nos evidente, que o copista, escrevendo *Nuca ancara*, estropiou o nome da terra que nos mappas e no texto de Eredia é *Luca antara*. A tro é apenas de um *l* e de um *t* por um *n* e por um *c*, respectivamente. Á *Nuca ancara* do mappa de Major é a *Luca antara* do de Eredia; e a data de 1601, que no primeiro se dá á descoberta do luso-malayo, concorda com a data que elle proprio mencionam na sua *Declaraçam*. O mappa de Major não se refere pois, nem a outro homem, nem a outra época, nem a outra empreza: é o transumpto de que o II *tratado* de Eredia nos conta a historia.

«Vejamos, pois se, á vista d'ella, (e não pode haver outra mais authentica, pois trabalhamos com documentos autobiographicos), havia motivo para pôr no mappa anonymo «foi descoberta ó anno 1601 por mano el godinho de Eredia.»

«Ora Godinho de Eredia não descobriu, por que nunca lá foi; mas o cartographo attribuiu-lhe a descoberta, pois dos papeis colligidos em Malaca pelo engenheiro e cosmographo veiu a noticia da terra de Luca antara, cinco annos depois de visitada pelos hollandezes.

[1] Principiou a sahir no numero 8:450 (17 de janeiro de 1882).

«Tal nos parece ser a verdade historica, perante o exame directo da narrativa de Eredia.»

Eis o que até hoje nos parece haver-se escripto sobre esta interessante questão. Acrescentaremos que o sr. Leon Janssen promette na *Declaraçam* publicar uma traducção franceza prefaciada e annotada.

Nota á pag. 26

Ácerca da legislação no reinado de D. Duarte:

Na Bibliotheca da Academia Real das Sciencias de Lisboa existe um exemplar manuscripto das chamadas *Ordenações d'el-rei D. Duarte*. É um volume *in-folio*. Comprehende 304 paginas. É cópia do *unico exemplar* que possuia o conde de Farrobo, como diz Innocencio (*Dicc.* vol. 2.º pag. 204), e que hoje pertence á bibliotheca real da Ajuda.

Depois do indice, que comprehende vinte paginas, traz uma especie de prologo, assim epigraphado: «Capitulo das virtudes que se requerem a hum bom Julgador traladado do livro que fez o mui excelente e Claro Princepe Dom Eduarte por Graça de Deos Rey de Portugal e do Algarve Senhor de Cepta.»

A letra da cópia é do fim do seculo passado ou principio do actual.

Nota á pag. 162

«Tem sido ponto de controversia historica saber se o feudalismo existiu, perfeitamente caracterisado, na peninsula hispanica.»

Veja-se, sobre este assumpto, o tomo v dos *Opusculos* de Alexandre Herculano, pag. 193: *Da existencia ou não existencia do feudalismo em Portugal.*

Herculano sustenta ahi que a indole das instituições, ou antes, do direito publico, escripto ou consuetudinario, da velha monarchia ovetense-leonesa e das que d'ella procederam, não só foi extranha, mas até repugnante á indole do feudalismo.

Nota á pag. 322

«A tremenda tragedia da inquisição portugueza veiu a degenerar, no curso dos seculos, n'uma comedia ridicula, que em vez de produzir o terror, produzia simplesmente o riso. Nada ha que relaxe tanto os costumes como a tyrannia, seja politica ou religiosa. No seculo XVIII a inquisição ja não era tomada a serio, tanto pelos inquisidores como pelos seus condemnados. Por isso a obra de demolição d'esse tribunal, realisada por Sebastião José de Carvalho e Mello, dado que partisse toda da sua iniciativa, não é tão grandiosa como a principio parece. A inquisição estava a cahir; o marquez de Pombal soprou-lhe e ella ruiu. Factos ha que demonstram claramente o nosso acerto.»

Esta opinião é contestada, principalmente por Camillo Castello Branco no livro que recentemente publicou sob o titulo de *Perfil do marquez de Pombal*, pag. 171 e seguintes.

«Estou d'aqui vendo, diz Camillo, os phrenesis da critica que me exprobra a má fé com que escondo a importante providencia de Sebastião de Carvalho avocando ao conselho de Estado os processos sentenciados pelos inquisidores. Não querem saber do caso horrendo do Malagrida, dispensam-me de eu lhe repetir essa estafada historia, e eu por minha parte agradeço a dispensação de a repetir.»

N'este ponto não concordamos com Camillo Castello Branco, por cujo alto talento e saber sempre tivemos o maximo respeito, a maxima devoção até.

Devemos dizer francamente que o vulto historico do marquez de Pombal nos não deslumbra; já o declarámos na sessão da camara electiva de 17 de abril de 1882. Mas, no tocante á inquisição, entendemos que o *Regimento do santo officio*, approvado por alvará regio de um de setembro de 1774, vibrou um golpe demolidor á inquisição, parecendo-nos que ella já o recebeu enfraquecida e decadente, porque as chammas do fanatismo são como todos os fogachos: accendem-se, crepitam, declinam e apagam-se por si mesmos.

O ultramontanismo estava sendo vigorosamente combatido. Sirva de exemplo a *Tentativa theologica* do padre Antonio Pereira de Figueiredo (Lisboa, 1766) que sustenta o principio de que aos bispos compete expedir, durante a interrupção das relações com a curia romana, todos os negocios ecclesiasticos, incluindo até as dispensas matrimoniaes.

Não estamos desacompanhados na opinião que fazemos sobre o alcance do *Regimento do santo officio*, de 1774.

Pinheiro Chagas escreve na sua *Historia de Portugal*, vol. 7, pag. 311:

«Proseguindo audaciosamente nas suas reformas, o marquez de Pombal, que, segundo vimos, emquanto durou o rompimento com a côrte de Roma, foi legislando ácerca do clero inpedindo de professarem muitos dos homens e das mulheres que desejavam entrar nos conventos, legislou ácerca de irmandades etc., não hesitou em quebrar o formidavel poder da inquisição, e, não podendo ainda extinguil-a, reformou-a, transformando-a em tribunal régio, reservando-lhe o conhecimento das causas que diziam respeito á puresa da fé, mas dando-lhe ao mesmo tempo um regimento confirmado por alvará de 1 de setembro de 1774, que acabava com todas as formulas odiosas dos velhos processos inquisitoriaes. Depois da condemnação do infeliz padre Malagrida, condemnação puramente politica, e em que o tribu-

nal do Santo Officio não fez mais do que obedecer ao poderoso ministro, nunca mais a inquisição pronunciou uma sentença de morte contra pessoa alguma. Dir-se-hia que o espirito do seculo impedia efficazmente a inquisição de proseguir nos seus tenebrosos feitos. Se nos lembrarmos de que, durante o reinado de D. João v, ainda milhares de victimas foram queimadas nas fogueiras, ou penitenciadas asperamente, saberemos avaliar o immenso serviço prestado pelo marquez de Pombal á civilisação portugueza e á humanidade. Vinte annos antes de subir ao poder o marquez de Pombal, fôra queimado em Lisboa aquelle desgraçado poeta, Antonio José, por ter nas veias sangue judaico, e por allusões completamente innoffensivas das suas comedias. Vinte annos depois do marquez de Pombal sahir do poder Bocage podéra escrever a celebre *Pavorosa illusão da eternidade*, que terminava com os tres audaciosos versos,

> Ceus não existem, não existe inferno,
> O premio da virtude é a virtude,
> O castigo do vicio o proprio vicio.

podera escrever tambem o celebre soneto ácerca dos francezes em Roma, que terminava com o atrevido terceto:

> O rapido francez vai-lhe ás canellas,
> Dá, fere, mata, ficam-lhe em despojo
> Tiaras, mitras, bullas, bagatellas.

sem lhe suceder mais do que passar algum tempo em placido retiro no convento dos frades bentos em Lisboa.»

É certo que o marquez de Pombal concedera ao tribunal da inquisição o tratamento de *magestade*, tratamento que era aliás o de todos os tribunaes da côrte, como representantes e depositarios do poder real. Vê-se n'isso uma contradicção deploravel; nós não vemos. Porque? Dil-o em poucas linhas o barão de Septenville no seu *Etude historique sur le marquis de Pombal*. (Bruxellas, 1868). «Não ha em tudo isso, rigorosamente, mais de que uma medida regulamentar que não cria um privilegio especial em favor do tribunal do Santo Officio, mas que ao contrario o colloca na mesma linha que os outros tribunaes do reino.» Não nos quer parecer que essa concessão seja uma distincção de alto valor, mas apenas uma rasoura que involve intenção igual á do *Regimento* de 1774.

Estudando este *Regimento* não se nos afigura que elle fosse beneficiar a inquisição, quando dispõe no livro ii que os réos de delictos espirituaes e ecclesiasticos não sejam processados por leis especiaes, senão que pelas geraes da nação; quando reconhece aos réos o direito de saberem os nomes das testemunhas que os accusáram; quando fulmina a relaxação, confiscação de bens e infamia até á segunda geração; os tormentos inflingidos pelo tribunal ecclesiastico, e que Pombal, sob o seu ponto de vista politico, acceitava para os crimes de lesa magestade, condemnando-os nos crimes contra a religião, porque a *Magestade divina nunca póde ser lesa nem posta em perigo*; quando prohibe que no tribunal do santo officio haja procuradores certos, podendo os réos escolhel-os livremente; quando ordena que não haja mais autos de fé publicos nem particulares, devendo a sentença em certos casos e depois de subir ao conselho geral ser publicada na sala grande do palacio real, etc.

FIM DO TERCEIRO VOLUME

INDICE

COLLOCAÇÃO DAS ESTAMPAS

HISTORIA DE PORTUGAL

POR

ANTONIO ENNES, BERNARDINO PINHEIRO,
EDUARDO VIDAL, GERVASIO LOBATO,
LUCIANO CORDEIRO E M. PINHEIRO CHAGAS

EMPREZA LITTERARIA DE LISBOA

HISTORIA DE PORTUGAL

QUARTO VOLUME

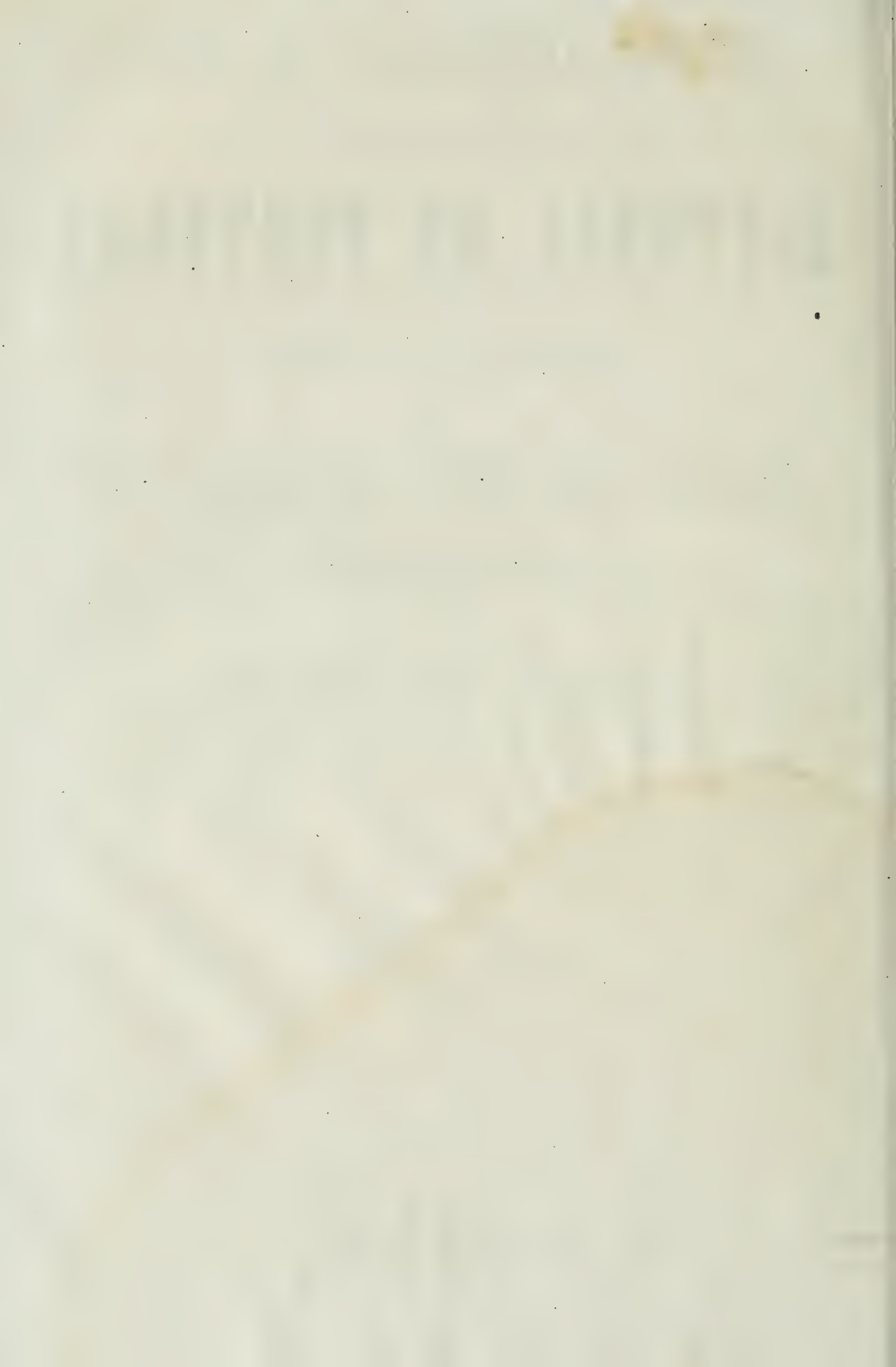
POR

GERVASIO LOBATO

ILLUSTRAÇÕES

DE

MANUEL DE MACEDO

LISBOA
OFFICINA TYPOGRAPHICA DE J. A. DE MATTOS
36, Rua Nova do Almada, 36

LIVRO I

D. Sebastião

CAPITULO I

Portugal nos meados do seculo XVI

Vamos entrar no periodo mais triste e mais desgraçado da historia de Portugal.

A epopéa brilhantissima, que a espada luminosa de Affonso Henriques começára a escrever em Ourique, pára exactamente na época em que apparece o seu cantor immortal.

Os *Lusiadas*, essa apothéose homerica d'um grande povo heroico, surgem quasi que na hora da sua fatal queda.

Mais uns annos e a epopéa transformar-se-ia em elegia, a apothéose em elogio funebre.

Mais uns annos e Camões teria arrancado das suas estrophes olympicas esses quatro versos:

> «Fazei, senhor, que nunca os admirados
> Allemães, Gallos, Italos e Inglezes
> Possam dizer, que são para mandados
> Mais que para mandar, os Portuguezes.»

tão inuteis quando os descendentes dos velhos heroes iam vender cobardemente, infamemente a patria humilhada, pobre, agonisante, ao sinistro filho de Carlos v, o imperador legendario.

Na historia brilhante de Portugal alastram-se como uma immensa nodoa de azeite esses annos de servilismo e de captiveiro e o sol que se afunde em nuvens de sangue em Alcacerkivir mergulha o paiz em escura e longa noite até surgir de novo radiante nos campos de Montijo.

Coube-nos a narrativa d'essa dolorosa época de trevas e de lagrimas, illuminada apenas no seu começo pelos ultimos clarões das conquistas do velho Oriente.

O genio guerreiro que deu a Portugal as paginas mais gloriosas nas epopéas modernas, o espirito aventuroso, cavalheiresco e batalhador que levou o nosso nome a todas as partes do mundo e nos deu um logar de honra na vanguarda dos povos europeus, foi o mesmo que, apparentemente, rasgou as quinas ante o crescente victorioso nas plagas africanas, foi o mesmo que estrangulou a independencia nacional nos laços do captiveiro, e a entregou inerte e indefeza nas mãos do Demonio do meio dia, do lugubre Filippe II.

Chegado ao apogeu da gloria, Portugal deu-lhe a vertigem e cahiu nos abysmos da escravidão.

Na hora suprema da agonia, apparece á cabeceira do reino moribundo uma roupeta vermelha.

Portugal teve um sinistro coveiro—o cardeal D. Henrique.

Mas quem o matou, quem lhe vibrou o golpe fundo, não foram as imbecilidades perversas do jesuita covarde, não foram as allucinações perigosas do juvenil rei-cavalleiro: quem assassinou Portugal foi esse rei fanatico e estupido, que abriu os braços estultos á companhia de Jesus, que enraisou fortemente no reino essa arvore mortifera, que se chama *absolutismo*, a cuja sombra protectora plantou, medrou e floresceu essa colossal infamia catholica, a Inquisição: e no tribunal sereno da historia, quem tem que responder pela liberdade perdida, pela honra

ultrajada, pelo brio espesinhado, pela riqueza delapidada d'esse povo que deu ao mundo o espectaculo mais grandioso dos tempos modernos, —uma nação pequena alastrando pelos dois hemispherios o seu poderio, a sua influencia, a sua gloria, e o seu nome,—não é o velho idiota e ambicioso, que deixou nas chronicas o nome odiado de cardeal-rei, não é a creança heroica, o imberbe enamorado da Gloria que por ella morreu, como um paladino audaz, nos areiaes de Alcacerkivir, não é o cadaver frio e inerte do rei a quem a tradicção deu, como uma ironia pungente, a alcunha de «Piedoso» e que a historia reconhece pelo nome de João III.

É um triste previlegio este, o dos reis imbecis, fracos, e fanaticos que a fatalidade para desgraça dos povos collocam nas eminencias do poder: ainda depois de mortos, das suas covas sombrias se estende sobre o povo a sua influencia nociva, e como dos cadaveres dos cholericos as suas exhalações putridas envenenam por muito tempo a atmosphera que os cerca.

Na terrivel logica da historia, Filippe II era o herdeiro fatal de João III. Foi no infeliz reinado d'este estupido monarcha que se preparou a ruina de Portugal. A sua politica interna transformou completamente o governo n'um absolutismo feroz sem restricções; a sua politica externa, uma politica toda neutral no meio dos conflictos graves que se levantavam entre todas as nações da Europa, alienou-lhe todas as sympathias dos estados europeus, e mais tarde, quando Filippe II cortou do mappa esta pequena nacionalidade, que escondida no canto do occidente espalhára a sua fama e o seu nome pelo mundo inteiro, a Europa pagou a Portugal a divida de desdenhosa indifferença, que contrahira com o rei Piedoso.

Os hespanhoes, quando entraram ameaçadores na Lusitania, encontraram, em vez d'um povo energico e valente, defendendo a sua vida e a sua autonomia, um povo inerte, fraco e humilhado ao jugo feroz do absolutismo; o fanatisto enroscado em todas as almas, a desmoralisação campeando no exercito, o luxo enervando as altas camadas sociaes, a fome e a miseria devastando o povo; um bando de leões transformados em rebanho de cordeiros pela immoralidade, pelo despotismo, pela miseria: um bando de cordeiros governado por um pastor imbecil e desastrado, pelo nefasto Cardeal D. Henrique.

Do mesmo modo que Luiz XVI o infeliz Capeto, D. Henrique e D. Sebastião colheram apenas os fructos mortiferos das sementes venenosas lançadas á terra por João III.

A providencia parece que escolhe sempre, n'estes momentos criticos dos povos, uns reis inhabeis, fracos, allucinados, que em vez de susterem por algum tempo mais as quedas inevitaveis as apressam desgraçadamente.

Os germens nocivos lançados por D. João III teriam desabrochado mais tardios, ou quem sabe, ter-se-hiam completamente annulado, se em vez de lhe auxiliarem o desenvolvimento lhe tivessem applicado um antidoto energico e efficaz.

N'este caso o antidoto seria uma administração rigorosa e intelligente, uma politica habil e digna, um amplo e profundo trabalho de reorganisação, o insufflamento de novas forças n'esse immenso corpo popular abatido e anemico por 35 annos de tyrannia e de fanatismo. D. Sebastião, uma creança desvairada pelo amor da gloria, uma intelligencia inutilisada pelo fanatismo caprichoso d'uma educação deploravel, e D. Henrique um velho idiota e ambicioso, instrumento cego d'uma seita odiada, não poderam oppôr um dique á onda gigante que nos ameaçava, e pelo contrario, facilitaram-lhe a invasão com os seus desvarios e as suas inepcias.

É assim que ao fechar a historia do triste reinado de D. João III e ao ver a corôa pousar na cabeça infantil d'uma criança de tres annos, disputada tenazmente por duas grandes ambições rivaes, a da rainha D. Catharina sua avó, e a do Cardeal Henrique seu tio, ao ver a Europa a olhar-nos indifferente, e a Hespanha a preponderar fortemente na nossa politica, não é preciso ser propheta para vêr n'um futuro proximo o triste desenlace preparado, pelo fanatismo, pela tyrannia e pela estupidez do indigno filho do grande D. Manoel, á grandiosa epopéa começada em Ourique; para advinhar a tremenda queda d'esse colosso que se chamou Portugal.

*
* *

Antes porem de entrarmos no desgraçadissimo reinado de D. Sebastião lancemos um olhar para

o estado de Portugal durante os ultimos annos da vida de D. João III e vejamos que reino e que povo, o rei desejado recebia em herança, ao dar aos primeiros passos de creança no mundo em que tão triste tradição havia deixar.

O reinado de D. João III é um mixto original de explendores e d'ameaças, de riqueza e de miseria.

Ha n'elle luz brilhante e sombras implacaveis. Mas desgraçadamente, a luz são os ultimos clarões da gloria portugueza proxima a extinguir-se; as sombras são o germen desgraçado da immensa noite em que vae mergulhar-se Portugal.

A fortuna lusitana chegou n'essa época ao seu apogeu. A bandeira portugueza tremulou nas mais remotas paragens do rico Oriente. O nosso commercio arrancou riquesas fabulosas do seio uberrimo da velha Asia. A India submetteu-se á conquista: o Brazil começou a povoar-se; a China e o Japão descobertos, a Oceania avassalada, a Abyssinia explorada deram forte colheita de gloria e de ouro, de factos heroicos e de dinheiros poderosos a Portugal.

Mas esse ouro atravessava apenas o paiz, e em vez de o fecundar ia enriquecer a Inglaterra, opulentar a Italia e Flandres, e encher imbecilmente os sempre insaciaveis cofres do Vaticano; essa gloria, em vez de se arvorar em estimulo, era suffocada pelas tyrannias do absolutismo, esmagada pelo fanatismo torpe dos jesuitas, que se ostentavam triumphantes e fortes á sombra sinistra da Inquisição.

A época de D. João III marca distincta e perfeitamente na historia, a transição das altas eminencias do poderio triumphante para os escuros abysmos da servidão, da vida gloriosa para a morte humilhante.

As conquistas e a fortuna do Oriente eram as resultantes dos impulsos anteriores: o que era do Rei Piedoso era a desmoralisação do exercito, do povo, o obsecamento dos tyrannos, o relaxamento dos poderes judiciaes esmagados pela inquisição, a pobresa dourada do povo, o enervamento da aristocracia, o afugentamento dos estrangeiros e do commercio que eram em Lisboa vexados a todo o passo pelas crueldades infames da inquisição e pelas arbitrariedades estupidas do poder pessoal.

A gloria toda do seu reinado pertence aos seus antepassados; a vergonha, o opprobio, a immoralidade e a miseria pertencem-lhe a elle, e desgraçadamente vieram a caber em herança aos seus successores e ao paiz.

E agora que vamos entrar na terrivel tragedia heroica de Alcacerkivir vejamos o que era Lisboa no seculo XVI, no seculo de João III e de D. Sebastião, Lisboa essa formosissima cidade que foi a primeira do mundo e que como conta uma lenda allemã, foi a que em Jerusalem appareceu, no espelho magico, ao cavalleiro christão, que apetecera ver a cidade mais bella da Europa.

«Lisboa, diz Alexandre Herculano, guerreira e depois mercadora, tambem teve não uma, mas duas villas novas, abraçadas á sua cinta de muralhas, a primeira ao sul, a segunda ao poente. Chamava-se aquella Villa Nova de Gibraltar: esta Villa Nova d'Andrade.

«A segunda, nascida no seculo XV, viveu dois dias apenas; por que Lisboa, essa *villa* [1] limitada, nos fins do seculo XII, a 15:000 habitantes, emquanto a mourisca Silves contava 25:000, cresceu com tal rapidez na época dos descobrimentos que, rompendo, ou antes galgando por cima dos lanços occidentaes de seus muros, a devorou ainda no berço, ou, para melhor dizermos, partiu-a em fragmentos, e aos seus membros despedaçados chamou Bairro Alto, Chagas, Santa Catharina. Villa Nova d'Andrade foi uma coisa fugitiva, sem gloria, sem individualidade. D'ella poderia dizer-se o que o psalmista dizia do impio: «Vi-a exaltada como o cedro do Libanio: passei, e não existia; busquei-a, não lhe achei rasto.» Deixêmol-a, pois, na paz do esquecimento e do nada. Não assim Villa Nova de Gibraltar! Fallae-me em Villa Nova de Gibraltar! Esta sim, que viveu. A sua origem perde-se nas trévas dos tempos chamados barbaros; entronca-se no berço da monarchia. Assentada á beira do Tejo, fóra do lanço do sul e sueste da muralha arabe, ou talvez goda (quem poderá hoje dizel-o?!) que cercava Lisboa antes do seculo XIV, saudavam-n'a os primeiros raios do sol oriental; aqueciam-n'a todos os do alto dia, doiravam-n'a os derradeiros que vinham do poente,

[1] Evora é chamada no seu foral *cidade;* Lisboa no seu *villa.*

roçando pela superficie das aguas. A cidade lá estava, sombria, entre as torres e altos muros da sua cêrca, agachada nas faldas do seu castello soberbão e mal encarado, prostrada envolta da sua cathedral ampla e triste. Mas que importava isso a Villa Nova de Gibraltar? Ahi não havia nem muros, nem torres, nem castellos, nem campanarios. Ella mirava-se no rio e achava-se bella, bella por si e pelo luxo dos seus atavios, por que Villa Nova de Gibraltar era a atravessadora de quasi toda a mercancia: a patria dos rendeiros e *sacadores* das rendas e direitos reaes; era rica e potente; e ao sobrecenho altivo da velha Lisboa, confiada na sua epiderme de marmore, respondia ella mostrando a sua armadura d'oiro e depois punha-se a rir, por que bem sabia já, como nós hoje sabemos, que o oiro é mais forte que o marmore.

«D. Fernando I, que foi para com Lisboa como um amante selvagem, ora querendo anniquilal-a, porque lhe preferia em amores o alfayate Fernão Vasques; ora lançando-lhe no regaço riquesas, privilegios, tudo; quiz, n'um accesso de ciume, escondel-a aos olhos d'estranhos. Já ella, a namoradeira, sahindo a Porta de ferro, pelo terreiro da cathedral, correra para o valle de Valverde e se reclinára por ahi abaixo, indo espreitar a barra, cá da margem do rio; já começava até a galgar pela encosta fronteira, para o lado do gothico mosteiro de S. Francisco, e para a ermida dos Martyres, e pela Pedreira do Almirante para o convento dos santos frades da Redempção. «Alto lá! disse o bom do rei D. Fernando, e chamando os villões sujeitos á adúa por todas as villas e logares d'arredor, lançou á cintura da doidinha uma nova faixa de muros para que não passasse além. Ficou-se, é verdade, espairecendo Lisboa pelo valle e pela encosta, mas ao menos atraz das novas torres e quadrellas, já não podia fazer gatimanhos de presumida aos que vinham visitar em som de paz ou de guerra os campos das suas circanias, ou as aguas da sua enseada.

«E que era n'esse tempo feito da Villa Nova de Gibraltar? Lá estava senhoril e desdenhosa á beira do Tejo, indifferente aos arrufos de Lisboa e aos ciumes de D. Fernando. Pacifica e fiel, não se entremettia em negocios alheios, não tumultuava, não se namorava d'estranhos. Assim a muralha real que bojava para poente, passou pé ante pé por entre ella e a cathedral para não a affligir; encorporou-se ahi com os antigos muros para a deixar, como até então, exposta á sua tão querida restea de sol. Novas portas, todavia, a uniram com a antiga cidade que tão rapidamente crescêra e se fizera garrida. Foi por ahi que lenta e traçoeiramente Lisboa pôde chegar a submettel-a e devoral-a.

«E quereis saber por qual rasão e como? Dir-vol-hei. Era que na frente de Villa Nova de Gibraltar, abaixo do seu diadema rutilante de princeza, estava escripta uma lenda fatal e maldita; uma lenda que por muito tempo foi apenas ignominiosa, mas que nos fins do seculo XV se converteu em sentença de morte, signal estampado pela mão do archanjo do exterminio. Esta lenda encerrava apenas duas palavras blasphemas, que só podiam ser apagadas destruindo-se a existencia individual da povoação que se atrevia a apresental-as diante da luz do céo.

Villa Nova de Gibraltar era a *Communa dos Judeus!*

«A edade média, essa época altamente poetica, porque tinha crenças; e profundamente symbolica, porque era poetica; havia feito de Lisboa um symbolo d'historia religiosa e politica. O municipio christão, partindo do alto alcaçar ao castello, dilatava-se até ás raizes do monte em cujo topo campeava, a cavalleiro de todos os cabeços dos arredores, a torre de menagem, guarida do alcaide-mór, como representante do senhorio real e da aristocracia: á sombra do alcaçar e a mais de meia encosta, a cathedral alçava os seus dois campanarios altivos, quadrangulares, macissos; entre essas duas expressões materiaes da monarchia, da nobresa e da Egreja, a casa da camara—os paços plebeus do concelho proximo do campanario setemptrional da sé, chãos e humildes, representavam o povo, que em silencio se preparava para ir estendendo os braços endurecidos pelo trabalho a subjugar algum dia, á direita o alcaçar, á esquerda a egreja. Na configuração da cidade resumia-se a historia social do passado e a prophecia do futuro. Como tantas coisas da edade média, Lisboa era um verdadeiro symbolo.

«Não o era só todavia do pensamento politico, tambem o era da idéa religiosa. No amago da povoação, no logar eminente, estava o Christia-

nismo; ao norte, em profundo valle, e apinhado envolta da mesquita apenas tolerada, ficava o bairro dos Mouros — *a Mouraria;* ao sueste, quasi ao oriente, lançada ao pé da *esnoga* — *a Judiaria;* uma crença verdadeira, mas temporaria, do lado d'onde o sol surgia, na sua ascenção para as alturas; a religião de Christo, complemento d'aquella, assoberbando-a do monte sobranceiro; o Islamismo, transformação impia e tenebrosa d'ambas, como escondido ao norte na penumbra da cruz triumphante, e ao longe as vastas solidões do Oceano, atravez das quaes os filhos do Evangelho o deviam levar algum dia ás regiões ainda incognitas de novos mundos. O velho Portugal tinha feito da cidade do Tejo um symbolo e uma prophecia sublimes!

«A monarchia, vencedora da idade média, esqueceu a poesia d'ella, porque nos seus velhos habitos d'organisar, de legislar, de livelar, perdêra inteiramente o senso esthetico. A poesia estava principalmente nas idéas, no sentir, nas fórmulas das classes aristocraticas; o povo era infeliz e selvagem, e a monarchia positiva, calculadora, egoista. Com a victoria final d'esta desappareceu tudo o que representava o ideal. Belem é a agonia da arte; é o estrebuxar descomposto da architectura christã que morria; e o *Cancioneiro* de Rezende o ultimo concerto dos trovadores, em que já se misturam os sons discordes da poesia romana.

«N'este crepusculo da vida nacional, n'esta passagem da originalidade para a cópia, as ruinas tombavam sobre outras ruinas, a nova sociedade sobrepunha as suas obras incertas, frias, ou estupidas aos restos ainda palpitantes do cadaver do passado; cerzia-as ridiculamente com remendos e fragmentos das obras e factos que destruíra; fazia, emfim, por um pensamento d'ordem e organisação exaggerado, o que nós muitas vezes fazemos hoje por um amor da liberdade indiscreto e excessivo.

«É curioso vêr como a edificação do célebre mosteiro jeronymitano de Belem se liga com a destruição da communa judaica de Villa Nova de Gibraltar, como esse monumento da transição da architectura, esse chaos de todos os systemas que brotavam no principio do seculo XVI, reunidos, e, por assim dizer, petrificados de subito n'um edificio só, traz forçosamente á lembrança a ruina d'um facto da ordem moral que existira inconcusso entre nós por quatrocentos annos — a tolerancia da edade média. De feito, a tolerancia religiosa expirava ao passo que a architectura christã morria, e as bullas da Inquisição vinham-nos talvez pelo mesmo correio que trazia aos nossos architectos os desenhos puros e materialmente formosos, mas pagãos e peregrinos, de Bramante ou de Raphael.

«Um phenomeno por certo singular nos apresenta a historia antiga de Portugal. Na larga série de leis, d'artigos de côrtes, de factos publicos até os fins do seculo XV a crença viva de nossos avós se limita sempre dentro dos termos d'aquella intolerancia legitima que a verdade não póde deixar de ter para com o erro. O Christianismo proclama-se ahi franca e energicamente a unica religião verdadeira: o christão julga-se um homem de condição superior ao judeu. O povo vigia, até com ciume, que o israelita conserve sempre no trajo um distinctivo da sua raça reproba, das suas doctrinas erradas. Mas a intolerancia acaba n'esse ponto: não se imagina ainda que o desterro, os tratos do potro, e o cheiro da carne humana queimada subindo da fogueira expiatoria sejam sacrificios agradaveis a Deus. Na gente judaica, havia mais, por assim dizer, um caracter de triste fatalidade pesando sobre uma raça condemnada pelo seu peccado original do Deicidio, que o d'uma raça maldita por crimes proprios. «Os Judeus, como testemunhas da morte de Jesus-Christo, devem ser defendidos só porque são homens:» estas palavras de D. Affonso II resumem o pensamento da edade média ácerca d'elles. É o pensamento de que Lisboa com Villa Nova de Gibraltar foram a imagem sensivel. No alto da sé a cruz, abrigada á sombra do castello christão, via a seus pés a synagoga, a humilhada *Esnoga*, que testemunhava ali a morte do Christo, a victoria do Evangelho, e a redempção dos homens; e o que orava na cathedral sentia só despreso e porventura compaixão por aquelle que orava na synagoga. Se o odio se misturava ás vezes com esses sentimentos, motivos não religiosos, mas puramente materiaes o geravam; geravam-n'o as riquezas dolorosamente accumuladas pela genta hebréa, os vexames que praticavam como exactores da fazenda publica, as suas usuras

como possuidores de capitaes, e mil outros motivos humanos em que nada tinha que vêr a opposição das crenças.

«E o seculo XVI, que era erudito, que traduzia Cicero e Ovidio e imitava Horacio; o seculo da civilisação, das conquistas, de todas as grandezas, cuspia nas faces da edade média, que jazia morta a seus pés, o epitheto de barbara! E D. Manuel, o culto e venturoso monarcha do Oceano, esquecia-se do que não esquecêra a seu rude e obscuro avô D. Affonso II; esquecia-se de que os israelitas estavam condemnados pelo Rei da Eternidade a vaguearem perpetuamente na terra *como testemunhas da morte de Jesu Christo.* Portugal devia ser exceptuado d'esse decreto de cima, e a conversão violenta dos Judeus foi um dos factos mais estrondosos de tão estrondoso reinado.

«Da communa hebraica, da risonha e opulenta Villa Nova de Gibraltar apenas um vestigio nos resta, a sua synagoga,—melhor diriamos o sitio d'ella—convertida em templo christão. É uma collegiada da ordem de Christo: é a Conceição Velha: velha porque já as coisas d'essa época manuelina, tão festiva, tão transformadora, tão destructiva de tudo o que quer que fosse, bom ou máu, das éras poeticas, já hoje é caruncho e podridão, os seus monumentos já se confundem com que ella desprezava como barbaros. Fallae no portal rendilhado da Conceição Velha a um vereador, a um politico, a um pascasio de melenas, emfim a qualquer inimigo nato das coisas mais poeticas e santas da patria —os monumentos, e responder-vos-ha torcendo o nariz e com um ademan parvo de superioridade. «Por diabo! isso é gothico!» Gothico! Ouves, seculo dezeseis, seculo romantico, seculo brilhante, seculo paralvilho? Ouves lá debaixo da tua campa, pesada como todos os crimes que commetteste no Oriente, confundirem-te hoje com os seculos rudes e fortes da nobresa d'alma na fidalguia e da energia popular? Mudaste a indole da nação, tornaste-a de guerreira em mercadora; de municipal em cortezã; d'austera em voluptuaria. Acceita de mãos como aquellas a paga da tua boa obra.» [1]

[1] Alexandre Herculano, *Panorama,* vol. VII, pag. 401.

E depois de citarmos o eminente historiador cuja grande perda Portugal ha pouco soffreu, depois de termos substituido o seu estylo fascinador e opulento á nossa humilde prosa, iremos acompanhando passo a passo, n'este rapido estudo sobre a Lisboa do seculo XVI, estudo que nos parece indispensavel como indispensavel é o scenario ao drama e a descripção ao romance, um outro escriptor notabilissimo cujo talento uberrimo e possante, e illustração vastissima e opulenta nos merece o maior respeito e admiração—Pinheiro Chagas, a quem muitas vezes citaremos entre os escriptores mais eminentes que se tem occupado da historia patria.

No explendido trecho de Herculano com que enriquecemos o nosso humilde livro, está desenhado com aquelle vigor de traço que só elle entre nós possuia, o contraste frisantissimo entre a Lisboa poetica e symbolica da idade média, e a Lisboa cortezã, opulenta; mas exclusiva e intolerante da renascença.

O templo christão sahira da synagoga a mesquita fora-se, os bairros substituiram a judiaria e a mouraria, e as franquias municipaes curvavam-se humildes e fracas ante a corôa de João III.

N'um livro muito citado por Ferdinand Denis — O *Summario d'algumas coisas ecclesiasticas e seculares da cidade de Lisboa*, de Christovão Rodrigues d'Oliveira, ha notas curiosissimas sobre a Lisboa do seculo XVI.

No tempo de João III, a cidade tinha trezentas vinte e oito ruas, cento e quarenta travessas, oitenta e nove becos, e sessenta e duas viellas.

As casas eram cerca de dez mil, e davam moradia a cem mil almas, que constituiam a população permanente da cidade, população na qual existiam nove mil cento e cincoenta escravos.

A população fluctuante, essa era numerosissima nos primeiros tempos de D. João III, nos tempos aureos do immenso commercio do Oriente, commercio de que Portugal era o Imporio; mas a inquisição e o absolutismo fizeram-a baixar, mais tarde, consideravelmente com as suas tyrannias e os seus vexames.

Lisboa tinha então vinte egrejas parochiaes —Santa Justa, S. Nicolau, S. Gião, hoje S. Julião, Nossa Senhora do Loreto, Madanela (Magdalena), Martyres, S. João da Praça, S. Vicente

de Fóra, S. Pedro, Santa Marinha, Salvador, Santo André, S. Thomé, S. Martinho, S. Jorge, S. Bartholomeu, Santa Cruz, S. Mamede, S. Christovão e S. Lourenço—alem da Sé que era a cathedral.

Afóra as egrejas parochiaes havia as innumeras e riquissimas capellas dos fidalgos, e as egrejas sumptuosas dos conventos de S. Vicente de Fóra, Graça, Trindade, Carmo, S. Domingos, Santo Eloy, S. Francisco, S. Francisco de Xabregas.

Os paços regios de Lisboa eram n'esse tempo seis, o da Ribeira fundado por D. Manuel, o de Santos, fundado por D. João II, o dos Estáos, fundado pelo infante D. Pedro, filho de D. João I palacio que D. João III deu ao Santo Oficio, o de Xabregas fundado pela rainha D. Leonor mulher de D. João II, o de Santo Eloy fundado pela mesma rainha e o da Alcaçova, dentro do castello, residencia habitual dos reis portuguezes até D. Manuel, e fundado por D. Diniz.

Alem de Rodrigues de Oliveira temos outro guia segurissimo, uma testemunha occular, para nos servir de cicerone na nossa viagem á Lisboa do ultimo quartel do seculo XVI. Esse guia é o jesuita portuguez Duarte de Sande, que vindo em 1584 a Lisboa com a 1.ª embaixada do Japão, deixou no seu diario de *touriste* a descripção da cidade, n'esse tempo a mais bella do mundo. Essas notas de carteira de viajante mostram-nos Lisboa com a exactidão d'uma photographia.

Ao entrar a barra os olhos deslumbrados viam logo as duas torres que guardavam de cada lado o rio—a de S. Vicente de Belem, e a de S. Sebastião, hoje conhecida pelo nome de Torre Velha, e depois até chegar ao Terreiro do Paço, a admiração entretinha-se no exame dos rendilhados primores do grandioso mosteiro de Santa Maria de Belem, na egreja de Santo Amaro e em toda a formosa cidade que se mirava nas aguas cristalinas do formossisimo rio, onde a toda a hora entravam os navios carregados das riquezas fabulosas que nos vinham do Oriente e do Brazil, do velho e do novo mundo.

Desembarcando no Terreiro do Paço, encontrava-se primeiro o Arsenal da Marinha, contiguo aos Paços da Ribeira, quasi no mesmo sitio onde ainda está hoje. Os Paços da Ribeira eram magnificos, e em sua frente desenrolava-se o immenso terreiro que era então o passeio elegante, o bois de Boulogne da fidalguia, nas tardes quentes do verão.

O Arsenal estava fornecido de enormes peças d'artilheria, algumas ganhas aos inimigos, e que se mostravam como tropheus; de ricas e numerosas armas, e de soberbas estatuas de cavalleiros armados de ponto em branco, montados em cavallos de pau.

Ao lado d'estas maravilhas d'armamento, estavam as valiosas especiarias que vinham do Oriente e que de Lisboa se espalhavam profusamente pela Europa.

Esta casa chamava-se a *Casa da India*, e o Arsenal, que fora construido por el-rei D. Manuel denominava-se *armazem das armas* e occupava o lado de leste do Terreiro do Paço.

Por cima do *armazem* e da *Casa da India* construiram-se a galeria, salas e quartos para aposento regio que se ligaram aos paços de D. Manuel, por um arco que ficava onde começa actualmente a rua do Arsenal.

Ao lado do Paço alinhavam-se palacios importantes, mas em frente d'elle como em frente dos palacios dos particulares assentavam vendas ambulantes, faziam-se mercados, dos quaes o principal era o que ficava nas *tercenas navaes*, hoje Ribeira Velha.

Caminhando para o Oriente, deparava-se o edificio do Terreiro do Trigo, mandado construir por D. João III, e separado d'elle por um beco, ficava a egreja da Conceição velha, depois o thesouro, chamado então a *casa dos contos*, a alfandega começada por D. Manuel e concluida por D. João III.

N'esse tempo havia em Lisboa uma cousa curiosa, era a existencia de centenares de padeiras de todas as terras de Hespanha, que vinham para aqui manipular farinhas e fazerem o seu commercio.

A architectura monumental, desentranhara-se então em chafarizes opulentos, sobresaindo entre os muitos que enxameavam a cidade, o chafariz d'El-rei que era todo de marmore; o da Praia, o dos Cavallos, que recebera o titulo dos Cavallos de Bronze que o ornamentavam, etc.

As ruas de Lisboa eram d'uma magnificencia fabulosa, d'um luxo e riquesa que faz

pensar nas cidades maravilhosas dos contos do Oriente.

Entre o Terreiro do Paço, que, resumindo o padre Duarte de Sande, desenhámos a largos traços e o Rocio, praça vasta, mas irregular, onde se ostentava o magnifico edificio da Inquisição, o convento de S. Domingos e o hospital de Todos os Santos, havia além d'um emaranhado labyrintho de becos e de viellas, as ruas principaes da cidade, ruas riquissimas que exportavam maravilhas para as principaes cidades da Europa.

D'essas ruas a principal era a Rua Nova, obra d'el-rei D. Diniz, rua que é hoje correspondente á dos Capellistas, e que era a mais comprida, rica e concorrida da cidade. Na sua maior largura tinha 60 palmos, e parte d'ella, separada por uma grade de ferro, servia de ponto de reunião e para assim dizer de praça, aos homens de negocio, que estavam em relação commercial com as principaes cidades da Europa e especialmente com Sevilha, Burgos, Valladolid, Veneza, Genova, etc. Na Rua Nova havia lojas d'uma riquesa fabulosa, cheias de damascos vistosos, de sedas opulentas, de veludos caros, de milhares de tapeçarias luxuosissimas, que vinham do legendario Oriente, e predios tão altos, e de tantos inquilinos que os moradores não se conheciam, nem de vista, uns aos outros.

Este promenor sobre que insiste o jesuita Sande, parece-nos provar muito mais contra a vista dos lisboetas d'então, do que a favor da numerosa população da Rua Nova.

Hoje que Lisboa é consideravelmente maior, que a população tem crescido immensamente, que a cidade que d'antes se encolhia entre Santa Catharina e o Castello, se estende até Alcantara e Santa Apolonia, quasi todos se conhecem de «cara e de nome» na phrase de Sande. Por isso só se pode tomar como uma censura aos olhos dos bons portuguezes de D. João III a observação do jesuita portuguez.

Seguindo-o no seu passeio por Lisboa encontramos ao lado da Rua Nova a rua Aurea, a rua dos ourives por excellencia e que não fica atraz á rua das sedas e dos damascos em riquesa, em brilho e em magnificencia.

Depois segue-se a rua dos Cinzeladores, a rua da Prata, a do linho, a da lã, a rua dos Confeiteiros, povoada de manipuladores do finissimo assucar que nos enviavam frequentemente o Brazil, S. Thomé, as Canarias, a Madeira, e com que elles fabricavam doces magnificos, manjares saborosissimos, que eram não só o encanto do paladar portuguez, mas que espalhando-se tambem por toda a Europa gulosa, ia regalar os estomagos do velho continente.

Atravessando estas ruas e as immensas viellas que as circundavam, chegava-se ao Rocio onde ás terças feiras se fazia a grande feira da ladra, que actualmente se faz no Campo de Sant'Anna, sempre no mesmo dia. Seguindo do Rocio pelo lado oriental, subindo uma das encostas, encontrava-se o mosteiro de Sant'Anna das religiosas terceiras de S. Francisco, fundado em 1561 pela rainha D. Catharina, viuva de D. João III; a *Carreira dos Cavallos* «ou corro em que os nobres fidalgos de Lisboa costumam exercitar-se todos os dias santos em corridas de cavallos. É espantosa a multidão assim de cavalleiros que ali vão correr o pareo, como de espectadores e incrivel a competencia entre uns e outros sobre quem levará a palma. Veiu-nos este uso da expedição e conquista d'Africa de que Lisboa é a principal alimentadora. Pois sendo o uso dos cavallos muito grande, os lisbonenses que frequentamente passam á Africa por causa das guerras continuas com os mouros, costumam exercitar-se muitissimo em correr carreiras de cavallos. E para mais ageis se tornarem n'esta arte, algumas vezes faz um de mouro, outro de christão, pelejando este contra aquelle e ganhando cada cavalleiro e o seu cavallo maior destresa para os verdadeiros combates, por meio de mutuas investidas, retiradas, volteios e outros manejos da arte de picaria.»

O sitio d'essas corridas conserva ainda hoje o nome que tinha n'esse tempo: é a espaçosa rua que vae do Campo de Sant'Anna a Arroyos; mas as corridas desappareceram de lá como desappareceram dos nossos costumes, o que prova exhuberantemente o Hyprodomo do Bom-Successo.

Passando aos pontos mais elevados deparava-se o grande curral,—o matadouro que serviu até 1863 em que se inaugurou o novo matadouro da Cruz do Taboado—em que se recolhia o gado que vinha a Lisboa para se matar.

Era numerosissimo esse gado e basta notar

que só carneiros, se degolavam por dia cinco mil.

N'este sitio havia um espectaculo cruel, sangrento, extravagante que attrahia sempre grande concorrencia e que era uma especie de tourada.

Os touros bravissimos que vinham das lezirias para alimentação da cidade, eram agarrados pelas orelhas por cães fortes e amestrados, para se prestarem á matança. Esta lucta era interessante e por vezes cheia de episodios.

Os cães lançavam-se ás orelhas dos touros, e em quanto as feras estavam assim subjugadas, os carniceiros matavam-nas: outras vezes porem, os touros não se deixavam dominar pelos cães e atirando-os ao ar luctavam então encarniçadamente com elles, deixando-os não poucas vezes mortos na arena, a escorrer em sangue.

Ao contrario porem das corridas de cavallos, cujo gosto se foi apagando, pouco a pouco no espirito portuguez, até se extinguir completamente no nosso tempo, o amor por estas luctas sangrentas dos touros e dos cães, foi-se anninhando cada vez mais no coração do indigena, e apurando-se de dia a dia em requintes barbaros, produziu, mais tarde, as touradas em que os cães eram substituidos, com grande applauso, pelos homens, divertimento estupido e selvagem, que no tempo de D. Miguel chegou ao seu apogeu e que ainda hoje constitue um dos espectaculos mais favoritos e concorridos de Lisboa.

Subindo a encosta achava-se no cume a ermida da Senhora do Monte feita em 1243. Aos pés da ermida estendia-se pela ribanceira até á raiz do cabeço, as Olarias numerosas e tão celebres que morreram deixando ao sitio o nome, que ainda hoje usa, como uma viuva conserva eternamente o nome do marido defunto.

Ao lado do Monte erguia-se a Graça e ao lado da Graça o Castello. No principio da encosta em cujo cume se ostentava a fortaleza encarregada de guardar Lisboa, existia o collegio de Santo Antão, o segundo collegio que os jesuitas tinham na Europa e primeiro que tiveram em Portugal.

No fim do seculo XVI porem, em 1594, quando a dominação hespanhola viera já castigar duramente Portugal dos seus desvarios e das suas imbecilidades, os jesuitas fundaram outro collegio sobre a mesma invocação no sitio onde depois se estabeleceu o hospital de S. José, e cederam, então, o seu primeiro collegio aos eremitas de Santo Agostinho que o denominaram—Santo Antão o velho, e que, pelo andar dos tempos, passando de polo a polo, do sagrado ao profano, se transformou de convento em caserna, de hospicio de monges em hospedaria de militares, para o que serve actualmente com o nome de *Colleginho*.

Depois de termos corrido rapidamente a Lisboa oriental acompanhados pelo padre Sande, e não nos detendo a examinar os paços da camara que ficavam por detraz da egreja de Santo Antonio da Sé, junto da cathedral, nem a cadeia e a casa da Supplicação, existentes nos antigos Paços da Moeda, vamos deitar uma vista d'olhos para a Lisboa occidental.

Fóra das portas da cidade para o Oriente, as portas de Santa Catharina, havia dois conventos notaveis, o da Esperança e o de S. Bento, e entrando em Lisboa por essas portas encontravam-se os conventos da Trindade e do Carmo e mais acima a casa professa dos jesuitas de S. Roque.

Era verdadeiramente notavel a quantidade de estabelecimentos de beneficencia que a cidade tinha no meiado do seculo XVI.

Nenhuma cidade do mundo tinha mais bem organisado o serviço da caridade do que Lisboa.

Alem dos conventos que recolhiam caridosamente invalidos e enfermos, havia o magnifico hospital de Todos os Santos, que tinha cinco enfermarias e noventa e oito leitos e ao mesmo tempo um local separado, para pousada de peregrinos nacionaes e estrangeiros, local que tinha o mesmo numero de camas, que as cinco grandes enfermarias; o hospital de Nossa Senhora das Virtudes, destinado, por singular ironia, aos incuraveis; hospital de Sant'Anna, vergonhosamente celebre em Portugal—o hospital onde morreu Camões—o dos *Palmeiros*, o dos *Pescadores chincheiros*, o dos *Pescadores linheiros*, o hospital de S. Lazaro destinado aos leprosos, o hospicio dos soldados invalidos fundado pelo infante D. Luiz junto do mosteiro de Santa Maria de Belem, a casa da Misericordia, cuja egreja era a actual Conceição Velha, e uma casa de beneficencia baptisada com o extravagante titulo de *Cata que farás*.

A necessidade d'estes numerosos estabelecimentos está justificada pela seguinte lista dos

homens de officio então existentes em Lisboa, estatistica que nos mostra claramente o luxo que havia nas altas camadas da sociedade portugueza d'então, luxo que tinha por fatal reverso a miseria implacavel e immensa.

Eis a estatistica, tirada da de Christovão Rodrigues d'Oliveira:

Medicos	57
Cirurgiões	70
Boticarios	46
Mestres de grammatica	7
Mestres de leitura	34
Escolas publicas d'orgão	13
Escolas publicas de dança	14
Aulas publicas d'esgrima	4
Banqueiros	6
Negociantes de sedas por atacado	28
Negociantes por atacado que se associam para fazerem compras	30
Negociantes de panno com loja aberta	90
Negociantes d'objectos varios	458
Negociantes a retalho	620
Tocadores d'instrumentos de tecla	20
Cantores	150
Charamelleiros	20
Trombeteiros	12
Timbaleiros	8
Pintores	76
Desenhadores	47
Cortographos fazendo cartas maritimas	10
Lapidarios	32
Ourives	430
Imprensas	5
Livreiros	54
Bordadores	10
Retrozeiros	133
Alfayates	150
Barreteiros vendendo só barretes	15
Idem vendendo capuzes	14
Adellos	119
Idem com a especialidade de gibões	24
Colxoeiros	27
Cabelleireiros	6
Fabricantes de botões	20
Cardadores	16
Chapelleiros	206
Tintureiros	39
Armeiros	14
Cutileiros	30
Douradores	39
Barbeiros	150
Taverneiros	200
Sapateiros	119
Negociantes d'espelhos	3
Negociantes de cristaes	4
Occulistas	4
Carpinteiros e marceneiros	492
Carpinteiros da Ribeira	200
Calafates	114
Pilotos	177
Escreventes publicos	12
Perfumadores de luvas	8
Fabricantes de cosmeticos	12
Mestras de leitura	2
Homens que tinham por officio unico procurar nas margens do Tejo o ouro que então ali se encontrava	12

Parando aqui na estatistica que já nos dá um triste symptoma de dissolução moral, com a sua energica eloquencia de cifras—2 mestras de leitura e 8 perfumadores de luvas, 7 mestres de grammatica e 39 douradores, 34 mestres de leitura e 430 ourives e 200 taverneiros! expliquemos o que era essa ultima profissão—a de procurar oiro nas margens do Tejo, profissão muito antiga já n'essa época e a que se referira em tempos remotos o geographo arabe Edresi.

Essa profissão consistia em procurar *pepites* d'oiro nas areias da praia, profissão rendosa, porque a abundancia das palhetas d'oiro que o Tejo trazia nas suas aguas, era tal, que ainda no principio d'esse seculo, segundo Marineo Siculo, se fez com ellas um sceptro e uma corôa para D. Manuel.

A este quadro de officios, que dá uma idéa geral do luxo e da dissolução, que n'essa época se tinham entranhado já em Portugal, luxo e dissolução que dentro em pouco devia trazer a sua ruina, juntemos outro quadro tristissimo—o do estado da fazenda publica—e estudando assim rapidamente a situação financeira e moral do paiz, nos ultimos annos do reinado desastroso de D. João III, prefaciaremos no nosso livro a decadencia do poderoso reino lusitano, com os mesmos elementos que a prefaciaram na historia.

* * *

O rendimento de Lisboa em 1552, cinco annos apenas antes de subir ao throno D. Sebastião era de cento e vinte quatro contos; a receita geral do Estado elevava-se a cêrca d'um milhão de cruzados.

Esta opulencia porem tinha um triste reverso —as dividas contrahidas pelo rei *Piedoso* e que subiam a oitocentos e oito contos e seiscentos mil réis.

Os juros que se pagavam d'esta quantia eram mais de cento e cincoenta contos annuaes, e peiorando ameaçadoramente, a divida portugueza d'ali a nove annos era já d'um milhão novecentos quarenta seis mil novecentos e vinte cruzados.

Na *Historia de Portugal* do sr. Pinheiro Chagas, acha-se resumido d'um documento curioso, *Folha do que rende o reino e despezas d'elle n'este anno presente de* 1557, o estado da fazenda publica exactamente ao expirar do reinado de D. João III.

Em 1557 os rendimentos ordinarios do reino continental subiam a trezentos e tres contos, quinhentos e vinte mil réis, rendiam as ilhas adjacentes vinte e tres contos e cem mil réis, sendo de treze contos o rendimento dos Açores e de dez contos e cem mil réis o da Madeira.

Vinha pois a ser o rendimento total:

Receita ordinaria	326:620$000

Esta receita dividia-se do seguinte modo:

Entre-Douro e Minho com as alfandegas todas	23:001$600
Traz-os-Montes	17:035$600
Beira com os portos	27:356$600
Extremadura	46:103$500
Lisboa	98:328$000

Esta somma relativamente exorbitante, paga pela capital, dividia-se do seguinte modo:

Alfandega	50:500$000
Direitos e casas da cidade	47:628$000

D'estes direitos ainda pertenciam á

Casa dos cinco	2:525$000
Fóros	8:040$000
Chancellaria da côrte	4:000$000

Entre-Tejo e Guadiana com os porcos e montado de Campo d'Ourique	58:691$000
Algarve	17:476$000

N'este ultimo rendimento comprehendia-se o seguinte:

Pescaria do atum	6:060$000

Eis o orçamento da receita. Vejâmos agora o da despeza:

Despezas ordinarias	12:528$000
Assentamentos e tenças registradas no livro grande da fazenda	34:738$000
Tenças de juros, em vidas, vendidas *a retro*, separadas e obrigatorias, com assentamento no livro dos juros velho	11:352$800
Juros vendidos	11:352$800
Tenças dos criados do infante D. Luiz assentadas no livro da fazenda	2:490$000
Um por cento	3:266$200

Estas eram as despezas assentadas nos livros de fazenda. Vejamos agora quaes as que corriam por conta da thesouraria-mór.

Para a rainha	8:926$000
Para a guarda dos ginetes	6:050$000
Para os moços da estribeira	300$000
Ordenados assentes no livro das ordinarias	831$000
Tenças no livro grande da fazenda	3:674$000
Tenças dos criados do infante D. Luiz a cargo da thesouraria-mór	1:145$000

A administração da justiça custava.	5:422$000

A saber:

Para o regedor e quarenta e cinco desembargadores, incluindo os do paço e os da fazenda......	3:777$800
Para o governador do civil e vinte e quatro desembargadores com seis alcaides da cidade, com homens e outros officiaes de justiça......................	1:664$200

Para cartas e provisões geraes, assentadas no seu livro de despeza, e pagas pelo thesoureiro-mór.......................	14:690$200
Despezas extraordinarias.......	24:000$000
Despezas varias	35:000$000
Casa de Ceuta, Moradias, Thesoureiro da casa, e Casa da India.	125:000$000

As despezas ordinarias eram estas; mas as grandes despezas, aquellas que abriam um rombo insanavel nas finanças do reino eram, as enormes despezas dos armamentos para Africa, America e Asia, as das negociações com a côrte romana, e os gastos fabulosos feitos com os dotes dos casamentos das princezas e principes. Só o casamento da irmã de D. João III importou para o paiz na quantia de 120 contos.

D. João III importava-se pouco com isso: tinha o seu systema financeiro, um systema imbecil e ruinoso como todo o seu reinado e quando via escancarar-se cada vez mais o abysmo que estes loucos desperdicios cavavam no orçamento, recorria então aos emprestimos de Flandres, feitos com juros fabulosos que vinham pezar perigosamente sobre os encargos do thesouro.

Um dia porem, o desastrado rei assustou-se com essa enorme voragem, que ameaçava engulir o paiz.

Então quiz remediar o mal e mandou desfazer a feitoria de Flandres e pagar as dividas em aberto.

Era já tarde porem, e d'ali pouco o rei viu-se obrigado a negociar novo emprestimo, para se desembaraçar das suas onerosas dividas e a confessar publicamente, que ellas excediam a mil e duzentos contos, cabedal immenso n'aquelle seculo, cujos juros levavam quasi metade da receita ordinaria e geral do paiz.

O rei era estupidamente liberal em materia de dinheiro: prodigalisava cegamente mercês monetarias; até 1544 as despezas extraordinarias auctorisadas por elle, subiam a 2:044 contos!

As côrtes de Torres Novas quizeram valer ao desequilibrio medonho que havia entre a receita e a despeza e votaram um serviço de sessenta contos: as côrtes de Evora, no mesmo intuito, votaram outro de quarenta contos, mas tudo isso equivalia a uma gota d'agua no oceano.

As prodigalidades do rei vinham pezar dolorosamente sobre o povo: mas todos os sacrificios d'estes eram inuteis para cobrirem o immenso desfalque, feito no orçamento, pelas mãos largas de D. João III que atirava pelas janellas fóra as riquezas do paiz.

O thesouro estava cada vez mais pobre. Só em trinta annos perderam-se cento e duas naus que valiam aproximadamente 750 mil cruzados: as armadas da India custaram alem do custeamento ordinario, mais de duzentos e quarenta contos: o soccorro de Saphim e o provimento d'Azamor e do cabo de Gué importaram em quarenta contos.

Alem d'estas despezas feitas com as conquistas e façanhas do Oriente, cujo brilho fizeram no primeiro momento esquecer todos os sacrificios pecuniarios, pezaram no orçamento despezas colossaes feitas com o fausto da realeza: os casamentos dos infantes levaram, como já dissemos, sommas consideraveis: a partida da viuva de D. Manuel para Castella, importou a Portugal em cincoenta mil cruzados.

Entretanto o Brazil em vez de nos dar os lucros fabulosos, que se esperavam, absorveu em despezas de colonisação e de defesa, oitenta mil cruzados em menos de vinte annos.

E como se isto não bastasse, a fome entrou triumphante no reino, enchotando para a capital as povoações dos campos, que, vendo escacear por toda a parte as colheitas, achando-se sem recursos, corriam a Lisboa a fugirem da miseria e a serem mortos por ella, pelas estradas juncadas de cadaveres d'esses peregrinos da fome.

Atraz da fome vieram as epidemias. A fatalidade parecia comprazer-se em esmagar com todo

o seu peso este paiz, que tão glorioso e opulento fôra e que tinha já na historia marcada, implacavelmente, a hora da sua decadencia.

A peste e a fome devoraram os ultimos recursos do thesouro.

O governo viu-se forçado a mandar vir de Dantzick, de Flandres e de França trigo e cereaes necessarios, para que o paiz todo não morresse de miseria.

E os portuguezes ante esses flagellos terriveis, conservaram-se prostados e abatidos.

O Oriente ensinara-lhes a ver no trabalho a servidão, e lançaram-se no relaxamento e na indolencia, preferindo esmolar a trabalhar.

A mendicidade arvorou-se em profissão; e as portas dos palacios e as portarias dos conventos estavam sempre cheias d'uma turba faminta, que como os antigos romanos, considerava o obulo como um tributo.

E ao lado dos indigentes nacionaes, crescia cada vez mais a multidão de escravos, que da Negricia, da Mauritania, da India e do Brazil, vinham enxamear as praças da capital.

N'um documento curioso do tempo, as cartas de Nicolau Cleynarts publicadas no livro *Relações antigas da Belgica e de Portugal*, pelo barão de Ruffenberg, encontra-se a descripção dos costumes de Lisboa n'esse tempo.

«Os captivos, diz Cleynarts, pullulam por todos os lados. O serviço é todo feito por negros e mouros. Ha em Lisboa tal abundancia d'esta mercadoria, que se julga que excede em quantidade aos portuguezes livres. Difficilmente se encontrará uma casa sem criada d'esta qualidade. Ella é quem vae comprar, quem lava a roupa, limpa os aposentos, acarreta a agua e faz os despejos; em uma palavra, é escrava e só na figura se distingue d'uma besta de carga. Ha pessoas que não colhem pequeno lucro da venda dos captivos moços, criando-os como pombos para os levar ao mercado... Para dizer as coisas d'uma vez, em toda a Hespanha Venus parece-me que merece o nome de Publica, do mesmo modo que na antiga Thebas, e principalmente em Portugal, onde se reputa como raridade vêr um mancebo contrahir ligação legitima.»

Mais adiante fallando dos estrangeiros diz:

«Apenas iniciados nos usos do paiz, comportam-se como fidalgos. Julgar-se-iam deshonrados se trouxessem carne, ou procurassem d'algum modo emprego para as mãos. Podeis perceber por isto como os nossos costumes differem dos que estou notando, e que os portuguezes mesmo não duvidam reprovar. Mas é tão forte aqui o amor do ocio que as pessoas mais graves, com vontade ou sem ella, são obrigadas a servirem-se com escravos, supportando com prudencia o que não podem evitar.

. . . .

«Se a agricultura algumas vezes foi desprezada é decerto nos logares que habito. O que em toda a parte se reputa o nervo principal das nações, aqui olha-se como insignificante ou inutil. De mais, a quem asseverar que os portuguezes não vivem adormecidos d'alma e corpo na indolencia, poderei eu assegurar que n'esse caso não ha povo que mereça a accusação d'inerte. Fallo de nós sobretudo, que morâmos alem do Tejo e mais de perto respirâmos o ar da Africa.

«Se grande numero de estrangeiros e de belgas não exercessem as artes mecanicas, julgo sinceramente que não haveria sapateiros nem barbeiros.

. . . .

«Se quizesse condescender com os usos do paiz, sustentaria uma mula e quatro lacaios. Mas como seria? Jejuando em casa emquanto brilhava fóra, devendo com magua mais do que poderia pagar. Isto bastaria para fazer de mim um perfeito cortezão.

. . . .

«Ha muitos que não são mais ricos do que eu, e que andam acompanhados d'oito creados, que sustentam, não direi com abundancia, mas com fome e por outros meios que sou demasiado estupido para aprender em dias da minha vida. No fim não é custoso recrutar uma turba inutil de servidores; porque esta gente tudo prefere á fadiga de exercer uma profissão. Mas de que serve tamanho sequito? Eu explico. Se os velhacos são d'uma preguiça formal, qualquer d'elles emprega-se em fingir que faz alguma coisa. Dois caminham adiante, o terceiro traz o chapeo, o quarto o capote, se por acaso chove o quinto pega na redéa da cavalgadura, o sexto apodera-se dos sapatos de seda, o septimo d'uma escova, o oitavo mune-se d'um panno de linho para limpar o suor do cavallo emquanto o amo

ouve missa, ou conversa com um amigo. O nono offerecer-vos-ha um pente para alisar os cabellos, se precisardes de cumprimentar alguma pessoa importante. Nada affirmo que não visse por meus proprios olhos. Com semelhantes costumes cuidaes que alguem, filho de paes livres, se resolva a dedicar-se a qualquer trabalho? Ainda que eu me decidisse a gastar metade do meu rendimento, não encontrava uma criada livre, nem um criado que verdadeiramente o quizesse ser.»

Este quadro humoristico mostra melhor do que todas as declamações rhetoricas a época de profunda decadencia em que Portugal, o forte Portugal de ha poucos annos, entrára.

Do Oriente choviam sobre o reino lusitano riquezas collossaes, e a toda a hora entravam em Lisboa, pedras preciosas, numerosos dentes d'elephantes, perolas raras, especiarias valiosissimas, algodão, almiscar, ruibarbo: a Madeira mandava-nos vinhos que eram ambrosia, o Brazil e S. Thomé enviava-nos assucar delicioso, e Lisboa o que fazia de todas essas riquezas? Fazia um simples commercio de permutação de generos com o resto da Europa, limitava-se a passar da sua mão ás mãos dos visinhos os objectos preciosos que vinham das nossas conquistas, que tanto sangue e tanto ouro nos custaram, sem que a industria, a arte, o trabalho os utilisassem com mais proveito.

A inercia matava-nos completamente. Os requintes de luxo, que arruinando umas classes da sociedade, teriam enriquecido as classes laboriosas, que manufacturassem esses primores, iam, mas era enriquecer o commercio, a industria e a arte estrangeira, que trabalhavam as materias primas que do Oriente nos sahiam da mão intactas e immaculadas pela preguiça e pela indolencia.

A Europa era o grande atelier, Lisboa era simplesmente a fornecedora imbecil e a consumidora prodiga, e d'esta arte, a pobresa e a miseria entravam-nos pelas fronteiras, embrulhadas nos objectos luxuosos, e mesmo nos de primeira necessidade, que o paiz sabia gastar, mas era incapaz de manufacturar.

A agricultura fazia o mesmo que a industria, dormia profundamente o somno da ociosidade. Os campos estavam cobertos de matto inutil. A charrua jazia inerte e abandonada por todos como um cadaver podre. O povo estendia á caridade dos conventos a mão que não queria trabalhar.

A preguiça abria a porta á fome, e ella a terrivel hospeda, entrava triumphante n'esta terra desgraçada, que ia ser absorvida pela poderosa Hespanha.

E aqui temos o que era Portugal ao expirar D. João III. O thesouro exhausto, a fome devastadora, a occiosidade desmoralisando o povo, o luxo enervando a fidalguia, o commercio improductivo, o fanatismo orgulhoso e terrivel erguendo o seu palacio sinistro—a Inquisição—no coração da cidade, todos os elementos fataes de decadencia conspirando para a queda do reino, que ia ser entregue nas mãos debeis d'uma creança desvairada pelo fanatismo, e allucinada pela gloria, que devia encontrar a morte onde esperava achar a apotheose, o tumulo onde ia buscar o monumento.

*
* *

Para terminarmos este esboço já demorado de Lisboa nos fins do seculo XVI, e para accentuarmos mais a physionomia da cidade e portanto o scenario onde se vae passar o drama triste que vamos narrar, concluiremos este capitulo-prefacio com a transcripção dos trechos mais curiosos da relação da viagem que a Lisboa fizeram em 1580 dois embaixadores da republica de Venesa; documento inedito, de que o grande historiador, Alexandre Herculano, deu á publicidade alguns extractos, e que Ferdinand Denis entendeu dever traduzir na sua *Historia de Portugal*.

«Posto que Lisboa, dizem os dois Venesianos, seja tamanha e tão nobre povoação, não tem palacio algum de burguez ou de fidalgo que mereça consideração quanto á materia, e quanto á architectura: apenas são edificios muito grandes. Ornam-n'os porém de tal modo que em verdade ficam magnificos. Costumam forrar os aposentos de rasos [1] de damascos, e de finissimos razes, no inverno; e no verão de coiros doirados mui ricos, que se fabricam n'aquella cidade.

[1] *Raso*, panno de lã sem felpa.

«As ruas, bem que largas, são muito incommodas, por subidas e descidas continuas a que obriga a desegualdade do terreno... Por isso usam os moradores andarem a cavallo, do que procede vêrem-se n'aquella cidade bellissimos ginetes, que os Portuguezes compram por todo o dinheiro, attendendo á grande estimação em que os teem. Não usam de coches, e quatro ou seis que ahi havia eram de Castelhanos que seguiam a côrte. Quanto as ruas em geral são más e incommodas para andar, assim a pé como em coche, tanto é facil, deleitosa e bella a rua Nova pelo seu comprimento e larguesa, mas sobretudo por ser ornada d'uma infinidade de lojas, cheias de diversas mercadorias para o uso da nobre e real povoação.—Entre ellas ha quatro ou seis que vendem objectos trazidos da India, como porcelanas finissimas de varios feitios, conchas, côcos lavrados de diversos modos, caixinhas guarnecidas de madre-perola, e outras obras similhantes, que d'antes se compravam por moderado preço, mas que ultimamente eram carissimas, por trez respeitos: o da peste que havia assolado a cidade; o do sacco dado pelos Castelhanos quando entraram em Lisboa, bem que el-rei houvesse ordenado ao duque d'Alva tal não consentisse aos soldados, e ultimamente pela rasão de não terem vindo armadas da India durante dois annos. Na mesma rua Nova ha muitas lojas de livros com infinito numero d'elles em portuguez, castelhano, latim e italiano. Todos são muito caros, e por isso os estudantes, por serem pobres, costumam mais *alugal-os* (como ahi dizem) a tanto por dia, do que compral-os. Não deve esquecer aqui que na praça chamada do Pelourinho-Velho estão de continuo assentados muitos homens com mesas ante si, os quaes se podem chamar notarios ou copistas sem caracter d'officiaes publicos, e que n'este exercicio ganham a sua subsistencia. Sabida que é a idéa de qualquer freguez que se chega a elles, immediatamente redigem o que se pretende, de modo que ora compõem cartas d'amores de que se faz grande gasto, ora elogios, orações, versos, sermões, epicedios, ou outro qualquer papel, em estylo chão ou pomposo. Junto da rua Nova ha muitas outras ruas, cada uma das quaes tem suas lojas d'uma só especie de mercadorias. Na dos ourives do oiro havia muitas mal abastecidas de pedras preciosas, de perolas, d'ambar e de almiscar em consequencia da tardança da frota. A prata em Lisboa é lavrada com delicadesa e variedade, por ser costume, assim entre nobres como entre plebeus, usarem de pratos e bacias de prata. Ha egualmente ahi lojas cheias de doces e fructas seccas e cobertas primorosamente preparadas, de que se faz grande trafico, mandando-as para diversas partes do mundo. Vende-se tambem, em uma unica rua, grande quantidade de tellas de toda a sorte, portuguezas, flamengas e italianas; das primeiras são na realidade bellas algumas que chamam *casiquino*, mui finas e alvas, e alguns lenços á mourisca, que são baratos e lindos. N'outra parte, em certa viella, trabalham delicadamente no torno, em que fazem guarda-sóes de barba de baleia, obra acabada, e côcos lavrados a modo de taças, com embutidos de madeira do Brasil. Vasos d'estanho e mais objectos d'este metal se fabricam abundantemente n'outra rua, e se carregam para a India, onde dão grande lucro.

....

«Os homens da cidade de Lisboa e de todo o Portugal são de mediana estatura, mais baixos que altos, magros, de côr ferrenha, cabellos e barbas pretos, olhos negrissimos, e muito similhantes no exterior aos gregos. O seu trajo, antes da morte do cardeal-rei, era mui mesquinho, em consequencia da pragmatica, que não consentia usassem vestidos de seda; pelo que trajavam um sáio de baeta preta, calções de panno escossez, borzeguins de marroquim, chapéo de feltro e capa comprida da mesma baeta. Com a chegada d'el-rei Catholico alteraram o seu antigo trajo, porque, posto que conservaram a capa de baeta, começaram a usar do gibão de raso, bragas e calções de veludo e meias de seda, coisa que nunca tinham calçado, bem como escarpins, dos quaes não era possivel achar um só par antes da entrada d'el-rei, porque todos, sem excepção, calçavam borzeguins. São os Portuguezes mais ambiciosos de louvores que outra qualquer nação do mundo, affirmando que as suas façanhas são milagrosas. Celebram Lisboa com tal cópia de palavras que a fazem egual ás principaes cidades do mundo, e por isso costumam dizer: «Quem não vê Lisboa, não vê coisa

boa.» A gente miuda gosta que lhe dêem o tratamento de *senhor*, manha esta commum a toda a Hespanha. Vivem parcamente, porque a plebe pela maior parte é pobre, e os cavalleiros que se teem em conta de ricos fundam a opinião da sua riquesa em possuirem uma ou duas aldeias, com trinta ou quarenta visinhos cada uma, no meio de campinas estereis, com vinte ou trinta folhas cultivadas, e tudo o mais inculto, aspero e coberto de pedras, com alguns casebres mesquinhos e mal concertados, como eu o experimentei durante muitas semanas d'aquella viagem.

«Poucas pessoas se dão ahi ás lettras; mas applicam-se muitas ao commercio, genero de vida aborrecido dos nobres, que nem podem ouvir fallar em tal, tendo por gente villissima os mercadores. Exercitam-se apparentemente nas armas e algum tanto em cavalgar, contentando-se com ter leves principios d'estas duas profissões, sem quererem supportar mui diuturno ensino.

«As mulheres portuguezas são singulares na formusura e proporcionadas no corpo; a côr natural dos seus cabellos é a preta, mas algumas tingem-n'os de côr loira: o seu gesto delicado, os lineamentos graciosos, os olhos pretos e scintillantes, o que lhes accrescenta a bellesa, e podêmos affirmar com verdade que em toda a viagem da Peninsula as mulheres que nos pareceram mais formosas foram as de Lisboa; posto que as Castelhanas e outras hespanholas arrebiquem o rosto de branco e encarnado, para tornarem a pelle, mais branca e rosada, persuadidas de que todas as trigueiras são feias. O trajo feminino em Lisboa é o commum de toda a Hespanha; isto é o manto grande, lã ou de seda, segundo a qualidade da pessoa. Com elle cobrem o rosto e o corpo inteiro, e vão aonde querem, tão disfarçadas, que nem os proprios maridos as conhecem, vantagem esta que lhes dá maior liberdade do que convem a mulheres bem nascidas e bem morigeradas. As damas nobres costumam ser acompanhadas, pela cidade, de criados bem vestidos que lhes precedem com passos lentos e socegados, e de donas que as seguem com grandissima gravidade e não tendo por signal de boa reputação o serem acompanhadas de donzellas.

«O povo miudo vive pobremente, sendo a sua comida diaria sardinhas cosidas, salpicadas, que se vendem com grande abundancia por toda a cidade. Raras vezes compram carne, porque o alimento mais barato é esta casta de peixe, que se pesca em notavel cópia fóra da barra, como se pesca muito outro de todas as qualidades e muito grande; mas em geral menos gostoso do que o das aguas de Venesa, e tão caro que faz espanto aos estrangeiros e custa muito aos naturaes, que passam mal pelo preço excessivo de tudo o que serve para o sustento. Comem os pobres uma especie de pão nada bom, que todavia é barato, feito de trigo do paiz, todo cheio de terra, porque não costumam joeiral-o, mas mandal-o moer aos seus moinhos de vento, tão sujo como o levantaram da eira. O pão bom e alvo faz-se de trigo de fóra, que trazem de França, Flandres e Allemanha os navios d'estas nações que veem a Lisboa buscar sal e especiarias. Este, na verdade, não é joeirado, mas as mulheres pobres o escolhem, assentadas á porta da rua, com paciencia fleugmatica mais propria d'Allemãs do que de Portuguezas. Estas mulheres teem licença para fabricar o pão, e vendel-o pela cidade onde e como lhes apraz. O trigo vale a 280 réis o alqueire. Nutre-se tambem a gente pobre de fructa, que abunda muito é baratissima.

«O vinho commum é pouco bom, por não dizer máo, por que não querem ter o incommodo de o fazerem bom. Vale geralmente a 24 réis a canada. Os vinhos finos são excessivamente caros; os srs. embaixadores tiveram de pagar o branco para o consumo ordinario da sua mesa a sessenta escudos a pipa...

«Quanto ás vitualhas não é em Lisboa que se hão de buscar coisas muito exquisitas. Até a vitella é rara, porque não costumam matar estes animaes, guardando-os para crescerem e servirem nos trabalhos do campo, ou d'abastecimento da cidade, sendo, alem d'isso, ahi a comida ordinaria o capado, que é excellente.

. . . .

«No tempo d'el rei D. Sebastião as rendas reaes consistiam nos direitos das alfandegas de Lisboa e de todo o reino, assim seccas como molhadas. D'umas coisas pagava-se o quinto, d'outras a decima, e do peixe em muitas partes mais de metade. Havia tambem rendas em cereaes, vinho e outros generos; as rendas dos mestrados, a que pertenciam as ilhas de S. Thomé, Terceira, Cabo-

Verde, Madeira, e Principe; as da Mina, que pertenciam á ordem de Christo.

«As especiarias e outras fazendas que vinham annualmente da India e do Brasil produziam tambem um avultado rendimento.

«Apesar, porém d'este ser tamanho, nada vinha a entrar no thesoiro; porque tudo se despendia em armadas e mais coisas necessarias para a conservação d'aquelles Estados, e afóra isso se distribuia em salarios d'officiaes e ministros da justiça no continente; em mercês vitalicias, que chamam tenças, aos benemeritos da corôa, aos fidalgos e mais pessoas que serviam assim no reino como na Africa e India; em juros perpetuos, que os reis vendiam, estabelecidos nos direitos reaes; em despesas com a gente e petrechos necessarios para a defensão das praças d'Africa; em cinco galés constantemente armadas, e no armar dos navios redondos, que todos os annos sahiam juntos, assim para comboiar as frotas que iam e vinham dos portos com que Portugal negociava, como para mandar ao Brazil, a Guiné, á Mina, a S. Thomé; e finalmento em moradias, gastos da côrte e casa real, paga de criados, esmolas, presentes, embaixadas, dotes ás filhas dos criados, e conservação das fortalezas de Lisboa e do reino.» [1]

CAPITULO II

O nascimento do rei desejado

Nenhum rei de Portugal foi recebido, ao entrar no mundo, com o alvoroço e alegria com que o foi D. Sebastião.

Sobre o seu berço choveram as bençãos de todo o paiz; o seu nascimento foi uma festa nacional.

Era que se aquelle berço ficasse vazio, a corôa de Portugal iria cahir por morte de D. João III na cabeça do infeliz principe D. Carlos de Hespanha; era que a falta de perspicacia e de prudencia do rei Piedoso, deixára inserir no contracto do casamento da princesa D. Maria com o principe Filippe de Castella, um principe que Portugal teve tempo de conhecer bem, uma clausula que era a ruina da nossa independencia, uma clausula que dava aos filhos d'essa princesa a successão da corôa portugueza na falta de descendencia do monarcha reinante: era que sem essa creança que abria os olhos á luz do dia em 20 de janeiro de 1554, D. João III morreria sem herdeiros, e Portugal passaria ao dominio da Hespanha.

Havia portanto um forte sentimento de nacionalidade e de independencia na anciedade com que todo o Portugal esperava o nascimento do principe, que era a unica garantia da sua autonomia. E essa anciedade deu ao neto de D. João III, quando rei, o cognome de *Desejado*.

A morte pairára sempre ameaçadora sobre a côrte do rei Piedoso. De dez filhos que teve nem um só lhe sobreviveu. D. Affonso, D. Izabel, D. Beatriz, D. Manuel, D. Filippe, D. Diniz e D. Antonio, morreram creanças.

Os seus dois outros filhos legitimos D. Maria e D. João, casaram com filhos de Carlos V—D. Maria com o sinistro D. Filippe; D. João com a formosa princeza D. Joanna.

D. Maria, morreu aos dezesete annos ao dar ao mundo uma creança, tristemente predestinada —o principe D. Carlos, cuja morte mysteriosa havia de ser mais tarde, uma das mais sangrentas manchas do reinado de seu pae, o terrivel Demonio do Meio Dia.

D. João morreu aos dezeseis annos deixando no ventre de sua viuva, aquelle que a fatalidade destinára para matar comsigo a independencia de Portugal nos campos de Alcacer-Kivir.

Fóra do casamento, D. João III teve um filho, que não foi mais feliz do que os filhos da rainha D. Catharina—D. Duarte, arcebispo de Braga que morreu com vinte e dois annos d'idade.

Ao ver a corôa sem herdeiro o paiz andava sobresaltado, inquieto.

O contracto de casamento da princesa D. Maria, apparecia então como uma tremenda ameaça.

O principe D. João era a unica esperança dos portuguezes. Era um rapaz sympathico e intelligente, o povo advinhava n'elle *o estofo* d'um bom rei e estimava-o profundamente, francamente.

Quasi chegado porem aos dezeseis annos o principe morreu. O unico herdeiro directo de D. João III sumira-se no tumulo; mas esse crepusculo da monarchia portugueza deixou ainda a

[1] *Archeologia Portugueza, Viagem de Tron e Lippomani, Panorama,* vol. 7.º pag. 82 e 98.

esperança d'uma aurora; a princesa D. Joanna estava para ser mãe.

Essa aurora foi D. Sebastião.

As dores da maternidade juntaram-se quasi na formosa princesa com as dores da viuvez.

Dezoito dias depois do principe D. João fallecer nascia seu filho.

Portugal tinha emfim um rei, a corôa lusitana tinha finalmente uma cabeça portugueza em que pousar.

* * *

Tres annos depois de D. Sebastião nascer, no dia 11 de junho de 1557, D. João III desappareceu da scena do mundo em que representou tão triste papel, e foi dormir o grande somno para o colossal mosteiro dos Jeronymos, acompanhado simplesmente pelas pompas officiaes que não pela dôr nacional, deixando apenas ao seu povo como que uma doce sensação d'alivio, ao seu successor um paiz arruinado, desmoralisado e decadente, á historia um nome odiado e repugnante.

Imprevidente durante toda a sua vida, morto pela apoplexia fulminante, D. João III nada estipulara com relação á regencia do reino.

Fallecido o rei, seu neto foi logo acclamado, mas restava saber, qual a mão que devia governar o paiz durante a menoridade do juvenil soberano.

Duas ambições rivaes namoravam ardentemente o poder.

As mãos fracas, timidas mas avidas do inquisidor, do cardeal-infante, estendiam-se cubiçosas para a regencia, impellidas pelos jesuitas que tinham no filho de D. Manuel um instrumento cego e docil, um automato estupido e servil.

D'outro lado a viuva do rei Piedoso, a irmã de Carlos V, D. Catharina d'Austria, politica habil e energica, que contava no reino grande partido, ambicionava tambem o poder, aspirava com justos titulos a dirigir os negocios durante a menoridade de D. Sebastião e a guiar seu juvenil neto com a sua larga experiencia politica, com a sua intelligencia clara e varonil.

N'esta primeira lucta travada quasi que sobre o berço do novo rei, a victoria coube a D. Catharina.

O chanceller-mór Gaspar de Carvalho, ardente partidario da rainha avó, saiu da difficuldade em que a imprevidencia e falta de disposições testamentarias de D. João III puzera o reino, por um ingenuo expediente, que mostra claramente como os portuguezes do tempo de D. João III eram bem mais faceis de contentar que os do tempo de D. Duarte.

O chanceller-mór lembrou-se, á ultima hora, d'uma verba, que o rei moribundo lhe dissera ter tenção de juntar ao seu testamento, e na qual nomeava D. Catharina, sua viuva, para reger o reino até seu neto completar os vinte annos.

A memoria do secretario Pedro d'Alcaçovas Carneiro, acordou então como que por encanto. Lembrou-se tambem, o bom do secretario, que elle proprio escrevera, dictando o rei, essa verba.

O conselho ficou muito contente com estes rasgos de memoria dos dois serviçaes do Paço, e fez d'elles lei, e este *truc* testamentario que faria hoje tremendo fiasco em qualquer theatro de boulevard, teve um exito magnifico em todo o Portugal do seculo XVI e a rainha D. Catharina foi proclamada regente do reino, com grande satisfação do paiz, que via afastar-se do poder o inquisidor-mór, que tinha entre os portuguezes as mais geraes e merecidas antipathias.

No meio de todos estes contentamentos quem não estava satisfeito era o cardeal-infante.

D. Catharina, com a sua finissima intelligencia, e como politica habilissima que era, apressou-se em contentar o inquisidor-mór, não por elle, que nenhuma importancia lhe ligava, mas pela Companhia de Jesus que estava atraz d'elle, e que ella reconhecia como uma inimiga poderosa e terrivel.

As recordações estavam em moda, e D. Catharina recorreu a ellas para tapar a bocca ao cardeal logrado. Lembrou-se, ella tambem, que o fallecido rei seu marido lhe pedira horas antes de morrer que tomasse o infante D. Henrique para seu conselheiro. E o cardeal lisongeado com a boa memoria da rainha avó, lisongeado depois com os quinze votos que ella lhe fez obter para papa no conclave que por morte de Paulo IV elegeu afinal Pio IV João de Medicis, acceitou contente o papel de comparsa na regencia de D. Catharina.

Mas se o espirito acanhado do cardeal infante e a sua vaidade imbecil se resignavam e satisfaziam com esse papel, outro tanto não succedia á Com-

Infancia de D. Sebastião

Typ. rua Nova do Almada, 36

Infancia de D. Sebastião

panhia de Jesus, que via, com receio, a princesa austriaca empolgar o poder e mantel-o com uma firmesa e um tacto administrativo que não se esperava de mãos feminis.

As adulações da rainha ao inquisidor-mór eram pois combatidas valentemente pelas intrigas e insinuações dos jesuitas, que pela bocca do seu notavel e fanatico apostolo, Leão Henrique, confessor do cardeal, o instigavam a não ceder na lucta e a tomar na gerencia do reino logar proeminente.

O cardeal levado por estas influencias poderosas, começou a trabalhar contra a sua collega na regencia e a procurar desacreditàl-a no animo do paiz.

Entretanto approximava-se o momento d'esta guerra surda sahir das trevas.

D. Sebastião ia fazer seis annos, era tempo de lhe escolher um preceptor.

Tanto os jesuitas como a rainha viam bem o pezo que essa escolha teria nos seus interesses futuros. A forte influencia que o preceptor havia de fatalmente exercer sobre o animo infantil da creança-rei, devia decidir mais tarde energicamente, definitivamente da victoria de qualquer dos partidos.

N'essa occasião então romperam-se abertamente as hostilidades.

D. Catharina que apesar de devota, reconhecia e receiava-se das ambições politicas da Companhia de Jesus, propunha para preceptor do seu neto um de dois homens notabilissimos pelo seu saber, pela sua honradez, fr. Luiz de Granada, celebre escriptor mystico; fr. Luiz de Montaya, um sabio distinctissimo.

Os jesuitas, pela bocca do cardeal-infante propozeram Luiz Gonçalves da Camara, uma creatura da Companhia de Jesus, devotada d'alma e de coração aos seus interesses e ás suas ambições.

A lucta foi renhida. Os jesuitas empregaram n'ella todos os seus recursos, toda a sua preponderancia, toda a sua astucia, e procuraram e acharam no confessor da rainha, o jesuita Miguel de Torres uma influencia possante, e no fim, não sem muito trabalho e muitos receios, viram vencer a sua candidatura.

A rainha que apesar de tudo era mulher e era religiosa, cedeu, e Luiz Gonçalves da Camara, desgraçadamente para o joven monarcha, e para Portugal, foi nomeado preceptor do rei.

Os jesuitas venceram assim o seu primeiro combate: a lucta estava travada, e apesar da difficuldade da victoria não lhe prognosticar novos e faceis triumphos, a sua importancia garantia-lhe a predominancia mais ou menos proxima na governação do reino.

Esse poderio porem, devia ser de curta duração e mais tarde veremos como os jesuitas trabalhando para os seus fins, apoderando-se do animo do monarcha, exaltando-lhe o fanatismo e o amor da guerra contra os infieis, exageraram inhabilmente os meios que os deviam conduzir a esses fins, exageração de que elles foram tambem e justamente victimas.

Enganaram-se na força do impulso, e quando repararararam que tinham ido longe de mais, era já tarde para fazer parar os impetos arrojados do monarcha, impetos que os haviam d'esmagar como haviam de esmagar tambem Portugal sob as patas vigorosas dos cavallos africanos.

* * *

A victoria alcançada na nomeação do preceptor do rei, longe de congraçar os jesuitas com a rainha avó, mais accendeu os odios que a Companhia de Jesus votava á princesa austriaca, e D. Catharina, apesar das sympathias que tinha no reino, apesar do apoio decidido que lhe dava a côrte de Hespanha, pagou bem caro, dentro em pouco, o momento de fraquesa em que, levada pelas suggestões do seu confessor, o jesuita Miguel de Torres, e accedendo ás supplicas da sua camareira-mór D. Joanna de Sá, abrindo o espirito de devota a voz do confessionario, e o espirito da mulher ás lisonjas servís da vaidade, deixou collocar junto do rei seu neto o jesuita Luiz Gonçalves.

A Companhia de Jesus depois d'essa primeira victoria ficou em guarda.

Vira que a lucta fora renhida: que tivera de empregar todas as suas armas contra aquella rude adversaria, e percebeu pela energia com que a rainha luctou, que tinha ali uma inimiga terrivel, tenaz e perigosa.

Ao tempo porem a Companhia de Jesus estava já profundamente desacreditada no paiz, onde entrara humilde, apparentando o mais santo des-

prezo pelas riquezas mundanas, e onde em breve levantára a mascara do desinteresse, e intruduzindo-se hypocritamente no seio das familias ricas e no interior do paço, soubera enriquecer-se em pouco tempo com mais de dezeseis mil cruzados.

Em 1562, dois annos depois da nomeação de Luiz Gonçalves da Camara, os estados do reino denunciavam já motivada desconfiança na Companhia e estranhavam-lhe a ardente cubiça das riquezas mundanas, cubiça que não recuava ante os meios mais ignobeis.

Quando virmos D. Sebastião apparecer monarcha, e as redeas do governo passarem das mãos da regencia para as suas mãos insensatas, estudaremos então no rei os defeitos de educação, defeitos que chegam pelo seu alcance a ser crimes, que na creança incumbida imprudentemente á sua tutela intellectual e depois religiosa, commetteu a Companhia de Jesus, pela pessoa de Luiz Gonçalves, primeiro preceptor e depois confessor do joven monarcha.

Agora lancemos um golpe de vista rapido para a regencia da rainha avó, que apesar de senhora e de estrangeira, soube suster durante alguns annos Portugal á beira do abysmo que o esperava e o attrahia fatalmente, e assistiremos ás luctas continuas, que ella teve que sustentar com o cardeal-infante e com a Companhia de Jesus, e aos ultimos lampejos de gloria que na India e em Africa illuminaram o nome portuguez, enchendo ainda por momentos de explendor os primeiros annos do reinado inconsciente de D. Sebastião —a regencia habilissima da princesa austriaca.

CAPITULO III

A regencia de D. Catharina

Vencidas finamente as difficuldades que se apresentaram por morte de D. João III, seu marido, para assumir a regencia do reino, D. Catharina soube conservar-se energicamente no poder, apesar das intrigas e enredamentos do cardeal Henrique e da Companhia de Jesus, até 1562 em que, cançada do governo e da lucta, entregou a regencia nas mãos frouxas, ambiciosas e impotentes do filho de D. Manuel.

O unico momento de fraqueza que teve na sua governação, a transigencia com os jesuitas ácerca da nomeação do preceptor do rei, expiou-o dolorosamente, é verdade, mas resgatou-o tambem brilhantemente com um rasgo de fina diplomacia, que valeu um tremendo cheque ao cardeal-infante, que lhe disputava o poder e á Companhia de Jesus que o amparava e instigava.

Como dissemos a victoria dos jesuitas na nomeação de Luiz Gonçalves, fel-os cada vez mais odiar a regente, que tão forte opposição lhes fizera, e que tão disputado lhe tornára o triumpho.

Manobrando então com astucia e dextresa as duas grandes influencias que tinham no paço, o jesuita Luiz Gonçalves e o cardeal D. Henrique, começaram a tecer perigosa trama contra a rainha e contra o seu governo.

D. Catharina, sabedora da conspiração que contra ella se urdia no proprio paço, tomou uma resolução energica e habil, que poz na maior confusão os seus adversarios, e lhe valeu a ella uma estrondosa victoria.

Em vez de luctar contra a intriga que queria pôr o governo nas mãos do cardeal, foi de repente, de imprevisto, ao encontro da vontade dos conspiradores; em vez de oppor resistencia tenaz ás ambições do inquisidor-mór, foi saciar-lh'as quando elle menos o esperava.

Na vespera de Natal do anno de 1560, a regente chamou o cardeal e pretextando fadiga de governação, saudades de seu marido, e desejos de se retirar da vida tormentosa e fatigante da côrte, para o silencio do claustro, pediu-lhe que como parente mais proximo do rei menor, assumisse o supremo poder e ficasse regendo o reino.

O inquisidor-mór tinha no seu perverso caracter, um mixto de ambição e de timidez, de cubiça desmedida e de hesitação cobarde, de egoismo e de frouxidão, que fez d'elle na vida, em vez d'uma creatura perigosa, uma insignificancia abjecta, na historia em vez d'um tyranno uma nullidade.

Conspirava para se apoderar do governo: a regencia era o sonho dourado da sua ambição insoffrida, mas ao vel-a de perto, ao tel-a ao alcance da mão, hesitou.

Queria roubar o poder: mas ao offerecerem-lh'o, imprevistamente, recuou, teve medo, viu na abdicação expontanea da princesa austriaca

que elle combatia na sombra, com a calumnia e com a intriga, uma cilada, um laço, um perigo.

Então passou-se nas summidades da governação do reino uma perfeita e completa scena de comedia, d'alta comedia, em que se decidiam os destinos d'um grande povo.

Alguns historiadores veem na proposta de deposição da rainha D. Catharina um acto sincero, aconselhado, realmente, pelo enfado das semsaborias que lhe valia o governo, pela fadiga dos cuidados do poder, aggravados com as luctas continuas que tinha a sustentar contra as intrigas e as ambições da Companhia de Jesus e do infante D. Henrique: outros consideram essa voluntaria e subita abdicação como um ardil astucioso da habil politica da rainha avó.

Inclinamo-nos mais para esta segunda opinião: a princeza D. Catharina talvez mesmo desgostosa com essas intrigas, que lhe tolhiam até certo ponto o tempo que desejava consagrar ao governo do reino, intelligentissima como era, quiz tirar das trevas as luctas inglorias que tinha de sustentar contra inimigos occultos, e ferir rude combate á luz clara do dia e da historia.

Alem d'isso conhecia bem a sua influencia, previa que entre ella e o cardeal, o povo a escolheria a si apesar d'estrangeira e de mulher, sabia que o inquisidor-mór era profundamente odiado, que a Companhia de Jesus cahira em descredito ante a nação que já lhe advinhara as intenções ambiciosas por detraz da mascara mal segura, e offerecendo assim expontaneamente o governo supremo áquelle que queria roubar-lh'o, a regente jogava com todas as probabilidades de ganho uma bem calculada partida, lançava a hesitação, a confusão, a duvida entre os seus adversarios terriveis e ia ouvir a decisão do paiz entre a sua regencia e a do seu cunhado.

Fosse como fosse a scena que se passou entre o cardeal e D. Catharina, n'essa occasião, foi curiosissima.

A rainha instava com o cardeal para que elle acceitasse o poder. A cada nova repulsa da pusilanimidade d'esse homem que recuava receioso ante o poder, contra o qual conspirara, D. Catharina redobrava d'instancias.

O infante procurava no seu acanhado cerebro toda a casta de desculpas para justificar a sua renuncia: a rainha victoriosa accumulava argumentos a favor da sua abdicação e por fim concordaram em que se convocassem côrtes extraordinarias e se ouvisse o parecer d'ellas sobre a renuncia de D. Catharina e a acceitação do cardeal.

A rainha tinha certo o seu triumpho. Communicados a todos os estados a decisão da rainha de se retirar do poder, entregando-o nas mãos do filho do grande D. Manuel, nobresa, clero e povo, apressaram-se em demonstrar o seu profundo sentimento á rainha, em lhe supplicarem que desistisse da sua renuncia e continuasse a sua boa e feliz regencia.

O cheque dado ao cardeal era evidente e esmagador.

O virtuoso e celebre arcebispo de Braga D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, escreveu uma carta notabilissima á rainha avó, ponderando-lhe o perigo a que ia expôr o reino com a sua renuncia.

N'essa carta ha uns periodos ácerca do cardeal-infante, cheios de ironica compaixão e que não deviam ter agradado muito aos ouvidos do inquisidor-mór.

«O que me diz Vossa Magestade, escrevia Bartholomeu dos Martyres, que o cardeal tomará o regimento, notoria coisa é que de todo em todo seguindo Vossa Altesa seu parecer e desejo, não ha outros hombros em que se possa lançar a cruz. Mas haja Vossa Altesa dó d'elle! bastam-lhe os negocios ecclesiasticos e os trabalhos da coadjutoria na regencia do reino. Temo certo que se Vossa Altesa lhe lançar ás costas, que cêdo não tenhamos cardeal nem governador. Melhor é levarem ambos o jugo do Senhor, pois em dois corpos pôz Deus uma alma e uma vontade, o que é outro milagre de Deus e por tal conhecido n'este reino.»

O cardeal fôra completamente logrado. Em vista das supplicas unanimes dos Estados, da vontade claramente expressa pelo paiz, D. Catharina declarou triumphante que ante a publica demonstração d'appoio que acabava de receber de todo o reino não podia insistir na sua renuncia sem ser urgente, e que á dedicação dos vassallos tinha que responder com a sua dedicação, sacrificando-se pelo estado e continuando por mais algum tempo com as redeas do governo.

D. Henrique decerto já arrependido das suas hesitações não teve remedio senão penitenciar-se da sua tibiesa, e fazer cara alegre ante o trium-

pho que elle porporcionára á sua odiada rival no poder, triumpho que mais o affastava d'essa regencia que era o sonho constante da sua ambição.

*
* *

Não foi longa a tregua que esta ampla victoria deu ás luctas de rivalidades que estavam inherentes á governação do Estado, e d'ali a dois annos, D. Catharina cançada então realmente dos continuos combates que tinha de sustentar quotidianamente contra a Companhia de Jesus e o inquisidor-mór a quem a derrota completa accendera ainda mais a colera e o odio, entregava, sem comedia e sem saudades, a regencia nas mãos imbecis do cardeal infante.

E agora que assistimos á habil politica da rainha avó nas intrigas palacianas, vamos lançar um olhar rapido para a sua governação e para os factos mais importantes, que durante ella se deram nas nossas colonias.

É o ultimo clarão vivido da luz que se apaga, essa pagina gloriosa dos triumphos portuguezes no Oriente.

No dia 7 de abril de 1558 partiu de Lisboa para a India o vice-rei que ia succeder a Francisco Barreto, o ultimo governador nomeado por D. João III.

Esse vice-rei já escolhido pela rainha avó faz honra ao bom senso governativo da princesa austriaca.

D. Constantino de Bragança, o vice-rei nomeado pela regente, era um homem de austera probidade, de grande coragem e intrepidez, protector disvelado das letras, e fidalgo da mais alta linhagem.

Era irmão do duque de Bragança e parente proximo da casa real.

A empanar-lhe o brilho do seu caracter só tinha uma nuvem, ligeirissima, porque no seu tempo era uma nuvem que havia em todos os céos, mas que escureceu muito a gloria do seu vice-reinado, que sem ella seria dos mais notaveis da India portugueza. Essa nuvem, esse peccado—era o fanatismo: o fanatismo que então reinava endemico em Portugal e que lhe segredou na governação da India actos indignos do seu caracter e da sua intelligencia.

D. Constantino partiu de Lisboa com quatro naus e dois mil homens de guerra, e apenas chegado á India proveu na capitania de Cananor um homem que foi um flagello para aquella desgraçada terra, D. Payo de Noronha, fidalgo despota e orgulhoso, que com as imprudencias do seu caracter repellente, despertou muitas vezes a colera ao rajah de Cananor que incommodou muito os portuguezes.

Ao entrar na India D. Constantino comprehendeu logo a necessidade de tomar Damão, para assegurar a defesa das terras de Baçaim a todo o momento insultadas e ameaçadas pelos guzarates.

Damão era defendido por quatro mil homens.

D. Constantino habil commandante, fidalgo em toda a excepção da palavra, exercendo pela sua verdadeira nobresa d'alma e pela sua grande distincção nativa, grande prestigio em todos que o cercavam, mandou equipar uma esquadra de cincoenta navios para tomada de Damão e pôz-se elle proprio á testa d'essa esquadra.

Apesar da sua numerosa guarnição, Damão offereceu pequena resistencia.

Apenas os portuguezes saltaram em terra, os quatro mil homens que defendiam a cidade fugiram apavorados, e foram fortificar-se com o seu chefe a pouca distancia de Damão.

D. Constantino entrou na cidade, mas como o inimigo que se fortificára ao pé, começasse a inquietal-o, mandou Antonio Maria Barreto com quinhentos homens a desalojal-o da sua posição.

Renova-se aqui a brilhante epopêa portugueza no Oriente.

As façanhas que então se praticaram fazem lembrar os tempos aureos da grande gloria Lusitana.

Moniz Barreto, separando-se, com uma divisão de cento e vinte homens apenas, do corpo expedicionario, achou-se em presença de dois mil inimigos. Deu-lhe combate e os cento e vinte portuguezes venceram dois mil indigenas e acharam-lhes nas fortificações trinta e seis peças d'artilheria e grande porção de moedas de cobre.

Depois de tomado Damão, e expulso o inimigo do seu reducto, D. Constantino entendeu ser necessario para a conservação da nova praça a tomada da ilha de Balzar, mas o terror que as façanhas extraordinarias, quasi fabulosas, dos portuguezes tinham espalhado na India, fez com que Balzar se rendesse antes que lá chegasse a

Offic. Typ. da Empreza Litteraria.

Antonio Moniz Barreto, vencedor de Damão

expedição portugueza commandada pelo capitão de Bacaim, D. Pedro d'Almeida e seu irmão D. Luiz.

O vice-rei da India nomeou então capitão de Balzar, Alvaro Gonçalves Pinto, guarnecendo-a com cento e cincoenta homens: deu a Damão uma guarnição de mil e duzentos homens commandados por D. Diogo de Noronha e concedeu muitas franquias aos moradores que ali começavam a affluir em grande numero.

Entretanto ao passo que D. Constantino de Bragança, chegava a Gôa triumphante e coberto de gloria, chegava tambem por outro lado, mas humilhado e coberto de vergonha Pedro d'Athayde, que vinha de Meliapor na costa de Coromandel, onde os portuguezes atacados por um rajah visinho e apesar de incitados por Pedro d'Athayde a manterem os seus brios, a sua dignidade, a sua tradição gloriosa, preferiram resgatar-se com dinheiro a defender-se com armas.

Em Cananor os portuguezes, como já dissemos estavam seriamente ameaçados pelo rajah cujas iras provocava D. Payo de Noronha, com as suas petulancias intempestivas, com o seu orgulho imbecil.

O vice-rei da India correu em auxilio d'aquella povoação: mandou-lhe reforços sob o commando de Ruy de Mello, e depois outros commandados por Luiz de Mello da Silva que valente como as armas, audaz como um heroe, em vez de esperar em Cananor o inimigo, lançou-se aos mares com uma pequena frota, arrazou Mangalor e destruiu uma esquadrilha inimiga.

D. Constantino reconhecendo o alto valor das façanhas de Luiz de Mello, teve porem como governador da India de o castigar por ter abandonado o seu posto, expondo assim Cananor a serios embaraços.

Prendeu-o pois, mas foi pessoalmente cumprimental-o á prisão pelos seus heroicos feitos, e tendo cumprido assim os seus deveres de superior para com o subordinado, e de portuguez para com portuguez, mandou-o soltar e enviar de novo em soccorro de Cananor. Luiz de Mello d'essa vez não desamparou o posto, mas defendeu-o tão heroicamente com os seus quinhentos homens contra os numerosos inimigos que o cercavam, que o rajah aterrorisado pediu d'ahi a pouco a paz.

«Ormuz, diz o sr. Pinheiro Chagas na sua *Historia de Portugal*, que n'este capitulo temos seguido quasi passo a passo, continuava a ser ameaçado pelos turcos que em 1559 cercaram a fortaleza das ilhas de Bahrein pertencente ao rei d'Ormuz e defendida por um persa chamado Ras-Murar, que logo pediu soccorro a D. Antão de Noronha, governador da nossa cidadella. D. Alvaro da Silveira fôra no anno passado com uma armada ao mar Roxo; estava então de volta e foi elle mesmo em soccorro de Bahrein.

«Os navios que tinham trazido de Bassoro os mil e duzentos turcos que cercavam a fortalesa, foram facilmente levados de vencida pelos nossos e assim desamparados do auxilio da esquadra, bastaria decerto um simples bloqueio para reduzir pela fome os sitiadores transformados em sitiados. Mas era grande a disciplina que lavrava entre os portuguezes e foi mais uma vez a causa da sua perda. Forçaram os soldados D. Alvaro da Silveira a apresentar batalha ao inimigo muito superior em numero e apesar das mais heroicas façanhas foram os portuguezes derrotados e morto o seu capitão. Ficou então commandando os sobreviventes Pedro Peixoto que segundo o systema que deveria desde o principio ter sido adoptado, bloqueiou a ilha e obrigou os turcos a capitularem, salvando as vidas e entregando armas, artilheria, cavallos, trinta prisioneiros que tinham feito e doze mil cruzados de resgate. A fome e as doenças mais do que o ferro portuguez, tinham reduzido por tal fórma o exercito inimigo que de mil e duzentos homens que eram á vinda só duzentos sobreviviam.

O resto do anno de 1559 foi occupado em reprimir as constantes agitações do Malabar. Cananor ainda não estava tranquilla, Luiz de Mello e Silva se encarregou de conter a audacia dos revoltosos. Em Damão a fortalesa de Balzar foi salteada pelos gusarates, mas valentemente defendida: entendeu porem D. Constantino de Bragança que era essa fortalesa de mais risco do que proveito e mandou-a arrazar.

«O principio do anno de 1560 foi assignalado no mar Roxo por dois actos, um d'heroicidade outro de covardia, praticados ambos pelos portuguezes. Tres fustas commandadas por Christovão Pereira Homem encontraram-se junto d'Arkiko, porto abyssinio, com quatro galés

turcas. A fusta da capitania arrojou-se intrepidamente a ellas, fazendo um grande estrago, mas foi esmagada emfim pela superioridade do numero. As outras duas fustas fugiram, mas em Gôa, D. Constantino, puniu severamente os capitães.

«Era este comtudo um triste symptoma; já na India não estavam apenas tropas escolhidas, a flor da nobresa de Portugal, os mais briosos filhos d'este reino. Iam para lá agora aventureiros bravos, e aventureiros covardes, piratas heroicos e ladrões vulgarissimos. Nos primeiros tempos da conquista não se citava em vinte annos um facto similhante aos que em dois annos agora tinham succedido em Meliapor e em Arkiko.»

E assim era.

A desmoralisação que reinava soberana em Portugal, ía-se alastrando pelas nossas conquistas.

Valeu-nos n'estes ultimos arrancos da nossa gloria o caracter nobre e heroico de D. Constantino de Bragança, que soube impor-se ao respeito da fidalguia corrupta e aventureira, que nos envergonhava no Oriente.

Cheio de brios e de dignidade o vice-rei da India não deixava passar sem troco as offensas que os indigenas faziam á nossa bandeira. Mas esse zelo estendia-se tambem á nossa religião. Fazia quasi que guerra santa no Oriente.

O fanatismo levava-o a perseguir até ás ultimas trincheiras os inimigos da religião christã; e se esse fanatismo manchou muitas vezes a sua administração na India como vamos ver, valeu tambem aos portuguezes uma conquista importante e sobre tudo uma acção gloriosa o ponto final da historia do vice-reinado de D. Constantino de Bragança e pode dizer-se tambem o ponto final da epopea dos portuguezes na India.

O rei de Jafnapatan na ilha de Ceylão, tratava duramente os seus subditos que se convertiam ao christianismo. D. Constantino de Bragança, vendo n'isso um ultrage á sua religião, resolveu punir com severidade o tyranno que queria augmentar a já grande lista do martyrologio christão, e enviou-lhe como amavel reprehensão uma esquadra de cem navios e de mil e duzentos homens que chegada a Ceylão obrigou o rei de Jafnapatan a abandonar a cidade, e por isso, perseguido pelos portuguezes a pedir a paz.

Fiaram-se os nossos n'essas treguas, mas os indigenas revoltaram-se de subito, e cortando immediatamente as comunicações entre a maioria do exercito, e os homens que já occupavam o castello, commandados por Fernão de Sousa, pozeram os portuguezes em serios embaraços, mas D. Constantino soube da traição e enviou immediatamente quatrocentos homens ás ordens de D. Antonio de Noronha, em soccorro do primeiro exercito, e Ceylão foi saqueada, o inimigo completamente derrotado, e D. Constantino tomando a ilha de Manar pertencente ao rei de Jafnapatan, construiu n'ella uma fortalesa cujo commando deu a Manuel Rodrigues Coutinho.

*

* *

Depois de termos visto o que houve de brilhante e de glorioso no vice-reinado de D. Constantino de Bragança, vejamos agora o reverso da medalha.

Vimol-o grande pela bravura, pela nobresa, pela honradez, pelo prestigio e pela boa intelligencia administrativa, vamos vel-o pequeno pelo fanatismo, pela devoção, pela intransigencia religiosa, um vicio que diga-se em abono do seu caracter, não era só d'elle, era do seculo.

Na guerra com o rei de Jafnapatan, n'essa guerra gloriosa para os portuguezes, que acabámos de narrar rapidamente, D. Constantino de Bragança apoderou-se com todo o ferveror d'um crente d'uma reliquia preciosissima para os indigenas, o famoso *delada*, a reliquia mais sagrada dos budhistas, o dente do grande Goutama Budha, morto 543 annos antes de Christo.

Esse dente tem uma lenda cheia de milagres, e de coisas sobrenaturaes.

O rei Koima arrancou esse dente ao cadaver de Budha e mandou-o para a India.

Depois de muitos seculos de veneração, esse dente, transportado para Poelalup, começou a fazer prodigios milagrosos.

Lançado n'uma cova cheia de carvões em braza o maravilhoso dente começou a fulgir como um sol: queimado depois e pisado pelos brutaes pés dos elephantes, o tal dente appareceu d'ali a pouco no interior d'uma flôr d'ouro. Lançado a um charco immundo, as aguas putri-

das encheram-se de flores d'ouro e dentro d'uma d'ellas, tornou a apparecer o famoso dente, com a presteza d'um bom machinismo de magica, mas com certa pobresa d'invenção, porque repetia muito as sortes; por fim como os incredulos começaram a gritar que o milagre era feito pelos grandes sacerdotes de Brahmma, o dente foi posto n'uma bigorna para ser esmigalhado, mas quando o martello se levantou para o esmagar o dente sumiu-se dentro da bigorna para apparecer d'ali a pouco fulgindo com a claridade da luz electrica dentro d'uma taça d'ouro, nas mãos de Subbadra.

D. Constantino de Bragança tendo por esta milagrosa reliquia, d'uma velha religião, tanto despreso como respeito tinha pelas reliquias correspondente da sua, agarrou n'ella sem o menor rebuço mandou-a queimar em sua presença, e o dente tão milagroso nas mãos dos budhistas deixou-se reduzir a pó com uma condescendencia amabilissima para com os christãos.

Não se imagina hoje o contentamento e a alegria dos portuguezes ante esta *heroica* façanha de D. Constantino de Bragança, façanha que teve a vantagem de accender mais que nunca o odio dos indios pelos portuguezes.

Os chronistas enchem-se de rhetorica e de jubilio para contarem o nobre feito de D. Constantino e D. Manuel de Menezes diz:

«Viva D. Constantino que com esta esclarecida acção eternisou a fama da christandade portugueza por todas as nações do mundo. Já hoje estaria apagado o resplendor d'aquelle ouro se porventura então luzisse: e ainda hoje se lê o glorioso nome de D. Constantino á luz do fogo com que se abrasou tão abominavel reliquia, e vendessemos o dente aos gentios, não bastaria todo o ouro de Pegú para dourar a nossa cabeça na estimação dos bons catholicos: e lançando-o ás brazas fizemos á nossa fé um dos mais applaudidos sacrificios. Era D. Constantino o melhor portuguez que passou á India e foi esta a maior proeza que n'ella obraram os portuguezes.»

Mas ao passo que os chronistas lhe applaudiam enthusiasticamente o feito, alguns portuguezes menos fanaticos, de mais bom senso, censuraram asperamente e com rasão D. Constantino de Bragança, pelo apparato frivolo que desenvolvera para com o dente de Budha, em vez de tirar d'elle o proveito positivo que se lhe offerecera.

Effectivamente quando a celebre reliquia cahiu em poder dos portuguezes, todos os povos budhistas do Oriente disputaram a peso d'ouro a posse da *delada*. O rei de Pégu offereceu pelo resgate do famoso dente quatrocentos mil cruzados.

D. Constantino cego pelo fervor religioso de sacrificar o dente de Budha á religião do Christo, teimou em não o querer vender por preço algum, e repelliu energicamente todas as offertas de dinheiro, que no fim de contas tão necessario era a Portugal n'aquelle tempo, em que o thesouro estava exhausto e as colonias exigiam sommas fabulosas, que não havia no reino.

Os fidalgos que o rodeavam naturalmente menos por amor da patria, do que por amor de si, imaginando decerto que do resgate do dente alguns dinheiros lhes iriam parar ás mãos, instaram muito com D. Constantino, para que acceitasse os quatrocentos mil cruzados do rei do Pégu, e ponderavam-lhe com um grande bom senso que de nada serviria á fé de Christo o supplicio do dente, e que os sacerdotes budhistas arranjariam facilmemte outro queixal milagroso.

E o caso é que assim foi. D. Constantino recusou o dinheiro do rei do Pégu, e poz-se de mal com os povos fanaticos do Oriente, e no fim de tudo o dente de Budha lá está em Kandy, n'um templo especial, fechado a tres chaves n'um tabernaculo composto de seis involucros, e cercada dos adereços respeitosos dos crentes de Cakia-Muni.

Em 1560 D. Constantino de Bragança fez queimar o dente de Budha, d'ahi a cinco annos, Wikrama Bahú mandou fabricar outro dente da divindade indica; mas mandou fazer um dente farto, quiz ser generoso e grande na reliquia sagrada, e o dente que está em Kandy escondido aos olhos profanos, e que só apparece nos occasiões gravissimas, tem as suas duas boas pollegadas de comprimento e parece mais um dente de corcodilo do que d'uma queixada humana.

*
* *

O governo de D. Constantino de Bragança, apesar de maculado pelos excessos do seu fa-

natismo, foi um governo extremamente honrado, energico, moral e disciplinador.

Portugal deve-lhe os ultimos reflexos do explendor das nossas armas, cujo prestigio soube manter dignamente; mas os fidalgos aventureiros da India, forçados a curvarem-se submissos ante a austera severidade do governador, a reprimirem os excessos da sua avida ambição e da sua devassidão relaxada, começaram a conspirar contra D. Constantino, a manejar intrigas e calumnias.

Sem saberem o que inventar mandaram dizer particularmente para Portugal que o vice-rei trazia a bordo da nau, que o conduzia para Lisboa, espantosa quantidade de pedrarias e joias preciosas, que roubára durante a sua governação.

Em Lisboa, os ouvidos abriram-se benevolos á voz da calumnia; todos acreditaram que o vice-rei vinha carregado de thesouros roubados ao Estado, e os officiaes do fisco assaltaram-lhe a nau e passaram-lhe uma revista humilhantemente escrupulosa ás suas bagagens.

A calumnia desvendou-se então. Os grandes thesouros, as riquezas fabulosas, eram simplesmente umas joias de pequenissima importancia.

Os homens do governo ficaram corridos e mandaram entregar a D. Constantino as joias apprehendidas depois de lhe fazerem pagar os direitos respectivos.

O vice-rei da India vendo-se alvo de similhante desfeita, teve uma resposta brilhantissima que devia ferir profundamente com a sua pungente ironia os ministros, que tinham ousado duvidar da inteireza immaculada e da probidade irreprehensivel do seu caracter.

—Se el-rei me pede direitos por tão pequena porção de joias, disse D. Constantino, é que está decerto muito precisado de dinheiro, e n'esse caso tenho immenso prazer em lhe offerecer não só os direitos, como tambem as joias.

E sentido da grave offensa que lhe tinham feito, ferido dos espinhos que encontrara no poder, retirou-se á vida privada, e nunca mais, nem mesmo em 1571 muito instado por D. Sebastião consentiu em apparecer na vida publica.

*
* *

D. Francisco Coutinho, conde de Redondo foi o successor de D. Constantino de Bragança, o oitavo vice-rei e o vigessimo primeiro governador da India.

O seu governo foi curto e pouco brilhante. Durou apenas dois annos e meio e só teve a illuminal-o a paz definitiva com os rajahs de Cananor e de Calicut, paz que pouco custou aos portuguezes pois que o inimigo pediu-a logo apenas viu a poderosa esquadra do conde de Redondo, e que foi coroada vergonhosamente pelas desordens, rixas e duellos, dos vencedores, desapontados por não lhes permittir o conde de Redondo, seu governador o saque que elles ambicionavam, a carnificina com que se deleitavam de ante-mão.

Era má a casta dos portuguezes que colonisavam a India, e agora que já não tinham a dominal-os, a subjugal-os, a serenidade, e a auctoridade do irmão do duque de Bragança, sublevavam-se a todo o instante, e o vice-reinado do conde de Redondo passou em continuas insurreições, já nas Molucas, já em Ceylão, já em Cananor.

Em 19 de fevereiro de 1564 o conde de Redondo morreu em Gôa, quando já a regencia do reino passara das mãos habeis da irmã de Carlos V para as mãos debeis, frouxas e imbecis do cardeal-infante.

Mais adiante, veremos o que se passou no Oriente durante essa regencia imbecil, e agora relanceemos um olhar sobre o Brazil, durante a governação da rainha-avó.

*
* *

Não foram menos gloriosos para Portugal os feitos d'armas no Brazil durante a regencia de D. Catharina, do que os feitos d'armas na India.

Aqui vimos os portuguezes, dirigidos por D. Constantino de Bragança, tomarem uma praça importante, Damão, ali vamos vel-os, capitaneados por um bravo, o celebre Mem de Sá, fundarem uma grande cidade—o Rio de Janeiro.

E para fundarem essa cidade, hoje uma das principaes capitaes do mundo, não tiveram os portuguezes poucas difficuldades a vencer, poucos inimigos a combater, poucas luctas a pelejar.

Na India tinham que luctar só com os indigenas, no Brazil acharam-se frente a frente com um poderoso exercito de indigenas combatendo

com todo o ardor das crenças novas, e adestrados e dirigidos por um corpo de francezes decididos, audazes, valentes.

Debatiam-se então fortemente em França as doutrinas religiosas.

Os dessidentes, com o nome de huguenotes, professavam abertamente as suas opiniões antes de lhe chegar a hora do martyrio.

«A espada do defensor de Matz não quebrara ainda a sua lamina immaculada para se transformar no punhal do assassino da noite de S. Bartholomeu» na phrase brilhante do sr. Pinheiro Chagas.

Entretanto Gaspar de Coligny o huguenote, o almirante da França, como que advinhando a tempestade que se ia agglomerando sobre as cabeças dos seus proselitos, quiz procurar-lhes um refugio seguro, onde, quando o temporal rebentasse, elles se podessem acoitar.

Na Europa diziam-se maravilhas do Brazil; pois foi do Brazil que Coligny se lembrou para abrigo dos seus irmãos na crença.

Preparou navios e mandou com elles o cavalheiro de Villegagnon Nicolau Durand, um dos seus correligionarios mais intelligentes, intrepidos e energicos a fundar um estabelecimento na bahia do Rio de Janeiro.

Villegagnon chegou ao Brazil, entrou na bahia do Rio de Janeiro e fortificou-se na enseada, n'uma ilha quasi inexpugnavel, uma penedia brava, terminada por dois cabeços cortados a pique. N'esses dois morros fez dois baluartes: n'um rochedo isolado que ficava no centro, construiu a sua casa e o deposito das munições de guerra: nas faldas do rochedo havia algumas casas, o resto era tudo choças selvagens.

Era isto o forte Villegagnon, ou forte Coligny como elle lhe chamava, ou forte Villagalhão como lhe chamavam os portuguezes.

Fortificado na enseada do Rio de Janeiro com a sua gente teve a habilidade de chamar a si os indigenas de Nectherry, e de metter no seu forte setecentos.

Durante quatro annos sustentou-se no seu forte sem que as terriveis esquadras portuguezas se atrevessem a atacal-o, mas tambem sem ousar atacar os estabelecimentos dos nossos.

Por fim inquieto com as noticias da Europa, vendo os seus irmãos em perigo, não lhe soffreu o seu animo conservar-se affastado das luctas renhidas das discussões religiosas que se feriam rudemente em França e deixou o seu pacifico refugio aos seus companheiros solidamente fortificados, e partiu para o velho continente.

D'ahi a um anno, o governador portuguez da Bahia, Mem de Sá, irmão do celebre poeta Sá de Miranda, recebeu ordem da rainha regente para expulsar os francezes das possessões ultramarinas portuguezas e juntamente com a ordem, D. Catharina mandou-lhe uma pequena esquadra para auxiliar a expedição.

Forte com esse auxilio Mem de Sá poz-se ao mar e dirigiu-se ameaçador contra o forte Villegagnon.

Os francezes ao verem a nossa esquadra abandonaram os seus navios refugiaram-se no forte com oitocentos tamoyos, preparados para sustentarem o cêrco n'aquella ilha que parecia ser inexpugnavel.

Mas n'esse tempo não havia obstaculos que os portuguezes não arrostassem e vencessem brilhantemente, e depois de repellidos n'um primeiro attaque, investiram de novo com tanta valentia e bravura que o forte cahiu em seu poder e os francezes completamente derrotados, fugiram com os tamoyos para as florestas, ao passo que, os que não fugiram a tempo, eram passados a fio d'espada pelos portuguezes triumphantes.

Mem de Sá depois d'arrasar o forte e como não tivesse meios para fundar uma cidade n'essa bella enseada, voltou para a Bahia. Mas d'ali a pouco os francezes sahiram das florestas auxiliados pelos selvagens e vieram construir novo estabelecimento no littoral e então D. Catharina comprehendendo que era necessario acabar para sempre com estas luctas, deu ordem para nova expedição, e recursos a Mem de Sá para tomar definitivamente posse d'aquella bahia.

A expedição foi commandada pelo sobrinho do governador Estacio de Sá, que combateu valentemente, mas que comprou com a sua vida a victoria apesar de ter vindo em seu auxilio Mem de Sá.

Completamente derrotados os francezes e os indigenas, o governador da Bahia fundou na enseada a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

*
* *

Chegámos agora ao feito mais brilhante que illuminou a regencia de D. Catharina, a heroica defeza de Mazagão.

A descripção d'essa homerica façanha dos portuguezes é uma pagina das mais brilhantes da vida do arcebispo D. fr. Bartholomeu dos Martyres, por fr. Luiz de Sousa, e julgamos fazer um bom serviço aos leitores arrancando esse explendido trecho ao dulcissimo biographo do grande arcebispo, e substituindo-a nossa descorada prosa:

«N'este tempo sendo já entrado o mez de julho d'este anno de 1562, tiveram os legados carta do Summo Pontifice em que lhes mandava dessem graças a nosso senhor com todo aquelle santo ajuntamento por uma insigne victoria que dera El-Rei de Portugal dos Mouros da Barbesia, que tendo cercada por espaço de dois mezes a villa de Mazagão com todo o poder d'Africa, emfim se levantaram com perda de gente e de reputação. Ordenaram os legados, visto o aviso de sua santidade, celebrar uma missa em Pontifical com toda a maior solemnidade e para mais augmento d'ella e maior gloria dos vencedores, mandaram compor de novo Orações particulares para se cantarem na missa e assistiram a ella com todos os Prelados que havia em Trento.

«Teve a victoria muitas particularidades que a fizeram famosa e digna d'esta honra. Uma das que mais se celebraram então pela christindade, era a força de gente que o xarife Muley Abdalá juntou para a empresa: que João Boterio deligente escriptor italiano affirma que foram duzentos mil homens. Dos nossos escriptores um que falla de vista e com miudeza e como homem de guerra sóbe o numero a poucos mais de cento e cincoenta mil. Discorreram os homens de bom juizo o muito a que se obrigava um principe em tal acontecimento, a honra que arriscava não saindo com a empresa: rasões para fazer o ultimo de potencia (como fez) pela não largar sem victoria; que todos redundavam em gloria dos cercados, e em confirmação de seu valor: os quaes contra tamanho poder defenderam um lugar pequeno posto em campo raso, pouco povoado de defensores, quando começou o cêrco, e esses mal providos de mantimentos antes mortos de fome e com a fortificação, em que se trabalhava havia dias, inda imperfeita. Está a villa de Mazagão situada nas praias do mar Atlantico, tão visinha á cidade real de Marrocos, que lhe fica como metida nos olhos. Não tem mais ajudas da natureza que ser fundada sobre uma pedra viva e ficar-lhe o mar livre, que bate nos muros, e de maré cheia quasi a faz ilha, deixando-lhe nas covas tres braças d'altura d'agua. Teve o xarife a victoria por certa: quiz dar a gloria d'ella a Muley Hamet seu filho, moço de vinte annos, brioso e valente, mandou-o com o campo dando-lhe por companheiro e conselheiro a el-Rei de Dará seu tio e grande numero de turcos e granadinos por soldados. Alujaram a meia legua do lugar cobrindo-se os campos de gente como de um diluvio. D'onde trabalhando todo o exercito foram levantando e levando contra a fortaleza uma montanha de terra em que fundaram uma grande plataforma, como estiveram a tiro de canhão e plantaram sua artilharia (eram vinte quatro peças as que vinham no exercito: dez de bater e todas de desmesurada grandeza, em que havia uma que jugava pelouro de cinco palmos e meia de roda). Começou a bateria furiosissima e á sombra d'ella se entendeu em lançar uma grossa trincheira ao longo da cova, que acabaram com extranha brevidade ficando todo o logar vallado, e cerrado de mar a mar.

«Não estavam os cercados ociosos.

«Era capitão-mór Ruy de Sousa de Carvalho, em ausencia de seu irmão Alvaro de Carvalho, proprietario do governo: acudiu com diligencia a remediar o que faltava da fortificação, trabalhando com toda a gente incansavelmente dia e noite, e ao mesmo tempo fazia jogar toda a artilheria contra os trabalhadores do campo, que sem perder tiro executava n'elles cruelissima mortandade. E por mostrar ao inimigo os animos que dentro que havia, não havendo então no logar mais que seis cavallos, fez sahir n'elles seis determinados cavalleiros, que esperando conjucção de maré vazia acommetteram e pozeram em revolta o campo descuidado de tal ousadia, e matando muitos mouros antes de carregar força de gente se recolheram em salvo; e tal foi o feito que obrigaram o inimigo a estar com cuidado, e assentar d'alli em diante corpo de guarda ao longo d'agua. Soou entretanto no

reino a nova do cêrco; e era de ver o alvoroço com que todo genero de gente se lançava nos navios para irem ser companheiros de seus naturaes no perigo e no trabalho. Assim chegavam cada dia muitos fidalgos cavalleiros e soldados, e muitos moços illustres fugidos a seus paes, e embarcados furtadamente; outros não se contentando de servir sómente com suas pessoas, levavam á sua custa navios cheios de soldadesca e munições e não foram poucos os que isto fizeram. A rainha Dona Catharina que governava o reino despachou com o primeiro aviso Alvaro de Carvalho, capitão da força, acompanhado de muita e boa gente e atraz d'elle alguns fidalgos d'experiencia e valor na guerra. N'este tempo não cessando o inimigo de continuar sua bateria contra o baluarte que havia por mais fraco e sabia que tinha a fortificação interior imperfeita e lançando dentro na fortaleza muitos pelouros d'espantosa grandesa com que fazia muito damno, vinha juntamente cegando o fosso com terra e fachina, servindo na obra alem de garladores e gente vil, todos os melhores do campo de pé e de cavallo.

«Mas como trabalhavam em lugar aberto e era povo confuso e amontoado, não se pode crêr o estrago que faziam n'elles os arcabuzeiros e mosqueteiros de dentro e as infinitas mortes que dava a nossa artilheria, que não cessando de jogar dia e noite levava pelos ares corpos, pernas, braços, cabeças, os quaes membros com a mesma furia que eram arrebatados faziam o officio de pelouros contra os visinhos e companheiros: e foi tanto o damno e o pavor, que um dia amanheceu a obra e até a artilheria desamparada. Era conselho do Xarife apertar apressadamente com os cercados e procurar fazer-se senhor da praça antes de lhe entrar forças de gentes: porque como homem de guerra não ignorava que raramente se perde lugar que pode ser soccorrido; e sabendo que a bateria que se dava ao baluarte não era de tanto effeito como imaginara, mandou voltar todo o seu poder não só a entulhar a cova como tinham começado, senão levantar uma serra de terra que emparelhasse com a mór altura do baluarte: e não faltou o successo ao desenho (tanto podem muitas mãos juntas). Era infinito o povo, acudiam os Alcaides e Capitães e até os Cacises que entre elles tem o lugar de sacerdotes e para espertarem ao trabalho alvoraçaram a todos e promettiam que em esquadrões haviam de entrar por cima do baluarte, e por muitos milhares que cahiam mortos, que ficando logo enterrados ajudavam a crescer a obra. Emfim a puseram em estado, que na altura egualou o baluarte e na praça recebia cento e vinte homens em fileira. Aqui começaram os bravos e temerosos assaltos e houve de parte a parte grandes feitos e muitas mortes, pelejando-se pé a pé, á espada, e lança varada como um desafio, ou batalha campal. Valia grandemente aos cercados a artilheria dos travezes que varejava os accomettedores pelos lados com maravilhosa continuação: o mesmo fazia toda a soldadesca que não tinham lugar no baluarte dos combates, com arcabuzes e mosquetes; mas convinha estar cubertos, porque em apparecendo, logo eram pescados com pelouro, seta, ou pedra, que a gente vil que não jogava arcabuz por não perder occasião de offender, usava de fundas a uso pastoril, e despediam nuvens de pedras tão espessas, que aconteceu sahir um homem ferido de duas e tres juntas na cabeça.

«E porque não ficasse nada por tentar ao inimigo, como estava abarbado com a muralha, começa a abrir uma mina a grande pressa, contra o baluarte dos combates. Foi sentido que se picasse o muro: acudiram os engenheiros, fizeram súas diligencias por atinar que caminho levava: logo contraminaram, mas com immenso trabalho por ser em rocha viva; emfim encontraram-se com os de fora; houve briga debaixo da terra; foram os inimigos lançados fóra com morte dos que trabalhavam e ficaram os cercados senhores da obra: mas pagaram logo este bom successo com um custoso desastre. Pelejava-se com o inimigo no baluarte que nos não dava hora de descanso: e estava o baluarte cheio de fidalgos e dos mais ardidos cavalleiros, e soldados que havia no logar, uns que pelejavam, outros que esperavam vagante de logar, por morte, ou feridas dos que aquelle dia acertavam ser dianteiros; senão quando se levanta d'entre os pés um subito incendio com estrondo e labaredas que parecia arrebentar alguma mina e não ficou nenhum dos que se achavam perto, que não fosse abrazado com muito perigo e alguns ficaram sinalados por toda a vida. E não

coube melhor sorte aos mais afastados porque sendo empurrados os visinhos, dos que se sentiam arder, e estes carregando sobre os que lhe ficavam nas costas, que eram os mais afastados, foi força cahirem muitos do baluarte abaixo com novo genero de perigo e fendas não menos custosas que as do fogo, pela altura do salto e peso das armas que todos vestiam. Occasionou-se o fogo de uma copia de alcanzias de polvora e lanças de fogo, que estavam para servirem aos defensores no combate, e pegando acaso n'ellas fez temeroso effeito e todavia maior na representação que na sustancia. Como duraram os assaltos imaginaram os nossos engenheiros aliviar os cercados, abrindo uma mina pelo entulho e terra, sobre que pelejavam os inimigos. Abriram-n'a com a commodidade da contramina com que se lhes ganhou a mina que faziam ao baluarte, como atraz contamos. Deram-lhe fogo na mór força d'um combate, estava a serra coberta de mouros, foi o trovão e o fogo espantoso, voaram infinitos mouros. E comtudo como não era em corpo solido, foi a ruina de menos efficacia: ficou ardendo a faxina, e abateu a terra de maneira que fez suspender os assaltos. Aproveitaram-se os cercados do tempo reparando o baluarte com as defezas que a necessidade e a pressa aconselhava. Mas o inimigo prompto em toda occasião de offender, em quanto os seus corriam com novo entulho para encherem o que o fogo abatera, prantaram duas bombardas de travez, com que não só desbaratavam os reparos do baluarte, mas feriam e matavam muita gente. Aqui se viu a destresa dos artilheiros de dentro ou a força que teve o premio: foram as promessas que os fidalgos lhes faziam de dinheiro e vestidos tão poderosas que embocaram uma d'ellas com morte dos que governavam ambas. Mas tardou pouco a montanha em tornar a tanta e maior altura. E os alcaides, como ia correndo o tempo, e sentiam o desgosto que o Xarife tinha na delação, tornaram a apertar com os assaltos com maior braveza que primeiro: e ainda que perdiam muita gente e da melhor que estes são sempre os acomettedores, tambem nos tinham morto muitos e bons soldados e alguns fidalgos e cavalleiros de muita conta. Fizeram entretanto os engenheiros segunda mina contra o padrasto de terra e acompanhando-a de mais polvora teve melhor successo que a primeira, deu mais mortes e abaixou muito mais o entulho. Porem contra tamanho numero de gente nem o alivio era de dura, nem as muitas mortes descobriam falta no serviço: e como tinham assentado não haver outro meio para ganharem a praça senão entrando o baluarte, com extranha brevidade se tornaram a igualar comnosco, e com temivel pertinacia acometeu o baluarte. Passava já de mez e meio que durava o cêrco, e ou fosse vergonha do pouco que tinham feito, ou determinação secreta de se levantarem, se em breves dias não arrematavam a empresa, quando veio aos vinte e tres d'abril deram um assalto tão apertado e tão aturado, e pelejando com tanta força e esforço, que pareceu estar toda a prol do campo junta sobre o baluarte e vir conjurada a não se apartar sem victoria. Mas não sabia o barbaro em que dia pelejava, dia do glorioso martyr S. Jorge, advogado nas batalhas dos antigos portuguezes, que n'esta conjuncção os favoreceu tambem de maneira, que depois de longa porfia foram os inimigos rebatidos com bravo destroço e vergonha, e seguidos de grita e apupados de todo o muro: ás quaes succederam de noite musicas e folias inda que agoadas com mortes e feridas de muitos e bons companheiros.

«E porque ficasse conhecido o favor do santo, foi cousa averiguada que no mesmo dia em Lisboa se appellidou victoria pelos meninos das ruas sem se saber causa nem rasão: parece que movia Deus aquella innocencia a celebrar o favor que nos fazia em parte tão distante. Ficaram os mouros por extremo quebrantados do successo d'este dia e deram signal em um triste e desacostumado silencio com que passaram a noite, que nem uma só voz se ouviu em toda ella entre tanta gente. E todavia passados poucos dias e alguns successos de pouca importancia que deixamos, deram ultimo combate primeiro dia de maio, no qual os turcos e granadinos que sempre eram os dianteiros, pelejaram tão valente e denodadamente que foi o acometimento violentissimo: em nenhum outro se vio a morte tão barata, nem a vida tão pouco estimada; cahiam muitos d'ambas as partes e de nenhuma se via lugar vasio porque á competencia havia muitos successores para cada praça, que a morte fazia

vagar. Em todo o espaço que a briga durou, que foram muitas horas, não houve homem que fizesse pé atraz, o lugar que a cada um coube em sorte para defender ou offender, esse sustentou pelejando ou cobriu morrendo. Ia o sol cahindo e não havia braço que cahisse ou mostrase cansar: cerrava-se o dia e a briga cada vez mais quente e mais accesa, e parecia que por momentos refrescava. Emfim como em ultimo esforço, a noite deu fim ao combate e juntamente ao cêrco porque o inimigo, sem tentar mais a fortuna em feito d'importancia levantou o campo e se tornou por suas terras poucos dias depois.

«Foi celebrado por toda a christandade com o valor dos cercados o animo e alvoroço com que os portuguezes por honra do Rei e da patria, corriam a um lugar que tinha sobre si cento e cincoenta mil mouros, o qual passou tanto adeante, que pelos muitos que cada dia entravam, começavam a dar mais pejo que soccorro e foi necessario mandar a Rainha Dona Catharina, que governava o reino, publicar, que se não embarcasse ninguem, sem sua especial licença e porque não era bastante tal prohibição fez dar recado nas torres, que não deixassem passar nenhum genero de embarcação sem ordem sua.»

*
* *

Coberta de gloria nas colonias a sabia administração da rainha avó, era minada de intrigas, de rivalidades, e de odios no reino.

Os jesuitas não lhe perdoando o cheque recebido á luz publica, quando se passou a comedia da abdicação, em que tão triste papel representava o cardeal infante; nem a offensa mais antiga e directa da hesitação em lhes entregar nas mãos ambiciosas a educação do rei seu neto, instigavam contra ella o inquisidor-mór e eram na sua rude opposição, fortemente auxiliados por um grande diplomata, por Lourenço Pires de Tavora, que se morria pelos jesuitas e pela côrte de Roma desde as distincções e honrarias com que esta e aquelles o trataram.

O seu governo brilhantissimo no Oriente e no Brazil, tinha-lhe grangeado apenas um logar honroso na historia, e um respeito sympathico e agradecido no coração do povo e d'alguns nobres.

Mas o seu ascendente entre a nobresa era vencido pelo de Lourenço Pires de Tavora: o povo de pouco servia então, e as glorias da historia dão a immortalidade depois da morte, mas poucas vezes dão a justiça em vida.

Cançada agora realmente das luctas e das intrigas da côrte, D. Catharina repetiu de boa fé, crê-se, as scenas que outr'ora lhe surgira o seu astuto espirito de politica habil.

D'esta vez porem, em logar de chamar o cardeal e lhe entregar sem apparato a governação, quiz fazer a sua abdicação com toda a solemnidade nas mãos das côrtes convocadas especialmente para esse fim.

Reuniram-se pois as côrtes em 1562, e apesar das grandes intrigas tramadas contra a rainha avó a lucta foi grande e renhida.

Os procuradores dos conselhos e muitos dos grandes do reino, partidarios ardentes e leaes da princesa austriaca, oppozeram-se tenazmente á abdicação, mas, o que prova com evidencia que a resolução de D. Catharina era sincera e não um ardil politico, a rainha não auxiliou em cousa alguma esses seus fieis partidarios: conservou-se completamente, desinteressadamente alheia á lucta em que se debatia o supremo commando do reino, commando que já lhe pesava dolorosamente a ella e de que desejava sinceramente vêr-se livre.

Por fim assim foi: os seus partidarios achando-se desacompanhados do seu auxilio, e combatidos com energia por Lourenço Peres de Tavora foram vencidos e o poder passou dás mãos firmes e habeis da princeza austriaca para as mãos imbecis, frouxas e hesitantes do filho de D. Manuel.

*
* *

Chegado ao fim da regencia de D. Catharina a historia deve-lhe palavras de elogio e de gratidão. Mulher, soube com forte energia e rara habilidade sustentar a gloria do nome portuguez na Asia, na Africa e na America, e enriquecer com novas conquistas o reino e com novos explendores a fama lusitana; estrangeira soube sustentar Portugal á beira do abysmo para onde o impellira a odiosa e inepta governação de seu marido o rei piedoso, e conservar apesar de hespanhola apesar de irmã de Carlos v, apesar dos desejos do grande imperador a independencia nacional e a autonomia portugueza.

CAPITULO IV

As côrtes de 1562

Convocadas as côrtes pela rainha D. Catharina para lhes propôr, pelo dr. Antonio Pinheiro, a sua renuncia á regencia do reino, os povos que já raras vezes se viam consultados nos negocios da administração do paiz, aproveitaram a occasião para proporem em côrtes uns apontamentos, uns pedidos para serem levados aos pés do throno.

Esses apontamentos pintam eloquentemente o estado social e economico do reino, e as aspirações, desgostos e soffrimentos do povo no meio d'essa devassidão fidalga e fanatismo imbecil que o havia de levar á sua ruina.

É tão difficil, tão raro, poder auscultar o povo atravez das nossas chronicas que não perderemos esta occasião de ouvir as suas proprias queixas, de espreitar para a sua vida pela janella que esses apontamentos nos abrem.

Eil-os na integra:

Apontamentos que os povos propozeram e pediram n'estas côrtes

«Que El-Rei nosso senhor, tanto que fôr de nove annos se tire d'entre mulheres, e se entregue aos homens.

«Que D. Aleixo se aposente por ser muito velho e para isso.

«Que o conselho escolha camareiro mór, e que não seja do Estado Real.

«Que se escolha para Phisico mór um letrado christão velho.

«Que El-Rei se mude dos Paços da Ribeira por serem humidos e muito devassos.

«Que case El-Rei posto que não tenha idade, e seja em França, e a mulher se traga e se crie n'este reino.

«Que escolhão doze para o Conselho Portuguezes, e não estrangeiros, e algum que entenda de guerra, e que sejam eleitos nas côrtes, e que entrem os Duques, e o Senhor D. Duarte, e o Senhor D. Antonio, e que no conselho não haja precedencias no votar nem nos assentos.

«Que os do Conselho não recebam por si, nem por outrem, mulher, nem filhos, nenhum serviço, nem emprestado, e assim o jurem.

«Que se faça lei que os do Conselho não peçam mercês por si, nem por outrem até Vossa Alteza não ser de idade para governar.

«Que os do Conselho votem juntamente, e não apartados, nem por escriptos, e com o parecer de todos juntos despachem as mercês, tenças e commendas, e as Provisões levarão vista dos do Conselho.

«Que o assentamento do Reino, seja visto pelos do Conselho.

«Que os filhamentos se façam pelos do Conselho, e não passe dos grandes até Vossa Alteza não ser de idade, e os que tomar seja com casamento e moradia.

«Que por encurtar despezas haja moderação, e comece na sua capella, e tire dos Capellães, e não tome moços da capella sobejos, e faça numero de cada um.

«Que dos Phisicos e cirurgiães sobejos faça numero de cada um.

«Que os embaixadores, que manda aos Reinos Estrangeiros não estem perpetuos, e se venham tanto que acabarem suas embaixadas por encurtar despezas.

«Que se faça Lei que se não dê officio de sua Casa a Estrangeiros, nem Prelazias.

«Que pelas necessidades do Reino mande que se tirem e cessem as obras e se façam sómente as fortalezas do mar até Vossa Alteza ser de idade e governar.

«Que se não larguem os lugares de Africa nem Mazagão e assim o pedem e requerem.

«Que no Algarve se façam Fortalezas, onde parecerem necessarias.

«Que Vossa Alteza não consinta fazerem se mais Mosteiros no Reino, pelos muitos que ha, por serem prejudiciaes, e enfadonhos tantos peditorios.

«Que se não dê dote a nenhuma Freira senão de cousa que renda, e por sua morte fique a seus herdeiros.

«Que os da Ordem da Companhia, que ora é muito differente do que mostrou no principio pelo muito que pedem, e tem, que vivam de esmolas, como todos os outros fóra de Portugal, e que não tenham proprio, ou se desfaça de todo, e que se lhe tome a renda; os quaes começaram a ensinar Latinidade n'esta cidade de graça e agora levam mil cruzados, e por todo tem deza-

seis mil cruzados, ou não haja mais que doze em cada Casa.

«Que Vossa Alteza haja do Santo Padre que nenhum Mosteiro herde.

«Que os Estudos de Coimbra se desfaçam por serem prejudiciaes ao Reino, e a renda se applique para a guerra, e quem quizer aprender vá a Salamanca ou a Paris, e não haverá tanto letrado sobejo nem tantas demandas.

«Que os Prelados não venham á côrte senão chamados, ou por licença, e que residam em suas Prelazias, e não lhes encarreguem officios.

«Que Vossa Alteza tome dous dias na semana, um para assignar outro para ouvir partes.

«Que façam Lei que nenhuma filha possa herdar casando fóra do Reino.

«Que não haja mais Desembargadores do Paço do que antiguamente podia haver.

«Que não haja tantos Desembargadores na casa da Supricação, e do civel, escolha os necessarios, e os outros aposente-os, e aos que ficarem accrescente os ordenados; porque se não podem manter com o que tem ao presente.

«Que na Fazenda, não haja mais que tres Desembargadores, e o juiz d'ella.

«Que os officios de Regedor, e Governador, e Desembargadores, e os mais officiaes da Justiça se não dêem a filhos como herança.

«Que os officiaes da Mesa da Consciencia não tomem conhecimento do que lhe não pertence, como fazem tomando a jurisdicção de Vossa Alteza; e quanto ás Ordens, que haja juiz d'ellas, como sempre foi.

«Que haja por escusada a Casa da Relação do Hospital, onde se despacha em Mesa, como cada uma das outras e assim os da Meserirordia.

«Que os corregedores sejão por Almoxarifados como em tempo de El-Rei D. Manoel.

«Que não haja Juizes de Fóra, e que o sejam os homens honrados, por se escusarem gastos.

«Que as residencias se tomem por pessoas leigas, e de boa consciencia e não por Lettrados.

«Que estem fóra do lugar aquelles a que se tomar a residencia.

«Que não haja Juiz das cizas e o sejam os Juizes ordinarios.

«Que nos lugares grandes onde se não escuta juiz de Fóra que se proveja dos Desembargadores, que se despejarem das Casas donde tambem se escolherão corregedores, e se lhes accrescente o mantimento e a alçada.

«Parece bem a Vossa Alteza por encurtar despezas e gastos que as appellações viessem á casa do civel, onde se tirava sentença, e dalli tornava á casa da Supricação com muita despeza das partes, e muita dilação e porque senão use, e tornem como dantes e porque tem muitos feitos crimes, e civeis a casa da Supricação de casos leves pedem haja por bem, que não passando de mil réis em ferimento, onde não houver disformidade, nem parte e assim de resistencias de porteiros, e outras semelhantes se livrem em camara.

«Que os Alvarás que estão concedidos aos officiaes de Vossa Alteza para arrecadarem suas rendas se não concedam a Prelados, nem outras pessoas.

«Que os Corregedores não vão ao Paço senão chamados.

«Que os parentes não sejam Officiaes, e se guarde a ordenação.

«Que o Official de Vossa Alteza, que houver de fazer pagamentos, e os não fizer seja demandado perante o Juiz da terra.

«Que não devassem sobre quem trouxer mercadorias de Castella a este Reino.

«Que as suspenções dos julgadores não passem de vinte dias.

«Que os rendeiros se não chamem ao engano.

«Que não seja Juiz quem não souber ler nem escrever.

«Que os Juizes dos Orfãos dêem a residencia cada tres mezes.

«Que nenhum official sirva por outro.

«Que como algum for julgado a degredo ou a açoutes se faça logo a execução.

«Que quando algum instrumento de aggravo se pedir, declarem para que se pede.

«Que tirem ao Meirinho da côrte, dos homens que traz; basta trazer doze.

«Que se não recebam nenhuns capitulos, se os não accusar quem os der.

«Que quem leve juro a doze por milheiro se lhe redusa á rasão de dezaseis, e senão descontados os rendimentos lhe tornarão o proprio.

«Que em todo o caso se desempenhem a Vossa Alteza muitas cousas, que são vendidas por pouco, e valem muito.

«Que se tome a dizima do pescado para as galés, para que os mareantes a deram.

«Que os reguengos, campos e leziras, que foram dados para os logares da Africa se lhe tornem.

«Que os da Corôa do Reino se não desmembrem até Vossa Alteza não governar.

«Que os desembargadores do Paço, Casa da Supricação, e do Civel, que se aposentaram sem idade, e levam o mantimento, que se lhe não dê.

«Que os officiaes da Fazenda e de fóra, que entraram com pouco nos officios e teem muito, dêem conta como o houveram.

«O que foi tomado para El-Rei e posto em proprio que se venda.

«Que mande cumprir o Regimento da sua Casa e que não tenha moradía, quem tem mantimento do officio.

«Que não haja Arrendador-mór e que os Provedores, ou Corregedores das Comarcas arrendem as rendas, tomem as fianças.

«Que se escusem Almoxarifes, e que os Contadores mandem o dinheiro, que os Recebedores das Tavolas arrecadarem.

«Que nenhum criado de Vedor de Fazenda tenha officio n'ella, nem o receba.

«Que não haja ahi tantos Escrivães na Alfandega e Casa da India.

«Que o Provedor-mór da Alfandega, que vive nas Casas de Vossa Alteza, as despeje, e deixe, e o Provedor seja Fidalgo.

«Que os Officiaes da Alfandega não sejam Christãos Novos.

«Que o Porteiro da Alfandega seja homem honrado.

«Que se ponham pensões nos Bispados, para as despezas da Santa Inquisição.

«Que as Terças que se gastam, nas Fortalezas se tome conta d'ellas.

«Que se arrendem as Alfandegas, por se escusarem tantos gastos de officiaes.

«Que se façam em Capitulo geral das Ordens de Christo, Santiago, e Aviz, estatutos, que se não possam quebrar senão em outro Capitulo.

«Que as Commendas da Mesa Mestral se não dêem, e fiquem para Vossa Alteza como foram e são ordenadas.

«Que das Commendas que vagarem, se tire a terça parte para a Guerra, e com esta condicção se dêem.

«Que as Commendas Dalpalhão e Portalegre, e outras das Ordens, se dêem para as galés.

«Que Vossa Alteza não dê licença para írem servir Commendas, senão a homens de vinte annos para cima.

«Que os cincoenta mil cruzados, que o Santo Padre concedeu dos Prelados para as guerras, haja de sua Santidade que sejam para sempre.

«Que todos os Bispos e Beneficios dêem ajuda e pensão para a guerra d'Africa.

«Que os christãos novos mercadores do Reino sustentem duas galés, e os mais da marçanaria ajudem para uma.

«Que sendo caso que se não faça despesa na Torre de S. Gião, o que se n'ella gasta seja para as galés.

«Que o Capitão mór que fôr das galés, as não proveja senão outro por mandado de Vossa Alteza porque são mal providas de tudo, por lhes ficar em casa o que para isso lhe dão.

«Que haja por bem tomar informação de como os Capitães das galés o fazem, e saber-se-ha no Algarve.

«Que mande que as caravellas e navios tragam chapas de ferro e lugares aparelhados para lhe porem artelharia quando fôr necessario.

«Que nenhum Mourisco viva na costa do Algarve, por não darem avisos como se presúme.

«Que os filhos dos que servem de Juizes e Vereadores que servirem nas galés dous annos, Vossa Alteza os filhe e haja por seus.

«Que mande pôr, em Tanger, mil lanças de cavallo, e com ellas pessoa do estado e muita calidade.

«Que mande que se exercitem nas armas para quando fôr necessario, e que duas legoas do mar todos tenham espingardas, lanças e bestas.

«Que os Duques, e Senhores ajudem para a guerra d'Africa, conforme a seus Estados, e rendas.

«Que em todo o genero de pescado haja Almotaçaria.

«Que nas Alfandegas do mar, senão levem direitos de presuntos, gallinhas, e outras cousas d'esta qualidade.

«Que as coimas dos poderosos se arrecadem para as camaras.

«Que aos Fidalgos se não tomem casas nem camas.

«Que receitem os medicos, em linguagem.

«Que nenhum Corregedor nem Justiça, tome carneiros, e gallinhas, nem outros mantimentos.

«Que encommendem aos Prelados que castiguem aos seus culpados nas devaças em pescar e caçar.

«Que tire o escrever dos gados e o que o tiver sabido, se possa tomar d'elle conta de dous em dous annos.

«Que não haja cartas de visinhanças.

«Que nos Bispados haja quem ajude para penitentes e convertidas.

«Que tire as Cizas, e não querendo protestam de não cahirem em posse, e querendo-as; aos lugares, que a acceitarem seja pelo que estavam ha dez annos; e arrendando-as não ponha novas condições, de que resultam grandes damnos, e que os recebedores sejam perpetuos.

«Que mande aos Contadores que façam conta das ordinarias e as avenças sejam a dinheiro sómente, e que nenhum Cizeiro possa deixar na alma da parte por se evitarem perjuros.

«Que arrendando as Cizas não haja mais rendeiros no ramo, que dous e se fôr de quinhentos visinhos para baixo um só.

«Que as partes que fôrem citadas seja para Audiencia certa.

«Que não se querendo concertar com os carniceiros que os Vereadores lhe possam taixar, e se não que elles Cizeiros cortem a carne.

«Que não sejam obrigados os mercadores a fazer saber as mercadorias das entradas.

«Que sendo officiaes de Senhores, e dos direitos Reaes, não possam ser do Conselho.

«Que não possam usar de privilegios de Cizeiro, não correndo a renda.

«Que havendo Juizes das Cizas façam Audiencias nas casas publicas.

«Que haja por seu serviço, que das cousas meudas de comer se não pague Ciza.

«Que revogue as Provisões passadas, para quem não vier á Tabula pague o dobro.

«Que das demandas que não vencerem os Cizeiros paguem ás custas, e haja por bem já que leva a Ciza contra rasão, e vontade dos povos não haja dobro n'ellas.

«Que se não guarde o das tecedeiras, que tirar a teia do tear e se escrever.

«Que se não pague Ciza de eguas infantis assim como se não paga dos cavallos.

«Que os que passarem a pastar com seus gados, o não façam a saber de um termo a outro.

«Que se escuse os Provedores.

«Que os rendeiros do verde o não possam tórnar a ser senão passando tres annos.

«Que a mulher que não passar de quarenta annos não viva em casa por si.

«Que os espingardeiros e besteiros pois não servem, que os tirem, ou deixem só os que se não podem calcular.

«Que mande aos Corregedores das Comarcas, que achando Official que faz má letra, que se não lêa bem, que o faça apprender, ou venda o officio.

«Que os Escudeiros sendo continuos em armas, e cavallos, gozem privilegios de cavalleiros.

«Que não venham Siganos ao Reino.

«Que os officios das dadivas das camaras se tornem a ellas.

«Que mandem ao Brazil gente ociosa para o povoarem.

«Que haja de sua santidade, que todos os prazos se façam fateozim e paguem para a guerra de Africa de doze réis um.

«Que mande pôr preço certo aos pastos.

«Que nenhuma pessoa que fôr a feira possa vender junto.

«Que mande que nas terras maninhas ou esteriles se semêem pinhões.

«Que n'estas Cortes mande que os lugares comarcãos paguem para as despezas dos que vem a ellas.

«Que mande imprimir as Chronicas dos Reis passados.

«Que mande que aos lavradores não comprem a novidade antes de a recolherem.

«Que lembre de pagar aos criados do seu avô.

«Que em todo o Reino seja a medida de razoura.

«Que a farinha se calque uma vez e os farellos duas.

«Que não passe licença para comprarem pão para vender.

«Mande que haja egoas e cavallos castiços.

«Que o preço do pão seja conforme a medida.

«Que os Alcaides-móres, que não residirem em suas Fortalezas, que tenham n'ellas Procuradores e Feitores, para requererem em seu nome.

«Que os officiaes dos direitos Reaes não entrem nos officios da Camara.

«Que o Cofre dos Orfãos não esteja mais de um anno na mão do depositario.

«Que os marchantes, que tem privilegio para pastar não pastem, senão onde podem pastar os visinhos.

«Que os Mamposteiros sejam postos pelas Camaras.

«Que se façam minutas para se fazerem as escripturas.

«Que onde houver rendas do Conselho se façam celleiros de pão para os tempos de necessidade.

«Que mandem aprender Medicina moços christãos velhos.

«Que os moleiros tomem por pezo, e assim tornem a entregar.

«Que tenha grande pena quem fôr testemunha de casamento clandestino, não sendo o pae contente.

«Que se faça Lei que nenhum castelhano seja Pastor n'este Reino.

«Que o Procurador do Conselho não seja constrangido a servir outro officio mais baixo.

«Que a pessoa que tiver cincoenta mil réis tenha egoa, e não de trinta, como era.

«Que se enxertem os azambujeiros.

«Que se faça Lei, que não levem prata para a India, nem para outras partes, e para serviço de cada um se taixe.

«Que se faça taixa de pão no que está agora.

«Que se faça cada anno, taixa nas officinas mechanicas, com grandes penas.

«Que a taixa das carnes esteja como está agora.

«Que não devassem sobre as Alfandegas.

«Que as pessoas a quem derem officio, o não vendam dentro em tres annos.

«Que os estanhos seja todo um, e marcado.

«Que quebre os Coutos para escusar muitas cousas.

«Que no Algarve possam trazer seda, e gozar das liberdades, que gozam em Africa.

«Que o rendeiro de pão, e azeite, ou que o tiver para vender não possa ser Vereador.

«Que o Escrivão da Camara perpetuo não tenha gado.

«Que devassem sob os officiaes se dão á execução a Lei da seda.

«Que saiba como os Vedores da Fazenda servem, e achando que o não fazem como devem, tire os culpados, e fiquem dous sómente, que bastam.

«Que as cousas da Africa, e despachos d'ella tira, e passe aos de Conselho.

«Que não haja calças Imperiaes.

N'estes apontamentos curiosissimos ha, sobre tudo, alguns pedidos profundamente caracteristicos e symptomaticos:

«Que case El-Rei posto que não tenha idade e seja em França e a mulher se traga e se crie n'este reino.»

Este pedido mostra claramente que o povo começava já a arreceiar-se das constantes allianças com princezas hespanholas e como que a presentir o abysmo que se lhe abria aos pés.

«Que por encurtar despezas haja moderação e comece por sua capella e tire dos capellães e não tome moços da Capella sobejos e faça numero de cada um.

«Que Vossa Alteza não consinta fazerem-se mais mosteiros no Reino pelos muitos que ha, por serem perjudiciaes, e enfadonhos tantos peditorios.

«Que se não dê dote a nenhuma freira senão de cousa que renda, e por sua morte fique a herdeiros.

«Que os da Ordem da Companhia que ora é muito differente do que mostrou no principio pelo muito que pedem e tem, que vivam de esmolas, como todos os outros fora de Portugal, e que não tenham proprio ou se desfaça de todo e que se lhe tome a renda; os quaes começaram a ensinar latinidade n'esta cidade de graça e agora levam mil cruzados e por todo tem dezaseis mil cruzados ou não haja mais que doze em cada casa.

«Que Vossa Alteza haja do Santo Padre que nenhum mosteiro herde.»

Offic. Typ. da Empreza Litteraria.

D. Catharina entregando a regencia ao cardeal D. Henrique

Como se vê d'estes apontamentos as demasias dos jesuitas e dos padres, tinham servido, como que advinhando o principio fundamental da medicina de Hannemann *similia similibus* para curar o fanatismo que se espalhara rapidamente por todo o paiz. O povo, vendo que a titulo de religião os dinheiros iam desapparecendo das suas arcas e dos cofres do Estado, para as soutanas dos jesuitas e dos padres, levantava-se energico em côrtes, pedindo prompto remedio contra esse mal que ao principio parecera um grande bem.

E não pára aqui. Esses apontamentos são uma valiosissima pagina de historia. Mais adiante o povo pede:

«Que os estudos de Coimbra se desfaçam por serem prejudiciaes ao Reino e a renda se applique para a guerra, e quem quizer aprender vá a Salamanca, ou a Pariz e não haverá tanto letrado sobejo nem tantas demandas.»

N'este ponto nota com o seu habitual espirito o sr. Pinheiro Chagas, que este pedido não era nem muito illustrado, nem muito attendivel, mas prova que em 1562 a praga dos bachareis tomára tanto desenvolvimento como nos tempos presentes.

E parece que assim era. O pedido do povo é eloquente na sua simplicidade e então a phrase final vale por uma comedia de Molière, é a synthese da comedia de Racine e «não haverá tanto lettrado sobejo, nem tantas demandas.»

Nem tantas demandas! equivale á satyra mais pungente que os advogados tem inspirado aos grandes humoristas e satyricos modernos.

Outro apontamento curiosissimo e que prova como n'esse tempo se fazia em Portugal a administração de justiça, é o seguinte:

«Que não seja Juiz quem não souber ler nem escrever.»

Como se vê os juizes analphabetos teem uma ampla e antiga genealogia.

O receio instinctivo que o povo tinha de Hespanha juntamente com o medo da influencia nociva do padre no espirito publico manifesta-se claramente n'este pedido:

«Que se faça lei que nenhum castelhano seja pastor n'este reino.»

Levar-nos-iam muito espaço estes commentarios a esses interessantes apontamentos: o leitor que os faça lendo: resaltam elles da leitura d'essa meia duzia de linhas onde o povo escreveu com o seu proprio punho a historia dos ultimos tempos do reinado idiota de D. João III e da menoridade de D. Sebastião, e nós vamos assistir á regencia do cardeal infante, nas mãos do qual as côrtes depois de hesitações e restricções pouco lisonjeiras para elle, se viram obrigadas a depositar o poder que a Rainha Avó decedidamente recusava.

CAPITULO V

A regencia do cardeal infante

A triste historia d'esta tristissima regencia vamos encontral-a resumida no *papel que o cardeal deu a el-rei quando lhe entregou o governo*, especie de *compte rendu* da sua governação de seis annos, em que o inquisidor-mór não se poupa elogios e louvores, chegando a apresentar como um acto de heroica dedicação ao rei e ao paiz o ter aceitado o poder n'aquella idade, verdadeiro sacrificio ao bem do estado, sacrificio perigoso que fizera com risco de vida, pois os cuidados da governação na sua avançada idade e no estado debil da sua saude, podiam mui bem ter-lhe encurtado o caminho da sepultura.

N'esse *papel* em que transparece a cada passo a vaidade imbecil, a estulta hypocresia e a frouxidão intellectual do cardeal-infante, o regente faz o summario do seu governo com o orgulho de quem faz a sua propria apotheose.

Lendo rapidamente esse relatorio de factos que depois esmiuçaremos, comprehende-se logo o que houve de nullo, de imbecil, e de impolitico n'essa desgraçada regencia, tão differente, para vergonha nossa, da regencia da princesa austriaca.

Eis as providencias principaes do seu governo de seis annos, apontados por elle com o

orgulho de quem sente a historia a ouvil-o e a posteridade a glorifical-o:

Acceitação pura, simples e incondicional do concilio de Trento.

Largo auxilio prestado pelo governo a Lisboa, Coimbra, Braga, Evora e Santarem para fundação ou para engrandecimento dos collegios da Companhia de Jesus.

As despezas feitas com as casas e carceres do Santo Officio de Coimbra, notando com um santo contentamento que esses carceres tinham ficado *muito bons*.

O dote de tres contos de réis annuaes instituido á Santa Inquisição do reino, rendimento tirado ao arcebispado de Lisboa e bispados de Evora e de Coimbra.

Isto emquanto á sua administração no continente: a historia da sua gerencia colonial é ainda mais eloquente e curiosa.

Nomeou um vice-rei para a India, e um capitão para a praça de Tanger e mandou acabar em Ceuta as obras militares principiadas no reinado de seu irmão D. João III.

Alem d'estas importantissimas medidas governativas o cardeal na sua conta apresentada ao rei com grande solemnidade na cerimonia da acclamação, encareceu muito as providencias que tanto no temporal como no espiritual tomara relativamente a toda a costa de Guiné e Mina, cujas leis ácerca das relações commerciaes reformara; as obras nas torres de S. Julião da Barra, então S. Gião, Setubal e das costas do Algarve; dava com grande orgulho a noticia de se ter terminado a chronica de el-rei D. Manuel, escripta por Damião de Goes, e participava com alvoroço enthusiastico que... tinham sido enviados novos embaixadores a Roma.

E aqui teem o que foi a regencia do cardeal infante, contada por elle proprio, com uns ares triumphantes quando os jesuitas que o tinham elevado ás eminencias do poder emquanto d'elle careciam, o obrigaram agora, que já não precisavam d'elle a entregar o governo extemporaneamente nas mãos d'uma creança de quatorze annos, fazendo-lhe acreditar que essa attenção para com o monarcha, de reconhecer-lhe a maioridade tão cedo lhe valeria depois grande supremacia e auctoridade junto do novo e juvenil rei.

* * *

Proclamado regente do reino em 23 de dezembro de 1562 o cardeal D. Henrique, poderia ter feito um bom governo se em vez de obedecer aos dictames imbecis da sua apoucada intelligencia, ou ás ordens que em interesse proprio lhe dava continuamente a Companhia de Jesus de que era um instrumento servil, ouvisse e seguisse os sabios conselhos d'esse homem importantissimo á influencia do qual, devia quasi que exclusivamente o poder.

Esse homem que tem um logar notavel na historia dos nossos diplomatas era Lourenço Pires de Tavora.

Esse grande diplomata e tambem valente militar, que tanto combatera o partido da rainha avó, ao ver vencedor o seu candidato á governação do Estado, esforçou-se para que elle occupasse dignamente esse logar, para que a sua gerencia justificasse cabalmente a escolha das côrtes ou mais do que isso a sua escolha e fez-lhe um completo programma politico e administrativo, que seria a gloria do inquisidor-mór se o tivesse adoptado.

Não adoptou, e esse programma em que se revelam as altas qualidades d'espirito do grande diplomata, ficou sepultado nas chronicas, sem ter infelizmente para Portugal, passado da lettra á practica.

Como é tão difficil entre nós a leitura d'esses valiosos in-folios, onde se acham enthesouradas as perolas da nossa historia, como a falta de edições vulgarisadoras e modernas vae pondo absolutamente fóra do alcance da maioria dos leitores esses preciosos livros, vamos arrancar d'esse thesouro quasi ignorado, esse importantissimo documento que põe em evidencia uma das figuras mais notaveis da época que historiamos e que se em vez de ser mandado para uma capitania africana, tivesse sido posto á frente da administração publica, teria talvez—se fosse possivel ainda—feito mudar de rumo a historia do nosso paiz.

Papel que Lourenço Pires de Tavora deu ao Cardeal Regente

«Sendo Vossa Alteza Governador, e novo no governo, limitado por poucos annos, é necessaria muita industria para ser acatado e temido e

para as leis serem guardadas; pelo qual deve em tudo proceder com muito rigor, e antes parecendo cruel, que piedoso; porque a piedade n'este seu estado é muito damnosa á sua reputação, e ao serviço de El-Rei, e usando de rigor com consideração e boa informação, não cahirá em muitos inconvenientes, que já tem experimentado por sua misericordia e brandura.

«Posto que Vossa Alteza não se póde fazer amar de todos, não sendo o tempo para os contentar com mercês, deve-se acostar á parte de não ser odiado, e isto se alcança guardando Justiça, e não tomando o alheio, nem fazendo Leis prejudiciaes aos pequenos.

«Não deve Vossa Alteza por nenhum modo desenganar os Grandes do Reino, e Fidalgos grados de lhes não poder fazer mercês no tempo do seu governo; porque desesperando-os, dará causa a grandes desgostos, e a ser mal servido; e por tanto entreter os requerimentos é mais seguro.

«Não se offusque, nem confunda Vossa Alteza, vendo que em todas suas profissões lhe offerecem inconvenientes, e duvidas para o effeito; e tenha por certo, que em toda a deliberação ha inconvenientes em contrario; mas considerados uns, e outros, escolha por bom o que fôr menos mao, porque de outra maneira não se poderá resolver em cousa alguma; e a nosso Estado cumpre mudar a ordem, ou fórma desviada do que ao presente se pratica.

«Considere Vossa Alteza, que nem todos os do Reino foram de accordo no contentamento de se lhe dar o governo, e que os que serviram n'isso, e folgam de Vossa Alteza governar, foi por causa do descontentamento do governo passado, cuidando que Vossa Alteza emendaria as desordens, e daria outra fórma no procedimento dos negocios, e não vendo elles agora o que esperavam, não podem deixar de ser muito descontentes, e por ventura arrependidos, e juntos assim com os mais, que refutaram o novo governo, se póde entender estar todo o Reino, e todo o Estado descontente. E por tanto com animo deliberado se deve Vossa Alteza dispôr á execução das cousas, como por muitas lembranças lhe está apontado, e de outra maneira deixa muito trabalho a El-Rei nosso senhor, e Vossa Alteza perde muito de opinião, e credito, com que estava recebido ante todos.

«Todas as cartas, que receber dos Embaixadores, ou de capitães de Africa, ou do Governador da India, e Capitães de Fortalezas, deve mandar lêr em Conselho, para que os que alli estão sejam instruidos em todas as materias, que correm no mundo, e confórme a bôa intelligencia, que tiverem, saberem melhor votar, e d'essa maneira com mais consideração se poderá prover em todos os negocios.

«Escusaria o immenso trabalho, que agora tem, occupando-se em todas as meudezas dos negocios, com repartir d'elles com os do seu Conselho, mandando ajuntar alguns, ou todos em uma casa no Paço, deputando-lhes dias, e horas para se ajuntarem e verem todas as cousas que tocam a Estado e Guerra, que vem de fóra, para escolherem os negocios a que se deve acudir, e consultarem como, e o que se ha de responder, e sobre isso tomarem as informações, e darem depois conta a Vossa Alteza em soma para a execução.

«Deve Vossa Alteza guardar-se dos Ministros, e Conselheiros, que attenderem muito ao proveito, interesse, e auctoridade propria; porque os d'esta natureza não se desvelam no que toca a seu serviço nem ao de El-Rei; mas nas mais das suas operações, serão prejudiciaes á Fazenda, reputação e credito de Vossa Alteza, e dos que o servirem sem particulares respeitos, deve Vossa Alteza ter cuidado de os honrar e gratificar.

«É tanto necessaria a constancia no Principe, que governa que sendo variavel em suas deliberações, cahirá em grande descredito, e perderá toda a reputação, e dará ousadia aos que andarem de redor d'elle, de tentarem muitas vezes fazel-o mudar, confórme ao respeito e interesse de cada um. Por tanto devia Vossa Alteza propôr no seu Conselho todos os negocios ordinarios, que houver de fazer tocantes ao Governo de toda a Cidade, e assim quaesquer accidentes, que sobrevierem, e praticando-as n'aquella congregação ouvindo os pareceres, e mandando tomar mais informações, se fôrem necessarias, e discutidas as materias, poderá eleger a parte, que julgar por melhor, e depois de determinada comsigo só, dal-a á execução, sem sobre isso mais ouvir ninguem, nem receber outros inconvenientes, senão fossem alguns, que sobreviessem de novo e em que todos vissem ser mu-

dança necessaria pela novidade, e não pela inconstancia; e se depois d'isto alguem quizesse confutar o que d'esta maneira se assentasse, Vossa Alteza o não devia de o ouvir, mas antes dar mostras de lhe desprazer aquella ousadia. É esta fórma tão importante em toda a deliberação que sem duvida ouso a diser que quem o não seguir não tão sómente, não será temido nem acatado dos seus subditos mas ainda será pouco estimado dos seus visinhos, e d'aqui nascerá tambem não poder nunca o tal Principe ser ledo nem contente, nem terá saude pois a natureza não soffre os desasocegos das mudanças do animo.

«Começa Vossa Alteza a cahir em suspeita e ser notado de fazer tudo com fuão; far-se-ha por essa maneira odioso e terá a mais da gente em continuo escandalo pelos inconvenientes que da estreita conversação arreceiam: Deve escusar em tudo o que o soffrer os solilloquios, e se elle ha que este pode ser prejudicial com tanto credito e reputação, como lhe dá, e como claramente dar a entender, que se não pode viver sem elle, guarde-se não seja tudo o que agora faz para seu desgosto no porvir: veja, e considere bem se seria de muito serviço de Deus, e de El-Rei restaurar o officio de Escrivão da Puridade, ou dar alguma ordem, com que este homem tivesse egual.

«Parece que não guarda auctoridade e reputação que devia procurar ao seu conselho, determinando, dispondo ou publicando, alguma cousa dos que não são communs e correntes sem primeiro consultar com o dito Conselho, e deve sabel-as primeiro de Vossa Alteza, que das Regateiras.

«Parece que não deve recear mudar a fórma das cousas, em que notavelmente ha certesa da má ordem, e por esta rasão nas de Justiça se se ella não guarda; e por consequencia nas da Fazenda, e deve considerar, que deixando as cousas como agora estão, não se desculpa do erro, que n'ellas até aqui houve; mas parecerá que elle as ordenou assim, inda que outrem governasse; e para excluir os que lhe contradizem a mudança, não deve propôr, que a quer fazer em geral; mas comece por partes, perguntando particularmente o que se deve fazer em cada uma, e vendo-se os erros, não poderão negar ser necessario o remedio, pois é de muito mais importancia, que os inconvenientes, que para isso se podem apontar.

«Queixando-se da Justiça do Reino em geral, deve mandar tirar inquirições dos que a governam, e castigar os culpados, e ordenar como os corregedores sejam triennaes; e assim os Juizes, e vêr se seria bom seguir n'isso o assento, que se tomou nas Côrtes para o pedirem a sua Alteza.

«É obrigado por bom governo, e por consciencia prover na devassidão que ha nos jogos de toda a sorte.

«Da creação de El-Rei deve tratar em Conselho para entender que pessoas lhe porão, e em que cargos.

«Deve advertir o que depois de deixado o Governo póde succeder, e a facilidade que ha para poderem nascer desgostos entre elle, e Vossa Alteza.

«Deve assentar em suas lembranças o estado, em que tomou o governo.

«As dividas que havia.

«As tenças que eram dadas por commendas.

«O Contracto da India e por mau exito d'elle.

«O modo na Justiça.

«A fórma na Fazenda.

«O apercebimento nos Almazens.

«Os Estados dos lugares de Africa.

«Os navios que havia no Reino para Armadas.

«O estado da India.

«Deve assentar-se em outra folha tudo o que em cada uma d'estas partidas remediar no tempo da sua governança.

«Deve querer entender o que rende a India.

«O que gasta e despende em Armadas e Officiaes.

«O que importa a carga e o que fica liquido para El-Rei.

«Deve ter a folha do rendimento do Reino.

«Deve mandar tirar ao Feitor da Casa da India o registo de todos os officios que se provem na India, e de quantos, e de quaes pessoas são providas.

«Deve ter em seu Escriptorio um rol de todos os que pedem commendas por serviço em Africa, com as ancianidades, e meritos em soma de cada um: e assim outro rol dos que as pedem por tenças, que tenham com essa condicção, com a somma da tença, que cada um tiver: e assim

outro rol dos que pedem mercês por Embaixadas, e idas fora, e d'esta maneira poderá mui facilmente, vagando qualquer commenda, provel-a comsigo só vendo pelos ditos róes a valia das commendas, e o merito das pessoas, e ou tirando tenças, ou pagando serviços de fóra do Reino, ou dando-as aos que a servirão em Africa poderá fazer o despacho sem trabalho.

«Deve melhorar em commendas, que vagarem, alguns homens de merecimentos, se ellas fôrem grandes, e as que elles deixarem dar a outros, e assim provendo de umas em outras poderá fazer o despacho maior, e contentar mais requerentes.

«Não se deve desanimar Vossa Alteza para procurar o remedio aos trabalhos d'este Reino ver as difficuldades, que n'isso se lhe offerecem, grão gloria e fama será a sua achando modo, e restauração de tanta perdição. As impossibilidades para isso são mais imaginarias que verdadeiras, ponha ante seus olhos muitos Principes, e Varões illustres, que limitados Reinos e Republicas levantaram a grandes Imperios, e livraram Povos de duros cativeiros: nas taes operações se mostra a virtude, o valor e o espirito; não eram estes mais que homens e alguns não eram christãos. Repartiu Deus com Vossa Alteza muitas das suas mercês communicou-lhe muitas virtudes; não quer elle sem nós as mais das vezes fazer tudo por nos não tirar o livre arbitrio, e parte da honra que nos pode caber: quer que trabalhemos que nos desvelemos, e que se aproveite Vossa Alteza do grande juizo e bom entendimento, que lhe deu: quanto mais difficultoso parece o negocio tanto mais honroso será qualquer remedio, que se lhe der, reformação é necessario em tudo novas leis, novas ordenanças, ninguem as pode instituir melhor, que o novo governador, e sendo ellas justas e proveitosas, quem as refusará, recebel-as-ha todo o Reino com animo contente pois serão para seu bem; não devem ser ouvidos os particularmente interessados, nem se pode fazer maior serviço a El-Rei nosso senhor, será mui grande o que se fizer a Deus. A disposição para o effeito é grande, e sendo assim não pode haver grande difficuldade. Far-se-ha Vossa Alteza d'essa maneira no ceu immortal por gloria, na terra por fama e para tal fim, qual será o animo que se não esforce e qual será o inconveniente que enfraqueça e estorve a determinação que n'isso se deve tomar.

«Se a despeza ordinaria, que se faz na Fortificação de São Gião se ha de converter a outra parte, entenda Vossa Alteza que levantando-se agora a mão d'aquella obra, não se tornará mais a ella, e fica perdida a que está feita, e sendo aquella fortaleza de muita importancia para a defensão do porto e de authoridade d'esta cidade, não devia de todo deixar o que está feito, mas proceder n'isso como poder, ainda que com menos gasto, ou ao menos a devia de cerrar em faxina e terra, que ao menos poderá durar sete ou oito annos, até vir melhor commodidade, e no tal reducto poderá seguramente estar a artilheria e quem a guarde para effeito, que se pretende em quanto não ha receio de grosso exercito que desembarque em outra parte.

«Deve determinar o que se hade fazer no negocio da Mina, se será serviço d'El-Rei mudar a forma custumada até aqui, e occupar desde Axem até Carão todos os portos onde se pode resgatar ouro; dizem haver n'esta costa pimenta e poder-se fazer n'esta Mina cada um anno quinhentos quintaes.

«Deixar de cobrir Tumbocutu e favorecer quem quizer tomar essa empresa.

«Deve pôr em Conselho o que se fará de Mazagão, e deliberar-se em o suster ou soltar antes que venha o inverno, para em qualquer das partes, em que se resolver, poder ter tempo para se prover, e em cada uma d'ellas (havendo em ambos muitos inconvenientes se disputa) acceitar por commum consentimento, não tomando sobre si só a eleição de suster ou em deixar pelo perigo dos acontecimentos que em cada um hade haver.

«Alargar a taxa do trigo para poder vir muito de todas as partes.

«Mandar tirar devaça dos culpados no Terreiro por pessoas que não sejam officiaes da cidade, nem menos das Justiças dos corregedores mas pessoas particulares criadas para isso.

«Arrendar a Alfandega ou não tomar depositos, não trazem nada a ella Mercadores grossos pelas avexações.

«Tomar conta ao thesoureiro da Alfandega de tres em tres mezes; porque esse é o tempo, a

que elles recebem, e pedem duas vezes o dinheiro.

«Se tudo isto observar governará com acerto, e agradará a Deus; servirá bem a El-Rei e satisfará geralmente aos povos d'este Reino.»

*
* *

Sabem que importancia ligou o cardeal-regente a estes valiosos e sensatos conselhos?

Atirou com os conselhos para o esquecimento e com o conselheiro para Tanger.

Não havia no reino um diplomata do valor de Lourenço Pires de Tavora: o *papel* que elle deu ao cardeal ao tomar a regencia, demonstra claramente as altas qualidades governativas, as poderosas faculdades administradoras do habilissimo embaixador em Roma, pois o cardeal tendo quinhentos homens capazes de governarem Tanger, e não tendo outro capaz de o dirigir na alta gerencia do estado, pegou n'este unico e metteu-o n'uma capitania africana, para se ver livre dos seus sabios conselhos, dos seus prudentes avisos, do seu implacavel bom senso.

E feito isto, o imbecil cardeal parece que leu e releu os apontamentos dos povos ás côrtes... para fazer exactamente o contrario do que elles pediam.

O povo queixava-se de os jesuitas serem ricos; o cardeal duplicava-lhes a riqueza, augmentando-lhes os collegios em Lisboa, Santarem, Evora, Coimbra e Braga.

A Inquisição odiada já por todo o paiz foi amplamente favorecida pelo seu inquisidor-mór, mal este se achou nas eminencias do poder.

O fanatismo mais imbecil e perigoso apossara-se completamente do governo d'este desgraçado reino outr'ora tão florescente.

Portugal passou a ser um verdadeiro feudo de Roma.

O concilio de Trento estabeleceu uma preponderancia enorme da Egreja sobre o poder temporal; e essas decisões que nem o proprio Carlos IX se atreveu a acceitar, Portugal recebeu-as de braços abertos sem as mais ligeiras restrições.

A regencia do cardeal-infante é uma vergonha que só tem na historia de Portugal outra vergonha que a exceda — o seu reinado.

*
* *

Na India os governadores limitaram-se a imitar servilmente o cardeal regente.

Os governos da India sob a sua idiota administração foram completamente nullos.

Morto o conde de Redondo foi nomeado D. Antão de Noronha, nono vice-rei da India e seu vegessimo terceiro governador.

Na gerencia d'este inhabil administrador ha uma farça que seria muito divertida, senão fosse um indicio deploravel do tristissimo nivel a que descera o espirito nacional.

D. Antão de Noronha era um governador patusco e beato. Passava o seu vice-reinado a cavaquear com os jesuitas, a papar missas em Gôa e deixava correr tudo á revelia.

Mas alem de tudo, alem d'inhabil, de imbecil, de desleixado D. Antão era manhoso.

Pegara-se-lhe isso por contagio nas suas intimas relações com os jesuitas.

N'este tempo, já era velha a compadrice. Os governadores tinham uma vasta recua de parentes e já eram excepções, aquelles que não tratavam mais do bem da sua familia, do que do bem da patria.

D. Antão de Noronha não era excepção.

Um parente seu, pediu-lhe um serviço qualquer que era uma injustiça flagrante.

D. Antão reconheceu a gravidade da injustiça, mas não hesitou em fazel-a.

Para salvar porem a sua consciencia, depois de assignada a ordem injusta, exclamou theatralmente:

—Mão que tal firma, bem merece ser cortada.

Os ouvintes recolheram esta sabia sentença, mas ninguem lhe apanhou a mão.

D. Antão porem, era homem de palavra. Dissera aquillo e havia de fazel-o. Effectivamente quando morreu a bordo do navio em que voltava para Lisboa, encontrou-se-lhe o testamento e n'elle ordem terminante para que depois de morto lhe cortassem... o braço direito!...

O homem está photographado n'esta pagina de folhetim que escreveu nas brilhantisimas chronicas da India.

Tudo isto é profundamente comico, mas d'um comico sombrio, terrivel, ameaçador!

*
* *

No tempo d'este jesuitico governador continuou-se em Cananor a guerra com o gentio, mas já não era aquella guerra brilhante em que se engrandecia o nome portuguez em feitos extraordinariamente heroicos.

Os indigenas não viam já nos portuguezes semi-deuses invulneraveis: o terror e o prestigio das nossas tropas passaram, e o inimigo só via nos nossos soldados uns adversarios vulgares, que embora valentes ás vezes eram susceptiveis de derrota.

Concorria muito para isso a grande exportação d'aventureiros que Portugal fazia para as suas colonias.

Os especuladores, os covardes, os bandidos começaram a misturar-se com as nossas galhardas e brilhantes tropas.

Esta mistura era-lhes terrivelmente perniciosa.

As victorias dos portuguezes iam rareando; eram já disputadas com grandes perdas nossas, e n'uma batalha naval que houve junto de Baticalá, deu-se um espectaculo vergonhoso que teve por reverso um espectaculo homerico, duplicidade que mostra bem evidentemente que dois elementos totalmente oppostos reinavam no exercito da India, apagando um com a covardia, a gloria que o outro conquistava com a heroicidade.

Junto de Baticalá, como dissemos, D. Paulo de Lima Pereira, commandando quatro galés que iam em soccorro de Cananor, encontrou-se com um corsario inimigo.

Iam já longe os tempos em que a bandeira portugueza punha só com a sua vista o inimigo em debandada, cheio de terror.

E não era só isto! Infelizmente estava-se já no tempo em que, quem fugia, não era o gentio... eram os portuguezes.

Duas das nossas galés fugiram vergonhosamente ao avistarem o inimigo. As outras duas porem, uma commandada por D. Paulo de Lima, e a outra por Bento Caldeira d'Almada, resgataram explendidamente essa vergonha, por um rasgo de valentia, digno do grande nome portuguez.

A galé commandada por Bento Caldeira d'Almada, deixou-se ir a pique sem se render, e a de D. Paulo de Lima sósinha em frente do inimigo, mostrou-se com tal audacia corajosa, atirou-se com tal atrevimento sósinha para a esquadra inimiga, que a obrigou a fugir depois de encarniçada lucta, immensamente desegual e profundamente gloriosa para os portuguezes.

D. Antonio de Noronha entretanto, defendia tambem valentemente Cananor e quando ali chegaram Gonçalo Pereira e Alvaro Paes de Soutomayor, a guerra tornando-se de defensiva na offensiva desbaratou completamente o inimigo.

O anno de 1565, anno em que se passou tudo isto, não foi mesmo assim o mais desgraçado para a India portugueza. As victorias eram muito disputadas, mas em summa eram quasi sempre nossas. Damão resistiu aos subditos do Grão Mogol, com o reforço de duzentos homens da guarnição de Chaul e quatro navios idos de Gôa e o soccorro de Colombo e o capitão de Manar, fizeram levantar o encarniçado assedio de Cota; mas o anno seguinte 1566 a guerra e o temporal viu arruinarem-se completamente duas armadas nossas no Mar-Roxo.

E a esse tempo o fanatismo, a devassidão e as traições iam cavando cada vez mais profundo abysmo entre os indigenas e os portuguezes.

No cêrco de Cananor appareceram padres a pelejarem de crucifixo em punho, sem saberem manejar a espada, e manejando desastradamente a cruz que em vez de symbolo de paz, se convertia em symbolo de odios e rancores, faziam cada vez o gentio mais do fundo d'alma detestar o portuguez, que o matava em nome d'outra religião.

Em Malaca, em 1567 apparecem os frades, então formados em milicia a quererem auxiliar D. Leoniz Pereira, contra o cêrco do sultão d'Acheu. O seu auxilio porem, foi de tal ordem que D. Leoniz teve de os mandar retirar das muralhas e obrigal-os a irem auxilial-os para o templo com as suas resas,—auxilio que não compromettia tanto o exito da victoria como o do seu braço na brécha.

As arbitrariedades dos capitães e chefes, as immoralidades repugnantes dos soldados aventureiros e piratas, davam o braço ao fanatismo e atiravam o sol radiante da India portugueza para o seu triste occaso.

O capitão de Cota por exemplo mandava, salgar cadaveres para sustento da guarnição, D. Antão de Noronha, depois de fundar mais uma fortaleza em Mangolir, não teve força nos seus soldados que assombravam a cidade com as suas devassidões licenciosas. Em Pernate, o capitão Diogo Lopes de Mesquita, chamou traiçoeiramente á sua fortaleza o sultão Aeyro para o mandar matar covardemente ás punhaladas; em Coron, os portuguezes depois de se alliarem com os naturaes para rechaçarem um exercito inimigo, levantaram contra si os odios dos seus alliados pelo seu infame procedimento com as mulheres d'elles: e nada d'isto se podia evitar, porque os governadores não tinham força: estavam á mercê dos piratas, que iam de Portugal ali, fazer fortuna para elles, e fazer vergonha para o paiz.

* * *

Passando agora da Asia para a Africa vamos encontrar em Tanger o grande diplomata Lourenço Pires de Tavora, para ali exilado pelo estulto orgulho de D. Henrique, mas apparentemente ali mandado para commandar uma defesa importante, afastando assim de junto de si esse homem que o incommodava com os seus sabios e prudentes conselhos a titulo de alta prova de confiança na sua pessoa e na sua capacidade.

Dizia-se no reino que o xarife Muley Abadalá, rei de Marrocos, tentava cercar Tanger para se vingar da derrota dos seus em Mazagão. O cardeal regente aproveitou a occasião para entregar o posto d'honra de Tanger a Lourenço Pires de Tavora, e para ali o enviou apesar da resistencia que este offerecera, allegando a sua avançada idade e cansaço de grandes trabalhos.

Em 1564, em 15 d'abril, partiu pois para Tanger o grande diplomata, em um galeão bem armado, e acompanhado de grande numero de fidalgos e entre os quaes seu filho Christovão, e seu cunhado e sobrinhos. Chegados a Tanger espalhou-se rapidamente a fama do grande capitão-mór e o valor da gente que comsigo levava. O papa Pio IV, muito amigo de Lourenço Pires de Tavora escreveu-lhe uma carta muito affectuosa, felicitando pelo seu novo cargo e escreveu ao mesmo tempo outra a D. Sebastião dando-lhes parabens pela escolha acertada do capitão de Tanger.

Não passou nunca de boato a tentativa do assedio vingativo do Xarife Abdalá, mas em compensação os portuguezes tiveram ali bastante que pelejar, com os mouros capitaneados pelo alcaide de Arsila, Cide Roho Bentuda e seus filhos, pelejas que duraram mais d'um anno, sempre favoraveis aos nossos as victorias e contrarias aos mouros.

Cide Roho Bentuda furioso com as continuas derrotas, ferido no intimo da sua immensa vaidade pela tenacidade com que o repelliam os portuguezes commandados por Lourenço Pires de Tavora, teve então uma idéa antiga, estapafurdia, original, mandar desafiar o celebre capitão-mór que tanto insultara com os seus feitos a sua orgulhosa coragem.

Esse desafio foi feito por dois judeus, e escripto por elles e por elles assignado havendo desconfianças de logro.

Era assim:

«Dizemos nós Salomão Alcarvuche e Abrahão Guibre, creados do senhor Alcaide Cide Roho Bentuda, que Deus guarde, que he verdade que o dito senhor Alcaide nos mandou, que da sua parte dissessemos ao senhor capitão de Tanger, Lourenço Pires de Tavora que o desafiava com a quantidade de gente, que elle senhor capitão quizesse, para com outros tantos, elle senhor Alcaide pelejar com elle, e que para segurança d'isto vir a effeito se dariam de ambam as partes os refens que fossem necessarios e que elle tinha jurado pela cabeça del-Rey, seu Senhor de cumprir assim; e que se elle senhor capitão não quizesse acceitar o desafio, que elle promettia de o escrever a El-Rey de Portugal pela via de Mazagão: e porque he verdade que o senhor Alcaide nos mandou que dissessemos as palavras que n'este nosso assinado se contem lhas dissessemos da sua parte ao senhor Capitão, e por verdade d'isto nos assinamos aqui ambos, nove de maio de 1565. Salomão Alcarvuche e Abrahão Guibre.»

Lourenço Pires de Tavora cavalheiroso e valente como era, acceitou logo esse desafio e começou a negociar as condições, mas n'esses preliminares, houve da parte dos mouros tanta deslealdade, tanta má fé, que em breve se tornou

certo encobrir aquelle desafio uma cilada e tudo se desmanchou.

Tem aqui entrada um documento curioso, a carta do rei D. Sebastião a Lourenço Pires de Tavora a esse respeito. Diz assim:

«Lourenço Pires de Tavora amigo, eu El-Rei vos envio muito Saudar. Por via de Nicolau Botelho, recebi as vossas cartas de 6 e 16 do presente, em que me dais conta do recado que o Alcaide de Arzila vos enviou por Abrahão Guibre e Salomão Alcarouche judeus, e como vos parecera devido ao serviço de Deus, e meu, e a vossa honra e reputação responderdes ao dito Alcaide, na fórma em que o fizestes, segundo particularmente vi pela copia da carta, que por Pedro Veloso, vosso creado, escrevestes ao dito Alcaide, que me enviastes juntamente com o treslado da reposta, que o dito Alcaide vos mandou, e da que lhe fizestes e as causas e rasões que vos moveram a aceitardes esse desafio antes de m'o fazerdes a saber, e os termos em que este negocio ficava, e sendo elle de tal qualidade que não sómente consiste n'elle honra e reputação, mas ainda se aventuram os principaes cavalleiros que n'essa cidade me servem, que são a principal força, e defensão d'ella, por mui certo tenho, que fareis em toda esta materia as considerações que ella requer; pelo que não tenho n'isso que dizer senão que espero em Deus nosso Senhor, que assim como o principal respeito, que dizeis que a isso vos moveu, foi por ser seu serviço o seja de vos deixar sahir d'esta empreza com aquella honra, e victoria que eu desejo, e alem da muita confiança que tenho em nosso Senhor, será servido d'isto ser assim; tambem me dá d'isso certa esperança entender por vossa carta o bom animo, e prompta vontade, que em todos os forasteiros, cavalleiros, e moradores d'essa cidade conheceis para este desafio se effectuar, e n'elle servirem a Deus e a Mim, o que eu de todos, e de cada um d'elles tenho por mim certo; e porque todos não poderão entrar no dito desafio, em caso que se haja de effectuar, aos que n'elle entrarem fazei certo da minha parte do conhecimento e lembrança que sempre terei d'este serviço, e aos que não couber n'elle entrar direis que lhe agradeço suas boas vontades, e que elles se devem de contentar como eu entender, e ter por mim certo quanta força a si mesmos fazem em soffrerem o não entrarem no dito desafio, quão iguaes uns, e outros estão nas vontades e nos desejos de me ouvirem, e de offerecerem suas pessoas e vidas por meu serviço de que eu terei sempre a lembrança, que é rasão e que não faltarão outras muitas occasiões, em que possam mostrar o esforço de suas pessoas; e o que n'esta materia mais se passar, e fizer me escrevereis com aquella diligencia que ella requer.

«Escripta em Lisboa em 30 de maio de 1565. —*Sebastião.*»

Quiz porem Lourenço Pires de Tavora, mostrar que apesar de velho havia n'elle ainda o mesmo valor guerreiro que o cobrira de gloria na celebre defesa de Diu, e para que nem os mouros nem os portuguezes podessem ver na recusa do desafio um acto de cobarde prudencia, fez varias sortidas contra os mouros, nos arredores de Tanger, sortidas em que sempre ficou victorioso, ferindo n'uma d'essas sortidas uma batalha verdadeiramente heroica, em que quatrocentos mouros foram derrotados por quarenta portuguezes.

A gloria diplomatica de Pires de Tavora foi realçada no seu governo de Tanger pela gloria militar.

No reino davam-se entretanto grandes mudanças politicas, e começava a entrar na grande scena de Portugal esse vulto extranho, que deixou na nossa historia um rasto de sangue que podia muito bem ter sido um sulco luminoso — D. Sebastião a quem o Cardeal Infante completamente logrado pelos jesuitas, dava o governo, tendo apenas quatorze annos d'idade.

Vamos pois encontrarmo-nos com o Rei Desejado, com o valente cavalleiro, o ousado campeador a quem a fatalidade abriu uma cova onde elle ia procurar um monumento, com esse mysterioso e juvenil monarcha que seria um heroe senão tivesse sido um desgraçado, que teria feito de Portugal um grande reino florescente senão tivesse feito d'elle um miseravel paiz de escravos.

*

* *

Antes porem de entrar-mos no verdadeiro reinado de D. Sebastião, antes d'irmos buscar essa creança ao berço e acompanhal-o até ao tumulo

aberto pela sua espada valente em Alcacer-Kivir, assistamos á scena da deposição da regencia do Cardeal Infante, a essa comedia em que o imbecil inquisidor-mór continuou a ser o que tinha sido e havia de ser toda a sua vida, uma *mario-nette* nas mãos habeis dos jesuitas.

Luiz Gonçalves da Camara primeiro mestre e depois confessor de D. Sebastião assenhoreara-se completamente e rapidamente da intelligencia fugosa do joven principe, d'aquella organisação ardente, ascetica e extranha.

Ao 14 annos o rei era apenas o braço, elle, o astuto jesuita, era a cabeça, a vontade.

O cardeal-infante até ali um auxiliar passava a ser um estorvo.

Deixou de ser preciso aos jesuitas, o inquisidor-mór; e os jesuitas trataram de o pôr fora do lugar a que o tinham elevado quando d'elle precisavam.

D. Henrique porem tinha uma desmedida ambição de governar: amava loucamente o poder simplesmente pelo poder, e era facil que apesar da sua fraqueza, da sua imbecilidade, da sua docilidade á companhia de Jesus se revoltasse contra ella, se ella abertamente, francamente tratasse de lhe arrancar das mãos o sceptro que elle tanto amava.

Tratava-se pois de o pôr fora, pela intriga, pela finura, pela *ruse*, e nunca ninguem manejou estas armas subtis e infalliveis como *os bons* dos jesuitas.

A rainha D. Catharina ficara sempre tendo no seu coração de rainha e de mulher, certo espinho contra seu cunhado.

Apesar da boa vontade com que largára o governo nunca lhe perdoára tel-o acceitado: apesar de ter cedido á força dos jesuitas na questão dos perceptores do rei seu neto, nunca lhes perdoára a victoria.—O Cardeal representava para ella a influencia dos jesuitas triumphantes, alem d'isso o tratamento que recebia na côrte não lhe adoçava muito as suas antipathias pelo regente.

Os jesuitas sabiam tudo n'esse tempo e sabiam perfeitamente o que se passava no espirito da rainha avó.

Sabiam-n'a inimiga secreta do cardeal, e exploraram habilmente essa inimisade.

Pactuaram com ella, outr'ora sua adversaria, para pôrem fóra do throno o estulto inquisidor-mór.

D. Catharina aproveitou o ensejo de ajustar contas com seu cunhado e uniu-se aos jesuitas.

Começou então na côrte uma engraçada comedia.

Os jesuitas e a rainha-avó, trataram de persuadir o cardeal regente, que D. Sebastião apesar de muito novo ainda, tinha já bom senso e intelligencia necessarias para governar o reino e que se o cardeal não esperasse pelo prazo marcado para lhe entregar o governo, e considerando-o já como homem depozesse nas suas juvenis mas fortes mãos as redeas do poder, o rei ficaria extremamente lisongeado, teria pelo cardeal uma amisade cheia de gratidão e de sympathia, ouvil-o-hia d'ali em diante em tudo, e D. Henrique em vez de ser mais uns annos apenas regente, ficaria sendo toda a vida o verdadeiro rei, por seu sobrinho.

O cardeal deixou-se cahir no laço armado sem a mais ligeira hesitação.

O que elle queria era governar; acenaram-lhe com um governo eterno, perdeu a cabeça, não pensou em mais nada e tratou logo de entregar o poder nas mãos de seu sobrinho, imaginando que d'ali em deante continuaria a governar o reino por detraz do rei, com a unica differença de transformar a sua regencia provisoria em regencia anonyma mas vitalicia.

Cahido na rede viu logo que se enganara redondamente.

No mesmo dia em que entregou o governo ao joven rei, percebeu, mas já tarde, que fôra logrado.

Entregara o cardeal ao rei n'essa solemnidade o papel a que já nos referimos, a conta da sua regencia.

O novo monarcha ouviu-o com uma frieza que lhe abriu immediatamente os olhos.

Estava logrado.

O seu poder terminara, o rei não fizera caso d'elle: o verdadeiro rei d'ali em deante ia ser Luiz Gonçalves da Camara.

Corrido, desgostoso e apaixonado, D. Henrique retirou-se para o mosteiro d'Alcobaça a chorar o governo perdido.

Infelizmente não o perdera ainda de todo: e mais tarde veremos apparecer na historia o vulto d'esse imbecil velho a enterrar na lama, a inde-

pendencia portugueza que D. Sebastião afogara em sangue nos campos d'Alcacer-Kivir.

CAPITULO VI

O herege na côrte

Fallámos já da anciedade com que era esperado por todo o reino o nascimento do filho do principe D. João e da princesa D. Joanna, anciedade que deu logo ao novo rei ao entrar no mundo o cognome de *Desejado*, agora, antes de irmos encontrar no berço essa heroica creança condemnada pelos desvarios do seu avô, pelo fanatismo dos seus mestres, pela fatalidade do seu caracter a espedaçar em Alcacer-Kivir o sceptro d'ouro que com tanto regosijo a nação depositou nas suas tenras mãos, aos tres annos d'edade, percorramos a lenda que se fez em torno do seu berço ainda vazio, leiamos essas paginas de chronica, cheias do colorido fatalista, sinistro, sobrenatural dos contos do Oriente.

Entre os episodios terriveis que precederam o nascimento de D. Sebastião, ha um profundamente dramatico, mysterioso, extranho, que escurece como uma nuvem negra entristece as alvoradas, os dias alegres, festivos, radiantes das bodas de D. Joanna e D. João.

É esse episodio que nos deu o titulo do nosso capitulo—um bello titulo de romance.

Fora celebrado com grande alegria pela côrte, pela nobreza e por toda a nação o casamento do principe D. João, com a formosa princesa castelhana.

Os *Tedeums*, os festejos, e os banquetes succediam-se.

N'um domingo de dezembro de 1552, quatro dias depois do casamento dos principes havia no Paço grandes festas.

D. João III quiz n'esse dia ouvir missa na sala como fazia muitas vezes, e o capellão d'el-rei, o padre Julião Soares, começou a celebrar a missa no meio de toda a familia real e de todos os grandes do reino.

Quando chegára ao levantar a Deus, e quando o sacerdote erguia lentamente sobre o altar a hostia branca e sagrada, e os grandes da terra curvavam as suas frontes altivas ante o rei dos reis, um homem, um inglez, que assistia á santa ceremonia, como que allucinado, desvairado, louco, agarrou-se ao celebrante, atirou-lhe a hostia ao chão e começou aos murros a elle.

Imagine-se o effeito extraordinario produzido por esta scena em pleno seculo XVI, na propria côrte do rei *Piedoso*.

O fanatico duque de Bragança quiz logo matar ali o atrevido herege: toda a côrte alvorotada se lançou ao sacrilego inglez, mas o rei ordenou que o não matassem para d'elle se saber quem o mandara commetter aquelle crime extranho e incomprehensivel.

O herege foi preso, e a missa continuou. A alegria porem desapparecera de todos os espiritos, o sacrilegio annuviára aquella brilhante festa, apagára todos os sorrisos, preoccupára todos os animos.

A extraordinaria bulha que o caso fez na côrte repercutiu-se cá fóra, e a indignação do clero e povo foi o echo da indignação da nobreza.

Emquanto ao herege, fôra logo levado para os carceres do Limoeiro, e n'essa mesma tarde o inquisidor Eusebio Homem, mandado por el-rei se foi a interrogal-o, e a convencel-o de pedir perdão a Deus e ao rei da dupla offensa que lhes fizera.

A resposta do herege deita luz clara sobre o extranho caso.

Disse que só a el-rei fizera o desacato e que lhe pedia perdão, e emquanto a Deus nenhuma injuria lhe fizera porque Deus estava no ceu e não na hostia.

Como se vê, o sacrilego não era um louco, era um fanatico do protestantismo, e no dia immediato era um martyr da religião reformada.

Effectivamente, no dia seguinte, segunda feira, 12 de dezembro, o herege foi queimado em uma fogueira, defronte dos Paços Reaes,—porque «já que se não podia executar o castigo onde commettera o delicto, como diz o chronista, se fizesse ao menos lá perto, e á vista d'el-rei para excremento» depois de lhe terem sido cortadas as mãos no pelourinho da Ribeira.

Vale a pena transcrever o periodo em que D. Manuel de Menezes conta o supplicio para se vêr a furia, o odio assanhado com que o escriptor junta as suas pedras ás dos garotos que martyrisaram o fanatico protestante, no fim de tudo tão digno de respeito e de veneração como todos os

martyres da fé christã, como todos os martyres d'uma idéa.

«E n'este dia ás quatro horas da tarde, o tirou a justiça da cadeia do Limoeiro e o trouxe arrastando em um coiro de boi, sem misericordia, visto não ser catholico e o povo que era infinito, o queria despedaçar a cada passo, e chegando ao Pelourinho da Ribeira lhe cortaram as mãos, e d'aqui em um instante foi levado ao lugar da fogueira onde estavam milhares de rapazes com muitas pedras, e ali lhe tornaram a fazer novas perguntas, ás quaes nunca quiz responder, estando muito duro e emperrado á vista do que foi logo levantado e preso a um mastro, para melhor ser visto de suas altezas, e tornando-lhe a requerer com grande efficacia se arrependesse que ainda Deus haveria misericordia d'elle e não seria queimado vivo, não quiz acceitar nem responder, pelo que lhe foi posto o fogo e lhes começaram a atirar muitas pedras, e em fim apedrejado e queimado entregou o maldito herege a sua alma e corpo aos demonios para ser eternamente atormentado nos infernos.»

Como veem as paginas do chronista destillam ainda o rancor profundo que sugerira o sacrilegio do inglez. No dia immediato fez-se procissão de desagravo em que tomaram parte o rei a familia real e toda a nobresa do reino e em Santarem e outras terras do Reino se fizeram eguaes procissões pois o caso fôra um verdadeiro escandalo que correra rapidamente todo o paiz.

*

* *

Mais tarde, d'ali a mezes quando a princesa D. Joanna estava nos ultimos periodos de gravidez, esta historia sinistra accordou em todos os espiritos e fez côro com os phenomenos extravagantes uns lendarios, outros profundamente naturaes mas tomados pela ignorancia do tempo á conta de sobre humanos, que se apresentavam como fataes presagios em torno do berço que devia embalar D. Sebastião.

Entre esses presagios o mais terrivelmente sinistro, foi a morte do principe D. João, dias antes do nascimeuto de seu filho.

A morte d'este bom e sympathico principe tem um colorido verdadeiramente romantico.

Morreu da mesma doença que matou o grande Raphael Sanzio, morreu d'amor.

A medicina misturou-se desastradamente ao romance e fez descambar a poesia toda da doença do principe com a mais chata prosa, dando um nome prosaico a esse mal tão terrivel e ao mesmo tempo tão ideal.

A medicina do tempo chamou á doença de D. João:—*Paixão habetica.*

A doença era uma sêde continua, insaciavel, uma sêde que o matou. Conta-se assim a sua morte:

Uma manhã em que estava menos vigiado, o principe que fôra separado de sua mulher, por ordem dos medicos que viam as causas da doença «na demasiada communicação e amor com que se havia com a Princesa» uma manhã, diziamos nós, o pobre enfermo devorado pela sêde fugiu da cama e foi-se pôr a beber sofregamente a agua da chuva que estava empoçada ao pé d'uma janella. A agua estava choca, o principe peorou logo e no dia immediato morreu.

Esta morte que veio adejar em torno do berço de D. Sebastião, como um dos muitos tristes presagios que enegreceram o ultimo periodo da gravidez da princesa D. Joanna, teve tambem a sua lenda, tambem os signaes prodigiosos a vaticinarem-n'a.

Quando o malogrado principe casou com a princesa castelhana em Almeirim appareceu em Lisboa, «no ar quasi em cima da Sé, resa a chronica, uma exhalação de fogo em forma, e grandesa d'um cofre meio aberto.»

Este signal devia ser o cometa celebre na astronomia com o nome de cometa de Carlos v.

Os portuguezes chamaram-lhe *athaúde* ou *sepultura*, e ficaram aterrados com elle.

A côrte estava em Almeirim entregue aos folguedos e festejos das bodas principescas. De Lisboa as aves agoureiras mandaram logo para ali noticia do cometa que elles interpretavam como nuncio de ruins acontecimentos.

Em Almeirim choveram tambem as interpretações supersticiosas: as crendices andavam n'esse tempo por todos os espiritos e o cometa foi decifrado como um presagio das desgraças que se estavam amontoando sobre o reino em festas.

Tudo isto veio á baila quando morreu o principe D. João e quando estava para nascer o rei *Desejado.*

E juntaram-se-lhe as coisas mais monstruosas

que os chronistas narram com uma sinceridade e uma seriedade que explicam bem o terror que essas fabulas inspiraram no animo do povo, desde o momento que se conseguiram enraizar na boa fé dos espiritos mais lucidos e claros do tempo.

Em pleno seculo XVI, a nossa historia assume o aspecto d'uma perfeita lenda como a historia primitiva das grandes nacionalidades remotas.

Na noite anterior áquella em que adoeceu o principe D. João, a princesa D. Joanna que velava o somno do seu marido viu, alta noite, á luz avermelhada e tremula da tocha, que alumiava o quarto, uma mulher vestida de lucto com mangas de pontas e touca larga que pondo-se-lhe deante «deu um trinco com os dedos e logo um assopro para o ar» como quem diz: «As suas esperanças são fumo que o vento leva» e desappareceu deixando a princesa cheia de terror.

Ainda mais.

Noites antes do parto, estava a princesa passeando na varanda de Pela, com as suas aias, Dona Leonor Manuel, marqueza de Navarra, e a princesa d'Asculy, D. Euphrasia, e viu de repente sahir da varanda do rei, muitos mouros, com vestes multicores e de tochas accesas na mão, cantando umas cantigas que não deviam ser muito divertidas e que se resumiam segundo a chronica n'esta ingenua letra: «*Ly, ly, ly, ly.*»

Esta procissão sahia da varanda, ia direita ao Forte e depois chegando ao mar lançava-se n'elle.

Para ser banho áquella hora era extraordinario.

O que seria?

Ao principio, a princesa e suas damas pensaram que fosse aquella procissão alguma surpreza mandada fazer pelo rei.

Foi-se perguntar ao monarcha; mas as portas por onde os mouros sahiram estavam fechadas!

A coisa passava então a ser mais séria, e a princesa e suas aias retiraram-se a palacio fechando todas as portas e janellas transidas de medo por causa dos mofinos mouros.

D'ali a dias, tornou-se a repetir o mesmo espectaculo.

Não havia remedio senão deixar a varanda da Pela.

Não valeu porem de nada isso, porque fechada no seu quarto, noites depois com uma aia, viu as mesmas negregadas figuras de mouros que entravam e sahiam sem a mais ligeira ceremonia no seu quarto real. Assustada profundamente a princesa cahiu desmaiada em braços de sua aia, que n'essa occasião nada viu.

E não pararam aqui as coisas sobrenaturaes.

Em sonhos a princesa via as infaustas sombras; acordada via apagarem-se de repente as velas do seu quarto.

Ao passo que isto se passava nos quartos do palacio real, na cidade ouviam-se no ar «retinidos de guerra ais, e suspiros espantosos.»

As procissões dos mouros, que ou eram visões doentias da gravidez adiantada, ou sonhos das imaginações supersticiosas, foram aproveitadas com muito talento e com bello effeito dramatico, pela poesia e pelo romance. [1]

A hora do parto aproximava-se, e o povo atemorisado com os tristes presagios que se acumulavam em torno da princesa que ia ser mãe, d'aquelle em quem o paiz depositava todas as suas esperanças de autonomia e de salvação, fazia preces a Deus, procissões de penitencia para que o Senhor désse da princesa D. Joanna filho varão que herdasse a corôa do rei *Piedoso*, e para que a lenda se junte sempre a este ponto da nossa historia, a chronica ingenua conta que a um frade de Santa Cruz de Coimbra estando em preces lhe apparecera D. Affonso Henriques, sepultado n'aquella egreja, e com elle S. Theotonio e S. Sebastião, e lhe dissera:—Que Deus a rogo d'elles todos tres suspendia a sua ira e queria usar ainda da sua misericordia com este reino, dando-lhe um principe que o herdasse, o qual se chamaria Sebastião, por respeito do Santo Martyr.

Por outro lado, emquanto os mortos appareciam a tres e tres aos frades de Coimbra, uma sybilla de Lisboa apparecia na egreja de S. Domingos e dizia aos officiaes da companhia de Jesus: «Que assentassem no livro por confrade ao principe D. Sebastião, que assim se havia de chamar o que a princesa parisse, e que senão sabia que morte teria.»

E assim cercado de coisas extraordinarias, de

[1] O grande escriptor, o sr. Pinheiro Chagas, tem nas suas excellentes novellas historicas uma baseada n'estas lendas, *Um berço de maldição*, e o eminente poeta o sr. visconde de Castilho, aproveitou a lenda para uma das mais bellas scenas do seu *Camões*.

prophecias maravilhosas, d'agouros estupendos, appareceu n'este mundo pouco depois da meia noite de 19 de janeiro de 1554 o homem que devia vibrar o golpe mortal ao paiz que o esperava ancioso, e que via n'elle a sua unica salvação.

CAPITULO VII

A infancia de D. Sebastião

Oito dias depois de nascer no meio de festas e de procissões, o filho posthumo do infeliz principe D. João foi baptisado no Oratorio do Paço no meio do regosijo geral. Foram padrinhos do futuro rei, el-rei D. João III seu avô, e o infante D. Luiz seu tio, e madrinha sua avó a rainha D. Catharina.

Baptisou-o seu tio-avô, o imbecil cardeal D. Henrique, e pôz-lhe o nome de Sebastião por ter nascido o neophyto no dia em que a egreja celebra a festa d'esse santo.

Paulo IV, então papa, mandou ao desejado principe uma das settas authenticas com que foi ferido o santo martyr da fé, e essa setta serviu depois ao rei D. Sebastião para a instituição de uma ordem militar, que morreu com elle em Alcacer-Kivir, como morreu a nossa autonomia e a nossa nacionalidade.

Foi depois do baptisado de seu filho que a princesa D. Joanna soube da morte de seu marido. morte que lhe fôra até ali encoberta: e a alegria de mãe foi logo enluctada com as lagrimas sinceras e dolorosas da viuva.

As exequias do principe D. João que até então não se tinham feito para não desvendar a noticia á sua viuva, celebraram-se dias depois do baptismo de D. Sebastião, e sem inventar lendas estupidas, sem ir buscar crendices idiotas e presagios imbecis, é facil, a qualquer espirito por menos timorato que seja, assustar-se ante esta lugubre coincidencia que poz ao pé do berço de D. Sebastião um athaude, que misturou aos repiques festivos dos sinos os plangentes dobres funereos.

Sabida officialmente a morte do principe D. João, tanto em Portugal como em toda a Europa, o imperador Carlos V, pae da viuva do principe portuguez, veio dar os pezames a D. João III e ao mesmo tempo pedir-lhe em nome de seu filho D. Filippe, que tinha de deixar os seus reinos de Hespanha para ir a Inglaterra celebrar o seu casamento com a rainha D. Maria, para que a princesa D. Joanna, visto ter enviuvado, voltasse a Hespanha a tomar o governo dos seus reinos na sua ausencia.

D. João III accedeu a este pedido, com grande descontentamento do reino que queria muito á mãe do principe em quem depositava todas as suas esperanças, e no dia 12 de maio de 1554, a princesa, coberta de crepes, embuçada, sem ver ninguem e de ninguem ser vista, deu beijamão de despedida á alta nobreza do reino, e a todos que d'ella se quizeram despedir e n'essa mesma noite partiu para os paços de Xabregas e d'ahi seguiu para Hespanha, mas com tanta pena e dôr que ao despedir-se de seu sogro teve um desmaio.

Transcrevemos agora do chronista que já por mais vezes temos citado parte da descripção da viagem da princesa castelhana até ás fronteiras do seu reino por nos parecer um estudo extremamente curioso dos costumes da época.

«Ao outro dia pela manhã partiu a princesa seu caminho, recolhida em umas andas pretas fechadas, muito triste, só, sem ver pessoa alguma e acompanhando-a o infante D. Luiz, seu tio, com todos os Fidalgos de sua casa e chegando a Arrayolos, a estava o Duque de Bragança D. Theodosio esperando meia legoa fóra da Villa, com toda a sua gente que eram mais de mil homens de cavallo, que o acompanhavam todos com capuzes e carapuças de luto, e estribeiras envernisadas, todos muito bem cavalgados, e preparados conforme a occasião e grandesa do Duque requeriam e estavam postos em alas d'uma parte e da outra da estrada, por onde a Princesa havia de passar, ainda que eram uns outeiros e ladeiras. E como o Duque costuma encontrando a El-Rei no campo apear-se para lhe beijar a mão, e El-Rei o manda pôr a cavallo, e então lhe dá a mão a beijar, o infante D. Luiz que conheceu o intento do Duque, e sabia, que a Princesa não havia de querer usar com elle d'aquella ceremonia, por ir fechada nas andas, e não se querer descobrir, lh'o mandou dizer: *E que tivesse sua senhoria por bem retirar-se para a villa, e que isto ficasse reservado para quando a princesa se apeasse e quizesse recolher ao seu aposento.* O duque o teve por bem e obedeceu com grande

generosidade e bom semblante e deixando os seus para acompanharem a Princesa e Infante até o aposento, se foi, com seus fidalgos de sua casa esperal-a á porta d'elle onde a Duqueza estava, com todas as suas Damas, e aias, para a acompanhar e servir, e chegando a princesa, foi recebida em um quarto dos Paços do Duque, que lhe tinha prevenido, e muito bem adornado, e ali lhe beijou o duque e a duqueza a mão, e foi isto em sabbado desenove do dito mez ás dez horas da manhã.

«E feita a entrega da princesa ao duque logo o infante se despedio e partiu da villa, vindo jantar fóra a uma quinta, aonde o duque lhe mandou muito comer para elle e sua gente e para as cavalgaduras e aos da princesa deu banquete, e a toda a mais gente que se achava na villa, e como estava o mar tão longe, arredado d'ali tantas leguas, tinha o duque prevenido e mandado vir tanta quantidade de peixe a todo o custo, que feito em varios guisados, e dado com abundancia subejou tanta quantidade que todos os que queriam se carregavam d'elle, sem que os do duque o impedissem e os castelhanos o levavam ás cargas para Castella. E a mesma abundancia houve ao outro dia, domingo, que a princesa se deteve ali, em que se deu banquete de carne de toda a sorte e diversidade de caças, vacca, carneiro, presunto, etc., guisada de muitas maneiras, com muito e bom vinho, fructas e doces, tudo tão bom e em tanta quantidade, que se admiraram muito os castelhanos da grandeza do duque, e o mesmo se obrou nos dias seguintes até a princesa ser entregue em Castella, mandando o duque prover tudo muito bem á sua custa, em que despendeu mais de vinte mil cruzados, quantia grande para aquelle tempo! e foi muito honrado por esta generosidade de sua pessoa.

«Ao outro dia, segunda feira, vinte e um do dito mez de maio, partiu a princesa d'ali, e foi dormir a Sousel, á terça feira foi a Arronches e á quarta feira, vinte e tres de maio ás dez horas da manhã foi pelo duque de Bragança, que a acompanhava com toda a sua gente, entregue na raia dos dois reinos Portugal e Castella, aos bispos de Osma e Badajoz e a D. Garcia de Toledo, seu mordomo-mór, e d'ali a levaram á villa de Alcantara, onde a veio esperar o principe D. Filippe, seu irmão, e d'ali a acompanhou até á côrte de Valhadolid.»

Sahindo para sempre d'este reino onde deixava os seus mais caros affectos, um n'um tumulo, outro n'um berço, a princesa D. Joanna viveu vida santa em Castella, uma vida toda cheia de boas acções e boas obras, governando os reinos na ausencia de seu pae e de seu irmão, com muita prudencia e inteireza, fundando no sitio onde fôra baptisada um mosteiro que se tornou celebre, o *mosteiro das descalças* de Madrid, e uma casa de misericordia á imitação da que vira em Portugal.

N'esse mosteiro onde está sepultada e onde por muito tempo se fez a commemoração da morte do rei desejado no dia de finados, a piedosa princesa consagrou dois altares, um o do Evangelho a S. João Baptista, e outro o da Epistola a S. Sebastião em memoria de seu filho que deixára no reino lusitano.

D. Joanna morreu em 1573, cinco annos antes da terrivel catastrophe de Alcacer-Kivir.

*
* *

Em 11 de junho de 1557 a apoplexia atirou com o rei piedoso para a posteridade, cujo juizo lhe devia ser tão desfavoravel.

Tinha tres annos o principe D. Sebastião quando a morte de seu avô lhe poz na cabeça a pesada corôa d'estes reinos.

Contámos já como a rainha avó, D. Catharina, ficou com a regencia do reino na menoridade do seu neto, como essa regencia foi disputada pelo cardeal e o mais que se passou nas altas regiões do estado, até ser dada a maioridade e o poder a D. Sebastião; vamos agora assistir á acclamação do rei creança e seguir rapidamente os seus annos d'infancia, estudar o seu caracter, e a sua educação onde está todo o defeito fatal do seu triste e inglorioso reinado.

No dia dezeseis de junho, vespera da festa do Corpo de Deus, cinco dias depois da morte de D. João III, reuniu-se á uma hora da tarde nos Paços da Ribeira toda a nobreza do reino, a camara municipal da cidade, sem estrondo nem ruido por causa da recente morte de D. João III, mas tambem sem lucto e vestidos de gala.

Á hora marcada o principe D. Sebastião,— que tinha então tres annos, quatro mezes, e

vinte e sete dias d'idade,—ao colo de D. Duarte d'Almeida, e o cardeal D. Henrique a seu lado, entraram na sala acompanhados pelos grandes do reino. O chronista descreve como qualquer noticiarista moderno a *toilette* da creança que ia ser rei.

Essa *toilette* riquissima compunha-se d'um pelote de setim branco com calças e gibão roxado d'ouro e botões do mesmo metal, e gorro de setim branco com medalha e penacho; uma opa do mesmo setim, cuja fralda era trazida pelo marquez de Torres Novas, filho primogenito do duque d'Aveiro.

Precediam o futuro monarcha, todos os reis d'armas de Portugal, Algarve e India com suas cottas d'armas, todos os porteiros com suas massas de prata nas mãos, e chegados que foram a um estrado de quatro degraus que havia no fundo da sala, sentaram o principe D. Sebastião n'uma riquissima cadeira, tendo aos lados, sua ama, e sua aia D. Joanna Déça, e o cardeal infante tomou assento ao lado do seu real sobrinho.

Em seguida, o thesoureiro real, Gaspar de Sarria, apresentou ao camareiro-mór do cardeal um sceptro d'ouro de tres palmos de comprido e da grossura d'um dedo: o camareiro beijou-o e deu-o ao cardeal, que beijando-o tambem o poz na mão de el-rei, que apesar do sceptro ter sido feito de proposito mais pequeno por sua causa, o não podia suster sósinho e foi preciso que sua aia o ajudasse.

Tomou então a palavra o dr. Antonio Pinheiro, pregador e chronista do rei D. João III e disse com mais ou menos eloquencia o que é costume dizer-se n'estas solemnidades, partecipando, porem, que D. João III ordenara que a rainha sua viuva governasse o reino na menoridade do seu neto, os taes valores entendidos entre a rainha e seus partidarios a que já nos referimos no começo da nossa historia.

Em seguida a Antonio Pinheiro o secretario Pedro de Alcaçova Carneiro leu as procurações da rainha D. Catharina ao cardeal, para elle em seu nome poder dar e jurar a homenagem a seu neto, el-rei D. Sebastião, e para em nome d'ella tomar o juramento a que os reis são obrigados em tal caso.

Prestados solemnemente estes juramentos o cardeal ajoelhou deante de D. Sebastião e beijou-lhe a mão por parte da rainha como a seu rei e senhor, e em seguida ao cardeal, o infante D. Duarte condestavel do reino e os altos personagens, beijaram a mão e prestaram juramento ao novo rei e acabado o beijamão, tendo o alferes-mór do reino a bandeira real nas mãos, o rei d'armas de Portugal disse em voz alta: *Ouvi, ouvi, ouvi*, e o alferes-mór agitando a bandeira clamou:

«Real, Real, Real, pelo muito alto e muito poderoso Principe D. Sebastião, nosso Senhor, Rei de Portugal.»

Responderam todos os reis d'armas, repetindo a mesma phrase, e depois dos instrumentos festivos atroarem os ares, o alferes-mór do reino desceu um degrau do estrado, repetindo as mesmas palavras, a que responderam os reis d'armas e o povo que enchia o Terreiro do Paço.

Depois de se fazer a acclamação, o rei foi levado ao collo a um oratorio do paço com o cardeal e outros grandes do reino a dar acção de graças a Deus, e entretanto, o povo com a camara municipal á frente, com a bandeira da cidade, esperavam que el-rei voltasse á varanda para se mostrar ao povo, e quando o monarcha appareceu levantaram-se vivas unanimes, salvaram os navios de guerra, e o alferes-mór desfraldando a bandeira fóra da varanda repetiu a acclamação «Real, Real, Real, etc.»

Retirado da varanda o monarcha, a camara com a sua bandeira alvorada, percorreu as ruas da cidade, levantando o alferes da camara o pregão de *Real*, *Real*, *Real*, etc. primeiro defronte da casinha dos Almotaces, depois no principio, meio e fim da rua Nova, e pelo Rocio, rua dos Arcos, Correaria, dizendo o pregão duas vezes em cada rua.

Finda a acclamação do novo rei, a cidade cobriu-se de lucto pelo rei morto, mas á dôr official correspondia geral alegria, e para essa alegria ser maior, e como que para compensar os funestos presagios que tinha precedido o nascimento de D. Sebastião, na hora em que o joven principe era acclamado rei, entravam no Tejo doze navios carregados de pão, que vieram pôr ponto á carestia dos alimentos que ha dois mezes havia no mercado de Lisboa.

E todos os temores se converteram em espe-

ranças, todas as lagrimas se converteram em sorrisos, e o paiz, como que cheio de uma alma nova, entregou-se, despreoccupado e feliz, nas mãos da regencia, que devia preceder o reinado pessoal d'aquelle que fôra esperado com tanto alvoroço, e recebido com tanto prazer.

*
* *

Acclamado rei D. Sebastião aos tres annos de idade, a regencia andou pelas mãos de sua avó D. Catharina e de seu tio o cardeal D. Henrique e já vimos rapidamente o que foi essa regencia.

Entretanto a creança ia-se fazendo homem, o principe ia-se preparando para rei. O preparo foi mau, por isso o resultado lhe correspondeu fatalmente.

Os defeitos, causa de todas as suas desgraças, diz o sr. Rebello da Silva, derivaram-se da má educação, e dos impulsos generosos de um espirito que não cabia na sua época e que se enganou com ella: parece que expiou ao menos no campo de batalha, como soldado, a triste illusão de suppor que o tempo de D. João III podia repetir os dias gloriosos do seculo de D. João I e de Affonso V.

O erro foi ainda menos seu, que do cardeal D. Henrique e do padre Luiz Gonçalves.

Effectivamente na pessima educação de D. Sebastião creança, se acha a explicação de todos os desvarios de D. Sebastião rei.

Todos que rodeavam o monarcha de tres annos, tratavam especialmente de lhe captar as sympathias, de o adular, de lhe cahir em graça, e ninguem pensava, e isso nem mesmo a illustre princeza sua avó, em lhe educar o espirito, em lhe domar os ardores da sua natureza aventurosa e quixotesca, em lançar n'aquella alma que desabrochava as sementes que fazem os grandes reis.

E ninguem melhor que D. Sebastião podia ser grande rei.

Ha um conto engraçadissimo de Mery, e que encobre sob o seu humorismo uma funda philosophia—*l'histoire de ce que n'est pas arrivé*, em que o grande escriptor francez faz a historia de Napoleão vencedor no Egypto.

Tenho pensado muitas vezes no que seria a historia de Portugal, ficando D. Sebastião triumphante em Alcacer-Kivir.

Que grande vulto seria o d'esse valente campeador dominando o crescente nas terras africanas, e que epopêa maravilhosa não seria a sua biographia. Na historia, como em tudo mais, o acaso tem uma grande parte.

Todos os grandes factos que a tradicção glorifica, são cartadas jogadas quando se está em veia.

A sorte anda por muito n'esse jogo solemne em que se arriscam milhares de vidas, muitas vezes grandes nacionalidades.

D. Sebastião não estava em sorte em Alcacer-Kivir. Morreu como um heroe antigo, mas a posteridade tomou-lhe em pouca conta essa morte, fez d'ella um crime porque, com o rei, morreu um povo.

O rei jogou sem trunphos, mas é d'esses jogos arriscados que se sae coberto de gloria.

A historia nunca olha para as cartas senão depois da partida perdida.

A grande bravura é quasi sempre insensata e por isso quando o triumpho não a enche de loiros, os prejudicados crivam-n'a de pedras.

A qualidade dominadora do caracter de D. Sebastião, era a coragem heroica; o defeito fatal, a imprudencia.

A educação bem dirigida, podia e devia ter conciliado essa qualidade com esse defeito, e tornado o rei um verdadeiro heroe.

Não o fez e a culpa da terrivel catastrophe de Alcacer-Kivir pertence aos educadores do rei.

D. Sebastião foi um guerreiro intrepido, audaz, terrivel, um guerreiro que teria deixado um nome legendario em Alcacer-Kivir, se não tivesse lá deixado tambem a independencia d'um povo.

Foi um guerreiro e não foi um rei. Tel-o-hia sido se os seus mestres o educassem no estudo dos homens e das cousas, se lhe tivessem ensinado a governar, o que é muito differente de guerrear, se lhe tivessem dominado a intrepidez de soldado com a prudencia do rei, se lhe tivessem ensinado a servir-se do sceptro em vez de só lhe deixarem o arrojo da espada.

E essa educação nociva, prejudicial e criminosa, veio-lhe quasi do berço.

Os responsaveis por ella são principalmente o cardeal infante pela imbecilidade, e o jesuita Luiz Gonçalves da Camara, confessor do juvenil

rei, e que se lhe apoderou do espirito, afastando do lado d'elle todas as affeições, todas as amisades, todos os bons conselhos, e dominando-o exclusivamente em nome da Companhia de Jesus.

Ao lado do monarcha havia porem um homem dignissimo, um homem que via bem a influencia terrivel que sobre a impetuosa creança devia ter o fanatismo, a superstição, e que juntamente com a rainha D. Catharina se oppoz tenazmente á nomeação do jesuita Luiz Gonçalves, para mestre do rei.

Contámos já essas luctas e qual o seu resultado. Digamos agora quem era D. Aleixo de Menezes, o unico vulto sympathico que nos apparece ao lado do rei creança. Ouçamos a chronica:

*
* *

D. Aleixo de Menezes foi filho de D. Pedro de Menezes, que el-rei D. Affonso v fez conde de Cantanhede, e de sua segunda mulher D. Beatriz de Mello. Começou a servir em Africa muito novo e esteve na tomada de Azamor com seu tio D. João de Menezes. Mais tarde combateu com os mouros em Judá, como capitão da náu almirante; esteve na tomada de Zeyla na costa da Ethiopia; pelejou com o rei de Bintam em Malaca, com Melique, etc., etc. Dentro em pouco foi eleito em conselho, vice-rei da India, mas el-rei D. João III não o nomeou, porque o queria para coisas da mais intima confiança, como por exemplo, para o mandar como embaixador ao imperador Carlos v, para o enviar a tratar dos negocios do casamento da princeza D. Maria com D. Filippe de Castella, e onde o imperador e D. Filippe, que o tinham em muita estima, o escolheram para padrinho do principe D. Carlos. D. Aleixo foi tambem testamenteiro da princeza D. Maria, que lhe deixou cinco mil reaes de rendimento nas Alcavalas de Sevilha, quantia que foi duplicada pelo imperador Carlos v.

De volta a Portugal D. João III quiz fazel o aio de seu filho D. João, o que elle não acceitou por estar inconsolavel com a morte da princeza.

Então o rei fel-o mordomo-mór da rainha D. Catharina, sua mulher, e quando nasceu seu neto D. Sebastião nomeou logo D. Aleixo para aio d'elle e sua irmã D. Joanna Deça de Menezes para aia.

D. Aleixo era homem de modestia singular, e querendo-o D. João fazer conde de Val-de-Reys, em consideração pelos seus altos serviços e pelo cargo elevado que exercia, não acceitou a graça, pretextando ser pobre para ter titulo.

No primeiro dia em que lhe entregaram D. Sebastião, quando regressava a sua casa, e se apeava da carruagem, um pagem entregou-lhe um embrulho de papeis.

Depois de ceiar com sua mulher, abriu esse embrulho e leu o rotulo que vinha em cima d'esse masso.

Dizia assim:

«Se vossa mercê quer ver e saber a vida e espantosos successos d'este principe, que hoje lhe entregaram, leia esse papel.»

Apenas leu isto, D. Aleixo queimou todos os outros papeis sem os ler, e perguntando-lhe sua mulher, admirada, porque fazia aquillo, respondeu:

«Que queria sem agouros e livre de temores e sobresaltos criar o principe que lhe fôra entregue.»

D. Aleixo casou duas vezes.

A primeira, com D. Joanna Manuel, sua sobrinha, filha de D. Henrique de Noronha irmão de D. Pedro, marquez de Villa Real e de D. Maria Manuel, irmã de D. Aleixo. D'este casamento teve uma filha, D. Luiza de Menezes que casou com D. Pedro de Menezes, senhor de Cantanhede.

A segunda, por ordem d'el-rei, e aos setenta annos, com D. Luiza de Noronha de quem teve cinco filhos: D. Luiza, D. Alvaro, D. Pedro, D. Mecia, que casou com o conde de Redondo, e D. Beatriz.

D. Aleixo, como já dissemos, era muito estimado e querido, não só no reino, mas tambem em Hespanha onde as suas altas virtudes e merecimentos eram igualmente bem conhecidos e o imperador Carlos v disse a respeito d'elle quando lhe queriam officialmente dar em nome do rei de Portugal as rasões porque D. Aleixo fôra escolhido para aio do principe D. Sebastião:

«*Para D. Alexo no es mister mas, sino que és Don Alexo, y si como yo le escogi para padrino de un solo nieto y heredero que Dios me ha dado, pudiera escogerle para su ayo, no pussiera yo esta eleccion en concejo, ni le diera en Espana competidor al officio, lo que pude hize, y ansi lo haga El-Rei my hermano, pues Dios*

le ha hecho merced que teniendo nieto le pueda dar tal ayo.»

«Para D. Aleixo não é preciso mais, basta ser D. Aleixo, e se como o escolhi, para Padrinho d'um unico neto e herdeiro que Deus me deu, podesse escolhel-o para seu aio, não levaria essa escolha a conselho, nem lhe dera em Hespanha competidor a seu cargo: fiz o que poude, e assim o faça El-rei meu irmão, pois Deus fez-lhe a merce de tendo um neto, poder dar-lhe tal aio.»

*
* *

Quando no conselho da rainha avó se debateu a nomeação dos mestres do joven rei, quando se tratava esta questão fundamental, de que estava pendente o futuro de Portugal, se D. Aleixo de Menezes fosse ouvido, se a sua palavra auctorisada tivesse tido echo n'aquelle conselho onde em vez dos interesses do rei e da patria, se tratava especialmente dos interesses da Companhia de Jesus, não teria a historia talvez de registrar tão tristemente os desvarios e as fatalidades d'esse reinado desgraçadissimo que foi o occaso da nossa autonomia e da nossa liberdade.

Essas palavras sensatas do aio do principe, a historia deve registal-as, para que no meio de tanta intriga, de tanto egoismo, de tanta hypocrisia, se faça justiça á honradez e á probidade intelligente d'esse verdadeiro fidalgo e portuguez de lei.

O parecer de D. Aleixo de Menezes foi o seguinte:

«Que a elle pelo que conhecia da condição e natural d'el-Rey, em quem se imprimia com facilidade tudo aquillo, que com capa de virtude se lhe representava, lhe parecia que o mestre d'el-Rei não fosse religioso nem secular, mas que se buscasse um sacerdote, douto, virtuoso, que justamente fosse fidalgo de nobres e honrados costumes, que sem os dizer de palavra, os mostrasse por obra, e que lhes não parecesse acerto o de haverem de eleger religioso: porque como entre elles o mundo e a obediencia era em grau extremo, e fóra da mediana politica com que os reis mandam e os vassallos obedecem, e n'elles por ser obrigada com votos, era tudo com excesso mandando ou obedecendo: porque apoderando-se da doutrina d'el-Rei tiraria um principe imperioso e intoleravel em mandar, e por outra parte da execução das coisas, subjeito e captivo ao gosto e conselho dos seus vassallos privados; porque não podiam acertar n'estas duas coisas aquelles que mandando, ou obedecendo chegavam sempre ao extremo, que como el-rei tinha o animo tão facil em se lhes imprimir tudo aquillo que com capa de religião se lhe persuadia, nenhuma cousa quereriam assim do governo publico, como do particular da pessoa d'el-rei, que a não conseguissem por esta via, e que assim como seria perigoso na inclinação d'el-rei haver quem lhe distraisse o animo e o inclinasse á incontinencia, assim tambem poderia haver perjuizo em ter quem com demasia lhe tirasse o brio juvenil: e inclinado ao que dentro dos limites da nobresa e christandade se permittia aos principes; porque da inclinação d'el-Rey entendia que se a maduresa de quem o guiasse, não soubesse ter meio, elle sempre se inclinaria a um dos extremos, pela efficacia, com que aprendia as coisas.

«Lembrou mais que convinha entre aquellas primeiras lettras ir-lhe lembrando exemplos de guerra e de governo tirado dos successos dos livros e historias que se lessem: para nenhuma das quaes cousas, lhe parecia acommodado religioso; porque o modo da sua creação ia fundado em uns termos tão differentes do que importava para uma republica, a que nunca seu voto podia ser muito importante ao estado do Reino e nas coisas de guerra como são alheias de sua profissão ou as ignoravam de todo ou lhe conheciam só os effeitos de vencer, ou ser vencido, sem medirem as causas, e meios, por onde se vinha a estes fins, e tinha a experiencia mostrado de poucos annos a esta parte no reino da Hungria e na Transilvania, como o tratarem dois religiosos das cousas de guerra e aconselharem os reis n'ellas, meteram aquelle reino na sujeição do turco, porque guiados de um bom zelo da exaltação da fé, e por ventura cuidando, que só esta piedade basta, medem mal os meios humanos e a força e o estado do principe a quem aconselham.

«Advertia que dado uma vez mestre, e começando a ter conhecimento da naturesa d'el-rei seria impossivel, apoderado uma vez do seu animo, apartarem-n'o d'elle por mais diligencia que se fizesse; porque era amar e aborrecer,

não sabia ter meio, e que sendo um fidalgo de virtudes, letras, madureza e conhecimento das cousas do mundo, tinha tudo o que um rei havia de mister para seu mestre e cessavam as cousas, que faltavam no religioso, e que as satisfações d'este cargo quando muito paravam em um bispado, o que esta pessoa, já por suas letras e qualidade merecia, sem esta occupação, o que tambem resultava no religioso, mas que trazia comsigo de mais a mais as continuas pretenções para a sua ordem, que podiam vir a ser de grande consideração no estado e fazenda de tão pequeno reino, e concluia, que qualquer que o mestre fosse, se tivesse advertencia em não ter mão em el-rei em mais que nas cousas tocantes a seu cargo, porque algumas vezes ouvira dizer ao imperador Carlos v, que: *Os principes instruidos nas artes do governo e guerra tinham sciencia bastante em sabendo resar por umas horas.*

Infelizmente para o rei e para o reino o conselho fez ouvidos de mercador ás palavras sabias e prudentes do velho D. Aleixo, e o jesuita Luiz Gonçalves foi nomeado mestre de D. Sebastião.

Ao principio nada houve de perigoso no contacto do joven rei com o seu perigoso mestre.

As suas relações terminavam, mal acabava a licção; e a essa licção assistia sempre D. Aleixo de Menezes, que examinava todos os dias o treslado que davam ao rei e quando lhe parecia não ser conveniente o apresentado, mandava que lhe dessem outro, e o padre Amador Rebello, tambem da Companhia de Jesus, que, de joelhos ao lado do monarcha, lhe ensinava a pegar na penna e lhe ia formando a letra.

Isto continuou assim durante annos até que o padre frei Luiz de Montoya, reformador dos frades hermitões a Santo Agostinho, confessor d'el-rei se escusou pretextando a sua avançada edade, e desejoso de se afastar da côrte, d'esse alto e importantissimo cargo. Procurou o astuto jesuita que conseguira fazer-se mestre de D. Sebastião, apoderar-se-lhe da consciencia e fazer-se seu director espiritual. Apoiou-o o imbecil cardeal infante n'esta pretensão, e D. Aleixo de Menezes com o seu implacavel bom senso e inquebrantavel honradez, procurou a occasião de estar com a rainha-avó regente e o cardeal D. Henrique, para dizer com o seu costumado desassombro o que pensava a este respeito:

«—Desde o tempo que por nomeação d'el-Rei Nosso Senhor que Deus tem em sua gloria, disse elle ás duas altezas, e approvação de Vossas Altezas me foi encomendada a creação d'el-Rei nosso senhor, tratei sempre de corresponder da minha parte á grande confiança d'este cargo, e do tempo, e conjuncção, em que me foi entregue, atalhando quanto em mim foi possivel as occasiões de trabalhos e perturbações tão temidas e choradas nos reinos em que os principes ficam de tão pouca edade e sem buscar exemplos em reinos extranhos, alcancei que nos de Castella e Portugal foram entre outras menores, sete causas as principaes, com que os aios e guardas dos principes os desencaminharam a elles, e perturbaram a paz, e quietação do Povo, e causaram discordias e mortes, entre a Nobresa; a todas as quaes procurei o remedio em mim proprio, cortando pelo poder e authoridade, licitos a meu cargo, tudo o que podia de algum modo inclinar a estes taes extremos.

«A primeira causa de males publicos e fundamento de valias, e privanças particulares, foi crearem os principes em desamor, e pouca obediencia de seus parentes, persuadindo-os que o verdadeiro modo de reinar consistia em não reconhecer subjeição a pessoa alguma, e que o respeito de mães, tias e avós, e mais pessoas de sangue é um certo modo de captiveiro, e indigno da grandeza e liberdade Real; porque emquanto com esta arte alienam a vontade d'el-Rei, d'aquelles, que por rasão da sua grandesa o podem com authoridade aconselhar nas coisas, o trazem com mais afrontoso captiveiro subjeito aos seus intentos e proveitos particulares.

«D'este extremo tão perigoso está el-Rei nosso Senhor tão fóra como a experiencia tem mostrado a Vossas Altezas, a cuja obediencia e conselho o criei, sempre tão subjeito que nunca me ouviu tratar das grandesas do seu Estado sem que juntamente entendesse que as não tinha absolutas, mas subordinadas ao parecer e disposição de Vossas Altezas; e sendo assim que é authoridade d'este cargo que sirvo, e a largueza das comissões que se me teem dado, se estendem a prohibir e conceder a El-Rei muitas coisas de seu gosto, jámais lh'as concedi ou neguei,

sem mostrar que consultava primeiro a Rainha Nossa Senhora, porque alegrando-se com a licença e liberdade tivesse conhecimento, agradecimento e amor a quem lh'a dava, e atalhando-se os excessos de seu appetite, reconhecesse e venerasse quem o podia mandar.

«A segunda causa, que desterrou sempre a paz dos reinos, e alterou a Nobresa d'elles, foi quererem-se os aios sustentar no favor e graça dos principes, apartando de sua communicação as pessoas de Estado, valor e conselho occupando os lugares principaes de seu serviço com seus parentes e amigos que attentos a louvar o governo e felicidade de quem os accrescenta e vetuperar os de quem se receiam, servem de umas espias ordinarias das acções, pensamentos e palavras do Principe e dos que fallam com elle atalhando os caminhos todos, por onde lhe pode chegar a verdade e desengano do Estado em que vive.

«N'este caso, como tão perigoso me portei, e houve de modo, que nunca pedi cargo nem officio para parente meu, posto que a muitos d'elles por capazes e benemeritos se poderam dar alguns, que solicitei para extranhos, e se alguns por eleição de Vossas Altezas entraram na guarda e serviço de El-Rei, não foi por negociação ou industria minha. Nem eu (podendo bem fazel-o) os avantajei nunca aos mais da guarda, communicação e serviço d'El-Rei Nosso Senhor; mas com uma igualdade commum a todos, assistiam sempre ao que lhes tocava, cortando com isso o pensamento, que podiam ter de valerem mais por minha via, e a queixa dos outros fidalgos quando pela mesma se vissem menos favorecidos. E a El-Rei persuadi sempre que á imitação de Deus seja no amor e favores igual e indifferente a todos os seus, e que só tenham melhoria ante elle os que se avantajassem em virtudes e merecimentos proprios.

«O terceiro fundamento de discordias foi a cubiça, e grande ambição dos que teem os principes em seu poder, que usando mal da conjuncção do tempo, e d'aquella vontade subjeita pela creação e pouca experiencia a tudo o que pedem e lhe aconselham, costumam accrescentar suas casas e pessoas com estados, titulos e rendas, que as mais das vezes, ou se tirão a quem melhor as tem merecido, ou ao Patrimonio real, que conciderام pobre para merecimentos alheios e mui rico para os seus proprios.

«Do meu procedimento n'este particular dá bom testemunho o estado da minha fazenda, a que depois que entrei n'este cargo, senão accrescentou coisa alguma, e me acho no fim do serviço e da idade, tão pobre como entrei n'elle, não que desconheça com isto a vontade que em El-Rei nosso Senhor e Vossas Altezas achei muitas vezes para o meu accrescentamento e de meus filhos; mas quiz guardar estas mercês para tempo que entregue El-Rei nosso senhor do governo dos seus Estados, e livre da minha guarda e administração se veja que nascem todas, mais do seu animo e vontade que de minha cubiça e negociação.

«O quarto fundamento que muitos tomaram para accrescentar a sua estimação e valia foi apartarem os Principes da afabilidade e communicação dos seus vassallos, em particular dos nobres, persuadindo-lhes que a verdadeira grandeza consistia em dar pouca parte de si ao Povo, e accrescentar com severidade o respeito e veneração propria da Magestade Real, que nunca é bem respeitada, sem ser em alguma maneira temida, attendendo n'isto a converter em si a graça e favor popular, que tiram ao Principe, em quanto (como entre nuncios) dão respostas e dispensam mercês, que os Reis houveram de fazer por si mesmos.

«D'este mal tão nocivo e perjudicial para quem ha de senhorear animos portuguezes, em que podem mais os favores dos principes, que todos os interesses da vida, trabalhei para apartar a sua alteza, tanto com maior cuidado quanto mais conheci sempre em seu animo uma grandeza e pensamentos altivos, mostrando-lhe com vivas rasões, que a propriedade e forças dos seus reinos, e conservação de sua corôa, consistia no bom tratamento dos nobres de Portugal.

«O quinto defeito de aios, que com evidencia se deixa conhecer nas pessoas dos Principes, é em tudo contraposto ao inconveniente passado, em quanto com affabilidade, ou familiaridade e continua conversação dos reis, com as licenças da sua pouca idade, descuidando-se nas ceremonias e tratamento da Magestade Real, em fórma que descuidados quando maiores da gravidade e termos necessarios á sua grandeza, ou faltam

n'ellas em occasiões e tempos devidos ou as usam impropriamente, e como emprestados: erros que costumam causar desestimação e pouco respeito do Principe no animo de seus vassallos. Sobre o que me desvelei de maneira que antes d'el-rei nosso senhor chegar ao perfeito uso da rasão e depois velando e dormindo só e acompanhado, o tratei e venerei sempre com as salvas e ceremonias, que fizera a El-Rey seu avô, se fôra vivo, attendendo não só a crear um principe de costumes correspondentes ao seu estado, mas a ensinar com meu exemplo aos fidalgos da sua criação, que não viram a magestade dos reis passados, a submissão e respeito com que sempre foram venerados os reis portuguezes.

«A sexta causa de males publicos consiste em inclinarem aos principes com demasia a exercicios de guerras, caça, jogos, festas e outros, que em mediania são virtudes e nos extremos vicios; porque em quanto os reis occupados em qualquer d'aquelles, a que seu natural mais os inclina, se descuidam do Estado e governo publico, para que possam os que assim os teem em seu poder meter mão com maior liberdade no regimento do reino e advocar a si tudo aquillo que os principes desamparam, como a experiencia me tem mostrado na grande vehemencia com que El-Rei nosso Senhor aprende qualquer cousa a que o inclinam: e como em tudo aquillo que começa busca logo os extremos, trabalhei não só de o apartar de vicios, que em sua natureza os não ha; mas de temperar e dar modo em seu animo ás virtudes, porque postas no extremo não venham a perder sua naturesa e compôr-nos um rei vicioso por excesso de virtude: que erros na inclinação d'el-Rei nunca acharam lugar, senão com pretextos de bons intentos que excedam a mediania e igualdade necessaria a quem ha de reinar.

«De inclinar o animo real, ou inclinado naturalmente, lhe permittir costumes viciosos, que é a setima e mais propinqua causa de sua perdição, por onde alguns abriram illicito caminho á sua privança, não tanto: porque nem o subjeito e Real naturesa d'este principe é capaz d'elle, nem justo que eu pretenda louvor dos erros, que não commetti quando attenta a obrigação de minha pessoa e cargo, ainda pelas virtudes se me não devem graças: assim que mediante o bom natural, que Deus foi servido dar a sua alteza, e alguma pouca industria, que puz para o apartar dos inconvenientes referidos, tem Portugal té o presente um principe de claro e maravilhoso entendimento, temeroso de Deus, e por extremo zeloso da exaltação da Fé catholica, de animo liberal, inclinado á misericordia, desejoso de fama e nome honroso, e de tão grandes pensamentos, que medidos com seu Estado, parecem nascidos para maiores imperios; e finalmente tal, que se estas perfeições não subirem a grande extremo, ou novas communicações o não mudarem pelo discurso do tempo, do estado em que o temos agora, gozará Portugal do mais excellente Principe, que teve de muitos annos a esta parte.

«Tudo, o qual me pareceu justo conferir com Vossas Altezas, não por querer agradecimentos ou satisfação de cumprir com o que devia nem por imaginar que alguma cousa d'estas lhe seja occulta, mas como com as lições e novos exercicios de Estado ha de ter El-Rei nosso Senhor mais communicação que a minha, de que se lhe pode seguir affeição que o guie por differente caminho do que lhe eu tenho mostrado, quiz fazer a Vossas Altezas esta lembrança e pedir-lhe que attendam ao estado, em que de presente temos a El-Rei, para se medir com o do tempo ao diante, que não duvido ser tão melhorado, em tudo, quanto a capacidade e maior conhecimento das coisas são avantajadas em Sua Alteza, do qual assim como não é justo que usurpe eu a gloria, sendo o fructo de trabalho e industria alheia, assim não queria que se me roubasse a que mereci com tanta vigilancia e trabalho do pensamento que não é tão pequena honra, por igual a qualquer dos que herdei de meus antepassados; e como minha muita edade acompanhada de algumas indisposições não dão lugar a tão continua assistencia, como até agora fiz com a pessoa d'El-Rei Nosso Senhor, é justo, que Vossas Altezas supram com o seu cuidado onde não abranger o meu, e ajudem a sustentar a Portugal um principe ornado de partes tão merecedoras de imperio, porque se não perca em poucos dias o trabalho de muitos annos, e chorem os seus vassallos para sempre a mudança de tão excellente natural, onde os maiores vicios tememos que venham a ser os excessos de virtude.»

A rainha que partilhava as idéas de D. Aleixo ouvia o honrado velho com lagrimas d'alegria, e cheia de prazer por vér o peso que as palavras auctorisadas do illustre aio poderiam ter nos destinos de D. Sebastião, e consequentemente nos destinos do reino. O cardeal infante, que apoiava a candidatura dos jesuitas ouviu serumbatico e carrancudo essas palavras severas e justas que o feriam como agudos punhaes.

Finda a longa pratica do aio, a rainha agradeceu-lhe commovida a dedicação que elle sempre tivera pelos reis portuguezes, e o disvello intelligente com que cuidára da educação do seu neto, e ao despedir-se d'elle confessou-lhe em particular que tinha os mesmos receios ácerca do mestre que queriam dar a seu neto.

«Façamos o que está em nossa mão, disse a intelligente rainha, e deixemos a Deus a sua parte, pois é quem dispoem e governa os corações dos reis, e quando elle permitta que pela via menos imaginada venha tão grande calamidade ao Reino, não seremos partecipantes na culpa, ainda que o sejamos no sentimento.»

E assim foi realmente, pois a historia na sua inflexivel justiça, na sua severa imparcialidade afastou completamente de cima dos nomes respeitados de D. Catharina e de Aleixo de Menezes toda a responsabilidade da fatal tragedia que teve em Alcacer-Kivir o seu desgraçado desenlace, e tomou conta dos esforços bons e dedicados que a avó e o aio do infeliz monarcha empregaram para o arancarem á influencia perigosa e terrivel da Companhia de Jesus.

*
* *

Apoderado da consciencia infantil do monarcha Luiz Gonçalves da Camara metteu logo mãos á obra. Tratou immediatamente o astuto jesuita de metter seu irmão, o padre Martim Gonçalves da Camara nas altas regiões do governo, e com a influencia do cardeal inquisidor-mór, conseguiu collocal-o na presidencia do Paço.

Senhores assim do governo, os dois irmãos trataram logo de apartar o juvenil rei da sua avó, em companhia de quem sempre estivera, e de quem recebera sempre bons e salutares conselhos, e afastando-se mais tarde D. Aleixo por sua idade e por ver o rei entregue do reino, ficaram assim os dois irmãos jesuitas verdadeiros reis de Portugal e é a elles que a historia tem o direito de pedir estrictas contas de todos os desvarios e crimes que mancharam o reinado de D. Sebastião e anniquilaram a independencia portugueza.

*
* *

Quando se tratou porém de dar a D. Sebastião, chegado aos quatorze annos d'edade, as redeas do governo, D. Aleixo antes de se retirar da scena politica, entendeu em consciencia ser dever seu, dar uns ultimos conselhos áquelle que fôra confiado á sua guarda e que ia ter o mando absoluto d'este reino, tão grande por seus avós.

Já que temos enriquecido a nossa pobre narrativa com os documentos authenticos e valiosos que andam dispersos pelas chronicas tão difficeis de encontrar e de consultar, vamos dar esse importante discurso que o velho aio, que ao prever as grandes mudanças que a prematura entrega do governo ao joven monarcha ia fazer no reino, não quiz auctorisar com as suas honradas cans essas mudanças que sabia d'antemão tão nocivas á felicidade e prosperidade do paiz, fez a el-rei seu discipulo na vespera de lhe ser officialmente e solemnemente conferido o governo supremo de Portugal.

Na manhã d'esse dia em que o cardeal infante ia ser publicamente logrado por aquelles que elevara tão alto, e que o esmagavam agora, D. Aleixo de Menezes dirigindo-se a el-rei D. Sebastião quando este vinha d'ouvir a missa, pediu-lhe que ouvisse deante d'alguns fidalgos que estavam presentes umas palavras que tinha a dizer-lhe, e começou a sua pratica de despedida:

«Dez annos ha que por fallecimento d'el-rei D. João meu senhor, que Deus tem em gloria, e por voto e nomeação sua me foi entregue a creação e guarda de Vossa Alteza em idade de quatro annos, e com ella os animos, e esperanças de todo este reino, que como o unico successor dos reis, que tantos annos o governaram, e o alcançaram por meio d'orações e lagrimas, vos ama e venera com o maior affecto que todos os mais.

«A vigilancia e o cuidado com que assisti a este cargo, e procurei responder ao pezo d'elle,

não encareço: porque por grande que fosse, nunca podia egualar a grandeza do deposito e da confiança, que de mim se fez, e pareceria arguir Vossa Alteza de pouco lembrado, referindo-lhe serviços de que Vossa Alteza é a maior e mais intima testemunha, das quaes e do animo com que os fiz me mostrou Deus o fructo e satisfação que desejava, vendo antes de minha morte a Vossa Alteza com edade de tomar o governo de seus reinos, e ornado de entendimento, partes, e inclinações dignas não só d'este Imperio, mas de outros muito maiores, a que Deus, a grandeza do animo de Vossa Alteza, e as occasiões abrirão cedo caminho: e porque os muitos annos, que tenho, e a nova fórma de governo não darão logar ao deante a tão continuas e particulares advertencias, como até agora sabia fazer a Vossa Alteza, me pareceu, que devia ao contentamento d'este dia e ao amor e lealdade, com que criei e servi a Vossa Alteza, fazer-lhe algumas lembranças, que por serem feitas em tal tempo, com tal animo, e em tal idade, merecem ser bem ouvidas, e estimadas em lugar do ultimo, e maior serviço, que em minha vida fiz a Vossa Alteza.

«Entraes, senhor, n'este incomportavel trabalho de governar vossos reinos em edade, que com o nome de liberdade, e supremo Senhorio, temo que vos persuadam que até não fugirdes da companhia, e concelho da Rainha vossa avó, e do Cardeal vosso tio não sois verdadeiro rei, que é a traça, por onde os que se querem aproveitar de vossa liberdade, se hão abrir caminho na sua privança: e como estes atendam só á sua grandeza e proveito particular, procurão approvando por justo qualquer delicto dos principes, não lhes contradizendo causa licita ou illicita, que intentam mostrar-lhes que o tempo, que viverão subjeitos aos bons conselhos, de quem com elles procurava sua alimentação e accrescentamento, foi uma subjeição e captiveiro indigno de sua dignidade, de donde se seguirá, que apartados de vós aquelles, que com verdadeiro amor vos podem desenganar das faltas que ha no governo e cercado de quem por se sustentar na privança, approva por justos os erros do vosso gosto, padeça o reino grandes trabalhos, e o animo de vossos vassallos não seja para com vossa Alteza o que sabia ser para com os reis vossos antepassados.

«E como Deus dotou a vossa Alteza de um animo generoso, inclinado a emprehender coisas grandes, temo que usando d'este bom fundamento vos inclinem a emprezas — se bem menores que vosso coração—maiores do que permittem as forças de nosso reino. E como os que seguem este caminho medem as coisas não pelo que são, senão pelo que querem que ellas pareçam aos reis, encubrindo-vos a industria, trabalho e miudeza, com que vossos antepassados sustentavam com limitada fazenda a reputação do seu estado, vos engrandecerão as riquezas e forças de vossos reinos, d'onde se seguirá metterem-vos em emprezas, de que ou sahireis com pouca honra ou aventurareis vossos Estados, e vida, sem conhecerdes o engano, senão quando lhe falte o remedio.

«E porque nem a piedade e animo religioso dos reis está seguro de incoonvenientes, lembro a Vossa Alteza, como quem, desde tão pouca idade conhece sua inclinação santa, e zela da exaltação da fé catholica, que nunca temi faltas na pessoa de Vossa Alteza por costume e obras viciosas, senão por algum excesso, ou demasia, que passasse os limites das virtudes. Porque muitas coisas ha, com que uma pessoa particular pode ganhar gloria, que sirvam de condemnação a um principe. Tanto vae na differença dos estados! E porque em materias semelhantes se não podem dizer maiores particularidades, torno a lembrar a Vossa alteza, que no que se lhe persuadir com pretexto de religião, consciencia, tenha singular attenção; porque (o que Deus não permitta) a haver alguns trabalhos e alterações em sua pessoa, e Reinos, por este caminho hão de ter entrada.

«No tratamento de Vossa Real pessoa vos lembro que não precaes um ponto de magestade com os que mais intimamente vos servirem, e seja sempre o favor, e privança dentro da veneração devida a vossa grandeza: porque os Reis vossos antepassados estenderam o seu imperio pelas mais remotas partes do Oriente, sendo paes ao Povo, e aos nobres, principes clementes; porque como dos grandes a El-Rei ha menos differença do que do Rei ao povo, convem dar-se-lhes o favor acompanhado da Magestade necessaria para os manter em respeito, o que não milita na gente popular, onde o excesso da affabilidade

não aventura a authoridade do Principe, antes captiva os animos d'aquelles que o consideram tão clemente, evita com isto um erro, com que cahirão muitos reis que entregando suas pessoas, e authoridade, nas mãos dos seus validos, e guardando o fausto, grandeza, trato altivo para o seu Povo vieram a ser aborrecidos d'uns, e desestimados d'outros, que n'estes extremos vem a dar os principes, que desacertam os meios de conservação e authoridade.

«Não vos direi eu, Senhor, que n'esta idade em que estaes, deixeis a companhia e communicação dos fidalgos da vossa creação, e de ter com elles os honestos passatempos, que requerem os vossos poucos annos, que isto fôra violentar as condições da natureza, só vos lembro que estes sirvam para as horas da conversação, jogos, caça, e passatempos.

«Porem nas materias do Estado, Fazenda e Governo deis em tudo a mão aos fidalgos antigos, creados nas escolas dos Reis D. Manuel e D. João, de gloriosa memoria, vossos avós, com cuja experiencia e conselho sustentareis vossos reinos na paz, e prosperidade em que elles vol'os deixáram; porque assim como será improprio intrometterem-se estes nos exercicios, e mocidades, que hoje vê o mundo; assim seria perverter a ordem d'elles, expôr vosso Estado a uma ruina manifesta, mettendo coisas de tanta consideração em mãos de pessoas faltas d'annos, e experiencia.

«E porque com a nova intrancia no Reino pretenderaõ alguns de Vossa Alteza mercês exhorbitantes, medidas mais pela grandeza do seu animo, e condição, que pelo que pede o estylo, e a possibilidade d'este Reino, e por ventura o merecimento dos pretensores, remediará Vossa Alteza os inconvenientes de taes pretensões, remettendo tudo a seu conselho e não despachando petições por via extraordinaria, porque a liberalidade excessiva, feita em principio de governo como se não pode estender a todos, contenta aos menos, e agrava aos mais a que não chega, e serve isto d'um continuo arrependimento aos Reis, depois com o decurso do tempo caem no erro, que fizeram.

«Nas coisas em que Vossa Alteza se poder servir de ministros seculares, não dê a mão a ecclesiasticos, tirando-os do seu primeiro instituto, com o supposto de que servem mais, e se lhe paga com menos; porque demais de não se darem nunca bem coisas profanas, tratadas por mãos sagradas, com qualquer das coisas que o ecclesiastico pretende para a sua religião, e com cada uma das mercês, que vossa alteza lhe faz para ella se poderão pagar os serviços de muitos ministros seculares, porque é muito differente a pretenção d'uma communidade, em cujo respeito o muito parece pouco, do particular d'uma pessoa, onde o pouco a satisfaz e paga grandes serviços.

«Se por ventura aconselharem a Vossa Alteza que convem reformar em seu reino, trages e costumes, pesos e medida, ou qualquer outra coisa usada, introduzida de tempo immemoravel, ainda que o conselho seja justo e a reformação necessaria vos peço e aconselho que o não façaes nos primeiros annos do Vosso Governo; porque tem tal acceitação no povo os seus costumes antigos, que até para melhoria sua, sentem qualquer alteração que se faça, e mais era conjunção de novo Governo, a cuja pouca experiencia attribuem antes a novidade que a virtude; que só a esse fim a ordenam, d'onde se segue suspirarem pelo tempo, e memoria dos Reis passados, e começarem a desamarem o presente e tel-o por extranho.

«Muito me alargo, e muito detenho a Vossa Alteza, mas como este é o testamento da minha lealdade, e por ventura o ultimo atrevimento do meu amor, conceda Vossa alteza perdão á liberdade e extensão dos meus conselhos, pois o merecem estas lagrimas de contentamento e o zelo d'estas cans, que nasceram em serviço de vossos avós, e vão do vosso á sepultura, deixando-vos em meu lugar tres filhos, herdeiros da minha lealdade, em quem ficará meu o sangue continuando a servidão, que já não pode a pessoa, e n'elles podereis mostrar ao mundo, a opinião, em que tivestes os serviços de quem os gerou.»

Ouviu commovido o rei as palavras sensatas do seu bom e velho aio, e com os olhos razos d'agua o abraçou, finda que foi a sua falla, agradecendo-lhe os sãos conselhos, a sinceridade e desassombro com que os expozera, e declarando para todos ouvirem que se D. Aleixo se retirava do paço por se julgar adiantado em annos e precisar de repouso, elle rei não o considerava por

isso desobrigado do seu serviço e o intimava a dar-lhe em todos os lances da vida os seus conselhos sabios, com a mesma prudencia e amor com que o educára.

*
* *

N'esse mesmo dia,—um dia ao que parece destinado a discursos e advertencias—o rei recebeu de sua avó a rainha D. Catharina um papel com os seguintes versos traduzidos d'um epitaphio grego achado n'uma sepultura da ilha de Chypre no tempo de D. João III:

«O que pude fazer por bem nunca o fiz por mal.

«O que pude alcançar por paz, nunca o tomei com guerra.

«O que pude vencer com rogos, nunca o afugentei com ameaças.

«O que pude remediar em segredo nunca o castiguei em publico.

«O que pude emendar com avisos nunca o castiguei com açoites.

«Nunca castiguei em publico que primeiro não avisasse.

«Nunca consenti á minha lingua que dissesse mentira, nem permitti a meus ouvidos que ouvissem lisonjas.

«Refreei meu coração para que não desejasse com o seu pouco.

«Velei por conservar meus amigos e desvelei-me por não ter inimigos.

«Não fui prodigo em gastar, nem cubiçoso em receber.

«Do que castiguei tenho pesar e do que perdoei alegria.

«Nasci homem entre os homens, por isso comem os bichos minhas carnes.

«Ouvi virtuoso e vivi virtuoso com os virtuosos, por tanto descançará a minha alma com Deus.»

D. Sebastião acceitou alegremente este codigo de homem justo, que como modelo lhe mandava sua avó, e em seguida fez por seu proprio punho a seguinte profissão de fé, a que a chronica chama memorial e que hoje se chamaria programma de governo:

«Terei a Deus por fim de todas as minhas coisas, e em todas ellas me lembrarei d'elle.

«Trabalharei por dilatar a fé de Christo, para que se convertam todos os infieis.

«Favorecerei muito as coisas da Igreja.

«Armarei todo o Reino, fortifical-o-hei e reformarei.

«Defenderei alfaias e delicias.

«Fazer mercês a bons e castigar a maus.

«Não crêr levemente, mas ouvir sempre ambas as partes.

«Fazer justiça ao grande e ao pequeno.

«Em me deitando e alevantando, conta com elle mui particular.

«Cuidar á noite no que fiz e fallei n'aquelle dia.

«Tirar as onzenas.

«Conquistar e povoar a India, Brazil, Angola, e Mina.

«Todo o que me fallar deshonestidades castigarei rigorosamente.

«Quando houver de fazer alguma cousa, communical-a primeiro com Deus.

«Tirar os peccados, mandando para isso homens letrados, e que temão a Deus.

«Reformar costumes, começando por mim, no comer e vestir.

«E em negocio ter primeiro conta com o bem commum, e depois com o particular.

«Tirar alguns tributos, e buscar modo para que Lisboa seja abastada.

«As Leis, que fizer mostral-as primeiro a homens de virtude e lettras, para que me apresentem os inconvenientes que tiverem.

«Levar os subditos por amor emquanto poder.

«Ser inteiro aos grandes, e humano aos pequenos.

«As comendas sirvam-se em Africa.

«Devassar dos Officiaes da justiça e da fazenda cada anno.

«Escrever a todos os prelados que façam dizer Missas e orações por mim a Deus, para que me guie no acerto do governo, e pedir Jubileu ao Papa.

«Não ter junto de mim senão homens tementes a Deus.

«Ter nos portos de mar homens de confiança, que vejam os que entram não sejam suspeitos na Fé.

«As cousas que não entender bem, communical-as primeiro com quem possa dar parecer desenganado.

«Não dar nem prometter coisa alguma que seja injusta, ou mal feita.

«Mostrar bom rosto e agasalhado a todos.

«Prover os cargos e officios em quem fôr para isso merecedor, e não por outros respeitos.

«Não desmaiar nas difficuldades, antes ter maior fé e confiança em Deus.

«Mostrar sempre animo mui liberal e não acanhado.

«Gabar deante da gente os homens cavalheiros, e mostrar aborrecimento ás coisas prejudiciaes á Republica.

«Não dizer palavras que escandalisem, especialmente quando estiver agastado.

«Os meus embaixadores hão de ir sempre vestidos á Portugueza.

«Em todas as coisas que fizer terei sempre primeiro conta com a honra de Deus.

«Serei pae dos pobres e dos que não tem quem faça por elles.»

Era este o pomposo programma do rei *Desejado*. Adiante veremos como elle o cumpriu: como um bom politico de hoje, perfeitamente ao contrario, justificando o proverbio de «Bem o prega frei Thomaz...»

De todas as suas promessas houve uma, porem, que desgraçadamente o rei cavalleiro teimou em querer cumprir: a de «trabalhar por dilatar a fé de Christo, para que se convertam todos os infieis.»

Não tardará que cheguemos aos deploraveis resultados d'essa fatal tentativa.

*
* *

No dia immediato, 20 de janeiro de 1568, dia em que D. Sebastião completava 14 annos d'idade, o cardeal D. Henrique, n'uma sala de madeira levantada junto do Paço do Rocio, onde el-rei D. Sebastião habitava, entregou a seu sobrinho, publicamente, o sceptro e o governo do reino, acompanhando esse acto solemne da seguinte practica:

«Muito alto e poderoso Rei nosso Senhor, posto que este dia seja de mim mais desejado e de maior alegria que pode ser, em que vejo a Vossa Alteza em idade de quatorze annos assentado em sua cadeira real, com muita prudencia e zelo da virtude e do serviço de Nosso Senhor, lhe entrego o governo d'estes seus reinos, quietos e pacificos no estado em que estão, todavia conhecendo as faltas que n'elles por mim passarão, me torno muito a encolher antes de ter havido perdão d'ellas de Vossa Altesa que tenho por muito certo, que não negará a quem com conhecimento, confiança e humildade o pede.

«E tambem por que tudo o que fiz ou deixei de fazer, foi por sempre me parecer que era o que convinha ao serviço de Vossa Alteza, e bem de seus vassallos, subjeitos e naturaes sem outro particular respeito, e se ainda contra minha tenção tenho aggravado, ou damnificado alguma cousa, estou prestes para (emquanto a mim fôr) a safisfação de minha parte, e perdão de Vossa Alteza, tornar-se-ha a dobrar a alegria, para com um novo espirito dar graças a nosso senhor pelas mercês, que faz a vossa Alteza em estes seus reinos, e porque n'este tempo de tanta necessidade, e trabalho seu lhe poderão impedir um tão fraco instrumento como é a memoria, e como este por quem ella a quiz obrar, e pois nosso senhor e eu da minha parte (se me d'elles cabe algum) os devo offerecer a vossa alteza em satisfação de minhas faltas, pelo que mandei pôr em um papel, o que se fez em este tempo para que Vossa Alteza o soubesse mais particularmente e lhe dar razão de mim, e far-me-ha mercê, depois que d'aqui fôr, quizer mandal-o lêr perante si.

Esse papel a que já nos referimos, dizia testualmente o seguinte:

«Acceitei este governo tão mal disposto e de tantos dias, que me pareceu que não fazia mais que em poucos sacrificar a vida, e assim durou muito esta sua disposição.

«Alem d'isto sacrifiquei a vida tão differente, e o gosto, que tinha com o trabalho e perigo em que me puz, de que já tinha experimentado minha parte.

«No que toca ao espiritual:—deixei o arcebispado d'Evora—

«acceitei este de Lisboa e soffri o que sobre isso passei:

«fez-se n'este arcebispado o que se póde saber, que está feito,

«proveu-se o arcebispado de Evora e os bispados de Miranda e do Algarve, e o Priorado de Aviz;

«recebeu-se o Sagrado Concilio com toda a veneração e obediencia, e fez-se Sinodo e Concilio Provencial;

«ajudou-se muito a Universidade de Coimbra,

«fez-se o mesmo á companhia de Jesus e aos seus collegios de Coimbra e Evora e de Santo Antão d'esta cidade;

«remediaram-se muitas coisas nas ordens, e na de S. Francisco no seu capitulo geral.

«ordenou-se o Santo Officio da Inquisição em Coimbra com muito boas casas e carcere para toda a inquisição:

«tres contas de renda cada anno sobre este arcebispado e de Evora e bispado de Coimbra:

«poz-se em ordem a Meza da Consciencia:

«deu-se o hospital de todos os Santos á Misericordia e o de Evora e Santarem e Montemór o Novo:

«fez-se o capitulo da ordem de Santiago:

«fez-se a capella de Belem, e tem-se feito muita obra ao Mosteiro:

«e em outros mosteiros e Igrejas;

«e muita parte sem ser da Fazenda de Vossa Alteza:

«e assim nos paços de vossa alteza,

«e outras obras publicas.

«No que toca ao governo e guerra:

«proveu-se a India de vice-reis, prelados e officiaes e coisas necessarias:

«proveu-se Tanger de Capitães e Armada que Lourenço Pires de Tavora levou:

«fez-se a fortificação, que está quasi acabada, parecendo tão difficultosa fazer-se:

«fizeram-se as duas armadas de galés, e outros navios e o mais d'ellas novo, em que foi Francisco Barreto que tambem se lembrou ao Senhor Rei de Castella:

«fez-se grossa armada para a ilha da Madeira em breve tempo, para se castigarem os francezes pelo damno que n'ella fizeram:

«poz-se em ordem Ceuta como agora está, e a fortificação que n'ella se ordena:

«fez-se a fortificação de S. Gião (S. Julião) e de Cascaes, e de Setubal e da Athouguia, e dos lugares do Algarve e a Torre da Banda de Caparica:

«proveu se para se fazerem fortificações em todas as ilhas e haver ordem na gente d'ellas, e se mandou para isso artilharia e munições como na viagem as naus e navios do Reino, e armassem armadas.

«tem-se feito regimento para o governo do commercio da India e d'aquella Costa de Guiné que tinha muita necessidade d'isso, assim para o Espiritual como para o Temporal;

«e está posto em ordem o capitão e armada para isso.

«Acabou-se a chronica d'el-Rei D. Manuel, vosso visavô:

«e fizeram-se os casamentos de vossas duas tias:

«proveram-se embaixadores para Roma:

«proveu-se o cargo dos despachos e petições;

«proveu-se para haver cavallos no Reino;

«está assentado o que se fará para o remedio dos patacões e ajuda de prata para isso;

«deu-se todo o expediente que foi possivel em despachar os negocios e assignar as provisões;

«e está feito regimento para se pôr em ordem a gente d'esta cidade, somente fica pôr-se em execução;

«houveram-se as meias notas das commendas por Roma:

«tem-se assentado com muitos letrados o modo que se deve ter no provêr das commendas novas, conforme a Bulla;

«como devem ser providos os bispos, e beneficiados das Ilhas de ordenados, e as Igrejas de Fabricas;

«assentaram-se outras coisas de muita obrigação.

«No que toca ás coisas de justiça.

«proveram-se os officios de governadores,

«desembargadores do paço,

«Chancereis,

«Desembargadores.

«Corregedores,

«e outros officios:

«fez-se visitação dos officiaes da justiça:

«pagaram-se-lhe seus ordenados a seus tempos:

«castigaram-se os malfeitores:

«e os que tinham feito o que não deviam:

«fizeram-se mercês aos que tinham serviços e merecimentos, segundo o que pareceu que se lhes devia.

«No que toca ás cousas da fazenda:

«Encabeçaram-se as rendas das cisas nos povos, como se tirarem tantas tyrannias, e offensas de Nosso Senhor;

«accrescentaram-se as do Reino, e S. Thomé e Cabo Verde mais de sessenta contos cada anno:

«fez-se certa e segura arrecadação das rendas:

«ordenou-se como facilmente se pode saber o que se gasta e o que se tem:

«tiraram-se muitas despesas e officios escusados;

«está quasi feito contracto com os moradores de Cabo Verde sobre os escravos, que importa assaz:

«arrendou-se a Alfandega d'esta cidade;

«tiraram-se as dividas de grandes cambios:

«as de João Gomes e dos contractadores se passaram a juizo, em que se ganhou muito e por muitas maneiras, tanto que se isso não fôra, e mais que se fez para poder ser sempre, as dividas iriam crescendo, e não se poderiam atalhar e tirar, como está feito, posto que ficam os juros com alguns já tirados:

«o crescimento das rendas importa mais que os juros, e agora Vossa Alteza é senhor das especiarias, que ha tantos annos que os contractadores com grande proveito possuiam, e faziam d'ellas o que queriam;

«proveu-se a casa da India de Feitor, e deu-se ordem a muitas cousas muito necessarias na guarda das naus da India e navios da Mina;

«proveu-se tambem o armasem do necessario, e de naus para a India, galeões, galés, e caravellas, proveram-se os coutos e cousas d'elles, e se tirou muito dinheiro;

«está prestes muito dinheiro para se levar aos lugares da Africa, e se pagarem os ordenados, soldos e mais coisas necessarias, e dado a ordem para se fazerem d'aqui por deante;

«está ordenado para se pagarem as moradias a seus tempos;

«tudo se fez, principalmente, com o favor de Nosso Senhor, e com a ajuda dos bons Officiaes, creados, e vassallos de Vossa Alteza, seguindo o que a Rainha, Minha Senhora, e Avó de Vossa Alteza, tinha feito e começado;

«ficaram por prover outras coisas por serem proprias a Vossa Alteza;

«outras a que as muitas occupações não deram lugar, agora se poderão muito melhor prover por Vossa Alteza com a ajuda, e favor de Nosso Senhor, e poderá emprehender as grandes emprezas, que nos prognostica o seu milagroso nascimento e certas obras de suas grandezas, e excellentes virtudes, cujo muito alto Estado Nosso Senhor queira, com grandes prosperidades, conservar e accrescentar como lhe pedimos para seu serviço, e bem nosso, e de todos os seus reinos, e senhorios.

Depois de lido este papel, el-rei D. Sebastião respondeu a seu tio, ainda minutos antes regente do reino.

«Tenho mui bem entendido quão bem tendes governado estes meus reinos, os annos que os governastes, e a obrigação, em que n'isto vos fico, a qual vos tenho em mercê, e serei sempre lembrado de tudo para o conhecer e gratificar, como sou obrigado, e pois Deus me fez mercê de chegar-me á edade de tomar o governo de meus Reinos, eu o acceito, e espero n'elle particularmente me dará graça para o servir n'elle como de mim se espera, com a mercê, que a Rainha, Minha Senhora, me faz de me querer ajudar e assim com a vossa ajuda, de que me espero muito aproveitar, e com taes guias não poderei errar.

E assim, na esperança da gratidão regia lhe dar eterna supremacia no poder, deixou o imbecil cardeal cahir das suas mãos decrepitas e ambiciosas, o governo que a custo de tantas intrigas conquistara e assim ficou para desgraça sua e nossa, aos quartoze annos d'idade, essa creança alucinada, perdida pela educação, fanatisada pelos jesuitas, governando o reino que havia de conduzir com a sua leviandade imprudente á miseria e á escravidão.

Antes porem de acompanharmos o rei no seu deploravel reinado, estudemol-o na sua infancia, procuremos ahi as sementes que mais tarde tão tristes fructos deviam produzir.

*
* *

Não ha na galeria dos reis portuguezes typo mais original, mais accentuado, mais cavalheiresco, do que o do neto de D. João III.

Frei Bernardo da Cruz deixou d'elle um retrato confirmado pelo veneziano Tiepolo e por Brantôme, o chronista galante da França.

Esse retrato apresenta-nos D. Sebastião no

vigor da juventude, como um esbelto e galante rapaz em quem se reflectem accentuadamente todos os caracteristicos physicos da raça real d'Austria, transmittidos por sua mãe, a formosa princeza D. Joanna, de quem o rei *Desejado* era o fiel retrato.

Branco, loiro, robusto, olhos vivos, rosto carrancudo, severo, raras vezes illuminado pela luz alegre dos francos sorrisos da mocidade, beiços grossos, sendo o inferior polpudo, cahido, o beiço de Carlos v, o beiço da familia real austriaca, D. Sebastião passava, diz Brautôme, por um dos mais esbeltos principes da christandade.

As mulheres morriam-se por elle; mas infelizmente para o reino e para elle tambem, que passou por este mundo sem conhecer o que ha de sublime no amor de mulher, «não lhe pareciam tão bem as damas como elle lhe parecia a ellas» como nas suas confidencias á formosa viuva do principe D. João, dizia o celebre diplomata Lourenço Pires de Tavora.

Ao contrario de seu pae, o infeliz principe que morreu d'amor, D. Sebastião tinha um horror ás mulheres, e mesmo depois de rei, quando o seu alto cargo lhe fazia uma obrigação de deixar o celibato aos monges e de entregar os pulsos ás cadeias de rosas do amor, para deixar herdeiros á corôa, o pudico monarcha, illudia com habilidade jesuitica, todas as tentativas feitas no reino e no extrangeiro para o casarem.

O pudor do rei *Desejado* chegou a tomar as proporções comicas da grotesca castidade do celebre José do Egypto, que a biblia expôz ás gargalhadas maliciosas dos seculos menos ingenuos, e á rhetorica de todas as litteraturas do mundo.

D. Manuel de Menezes que, apesar do seu grande enthusiasmo de chronista palaciano pela pessoa e qualidades d'el-rei D. Sebastião se atreve a extranhar a repugnancia do monarcha ao casamento que devia dar herdeiros á corôa portugueza, conta d'elle uns casos de honestidade precoce que fazem do rei cavalleiro uma especie de heroe d'opera comica, um personagem que está a desafiar a veia humoristica de Labiche, de Thiboust ou de Meilhac e Halevy.

«Foi El-Rey D. Sebastião muito amante da honestidade e limpeza da alma, conta o chronista, como doutrinado pelos padres da Companhia, e porque foi n'elle genio natural e virtude, e no que a este particular tocava, naturalmente vergonhoso.

«Sendo d'idade de oito para nove annos, passando pela casa onde elle estava tomando lição a infante D. Maria sua tia, acompanhada de suas criadas, depois de se levantar e lhe fazer a cortezia costumada, chegando-se para elle uma das damas com os braços abertos para lhe dar um abraço, por modo de carinhoso agrado, poz el-rei as mãos diante, retirando-a de si para que lhe não tocasse, fazendo-se muito vermelho de vergonha, sem se lhe ter dado tal documento, nem dado a entender o prejuiso d'estes toques; mas movido sómente ao seu proprio natural, honestidade e modestia (!) pelo que tambem não queria e consentir que seu camarista lhe vestisse a camisa e dizia que lh'a pozesse sobre a cama, que elle d'ali a tomaria, e da mesma sorte os mais vestidos, nem permittia que pessoa alguma lhe visse um pé descalço, e ferindo-se uma vez em um d'elles por desastre em uma telha, deitando-se na cama para o curarem, não quiz ao menos, a ferida lh'a vissem mais que o cirurgião physico-mór, e o seu mestre, por lh'o pedir elle para melhor o informar.»

Ora francamente, francamente digam-n'os se tudo isto não é essencialmente offenbachiano, tanto o historiador como o historiado, uma creança de oito annos, que foge das mulheres como o demonio da cruz, que não despe a camisa diante do camarista seu creado, e que não consente que ninguem lhe veja os pés!

Depois d'isto *il faut tirer l'echelle.* O José do Egypto de lendaria memoria é um devasso ao pé d'este principesinho de libretto de magica.

Sentimos que estamos faltando á seriedade austera d'essa matrona respeitavel que se chama historia, mas quando a chronica põe em camisa deante dos vindouros o guerreiro allucinado de Alcacer-Kivir, o folhetim não pode deixar de adejar alegremente sobre as paginas em que o *valet de chambre*, substituindo o historiador, faz desapparecer o grande homem.

«Aborrecia os homens descompostos na vida e costumes, continua a chronica, e disse em certa occasião, que lhe não havia de entrar em casa um chocarreiro, porque cantava chistes e cantigas pouco honestas. Em uns livros que deu

aos Padres de Santo Antão e da companhia de Jesus, escreveu por sua mão no principio d'elles estas palavras:

«Padres rogae a Deus que me faça muito casto, e muito zeloso de dilatar sua fé por todas as partes do Mundo.»

N'este pedido que fazia el-rei a Deus e que a chronica nos transmittiu, estão perfeitamente caracterisados os dois grandes defeitos de D. Sebastião:—a exagerada castidade e o fanatismo guerreiro.

Deus fez infelizmente a vontade ao joven rei: fel-o casto ao ponto de não deixar cabeça em que pousasse a sua corôa, fel-o zeloso de dilatar a fé até ao ponto de morrer esmagado pelo alfange africano, nos campos d'Alcacer-Kivir.

Os jesuitas tinham já nos primeiros annos transtornado completamente a creança que fôra entregue aos seus cuidados, e feito d'um rapaz robusto, sadio, intelligentissimo, um fanatico imbecil e um misantropo perigoso, tinham-lhe enchido a cabeça de redicula *pruderie* e de ideaes falsos, grutescos e fataes.

A castidade extranha do rei, foi habilmente explorada pelos cortezãos e até pelo povo, e conta-se que indo o rei, n'uma quinta feira de Endoenças, para Xabregas, uma mulher moça o fôra esperar no caminho, e lhe dera uma petição em que supplicava mandasse soltar seu marido, que andava nas galés, ao que o rei respondeu *que a mandaria vêr*, e continuara o seu caminho.

A mulher tornou:

—Pelas chagas de Christo peço a Vossa Alteza que me despache e que se lembre que sou moça e que corre perigo a minha honra.

Ao ouvir estas palavras o rei parou logo, e mandando buscar um tinteiro e penna despachou ali mesmo a petição ordenando que fosse solto o preso.

Conta mais a chronica que «Quando calvaga e ia pelas ruas, onde as mulheres sahiam ás portas e janellas pelo muito que era amado, para o verem, passava com muita modestia, sem levantar os olhos, *nem fazer meneio algum descomposto;* (!) e assim mesmo quando lhe iam fallar mulheres punha os olhos no chão, sem querer olhar para ellas, como se fosse criado para alguma religião, e não obrigado a casar para dar herdeiros ao Reino.»

Como dissemos já, apesar do religioso respeito da chronica pela pessoa sagrada dos reis, D. Manuel de Menezes não poude deixar de ser écco do desgosto, receio e inquietação que a excessiva castidade fanatica do rei produzia no reino, e apesar de desculpar o jesuita Luiz Gonçalves da Camara, mestre do rei e unico responsavel pelo feitio extranho e perigoso que ia tomando aquelle caracter entregue a suas mãos, não pode deixar tambem de, ainda que muito ligeiramente e como que com medo, referir as accusações no fundo tremendas e justas que se faziam em Portugal e até em Roma aos jesuitas que cercavam o rei.

«Por estas e outras causas, que a gente via de sua honestidade e modestia, diz o citado chronista, parecendo-lhe que não podia El-rei ter naturalmente tão pura inclinação, cuidavam muitos que seu mestre o apartara da communicação de mulheres; e corria d'isto tal fama, que o historiador do Pontifice S. Pio v escreve que, creado com a doutrina dos jesuitas aborrecia o thalamo, e Martim Affonso de Sousa, fidalgo de muita auctoridade, do conselho de Estado, e que governava a India, disse um dia ao Mestre:

«—Que é isso que dizem, sr. Luiz Gonçalves, que ensinaes a El-Rei que não olhe para as mulheres?

«Ao que elle respondeu, retirando-se ambos para uma casa:

«—Sr. Martim Affonso, por tão pouco considerado me tendes, que cuidaes de mim que não entendo que El-Rei hade ser homem, e hade ter taes e taes partes; eu não direi a El-Rei que seja amigo de mulheres, mas se elle o fosse sem desordem não lh'o estranharia; mas que quereis vós que façamos á natural inclinação que n'elle ha.»

E n'este final não mentia o jesuita.

A natural inclinação de D. Sebastião era o ascetismo e a guerra, era um monge cavalleiro; mas aos seus mestres, áquelles que de pequeno fôra entregue, cumpria domarem-lhe os excessos do fanatismo, as febres impetuosas de combate, sopearem-lhe as inclinações tão precocemente pronunciadas, aproveitarem-n'as até ao ponto em que a coragem e a religião são duas grandes qualidades n'um rei, e ao mesmo tempo incutirem-lhe no animo com a palavra e com o exemplo

dos maiores, a sciencia difficilima de governar o conhecimento do seu tempo e da sua gente, a prudencia, a sensatez, a equidade, a justiça, que são os primeiros elementos d'uma boa administração.

Nada d'isto porem se fez.

Fez-se o contrario.

«Desde a infancia tinha manifestado qualidades,—diz o eminente historiador o sr. Rebello da Silva,—que dirigidas com acerto fariam d'elle um dos soberanos mais distinctos pela resolução e firmeza da vontade, pelo odio á corrupção e ao repouso, e pela natural propensão que o impellia a amar e promover as cousas grandes e honrosas, affrontando os trabalhos e despresando os perigos.

«Por desgraça os homens que haviam de desenvolver tão raras prendas, e sobre todos o confessor Luiz Gonçalves, transformaram-as em defeitos.

«Em lugar de moderar a vocação do principe, encaminhando-o, o mestre, para mais seguramente se apoderar do seu amino, abusou dos escrupulos d'uma consciencia timida e da altivez d'uma indole impetuosa, pintando-lhe a guerra contra os infieis como o primeiro dever de um rei catholico e a sujeição ás advertencias dos parentes e ás opiniões dos ministros, quasi como tutela indigna dos altos pensamentos e do officio de monarcha.»

Veremos mais tarde como e para que os jesuitas trataram de afastar do lado de D. Sebastião, rei, a princeza D. Catharina sua avó, e o imbecil cardeal D. Henrique, o inquisidor-mór, seu tio.

*
* *

Fallámos na habilidade jesuitica com que D. Sebastião tratou sempre de desmanchar todos os projectos de casamento. Desde a infancia que esses projectos se formavam, e, como castellos de cartas, cahiam logo por terra, deixando sempre o principe entregue ao celibato fradesco, que lhe impunha o seu desastrado pudor, a que o impellia a sua natureza excepcional, a ponto de alguns escriptores attribuirem a aversão do rei ás mulheres a defeito physico, suspeita desmentida por D. Fernando Carrillo, embaixador de Filippe II de Hespanha, que em cartas ao seu monarcha, em que se congratula por essa total indifferença do rei D. Sebastião pelos prazeres da voluptuosidade, por vêr n'ella um bom prenuncio para a absorpção de Portugal pela Hespanha, diz ser unica rasão d'essa indifferença, não defeito physico, como muitos avançavam, mas simplesmente o excessivo pudor e virtude do mancebo, que tocaria o extremo de se prender por um voto de castidade, se Luiz Gonçalves seu mestre o não atalhasse.

Vamos vêr rapidamente quaes eram esses casamentos e por que motivos goraram.

A primeira esposa que se lhe apontou, foi, em 1563, tinha elle nove annos d'idade a princeza Margarida, filha de Henrique II de França. Dizem uns que este enlace fôra offerecido por Carlos IX, outros que fôra inculcado pelo conselho de ministros de Portugal para vêr se com esta alliança, muito vantajosa para o reino, expulsavam da provincia de Santa Cruz—Rio de Janeiro—a pretenção e commercio dos francezes.

D. Filippe de Castella, tio de D. Sebastião pela princeza D. Joanna, mãe d'este, querendo metter mão em todos os negocios de Portugal que ha muito namorava, oppoz-se com fingido zelo a tal alliança, porque detestava os francezes, apesar de casado com uma irmã do seu rei, e indicou com interesse para esposa do rei de Portugal a infante D. Isabel, filha do imperador Maximiliano II rei da Bohemia.

O novo casamento foi proposto ao conselho d'Estado e approvado com grande aprazimento. Só uma duvida se offereceu, e era que os francezes, offendendo-se com a recusa do rei de Portugal em acceitar por esposa a irmã do seu rei, se desafforassem ainda mais na navegação do Brazil, com grande prejuiso nosso, e por isso resolveu-se encobrir a negociação do casamento com a princeza de Bohemia até se conseguir expulsar os francezes de Santa Cruz—o que mais tarde se conseguiu como já vimos.—Não havia inconveniente na execução d'este plano um tanto jesuitico, pois o rei era ainda muito creança e sua noiva era tambem ainda *das faxas infantes sahida apenas*, e posto em pratica deu bons resultados. O rei de França, vendo por fim que nada se decidia ao certo com respeito ao enlace de sua irmã com D. Sebastião de Portugal, offereceu-a em casamento ao principe D. Carlos de

Castella, pedindo em troca para si a mão da princeza viuva D. Joanna, mãe de D. Sebastião.

Esta princeza porem, muito saudosa ainda de seu marido e pouco inclinada aos francezes, recusou a alliança que lhe dava o throno da França; o principe D. Carlos estava já compromettido com uma das filhas do imperador Maximiliano, e Carlos IX, magoado com estas recusas, tratou de procurar esposa tambem entre as princezas da Bohemia, insistindo em casar sua irmã com o rei portuguez.

A esse tempo porem, tinhamos nós já expulso os francezes do Rio de Janeiro, e dando o rei de França, na sua leviandade em offerecer ao principe D. Carlos a mão da princeza, primeiro offerecida ao rei de Portugal, e sem ter d'este recusa, um pretexto excellente para a côrte portugueza repellir as suas propostas, assim se fez, regeitando então Portugal abertamente a alliança matrimonial com a casa de França e acceitando tambem publicamente o enlace indigitado por D. Filippe de Castella com a princeza D. Isabel da Bohemia, e tratando-se desde logo que esta princeza viesse para casa de D. Joanna sua tia e futura sogra, para ali se educar mais a nosso modo e aprender com a mãe do seu promettido esposo os usos e costumes dos portuguezes.

O rei de França, porém, esquecendo-se que tendo tratado o casamento de sua irmã com o rei de Portugal, se pozera deslealmente a tratal-o ao mesmo tempo com o principe D. Carlos de Castella, offendeu-se muito ao vêr que Portugal lhe fazia aquillo que elle primeiro lhe quizera fazer, e lançou mão de todas as influencias para impedir esse casamento, levando o imperador Maximiliano II a encher-se de hesitações, de irresoluções e emfim a declarar desmanchado o casamento, a pretexto de que os noivos eram muito creanças ainda, e que era muito grande o dote que Portugal exigia da princeza da Bohemia.

Entretanto o caso não ficou ainda decidido: não parou por aqui, e a sua continuação parece uma intriga emaranhada e graciosa de comedia hespanhola de enredo.

D. Joanna de Castella, a mãe de D. Sebastião, tinha grande gosto no casamento de seu filho com a filha do imperador; mas as filhas do imperador Maximiliano eram duas, e tres os pretendentes, D. Sebastião, o principe D. Carlos de Hespanha e o proprio rei de França que se fizera pessoalmente candidato á mão da destinada noiva do monarcha portuguez.

Por fim a morte veio simplificar a questão, e pôr termo á contenda.

O principe D. Carlos falleceu no mesmo anno em que D. Sebastião tomou o governo dos seus estados.

As difficuldades pareciam pois estar vencidas. Não tinham augmentado as pretendidas, mas tinham diminuido os pretendentes. A coisa agora era simples como *bom dia*.

A filha mais velha do imperador, a princeza D. Anna, que era noiva do principe de Castella, que fosse consolar-se da sua prematura viuvez nos braços do rei de França, e sua irmã, a mais nova, a princeza D. Isabel sobre quem havia contenda, e que era disputada ao mesmo tempo por dois reis, o de França e o de Portugal, que passasse a alegrar a côrte sombria e fanatisada de D. Sebastião.

Infelizmente não aconteceu assim, apesar de todas as partes interessadas terem concordado n'esta solução com muito prazer, excepto o rei desejado que odiava o casamento e fugia d'elle como d'um peccado, um impessilho e uma servidão.

A morte que se encarregára primeiro de deslindar este intrincado caso dos casamentos reaes, veio metter-se agora abelhuda onde não era chamada e tornar a lançar tudo na confusão primitiva.

Em outubro d'esse anno, a rainha Isabel da Paz irmã do rei de França e da princeza Margarida, esposa de D. Filippe de Hespanha, deixou o throno pelo jazigo, e fez pela terceira vez viuvo esse especie de Barba Azul coroado.

O fallecimento d'esta rainha abre na historia uma pagina d'intriga amorosa como as fazia Lopo da Vega.

O rei de França vendo sua irmã rainha de Hespanha morrer sem deixar filho varão, e obrigando por isso seu viuvo, pelos interesses do throno a não conservar por muito tempo os crepes da viuvez, pensou que a Hespanha era um bom commodo para suas irmãs e mandou offerecer a seu cunhado a repetição do parentesco, casando com a outra sua irmã, a princeza D. Margarida que Portugal repellira.

D. Filippe, apesar do que havia d'interesse para o seu estado n'esse casamento que novamente o alliava á França, apesar dos dois paizes desejarem muito essa união e verem-n'a com muito bons olhos, apesar do papa consentir em lhe dar a dispensa necessaria para casar com sua cunhada, teve escrupulos catholicos, em casar com a irmã de sua mulher e ficou hesitante algum tempo sem acceitar nem repellir a proposta de seu cunhado.

A imperatriz da Bohemia, porém, sabedora do enlace que se planeava, é que viu o que n'elle tinha a perder. Casada a princeza Margarida de França com D. Filippe, os principes da Bohemia viam fechar-se-lhes o throno de Hespanha a que pretendiam até então subir, casando com alguma das filhas do rei, e então a imperatriz tratou de lhe offerecer, de lhe metter positivamente á cara, é a phrase, a infanta D. Anna, promettida a Carlos IX, lisongeando muito a vaidade do rei de Hespanha, querendo fazer-lhe acreditar que a princeza tinha por elle uma paixão e não podia ver o monarcha francez.

D. Filippe, movido pela necessidade de dar a Hespanha um herdeiro varão, procurou novo casamento e movido pelas instancias e um pouco pela vaidade, porque no fim de contas os reis teem as mesmas vaidades que fazem o fundo de toda a natureza humana, a casar com a infanta D. Anna, a tal que tanto gostava d'elle, tratou de conciliar as coisas e trocar completamente as noivas que havia n'esse baralho de reis, de modo que depois de arranjadas as coisas a seu bel-prazer, ficassem assim destinados os casamentos: D. Filippe em vez de casar com a princeza D. Margarida de França, casaria com a princeza D. Anna da Bohemia, noiva do rei de França, o rei de França, noivo de D. Anna da Bohemia, casaria com D. Isabel noiva do rei de Portugal, e D. Sebastião casaria com D. Margarida de França, noiva do rei de Hespanha, e primeira noiva do rei de Portugal, a que abrira este cyclo de casamentos planeados e de noivos trocados.

O rei de França não pedia melhor do que esta resolução: fazia duplamente a sua vontade, realisava ambos os seus desejos até ali frustados: casava com a princeza D. Isabel, a noiva de D. Sebastião que elle para si pedira, e fazia casar o rei de Portugal com sua irmã, a princeza Margarida, que elle quizera pôr no throno portuguez, e a que D. Sebastião recusára.

D. Sebastião ficou tambem contente no fundo com a deliberação do rei de Hespanha, porque embora ella ferisse muito a sua vaidade e mesmo o seu interesse e a sua independencia, dava-lhe n'isso mesmo, pretexto farto para recusar novamente a noiva e não casar ainda, que era no fim de contas o que elle mais desejava—estar solteiro, andar pelas mattas em caçadas fatigantes, pelos claustros em scenas theatraes, pelos oratorios em arrobos de mysticismo fanatico, quasi imbecil.

O rei de Hespanha casou, Carlos IX casou tambem, o imperador da Allemanha viu collocadas suas duas filhas em dois dos primeiros thronos do mundo, mas a verdade é que D. Sebastião pondo de parte todo o interesse individual que elle tinha por seu odio ao casamento, em fazer quebrar todos os enlaces, tinha muita razão em se escandalisar com o rei de Hespanha, o seu tio D. Filippe, que depois de lhe ter aconselhado que regeitasse a união com a princeza Margarida, depois de o ter feito repellir esse casamento, tornava agora sem mais nem mais, a metter-lhe em casa a mesma noiva, tirando-lhe ao mesmo tempo a que então lhe dera, a princeza Isabel, e tinha muita dignidade e muito brio quando se revoltava contra a subjeição em que assim o queria ter o rei seu tio, fazendo d'elle apenas um servo obediente tomando um logar de tutor que elle lhe não dera, cortando-lhe uma independencia que elle não estava disposto a abdicar.

A grande maioria do paiz tomou n'esta questão o partido do rei e poz-se franca e expontaneamente do seu lado, já por que lhe achava razão e se feria com a desconsideração que lhe fizera o rei de Hespanha, já porque o rei de França era muito mal visto então em Portugal, pelos insultos e roubos que os francezes fizeram aos nossos na ilha da Madeira, e que o rei deixou impunes e tambem pela liberdade em materia de religião que deixava invadir os seus estados, e a opinião geral do paiz era abertamente desfavoravel á alliança d'el-rei D. Sebastião com princeza de França.

A princeza Isabel da Allemanha, a pella n'este jogo curioso do casamento, ficou tristissima tambem com o caminho que tomaram as combina-

ções, e ella que gostava de D. Sebastião, e se habituára com alegria á idéa de ser rainha de Portugal, não teve outro remedio, visto seu pae consentir, senão abandonar as suas risonhas esperanças, deixar seu primo D. Sebastião e acceitar a mão que lhe offereceu o rei de França.

O conselho de Portugal altamente indignado com o procedimento de D. Filippe de Castella, resolveu abafar a sua indignação, visto a falta que havia de princezas onde se podesse escolher esposa para o rei de Portugal, dissimulando pois todo o despeito, e deixando D. Filippe tratar do casamento de D. Sebastião com Margarida da França.

O rei de Castella entretanto pedia em uma carta ao rei de Portugal os poderes para ajustar esse casamento, e o conselho em vista da sua resolução tomada em frente dos acontecimentos, pensava em mandar esses poderes; mas no dia immediato áquelle em que o conselho tomou essa resolução, 19 de setembro de 1569, appareceu na sala do mesmo conselho o padre Martim Gonçalves da Camara, escrivão da Puridade, levando um bilhete lacrado e fechado com o sinete particular do rei, jurando solemnemente que nem elle Martim Gonçalves nem seu irmão Luiz Gonçalves da Camara, sabiam o que continha esse bilhete.

O conselho deslacrou-o e leu as seguintes palavras escriptas pela propria mão d'el-rei: «*Pelo Reino porei a vida muitas vezes, e pela honra, e pela fé porei honra e vida; pelo proveito do Reino e meu não porei a honra do Reino e minha, pois este foi o caminho dos reis que o ganharam: hoje domingo* 18 *de setembro de* 1569.»

A leitura d'este singular documento fez sensação no conselho, sensação e completa reviravolta.

A opinião do rei, bem claramente manifesta no seu bilhete era que se não mandassem os poderes pedidos pelo rei de Hespanha para tratar do seu casamento: e o conselho que até então fôra de opinião completamente contraria, mudou logo n'um momento e seguiu quasi por unanimidade a vontade expressa do rei. Dizemos quasi unanimemente porque os unicos que conservaram abertamente o seu voto a favor de mandar os poderes ao rei de Hespanha fôram D. Duarte e Lourenço Pires de Tavora.

Este celebre diplomata, porém, não se limitou a conservar o seu voto e opinião, e com o bom senso, lealdade, firmeza e desassombro que sempre foram virtudes raras de inferiores para superiores, disse a el-rei entre outras coisas muito prudentes, justas e sensatas, o seguinte:

«Que visto se ter dessimulado até o presente e consentido geralmente, que el-rei de Castella tratasse d'aquelle casamento para sua alteza, se devia mostrar acceitação d'elle e mandar os poderes, que se pediam para a sua conclusão, por não desgotar ao dito rei, do que o tinham já feito, quando se pôz duvida a mandal-os antes de virem os de França, e que estando estes já ali, faltar-se-lhe com os de cá seria irritar-lhe a paciencia, enchel-o de cólera e ira contra o sobrinho, e escandalisar o mundo todo, vendo faltar á palavra, e á confiança que se tinha posto em uma lei tão catholica, acclamado por prudente, que n'este negocio se empenham, e sofferia muito mal vêr o pouco caso que se fazia da sua deligencia sendo tão manifesta; porque nos principes qualquer dezar se reputa por grande desdouro; demais que se devia atalhar o mau conceito que se ficaria formando do juizo e condição de sua alteza, e que viria a provocar contra si alguma alteração ou rompimento dos aggravados. Que com a vinda dos poderes de França primeiro que fossem os de Portugal ficava sua alteza do melhor partido e de grande vantagem na auctoridade e reputação dando a entender o pouco gosto que o movia para esse casamento, na falta de deligencia que punha de sua parte, havendo tanta nas partes, e que para mais se dessimular a sua vingança e encobrir o seu proposito de não casar com tal mulher, mandasse com os poderes taes condições que os francezes não acceitassem, sendo a principal pedir a restituição dos damnos, roubos e insultos que elles nos tinham feito na nossa ilha da Madeira e sobre que se tratava havia muito tempo em França, e se não acabava de conseguir, accrescentando-lhes a clausula, de que sem se cumprir isto primeiro se não poderia effectuar o contrato, e não querendo elles convir n'ellas, como era certo succeder assim, se desaviriam de parte a parte, e deixariam a pratica, e tudo ficaria desfeito com perda e desdouro d'elles, honra e reputação do nosso rei e satisfação do de Castella, vendo, que se desfazia pela desa-

vença dos francezes, não querendo estar pelas condições que lhe propunhamos, que ainda que parecessem duras não ficaria sua alteza desairado, como ficava seguindo a resolução que tomára; e finalmente que só por este caminho tomaria uma honesta vingança, cumprindo melhor o seu gosto, e ficando justificado para com todos geralmente.»

O conselho do honrado Lourenço Pires de Tavora era bom, mas como todos os bons conselhos, não foi ouvido, demais a mais na côrte de D. Sebastião, uma côrte onde a prudencia, o bom senso, a sã rasão não tinham ecco, e onde davam leis o fanatismo religioso e o fanatismo guerreiro, dois conselheiros terriveis que bem caro custaram a Portugal.

D. Sebastião não deu ouvidos ás boas palavras do seu velho e fiel diplomata, e obstinou-se n'uma recusa impolitica e grosseira em não dar resposta á carta de D. Filippe de Castella, e só á quarta carta que este lhe escreveu extranhando justamente o silencio do rei portuguez, respondeu com queixas asperas pela deliberação tomada pelo rei de Hespanha sem elle seu sobrinho ser ouvido nem chamado. D. Filippe escandalisou-se fundamente com a carta, esteve mesmo para quebrar as suas relações com Portugal, mas como politico muito mais habil que D. Sebastião, não levou as coisas a esse extremo, e contentando a sua indignação com mandar dizer a seu sobrinho por D. João da Sylva, seu embaixador, que socegasse mais a sua colera que era infundada, que attendesse ás razões que tinha havido para alterar a disposição dos casamentos das filhas do imperador da Allemanha, que visse bem que não acceitando por esposa a princeza Margarida da França nenhuma outra princeza lhe ficava agora na Europa com quem podesse casar, e attentasse seriamente os inconvenientes que o demorado addiamento de matrimonio podiam trazer á corôa de Portugal por falta de successão, que não desse ao mundo o espectaculo do seu despeito e ainda outro peior, o da sua inconstancia, e que se deixasse de escrupulos mal cabidos e de melindres que ninguem pensava em ferir e mandasse a pedida procuração para se tratar do seu casamento com a irmã de Carlos IX.

D. Sebastião porém estava tão agarrado ás idéas do celibato e ao orgulho de rei, que não cedeu á embaixada de D. Filippe de Castella, nem tão pouco ás instigações da rainha avó, do cardeal infante a quem D. Filippe mettera como intermediarios, nem aos desejos de sua propria mãe, que muito desejava ver acceite o casamento por seu filho, e a quem Lourenço Pires, seu intermediario, escrevia o seguinte em 12 de março de 1570:

«No negocio do casamento a que particularmente veio D. João de Borja, [1] se procedeu como tenho escripto a vossa alteza, e fazendo n'isso o dito D. João todo o officio de muito grande ministro, se entreteve el-rei, meu senhor, todo este tempo na consideração da resposta e soffria-lhe esta dilação por se dar mais tempo a sua alteza se deixar persuadir no que parece que convinha a todas as partes: valeu mais o destino, ou por ventura a vontade de Deus e assim se resolveu ultimamente a responder ao embaixador o que vossa alteza verá por sua carta, e assim, e para poder defender sua causa e mostrar as razões que tem para não acceitar por agora a pratica d'este negocio, elegeu a D. Alvaro de Castro, do seu conselho, e pessoa de muitas e grandes qualidades, para por elle mandar fallar claro, e com muita confiança a sua magestade, com grandes desejos de o persuadir a lhe receber as razões, que mostra ter para esta sua determinação, negocio e resolução a que sua alteza se não deixou persuadir de nenhum outro modo e portanto, nenhum outro se podia achar, que parecesse mais suave n'esta sua tenção, que o da clareza, mandando quem, como cumpre, saiba e possa tratar estas materias sem nenhuma encoberta, fiando-se que acceitará sua magestade as razões, com que el-rei se move por nossos peccados a não tratar agora de casamento. Cá não valeu para outra determinação nenhuma in-

[1] Depois de ter mandado o seu embaixador em Portugal D. João da Sylva tratar o negocio do casamento com seu sobrinho, o rei de Hespanha, vendo que nada obtivesse d'essas transações, mandou especialmente, um embaixador extraordinario, D. João de Borja, filho de D. Francisco de Borja, para tratar do negocio com D. Sebastião e com o seu conselho, porque se via compromettido com a França, pois se assentara em que D. Carlos não casasse sem primeiro estar justo o casamento de D. Sebastião com D. Margarida.

dustria, nem vivas razões ou outros respeitos, por cousa, que n'este tempo se não poderia mudar com réplicas, nem com alguma viva e apparente razão, nenhum modo por dôce ou aspero que seja: proceda vossa alteza no remedio para que sua magestade se satisfaça das razões, que sua alteza manda apresentar por D. Alvaro. Culpem-se nossos peccados, pois sómente por elles deve el-rei estar tão obstinado em, por agora, não querer casar, e esta é a razão, que sómente daria, e a mais verdadeira que todos podem dar, e assim me aventuro a dal-a a vossa alteza para com esta clareza ainda que me seja damnosa, vossa alteza melhor entenda, o que em tudo isto se pode dizer. D. Alvaro leva commissão para da volta de Cordova tornar por onde vossa alteza estiver e lhe dar conta de tudo, o que passar com sua magestade: é um muito bom fidalgo e de muito serviço e experiencia, e a quem el-rei, meu senhor, tem em muita conta: pode e deve vossa alteza fallar com elle claro, e com confiança tudo o que lhe parecer necessario ao serviço d'el-rei: sou eu muito seu amigo, mas não me engano no que digo d'elle. O senhor cardeal fez n'este negocio inteiramente todo o officio que cumpria á sua obrigação e n'isso passou trabalhos e desgostos desviados do que merece aquelle animo, e tão desinteressados serviços; aproveitou pouco, porque o não permitte Deus: eu tambem pelas razões que vossa alteza apontou na ultima carta que me escreveu, vejo mui bem a causa, por onde tem muita parte da culpa de outros poderem mais com el-rei, que elle; e se a tem affirmo a vossa alteza, que tambem tem a pena d'isso.»

D. Filippe de Hespanha abrandou-se um pouco com a satisfação de seu sobrinho e visto este insistir tenazmente em recusar os poderes para se tratar do seu casamento, deixando-se esse plano momentaneamente salvo a voltar mais tarde a elle quando D. Sebastião estivesse mais desapaixonado e a sangue frio.

Entretanto os odios todos voltavam-se para o padre Luiz Gonçalves da Camara, mestre do rei, porque todos tanto no reino como no estrangeiro sabiam que o verdadeiro motivo dos embaraços permanentes que da côrte de Portugal surgiam e todos os planos de casamento, vinham da inabalavel vontade do rei, nascida da sua inquebrantavel e burlesca castidade, e todos tambem, tanto nacionaes como estrangeiros, sabiam que quem mettera essas estreitas, ridiculas e perigosas idéas de castidade no cerebro do fanatico rei, fôra o jesuita seu mestre e confessor, e para tapar a bocca a esses odios que cada vez fallavam mais alto, se mostravam mais ameaçadores, o padre jesuita passou a ser junto do rei, ostensivamente, um dos mais enthusiastas, embora menos sincero, pregoeiro das bellas qualidades e das perfeições raras de Margarida de Valois.

Mas o casamento de D. Sebastião estava intrincado, a fatalidade parecia querer evitar por força que esse juvenil rei deixasse successão á corôa, e quando as instigações, verdadeiras ou postiças, mas persistentes do seu confessor acompanhadas dos pedidos que Pio v lhe mandára expressamente fazer pelo cardeal Alexandrino, seu sobrinho, para isso exclusivamente enviado a Portugal, tinha resolvido D. Sebastião a saltar por de cima de suas repugnancias ao matrimonio e a acceitar Margarida de Valois por esposa, sem dote algum e com a condição apenas de seu irmão, Carlos IX de França entrar na liga dos principes christãos contra os turcos, o rei de França para dominar os tumultos religiosos que traziam a França revoltosa, vê-se obrigado a dar sua irmã Margarida, a noiva do rei de Portugal, ao principe de Bearne, mais tarde Henrique IV, chefe dos huguenotes.

E assim, depois de largas peripecias, de emaranhadas intrigas se mallogrou definitivamente o casamento do rei de Portugal com Margarida de Valois, exactamente no momento em que pareciam debelladas todas as difficuldades e que os interesses do Estado, ou para melhor dizer os interesses da religião que importavam muito mais ao rei desejado do que os do seu paiz e os do seu povo,—iam ter por fim razão da sua castidade legendaria e burlesca.

Luiz Gonçalves da Camara parece que tomára agora a peito o casar o seu discipulo para se desforrar do tempo gasto em o fazer rebelde ao casamento, e visto que a princeza Margarida falhou, aproveitou d'ali a pouco tempo a morte de Carlos IX para indicar a D. Sebastião esposa na viuva do rei de França, aquella princeza allemã que tão disputada fôra e que quasi fizera um rompimento entre Hespanha e Portugal.

A viuva de Carlos IX, porém, apesar de muito moça ainda não manteve as promessas amorosas da donzella, e sem fazer caso do passado, sem se querer lembrar de que estivera noiva de D. Sebastião, e muito mais noiva de coração do que é costume estar-se n'aquellas altas regiões sociaes, recusou-se obstinadamente a deixar os fatos de viuva, e cheia de ideaes religiosos, devota, beata, fanatica mesmo, regeitou por esposo D. Sebastião e fundou um convento de freiras na Allemanha e n'elle encerrou a sua mocidade, a sua viuvez e as esperanças radiantes que fizera surgir na côrte portugueza.

Luiz Gonçalves da Camara vendo falhar tambem esta alliança voltou-se para uma filha do duque da Baviera—porque as princezas tinham-se esgotado—mas, a irresolução do rei de Portugal ou antes a sua resolução de se conservar celibatario e virginal, que outra coisa não era essa irresolução, fizeram gorar tambem esse casamento para o qual se chegaram a dar bastantes passos.

E não ficaram ainda por aqui os casamentos de D. Sebastião, a infante D. Isabel Clara Eugenia de Castella veio ainda mais tarde completar a lista dos enlaces malogrados d'este principe que teve mais noivas do que mulheres teve o legendario sr. de Barba Azul.

Detivemo-nos talvez um pouco de mais na curiosa historia d'esses casamentos; mas essa historia apparentemente futil como uma intriga amorosa de bem enredada comedia, tem uma alta significação, porque prova claramente a pertinacia, tenacidade e obstinação com que o rei domava os instinctos amorosos tão naturaes na mocidade, sobretudo n'um temperamento ardente, excessivo, vulcanico como o seu, os interesses soberanos e imperiosos do Estado, a vontade bem manifesta do seu paiz e das côrtes estrangeiras, até da propria Roma ao seu ideal fanatico, estreito, frio, ascetico, mas intransigente do celibato, da castidade da vida pura de todo o sentimento que não tivesse a religião por causa e por fim.

Carlos XII da Suecia tinha tambem esta repugnancia pelos prazeres do amor, este desprezo pelas mulheres que caracterisa o rei desejado, mas o que em Carlos XII é apenas desejo de dar exemplo de continencia e de disciplina aos seus soldados, medo talvez de encontrar mulher que o domine como Samsão ou Holofernes, e pode muito bem ser que tambem a vaidade singular de ser o unico rei que conseguiu ser superior aos encantos femeninos, como diz Voltaire, no rei portuguez é apenas a paixão fanatica, é a vocação ascetica, «que faria d'elle antes um cavalleiro templario, tomando a serio os votos, do que um monarcha tomando a serio a sua missão governativa.» [1]

Fugindo pudicamente ás luctas do amor, D. Sebastião expandia o seu temperamento ardente, impetuoso nas grandes luctas corporaes, nas caçadas, nas montarias selvagens e perigosas aos javalís, expandia o seu espirito resoluto, heroico, ousado, que procurava audazmente o perigo e no perigo se comprazia, mettendo-se temerariamente n'um barco mal ao Tejo chegava o temporal, aproveitando com a coragem doida e inutil d'um heroe lendario, as tempestades que davam por muitas vezes ao nosso bom rio *de christal*, o tom irado, tumultuoso e terrivel d'um verdadeiro mar.

«Insensivel ás fadigas, que os outros supportavam com trabalho,—escreve o sr. Rebello da Silva,—e não contente com as ousadias que em terra inquietavam os que o seguiam, sahia frequentes vezes nas gallés a desafiar a braveza do mar em dias de temporal.

«Ahi, immovel á pôpa, contemplava sem empallidecer, e como se fôra simples espectador, o magestoso espectaculo da tormenta. As ondas em serras combatiam, bramindo, os costados do navio: os rolos das vagas espumantes entravam pelas estancias, em que os companheiros, prostrados, temiam a morte a cada instante: e no meio da furia dos elementos, tão seguro como se estivesse nas salas do seu paço, o rei cruzava os braços vendo passar tranquilla a ira de Deus pela face das aguas.

Nem uma só vez se lhe notou a mais leve differença no rosto.» [2]

Não havia perigo que assustasse o valente monarcha, pelo contrario, quanto maior o perigo era

[1] Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal.*

[2] Chronica d'El-rei D. Sebastião de fr. Bernardo da Cruz.

mais o fascinava e a esse respeito dizia d'elle um satyrico seu contemporaneo «que presumia tanto de si e tão pouco dos mouros que suppunha a guerra de Africa quasi o mesmo do que uma corrida de javalís na coutada de Pancas.» [1]

Cavalheiroso até á loucura, chegando mesmo a ter uns traços quixotescos cujo ridiculo Alcacerkivir podia apagar n'uma nuvem de gloria, e infelizmente apagou n'uma nuvem de sangue, abafando a gargalhada da posteridade com as

[1] Este satyrico citado pelo sr. Rebello da Silva é o auctor desconhecido d'um interessante manuscripto da bibliotheca da Ajuda, *Carta a um abbade da Beira em resposta a outra sua em que pedia a um amigo noticias não só da côrte mas do successo d'El-rei D. Sebastião* carta que bem se pode chamar um folhetim do seculo XVI, como muito bem diz o sr. Rodrigo Felner ao arrancal-a da bibliotheca da Ajuda para o seu jornal o *Parbliophilo*. Essa carta é um documento precioso e decerto desconhecido da grande maioria dos leitores, e n'ella se pintam ao vivo os desacertos, a ambição o fanatismo, o orgulho que levaram D. Sebastião á desgraçada catastrophe de Alcacerquivir, n'um estylo por vezes obscuro mas opulento de verve, e de bem ferida satyra.

Damol-a aqui, como uma boa curiosidade do tempo e por sabermos quanto essa carta interessantissima para a historia, anda afastada das mãos a que o livro, que escrevemos, é especialmente destinado.

Carta a um abbade da Beira em resposta a outra sua em que pedia a um amigo noticias não só da côrte, mas do successo d'el-rei D. Sebastião. «Como quem não diz nada me pedis novas da côrte e da embarcação e desembarcação d'el-rei D. Sebastião. Bem parece que fallaes como na Beira, entregue ao descuido do que pode isso importar a quem fallar verdade n'esta materia; porque não ha poder accommodar a conjuncção das cousas, pelos modos porque correram de cem dias a esta parte, sem muito perigo. Mas obrigado das vossas marrãs e panno de linho, que emfim o dar tudo rompe e move, trabalhei de haver ás mãos uns itens que d'isto tractam e contam. E por aqui dizem que os fez um mestre d'esta cidade e lendo-os na camara d'esta cidade, juntos os vereadores em conclave disse que os achára em mão de um cego pedindo esmola á porta de Pero de Alcaçova e começam os itens.

«Bemaventurados os passados, que o que viram em seus tempos, ainda que cousas graves, cabia no juizo dos homens poder haver já acontecido. Desaventurado o estado de agora, que se vê o que se não cuidou nem se viu, e tanto á custa da opinião e nome portuguez.

«A 25 de junho de 1578 era mal afortunada e de tão longe temida, partiu el-rei D. Sebastião nosso senhor, de Lisboa para Africa, por mar, levando 847 velas de toda a sorte com 24:000 homens de peleja: 3:000 de cavallo e os mais d'infanteria sã e podre, que se não acirandou D. Miguel de Noronha, Vasco de Silveira, Diogo Lopo de Siqueira, Francisco de Tavora, encaixados em coroneis de 3:000 homens ao terço em cada um, que houveram de ser 12:000 á boa conta, e á d'el-rei isso mesmo; mas ao poer dos occulos faltaram 3:000. Cahiram por entre os dedos; tanto monta a vaidade e soberba de que usaram ao fazer d'esta gente, e os grandes excessos que seus officiaes pelas comarcas faziam na escolha dos innocentes, moderando suas sentenças a mil e quinhentos réis, e a cinco cruzados por cabeça, quando mais não podiam. Foi grande ajuda para o bom successo. Dois mil aventureiros ou malaventurados, em que entravam alguns fidalgos e gente de confiança, levados do interesse, adorando a Christovam Tavora, seu capitão, que n'aquelle jogo era manilha, que os tractou cá e lá como merecia quem em tanta dita pôz sua honra.

«Novecentos soldados romanescos, que, para o fiat da supplicada cruzada e das terças das igrejas em favor da jornada, foi utilidade pedil-os.

«Tres mil tudescos, afóra o cisco das suas matronas, que tanto custou e tão escusado era n'estes reinos para este assalto; mas para que soubessem gatos que era dia de entrudo, e não ficasse provincia que não atroasse esta ida, para mais apercebimento dos imigos foram cá muito necessarias.

«Tres mil castelhanos de quem menos se esperava e mais esforço mostraram, porque a fizeram valorosamente no seu terço.

«Quatrocentose cincoenta homens, fidalgos os mais d'elles, illustres, e de bons avós; e com os criados d'estes e os cavaleiros de Tangere e de Arzilla, e o Xarife, se fez a somma de 24:000 homens, ainda que d'estes não foram ao campo mais que 18:000. Vêr a pompa, apparato, matolatagem, trajos d'esta gente, tão improprios do effeito a que iam, que mais pareciam convidados a desposorios, que ministros da milicia, e o peior que os gastos que isto lhes causam, foi ser negociado e aviado por tão ruins modos, com tanto escandalo secular e ecclesiastico, que mais se moviam a pedir justiça que victoria. Ha se de notar que d'estes 24:000 homens os 17:000 eram filhos, mas forçados e descontentes os mais d'elles; nem

lagrimas severas da tragedia, cheio d'uma heroicidade que teria sido uma bella qualidade n'um soldado, mas foi um pessimo predicado n'um rei, D. Sebastião quando deixava as suas caçadas perigosas, os seus duellos intrepidos, mas imprudentes e inuteis com o mar em furias, quando descançava o corpo e queria repastar o espirito, procurava apenas dois generos de livros—os livros mysticos e os livros de cavallaria.

vistos nem ouvidos do seu rei, antes odiados, e maltractados e chamados por ruim modo.

«A 25 do mez já dito se deu á vela, sem fazer exame nos confessados, nem usar de reconciliação, que creio que mais odio ia na armada do que ficaram de restituição por lembrança. Uso de grandes tão mal acertado. Oito dias depois durou o esfollar do rabo, que não havia remedio para se acabar de embarcar. Parece que adevinhavam o que havia de ser.

«De caminho, varreu o Algarve e Tangere, viu touros em Caliz (bem escusados) onde esteve cinco dias, e se apercebeu a armada de matronas e bricos castilhanos, que o diabo, e não outrem, affeiçou este reino a levidões estrangeiras.

«Aportou em Arzilla a 8 de julho com 1:600 velas; desembarcou vagaroso, mas bellicoso no gesto e pouco grave; agasalhou-se na villa alguns dias; armou-se o campo de tendas, começaram-se os banquetes, zombarias, torcidos, remoques e pontos de honra, mercadoria bem desavinda e que tanto trabalho deu a Portugal.

«Foi eleito mestre de campo D. Duarte de Menezes, com tal barbilho e clausula, que não se determinasse no menos ponto sem dar conta a Sua Alteza, supremo nos cárregos todos: addição de perdição, não só de tanta confiança; ainda que os praguentos dizem que de desconfiado tinha tanto poder, e me dise um seu privado, que em tal estado fallam verdade e são de boa conversação, que este rei, sendo menino, tinha aviso e proposito, e que como entrára de quinze annos ávante se perdêra.

«Antes que chegasse a Arzilla já Molew Maluco sabia o seu poder, e gente que levava e a calidade d'ella, e como capitão quiz justificar sua causa com prudencia e humildade. Lá e cá commetteu pazes e partidos honrosos a el-rei, e juntamente que as differenças que tinha com o xarife se julgassem na mesa da consciencia christã, e quando não que por complazer a Sua Alteza, lhe daria estado e terras em que vivesse muito prospero, e se queria fortalezas ao longo do mar que lh'as daria e faria, e se queria tomar o cabo de Gué que o ajudaria n'isso. De maneira que o mouro se justificava como christão, e elrei lhe respondeu como mouro; e como Deus aborrece a soberba em todo estado de gente, parte seria de tamanha desaventura.

«Culpa grande se dá aos acceitos de Sua Alteza deixal-o só resolver-se, sem chamar os velhos, em cousa de tanto peso; que ainda em moços, que o favor do rei desatina, todavia não é desculpa arredarem o rei a tal tempo dos homens de idade e experiencia.

«Os dias que esteve em Arzilla, que foram menos de vinte e mais do que deviam de ser, lhe vieram muitos avisos do grande poder do contrario. Peleou as novas e pagou-as mal; não tratando de Larache, que houvera de ser o seu forte; não crendo n'esta parte nenhum conselho, antes attribuia a fraqueza a prudencia dos que ll'os davam.

«Fez algumas corridas que me corro de contar; outras horas se mostrava cuidadoso e a la fim pouco montava. É taxa de quem muito presume e pouco sabe.

«D'ante mão, no principio dos pensamentos d'esta viagem e depois; não faltaram avisos de Castella e pareceres contrariando-a com razões evidentes, que todos pareciam ben senão aos da conjuração; que cabeças que estavam tão imprudentes e cheias de vento não e muito que sejam vaidosas. Isto é muito certo nos que antepõem o interesse á honra e ficam sem vergonha, para lhe não doer quantas affrontas o tempo fizer.

«Da visitação que veio fazer o duque de Medina por morte da rainha misturou e arripiou as razões e pareceres passados, com instrucção capitulada do duque de Alva, tão gabado de sua muita experiencia da guerra, e raro engenho e habilidade com que desfazia, por ora, este commettimento. Tomou o freio nos dentes e deu com tudo no poço.

Como se determinou de ir ávante, mandou toda a armada a Larache, e que ahi esperassem seu máu recado. Pouco esperaram, e a muitos tiraram as vidas, que vinham fugindo com as linguas fóra, cuidando ter valhacoito na armada, e ella era acolhido, e elles ficaram colhidos, pois não se crê no gallego e general medo, na parvoice antes. Parece que em tudo se azou a desaventura.

«Muitas, por mais seguros, grangearam ir por terra na campanhia d'elrei, e os que mandaram por mar haviam que iam peior e mais arriscados. Por aqui vereis que no maior perigo muitas vezes está a salvação mais certa.

«Alguns temendo a desordem que ia na terra, lançando a conta mais pelo miudo, lançaram ir-se d'es-

A oração e o combate eram as suas fascinações. Deleitava-se especialmente na leitura dos feitos dos portuguezes na Africa, e a sua má estrella —um arabe diria;—a fatalidade—impellia o seu espirito enamorado da gloria para as façanhas legendarias, quasi fabulosas, das armas lusitanas nas ardentes terras africanas, e devorava então a historia patria, que no fim de tudo era n'esse tempo um bello e genuino livro de cavallaria.

D. Aleixo de Menezes o velho e honrado aio

t'outra banda d'el-rei. E o raposo de Diogo Lopes de Sequeira faz-se doente no mar, e deitou mão do cargo que n'elle tinha, e deixou o de coronel na terra.

«Aos 28 de junho se abalou com seu poder pela terra dentro, pondo o rostro em Alcacere, assignando cinco dias de caminho, e para tantos mandou dar mantimentos aos soldados. Ponderai a carga de cada um d'estes: nove arrateis de biscoito, a arratel e meio cada dia, e tres quartilhos de agua, que ficava sendo meio almude, que somma seu conducto, camisa, arcabuz ou pique, sua celada em quarenta arrateis de peso pelo menos que tal poderia chegar este martir para pelejar.

«Aos quatro dias de caminho, que foram de grandes calmas, era já a sêde e a fome tão geral em todos, que cessaram os banquetes e cresceram as pragas.

«Valeram-se de um rio, sete leguas de Arzilla e duas de Alcacere, em que beberam e se proveram de agua. Mas o general dos romanos dice a elrei quando viu a passagem sem contradição, que lhe doia o cabello d'aquella facilidade, que os tinham asidos. Riu-se-lhe elrei, atribuindo-o a medo de mouros.

«Sempre lhe pareceu a este homem que tudo lhe despejassem e o não esperassem no campo, e que a guerra de Africa era mantear parcos em Pancas. E tanto isto assim, que levava corôa de ouro cerrada para o dia que entrasse em Alcacere se coroar por imperador de Marrocos; e vestidos e alabardas para os seus da guarda se vestirem no mesmo dia; em que iam pintadas as armas reaes e a corôa cerrada por timbre; e Fernão da Silva estudada a prégação da victoria: e isto era fazer â conta sem o hospede: Pera ter Deus por sua parte e esta esperança por certa, n'aquelles cinco dias de caminho não se disse missa no arraial, nem houve oração publica, e só havia pontos de honra, odios, poucos favores do rei, ganha-perde, juramentos.

«D'isto havia em cada tenda, mais que de rosarios e Horas de Nossa Senhora. Ainda no derradeiro dia antes do castigo, vieram tres avisos do campo do imigo, da multidão d'elle. Foram mal recebidos, e João de Castilho e Diogo de Palma seu parente, maltratados porque vieram n'isso dar seus pareceres, e com palavras e nomes que nunca se ouviram da boca de rei.

«No dito dia portuguezes illustres, o duque de Aveiro, conde de Vimioso, o bispo de Coimbra D. Fernando de Mascaranhas, e outras que a idade e a experiencia dava licença de adivinharem, sabendo dos avisos, fóra do temor de quão mal tratavam bons concelhos, e como conselheiros movidos do zelo de Portugal o velho, dixeram a elrei com animo e amor, que se devia fazer forte e recolher, e não esperar em campo tão largo aquelle primeiro impeto do imigo tão acompanhado; que os deixasse enfadar e espalhar, e teria o vencimento certo.

«Deu-lhes de mão e chamou-lhes judeus.

«O xarife, a quem se ia favorecer sem porque e sem rasão, pois não tinha os seus cercados para metter tanto resto, se deitou aos pés de elrei pedindo-lhe o mesmo; e pois lhe ia a fazer mercê, que o não destruisse a si nem aos seus, porque sabia bem a terra e a condição dos mouros; e que estava certa a sua perdição pelejando em tal logar, vista a sobeja vantagem que lhe tinham. Nada aproveitou. Tornanlhe a pedir que não pelejasse áquellas horas, que o deixasse para a tarde, porque sabia dos mouros que então eram mais tementes, e tinham a peleja da tarde por agouro, e fugiriam com muito pouco aperto. Zombou d'elle e de suas rasões.

«Todavia, elrei, abalado de tantas lembranças, movido de alguma boa inspiração, determinou mudar de conselho e retirar-se, e não pelejar aquelle dia, mas dando conta aos conjurados Tavoras e Silvas, letras vogaes do *A B C*, fizeram-lhe carranca, estranhando muito o conselho, e dixeram-lhe: ávante, ávante, que tudo é nosso.

«E o padre Fernão da Silva foi o que mais porfiou, pela experiencia que tinha das cousas de Sevilha, e a vaidade e velhice de Jorge da Silva; e confirmou o dito com mandar pedir a el-rei n'aquelle fragrante delicto, que lhe havia de fazer mercê das orelhas do Maluco, que as havia de comer com azeite e vinagre, que galanteria tão cara, e que fina adulação!

«A quatro de agosto, meia legua além do rio, grande campo, em amanhecendo tocaram arma, e elrei, mais emperrado em seu proposito que um judeu encarcerado, e todos menos apercebidos, e desconfiados, se entregaram ao sacrificio, sem ordem, sem ordenança de peleja, embaraçados com gente enjoada, a infanteria em esquadrões: os da gente de cavallo em terços de trezentos cada um; castelhanos,

do rei, era mais do que tudo e primeiro do que tudo um guerreiro.

A sua influencia, ainda que inconsciente, sobre o espirito ousado e bellicoso do joven monarcha não podia deixar de ser enorme.

D. Sebastião admirava-o como um heroe legendario, e o velho militar apesar do seu bom tino e bons desejos, não se podia de certo furtar como bom e valente militar que era, como portuguez christão e leal, a approvar—sem prever

tudescos, aventureiros, e romanos; elrei sem socegar, como pessoa de quem Deus já tinha largado mão.

«De tamanho erro, como foi não escolher elrei para sua guarda e favor n'aquelle dia quem o acompanhasse e olhasse por elle, que fôra assaz acertado, nasceu a salvação dos mais, porque todos houveram de morrer com o seu rei, e já pode ser que succedêra d'outra maneira. Mas em tal estado o arredaram dos homens.

«Os mouros se affrima passarem de cento e vinte mil homens, quarenta mil de cavallo, entre os quaes vinham dez mil escopeteiros e oito mil de pé. Armaram o seu campo a mode de lua, bem ao longe e muito larga, e sua artilheria bem diante, coberta de terra e rama, e diante della lançaram quartro mil lanças, e alguns escopeteiros que podiam escaramuçar, fazendo muita algazarra e arremettidas, e estes só á vista, que os mais não appareciam.

«E foram-se chegando aos nossos esquadrões, e como foram á lança, seriam as nove horas, começaram de fazer o seu officio muito bem, nada bisonhos. Durou pouco, porque logo as quartro mil lanças se foram adelgaçando e sumindo para traz, dando rua á sua artilheria, que disparando com grande estrondo fez muito rastro de mortos nos esquadrões dianteiros e em alguns de cavallo que socegavam n'um logar e se vieram a poer diante.

«E juntamente abalou a todo o correr todo o peso da gente, assim na fórma de lua, vindo-se estendendo com grandes gritos que atroavam a terra, tomaram no meio o nosso exercito, que em um instante foi cercado e tão apertado, que não havia logar de dar com o braço.

«N'esta hora negra era a calma tamanha, o pó e fumo, a grita, a pouca defeza, e a confução de maneira, que o discreto leitor n'este passo cerre os olhos meia hora, que não durou mais a batalha, e em os abrindo achará todos cruzados, roubados e perdidos; seu rei morto e despido com muitos companheiros, e os mais todos captivos e de ruim mal, porque os mouros, como se viram senhores do campo, e que não havia resistencia, alevantaram as lanças pelo que n'isto lhes ia de interesse e lhes ser dado campo, e franco, e fizeram tantos excessos, affrontas e escarneos em pessoas de calidade, que seria maior infamia que a de seus captiveiros fazer esta conta mais pelo miudo. Basta que faltavam já cordas para atarem as mãos a principes.

«Toda a pessoa que dixer que viu alguma cousa n'este accidente, e quizer contar historias e dar relação de pessoas particulares, não vos fieis d'ella, nem creais o que diz. E devia de ser levada a S. Lasaro, apartada das gentes; porque o caso foi um raio, e ira de Deus que a todos cegou.

«Não se nomeam os mortos, por se dar esperança ás desconsoladas que podem os que lhes doem ser vivos. Os mais da nobreza são captivos, segundo se vão cada dia descobrindo, e não sei se os desculpará com as outras nações irem feridos; e serem muitos d'elles esforçados, e homens que deram já boa conta de si em outras partes; mas os que saíram virgens sem mácula do tal fogo, e os que fugiram, não sei como os recebe a terra e se lhes dá fogo nem logo.

«O rei Maluco morreu, e o Xarife, e muitos alcaides, mas esta é triste consolação para nós, fraca recompensa onde elrei morreu, e os duques de Barcellos e de Aveiro captivos, e o conde de Vimiozo e os de Mira, Redondo e Vidigueira, e o bispo de Coimbra e o do Porto, e duzentos e quinze fidalgos e outros de que se não sabe parte nem nova certa, e os mais padecendo martirio.

«Judicium Dei! que andava a fidalguia tão avinagrada, e tão esquecidos do que quer dizer fidalgo, e tão lembrados das mercancias, mettidos em trapaças e outras baixezas, e tão largos nas consciencias e soberbos na vida, que se Deus não dera este açoute, pouca differença havia de muitos d'esses aos da Arrochella. Elle permitta que os que escaparam se emendem.

«O vos omnes, que assim passaes pelo grande e rico thesouro, que tão em breve, e a pouco custo, deu Deus a seus imigos por nossos peccados, e a grande perda e affronta d'este reino, e as calamidades, desaventuras e trabalhos, que passam os christãos captivos! Aqui embaça e vacilla o juizo, e não sabe o homem dar rasão n'esse caso.

«Elrei foi achado no campo, e com feridas; conhecido de muitos, e com licença do irmão do Maluco, já alevantado por rei, embalsamado, e levado a Alcacer, onde está depositado pera se resgatar.

«De alguns captivos contam historias a que dou pouca fé; mas do sr. D. Antonio crede que foi o

nem saber o que n'isso havia de perigoso—os briosos ideaes guerreiros do rei desejado.

Isto emquanto á paixão bellicosa do rei, emquanto ao seu mysticismo vamos encontrar ao lado do soberano não menor instigador, e muito mais perigoso:—o seu confessor e mestre Luiz Gonçalves da Camara.

Merece que paremos um pouco em frente d'ella, esta sinistra figura a que Tiepolo, o embaixador veneziano, dá igual auctoridade e influen-

primeiro que resgatou, e está no reino por meio de um cavalleiro de Tangere outro si captivo muitas vezes, conhecido dos mouros, que o conheceu e fez crer aos tres mouros, que o tinham, que era clerigo e tinha renda, e que se o levassem a Arzilla buscaria alli dinheiro que désse por si; e assim o fizeram, e elle deu tres mil cruzados, e foram contentes. Mas bem se cré quem o ficaria mais e que não faltou utilidade n'este caso, nem benção da senhora sua mãe. Grande misterio e bom prognostico!

«Deixemos Africa tão rica e cheia de captivos, que affirmam serem mais de vinte mil, cujo resgate esfolará este reino. Aguns encobrem o fogo de suas pessoas por não descobrirem seus filhos, e não desordenenarem o modo e preço do resgate dos mais. Ha outros tão christallinos, que no primeiro degrau dos trabalhos dizem mais do que lhes perguntam. Estes taes ficam duques no que pedem por elles, e em estado que parece acertado não se fallar mais n'elles.

«Tornando ao reino. O cardeal infante estava na sua Alcobaça, orando não sei por quem a 13 de agosto, quando lhe deram as primeiras cartas do desbarate.

«Ainda as cegas, e com a possivel pressa deu comigo n'esta cidade, que achou Troia, ardendo n'um grito geral, cheia de lagrimas, ais, e suspiros d'alma, e a chusma com a perda e dor toda desatinada. De repente, a petição de muitos, foi o cardeal eleito governador sub condittione; e quem o serviu e acompanhou com humildade foi bem tractado do reverendo.

«Resegundaram as novas e as cartas, soube-se a verdade da morte d'elrei, e a 27 de agosto os cidadãos e bachereis de Lisboa usaram de velhice dos prantos, que foram enxutos.

«No dia seguinte, o cardeal, acompanhado de poucos e os mais a pé, sahiu a cavallo das casas do duque Brangança, onde pousava, honesto e modesto, com um par Mirandas ao lado, que sempre lhe foram continuos, e se foi á egreja do hospital de Todos os Santos, que estava bem armada; e alli, com as ceremonias costumadas, tomou o sceptro e nome de rei, e com este, que muitos annos logre, borrou todos os mais de que usava.

«Logo fez volta para a sua pousada, mais acompanhado do que veio, e os seus officiaes em ordem, e os madraços dos reis d'armas enxertados para aquelle dia lhe pregaram uma apupada de real. real. E logo começou a mostrar bom zelo no governo, largando o sol, e apertando o inventor d'elle, Fr. Francisco Foreiro, mandando-lhe que não sahisse do seu cubiculo. E ás arcas dos orphãos mandou que se tornasse o dinheiro que d'ellas se tinha tirado, e aos mosteiros pobres o subsidio, pelo que Deus lhe accrescente os dias da vida. Mandou logo D. Rodrigo de Menezes e quatro religosos da Ordem da Trindade, com outros ajudadores a Africa, a entender no resgate dos captivos, com dinheiro e credito e fazenda. Alguns dizem que outro varão mais experto se requeria em tal caso. Suprirá Deus, que é obra meritoria.

«Logo em quente Francisco de Sá, como velho, se encaixou em camareiro mór, e tiveram fim desejos de tão longe, que tanta volta lhe tem dado. E as regateiras approvaram a eleição por boa.

«A Henrique Henriques deu estribeiro mór e boa commenda. Nunca seu pae o sonhou, ainda que seu bisavô era tal, que não houveram assim de joguetear com elle mal por bem.

«A Manuel de Quadros e a D. Affonso esmoler castigou por ingratos, tirando-lhe os cargos que cerviam, e que se fossem a suas egrejas.

«O D. Affonso teve padrinhos. Os moradores de Lisboa taxaram este astigo, tendo por diante aquelle dito tão celebrado d'elrei de França.

«Muito se teme da sua teima e velhice, e sentimento que mostra ter do engano d'elrei, que castigue com espereza os culpados n'esta ida, e não falta quem folgue com isto. O Alcaçova tem preso, mas com mimo, em sua pousada e com dilação vagarosa, por onde receio que se vá em paz e pague as custas do seu livramento.

«Faz outros novos officiaes em todos os cargos. Permitta Deus que acerte na eleição, o que parece segundo começa, e que o accrescentamento do estado o tire das miudezas em que se enredava, e lhe faça a condição mais larga. Com o modo com que este homem começa de proceder em todas as cousas, se vai o povo aquietando e consolando, porque já ha paço, missa d'elrei em povoado, pregação. Entram os homens á mesa, vê-se elrei, e fallam-lhe todos, moços fidalgos e meninos que o tem cercado, em que elrei põe os olhos; e não duvidam que trará

cia no reino á que Ruy Gomes tinha em Hespanha.

Quando o diplomata veneziano esteve em Portugal o mestre de D. Sebastião tinha cerca dos seus cincoenta annos «a sua presença, diz elle n'um officio dirigido ao seu governo sobre as coisas de Portugal em 1572, de si já rustica e pouco agradavel, ainda se tornava mais replusiva pela falta d'um olho que o desfigurava e pelo defeito que lhe prendia a falla ás vezes.»

á memoria quem foram seus pais e avós, para lhes fazer mercê. Esta é a criação dos taes, e não pelos outeiros.

«Faz magua e dor vêr elrei acompanhado de começos sem cabos, que os meios, que são os homens, estão servindo os mouros pelo que Deus sabe, e tão orphã a terra de fidalgos e escudeiros, que mercadores fazem porçoleta.

«Não se esquesem alguns zelosos do bem da patria; convém a saber, esta cidade e outras extravagantes, de lembrarem a S. A. que faça côrtes e jure principe. Entre estas duas maduras lhe mettem uma verde, que se case. Forte ponto para sua condição e edade, e allegam rasões e exemplos no caso. Não se riu n'esta petição, tem assentado côrtes em março, e que ha de cumprir o que n'ellas se assentar.

«Algumas cocegas se enxergam em Castella no jurar d'este principe, ao que deve atalhar, parque livre-nos Deus que ellas nos cocem, e ainda que o menino não é casadouro, todavia façam-lhe força, e á mór cautela o Crato e o Bragança deitem sortes, e juremos um d'elles, e escolha Deus o melhor.

«D. Christovam de Moura, enviado de Filippe, como soube a desaventura, anda aqui com as orelhas baixas, recolhendo tudo o que ouve pera lh'o ir remoer á côrte do seu rei. Este é portuguez, mas está casado em Castella, e já sabeis o que dizem: D'onde és, homem?

«O commendador mór de Christo foi lá enviado em retorno, dizem que não foi bem recebido. Esperam cada dia por elle, e lo que fuere passará.

«Affirmam alguns que elrei D. Sebastião é vivo, e tirando-se devassa dos que o dizem, achou-se que os parentes e feitores dos conjurados deitaram mão d'este remedio por lhe não assambarcarem as portas, e os deixarem viver, com o temor de tal esperança; e tem rasão, porque estão tão odiados do povo, que não fóra muito fazer-se algum desatino. Dando algumas rasões ao dito, se é vivo e está no reino elle é muito pequeno para encobrir tamanha dignidade tantos dias.

«E se fóra captivo não creio nos que lá estão, que em tal tempo, lhes ficasse logar e juizo para fazerem cousa tão bem feita, como é fazerem-n'o morto para o salvarem vivo a menos custo. Nem fio dos que cá estão, que tenho d'isto noticia corresse a cousa com tanta previdencia e dissimulação, pelo que aconcelho todos que lhe digam aquella cantiga: Deus lhe haja parte n'alma.

«Não posso calar, com serem pessoas de tanta calidade como são algumas illustres donas, que vivem ora n'esta cidade, tamanha dissolução como vai, e a grande licença que tomaram em sua dores, no modo de pedir a Deus boas novas, vida e liberdade dos maridos e filhos captivos. Muitas recolheram mais que d'antes, e nas egrejas mais perto oram e choram, e pedem com honra e dor.

«Outras não ha devação defeza que não façam, nem feitiçarias que não creiam, nem beatas que as não roubem com suas superstições; e o que é peior, fazerem-se tão andejas e inquietas ao som de romaria, que se seus maridos lá onde estão o soubessem, tomaram antes ser sempre captivos.

«Outras se juntam em igrejas (e já se conhecem todas) onde as novas crescem e os juizos são tantos e o palrar tão sobejo, que não ha lá pode-las apartar, e não ireis por rua que as não encontreis com certo numero de mulheres apoz si, necessarias á sua devoção, todas embiocadas, fazendo cocos; e pera encher a copia da devoção das beguinas não fica negra nem branca nem rapariga em casa, que não vá no conto, as quaes, por não deixarem de fazer seu officio, vão de traz fazendo mais torcicollos e mochatins que em tragedias. E diante levam um velho parvo e o menino travesso. Assim vai o mundo ás avessas. Ponha toda a pessoa, que cuida que muito sabe, em lembrança tamanha desaventura, e que não ha estado seguro, e sejam christãos, e senão olhem por si.

«Testamento que fez o Reino de Portúgal depois da Perda atraz escripta.

«Em nome de Deus amem, saibam quantos este estromento de derradeira e ultima vontade, que no anno de 1580, aos 26 do mez do agosto, Eu o Reino de Portugal, parecendo-me que estou no cabo de meus dias, por descargo da consciencia dos vindoiros, e de alguns de meus naturaes, que ainda vivem, e pelo muito amor e zelo que alguns d'elles me sempre tiveram, que é tanto que me obriga e força a cuidar que poderei resurgir, dertiminei de lhes deixar algumas lembranças como em deposito para as que pertenderem ficar, se poderem d'ellas servir.

Luiz Gonçalves da Camara, filho de João Gonçalves da Camara Lobo, capitão da ilha da Madeira e de D. Leonor de Vilbena da casa dos condes de Tarouca, tinha já n'esse tempo grande influencia nos destinos do paiz, e o que em si havia de repulsivo, torna ainda mais notavel essa influencia a auctoridade devida pois exclusivamente ao poder da intelligencia robusta, sagaz e fina do astuto jesuita.

Apenas estudante em Paris e em Coimbra o

E porque dos que comigo se hão de enterrar não achei outro tão desinteressado nem leal como Martim Gonçalves da Camara, lhe recommendo que faça bem e inteiramente cumprir este meu testamento, com o amor e zelo que sempre em minhas cousas mostrou. E porque as cousas temporaes que me cá ficam, são poucas como n'este testamento se verá, não tracto d'ellas, porque ficarão pera se ordenarem pela ordem que a isso derem os que acompanharem o meu enterramento; e os que mando que comigo se enterrem, se arrecearem, lhe declaro que ficam pera pouco tempo.

«Deixo aos Padres Agostinhos uma perpetua murmuração do que deixei aos Dominicos, que não quero que os vindoiros tenham virtude extrema, por lhe não parecer pesada.

«Deixo todas as honras, blasões, fidalguias divisas, appellidos da minha torre do tombo aos padres Dominicos.

«Deixo uma pouca de terra que de mim fica possuam os Padres da Companhia, com tal condição, que assim esta como a outra, se a poderem alcançar, a conservem com o cuidado que de suas cousas tem.

«Deixo todos os torcidos e galantarias aos Padres Bernardos, e mando que se entreguem aos Loios os estudos das lettras e artes liberaes, ficando aos Carmelitas a philosophia, mathematica e astrologia, os quaes manterão isto com tal segredo que se não possa saber fóra, porque em tempo que são necessarias as armas é prejudicial tal conversação.

«Deixo o cuidado de esmoutar as ruas, estradas e becos aos Franciscanos, cujo cuidado lhe não encommendo.

«Item. Toda a maneira de comer limpo e bom, e que não façam delicias, que já sabem quão prejudiciaes foram aos Hyeronimos e que na vacca haja pouca couve.

«Aos Trinos que exercitem conversações amorosas e brandas, pera virem ness'outra era a ser privados, de que receberão grande fruito.

«Aos demais que se ajuntem com os meus amados Capuchos, e se possuirem alguma terra a dem a guardar aos Padres da Companhia, e d'esta maneira juntos e per espaço não contem, ou entoem cousa alguma, só submissa voce dirão:

«*Libera eum a faucibus eorum.*

«Aqui verão o que me fica e quão pouco é, mas entenderão que fui em algum tempo tal, que nenhuma cousa do mundo comigo tinha par, e por isso vou tão saudoso, que sou forçado a cuidar (como isso já disse) poder resurgir, pelo que peço aos seguintes, que comigo se enterram, que se não desconsolem, e que se lembrem quem foram; e quem são, dizendo:

«*Quia ventus est vita mea.*

«Façam-me a cousa os quatro coroneis, com os que ajudaram a fazer a gente, e tirem em meu nome esta letra:

«*Foderunt manus meas et pedes meos*
«*Et dinumeraverunt omnia ossa mea.*

«O enterramento levará esta ordem:
«A campainha levará Lopo Roiz Camello, dizendo:

«*iniquitatem annuntiabo et cogitabo pro*
«*peccato meo.*

«Levará a bandeira da Misericordia o alferes mór dizendo a ladainha com os azevieiros de Lisboa por si e por mim e as regateiras da Ribeira digam:

«Senhor Deus, misericordia.

«Levarão as tocheiras João Carvalho, e João de Castilho, com uma lettra que diga:

«*mihi locuti sunt vanitates et dolos*
«*tota die meditabantur.*

«De uma ilharga D. João da Silveira, com uma lettra que diga:

«*Percussus sum ut fœnum, et ariut cor meum.*

«Após elle o capitão da guarda com lettra que diga:

«*Gemitus meus a te non est absconditus.*

«Da outra banda os velhos de auctoridade com a lettra:

seu elevado talento, a sua profunda vocação, bem accentuada, para as sciencias theologicas, chamaram para elle as attenções da Companhia de Jesus, que lançou logo mão de todos os manejos para o chamar a si.

E conseguio-o com a maior felicidade, e entre os filhos mais dedicados, mais enthusiastas, mais escravos d'essa terrivel corporação que tanto ruido fez no mundo, Luiz Gonçalves da Camara tem um dos primeiros lugares.

«*Adhœsiti os meum carni meæ.*

«E logo Jorge da Silva com a lettra que diga:

«*in velamento alarum tuarum exultabo.*

«Após elles os outros Silvas com a lettra:

«*Defecerunt sciut fumus dies mei.*

«Junto da tumba levarão dois tocheiros, um levará D. Affonso de Castello Branco com a lettra:

«*Luam presto se va el plazer*
«*como despues de passado da dolor,*
«*como a nuestro parecer*
«*qualquier tiempo passãdo*
«*fu mejor.*

«O outro levará Fernão de Serpa, com a lettra:

«*As torres que fundei no vento*
«*o vento as levou que as sustinha,*
«*pois em cousas vãs fiz fundamento.*

«Levarão a tumba os quatro, saber Christovam de Tavora á mão direita com a lettra:

«*ut justificeris in sermonibus tuis*
«*et vincas cum judicaris.*

«Atraz d'elle Luiz de Serpa com a lettra:

«*Dispersit superbos mente*
«*cordis sui.*

«Da outra banda Pero d'Alcaçova com a lettra:

«*Diposuit potentes de sede.*

«Atraz Manuel Coresma com a lettra:

«*Esurientes implevit bonis.*

«Levará a vara D. Francisco Portugal, e pelo nome dirá a lettra:

«*Sitivit in te anima mea.*

«Mando a Martim Gonçalves da Camara, que assi a estes acima ditos, e aos do responso e tribulo declare, que a sua hora e a minha é acabada, e que se enterrem comigo, mas tão afastados, que quando resurgir lhe não dê o faro, porque d'aqui renuncio sua companhia.

«Detraz da tumba irá o muito alto e serenissimo Rei Dom Amrrique, honrando-me, que vendo como ando cada dia pera acabar dirá:

«*Erumnas et senex confuge ad aras.*

«Atraz irá Francisco de Sá de Menezes, com a casa do serenissimo Rei Dom Amrrique, com lettra:

«*Sic transit gloria mundi, et concupiscentia ejus.*

«E logo D. João Mascaranhas, queixoso, e diga:

«*Cum loquebar illis impugnabant me gratis*
«*Eram pacificus.*

«No couce todos os letrados e bachareis de Lisboa, e a lettra dirá:

«*Andar, andar, ir morrer á beira.*

«Encensem a tumba com tribulos Rodrigo Aires Monteiro, e Diogo Mendes de Vasconcellos, com a lettra:

«*Sagittae tuæ sunt mihi.*

«Enterrar-me-hão no campo de Alcacere, onde morreu o meu senhor e etrevido rei D. Sebastião.

«E aos meus pés Martim Gonçalves da Camara, meu testamenteiro, com a lettra que diga:

«*Mais servira, se não fôra*
«*para tão longo amor*
«*tão curta a vida.*»

Já que estamos com a mão na massa não resistimos á tentação de transcrever a outra parte não menos interessante d'esta especie de folhetim historia em que se descrevem dia a dia as scenas, que se deram em Lisboa durante os preparativos da triste

Tudo Luiz Gonçalves sacrificou á Companhia, e a influencia poderosa que rapidamente o seu talento, a sua nobreza, e a sua illustração lhe conquistaram foi muito salutar aos jesuitas.

Depois d'ir a Roma, e d'alli viver na intimidade de santo Ignacio, foi nomeado para o cargo eminente em que elle se havia de apossar exclusivamente do dominio do reino:—o de confessor d'el-rei.

Contámos já as resistencias enormes que essa

jornada d'Africa, cheia de côr local, de vida, de colorido e concorde, quasi completamente, com a chronica d'el-rei D. Sebastião por fr. Bernardo da Cruz, publicada pelo sr. Alexandre Herculano (1837).

Eil-a:

«*Relação da jornada d'el-rei D. Sebastião e do apparuto da armada, e gente que por seu mandado se fez pera passar á Africa no anno de* 1578.

«Sendo elrei Dom Sebastião de Portugal de idade de vinte e quatro pera vinte e cinco annos, não pôde acabar com seu animo pera se aquietar n'este reino de Portugal: propoz de amplificar seu estado, e segundo sua inclinação e vontade, de muito pouca idade começou a exercitar as armas e mandou alevantar companhias de soldados portuguezes, fazendo resenhas e alardos continuadamente, pera que, com similhantes exercicios, se fizessem os homens destros e praticos na arte militar; e pera o tal mandou vir soldados velhos de Italia, e capitães que lá, e em Flandres militaram, assim estrangeiros como portuguezes, os quaes, por se mostrarem bons mestres, fizeram tão destros os portuguezes, que parecia que na tal arte se haviam creado: e estava a cidade de Lisboa em maio de setenta e oito, tão cheia de gente natural e estrangeira, que não havia por onde romper: tocavam de continuo pelas ruas tambores e pifaros, que não haviam ouvir-se, e iam ao campo cada dia pera se exercitar pera irem n'esta jornada. Estava a cidade de Lisboa em todas as cousas muito differente do que era, porque a gente que n'ella havia não se lhe dava numero, nem havia homem que passasse ante todos, nem andasse de vagar, assim naturaes como estrangeiros, porque todos se negoceavam pera a jornada de Africa, onde elrei queria passar; e mostrava-se em todos tanto alvoroço, que parecia que iam a folgar, ou a ver umas grandes festas.

«Havia muita gente estrangeira, afóra os tudescos, que eram 3:000 que elrei mandára vir, que estavam em Cascaes alojados, e afóra seiscentos soldados, os quaes indo pera a Arrochela por mandado do Papa em socorro dos catholicos contra os herejes, vieram a Lisboa tomar refresco e pedir embarcação a Sua Alteza, a qual lhe não pôde dar por ter necessidade de todos os navios pera esta viagem; antes disse ao capitão d'essa gente, que era o duque Lenster de Irlanda, que o quizesse acompanhar n'esta jornada e pera isso mandaria pedir licença a Sua Santidade pera o que o duque lhe deu de praso de 40 dias, pera dentro d'elles vir a resposta, a qual não veio até a partida d'elrei, mas emfim os fez embarcar e levou comsigo: era gente muito lustrosa, e soldados velhos exercitados.

«Havia em Lisboa muita gente estrangeira, assim castelhanos como de outras nações, que vieram pera irem n'essa jornada por aventureiros, gente honrada e muito lustrosa, que vieram servir a elrei á sua custa e sem partido: e assim acudiram muitos officiaes de instrumentos militares, porque mandou elrei declarar por Italia, Castella e Allemanha, que todo homem que em sua terra tivesse officio de guerra, e quizesse acompanhar n'esta jornada, lhe faria partidos avantajados.

«Elrei Filippe em Castella mandou apregoar que todo homem que passase com seu sobrinho n'esta jornada, lhe levaria em conta todo o tempo que o servisse, como se acompanhára sua propria pessoa.

«Fez elrei D. Sebastião quartro coroneies: Diogo Lopes de Sequeira, do terço de Lisboa e seu termo; D. Miguel de Neronha do de Santarem; Vasco da Silveira, do de Alemtejo; Francisco de Tavora, do terço do Algarve: não fez coronel d'antre Douro e Minho, nem da Beira, porque a gente que de lá vier se ha de repartir por esses coroneis.

«Estes despediu elrei a vinte dias de maio, pera que cada um fosse fazer sua gente, e pagasse logo a todos, e começasse a paga a correr desde o dia que cada um partisse da sua terra: a gente de Lisboa, e a dos terços de Santarem e Alemtejo, se veio embarcar aqui em Lisboa, a outra mais se embarcou nos portos mais chegados; e para esta gente se embarcar, mandou elrei vir aqui de Setubal cincoenta urcas, que estavam á carga do sal; todas estas entraram em Lisboa em um dia, e ficaram lá em Setubal outras setenta urcas, que elrei mandou ahi carregar de cousas necessarias. Vai por general de toda a armada D. Diogo de Sousa, governador que foi do reino do Algarve.

«Era elrei tão cioso ou curioso da negociação d'esta jornada, que de ninguem a fiava, nas cousas necessarias, senão de si mesmo: e foi por vezes visto em pessoa mandar carregar e negociar os seus galeões,

nomeação encontrou na côrte portugueza, e como a protecção dos jesuitas a levou de vencida contra a vontade da rainha avó e de todos quanto viam justamente um perigo na aproximação do habil jesuita ao juvenil monarcha.

Collocado junto de D. Sebastião, Luiz Gonçalves da Camara, tratou logo de lhe ageitar o espirito, de lhe guiar as tendencias naturaes da sua alma fanatica e asceta no interesse da Companhia.

e tão occupado, que pela sesta se viu um dia no caes, sem chapéu, mandar, arrumar em um galeão umas poucas d'armas; e era a sesta ardentissima...

«É infinito querer contar do apparelho das cousas de guerra que elrei mandou embarcar de artilheria muita e muito grossa, uma de campo, e outra de bater, e outra pera o mar, todo de bronze, infinitos corpos d'armas, picas, arcabuzes, pelouros, ceirões, carretas, enxadas, alvisões, barras, polvora, marrões e murrões; e pera isto levava muitos gastadores, que diziam que eram 4:000: levava muitas azemolas, bois, carros, e todo o mais d'estas cousas; levava mais pera os gastadores um galeão cheio de çapatos de malhão.

«Chegou a Lisboa o duque de Bragança, no fim de maio com sua gente escolhida, vestida de amarello e guarnecida de vermelho: outra alguma de seu serviço vinha de vermelho fino, com calças e gibões da mesma côr. Leva muita gente, e a mais d'ella mandou embarcar em Setubal, onde tinha pera isso, e para sua matulatugem e cavallos, vinte e sete urcas, apenadas por mandado d'el-rei. O duque veiu pela posta, e ao outro dia adoeceu e esteve muito mal; e quando viu que não podia ir por sua indisposição mandou vir de Villa-Viçosa o filho mais velho para em seu logar ir com el-rei; não lh'o quiz a duqueza mandar, e mandou-lhe o filho segundo, que lhe elle logo tornou a mandar, e que em todas as maneiras mandasse o mais velho, o qual veio, e partiu de Lisboa apoz el-rei em uma náu veneziana, tão grande como uma da India, muito bem concertada, com muita artilheria grossa, com muitos estandartes e padesses, e foi por Setubal pera levar comsigo a sua gente que lá estava embarcada.

«Ao primeiro de junho mandou elrei lançar bando que todas as companhias fossem receber soldo, e que todo homem, assim natural como estrangeiro, que recebesse ou tivesse recebido soldo, e não passasse á Africa, que morresse.

«Foi elrei por vezes ao campo ver os esquadrões e os capitães como o faziam, e elle mesmo andava nas resenhas entre o pó, e fumo da arcabuzaria, muito alegre e contente; e é de notar o fervor com que negociou estas causas, que, depois que se isto começou a aparelhar, lhe era pesada toda a pratica que não tractava de guerra ou apparelho d'ella.

«N'este meio tempo houve algumas brigas mui travadas, e algumas de bandos, como foi uma dos portuguezes e tudescos na praia de Boa-Vista, sendo mais de duzentos tudescos e outros tantos portuguezes, que durou por muitas horas sem os poderem apartar nem apaziguar; e não morreu mais de um tudesco, e houve muitos feridos de uma parte e outra. E nasceu esta briga de dois portuguezes quererem obrigar a dois tudescos que pagassem a uma taverneira o que lhe comeram, que lh'o não queriam pagar. Outra briga houve de portuguezes contra castelhanos, porque tres portuguezes inconsideradamente arrancaram contra um esquadrão de castilhanos; e succedeu-lhes bem, que em paço se juntaram quarenta ou cincoenta portuguezes, que brigaram valorosamente, onde mataram quartro castelhanos, e feriram mais de vinte; dos portuguezes não mataram nem hum, mas ficaram alguns feridos: esta briga se fez no Rocio, á porta de hospital d'elrei e armou-se d'estes tres portuguezes chamarem ladrões a seis ou sete castelhanos dos d'aquella companhia porque, estando um mouro de Cide Muça com tres moedas d'ouro de quinhentos réis na mão, lhe disseram estes sete castelhanos se as queria trocar, que lhe dariam de ganho quarenta réis por cada uma; acceitou o mouro, e pediaram-lhe os castelhanos as moedas pera ver se eram de peso, e, mostrando-lh'as, os tres as passaram de mão em mão uns pelos outros, de maneira que desappareceram; e o mouro pediu ajuda a estes tres portuguezes e emenda de zombaria que lhe fizeram, e lhe tornassem o seu dinheiro. Vendo elrei que estes negocios iam pera mal, e que cada dia havia brigas, mandou lançar bando, que todo homem, assim natural como extrangeiro que na côrte arrancasse espada, morresse por isso, e assim se atalharam as brigas.

«Mas, depois que elrei se partiu, houve uma só briga, que foi a gente do duque de Bragança com uma companhia de castelhanos que ficou em Lisboa pera receber soldo; e, tanto que a briga se começou, o capitão dos castelhanos recolheu sua gente, o melhor que pôde, nas varandas dos paços da Ribeira; e a briga começou-se á porta do mar, junto ás casas de Affonço de Albuquerque. Ajuntaram-se da gente do duque mais de duzentos homens e o fizeram como muito soberbos e pouco esforçados, porque sahindo o capitão dos castelhnos com uma bandeira

Como todos os promotores das grandes revoluções sociaes não prevem nunca ao certo até onde irá a terrivel roda que elles impellem, a que imprimem movimento, do mesmo modo Luiz Gonçalves da Camara ao atear o ardor religioso innato na alma do neto de D. João III, não previu a que extremos podia esse ardor levar o rei e o reino.

Quando viu que fôra forte de mais o impulso, quando percebeu que querendo ganhar para a

de paz, e pondose de giolhos diante d'elles, dizendo que, por amor de Deus, matassem a elle e deixassem os seus soldados; que olhassem que eram irmãos dos portuguezes, que vinham a servir elrei de Portugal, elles, sem deferirem a isto, iam seguindo sua furia, e vendo algum castelhano ás janellas ou varandas lhe tiravam ás arcabuzadas, e ao mesmo capitão que lhe pedia paz; e lhe tiraram muitos golpes e pedradas, que foi milagre não o matarem ou ferirem. Fez este capitão maravilhas, e deu mostras de muito esforçado; e porque já alguns do duque haviam tido os dias atraz brigas com alguns da sua companhia e era em rixa velha foi este capitão ao duque pedir-lhe amoestasse a sua gente, não lhe quizesse matar seus soldados; e como já o duque estava informado das finezas que este capitão fizera, lhe agradeceu muito, e lhe mandou dar um cavallo e duzentos cruzados, e um chapeu seu que tinha pera levar, porque o capitão ia sem elle, que o perdêra na briga.

«E pela cidade se começou a levantar um rumor, que seria bom prenderem ao mesmo duque, que não era possivel que elle não mandara sua gente fizesse bandos e a taes brigas sendo elrei ausente, e que sempre a casa Bragança fóra avessa ás cousas do rei; e não faltou quem avisasse ao duque d'isto, o qual mandou chamar toda a justiça; e lhes pediu com muita instancia que todo seu criado prendessem e julgassem no mesmo instante, e que se conheciam algum dos outros da briga passada, os prendessem logo e se julgassem, como a elrei ou suas justiças parecesse. Conheceram doze dos que começaram a briga, prenderam-n'os todos; os mais fez logo o duque embarcar, e partiram com o duque novo.

«Afora estas brigas todas amanheceram muitos homens mortos das brigas de noite.

«Aos oito dias de junho mandou elrei lançar bando, que todos se avisassem porque elle se embarcava a quatorze do mesmo mez que foi um sabbado; e tão firmemente que perguntando-lhe Christovam Tavora se havia de passar alguns dias depois dos quatorze, lhe tornou «que bem se podia o céo ajuntar com a terra sem haver falta no que tinha mandado apregoar.»

«N'este sabbado, a 14 junho, foi elrei dos paços da Ribeira á Sé a benzer a bandeira real. Tanto que amanheceu começaram a correr os fidalgos pera o acompanharem e parece que á porfia trabalharam por ir cada um mais galante e custoso, cousa que espantou muitas gentes, ver como todos iam ricamente vestidos, porque se a materia dos vestidos era rica, a obra, feitios e invenções de mais rica sobejava; porque tudo era brocado, tela de ouro e prata, tecidos de ouro e prata, tecidos de seda mui custosos. Os veludos, damascos, todas as mais sedas prederam sua valia, e se alguma tinham era pelos muitos passamanes, rendillas, espiguilhas, e torchados, e alamares de ouro, que lhe punham; mas tudo isto era de pouco gasto em comparação dos feitios, que estes destruiram os homens. Além d'isto, foi espanto ver muita pedraria que n'este dia sahiu, os botões d'ouro, as tranças dos chapéos cheias de rubins, diamantes, esmeraldas de preço infinito, entresachadas a compasso umas com as outras, os camafeus, medalhas, estampas de feitio singular; as cadêas de ouro grossissimas aos pescoços, de dez e doze voltas, as couras borladas de ouro com botões d'ouro, christal, perolas, e demais pedraria, os gibões e coletes sobre telilha de ouro, com invenção de côrte pique pesponto maravilhoso, os capotes de damasco, setim, chamalote de seda, bandados com barras de veludo e torçaes de ouro.

«Os arreios dos cavallos era couza de admiração porque todos os fidalgos levavam em seus cavallos cabeçadas, esporas de prata esmaltadas de ouro e anil; asestribeiras com mil figuras e maneira de bichos, abertos n'ellas, obrados por singular arte; as numinas peitoraes, cigolas e cordões com muitas borlas d'ouro e torçaes; as muchillas com os jaezes cobertas, quando menos, eram, de velludo com mil franjas de ouro e prata, e os mandis de veludo.

«Nem era menos pera ver com os fidalgos vestiram todos sua gente, uns de graã, outros de raxa de mescla e tamete, e isto assim a escudeiros e pagens, como o lacaios e escravos, cada um de sua libré de suas cores; e alguns os vestiram de calças e gibões de seda de côr de sua librea, como meias de agulha, de seda.

«Emfim foram os fidalgos esperar a elrei á sala e d'ahi desceram com elle até cavalgar. Estava a este tempo o Terreiro do Paço que é um espaço grande, muito cheio de gente, que não havia poder andar; e além d'isso era pera vêr estarem as libreias dez em

companhia a influencia d'um rei poderoso, não fizera senão perder um rei e talvez um reino, Luiz Gonçalves da Camara assustou-se e tentou em vão reprimir no monarcha seu discipulo os impetos d'aquella alma fanatisada, d'aquelle espirito guerreiro que ao principio tanto lisonjeou.

Era já tarde.

A leitura constante e enthusiastica dos factos heroicos dos seus avós, a admiração extatica

dez homens pegando nos cavallos de seus senhores; de côres differentes todos com muitas plumas de diversas côres nos chapéus, com sendaes aos pescoços, com borlas de ouro e seda, que faziam um campo esmaltado de diversas boninas.

«Finalmente, passando elrei pela varanda junto da escada, por onde havia de descer a cavalgar, olhou pera todo o espaço da gente, e conhecidamente se lhe enxergava no rosto o contentamento de vêr tanta gente, e tão lustrosa e tão alvoraçada; e cavalgado que foi, passando pelos fidalgos, pondo os olhos em cada um, com uma alegria e benignidade desacostumada, d'esta maneira foi acompanhado até á Sé, onde, depois de ouvir missa, se benzeu com muita solemnidade a bandeira, na qual estavam de uma parte postas as armas reaes e da outra um Crucifixo com elrei D. Sebastião tirado pelo natural.

«Já quando tudo era acabado, elrei com os joelhos no chão e os olhos arrazados de agua, estava um pedaço diante do Santissimo Sacramento rezando. Acabando a oração, entregou a bandeira a D. Luiz de Menezes, alferes mór, que coberto, a levou diante; e assi acompanhado até o caes da rainha, se embarcou na galé real, cuja obra é extranha, porque, só na pôpa onde elrei vai, se affirma que se gastaram mais de oito mil cruzados, porque é da mais extranha e singular invenção que se viu.

«Toda era cozida em ouro, com muitas historias abertas no mesmo pau, com outros muitos vultos formosissimos, e outras personagens de temerosos aspeitos, tudo obrado com maravilhoso artificio; e o forol real era, confome a dita obra, de maravilhosa invenção.

«E porque não haja quem diga que não tractaram os homens mais que de se enfeitarem, nem lhes lembrára mais que suas louçainhas e vaidades devo dizer que o gasto que fizeramn os vestidos foi pouco em comparação nas armas e apparelhos pera pelejarem.

«Não houve homem fidalgo que não comprasse muitos corpos d'armas muito lustrosos, e não mandasse juntar n'ellas suas armas em campos de diversas côres; mil peitos de prova de muito preço, muitas couras e coletes de ante, couraças de laminas, cobertas de veludo e setim de todas as côres, com taxas de ouro e prata; muitas saias de malha, gibanetes, tudo muito galante, e de muito gosto, e muitos radellas d'aço, tauxiadas de lavor de ouro, com suas armas pintadas n'ellas; muitas adargas muito fortes, muitas lanças, dourados os coutos e engastes; espadas largas, cortadoras; muitos montantes, leques, terçados, e todo o outro genero de armas, muito fortes e galantes.

«Levam muitos homens fidalgos um cavallo, acobertado de cobertas d'anta muito fortes e louçãs, pintadas n'ellas suas armas, de tintas finissimas: houve cobertas d'estas que passaram de mil cruzados. Não houve genero d'armas, assim offensivas com defensivas, que os homens não comprassem com muito gasto e custo, e com mais gosto ainda que nos vestidos.

«Levam tambem muitas tendas muito ricas, e muitas d'ellas de seda com suas grimpas douradas e bandeiras de seda e tendilhões pera a gente e cavallos. E elrei levava muita somma de tendas, que mandou trazer de Allemanha, que se affirma que as d'el-rei, e dos fidalgos e estrangeiros serão mais de quatro mil com os tendilhões.

É de notar como os homens vão alfaiados, e do muito provimento de todas as cousas que levam parece que levam casa mudada, como se lá houvessem de estar vinte annos: foi de maravilhar em todo este tempo, com tanta confluencia de forasteiros, e gente de todo este reino, não faltarem nunca os mantimentos n'esta terra, nem alevantarem o preço d'elles, antes em nenhum outro tempo houve mais nem mais baratos. Esta foi uma das cousas em que Lisboa mostrou bem sua grandeza.

«Com quanto elrei mandou lançar bando com penas grandes, que ninguem vendesse as cousas por móres preços do que d'antes valiam, e com ao principio prenderem alguns por isso, não deixaram as sedas, pannos e armas, e todas as cousas necessarias pera esta jornada, de custar cinco e seis vezes mais do costumado. Isto destruiu os homens; e na Rua Nova, aonde todas estas cousas se vendem apreçando um fidalgo algumas coisas de seda pera se vestir, pelas quaes lhe pediram tanto mais do que valiam que fazia medo, disse com assaz dor do coração, que mais arreceavam os homens a guerra que se lhes fazia na Rua Nova, que a que se esperava em Africa.

«D'estes havia muitos, e todos os mais d'elles negociavam em pessoa, que assi era necessario pera

que tinha pelas heroicas expedições de Carlos v contra os moiros, o seu fanatismo religioso que lhe fazia odiar ardentemente todos os inimigos da fé, tudo isto com as accentuadissimas tendencias bellicas do seu espirito guerreiro, auxiliado inconscientemente por D. Aleixo de Menezes, e com o fervor catholico e o fanatismo religioso animados conscientemente pelo jesuita Luiz Gonçalves da Camara, tornou D. Sebastião completamente inascessivel a todos os conselhos

se melhor negociarem; e pelo muito gasto que fizeram ficaram todos destruidos, e uns venderam as herdades, e casas e casaes, e quintaes por dois ceitis; outros empenhavam as commendas e morgados por muitos annos por dinheiro d'ante mão pera se aviarem, por muito pouco preço valendo muito, e haviam provisões d'elrei pera o poderem fazer sem embargo de serem morgados; outras vendiam e a prata e o ouro, e tudo o mais de que se podia fazer dinheiro se punha em leilão.

«Não houve nenhum officio que não estivesse com obra, e todos elles alevantarem sem consciencia: ao menos os officiaes de vestidos, pintores, douradores, armeiros, sirgeiros, e officiaes de tendas, ficaram ricos pera sempre, e os mais não ficaram pobres.

«Deu o arcebispo licença, pelo principio de maio que d'ahi até se partir elrei trabalhassem todos os officiaes de todos os officios nos dias santos de guarda, nas cousas que pretenciam á guerra ou seu apparelho; e assim se fez, que todos trabalhavam e, com tudo isso, não se poderam acabar de aviar todos os fidalgos, que ainda cá ficaram alguns que apoz elrei se partiram.

«Foi encommendado a Jeronimo Côrte-Real, e a D. João de Mafra, e a outro fidalgo que não soube o nome, que inventassem o que poria elrei no timbre de suas armas novas, e com que n'esta jornada havia de sahir. Acordaram que pozesse abaixo das armas reas dois piramides ao modo de columnas, e de um d'estes ao outro pozessem umas letras que dissesem Amor, Fé, Amor.

«Depois d'elrei assim estar embarcado este sabbado que dixe, ao domingo seguinte, que foram quinze dias do mez de junho, sahiu a ouvir missa na egreja de Santos-o-Velho, e d'ahi se tornou outra vez a juntar á sua galé, e n'ella andou toda a tarde vendo a frota, e dando pressa que se aviassem, e da mesma maneira todos os dias d'aquella semana andou visitando todas as náos e vellas grandes, dando-lhe pressa que se aviassem; e na segunda feira pela manhã mandou elrei lançar bando com trombetas, que todos se embarcassem, porque elle botava na quarta feira seguinte de foz em fóra, e o mesmo fez na primeira segunda feira á noite, e á terça feira pela manhã e á noite.

«Na quarta feira se mudou o tempo do mar e esteve assim até á segunda feira, vespora de S. João, té ao meio dia.

«N'este meio tempo aconteceu uma desgraça grande ao Sr. D. Antonio priol do Crato, com elrei e com Christovam de Tavora; e foi, que tinha o Sr. D. Antonio fallado a um criado da infante D. Maria, grande reposteiro, e um mantieiro maravilhoso, e mui destro n'esta cousa de banquetes.

«E estava concertado leval-o comsigo n'esta jornada; e a esta conta esteve, comeu, passou alguns dias em casa do Sr. D. Antonio: teve Christovam de Tavora noticia d'este homem, mandou-o chamar e lhe rogou, ou lhe mandou, que o acompanhasse n'esta jornada que cumpria assim. Como Christovam de Tavora, e do bafo d'elrei, e tanto seu privado, e quer, pode, e manda, acceitou este homem de boa vontade ir com elle, sem embargo, da palavra que havia já dado ao Sr. D. Antonio, o qual já na vespora da partida o mandou chamar a sua casa, e lhe disse que se acabasse de aviar, e se embarcasse. Respondeu-lhe elle sem pejo, que ia com Christovam de Tavora, que não podia ir com S. Ex.ª: faltou a paciencia ao Sr. D. Antonio, e por sua mão lhe deu com um páu umas poucas de pancadas, e o tractou mal. Tomado Christovam de Tavora d'isto, fez queixume a elrei que o Sr. D. Antonio lhe espancara um homem seu, porque não quizera ir com elle. Estando isto d'esta maneira, acertou de ir o Sr. D. Antonio á galé d'elrei, e antes que chegasse a elle, fallou a cinco ou seis fidalgos que estavam afastados da pópa onde elrei estava, entre os quaes estavam Christovam de Tavora; e todos salvaram e tiraram os chapeus ao Sr. D. Antonio, senão elle que virou o rosto para outra parte. Disse-lhe o Sr. D. Antonio. «sois mal ensinado, Christovam de Tavora» a quem elle respondeu: «nunca o eu soube ser, senão quando me sobejou razão pera isso.» Anojado o Sr. D. Antonio. se foi fazer queixume a elrei, parecendo-lhe que emendasse a descortezia; elle lhe respondeu de ma graça, e por cima do hombro: «vós lh'o tereis merecido.» Sahiu-se o Sr. D. Antonio da Galé agravado: informado depois elrei do que passava, e sabendo que tractava de se ir pera Castella, o mandou chamar, e apaziguou a cousa.

«Em todo este tempo que elrei esteve embarcado o estiveram os fidalgos principaes, porque tinham por má fidalguia estar elrei embarcado e elles em

de bom senso, e ás raras vozes leaes, patrioticas e prudentes que tinham a coragem de se erguer nos paços regios.

Por outro lado, a côrte portugueza composta na maioria de velhos guerreiros, de valentes moços fidalgos cheios d'amor de gloria, a entrega que D. João III fizera aos moiros de tres praças importantes e disputadas, que tinha sido recebida friamente e com pouco mascarado desagrado no tempo do rei Piedoso, mal elle morreu passou a ser commentada com aspera censura.

Ao mesmo tempo a heroica e brilhante defesa de Mazagão veio dar razão ás censuras feitas a D. João III, e D. Sebastião, que escutava attento os velhos fidalgos, como diz o sr. Pinheiro Chagas «via as suas frontes marciaes enrugarem-se, córarem de vergonha os seus rostos bronzeados,

suas casas, inda que de noite iam a furto dormir a ellas, e de dia estavam nas suas embarcações. A segunda feira, vespora de S. João, mandou elrei lançar bando, que toda a pessoa que estivesse apontada nos roes, estivesse embarcada dia de S. João pela manhã, sob pena de serem prezos á mercê de S. Alteza, e ao dia de S. João pela manhã mandou elrei levar ancora defronte da igreja de Santos, onde costumava a mandal-a botar todas noites e d'ahi se botou defronte de toda a armada de largo, e mandou disparar uma peça que é signal de recolher, e se despediu de todo: deixando os que ficavam muito saudoso, se foi caminho de Oeiras, tres leguas de Lisboa, onde fez embarcar os seiscentos romanos, e mandou que o mesmo fizessem os tudescos: ahi esteve até o outro dia ao jantar, e toda a manhã andou o patrão mór em um bargantim na ribeira de Lisboa, a bordo de todos navios, dizendo da parte d'elrei que se partissem logo, que esperava por elles em Oeiras.

«N'este mesmo dia á tarde elle, com a frota que estava junta em Oeiras, se partiu com um tempo tão bem assombrado como elrei desejava pera sua jornada. E com quanto todos determinaram de se aviar depressa, ainda ficaram na ribeira de Lisboa cento e sessenta velas, entre caravellas de fidalgos, e outros navios de alto bordo que muitos fidalgos tinham fretados: todos estes navios que ficaram se negociaram com a mór brevidade que pode ser, pera se irem apoz elrei; e pera isto mandou que ficasse em Cascaes o galeão S. Martinho, um navio fermosisso e mui forte, o qual ficou pera dar guarda e seguro ás velas que ficaram em Lisboa, pera as acompanhar até Africa.

Foi cousa mui fermosa dever a multidão de velas as que foram com elrei; porque as velas que estavam no rio de Lisboa, apontadas pera irem com elrei, eram novecentas e quarenta, entre as quaes eram mais de quinhentas d'alto bordo, mui bem artilhadas, e entre estas algumas guerreiras e inexpugnaveis, como eram os galeões de elrei e as naus venezianas, e urcas, e outras muitas portuguezas, todas com artilharia de bronze, com muitas bombas de fogo, e outros arteficios petrechos d'esta qualidade: iam estas velas todas juntas e embandeiradas, com seus estandartes de seda nas gaveas, que chegavam com as pontas á agua, em pavezadas com verandas pintadas e cortinas de seda, e as caravellas com seus toldos e bandeiras de quadra; e ver andar elrei por entre as naus mandando-lhe que se aviassem depressa, e disparar toda a artilharia, e cobrir-se tudo de fumo.

«Quando elrei partiu de Oeiras, que desamarrou e levou ancora, desamarraram com elle pouco menos de oitocentas velas, com as velas todas mettidas, que faziam uma vista fermosissima; e quando chegar a Africa deve de ir com mais de mil e quinhentas velas, porque tem mandado que se ajuntem no Algarve as da cidade do Porto, de Vianna, de Aveiro, Villa de Conde, Buarcos, Setubal, em o qual estão esperando mais de duzentas velas, e outras muitas que estão em Cezimbra, Sagres, Lagos, Tavila, e em todos os portos do Algarve, onde se havia de embarcar a gente do terço de Francisco de Tavora.

«A ordem do soldo é que dá elrei a cada soldado quatro cruzados cada mez, e os mantimentos hão-se de vender por elle; e pera isto mandou ir muitos taverneiros de todas as partes pera venderem no campo os mesmos mantimentos d'elrei pela taixa, e d'esta maneira não se pode alevantar o preço d'elles.

«Os que ficaram governando em Portugal são: o arcebispo de Lisboa, D. Jorge d'Almeida, D. João Mascarenhas, Francisco de Sá de Menezes, Pero d'Alcaçova, D. João Tello, Diogo Lopes de Sousa. Fica o sinete real em forma, fechado em uma arca com tantas chaves quantos são os governadores, e cada um tem a sua; e quando querem assignar algum papel, vão todos á arca com grande ceremonia e tiram o sinete, e o arcebispo imprime.

«Chegou elrei a Caliz segunda feira a trinta de junho, e partiu d'ahi a sete de julho; e a causa porque elrei se deteve tantos dias em Caliz foi porque ventavam grandes levantes, que não deixaram navegar, e, depois que acalmaram, se poz elrei a caminho pera Arzilla.»

quando contavam como tinham sido compellidos por ordem regia a voltarem pela primeira vez as costas ao inimigo, e a entregarem sem combate as praças, theatro de tanta gloria» ao saber a noticia da briosa defesa da praça de Mazagão, encheu-se de heroicos desejos de resgatar a cobarde entrega das praças africanas feita por seu avô, e de, á frente dos seus valentes soldados, ir escrever com a ponta da espada nos areaes africanos mais uma d'essas brilhantes epopeas que faziam a gloria da historia portugueza.

«Tudo isto, diz mais adiante o illustre historiador que acima citámos, concorria para lhe accender lá dentro esse enthusiasmo a um tempo sombrio e ardente, que é o caracteristico das imaginações exaltadas pelo mystecismo e bellicosas por indole.»

Nos momentos que furtava ás suas correrias pelos bosques, ás suas caçadas perigosas, aos seus passeios heroicos pelo rio em temporal, e ás suas leituras queridas e ás suas devoções espirituaes, o juvenil monarcha percorria os mosteiros em que estavam sepultados os seus avós, e fazendo tirar para fóra dos seus gelados leitos, esses reis que tinham já representado o seu papel na grande scena do mundo, D. Sebastião fallava-lhes como se elles o podessem ouvir, louvava-lhes em linguagem enthusiastica os factos gloriosos, exprobava-lhe amargamente com uma asperesa impia e sacrilega os seus erros e culpas.

Tem um tom verdadeiramente singular esta lição de historia, feita perante os propios cadaveres dos reis:—a posteridade julgando os homens, debaixo d'um ponto de vista perfeitamente exclusivo ante os seus ultimos despojos humanos.

Na Batalha, D. Sebastião fez-se conduzir ao sarcophago de D. João II, e pondo a descoberto o cadaver do principe perfeito, curvou-se reverente ante elle, venerando n'aquelle morto illustre o grande heroe d'Arzilla.

Em Alcobaça teve gritos de enthusiasmo cheios d'um fervor mystico ante o cadaver erguido de D. Affonso III, e não poupou desdens sacrilegos e vehementes censuras a D. Pedro I, a esse rei dos legendarios amores que o caracter asceta e exclusivamente guerreiro de D. Sebastião não sabia comprehender.

Um frade do mosteiro, fr. Francisco Machado, um d'aquelles rijos caracteres que respeitavam, mesmo n'esse tempo em que os reis eram para todos, a sério, os ungidos de Deus, mais a verdade de que os reis, não poude calar a voz da justiça que na sua consciencia fallava mais alto do que a voz da lisonja cortezã, e atrevendo-se a levantar diante do impetuoso rei uma opinião que era ao mesmo tempo uma vehemente censura ao seu procedimento de rei e de homem, disse-lhe severamente, como que advinhando o que a historia havia de um dia dizer ao neto de D. João III.

«El-Rei D. Pedro não deixou é verdade exemplos de conquistador, real senhor, mas deixou exemplo de rei que sabia conservar o seu reino, trabalhar pela sua prosperidade; e seria melhor imitar-lhe estes grandes exemplos do que affrontal-o no seu tumulo.»

Estas palavras soaram desagradavelmente aos ouvidos do juvenil monarcha só costumado ás adulações vís dos cortezãos sabujos, mas antes de tudo D. Sebastião era um fanatico, tinha pelo habito religioso o maior respeito, e não se atreveu a castigar o ousado frade. Ainda assim era homem e era rei, e não poude deixar de mostrar o seu desgosto pelas palavras asperas do monge ao cardeal D. Henrique, seu tio, que por comprazer com o rei reprehendeu em publico o frade, reservando-se e usando do direito de em particular lhe elogiar a inteiresa de caracter.

É curioso folhear a respeito d'estes sombrios passeios do monarcha pelos sepulchros dos seus maiores emquanto a peste devastava a capital o chronista palaciano, D. Manuel de Menezes, que ao contrario do frade de Alcobaça passa por cima d'estes desvarios do monarcha, com uma lisonja perfeitamante cortezã.

«Uma das coisas principaes em que os reis deviam por muito cuidado, escreve D. Manuel de Menezes, era em fazer alguns gyros por suas monarchias, dar vistas de si a seus povos, tomar conhecimento de suas causas, para remediar as desordens dos ministros, e ver o estado das fronteiras dos outros reinos extranhos, e provel-as das coisas necessarias; e isto sem fausto por evitar novas molestias ao povo, e poder sem embuço ver de perto, e melhor as necessidades dos vassallos para as poder remediar. Assim o faziam os antigos reis de Portugal, e com isto evitavam muitos damnos, que com sua ausencia

costumam padecer os povos. Este bom costume quiz encetar el-rei D. Sebastião, ou por zelo ou por curiosidade, e assim fez varios gyros por algumas provincias do reino em differentes tempos. N'estas visitas obrou grandes generosidades, cuja noticia já hoje se não alcança com particular individuação, já se disse acima dos exercicios do primeiro anno do seu governo, andando por Cintra, Santarem, Almeirim, e por outras partes junto d'estas. No segundo tambem já se disse como por causa da peste, que andava em Lisboa e foi para Cintra. Agora se dirá como tomando d'aqui occasião foi visitar Alcobaça celebre convento da ordem de S. Bernardo, onde o infante-cardeal seu tio que o acompanhava era abbade, e pelo caminho foi vendo com curiosidade as terras por onde passava. A esta Casa tratava el-rei já com respeito, porque sendo de menor idade o tinha lá levado algumas vezes o dito cardeal, e agora achando-se n'ella teve noticia que alli eram necessarias algumas cousas para o governo do mosteiro, e attendendo ao amor, e pontualidade com que era tratado pelos religiosos, lhe mandou passar o alvará seguinte:

«*Eu Elrei faço saber aos que este meu Alvará virem, que por quanto eu estou nesta Villa de Alcobaça, e nas contas da dita Villa se gastarão muitos mantimentos, e gastão, assim de carnes, como de outras cousas, e os Padres do Mosteiro desta Villa da Ordem de S. Bernardo tem necessidade de os mandar comprar, assim nestes ditos contos, como fóra delles. Hei por bem, e me praz que elles possão mandar comprar pelos contos, e fóra delles as vacas, carneiros, e mais mantimentos necessarios, que o Prior do dito Mosteiro declarar por seu assignado são necessarios para o dito Mosteiro, assim porcos, gallinhas, e caças para os doentes, posto que não levem carta de visinhança, e mando ás Justiças, a que este Alvará fôr apresentado, e conhecimento delle com direito pertencer, que lhe deixem comprar as ditas cousas, que pagarão pelo estado da terra, e lhas deixem tirar, e trazer ao dito Mosteiro, sem embargo de quaesquer Provisoens minhas, e Posturas da Camera, que haja em contrario, sob pena de qualquer pessoa, que assim o não cumprir pagar cincoenta cruzados, ametade para quem accusar, e a outra ametade para resgate de cativos.—Simão de Sousa a fez em Alcobaça a* 16 *de Agosto de* 1569. *—João Coelho a fez escrever.*»

«Na egreja d'este mosteiro fez abrir as sepulturas dos reis e principes, que ali estavam sepultados, excepto a d'el-rei D. Pedro e D. Ignez de Castro, que não foi possivel abrirem-se, por mais diligencias, que n'isso se pozeram; por cuja causa se vêem hoje com alguns frizos e lavores quebrados, que são cousa admiravel, e que haverá no mundo poucas, que se atrevam competir-lhes. E notou-se n'estas vistas algumas cousas maravilhosas e memoraveis, especialmente acharem-se os corpos da rainha D. Urraca, mulher d'el-rei D. Affonso II e D. Brites do III, inteiros, privilegio talvez concedido do Senhor, porque foram aquellas rainhas muito virtuosas.

«Na Batalha fez o mesmo vendo el-rei D. João II, que é mais facil, por se achar ainda sem mausoleo de pedra, (como ainda hoje está) ouvindo contar grandes maravilhas das suas virtudes, em vida, morte, e de que fazia milagres, e vendo-o tambem inteiro, fresco e cheiroso, encheu-se de respeito com tal vista, e fez-lhe reverencia como a santo. Passou depois a curiosidade, e como quem tinha brios de valente, e sabio, que o fôra o santo rei, quiz vêr como lhe estava a espada na mão; mandou-o levantar em pé, e metteu-lhe n'ella a sua propria, que se guarda como reliquia n'aquelle convento, que é da ordem de S. Domingos, e vendo-o n'esta postura, disse para o duque de Aveiro D. Jorge de Lancastre, que o acompanhava, que beijasse a mão a seu visavô; o que elle fez beijando-a primeiro a quem lh'o mandava. Accrescentou el-rei, fallando com o duque, e com os olhos no defunto, estas palavras: «Duque, este foi o melhor official, que houve do nosso officio.» E todas as vezes, que depois succedia fallar n'elle, chamava-lhe o seu rei. Ditoso fôra se o sobera imitar na prudencia, como o quiz exceder na valentia.

«Parece que não visitou a sepultura d'el-rei D. Fernando, que está no côro de S. Francisco de Santarem, porque se affirma de ter-se em vêr os que haviam dilatado o reino, foram valorosos, e não fazer caso dos que não tiveram estas partes, e como D. Fernando foi o mais remisso, que tivemos, não mereceria a sua attenção. D'aqui passou el-rei para Almeirim, d'ahi foi para a ci-

dade de Evora, em cuja entrada foi recebido com tanta alegria, contentamento dos cidadãos, e com um tão solemne triumpho, qual nunca tinha sido visto, onde o celebre André de Rezende lhe fez uma doutissima pratica em seu louvor, e ácerca das cousas grandes, que d'elle se esperavam; e assim mesmo com semelhante fausto era recebido em todas as terras, em que entrava, conforme a possibilidade d'ellas, pelo grande amor, que todos lhe tinham. Assim andou el-rei de terra em terra, em quanto durou o contagio da peste, fugindo dos rebates d'ella, satisfazendo o seu curioso appetite. E o mesmo fez a rainha D. Catharina, e as infantes D. Maria e D. Isabel, o cardeal, o senhor D. Duarte, e o senhor D. Antonio, andando cada um pelas partes, por onde os Fisicos os seguravam mais da peste, não estando nunca seguros em alguma d'ellas, e assim andavam sempre mudando de umas para outras.»

Conhecido como está o caracter do homem que era chamado pela fatalidade a governar o reino de Portugal, voltemos um pouco atraz e vejamos o que elle fez apenas subiu ao throno, de que homens se cercou, que tendencias e predilecções começou logo a deixar francamente advinhar.

A rainha D. Catharina, que tinha entranhado amor pelo reino de Portugal de quem desejava ardentemente a prosperidade, e que era ao mesmo tempo doida por seu neto, que se recreava na sua vista «como em hum retrato representador de todos os seus filhos com que esquecia as saudades d'elles todos mortos, e trocava a magoa com hum suave gosto da presença d'este só neto», como escreve fr. Bernardo da Cruz, queria dar-lhe para védor da fazenda, Pero d'Alcaçova Carneiro, mais tarde conde d'Idanha, antigo e honradissimo ministro de D. João III, mas os jesuitas que dominavam exclusivamente e completamente o animo do juvenil monarcha, não só fizeram com que esse cargo fosse dado a D. Martinho Pereira, creatura da Companhia de Jesus, mas até tiraram ao antigo ministro de D. João III o logar que então exercia, de secretario, obrigando-o a sahir da côrte e nomeando para este cargo, Miguel de Moura homem habil e intelligente, mas todo devotado ao cardeal infante.

O outro logar importante do reino, o de escrivão da puridade e presidente do desembargo do paço, da meza da consciencia e ordens, e védor da justiça, foi dado ao padre Martim Gonçalves da Camara, irmão do omnipotente perceptor do rei, que ficou na treva, ao abrigo da responsabilidade official governando o reino por meio d'este triumvirato, que lhe obedecia como o mais fiel escravo.

Com este governo e com um rei como D. Sebastião a queda do reino era inevitavel.

A primeira coisa que os ministros tentaram fazer foi afastar do rei a unica pessoa, que tinha n'elle alguma influencia e que representava o bom senso, e a boa politica ao lado da corôa portugueza—a rainha-avó D. Catharina.

A intriga foi facil. D. Sebastião cego pelo fanatismo guerreiro, pela febre da conquista, não ouvia com muito agrado os conselhos sensatos de sua avó, mas supportava-os. Os seus ministros começaram a lisongear-lhe a repugnancia instructiva que elle tinha pela prudencia justissima da rainha-avó, insinuando-lhe que D. Catharina era estrangeira e como tal não se importava muito com a gloria de Portugal, mas até desejava, naturalmente, conservar o reino em certa dependencia de Castella e de D. Filippe II.

O golpe foi certeiro, e o rei ferido na sua vaidade enorme, cioso da sua auctoridade real, receiando no seu grande orgulho que a Europa o julgasse um satellite do rei de Castella, começou a desviar-se da sua avó, a fazer-lhe pequenas desfeitas que maguavam pungentemente a virtuosa senhora, mas que ainda assim não satisfaziam completamente as intenções do astuto perceptor do rei, que queria vêr um rompimento aberto e completo entre o seu pupillo e a rainha-avó.

Não tardou esse momento, a desfeita grande, resultante logica das pequenas desfeitas até ali não poupadas, e que devia afastar para sempre dos conselhos da corôa a palavra prudente e sincera de D. Catharina.

D. Sebastião estava vivendo em Almeirim, com sua avó, e o juvenil monarcha entregava-se doidamente ao seu predilecto divertimento—a caça. Um dia o rei teve noticia d'um desacato que se acabava de praticar em S. João da Pesqueira. Irritado realmente com esta offensa feita á casa de Deus, mas fingindo-se ainda mais so-

bresaltado do que effectivamente estava, sahiu d'Almeirim sem se despedir de sua avó, foi a Alcobaça assistir á ceremonia do desaggravo, e em vez de voltar para Almeirim seguiu para Lisboa, metteu-se nos paços de Xabregas, e esteve ahi oito dias, sem dar de si noticias á rainha-avó.

D. Catharina profundamente maguada com esta desatenção de seu neto—desatenção a que o sr. Rebello da Silva chama o golpe d'Estado d'Almeirim,—não poude mais calar comsigo o seu desgosto e o seu justissimo resentimento e queixou-se amargamente a D. Filippe de Castella, e á princeza D. Joanna, sua nora e mãe de D. Sebastião, que censuraram asperamente o procedimento pouco digno e pouco delicado do rei de Portugal.

Foi depois d'isto que D. Catharina voltou a Lisboa e assentou residencia nos paços de Xabregas.

Seu neto tratou logo de sahir de Lisboa, começou a passar longos dias em Cintra e em Almeirim, e quando por acaso tinha de vir a Lisboa, alojava-se nos paços de Alcaçovas ou de Santos-o-Velho, no outro extremo da cidade, para ficar longe de sua avó e evitar a sua conversação e a sua companhia.

Estava feita a vontade dos jesuitas, mas o povo e os fidalgos tomaram o partido da rainha-avó e começaram a vêr com maus olhos o perceptor do rei, o seu irmão védor da justiça, e a murmurar queixumes contra elles.

Foi por este tempo—1569—que Lisboa foi devastada pela terrivel epidemia, a que a chronica poz o nome de *peste grande* e que é tristemente celebre na historia das grandes catastrophes como a peste de Marselha e a peste de Florença.

É curiosa e ao mesmo tempo medonha a descripção d'este terrivel flagello que matou em Lisboa cincoenta mil pessoas.

Vamos lêl-a em D. Manuel de Menezes:

«No mez de junho d'este anno de 1569, se começarão a descubrir nesta cidade de Lisboa algumas pessoas doentes de inchaços, e outras muitas, que morrião de morte apressada, do que se começou a originar hum rumor, e fama confusa, que andava entre o povo, de que isto era peste, mas como havia trinta e nove annos, que neste Reino não houvera este mal, não era já conhecido, e huns zombavão disso, e outros de maior experiencia, e idade certeficavão que o era; e veio este rumor a crescer tanto, affirmando-se que este mal era peste, que sabendo ElRei, mandou fazer junta dos Fisicos para o determinarem: os modernos negavão ser peste, dizendo: Não he nada, e que o Inverno fôra muito grande, e que da humidade delle procederão estes postemas nos corpos. Porem os antigos, que tinhão experiencia de outras, que virão, affirmavão que era peste, e se sabião da Cidade e davão o mesmo conselho aos amigos, certeficandolhe ser peste refinada, e ElRei se resolveo a retirar-se á maior cautela, e se foi para Cintra, e todas as mais pessoas Reaes se forão para outras partes, como seus presuppostos, por não causarem abalo na Cidade. Era isto pelo S. João, e já a este tempo morrião cada dia cincoenta, e sessenta pessoas, mas andava tudo calado, e secreto, por se não despejar a Cidade, e se vião irem-se os Mercadores, dizião que elles iventavão isto por fugirem para Gulfo.

«Andava a gente assim d'esta maneira indeterminada até entrar o mez de Julho; então se inventou, que no entre Lunho do dito mez, que era aos dez dias delle se havia de soverter a cidade, e que o castello se havia de ajuntar com o monte, Convento do Carmo, e o Bairro Alto com o monte e Villa de Almada.

«Andava esta patranha, bufão, parvoisse, ou como lhe quizerem chamar, tão introduzida no povo, que todos tinhão por certa, e se persuadião, que havia de succeder, não, somente gente ordinaria, e facil em crer agouros, mas ainda pessoas de alta qualidade, e sciencia, e chegou a tal extremo, que na vespera do dito dia, e nove do dito mez se despejou a cidade com tão desatinado impeto, e tão sem ordem, nem proposito, que cada um caminhava sem saber para onde hia, espalhando-se todos pelo termo, e Arrabaldes da Cidade: alguns se accomodavão em casas de campo, e de Saloios conhecidos, e a maior parte d'elles se aposentavam aos pés das arvores, com fato, mulheres, e filhos. E passado o outro dia cahiram na conta do seu engano, ou para melhor dizer, desengano, e conheceram que aquella voz foi parabola misteriosa, e voz do ceo, que fazendo-os despejar a cidade os livrou do maior e mais terrivel rebate de peste que

n'ella houve, de que escaparião poucos se senão tiverão sabido para fóra, onde o ar era mais delgado, e puro porque na gente que ficou se foi ateando de maneira, que ardeu toda a Cidade.

«À vista disto se resolverão todos os que podião a ausentar-se de todo para fóra em quanto o mal durasse, indo-se cada hum para onde lhe parecia, e tinha mais conveniencia, com grande desarranjo, e discomodo de todos, e com perdição de suas casas, e fazendas, e os pobres se tornarão para ellas, entregando-se á disposição Divina como a unico remedio; e outros obrigados do amor de suas familias as não quizerão desamparar, e o mal se foi apoderando em todos de sorte, que dalli pordiante não houve dia daquelle mez, e de todo Agosto em que não morressem quinhentas até setecentas pessoas, não havendo já Igrejas, Adros, nem Cemiterios, onde pudessem ser enterrados, por cuja causa os deitavão juntos a vinte, trinta, quarenta, cincoenta, e a sessenta em cada cova, que para isso se fazião muito grandes, e fundas, como se publicou no Sermão da Saude. E acabava a gente de maneira, que fallando huns com os outros cahião mortos, e dos que se deitavão á noite se achava grande parte pela manhãa sem vida, sendo já tanta a multidão dos mortos, que por não haver parte onde os podessem sepultar sagrarão baldios, olivaes, e praias para serem enterrados, e até o Campo da Forca, que foi todo lavrado de covas.

«Era neste tempo tão grande a mortandade, que os pais fugião dos filhos, os maridos desamparavão as mulheres, e foi tal a consternação, que não havendo quem levasse os mortos ás sepulturas se tirarão das galés os Forçados para andarem com os esquifes pela cidade, comutando-se-lhe por este trabalho o degredo dellas, e não bastando para dar vasão a tantos defuntos, acodiam só á quelles donde recibião maiores interesses, e a muitos succedia estarem pelas portas, e ruas dous, e tres dias amortalhados até se corromperem de peste, que os não podiam enterrar senão nas mesmas ruas, e lageas das casas em que moravão. Quiz a ventura n'esta occasião limitar o premio aos coveiros; e os Desembargadores, e Procuradores perdião os em emolumentos á falta dos ausentes; porque não menos peitados erão que elles.

«Corria-se toda a Cidade, e muitas vezes se não topava em toda ella com cinco pessoas vivas, e sans, achando-se muitos mortos, e doentes, e algum que apparecia melhor, trazia cór, e sombras de finado. Alguns vagabundos, e folgazoens, que Deus queria preservar do mal, se divertião jogando a bola na Rua nova dos ferros, e nella nasceo, e cresceo muita herva, e quando isto succedia na rua de maior concurso, julgue o Leitor o que seria nas outras da Cidade.

«Desta sorte se via a Cidade quasi deserta, premanecendo só as casas desamparadas, e vasias, cousa lastimosa de ver em huma tão nobre corte!! Assim se foi continuando este fatal estrago da humanidade pelos referidos mezes de Julho, Agosto, e por todo Setembro, morrendo cada dia mais de quinhentas pessoas; e por fim de Setembro, como os ardores do Sol forão aplacando, tambem as forças de tão maligno contagio se forão diminuindo, e começou a melhorar a gente, e a tomar algum alento depois de tanto temor de sorte, que já pelo Natal tinhão voltado para suas casas muitos daquelles que as havião desamparado; e logo se fecharão as portas da Cidade, por ordem dos Officiaes da Saude, deixando só abertas as que precisamente erão necessarias para o governo da gente, pondo nellas guarda de homens principaes, para que não entrassem doentes de fóra das povoaçoens, que ainda estavam iscados da peste, que começando em Lisboa, lavrou pelo Reino todo, fazendo o mesmo estrago em todas as Cidades, Villas, e Lugares delle, segundo a grandeza da povoação, e pela grande mortandade que fez, se chamou a peste grande. E se teve tanta vegilancia, e boa ordem na guarda das portas, que sempre a melhora da Cidade foi em augmento. Adiante darei ainda a noticia de outras particularidades, e successos, e do mais que se obrou neste mal, e das piedades, que obrarão algumas pessoas de virtude, e Religiosos da Cidade. Já acima se disse como na Junta que ElRei mandou fazer de Medicos ficara duvidosa a conclusão de ser, ou não ser peste aquelle mal; e como El-Rei tomou por melhor acordo irse para Cintra, e depois se ateasse a peste por toda a Cidade, querendo elle evitar as desordens, que poderião succeder por causa della, passou a carta seguinte, em que dava todos seus poderes a Diogo Lopes de Sousa, Governador da Casa do Civel.

«Dom Sebastião por graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves, daquem, e além mar, em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, Etc. faço saber aos que esta Carta virem, que considerando eu o estado presente, em que agora se acha a Cidade de Lisboa por causa da doença, que nella ha, e das desordens, que disso procedem, e damnos, que ao diante se podem seguir, e de quão grande importancia he dar tal ordem nas cousas da Justiça da dita Cidade, que se faça inteiramente cumprimento della, e vendo quanta obrigação tenho pelos ditos respeitos, de mandar prover no referido com toda a brevidade: mandei ora a Diogo Lopes de Sousa, do meu Conselho, e Governador da Casa do Civel, que reside na dita Cidade, movesse nas cousas da Justiça della, como por officio he obrigado fazer, e para que melhor a possa executar, e os que commetterem culpas sejão castigados. Hei por bem de lhe dar por esta Carta, como defeito dou, e concedo todo o meu poder, e jurisdição, Civel, Crime, mero misto imperio, sem lhe limitar cousa alguma, para que nos casos, que por elle forem determinados sobre as ditas cousas, castigos, que por isso merecerem quaesquer pessoas, em quanto elle pelo meu mandado estiver, e residir na dita Cidade, durando as ditas doenças, por esta vez sómente, se faça, execução nas ditas pessoas de qualquer qualidade que sejão, até morte natural inclusive, por quanto pelos ditos respeitos, e pela grande confiança, que tenho no dito Governador, assim o hei por bem, e mando a todos os Corregedores, Desembargadores, Juizes, e Justiças, Officiaes, e pessoas, a quem o conhecimento desta pertencer, e a todos em geral, e a cada hum em particular, que o cumprão, e fação inteiramente guardar, como nelle se conthem, e para firmeza de tudo, o que dito é, lhe mandei passar esta carta, assignada por mim, e sellada com o sello de minhas armas. Lopo Soares a fez em Cintra a 12 de Julho do anno de Nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de 1569.—Rei—Eu Miguel de Moura a fiz escrever.

«N'este tão grande tempestade de fogo, e ar corrupto, para que as almas não perigassem, quando os corpos naufragavão, acudião os Parocos com piedosa caridade, e grande cuidado a administrar os Sacramentos aos enfermos das suas freguezias, sendo ajudados de outros sacerdotes, e religiosos de virtude, desenganados do Mundo, e desprezadores da vida, que sahião dos seus conventos a confessar, e curar dos enfermos principalmente Dominicos, e Franciscanos, e tambem das outras ordens, excepto uma, que se fechou sem querer permittir que entrasse, nem sahisse alguem do seu convento, e comtudo não deixarão de experimentar os effeitos da peste; como aconteceu a hum Sacerdote, que tendo consagrado na Missa algumas Particulas para dar a Communhão á gente, que lhe assistia as deixou no Altar, e de muito timido a não deu, ficando a gente escandalizada, e com grande desconsolação; mas não lhe valeo a cautela, ou foi castigo de Deus, porque d'ahi a poucos dias morreu do mesmo mal: *Quia nisi Dominus costudierit Civitatem frustra vigilat, qui custaditeam.* Era cousa muito lastimosa ver andar a gente fugindo huma da outra, como de inimigos, desamparando os amigos, e estes aos pais com grande pena de huns, e outros, como tambem ver chorar sem remedio huns pelos outros, os pais pelos filhos, os filhos pelos pais, as mulheres sem maridos, os maridos sem mulheses; vião-se muitos dos fugitivos estarem pelos arredores da cidade gemendo pelo pé das paredes, servindo-lhe de alivio as mesmas arvores: outros em suas casas não tendo que dar pegavão nos seus defuntos ás costas e os levavão ao lugar da sepultura, por lhe não apodrecerem em casa, ou pelas portas, e alli os enterravão se podião, ou os deixavão ficar para serem lançados com os mais, e muitas vezes ficavão mortos como elles, ou cahião pelo caminho, sem poderem voltar para casa, cousa certamente digna de espanto e confusão.

«Para dar algum remedio a tanto desamparo se mandou por ordem da Camera e da Saude fazer na praia um hospital de madeira repartido em cento e tres aposentos para onde conduziam os doentes, accommodando cinco e seis feridos em cada um, e porque se não poderam recolher todos se accrescentou com barracas, e ahi eram levados por força; porque muitos queriam antes morrer em suas casas antevendo os trabalhos, que ali haviam d'ir padecer, porque como eram muitos, e os enfermeiros foram faltando era alli

maior o desamparo estando os mortos deitados juntamente com os vivos, por não haver que acudisse a tudo. Sabendo d'esta grande necessidade a caridade Dominica se congregaram cinco religiosos, offerecendo-se ás cinco chagas de Christo, diante da veneranda imagem de Jesus da sua Igreja e se vieram meter no dito Hospital por enfermeiros das almas, e dos corpos, ordenando, que os que enfermassem da sua ordem fossem alli levados, para facilitarem a rupugnancia da gente. Desde então todos tinham por favor e dita serem admittidos, onde se curavam com tão grande caridade os corpos com medicinas, e as almas com os Sacramentos e exhortações.

«Logo se deu ordem a outro hospital para os convalecentes, e crianças desamparadas de seis annos para baixo, com o que se fez grossa despeza, ajudando muito os soccorros que mandou ElRei por via de Diogo Lopes de Sousa, e as esmolas da piedosa Infante Dona Maria, e das mais pessoas Reaes, e de muitos Cavalheiros, e Senhores da Corte, e cidadãos da Cidade, que foram destribuidas pelos Religiosos Enfermeiros, e geraes da cidade, que as applicavão aos mais necessitados, morrendo muitos gloriosamente nestes santos exercicios de curar, confessar, exhortar, consolar, e animar aos apestados. Consta de huma curiosa carta, que certo Frade da Cidade escreveo ao Duque de Aveiro, quando já o mal hia declinando, que até aquelle tempo tinhão morrido de S. Domingos, sete, de Bemfica dous, de S. Francisco da Cidade, vinte e sete de S. Francisco de Xabregas, vinte e seis, Carmelitas fechados dezoito; Capuchos quatro, de S. Vicente quatro, da Graça dezoito, da Companhia dezanove, Trinos tres, Meninas Orfãs nove, Clerigos cento e noventa. Porém dos que representavão o Sagrado numero das Chagas de Christo não morreo algum, andando metidos no maior perigo, cousa certamente digna de reparo por maravilhosa, que bem parece não ser acaso, mas favor Divino.

«Outra boa obra se fez, que foi um Hospital de meninos de peito desamparados, com todo o necessario para elles, com amas, e seu Provedor, pessoa secular, mas de muita virtude, no qual officio o mostrou muito bem.

«N'este grande trabalho se deveo mais aos Fisicos que deram o desengano no principio, que aos que dizião: Não he nada, e disso derão muitas certidoens, os quaes do parecer de muitos, merecião castigados, e as fazendas confiscadas para gratificar aos Estrangeiros que El-rei mandou vir de fóra do Reino com muito grande despesa, ainda que sua chegada, que foi logo no principio, prometteo mais proveito, do que depois se experimentou; porque se houverão com mui pouca caridade para com os pobres, e foi cousa que se observou, cresceo muito mais o mal e morreo muita mais gente, fazendo-nos celebrar aquelle antigo adagio: Mate-me Deus com os meus. E com tudo ficarão muito capazes de largas remuneraçoens, e agradecimentos; fortuna de Estrangeiros, sempre venturosos em Portugal com suas invençoens.

«Affirma-se que só na cidade de Lisboa morrerão quarenta mil pessoas, e daqui se entenderá o que seria em todo o Reino. Muitos morrião tanto ao desamparo que ninguem soube d'elles, senão pelos fedores, que de suas casas sahião, cujas portas sendo quebradas, os achavão podres e ruidos dos ratos, e doninhas, e taes, que as mesmas cameras lhe ficavão por sepulturas, onde lhe abrião covas, em que os viravão, por não estarem para mais maneios, e não serem comidos dos caens, e gatos, e foi pelos Fisicos mandado, que os matassem, por entrarem nas cameras dos feridos, e comerem o que d'elles sobejava, emprastos de pombos, e frangãos, e entrando depois nas desempedidas as inficionavão com os seus bafos, contaminando os ares d'elles, para a qual execução havia çerto estipendio por cabeça de cão, e gato, para o que não faltavam ministros mui solicitos, que levavam suas cam.adas d'elles a resistar ás partes que para isso estavão decretadas, onde os tomavão em receitar para serem pagos.

«E para que senão padecesse este mal só, sobreveio tambem muito grande fome, causada do grande desamparo, e não entrar de fóra nada na cidade, o que não era menos damnoso que a peste; e succedeo, que hum homem de authoridade, e Nobreza, estando preso no Limoeiro, padeceo tanta fome, que obrigado da necessidade se fingio huma tarde doente do mal, de modo que morria, e pela manhãa seguinte se fez morto, e vendo-o assim os companheiros, cuidando que na verdade o estava, porque assim

o parecia, o embrulharão em huma manta, em que estava mal entrouxado pelo temor do contagio, e passando hum esquife com huma Negra morta, o lançarão dentro, e o levarão ao Adro do convento de nossa Senhora da Graça, onde pedio que o desembrulhassem, o que se fez com grande espanto dos que o levavão, cuidando que resuscitara; aos quaes disse: Que se fossem embora, que elle estava em segrado. E se recolheo no dito Mosteiro, e ao outro dia veio ter á portaria de S. Domingos, descalço, e em corpo, onde se proveo de humas botas velhas e capa, e se foi em busca de pão. Fôra largo contar tantas miserias. Tanto padecia quem tinha dinheiro, como quem o não tinha. Padecião os que o não tinhão, por não ter com que comprassem o que havião mister. E padecião os que o tinhão por não acharem o de que necessitavão, nem quem os servisse; muitas honras se offereciam a troco de um pouco de pão,

«N'esta confusão não faltarão tambem enganos, fazendose muitos herdeiros de quem o não erão, como aconteceo com huma mulher rica, que falecendo sem testamento se coliarão seis dos conhecidos, fizerão uma cedula em seu nome, repartindo a sua fazenda entre si mesmos, chamando hum Taballião para approvar o testamento vindo elle rodearão a defunta, e a levantarão na cama segurando-a, e dizendo que de fraca se não podia ter. E perguntando-lhe o Tabellião se havia por bom o testamento, e abaixarão-lhe a cabeça por detraz para mostrar que dizia, que sim. E vendo elle, que não respondia perguntou, porque. Ao que responderão, que de fraquissima não podia fallar. Entendendo elle a tramoia, dissimulou, e se foi dizendo: Que como fallasse o chamassem, por que elle não approvava testamentos por acenos.

«Durante esta cerração tão chea de coriscos, desejarão os Fisicos Sol, entendendo que seria bom remedio; deu-lh'o nosso Senhor mui candido, morrerão mais que nunca. Á vista do que desejavão chuva, choveo e morrerão como dantes. Voltarão os desejos a vento fresco; fez-lhe Deus a vontade, ventando tão fortemente, que o sentião muito, com grave damno as arvores, e não cessou a doença. Andava a morte triumfante, estragando em todo o sexo, e todas as idades, não respeitando a sagrado, nem a lugar algum prevelegiado. Recorrião os Fieis ás Igrejas a pedir misericordia a Deus e nellas os acometia esta cruel inimiga sem nada lhe valer, sendo ellas o asylo dos culpados, e tanto dominava sobre elles, que a toda a hora do dia, e da noite andava triumfando d'elles e de toda a cousa vivente até das aves do ar: *Arcum suum tetendit, etc. paravit illum, etc.*, *ineo paravit vasa mortis*, *sagittas suas ardentious efecit, etc.* Por cuja causa a toda a hora andava o Santissimo Sacramento em todas as Freguesias correndo os seus limites, dando logo a Extrema Unção; porque qualquer rebate era logo sinal do fim da vida.

«Ajudou muito aos pobres necessitados a grande caridade do Governador, e a do famoso esmoller Jorge da Silva, e a de Diogo Lopes Diabo, e a Irmandade da Santa Misericordia, acudindo a salvar as honras, e as vidas a muitas damas, donzellas, meninos, visitando os Mosteiros de Frades, e Freiras com suas esmolas, e exhortaçoens, animando a huns e outros, com que os deixavão consolados a todos. Varios forão os casos, que nesta occasião acontecerão; hum muito notavel he hem que fique em memoria. Certo enfermo paralitico, que andava pela cidade em hum carrinho, vendo que na maior força do mal da peste todos desamparavão os doentes moribundos com medo, desejou muito ter saude para poder acodir a este desamparo, e nosso Senhor lhe fez o gosto, concedendolha, ou para melhor dizer, emprestandolha pelo tempo da necessidade, como já antigamente aconteceo á filha de S. Pedro; porque pouco a pouco se foi levantando, e posto em pé lhe assistio em todo o tempo com muita caridade, e amor de Deus; e depois que o mal foi aplacando se tornou outra vez a pôr no mesmo estado, em que dantes andava. Caso raro!

«Varios forão os juizos, e discursos, que se fizerão sobre este rigoroso castigo, que a Divina justiça mandou a Portugal, attribuindo-o a varias causas, conforme o conceito, e opinião de cada hum, julgando huns que isto acontecera por descuidos dos Soberanos, e Ecclesiasticos. Outros que pelo dinheiro, que se pedio para hum Templo do Martyr S. Sebastião, que depois se divertio para outras cousas, de que o Santo sem duvida se aggravou. Outros que pela soberba dos Grandes para com os pequenos. Outros que,

pelas superfluidade, e vaidades dos trages, e vestidos incitativos de graves offensas de Deos. Outros, que pelas taixas executados sómente nos humildes, ficando isentos os Grandes, e suas propriedades. Outros que por falta de justiça, e por sensualidades commettidas, e escandalosos amancebamentos. Outros, que pelo favor Real, que se deu aos Christãos Novos, e pessoas suspeitas na firmeza da Fé, e assim lhe davão outras causas, e poderá ser que todos acertassem; porque tude se juntaria; mas quem poderá certificar, ou segurar alguma cousa d'estas, sendo os juizos de Deos tão occultos á humana intelligencia, a quem roguemos nos perdoe, e dê graça com que o sirvamos, para que nos livre de semelhantes trabalhos, e não mereçamos taes castigos.

«No decurso de tão grande calamidade recorrião os Fieis a Deos, pedindo-lhe misericordia por meio de muitas Procissoens de Preces, para applacar a sua ira, agastada contra as culpas dos homens, mas batião a portas fechadas, e tiverão muito tempo por resposta, a que o Esposo deu ás virgens descuidadas; porque queria primeiro descarregar bem nelles o açoute de sua Divina Justiça. Primeiramente se expozerão á vista dos Fieis quantas Reliquias havia na Cidade, entre as quaes foi huma o corpo do Insigne, e glorioso Martyr S. Vicente, Padroeiro della, que está na Sé. A primeira Procissão fizeram-na os Frades de S. Francisco da Cidade em 14 de Agosto, indo com ella a S. Vicente de Fóra, e daqui acompanhados dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho daquelle Mosteiro forão ao de Xabregas, levando huma Imagem de S. Sebastião debaixo de hum Paleo, em que pegavão os Padres daquella Casa de maior authoridade, e ao recolher houve Sermão de muitas lagrimas.

«E logo no dia seguinte quinze do dito mez fizerão os de S. Domingos outra da sua Igreja á Sé, levando nella a muita veneranda Imagem de Jesus Crucificado com o Santissimo Sacramento no Lado, como está sempre, e hia debaixo de hum Paleo de borcado; a qual, porque nunca sahe fóra, pela grande reverencia que se lhe tem, foi tal a devoção, e conpunção que causou na gente, que se partião os coraçoens de pena, contrição. Chegando á Sé pozerão o Senhor no Altar-mór, a quem o Povo posto de joelhos pedia misericordia em altas vozes, e em lastimosa consonancia de choro, e pranto que rompia o Céo, e não havia coração tão obstinado que alli senão desfizesse em lagrimas, confessando, todos em geral, e cada hum em particular ser outro Jonas desobediente para que Deos applacasse sua ira.

«Daqui voltou a Procissão a S. Domingos, onde houve tres Sermoens juntos ao mesmo tempo hum na igreja outro no Claustro, e outro no alpendre da porta, por ser tão grande o concurso, que não cabia na Igreja, e encheo Claustro, e alpendre, e forão estes Sermoens mais de lagrimas que de palavras, porque estas se não percebião com os grandes clamores, e suspiros que atroavão os ares. Nesta Procissão forão todos descalços fazendo varias penitencias. No dia seguinte dezaseis do dito mez, que foi Sabbado, sahio outra Procissão de S. Francisco de Xabregas, trazendo os Padres a veneranda Imagem de nossa Senhora, chamada Madre de Deos, que se venera na Igreja do Convento da sua invocação de Religiosas Capuchas da Ordem de Santa Clara, e vinha em hum muito bem concertado Andor, e se recolheo na Santa Casa da Misericordia, donde prégou fr. Balthasar das Areas famoso Letrado daquelle tempo, e foi o Sermão todo de lagrimas. E logo ao dia seguinte Domingo fizerão os Padres do Carmo outra Procissão, em que trouxerão a milagrosa Imagem de nossa Senhora da Piedade á mesma Casa da Santa Misericordia com muita devoção, e penitentes, onde tambem houve Sermão muito semelhante aos outros.

«Mas entendendose que as Procissoens erão prejudiciaes á saude, por causa do ajuntamento de gente, em que se misturavão os doentes com os sãos, se mandarão suspender até dezoito de Setembro seguinte, em que se fez huma muito solemne, ordenada pela Camera da Cidade, que se formou de todas as Freguezias, Communidades, e Confrarias, e levarão nella Santo Aleixo, e os Meninos Orfãos a Jesus Menino. E em outros Andores hião S. Valentim, S. Simão, S. Vicente, e nossa Senhora, Imagens todas muito milagrosas, e no remate da Procissão levavão outro Andor ricamente ornado debaixo de hum Paleo de borcado, em que hião as Reliquias seguintes: o Santo Lenho da Cruz de Christo, da Sé; o braço de Santa Anna, da Misericordia; o

braço de S. Sebastião, de S. Vicente, e outros, a qual Procissão sahio da Sé, e foi a S. Domingos, e alli se fez hum muito douto Sermão; e acompanharão esta Procissão todos os Cidadãos, que havia na Cidade, e o Clero da mesma Sé.

«E pela festa dos Santos quando o mal hia já abrandando se fez outra Procissão, que sahia da Igreja de S. Braz, em que levarão a Imagem do dito Santo, e Santa Luzia, e nossa Senhora em Andores muito bem concertados, com muita cera accesa, e no remate della muitas Reliquias debaixo de hum rico Paleo, e foi até S. Domingos, e voltou a S. Braz, e findou com Sermão.

«Tambem a Santa Casa da Misericordia fez a sua Procissão muito devota, com muita penitencia, onde hião todos os Irmãos descalços com seus Habitos vestidos, e tochas de cera na mão accezas, e levaram nella o braço de Santa Anna debaixo de hum Paleo, e foi a S. Domingos, e voltou para a Misericordia, onde prégou o Doutor Francisco de Monção, Conego da Sé desta Cidade. Em oito do mez de Novembro fez a Cidade outra Procissão muito solemne, com toda a cleresia, e os Frades de S. Francisco, na qual levarão a Imagem do milagroso Santo Antonio em humas Andas, e debaixo do Paleo a Reliquia do casco do dito Santo, e hião nella os cidadãos, e os Conegos da Sé, todos com tochas accezas, e forão a S. Francisco, e voltarão á Casa do dito Santo, donde tinhão sahido.

«Obrigado o Senhor com tantos rogos de todos em geral, e de seus servos em particular foi suspendendo o açoute de sua Divina Justiça, e assim foi cessando o mal do S. Miguel por diante, o que se julgou por maravilha, porque a juizo dos Medicos mais experimentados se entendia ser para largo tempo tão grande fogo, e ser difficultoso tornarse a restaurar a Cidade tão depressa, mas a misericordia Divina compadecida de tantos clamores, e lastimas, remediou tudo de sorte, que (como fica dito acima) já pelo Natal estava a Cidade muito boa; porem ainda com temor da grande tormenta passada não ousavão vir para a Cidade mais que pessoas pobres, e gente ordinaria, que já não tinhão que comer, e os mais esperavão que passasse Março, porque dizião os Medicos, que com a renovação das plantas poderia renovar a peste, o que quiz Deos nosso Senhor que não succedesse, e passando o dito mez, começou de voltar toda a gente grossa das quintas e partes por onde andavão.

«E ao Domingo de Lazaro mandarão os Vereadores escritos ás Igrejas, em que denunciavão ao Povo, como na segunda oitava da Pascoa seguinte se havia de fazer a Procissão da Saude, que todos fossem a ella dar graças a Deus pela melhora do mal passado. Porém succedendo poucos dias antes do apontado adoeceram algumas pessoas de sangue, cuidando ser renovação do mal passado, se ordenou por parecer dos Medicos, que se suspendesse, deixando segurar mais a Cidade, e não se fez então; o que causou grande temor, e receio de gente, mas logo se desvaneceo, conhecendo a verdade, e melhorando os doentes. E os Vereadores tornarão a mandar denunciar ao Povo nas Igrejas ao Domingo 10 de Abril de 1570 que na quinta feira seguinte, que erão 20 do mesmo mez, determinavam fazer a dita Procissão, como se fez, com tanta solemnidade, qual nunca fóra vista nesta cidade, com danças, e invenções muitas curiosas, e galantes. Na vespera do dito dia á noite se pozeram por ordem do mesmo senado em toda a cidade muitas luminarias, e pelos campanarios das Igrejas, e o da Sé estava muito vistoso, e pelas ruas se fizerão muitas fogueiras, e pela manhãa apparecerão todas as jenellas com muito ricos cortinados, e as paredes das ruas todas armadas.

«Sahio a Procissão de Sé logo pela manhãa, e quando acabou de recolher-se em S. Domingos erão já duas horas da tarde. Hião nella todos Clerigos, debaixo da Cruz da sua Freguezia, e todas as Communidades de Frades que ha na dita cidade, com todas as confrarias della. Levarão em hum rico Andor nossa Senhora da Saude, Imagem muito devota, e o Martyr S. Sebastião, e no fim outro Andor com todas as principaes Reliquias da dita cidade. Houve em S. Domingos tres Sermoens, hum antes de chegar a Procissão para despejarem a Igreja aos que vinhão nella e os outros depois de recolhida, hum dentro, e outro fóra no alpendre, que tudo se encheo com a gente da Procissão, e nelles se discorreo admiravelmente sobre o muito que se tinha padecido, onde se apontarão muitos milagres e maravilhas, e tudo o que succedeo no tempo do mal.

«Referio o Prégador de Igreja, que foi Fr. João da Silva, que nas covas se botavão a quarenta, e cincoenta defuntos, e que passarão de cincoenta mil os falecidos só nesta cidade; a qual fez voto de fazer todos os annos esta Procissão em acção de graças a Deus nosso Senhor, e á Virgem Maria sua Mai, e ao Martyr S. Sebastião, por nos livrar da peste; e assentarão que fosse na quinta feira mais proxima a 20 de Abril, e, se cumpre ainda hoje. E foi Deus servido, que segurou a Cidade, e se tornou a povoar com a gente que escapou, e se franquearão as portas della em 28 de Julho do dito anno.»

Foi duranre esta medonha epidemia que D. Sebastião andou visitando as sepulturas dos seus antepassados como atraz contámos.

Emquanto porem o rei percorria as provincias fugindo da peste, os ministros, que ficaram governando o reino durante a sua ausencia de Lisboa, faziam toda a casta de desvarios, e augmentavam o justo rancor com que a influencia dos jesuitas começava a ser vista pelo paiz, e principiavam a fazer graves apprehensões e bem fundados terrores nos espiritos sérios e illustrados de Portugal.

Entre os escandalos feitos pelos ministros de D. Sebastião durante este tempo e que mais indignavam, a opinião publica avulta a acceitação completa e sem reserva do concilio de Trento, que muitas nações catholicas se recusavam a admittir na parte disciplinar por representar ostensivamente a resurreição da antiga supremacia pontifical sobre os governos temporaes.

O cardeal D. Henrique acceitara-o durante a sua regencia sem restricção alguma, e os ministros de D. Sebastião agora, ractificavam essa imbecil acceitação do fanatico cardeal infante e faziam o juvenil rei não só acceital-o como tambem ordenar, por carta, a todos os bispos que uzassem livremente da authoridade que novamente lhes dava o concilio, *ainda que fosse com prejuizo da jurisdicção real* «clausula tão mal pensada, diz Coelho da Rocha, que o proprio pontifice Pio v escrevendo sobre isto ao monarcha, se não atreveu a applaudir.» [1]

[1] *Ensaio sobre a historia do governo e legislação de Portugal,* citado pelo sr. Pinheiro Chagas na sua *Historia de Portugal.*

Entretanto a desunião entre D. Sebastião e a rainha-avó era cada vez mais publica e completa; as intrigas da côrte cavavam-n'a d'ambos os lados e D. Catharina recorreu por fim, para retomar o logar que lhe competia junto de seu neto, a seu irmão D. Filippe de Castella, que mandou dois embaixadores a D. Sebastião afim de o conciliar com sua avó, D. Gomes Soares de Figueirôa e D. João de Borja, mas nada conseguiram, nem a este respeito, nem a respeito do casamento do rei de Portugal com Margarida de Valois, casamento em que, Filippe de Castella recommendara tambem especialmente aos seus embaixadores, insistissem junto do rei portuguez.

D. Catharina vendo que não podia conseguir uma conciliação com seu neto e justamente offendida pensou em retirar-se para Castella.

O paiz inteiro recebeu com profundo e inquieto pesar esta noticia e de todos os lados se levantaram lisongeiros protestos contra a resolução da rainha-avó, protestos que deviam amargar muito a D. Sebastião, e muito mais ainda ao confessor e a seu irmão, que fomentavam toda a intriga contra D. Catharina, que eram os instigadores das desfeitas que lhe fazia seu neto, e para quem esses protestos unanimes do paiz, do senado de Lisboa, e d'um prelado dignissimo, d'alta capacidade e de authorisado voto, o bispo do Algarve D. Jeronymo Osorio, representavam uma vehemente e energica censura.

O senado de Lisboa apenas lhe constou que a rainha avó pensava em sahir do reino, representou immediatamente ao rei, fazendo-lhe ver os inconvenientes do afastamento do reino e do lado do rei, d'uma senhora que tantos serviços politicos tinha prestado, e podia prestar ainda ao reino como era D. Catharina sua avó.

O bispo do Algarve ao passo que escrevia á rainha pedindo-lhe que se resignasse e que não deixasse o reino onde a sua presença era tão necessaria, escrevia, e tinha já varias vezes escripto a Luiz Gonçalves da Camara, dizendo-lhe asperamente que o paiz lhe imputava a origem de todos os erros do rei, das suas temeridades loucas e inuteis, e das desfeitas para com a rainha avó.

E aproveitando esta occasião de esvasarem a sua indignação e os seus receios, o senado de

Lisboa e o proprio bispo do Algarve, aconselharam ao rei que pensasse na successão da corôa, e o senado de Lisboa pedia-lhe que despozasse Margarida de Valois para garantir o futuro do paiz e lembrava-lhe n'um tom de censura paternal que não arriscasse tanto a sua vida em caçadas e em perigos, e apontava incidentalmente, insinuação que não devia agradar muito aos ministros de el-rei, que seria vantajoso para o bom governo do reino mais amiudadas convocações de côrtes.

Á vista d'esta manifestação imponente da opinião publica, reforçada pela intervenção do proprio papa Pio v que mostrou claramente os seus desejos de que o rei de Portugal viesse ás boas com a sua avó, D. Sebastião, movido pelo proprio Luiz Gonçalves da Camara e acompanhado pelo cardeal infante foi a Almeirim visitar a rainha D. Catharina e dar assim os primeiros passos para uma paz perfeitamente apparente, pois no fundo a guerra entre a rainha e o confessor do seu neto continuava implacavel e sem esperanças de treguas.

D. Catharina comprehendia e comprehendia bem, que o procedimento inqualificavel de seu neto, lhe era dictado pelo seu antigo mestre e actual confessor, e suppondo que tirando este do lado do rei, pondo fóra do combate o seu encarniçado e terrivel inimigo o combate cessaria, pensou em ferir o golpe decisivo.

O golpe porem falhou completamente.

E no fim de tudo não era mal pensado.

Sabia a rainha que S. Francisco de Borja o geral dos jesuitas, professava ostensivamente os mais santos e desinteressados principios ácerca da sua companhia e que disse bem alto e repetidas vezes que preferia ver a sua ordem mais pura que poderosa, e fiando-se nas palavras do geral da companhia, escreveu-lhe narrando-lhe minuciosamente a nociva e perigosa influencia que junto do rei tinha o jesuita Luiz Gonçalves da Camara, o mau uso que o confessor fazia d'essa influencia e pedindo-lhe que sob qualquer pretexto o chamasse a Hespanha e depois o detivesse ahi com prohibição expressa de voltar a este reino, onde era ave de mau agouro, mal visto pelo paiz inteiro.

S. Francisco de Borja, porem era primeiro do que tudo jesuita.—Bem o prega fr. Thomaz, diz o proverbio, e o geral da companhia justificou o proverbio e deixou fallar a rainha.

Entretanto como tudo se parecesse conjurar para a perda de Portugal o acaso veio atêar o ardor bellicoso e ascetico do juvenil rei portuguez.

Era em 1571, e D. Sebastião acabava de fazer 17 annos. O papa ententara então uma cruzada contra os turcos e enviou a Portugal o cardeal Alexandrino, como seu legado a solicitar de D. Sebastião, o entrar n'essa santa liga contra os infieis.

D. Sebastião era a polvora, esse legado foi a mexa.

D. Sebastião recebeu o convite com uma alegria louca, desvairada e não só o acceitou immediatamente, como escreveu logo a Carlos IX de França pedindo-lhe para que entrasse tambem na liga. E o seu fanatismo religioso e ardor guerreiro fizeram mais que todas as instigações da opinião publica, que todos os conselhos prudentes dos seus velhos fidalgos, que a voz da conscieneia do seu dever de rei, e com medo que o rei de França recusasse entrar n'essa guerra santa, declarou na carta que lhe escreveu estar decidido a casar com sua irmã, a princeza Margarida de Valois, não só desistindo do dote promettido, que era de quatrocentos mil cruzados, mas emprestando ainda em cima a Carlos IX igual quantia para fazer em França a guerra aos huguenotes.

E ao passo que fazia isto, D. Sebastião cheio de febril enthusiasmo promettia o seu auxilio á republica de Veneza para que ella favorecesse a guerra contra os infieis, empenhava-se com o schah da Persia para que elle contribuisse para o feliz exito da empreza, mas tudo isto foi em vão. Os principes christãos estavam todos preoccupados com os seus negocios intestinos, e recusaram-se a empenhar-se nos acasos da guerra santa, e o proprio rei de França embora muito desejoso de acceitar as offertas do rei de Portugal, teve que renunciar a ellas porque sua irmã a princeza Margarida estava já noiva promettida de Henrique de Bourbon, rei de Navarra e futuro Henrique IV de França, «e Catharina de Medicis que facilmente e sem escrupulos quebraria a sua promessa, como diz o sr. Pinheiro Chagas, não o faria decerto agora porque essas bodas eram o

laço que devia attrahir a Paris os fidalgos huguenotes de cujo partido Henrique de Bourbon era chefe, e assim fazel-os cahir na infame e sanguinaria cilada da matança da noite de 24 d'agosto de 1572, celebre matança que os historiadores francezes designam com o simples nome de *la Saint-Barthelemy*, mas que tão sinistros éccos acorda na historia das luctas religiosas.»

E já que fallámos na *Saint-Barthelemy* não esqueçamos o papel imbecil e odioso que D. Sebastião fez representar o paiz n'essa sangrenta tragedia.

Parece que o rei, forçado a desistir da cruzada, a que todos os principes se recusaram, tendo de renunciar a ir combater em Africa, renuncia que lhe foi imposta pelo seu proprio confessor o jesuita Luiz Gonçalves da Camara, que se oppôz terminantemente a que el-rei sahisse do reino sem ter segura a successão á corôa, pensára em tomar parte na vil traição de Carlos IX de França e começou a organisar uma forte armada, sem que ninguem soubesse a que se destinava, e com que elle tencionava ir auxiliar o rei da França contra os huguenotes.

Mas antes de estar completamente equipada essa grande esquadra, rebentou a traição da *Saint-Barthelemy*, e D. Sebastião como já não fosse precisa a esquadra, apressou-se em mandal-a desarmar logo.

E como não podesse tomar parte n'aquella infamia do filho de Catharina de Medicis, quiz associar-se publicamente, claramente e ostensivamente a ella, fez celebrar em Lisboa grandes festejos, *Te-Deums*, illuminações, repiques de sino, todas as manifestações de gala para solemnisar o *bello* exito da *Saint-Barthelemy* e mandou de proposito, expressamente, D. Affonso de Lencastre como embaixador a França, a comprimentar Carlos IX por esse feliz successo.

As instrucções que D. Sebastião deu ao seu ministro, relatadas por Barbosa Machado, nas *Memorias para a historia d'el-rei D. Sebastião*, são curiosas, d'uma imbecilidade e desvergonhamento fanaticos unicos, e terminam lembrando a D. Affonso de Lencastre, que seria bom aproveitar o ensejo para introduzir em França a Santa Inquisição que em Lisboa fazia maravilhas.

Desenganado da França, onde a *Saint-Barthelemy*, rebentando antes da sua esquadra estar prompta lhe tornaram inutil o esforço e a intervenção, D. Sebastião voltou-se outra vez para Africa, cheio de ardor belicoso e de rancor christão contra os infieis, e começou a fazer regulamentos em que estabelecia o serviço na Africa como condicção indispensavel para se receber o habito das ordens militares existentes, e lembrou-se d'introduzir n'esses habitos uma setta, em commemoração do martyrio do santo do seu nome, S. Sebastião, reunindo para isso um capitulo geral da ordem de Christo, em Santarem, em 8 de dezembro de 1573, enviando-lhe o papa Gregorio XIII para esse fim uma setta das authenticas que serviram ao martyrio d'esse santo, setta que foi recebida com toda a solemnidade e cantada pelo grande epico dos Lusiadas. [1]

A febre africana do juvenil rei, que está n'estes regulamentos e n'essas solemnidades bem symptomatisada, foi rapidamente crescendo com a sua sede de gloria, motivada pelos brilhantes successos das armas portuguezas, e pelas famosas façanhas lusitanas praticadas no Oriente.

CAPITULO VIII

Os portuguezes no Oriente

O brilho glorioso do nome portuguez no Oriente empanado um pouco durante a regencia frouxa do cardeal-infante D. Henrique, teve, no reinado de D. Sebastião, uns reflexos vividos e fortes, de luz que se está a apagar.

A bandeira portugueza que d'ali a pouco devia ser esmagada pelas patas vigorosas dos cavallos africanos nos campos d'Alcacer-kivir, tremulou ainda triumphante e orgulhosa nas terras d'Asia, nas mãos heroicas e habeis dos homens que sou-

[1] A estrophe com que Luiz de Camões solemnisou este acontecimento, é a seguinte que vem no tomo IV, das *Rimas Varias*, e é citada pelo sr. Pinheiro Chagas na sua *Historia:*

> Mui alto rei a quem os ceus em sorte
> Deram o nome augusto e sublimado
> D'aquelle cavalleiro que na morte
> Por Christo foi de settas mil passado;
> Pois d'elle o fiel peito casto e forte
> C'o o nome imperial tendes tomado,
> Tomae tambem a setta veneranda
> Que a vós o successor de Pedro manda.

beram continuar ali as tradições brilhantes do grande Affonso d'Albuquerque.

D. Luiz de Athayde, sahido de Lisboa em 6 de abril de 1568, com o titulo de vice-rei da India, compensou e emendou habilmente os erros e os desvarios do governo frouxo e inhabil de D. Antão de Noronha que tão deploravel nome deixou nos factos gloriosos da India.

Apenas chegado ao Oriente, D. Luiz de Athayde organisou, com grandes sacrificios, uma forte esquadra, indispensavel n'aquellas longiquas regiões, para proteger o commercio portuguez contra os corsarios e contra os indigenas e para fazer respeitar o nome luzitano tão desprestigiado pela pessima administração dos seus ultimos antecessores.

Os negocios da India estavam um pouco embaraçados, e ameaçado por varios lados o dominio portuguez.

Os indigenas de Batecalá pensavam em revoltar-se, os tanadores assustavam um pouco a tranquillidade de Gôa, o Samori era inimigo implacavel e persistente dos portuguezes e incommodava-os muito com os seus corsarios, e o pirata Kanatale era o terror dos mares, e do commercio particular portuguez.

D. Luiz d'Athayde fez face logo a todas estas difficuldades, arrostou-as de frente, e triumphou brilhantemente d'ellas communicando aos seus delegados, a coragem, a boa vontade, e a intrepida valentia de que era dotado.

Affonso Pereira de Lacerda foi com seis navios e uma galé suffocar os projectos revoltosos de Batecalá, e bastou-lhe apparecer, para toda a povoação se submetter humilde e respeitosa, como nos tempos aureos do prestigio lusitano no Oriente.

D. Jorge de Menezes Barocho, partiu logo com um catur e duas galés á caça do terrivel corsario Kanatale, e encontrando-o immediatamente, arremeteu com elle e venceu-o depois de energica lucta em que o valente indio se defendeu heroicamente, matando um seu filho e matando-se a si, mal viu perdidas todas as esperanças, de vencer ou pelo menos de fugir aos portuguezes.

O Samori foi atacado violentamente por uma esquadra que tinha á sua frente D. Diogo de Menezes, que lhe destruiu completamente a cidade de Mellascharon que era o couto dos corsarios. Martim Affonso de Miranda, com vinte navios foi mandado vigiar e proteger as costas do Malabar, Ayres Telles de Menezes foi encarregado de reprimir as demasias dos tanadores nas proximidades de Gôa.

Todas as difficuldades que se levantavam contra o poderio dos portuguezes na Asia, quando D. Luiz d'Athayde ali chegou, foram logo assim cortadas pela raiz.

D'ali a um anno os perigos cresceram, appareceram d'outros lados mais terriveis e ameaçadores e então os portuguezes, vencendo-os, tiveram de repetir as heroicas façanhas dos seus antepassados e escrever com a sua espada e muitas vezes com o seu sangue, mais uma pagina gloriosa na nossa legendaria epopêa do Oriente.

Começa então aqui, outra vez, a historia portugueza a confundir-se pelas façanhas maravilhosas dos nossos heroes com as lendas phantasticas dos romances de cavallaria.

O combate naval de Mem Lopes Carrasco tem todo o feitio d'uma passagem maravilhosa d'algum poema guerreiro.

Mem Lopes navegando nos mares de Malaca, achou-se de repente no meio d'uma formidavel esquadra do sultão d'Achem, que não podia ver os portuguezes desde que D. Diniz Pereira o obrigára a levantar, com grandes perdas, o cêrco de Malaca. A esquadra do sultão era composta de vinte juncos, vinte galés, e cento e sessenta lanchosos. Mem Lopes tinha apenas uma nau.

A esquadra cercou completamente a nau portugueza intimando-a a render-se, ameaçando-a de não poupar um unico dos portuguezes que a tripulavam se se atravessem a resistir-lhe.

Os portuguezes por unica resposta mandaram-lhe um tiro de peça e Mem Lopes, pondo seu filho Martim á prôa da nau, Francisco da Côrte á pôpa, seu primo Martim d'Eça á frente da artilheria, tomou rapidamente a direcção d'esse combate homerico, de que esperava simplesmente a morte, mas para que todos se preparavam com a coragem serena de quem espera a victoria. O combate travou-se renhido e medonho.

A artilheria portugueza excellentemente dirigida fazia grandes estragos nas galés e juncos do inimigo que por seu lado não poupava ballas

á nau portugueza. Ao começar a noite houve treguas estando já a nau portugueza muito desmantelada, com os mastros todos quebrados, mas tendo tambem a esquadra do Sultão d'Achem graves prejuizos e muitas barcas mettidas a pique e outras fóra de combate.

Quando rompeu o dia recomeçou esta encarniçada lucta em que os portuguezes eram em tão pequeno numero, que dá a sua resistencia todas as apparencias d'uma heroicidade inverosimil. O inimigo debaixo d'uma chuva de balas conseguiu abordar á nau portugueza. O combate mudou então d'aspecto; passou de batalha naval a ser um perfeito duello corpo a corpo, mas com uma enorme desproporção numerica para os nossos, que eram simplesmente quarenta homens. Mem Lopes Carrasco animava os seus com o exemplo, e correndo d'um lado para o outro, apparecendo ao mesmo tempo em todos os logares, como o archanjo da guerra, coberto de sangue e de polvora, combatendo como um leão. O seu rosto já se não conhecia de negro do fumo, de vermelho do sangue e só a sua voz vibrante e sonora, commandando, com uma serenidade d'animo perfeitamente heroica e extranha, a lucta, é que o faziam conhecido da sua gente e do inimigo, que olhava como se fosse uma visão phantastica, aquelle homem que parecia involneravel ás balas das suas espingardas, aos golpes das suas armas, e que lançava o exterminio, a morte, o desalento na sua forte esquadra.

De repente, seu filho, Martim Lopes, que estava firme no seu posto, á prôa da nau, combatendo como um bravo, cae mortalmente ferido.

A noticia espalha-se, corre aos ouvidos de seu pae, lança certo terror na pequena guarnição que parece ter um momento de hesitação e de desanimo.

Mas o heroico soldado, esmagando no fundo do seu coração a sua profundissima dôr de pae, grita aos seus:

—Se assim é, morreu um homem só, aqui estamos nós outros.

E atira-se denodadamente para o inimigo, seguido pelos seus e fazendo pagar caro a morte de seu filho.

E o combate continuou, terrivel, sanguinolento, despedaçador, durante tres dias, e ao cabo d'elles o sultão d'Achem, vendo-se com quarenta navios perdidos, com muita gente morta, com muita ferida, e destroçada, e vendo os portuguezes dispostos a luctarem até á ultima, incansaveis ás fadigas do combate, inacessiveis ao medo, quasi invulneraveis aos seus tiros, e aos seus golpes, abandonou a lucta, fugindo em debandada com a sua esquadra mutilada, e quasi diminuida de metade, e deixando todas as honras da victoria aos portuguezes, que voltaram triumphantes a Malaca, no seu navio quasi totalmente arrazado.

Por outro lado, D. Pedro de Almeida capitão de Damão, ia a Agaluchem pedir contas de estar, sem licença do vice-rei da India, carregando duas grandes naus que logo foram rendidas com mais de cem mil cruzados de cabedal. Ayres Telles de Menezes entretanto sacudia os magoes de Baroche.

A dezoito leguas ao sul de Gôa havia uma cidade fundada ha pouco e chamada Onor. Soube D. Luiz d'Athayde que os habitantes d'esta cidade tinham tratado com desdem o seu antecessor, D. Antão de Noronha, e não lhe soffrendo o animo que um vice-rei portuguez fosse desconsiderado pelos indigenas, resolveu vingar a affronta feita a Antão de Noronha, e em 12 de novembro de 1569, apresentou-se em frente de Onor com uma esquadra de cento e trinta navios, e mandando á terra oitocentos homens commandados por D. Francisco Mascarenhas, intimou a cidade a render-se.

E como os habitantes se recusassem a isso e quizessem resistir, D. Luiz desembarcou com mil e quatrocentos homens, investiu a fortaleza pelo lado do sul, ao mesmo tempo que D. Francisco Mascarenhas com os seus oitocentos homens a investia pelo lado do norte, e cercando-os assim pouco a pouco, envolvendo a cidade n'um circulo de ferro, que de momento a momento mais se apertava, obrigou os indigenas a capitular no dia 24 de novembro, sem chegar mesmo a dar o assalto que projectava, cujo projecto bastou para atemorisar toda a população, e a obrigar a capitular.

Conquistada Onor, D. Luiz de Athayde que levára para a India a antiga sêde de conquistas dos tempos gloriosos de D. Manuel, deixou em Onor uma guarnição de duzentos homens commandados por Jorge de Moura e correu logo a

conquistar a cidadella de Bracelor, defendida por mais de doze mil indios, e protegida por um forte quasi inexpugnavel.

Mas os indios se eram muitos não estavam regularmente armados e organisados, eram doze mil homens que pela falta de disciplina, de commando, de plano de defesa, se prejudicavam uns aos outros, em vez de se auxiliarem mutuamente. D. Luiz d'Athayde comprehendeu-o logo, e desembarcou com um corpo unido de tropas, avançando immediatamente, sem hesitar um instante, para o forte cuja artilheria pelo modo que estava disposta lhes fazia muito menos damno a elle e aos seus do que aos proprios defensores do forte.

O forte foi facilmente tomado. Os indios desampararam-n'o aterrados, e mais tarde, d'ali a tempos, quando os portuguezes se tinham já fixado, n'essa bella posição dominando a cidade, os mesmos indios querendo com uns rajahs visinhos expulsar os portuguezes de Bracelor, comprehenderam pela experiencia, o que vale a disciplina e a tactica e foram violentamente repellidos, todos elles, numerosissimos, pelos duzentos portuguezes que guarneciam o forte que elles, em numero de doze mil, não tinham sabido defender.

A experiencia foi ensinando aos indios isto e muitas mais coisas; por exemplo, ensinou-lhes pelas suas continuas derrotas como é verdadeiro o proverbio—a união faz força—Os indios quizeram experimentar o proverbio, e vendo que isolados só conseguiam ser batidos pelos portuguezes, reuniram-se todos os principes do Malabar, excepto o soberano de Cambaya, que estava em guerra com os Magoes e alliados Hidal-Kan II, Nizamaluco rajah de Nisam e Samori rajah trataram de expulsar d'uma vez por todas os portuguezes da India e contavam tanto com o proverbio que já devidiam entre si todas as possessões portuguezas como se já as tivessem tomado.

D. Luiz d'Athayde encarregou-se porem de dar perante os principes do Malabar um formal desmentido á sabedoria das nações.

Os alliados indios destribuiram as suas forças para o grande ataque a dar aos portuguezes da seguinte forma;—o rajah de Nisam á frente de cento e vinte mil homens, dos quaes trinta e quatro mil eram de cavallaria, doze mil bombardeiros e frecheiros, e dezoito mil gastadores, commandados por quatro mil officiaes, muitos d'elles europeus, devia marchar contra Chaul governada então por Luiz Freire d'Andrade, Hidal-Kkan com setenta e cinco mil soldados de infanteria, trinta e cinco mil de cavallaria, dois mil elephantes e trezentas e cincoenta peças d'artilheria contra Gôa, governada pelo proprio vice-rei da India D. Luiz d'Athayde e o Samori com cem mil homens, e quarenta peças de artilheria, contra Chale governada por D. Jorge de Castro.

D. Luiz d'Athayde sabedor d'esta alliança poderosissima, que ameaçava seriamente o dominio portuguez no Oriente, tomou todas as providencias necessarias, com o grande golpe de vista militar d'um excellente general, e com a valentia singela d'um heroico soldado que sabe estar governando tambem heroes.

Escolheu para si o ponto mais importante, o mais perigoso, aquelle contra que o inimigo devia concentrar as suas maiores forças, Gôa; para Chaul mandou quatro galés, cinco fustas, e seiscentos soldados commandados por D. Francisco Mascarenhas em auxilio de Luiz Freire d'Andrade, que tinha uma guarnição de seiscentos soldados e cincoenta cavallos.

Farret Khan, o commandante das avançadas do grosso corpo do exercito do rajah de Nisam, sabia o numero dos deffensores de Chaul e fiado n'elle, imaginou poder tomar logo a praça por surpresa, n'um rapido assalto. Os valentes portuguezes de Chaul provaram-lhe logo o contrario mostrando-lhe que valiam muito mais pela qualidade do que pela quantidade e depois de tres horas de renhido combate os assaltantes vigorosamente repellidos tiveram que retirar e souberam então que não se tomava assim uma praça defendida por portuguezes.

Farret-Khan resignou-se pois a fazer um cêrco em regra, e acampando em 21 de dezembro de 1570, esperou pela chegada do grosso do seu exercito para começar as suas operações.

Não tardou em chegar um forte exercito, e então os assaltantes desenvolvendo-se em torno da cidade que fica situada na foz d'um rio, e forma uma especie de peninsula, cercaram-n'a de mar a mar ao paço que dois generaes do rajah de Nisam com quatro mil cavallos interceptavam

todas as communicações entre a praça sitiada e Baçaim que lhe ficava visinha.

Chegado o exercito em toda a sua força, as tropas do rajah de Nisam deram o seu primeiro assalto em regra, mas foi tão infeliz como a empreza de Farret-Khan, e os indios foram repellidos com perdas de trezentos homens. E ao mesmo tempo que os assaltantes incommodavam sem treguas os portuguezes, estes pagavam-lhe na mesma moeda, não os deixando um momento socegados com as suas continuas sortidas, que deixavam sempre um forte rastro de sangue e de morte nas columnas numerosas dos sitiantes.

Repellidos no primeiro assalto, as forças do rajah de Nisam concentraram-se todas para o presidio de S. Francisco, commandado por Nuno Velho Pereira. Foram cinco mil os assaltantes, atacaram o presidio por tres pontos differentes, mas os portuguezes embora a differença colossal de numero, repelliram-n'os energicamente pondo-lhes oitocentos homens fóra de combate.

Os indios porém teimaram em destruir S. Francisco e apesar da bravura dos nossos soldados, a sua forte artilheria concentrada tenazmente sobre o forte, conseguiu arruinal-o e forçar os portuguezes a retirarem; mas eram terriveis os portuguezes, e antes de lhe deixarem realmente a praça, fizeram uma falsa retirada. O inimigo entrou triumphante no presidio deserto, e quando se julgava senhor d'elle foi repentinamente assaltado pelos portuguezes que se tinham occultado perto, e que o obrigou uma ultima vez a abandonar aquellas ruinas onde muitos acharam a morte.

Abandonando o presidio ao inimigo, os portuguezes ao desampararem as casas que serviam d'antemural ao forte e que iam cahir tambem no poder das forças do rajah de Nisam, quizeram minal-as; emquanto porem estavam n'este trabalho, uma panella de polvora arrojada por um assaltante lançou extemporaneamente fogo á mina, e ao passo que matou muitos indios que se tinham já apossado d'ellas, deu cabo tambem de muitos dos nossos soldados e feriu outros gravemente.

Este desastre não desanimou os portuguezes nem lhes arrefeceu a coragem, mas deu animo ao inimigo que tentou logo assaltar o baluarte da Cruz, perto das casas derrubadas, mas d'onde foi repellido energicamente pelos portuguezes que praticaram façanhas inacreditaveis.

Foi fertil n'estes heroismos a campanha de Chaul. Entre os nomes dos bravos que se distinguiram pelos seus feitos épicos chegaram até nós os de Henrique de Bettencourt, Domingos do Alamo e Christovam Curvo de Sequeira, tres heroes cujas acções fazem lembrar as homericas façanhas.

O primeiro, Henrique de Bettencourt, bateu-se como um leão no baluarte da Cruz, mas bateu-se só com a mão esquerda, porque a direita perdera-a n'um combate anterior.

Domingos do Alamo na defeza do mesmo baluarte teve uma parte importantissima, mas combateu sentado, porque ficára com os pés queimados na explosão da mina das casas da fortaleza de S. Francisco.

O terceiro, esse dedicou-se heroicamente pelos seus companheiros no cêrco do presidio de S. Francisco. Houve no presidio desconfianças de que os indios estavam minando a fortaleza. Christovam Curvo de Sequeira prestou-se a verificar a verdade d'essas suspeitas, e debruçando-se por tres vezes para fóra d'uma fresta, amparado apenas por um pequeno escudo, brandindo no ar um archote para o alumiar, examinou serenamente a muralha, expondo-se assim aos tiros e ás flechas do inimigo, que apesar de disparadas com ancia e de elle servir de bellissimo alvo, nenhuma d'ellas lhe tocou.

São estes os nomes, e os factos valerosos que as chronicas nos trazem. E é difficil citar nomes heroicos n'essas campanhas gloriosas, em que cada portuguez foi um heroe.

N'este mesmo cêrco de Chaul os portuguezes, em numero de quarenta, bateram-se n'umas casas que eram obras avançadas do presidio de S. Francisco contra quatro mil soldados, isto é, um portuguez contra cem indios.

Nota justamente o sr. Pinheiro Chagas, que temos agora seguido quasi passo a passo, que a salvação dos portuguezes nas guerras da India foi o não saberem os inimigos combinar os seus ataques, de modo que ao mesmo tempo assaltassem por todos os lados as fortalezas, e concentrando todos os seus esforços n'um ponto unico, obrigassem apenas aos portuguezes supportar um longo combate, para que aos nossos sobrava a

constancia e o valor, dando-lhes a sua rigorosa disciplina uma incontestavel superioridade nas batalhas assim delineadas.

Essa disciplina porem, obra felicissima do bom governo e da energica administração militar de D. Luiz de Athayde foi uma vez esquecida pelos valentes soldados portuguezes, e esquecida com o mais brilhante exito.

Era em principios de abril e durava ainda o cêrco de Chaul. Os soldados portuguezes exaltados com as suas successivas victorias, sem ordem dos seus superiores, quizeram ir procurar o inimigo em campo aberto, e sósinhos, indisciplinados, sahiram do seu entrincheiramento e atacaram as forças do rajah de Nisam matando-lhe mais de cento e cincoenta homens. O rajah tentou depois um novo assalto mas foi repellido energicamente: deixou o combate das armas pelo combate da intriga: mas os rajahs visinhos com quem elles nos ia intrigar pedindo-lhes auxilio contra Chaul, repelliram-n'o tambem, porque as intrigas grosseiras do rajah de Nisam tinham sido antecipadas pelas negociações habeis do fino diplomata, Alvaro Peres de Tavora, governador de Damão.

E ao passo que isto acontecia, que as derrotas successivas dos indios desarmavam estes, e enchiam de coragem os valerosos portuguezes, D. Luiz d'Athayde ainda que cercado em Gôa, começou a enviar soccorros a Chaul, e o rajah dando no dia 29 de junho de 1571 um assalto decisivo, em que empregou todas as suas forças, foi repellido com grandes perdas, e viu-se forçado a levantar o cêrco.

Vejamos agora o que se passára em Gôa.

A tactica de Hidal-Khan foi mais habil, mas não mais feliz. As suas tropas em vez de convergirem para um só ponto, distribuiram-se pelas margens do rio de Gôa e pelas passas de Benastarim, Agaçaim e Sapal, e a primeira coisa de que trataram foi de interceptarem a corrente do rio de Gôa, esperando entrar por elle na ilha, e construindo para isso grandes aparelhos que D. Luiz d'Athayde os deixou acabar muito socegadamente, mas que apenas concluidos mandou destruir pelas suas peças d'artilheria.

O inimigo então, concentrou a sua actividade e as suas attenções sobre a fortalesa de Benastarim, que lhe parecia, e que effectivamente era, a mais facilmente accessivel. Mas D. Luiz d'Athayde, mal advinhou os intentos do inimigo e conhecendo logo o perigo, passou para Benastrim, levantou immediatamente um muro de madeira terraplenado para pôr a fortalesa a salvo das ballas do inimigo, e começou a encommodar extraordinariamente os sitiantes com repetidas sortidas que lhes faziam grandes estragos, sortidas que muito continuadas, animadas pelo seu constante e glorioso exito, e pela chegada de novos e importantes soccorros—duas esquadras nem menos, a de Luiz de Mello da Silva, que acabava de destroçar a esquadra do sultão de Achem, e a de D. Diogo de Menezes, desnortearam completamente os planos de Hidal-Khan, e desanimaram mortalmente as suas forças. Como o rajah de Nisam em Chaul, Hidal-Khan tentou um assalto decisivo, mas D. Luiz d'Athayde, que como nota o sr. Pinheiro Chagas, «seguia sempre o systema de transformar em offensiva uma guerra defensiva» não esperou pelo ataque, mandou D. Fernando de Monroy ao encontro dos assaltantes e desbaratou-os completamente. Hidal-Khan derrotado, recorreu tambem ao expediente a que recorrera inutilmente o rajah de Nisam. Procurou novas allianças entre os rajahs visinhos e effectivamente obteve que o rajah que ficava proximo de Onor assaltasse esta fortalesa. Mas a sorte não favorecia os rajahs da India. Os sitiantes de Onor foram completamente batidos pelos portuguezes commandados por D. Jorge de Moura, que lhes tomou toda a artilheria, e Hidal-Kahn, derrotado vergonhosamente teve de imitar ainda no infortunio o rajah de Nisam, e levantar o cêrco de Gôa depois de sete mezes de sitio, que foram sete mezes de continuas derrotas para os indios, e de permanentes victorias gloriosas para os portuguezes.

O outro objectivo da colligação dos principes do Oriente era Chale. Ahi foram os portuguezes muito menos felizes, e a chronica só nos traz de lá uma façanha heroica, escurecida desgraçadamente por um pungente drama domestico que se transformou n'uma vergonha nacional.

Chale era governada por D. Jorge de Castro, um velho que no combate era um rapaz corajoso e bravo, mas que tinha os seus oitenta annos e uma mulher nova e bonita.

O Samori, o soberano da colligação dos ra-

jahs, a quem como já dissemos, coubera Chale na divisão das possesões portuguezas a atacar pelas forças indianas, foi muito mais esperto que os seus alliados, e deixou Hidal-Khan e o rajah de Nisam sitiar Chaul e Góa e esperou muito socegadamente, como se se tivesse arrependido do plano do cêrco planeado, que viesse o inverno cortar todas as probabilidades a Chale de ser soccorrida, por mar, de qualquer possessão portugueza.

D. Jorge de Castro deixou-se illudir completamente pelo fino ardil do principe indiano e chegou a imaginar que elle se desligára da colligação, e pouco a pouco deixou de pensar no cêrco com que o tinham ameaçado e fartou-se de estar na defensiva sem que o inimigo apparecesse.

De repente, um bello dia, com grande espanto seu, D. Jorge de Castro vê a barra de Chale interceptada por vinte peças d'artilheria do Samori e as praias cuidadosamente fortificadas pelos soldados indianos.

Assustado D. Jorge, pede logo soccorro ao vice-rei da India, que já então era D. Antonio de Noronha, que já tinha ido substituir o grande D. Luiz d'Athayde, e que apenas recebeu a noticia d'estar cercada e ameaçada Chale, partiu immediatamente para lá com uma nau e duas fustas. Mas ao chegar á barra, e ao achal-a completamente interceptada pelo inimigo, D. Antonio, teria ali ficado sem saber que fazer, se Francisco de Sousa Pereira Camello, que o acompanhava, e que tinha resolução, coragem, e valentes qualidades que não abundavam no novo vice-rei da India, não equipasse um almadia em que embarcou com mais quatro soldados, e com um atrevimento verdadeiramente heroico, passasse entre os navios inimigos, por debaixo d'um diluvio de balas, chegando com grande risco de vida a introduzir-se na praça, onde foi recebido com grande enthusiasmo.

Pouco depois, D. Antonio de Noronha voltando a Caim, e percebendo, justamente, que o soccorro levado por Pereira Camello era uma gota d'agua no grande mar de necessidades e de privações a que o cêrco tinha reduzido Chale, mandou D. Diogo de Menezes com uma pequena esquadra em soccorro de D. Jorge de Castro. Chegado á barra D. Diogo de Menezes percebeu que não tinha forças para luctar com os poderosos sitiantes, voltou a Coxim a reforçar-se e assim, augmentada a sua esquadra com mais tres navios conseguiu forçar a barra e introduzir novas provisões na fortalesa.

Estes soccorros que começaram a chegar pouco a pouco, principiaram a assustar o Samori, que resolveu não esperar pelo fim do inverno que já era frouxissimo, e benigno, e deu um assalto geral a Chale, que soube repellil-o com o maior denodo—D. Diogo animado por este feito dos portuguezes sitiados, atreveu-se a forçar a barra com a sua esquadra e a levar com grande risco novas forças á fortalesa que acabava de ser tão duramente experimentada.

É aqui que entra a triste tragedia domestica em que já fallámos.

D. Diogo de Menezes um pouco mais descançado com o reforço que acabava de levar a Chale, voltou para Coxim, resolvido a equipar nova esquadra para volver em auxilio da fortalesa.

Assim fez, preparou a sua esquadra, equipou-a com mil e quinhentos homens, mas quando chegou a Chale, era já tarde. A fortalesa estava rendida, e D. Diogo só poude vingar a vergonha portugueza bombardeando muitas fortalesas do Samori e queimando-lhe todos os navios que encontrou nas costas do Malabar.

Mas o que se passára em Chale emquanto D. Diogo de Menezes armava os seus homens e preparava as suas esquadras? Déra-se algum assalto importantissimo? Os portuguezes soffreram algum forte revez, alguma tremenda derrota? Nada d'isso acontecera. Chale que resistira briosamente aos ataques furiosos dos indios, rendeu-se ás lagrimas cobardes d'uma mulher nova e bonita.

D. Jorge de Castro, o governador, era um velho brioso, valente, um leal e corajoso soldado, mas era homem, era velho, casara com uma mulher nova e formosa, D. Filippa, a quem os seus oitenta annos o escravisaram em todas as submissões humilhantes das sensualidades vis da velhice. D. Philippa de Castro era muito mais mulher que heroina, e dava-se mal n'aquelle meio perigoso em que a todo o instante se luctava braço a braço, com a gloria é verdade, mas tambem com a morte.

E D. Jorge de Castro, quando vinha da brécha

coberto de gloria, cansado, mas não saciado da lucta heroica, encontrava sua mulher tremula de medo, toda chorosa a supplicar-lhe que pozesse termo áquella situação tão ameaçadora, e pintando-lhe com todas as vivas e sombrias côres da cobardia os perigos que a esperavam a ella, pobre e formosa mulher.

Era preciso uma forte valentia, uma rija tempera de espirito para resistir áquelle duplo assedio, ao assedio da sua fortalesa, ao assedio da sua coragem.

D. Jorge de Castro luctou muito tempo energicamente, mas os seus oitenta annos faziam vêr proxima a derrota. D. Antonio de Noronha, o vice-rei, retirára para voltar com soccorro maior como já dissémos; emquanto elle ali estivera na barra de Chale, D. Jorge de Castro, com os seus brios accessos de militar soubera ser surdo á voz timorata e cobarde de sua mulher. Depois quando elle partiu, quando D. Diogo de Menezes se affastou tambem, o velho governador achou-se só com sua mulher, cahiu completamente no poder dos seus encantos, commoveu-se com as suas fallas assustadas, enterneceu-se com as suas lagrimas, e elle, o velho militar, o valente soldado sem forças para reagir, consentiu que sua mulher lhe guiasse a mão já tremula pela idade, á assignatura d'uma capitulação vergonhosa. Quando os novos reforços mandados pelo vice-rei chegaram á barra de Chale, a cidadella portugueza estava já nas mãos dos Samori, a quem D. Diogo de Menezes, vingando a derrota vergonhosa dos portuguezes, queimara todos os navios que encontrou nas costas do Malabar, mas que no fim de contas ficou senhor de Chale.

Moçambique foi muito menos glorioso para Portugal do que a India. Emquanto D. Luiz de Athayde dourou com uns ultimos raios de vivida gloria os primeiros annos do reinado de D. Sebastião, Francisco Barreto que fôra em tempo tambem vice-rei da India, partiu para Moçambique a vingar, por ordem do juvenil monarcha, a morte d'um missionario portuguez, na Monomotapa, Gonçalo da Silveira.

Francisco Barreto ia com ordem não só de exigir plena e cabal satisfação do imperador de Monomotapa, como tambem de procurar e explorar as importantes minas de prata que se acreditava existirem em Moçambique.

No dia 18 de dezembro de 1571, Francisco Barreto chegou a Sena, com grande apparato militar, tendo-se demorado uns mezes em Moçambique a subordinar os mouros.

Os cafres ao vêrem Francisco Barreto desembarcar em Sena com setecentos arcabuzeiros, aterraram-se, fugiram, esconderam-se, mas em vez da guerra leal e a descoberto, começaram então uma guerra terrivel, vil, traiçoeira, contra os portuguezes, a guerra de os matar com veneno nas comidas em vez de arrostarem com elles, de zagaia na mão, nos sertões e nos palmares.

O imperador da Monomotapa, a quem Francisco Barreto enviou os seus embaixadores, deu todas as satisfações pedidas, fez todas as concessões que se lhe exigiam. Francisco Barreto assentou arraiaes em Chicova, deixou ahi uma guarnição de duzentos homens e partiu para Tete a buscar meios de fazer face á crua guerra dos cafres, e de procurar as taes minas de que não apparecia sequer sombra.

Foi uma leviandade de Francisco Barreto, e elle depois tanto o conheceu que morreu de desgosto, o deixar aquelles duzentos homens embora muito valentes, isolados no meio d'uma população inteira de inimigos, e então que inimigos! os peiores de todos, os que teem medo de tudo e não recuam diante de nenhuma infamia.

Ao saberem que estavam só duzentos homens em Chicova, os cafres arremetteram contra elles. A bravura e coragem dos nossos, apesar da grande differença numerica, repelliu-os energicamente. Os cafres, não se cansaram. Pozeram-se á espera. Não ia a ferro, iria a fome. Cercaram-n'os sem deixar passar mantimento algum, e esperaram que o estomago lhes desse a victoria que o espirito portuguez lhe recusava terminantemente. Enganavam-se um pouco em seus calculos.

Esperavam vêr os portuguezes rendidos pela fome. Não viram. Á morte vergonhosa, terrivel e inevitavel, os duzentos bravos portuguezes que estavam cercados em Chicova capitaneados por Antonio Cardoso d'Almeida, resolveram heroicamente ir ao encontro da morte em vez de esperar por ella nas ancias medonhas da fome.

E assim fizeram.

Perdidas todas as esperanças de salvação, os portuguezes sahiram de Chicova, arremeteram heroicamente contra as numerosissimas e inevitavelmente esmagadoras forças do inimigo, e morreram, mas dignamente, heroicamente, de espada na mão, e matando até ao seu ultimo alento.

Francisco Barreto que estava em Tete, preparando um reforço, ao receber a triste noticia da heroica e desastrosa morte dos portuguezes que deixára em Chicova ficou profundamente abalado, e d'ali a pouco morreu, dizem que de desgosto, e da impressão dolorosa que lhe causára a noticia do desastre.

A expedição a Africa deu estes dolorosos resultados, os prenuncios do terrivel papel que, d'ali a pouco tempo, deviam representar as terras africanas na historia portugueza.

Na India os grandes feitos tinham acabado.

Do mesmo modo que o desastre de Chicova era o prologo das desgraças d'Africa, as heroicidades de Chaul e Gôa, eram o epilogo das glorias da India.

*
* *

Apesar de sahir do dominio d'este nosso capitulo, concluamos o rapido esboço do governo ultramarino dos primeiros tempos do reinado de D. Sebastião e vejamos o que se passava no Brazil e assistamos a essa grande catastrophe, ou antes, grandes catastrophes, que assignalaram d'um modo tão tragico a viagem do novo governador D. Luiz Fernandes de Vasconcellos, que ia a succeder a Mem de Sá, e que por fim morreu antes mesmo de chegar ás terras de Santa Cruz.

Despachou em 1570 D. Sebastião o novo governador D. Luiz Fernandes de Vasconcellos, que em uma esquadra de sete naus partiu de Lisboa em malfadada hora para o Estado que ia governar.

Acompanhavam D. Luiz Fernandes nada menos do que setenta jesuitas, commandados pelo padre Ignacio de Azevedo, que n'essa viagem perdeu a vida e ganhou a santidade official, e que fôra nomeado em Roma, pelo geral dos jesuitas, S. Francisco de Borja, Provincial da Provincia do Rio de Janeiro.

Padre a bordo é mau agouro, dizem os marinheiros, não sei se n'esse tempo já o diziam; se já, esta triste viagem justificou-lhe o ditado, se não, authorisou-o pungentemente.

Os jesuitas quizeram ir todos juntos e meteram-se todos na nau Santiago sem presentirem decerto que essa nau em vez de os levar ao Brazil os levaria á côrte celestial.

O Provincial Ignacio d'Azevedo quiz fazer uma viagem santa: formou a bordo da Santiago um collegio religioso com o nome do santo que baptisára a nau, organisou refeitorio fradesco, e todas as resas e praticas do convento. Dividiu os jesuitas sob a sua direcção em refeitoreiros, dispenseiros, enfermeiros, sacristães, e as orações faziam-se com toda a regularidade, e toques de sineta do estylo.

Ouçamos a este respeito à chronica.

«Todos os dias faziam doutrina á gente da nau: á tarde cantavam as ladainhas com muita devoção, aos domingos e festas celebrava o Padre Provincial, e acabada a missa tirada a casula prégava, ordinariamente exortando á caridade, com que nos devemos amar uns aos outros. Tirou um dia os santos do mez, como se usa na companhia e tomando d'aqui occasião tratou largamente da materia das devoções, ensinando a todos como as deviam fazer, e com estes e outros santos exercicios fez uma reformação geral n'aquelle navio, e se senhoreou tanto dos corações dos mariantes que por sua livre vontade lhe entregaram as cartas e dados de jogar, os livros profanos, comedias, autos e todos os divertimentos de menos honestidade, que elle entregou ao fogo, e lançou ao mar dando-lhes aos donos livrinhos santos e devotos, e poz em publico para que todos lessem, e ouvissem, um *Flos Sanctorum.*»

Este regimen muito pacato, muito religioso, muito exemplar, não deu lá grandes resultados, é preciso confessar e logo veremos.

Os poucos padres que iam destribuidos pelas outras naus faziam o mesmo que os da nau Santiago.

Assim, em resas e devoções, chegaram á ilha da Madeira e ahi esperaram tempo mais propicio para seguirem viagem.

O capitão da nau dos jesuitas, da Santiago, tendo um negocio nas Canarias, pediu licença ao capitão-mór para ir a uma d'ellas, á ilha da Palma, emquanto o resto da frota esperava na

Madeira. Essa pequena viagem não era despida de perigos.—O mar estava ali cheio de corsarios e o governador teve suas duvidas em lh'a dar e só a muito custo lh'a concedeu.

O governador tinha razão como dentro em breve os factos o demonstraram.

Os padres eram um pouco da opinião do governador e em vista do perigo que corria a nau n'essa pequena viagem, deliberaram que o seu chefe o Provincial Ignacio de Azevedo não fosse a bordo.

O Provincial porém que fôra dizer missa á Nossa Senhora do Monte voltou de lá inabalavelmente resolvido a fazer a viagem á ilha da Palma, mas não querendo levar comsigo senão aquelles que tivessem a coragem necessaria para affrontar o martyrio.

«Tanto faz morrer ás mãos dos barbaros no Brazil como ás dos hereges no alto mar» disse elle n'uma pratica que por essa occasião fez: que quem não se sentisse com dedicação para morrer pela fé, com força para ir d'encontro ao perigo quasi certo, que ficasse nas outras naus ancoradas ali, em lugar seguro, que elle só iria na nau Santiago com aquelles que não fizessem da vida mais caso do que ella merece.

Quatro noviços da sua nau apesar da eloquente humilia do provincial tiveram medo, e preferiram ficar em segurança na ilha da Madeira a correr ao encontro dos hereges que lhe abrissem pelo martyrio as portas ambicionadas do ceu.

O padre Ignacio d'Azevedo mandou-os para a outra nau, d'onde em compensação vieram para a Santiago outros quatro noviços que tinham mais pressa em fazer a celestial viagem.

A descripção d'essa viagem que foi uma carnificina horrivel, vem minuciosamente feita pelo chronista Manuel de Menezes. Aos trinta de junho, diz elle, depois de fortalecidos todos os religiosos, e mariantes, com os Santos Sacramentos, partiram para a dita ilha, e logo no dia seguinte teve o governador D. Luiz, aviso de que appareciam sobre Santa Cruz, porto da mesma ilha, cinco naus francezas, vindas da Rochela, e por capitão Jaques Soria, inimigo capital de catholicos romanos, e infectissimo de jesuitas. Prevendo elle o perigo dos nossos com zelo christão procurou entretel-os, ou rendel-os se pudesse. Mandou preparar alguns navios a toda a pressa, e ao romper da alva sahio em pessoa contra os inimigos: porém elles, ou porque andavam occupados com prezas que haviam tomado ou porque sentiram a força das nossas naus, não acceitaram o conflicto, fazendo-se á vela para o mar na volta das Canarias.

«Entretanto ia navegando a nossa nau Santiago, e ao setimo dia avistando já a terra, que procuravam, lhe foi forçado por causa do vento recolherem-se a outro porto. Aqui foi hospedado o padre Azevedo por um seu amigo de creação, da cidade do Porto, que ali morava, e aconselhado por elle fosse com os companheiros por terra para a cidade de Palma, que distava sómente tres leguas, para o que lhe offerecia cavalgaduras, porque indo na nau se expunha a grandes riscos. Com dificuldade veio a aceitar; mas consultando a Deus na missa, em que muitas vezes era divinamente illustrado, sahio com a resolução de ir por mar, e juntos os religiosos, lhes disse: *Eu estava em irmos por terra, pelo perigo que ha de corsarios; porém irmãos, estes que nos pódem faser, senão mandarnos mais cedo ao ceo? Estou resoluto em que vamos por mar: assim o sinto em o Senhor.* Deram á vela, e estando já á vista da dita cidade, se lhe trocou o porto, e a Palma por outra muito mais feliz, para onde Deos os guiava; porque foram logo acommettidos pela dita esquadra do herege Jaques Soria, rebelado á coroa de França, famoso corsario, inimigo capital dos catholicos romanos, que elle chamava papistas, e sobretudo dos padres jesuitas: tinha sido almirante do affamado Pé de Pau, quando saqueou a Ilha de Palma, e o era agora da rainha de Navarra Madame Joanna de la Brit, e por ordem sua sahio este anno da Rochela com quatro naus fortemente armadas a infestar os mares, e a fazer prezas nas naus mercantes, que podesse apanhar.

«Difficultosa era a defensa da nossa nau sendo só contra tantas muito mais veleiras, e esquipadas; em tudo se prepararão para resestir aos inimigos, e os religiosos para dar a vida ás mãos d'elles, sendo exortados para isso com admiraveis praticas do santo Prelado Ignacio o qual animou tambem aos defensores. Erão estes mui poucos, e pedio-lhe o capitão alguns religiosos para os ajudarem; concedeu-lhes o santo Padre os mais animosos, com a incumbencia de ani-

mar, esforçar aos que pelejassem, acodir com conforto aos cançados, retirar, curar, e confessar aos feridos, e protestar a altas vozes, entre as armas, a Fé de Christo, e a Igreja Romana. E advertio a todos em geral, que pelejavão, contra hereges inimigos da Fé, da Santa Igreja Romana, em cuja briga sempre ficavão com victoria, ou vencendo aos inimigos, ou morrendo a mãos de hereges pela Fé de Christo. Chegando já a tiro de peça o galeão do pirata; deu principio com hum pelouro, a que amainasse a nossa; foi a resposta desparar nelle toda a artelharia; que como a nau era grande e a soldadesca basta, fez bom emprego, e matou a muitos. Aqui começou a accender-se a peleja, desfazendo-se em fogo de parte a parte ambas as naus. Preparou Jaques pela nossa, e pretendeu meter-lhe gente: mas como não poude afferal-a, saltaram dentro apenas tres homens armados, entre os quaes ia o sotta-capitão, segunda pessoa de Jaques tida em grande conta. Brigaram estes no convez valentemente, e como bem armados de saias de malha e de armas brancas, puderam resistir até que de cansados, moidos de pancadas pelos portuguezes, ainda meios vivos foram lançados ao mar, com grande sentimento de Soria, que estava á vista. Instigado da dôr, acometeu a segunda e a terceira vez; mas tambem sem effeito; porque querendo saltar alguns na nau, cairam ao mar, com o peso das armas, e foram ao fundo. Comia-se de raiva o perro herege vendo frustados os seus intentos, entendeu que era necessaria maior força: voltou á quarta vez, trazendo comsigo as outras quatro naus, cercou a nossa, atravessando elle por proa, as quatro pelos lados, dispararam sobre ella toda a artelharia com damno e morte de muitos portuguezes; acabada a fumaça botando arpéo, lançou-lhe dentro cincoenta soldados d'armas brancas e dando por certa a victoria, pela differença conhecida de poder, a poder, poz-se de largo a ver o successo do alto da pôpa do seu galeão.

«Travou-se a briga cruelissima, pelejando-se esforçadamente de uma e outra parte; uns deffendendo a causa da sua liberdade, vida, e fé, outros a da sua cubiça, impiedade e mortal odio. Durou o conflicto largo tempo sem se inclinar a sorte a alguma das partes, até que morto o nosso capitão que pelejava com valor, e mortos os religiosos irmãos que andavam animando a peleja, acabou-se a pendencia e rendeu-se a nau Santiago. Da nossa gente morreram quinze ou dezeseis homens, os mais que ficaram por muito feridos quasi todos foram lançados ao mar, por evitarem o trabalho de os curarem. Dos hereges morreram trinta, entrando em conta os que acabaram com a artelharia nas naus inimigas: e não foi maior o numero porque vinham armados por todo o corpo. Seja exemplo d'um homem do mar natural do Porto: era esforçado, não se achava com mais armas que uma lança, com ella fez bote a um dos inimigos e o derribou, foi sobre elle e querendo-o matar, não achou com que, nem por onde, tirou-lhe a espada da mão mas não poude tirar-lh'a do braço onde vinha amarrada. Lembrou-se d'uma faca que trazia á ilharga, puchou por ella mas não achou por onde a empregasse. Andando com esta fogosa colera descobriu-lhe uma pequena junta por uma ilharga por onde lhe cravou, e o despediu da vida, mostrando n'essa acção o seu grande esforço e juntamente a difficuldade que havia em matar qualquer d'estes homens; que a não ser isto, nunca a nossa gente, ainda que pouca, seria vencida por força de braço. Mas emquanto os vencedores saqueam a nau vencida, vejamos o que aconteceu aos santos religiosos e assim na peleja como depois d'ella.

«Junto do mastro maior acharão os hereges o Santo Provincial dos jesuitas, o Padre Ignacio de Azevedo animando altamente os catholicos, dizendo: «*Irmãos defendei a Fé de Christo, pelejai esforçadamente pela egreja catholica romana, contra hereges o haveis, que andão errados e fóra do caminho da verdade.*»

«Entendendo-o um d'elles, conhecendo-o por jesuita, e vendo-lhe juntamente embraçada como escudo uma imagem de Nossa Senhora; retrato da que pintou S. Lucas, que elle trouxe de Roma, lhe abriu a cabeça com uma cruel cutilada, outros lhe derão quatro lançadas, com que cahiu desfallecido, dizendo altamente: «—*Sejão-me testemunhas o mundo, os anjos, e os homens, que morro pela Fé Catholica da Igreja Romana, e por tudo o que ella confessa.*»

«Acudiram alguns dos subditos e o retiraram para um camarote, onde se despediu d'elles dizendo: «—*Fez-me Deus Pastor vosso, é bem que*

vá diante aparelhar-vos o lugar. Oh, oh, filhos meus quão suave é a morte por Christo, nenhum desmaie, morrei todos por elle.»

«Com estas palavras, esgotado em sangue, fixos os olhos na santa imagem da Virgem, que nunca largou, sem signal de sentimento algum, passou a gosar do premio dos seus grandes trabalhos.

«Seguiu-se o irmão Bento de Castro, que andava abraçado com uma cruz animando os nossos, com tres arcabusadas, e sete punhaladas, dadas pelos hereges, á mãotente, cahia protestando a fé e foi lançado ao mar. O terceiro foi o irmão Diogo Pires de Nicea, que atravessado com uma lança, fazendo a mesma protestação, foi ao mar. Seguiram a mesma fortuna todos os que forão destinados para o conflicto, uns com grandes feridas, e outros sem ellas. Os irmãos João de Mayorga, Gonçalo Henriques do Porto, Manuel Rodrigues de Alcochete, Manuel Pacheco de Ceita, e Estevão de Zurara, acabaram sem saberem da morte do seu santo capitão, nem os mais saberem da sua.

«Ao irmão Manuel Alvares, que fez e disse maravilhas contra os inimigos, lhe retalharão a cara e quebrarão por muitas partes as pernas. Seguindo alguns ao capitão mortalmente ferido, que se vinha retirando a um camarote, toparam com os irmãos Braz Ribeiro, Bracarense, Pedro da Fontoura, da dita cidade, e Antonio Corrêa, do Porto, que estavam em oração diante das santas imagens, e com diabolico furor ao primeiro quebrarão a cabeça, ao segundo levarão de uma cutilada o queixo debaixo com a lingua, e ao terceiro atordoarão com pancadas na cabeça e depois os botarão ainda vivos ao mar.

«Depois de rendida a nau, descendo a saquear e topando os mais padres acompanhando o corpo do santo martyr Azevedo, e curando os feridos, lhe fizeram incriveis injurias, porem o que mais sentirão foi lançar-lhe todos ao mar e com elles o corpo do santo provincial juntamente com a imagem da Virgem Maria, que nem depois de morto largava. No mar andava boyante com os braços abertos em forma de cruz com admiração de todos. Aos mais fizeram tantas affrontas e deram tanto que sentir que lhe fôra menos mal acabar logo de todo, e porque a nau fazia muita agua, os mandaram dar á bomba até desfalecerem de cansados, do que compadecido o padre Pedro de Andrade, pediu a monsiur Marlim capitão dos inimigos, que se compadecesse d'elles. A compaixão foi arrastal-o e moel-o a elle com couces e bofetadas até lançar sangue pela bocca, e depois fizeram o mesmo aos outros e despojados das roupetas, e injuriados os tornarão a bomba.

«Entretanto sendo chamados á presença de Jaques Soria o mestre e calafate da nau foram sentenciados á morte, cortadas as cabeças por matadores do seu sotta capitão como pessoa principal. Foi acaso seu companheiro o irmão Simão da Costa, noviço da companhia, ainda em trages seculares; perguntou-lhe o tyranno se era jesuita e podendo mui bem encobril-o e escapar da morte, confessou que sim e foi-lhe logo cortada a cabeça. N'este tempo um francez muito por seu desenfado, sem a minima causa nem rasão, lançou ao mar o irmão Manuel Fernandes, e outros quatro, pisaram a pancadas um irmãosinho chamado Aleixo Delgado, natural da cidade de Elvas, de idade de quatorze annos, até lhe arrebentar o sangue pelos narizes, e veio-se aos irmãos, dizendo muito alegre: *Omnio possum in eo qui me confortat.*

«Finalmente depois de muitos trabalhos, chegou-se o tyranno á nau Santiago, e disse aos seus: *Lançai ao mar estes perros jesuitas que vão prégar falsa doutrina ao Brazil.* Foi logo executada a sentença: os que tinhão coroa eram apunhalados, e os mais não, mas todos forão ao mar, onde se ouverão com grande constancia, protestando a Fé Romana, e abominando a heregia, e animandose huns aos outros a dar a vida por Christo, e assim acabarão todos com o seu Santissimo Nome na bocca. Erão por todos quarenta, e escapou o irmão João Sanches por cozinheiro; mas em seu logar substituhio Deus outro. Entre os arrebatados da furia heretica forão de mistura dous mancebos seculares, e lançados ao mar, cuidando serem da companhia. Gritava hum que não o era, e não lhe valeo; e o outro, porque o desejava ser, e tinha esse intento, morreo como tal, chamavase já S. João, e Santo virá a ser, perfazendo o numero dos quarenta Martyres da companhia, em lugar do outro João, que escapou.

«Succedeo este conflito e triunfo para os da

companhia, em sabbado 15 de julho de 1570. Santa Thereza de Jesus, que então vivia, estando em oração, os vio entrar no ceo com laureolas de Martyres gloriosos, e entre elles conheceo hum seu parente: houve outras revelaçoens de sua gloria, apparecendo tambem a huns bons cazados com capellas de flores na cabeça, e palmas nas mãos na companhia do ditoso Irmão Pedro Aldea.

«Tratase ha muitos annos de sua canonização, e se espera com o favor de Deos, que cedo sejão declarados por Martyres pela Igreja Romana, para gloria, e honra da sua Religião, e credito da nação Portugueza.

«Foi o Padre Ignacio de Azevedo natural da cidade do Porto, filho de D. Manuel de Azevedo comendador de S. Martinho, das antigas, e claras Familias dos Malafaias, e Azevedos, foi sempre devotissimo da Virgem Maria e de pequeno deu boas mostras do que havia de vir a ser. Renunciou o Morgado, que já possuia em D. Francisco de Azevedo, seu irmão mais moço, para entrar na companhia, nella chegou ao cume das virtudes. Foi Reitor do collegio de Braga, e Santo Antão de Lisboa, vice-provincial, visitador da Provincia do Brazil, e ultimamente indo para Provincial della, morreo na fórma referida. Teve familiar amizade com aquelle celebre varão o Santo Arcebispo de Braga D. Frei Bartholomeu dos Martyres, que os santos logo se conhecem, e amão huns aos outros, e por seu respeito vencendo grandes difficuldades lhe fundou o collegio, que a companhia tem em Braga. Delle, e de seus santos companheiros se contão particularidades muito admiraveis; que tocam aos seus chronistas, e aqui se não podem patentear.

«Erão elles trinta e dous portuguezes, sete castelhanos, e um biscainho. Os hereges fizerão horriveis escarneos, e desacatos ás Santas Imagens, que os Padres levavão, e as Reliquias, e Agnus Dei, e profanarão os Ornamentos, e Vazos Sagrados, bebendo e brindandose pelos calices; e depois de fartos de prezas, voltarão para a Rochela, levando a nau Santiago, onde a Rainha, ainda que herege, estranhou a Jaques Soria o rigor, que usou com os Jesuitas. O Irmão João Sanches alcançando licença, voltou para Lisboa, onde deu larga relação do successo, que depois confirmarão outras muitas testemunhas, e foi notavelmente sentido, causando grande abalo em toda a companhia de Jesus. Com a noticia do mau successo da nau Santiago se partiu o governador D. Luiz Fernandes de Vasconcellos desgostado para Cabo Verde com as outras naus, e daqui perseguido de doença e tempestade, navegou ate á vista da Provincia do Brasil, mas obrigado da furia dos ventos foi dar á Nova Hespanha, onde em varios portos invernarão as naus. Tornou a buscar o Brasil, e foi forçado a arribar ás Antilhas, e depois de muitos mezes, sendo os ventos sempre furiosos, padecidos trabalhos immensos, chegou á Ilha Terceira só com a sua nau. Aqui, como em terra de portuguezes, teve logar de mais á sua vontade refazer, e prover a nau. Andava na sua companhia embarcado o Padre Francisco de Castro com alguns da companhia de Jesus, e os outros com o superior de todos o Padre Pedro Dias em outra, a qual indo dar á Ilha de Cuba ficou tão destroçada, que não poude mais navegar, e assim foi preciso aos Padres irem embarcar na Havana, em certo navio castelhano, que os trouxe á Ilha Terceira. Aqui foi inexplicavel a alegria assim dos que já estavão na Ilha como dos que chegarão de novo, saudandose huns aos outros como homens resuscitados, e vomitados do mar, os quaes alem de observarem em toda a viagem a mesma fórma de vida e ordem de exercicios, que o Veneravel Padre Azevedo forão incriveis os trabalhos, que padecerão, assim experimentados em suas pessoas pelo rigor dos temporaes como abraçados por elles com summa caridade em remediar as necessidades dos mais navegantes; porque elles erão parochos Enfermeiros, Medicos, e Cirurgiõens, e a edificação de todos, com o seu bom exemplo, doutrina e exortaçoens. Sem embargo de tantos contrastes, e infortunios passados, e da pena da morte do seu filho D. Fernando, que os Mouros matarão no cerco de Goa, de que aqui teve noticia, determinou D. Luiz de proseguir o intento de passar ao Brasil; porque era homem de grande coração, superior a todas as adversidades com mais amor á honra, que á vida. Nem o P. Pedro Dias quiz desistir do mesmo intento de ir servir a Deos naquella Provincia, pezandolhe e a todos os companheiros, com huma santa inve-

ja, de o não serem na feliz sorte dos que tinhão sido martyrizados; mas Deos lhe cumprio os desejos a elle, e algum dos outros, e não a todos; porque, sendo partidos vinte e oito, tinha despedido treze por varias causas, huns de todo da Companhia, e outros para as suas Provincias. Elle com o Padre Francisco de Castro, e os outros treze que ficarão se embarcou na nau de D. Luiz a que se veio a reduzir toda a frota, a qual depois de reparada deu á vela com a proa nas Ilhas Canarias aos 6 de setembro de 1571.

«Em seis dias com vento prospero chegarão ao mar daquellas Ilhas. Aos 12 do dito mez de tarde se divisarão ao longe cinco velas, das quaes eram quatro francezas, e huma ingleza, o que se conheceo logo, por virem com as bandeiras estendidas. Conjecturarão os nossos, que erão piratas; mas esfriouse esta imaginação, vendo que seguião outro rumo. Assim forão navegando em quanto durou o dia. Mas logo se vio que fora astucia militar para que a nau senão dispuzesse para peleja, e pela manhã cahissem sobre ella, e com a escuridade da noite a buscassem mais á sua vontade. Com tudo as vigias da nau portugueza estando sempre com os olhos para aquella parte, advertirão que se vinha chegando para elles hum farol, o qual lançarão os corsarios as outras naus da sua Armada, para que fossem em seguimento da Capitania.

«Conheceo logo D. Luiz o aperto, em que estava, animou os soldados, a que pelejassem valorosamente contra os inimigos de Deos, e da sua Igreja. Poz logo toda a nau em tom e ordem de guerra, e fez tudo o que podia em tal caso fazer hum valente, e experimentado capitão, qual D. Luiz era. Confessouse com o padre Francisco de Castro, seu confessor, o mesmo fez toda a mais gente da nau, e nisto se passou o resto da noite. Ao romper da manhãa virão a tiro de bombarda hum formoso galeão, e era o mesmo com que Jaques Soria tinha tomado a nau Santiago no anno antecedente; porém o capitão era João Cadavilho, não menos herege, que Jaques Soria, o qual não podendo por outras causas sahir ao mar, fez preparar quatro naus, e por cabo dellas ao dito João Cadavilho, ajuntou a si a quinta nau de inglezes com estas saqueou a Ilha Gomreira, e começou a vigiar os mares para fazer prezas.

«Chegando pois a tiro de peça disparou duas sem bala, dando sinal a que se entregassem. Vendo porém que a nau estava resoluta a se defender, a investio por tres vezes, e por outras tantas foi rebatido com morte de vinte homens, e com grande perigo do seu galeão, porque lho passarão com huma bala ao lume da agua, com outra lhe quebrarão o mastro grande e outra lhe levou dez homens. Pelejouse com todo o calor, supprindo o animo dos catholicos a pouca gente, que havia na nau, que estava cercada dos inimigos, fortes, e de tudo abastados. A quarta vez investindo Cadavilho a nau pela proa e mortos até cinco homens, que a defendião, meteo por alli até sessenta bem armados. D. Luiz passado com huma bala pelos peitos, e tendo as pernas quebradas com outra, posto de joelhos, assistido só de cinco criados seus pelejava com valor incrivel, e animo maior que muitas mortes. Estava rodeado de corpos mortos dos portuguezes que na peleija cahirão, assim esteve brigando até que o atravessarão com huma lança, e cahindo morreo com morte honrada e digna do seu grande valor, e inconquistavel animo.

«Morto o capitão, e os soldados que eram mui poucos os marinheiros se entregarão; mas desta entrega como tardia não fizerão caso os hereges, porque forão matando, e ferindo em quanto lhes durou a raiva.

«O Padre Pedro Dias como superior de todos os da companhia os exhortou, trazendolhes á memoria os exemplos de seus gloriosos companheiros, e do santo Padre Ignacio de Azevedo que se preparassem para o martirio para que Deos os tinha disposto com aquellas navegações tão trabalhosas, emprehendidas por seu amor. Todos se confessarão, como para morrer. Morto D. Luiz pouco depois cessou a furia dos vencedores, dizendo, que perdoavão aos que ainda viviam, lançaram os mortos ao mar e começaram a vir sahindo dos escondrijos alguns marinheiros, os hereges os recebião com agrado, e lhes punhão a mão pela cabeça em sinal de benevolencia.

«Logo descerão a saquear o que havia debaixo das cubertas. A primeira cousa em que derão com os olhos foi no Padre Francisco de Castro que estava confessando a hum official da nau ferido mortalmente, e metendolhe na mão huma Ima-

gem de Christo Crucificado, e como são inimigos capitaes dos Sacramentos de Igreja Romana, arremeterão a elle com cruel furor, e o matarão logo dando-lhe mais de vinte estocadas.

«Mais adiante encontrárão ao Padre Pedro Dias, que acabando de confessar algumas moças, e meninos orfãos, que hião na nau por ordem del Rei para povoadores d'aquella grande Provincia, e sahia ao conves para ver se achava algum ferido, que necessitasse daquelle Sacramento, e da mesma sorte foi logo morto com o Irmão Gaspar de Goes.

«Succedeo que Gaspar Gonçalves Irmão da mesma Companhia, que tinha dado mui boas mostras de virtuoso fraqueou á vista destas mortes, e vendo que os marinheiros erão bem tratados despio a roupeta, e se meteo entre elles, fingindo ser hum, com grande escandalo, e sentimento dos outros: mas Deos o castigou logo encontrando a morte onde julgou ter segura a vida. Veio hum Cirurgião por ordem de Cadavilha para curar só os que estivessem bem feridos, e os mais fossem lançados ao mar, o qual vendo os primeiros como por ceremonia, disse aos officiaes: «*Esta canalha se a curarmos, não só* «*consumirá toda a botica da nau, mas tambem* «*os mantimentos, não he necessaria tanta gente* «*para o meneio da nau.*» Bastou isto para serem logo lançados ao mar cousa de trinta, e entre elles o desgraçado Irmão, o qual posto que apostatasse da Religião, como o seu intento não foi deixar a Religião Catholica Romana, não podemos julgar, que se perdesse, antes como a misericordia de Deos he tão grande, tal seria o seu arrependimento, que do mar passasse logo á gloria.

«Permitio Deos este caso para escarmento dos mais, e para confusão, e edificação de todos ordenou, parece que em substituição de outro, que hum dos moços orfãos, que hião na nau, tendose confessado com o Padre Dias, e sendo por elle aconselhado que se juntasse a outra gente da nau que era melhor tratado o não quiz fazer, e o seguio, e quando o vio acometido dos hereges, podendo fugir o não fez, e abraçandose com elle, foi traspassado morto, e lançado ao mar. Depois disto abrindo os hereges algumas caixas, em que hião imagens, e outras cousas sagradas, lhes fizeram grandes desacatos. Os mais Religiosos estavão, por ordem do seu superior postos em oração debaixo da coberta, os quaes vendo aquella diabolica tormenta socegada, quizerão sahir do seu canto, donde já tinhão sido injuriados pelos saqueadores; mas nada chegou ás afrontas, que sofrerão pela Fé em cima do convez resistindo sómente as palavras, que erão injuria de Deos, e da Igreja, até que ha tarde forão por mandado do capitão, presos os braços nas costas; queixouse com alguns gemidos hum delles, chamado Miguel e irandose o algoz contra elle disse: *Que faz aqui este perro uivando?* e o lançou ao mar. Foi esta acção mui applaudida, e querendo um d'elles imitar a façanha lançou tambem ao mar, outro irmão chamado Francisco Paulo. Todos os mais houverão de ser logo afogados senão chegara alli hum capitão francez mais humano, que reprimio o furor dos outros. Recolherãonos aquella noite no aposento que fôra de D. Luiz, assim com as mãos atadas atraz sem lhe darem cousa alguma de comer.

«Compadeceo-se delles hum dos hereges e por hum postigo lhe lançou dentro hum pouco de biscoito, que foi para cada hum seu bocado.

«Esta noite se animavão huns aos outros a padecer por Christo quaesquer tormentos, e se aconselhavão de como havião de responder ás blasfemeas dos hereges accudindo pela honra de Deus.

«Disse o Irmão Affonso Fernandes, que ficou em lugar de superior: *Pois Irmãos já que havemos de morrer morramos defendendo a fé de Christo.* A isto responderão os outros muito alegres: *Pois se nós não morrermos por Christo, por amor de quem morreremos.* Toda a noite, estiverão os servos de Deus ouvindo ladrar aquelles cachorros á porta do aposento, que lhe diziam mil afrontas, que elles sofrião com paciencia, acudindo sempre pela Fé Romana. De manhã os mandou buscar o capitão para junto do mastro grande, e depois de lhe fazer huma pessima pratica ordenou que fossem enforcados; e lançados ao mar, por *serem jesuitas, impios, Clerigos, caens do Papa, e inimigos delles, e da sua crença.* Estando já com baraços ao pescoço, mandou o capitão mór Cadavilho que se não executasse, perdoando-lhes se descubrissem onde ia o dinheiro, que El-Rei lhe dera para fazer huma Igreja, mas

porque passada huma hora não apparecerão com elle; porque tal dinheiro não levavão, os dividirão mandando Cadavilho ir para o seu galeão sete para ver se assim tirava delles o que pretendia.

«Ao entrar n'elle lhe dizião: *Aqui vem a peste do Mundo, destruição da verdadeira Religião. Tudo quanto padecem os da nossa santa lei, he por culpa destes ladrões, destes perros, desta gente do diabo, gente mal aventurada, nascida para destruição dos bons.* E lhe davão nas coroas, e bofetadas na cara com outras muitas injurias, como foi tomarem a si os marinheiros Irmão Noviço Pedro Fernandes, e despir-lhe a roupeta escarnecendo delle. Aqui se lhe moverão argumentos sobre a Fé, os quaes todos lhes desfez, e destruhio com grande espirito o Irmão Affonso Fernandes. Assim forão passando até a tarde, tendo por mantimento só injurias.

«Á noite chamarão por seus nomes aos Irmãos Diogo Fernandes, e Sebastião Lopes para lhes darem alguns sobejos da mesa, sem se entender a causa desta piedade, mais que ser disposição Divina para o que depois se seguiu e foi que entretanto lançaram os outros ao mar, e acudindo elles ao estrondo forão tambem lançados mas com aquella refeição puderão nadar, e tornar para a nau, onde escaparão escondidos entre os passageiros para serem depois fieis testemunhas de toda esta lastimosa tragedia.

«No mesmo tempo botarão tambem ao mar os dous, que ficarão na outra nau. Todos ao arrebatar e depois nadando iam invocando o Santissimo Nome de Jesus, o Psalmo. *Miseserémei Deus*, e o *Credo*, abominando a heregia, e assim acabarão o seu desterro estes sete soldados de Christo aos 14 de setembro, dia da exaltação da Cruz. O Padre Pedro Dias, que tinha padecido com os outros quatro no dia de antes, era natural da Arruda, Villa no Arcebispado de Lisboa. O Padre Francisco de Castro era castelhano, e Sacerdote; os mais eram portuguezes, excepto o irmão Miguel, que era aragonez, e nenhum dizia ainda missa. Dos nomes de todos, e particularidades desta sua paixão, tratão as Historias da sua religião.

«As naus de Cadavilho, tendo feito prezo em huma caravela Portugueza na costa do Algarve, se recolherão a Arrochela, e junto a Baiona em Galiza lançarão os prisioneiros donde vierão para Portugal com os dous Irmãos da companhia de Jesus, Diogo Fernandes, e Sebastião Lopes, que derão relação do que tinha acontecido; e assim se malogram (quanto ao Mundo) esta viagem do Brazil, principio e annuncio de muito maiores desgraças, que ao diante se seguirão.

«Castigou Deos nos tirannos a crueldade, com que se houveram com estes santos Religiosos.

«A nau Santiago tanto que chegou á Arrochela abriu logo, e ficou quasi inutil, que parece não queria Deus que nau tão regada com o sangue, e suor de tantos martyres fosse covil de hereges.

«Jaques Soria dahi a alguns annos acabou com morte infeliz, raivando como perro; ao que parece em castigo d'este nome, com que nomeara aos Martyres. Foi sua morte até entre os seus hereges tida, e havida por morte de homem preverso, inimigo de Deos; impenitente e abominavel. João Cadavilho acabou desastradamente; porque estando em Salies, patria sua, tendo certa descomposição com outro homem, este lhe abriu a cabeça, e o matou. Outro herege, muito grosso de corpo, que foi o que se mostrou mais deshumano para com os bemditos Religiosos, e depois se prezava muito desta sua fereza contra os Jesuitas, estando sobre o bordo do galeão de Cadavilho, lhe escapou hum pé, e cahindo ao mar, como era tão pezado, logo se foi ao fundo.»

Aqui está o que diz a boa da chronica a respeito d'essa grande mortandade de jesuitas, aqui está a historia do martyrio do padre Ignacio de Azevedo e seus companheiros, e aqui está como o Brasil continuou a ser governado por Mem de Sá.

Esboçamos singelamente os principaes acontecimentos das possessões ultramarinas de Portugal no principio do reinado de D. Sebastião. Se deitarmos os olhos para a Africa septentrional vemos já um triste desastre, e a morte, quasi que um suicidio d'um valente portuguez. A responsabilidade d'essa morte recae inteiramente sobre a indole temeraria e leviana do juvenil rei.

Tanger era governado por um dos heroicos soldados do celebre cerco de Masagão, Rui Lourenço de Carvalho. D. Sebastião não contente com as pequenas victorias que Ruy Lourenço ia pouco a pouco alcançando sobre os infieis em Tanger, censurou-lhe a sua pouca actividade e intrepidez.

O velho soldado ferido profundamente com a injusta censura que lhe era feita pela leviana creança que occupava o throno portuguez, quiz mostrar que apesar de velho não temia a morte, nem se esquecera ainda dos tempos heroicos de Masagão, sahiu campo com trinta soldados contra dois mil mouros e morreu heroicamente, combatendo como um leão e cahindo exangue com cento e dez feridas!

Esta morte inutil provocou-a D. Sebastião pela sua leviandade como pela sua leviandade havia provocar d'ahi a poucos annos a morte de Portugal.

CAPITULO IX

A primeira jornada d'Africa

A primeira expedição de D. Sebastião a Africa, isto é, o primeiro acto d'essa curta e lugubre tragedia chamada Alcacer-Kivir, durou apenas dois mezes e meio.

D. Sebastião sonhava de ha muito com as glorias da guerra e com os santos triumphos sobre os infieis.

Na côrte, todas as opiniões sensatas e prudentes eram contra essa temeridade, que não illudia senão os espiritos levianos e juvenis. O cardeal D. Henrique, a rainha-avó D. Catharina e o proprio Luiz Gonçalves da Camara, apesar de todos tres desavindos e em guerra aberta, foram todos unanimes em aconselhar o rei a não se arriscar a similhante temeridade, de que era facil prevêr os mais tristes resultados.

D. Sebastião, porem estava, de ha muito tempo, costumado a não dar ouvidos á voz auctorisada e amiga de sua avó, aos conselhos do cardeal infante, no que muitas vezes tinha razão, e d'esta vez principiou tambem a costumar-se a cerrar aos ouvidos á unica voz, que até então tinha sempre respeitado e lhe servira de guia, a voz do seu confessor, valido e ministro, o jesuita Luiz Gonçalves.

Dentro em pouco veremos como o rei se acostumou depressa a desprezar os conselhos do fino jesuita, a quem o seu orgulho perdera, e como aos irmãos Camaras, succederam rapidamente no espirito do rei, homens que mais se adequavam á nova feição que principiava a predominar no caracter do juvenil monarcha.

Não achando apoio no seu valido, nem no seu tio D. Henrique, nem na sua avó D. Catharina, D. Sebastião, teimoso e pertinaz, não pôz de parte o seu projecto, e pelo contrario começou a afastar-se dos seus conselheiros e a preparar secretamente tudo, para, um bello dia, sem precisar do apoio d'elles, nem ter de lhe ouvir as censuras severas e justas, o realisar como pensára.

Primeiro que tudo, sem consultar ninguem, o rei mandou o prior do Crato, D. Antonio, governar Tanger em substituição de Ruy de Sousa Carvalho, e a pretexto de vilegiatura, de se afastar dos calores que passeiavam em Lisboa — estava-se no mez da canicula, em agosto de 1574 —retirou-se para Cintra, para ahi, afastado dos seus conselheiros, amadurecer os seus projectos guerreiros da expedição a Africa.

No dia 15 d'esse mez lançava-se ao Tejo uma galeota real que elle mandára fazer: o rei veio de Cintra a Belem assistir a essa ceremonia, e ao embarque das tropas n'essa galé e n'outras que secretamente mandára equipar para passar a Africa e deu ordem confidencial ao commandante d'essa esquadrilha que o fosse esperar em Cascaes.

No dia 17 do mesmo mez a cidade recebia com grande terror e espanto a noticia de desapparecimento inesperado do rei, ao mesmo tempo que elle, acompanhado por muitos dos primeiros fidalgos do reino, embarcava em Cascaes na tal esquadrilha, que era commandada por D. Fernando Alves de Noronha, e mandava seguir para o Algarve.

Alguns dias passou Lisboa em grande anciedade sem saber o que era feito do seu rei; finalmente o cardeal D. Henrique recebeu uma carta do seu real sobrinho, datada de Lagos, em 20 d'agosto, em que o rei de Portugal lhe participava que ia passar a Africa, convidando para esse fim todos os fidalgos que o quizessem acompanhar a ir ter com elle a Lagos, e entregando a regencia do reino na sua ausencia ao cardeal D. Henrique, com grande escandalo e grave descontentamento do seu confessor Luiz Gonçalves da Camara que se imaginava com direito a essa regencia.

Muitos fidalgos correram logo ao chamamento do rei: foram juntar-se-lhe ao Algarve e a es-

quadrilha real levando uma fôrça de mil cavallos e quinhentos soldados de infanteria partiu para Ceuta, onde foi recebida com toda a solemnidade devida ao rei do glorioso Portugal, pelo marquez de Villa Real que então governava aquella praça.

O rei ia cheio de bellicos ardores, de impetuosos desejos de guerrear, mas em Ceuta teve de refriar esses desejos e esses ardores.

Os mouros atemorisados com a chegada do rei de Portugal, com o prestigio do nome portuguez, não se atreveram a tentar a mais simples escaramuça, e o rei e os seus fidalgos, á falta de inimigos a combater tiveram que passar todo o tempo que ali estiveram, em caçadas e em montarias.

Como o inimigo não apparecesse em Ceuta, D. Sebastião, como qualquer heroe moderno de opera burlesca, foi procural-o a Tanger. Ahi foi-lhe um pouco mais propicia a sorte. O emir de Marrocos mandára o governador de Mequinez com algumas tropas a vêr o que era o exercito do rei portuguez. D. Sebastião não pedia melhor, tão depressa viu as tropas mouras atirou-se a ellas como Santiago, e podem chamar-lhe leviano, fanatico, insensato, mas o que ninguem lhe pode chamar é cobarde. Todo o seu mal, o seu grande defeito era ser valente de mais, que as boas qualidades em excesso tornam-se logo más, e n'essa pequena escaramuça praticou heroicas façanhas, e fel-as praticar aos seus soldados animados e incitados pelo exemplo e pela presença do seu juvenil rei.

Os mouros porem não tinham ido ali para combater: iam sómente para observar quaes eram as forças que acompanhavam o rei de Portugal, e acharam que tinham cumprido bem de mais a sua missão: não tinham só visto o exercito portuguez, tinham-n'o experimentado e mal puderam trataram de se safar.

D. Sebastião attribuiu essa fuga precipitada dos mouros ao terror que incutia a sua presença, a alta idéa que tinha de si, do prestigio do seu nome, e da força das suas armas augmentou consideravelmente ao mesmo tempo que augmentava tambem o desprezo e desconsideração que tinha pelos infieis, e d'esse momento em diante a idéa de ser conquistador de Marrocos, arreigou-se no seu espirito, como a coisa mais facil e mais simples do mundo inteiro.

De Portugal começavam a chegar a Tanger supplicas de todos os altos politicos para que o rei voltasse ao reino. O rei fingiu ceder e partiu para Lisboa, não com a idéa sincera de fazer a vontade aos seus vassallos, mas simplesmente com o fim occulto e muito bem assente de se preparar para uma nova expedição mais completa, mais forte, mais ruidosa, que lhe conquistasse o dominio sobre os infieis, que fizesse bulha no mundo, e que lhe desse um logar brilhante na historia ao lado dos grandes conquistadores.

Esta primeira expedição a Africa que durou sómente dois mezes e meio, fez uma grande transformação na politica interna do reino.

Os irmãos Camaras perderam durante esses dois mezes a alta importancia e a superior influencia, que, pode-se dizêr, desde o berço do monarcha, tinham conquistado sobre elle.

Martim Gonçalves tinha plena confiança no seu poderio, no espirito do rei, e foi essa plena confiança que o perdeu.

Deixou partir o seu pupillo com valentes militares que odeiavam profundamente os dois jesuitas que governavam o reino, consentiu em que pela primeira vez o rei se separasse d'elle, e sentiu logo os primeiros effeitos d'esse afastamento.

D. Sebastião apenas separado do seu mestre e confessor entregou a regencia do reino ao cardeal-infante, com grande escandalo do jesuita que, como já dissémos, se julgava com melhor direito a governar francamente o reino na ausencia do rei, visto que o governava encobertamente quando elle estava.

Depois, durante o tempo d'essa primeira jornada o caracter de D. Sebastião, que como todos os caracteres fogosos e excessivos, se deixam facilmente governar pela primeira pessoa que lhe está perto, e que se lhe sabe impôr á confiança, amoldou-se completamente ás sugestões de D. Alvaro de Castro, o filho do heroe da India, que explorou habilmente o orgulho immenso e quasi idiota do joven monarcha.

D. Alvaro de Castro, sem nunca abrir a bocca para aggredir Martim Gonçalves, nem nunca dizer mal d'elle ao rei, fez-lhe comtudo e por isso mesmo uma guerra implacavel e um mal terrivel.

Conhecia bem o rei, sabia quanto orgulhoso elle era, e sem nunca atacar o jesuita, nem pro-

curar desconceitual-o abertamente, fez perceber ao rei que o povo todo o julgava um pupillo obediente de Martim Gonçalves, e que tinham o escrivão da puridade pelo verdadeiro rei de Portugal.

O golpe foi certeiro, e o rei quando chegou ao reino não morria já d'amores pelo seu antigo valido, conselheiro e mestre.

Parecia que tudo se combinava para a desgraça do jesuita.

D. Sebastião chegava a Lisboa já muito pouco predisposto a favor de Martim Gonçalves, e o que encontrou?

Encontrou o jesuita mettido no convento de Bemfica, amuado por lhe não ter sido dada a regencia do reino, tendo feito a desfeita ao cardeal D. Henrique de não querer exercer o seu cargo debaixo das suas ordens.

O cardeal estava justamente offendido, D. Sebastião irritou-se enormemente com o orgulho que transparecia do procedimento do seu mestre, que se julgava superior a todos e ao abrigo de qualquer censura.

Isto veio coroar a obra da nova camarilha que D. Sebastião trazia da Africa.

Martim Gonçalves estava para sempre perdido no animo do rei. A unica pessoa que não dava por isso, que não percebia que estava a soar a hora da queda era o proprio Martim Gonçalves.

D. Alvaro de Castro, agora o novo valido do rei, era nomeado vedor da fazenda, e Martim Gonçalves da Camara não era nem ouvido nem chamado; Christovão de Tavora, era feito estribeiro-mór, e o escrivão da puridade era tratado com igual indifferença e desconsideração na nomeação d'esse importante cargo.

O partido da rainha-avó vendo a força que ia tomando a conspiração dos fidalgos novos contra o jesuita seu antigo e implacavel inimigo, juntou-se a ella, e trouxe-lhe novas forças no auxilio secreto de Filippe II de Hespanha.

Cego pelo orgulho e pela vaidade Martim Gonçalves da Camara imaginára que o seu poderio era inabalavel e que D. Sebastião seria sempre para elle o pupillo obediente e timido, e em vez de encarar de frente a conspiração e luctar abertamente com ella, nem pór ella deu, e deixou-se ficar muito descançado em Lisboa, emquanto o rei ia ao Algarve rodeado simplesmente de todos os inimigos do jesuita.

A viagem a Africa fôra o primeiro golpe dado no valimento de Martim Gonçalves da Camara, essa viagem ao Algarve foi o golpe decisivo.

D. Alvaro de Castro já muito mais senhor do espirito do rei, não esteve com as ceremonias e com as reservas diplomaticas que tivera n'Africa, e disse-lhe claramente um bello dia que os dois irmãos Camaras eram uns pessimos administradores, e que as suas medidas financeiras tinham arruinado completamente todo o paiz.

E para mais certeiro ser o golpe, D. Alvaro de Castro que era um fino diplomata accrescentou que «essas medidas tinham tornado impossivel, e cada vez tornavam mais, qualquer expedição séria que el-rei quizesse tentar contra os mouros d'Africa.»

Estas palavras fizeram profunda impressão no espirito do rei, e ao mesmo tempo para reforçar o effeito d'ellas, atacando o monarcha pelo seu lado mais vulneravel—o orgulho, D. Alvaro da Costa mandou um cortezão alegre, João de Castilho, que desempenhava quasi que o papel dos antigos bobos, junto do rei de Portugal que lhe permittia graças e ditos picantes, apresentar ao monarcha um requerimento qualquer, dizendo-lhe, que sua alteza podia despachar aquelle papel, porque em quanto não voltasse a Lisboa era ainda rei de Portugal.

Este motejo terrivel foi o *coup de grace* dado na importancia politica de Martim Gonçalves da Camara, *coup de grace* que elle apressou com um novo acto de desvairado orgulho que decidiu de todo o rei.

Seu irmão o padre Luiz Gonçalves, morreu n'este comenos, esse conservando até á ultima hora a estima profunda do monarcha, devendo a essa estima Martim Gonçalves uns restos de protecção e de valimento real.

A morte de Luiz Gonçalves da Camara, em 15 de março de 1575, veio apressar a queda do escrivão da puridade.

Martim Gonçalves deu desastradamente bem depressa motivo ao rei para lhe demonstrar claramente o seu desagrado e occasião aos seus inimigos e novos validos do monarcha, para lhe darem o *coup de grace*.

Foi ainda o maldito orgulho que provocou o rompimento formal entre elle e o rei.

Um dos irmãos do escrivão da puridade mor-

rera deixando viuva, D. Maria de Noronha, uma senhora muito distincta e estimada entre as primeiras familias do reino. D. Maria de Noronha, pouco tempo depois de viuva, affeiçoou-se a um homem de inferior condição, e rompendo com as conveniencias mundanas, com os preconceitos da côrte, casou com elle.

Martim Gonçalves ficou furioso mal soube d'este casamento que tão fundamente feria o seu orgulho, e ordenou, como soberano absoluto do reino, que se julgava, que sua cunhada fosse sepultada n'um dos carceres da torre de Belem, depois de passeiada por toda a cidade, em cima d'uma mula, com as mãos atadas, exposta á vergonha e ao escarneo de todos.

As ordens do escrivão cumpriram-se, e com tal brutalidade e aspereza, que a pobre senhora, julgando que ia ser levada ao cadafalso, ao passar por diante da egreja de Santo Antonio, saltou da mula para se refugiar no templo, mas com tanta infelicidade, que cahiu, e desastradamente, ficando descomposta aos olhos de todos, e não se podendo levantar porque tinha as mãos atadas.

Este caso fez grande bulha na cidade, e a infame vingança do escrivão da puridade causou profunda e geral indignação, sobretudo entre a alta sociedade, ultrajada pelos ultrages feitos áquella distincta senhora.

A rainha-avó deu-se tambem por muito offendida com o vergonhoso castigo infligido a D. Maria de Noronha e foi-se logo ter com el-rei seu neto e queixar-se-lhe em seu nome e em nome de toda a nobreza das violencias brutaes do seu valido.

D. Sebastião tomou o partido de sua avó e da sua nobreza, de ha muito andava á espreita d'um ensejo para romper com o escrivão da puridade, e quando elle, depois do castigo de D. Maria de Noronha appareceu no paço, muito senhor de si, confiado plenamente no apoio do soberano, el-rei voltou-lhe as costas sem lhe fallar e depois mandou-lhe do seu quarto perguntar com que auctoridade mandára prender e castigar sua cunhada.

Foi n'esse momento só que Martim Gonçalves cahiu em si e percebeu o que se passára.

Era claro, positivo: o seu reinado acabára e Martim Gonçalves da Camara comprehendeu-o agora tanto, que sahiu do paço para lá não tornar a entrar.

D'ali a dias o rei organisou o ministerio; Martim Gonçalves sahiu dos conselhos da corôa sendo chamados, Pedro d'Alcaçova Carneiro, antigo secretario de D. João III e partidario fiel da rainha-avó, Manuel Quaresma Barreto e D. Francisco de Portugal.

O logar de Martim Gonçalves junto do rei estava de ha muito tempo tomado por D. Alvaro de Castro, que era agora o verdadeiro ministro.

Pouco tempo porem, depois de subir ao poder, Alvaro de Castro morreu infelizmente para o paiz e para o rei, a quem decerto a sua provadissima intelligencia e reconhecida auctoridade teriam desviado do desgraçado e fatal caminho d'Alcacer-Kivir.

Morto D. Alvaro de Castro, D. Sebastião perfeitamente entregue aos seus caprichos levianos e á sua indole aventureira, começava a pôr em pratica os seus planos para a segunda expedição á Africa.

Os seus novos validos não tinham nem experiencia, nem intelligencia, nem coragem para lhe apontar os perigos d'essa expedição. D'elles só um podia levantar voz auctorisada e desassombrada nos conselhos do rei, D. Christovão de Tavora, mas esse, era sinceramente da opinião do monarcha, via na Africa um vasto campo para conquistas e para glorias, e guerreiro valente como poucos, não pedia melhor do que occasião para mostrar quem era e o que valia.

O primeiro passo que D. Sebastião deu para a realisação da segunda jornada d'Africa, foi mandar pedir a alliança de Filippe II contra os infieis.

Pedro d'Alcaçova foi nomeado embaixador para tratar com o rei de Hespanha esta alliança, e para fazer a bocca doce a Filippe II auctorisou Pedro d'Alcaçova a pedir em casamento para o rei de Portugal a princeza hespanhola Isabel Clara Eugenia, filha de D. Filippe.

Era manha já conhecida, esta do rei de Portugal. Quando queria captar allianças pedia uma princeza em casamento. Usava do seu amor, como qualquer coquette moderna. Pedira já a mão de Margarida de Valois, quando queria a alliança de Carlos IX na cruzada contra os infieis; agora precizava da alliança de Filippe II para con-

quistar Marrocos e pedia-lhe a mão de sua filha Isabel.

«D. Sebastião, nota espirituosamente o sr. Pinheiro Chagas referindo-se a estes pedidos, não se decidia a acceitar mulher, senão quando se preparava a achar o meio de a deixar viuva.»

Filippe II, nomeou o duque d'Alba para conferenciar com Pedro d'Alcaçova, e o plenipotenciario de D. Sebastião comprehendeu logo pelas primeiras palavras do duque, que D. Filippe não estava nada disposto a metter-se n'uma guerra contra os mouros, e tratou como habil diplomata que era, de se furtar a uma recusa que daria certo desaire á sua missão, persuadindo ambos os monarchas que negocio de tão alta importancia devia antes ser tratado e discutido pessoalmente n'uma entrevista em que se encontrassem os dois, entrevista que aprazaram para o Natal de 1576 nas festas do mosteiro de Guadalupe.

N'essa entrevista, sob todos os pontos curiosissima, D. Filippe não deu senão sabios e prudentes conselhos ao rei portuguez, tentando desvial-o d'essa expedição, cujo desenlace tão desastroso se não podia prever decerto, porque todas as grandes glorias militares portuguezas tinham até então sahido de temerarias aventuras, mas notando-lhe com grande bom senso que para o fim, que D. Sebastião dava como pretexto a essa expedição—tomar Larache que se tornára um porto perigoso para a segurança da Hespanha e de Portugal desde que os turcos tinham ajudado a pôr Abd-el-Melek no throno de Marrocos—não era necessario arriscar-se a pessoa do rei, e bastaria mandar qualquer expedição commandada por pessoa de confiança, pelo duque d'Alba, por exemplo, que logo se offereceu para isso.

O fogoso monarcha portuguez, nada quiz ouvir: o offerecimento do duque d'Alba tomou-o pela intenção de lhe roubar a gloria, os conselhos prudentes de D. Filippe tomou-os por inveja que tinha o rei de Hespanha do renome e poderio que essa expedição á Africa ia dar a Portugal, e não cedeu nem um passo das suas desvairadas e loucas intenções.

D. Filippe vendo que os seus conselhos não eram ouvidos, e decerto contente no intimo com essa obstinação de seu sobrinho que abria porta facil á sua constante ambição de fazer de Portugal uma provincia do seu reino, não insistiu mais e prometteu para não recusar tudo a seu sobrinho, consentir no casamento por elle proposto, e auxiliar a sua expedição com cincoenta galés e cinco mil homens.

D. Sebastião sahiu d'essa entrevista mais decidido do que nunca a ir guerrear os infieis ás plagas africanas e juntar Marrocos á sua corôa.

Não havia demovel-o d'esse desastrado intento. Todos os conselhos, todas as supplicas eram inuteis e mal recebidas.

Os fidalgos novos, valentes, levianos, que se punham ao seu lado, nas discussões permanentes que o monarcha sustentava com os velhos diplomatas, e com os seus sinceros amigos de Portugal, tinham certa a amisade e a protecção decidida do rei.

Eram já poucos os cortezãos que se atreviam a ir d'encontro aos seus projectos guerreiros e o bispo Osorio, não se atrevendo a atacar de frente a vontade tão expressa do monarcha, procurou todos os rodeios para o desviar d'esses desvairados projectos, rodeios que o acaso, a fatalidade, transtornaram completamente.

Dissera o bispo ao rei que achava bem tentado uma grande expedição a Africa, mas que o que era necessario era esperar o momento favoravel para essa expedição, e o momento seria aquelle em que quaesquer luctas intestinas entre os mouros, tornassem facil e seguro o ataque dos christãos.

A má sorte de Portugal parece que estava a ouvir estas palavras do bispo Osorio, e que apenas ellas pareciam, apparentemente, calar no animo do rei, tratou logo de as voltar em argumento para a batalha onde devia morrer a patria.

O bispo Osorio aconselhara ao rei que esperasse pelas luctas intestinas dos mouros para então os atacar.

Essas luctas não se fizeram esperar, vieram logo.

Historiemos rapidamente o motivo d'estas luctas intestinas, que vem narradas detidamente na chronica de fr. Bernardo da Cruz, a quem adiante nos reportaremos, e que o sr. Pinheiro Chagas resume na sua historia a que tantas vezes temos recorrido n'esta nossa simples e despertenciosa narrativa.

Fr. Bernardo da Cruz historia minuciosamente as guerras civis da Mauritania e as suas causas.

É interessante seguir o chronista portuguez atravez da Barberia para vermos como a fatalidade semeando o desacordo entre os pequenos reis da Mauritania, preparou ensejo apparentemente favoravel a D. Sebastião, emprehender a segunda expedição á Africa, a triste jornada de Alcacer-Kivir.

Vejamos o chronista:

«Depois que o imperio dos reis da Barberia foi quebrabo de suas antigas forças pelas armas christãs, diz elle, o qual dantes comprehendia os reinos de Argel, Tunes, Carthago, excepto os que ora possue, e se estendia até Hespanha, vieram alguns senhores a apoderar-se das principaes provincias, a que poseram nome reinos, e elles se chamaram reis: as quaes como eram pequenas e inda em cada uma d'ellas havia outros alcaiades proprietarios de certas cidades e campos, com rasão se podiam chamar regulos pequenos, e não reis poderosos: os quaes como todos eram mouros imitadores da septa de Mafamede, e costumasse cada um usar mais do poder e força que da equidade da justiça nunca entre elles houve paz firme, nem se sustentava cada um estar recolhido dentro dos termos de seus senhorios, mas trabalhava por todas as vias occupar as terras dos seus visinhos, talando os campos, roubando os gados, e finalmente fazendo-se continuas guerras. Como estes costumes eram tão usados entre estes reis, nem os moradores viviam seguros dos assaltos dos visinhos, nem as cidades dos golpes da fortuna, a qual cada dia se inclinava de uma parte á outra fazendo mil mudanças com os tempos. Com estas alterações viviam estes reis pouco pacificos e menos seguros, mais ao modo de tyrannos que queriam antes seus proveitos particulares, que como reis antepor o bem commum: mas como n'esse tempo e occasiões se levantaram os xarifes em Barbarie em grande poder e estado, com fama de valerosos, e bem afortunados successos, primeiramente nomearei os reis e reinos que elles poseram debaixo do seu sceptro que trate da origem de suas pessoas e fortunas, os quaes foram seis: sc, o reino de Fés cujo rei se chamava Hamet Almerini, o de Marrocos o qual possuia Mahomet Bocenchut, o de Tafilet, de que era Araarben-Abdelmelecht, o de Tremecem de que o era Beroeren; havia mais os reinos de Sus e Dara, os quaes no tempo dos xarifes eram occupados e partidos em senhorios particulares de alcaides Alarves, que viviam sem obediencia de reis como senhores livres, dominando cada um em seus aduares e cabildas, com pouco poder de vassallos e menos de riquezas que lhes dessem nome de grandes. Houve n'este tempo dois mancebos irmãos naturaes do reino de Dara, nascidos de pobre geração, e depois não conhecidos por feitos de guerra ou ornados de riquezas, inda que traziam sua origem de Mafamede, de cuja nobresa se presavam: o mais velho se chamava Mulei-Hamet Xarife, manco de uma perna, e o segundo Mulei-Mahomet Xeque; estes irmãos como fossem pobres de bens temporaes e dotados de altos espiritos e agudos engenhos, vieram á cidade de Fés, onde em uma universidade que ahi ha se deram ás letras humanas, e ás tocantes á sua septa que expõe o alcorão, os quaes com muita curiosidade aproveitaram n'ellas notoriamente, e com grande habilidade e engenho vieram em breve tempo a ser avidos por doutos e virtuosos, com observancia da lei de Mafamede, e guarda das tradicções do seu alcorão. Com este zelo e habilidade se deram os dois irmãos a conhecer por homens de muita conta, e alcançando reputação no povo chegou o seu nome ao rei de Fés Hamet Almerini, o qual ouvida a fama de suas lettras e sufficiencia, de suas pessoas, juntamente com o zelo do alcorão, não os despresava por serem pobres, antes os estimava como homens dignos de honrosos premios. Os xarifes, como além das habilidades que n'elles eram conhecidas em publico, tivessem no interior escondidos altos espiritos para commetterem grandes feitos e esforço para os executar; não deixavam de revolver em seu peito, o que as occasiões a seus animos lhes promettiam, e vendo os tempos prenhados de quaesquer novidades, e os principes descuidados dos damnos que estavam pendendo sobre suas cabeças, e das minas de seus tronos, tiveram maneira e valias em alcançar d'el-rei uma bandeira e tambor (modo que em Barberia se costuma de alevantar capitão) e com gente que os seguisse fossem ao reino de Sus (que confiáva com o reino de Dora, sua patria) onde podessem pregar a lei de Mafamede, reformar os poucos honestos costumes, castigar os insultos, e por em ordem todo o

bom governo as cousas da republica temporal, juntamente com os da sua septa. Com esta doutrina e poder vieram os xarifes que andavam ambos juntos, a crescer em grande auctoridade e reputação com o povo e serem mui temidos por seu poder e forças, e acquirindo a si muitos povos, uns atemorisados por ameaças, outros convidados com mercês que são as forças com que os animos inconstantes do vulgo sem difficuldade se dobram, vieram ambos a um parecer e commum consentimento a levantar-se com o reino de Sus, o qual el-rei lhes mandou reformar na era de 1510. El-rei de Fez vendo-se enganado das primeiras palavras dos xarifes, vertidas de zelo da sua septa, commutadas em tyrannicas rebelliões, com alevantamento do reino de Sus, e por se temer de irem em maior crescimento suas fortunas e receber maior perda, começou queixar-se d'elles como traidores, e com publica desavença dal-os por inimigos do bem commum, com animo e ameaças de os castigar. Os xarifes que inda estavam unidos nas vontades e forças, parecendo-lhes o tempo benino a seus intentos, e mui dispostos a se aproveitarem das boas ocasiões para crescerem em maiores estados, para que podessem conservar os que com seu esforço e animo forte tinham ganhado (que já eram grandes) cometeram immediatamente o reino de Dara, visinho do de Sus e d'onde eram naturaes e o reino de Tafilet, os quaes logo se renderam com pouca resistencia, assim pelo muito poder que levavam e esforço com que eram conhecidos e temidos, como por serem naturaes da terra, onde tinham muitos da sua voz e parcialidade, os quaes de uma parte os ajudavam a pôr em execução sua empresa, e da outra, com divisão quebravam as forças dos que queriam defender sua entrada. Com estes tres reinos e dobradas armas, mais esclarecidos com victorias que tingidos com sangue, começaram os xarifes a pôr espanto em todos os reinos e reis de Africa, tirando-lhes as esperanças de se poderem defender de seus acometimentos, segundo viam os xarifes pôr os olhos em toda a Barbaria, com desejo de a ocupar e animo de a cometer, nem tinham outros conselhos senão de sobresaltos e temores, sem n'elles acharem alguma porta de segurança: com o que uns aparelhavam modo de resistir outros cuidavam nos caminhos por onde haviam de fugir, porque na determinação que viam esses homens alevantados da fortuna em breve tempo de infimo estado a grande poder, não tinham que confiar em respeitos de equidade, senão em tyrania impetuosa de mais dilatar os limites de seus estados com aceza ambição, com estas novas alterações tão violentas, tudo estava cheio de temor e espanto, com penosos cuidados de achar algum remedio menos custoso do que os animos profetisavam, ensinados nos exemplos de seus visinhos, nos derribados de seus antigos assentos com jugo de captiveiro, e outros de todo consumidos com mais infeliz sorte de mortal fado.

*
* *

«A este tempo Enchecha era rei de Marrocos, grande em imperio e poderoso em riquezas, e vendo os inimigos tão visinhos crescer muito com os reinos alheios, não se dava por seguro nem isento de similhantes assaltos. Os xarifes que tinham já postos os olhos em Marrocos com animo de o occupar, não encobriram em muito tempo seu proposito, antes, publicado sua tenção, alçaram bandeira, e lançaram pregão, annunciando guerra contra Marrocos e derigindo para lá seus exercitos.

«Os filhos de Anram, postos em suas terras nos caminhos por onde os xarifes haviam de passar não tendo sua sorte por mais segura que a de seus visinhos, e sendo amigos de Enchecha, rei de Marrocos, quiseram provar sua fortuna em um ponto de batalha, em pôr a risco suas pessoas, antes que com vergonhosa fugida largar suas terras aos tyranos, o que não podiam fazer sem grande perda das fazendas e abatimento das honras. Ajuntando pois elle todas as suas forças unidas com justo queixame e commum odio dos perturbadores da paz e roubadores do alheio, se poseram ao encontro dos xarifes e lhes apresentaram guerra e batalha com os animos determinados e obstinada constancia de morrer ou vencer, na qual foram vencidos os filhos de Anram. Vendo os xarifes como as cousas lhes succediam prosperamente iam metendo todas as provincias debaixo da sua obediencia, com animos mais confiados determinaram de cometer todas as emprezas que a fortuna lhes offerecia, passando adiante com seu exercito vencedor con-

tra Marrocos. Quando el-rei Enchecha se viu muito inferior nas forças e na fortuna, não se atrevendo a resistir ao poder dos xarifes já temidos por exforçados e venturosos, fugiu e deixou a cidade, a qual rendida e com as portas abertas, entregaram os moradores d'ellas as chaves e as vontades aos xarifes, lançando as armas a seus pés, e com animos pacificos, humilhados os receberam sem contradição, antes com signaes de alegria celebraram seu triumpho. Mas como já n'este tempo os xarifes estivessem tanto avante no poder, e os estados tivessem necessidade de ser conservados, e com as presenças de suas pessoas se quietarem alterações tão novas e improvisas, com parecer e conformidade de ambos os irmãos, foi assentado que Mulei-Hamet, xarife mais velho, ficasse em Marrocos com titulo de rei e dos mais reinos ganhados, e o outro irmão fosse vice-rei de Sus, com o titulo de principe herdeiro e successor nos reinos por morte do xarife seu irmão. Com esta ordem e conformidade que os irmãos guardavam entre si, sem desconfiança um do outro, governavam e pacificaram brevemente os estados que por sua força tinham ganhados. Hamet-Almerini, rei de Fés, cheio de furor e inveja, e juntamente de medo do poder dos dois irmãos ir em tanto crescimento, determinou aventurar a pessoa e reino, com determinação de os ir cercar a Marrocos, com esperanças de o povo, pouco antes trasido por força a senhorio alheio, fazer alguns movimentos que podessem enfraquecer as armas, e as auctoridades dos xarifes, os quaes, com devagar e com prudencia procediam em seus negocios, não vendo tempo de se aproveitar da guerra que lhes fazia o rei de Fés, defendendo-se dos muros a dentro, sem arriscarem suas pessoas e exercitos em batalhas campaes, o quebrantaram em maneira, que enfadado do cerco ou desesperado de seu trabalho e esperança ter afecto, se tornou a seu reino: o qual parecendo-lhe que encerrassem os xarifes dos muros de Marrocos a dentro, sem acceitarem a batalha que elle lhes apresentava nas portas da sua cidade, procedia de medo que d'elle tivessem, tomando mais animo que conselho, com despreso de seu poder se armou o anno seguinte contra Marrocos a dar batalha aos xarifes, os quaes alegres com a occasião, e confiados na esperança da victoria, o vieram esperar ao caminho. Postos os campos á vista um do outro no rio Ondalabir (que quer dizer rio negro) deram batalha em um valle chamado Boagebar, em o qual foi desbaratado e fugido o rei de Fés, e os xarifes ficaram senhores do campo. Mas posto que fosse muita gente de cada parte, houve muitos poucos mortos, porque esta guerra mais se fazia com grita que com armas, e mais estrondo que sangue: por que n'aquelle tempo eram os mouros pouco exercitados na arte militar e careciam tanto de armas, que nem tinham instrumentos para muitas mortes, nem esforço para se arriscarem a ellas. Com a victoria dos xarifes n'esta batalha ficaram elles com tanto nome em Barberie, e autoridade entre os mouros, que já todas as provincias principaes, cheias de medo, sem esperança de defensão, se lhes vinham render com partido de paz, antes que elles as fossem cometer com aparatos de guerra. Desta maneira cresceu a reputação e o poder, com muita concordia que os irmãos entre si tinham, subjeitando-se o mais moço ao mais velho, sem entre elles haver causa que em igual imperio os podesse dividir, nem meter receios, nem presumpção de suspeitosas traições, as quaes em duas cabeças de um corpo são mui certas, e os fazem não permanecer na fé e lealdade, com ambição de um não soffrer igual. Recolhido o despojo, e quites os xarifes da insolencia do rei de Fés, se tornaram o xarife a Marrocos e o Xeque a Sus onde tinham suas cortes.

*

* *

«Mulei-Hamed Xeque, viso-rei de Sus e irmão do xarife de Marrocos, como fosse esforçado e desejoso de alcançar maior gloria com que fizesse seu nome mais celebrado no mundo por seus feitos particulares, apartado do commum louvor de seu irmão e seu companheiro do imperio e victorias, e com igual fortuna não receou cometer o cabo de Gué, fortalesa fronteira dos reis de Portugal, na qual estava por capitão D. Guterres de Monroi. O Xeque ajuntando suas forças e provendo-se de munições e petreches necessarios para o cerco do cabo de Gué, marchando para lá, com grande multidão de gente de pé e de cavallo, se alojou ao longo dos muros da cidade, e com igual constancia começou de a

bater por todas as partes, dando-lhe assaltos por muitos dias. O capitão D. Guterres vendo no principio do cerco menos perigo do que depois enxergou, mandou avisar a el-rei de Portugal não curasse mandar soccorro porque elle estava prompto de munições e gente bastante para se defender dos barbaros, mais confiados em seus successos que esforço: mas depois experimentando o valor do Xeque e a constancia em seus combates (posto que lhe tivesse morta muita gente) vendo como não se podia defender de tamanho poder o qual cada dia se refazia de qualquer dano recebido tendo elle já muito pouco e o perigo em que estava muito grande, mandou ao reino a el-rei D. João III, com muita pressa o soccorresse com gente e munições, e não dilatasse este fervor, porque as armas dos inimigos e continuo trabalho dos cercados, com mortes de cada dia, lhe consumiam as forças, tendo já muito pouco emparo, nos muros arrasados em muitas partes; e pois a saude dos cercados e a defensão da cidade não tinha outra resistencia senão uns animos leaes e determinados a morrer com os peitos postos em barreira dos barbaros, apressasse o soccorro com mais frescas forças que alevantasse os cercados postos em um mortal perigo; por, que segundo o imigo dava pressa aos combates, e minas que fazia sem cessar, com um animo obstinado em vencer, e muito mais com indinação do estrago que cada dia via nos seus, não soffria o negocio vagar. O Xeque, como capitão esperto sabendo como na boa diligencia estava a occasião de fazer o effeito a que vinha, e se viesse soccorro lhe ficaria em vão, ou por ventura em dano seu trabalho, tanto apertou com o cerco por todas as vias, que entrou a cidade, e meteu á espada muita gente e a saqueou de grande despojo, onde o capitão foi cativo com outros muitos fidalgos, e uma sua filha muito fermosa, chamada dona Micia, a qual o Xeque tomou por mulher, e um filho moço chamado Luiz Guterres. Com esta victoria de tanto louvor e riquesa avida do Xeque, e tão bem recebida dos mouros, por ser com perda dos christãos, creceo sua reputação em toda a Barberia, com nome de esforçado capitão. O xarife seu irmão rei de Marrocos, estimulado com a inveja deste bom successo, e por um grande não soffrer outro igual, nem um rei companheiro em o dominio, dando entrada ao mal que faz estes abalos, começou a gerar odio no coração contra seu irmão ajuntando-se a isto as mulheres e filhos, começaram-se a picar uns com os outros com desavenças e odios particulares e communs, uns dos bons successos do Xeque, e outros com os desejos de reinar. Com esta emulação entre duas cabeças em uma republica, as quaes não podem muito tempo ser conformes, começarão os dois irmãos ter receios um do outro com perda de conformidade fraternal e união até aquelle tempo conservada; de maneira que tanto vieram a crescer as desavenças, que sendo com publico odio trazidos á manifesta inimisade, começára cada um a fazer gente e a pregoar guerra. Ajuntados os campos d'ambas as partes, pertendendo cada um ser universal senhor e rei dos reinos, que ambos igualmente ganharam, e repartidamente possuiram, se vieram um contra o outro, até juntarem suas bandeiras inimigas nos Montes-Claros, entre Marrocos e Sus, e postos seus exercitos em ordem de cometter (onde o rei de Marrocos trazia 16 mil de cavallo, e o Xeque 4 mil) deram batalha em um logar chamado Mozerotam onde pelejavam com mortal odio das invejas e muito mais pela honra da victoria e premio do imperio, em o qual foi desbaratado o xarife rei de Marrocos, e elle preso.

«O Xeque, alegre do seu feliz successo e captiveiro do xarife seu irmão se tornou a Sus vencedor, com o despojo e gloria da victoria, e com solemne triumpho das suas boas andanças entrou em Trudante, metropole do reino o assento da sua côrte, onde teve preso o xarife sete mezes. O xarife vendo-se com affronta do cativeiro, derrubado da sua prosperidade, e sem esperanças de liberdade, nem clemencia em seu irmão, determinou pôr sua pessoa em resgate e commutar a infelicidade presente com a parte dos estados prosperamente ganhados; e vindo a concerto concluiram o xarife de Marrocos largasse os reinos de Dara e de Tafilé, com os quaes já o Xeque ficava muito poderoso juntamente com o de Sus. O rei de Marrocos como deu os dois reinos desmembrados da corôa de seu imperio e posto em desejo da liberdade se tornou a cidade de Marrocos, onde com grande abatimento de honra e reputação, e com a sua antiga gloria escurecida, entrou envergonhado e

estimulado da consciencia dos seus males com cuja lembrança se achava mercedor do presente infortunio e temia outro maior e mais severo soffrendo com animo constante as inconstancias da fortuna, e mudanças das infelicidades humanas, companheiras principalmente dos reis, os quaes não são isentos da sua jurisdição nem estão seguros dos golpes com que derrubam uns, e incertos da força com que levantam outros.

*

* *

«Não repousava o animo do xarife, nem podia pacificar as discordias de suas paixões, que lhe batiam o espirito, pouco antes alevantado em pensamentos reais, e mais altos que o engenho humano bem podia alcançar, quando se via em um vil e infame discredito de vencido, preso e abatido da honra, gloria, estado e riquesa: o qual revolvendo em seu peito estas considerações fortes, a que não podia resistir, levado do odio de seu irmão e inveja de suas felicidades, então se encendia em maior desejo de vingança, sentindo por maior mal viver em esta magoa da gloria albea, que soffrer a morte propria; assi depois de elle ser resgatado do cativeiro do seu irmão o Xeque, como atraz fica dito, indignado de seu desastre e desejoso de vingar sua injuria e perda, determinou de tornar a tentar fortuna, varia de sua condição, com fazer guerra a seu irmão, e refazendo-se de gente e armas em Tafilet, junto de Marrocos, com impeto furioso e quasi alheo da rezão, indose traz seu dano dar fim ás molestias do coração, que o affligião com vergonhosos cuidados, ou com morte torpe, ou premio de todo o imperio e gloria, se foi buscar o irmão pera lhe dar batalha. O Xeque que não era nada covarde de animo, provendo-se do necessario pera sustentar os encontros do inimigo desejoso de vingança não espera que o xarife o viesse buscar, nem o achasse desapercebido; mas saindo-lhe ao caminho, com igual ferocidade e tenção, se ajuntárão os exercitos inflamados com cruel odio, uns em vingar a injuria dada pelo vencedor, outros em vingar a rebelleão cometida dos vencidos, e a escaramuça com bandeiras despregadas veio crecer até batalha formada, na qual, como o xarife já andasse descahido com a volta da roda fatal, não podendo prevalecer contra seus revezes, foi aqui segundariamente desbaratado de seu irmão o Xeque, e deixando o campo e victoria ao vencedor, se salvou com vergonhosa fugida não levando comsigo senão algumas reliquias de seu destroço pera testemunhas de sua abatida sorte e acusadores de sua abstinada porfia e assim andou algum tempo ausente e escondido com temor, até o Xeque o chamar com segurança de o não offender, antes de que usaria com elle de toda a clemencia. O xarife vindo diante do Xeque seu irmão com a humildade que os vencidos se vestem quando estão desesperados de outro remedio feroz, elle o tratou com muita beninidade e brandura, e pera o quietar, lhe deu o reino de Tafilet, onde morasse com suas mulheres e filhos, e com elle sustentasse a dinvidade real já abatida de sua antiga pompa, assim por usar com elle de equidade fraternal, como por temer de se ajuntar com o rei de Fés, se andasse seguido e escandalisado o xarife respeitando as mudanças do tempo e a pouca firmeza das prosperidades humanas contentou-se com a mercê que o Xeque seu irmão lhe fazia, pondo de traz das costas seus infortunos, com odios particulares, e dando sepultura ás esperanças da vingança, com esquecimento d'outro tempo mais favoravel. Desta maneira o xarife se foi pera o reino de Tafilet e o Xeque entrou em Marrocos e tomou posse d'elle, com cuja prosperidade crescerão as invejas delrei de Fés, procurando por todas as vias abater o Xeque de suas felicidades e ajuntando muita gente armada véo demandar o Xeque com grande impeto e furia. Juntos os exercitos no rio Morbe, que quer dizer pai de herva, derão batalha no valle d'Ermam, na qual Hamet Almerini rei de Fés foi vencido e preso. Como em Fés se soube o desbarate e prisão delrei, logo com muita pressa alevantarão por rei seu filho Mahamet Alcari. O Xeque alegre com a prisão do rei seu imigo, e parecendo-lhe com elle, como isca, pescaria o reino de Fés, começou a marchar com campo vencedor pera lá, e posto á vista e fala dos mouros, lhe mostrava o rei se o quizessem vivo lhe entregassem a cidade e o reino. Alcari, filho do preso, que estava em Fés, teve tal constancia na retenção do reino, que mostrou não ser parte a compaixão do seu pai nem o temor do povo batido de sobresaltos de adversos successos, para o largar ao tirano.

O Xeque desenganado, de seu desenho, e como nem com ameaças nem brovasidades podia dobrar o animo do rei, se tornou a Sus com o rei de Fés o qual por elle pertendia. Depois de alguns dias tornando-se a tratar do resgate do rei de Fés, respeitando o filho as obrigaçoens paternaes, com sentimento do affrontoso e aspero cativeiro do seu pai, se inclinou a o tirar, por o qual deo ao Xeque a cidade e a provincia de Mequinez, que he doze legoas de Fés. O rei Xeque que já se não quietava se não com ter toda Barberia debaixo de seu sceptro, e elle levantar seu imperio com dominio de todos os reis d'ella, e fazer seu trono crecer e igualar-se com os grandes monarchas, o anno seguinte mandou dous filhos seus (dos quais hum se chamava Arram e outro Abducader) a conquistar o reino de Fés, os quais começando a guerra pelos confins do reino, com felices agauros e esperanças de mais felices fins, tomarão Alcacere Quibir, Tetuam e outros muitos logares, até porêm cerco em Fés. Atemorisado já o rei do poder do Xeque e da furia de seus filhos mancebos, os quais com desejos de gloria juvenil não avião de afrouxar dos combates até não arrasar os muros, e por força ou partido render a cidade, já enferma na resistencia e muito mais na lealdade, não tendo forças pera vencer os inimigos tão poderosos e vencedores, os quais já lhe tinhão occupado o resto do reino, tratou dar a cidade a partido das vidas. Os filhos do Xeque, contentando-se com o successo, chêo de proveito e honra não duvidarão guardar a fé dada aos vencidos, e dando conta a seu pai da sua prospera fortuna, mandou Hamet-Almerini fôsse levado a Marrocos, onde esteve prezo em quanto viveo, e o filho Mahomet Alcari a Sus, onde morreo. A estes dous e ditosos premios da fortuna do Xeque, alcançados por força d'armas, lhe succedeo largar-lhe elrei dom João terceiro de Portugal, por vontade, Azamor, Cafim, Alcacere-Ceguer e Arzila. O Xeque vendo a fortuna armada pera lhe haver as victorias, e metelo pela mão de posse de todos os reinos de Barberia, não quiz engeitar seus favores em quanto a via benina, e antes que virasse o rosto a outras partes, como outras vezes de improviso custuma fazer com sua inconstancia, sem aver causa que a isso a môva, e por não perder tempo, mandou outra vez os dous filhos (os quais erão já homens) e com elles o quarto, Abdalá, que era muito moço, pera que nestas em presas começasse a exercitar o animo, o esforço e o corpo na destresa das armas, e nellas se criar capitão experimentado, pera ajuda do emparo dos seus estados; os quais entrando com muita gente de pé e de cavallo no reino de Tremecem, com bandeiras tyrannas e injustas, contra o direito das armas e leis da milicia, e ameaçadoras de occupar o alheo, não podendo elreí Benaseim com os naturaes resistir, huns por não confiarem nas forças, outros com medo ou traição se fazerem parciaes do Xeque, como comummente acontece em todas as guerras dos reinos visinhos, ouverão os filhos do Xeque de entrar pacificamente e occupar todo o reino, tomando posse delle.

*
* *

«Com esta victoria celebrada de contentamento dos vencedores, e dos vencidos com lastimosas lagrimas, dissimulando sua dor verdadeira, e sendo-lhes forçado troca-la com alegria fingida no triumfo dos principes estrangeiros, se humilhavão a seus mandados, obedecendo á fortuna que de presente lhes apertava os nós de hum certo cativeiro; mas com encobertas esperanças esperavam outro tempo mais benino que lhes soltasse a liberdade posta em prizoens. Depois que o Xeque, por meio de seus filhos, rendeo o reino de Tremecem, e o pacificou de algumas alterações nacidas em semelhantes guerras, e posto em ordem o governo, mandou que ficasse por governador delle Abdalá seu quarto filho, o qual por ser moço, a rezão não tinha tanto vigor de lhe enfrear os apetites, quanto poderosos são os estimulos que os de semelhante idade fazem desviar pelos caminhos mal acertados, sendo mais afeiçoados aos pareceres proprios que aos concelhos dos velhos, começou a brotar fruitos pestilenciaes e pouco proveitosos á sua pessoa, e muito danosos á republica, e levando os negocios contra pêllo, dando indulgencias por castigo e rigores pela misericordia, de tal maneira errava á junta a todos as cousas necessarias, que em tudo faltava prudencia e sobejava escandalo: com isto andava o povo assaz inquieto pelas insolencias de Abdalá; o qual posto lhe desculpasse em parte as paixoens da idade desacompanhadas de maduro juiso, não soffrião bem a malicia de al-

guns velhos, executada com o poder e força do mancebo. Os mouros naturais do reino, tendo por grave o jugo desta sujeição em que estavão ao rei tirano e estrangeiro, com dominio do imperio concervado dos seus antepassados, fazialho mais pesados serem governados de hum mancebo sem prudencia, prodigo de auctoridade real em vicios, com a liberdade entregue a alguns executores de males; os quais queixando-se publicamente das offenças recebidas sem serem ouvidos, começárão secretamente em os animos molestados procurar o remedio do jugo pesado, com vehemente rebellião e aceso odio de vingança contra os perturbadores de sua liberdade: e com todo o segredo mandárão ao rei de Argel (visinho do reiho de Tremecem, cujos limites confrotão) manifestar as insolencias do Abdalá, e os máos tratamentos que os naturais padecião e prejudicial governo da Republica, com muitas affrontas feitas a particulares, e com isto não podendo soffrer jugo tão pezado, lhe pedião o viesse tirar, com a obrigação de se sujeitarem ao septro e obedecerem ás leis do grão Turco, cujo vassalo o rei de Argel era. O rei Argel, parte compadecendo-se dos mouros de Tremecem, em tão grave affligão, parte por se approveitar da occasião presente e offerecimento do reino, não engeitou a offerta, antes lhe mandou tres mil turcos, os quaes juntos com os cincoenta mil dos naturaes de Tremecem, se rebelaram contra o Xeque e cercárão Abdalá seu filho e governador, a quem tinham capital odio. O mancebo animoso nos perigos e ousado em esperar os encontros da fortuna, com animo assaz forte se aparelhou para o cêrco e esperar os derradeiros fins d'elle, ou de honrosa victoria ou cruel morte; mas vendo que sem soccorro de seu pae não podia perseverar na defensão da cidade, cercada de inimigos de fóra, que a batiam e mui arriscada dos moradores de dentro, que a entregarião com traição, mandou com muita pressa a Marrocos dar conta ao Xeque seu pae do estado presente, e receio mortal da infamia, se logo o não soccorresse. O pae posto em cuidado pelo perigo do filho e indignação do povo rebelde offerecido a outro senhorio, com toda a diligencia mandou ajuntar gente e munições e fazendo capitão d'ella a seu filho Abducader, o mandou soccorrer Abdalá. Os turcos cercadores, sabendo como Abducader se vinha com grande pressa chegando com seu exercito embravecido com justas causas de vingança, temendo ficar cercados em meio de dois valerosos irmãos, avido conselho, alevantaram o cerco e se retiraram a Argel sem effeito algum, corridos do pouco esforço que tiveram em commetter e muito medo em fugir. Acambei, natural de Argel, homem dotado de autoridade e esforço, afrontando-se do nenhum effeito dos turcos em Tremecem, onde haviam diminuida muita da reputação ottomana, escurecendo-lhe o seu nome temido em todas as partes do mundo com illustres victorias, ajuntou tres mil turcos para tornar novamente á empreza que os turcos vergonhosamente deixarão, pera restituir esta quebra, e aventurar-se a aver o reino de Tremecem, que estava com as portas abertas; o qual entrando pelo reino com favor de muito dos naturais, fazendo corpo do grande exercito, foi dar batalha a Abducader e Abdalá, filhos delrei Xeque, a qual foi tão perfiada pelo valor dos capitaens e odio comum e particular dos soldados, que houve de ambas as partes hum mortal estrago de corpos, com assas esparzimento de sangue, onde tambem foi morto Abducader, e sua cabeça levada a Argel. Abdalá emcomendando a saude de sua pessoa á ligeireza do seu cavalo com alguns poucos que o seguirão até Fés, escapou fugindo e o seu campo ficou desbaratado, a victoria nas mãos dos turcos e de seu capitão Acambei. Com esta rota dos filhos do rei Xeque, e com a morte de Abducader esforçado capitão, tomárão os turcos posse do reino de Tremecem donde nunca mais foram lançados, o qual até hoje pacificamente possuem. O Xeque sentindo muito a perda do reino e muito mais a perda do filho, em cujo esforço sómente avia esperanças de o recuperar, acabou de todo de perdelas de o tentar sobrevindo a morte do outro filho Arram, o qual dahi a quatro mezes morreu de enfermidade natural, e a confiança de sua vida, antes posta em tres filhos que a defendião, ficou sómente em Abdalá inda mancebo, por os mais filhos serem mininos.

*

* *

«Porque o Xeque como tomou o reino de Fés, desterrou o rei para Marrocos e o filho para Sus, onde acabárão com infame morte de cativeiro, como atraz fica dito e cortou a cabeça a alguns

alcaides por aquietar as alterações alevantadas, Boachum senhor da cidade de Belles (o qual impropriamente se nomeou rei della, por ser parente e da casa do rei de Fés) temendo que a tyrania que o Xeque tinha usado com os outros, a esperimentaria tambem nelle, com muita brevidade fugindo se passou a Espanha, e sabendo como o imperador Carlos quinto, a cujo emparo se acolhia, estava em Allemanha, se foi a elle pedir-lhe ajuda e favor pera lançar o Xeque fóra do reino de Fés, que o havia tomado por força contra o direito das armas, o qual elle pertendia por ser parente mais chegado dos reis de Fés. O emperador como naquello tempo andava occupado com guerra dos Luteranos, e estava á vista da dos turcos, com assas aflição das republicas, temporal e espiritual, com a incerteza do sucesso das armas dos imigos, não lhe deo esperança alguma de sua pertenção.

«Elrei de Beles, vendo-se desenganado do emperador com tão justa rezam, parecendo-lhe que em Portugal acharia o remedio desejado, veio-se com a mesma petição a elrei dom Jaam o terceiro; e depois de lhe dar extensa conta dos negocios de Africa, e poder do Xeque, como hia alevantando-se sobre todos os reinos de Barberia, e segundo crescia na prosperidade com felice successo das armas, se esperava de cedo render toda a Africa, e depois a levantar a cabeça sobre a Espanha, começando pelas fortalezas fronteiras de Portugal, cujas forças aos reis delle igualmente relevava abater, por tanto lhe pedia favor pera sua empreza por ser a necessidade commum a ambos. Elrei advertindo-o a tão ardua empreza, como era tirar o reino de Fés ao Xeque, já tão poderoso e sobretudo venturoso, escusou-se do principal mas não em todo; e parecendo-lhe ser decente á dinidade Real dar o favor possivel aos estrangeiros, que se vinham por debaixo do seu emparo, e não o negar ainda aos barbaros, em outras guerras imigos, mandou armar alguns navios que o levassem á sua cidade Beles. Boachum (o qual era torto d'um olho) como tivesse muita ambição em desejar maiores estados e animo esforçado, em os commetter, como esteve em Belles foi a Argel na era de 1553 tentar o rei d'elle com offerecimento de grande cópia de dinheiro e vantagem das pagas dos soldados, se o ajudasse a metter de posse do reino de Fés que lhe era devido pelo direito de herança. Sale-Arriz rei de Argel (o qual havia sido creado de Barbaroxa, o mais velho, que primeiro foi rei de Argel) movido com o interesse que Boachum lhe promettia, e por o caso esperado se tivesse victoria, de os naturaes do reino de Fés lh'o pedirem, deu palavra e contractou com Boachum de o ir ajudar e metter de posse. E fazendo logo a gente necessaria a esta empreza, posto em campo começou elle mesmo em pessoa a marchar para Fés, levando em sua companhia el-rei de Beles. O Xeque que nunca consentiu buscarem-n'o em sua casa, por não deixar entrar os turcos dentro nos reinos de Fés, onde os naturaes lhe podiam fazer alguma traição, os veio esperar aos confins do reino onde se vinham chegando. Os quaes pondo-se com os seus exercitos armados uns á vista dos outros, junto da cidade de Teça, despregadas as bandeiras e tocados os tambores, não querendo cada um dilatar a gloria da victoria, esperada do imigo, remetteram os exercitos com altas gritas, e travando-se a batalha com igual odio e cruel estrago d'ambas as partes houve a victoria de inclinar-se á parte dos turcos, e o campo do Xeque ficar desbaratado e elle fugido. O Xeque ou Xarife (como d'aqui em diante lhe quizerem chamar, por o Xarife seu irmão estar abatido de sua dinidade) não tendo outro remedio mais acomodado á sua saude, metteu-se na cidade de Fés onde se fez forte com a segurança da pessoa, e com grande brevidade e grandeza d'animo, se refez de gente e armas, para tornar a dar a batalha aos turcos que vinham em seu alcance, e já estavam ás portas da cidade. O Xarife como com os encontros das adversidades presentes (quasi companheiras dos grandes reis) não perdeu ponto de extremado capitão, como teve a gente em ordem, logo sahiu da cidade, com animo ousado inflammado de desejo de vingança, cometteu os turcos victoriosos ás portas d'ella. Travada a batalha e ferida de ambas as partes com igual ardor e pertinacia, durou algum espaço sem se conhecer vantagem d'alguma parte, até que os mouros naturaes de Fés (os quaes aborreciam o Xarife como tyranno e amavam o Boachum como natural) descobrirão a traição secreta, e se passarão publicamente á parte dos turcos. O Xarife, vendo-se com esta mudança inferior nas forças,

com accrescentamento das do imigo, não podendo soffrer o peso da batalha, deixou o campo e fugindo com o filho Abdalá se retirou a Marrocos. Os turcos, ficando com a victoria e despojo, houverão á mão o thesouro do Xarife, (que era um conto e meio de ouro) com outra muita riqueza que no campo ficára. E como todos os homens sejam inclinados a seguir novidades, e principalmente os africanos sejão menos constantes em guardar fé e lealdade, e facilmente se dobrem a tentar novas fortunas, logo alevantarão a Boachum e lhe derão obediencia, como a rei natural e aos turcos se pagou o dinheiro promettido, com outras muitas dadivas dos naturaes, por não saquearem a cidade; com o qual carregado de riquezas se tornaram a Argel, deixando a Boachum rei em posse e entregue do reino.

*
* *

«Em quanto estas cousas se inovavão em Barberia, com assas esperanças de novas mudanças, nas quais a fortuna tinha supremo poder pera abater ou alevantar a parte a que se inclinasse, sem seguir a ordem da razão ou justiça, estava o Xarife velho de palanque, vendo e esperando o successo das cousas, experimentadas ás custas alheas, e medindo suas infelicidades com a constancia do tempo, e tanto que viu o Xarife seu irmão desbaratado na batalha de Fés, e lançado fora do reino por Boachum com ajuda dos turcos, e já quebrado das forças e com outro novo imigo, parecendo-lhe tempo de descobrir o odio e inveja recosida em seu peito, determinou invocar a fortuna com rebellião, e n'ella tentar algum favor que o tirasse das trevas, onde sua antiga prosperidade jazia supultada e escurecida, e alevantando-se com o reino de Tafilet, o qual seu irmão lhe havia dado com piedade e clemencia, como atraz fica dito, não somente o não quiz reconhecer com obediencia, mas tomarlhe com armas os outros que possuia.

«O Xarife Xeque não desanimado com as adversidades do tempo (que nas batalhas he mais bandeiro, e facilmente se torna a reconciliar em huma hora com o primeiro amigo) como prudente capitão determinou não deixar crescer as forças dos imigos, mas com brevidade cauterisar-lhas, o qual ousadamente, como homem sem medo, que não houvesse perdido ponto de sua prosperidade e forças, ordenou logo dous campos, hum delles entregou a seu filho Abadalá, com regimento de ir sobre Fés reconhecer os desenhos do rei, e dividir as opiniões dos vassallos, com animos duvidosos e suspensos nos successos das cousas e não commettesse a batalha, antes a andasse entretendo e differindo até elle lhe dar aviso e mais forças. O mesmo Xarife se foi com outro exercito castigar a rebellião do Xarife seu irmão, que estava alevantado com o reino de Tafilet, e entrando pelo reino com seu exercito ameaçador de vingança, não se atrevendo o imigo a esperal-o em campo, fez-se forte dentro na cidade, parecendo-lhe poder-se alli defender com o amparo dos muros. O Xarife Xeque cheio de animo esforçado, como sempre foi, e de indinação da injusta rebellião de seu irmão, cercando a cidade lhe deu muitos assaltos, pelejando em os muros com muitos encontros de egual sorte por hum mez inteiro, até entrar a cidade a espada, com saco geral e prisão do rei Xarife, o qual comsigo trouxe preso posto em estado mui baixo e vergonhoso, com que acabou seu imperio e gloria, emprestado por pouco tempo da mão da fortuna, a qual a modo de figura d'auto o vestiu em pompa real, e lhe mostrou o cume das bemaventuranças humanas, para com maior escarneo o despojar dos bens sem titulo, e o derrubar a mais baixo logar que antes o alevantara, dando com esta inconstancia e zombaria exemplo e documento ao mundo quão pouca firmeza tem suas prosperidades, e quão pouco se hão de estimar suas glorias, por as quais os engenhos mais sublimados (não sei por que fados enganados e escurecidos) mais se disvelão e com inconstancia buscão, com comutação dos bens do ceo, dos quais facilmente se esquecem com lembrança e cuidado destes tão enganosos, não temendo soffrer trabalhos, nem passar perigos do corpo, nem maculas da alma por as alcançar: e assi foi levado a Marrocos onde depois foi degolado com seus netos, do alcaide Ali-Ben-Bucar, como abaixo se dirá. Abdalá hindo com a ordem do Xarife seu pae correr a Fés, ou por passar seus mandamentos com temeridade de moço, ou por não fugir á sagacidade do rei velho, vierão a batalha, em a qual Abdalá foi desbaratado e se recolheu em Marrocos, e Boa-

chum, com victoria em Fés. Abdalá mais acompanhado de esforço que venturoso nas armas, tornou a reformar seu campo em Marrocos e com muita prestesa se foi ajuntar com o Xarife seu pai. Juntos o pai e o filho com os dous exercitos vendo-se com bastantes forças pera pelejar com o rei de Fés, e evitarem as traições domesticas, dos naturaes, lhe vierão talhar os campos, roubar os gados, queimar os paens, até o provocar a batalha, o qual como não era pussillanimo, não se espantava com a bravosidade do Xarife, nem do furor de suas vinganças, antes tendo-o em pouco pelas victorias alcançadas d'elle e do filho, alevantado em confiança e soberba de hir pelejar com dous capitaens, que tinhão assombrado Africa com armas e ambos vencidos d'elle em differentes batalhas, não dilatando tempo, com animo feroz os commetteu. Começada a batalha com animos obstinados de morrer ou vencer, lidando cada hum pela vida e honra e reino, esforçavão aos seus soldados ora com palavras cheias de esperanças de victoria, ora com exemplos de exforço pera os animar e não afouxarem e ferindo-se com odio capital, véo a victoria a inclinar-se pouco a pouco ao Xarife, ficando senhor do campo com desbarate do exercito e morte do rei de Fés, o qual acabou sete mezes depois de ser alevantado rei. O Xarife contente com a victoria, com qual ganhára hum reino tão opulento e honrado, e matára hum imigo tão forte, com que ficava pacifico e livre dos temores, assim de imigos estrangeiros, como dos insultos dos naturaes, entrou na cidade, mandando degolar alguns sediciosos e outros, que lhe haviam feito traição na batalha, que antes tivera com o rei de Fés quiétou as alterações e deixou seu filho Abdalá por governador e jurado principe herdeiro dos reinos de Barberia, e o Xarife se foi a Marrocos.

*
* *

«Taes são as leis da fortuna, que não se obrigando por alguma a ter amisade com os estados, nem guardar lealdade ás pessoas, mas com inconstancia e variedades quasi a caso favorecer huns e perseguir outros, e a hum mesmo homem em differentes tempos mostrar-lhe humas vezes rosto benino e outras imigo, faz todas as suas prosperidades e glorias mudaveis, sem firmeza alguma, com infamia de caducas; porque favorecendo comummente ao Xeque, pera de leves principios chegar a grande imperio do senhorio de Barberia, ganhada com valor d'armas e esclarecidas victorias, e alcançando nome de famoso monarca, vir a ser senhor de grandes reinos, e por debaixo de seu ceptro sogigada toda Barberia, á força de armas e insignes victorias, como o poz no cume da prosperidade humana, invejosa de sua bemaventurança lhe deo de mão com risonho escarneo, e o fez cahir no profundo das miserias, com mortal fado, não se correndo de sua pouca verdade. Urdindo pois ella a infelice morte do Xarife, a ordenou por este modo; e estando o Xarife na cidade de Marrocos, prospero com as suas boas andanças, e pacifico com as victorias havidas de seus imigos, repousando dos trabalhos e gosando da gloria que possuia, sendo seu nome celebrado pelas grandezas de animo liberal, fazendo mercês a muitos com magnificencia real, movido d'esta fama Alcaidacem arrenegado que estava em Tremecem por capitão de uma bandeira de soldados turcos, se foi com elles a Marrocos a servir ao Xarife. O rei sabendo da sua vinda e determinação, e como vinham convidados de sua fama e grandeza, os recebeu alegremente e com muitas mercês e dadivas assentando-lhe o soldo avantajado, servindo-se delles de sua guarda; outros turcos derramados por differentes partes de Barberia, informados do honroso tratamento e favor que o Xarife fazia aos que se forão a elle, ajuntando-se com Alcaidacem chegaram a fazer numero de oitocentos, mas como desta valia dos turcos nascesse grande inveja aos mouros naturaes, por se verem perferidos nas honras e mercês dos estrangeiros, dando pouco a pouco entrada a este prejudicial veneno, forão em breve tempo corrompidos de mortal odio, procurando semear sisanias de desconfianças entre elles, com que seus animos fossem divididos e a valia dos turcos afloxasse, e finalmente fechassem as portas a suas valias confiadas; e procurando fazer estas discordias por todas as vias, esperavão tempo conveniente e occasião arresoada como inimistassem o rei com os turcos, ou os turcos com o rei. N'este tempo quando a inveja e o odio andavam mais accesos entre uns e outros barbaros, succedeu ir o Xarife visitar o reino de Sus, e com sua presença

alimpar a republica de alguns insultos particulares, se os houvesse a dar leis publicas de bom governo, e indo acompanhado de dez mil mouros de cavallo, juntamente levava os turcos comsigo, aos quaes era entregue como d'antes a guarda da pessoa real, com os favores e mercês acostumadas.

«Os mouros vendo o tempo aparelhado para porem em effeito o que traziam meditado em seus peitos, lançaram manhosamente fama (sem darem auctor d'ella) que o Xarife levava os turcos a Sus para lá, com quebra de sua fé, os mandar matar por se temer d'elles, e por os assegurar com enganos os andava entretendo com caricias e honras, com animo sagaz e fingido; da qual novidade achando-se os turcos confusos, por a consciencia de sua lealdade, sem acharem em si merecimento de tal traição, não desprezando estes avisos, e discorrendo a fama em differentes partes, vendo algumas apparencias de poder ser pelo odio que os mouros lhes tinham, temerosos de esta voz ser presagio de seu dano, todavia começaram dar creditos ás suspeitas, que com a fama cresciam. Os quaes, avisando se uns aos outros com animos duvidosos, como não deviam ter em pouco negocio de cujo remedio dependia a sua saude e vida, houveram conselho do modo que teriam em se assegurar do perigo a que estavam arriscados, e não achando outro com que pudessem escapar, postos dentro no coração de Barberia, donde a fugida era impossivel, nem a verdade poderia em taes rumores ser sabida, determinaram commutar suas vidas com a do rei e dos mouros, para o que assentaram de improviso saltear o Xarife e matal-o, e logo dar aos mouros descuidados da traição, pôl-os em desbarate; os quaes espiando occasião e tempo, estando o Xarife mui alheio da tenção que a falsa fama publicava, e descuidado da traição por os turcos urdida, indo caminhando pelo reino de Sus, alojou-se um dia de grande calma em o campo junto de Alchera (lugar antes de pouco nome, e agora pela morte do Xarife de nome mui famoso) estando elle pela sesta recolhido na sua tenda repousando, com os turcos que lhes tinham—ordenado—a morte em sua guarda, e os mouros dormindo em differentes partes pelo campo, alheios do castigo de sua malicia, com os cavallos uns desenfreados, outros pascendo despeiados das armas, foi dado aviso entre os turcos como então era o tempo que promettia o effeito de sua barbara tenção, e tendo já entre si tratado do comettimento, ordenarão dous soldados huma briga fingida, com queixumes publicos hun contra o outro dignos de castigo, e fingindo hirem-se queixar ao Xarife, que com authoridade determinasse a discordia entre os querelosos, caminhárão pera a sua tenda com as espadas desembainhadas: os mouros tendo já costume de ver entrar e sahir os turcos facilmente na tenda do Xarife, pelos favores costumados, e sua pessoa estar comettida na guarda d'elles, não houverão por novidade aquella maneira de entrada, nem se advirtirão na treição. Os turcos como hião ja apostados e conformes do effeito que determinavão, em entrando pela porta sem pessoa alguma lho contradizer, com o impeto que levavão, sem darem lugar a desculpas nem resistencia, de improviso lhe derão cruel morte e lhe cortarão a cabeça, e levantando-o na ponta de uma espada por sinal dado aos outros turcos, já postos em armas e determinados á mesma sorte, com subita grita e pressa não cuidada se derramaram pelo alojamento dos mouros, bem descuidados do perigo e traição, e começarão a ferir e matar cruelmente, com tanto furor, que não havendo nos mouros acordo de se defender, nem aparelho, fizeram cruel estrago nelles com salvação de poucos, e logo com a mesma presteza com que mataram o Xarife e mouros, começaram marchar a Trudante, principal cidade do reino de Sus, e muito rica e forte, e chegados elles primeiro que a fama, foram recolhidos dos naturaes com animo pacifico e amigo, tendo-lhes a gnorancia do caso incoberto o seu perigo, e com o mesmo furor barbaro, e as espadas tingidas do fresco sangue, renovaram outro cruel estrago; pondo a cidade a espada e saco até fartarem o acceso furor da vingança já mais como meio de salvar as proprias vidas, que com odio de tomar as alheias.

*

* *

«Como estes novos tumultos o caso não cuidado, estendendo a fama suas veloses azas, e alevantando o som de suas sonorosas vozes, foi ouvida de improviso dos lugares mais visinhos, e accrecentando-a mais com seus vôos, em breve tempo encheu toda a redondeza da terra, com grande

espanto do espectaculo que atraz deixava e ia denunciando: por onde Abdalá, que já estava jurado principe de Barberia, e era governador do reino de Fés, sendo informado da infeliz morte do Xarife seu pae, logo foi alevantado rei de Barberia, e tomou posse do imperio com a mesma grandeza e estados que herdou. O qual como assocegou a republica, e poz ordem no governo que não houvesse alguma alteração, se foi a Marrocos, para com sua presença quietar os povos e tomar posse do reino, recebendo tambem a devida obdiencia, a qual lhe foi dada sem contradição. E porque o Xarife teve oito filhos, o primeiro Mahamet-Arram, o segundo Abharranca, que falleceram de enfermidade natural, o terceiro Abducader, que foi morto em Tremecem na batalha dos turcos, como atraz fica dito: estes tres morreram em vida do Xarife seu pae; o quarto foi Abdalá, o quinto Agximen, o sexto Abdelmumim, o septimo Mulei-Maluco, que deu batalha a el-rei D. Sebastião, o oitavo Mulei-Hamet, que reina hoje em Africa e que succedeu a Mulei-Maluco seu irmão: e como Abdalá era filho mais velho dos que eram vivos foi alevantado rei na era de 1556, o qual tomou por alcunha Xarife, assim elle como todos os reis seus antecessores, por razão de seu tio e pae serem os primeiros reis de Barberia, e procederem por linha direita da parte dos Xarifes netos de Mafamede, do qual não ficou mais que Fatima sua filha, que casou com Ali primo-com-irmão do mesmo Mafamede, dos quaes nasceram Acem e Ocem que se chamaram Xarifes, como vêmos os emperadores romanos chamarem-se Cesares por Julio Cesar seu primeiro emperador, e os reis turcos ottomanos, por descenderem de Ottomano primeiro rei d'elles. Tanto que Abdalá foi alevantado por rei e obedecido dos povos, depois de enxugar as frescas lagrimas da infeliz morte de seu pae, incendido com grande furor de ira, não guardando para outro tempo a vingança d'ella, determinou logo de a mandar executar, e por elle estar occupado nos primeiros fundamentos de seu emperio, e por sua pessoa se não macular com o espargimento de sangue, inda que culpado, mandou, seu irmão Agximen que estava por senhor de Tudella, e a Ali-Ben-Bucar, mordomo-mór do Xarife seu pae, que fizessem gente e juntos em um corpo fossem a toda a pressa cercar os turcos homicidas, que estavam fortes em Trudante, e com cruel furia e mortal estrago lhes dessem o castigo do atrevimento e crime de Lesa-Magestade. Agximen, a quem tambem cabia igual magoa d'aquelle successo, não o soffrendo com animo são, mas estimulado d'apetite de vingança, aplicou os exercitos com muita pressa, e entrando no reino de Sus, guiados a Trudante, onde os turcos se tinham feito fortes, em chegando logo cercáram a cidade batendo-a por muitas partes, ora com assaltos dos soldados escalando os muros, ora assestando n'elles artilheria, e usando das mais machinas, para effeito da entrada e executar a furia com que iam. Os turcos defendendo-se valerosamente, sem terem outra esperança de vida senão as armas e peitos, quando os muros lhes faltassem, resistiram ao poder e odio dos mouros todo o possivel, apostados a venderem suas vidas por morte de muitos: mas emfim, ou por não poderem soffrer os combates continuos, ou quererem antes provar a sorte em campo, que encerrados na cidade serem tomados ás mãos, sem se poderem ajudar de seus esforços e obstinação, sahiram fóra das portas, onde se travou uma cruel e mortal batalha, com igual esforço, ajudado da furia de cada parte, porque os mouros accesos do furor da vingança da morte do Xarife e seus parentes, e os turcos desesperados d'outro remedio com que pudessem salvar as vidas, cada um sem temor do perigo punha a salvação na victoria; pela qual causa a batalha foi grandemente perfiada, com cruel estrago de mortos: mas como os mouros tinham maiores forças sem comparação, a quem ajudava á justa causa da vingança, e a dôr de seus paes e filhos e principalmente de seu rei, apertando com os turcos, foram carregando sobre elles com furioso impeto, até a victoria se começar a inclinar á parte dos mouros. Os turcos cançados e faltos de soccorro, diminuindo-se-lhes cada vez mais as forças, e nas dos mouros não se enxergando falta, começaram a enfraquecer nos corpos e faltar no numero, posto que até á morte venderam caramente as vidas, de maneira que tanto chegou Agximen com a victoria ao cabo, que não se rendendo com misericordia dos vencidos, nem com crusarem as mãos, com as armas lançadas aos pés dos vencedores, os pôz á espada todos,

sem ficar um só, assim pelo odio que contra elles tinha, como por não poder algum ter remedio de fugida, mettidos dentro no coração de Barberia, mui alongados dos limites do reino de Argel, onde podiam pôr suas esperanças. Com esta victoria e vingança ficou o Xarife Abdalá contente e quieto, assim pela execução do castigo dos turcos, como por não ter imigos de que se temer.

*

* *

«Começando o Xarife a gozar dos proveitos do seu novo emperio, e possuir com paz e repouso suas felicidades, sem perturbações d'imigos o inquietarem, nem contradição dos vassalos, antes passando os dias em passatempos e festas reaes, Ale-Noradim rei de Argel, filho de Barba-Roxa e herdeiro do esforço e ferocidade militar de seu pai, avendo que era obrigação sua possuir os mesmos favores, que seu pai houve de mão da fortuna, para fazer maior sua fama e estados, movido por odio ou inveja da prosperidade do Xarife, ajuntou hum exercito de turcos com que foi sobre Fés, com intento de render a cidade e o reino. O Xarife informado de sua determinação, armou-se com a mais gente que pode, e trazendo seus irmãos em companhia, lhe sahio ao caminho com animo obstinado de se defender, e offender o imigo com todo o rigor de armas, aventurando-se a mudanças e revezes da guerra; e encontrando-se os exercitos antes que chegassem a Fés, animando cada hum seus soldados, huns em defender o seu, outros em ganhar o alheio, vierão á batalha campal, em a qual, sucedendo a elrei de Argel infelizmente seu comettimento, foi desbaratado, e com perda do campo e bagagem se retirou, e com perigo se recolheo ás serras de Beles, onde se pode salvar, e castigado de sua temeridade com desengano, certo que as victorias muitas vezes não se entregam aos mais fortes, nem ha sinal por onde se conheçam, se não pelo estrago dos vencidos, não curando de mais perfia, se voltou cheio de medo e vergonha a Argel, com perda do seu exercito: e não tendo Abdalá por seguro seu emperio em quanto houvesse animo capaz de tal grandeza, esquecido do amor fraternal e serviços recebidos de seu irmão Agximen, valeroso e esforçado capitão, como cujo braço fôra sempre Barberia concervada, e por seu esforço e outros dons naturaes, era digno d'outra maior monarchia, com incrivel amor dos nobres e soldados, não havendo causa justa o mandou matar, e segundo se presumiu, por inveja de o vêr crescer em muita reputação, e ser muito acceito ao povo por sua affabilidade e outras virtudes. E por que o Xarife quiz tornar a Marrocos, onde fazia sua habitação e tinha a côrte, pera não deixar o reino de Fés desemparado de quem o defendesse com armas dos imigos, e o conservasse em paz com os moradores de dentro, deixou por governador a seu irmão Abdelmumim, e em sua companhia Mulei-Maluco, ainda moço, pera que com authoridade das pessoas reaes a republica ficasse melhor emparada, e com sua presença os naturaes não fizessem algumas alterações. Abdelmumim e Mulei-Maluco, posto que seu irmão os deixasse em hum cargo tão honrado, entendendo suas perversas inclinações, cheios de invejas, sem fé nem amor, não se fiando d'elle, temendo de os matar, como fizera a seu irmão Agximen, fugirão pera o reino de Tremecem, no qual havendo-se Abdelmumim por seguro de barbara e mortal furia do irmão, mandou seu irmão Mulei-Maluco a Argel e d'ahi a Constantinopla, haver do Solimão, emperador dos turcos, cartas de favor pera seu irmão desistir do odio, que contra elles ambos tinha concebido, e lhes dar alguns estados onde vivessem conforme as calidades de suas pessoas: o qual fazendo sua viagem com prospero fim, mostrando-se Solimão favoravel aos mancebos desterrados, e inclinado a seus rogos, com palavras brandas e cortezes escreveo ao Xarife, rogando-lhe quizesse desaggravar seus irmãos, e recebel-os ao seu amor; e dar-lhes do patrimonio real algum estado, com que se sustentassem, como filhos de seu pae. Abdalá tendo muito respeito aos rogos de Ottomano, por virtude ou vergonha, deu aos dous irmãos o reino de Tafilet, pera o qual logo fôrão contentes e satisfeitos, sem esperança de outra mais alta fortuna; mas não se arreigando esta conformidade no animo inflammado e duvidoso do Xarife, buscando logo alguns motivos de discordias, com apparencias de alguns queixumes dos mancebos innocentes e agradecidos, vêo a quebrar amizade com elles, e tomando armas com pregão de guerra, foi

contra elles com exercito ameaçador de morte; os quais não podendo resistir, nem acharem n'elle entranhas de reconciliação, deixárão o reino, e se tornárão a Tremecem, onde Abdelmumim ficou, e Maluco se tornou a Constantinopla, justificar sua innocencia ao Ottomano; mas o Xarife, manifestando mais o zelo que os irmãos receávão e de que fugírão, teve maneira, d'ahi a quatro annos, de atraiçoadamente mandar matar em Tremecem Abdelmumim. Mulei-Maluco, vendo como o odio do Xarife seu irmão os hia ainda perseguindo em reinos estrangeiros, Abdelmumim lhe não pudéra escapar, não tendo sua sorte por mais segura, e que no mesmo perigo ficava sua pessoa, por se assegurar não tornou mais a Barberia; o qual como era moço de muitas esperanças, e dava claros signaes de grandes virtudes de animo real, acompanhadas de nobres e excellentes manhas, aprendidas por arte e juntamente por sua suave conversação, chea de muita discrição e affabilidade, foi mui bem tratado por todas as partes por onde andava, e começando-se a metter no serviço do Grão-Turco, dava-se muito a conhecer nos feitos das armas por sua pessoa, até seu nome chegar ao Ottomano, com estima de valor; o qual pera que ao diante pudesse justificar sua causa, e accrescentar os merecimentos da petição que pretendia com o Ottomano, metteo com muito zelo dezoito annos em seu serviço, em muitas armadas e batalhas, entre as quais se achou na naval, que perdeo Ali-Bachá e ganhou dom Joam d'Austria, onde hia por capitão de huma galera, em companhia de Alichiá viso rei de Alger e por a mesma maneira se achou soldado na tomada da Goleta. N'este tempo em que o Maluco andou na conversação dos turcos e côrte de Constantinopla, discorrendo por outras partes, onde havia homens de todas as nações, por sua curiosidade e grande habilidade procurou assignalar-se em todas as manhas dignas de excellente principe: o qual, adestrando-se em todo o genero de armas, as executava de maneira em as batalhas publicas e brigas particulares, que nada lhe faltava de valeroso soldado. Alem d'isto, sabia fazer espingardas e bombardas, e carrega-las tão bem como qualquer official mecanico, que o muito usasse, apontando com ellas, e assestando-as com melhor ordem e arte que todos os bombardeiros e era Mulei-Maluco de tanto engenho que aprendeo a lingua Turcesca, Latina, Italiana, Franceza e Espanhola, lendo e sabendo muitas historias n'ella escriptas, em que aprendeo muita discrição e primor de palavras e cortezias, dignas de hum principe mui cortesão; mas por que lhe não ficasse alguma manha que não tentasse aprender, deo-se á poesia, e em as linguas que tinha sabido fazia muitos versos e sonetos de muita suavidade de palavras e gravidade de sentenças, accrescentando a isto ser muito musico, dançador, tangedor de tecla, de viola e alaúde com outros instrumentos que os christãos usão, fazendo-o com tanta arte e melodia, que punha espanto a toda Barberia, por n'isso fazer vantagem a todos os mouros, pouco acostumados a estas artes. E por que não pareça que por o odio que este principe merece á nação Portugueza, por o dano que lhe tem feito, e já de seus antepassados nasceo, por a disparidade das religioens, lhe quero calar os louvores de sua pessoa, não deixarei, alem do dito, de dizer o que d'elle se sabe; que era por extremo avisado, affabil na conversação com os homens de todas as nações, principalmente com os christãos, por achar n'elles os entendimentos mais claros e a conversação mais primorosa: cujas partes naturaes se podem com olhos christãos chorar, derramando lagrimas de compaixão, em poder tanto a cegueira do entendimento desemparado do lume da fé divina, que não pudesse conhecer os erros tão danosos á alma, nem as trevas tão escuras do errar de seus costumes, com que o misero homem ornado de tantos dotes naturaes, carecesse dos espirituaes, pera eterna condenação; quanto mais que alem dos erros do entendimento, não careceo de outros horrendos vicios, que lhe escurecêrão toda a gloria de suas habilidades; por que alem de ser sugeito ao vicio nefando de sodomia, o era tanto ao vinho, que muitas vezes perdia o juizo, usando n'este tempo de mil crueldades; mas como era de branda condição, sabendo quão prejudicial era n'elle a torvação do vinho, mandou a seus officiaes que no tempo que elle estivesse alienado, se não executasse cousa que elle mandasse.

*
* *

«N'este genero de desterro, em que Mulei-Ma-

luco andava, cobrindo os espiritos reaes com a fortuna de hum soldado raso, nunca tirou as lembranças das injustiças e tirannias de seu irmão o Xarife contra seus irmãos, e a preseguição com que o desterrára da patria onde nasceo, fóra dos reinos de seu pai, despojando-o do patrimonio devido de direito; e assi de contínuo andava accrecentando merecimentos, e buscando valias pera haver ajuda e favor do Ottomano, a quem servia, pera effectuar seu intento de occupar os reinos de Barberia: e por que a substancia dos bons despachos dos principes commummente depende dos privados e validos, a cujas petições facilmente se inclinão, havendo que he grandeza real comprazer com mercês aos nobres, grangeava elle com muito cuidado a Alichiali-Bachá, por ter grande authoridade e valia com o Ottomano: e pera o mais obrigar todas as vezes que se offerecia, era seu soldado, e o acompanhava e servia por o fazer seu acceito, e se ajudar de seu favor, até vir a alcançar com elle graça e amisade intima e particular, e lhe dar attenta audiencia a seus requerimentos, com grandes esperanças de favor. N'este tempo morrendo o Xarife Abdalá em idade chêa de annos e prosperidades, com paz e socego de seus reinos, deixou por herdeiro Mulei-Hamet, seu filho mais velho, bastardo, nascido de huma escrava preta. Mulei-Hamet, o ultimo irmão de Mulei-Maluco e filho do Xeque, como vio Abdalá morto, que era de muito esforço e authoridade, e alevantado rei a Mulei-Hamet seu filho, homem de poucas esperanças, e não muito acceito ao povo, por seus fracos espiritos e muitas tirannias e crueldades que usava com o povo, degollando muitos alcaides e por outras rezões, temendo-se tambem de o mandar matar com temor de favorecer as partes de Mulei-Maluco seu irmão, de quem o Xarife se temia, negociando, da melhor maneira que pôde, seu dinheiro (que fôrão seiscentos mil cruzados) se acolheo secretamente a Argel. Mulei-Maluco (a quem o irmão mandou novas de sua vinda e da morte do Xarife Abdalá, e do novo rei seu filho Mulei-Hamet) se alegrou em grande maneira por as occasiões que se lhe offerecião, assim do pouco esforço do novo Xarife, como do dinheiro que seu irmão lhe offerecia, com o qual poderia fácilmente ser ouvido em seus requerimentos e favorecido em suas pertenções, pera quebrar as fechaduras do reino africano; do qual intento e estado das cousas dando conta a seu imigo Alichiali (principe do mar por morte de Ali-Bachá, na batalha naval em que dom João d'Austria foi vencedor) privado do turco, lhe pedia com muita instancia o favorecesse em lhe darem ajuda de gente e armas pera ser restituido em os reinos de Barberia, que pretendia haver por direito de herança, e com isto, peitando largamente ao Alichiali e outros validos, do dinheiro que o irmão Mulei-Hamet havia trazido, vêo a ser ouvido e alcançar graça com o Ottomano e mais Bachás, e lhe outorgárão a ajuda que pedia, com certas condições honrosas, as quais érão, que o Maluco ficasse tributario ao Turco em cento e cincoenta mil cruzados cada anno, e as moedas que se batessem fossem cunhadas com as armas do Turco, e lhe desse Larache e os mais portos de mar que elle quizesse fortificar, e os cacices nas mesquitas, nas colletas que costumão fazer pelos seus reis, nomeassem o Ottomano como principal rei e senhor de Barberia: das quais condições o Alichiali ficou fiador, pela muita amisade que tinha com Mulei-Maluco. Feito o contrato, assignado com as mais solemnidades necessarias, passou o turco provisões a Abrandan-Bachá viso-rei de Argel, que logo fôsse com Mulei-Maluco, e o mettesse de posse com paz ou com guerra. Mulei-Maluco, que não dormia na negociação e industria d'estas pretenções, como houve as provisões se vêo a Argel, e apresentando-as ao viso-rei, o começou de grangear e peitar e aos mais capitães, pera fazer seu negocio melhor, e os ter mais favoraveis e promptos na jornada e sollicitando os mandados o Ottomano, e espertando o viso-rei, pedia com instancia accelerasse a viagem, e escolhesse e assinasse os soldados pera sua entrada em Africa. Na mesma jornada vinha tambem Chaiá, alcaide andaluz, que fora por embaixador dos Mouros de Granada, quando se alevantárão, a pedir soccorro ao Grão-Turco: mas porque, no tempo que Chaiá andava em Constantinopla em seu requerimento, teve nova de os mouros serem entrados e rendidos, com morte e captiveiro geral, havendo por escusado seu requerimento e não ousando tornar a Granada, teve estreita amisade com Mulei-Maluco, e o seguio na jornada por seu mordomo-mór, em

cujo officio permaneceo em quanto Mulei-Maluco viveo.»

*

* *

Levar-nos-ia longe de mais a continuação da transcripção da chronica de Fr. Bernardo da Cruz, e agora iremos apenas costeando-a até chegar á fatal intervenção de D. Sebastião n'essas malfadadas contendas intestinas. Mulei Maluco auxiliado pelo rei de Argel, preparou um forte exercito e marchou com elle á conquista de Fez.

O Xarife Mulei Hamet sabendo d'isso, poz-se em armas e veio com os seus mouros ao encontro dos turcos commandados pelo Maluco. Travada a peleja rijamente, os mouros tiveram primeiro a melhor; mas os turcos fizeram espalhar nas fileiras victoriosas dos seus inimigos a noticia falsa da traição de Almoxecra, o grande general do Xarife Mulei Hamet.

Mulei, cobarde e timorato, capacitou-se logo da verdade da noticia e deitou a fugir. Os mouros vendo fugir o Xarife perderam a força moral, os turcos tiveram então a melhor, e Mulei Maluco victorioso entrou em Fez com todas as honras de rei.

D'ali a pouco tempo, o Xarife recolhido a Marrocos tentou ferir segunda batalha e reconquistar Fez. N'esta batalha porem teve a mesma sorte que na primeira, e apesar da desproporção do numero, Mulei Maluco com o seu talento de guerreiro, soube fazer-se favoravel a sorte das armas.

Fugiu novamente o Xarife para Marrocos. Maluco mandou-o até ali perseguir por seu irmão, e o Xarife viu-se forçado a refugiar-se na serra. Ahi fiado no bom acolhimento que teve dos Morabitos—religiosos que vivem nos montes—tentou tomar Sus e Dara foi repellido, e derrotado, como era costume seu na guerra, costume que ainda se não desmentiu na batalha immediata que deu ao irmão do Maluco, batalha em que completamente vencido teve de fugir a pé para a serra, para salvar a vida que o irmão de Mulei Maluco lhe queria arrancar para socego da Barberia.

Não contente ainda, o Xarife voltou logo á carga, e mais uma vez repellido, foi-se até Marrocos aproveitar a ausencia de Mulei Maluco para saquear e roubar toda a judiaria. Maluco sabedor do terror que elle espalhava em Marrocos foi logo em sua procura. Apenas o presentiu o Xarife fugiu e refugiou-se junto da fortaleza do Pinhal, pertencente a Castella. Foi então que vendo a fatalidade a perseguil-o sem treguas, e Mulei Maluco triumphante em quasi toda a Barberia, que o Xarife escreveu a D. Sebastião, pedindo-lhe o seu auxilio, e pondo n'elle todas as ultimas esperanças para rehaver os seus reinos.

As palavras do bispo Osorio passavam a ser um triste e terrivel conselho para o rei de Portugal.

CAPITULO X

A segunda jornada d'Africa

Era em 1578.

O pedido do Xarife Mulei Hamet foi o pretexto para D. Sebastião realisar a sua segunda ida a Africa, tão combatida e guerreada por todos os portuguezes leaes, de bom senso e amigos da sua patria.

Christovam de Tavora e Luiz da Silva, seus novos validos, e fidalgos moços, levianos, inexperientes, cheios d'amor de gloria, do ruido e ao mesmo tempo muito palacianos e lisongeadores do rei eram os unicos que approvavam os seus planos da conquista de Africa.

Como era natural D. Sebastião ouviu-os só a elles, que fallavam pela sua bocca, e tratou logo de fazer os preparativos necessarios para essa grande e apparatosa expedição, que devia, no seu pensar, maravilhar o mundo, e engrandecer o reino, mas que no fim de tudo só devia ser a sua perda e a perda de Portugal.

Tratava-se porem de arranjar dinheiro para fazer face ás fabulosas despezas extraordinarias que essa expedição exigia.

Philippe II de Castella, recusando-se a tomar parte na guerra, como já vimos, promettera a D. Sebastião, na sua entrevista em Guadalupe dar-lhe 50 galés, com cinco mil homens para passarem com elle a Africa.

Quando chegou porem o momento de cumprir a promessa, recusou-se a isso, agarrando-se a um pretexto rasoavel, que lhe forneceu Mulei Maluco, aquelle contra quem o rei de Portugal se propunha combater.

Mulei Maluco, que parecia empenhado em deixar toda a responsabilidade de Alcacer-Kivir,

sobre os hombros do rei desejado, quando soube que os portuguezes iam passar a Africa, fez espontaneamente propostas vantajosissimas a Portugal, para evitar a guerra, compromettendo-se a não deixar os turcos entrar em Marrocos e a assegurar ás cidadellas portuguezas n'Africa todos os meios de subsistencia, e a acabar com as correrias que as inquietavam permanentemente.

D. Sebastião recusou orgulhosamente, imbecilmente estas propostas conciliadoras. Mulei Maluco, participou a recusa á Hespanha, e foi n'essa injustificada e imprudente recusa, que Filippe II baseou o não cumprimento da sua promessa.

Até faltavam pois a D. Sebastião os cinco mil homens e as 50 galés com que contára: os embaraços pecuniarios subiam de dia para dia.

Para arranjar dinheiro D. Sebastião recorreu a tudo, até transigiu com o seu fanatismo, vendendo aos judeus por duzentos e quarenta mil cruzados, o privilegio de por dez annos, lhes não serem os seus bens sequestrados.

Alcançou do papa Gregorio XIII, a titulo de que a Egreja era interessada n'aquella guerra contra infieis, uma bulla da cruzada, e as terças das egrejas, terças que no fim de contas não recebeu porque os padres levantaram-se contra ellas de tal modo que o rei viu-se forçado a transigir e a receber pelas terças uns cento e cincoenta mil cruzados. E tudo em pouco se consumiu e foi preciso lançar um novo tributo sobre as propriedades, collectar os mercadores de grosso trato, e levantar emprestimos onerosos.

E todos obedeciam e ninguem protestava a não ser a inquisição que protestou contra a transacção feita pelo governo com os judeus de lhes vender o privilegio de não verem os seus bens sequestrados pelo espaço de dez annos, protestou e metteu até D. Philippe de Castella como empenho para que tal transacção se não realisasse.

Foi tudo em vão, e o fanatismo de D. Sebastião tapou os ouvidos e transigia com tudo para arranjar dinheiro para a sua ambicionada jornada a Africa.

O dinheiro desapparecia rapidamente; era preciso muito, cada vez mais.

D. Sebastião que já vira mallograr-se a expedição de 1574 pela demora em levantar tropas portuguezas mandou vir tropas do estrangeiro, da Allemanha tres mil soldados, de Hespanha outros tres mil, aproveitou os soldados italianos commandados pelo irlandez Thomaz Sternuile, que tinham aportado a Lisboa de passagem para a Irlanda onde iam revoltar os catholicos contra os protestantes inglezes.

Thomaz Sternuile, feito pelo papa marquez de Leinster, hesitou um pouco em acceder ao pedido do rei de Portugal de o acompanhar a Africa, apesar das grandes vantagens que D. Sebastião lhe offerecia; mas por fim accedeu, e partiu sem esperar pela licença que mandára pedir ao papa.

Os tres mil homens hespanhoes que D. Philippe deixára seu sobrinho recrutar, eram commandados por D. Affonso d'Aguilar, e tendo por sargentos-móres Luiz de Cordova e o capitão Aldana, velho soldado do duque d'Alba, que vindo ha pouco d'Africa sabia—e disse a D. Filippe II—as difficuldades invenciveis da empreza audaciosa do rei portuguez.

A presença d'este habil estrategico e experimentado soldado, no exercito portuguez que se propunha á marcha para Africa, onde elle sabia que não havia nada a esperar, faz suspeitar um pouco que este homem que disse uma coisa ao seu rei e outra ao rei portuguez a quem animou a proseguir nos seus impetos guerreiros, não era de todo extranho aos planos ambiciosos que começavam a povoar o espirito de Philippe de Castella.

As levas nacionaes tiveram por coroneis Diogo Lopes de Sequeiro, para o terço de Lisboa, D. Miguel de Noronha para o de Santarem, Vasco da Silveira para o do Alemtejo, e Francisco de Tavora para o do Algarve.

As levas foram feitas deploravelmente e quando se esperava que Portugal désse 12:000 homens válidos, fortes, robustos, só appareceram 9:000, e rachiticos, desanimados, doentes, fracos, acobardados.

O recrutamento feito por delegados dos coroneis, que não estiveram para se dar a esse incommodo, deu logar ás maiores violencias e arbitrariedades, e foi um verdadeiro leilão onde quem mais dava comprava a sua isenção de servir n'Africa.

O corpo da nobreza era o mais brilhante, compunha-se de 2:000 homens, mas tinha um terrivel defeito, sobre tudo para um general como

D. Sebastião, era d'uma temeridade desvairada. Commandava-o Christovam de Tavora.

Ao todo foram 24:000 homens os que D. Sebastião levou comsigo a Africa, e esse numero era completado por quatrocentos fidalgos, á frente dos seus criados e de soldados levantados á sua custa, e pelas guarnições de Arzilla e Tanger, e pelos mouros de Muley-Hamet.

A expedição era brilhante mas incapaz, e impotente. D. Sebastião não soubera reunir forças bastantes para luctar contra as poderosas forças africanas, não soubera cercar-se de generaes que podessem competir em destreza, em tacto, em habilidade guerreira com o celebre Mulei Maluco.

É d'este momento em diante que Philippe II começa a intervir na sombra para a catastrophe que a leviandade de seu sobrinho lhe fazia ver eminente.

N'um livro curioso de Bayão *Portugal cuidadoso e lastimado* encontramos uma phrase de D. Philippe, em que por fim faz explosão a sua ardente ambição de conquista sobre Portugal.

Fôra o caso que o embaixador D. João da Silva conversando com D. Sebastião, este procurara logo ensejo para lhe fallar na sua expedição a Africa, querendo-o convencer de que elle é que tinha razão contra todos que reprovavam a sua ida ás terras africanas, e indo até a dizer-lhe, nos impetos da sua desmarcada e imperdoavel leviandade que o duque d'Alba um dos primeiros generaes da Europa d'então, não entendia nada de coisas de guerra, e muito menos das vantagens da expedição portugueza contra Africa. D. João da Silva communicou tudo isto a D. Philippe II, relatando-lhe tambem a falta de recursos e de homens com que o rei de Portugal ia tentar a sua arriscada expedição.

D. Philippe, conta Bayão, leu este officio diante dos seus cortezãos mais intimos e á proporção que o ia lendo, sorria e dizia:

«*Vaya en hora buena que, si benciere buen yerno tendremos, e si fuere vencido, buen reyno nos vendrá.*»

(Vá em hora boa, que, se vencer, bom genro teremos, se fôr vencido bom reino nos virá).

A phrase é authentica? Não se sabe, mas os acontecimentos mostraram depois bem que o podia ser.

O que é certo é que um bello dia, D. Philippe, não deixando de aconselhar seu sobrinho a desistir do seu intento, recusou-se a dar-lhe o auxilio que lhe promettera. D. Pedro d'Alcaçova adivinhou o que se passava no espirito ambicioso do rei de Hespanha, e aconselhou mais uma vez D. Sebastião a que desconfiasse da falta de cumprimento da promessa de seu tio, e desistisse da temeraria empreza.

D. Sebastião ouviu o conselho e não fez caso nenhum, como era seu costume.

Entretanto as quantias apuradas a custo de muitos e escandalosos sacrificios chegavam apenas a 700:000 cruzados, ao passo que as despezas montavam a 800:000 cruzados, não contando com as despezas que havia ainda a fazer em Larache, com o dinheiro que era necessario para montar a frota do conde d'Athouguia de novo vice-rei da India.

Era este velho e outra vez novo governador da India o primeiro general portuguez d'então. D. Sebastião apesar dos seus desejos vaidosos de commandar elle proprio a guerra d'Africa, não podia deixar decentemente de lhe offerecer o commando da expedição, a que lhe dava direito irrecusavel a sua gloria militar e os seus serviços.

O velho militar porem recusou o cargo que o rei lhe offerecia, e D. Sebastião, contentissimo com esta recusa que vinha lisongear os seus desejos, nomeou-o então vice-rei da India, onde os negocios estavam embrulhados, afastando ao mesmo tempo do seu lado, com esta nomeação, um homem que o podia encommodar com os seus conselhos e uma espada gloriosa que podia emparar o brilho da sua.

Outro soldado valente um dos mais bellos heroes da India, Martim Affonso de Sousa, foi tambem posto de banda n'esta expedição.

Não sabia o velho guerreiro da India mentir á sua consciencia, e adular o seu rei, contra o bem da sua patria, e vendo claramente o risco em que a guerra d'Africa ia pôr o reino, disse um dia no paço, em voz alta, para que D. Sebastião o ouvisse:

«Assim como se atam os loucos, cujos desatinos podem ser perigosos, porque não prenderemos a este moço que anda induzindo o maior damno para se perder a si e a nós todos?..»

Estas palavras ouvidas pelo rei produziram uma scena violentissima entre o rei e o velho

soldado, scena que deu em resultado, D. Sebastião privar-se de mais essa espada heroica na sua expedição a Africa.

*

* *

Ao passo que isto se dava no reino, os negocios das nossas colonias não caminhavam melhor, e tudo se ia preparando para a grande catastrophe que a fatalidade tinha suspensa sobre a forte e heroica nação portugueza.

A India, continuava a ser governada frouxamente por D. Antonio de Noronha, e os laços de disciplina que D. Luiz d'Athayde fortificára durante o seu primeiro glorioso governo estavam quasi desatados, e as magnificas esquadras que este organisára estavam reduzidas a nada.

D. Antonio de Noronha partiu de Lisboa levando comsigo o novo governador de Malaca Antonio Moniz Barreto. Tratava-se de o fazer partir para o seu governo, mas para isso eram necessarias tropas e navios. Onde buscal-os? Os cofres da India estavam pobrissimos, e D. Antonio de Noronha não podia fazer-se em dinheiro. Antonio Moniz pediu, tornou a pedir, e como lhe não dessem tropas nem navios, irritou-se, esqueceu-se de que fallava do governador da India e disse coisas desagradaveis. D. Antonio de Noronha, deixou-o esquecer, não teve força nem energia para lh'o fazer lembrar e Antonio Martins, não querendo ir para o seu posto e desobedecendo ás ordens do governador, emquanto lhe não désse navios e gente, ficou em Gôa dando um terrivel e contagioso exemplo de insubordinação e intrigando para Lisboa o governador com os ministros, com quem se correspondia.

E o que fez o governo portuguez? Não é facil imaginar, ou antes é facilimo, porque ao menos D. Sebastião n'este ultimo e quasi primeiro periodo do seu reinado é d'uma coherencia perfeitamente logica em materia de disparates.

O governo portuguez mandou ordem ao arcebispo de Gôa para desautorar D. Antonio de Noronha e dar o governo da India a Antonio Moniz Barreto!

Era a glorificação *da insubordinação e da intriga.* Moniz Barreto tomou posse do governo, Antonio de Noronha morreu d'ali a pouco de desgosto, e D. Leoniz Pereira foi nomeado governador de Malaca em substituição de Moniz Barreto.

Repetiu-se então a mesma scena. Leoniz Pereira pediu navios e tropas a Moniz Barreto, como este pedira a D. Antonio de Noronha. Moniz Barreto recusou-lh'os como a elle os tinham recusado, mas, mais energico que D. Antonio de Noronha, não consentiu que Leoniz Pereira levantasse a voz contra elle na India.

Leoniz Pereira veio queixar-se para Portugal, mas ninguem fez caso das suas queixas, não teve a felicidade de Moniz Barreto, que representara o mesmo papel anteriormente n'esta triste comedia.

E emquanto se nomeavam e demittiam governadores, Malaca ia passando para as mãos do soberano de Japara, um dos reinos da ilha de Java, que a cercou em 1754. Salvou-a Tristão Vaz de Veiga que aportara ali por esse tempo, que obrigou os jaus a levantar cêrco no fim de tres mezes, com as suas vigorosas sortidas commandadas habilmente por João Pereira.

Ao passo que em Malabar D. João da Costa batia cruelmente o Samori, vingando brilhantemente a perda de Chale—cujo velho governador, D. Jorge de Castro depois de decapitado, sem respeito pelos seus oitenta annos, era nomeado por D. Sebastião para governador d'outra praça, tal era o estado em que andavam em Lisboa as cabeças dos ministros preoccupadas com a guerra d'Africa—D. Alvaro de Athayde e os portuguezes eram expulsos das Molucas pelo sultão de Ternate, e refugiavam-se na ilha de Tidor.

O governo de Antonio Moniz Barreto, governo despotico, brutal e insolente, durou de 1573 a 1576. Succedeu-lhe D. Diogo de Menezes, por ter morrido no caminho, antes de chegar a Gôa, Ruy Lourenço de Tavora que fôra nomeado vice-rei da India em substituição de Moniz Barreto.

D. Diogo de Menezes era uma completa nullidade e deixou que durante o seu governo, Ruy Pires de Tavora, tendo ido pedir a um porto de Hidal-Khan uns navios do Samori, com quem andava em guerra e que ali se tinham refugiado, e tendo-lhe sido justamente negados, arrazasse completamente a povoação, estando Portugal em perfeita paz como Hidal-Khan, paz que viera expressamente firmar a Lisboa um plenipotenciario. O resultado d'esta imprudencia era facil de prever: d'ali a tempo, em Dabul, D. Diogo e D. Antonio da Silveira foram atacados traiçoei-

ramente por um general d'Hidal-Khan, accendendo-se assim novamante a guerra com este principe.

O sultão d'Achem tornou tambem por esse tempo a ameaçar Malaca, mas foi completamente destroçado por Mathias d'Albuquerque que lhe matou mil e seiscentos homens, e aprehendeu tres galés.

A chegada de D. Luiz d'Athayde á India, nomeado outra vez governador d'aquella possessão veiu pôr termo a estas guerras. O seu nome era tão respeitado e temido em todo o Oriente que o embaixador de Hidal-Khan, que viera a Lisboa tratar da paz, como já dissemos, antes da imprudencia de Ruy Pires de Tavora, voltando á sua côrte disse ao seu soberano, que de tudo quanto vira em Portugal, nada lhe causára maior espanto do que estar no gabinete d'el-rei de Portugal, posto em pé, D. Luiz d'Athayde, que fôra o terror da Asia, d'onde inferiu ser D. Sebastião o maior monarcha do mundo, pois eram seus vassallos aquelles heroes que nos outros reinos se adoravam como principes.

Apenas chegado á India D. Luiz d'Athayde, como fiel servidor do rei e ardente amante da sua patria, divulgou a noticia da deliberação d'el-rei passar a Africa a combater os mouros, a vêr se recrutava assim alguns fidalgos valentes para essa expedição que elle combatera quanto podera, mas que visto terem sido inuteis os seus esforços, se empenhava agora apesar d'isso, pelo seu bom exito. A noticia porem já era sabida na India porque D. Sebastião já ali mandára levantar um emprestimo entre os reis nossos alliados, e quando D. Luiz d'Athayde participava ao Oriente que D. Sebastião ia á conquista d'Africa, já o rei desejado fôra esmagado, e com elle o reino, pelas patas dos corseis africanos nos campos d'Alcacer-Kivir.

*
* *

Lancemos agora um olhar para Lisboa convulsionada pela enorme agitação da expedição a Africa.

A formosa cidade tinha um aspecto bellico d'uma velha cidade guerreira, os eccos eram a cada instante accordados pelo rufar dos tambores; soldados allemães, italianos, hespanhoes e portuguezes acotovellavam-se nas ruas, com os seus ares marciaes aventureiros, acotovellavam-se e ás vezes muitos gladiavam-se, em rixas cruentas, futeis, provocadas pelo referver de invejas pequeninas e de odios grandes, e todo aquelle sangue que seria pouco ainda para regar as terras africanas, esperdiçava-se largamente nas viellas e nas praças de Lisboa, com completo desprezo das leis da disciplina indispensaveis a todos os exercitos fortes e bem organisados.

Os portuguezes tomavam tambem parte n'essas luctas terriveis e immoraes, em que esbordavam rancores de nacionalidades e se creavam incompatibilidades perigosas, e D. Sebastião apesar de andar embriagado com a idéa d'ir combater os infieis, apesar das mil preoccupações d'um general nos preparativos ultimos d'uma grande expedição guerreira, viu-se forçado, tal era o escandalo produzido por essas continuas brigas, a lançar bando condemnando á morte sem processo algum, todo aquelle que desembainhasse a espada em serviço de questões pessoaes. Entretanto, o bando, com toda a sua severidade feroz, deu pouquissimos resultados, a indisciplina do exercito era superior a todos os terrores das ameaças, e d'ali a dias as Portas do Mar eram theatro de uma verdadeira e encarniçada batalha, ferida entre soldados das tropas portuguezas do duque de Bragança, e uma companhia de castelhanos.

Por outro lado, contrastava singularmente a indisciplina dos soldados com o luxo ruinoso dos capitães.

A segunda jornada d'Africa era tomada pelos moços fidalgos portuguezes como um apparatoso espectaculo, como uma festa luxuosa, em que cada um, preparando-se para a expedição como as mulheres para os bailes, tratava de deslumbrar o seu visinho, de fascinar o mundo, e de attrahir as attenções do rei, pela riqueza extraordinaria, pelas galas maravilhosas dos seus equipamentos. E então a nobreza de Portugal desenvolveu uma extraordinaria *mise-en-scene* n'essa tristissima e deploravel expedição. Era um luxo babylonico; o ouro, as pedras preciosas, os veludos caros, as sedas opulentas, amontoavam-se nas *toilettes* dos guerreiros portuguezes, que mais pareciam *costumés* para um baile principesco, do que para uma batalha terrivel.

E como não havia dinheiro para todos esses

custosos equipamentos, os fidalgos portuguezes empenhavam-se, arruinavam-se, contrahiam dividas vergonhosas para poderem pôr mais uns rubins nas tranças dos seus chapeus, mais uns brilhantes nos seus corpetes vistosos.

A velha phrase rhetorica — das flôres que cobrem o abysmo, — era digna de ter sido inventada aqui, e ninguem diria ao vêr embarcar radiosa a expedição, n'uma enorme scintillação d'ouro, de rubens e de diamantes, que essa expedição ia enterrar nas terras longinquas de Alcacer-Kivir a corôa gloriosa do heroico Portugal.

* * *

D. Sebastião antes d'embarcar, fez o seu testamento. Não que elle cuidasse sequer que podia morrer em Africa, mas simplesmente para transigir com a antiga usança.

Bem pensava elle em morrer em Alcacer-Kivir, elle, que como um conquistador de opera comica, encaixotára na sua galé, uma corôa d'ouro para o dia em que fosse proclamado imperador de Marrocos e que fizéra o padre Fernão da Silva decorar o sermão que havia de prégar n'essa extraordinaria solemnidade!

Mas em suma fez o seu testamento em 13 de junho, pelo seu proprio punho, e para dar á sua expedição todo o brilho convencional d'um *tableau* de magica, mandou buscar a Coimbra, ao mosteiro de Santa Cruz, a espada e o escudo de D. Affonso Henriques. Felizmente para a espada e para o escudo do fundador da monarchia, de Coimbra não os mandaram a tempo ao rei, poupando assim a essas velhas reliquias historicas a semsaboria de ficarem perdidos pelos arraiaes africanos.

No dia immediato, 14 de junho, Lisboa presenceou um dos espectaculos mais grandiosos, mais apparatosos, que lhe tem sido dado vêr — a benção da bandeira real na sé de Lisboa.

Fr. Bernardo da Cruz descreve detidamente essa grande ceremonia:

«Dispostas já todas as cousas, e preparados os da partida, ordenou el-rei, como é costume, ir benzer a bandeira real do exercito pera que Deus lhe fosse propicio com o favor do céu, escolhendo o dia mais acommodado aos quatorze de junho de setenta e oito, ajuntando-se pela manhã toda a côrte no paço, pera acompanhar a el-rei: onde foi tão grande o concurso de gente de cavallo da nobreza de Portugal, que fez demonstração de um exercito formado. Sahindo el-rei do paço se pôz a cavallo, mui ricamente vestido de huma telilha entre parda e azul, com muitos troçaes d'ouro, e ia tão formoso e airoso, que parecia prometter-lhe a fortuna o ceptro de todo o mundo: por que além de ir com muita graça, como elle tinha muita em todas as representações de sua pessoa, aquelle dia as mostrou todas juntas, e converteu os olhos de todo o povo em si e se enxergava n'elle um aspecto terrivel para os inimigos e promettedor a seus vassallos de insigne victoria: e com lagrimas, nascidas de alegrias, lhe rogava todo o povo a altas vozes prospero successo, e felice gloria de sua empreza: e a ordem que levava era ir diante d'elle o alferes-mór dom Luiz de Menezes, com o guião grande de damasco carmesim enrolado, com Christo crucificado bordado na bandeira, insignia em que el-rei sempre trazia os olhos fixados, e que tinha por ajuda de seus estados e por honra da sua fé catholica, cujo professor elle era, para defender com armas a santa igreja dos insultos dos barbaros africanos, e augmental-a nas partes orientaes com doutrina evangelica, semeada pelos ministros do evangelho sagrado, que elle a essas partes com muito cuidado mandava; e acompanhado de grande concurso de gente nobre, todos erão em competencia de quem mais gentil, loução e galante aparecia, com mais fermosos ginetes, arreos, custosas roupas e outros atavios de infinito preço: e de verdade, não se pode estimar em tanto as riquezas, vestidos e jaezes d'aquelle dia, e outras peças e joias, que tudo não seja verdade, porque como os fidalgos virão el-rei tão gostoso n'esta viagem, e elle se vestia com muitas louçainhas, todo o seu cuidado puzerão em cada um fazer em vestidos de sedas e peças de ouro, e joias de pedras e perolas, mui largas despezas, por o contentarem: tal era o amor de todos de desejarem servir el-rei, e o gosto de o agradarem, que não havia quem sentisse gastos e custos para este fim, não sómente nos atavios da pessoa, mas em todo o mais serviço de camas, mezas, e outros ministerios, em que se fizerão excessivos gastos; assim que parece que quiz Deos despojar a Portugal de toda a riqueza de ouro, prata e sedas, e outras ricas

peças, e enriquecer a Berberia, como fizerão os Egipcios aos Hebreos: e bem considerados estes processos, he de crêr permittio Deos o castigo, que os Portuguezes merecião, e elle já não podia dissimular, por seus peccados, foi-se tão geral que tocasse nas pessoas e honra e fazendas, com pobreza de Portugal, e grande prosperidade de Berberia. Deixada esta materia, da qual havia muito que dizer e meditar ácerca dos divinos juizos, e nos peccados dos homens, tornando ao fio da historia, partio el-rei do paço na maneira dita, o qual, subindo pela padaria acima, foi á Sé, onde disse missa cantada em pontifical o arcebispo de Lisboa, e acabada, foi por elle a bandeira benzida com as ceremonias acostumadas. Tornando el-rei da Sé, com a ordem que levára, e com bandeira despregada diante, logo se foi embarcar á galé, onde jantou; o que fez a fim de aplicar os homens a se negociarem e embarcarem com brevidade, vendo como elle já estava no mar; com o que os fidalgos se expertárão com muita diligencia, havendo grandissimo trafego nas embarcaçoens de tanta gente, muniçoens e outras cousas; e assim de dia nem de noite cessava o rumor da gente, que de huma parte e da outra discorria por todas as partes da cidade, sem cessar. Elrei, como n'aquelle dia se meteo na galé, nunca della mais se sahio, onde esteve até de todo sahir fóra da barra; o qual alli era visitado comumente dos fidalgos e senhores, onde comia, e dormia; mas por mais diligencias que se fazia no embarcar, e elrei aplicar com sua estancia no mar, não pudérão acabar até dia de sam João, vinte e quatro do mesmo mez.»

No dia 25 de junho, a esquadra sahiu a barra. Era um espectaculo grandioso e imponente; mas apesar de tudo isso um vago presentimento triste opprimia o coração dos milhares de pessoas que da praia assistiam á saida d'essa brilhante esquadra, composta de mais de oitocentos navios e onde ia—para não mais voltar—no seu galeão sumptuoso, o rei juvenil em que os portuguezes tinham posto todas as suas mais caras esperanças.

«Voga, voga, caminho d'Africa, linda esquadra que levas a teu bordo a fortuna de Portugal! escreve no seu estylo brilhante e colorido o sr. Pinheiro Chagas. Cento e sessenta e tres annos antes sulcava as mesmas aguas, seguindo o mesmo rumo, a esquadra portugueza que ia conquistar Ceuta. Tambem a fortuna de Portugal ia dentro d'ella, mas então, os destinos propicios infunavam as vellas, as sereias cantavam em torno das quilhas as futuras glorias do paiz, e um rei encanecido, o heroe d'Aljubarrota, guiava para a victoria e para a conquista do futuro, um povo cheio de mocidade e fé. Hoje, é um rei mancebo que parte, mas o povo que elle guia, já o salteou uma decrepidez precoce. Então, tinha Portugal no seu recente passado, Aljubarrota, agora, no seu futuro bem proximo, a Ponte d'Alcantara. Era tudo esperança e enthusiasmo; agora, tudo tristeza e desalento. Por baixo das rijas couraças dos rudes soldados de João I pulsavam corações patrioticos e robustos: por baixo dos veludos dos cortezãos de D. Sebastião palpitavam corações que iam esgotar o seu vigor n'um derradeiro esforço, e que não reservavam para defender a patria contra o estrangeiro nem um pequeno resto d'energia. Que terrivel contraste e que terrivel lição! A empreza é a mesma, quão differentes os resultados! E a que é devida essa differença? Á depravação moral, que succedeu á pureza dos costumes, ao enervamento com que a tyrannia e o fanatismo conseguiram destruir completamente a robusta virilidade d'um povo.

«Voga, voga, lusida esquadra, que levas a teu bordo o rei e a fortuna de Portugal, voga, e leva á perdição a patria e a corôa. Já no leme não poisa a mão da Providencia, e os pilotos debalde procuram no céu, de dia, o sol d'Aljubarrota, de noite, a solitaria estrella que illuminára as estudiosas vigilias do infante D. Henrique no promontorio de Sagres.»

CAPITULO XI

A batalha d'Alcacer-Kivir

Chegamos ao epilogo d'este triste drama.

Acompanhemos essa brilhante e vistosa esquadra que sae ufana do Tejo em 25 de junho de 1578, sigamos esses galeões reaes, essas inexpugnaveis urcas, essas formosas naus venezianas que desfraldam as bandeiras com uns grandes ares de festa e vamos assistir a todas as peripecias d'essa tremenda tragedia d'Alcacer-Kivir.

No dia 7 de julho a enorme esquadra chegou a Tanger, ahi metteu a seu bordo o Muley Hamed o soberano que servira a D. Sebastião de pretexto para esta desgraçada expedição e no dia 10 do mesmo mez partiu para Arzila.

Ahi fez tambem paragem a esquadra, o exercito desembarcou, esperando pelas bagagens, e como não coubesse na cidade acampou fóra dos muros, com as suas riquissimas tendas que eram d'um effeito phantastico e maravilhoso.

Durante os doze dias em que esperou pelas bagagens o exercito entreteve-se em banquetes, em festas, e aquillo mais parecia um arraial de opera comica que o arraial d'um exercito em vesperas d'uma enorme batalha.

Os mouros inimigos de Muley Hamed, sabendo que estava ali o rei de Portugal com todas as forças com que se preparava a combatel-os, approximaram-se do acampamento para tatearem as forças do inimigo. D. Sebastião tomando esse reconhecimento por uma investida guerreira, montou a cavallo e correu com os seus soldados ao encontro dos mouros.

Estes, que iam ali só para observar, retiraram-se logo depois d'uma pequenissima escaramuça e essa retirada deixou cheio d'orgulho D. Sebastião que imaginou que elles fugiam acobardados diante do seu prestigio.

Mulei Moluk, muito mais prudente que o rei portuguez, apesar de firmemente resolvido a sustentar batalha até á ultima, tentou ainda uma transação honrosa com o inimigo, preferindo fazer algumas concessões a arriscar na sorte varia do combate a sua corôa.

Com este fim escreveu a D. Sebastião propondo-lhe grandes vantagens para elle desistir da guerra.

O monarcha portuguez tomou logo essa carta e essa proposta como dictada pelo medo e pela cobardia e nem sequer se dignou responder a ella. E cheio de ancia de combater propoz ao seu conselho uma investida immediata contra Larache; para encontrar logo o inimigo por terra em vez d'ir procural-o por mar. O conselho repelliu immediatamente esta idéa louca, que inutilisava logo o maior auxilio com que contara a expedição portugueza, a sua forte esquadra. Entretanto a discussão fez surgir tres pareceres diversos: o de tomar Larache assaltando-a por mar, o de assaltal-a por terra mas sempre á vista da armada, e o parecer do monarcha, o mais desvairado e perigoso de todos.

Este, que no fim de tudo triumphou, como era de esperar da teimosia do rei e da fatalidade da sorte foi sustentado por Christovão de Tavora, e logo seguido com grande desagrado de todos os conselheiros prudentes e entendidos do joven rei.

Era realmente imbecil e desastrado esse parecer: alem de se perder o auxilio da esquadra, que assim ficava inutilisada, deixava-se ao inimigo, que estava em sua casa a escolha do logar do combate.

Como se a Providencia quizesse ainda suster Portugal á beira do abysmo, ou se a fatalidade quizesse lançar unicamente sobre D. Sebastião toda a responsabilidade terrivel da perda da sua corôa, á ultima hora, antes de partir para Larache, o rei portuguez recebeu uma carta habilissima, cheia dos prudentes conselhos d'um general intelligente, e firmada pelo duque d'Alba. D. Sebastião, porem, importava-se bem com isso: mal deitou os olhos para essa carta, pôz na cabeça o elmo de Carlos v, que o duque lhe mandára juntamente com elle, montou a cavallo e deu ordem ao exercito para se pôr em marcha para Larache pelo caminho d'Alcacer-Kivir.

Era isto em 29 de junho.

Os corpos do exercito eram commandados da seguinte maneira: D. Duarte de Menezes, chefe do estado maior; Alvaro Pires de Tavora, commandante do terço dos aventureiros; o coronel Pedro de Sequeira, commandante do terço de Lisboa; D. Miguel de Noronha, D. Vasco da Silveira e Francisco de Tavora, á frente dos seus respectivos terços; D. Alonso de Aguilar, commandante dos hespanhoes; Martim de Borgonha, dos allemães; o marquez de Leinster (Thomaz Sternuile), dos italianos; Gonçalo Ribeiro Pinto, commandando os gastadores; Filippe Terzi e Nicolau de Frias, engenheiros do campo; o capitão Gama e fr. Estevão Pinheiro, sargentos móres; Pero de Mesquita, bailio de Leca, commandando a artilheria.

Pois no dia 29 de junho, o exercito partiu de Arzila para Larache na seguinte ordem: primeiro a artilheria, depois a infanteria, nos flancos a cavallaria em duas alas, uma commandada pelo

rei, a outra pelo duque d'Aveiro, e Muley Hamed com os seus mouros, e depois os alcaides das praças africanas com os contingentes das suas guarnições, fechando a rectaguarda as bagagens escoltadas por um batalhão.

Apenas a marcha principiou, o exercito portuguez começou a soffrer uma guerra terrivel do inimigo que lhe apparecia aqui e ali, desapparecendo logo immediatamente, mas fazendo uma terrivel mortandade nas suas fileiras. Ao cabo de quatro dias de viagem, os viveres escasseavam e a sede era enorme entre os soldados. Procurou-se então um rio para matar essa sede, e, cousa extranha, o rio estava perfeitamente livre. Era um mau presagio, notou-o o marquez de Leinster, mas D. Sebastião, n'esse facto em que o bom senso de qualquer guerreiro prudente veria uma cilada, não viu senão uma demonstração do medo que d'elle tinham os inimigos, do terror que infundia aos mouros a sua presença n'aquellas terras.

E a sua vaidade enorme de rei e de guerreiro não via nada, não queria nada ouvir. De um lado e d'outro vinham-lhe informações das forças terriveis do inimigo, mas o rei a recompensa que dava áquelles que o avisavam era prendel-os como traidores, e a importancia que dava aos seus avisos era continuar a marcha doidamente, imbecilmente, como se se tratasse de um simples passeio militar.

O procedimento desvairado, mais que temerario, do rei longe de animar o exercito não fazia senão atterral-o e enfraquecer-lhe o animo. Era uma loucura aquillo. Todos o viam, todos o diziam em voz baixa, e mesmo o barão d'Alvito chegou a levantar o alvitre de prender o rei que levava assim á morte, o seu reino, a sua pessoa e os seus vassallos. Mas o rei queria, e tinha querer. Resolvera ir a Larache por terra e para lá caminhou, apesar dos protestos dos seus fidalgos e até do seu proprio valido Christovão de Tavora. Entretanto os embaraços invenciveis d'esse plano tornaram-se tão visiveis, tão insuperaveis que quando chegou a duas leguas d'Arzila, o rei teve de transigir pelo menos apparentemente, como o suppõe o sr. Rebello da Silva, com a opinião do seu conselho e foi a Arzila querendo assim emendar a mão e seguir para Larache por mar.

Quando porem chegaram a Arzila, já a esquadra lá não estava, julga-se que por ordem secreta do rei, que não abandonara o seu plano de combate mas fizera fingir para com o seu conselho de guerra que se amoldava a sua opinião.

Entretanto de alguma cousa serviram os conselhos dos generaes portuguezes, castelhanos, italianos e allemães, D. Sebastião, em vez de atravessar o rio Huad-El-Mhakzen como tencionava, foi-o costeando, o que era mais prudente. Ao mesmo tempo Muley Hamed não sabendo da mudança do plano do rei D. Sebastião continuou com os seus mouros a marcharem com direcção á ponte e d'ahi descobriu a esquadra dos mouros inimigos. Tratou logo de fazer conhecer esta noticia a el-rei D. Sebastião que apenas soube, deixou o seu segundo plano e cheio de febre de batalhar, voltou ao primeiro e poz-se em marcha para Alcacer-Kivir.

Alcacer-Kivir é banhado pelo rio Lukkos e ao norte d'elle corre Mâkzen que vae tambem desaguar no oceano. Na altura d'Alcacer-Kivir, os dois rios deixam entre si uma vasta planicie; foi n'essa planicie que se feriu a terrivel e fatal batalha.

Quando no dia 2 d'agosto o exercito portuguez chegou á margem direita do Mâkzen, D. Sebastião reuniu o conselho para deliberar sobre o que havia a fazer.

Uns queriam que se atravessasse a vau o Lukkos, e se fosse cercar Larache, outros que se seguisse até Larache a longo do Lukkos passando a ponte do Huad-Mâkzen, e outros por fim, que se travasse logo batalha com o inimigo, que da margem esquerda do Lukkos vigiava os portuguezes, pouco disposto a dar combate. O ultimo alvitre, o mais temerario e imprudente de todos, dado naturalmente pelos lisongeadores do rei, foi logo acceite por D. Sebastião, e no dia immediato o exercito portuguez atravessava o Mâkzen e acampava na vasta planicie que fica entre os dois rios, esperando a hora da peleja.

Era vantajosa a posição occupada pelos portuguezes e por isso os mouros tinham certo receio a acceitar a batalha. A planicie era defendida naturalmente pelos dois rios, d'um lado tinha o Mâkzen, do outro lado o Lukkos, que lhe serviam de fossos.

A repugnancia do inimigo em provocar o com-

bate, pareceu logo a D. Sebastião ainda effeito do terror que infundia o seu nome e o seu exercito, e deu-lhe o louco desejo de se pôr na offensiva. O conde de Vimioso, o bispo de Coimbra, e o duque d'Aveiro, tentaram energicamente despersuadil-o d'isso, mas perderam o seu tempo.

O proprio Muley Hamed, o interessado na sorte da batalha que a pretexto de o proteger o rei de Portugal intentára, procurou despersuadir D. Sebastião de tomar a offensiva, mas o rei nada ouvia. N'essa mesma noite, um irmão de Muley Hamed e mais tres portuguezes renegados, fugiram do acampamento inimigo e vieram para o acampamento portuguez, offerecer os seus serviços ao Sheriffe destronado, e fizeram declarações importantes sobre as forças dos mouros, que eram collossaes e d'uma desproporção aterradora para com as portuguezas e sobre as intrigas e a traição que reinavam no arraial contrario, sobre a conspiração havida contra Muley Moluk, sobre o envenenamento d'este que pouco mais tempo poderia resistir aos effeitos terriveis do veneno que lhe tinham ministrado os seus inimigos, etc.: revelações todas ellas ponderosas para o addiamento do combate, um addiamento curto, de dois ou tres dias, que lhe daria certa a victoria, porque morto Muley Moluk, as forças inimigas ficariam dizimadas pelas luctas partidarias, pela falta de chefe, e seria facilimo o triumpho sobre ellas.

D. Sebastião ouviu, ouviu, e depois teve uma resposta quixotesca, que faz duvidar muito do estado mental do desvairado principe: que não queria esperar, porque vencer sem lucta não era gloria, que desejava encontrar defronte de si um inimigo forte e terrivel, e não umas tropas desanimadas e sem chefe.

Entretanto, ao mesmo tempo que o rei portuguez dava este triste espectaculo d'obsecação e de orgulho comico, o rei mouro, Muley Moluk, apesar de se sentir morrer, tomava todas as precauções para que a victoria pendesse para o seu lado, trocava á ultima hora o commando dos seus corpos, para evitar qualquer traição, e do limiar da eternidade dava ainda todas as ordens d'um sabio e prudente general.

Finalmente amanheceu o dia 4 d'agosto, o terrivel dia que a fatalidade marcára para a ruina e para a vergonha do forte Portugal d'outras eras. O rei estava cheio d'enthusiasmo, louco de febre guerreira, ávido de gloria; os soldados estavam tristes, desanimados, minados por tristes presentimentos.

Os proprios fidalgos que na vespera tinham adulado lisongeiramente a opinão do rei, n'esse dia foram desanimados, acobardados, pedir-lhe que addiasse a batalha. Muley Hamed, vendo que era certo o desastre rogou tambem a D. Sebastião que desistisse do seu louco intento e esperasse. O rei nada ouvia, e quando ia a ceder a reflexão prudentissima do principe mouro, de que só ferisse batalha á tarde, quando declinasse o sol africano ardentissimo a que os europeus não estavam costumados e que os inutilisaria na peleja, o capitão Aldana, commandante das hostes hespanholas protestou energicamente, contra essa demora, com uma furia descomposta que parecia encommendada pelo seu rei, apressado em lançar as garras sobre o pobre Portugal.

D. Sebastião agarrou-se logo a esse protesto, e deu ordem ao exercito d'entrar em batalha.

D. Duarte de Menezes formou immediatamente o exercito em tres divisões, e dispol-o em quadrado, sendo a vanguarda composta do corpo dos aventureiros, do terço dos italianos, dos arcabuzeiros de Tanger, dos terços allemães e hespanhoes, o centro, dos terços de Lisboa e do Alemtejo, e a rectaguarda dos terços de Santarem e do Algarve.

Os gastadores e a artilheria marchava a distancia na frente da columna.

O rei commandava a ala esquerda da cavallaria, levando a seu lado a bandeira das quinas hasteada pelo alferes-mór D. Luiz de Menezes, e sendo seguido de perto pela sua côrte transformada em estado maior.

E assim o exercito portuguez, onde a indisciplina era já grande, onde as desavenças e as intrigas tinham já lavrado grandes descontentamentos marchou para o inimigo.

Os mouros não estavam costumados a estas luctas em regra, mas o seu habil general, Mulei Moluk obrigou-os a isso sem lhes affrouxar os impetos guerreiros, e collocando-se n'um outeiro, com algumas das suas forças embuscadas, e a artilheria a coberto, assistiu a todas as manobras do inimigo e fez-lhe terrivel destroço com o fogo das suas peças.

O plano de batalha de Mulei Moluk era envolver o exercito portuguez com as suas numerosas tropas e esmagal-o, ao passo que os corpos de cavallaria torneariam de longe os portuguezes e fatigariam as suas columnas com repetidas escaramuças destinadas apenas a desviar as suas attenções.

Quando se deu o primeiro embate dos dois exercitos, os portuguezes surprehendidos pela artilheria encoberta do inimigo, tiveram um momento de hesitação. O capitão Aldana, o hespanhol, viu logo que a derrota era inevitavel e aconselhou ao rei que se puzesse a salvo.

O rei ficou então um pouco indeciso, exactamente no momento em que a indecisão era um perigo.

O exercito esteve um momento sem que ninguem lhe desse ordens, precisamente na occasião em que mais precisava d'ellas.

O rei recobrou então animo e mandou dar o signal do combate, o toque da Ave-Maria. O jesuita Alexandre de Mattos ergueu um crucifixo, os peões ajoelharam, os cavalleiros curvaram-se, e D. Sebastião sentindo dentro de si o fogo guerreiro e fanatico da cruzada de Godofredo, arrancou a espada da bainha, e sublime de coragem, de enthusiasmo, de ardor, lançou-se desvairadamente, como um leão sobre as hostes inimigas.

Como soldado D. Sebastião portou-se como um verdadeiro heroe, como general esqueceu o seu exercito, e nunca mais deu uma ordem qualquer.

Pelejava, pelejava, como um deus da guerra, á frente da sua cavallaria, semeava a morte e o terror entre a vanguarda do inimigo. D. Duarte de Menezes vendo que D. Sebastião deixara de ser general para apenas ser soldado, tomava o lugar de rei, e commandava as manobras. Muley Hamed fez outro tanto: o inimigo estava n'uma confusão incrivel, e fugia acobardado deante da impetuosa investida dos portuguezes.

A victoria parécia certa. N'esse momento, quando já os eccos de Alcacer-Kivir repetiam os gritos triumphaes dos portuguezes, Mulei Moluk sentiu que ia morrer; o veneno chegou ao seu ultimo resultado. Mas, vendo a desordem que reinava no seu exercito o valente e habil general mouro montou a cavallo para animar com a sua presença e com o seu exemplo a sua gente. N'esse esforço porem, acabou-se-lhe a vida, e o grande general cahiu do cavallo, não morto pelas balas do inimigo, como se poderia julgar, mas sim pela traição dos seus soldados.

Era o momento dos portuguezes consolidarem a sua victoria: a noticia da morte de Muley Moluk, bem explorada por um inimigo habil, lançaria o desanimo nas tropas infieis, e redobraria a coragem, a força moral do exercito agressor. D. Sebastião não fez nenhum caso d'essa noticia, pelejava como soldado e não se importava com o bom acaso que a sorte proporcionava a um habil general. Entretanto, apesar de não se aproveitarem todas as aragens da sorte, o impeto e a bravura com que os portuguezes atacavam eram taes que a batalha estava quasi ganha, quando um dos capitães dos aventureiros, receiando que os seus soldados na furia do combate se embrenhassem pelas fileiras inimigas, e se perdessem uns dos outros, arriscando assim o exito da lucta, gritou a voz de alto; *Ter, ter*, com o fim de lhes abrandar o impeto. Este grito foi a desgraça dos portuguezes. Os aventureiros ouvindo-a, julgaram que a tivesse provocado algum desastre que elles ignoravam, e começaram a retirar desanimados. A cavallaria, vendo isto, imitou-os: o inimigo em presença da retirada dos portuguezes ganhou animo, começou a recobrar a força moral, a sorte do combate mudou-se completamente. Os mouros tomaram a offensiva, investiram contra os portuguezes, os allemães, os italianos e os hespanhoes, com impeto igual áquelle com que tinham sido momentos antes carregados: o panico apossou-se da maioria das forças de D. Sebastião, que começaram a fugir aterrorisadas; o rei, convenceu-se então da certeza da derrota e resgatou brilhantemente por um momento de coragem épica os erros de toda a sua vida.

Vendo que estavam perdidas todas as esperanças, não tratou senão de morrer, mas fazendo pagar cara a sua morte. Á frente da sua nobreza heroica e valente, D. Sebastião deu uma carga medonha sobre o inimigo que tentára tomar-lhe a sua artilheria.

Muitos fidalgos morreram n'essa investida, e o prior do Crato pensando mais no rei do que em si, batendo-se como um leão indicava ao rei Desejado, uma abertura nas fileiras do inimigo por onde poderia fugir.

Mas D. Sebastião pensava lá em fugir. Tinha a consciencia de que fôra o unico auctor d'aquella catastrophe, e honra lhe seja, não procurava furtar-se a ella. Sabia que ficando, a morte era inevitavel, e ficou: e resoluto, firme, terrivel dizia lentamente aos seus fidalgos fieis e heroicos:

—Só nos resta morrer, mas devagar!

E com uma serenidade sobrehumana, arremeçava-se para as fileiras dos mouros, deixando por onde passava um rasto de sangue, e fazendo fugir espavorido o inimigo que já conhecia aquelle cavalleiro terrivel, e se afastava d'elle cheio de terror.

Postos os portuguezes em debandada, os mouros voltaram-se todos para esse grupo de cavalleiros indomaveis, invenciveis, que repetiam em Alcacer-Kivir as façanhas de Mazagão.

Mas eram poucos, pouquissimos, e viam-se cercados por um exercito enorme e victorioso. O momento era supremo: os mais valentes cahiam mortos ao lado do seu rei: por fim Christovam de Tavora, supplicou ao rei que se entregasse.

—Não, a liberdade real só se ha de perder com a vida.

E chegando as esporas ao cavallo metteu em correria veloz por entre as filas do inimigo, semeando mortes. Os poucos fidalgos que restavam ainda ao rei, tentaram acompalhal-o, mas perderam-n'o de vista logo.

E nunca mais ninguem soube o que era feito do rei, ninguem o viu cahir do cavallo, ninguem o viu morrer.

D'ali a dias encontrou-se no campo um cadaver que se disse ser o de D. Sebastião, mas que estava tão desfigurado que ninguem o poude reconhecer.

D'este desapparecimento mysterioso do rei, nasceu a celebre lenda dos Sebastianistas; mas nasceu tambem essa terrivel historia que se chama a dominação hespanhola.

Typ. rua Nova do Almada. 36.

Alcacer-Kivir

REINADO DO CARDEAL D. HENRIQUE

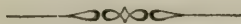
E

DOMINAÇÃO DOS FILIPPES

POR

DELFIM D'ALMEIDA

LIVRO II

Cardeal D. Henrique

CAPITULO I

Estado social do reino na segunda metade do seculo XVI. — Condições moraes, intellectuaes, politicas e economicas.

Que a simples narração dos factos não constitue a historia é uma verdade tão conhecida, tão divulgada, tão unanimemente aceite, que já entrou na cathegoria do que se chama *logares communs;* coisas sabidas que ninguem discute, e que, portanto, é escusado repetir. Nem tambem nós a repetimos na persuasão de que vamos enriquecer a sciencia com uma descoberta; se a recordamos, é sómente para fazer notar que ha dois modos differentes de compôr historia; ou se encarrega o escriptor de fazer a apreciação dos factos, indicar a significação d'elles, avaliar-lhes a importancia, ou proporciona ao leitor os meios de formar o seu juizo, sem necessidade de que lhe ensinem a lição, de que esteja outro a pensar por elle. Preferimos o ultimo. Callamos os motivos da nossa preferencia, para não alongar com digressões esta simples razão d'ordem: notaremos sómente, que o primeiro dos modos, ou se quizerem—dos methodos apontados, não sendo usado por escriptor de grandes aptidões e conhecimentos sólidos, tem o perigo de tirar á historia a sua dignidade, degradando-a, obrigando-a a servir, como escrava, as preoccupações do escriptor, as suas theorias, e mesmo os seus devaneios philosophicos. Viu-se muito d'isso no primeiro quartel d'este seculo, quando se iniciou a renovação dos estudos historicos, e ainda hoje se está vendo um pouco.

A comprehensão dos factos, mais ou menos lucida, mais ou menos completa, conforme o grau de illustração de quem os pretender julgar, não nos parece extremamente difficil, desde que se conheça a época em que se deram; as crenças dominantes, os sentimentos, habitos, interesses, paixões, tudo o que constitue a vida social.

Vamos tentar esse quadro, advertindo que teremos de nos limitar a um esboço muito rapido, sem todavia omittir nada do que julgar-mos essencial ao nosso intento.

I

Uma das forças mais energicas para a formação do caracter de um individuo é, incontestavelmente, a educação domestica; assim tambem, a educação publica é um dos agentes mais poderosos, para formar o caracter de um povo: portanto, será esse o primeiro ponto a que deverá attender-se, quando se queira ajuizar do estado social de qualquer paiz, em determinada época. Os meios de educação são sempre virtualmente os mesmos; o seu emprego, porem, varia muito, tendo ora uns, ora outros o predominio. Hoje, por exemplo, exercem grande influencia os espectaculos scenicos, emquanto que no seculo XVI occupavam o primeiro logar as festas religiosas e o pulpito. [1] Não admira, portanto, que n'esse

[1] Não se perca de vista que tratamos simplesmente

tempo fosse poderosissima a influencia do clero, e eminentemente religiosas as tendencias de toda a educação, tanto particular como publica. Temos d'isto um exemplo notavel nas manifestações da arte, a qual sendo uma força educadora, é ao mesmo tempo uma resultante da educação. No seculo XVI vão a Roma os estrangeiros para ouvir, na egreja de S. Pedro, a musica de Palestrina; no seculo XIX aglomera-se a multidão ás portas do theatro, para ouvir as obras primas de Gounod e Mayebeer; n'aquelle tempo eram os agiologios a mais copiosa fonte de inspiração para os pintores; [1] hoje são as scenas da vida commum; no seculo XVI lançavam-se os alicerces do Escurial, hoje levanta-se em poucos mezes, cheio de maravilhas, o edificio da Opera. Será escusado proseguir em comparações, que facilmente acodem á memoria de todos.

A natural consequencia do prodominio religioso na educação era a enorme influencia do clero, por meio do confissionario e do pulpito. Este, pode verdadeiramente dizer-se, foi o jornalismo da época; aquelle chegou quasi a assumir as proporções de uma instituição politica. Nos pulpitos, sob color de castigar os costumes, faziam-se allusões aos successos do dia, e procurava-se formar a opinião publica, mesmo agitar os animos, quando necessario fosse. [2] O logar de confessor do rei era disputado, não por quaesquer ambições individuaes, mas pelos interesses partidarios, pondo-se em movimento as influencias da côrte e as intrigas dos claustros. É que o director espiritual, por dever do seu ministerio, tinha muitas vezes de intervir na direcção do negocios temporaes. [1]

Outros meios de acção religiosa eram os livros mysticos, genero este em que a litteratura da

do *predominio*, sem todavia querermos de modo algum affirmar que fosse *nulla* a influencia das representações theatraes. Que o não era, prova-se com o desenvolvimento, e a *feição* que tomou n'essa época a litteratura dramatica.

[1] É certo que na renascença a arte se *paganisou*, desviando-se do espiritualismo christão, para se approximar da fórma hellenica, a bellesa plastica; mas nem por isso deixou de ser profundamente religiosa: a religião entrou em nova phase, a arte seguiu-a.

[2] Uma das origens historicas completamente inexploradas entre nós, e que suppomos poderia ser de grande proveito, para o estudo da vida intima da nação, na época de que se trata, são os sermonarios. As predicas de então tinham indole muito differente das que hoje se fazem. Eram quasi desconhecidos os panegyricos, e muito raro tomar-se por assumpto a explicação dos mysterios e dogmas. A instrucção moral fazia regularmente o objecto da oratoria sacra; mas os oradores não se limitavam a tratar a questão na generalidade, combatendo e condemnando os vicios abstractamente: referiam-se aos successos do momento, e chegavam até a fazer allusões, em estylo caustico, *a procedimentos individuaes das pessoas do auditorio.* (Cenaculo—*Memorias do Pulpito*, pag. 147). Muitas d'estas allusões seriam hoje completamente incomprehensiveis, mas ainda assim, que boa colheita se não poderia fazer de apontamentos sobre os costumes da época!

Mais tarde, no tempo do padre Vieira, quando já se achavam muito modificados aquelles habitos, ainda se pode conhecer, pelos sermões do insigne jesuita, a importancia que tinha o pulpito para dirigir a opinião em assumptos de governo.

[1] Exemplo: «D. João d'Austria tinha posto por confessor de Carlos II ao virtuoso padre Reluz, dominico, a quem trouxe de Salamanca por conselhos do duque de Alba. A duqueza de Terra Nova, camarista-mór da rainha, e muito mettida em politica, desejava fazer demittir, e arredar da côrte, o conde de Medinaceli, ministro e privado do rei; valeu-se do confessor, que havia conseguido attrahir ao seu partido; e este pintou ao rei com vivacidade os males da nação (por desgraça verdadeiros) e o desgoverno do duque, *negando-lhe absolvição* se não cuidava em prover de remedio *principiando por separar de si o valido.* O rei, depois de alguns dias de angustia abriu-se com o duque. O sagaz ministro principiou por elogiar o confessor e as suas rectas intenções; porem observou ao rei, que tendo sido o padre creado na obscuridade do claustro, não tinha conhecimento algum da politica, nem da arte de governar; e que se chegava a dar-se tal importancia aos regios confessores nos actos de governo, podendo negar a absolvição por motivos politicos, resultaria ficar sendo o confessor o verdadeiro rei. Em virtude d'isto o padre Reluz foi despedido de confessor, e nomeado bispo de Avila, cuja mitra não quiz aceitar.» D. Vicente de Lafuente—*Hist. Ecc. de Hesp.* tomo 5.º pag. 516 e 517.

O testemunho é insuspeitissimo; não é nenhum livre pensador que narra o facto, mas um historiador ecclesiastico, profundamente catholico, e digno da maior consideração pela sua sciencia.

Leopoldo Rank, referindo-se á côrte de Carlos V,

peninsula foi a mais fecunda da Europa; [1] e o *cathecismo*, que n'esse tempo teve grande desenvolvimento, [2] e a cuja efficacia educadora ainda se não deu modernamente o devido apreço. [3]

A importancia que então assumiu a cathechesis teve razão de ser; foi determinada—digamol-o assim, por uma necessidade de guerra. N'aquella época de grande renovação social deu-se uma scisão no christianismo, e os dois partidos entraram em acerrima lucta. A egreja precisou disciplinar o seu exercito para o combate. Combateu-se com a diplomacia e com as armas, com os sermões e as fogueiras, com a persuação e a tortura. De parte a parte se exacerbaram os animos, e a paixão religiosa tornou-se dominante, exclusiva: n'estas circumstancias, a consequencia inevitavel, fatal, é a intolerancia, o fanatismo.

A par com este, as superstições, que não fôram decerto mais do que na época anterior, mas a que se deu maior importancia. Sabe-se do activissimo papel que na idade média representou o diabo; mettia-se em tudo; mas chegou a familiarisar-se tanto, que o vulgo brincava com elle, e os santos pregavam-lhe peças. Na época de que nos occupamos foi tomado mais a sério; a sua companhia, o trato com a sua pessoa, rigorosamente prohibido e castigado com severissimas penas. Ora, exactamente por se dar maior importancia ás superstições é que ellas se reanimaram. Faziam-se milagres e fabricavam-se reliquias: gosavam de grande credito as feiticeiras e as santas; aquellas eram procuradas e temidas, o que não impedia que os tribunaes ecclesiasticos as mandassem assar; estas attrahiam sempre a devoção popular, o que tambem não obstava a que, de quando em quando, fosse descuberto, e punido, o embuste.

Com uma educação tão acentuadamente religiosa não admira que se conservasse a *pureza da fé*, e era esse o principal intento; mas succederia o mesmo com relação aos costumes? Os moralistas da época descrevem com as mais negras côres a gangrena de vicios que esphacelava a sociedade: o jogo, a incontinencia, o luxo, a immoderada cubiça de riquezas, dando causa aos mais escandalosos roubos, e a ambição do poderio, tirando todos os escrupulos do assassinato. Citam-se em apoio d'estas affirmativas muitos factos, revestidos da maior authenticidade. Cumpre todavia não nos deixarmos arrastar pelas declamações exageradas dos moralistas de todos os tèmpos; hoje, como então, tambem se pode notar grande numero de exemplos, que revellam immoralidade; e todavia, o estado moral d'agora é incomparavelmente superior ao de então, assim como o d'aquella época era melhor, sem duvida alguma, ao da idade antecedente. [1] Á medida

no livro: *Os Osmanlis e a Monarchia Hespanhola, nos seculos XVI e XVII*, nota que aos tres dignitarios mais proximos do principe, o camareiro-mór, o mordomo-mór e o estribeiro-mór se deveria ajuntar o confessor, a cuja auctoridade se achavam subordinados dois prégadores e os capellães; e acrescenta: «O confessor podia-se gabar de exercer a sua influencia sobre o principe nos momentos mais tranquillos, porventura os mais importantes da sua vida.» (Trad. franc. de Haiber, pag. 152).

[1] Não nos referimos aos tratados de theologia mystica, mas aos livros denominados *espirituaes*, em que tanto abunda a lingua portugueza e hespanhola, e alguns dos quaes, bem conhecidos, são escriptos com grande primor de linguagem: o maior numero, porem, pode mesmo dizer-se que a quasi totalidade não tem o menor merito litterario.

[2] Vid. Cenaculo *Memorias do pulpito*, pag. 143.

[3] O distinctissimo publicista allemão Bluntschli, referindo-se no seu tratado acerca da *Sciencia politica* á importancia da educação civica escreve: (pag. 277 e 278 da trad. franc.) «O estado moderno tem n'isto muito que aprender da Egreja. É com profunda habilidade que ella sabe fazer penetrar no espirito da mocidade os seus dogmas e mandamentos... Esta instrucção, dada na puberdade, grava-se nos corações com traços indeleveis, e fórma frequentemente o ponto de partida de todo o ulterior desenvolvimento intellectual... O estado moderno precisa de um systema egual de educação. O seu dever e o seu interesse exigem-lhe, que providencee para que os cidadãos, que vão votar pela primeira vez, sejam instruidos com as noções fundamentaes da ordem, e do direito publico. O estado deve tambem ter o seu cathecismo.»

O dr. J. Dubbs, no seu *Tratado de direito publico da confederação suissa, exposição para o povo.* (Neuchatel, 1878) insiste tambem sobre a importancia para o estado moderno da educação civica, por meio de leitura apropriada, que não é, nem poderá ser nunca, o jornalismo.

[1] Um escriptor moderno, referindo-se á mesma

que as idéas moraes se desenvolvem e se aperfeiçoam, torna-se tambem mais delicado o senso moral; e d'ahi vem a severidade com que apreciamos os factos, e as erroneas conclusões que d'elles tiramos. Para conhecer a physionomia moral d'uma época, e graval-a bem na memoria, nada melhor do que procurar-lhe a feição principal; aquella que particularmente distingue essa época de todas as outras: ora, a do periodo historico a que nos referimos está no rebaixamento dos caracteres, claramente manifestado pela veniaga dos serviços, e pelo desalento dos espiritos.

O grande mestre da nossa historia, procurando caracterisar as transformções por que passou a sociedade portugueza no decurso dos tempos, escreveu: «Em 1570 D. João de Mascaranhas, coberto de cãs e farto de recompensas, calca aos pés a corôa de louros que obtivera em Diu, e como o mais vil usarario, estende da borda do sepulchro a mão descarnada para receber de Castella o preço porque vendera a patria; e expira, senão cheio de remorsos, ao menos rico de oiro e de ignominia.» [1]

O exemplo do heroico e deshonrado defensor de Diu foi seguido pela maior parte da nobresa: os caracteres integros que permaneceram fieis ao dever constituem a excepção: a regra, o principio adoptado pelas classes nobres foi a venda dos seus serviços e influencia.

Debalde se oppõe ao vilissimo procedimento de D. João de Mascarenhas a virtuosa e altiva isenção de Phebus Moniz; a torrente contraria havia adquirido maiores forças, era mais abundante e impetuosa; venceu.

No povo ainda se não havia amortecido de todo o sentimento da independencia e nacionalidade, mas desamparado de chefes, que soubessem conduzil-o, desilludido com as torpezas que presenceava nos que deveriam ser espelho de fidelidade e honra; amedrontado pelo espectaculo das ambições pessoaes que se debatiam, sacrificando cada um aos seus interesses os destinos da nação, o povo olhava com indifferença para o dominio estrangeiro, receando-se menos d'elle do que dos desastres da guerra, ou das convulções da anarchia.

Esta enfermidade do desalento, esta covardia do espirito, que aceita resignadamente como condemnação da providencia o que é resultado da falta de energia propria, apoderou-se de todos os que a venalidade não tinha corrompido, mesmo dos mais honestos e de mais austera vida.

«O bispo do Algarve, D. Jeronymo Osorio, diz um escriptor nosso contemporaneo, é uma prova da enfermidade moral, que então acomettia os mais elevados espiritos.

«Na idade de setenta e tres annos, já proximo do tumulo, vemol-o estender a mão tremula para aquella penna, que tantas paginas admira-

época de que nos estamos occupando, escreve: *A renascença engrandeceu o dominio das paixões, como o das idéas. Tal sentimento que se julgaria amortalhado no* Banquete de Atheneo, *ou na Satira de Petroneo, reapparece desassombradamente nas cartas familiares de Machiavello, e nas memorias de Cellini. Este procurava divertir com a musica o seu aprendiz Paulino, cuja bellesa o encantava. «Não me admiro, dizia elle, das loucuras que os gregos contam dos seus deuses...»* (Ghebart, *Rabelais, a Renascença e a Reforma*, Paris, 1877, pag. 72). Não pretendemos impugnar, nem sequer esconder, que foi a dissolução dos costumes a causa principal da revolução religiosa effectuada então, denominada a *Reforma;* é de notar, porem, que a desenvoltura de costumes foi incomparavelmente maior na Italia, do que nos outros paizes; e a certeza d'isto se póde obter pela litteratura comparada.

Quantos Aretinos, por cada Rabelais!

Demais, parece-nos dever attender-se a que se a dissolução dos costumes deu motivo á revolução, a força que fez explosir esta foi o aperfeiçoamento, a elevação do senso moral. Já no periodo anterior existia igual motivo, sem que d'elle resultasse o mesmo effeito. Quanto ao estado dos costumes da nossa edade-média, não só grosseiros, mas torpes, veja-se a penalidade imposta pela antiga legislação da peninsula aos mais atrozes crimes, e aos vicios mais ignobeis. Vae extensa esta nota, que todavia era indispensavel como esclarecimento da idéa tão levemente esboçada no texto: apenas accrescentaremos ainda, que se as ostentações do luxo, e como resultante, a cubiça das riquezas, é notada frequentemente pelos nossos escriptores como symptoma da decadencia moral da época, tambem deve lançar-se no outro prato da balança o desenvolvimento que tiveram, no mesmo periodo, os institutos de beneficencia.

[1] A. Herculano, Revista Universal Lisbonense, tomo 2.º (1843) pag. 56.

veis traçou na lingua propria e na de Tito Livio e de Virgilio, dedicando o seu ultimo discurso a persuadir ao povo, que recebesse como um beneficio do céo a dominação de Hespanha.

«Duvidamos, que nenhum dos manifestos, inspirados pelos embaixadores, fallasse mais convencido do que escreveu o antigo partidario de D. Catharina d'Austria.

«A eloquencia natural e o primor da phrase não o trahiram n'este final esforço, e deplorando, que as suas derradeiras palavras fossem proferidas contra a idéa da salvação da independencia portugueza, seriamos injustos se as não attribuissemos ao verdadeiro sentimento que as dictou.

«O velho prelado, magoado pelo açoute de tantos revezes, e costumado a admirar nos reis da casa d'Austria os continuadores dos designios de Carlos v, e os strenuos mantenedores da unidade catholica, perdera a fé no paiz e nos homens, vendo-os tão pequenos, em tudo, e tão inferiores nas obras á generosa ambição, que justifica os grandes rasgos.

«Olhando em volta de si, não achava para oppôr á capacidade e ao poder de Filippe II senão um reino dividido; pretensores que antes queriam a perda da patria, do que a victoria dos emulos; uma nobreza arruinada e disposta a negociar com os inimigos em vez de se armar para os repellir; um povo sem crenças e sem alentos, inerte e inerme, temendo mais a guerra que a usurpação; e por fim fracções agitadas á superficie, e bandos cujas divisas symbolisavam mais os interesses individuaes, que o nobre principio que nem eram dignos de invocar muitos dos que o proclamavam, nem quando fossem, poderiam fazer prevalecer, renovando os gloriosos dias de outras eras.

«Em presença da profunda degeneração que decerto lamentava em segredo, mas que se absteve de flagellar n'este momento, não espanta que elle considerasse a questão como decidida e terminada, desde que Filippe manifestara a resolução de cingir a corôa, e que D. Henrique, os prelados e a maioria dos fidalgos se ligavam para lh'a entregar.» [1]

[1] Rebello da Silva, *Historia de Portugal* nos seculos XVII e XVIII, tomo 1.°, pag. 477 e 478.

O bispo de Silves e D. João de Mascaranhas representam a degeneração dos enthusiastas acclamadores do Mestre d'Aviz e dos soldados destemidos do condestavel. Os protesto patriotico de Phebus Moniz, nas côrtes de Almeirim, e a voz dos populares pelo prior do Crato, são apenas estremecimentos de moribundo; o abalo que produz no organismo a vida, quando foge. Entre a época de Nuno Alvares Pereira e de Christovam de Moura ha a differença de que na primeira os traidores e timoratos constituiam a excepção, e na segunda a regra geral; esse o motivo por que o exercito do duque d'Alba não teve que ferir batalhas; algumas escaramuças lhe bastaram para conquistar Portugal.

Que influencia, porem, teve a educação para se afeiçoar d'aquelle modo, no periodo de que se tracta, o caracter nacional?

Não proveio decerto das idéas religiosas, nem a venalidade, nem o desalento; mas como a educação não era apropriada para corrigir essas más qualidades, fructo do systema politico que já então se achava constituido na peninsula,—o absolutismo, succedeu que ellas desenvolveram-se a ponto de se tornarem a feição predominante da época. [1] Uma influencia negativa, mas por isso mesmo bastante desmoralisadora. Similhantemente ao que succede com o individuo, que por haver sido desamparado de cuidados na sua direcção moral, quer dizer, por falta de educação, ou segue as suas naturaes porpenções para o mal, ou é combalido pelos vicios do meio em que vive; assim acontece com os povos, aos quaes escaceam as forças da resistencia contra os vicios, que a sua constituição social favorece.

Demais; a educação, no significado usual da palavra, está por tal fórma ligada com o ensino, depende tão immediatamente d'elle, que não pode comprehender-se bem a influencia d'aquella sem conhecer as tendencias e organisação d'este. É do que em seguida nos vamos occupar, muito em resumo.

[1] É claro que nos referimos sómente ao nosso paiz, pois que n'aquelles em que se deu a lucta religiosa (o que não succedeu na peninsula, onde apenas se manifestou a oppressão do partido vencedor), longe de se rebaixarem os caracteres, pelo contrario, relevaram-se.

II

De todas as glorias da nossa vida nacional, uma das mais brilhantes, e infelizmente a mais apagada hoje na memoria de todos, não só dos estranhos, mas ainda dos naturaes, é o logar distincto, que Portugal occupou na vanguarda do grande movimento litterario e scientifico da renascensa. O renome das nossas longiquas navegações e conquistas ficou; ainda hoje se falla de Vasco da Gama e de Affonso de Albuquerque; de Pedro Cabral e de Francisco d'Almeida; mas os nomes de tantos portuguezes, que illustraram a época, e glorificaram a patria, causando admiração, pelo seu saber, nas mais cultas cidades da Europa, sem mesmo exceptuar Roma, que era então a capital do mundo litterario, os nomes d'esses são apenas conhecidos de alguns investigadores curiosos; o publico ignora-os. Salvou-se o nome de Camões, por que o livro do poeta era a synthese do alto grau de civilisação que haviamos attingido. E foi na verdade tão alto, sobresahiu tanto na historia, que era absolutamente impossivel demolir o monumento, e esquecer o architecto. Mas, posteriormente áquelle periodo brilhantissimo, foi tão rapida e profunda a nossa decadencia intellectual, que chegamos a não comprehender o valor das glorias da intelligencia: conservamos, com ufania, a recordação da nossa intrepidez e esforço d'animo; deixamos perder, como inutil, e de nenhum preço, a memoria da nossa illustração, do quanto era entre nós robusta a vida do pensamento.

O não se achar absolutamente esquecido o nome de Jeronimo Osorio, denominado, mesmo no seu tempo, o *Cicero*, tal era a elegancia e correcção da sua latinidade, o não se achar hoje, dizemos, tão honrado nome em completo esquecimento deve-se, talvez, á traducção feita ainda n'este seculo, e por um poeta muito conhecido, da melhor obra da sua penna, em que se narram os nossos brilhantes feitos na India. Comtudo, se Jeronimo Osorio foi por ventura o mais distincto da grande pleiada de latinistas portuguezes, nem porisso outros deixarem de ser considerados como ornamentos do seculo, e mesmo convidados a irem illustrar com os seus talentos a côrte mais litteraria da Europa.

Para que se não lançe esta asserção á conta de exagero patriotico, servir-nos-hemos do testemunho de um estrangeiro, historiador notavel, e que não tem o menor interesse em lisongear a nossa vaidade nacional. Louvando Leopoldo Rank a zelosa protecção dada por Leão x ás lettras e sciencias, nota que chamou de Portugal um mathematico, afamado pela elegante latinidade com que ensinava a sua sciencia. [1]

«O cardeal Sadoleto não pôde usar de vozes mais honradas, e mais recommendatorias do nosso latim, do que parecer-lhe haver-se transferido o Lacio para Portugal... Escreveram com pureza, elevação e facilidade, entre os sabios de que tratamos, Damião de Goes, Achilles Estaço, bispo Osorio, André Rezende, Jorge Coelho, Gaspar Barreiros, Diogo de Teive, Pedro Fernandes, Diogo Mendes de Paiva, Hilario Moreira e muitos outros que mereceram os applausos dos primeiros mestres.» [2]

O hellenismo tambem teve entre nós cultores não menos insignes que os latinistas, e bem assim a lingua hebraica.

«Ayres Barbosa foi o restaurador da litteratura grega na Hespanha. De Paris vieram em 1528 dois doutores portuguezes, Pedro Henrique e Gonçalo Alvares para ensinarem, Jorge Coelho, no juizo de Clenardo, foi eruditissimo na lingua grega. O que porem serve de honra immortal a este reino, é a justa admiração do mesmo Clenardo, quando visitou a escóla publica do grego em Coimbra, por lhe parecer estar em Athenas, pois ouvia tratarem-se com facilidade entre si os mesmos discipulos na lingua da Grecia. [3] ...An-

[1] *Hist. dos Papas, nos seculos XXVI e XXVII,* trad. franc. 2.ª ediç., tomo 1.º, pag. 67.

Servimo-n'os da trad. franc. feita por Saint-Cheron, convindo advertir, que a censura infligida a esta versão por lord Macaulay, o qual lhe chama *deshonesta e desleal,* refere-se, sem duvida, á primeira edição, e não á segunda, feita tambem sobre a segunda allemã, mais ampliada, e que foi revista e corrigida por J. B. Haiber.

[2] Cenaculo. *Memorias do pulpito,* pag. 127 e 128.

[3] Cenaculo refere-se n'este logar a uma *epistola ad christianos,* escripta pelo mesmo Klenard, e inserta nas *Memorias chronologicas da universidade de Coimbra* de Francisco Leitão. Não podémos averiguar, porem, se a referida carta se encontra no volume em que foram colligidas, e publicadas, todas as do erudito humanista.

tonio Luiz fez traducção de alguns tratados de Galeno: Jorge Coelho da Deusa Syria de Luciano... Ambrosio Nunes sobre os Afforismos de Hippocrates mostrou conhecer aquella lingua.

«A Hebraica era conhecida. Soube-a D. Jeronimo Osorio, e a persuadiu ao franciscano fr. Luiz de S. Francisco, pois na idade de 50 annos a começou a estudar, e sobre a qual compoz admiraveis canones. Passando dos discipulos de Diogo Sigeo, quem pode duvidar da sciencia hebraica dos dominicanos fr. Francisco Foreiro, e fr. Jeronimo da Azambuja? Quando D. Pedro de Figueiró, conhecido pelo nome de Pedro Hebraico, tomou a murça de conego regular de S. Cruz, em 1543, já tinha aproveitado com os mestres, que na Universidade ensinavam hebraico e chaldaico, o que depois apeifeiçoou no claustro, por ser exercicio frequente nas ordens regulares.» [1]

Não foi, porem, sómente no estudo das linguas que nos tornamos notaveis, mas ainda no das sciencias, assim ecclesiasticas, como profanas; embora aquellas tivessem a primasia (o que se explica perfeitamente pelas tendencias da época, e tanto, que nos outros paizes succedia o mesmo), nem por isso deixavam estas de ser cultivadas com esmero.

Leibnitz, declarando com certo desvanecimento haver lido as obras de Diogo de Paiva d'Andrada, faz notar a grande celebridade que elle teve no seu tempo, e acrescenta ainda que alguns protestantes denominaram *andradianos* aos que seguiam as opiniões do doutor portuguez sobre a salvação dos pagãos; [2] prova da grande auctoridade do seu nome, que servia como bandeira de um partido, ou grupo religioso. Comtudo, este nome só, por muito insigne que fosse, pouco ou nada valeria como significação da nossa robusta vida intellectual, se a não attestassem muitos outros, e em varias sciencias. Sem fallar no concilio de Trento, onde os theologos portuguezes não foram dos menos notaveis, recordaremos os serviços feitos á mathematica por Pedro Nunes e seus discipulos, e não passaremos em silencio os nomes de Duarte Barbosa, Henrique Fernandes e Rodrigo Mendes, naturalistas. A medicina, o direito e a politica tiveram tambem os seus representantes, embora em nenhuma d'estas sciencias podessemos alcançar o grau de desenvolvimento a que chegaram n'outros paizes. [1]

Da assombrosa actividade intellectual que então se manisfestou na Europa, nasceu a civilisação moderna.

O desenvolvimento das sciencias que tem por fim descubrir e subjugar as forças naturaes, produziu o augmento de recursos e commodos da vida; o d'aquellas que se destinam a conhecer as leis a que obedece a ordem moral deu em resultado elevar-se o ideal da consciencia. Do desequilibrio, entre a elevação do senso moral e o estado dos costumes, proveio, fatalmente, a necessidade d'uma renovação social. Desencadeou-se a torrente innovadora, tomando, comtudo, na pratica, duas direcções diversas, ás quaes deram impulso dois homens até ahi obscuros: um frade e um soldado. Chamava-se o primeiro Martinho Luthero, e o segundo Inigo Lopez, mais conhecido pelo nome de Ignacio de Loyola. O frade de Eisebelden, educado no habito do estudo, e portanto cheio de confiança no trabalho do pensamento, adopta para norma de vida a doutrina do Mestre, applicando os esforços da sua intelligencia a descubrir-lhe a pureza nativa nas paginas do Evangelho. O soldado hespanhol, levado tambem pelas tendencias da sua educação, feita com a disciplina militar e os romances de cavallaria, segue caminho differente: duvidando, talvez, que a luz do entendimento podesse dissipar as sombras da consciencia, prefere deixar-se guiar pelas emoções interiores, pelas intuições da alma entregue á contemplação de si mesma e do ideal creado por ella. D'estas duas tendencias do espirito da época, synthetisadas nos dois homens que melhor as comprehenderam, e lhe deram mais vigoroso impulso, temos testemunho authentico na litteratura do tempo. Nos paizes em que predomina

[1] Cenaculo, obr. cit., pag. 129 e 130.

[2] *Devres philosophiques de Leibiz, avec une introduction et des notes*, par M. Paul Janet, Paris, 1866. Tomo 1.º pag. 542 e 543.

A este respeito veja-se tambem o *Diccionario historico* de Bayle verb. *Andrada.*

[1] Especialmente a politica na Italia, e o direito em França.

a primeira das direcções indicadas, preponderam tambem os livros de polemica, e as composições asceticas onde domina a segunda.

Pelos dois caminhos, ou pelo da razão, ou pelo do sentimento, chegar-se-ia decerto á emancipação da consciencia, se o soldado de Carlos v não tivesse aprendido nos acampamentos a enorme força que resulta da subordinação de muitas vontades a um pensamento unico. Desejando collaborar na reforma social, cuja necessidade vivamente sentia, procurou instituir, com esse intento, uma associação organisada de modo completamente novo, e profundamente absolutista. Tendo por base a obediencia indiscutida, cega, absoluta, nem por isso deixava de attender ao desenvolvimento individual, a fim de que o maior valor de cada um augmentasse o poder de todos.

Os primeiros adeptos d'esta sociedade, denominada *Companhia de Jesus*, vieram a Portugal, onde foram bem recebidos, e onde desde logo principiaram a trabalhar segundo o fim do seu instituto, o qual era dominar o espirito publico, e remodelar a organisação social pela da *Companhia*. Dois meios poderosissimos se lhe offereciam: o confissionario e o pulpito; não os esqueceram, antes se utilisaram d'elles, com a superior vantagem que lhes dava a rigorosa disciplina a que os membros da associação estavam adstrictos. Era-lhes, porém, impossivel usar, elles sós, d'esses meios, privilegio commum da classe clerical. Empenharam-se em obter o exclusivo do ensino, e pode-se dizer que o conseguiram. Alem de ensinarem no adro das egrejas, com uma assiduidade e um zêlo até ahi nunca visto, a doutrina christã, [1] abriram, nos collegios e casas professas, escólas gratuitas de primeiras letras, [2] de instrucção secundaria e superior. A circumstancia de ser gratuito o ensino, o zêlo com que os padres promoviam o adiantamento dos alumnos, e mesmo as sollicitações, e outros meios de persuasão, que empregavam, [1] para que as suas aulas fossem concorridas, deu

[1] É bem notoria a muita popularidade que gosou o padre Ignacio Martins, mais conhecido pelo padre Ignacio da cartilha, e ácerca do qual o sr. visconde de Castilho (Julio), no seu interessantissimo livro, intitulado *Lisboa antiga*, narra uma lenda, que embora não seja um primor de poesia, como algumas lendas monasticas da idade-média, é comtudo um traço caracteristico da influencia exercida pelos padres da Companhia na imaginação popular.

[2] Supposto que os jesuitas se occupassem principalmente da instrucção secundaria e superior, nem por isso descuraram o ensino das primeiras letras, para captarem, d'esse modo, as sympathias do povo, que a principio se lhe mostrara hostil.

De uns folhetins que o sr. Fernando Castiço está publicando no jornal politico o *Constituinte*, com o titulo de *Braga antiga e moderna*, e cuja leitura recommendamos, não só pelo interesse historico, como pela graça e elegancia da fórma, transcrevemos as seguintes linhas:

«A antipathia que a principio havia contra os padres da Companhia, foi-se apagando pouco e pouco.

«As aulas eram frequentadas por numero sempre crescente de estudantes da cidade e de fóra; e a fundação de uma escóla de instrucção primaria para os *meninos pobres*, regida por um padre secular, ou por um leigo da Ordem, nos baixos da torre onde hoje tem a irmandade da Senhora da Torre uma loja de despejos, concorreu muito para que o povo se fosse aproximando suavemente d'aquelles para quem antes olhava de esguelha e com má sombra.

«O progressivo desenvolvimento que tiveram os *Estudos*, protegidos abertamente pelo grande arcebispo (D. fr. Bartholomeu dos Martyres) produziu maduros e sazonados fructos.

«O *collegio* de Braga chegou a ser, pelo tempo adiante, um dos primeiros *collegios* da Companhia.»

[1] Nem sempre foi só a persuasão, pois que prevalecendo-se os padres do ascendente que exerciam sobre pessoas collocadas nas eminencias do poder, levavam estas a usar, em beneficio d'elles, de meios que bem podem chamar-se coactivos. Ao que succedeu com a Universidade de Coimbra, cujas reclamações em defesa dos privilegios, fundadas em direito, foram decididas por uma ordem terminante, e injusta, do rei D. João III, acrescenta-se o que succedeu em Braga, e de que nos dá noticia o sr. Fernando Castiço, em um dos folhetins a que nos referimos na nota antecedente.

«Em Braga acontecera-lhes o que em toda a parte lhes acontecera. Tiveram de luctar muito. Nem o respeitado e temido nome do arcebispo, que lhes servia de broquel, os livrou do combate. Era sina. Antes de conquistar a consciencia, tinham de conquistar o chão que pisavam.

«O cabido oppoz-se firme e tenazmente aos desejos do arcebispo, diz o auctor do manuscripto, que *vira com os seus olhos* no archivo da Sé as vehemen-

em resultado tornarem-se estas cada vez mais frequentadas, ao passo que diminuia a concorrencia das escólas particulares, officiaes e ainda das que outras ordens religiosas abriam aos seculares.

tes representações dirigidas ao prelado. A julgar pelos pequenos extractos, é tanto para admirar a energia com que o cabido defendia os seus direitos, como o desassombro com que fallava dos jesuitas,—*uns homens*, diz elle,—*estrangeiros que ninguem sabe d'onde vem, nem para o que vem, sugeitos a um geral extrangeiro*.

«Seria curioso ler essas peças, a que o manuscripto chama *celebres*.

«A verdade é que nem todo o poder, auctoridade e nome de D. fr. Bartholomeu dos Martyres conseguiu dobrar, e abater, o animo do cabido, que via os seus provisores esbulhados da administração dos estudos, e do direito de escolher e nomear mestres. A cada manifestação nova que o arcebispo fazia em favor dos jesuitas, accudia logo o cabido com outra contra. Chegou a tal ponto o conflito, que teve de intervir o rei, a pedido dos jesuitas, e a pedido do arcebispo.

«É escusado dizer para que lado pendia o monarcha. Os conegos tiveram de ceder em vista das cartas regias, e entrou a Companhia definitivamente na posse do Collegio, na administração das rendas, e no direito de escolher mestres e livros.

«De tudo isto se fez e lavrou o competente contracto, diz o manuscripto, e para que fosse celebrado com toda a solemnidade, aqui veio entender-se com o arcebispo, o jesuita S. Francisco de Borja, munido de todos os poderes passados em Roma, pelo geral da ordem.» (Vej. o folhetim do *Constituinte*, n.º 28, 1.º anno, d'onde transcrevemos estes periodos, e os da nota antecedente).

É geralmente sabido que o ensino a que poderemos chamar *official* nasceu das cathedraes da idade-média, pertencendo aos mosteiros o que era especialmente ecclesiastico, como a theologia etc. A cathedral de Braga teve tambem a sua *estudaria*, e ainda ha pouco existia a dignidade capitular, embora puramente nominal, do *mestre-escóla*, ou *mestre-das-escólas*, como se lê em alguns documentos.

Ignoramos o gráo de desenvolvimento que ella haveria assumido no seculo XVI; apenas sabemos que ali abriu aula, por esse tempo, o erudito Vaseu. Fosse, porem, qual fosse, a verdade é, que absorvida completamente a *estudaria* pelo Instituto, a direcção do ensino havia de ser necessariamente muito diversa da que até ahi tivera.

Longe de merecer censura, antes seria digna de louvor, esta dedicação pelo ensino, se a *Companhia*, levada das suas ambiciosas aspirações de dominio absoluto e indisputado, não tramasse por todos os meios, empregando principalmente a influencia que já exercia na côrte, para assenhorear-se do monopolio.

Não estranhamos se lhes consentisse estabelecer em Evora uma universidade, que competisse com a de Coimbra; nada melhor para fazer avançar o progresso do que as emulações da competencia; o monopolio seja exercido pelo Estado, ou por uma associação qualquer, esse é que é sempre causa de decadencia. O que ao Estado cumpria, era organisar os seus estabelecimentos de instrucção em condições superiores aos dos jesuitas, para que os alumnos procurassem aquelles de preferencia. Em vez d'isso, porem, não só se deixou de dar importancia a que os graus na universidade de Evora podessem ser obtidos com menores despezas do que na de Coimbra, mas ainda,—e foi essa a medida mais deploravel, a verdadeira causa da nossa decadencia intellectual—entregou-se á *Companhia* o collegio das artes, com a direcção de todas as escólas de humanidades; e prohibiu-se, por alvará de 13 de agosto de 1561, que os estudantes se matriculassem nas faculdades de canones e de leis sem apresentarem certidão do referido collegio. [1] Por esta fórma, um dos mais importantes ramos da instrucção superior, o direito, aquelle que mais directamente se relaciona com a direcção dos negocios publicos, assim na ordem politica, como na civil, foi collocado sob a dependencia dos padres da *Companhia*, pois que estava no arbitrio d'elles escolher os alumnos que deveriam formar-se n'aquellas faculdades. O recrutamento para os mais importantes logares do fôro, da egreja e do Estado ficou na dependencia dos jesuitas. E como já n'esse tempo se não proviam senão em *letrados* os principaes logares de justiça, e como andava confundido com ella o serviço da administração, facilmente se explica, por este facto, a poderosa e decisiva influencia da *Companhia de Jesus* nas deliberações do go-

[1] *Historia da instrucção popular em Portugal*, desde a fundação da monarchia até hoje, por D. Antonio da Costa. Lisboa, 1871. Pag. 83.

verno, na direcção superior da administração publica.

Era deveras uma enorme conquista para os humildes filhos de Ignacio de Loyola, mas não bastava a saciar-lhes a sua ambição de dominio. Tentaram obter, e conseguiram, o privilegio de toda a instrucção secundaria.

«O systema da influencia extrema, que estamos estudando na instrucção superior e secundaria, diz o sr. D. Antonio da Costa na sua muito apreciavel *Historia da instrucção popular em Portugal,* [1] vieram completal-os os dois elementos de ensino que restavam, o das ordens religiosas e o particular.

«As ordens foram obrigadas a restringir o ensino aos seus religiosos, não o podendo ministrar, como até ali, aos seculares. Resistiu á prohibição, é verdade, a ordem dominicana, mas a excepção comprova a regra.

«Na mesma occasião a universidade de Evora conseguia pelos seus proprios estatutos que *todo o ensino publico e particular fosse prohibido na cidade e seu termo sob penas severas, a arbitrio do conservador da companhia.* [2] Dão testemunho d'este facto extraordinario os proprios chronistas da ordem quando mencionam que «muitos «professores e como taes reconhecidos e *respei-«tados* depozeram as faixas em cumprimento das «ordens regias, ordenando que nenhum mestre «fóra da universidade de Evora ensinasse letras «humanas, sendo que um d'elles era o famoso «André de Rezende, cujas obras dão bom teste-«munho da sua grande erudição e excellente «estylo,» e ainda que mandadas fechar, como foram, todas as escólas publicas e particulares, a aula de André de Rezende fosse exceptuada pela grande veneração que se lhe tinha, «elle «renunciou heroicamente ao privilegio,» acrescenta outro chronista da companhia.

«São pois os proprios chronistas da companhia que no hymno da victoria ganha pelo monopolio, confessam a deposição dos professores respeitados. Para facilitar a empreza e cerrar todas as portas aos sabios que não tinham acompanhado os expulsos do reino e os desterrados a retiro, adverte o prudente Cenaculo, deram-se canonicatos e officios, que pareceram de justiça, para os afastar do ensino. Era um systema completo, irresistivel e a que os poderes publicos obedeciam satisfeitos.»

Tem-se discutido muito o systema de ensino dos jesuitas, e no seculo passado principalmente, em publicações visivelmente inspiradas pela paixão, achacaram-se-lhe graves defeitos. Pomos de parte essa questão, não só porque para ser tratada convenientemente exige conhecimentos especiaes, mas sobre tudo, porque é desnecessaria ao nosso intento. Para as conclusões a que pretendemos chegar, para a demonstração completa

[1] Pag. 86 e 87. Um douto cathedratico da universidade de Madrid trata com excessiva severidade, melhor diremos, com notavel injustiça, o livro do sr. D. Antonio da Costa, que supposto não seja isento de defeitos, é comtudo muito apreciavel pelo bom numero de noticias que ali se acham reunidas e dispostas com bom methodo. Faltando-nos uma historia erudita (como hoje se diz) da nossa instrucção publica, historia circumstanciada e feita sobre as origens, convenientemente analysadas e discutidas, o livro do sr. D. Antonio da Costa é o melhor que poderia fazer-se, como resumo; preencheu uma lacuna da nossa litteratura e ha de sempre ser lido com proveito.

O que o sr. D. Antonio da Costa diz a respeito da Companhia é essencialmente verdadeiro, e apenas desejáramos que o illustre escriptor deixasse de invocar a authoridade muito suspeita do *Compendio Historico,* do qual se pode exactamente dizer o que da *Deducção Chronologica* disse A. Herculano, que não era extraordinariamente devoto dos jesuitas.— *Obra de odio profundo e por isso má guia para a historia.* Panorama. Vol. 3.º da 2.ª serie (1844) pag. 346 n. (::)

[2] O que succedeu então em Evora repetiu-se mais tarde em Braga, com pouca differença. Intentaram os jesuitas demanda contra os professores particulares de latim, para os obrigarem a fechar as aulas. Os tribunaes deram sentença a favor dos padres e applicaram-se as multas pagas pelos pobres mestres á construcção do escadorio velho do sanctuario do Bom Jesus. N'aquelle tempo eram os jesuitas perseguidores; não tardou muito que, trocados os papeis, passassem a ser perseguidos. O facto a que nos referimos encontra-se narrado em um livro cujo titulo exacto não nos acode agora á memoria, nem o nome do auctor; recordamo-nos apenas, que foi escripto, e publicado no seculo passado, por um bracarense, e que tem por assumpto descrever a origem e progresso do sanctuario do Bom Jesus do Monte, nos suburbios de Braga.

e irrefutavel da acção sempre nefasta do monopolio, basta-nos advertir que é precisamente da época em que elle foi inaugurado que principia a nossa decadencia, contínua e rapida, no dominio das sciencias, da litteratura e da arte. Esta concordancia de datas será apenas uma coincidencia? Poderia admittir-se a interrogação, se não se produzisse sempre o mesmo phenomeno, desde que o estimulo da concorrencia desapparece.

Monopolisado o ensino pelos jesuitas, affeiçoada, dirigida e desenvolvida a intelligencia da mocidade pelo *Instituto*, cuja principal base de organisação era, como já dissemos, a mais completa e desprendida obediencia, é facil comprehender quanto elles auxiliariam, juntamente com os seus, os interesses do absolutismo, fornecendo-lhe bom numero de *fieis vassallos;* e como rapidamente se propagaria o servilismo, fructo da dependencia nas classes dirigentes e da ignorancia nas turbas.

III

No decurso d'esta breve exposição do estado social do reino, já por mais de uma vez nos tem cahido da penna o termo *absolutismo*, designação de um systema politico, que, na época de que estamos tratando, acabava de constituir-se na Peninsula. Para bem comprehendermos a indole d'esse novo systema convem lançar uma vista d'olhos, embora rapida, ao que lhe antecedeu, e as causas e successos que o transformaram.

Pondo de parte a questão (que seria aqui inoportuna e impertinente) de saber se em Portugal existiu o feudalismo, [1] limitar-nos-hemos a recordar um facto geralmente sabido, e hoje incontroverso, qual é a separação da edade-média em dois periodos distinctos; um desde a queda do imperio do occidente até ao seculo XIII; outro desde então até ao seculo XVI. O primeiro pode dizer-se época de ruinas, em que a Europa invadida pelos barbaros, que despedaçam a organisação romana, é fragmentada n'uma quantidade enorme de agrupamentos politicos, unidos entre si pelos tenues laços de uma hierarchia nem sempre bem definida, e frequentemente abalados pela força bruta. No segundo tendem a desapparecer esses agrupamentos, e a formarem-se as nações modernas. [1]

[1] A não existencia é a opinião dominante, e que não só tem a seu favor a grande authoridade do mestre da nossa historia, mas ainda pode aproveitar-se dos argumentos que lhe offerecem escriptores tão distinctos, e authorisados na materia, como D. Manuel Colmero *(Curso de derecho politico segun la historia de Leon y Castilla)* e Thierry (Agostinho — *Dix ans d'études historiques);* no entanto o progresso dos estudos historicos não tem sido indifferente para se determinarem com maior exactidão as caracteristicas do feudalismo, dando motivo a levantar-se sérias duvidas contra aquella opinião. Esta questão, que é da maior importancia para a nossa historia, para bem comprehender o espirito das nossas instituições sociaes e politicas, e a direcção que tomou o seu desenvolvimento, parece-nos que ainda se não pode considerar resolvida; não é como hoje se diz, um facto adquirido para a sciencia; pelo contrario, cremos ser-lhe applicavel o conhecido verso do fabulista latino:

Adhuc sub judice lis est.

[1] Dois escriptores modernos, cujas vistas historicas nem sempre são conformes, mas que estão perfeitamente d'accordo quanto á separação completa dos dois periodos a que nos referimos no texto, dão-nos os principaes lineamentos d'essa época com tanta concisão e verdade, que não resistimos a fazer a transcripção, certos de que os leitores nos hão de agradecer:

«O primeiro, do VI ao XI seculo (inclusivè) é um periodo de trevas, de barbarie e de corrupção universal, privado da luz das sciencias, da doce influencia das lettras e de qualquer organisação regular. O governo do Estado consiste n'uma agglomeração de barbaros armados, cujos chefes gosam apenas de uma vã superioridade. Dilatada noite no meio da qual apparece como um bello sonho, como uma esperança, aurora de melhor futuro, o vulto collossal de Carlos Magno.

«O segundo comprehendido entre o XI e o XVI seculo é um periodo de regeneração, começada, sem duvida alguma, muito tempo antes, mas que sómente n'esta época chegou a um ponto de manifestação universal, demonstrando não haver força que fosse capaz de a fazer retrogradar. Progredindo rapidamente no meio das luctas do papado e do imperio, attingiu no fim do seculo XV o limite de que não é possivel recuar. As communas, reorganisadas e engrandeci-

Foi n'este ultimo que se constituiu a monarchia portugueza, e portanto só a ella nos cumpre attender.

As primeiras côrtes, ou conselhos geraes, de que nos falla a historia patria, realisaram-se em 1524, no reinado de Affonso III. Restam d'ellas escassas noticias; as bastantes, comtudo, para nos darem certesa de que foi então que o braço do povo, representado pelos homens bons dos concelhos, interveio, pela primeira vez, no governo do Estado. Até ahi, as assembléas politicas, denominadas curias, eram conselhos particulares de duas ordens, ou classes, de pessoas sómente: o alto clero e os proceres da nobresa.[1] A esta differente composição da «representação nacional», como diriamos em linguagem moderna, corresponde tambem um novo systema politico, a que não hesitariamos em chamar «a segunda phase do *feudalismo*», se tal designação não equivalesse a dar por decidido um ponto ainda controverso, e em que, de um e outro lado, pleiteam auctoridades que muito respeitamos. Daremos pois ao novo systema uma denominação que não é bem caracteristica, mas que tem a vantagem de nos collocar em campo neutro; chamar-lhe-hemos «dos privilegios», por que effectivamente d'elles sahiu uma nova força social chamada mais tarde o terceiro Estado, e a que hoje se chama o povo.

das, tinham por si o futuro. Os povos tinham uma patria; e quando Frederico II levou ao throno imperial, em 1152, as idéas d'outro tempo, e quiz reinar com a auctoridade sem freio dos principes do começo do seculo XI, combatido pela liga lombarda, não tardou a fazer uma dolorosa experiencia do seu erro, e foi obrigado, no proprio interesse, a dar, por uma concessão opportuna, ao facto preexistente da liberdade communal o fundamento legal, ou antes, essa apparencia de justo titulo, que lhe faltava ainda.» (Cibrario — *Economia Politica da Edade-Média* — Trad. franc. Liv. 1.º pag. 9).

«Carlos Magno reuniu sob o seu dominio todos os principes dos barbaros. Mas esta ordem mixta, em que a cabeça era germanica e o corpo latino, aproximava-se do seu termo: a fusão e desapparição do elemento barbaro na população romana completava-se; e quando o ultimo dos Carlovingianos foi encerrado por Hugo Capeto na torre de Orleans, acabou não só o imperio de Carlos Magno, mas tambem o imperio barbaro. Desde então não ha por toda a parte senão chefes indigenas; francezes em França, italianos na Italia, hespanhoes na Hespanha e allemães na Allemanha.

«Este é o signal apparente do começo da edade-média. É tambem a época em que nascem as linguas romanas, e diria as linguas modernas, se o inglez não fosse uma formação posterior, retardada pela conquista normanda e a lenta transação que se operou entre o idioma anglo-saxonio e a lingua franceza. Formação das linguas, estabelecimento dos chefes indigenas, principio das nações modernas, assento definitivo das populações, instituição do regimen catholico-feudal, a servidão substituindo-se gradualmente á escravatura, tudo isto se reuniu para fazer parar a decadencia e formar um ponto de apoio a novos esforços.» (E. Littré, *Etudes sur les barbares et la moyen age*. Intr. pag. XXIV).

Claramente se vê, que o ponto de vista dos dois escriptores é completamente diverso; e comtudo a physionomia particular de cada um dos periodos d'aquella época é essencialmente a mesma em ambos.

A continua expansão d'essa força, introduzidas novamente no organismo politico, deu em resultado um grande melhoramento social: a unidade. Succedeu, porém, que este progresso foi acompanhado de um vicio organico: o absolutismo.

Cumpre advertir, que a expressão «unidade nacional», applicada ao nosso paiz, não tem exactamente a mesma significação, que teria com relação ao resto da Hespanha, á França, á Italia etc., cujo territorio se achava retalhado em varios estados independentes. Entre nós é sabido que, salvas as terras do dominio sarraceno, todas as mais constituiam um só reino, ao qual estas mesmas iam sendo incorporadas, á proporção que se conquistavam. Apesar, porém, da unidade territorial, se assim nos podemos exprimir, não existia a unidade do governo. Os prelados na séde das suas dioceses, os mestres ou chefes das ordens de cavallaria, os abbades de certos mosteiros, os ricos-homens, e muitos cavalleiros usavam, e abusavam, nas terras do seu dominio, de uma auctoridade tão independente, que não era raro darem-se graves conflictos com o poder real. Estas luctas assumiam sempre maior importancia quando se travavam com os membros do clero, não só pela grande força que elle tinha, em virtude da sua riquesa e poder, mas principalmente pela dicisiva influencia das armas espirituaes nas sociedades theocraticas.

[1] A. Herculano. *Hist. de Port.* tom. 3.º pag. 34 e 35.

De proposito escrevemos a phrase «sociedade theocratica», porque embora não corresponda exactamente á idéa que desejavamos exprimir, sempre se lhe approxima um pouco mais do que a de «governo theocratico».

Effectivamente não pode dizer-se que fosse a theocracia a fórma de governo então existente, pois que o poder leigo, digamos assim, representado pelo rei, affirmava e sustentava a sua independencia. Comtudo, essa independencia, supposto que real, era contingente, precaria, desde que o chefe da Egreja podia desligar os vassallos do juramento de fidelidade ao soberano. E quando o fazia, a rebelião dos povos era não só licita, mas justa. A preponderancia do elemento theocratico na sociedade mediaval, não só se explica pelo estado das idéas e crenças, mas ainda se justifica pela acção benefica que exerceu, podendo dizer-se, que era então a força mais energica do progresso. Depositária a Egreja dos restos da civilisação helleno-romana, contribuiu poderosamente para aperfeiçoar os grosseiros costumes barbaros, desenvolver o direito, melhorar a organisação social. A influencia que lhe davam estes serviços, deveras importantes, e incontestaveis, aproveitou-a o clero para augmentar desmesuradamente o poder da sua classe, o que se tornava cada vez mais incompativel com a ordem social, á medida que o nivel da civilisação se ia elevando. O exemplo das contendas, e mesmo de luctas formidaveis entre o rei e os prelados, não é raro nos primeiros seculos da nossa historia, mas o resultado final d'essas luctas foi ser pouco a pouco diminuido, e por ultimo quasi annullado, o poder clerical, não por meio da força, mas de *concordias* ou *concordatas* com que os reis conseguiram, a troco de augmentar os interesses pessoaes, diminuir o poder da classe. O maior triumpho do monarcha, a melhor arma para combater o dominio ecclesiastico, foi introduzir na legislação patria o *placet;* isto é, a faculdade para o poder civil de examinar os documentos emanados da côrte pontificia, negando consentimento aos que não estivessem em harmonia com as leis do reino, ou fossem contrarios ao bem do Estado. [1]

Alem do clero, tambem a classe dos nobres era obstaculo á unidade do governo. O poder que muitos d'elles exerciam, nos seus respectivos dominios, e de que não raro abusavam, dava-lhes uma independencia de tal ordem, relativamente ao poder central, que a acção d'este era quasi nulla.

Como sempre succede toda a vez que se manifesta a necessidade de transformação, surgiu uma força renovadora, que revigorando-se com o tempo, e circumstancias favoraveis, assoberbou e desfez as forças contrarias: foi o elemento municipal.

Não se tinha obliterado na peninsula a tradicção do municipio romano; supposto que a sua desorganisação, nos ultimos seculos do imperio,

[1] Adoptou-se esta providencia nas côrtes reunidas em Elvas, na era de 1399 (anno de 1361) e nas quaes se reuniram «os infantes nossos filhos (de D. Pedro I), e o Arcebispo de Braga e os Bispos, e outros Prelados, Priores e Abades e Ricos-homens, e muitos outros Filhos dalgo do nosso Senhorio: outro sy muito boõs Cidadaãos das Cidades e Villas da dita nossa terra.» Os artigos d'estas côrtes e respectivas respostas formam o titulo 5.º da Ordenação Affonsina, o qual tem por epigraphe: *Dos artigos que foram acordados em Elvas entre El-Rey D. Pedro, e a Clerizia.* O artigo a que especialmente nos referimos é do theor seguinte:

«Outro sy as que dizem no trigesimo segundo artigo, que Nós ordenamos em sendo Infante aa petiçom dalguũs, que por comprirem suas vontades, perque podessem teer Beneficios, que tinham ocupados sem direito, e nos demoveram para o fazer, que nenhum nom fosse ousado de poblicar *leteras do Papa, quaesquer que fossem sem Nosso mandado,* pola qual razom diziam, que o Papa estava agravado contra os Prelados do nosso Senhorio, *teendo que pelo seu aazo se embargarom, e embargom suas leteras, que se nom publicam, como devião, o que se nom fazia em todolos outros Regnos;* e pediam-nos per mercee, que quisessemos revogar a dita Hordenaçom, ca nom era nosso serviço, nem prol do nosso Regno, e que tirariamos os Prelados do nosso Senhorio da culpa, que lhes o Papa pooem por esta razom.

«A este artigo respondemos que nos mostrem esses escriptos, e leteras, e veella-emos, e mandaremos que se pobliquem pela guisa, que devem.»

Como se deprehende da petição da *clerizia* a medida foi tomada um pouco arbitrariamente pelo rei, quando era ainda infante, e sanccionada posteriormente pelos meios legaes.

não fosse muito apropriada para lhe dar força de resistencia, contra a acção dissolvente das invasões barbaras, é certo, porem, que essa instituição permaneceu aqui, como em toda a Europa que havia sido romanisada, através das varias vicissitudes politicas. Nem a monarchia wisigothica, nem a dominação arabe, acabaram com ella; e na época da reconquista apparecem-nos ainda, conjuntamente com as terras ou dominios senhoreaes, os concelhos. Alterada a instituição, pelo decurso dos tempos, no seu modo de sêr, conservou, todavia, os principios de vida que tinha latentes; e logo que se proporcionaram circumstancias favoraveis ao seu desenvolvimento, assumiu tal importancia, que se tornou o elemento principal de uma ronovação politica.

Foram essas circumstancias: o progresso no estudo do direito romano, e a multiplicidade de uma especie de contratos, conhecidos pelo nome generico de *foral*.

Sem nos demorarmos no exame e classificação das differentes especies d'estes documentos, limitar-nos-hemos a notar a circumstancia de conterem, na maxima parte, disposições de direito administrativo, civil, criminal, fiscal, etc. Essas disposições, sendo uma derogação da lei geral, constituiam verdadeiros privilegios, alguns dos quaes nos parecem hoje monstruosos, tão affastados se acham das idéas e costumes da actualidade. No entanto, alem de serem n'aquelle estado social de divisão, em agrupamentos distinctos, a unica fórma da liberdade, porque eram a unica garantia do direito, alem d'isso, eram tambem o meio mais apropriado para fomentar a cultura das terras, e augmentar os productos do trabalho, multiplicando, pela concentração, as forças d'elle. Esse era o motivo da liberalidade com que se faziam taes concessões, especialmente pelo chefe do Estado, em razão não só de ser mais vasto o seu dominio proprio, como tambem para assegurar a sua preponderancia no governo.

Nem todas as povoações creadas por similhante meio chegaram a desenvolver-se de modo notavel; muitas, porem, tornaram-se em breve centros importantes de commercio e industria, conseguindo obter, pelo andar dos tempos, a cathegoria de municipios, que ainda hoje conservam. Convem todavia, advirtir, que a concessão dos foraes não tinha por unico fim a creação de novas povoações; estendia-se tambem ás que já se achavam feitas, e até constituidas na unidade politica chamada *concelho*. Quer dizer, ás que tinham direito de eleger as suas auctoridades, o seu governo proprio, e que d'este modo ficavam em relações directas com o poder central. A necessaria consequencia d'esse facto era serem representadas na assembléa politica da nação a fim de sustentar os seus direitos e deffender os seus interesses. Desde que o braço do povo entrou na composição das côrtes, logo se manifestaram queixumes contra os excessos e arbitrariedades dos senhores de terras, solicitando-se como remedio, a intervenção do poder real. Começou a proceder-se com mais frequencia e regularidade ás *inquirições;* isto é, á verificação d'aquelles abusos, feita pessoalmente, por delegados do rei. As reiteradas reclamações dos povos e a necessidade de lhes dar satisfação, foi causa, umas vezes, e outras mero pretexto de se estabelecer por toda a parte, absorvendo as attribuições dos poderes locaes, magistrados de nomeação regia. Por ultimo, o alto clero e a nobresa, despojados pouco e pouco de todo o poder effectivo, que se concentrara no monarcha, ficou na immediata dependencia d'este, solicitando os cargos rendosos, as prebendas e pensões. Portanto a sua intervenção directa no governo do Estado deixou de existir, ou ficou sendo meramente passiva, subordinada aos interesses pessoaes do rei, o qual lhes convinha lisongear para o bom exito das suas pretenções. A intervenção do braço popular deixando de ser necessaria para abater o poderio dos senhores, tornou-se tambem illusoria. Na lucta em que elle se empenhara cuidando trabalhar no engrandecimento proprio, serviu apenas de instrumento a ambições alheias; desarmando os adversarios, ficou igualmente desarmado, impotente para se oppôr á vontade do monarcha, que chamara a si todos os poderes.

Não foi extranha a esta evolução, como já notamos de passagem, o progresso no estudo do direito romano, cujos principios introduzidos na legislação patria, em substituição dos antigos costumes, foram alterando lentamente assim o organismo social, como o politico, approximando-o, quanto possivel, da constituição do imperio. D'ahi resultou, que se por um lado se deu maior

importancia ao elemento municipal, fazendo-o entrar no systema do governo geral, por outro lado, annullou-se-lhe toda a sua força na direcção dos negocios publicos, no momento em que perdeu os ultimos restos da sua independencia.

Contra a theoria theocratica, que era a dominante, e em virtude da qual o poder dos principes emanava da auctoridade pontificia, surgia uma nova doutrina, que fazia dos reis os representantes de Deus, e portanto eguaes, senão superiores, ao vigario de Christo, cujo reino não é d'este mundo. Á oppressão e abusos do poder ecclesiastico, que fôra util, benefico, civilisador emquanto duraram as trevas produzidas pela invasão dos barbaros, mas que não tinha razão de ser, que era mesmo um elemento dissolvente, desde que o progresso social tornava necessaria uma organisação nova; á oppressão e demasias theocraticas, seguiu-se a reacção do *regalismo*, que, como todas as reacções, foi muito álem dos limites do justo. Começando por insinuar o principio de que todas as magistraturas e officios publicos são meras delegações do monarcha, chegou a proclamar a maxima de que a lei é a vontade do principe; e para oppôr á enorme força moral que dava ao chefe da Egreja o seu caracter sacerdotal, outra que podesse resistir-lhe, e mesmo dominal-a, lançou o poder real sobre os alicerces do direito divino. Como se vê, o trabalho lento mas continuo e perseverante dos legistas deu em resultado o triumpho completo do direito romano, não do tempo da republica, nem da primeira época dos imperadores, mas de quando estes haviam já transformado o *cezarismo*, que fôra a sua origem, no *absolutismo*, que é a consequencia inevitavel d'aquelle, toda a vez que se prolonga tempo bastante para fazer esquecer os principios em que assenta.

Renovavam-se os tempos de Constantino e seus successores; e assim como o christianismo, até ahi perseguido, foi adoptado como religião do Estado, recebendo a Egreja as maiores liberalidades dos imperadores, que a consideravam como instituição politica, assim tambem na renascença as monarchias se tornaram *espirituaes*, intervindo a auctoridade dos reis nas questões de fé, em que só deveria ser ouvida a voz dos pastores. Essa invasão do poder temporal no dominio das consciencias deu em resultado n'uns paizes as guerras de religião, odientas, implacaveis, assoladoras; e n'outros, na Hespanha e Portugal, o estabelecimento de um tribunal odiosissimo—a inquisição.

A unidade religiosa, se não era condição essencial da unidade politica, era comtudo uma enorme vantagem para a sua consolidação, e esse o principal motivo das luctas e perseguições que n'aquelle tempo ensanguentaram a Europa. É certo que tambem entrou por muito o fanatismo, e se não fôra elle, nunca similhantes discordias assumiriam tão vastas proporções, nem tão accentuado caracter de exterminio; comtudo, o interesse dos principes collaborou por igual com a intolerancia propria da época, cabendo-lhe, talvez a iniciativa, pois que os desvarios do fanatismo são já resultado da contradicção, que mais aviva as crenças e exacerba os animos.

Instigados pelo zêlo religioso, e pelo receio de verem os seus reinos dilacerados pelas dissensões a que temos alludido, os reis catholico e fidelissimo solicitaram da curia romana o estabelecimento de um tribunal especialmente destinado a manter a puresa da fé: recusou-se a principio o chefe da Egreja; não era sem desconfiança, nem ciumes, que via a intervenção do poder temporal em negocios que deveriam ser exclusivamente ecclesiasticos; mas por fim cedeu, levado de instancias reiteradas, e talvez da consideração de que o interesse era commum. Com a nova instituição abriu-se tambem uma nova fonte de receita para o fisco, e os piedosos monarchas deveriam applaudir-se no seu fôro intimo por tão engenhosa invenção, que lhes grangeava ao mesmo tempo as bençãos do céu e as riquezas dos herejes.

Esta instituição, que tinha por fim alargar e fortalecer o poder real, nem por isso deixou de ser favoravel á influencia do clero, antes foi para ella, como facilmente se pode ajuizar, um novo elemento de força.

Tendo indicado summariamente os meios de que usou o chefe do Estado para abater o poderio do clero e dos nobres, os quaes participaram com elle do governo, cumpre-nos advertir que supposto essa participação effectivamente cessasse, tornando-se absoluto o poder real, nem por isso aquellas duas classes deixaram de

exercer indirectamente a sua influencia na direcção dos negocios publicos. Pelo que respeita ao clero, bastará recordar o que dissemos relativamente ao ensino e educação, cumprindo ainda attender á enorme riquesa de que era possuidor, e a qual, longe de perder conjuntamente com a parte do poder que abandonou, serviu-lhe, pelo contrario, esse abandono para a augmentar, como compensação.

«As riquezas do clero, diz um escriptor dos nossos dias, [1] eram já tão importantes no tempo de D. João III, que as instrucções dictadas ao nuncio coadjuctor de Bergamo pela curia romana as calculavam em mais de um milhão de oiro de renda, do qual a Santa Sé podia dispôr quasi na totalidade por uma ou por outra via. O arcebispo de Lisboa tinha 6:000$000 réis de rendimento, com o encargo de 1:500$000 réis de pensão ao cardeal D. Henrique. O arcebispado de Braga não valia menos, e pagava egual pensão ao infante. O bispado de Lamego subia a 2:500$000 réis, e mesmo a 3:000$000 réis, podendo el-rei distribuir 2:000 cruzados pelas pessoas que designasse. O mosteiro de Alcobaça produzia liquidos para o commendador, porque era dado em commenda, 1:500$000 réis. A meza do priorado de Santa Cruz orçava, termo-médio, por 6:000 cruzados annuaes com uma pensão de 1:000 cruzados para D. Pedro da Costa, bispo de Osuna. O mosteiro na camara apostolica estava taxado em 2:000 cruzados. S. Salvador de Grijó rendia 2:000 ducados. O bispado de Angra, o mais pobre de todos, só fôra dotado com 500 cruzados annuaes. Os curiaes suppunham que as commendas vagas no anno de 1537 passavam de 100:000 cruzados de renda. As ordens militares não eram menos ricas. A de Christo, alem da doação da ilha da Madeira, e de outras terras descubertas possuia já no reinado de D. João II 120:000 ducados de rendimento annual. No de D. Manuel acresceram-lhe a decima da navegação da Ethiopia e da India, e mais 20:000 ducados sobre as parochias unidas ao mestrado, e as egrejas vagas ou proximas a vagar, que segundo a letra da bulla de Leão X deviam ser encorporadas, as quaes não montavam a menos de 80:000 ducados. As ordens de Aviz e de S. Thiago desfructavam pelo menos 30:000 ducados mensaes, com bellas propriedades territoriaes, commendas rendosas e bons beneficios. As ordens religiosas, em geral, tambem possuiam grossas rendas, especialmente as de fundação antiga. As modernas mesmo, e entre ellas a companhia de Jesus tinham sabido aproveitar-se das circumstancias. Em vinte e tres annos, (desde 1540 até 1563) o instituto de S. Ignacio elevára o seu rendimento annual a perto de 20:000 cruzados. Não deve por isso admirar que os bens de raiz dos mosteiros, bispados e igrejas constituissem uma parte principal, talvez a mais valiosa, do dominio real do paiz, e que em 1538 D. João III pedisse ao papa auctorisação para a corôa aforar em fatensim os prazos ecclesiasticos em vidas, que constassem de casas, vinhas, olivaes, hortas e moinhos, podendo augmentar os fôros e empregar nas despezas da guerra contra os infieis as sommas colhidas d'esta operação.

«Na primeira metade do seculo XVII o clero ainda ostentava grande poder. [1] Embora tudo estivesse decadente, e as outras classes, começando pela da nobresa, se queixassem com razão dos apuros da época, as bases em que assentavam os alicerces da sua fortuna, eram muito solidas para se alluirem com as calamidades, que feriam a todos. Em 1632 um orçamento fundado nos calculos, decerto nada exagerados, remetidos pelos prelados á junta incumbida da repartição do donativo dos 230:000 cruzados, avaliava em 2.301:402 cruzados todas as rendas ecclesiasticas, incluindo o clero, as corporações religiosas e as ordens militares. As dos arcebispados e bispados do reino não baixava de 300:000 cruzados annuaes, e as dos mosteiros e do clero secular excediam 920:000 cruzados. As ordens militares de Christo, Aviz e S. Thiago comprehendiam, em 1611, 592 commendas, cabendo ao mestrado de Christo 456, ao de Aviz 51, e ao de S. Thiago 85. As commendas de todas as ordens rendiam mais de 150 contos de réis, com o onus de apresentarem promptos e armados para a defeza do reino 1:505 homens de cavallo. Havia

[1] Rebello da Silva. *Hist. de Port.* nos seculos XVII e XVIII, tom. 5.º pag. 318 e 319.

[1] Deprehende-se do contexto que esta palavra não é aqui empregada no sentido restricto, como synonimo de auctoridade.

commendas de 3:000$000 réis, de 1:000$000 réis, de 800$000 réis, de 400$000 réis, de 300$000 réis, de 200$000 réis, e até de 50$000 réis de lotação. Os commendadores pagavam meias annatas á camara apostolica e a quarta parte do rendimento em compensação do direito de testar.»

A classe da nobreza, embora perdesse tambem todos os privilegios que lhe davam participação no poder, conservou, todavia, no novo systema de governo os altos cargos do Estado, e os logares rendosos. D'aqui lhe provinha uma certa influencia na direcção dos negocios publicos, embora incomparavelmente inferior á do clero, já por que não tinha, como elle, tão abundantes riquezas, já principalmente por não poderem os nobres dispôr das forças moraes a que por mais de uma vez temos alludido: o pulpito, o confissionario e a escóla. No entanto pode dizer-se que estava concentrada nas suas mãos a força consideravel que tem o funccionalismo n'um governo centralisado.

«As classes aristocraticas, diz ainda o escriptor que já citámos, com exclusão quasi completa das classes médias e dos filhos do povo, requeriam e alcançavam os melhores cargos civis, militares e judiciaes, para muitos dos quaes só os descendentes de sangue illustre se podiam julgar aptos em presença das habilitações exigidas nas leis. Os plebeus deviam contentar-se, e de feito se contentavam, com os empregos menores da judicatura e do ensino publico, não subindo os mais felizes ás jerarchias superiores senão pelas portas dos claustros, porque diante dos religiosos laureados com as palmas universitarias, ou academicas, desappareciam as difficuldades e aplanavam-se os caminhos.» [1]

Não era só influencia o que a nobreza procurava no exercicio dos altos cargos publicos, era tambem um meio de enriquecer, principalmente nos governos da India e China.

«No começo do seculo XVII os lucros que podiam colher-se, mesmo de governos subalternos, excediam o que a imaginação mais audaciosa se atreveria a conceber dois seculos antes. A fortaleza de Mombaça deixava livres para o capitão no triennio 30:000 cruzados, a de Sofala 200:000, Ormuz 180:000, Mascate 30:000, Diu 60:000, Damão 50, Baçaim 40, e Chaul 80. Cochim rendia 18 contos de réis, Bracellor 12 e Manar na costa de Coromandel outros 12. No mar do sul Malaca podia enriquecer o seu capitão com 130:000 cruzados nos tres annos, a fortaleza de Moluca com 50:000 pardaus, a de Amboino com 20:000 e Solor com 15:000.

«A viagem annual da China para o Japão dava á pessoa provida no commando 80:000 e 100:000 cruzados, a de Meliapor para Malaca 20:000, a de Gôa para Moçambique 30:000 pardaus e a da India para as Molucas 35:000. Os officios de feitor, de alcaide-mór e de escrivão das fortalezas eram tambem muito rendosos. No de alcaide-mór de Moçambique podia o agraciado tirar 20:000 a 25:000 pardaus em tres annos. O de feitor de Ormuz valia 25:000, e os de escrivão nas feitorias principaes orçavam por 6:000 cruzados no triennio. Os logares de juizes nas alfandegas calculavam-se nas mais importantes, como Gôa, Ormuz, Diu e Chaul, que poderiam produzir nos tres annos entre 10:000 e 20:000 cruzados. Estes eram os proveitos licitos; mas a corrupção e a falta de escrupulo sabiam triplical-os, abusando de tudo e de todos.»

Conhecendo estes factos, comprehende-se perfeitamente como o espirito cavalheiroso e altivo dos companheiros de D. João I degeneraria nos descendentes, collocados sob a immediata dependencia de quem podia dispensar tão largas mercês. Não admira, pois, que o rebaixamento de caracteres, de que não foram isentos nem os mais illustres nomes de Portugal, e que é innevitavel consequencia do absolutismo, fosse quem franqueasse a Filippe II o caminho para subir ao throno portuguez. Não o teria decerto conseguido o exercito de duque d'Alba, como dois seculos antes o não conseguiram as hostes commandadas pelos mestres d'Alcantara e Calatrava, se primeiro o oiro de Castella não tivesse aberto as portas das fortalezas. Os tratados ignobeis, as veniagas, as traições que então se deram, e que teremos occasião de narrar no decurso d'esta historia, nada surprehenderão, por muito infames que pareçam, desde que se conheçam os sentimentos, costumes e habitos dominantes n'aquelle tempo. Para esse

[1] Ibid. pag. 362.

fim transcreveremos ainda uma pagina do mesmo escriptor, por ser não só um resumo das idéas que temos exposto, e um retracto fiel da época, mas tambem um primor litterario.

«Os reinados de D. João III e D. Sebastião consummaram esta revolução pacifica. A vontade dos soberanos em todas as jerarchias encontrou subditos reverentes, e o governo pessoal arraigou-se nas instituições e nos costumes sem obstaculo. O paiz aprendeu cedo e á sua custa o que significa a abdicação voluntaria dos brios e tradições diante do poder illimitado de um homem. O caracter nacional degenerou, os nobres tornaram-se aulicos, ou mercadores, os negociantes fizeram-se chatins, e os lavradores marinheiros ou soldados. As delicias da Asia corromperam a milicia, a côrte e o povo. Todas as idéas grandes se acanhavam, e até o sentimento mais vivo, que pode inflammar o enthusiasmo das nações, o amor da terra natal, esmoreceu pervertido pelo espectaculo do envilecimento da população escrava do Oriente, pelo lapso da ausencia e pelas especulações da cubiça. A fé ardente de épocas mais felizes apagou-se nas vascas de um fanatismo sombrio, e a hypocrisia cobriu com o manto hediondo as torpezas do atheismo politico e da falsa devoção religiosa. O clero servia o altar pelas grossas rendas que arrecadava, e, exagerando as exterioridades do culto, cuidava enganar a Deus, como illudia os credulos. A inquisição, rodeada de delatores, velava pela pureza das crenças, substituindo á persuasão suave do Evangelho o terror dos tratos e o clarão das fogueiras. O livel da auctoridade absoluta igualava os mais altos com os mais humildes na submissão. Ninguem levantava os olhos da terra senão para os baixar a um aceno do poder, que algemma todas as consciencias e todas as vontades. O rei quiz ser e foi tudo. A Egreja ligada pelos interesses temporaes deu o exemplo da obediencia. A inquisição, tribunal nascido de um pacto da realesa com a intolerancia, emmudecia as resistencias, perseguindo como delictos as novidades e os progressos. Os grandes vassallos esqueceram nas embaixadas e nos governos, entre as ostentações de regulos, ou nos officios do paço, a antiga soberba e pretensões. Do povo não fallamos. Das velhas e robustas municipalidades dos seculos XIV e XV, que mais restava nos fins do seculo XVI do que o nome e a letra quasi morta dos seus foros?» [1]

IV

Para ajuizarmos da situação economica do paiz, o phenomeno que, pela sua importancia, primeiro se nos offerece a exame é o da quantidade, movimento, emprego e valor da população. Supposto que todas estas circumstancias estejam entre si ligadas por intimas relações de dependencia, e tanto, que da alteração em qualquer d'ellas necessariamente as outras se ressentem, comtudo, é necessario aprecial-as em separado, não só para bem ponderar a força de cada uma, como tambem para melhor apreciação dos factos sobre que ellas influem.

Conjectura-se que a população portugueza no reinado de D. João I (1422) não excederia 1.010:000 almas, sendo as provincias mais povoadas as do Alemtejo, Beira, Entre-Douro e Minho, cujos limites variavam da actual divisão. [2] Um seculo depois, no tempo de D. João III (1527) subia o computo a 1.326:000 almas, o que faz acreditar que na época mais prospera de 1495 a 1521 o numero de habitantes seria de 1.800:000 a 2.000:000, numeros redondos. [3] Operava-se n'este periodo uma transformação notavel na intensidade da povoação, de fórma que a provincia do Minho, a qual ainda um seculo antes occupava o terceiro logar, tomava agora o primeiro, ficando-lhe muito inferior o Alemtejo, que havia perdido quasi a metade da sua povoação. Quando em 1580 os governadores do reino mandaram proceder a uma resenha dos capazes de pegar em armas, apenas se apuraram 180:000, alem dos fidalgos e cavalleiros, o que poderá tomar-se como correspondente de 1.080:000 almas. [4]

Reflectindo nos factos que estes algarismos representam, vêmos que o desenvolvimento da população, mesmo n'um periodo considerado como prospero, foi extremamente lento, dando-se logo em seguida, e em breves annos, um

[1] Ibid. pag. 357.
[2] Ibid. tom. 4.° pag. 415.
[3] Ibid. tom. 4.° pag. 416.
[4] Ibid. tom. 4.° pag. 419.

movimento de retrocesso muito sensivel. Tem facil explicação o vagaroso progresso da primeira época: as guerras d'Africa e apoz d'ellas as descobertas, colonisação e conquistas de tão dilatados dominios ultramarinos absorviam boa parte da população valida. A essa causa retardataria acresce ainda o flagello das fomes, resultante do atraso da industria agricola, a qual, pela imperfeição dos methodos de cultura não podia reparar os damnos e prejuizos causados por qualquer perturbação nos phenomenos atmosphericos. Cumpre ainda attender a que n'aquelles tempos as epidemias eram frequentes, não só em Portugal, como em toda a Europa; fructo inevitavel das fomes, e das más condições hygienicas em que então geralmente se vivia. Ora, todas essas forças deprimentes actuaram com maior energia no ultimo periodo, e d'ahi vem a notavel diminuição que observamos. É sabido que do exercito levado para Africa por D. Sebastião por lá ficou boa parte, ou no campo da batalha, ou em captiveiro de que nem todos foram resgatados: «as colheitas tinham illudido as esperanças da lavoura, e mais de dois mil trabalhadores desamparando os campos de Portugal, feridos pela esterilidade, buscavam a subsistencia nos da Hespanha. Em Lisboa, continua o historiador de quem transcrevêmos estas linhas, [1] a peste principiára a picar, e aggravando-se lenta, mas gradualmente, unia o lucto e lagrimas das familias ás inquietações do presente, e aos receios do futuro.

«A peste de 1581, diz ainda em outro logar o mesmo escriptor, [2] cobrindo de lucto tanto as villas como as aldêas, ceifára em Lisboa 35:000 victimas e em Evora 20:000, segundo o testemunho, talvez exagerado, dos historiadores... Outros flagellos, mais ou menos locaes, picando amiudados, ora na capital, ora nas provincias, não desappareciam sem assignalarem cruelmente as terras, que flagellavam. A enfermidade das bexigas dizimava quasi todos os annos, pelo menos, um terço das novas gerações, sem perdoar aos adultos. A syphilis, muito commum, principalmente desde o XVI seculo, nos centros populosos e nas povoações maritimas, assumia por vezes as proporções de um verdadeiro contagio.»

Se da apreciação da quantidade e movimento, passarmos á do emprego, notaremos que uma boa parte pertencia ao clero secular e institutos monasticos, e a outra, muito maior ainda, era absorvida pelas armadas e exercito, assim como pela colonisação dos dominios ultramarinos. Não admira, portanto, que escasseasse gente para agricultura, commercio e officios mechanicos; mesmo porque á parte retirada de similhantes empregos, e a que já nos referimos, deve ainda accrescentar-se o numero, relativamente avultado, dos que se occupavam nas profissões litterarias, incluindo o funccionalismo.

Quanto ao valor, ou por outros termos, á robustez e actividade da população, tambem não é extremamente agradavel o quadro que se nos offerece. Andam hoje muito em moda as declamações, ora indignadas, ora plangentes, ácerca da nossa decadencia physica, e passa como coisa corrente, indiscutivel, que a povoação das cidades, assim como a que trabalha nos campos e officinas, tudo isso compõe-se simplesmente de «gerações anemicas». Curvâmo-nos á evidencia, reconhecendo que não chegámos ainda á perfeição de ser a velhice a unica doença; comtudo, feita a comparação com o passado, e particularmente com a época de que nos estamos occupando, poder-se-ha ajuizar do consideravel progresso nas condições da vida, tornando-se esta mais dilatada.

Do confronto da vida média nas duas épocas, tirariamos argumento dicisivo contra quaesquer objeções, ou duvidas, se nos podessemos aproveitar d'elle; teremos, porem, de abandonar esse recurso, que nos parece muito difficil, senão impossivel, de conseguir. Pelo que respeita ao presente ainda se poderiam colher, embora com muito custo, as informações necessarias; mas com relação ao passado, se não carecemos absolutamente d'ellas, pouco ou nenhum credito merecem. Bastará attender a quanto são contraditorias, para desde logo ficarmos convencidos da sua pouca exactidão. No entanto, a falta de vigor physico, e da actividade das gerações que então viveram, deprehende-se não só da frequencia de epidemias devastadoras, do grande

[1] Rebello da Silva. *Hist. de Port.* etc., tomo 1.º, pag. 432.

[2] Ibid. tom. 4.º pag. 420.

numero de indigentes soccorridos nos hospitaes, mesmo na ausencia d'aquelles flagellos, e da quantidade enorme de mendigos que enxameavam nas portarias dos conventos, ou vagabundeavam pelas terras do reino, e extranhas, mas tambem da alimentação insufficiente e má do maior numero. Achando-se em grande atraso os processos agricolas, e sendo muito limitada a área do terreno cultivado, qualquer perturbação mais prolongada nos phenomenos athmosphericos, no curso regular das estações, produzia tamanho desfalque nas colheitas, que logo se manifestava a fome. As epidemias eram uma consequencia necessaria e que seguiam de perto aquella calamidade; a larga existencia d'estas, e o crescido numero de victimas que faziam, é demonstração evidente da pouca força de resistencia que ellas encontravam.

Todos estes phenomenos se ligavam, e dependiam todos de uma causa unica: a má constituição da propriedade. Adequada a outro estado social, em que foi deveras util, por que se achava em harmonia com as demais instituições, tanto civis, como politicas, é evidente, que logo que foi transformado aquelle, deixou de existir esta harmonia: deu-se um desiquilibrio, que é sempre um vicio organico; não admira, pois, que cessando de ser util começasse a tornar-se nociva. Amortisada a maior parte da propriedade rustica em poder do clero e da nobresa, onerada com pensões e encargos oppressores, era natural que o serviço dos campos fosse trocado pelo das armadas, o qual promettia melhores proventos; ou então pelos ocios da mendicidade. Como é facil de ajuizar, resultava d'esta viciosa organisação a mais iniqua destribuição das riquezas. Para as classes superiores, e privilegiadas, os commodos da vida, mesmo os regalos da opulencia; para as camadas inferiores o trabalho e a miseria, a ociosidado e o vicio.

Não se offendem impunemente as leis naturaes, de qualquer ordem que sejam; quem as despresa soffre sempre o castigo em proporção do aggravo. A decadencia da agricultura, que se não era então, como não foi nunca, a unica fonte de riqueza, era como sempre, a principal, apesar do notavel desenvolvimento que havia assumido o commercio, a decadencia da agricultura, dizemos, deu em resultado a pobresa relativa das classes privilegiadas. Quando na infeliz expedição d'Africa a nobresa, para lisongear o rei, despendia em armas luxuosas, em arreios de cavallos e librés de criados sommas avultadas, já as não poude tirar dos seus rendimentos. Recorreu ao credito, empenhando por muitos annos os morgados e commendas; venderam-se ao desbarate, por preços infimos, casaes e herdades que eram livres, e até as alfaias e moveis de maior custo. Esperava-se que a victoria indemnisasse com largueza tamanhos sacrificios, mas como em vez d'ella veio a derrota, ainda mais se aggravaram os apuros com que já luctavam as melhores casas, tendo de pagar aos mouros as grossas sommas que elles exigiam pela liberdade dos fidalgos captivos, grande numero dos quaes por lá morreram, nas miserias do captiveiro, por falta de resgate.

A diminuição de recursos, proveniente da decadencia da agricultura poderia ser atenuada, senão vencida, pelo desenvolvimento de outras industrias extractivas, do trabalho fabril, ou do commercio. Não é muito de crer que assim acontecesse, em razão da estreita dependencia em que estão entre si estas diversas fontes de riqueza. Examinemos, porem, os factos.

A industria mineira, embora nunca chegasse a ser entre nós completamente despresada, como provam as successivas providencias introduzidas nas leis com o intuito de a favorecer, tambem nunca poude assumir desenvolvimento consideravel. É certo que nos principios do seculo XVI eram lavradas algumas minas de ferro, estanho e porventura de prata, ainda que em proporções diminutas; no entanto a producção limitava-se, em regra, a satisfazer ás necessidades do consumo da localidade em que se achavam as minas, ou ainda das terras proximas. A falta de capitaes, obstando a que fossem usados os melhores methodos de exploração já usados n'outros paizes, muito mais dispendiosos, mas tambem muito mais lucrativos, collocava os nossos productos em condições de inferioridade, em relação aos dos extrangeiros, com os quaes não podiam competir em preço.

As pescarias e a producção do sal foram muito protegidas, e, ou por essa circumstancia, ou pelas especiaes condições do paiz, é certo que essas industrias chegaram a um alto grau de prospe-

ridade, conseguindo não só abastecer o mercado interno, mas ainda serem objecto de um largo commercio de exportação. A primeira d'ellas pode talvez dizer-se, que se achava mais florescente do que hoje. Em 1580 arrendou Filippe II por 30:000$000 réis, a Manuel Duarte as «almadravas,» ou armações de atuns; e «apesar de ser alto para a época o preço da renda, calculava-se que seriam avultados os lucros do arrematante, porque os catalães e italianos compravam todos os annos milhares de arrobas de peixe salgado.»[1] A pesca do coral foi valiosa, e a da baleia sustentava não poucas embarcações d'alto bordo. Comtudo, alem das causas geraes que influiram na decadencia d'estas industrias, concorreram tambem para esse effeito os abusos dos poderosos, os pesados encargos tributarios com que foram successivamente onerados, e ainda não pouco o desmaselo no bom regimen dos rios, tornando-se quasi impraticaveis muitas barras.

A industria da tecelagem do linho e da lã, sendo das mais antigas de Portugal, tem experimentado varia fortuna, não podendo dizer-se que a época de que tratamos fosse a da sua maior decadencia: estava reservado mais esse desastre para a que se lhe seguiu. É de notar, porém, que sendo ella a resultante necessaria do abatimento geral das nossas forças productivas, a sua origem remonta mais alto, e pode collocar-se sem hesitação n'aquelle periodo. Convem todavia advertir, que mesmo nas épocas de maior prosperidade os seus productos eram exclusivamente destinados ao consumo das classes pobres, ou ainda da classe média e remediada. Os tecidos grossos de panno de linho, chamados panno de linho da terra e bragal, e ainda um pouco d'outro tecido chamado lenço, eram tudo quanto os nossos teares produziam; a tela mais fina para camisas e outra roupa branca recebiamol-a do extrangeiro. Do mesmo modo, as qualidades ordinarias de varios tecidos de lã eram aqui produzidas, mas para as superiores dava-se preferencia ás que vinham de fóra. Os tecidos grossos, como saragoças, burel branco e de côres, baetas e outros, destinados, na maxima parte, ao uso da gente do campo e officiaes mechanicos, chegaram a ter bastante importancia no commercio interno, mas nunca poderam passar as fronteiras em quantidades taes que podessem servir de estimulo ao progresso. Não assim a industria do linho, que embora tambem não produzisse, como já notámos, as telas mais finas, ainda assim o trabalho domestico de varios artefactos d'aquelle filamento era tão consideravel em certos districtos, como Guimarães, Lamego e Arganil, que depois de supridas as necessidades do consumo interno, ainda ficava para a exportação um excedente apreciavel, e tanto, que era uma das mais copiosas fontes de receita para aquellas povoações.

A industria da seda, que havia tomado um certo incremento, mesmo apesar da concorrencia dos tecidos italianos, flamengos e de Granada, teve de ceder o campo, conjunctamente com as suas rivaes, aos estofos da India, que pela sua novidade e primor tinham maior aceitação no mercado, sendo especialmente procurados pelas classes ricas. Nos fins do seculo XVI apenas trabalhavam com alguma actividade, já muito inferior ao que havia sido, os teares de Lamego, e terras circumvisinhas, que sortiam de tafetás, setins e velludos o norte do reino.

Occupava a ceramica um logar importante na industria portugueza, sendo os seus productos mais estimados, e de que se fazia exportação, não só as imitações das porcelanas da China, mas principalmente os azulejos, tanto os de relevo como os lisos, que tinham n'aquelle tempo larguissimo consumo, por se usarem no revestimento das paredes dos templos, das salas, das escadarias e aposentos e até dos jardins.

Os fornos de vidros achavam-se disseminados pelo reino, occupando-se sómente dos productos ordinarios, e consumidos, pela maior parte, nos logares mais proximos da producção.

Como não pretendemos fazer minuciosa exposição do estado industrial do paiz, mas dar apenas uma idéa muito summaria, passaremos em silencio varios outros ramos de trabalho, que embora reunidos formassem uma apreciavel fonte de receita, considerados isoladamente nada valiam, tão humilde era o logar que lhes pertencia no quadro da riqueza geral.

Logar incomparavelmente superior ao da industria, propriamente dita, occupava então o

[1] Rebello da Silva, *Hist. de Port.* etc. tomo 4.º pag. 483.

nosso commercio, que supposto já tivesse começado a declinar bastante, ainda podia considerar-se um dos primeiros do mundo.

Todos os annos entravam no Tejo as frotas do Oriente carregadas de riquezas; as perolas do Ceylão, o ambar das Maldivas, as alcatifas de Schiraz, os artefactos de madeiras aromaticas e de marfim de lavor delicadissimo, os damascos e porcellanas da China, as afamadas sedas de Chaul, o oiro de Sumatra, os rubis do Pegu, a prata do Japão, tudo quanto poderia apetecer á mais faustosa opulencia; e a par d'esses custosos productos muitos outros de não menor valia, pela sua utilidade e grandissimo consumo; a pimenta, o cravo, a noz moscada, o beijoim, o anil, o sandalo. Todas estas mercadorias mandadas por nós aos principaes mercados da Europa, que as recebiam com avidez, deixavam-nos valiosissimos lucros, e a cidade de Lisboa, tornada de repente um grande emporio commercial, ostentava aos olhos dos extrangeiros as suas opulencias burguezas, sem gosto, sem aquelle tom aristocratico da famosa Veneza, a sua rival vencida. É que esta, não tendo enriquecido de repente, mas pelo continuo lavor de gerações successivas, havia desenvolvido a sua educação em harmonia com as suas riquezas; á proporção que augmentava em cabedaes, assim tambem ia levantando palacios e templos de primorosa architectura, povoando de estatuas os seus jardins e adquirindo os quadros dos mais famosos pintores.

Lisboa, depois de ter edificado a torre de Belem e o mosteiro dos Jeronymos, dois monumentos dignos da rainha do Adriatico, deu-se a abrir novas ruas estreitas, mal calcetadas e sombrias, a edificar grande numero de predios de muitos andares, ou habitações vastas, mas sem grandeza; exactamente como um burguez enriquecido, que na sua melhor sala reune algumas preciosidades artisticas com moveis luxuosos, mas de mau gosto, e muitas quinquilherias baratas.

Lisboa enriqueceu de repente como dissemos, e d'esta riqueza proveio ao paiz uma prosperidade transitoria, porque era ficticia: lançada sobre terreno mal firme, alluisse breve. O mesmo seculo que ao nascer viu o principio da nossa rapida fortuna, viu tambem nos ultimos annos, começarem as ruinas. Foi a principal causa d'ellas a má organisação que desde logo se deu ao commercio do Oriente, sugeitando-o á acção oppressora do monopolio. Não devemos, porem, lançar esse erro á conta do governo de então: eram as idéas da época e é com ellas que os poderes publicos dirigem os negocios do Estado; nem se lhes pode exigir que se adiantem ao seculo em que vivem. Outras nações aproveitaram, talvez, a lição da nossa desastrada experiencia, aprenderam dos nossos erros, e serviram-se das ruinas da nossa fortuna para alicerces da sua grandeza.

Era exclusivo da corôa o trafico da China, Japão, Malaca, Moçambique e Ormuz, e tambem só a corôa podia mandar para a India certas mercadorias como espelhos e vidros de Veneza, coraes, cinabrio, azougue etc. Resolvida a continuação da conquista e commercio asiatico, ajustou D. Manuel com os mercadores de Lisboa tomarem estes sobre si metade das despezas com as expedições. O governo e os mercadores armava cada um numero igual de náos, devendo ser todas municiadas e tripuladas por officiaes, soldados e marinheiros portuguezes escolhidos pelo governo, ou approvados por elle. Obrigava-se o rei a fornecer as embarcações d'armas e mantimentos para toda a viagem, podendo, em compensação, carregar as mercadorias que preferisse, e das quaes pagaria de frete, em dinheiro, 22 cruzados por tonelada de fazenda, logo que esta désse entrada na casa da India.

O desejo de realisar avantajados lucros fez com que muitas vezes se carregassem as náos com quantidade de mercadorias muito superior ao que ellas, pela sua capacidade e solidez, poderiam comportar; essa uma das causas da frequencia dos naufragios, que tanto prejudicavam a fazenda publica, não só pela perda das mercadorias que eram suas, mas tambem pela indemnisação, por inteiro, que tinha de pagar aos negociantes, das que vinham por conta d'elles.

Prohibido o commercio directo das nossas possessões aos extrangeiros, é natural que elles procurassem pela força o que não podiam obter por meios licitos; assim aconteceu: a pirateria infestava os mares. A segurança do commercio, a colonisação, defeza e augmento dos nossos dominios ultramarinos obrigava o governo a

despezas avultadissimas, que reunidas com os gastos ordinarios, e inadiaveis, collocavam o thesouro em situação cada vez mais embaraçosa. Apertava-se a rede do monopolio para acudir a estes apuros e o resultado de similhante expediente era sempre conseguir-se um allivio momentaneo, aggravando-se mais a origem do mal e apressando-se a catastrophe. Desde que o Estado se liga tão intima, tão directamente com a industria mercantil, absorvendo a melhor parte d'ella, é evidente que os embaraços do thesouro hão de fatalmente determinar uma grave perturbação n'aquella fonte de riqueza, diminuindo-a de um modo consideravel. Acresce ainda, que o movimento principal das transacções se concentrava em Lisboa, a qual estava sendo, por esse facto, cabeça enorme de um corpo rachitico. O desenvolvimento do commercio interno não acompanhava o progresso das relações internacionaes, menos por se haver descurado melhorar os meios de transporte, do que por se desviarem das officinas e dos campos grande numero de braços. D'ahi o successivo definhamento da nossa agricultura e industrias. Á proporção que nos iam faltando os recursos do commercio d'Asia, mais se fazia sentir a triste realidade da nossa pobreza.

«A unidade politica e monarchica, diz o brilhante escriptor que temos citado, suffocava as liberdades e com ellas as iniciativas fecundas. A centralisação dos poderes, das forças e dos meios, tornando o Estado arbitro supremo de tudo e de todos, minára na base o edificio tão grandioso na apparencia, como essencialmente fragil, d'aquelle imperio collossal, apenas estribado na vontade, no conselho, e na acção da vontade soberana. As aspirações e as tendencias correspondiam ás maximas erroneas que inspiravam o governo. Aspirava-se á unidade do culto nas conquistas, onde a variedade de crenças era infinita; aspirava-se á supremacia maritima pela exclusão de todas as marinhas, no momento em que principiavam a surgir as novas potencias navaes; e tendia-se ao monopolio commercial absoluto pela prohibição das navegações estrangeiras nos mares e dominios ultramarinos da corôa portugueza, quando uma actividade immensa reinava em toda a Europa, e as nações olhavam cheias de inveja para as riquezas que Portugal e Hespanha deviam a seus descobrimentos. Não admira, por tanto, que depois de quebrado o encanto, a posse da India, no começo do seculo XVII, fosse já apreciada por diversos modos do que havia sido no seculo XVI.

«Era natural que os inconvenientes do systema, apalpados todos os dias, suscitassem mais do que duvidas nos animos reflectidos, que a luz da verdade principiasse a esclarecer os problemas mais obscuros da economia social, e que, vendo tudo aluido, vacillante e a desabar, os estadistas prudentes perguntassem se não seria tarde para afrouxar no rigor de restricções, que só a espada seria capaz de manter, quando a espada por curta e meio embotada já não infundia o terror que nos reinados de D. Manuel e D. João III enfreiava as resistencias, e assegurava o dominio. Os revezes, succedendo-se, argumentavam em favor de um novo plano de leis e de instituições commerciaes mais accommodadas ás circumstancias, e mais proporcionado ás forças da monarchia. Rasgado o véu inteiramente, discutiu-se até a conveniencia da conquista oriental como questão utilitaria e mercantil, e nem ella, nem as vantagens do monopolio da corôa sairam triumphantes do pleito. O reino despovoado, a lavoura arruinada, os espectros da fome e da miseria entristecendo o lar apagado do pobre, o lucto das familias amaldiçoando os mares e climas remotos, tumulos dos paes, dos irmãos, dos maridos e dos filhos, e o convencimento tacito de que o paiz se desfallecia para sustentar possessões que lhe produziam menos, do que o trabalho e as industrias poderiam affiançar-lhe, se concentrasse a actividade e o esforço no remedio dos males internos, e no desenvolvimento dos mananciaes da riqueza propria, eram outras tantas demonstrações vivas dos erros passados e da necessidade de encurtar, pelo menos, os passos nas funestas veredas aonde nos haviamos perdido.» [1]

Ainda hoje, depois do transcurso de alguns seculos, ainda se apresenta á discussão o mesmo problema! Quando faltassem outras provas contra a nossa má administração colonial, bastaria esta só para evidenciar que de nada nos tem aproveitado a lição de uma larga experiencia.

[1] Rebello da Silva, *Hist. de Port.* etc. tomo 4.º pag. 628.

CAPITULO II

Chega a Lisboa a noticia do desastre de Alcacer-Kibir.—O cardeal D. Henrique assume provisoriamente o governo do reino, e é pouco depois acclamado rei.—Pretendentes á corôa de Portugal.—Politica de Filippe II de Hespanha.—Corrupção largamente empregada pelo emissario de Castella, D. Christovão de Moura.—Projectos de casamento de D. Henrique.—Côrtes de Lisboa.—Resoluções adoptadas por ellas.—Juramento dos tres estados e dos pretensores portuguezes.—Sentenças contra o prior do Crato.—Negociações do cardeal com Filippe II.—Nomeação dos governadores do reino.

Em 4 de agosto de 1578 deu-se a batalha de Alcacer-Kibir; dias depois, chegava a noticia do desastre aos governadores do reino, que julgaram a principio dever occúltal-a, mas que resolveram, por fim, mandar aviso ao cardeal D. Henrique. Este deixa immediatamente Alcobaça, e entra em Lisboa no dia 16 d'aquelle mez, quando já se havia convertido em certeza, e em lucto publico, o vago rumor que tinha corrido pouco antes, e que se propagára por toda a parte, com rapidez que poderia dizer-se milagrosa, se não tivesse facil explicação na desconfiança geral de uma empreza já de si arriscada, e tão loucamente dirigida.

A esquadra de D. Diogo de Sousa, que dois mezes antes havia conduzido o brilhante exercito d'Africa, voltára ao Tejo com os poucos que tinham podido escapar-se á carnificina e ás algemas. «Nos rostos pallidos e abatidos dos fugitivos de Alcacer-Kibir, diz elegantemente o sr. Pinheiro Chagas, [1] podia lêr anciosa a curiosidade do povo de Lisboa a extensão immensa do desastre:» comtudo, pesava ainda o mysterio sobre o destino do rei; ou antes, era tamanha a desgraça da sua morte, que todos fugiam de acreditar n'ella.

O cardeal deseja ardentemente a corôa, não só para satisfazer a sua vaidade senil, mas ainda para exercer as vinganças a que a indole do seu caracter rancoroso o tornava propenso. Embora exteriormente affectasse tristeza, pela catastrophe que enlutava o reino, no intimo jubilava-se com a herança. Comtudo não ousou declarar o throno vago, em presença do estado do espirito publico, dominado por uma vaga esperança de que o rei não tivesse succumbido; esperança que se não era justificada, tinha ao menos explicação na falta de noticias terminantes, positivas. Limitou-se, pois, a nomear uma junta composta do chanceller-mór e dos desembargadores do paço, Paulo Affonso, Gaspar de Figueiredo, Jeronymo Pereira de Sá, Pedro Barbosa e Manuel de Quadros, para resolver as medidas que se deveriam adoptar em tão grave conjunctura. Decidiu a junta que o caracter sacerdotal não inhibia D. Henrique de tomar o sceptro, e que deveria ser nomeado governador e curador de Portugal, emquanto não chegassem noticias seguras sobre o destino de D. Sebastião. Tomou este titulo a 24 d'agosto, e logo no dia seguinte, ou no immediato, chegava d'Africa uma carta escripta por Belchior do Amaral, que tinha ficado prisioneiro, e na qual affirmava ter reconhecido o cadaver de D. Sebastião. Decorrido breve tempo, a 24 d'agosto, quebravam-se os escudos, e nunca em Portugal foi essa funebre ceremonia tão molhada de prantos. É que era acompanhada por um longo cortejo de orfãos e de viuvas, que lamentavam a perda dos que lhes eram alegria e amparo. Dois dias depois, era o cardeal corôado rei, e tambem esse acto, que sempre costuma ser acompanhado de diversões e festejos publicos, nunca foi celebrado com tamanha e tão geral tristeza. É que á dôr de tantas affeições dilaceradas, juntavam-se tambem as inquietações do interesse publico; e os receios do futuro ainda mais assombravam o quadro do presente.

O povo não podia saudar com enthusiasmo a ascenção ao throno de um velho já debruçado sobre o tumulo, sem merito que podesse inspirar sombra de confiança, e cuja unica virtude, segundo a observação picante, mas justa, de um historiador moderno, era mais um infortunio para o paiz.

«Nenhumas sympathias, diz o sr. Pinheiro Chagas, [1] contava o cardeal, homem de engenho curto, fanatico e aváro. A sua unica virtude

[1] *Hist. de Port.* tomo 5.º pag. 1.

[1] *Hist. de Port.*, tomo 5.º, pag. 6.

era a castidade; nunca por esse lado déra escandalo. Pois até isso tinha de ser fatal. Se elle houvesse seguido o exemplo escandaloso de tantos outros prelados, que se rodeavam publicamente de filhos, o papa legitimava-lh'os decerto, assim que elle subisse ao throno, e a falta de um herdeiro directo não aplanaria o caminho á ambição de Filippe II.»

Os primeiros actos do seu reinado tiveram por fim captar as sympathias publicas; mas n'esses mesmos imprimiu o cunho do seu caracter malévolo, e espirito fanatico. Por decreto de 1 de setembro d'esse mesmo anno (1578) aboliu o estanco do sal, mandou restituir ao cofre dos orfãos as sommas que d'ali haviam sido tiradas, e entregar aos mosteiros pobres os subsidios com que haviam contribuido. Esta medida que não exigia grandes energias, porque tinha cessado a causa que determinára aquellas oppressões, foi recebida com geral applauso, mesmo apesar de ser acompanhada por uma outra, iniqua e odienta, qual a de mandar encarcerar fr. Francisco Foreiro, indigitado como auctor do estanco do sal. Pouco depois, ordenou que podessem ser confiscados de novo os bens das victimas do santo officio: esta providencia, que foi tambem geralmente applaudida, o que estava em harmonia com o fanatismo da época, era uma infamia: os christãos-novos já tinham resgatado aquelles bens, por dez annos, pagando por isso avultada somma.

O geral interesse que inspiravam os captivos d'Africa moveu o novo rei, para satisfazer aos desejos do publico, a enviar a Marrocos, para tratar do resgate, D. Rodrigo de Menezes com quatro religiosos trinitarios. A missão era devéras espinhosa porque o reino achava-se exhausto de recursos e o irmão de Muley-Moluk, que lhe havia succedido no throno, não estava disposto a vender por baixo preço a liberdade dos prisioneiros. Alguns fidalgos tinham já conseguido resgatar-se isoladamente; o maior numero, porém, ainda jazia em ferros. Juntaram-se oitenta d'elles e prometteram ao novo emir quatrocentos mil cruzados pelo seu resgate, se permittisse que cinco dos seus fossem a Portugal buscar essa quantia. Obtiveram esta concessão, mas não foi possivel juntar mais que duzentos e oitenta mil cruzados. Com essa somma voltaram a Marrocos os cinco fidalgos que tinham vindo ao reino, e foram acompanhados por um novo embaixador, D. Francisco da Costa, encarregado de se responsabilisar, em nome de el-rei, pelo pagamento dos cento e vinte mil cruzados, que faltavam. Foi acceite a fiança, e dada a liberdade aos oitenta captivos, que partiram para o reino. «É vergonhoso dizel-o: escreve o historiador que já temos citado, e a quem estamos seguindo, [1] ninguem mais pensou em D. Francisco da Costa, que lá morreu em Marrocos em 1586, tendo passado oito annos no meio dos inimigos, victima da sua imprudente confiança na palavra de oitenta fidalgos e de um rei.»

Filippe II preparava o caminho para a ambicionada união dos dois reinos, procurando conciliar partidarios; com esse intento mandou a Africa um enviado seu, para se informar dos prisioneiros portuguezes e resgatar alguns. A maior parte, porem, não podendo alcançar as sommas que lhes eram exigidas lá ficaram nos carceres. Estas ausencias sem esperança, quasi tão desesperadas como a da morte, occasionavam bastas e sinceras maguas, e davam tambem logar a scenas ridiculas de exagerações de dôr affectada. Mas assim como a hypocrisia é homenagem á virtude, assim tambem estas simulações eram um testemunho involuntario do sentimento geral, avivado ainda pelas continuas orações nos templos. A imaginação do povo andava sobreexcitada, e o receio das desgraças eminentes opprimia o espirito das multidões, facil de desvairar-se. O povo andava irrequieto, revolto, accusava os fidalgos que haviam acompanhado o rei, e poderam escapar á morte, ou resgatar-se do captiveiro, accusava-os de terem abandonado o soberano, e de se não terem deixado morrer para lhe salvar a vida. Os fidalgos, amedrontados pelas iras da plebe, procuravam espalhar a idéa de que o rei não tinha succumbido no campo da batalha. Recebida com avidez, e facilmente acreditada pelo vulgo, esta idéa tomava corpo; supposto que as devassas a que se procedia, por ordem do cardeal, evidenciassem a falsidade do boato, nunca foi possivel apagar no animo do povo aquella esperança, que viveu seculos!

Com a morte de D. Sebastião logo se acende-

[1] *Hist. de Port.*, tomo 5.º, pag. 7.

ram as ambições ao throno portuguez; o reinado de D. Henrique, um sexagenario enfermo, não promettia larga duração, nem tão pouco inspirava receios de que ainda podesse apparecer um herdeiro, apesar das veleidades matrimoniaes do pobre clerigo, de que brevemente nos occuparemos.

Surgiram numerosos pretendentes, procurando fazer prevalecer os seus direitos; inclusivè Catharina de Medicis, que se aprerentava como descendente de Affonso III e de Mathilde, condessa de Bolonha, esquecendo-se que de tal casamento não houve filhos. Ranucio, duque de Parma, e Manuel Felisberto, duque de Saboya, allegavam melhores direitos; o primeiro porque era neto, por sua mãe, do infante D. Duarte; e o segundo neto, tambem por sua mãe, a infanta D. Beatriz, d'el-rei D. Manuel. Nenhum d'estes, porem, tinha a favor da sua pretensão nem sombras de probabilidade: outros se apresentavam, não só com melhor direito, mas sobre tudo com mais recursos para o fazer valer. Eram o duque de Bragança, ou antes a duqueza D. Catharina, sobrinha do cardeal D. Henrique, e por quem este sentia uma predileção, uma preferencia, que não tratava de occultar. Infelizmente o duque, homem soberbo e arrogante, criara, pelo seu genio intratavel, numerosos inimigos entre a nobreza; e era isso um obstaculo sério, porque tambem não tinha as menores sympathias no povo. Pelo contrario, D. Antonio, prior do Grato, soubera conciliar pela sua generosidade e lhanesa de trato, não só muitas affeições dos nobres, como tambem o apoio decidido do povo, que lhe dava as mais solemnes manifestações da sua adhesão, e acusava o rei, pela sua inimisade com o prior, de querer entregar o reino a Castella, protegendo a pretensão de Filippe II. Este é que era na verdade o pretendente mais perigoso, não tanto pelos direitos que allegara, por ser neto de el-rei D. Manuel, mas sobre tudo pelos recursos de que dispunha: as mercês, o oiro, as armas.

Habil politico, de uma perseverança inquebrantavel e prodigiosa actividade de espirito, seguia no fundo do seu gabinete, não só os fios emaranhados da politica externa, com todas as côrtes da Europa, mas ainda as particularidades do governo do seu vasto imperio. Vendo claramente a repugnancia dos portuguezes em aceitar um rei hespanhol, absteve-se de cortar brutalmente com a espada dos seus generaes esta difficuldade; preferiu desfazel-a pela corrupção, o que lhe não foi difficil, por que encontrou o terreno excellentemente preparado para receber a sementeira d'oiro, que espalhou com mão profusa.

No empenho de conciliar partidarios, mandou a Portugal, sob color de cumprimentar o cardeal pelo fallecimento de seu sobrinho, e de o felicitar pela sua ascenção ao throno, um valido de sua plenissima confiança. Era D. Christovão de Moura, fidalgo portuguez, aparentado com as principaes familias do reino, e que muito moço fôra para Madrid, na companhia da princeza D. Joanna, mãe d'el-rei D. Sebastião. Soldado distincto e cortezão primoroso, soube captivar as affeições da côrte de Madrid, e a inteira confiança do monarcha, a cujo serviço se devotára.

Chegado a Portugal, cuidou immediatamente em dar principio á sua delicada missão, mas de modo que não despertasse suspeitas, nem suscitasse curiosidades. Primeiro que tudo tratou de estudar bem o terreno a fim de melhor poder explorar os sentimentos e interesses d'aquelles com quem tinha a tratar, e que lhe haviam servir de instrumentos. Visitando assiduamente os fidalgos de maior prestigio, e influencia, para se insinuar no animo d'elles, não occultava que Filippe II se julgava com direito ao throno, mas sem insistir, nem acalorar-se em discussões. Procurando os pontos fracos de todas as consciencias, dirigia-se á cubiça de uns, e aos ressentimentos de outros. Assim foi que tratou de pôr do seu lado um antigo secretario de estado de D. João III, D. João d'Alcaçova, honrado com uma larga carreira de bons e leaes serviços. O cardeal D. Henrique havia-o tratado com despreso insultante, de que elle desejava tirar vingança. Não foi, portanto, muito difficil a Chistovão de Moura incital-o a contrariar as pretensões de D. Henrique, pela duqueza de Bragança, sem todavia se manifestar por D. Filippe II. Bem previa o astuto emissario, que dado este primeiro passo n'um declive tão precipitado, não tardaria muito que o velho ministro fosse um dos mais decididos auxiliares do rei castelhano, ao qual mais tarde deveu a ignominiosa mercê de conde da Idanha.

Maior ignominia, porém, foi a do heroico def-

fensor de Diu. Pedro d'Alcaçova, ao menos, foi induzido á traição pelo ressentimento, e na cegueira da sua paixão não viu, decerto, onde o conduziria o enredado caminho em que entrava. Maculou o seu nome com as nodoas da infamia, arrastado por um sentimento indigno das almas generosas, mas que não é baixo, nem sordido, como a cubiça: D. João de Mascarenhas vendeu-se. Coberto de recompensas, aliás merecidas, pelos sesviços que tinha prestado á patria com o ferro da sua espada, e a prudencia do seu conselho, entendeu, no ultimo quartel da vida, que a honra, o virtuoso orgulho de um nome sem macula, valia menos do que o dinheiro! É a ultima degradação a que pode descer-se, e com tudo aquelle funesto exemplo foi seguido de tantos, que o thesouro de Castella chegou a não poder acompanhar o mercado. Carecendo do dinheiro necessario para a compra de tantas consciencias, que se offereciam á venda, Christovão de Moura distribuia uns papeis, denominados *cedulas*, nos quaes se exarava a recompensa que Filippe II deveria pagar, quando estivesse senhor dos rendimentos do reino. N'estas *cedulas* achavam-se inscriptos não só os alcaides de quasi todas as praças e fortalezas, mas ainda os mais illustres nomes de Portugal.

«Affonso de Albuquerque, diz o sr. Pinheiro Chagas, [1] não duvidava manchar esse nome glorioso, e propunha-se elle mesmo a D. Christovão para favorecer os seus planos em Lisboa; o marquez de Villa-Real só aproveitava a sua alta nobresa para fazer mais valioso o seu mercado, e para o discutir largamente, regateando o preço; Luiz da Silva, que, como Pedro d'Alcaçova, mais fôra impellido á traição pelo desejo de se vingar das perseguições de D. Henrique do que pela venalidade, não duvidava envolver a patria no holocausto da sua vingança; D. Diogo de Castro homem riquissimo, que tinha quatro contos de réis de rendimento, o que para aquelle tempo era enorme, implorava uma cedula, como um mendigo; fr. Antonio de Sousa, provincial dos dominicanos, procurado por D. Christovão de Moura, anticipára-se na proposta, e offerecia-se elle mesmo; Antonio da Gama, regedor das justiças, redigia memorias, para sustentar os direitos de Filippe II em que excedia o zelo dos proprios jurisconsultos hespanhoes; Lopo d'Almeida offerecia-se para corromper outros fidalgos, e tinha a triste gloria de attrahir ao partido castelhano Francisco de Sá, e o arcebispo de Lisboa, a quem deslumbrára a promessa de um chapeu de cardeal; Martim Corrêa da Silva offerecia-se para agente castelhano em Tavira; Francisco de Miranda promettia entregar dois castellos de que dispunha, situados na fronteira; Ruy Telles vendia a sua fortalesa de Moura; Ruy Lourenço de Tavora, governador de Caparica, não resistira ás seducções de D. Christovão, seu parente; tres capitães de melicias de Lisboa, venderam-se por quatrocentos escudos; Nuno Alvares Pereira (que nome arrastado na lama!) por uma pensão de trezentos escudos annuaes para seu filho; Simão Rodrigues, capitão de uma companhia de trezentos e cincoenta homens, por cem ducados; Domingos Nunes do Pinho, capitão de oitocentos soldados em Santo Antonio do Tojal, por duzentos. As proprias mulheres corriam sem pudor a este mercado infame; D. Joanna d'Athayde, senhora de sete villas, negociava com o rei de Castella a sua adhesão a peso d'oiro; D. Guiomar de Mello, a troco de seu filho acabar os estudos em Castella, á custa de Filippe II; e uma cunhada do provincial dos dominicanos promettia comprar o governador de Cascaes.

«Mas diremos a suprema vergonha d'estes tempos nefastos? O proprio D. Antonio o prior do Crato, entrou em negociações para vender os seus direitos a Filippe II, e se esse vil mercado se não realisou, foi porque o rei de Hespanha entendeu que a cedencia não valia o preço que D. Antonio lhe punha.»

Effectivamente o prior, não obstante contar com a sua popularidade, ou talvez por contar com ella, o que lhe facultava commerciar a sua desistencia por elevado preço, resolveu-se a ouvir as propostas de Castella; influiu provavelmente n'esta resolução a affirmativa que lhe havia feito um jurisconsulto de Coimbra, de que os seus direitos eram nullos. Alem do que, instava tambem com elle o seu intimo confidente marquez de Villa-Real, vendido a Hespanha, e a quem o prior, confiado na fidelidade que lhe suppunha, contava todos os seus pensamentos e projectos,

[1] *Hist. de Port.* tomo 5.º pag. 14 e 15.

os quaes eram transmittidos immediatamente, pelo traidor, a D. Christovão de Moura. Estas negociações, porem, não tiveram exito, por que D. Antonio, achando preço diminuto o priorado de Leão e Castella, que Filippe II lhe mandára offerecer, recusou. O duque de Bragança, a quem fôra offerecido a posse e o titulo do reino do Algarve, recusou igualmente, esperando cingir a corôa de Portugal pelo decidido apoio que D. Henrique dava á sua pretensão, a qual era tambem favorecida pelos jesuitas. Foram elles, que de combinação com a duqueza D. Catharina, suggeriram ao cardeal o ridiculo expediente de se casar.

A idéa era na verdade risivel, mas a circumstancia da sua procedencia sobresaltou D. Christovão de Moura, que supponda esconder-se debaixo d'ella algum trama bem combinado, como os sabiam urdir os filhos de S. Ignacio, apressou-se a fazer a communicação a Filippe II, manifestando-lhe as suas aprehensões. O rei de Hespanha tratou immediatamente, por meio do seu embaixador em Roma, D. João de Zuniga, de levantar obstaculos a similhante projecto, instando com o Papa para que negasse a dispensa. Ao mesmo tempo mandava a Lisboa fr. Fernando del Castillo, que em termos austeros, lembrou ao cardeal, por mais de uma vez, quanto similhante acto prejudicaria o decoro da egreja, dando occasião aos motejos de Lutheranos e Calvinistas, sem o menor proveito para o reino, pois que não era natural que da projectada alliança houvesse fructo; mas ainda quando esse caso se désse, attento o estado valetudionario, e edade adiantada do cardeal, não faltariam duvidas sobre a legitimidade do herdeiro, o que poderia ser causa de graves disturbios.

Não se deu o cardeal por vencido com estas razões, que embora interessadas, eram sensatas; assaltado na velhice pelos desejos que na mocidade tinha reprimido, encarava com a maxima seriedade o papel de noivo, e chegou mesmo a solicitar o retrato de Catharina de Medicis. Este capricho senil era ainda auxiliado pelas solicitações do povo de Lisboa, que sabendo do empenho com que o rei de Hespanha contrariava similhante casamento, e levado pelo seu odio contra o dominio castelhano, representou a el-rei, pedindo-lhe que, se estava resolvido a contrahir matrimonio, se não demorasse, lembrando-lhe as desgraças a que pela sua morte ficaria exposto o reino.

Reuniu D. Henrique o conselho de Estado em 31 de janeiro de 1579, e declarou que estava resolvido a effectuar o casamento, como lhe fôra aconselhado. Os traidores, que já então o oiro de Castella tinha comprado em todas as secretarias e repartições publicas, logo participaram a occorrencia a Christovão de Moura, que se não demorou a transmittir o aviso para Madrid. Redobraram-se em Roma as instancias para que não fosse concedida a dispensa pelo Papa, que era então Gregorio XIII, o qual achando extranho o pedido do cardeal-rei suspeitou se elle teria algum filho natural, a que pretendesse legitimar. Christovão de Moura, instruido do que se passava em Roma, declarou que era completamente destituida de fundamento aquella suspeita, affirmando que a idéa do casamento partira dos jesuitas, e que decerto occultava algum plano de que só elles tinham conhecimento. O geral da Ordem, Eberhard Mercurianus, sollicitado pelo embaixador hespanhol para que recommendasse aos jesuitas portuguezes se abstivessem de intervir em negocios politicos, expediu effectivamente essas ordens para Lisboa; mas não logrou ser obedecido, por que o emissario de Filippe II continuou a queixar-se da energica opposição que elles faziam.

E era esse mais um estimulo para excitar a sua actividade, mantendo assidua correspondencia para Madrid, não só directamente com o soberano, mas tambem com a junta organisada n'aquella côrte, para se occupar exclusivamente dos negocios de Portugal, e a qual devia informar o rei de todas as occorrencias que se dessem, afim de que elle resolvesse o que se deveria fazer, segundo as circunstancias o reclamassem.

Com esta junta se correspondia tambem o duque de Ossuna, embaixador de Hespanha em Lisboa, que se mostrava estranho ás negociações occultas, entaboladas por D. Christovão, afim de não compromettar o nome do rei catholico, dando motivo a que podessem levantar-se queixas contra o seu procedimento. Limitava-se, pois, o duque aos actos e formalidades officiaes, sendo D. Christovão quem de facto dirigia a politica, sempre debaixo das vistas de Filippe II, de quem

amiudadas vezes recebia instrucções, não obstante a plenissima confiança que elle tinha na sua dedicação e habilidade.

Era merecido o conceito. Não havia em Portugal segredo de estado, por mais que se procurasse escondel-o, que não fosse immediatamente sabido no Escurial. Quando D. Henrique pensou em fazer jurar a duqueza D. Catharina herdeira do throno, logo se lhe apresentou Christovão de Moura fallando nas pretensões de seu amo, e constrangendo o cardeal a desistir do seu intento, pelo receio de afrontar a hostilidade de Hespanha. O timido velho, mudando de plano, mostrou-se disposto a ouvir as allegações de todos os pretendentes, afim de julgar com melhor conhecimento de causa.

O voto dos jurisconsultos foi contrario ao duque de Parma, com o fundamento de que sendo elle filho de uma sobrinha do cardeal D. Henrique, melhor direito assistia aos sobrinhos em primeiro grau. Os direitos do duque de Saboya, assim como os de D. Filippe não podiam invalidar os de D. Catharina de Bragança, filha de um irmão do cardeal, emquanto que o primeiro e o segundo eram de irmãs; e, embora a infanta D. Isabel, esposa de Carlos v, fosse mais velha do que D. Beatriz, casada com o duque de Saboya, pae do pretendente, essa circumstancia apenas denotava a superioridade do direito de Filippe II, relativamente ao de Manuel Felisberto, sendo comtudo inferior ao de D. Catharina. Superior a todos, porém, seria o direito do prior do Crato, se elle conseguisse provar a legitimidade do seu nascimento.

Era extremamente difficil esta prova, porque ninguem ignorava o genero de relações que tivera o infante D. Luiz com a formosa Violante Gomes, denominada a *Pelicana*. Comtudo, D. Antonio, conhecendo o alto valor d'aquella prova, empenhára-se em a alcançar: arranjou testemunhas que depozeram favoravelmente, e conseguiu obter uma sentença de legitimidade, dada por fr. Manuel de Mello, que se dizia auctorisado pelo capitulo da ordem de S. João de Jerusalem, a que o prior pertencia.

Logo que o rei de Portugal fez saber aos pretendentes que resolvera instituir-se juiz do pleito, convidando-os a que viessem, ou mandassem allegar o direito que julgavam ter á corôa, todos se fizeram representar, menos Filippe II, que todavia não recusou abertamente sugeitar-se á decisão do cardeal; pelo contrario, deu esperanças de que a aceitaria, mas procurou procrastinal-a por todos os meios dilatorios que a sua fertil imaginação lhe suggeria.

Não interessava esta questão sómente os pretendentes, mas todas as côrtes da Europa, que viam com inquietação alargar-se o imperio, já tão vasto, de Filippe II. Os embaixadores de Inglaterra, França e Veneza, vieram offerecer ao cardeal rei o auxilio dos seus governos contra quaesquer imposições do filho de Carlos v. Veio tambem o embaixador de Florença, mas esse, reconhecidamente favoravel ás pretensões do rei de Hespanha, não foi recebido com boa sombra pelo cardeal, empenhado em favorecer, como já temos notado, a duqueza de Bragança, sua sobrinha. Nem era elle o unico adversario de Castella. O oiro e as cedulas vindas de Madrid, e espalhadas generosamente pelo sobrinho de Lourenço Pires de Tavora, tinham effectivamente conseguido organisar um numeroso partido, recrutado entre a nobresa, o alto clero e os mais notaveis jurisconsultos; no entanto, o odio tradicional contra Hespanha conservava-se no povo, e recrudescera com os manejos politicos dos agentes do Escurial. Christovão de Moura, contando com essa resistencia, aconselhára seu amo em carta escripta a 11 de fevereiro de 1579, a que não se descuidasse de ter um exercito prompto para invadir Portugal, dada a eventualidade do fallecimento de D. Henrique, o que podia succeder de um momento para o outro, visto aggravarem-se cada vez mais os padecimentos do avelhentado monarcha. Seguiu Filippe II o conselho, que era prudente, e mandou fazer aprestes em Napoles e na Sicilia, ordenando ao mesmo tempo que as galés de Italia viessem reunir-se ás que já se achavam fundeadas nos portos da Andaluzia.

Sabendo d'estes preparativos, o cardeal intimidou-se, e resolveu convocar immediatamente em Lisboa as côrtes, que primeiro tinha pensado reunir em Almeirim. Não se esqueceu Filippe II de recommendar ao seu confidente que empregasse todos os meios para que a eleição recahisse em partidarios seus; effectivamente Christovão de Moura pôde conseguir que em Lisboa fossem eleitos Affonso de Albuquerque e Jorge da Cunha;

o primeiro já com a competente *cedula* de Castella entre os papeis de familia, o segundo inimigo pessoal de D. Henrique.

Á proporção que os procuradores dos concelhos iam chegando a Lisboa notava com alvoroço o confidente de Filippe II, que embora a maioria não fosse favoravel ás pretensões de seu amo, tambem não estava inclinada a reconhecer no rei competencia para julgar um pleito de tão vital interesse para o reino, e que portanto deveria ser decidido pelos representantes dos povos. Era isto uma nova complicação muito do agrado de D. Christovão, por ser uma séria contrariedade ao plano de D. Henrique, decidido a declarar a casa de Bragança successora do throno, e para o que já tinha encarregado, em segredo, Pedro Barbosa e o chanceller-mór de redigirem uma memoria, advogando os direitos de D. Catharina. Contava com a condescendencia das côrtes em o reconhecerem juiz, e como estas se não mostrassem dispostas a demittir de si um tal direito, exigiu que se adoptasse o systema dos definidores, inaugurado nas côrtes celebradas em Coimbra em 1473, e que consistia em cada uma das ordens, depois de reunidas, eleger certo numero de procuradores, entre os seus membros, substabelecendo n'elles os seus poderes. É claro que por este systema, ficando mais restricto o numero dos procuradores, mais facil se tornava ao governo influir nas decisões. Havendo sido esta proposta mal recebida, o rei ameaçou as côrtes com a dissolução, e os procuradores, para evitarem esse golpe decidiram-se, por fim, a eleger definidores, mas em vez de dez, como era costume, elevaram o numero a quarenta.

Manifestaram-se n'essa eleição as profundas dissenções que lavravam no reino. Os procuradores do povo, que na sua maioria eram hostis ao dominio hespanhol, tambem não eram favoraveis á pretensão do duque de Bragança, de que resultou excluirem de definidores todos os procuradores dos logares de que o duque era senhor. D. Henrique, contrariado por esta manifestação adversa ao seu pretendente favorito, deliberou, para acabar com as esperanças dos outros pretendentes, insistir no projecto do seu casamento, que foi logo apoiado pelas côrtes, decidindo-se que fosse enviado a Roma um embaixador, o qual expozesse ao Papa os desejos da nação, e implorasse a necessaria dispensa, em nome do interesse dos povos.

Outra resolução que tambem se adoptou, foi declarar o cardeal juiz do pleito da successão, devendo a sentença publicar-se sómente depois da sua morte, e no caso de se não realisar o projectado casamento, ou que este fosse esteril.

Resolveu-se ainda, mas depois de renhidissimo debate, que no caso do cardeal fallecer antes de haver sentenciado, fosse o pleito decidido por um tribunal composto de onze juizes, escolhidos pelo rei, entre vinte e quatro nomes que lhe fossem apresentados pelas côrtes. Igualmente, deveriam ellas apresentar outra lista de quinze nomes, entre os quaes nomearia o rei cinco, para governadores do reino.

Filippe II estava perfeitamente em dia, como já observamos, com todas as occorrencias politicas de Portugal; desejando, porem. concertar o plano mais seguro sobre um negocio que tão deveras o interessava, chamou a Madrid o seu confidente. A partida d'este, considerada como perda de valimento, foi causa de regosijo para os adversarios do rei catholico; em breve, porem, cessaram essas alegrias; não tardou muito que Christovam de Moura voltasse para o reino, com o seu diploma de embaixador ordinario do rei de Hespanha junto da côrte de Portugal.

Na vespera da sua chegada a Lisboa cahira o cardeal D. Henrique n'uma prostração assustadora; felizmente declararam-se as melhoras, e o rei, ainda mal convalescido, chamou ao paço os tres braços da nação, no primeiro de junho á noite, e recebendo as listas de que já acima fallamos, ordenou ao secretario Miguel de Moura que propozesse o motivo da convocação. Era elle obrigarem-se os procuradores do povo, do clero e da nobresa, por juramento solemne, a não reconhecerem por soberano de Portugal senão o principe a quem por justiça se deferisse a corôa, sob pena de deslealdade e traição, sendo reputado inimigo da patria quem procedesse de diverso modo. Outro sim deviam jurar de resistir com todo o seu poder a qualquer dos pretensores que por meio de força, ou qualquer outro modo illicito, ousasse contrariar a decisão legal. Jurariam ainda as côrtes obedecer aos governadores nomeados pelo cardeal, d'entre os propostos por ellas, assim como res-

peitar as decisões dos juizes, eleitos pela fórma que já indicámos.

Lida pelo secretario, em voz alta, a fórmula do juramento, foi repetida primeiro pelo representante do estado ecclesiastico, em seguida pelo da nobresa, e por ultimo pelo do povo.

«Assistiam como testemunhas, escreve o sr. Rebello da Silva, o doutor Simão Gonçalves Preto, chanceller-mór, os desembargadores Gaspar de Figueiredo, Paulo Affonso, Pedro Barbosa e Jeronymo Pereira de Sá, o chanceller da supplicação Gaspar Pereira e o chanceller da casa do civel Jorge Lopes.

«Constrangendo as côrtes a ligarem a sua legitimidade á d'elle, vinculando a liberdade e o futuro ao absoluto capricho do imperante, o velho soberano julgou ter conquistado o socego dos ultimos dias.

«A nação abdicava submissa nas suas mãos os fóros, que no principio tentára defender, consentindo que mesmo de dentro do tumulo, um monarcha, incapaz de opiniões elevadas e resolutas, continuasse a triste dictadura, que assumira no meio dos infortunios publicos.

«Depois da morte, a sombra de D. Henrique ainda ficava no throno, reinando pela voz de governadores e juizes da sua escolha. Por indesculpavel leviandade, ou corroidos pela lepra que invadia a época, os estados aceitaram estas monstruosas condições, desampararam os seus direitos, e voltando as costas ao porvir fitaram a vista no occaso, como se das trevas proximas podesse surgir para a nação, que a si propria se manietára, a radiosa aurora, que assignalou os annos de D. João I!

«Os resultados de tão errado passo depressa tornaram evidente a imprudencia d'elle.

«Alem das razões inherentes ao egoismo do seu caracter, D. Henrique preferiu este caminho indirecto, exaltado pelas duas paixões, que, a par do fanatismo religioso, maior influencia exerciam sobre o seu animo.

«Allucinado pelo odio contra o prior do Crato, no qual deixara de ver o filho do infante D. Luiz para temer e detestar o inimigo incansavel da sua auctoridade, e movido com maior, ou igual força pela affeição que mostrava a D. Catharina de Bragança, a quem tanto desejava n'esta época assegurar a corôa, o cardeal imaginou que, prendendo as consciencias em presença de Deus pelo juramento, dictado aos estados, mais facilmente enfrearia as ambições de Filippe II, que tinha contra si a grande maioria dos povos; e a ambição impaciente de D. Antonio, que embora armasse alguns bandos da plebe em favor da sua causa, desamparado pela nobreza, pelo clero, e pelas terras principaes do reino, decerto não alcançaria supplantar a casa de Bragança, chamada ao throno por uma sentença.» [1]

Como se vê, o cardeal presistente nas suas affeições e mais talvez ainda nos seus odios, empregava todos os meios, não só para aproximar do throno o duque de Bragança, mas principalmente para affastar d'elle o prior do Crato. Era ainda com esse fim que pretendera obrigar o prior a prestar juramento de obediencia aos juizes e governadores que elle nomeasse; e para desviar suspeitas de parcialidade por outro pretendente, exigiu igual juramento do duque de Bragança, o qual immediatamente condescendeu com a vontade do soberano, que tão favoravel lhe era. Quiz ainda o prior, antes de prestar juramento, fazer algumas objecções, o que lhe não foi consentido pelo cardeal, podendo apenas pedir que os embaixadores de Castella prestassem tambem juramento em nome de seu amo; D. Henrique levantou a voz, e o prior, suffocando a indignação por tão manifesta injustiça, jurou. Em seguida foi a casa do nuncio Alexandre Frumento, protestar contra o acto que havia praticado debaixo d'uma coacção moral.

Esta violencia, que não tem outro nome, causou no publico desagradabilissima impressão, augmentada ainda pela noticia que se espalhou de já serem conhecidos em Madrid os nomes dos futuros governadores do reino. Exaltavam-se os animos, redobrava a agitação, accusavam-se os ministros e as côrtes, principalmente o braço da nobresa. Quando este se achava reunido no convento do Carmo, dois mestres de officios mechanicos, o oleiro Antonio Pires e o sapateiro Martim Fernandes, dirigiram-se aos fidalgos, em nome do povo da capital, pedindo-lhes, em termos rudes, mas energicos, que sustentassem

[1] *Hist. de Port. nos seculos XVI e XVII*, tomo 1.º pag. 400.

os direitos do paiz; e não se occultando de mostrar, que conheciam as criminosas allianças de muitas pessoas principaes com os inimigos do reino. «Os delegados da cidade, diz o sr. Rebello da Silva, acrescentaram em tom imperioso, que facil lhes seria armar dentro de duas horas na capital, e nos suburbios, quinze, ou vinte mil homens, para escarmento dos que tramavam contra a segurança do reino, ameaçando incendiar-lhes as casas se persistissem na deslealdade.» [1]

Esta linguagem ousada não deixou de incutir receios na assembléa dos fidalgos, a qual respondeu agradecendo á cidade de Lisboa o seu zelo, e affirmando que a acompanhava nos sentimentos patrioticos, que lhe acabava de communicar.

Retiraram-se Martim Fernandes e Antonio Pires satisfeitos com o exito da mensagem, a qual serviu de aviso aos conspiradores, que já principiavam a trabalhar ás claras, para esconderem os passos. Não se julgou, porém, que fosse bastante a cautella; pareceu não menos conveniente appellar para a corrupção e é triste dizer, que mesmo no povo, em quem o amor da patria se conserva sempre mais vivo e desinteressado, mesmo n'esse não foram infructuosas as peitas de Castella. Como sempre succede em épocas tumultuosas, os especuladores politicos, que se agitam com ficticio enthusiasmo, para melhor serem vistos e comprados, fizeram o seu negocio, remettendo-se ao silencio, ou transformando-se em espiões.

Acreditava-se que aquella manifestação fosse promovida pelo prior do Crato, a quem o povo de Lisboa era decididamente affecto. O cardeal, mais azedado, por isso mesmo, no seu odio, apressava, com apaixonada impaciencia, a sentença contra a legitimidade do nascimento de D. Antonio. Esta sentença não podia deixar de ser contraria, ainda mesmo que D. Henrique não manifestasse tão abertamente a sua aversão para com o filho do infante D. Luiz. Todos sabiam que este nunca se unira pelo matrimonio com a formosa Violante Gomes; mas, apesar d'isso, apesar da certeza que tinha de que a sentença não poderia de modo algum favorecer o prior, ainda assim o rancoroso cardeal nomeou para juizes individuos doceis á sua vontade, ou manifestamente adversarios de D. Antonio. Eram o bispo capellão-mór, o bispo de Leiria, o bispo de Coimbra, o arcediago de Lisboa, os jurisconsultos Paulo Affonso, Jeronymo Pereira, Heitor de Pina, Ruy de Mattos e Gaspar de Figueiredo.

Pronunciada a sentença de bastardia, tratou D. Antonio de empenhar as maiores diligencias para que a curia avocasse a si a causa: favoreciam-lhe o empenho as nações adversas ao engrandecimento de Filippe, entre as quaes a França se podia contar como uma das primeiras. O embaixador d'aquella nação em Roma, mr. Debain, communicando ao seu governo o que ali se passava respeito a Portugal, notava a negligencia com que se estava tratando a dispensa para o casamento do cardeal, e a indifferença com que a côrte portugueza via os armamentos de Hespanha; explicava estes factos por um accordo occulto entre Filippe II, o cardeal e a casa de Bragança. Em outro despacho, o mesmo ministro participava que o Pontifice resolvera conceder a D. Antonio a appellação da causa, e explicava estas condescendencias por um ardil de Castella, que procurava ir entretendo d'este modo as esperanças do prior, com o fim de que elle, emquanto o processo corresse perante a curia, não tentasse emprezas de maior importancia.

Emquanto os negocios em Roma corriam ostensivamente favoraveis ao filho de D. Luiz, em Lisboa não cessava de o perseguir o odio implacavel de seu tio. Em uma junta constituida com os jurisconsultos que tinham votado a primeira sentença, concertou o cardeal o plano de infligir ao odiado sobrinho uma punição mais aspera. Instituiu-se um tribunal de que foram excluidos os bispos, que não podiam, pelo caracter de que eram revestidos, tomar conhecimento de causas criminaes. «O resultado das conferencias do novo tribunal, diz o sr. Rebello da Silva, appareceu depois, quando se fulminaram contra D. Antonio as penas de desterro perpetuo, e da privação de todos os titulos, honras e rendimentos. D. Christovão de Moura, que nada ignorava, applaudia os rigores do rei sacerdote, asseverando que os partidarios do prior mudavam de linguagem, á

[1] *Hist. de Port.*, etc., pag. 204.

medida que viam a fortuna desviar-se do inquieto pretendente.» [1]

A indole irrequieta e audaciosa do bastardo assustava o timido cardeal, que tambem não deixava de recear os aprestes militares de Castella; apesar da sua affeição por D. Catharina de Bragança, e de estar intimamente convencido dos direitos d'ella ao throno portuguez, não hesitou em sacrificar á sua tranquillidade a affeição e a justiça, entrando em negociações com Filippe II; parece que não foi estranho a esta resolução do monarcha D. João de Mascarenhas, seu conselheiro intimo, o qual, communicando a Christovão de Moura os mais reconditos segredos do governo, explicava hypocritamente a subita mudança do cardeal como inspiração da divina providencia, e acrescentava, que o rei havia deliberado mandar perguntar, em acto de conversa, ao embaixador de Hespanha, quaes os privilegios e isenções que seu amo estava disposto a conceder a Portugal, sendo declarado herdeiro: insinuava cynicamente o deshonrado velho, que não seria muito difficil comprar os seus collegas no governo.

Dias depois da inconfidencia de D. João de Mascarenhas, apresentaram-se ao embaixador hespanhol os dois ministros portuguezes Miguel de Moura e Francisco de Sá, tentando sondal-o ácerca das intenções do rei catholico. Christovão de Moura declarou-lhes abertamente que seu amo, logo que lhe fosse reconhecido o seu incontestavel direito á corôa de Portugal, sugeitar-se-ia em tudo o mais ás condições que lhe fossem impostas pelo cardeal. Surprehendidos por tão rasgada condescendencia, os ministros julgaram dever aproveitar as boas disposições do embaixador para d'elle conseguir alguma coisa mais. Insinuaram, que tendo o rei catholico a certeza da boa vontade do cardeal a seu respeito, deveria dar um exemplo de moderação, declarando sugeitar-se á sentença que elle désse, e que seguramente lhe havia de ser favoravel. O valido de Filippe II era habil bastante para desfazer o laço com que procuravam prendel-o: respondeu, que se o juiz fosse effectivamente D. Henrique, não hesitaria seu amo em sugeitar-se á decisão d'elle; mas poderia succeder, que o pleito viesse finalmente a ser entregue a juizes de cuja imparcialidade se não podesse confiar. Instaram ainda os ministros, allegando que o cardeal, depois de ter mandado citar as partes, não podia ceder d'essa formalidade; o embaixador redarguiu, que seu amo aceitaria o julgamento, se tivesse garantias seguras de que elle lhe seria favoravel.

Afinal nada se decidiu na conferencia, que todavia não foi completamente infructuosa para o rei catholico, porque o seu confidente não desaproveitou a opportunidade de comprar os negociadores, o que realisou, ao menos em parte. D. Francisco de Sá saíu de casa do embaixador tocado pela Divina Providencia, para nos servirmos da devota linguagem de D. João de Mascarenhas.

Era um pouco melindrosa a situação dos conselheiros de D. Henrique; ligados por compromissos com o rei de Hespanha desejavam favorecer-lhe a pretensão, mas não queriam tambem affrontar a animadversão publica, manifestando-se abertamente partidarios de Castella. Procurando por todos os modos saír d'esta situação apertada, lembraram-se de propôr ao cardeal-rei, como meio de conciliação, que escolhesse para herdeiro o infante de Hespanha, filho segundo de D. Filippe.

Christovão de Moura, mal teve conhecimento da proposta, regeitou-a immediatamente, e Filippe II não se demorou a approvar a regeição, o que era facil de prevêr, pois que, o facto de aceitar similhante proposta seria o mesmo que aniquilar o seu ambicioso plano de reunir em um só os dois reinos da Peninsula.

Ao passo que seguiam todas estas negociações, seguia tambem, e com maior presteza ainda, a doença do velho cardeal, que nos ultimos dias de junho de 1579 julgou-se proximo a entrar na cova. Apressou-se, pois a mandar proclamar solemnemente os regentes do reino, para o caso da sua morte. Eram elles: D. João de Mascarenhas, o arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida, Francisco de Sá e D. João Tello de Menezes.

N'esse tempo a fome e a peste assolavam o reino, e o embaixador de Castella escrevia a seu amo, regosijando-se de que a morte estivesse dizimando cruelmente os partidarios de D. Antonio.

[1] *Hist. de Port.*, etc., pag. 420.

CAPITULO III

Preparativos de D. Filippe.—Opposição diplomatica de Inglaterra e França.—Nota do Papa.—Negociações do cardeal com Filippe II.—Eleições.—Côrtes de Almeirim.—Phebus Moniz.—Tentativas de conciliação entre D. Antonio e o duque de Bragança.—Novas negociações de D. Antonio com D. Filippe II.—Mensagens do cardeal-rei ao braço do povo.—Deliberações tomadas por este.—Morte de D. Henrique.

Como vimos no capitulo antecedente, D. Henrique, por um sentimento egoista, enclinára-se, a final, para os interesses de Castella; comtudo, as continuas hesitações do seu caracter, timido e irresoluto, não eram muito proprias para que o prudente Filippe II fiasse completamente o exito da sua empreza de um apoio tanto mais fragil, quanto mais precaria se ia tornando, de dia a dia, a saude do cardeal. Prevenindo a eventualidade da morte d'este, preparava-se para invadir o reino com as armas, e n'esse intento recommendára ao seu agente dilecto, que não se descuidasse de comprar os commandantes de praças e castellos, paralisando a resistencia com ouro. D. Christovão, obediente, como sempre, ás determinações de seu amo, deu-se a essa tarefa, que embora delicada, não era comtudo extremamente difficil, nem perigosa, attenta a podridão de que estavam contaminadas as consciencias. Solicitou dez a doze mil escudos para as compras, e foi-lhe immediatamente remettida essa somma.

A par d'esta, eram tomadas outras providencias, que não poderam realisar-se, com grande sentimento de el-rei catholico, tão escondidamente: eram ellas a chegada a um porto da Catalunha de vinte e quatro galeras com duzentos soldados velhos dos terços hespanhoes, cuidando-se, ao mesmo tempo, de proceder ao recrutamento, com a maior actividade, assim em Hespanha como na Italia.

Não podiam as côrtes estrangeiras olhar com indifferença estes preparativos, destinados a engrandecer os vastos dominios de que já era senhor o filho de Carlos V. Foi a Inglaterra que d'esta vez tomou a iniciativa para embaraçar os fios da teia urdida no Escurial. Sir Henry Cobham, embaixador ordinario da côrte de Londres em Paris, recebeu instrucções para propôr uma alliança a Henrique III, e demonstrar-lhe as vantagens d'ella, devendo igualmente avivar as ambições de Catharina de Medicis, a qual, como já notámos em outro logar, tambem se havia apresentado como pretendente á corôa de Portugal. A occasião não era das mais propicias. A côrte de França, inquieta com os primeiros movimentos da Liga, não podia desviar a attenção dos negocios internos, que tanto a preoccupavam, e muito menos arriscar-se em lucta aberta com a côrte de Hespanha, de que podia resultar grande vantagem para as ambições do duque de Guise, a alma da Liga. A Catharina de Medicis tambem dava mais canceira as ameaçadoras agitações intestinas, do que os enredos da politica externa.

Não era sem ciume, porem, que o rei de França via o engrandecimento do rei catholico, e já que não podia hostilisal-o abertamente, procurou servir-se das intrigas diplomaticas para lhe causar embaraços.

O duque de Anjou, ambicioso de cingir uma corôa, tendo perdido as esperanças de subir ao throno da Polonia e de Flandres, voltava os olhos para Portugal. O rei de França deu ordem ao seu embaixador em Lisboa, o bispo de Comingues, para favorecer esse projecto, entendendo-se com os dois pretendentes portuguezes, aos quaes procuraria annullar um pelo outro, fazendo a ambos largas promessas, a fim de debellarem o inimigo commum. Effectivamente o embaixador francez, segundo a denuncia feita por Christovão de Moura a Filippe II, incitára D. Antonio a levantar-se com o reino, logo que o cardeal fallecesse, promettendo-lhe o auxilio de seu amo em homens e dinheiro. Ao duque de Bragança suspeita-se que fôra offerecido o casamento do duque d'Anjou com uma das suas filhas, congraçando d'este modo os direitos da sobrinha de D. Henrique, com os suppostos direitos de Catharina de Medicis. Não se limitava a estes trabalhos de sapa a actividade do bispo de Comines; apresentava-se ao rei, e instava energicamente com elle, para que consentisse em admittir as allegações apresentadas pela mãe do rei de França, em defeza dos seus direitos.

A rainha Isabel, desanimando poder contrahir a desejada alliança com Henrique III, mandou Eduardo Wolton em missão a Lisboa, para offerecer ao cardeal os auxilios de Inglaterra contra a pressão que pretendesse fazer Filippe II.

Ao fanatismo do ex-inquisidor-mór não podia ser agradavel o auxilio dos herejes; portanto, sem escandalisar o embaixador inglez, porque temia a hostilidade d'uma nação já n'aquelle tempo tão poderosa, recusou, comtudo, acceitar os offerecimentos que lhe eram feitos. Menos escrupulosos os dois pretendentes, não recearam macular a sua catholica consciencia com o contacto do herectico embaixador.

D. Christovão de Moura, sem desviar os olhos de todos estes manejos, cujo enredo transmittia fielmente a seu amo, nem por isso se inquietava muito com elles porque esperava, com razão, que o egoismo do duque de Bragança e o estouvamento de D. Antonio, seria força bastante para annullar os exforços dos inimigos de Filippe II.

Este é que se viu sériamente embaraçado com uma nota que lhe foi expedida pelo pontifice Gregorio XIII, o qual tambem não parecia tranquillo com o engrandecimento da monarchia hespanhola, apesar do monarcha se inculcar o mais zeloso deffensor do catholicismo. O pontifice, estranhando ao rei de Hespanha os armamentos que estava fazendo, lembrava-lhe que o seu direito á corôa de Portugal apenas tinha sido sustentado por lettrados seus vassallos, e que, portanto, seria maior serviço de Deus que empregasse antes contra os infieis as forças que estava levantando. Concluia, offerecendo-se para intervir com o rei de Portugal, afim de que a escolha dos juizes recahisse em pessoas de reconhecida imparcialidade.

Filippe II aparou este golpe, declarando respeitosamente ao chefe da Egreja, que estava sinceramente convencido das boas intenções do cardeal D. Henrique; mas que se por acaso julgasse necessaria a intervenção de S. S. a pediria, esperando obtel-a. D'este modo paralisára a acção do Papa, que era justamente o seu intento.

O progresso da doença ia extenuando as já debeis forças do cardeal, que sahiu de Lisboa para Almeirim. Logo que ahi chegou, proseguindo no seu odio implacavel contra D. Antonio, intimou este, por meio de éditos, para que se apresentasse na côrte; e como elle não obedecesse, por que bem sabia o destino que o esperava, publicou uma sentença, privando-o de todos os cargos e privilegios, desnaturalisando-o de portuguez, banindo-o do reino, e confiscando-lhe todos os seus bens. Filippe II, a quem estes rigores agradavam, promptificou-se a auxiliar os intentos do cardeal, promettendo apoderar-se do prior do Crato, logo que este entrasse em territorio hespanhol.

Nada melhor do que a perseguição para augmentar e robustecer um partido; assim foi, que o filho de Violante Gomes, explorando habilmente a indignação que taes violencias inspiravam, mesmo aos indifferentes, conseguiu produzir uma certa agitação, chegando a ouvir-se no paço o clamor das queixas e ameaças contra a cega parcialidade do rei.

D. Henrique, amedrontado com a irritação que produziam no publico as demencias da sua colera, temendo que D. Antonio procurasse, por meio d'alguma conspiração, attentar contra a sua vida, rodeou-se de soldados, e lançou-se decididamente nos braços de Filippe II, como a fortaleza mais segura em que poderia refugiar-se, para evitar os perigos de que se julgava ameaçado.

Com este movimento de egoismo covarde coincidia mandar Filippe II uma carta ao duque de Ossuna, datada do Escurial, em 24 de agosto de 1579, e na qual o rei catholico, depois de se demorar largamente ponderando as vantagens para as duas nações de se reunirem sob um unico sceptro, passava a enumerar os privilegios que concederia ao reino, se o cardeal annuisse a nomeal-o, e fazel-o jurar principe herdeiro e successor do throno de Portugal. Conhecendo a affeição de D. Henrique pela filha do infante D. Duarte, promettia tambem avantajadas concessões á casa de Bragança, sem todavia deixar de pôr em relevo o pouco fundamento das pretensões da duqueza D. Catharina, sua prima.

Era esta carta destinada a ser lida ao cardeal, e para isso fôra remettida; porem, sendo mostrada a Christovão de Moura, entendeu este que era inconveniente fazer tantas promessas, (grande numero das quaes seria mais tarde difficil de cumprir), no momento em que D. Henrique se inclinava tão espontanea e decididamente para seu amo; ponderava mais, que seria loucura com-

prar-se tão caro o que se podia obter de graça. Aconselhou, pois, o duque de Ossuna a que, guardando a carta, se limitasse a narrar por alto o contexto d'ella a D. Henrique. Assim se fez, e foi o bastante.

Os emissarios hespanhoes entraram desafogadamente em negociações com o cardeal, que pesando-lhe sacrificar os direitos de sua sobrinha, a quem era sinceramente afeiçoado, procurou compensal-a de algum modo. Dirigindo-se com esse fim a D. Filippe, não lhe foi difficultoso obter d'este um projecto de concordia, que julgou sufficiente para satisfazer D. Catharina.

O rei de Hespanha promettia ao duque de Bragança o Brazil com o titulo de rei, o mestrado perpetuo da ordem de Christo e a mão de seu filho, o infante D. Diogo, para uma das filhas do duque.

Apesar do Brazil não ser ainda n'esse tempo o estado florescente que hoje admiramos, era comtudo uma provincia muito promettedora; e embora não podesse consolar da perda da corôa de Portugal, offerecia comtudo largos recursos.

Esta liberalidade do rei catholico, pondera um historiador moderno, «prova que se em Portugal se tivesse organisado uma resistencia energica, Filippe II recuaria diante do pensamento de nos subjugar pela força, inquieto como estava pela attitude da Europa, e desfallecido pela prolongada lucta com as Provincias Unidas revoltadas.» [1]

D. Henrique mandou esta proposta a D. Catharina, que plenamente confiada na amisade de seu tio, nunca esperava similhante desengano ás suas esperanças. Respondeu altiva e digna, que não fazia mercancia dos seus direitos, cuja legitimidade o proprio cardeal seu tio reconhecera; e a unica concessão que poderia fazer, para evitar effusão de sangue, seria renunciar á corôa em favor de seu filho primogenito, ou de uma de suas filhas, se aquelle casasse com uma infanta de Hespanha, ou esta com o principe herdeiro.

Não conveio esta proposta a D. Filippe e as negociações romperam-se. O duque de Bragança, despeitado, bradava contra os designios do cardeal, e o prior do Crato aproveitava a opportunidade para excitar os animos.

[1] Pinheiro Chagas, *Hist. de Port.*, tomo 5.º pag. 32.

Os emissarios de Castella julgaram conveniente publicar numerosos opusculos, não só sustentando os direitos de D. Filippe, mas ainda procurando demonstrar as vantagens que Portugal colheria da união dos dois reinos.

Em opposição a esta propaganda appareceram logo numerosas publicações, deffendendo, umas os direitos da duqueza de Bragança, outras os de D. Antonio, e todas demonstrando a falsidade das vantagens promettidas, e procurando despertar o patriotismo e a coragem do povo, lembrando as proezas d'Aljubarrota. Era em vão que se procurava acender a chamma do enthusiasmo patriotico: a corrupção do oiro castelhano tinha produzido o seu effeito, e os espiritos de mais rija tempera sentiam-se abatidos pelo desalento.

O bispo de Silves escrevia a todas as cidades e villas do reino, aconselhando a submissão a Filippe II; o virtuoso prelado, vendo dominados por sordidos interesses os que deveriam ser exemplo de inteireza e abnegação, vendo o reino dividido em facções, empobrecido, assolado pela fome e um contagio devastador, parecia-lhe, mais do que temeridade, rematada loucura, a lucta com o collosso de Hespanha. A sua voz auctorisada, por que era sincera, calava fundo no animo de muitos, de todos os que incontaminados da lepra do egoismo, viam com asco o espectaculo das ambições sem grandesa que se debatiam, sacrificando os humildes ao engrandecimento dos poderosos.

No entanto o prior do Crato desenvolvia uma actividade assustadora para os parciaes de Castella, que receando-se de que elle, protegido pelo enthusiasmo popular procurasse conquistar o throno por meio de uma acclamação sediciosa, apertavam com o cardeal para que reunisse as côrtes, nas quaes deveria ser ratificada a eleição que este tencionava fazer de Filippe II para seu herdeiro.

Foram avisados os concelhos para nomearem procuradores, e por toda a parte a facção dominante no paço exerceu as maiores violencias. Bastará indicar o que succedeu em Coimbra e Lisboa.

Elegera aquella cidade para seu procurador Ayres Gonçalves de Macedo, decidido partidario de D. Antonio, e a favor do qual já tinha feito algumas reuniões em sua casa. D. Henrique não

só recusou a eleição, como tambem mandou prender o procurador eleito. O senado de Coimbra, dobrando-se submisso á vontade regia, nomeou Gaspar Fogaça, pessoa muito considerada, mas tambem muito mais condescendente com os desejos do monarcha.

Em Lisboa foram escolhidos deputados Diogo de Salema e D. Manoel de Portugal, os quaes, além de serem partidarios do prior do Crato, tambem não eram extremamente affeiçoados a D. Henrique, que não hesitou um momento em regeitar a eleição. A capital sugeita ao regimen do desprezo, que fôra applicado a Coimbra, seguiu o exemplo d'esta, tratando logo com a mais evangelica humildade, e paciencia exemplar, de proceder a nova eleição, a qual recahiu em D. Manoel de Sousa e Phebus Moniz. Decerto que esta escolha foi do agrado do cardeal; se o não fosse tinha na sua mão o remedio; bastaria repetir o expediente commodo e facil, que já havia adoptado na primeira eleição. Em breve os successos desenganarão sua altesa de que nem sempre a intolerancia e a oppressão é o melhor systema de governo.

Abriram-se as novas côrtes em Almeirim a 11 de janeiro de 1580. A sessão de abertura passouse em formalidades de discursos e cumprimentos, e encerrada ella, os estados retiraram-se para Santarem, por lhes faltarem accomodações em Almeirim. Começaram as suas reuniões no convento de S. Francisco d'aquella villa, «mostrando-se pouco dispostos a accederem aos desejos do soberano», affirma o sr. Rebello da Silva, ao qual cedemos a palavra para que nos faça a narrativa do que ali se passou.

«O primeiro rebate de resistencia nas côrtes foi dado por Fhebus Moniz, procurador de Lisboa, escolhido em logar de Salema, como dissemos atraz.

«Moniz era cavalleiro da ordem de Christo, camareiro d'el-rei, e, quando entrou nos Estados, contava mais de sessenta annos de idade.

«Mas as cãs e a debilidade da saude não haviam quebrado n'elle a rija tempera de uma alma firme e incapaz de transigir com o que a consciencia lhe reprehendesse.

«Competia-lhe presidir á assembléa dos deputados das villas e cidades, e olhado a principio pelos amigos da independencia como suspeito, soube conquistar todas as sympathias pela decisão do seu procedimento.

«Erguendo a voz no recinto das deliberações, e despresando as consequencias dos odios, que desafiava, entre o dever e a verdade não hesitou.

«Apenas a primeira insinuação, tentada para mover os procuradores a votarem com o braço ecclesiastico e com os fidalgos a eleição de Filippe, lhe chegou aos ouvidos, renasceram de repente no coração do velho cavalleiro todos os brios da juventude, e queixando-se com magua na sessão de 13 de janeiro, de que para tão doloroso officio o fossem arrancar aos ocios e á tranquillidade da vida particular, em phrases vigorosas exprobou a falta de fé em uns, e a cumplicidade em outros, lamentando que perante portuguezes se ousasse elogiar o dominio estrangeiro, sempre cruel e pesado para um paiz affeito ás liberdades conquistadas pela espada.

«Entre outros trechos, inspirados pelo sentimento do que sabia e via, dirigindo-se ao rei, Phebus exclamou: «Que foi isto, senhor? Quem «vos mudou em outro? Quem vos tirou o animo «de vossos antepassados, o retrato de seu esforço «e o serdes imitador de sua gloria, que pelo re«ceio de uma guerra injusta quereis fazer tão «injusto concerto?»

«Depois notava com eloquencia, que sendo Filippe II christão nunca poderia mover as armas contra christãos por uma causa duvidosa, e que se as movesse faria Portugal o que sempre tinha feito, arriscando todos a vida para salvarem os fóros da nação.

«Pela energia dos conceitos a peroração não desmentiu o resto do discurso.

«Obsecrando o monarcha moribundo, e invocando o antigo valor dos nossos, as lagrimas dos orphãos, o remedio da nobreza, a miseria das viuvas, privadas do amparo de um rei natural, Moniz pedia-lhe que se compadecesse do reino, e que esquecendo os brazões e victorias dos seus antecessores, não quizesse entregal-o em captiveiro a um principe estranho, surdo aos clamores do povo e aos da propria consciencia.»

Não sabemos se o cardeal ouviu esta falla, mas decerto não faltou quem o advertisse d'ella. Phebus Moniz passou logo, pois, a ser reputado como um dos decididos adversarios de Castella, e é de suppôr que tanto o duque de Bragança,

como D. Antonio, se não poupassem a diligencias para o attrahir.

Entretanto parece que elle não escutou as propostas dos pretensores, porque o vêmos até ao fim, solto dos vinculos de partido defender o principio da eleição do rei pelas côrtes, e a necessidade de se responder com armas na mão ás ameaças da Hespanha.

«Em época minada por tão funda corrupção, homens como Phebus Moniz, como o conde de Vimioso, como Diogo Botelho, como Scipião de Figueiredo, e outros, são raros, e por isso mesmo dignos da grande memoria e dos bons exemplos, que deixaram da elevação do espirito, e da inteireza de caracter.

«A voz do procurador de Lisboa foi como um despertador, e fez levantar de subito nas côrtes os que já começavam a adormecer embalados pelas promessas e seducções de D. Christovão de Moura, do bispo Pinheiro e dos outros ministros do cardeal.

«Muitos d'elles, acordando, envergonharam-se da apathia, outros por ciume da influencia apressaram-se para que Moniz não apparecesse só, e a grande maioria confirmou-se na idéa, de que era indispensavel insistir na opinião, de que só aos povos pertencia por todas as razões o direito de eleger o rei na falta de successor reconhecido.»[1]

Este movimento que se operava nas côrtes repercutia-se no publico; era, portanto, excellente occasião de se conciliarem os dois pertendentes portuguezes, porque só as forças d'ambos, reunidas, poderiam collocar o reino em condições de resistir á aggressão extrangeira. Effectivamente alguma coisa se tentou n'esse sentido, tomando-se para base da concordia o casamento de D. Antonio com uma das filhas do duque. Não proseguiram, porem, as negociações, que a imcompatibilidade de caracter dos dois pretendentes tornava extremamente dificeis. O duque, altivo e rigido não podia accomodar-se com o genio estouvado e inconstante do bastardo. Uma só circumstancia, mas que infelizmente se não dava, poderia dissipar as repugnancias que forçosamente existiriam entre os dois, attenta a disparidade do seu caracter; essa circumstancia era, que o procedimento d'ambos fosse determinado por sentimento commum. Não succedia, porem, assim. Cada um d'elles se deixava arrastar pelo interesse pessoal, pela vaidosa ambição de cingir a corôa, sem que nenhum tivesse o nobre pensamento de sustentar a independencia da patria.

O prior do Crato, que tinha no paiz, especialmente na classe popular, mais numerosas e sinceras affeições, mas a quem a perseguição do cardeal desanimava, em vez de se aproveitar da força que lhe dava a sua popularidade para conquistar a purpura real, como fizera D. João I, preferiu antes servir-se d'ella para negociar com Filippe II, julgando candidamente que poderia tratar como o de igual para igual, e fazer as mais absurdas exigencias.

Mr. Vivonne de Saint-Goard, embaixador francez em Madrid, tendo obtido uma cópia do officio de D. Christovão de Moura, em que este communicava ao rei catholico as propostas de D. Antonio, avisou Henrique III para que se acautelasse com quaesquer negociações que houvesse de entabolar com o pretendente, pois que este era homem capaz de atraiçoar os seus alliados, depois de se vender a si proprio, como estava deligenciando. Alem d'este descredito na côrte de França, o despreso da côrte de Madrid foram os unicos resultados que o filho de Violante Gomes poude colher da sua baixesa.

A proposta era inaceitavel pela dureza das condições impostas por D. Antonio; mas o que a tornava despresivel eram as allegações de que fôra acompanhada. Pedia trezentos mil ducados de renda e a nomeação do governador perpetuo de Portugal e seus dominios, accrescentando, para justificar esta segunda parte, que desejava o governo simplesmente para satisfazer um certo numero de vinganças pessoaes!

Christovão de Moura ficou assombrado com similhante declaração, não tanto pela torpesa, por que essa estava elle já muito habituado a ver, mas pela inepcia que revelava. Desde esse momento ficou segurissimo, e assim o communicou a seu amo, que um homem como o prior do Crato poderia ser adversario incommodo, mas terrivel nunca. O mais que poderia fazer seria levantar obstaculos que difficultassem o anda-

[1] *Hist. de Port. nos seculos XVII e XVIII*, tom. 1.º, pag. 506 a 509.

mento da politica hespanhola, sem todavia a paralisarem. Era ambicioso e activo, mas nem tinha firmesa nos seus propositos, nem dignidade na ambição. Podia embaraçar. A manejos seus se attribuiu o movimento que se operou nas côrtes, e de que já démos conhecimento aos leitores. N'esta persuasão, os partidarios de Castella aconselharam o cardeal, para que novamente prohibisse, com severas penas, a que alguem désse hospedagem ou escondrijo em sua casa a D. Antonio.

O cardeal seguiu o conselho, que se conformava com os seus sentimentos; mas ninguem fez caso de similhantes ordens, que todos attribuiam á demencia senil, ao medo, e á inimisade pessoal. Em Coimbra manifestavam-se publicamente as sympathias pela causa de D. Antonio, e havia tomado proporções taes a manifestação, que ameaçava degenerar em tumulto. Mandada abrir uma devassa pelo cardeal, para castigar os discolos, o magistrado incumbido d'essa espinhosa missão julgou mais prudente retirar-se, mesmo antes de lhe dar principio.

Emquanto se effectuava esta retirada, fructo de muita prudencia e signal de pouca força, declarava o bispo D. Antonio Pinheiro aos Estados, em nome do rei, que nenhum dos pretendentes á corôa podia allegar direitos attendiveis, senão D. Filippe II de Hespanha e D. Catharina de Bragança.

Em vista do que se havia passado um anno antes nas côrtes reunidas em Lisboa, as quaes acolheram sempre com a mais submissa condescendencia as indicações do monarcha, era de esperar que de igual fórma procedessem as de Almeirim, tanto mais, quanto maiores foram os esforços e violencias empregadas pelos ministros, para que os deputados dos concelhos fossem gente escolhida, pouco dada a phantasias de resistencia.

Breve se dissiparam estas risonhas esperanças. Bastou que na assembléa se levantasse a voz corajosa e austera de Phebus Moniz, para que fosse acolhida com frémitos de indignação a mensagem do rei. Este, porem, havia-se adiantado tanto no caminho em que entrára pelas inspirações do egoismo, e desvairamentos do odio, que já lhe não era possivel retroceder. Determinára-se a proseguir, mesmo á custa das maiores violencias.

Á primeira mensagem succedeu outra em que o mesmo bispo Antonio Pinheiro, declarava, em nome do rei, aos procuradores do povo, que era D. Filippe II o herdeiro que elle reconhecia como legitimo.

«Ouvindo a mensagem, diz o sr. Pinheiro Chagas, Phebus Moniz ergueu-se indignado, e, n'um impeto de dôr, dirigindo-se a um Christo crucificado, como representante da idéa da justiça assim calcada aos pés, protestou, com a face banhada de lagrimas, e arrancando as barbas de desespero, contra tão nefanda traição.» [1]

N'essa mesma noite muitos procuradores, reunidos e instigados pelo ardente patriota, expediram correios para as terras que representavam, avisando-as do que se passava, e instando para que se oppozessem.

Irritado o cardeal com a inesperada resistencia, determinou que o braço da nobreza fosse a Almeirim receber as suas ordens. Mal os fidalgos haviam entrado no paço, logo eram expulsos da assembléa o conde de Tentugal e o commendador-mór de Christo, e preso D. Manuel de Portugal, por se terem declarado desaffeiçoados ao partido de Hespanha.

Esta perseguição, como sempre succede, serviu só para tornar os indifferentes inimigos, e augmentar, por conseguinte, os embaraços.

O duque de Bragança solicitando, e obtendo, uma audiencia de seu tio, extranhou-lhe com isenção o seu procedimento, concluindo por lhe pedir, se realmente desejava que elle cedesse dos seus direitos, lhe concedesse, em troca estas mercês:

Primeira, que fizesse publico o testamento de D. Sebastião; segunda, que moderasse a sentença proferida contra D. Antonio, e terceira, que o nomeasse principe portuguez.

—E minha sobrinha e vossa mulher? perguntou-lhe o cardeal com sobresalto.

—Eu farei com que ella consinta, respondeu o duque.

O rei emmudeceu. [2]

Nas reuniões da nobreza, onde o oiro e promessas de Castella tinham conseguido numerosos adherentes, nem por isso havia a maior tran-

[1] *Hist. de Port.*, tom. 5.º, pag. 38.

[2] Rebello da Silva, *Hist. de Port. nos seculos XVII e XVIII*, tom. 1.º, pag. 512.

quillidade nos debates, pelo contrario, chegaram a dar-se conflictos sérios, provocados pela venalidade e imprudencia de muitos que votavam a favor de Castella, tendo-se ainda na vespera manifestado contrarios.

Comtudo, o que mais deveria impressionar o espirito publico, attendendo ás idéas do tempo, foi o acto solemne, praticado em 22 de janeiro, por quasi todos os procuradores do reino, que depois de commungarem publicamente, juraram preferir a morte a prestar obediencia a Filippe II.

Ia produzindo os seus effeitos a actividade infatigavel que o prior do Crato desenvolvera, logo que se reuniram as côrtes, nas quaes, apesar de todas as violencias que se praticaram na eleição dos procuradores do povo, esperava, ainda assim, encontrar n'elles todo o apoio. Demonstraramlhe os factos que não se havia enganado.

Quando lhe constou achar-se constituida a assembléa dos deputados dos concelhos, enviou-lhe uma carta, sustentando a sua pretensão. Sabendo o cardeal da ousadia, mandou chamar immediatamente Phebus Moniz, o presidente do braço popular, exigindo-lhe a entrega da carta. Respondeu Moniz serenamente que a carta estava sellada e fechada, e que pedia a sua alteza lhe não exigisse cousas contra a sua honra, porque as não faria. [1]

Esta resposta tirou ao cardeal toda a vontade de insistir, limitando-se a despedir o honrado procurador com visiveis mostras de enfado.

O descontentamento do rei não fez esmorecer o animo de Phebus Moniz, affastando-o do caminho que a si proprio havia traçado; antes parece que mais lhe avivou o de fazer propaganda das suas idéas, entre os collegas. E procedeu com tamanho acerto, viu os seus esforços coróados de tão bom exito, que dentro de pouco a assembléa popular discutia tranquillamente, se a eleição do successor da corôa deveria ser feita sómente pelos procuradores de Lisboa, ou de todo o reino, decidindo-se por esta ultima opinião, e communicando-a a el-rei.

D. Henrique, a quem estas ousadias enchiam de fel, mandou recommendar ás côrtes, pelo bispo de Leiria, que restringissem os debates ás coisas importantes, afim de terminarem com brevidade os seus trabalhos, e fazendo-lhes ao mesmo tempo saber, que elle entendia convir ao bem do reino que Filippe II fosse o herdeiro do throno.

Facilmente se poderá ajuizar quanto este real despreso pelas deliberações da assembléa popular excitou o animo dos procuradores dos concelhos. Decidiram responder com igual despreso, communicando novamente a sua alteza a resolução anterior, sem alludirem, sequer, á ultima mensagem.

Presidiu a esta segunda deputação, como havia presidido á primeira, Phebus Moniz, espirito um pouco irritado e azedado ainda pelo procedimento do rei. Parece que se excedera de palavras, dando pretexto ao cardeal para terminar seccamente a conferencia, dizendo que um monarcha não podia ouvir os seus subditos fallar-lhe de similhante modo.

Desenganando-se emfim que por meios violentos só conseguia exacerbar os animos, e augmentar as difficuldades, resolveu-se o ex-inquisidor a recorrer á brandura, mandando dizer aos procuradores que lhe parecia não fôra proferida a mensagem ultima nos termos em que elle a dictara.

Redarguiram os procuradores, que se lhes reconhecesse o direito de elegerem rei, estavam resolvidos a confiar essa eleição de sua alteza, comtanto que se compromettesse a nomear um principe portuguez.

Como ultima tentativa de conciliação, o cardeal mandou chamar os procuradores que tinham assento no primeiro banco, [1] e que eram os de

[1] Rebello da Silva, *Hist. de Port. nos seculos XVII e XVIII*, tom. 1.º, pag. 515.

[1] Rebello da Silva, a pag. 523, vol. 1.º da sua *Hist. de Port. nos seculos XVII e XVIII*, escreve: «mandou chamar *os procuradores dos primeiros cinco bancos*». Foi equivoco do illustre escriptor. Os procuradores dos concelhos que menciamos no texto, e que Rebello da Silva igualmente menciona, tinham todos assento no primeiro banco. Pertencia o segundo aos procuradores de Cintra, Leiria e Thomar; o terceiro aos de Guarda, Lamego, Vizeu, Covilhã, Castello-Branco e Pinhel, o quarto aos de Braga, Ponte de Lima, Guimarães e Barcellos; o quinto aos de Villa Real, Bragança, Freixo e Torre de Moncorvo; o sexto aos de Villa Viçosa, Alcacer, Olivença e Extremoz; o setimo finalmante aos de Silves, Tavira e Lagos. (Veja-se a *Memoria das côrtes que se fizeram*

Lisboa, Evora, Porto, Coimbra e Santarem; instou com elles para que adoptassem as resoluções do braço ecclesiastico e da nobresa, que já haviam votado favoravelmente.

Estabeleceu-se um dialogo entre Phebus Moniz e o rei, que impaciente com as razões que lhe oppunha o energico procurador de Lisboa, perguntou-lhe por fim:

—«Que é o que vós quereis?

—Que vossa alteza oiça o povo, e, se tiver direito de eleger, elega rei portuguez, porque, sendo castelhano não será recebido nem obedecido. [1]

Não corresponderam estas nobres palavras aos successos que mais tarde se deram; é certo, porem, que se á frente da resistencia nacional se collocasse um chefe, digno pela sua intelligencia e caracter de dirigir os destinos de um povo, talvez que o rei de Hespanha nunca chegasse a cingir o diadema de Portugal.

No entanto a doença de D. Henrique aggravara-se, inspirando sérios receios. A duqueza de Bragança, já muito desilludida da affeição de seu tio, conservava comtudo ainda uns restos de esperança. Quando, porem o duque seu marido a avisou de que o rei ordenára ás côrtes que reconhecessem como herdeiro o rei de Hespanha, e que mostrára para com elle duque um grande ressentimento, pelo suppor alliado do prior do Crato, comprehendeu a necessidade de tentar um supremo esforço.

Resolveu apresentar-se na côrte, onde appareceu com lusido sequito, solicitando uma audiencia de seu tio, ao qual conseguiu arrancar... algumas lagrimas, talvez de remorso. Esse pranto inutil, e algumas phrases de consolação, foi tudo quanto poude conseguir.

«Estava-se no fim de janeiro, escreve o sr. Pinheiro Chagas, e a ultima hora de D. Henrique aproximava-se cortada por amarguras. Sabia que a unica pessoa a quem votára affecto, e que lhe correspondia, desilludida e amargurada, lhe enviava de um recinto proximo as mais acerbas maldições; sabia que D. Antonio, despresando as suas ordens, que ninguem respeitava, não só não sahira de Portugal, mas até ousara vir a Almeirim, assistir incognito á entrada de D. Catharina; sabia que o povo agglomerado em torno do paço, não reprimia a sua colera, e lhe perturbava a agonia com os seus insultos, entoando a cantiga com que se vingava do modo como elle trahira a patria:

Viva el-rei D. Henrique
No inferno muitos annos,
Pois deixou em testamento
Portugal aos castelhanos.

«Perseguido pelo remorso, revolvendo-se com amargura no leito de espinhos que elle mesmo preparára, D. Henrique entregou a administração aos cinco governadores do reino, e conscio de que estava proximo o seu derradeiro momento, preparou-se para morrer.

«Os governadores do reino, vendo a agitação popular, rodearam-se de soldados, temendo que algumas sublevações rebentassem; ao mesmo tempo o duque de Bragança clamava contra a injustiça feita a sua esposa, D. Antonio concitava os seus adversarios, os castelhanos reuniram-se para deliberarem se deviam mandar entrar já as tropas de Filippe II, e foi entre os eccos d'estes rumores, que lhe iam expirar todos no quarto solitario, que D. Henrique falleceu ás onze horas da noite de 31 de janeiro de 1580.

«A sua morte por ninguem foi lamentada, senão por aquelles que viam com tristeza cahir no abysmo o unico obstaculo, fraco, mas legal, que sustinha o reino á beira do precipicio da anarchia ou do dominio estrangeiro.» [1]

Diz-se que expirara tranquillamente. Conservando-se longo tempo em silencio, e com a respiração um pouco oppressa, deu repentinamente uma volta no leito e disse aos padres que o cercavam: «chegou a hora.» Começaram as orações da agonia, que elle não poude ouvir porque dormia já o ultimo somno.

Quem sabe se fatigado da existencia, que tão amargurada lhe fôra nos ultimos tempos, desejaria por fim a morte, como a suprema ventura!

em a cidade de Evora, convocadas por el-rei D. João II *e juramento do principe D. Manuel,* inserta no *Panorama,* tom. 1.º da 1.ª serie pag. 369.

[1] Rebello da Silva, *Hist. de Port. nos seculos XVII e XVIII,* tom. 1.º pag. 524.

[1] Pinheiro Chagas, *Hist. de Port.,* tomo 5.º pag. 41.

CAPITULO IV

Os regentes, primeiro acto do seu governo. —O braço do povo.—Os pretensores.—A Inglaterra e a França.—O duque de Barcellos retido em Madrid.—Os embaixadores portuguezes são recebidos por Filippe II.—As côrtes de Almeirim dissolvidas.—Consulta Filippe II os theologos e doutores hespanhoes, se deveria sustentar o seu direito com a força.—Preparativos de guerra do rei catholico.—O duque d'Alba toma o commando do exercito invasor. —Algumas terras do Alemtejo entregam-se sem resistencia.

Por fallecimento do cardeal ficaram governando o reino o arcebispo de Lisboa, D. João de Mascarenhas, Francisco de Sá, D. João Tello de Menezes e Diogo Lopes de Sousa, quasi todos accusados pela voz publica, e com verdade, de estarem tocados pelo oiro de Castella, a cujo partido haviam prestado relevantes serviços, quando eram apenas confidentes e conselheiros do monarcha fallecido; ora aconselhando este no interesse do rei catholico, ora vendendo a Christovão de Moura os segredos de Estado. Feridos pelo descredito, careciam absolutamente do prestigio necessario á sua auctoridade em tão melindrosa situação. Tornava ainda maior essa necessidade a inepta limitação de poderes, determinada pelo regimento de 12 de janeiro de 1579, o qual lhes não dava faculdade de recompensar e punir, salvo no caso extraordinario de perigo eminente do Estado, e ainda assim, ouvindo primeiro a opinião e conselho dos prelados e titulares, que residissem no reino!

Tendo a certeza os governadores de que lhes era desfavoravel a opinião geral, e de que o braço popular lhes havia de promover sérias difficuldades nas côrtes, procuraram nos primeiros actos do seu governo captar a benevolencia, escrevendo a todas as cidades e villas, para lhes recommendarem concordia, promettendo-lhes que no exercicio de seus cargos dariam inteiro cumprimento ás leis, e se haveriam com a maior imparcialidade na questão da successão á corôa.

Á assembléa do braço popular enviaram Martim Gonçalves da Camara, para que, em nome do governo, afiançasse aos deputados dos concelhos, que elle attenderia á sua pretensão de nomearem successor, resolvendo esse negocio como fosse de justiça, e se promptificava a ministrar-lhes as escripturas e documentos que requeressem dos archivos. Affirmavam ainda os regentes a sua imparcialidade no pleito da successão, e exortavam os procuradores a que envidassem todos os seus esforços para que não fosse alterada a tranquillidade publica.

Foi esta mensagem recebida com visiveis manifestações de desconfiança, senão de hostilidade. Phebus Moniz respondeu por todos, e a sua replica violenta, que por vezes se transformára em accusação formal, concluia por aconselhar aos procuradores a nomeação de outra regencia.

Martim Gonçalves, que era estranho aos planos insidiosos do governo, redarguiu, com as melhores intenções, que n'aquelle momento seria perigosa a mudança, e que não faltaria occasião de depôr os governadores, se pelos seus actos confirmassem as murmurações do povo.

Refutou Moniz esta argumentação especiosa, embora sincera, allegando, que tendo em breve de separarem-se os Estados, por causa da despeza, não seria facil depois tomar esta medida, a unica efficaz, e que as circumstancias tornavam urgente.

Foi acolhido pela assembléa, com signaes de approvação, o voto do seu presidente, e era de esperar que na proxima reunião fosse adoptado. Succedeu, porém, com grande surpresa de Phebus Moniz, prevalecer a opinião dos que reputavam grave escandalo, e pessimo exemplo, desobedecer aos governadores, e muito mais eleger outros!

Para que esta decisão não parecesse inspirada pela venalidade, ou temor, resolveram mais os procuradores admoestar severamente a regencia, indicando-lhe a necessidade de que ella tomasse as seguintes medidas:

1.ª—Que os governadores trocassem a sua residencia d'Almeirim pela de Santarem, onde as côrtes se reuniam, para estarem mais proximos d'ellas.

2.ª—Que licenceassem os soldados de que se tinham rodeado, por que estavam fazendo com elles gastos que seriam mais aproveitaveis quando fosse necessario deffender a patria contra o estrangeiro.

3.ª—Que se tomassem medidas efficazes para a deffesa do paiz.

4.ª—Que se enviasse uma embaixada ao Papa, afim de lhe rogar que pedisse a Filippe II que não tentasse resolver pelas armas a contenda.

5.ª—Que se punissem os alliciadores que andassem a trabalhar em prol de qualquer pretendente.

6.ª—Que fossem exonerados os individuos a que o cardeal déra empregos nos ultimos tempos, desde que se voltára definitivamente para Castella, empregos que bem se viu serem recompensa do seu affecto pelo estrangeiro.

7.ª—Que se enviassem embaixadores a Filippe II, para se lhe assegurar que se guardaria justiça inteira aos diversos pretendentes. [1]

Estes artigos, redigidos por escripto, foram mandados aos regentes, que ficaram tranquillos, vendo que se lhes offereciam tréguas no momento mais opportuno para tomar a energica resolução aconselhada por Phebus Moniz, e que seria applaudida pelo publico.

Confiavam que o oiro e promessas de Castella ainda teriam poder bastante para affastarem do ardente tribuno os que o haviam seguido, e deixarem-o ficar só com a loucura do seu patriotismo e honradez. Não se enganavam na esperança. Restam ainda numerosos documentos de quanto era atilado o calculo dos governadores. Citaremos apenas um, modelo de estylo cortezão e de vilesa insigne. É o extracto de uma carta expedida de Almeirim, em data de 24 de março d'aquelle anno, e escripta por D. Jorge de Noronha, neto do 2.º marquez de Villa Real. Communica o illustre fidalgo:

«Que se deram as cartas e recados de S. M. aos governadores e Braços, e que se fizeram mui boas diligencias com todos, cujo proveito vae apparecendo, *porque já os mais d'elles estão rendidos*, *convertidos e feitos christãos*, *e que se baptisaram* na agua das listas de mercês que *S. M. fez a todos*, as quaes são mal merecidas, porque ainda não estão os caminhos de Portugal e Guadalupe cobertos de portuguezes. Pede licença para ser elle o primeiro que o faça, pois talvez muitos o sigam, sendo tão natural nos portuguezes a inveja.» [1]

[1] Pinheiro Chagas, *Hist. de Port.* tom. 5.º pag. 42.

Parece que a sacra, catholica e real magestade (era este o tratamento que os embaixadores, conselheiros e cortezãos de Filippe II lhe davam) se nauseou com tanto fumo de incenso podre, e até chegou a conceber suspeitas do thuribulario, como indica a seguinte nota escripta pelo seu punho, á margem do extracto:

«Fica-me cá a carta, porque creio que será mister envial-a ao duque ou a D. Christovão, pela razão que vos disse, e pelo que ha a respeito de quem a escreve.» [2]

Não tardou que se transformassem as suspeitas em louvor, quando foram conhecidos os bons serviços do illustre fidalgo, constantes do seguinte extracto de outra carta:

«Que muitos dos procuradores de bom e muito bom animo no negocio se foram; porque os melhores, já enfadados de não estarem todos de accordo, e de serem os de Lisboa, que era a cabeça, mal inclinados, começaram a partir.

«Que Manuel de Sousa Pacheco, um dos procuradores de Lisboa, já não é companheiro de Phebus Moniz, porque se fez christão, e deu palavra ao bispo e ao arcebispo d'Evora de sel-o sempre, e que *todos se vão baptisando.*

No papel que envia com a carta (a qual é datada de Santarem a 15 de março, e escripta por um dos procuradores que se chama Rodrigo d'Abreu) o nome que está riscado é o d'elle D. Jorge, e diz que assim se deu a ler aos governadores.

«N'elle representam aos ditos governadores o desejo que tem a maior parte dos procuradores da paz e quietação, em conformidade do que o governo deseja, tudo pelo bem da christandade.

«Ahi dizem que é um engano pensar que para tratarem dos concertos convem que sejam menos, quando todos querem paz e concordia, porque já cahiram na razão, e veem que é necessario.

«O meio que apontam para isto se poder al-

[1] Manuscriptos existentes na bibliotheca da Ajuda e publicados, em parte, por A. Herculano, no *Panorama* de 1844, 3.º vol. da 2.ª serie, pag. 346.

[2] Ib.

cançar é chamál-os dois a dois, pois chamando-os juntos dizem que não, por não haver quem queira começar em publico.

«D. Jorge diz que testifica isto por que fallou com os mais d'elles. Recommenda o segredo e a brevidade da execução. Que depois de se conseguir o resultado dirá quem fez a proposta, para ser agraciado. Adverte que *até das terras escrevem cartas avulsas*, em que lhe significam o mesmo, mas que não ousam fallar, tanto pelas agitações que andam, como pelo que diz o vulgo. Pede que se lhe restitua este papel, porque é de letra conhecida.» [1]

D. Filippe II escreveu á margem d'este documento: «Veja esta o conde de Portalegre, e a resposta que será conveniente lhe deis.» D. João da Silva escreveu em seguida á nota do monarcha. «São mui bons estes de Villa Real. Responda-se a D. Jorge com muita approvação do que vae fazendo, pedindo-lhe continue, e restituam-se estes papeis como é de razão.» [2]

Os regentes eleitos pelo cardeal eram homens de experiencia e perfeitamente conhecedores do seu tempo. Desde que os procuradores deixaram fugir a occasião unica em que podiam mudar a face dos acontecimentos, logo elles previram que nada teriam a recear d'ali. Bastava-lhes ganhar tempo, e o resto ficava por conta dos alliciadores castelhanos. Aos artigos que lhes foram mandados responderam:

1.º — Que brevemente sahiriam d'Almeirim, (sem comtudo designarem a cidade ou villa em que iriam residir).

2.º—Que lhes ficaria mal despedirem as tropas chamadas por D. Henrique para guarda da sua côrte.

3.º—Que já haviam ordenado que os alcaides e capitães das praças se recolhessem a ellas, sob pena de as perderem, e que providenciariam para que se continuasse na reparação das fortalesas, que guarneciam a entrada da barra de Lisboa e das margens do Tejo.

4.º—Que lhes parecia inutil mandarem embaixadores a Roma emquanto Filippe II não désse demonstrações de hostilidade.

5.º—Que procederiam com todo o rigor das leis contra quem fosse convencido do crime de suborno ou corrupção.

6.º—Finalmente que em breve partiriam para Madrid o bispo de Coimbra e Manuel de Mello. [1]

Ao artigo em que se fallava da demissão de empregos, dados como recompensa de traição á patria, responderam com o silencio.

No entanto os dois pretensores portuguezes não afrouxavam nas suas diligencias, para se apoderarem do diadema que tão ardentemente ambicionavam.

Estava ainda quente no leito o cadaver do cardeal, quando o duque de Bragança se apresentou aos regentes, declarando-lhes sugeitar-se á decisão dos juizes nomeados para resolverem o pleito da successão, mas insinuando ao mesmo tempo, com phrases dubias, que se o seu direito fosse desattendido, procuraria fazel-o respeitar.

Não causava esta vaga insinuação o menor receio aos seus emulos, que bem sabiam quanto o duque era incapaz de arriscar nos lances da fortuna a segurança da sua pessoa e fazenda. Ambicionava a corôa, mas folgaria que lh'a collocassem na cabeça; não era homem para a tomar do meio das sedições, ou conquistal-a no campo da batalha. Nem mesmo sacrificaria ás eventualidades do futuro as certezas do presente: as riquezas de que gosava, as honras e dignidades de que era investido.

Mais activo e animoso inspirava maiores receios o prior do Crato, que mal teve noticia de haver fallecido o cardeal, dirigiu-se immediatamente para Lisboa, com o designio de se aposentar nos paços dos reis. Sabia que as auctoridades lhe não eram favoraveis, mas contava que seriam coagidas pelos tumultos populares. Como sempre, a sua leviandade illudia-o.

Alojando-se proximo da cidade, maudou pedir aos magistrados que o viessem receber; ao mesmo tempo os seus parciaes diligenciavam promover a seu favor manifestações tumultuosas nas ruas. Neutralisaram estes exforços os partidos adversos, que tinham na cidade numerosos adherentes. Os magistrados enviaram-lhe o capitão das armas, convidando-o a que se retirasse da terra e dos arrabaldes. D. Antonio tratou com desdem

[1] Ib. pag. 347.

[2] Ib.

[1] Rebello da Silva, *Hist. de Port. nos seculos XVII e XVIII*, tomo 2.º pag. 24 e 25.

o recado e o mensageiro, mas logo cedeu, vendo que as scenas tumultuarias em que pozera a sua esperança não se exhibiam, e sabendo que os regedores estavam no firme proposito de o mandar prender, se resistisse.

Retirou-se para Belem, e de lá escreveu aos Estados dizendo-lhes, que sabendo do fallecimento d'el-rei, e que devendo as suas cinzas ser depositadas no jazigo dos seus passados, ali viera para assistir á funebre ceremonia. Mas sabendo depois que ella se não realisaria tão cedo, ficára em companhia dos santos monges, para juntamente com elles orar pela alma de seu tio; que mais se demoraria n'esta piedosa obrigação, se o não chamassem outros deveres, como filho de D. João III e neto de D. Manoel, e para cumprir os quaes esperava que as côrtes lhe designassem o logar da sua residencia. Que mostraria com o seu comportamento a injustiça dos rigores com que o tinham aggravado, e o direito que lhe assistia de succeder ao throno. Concluia, declarando que ia partir para Santarem, entregando-se confiadamente nas mãos dos que tinham por dever protegel-o.

As côrtes não ficaram muito satisfeitas da mensagem, porque receavam do genio inquieto do prior, que viesse promover discordias. No entanto disfarçaram o enfado, e responderam ao pretendente que viesse, como desejava, e que seria alojado como a sua condição e nascimento pedia.

Chegado a Santarem, onde se alojou no convento de S. Francisco, apresentou logo o breve pontificio que invalidava a sentença do cardeal contra a legitimidade do seu nascimento, e tratou de promover novo processo.

D'accordo com elle, os seus partidarios por toda a parte declaravam, que sem este ponto estar decidido não poderia resolver-se com equidade o pleito da successão.

A actividade do prior desassocegava os regentes; comtudo, de quem mais se temiam era de Filippe II, o qual exercia sobre elles enorme pressão, não tanto pelo poder do exercito que tinha prompto a invadir Portugal, como pelas conspirações tramadas a occultas em vida do cardeal, e de que elles haviam sido os principaes agentes, movidos pelo suborno de Castella.

Apenas findavam as exequias de D. Henrique, logo D. Christovão de Moura e o duque de Ossuna solicitaram audiencia dos governadores, não occultando o proposito de saber o verdadeiro estado dos negocios.

Esquivaram-se á conferencia os regentes, allegando, que achando-se a sua attenção desvairada por tantos assumptos da maior urgencia, não podiam n'aquelle momento dar as informações que lhes eram pedidas.

Tiveram, portanto, os embaixadores de as procurar pelos caminhos occultos, que tanto conheciam. Souberam em breve, que havia desapparecido a declaração mandada fazer por D. Henrique a favor de Filippe II. Que no testamento datado de 27 de janeiro de 1580, o cardeal não designava a pessoa que lhe havia de succeder, limitando-se apenas a ordenar aos seus vassallos que prestassem preito de obediencia ao pretensor que fosse reconhecido como herdeiro pelos juizes nomeados por elle para resolver o pleito.

Miguel de Moura, secretario do cardeal, e o confessor que havia sido d'elle, logo após o seu fallecimento, queimaram todos os papeis que lhes pareceu conveniente supprimir. Era, portanto, com o mais pleno conhecimento de causa, que o secretario, ao retirar-se de Almeirim, pela grave doença de sua mulher, affirmava aos embaixadores, que nem a declaração existia, nem se continha no testamento allusão alguma ao pacto secretamente ajustado.

«A indiscripção nada innocente de Miguel de Moura, escreve o sr. Rebello da Silva, ministrou á embaixada de Castella os fios para se não perder no labyrintho das complicações d'esta época; e o caso que depois fez o rei catholico do velho secretario, o modo singular por que o honrou, mostram que não quiz ser esquecido nem ingrato. Miguel de Moura era d'esses homens que se ufanam de fugir ás occasiões perigosas; que navegam acautellados em todos os mares, sempre com os olhos fitos nos escolhos; que, trazendo constantemente o desinteresse na bôca e a abnegação nas palavras, nunca se descuidam de assoalhar os proprios merecimentos, para, sem as pedirem, lhes baterem á porta as mercês com o agrado dos soberanos.» [1]

Assentaram os governadores, como haviam

[1] *Hist. de Port. nos seculos XVII e XVIII*, tom. 2.º, pag. 37.

promettido ás côrtes, mandar uma embaixada extraordinaria a Madrid, da qual foram effectivamente incumbidos o bispo de Coimbra e Manuel de Mello.

Era o fim da enviatura dar a Filippe II, da parte do governo portuguez, os pezames pelo fallecimento de seu tio, supplicando-lhe ao mesmo tempo quizesse annuir ao juizo nomeado pelo cardeal para sentencear a causa da successão, na certeza de que seria guardada imparcial justiça no julgamento.

Este era o fim ostensivo, debaixo do qual se occultava o verdadeiro, que era dissuadir Filippe II de adoptar o conselho que lhe fôra dado por Christovão de Moura, o qual enfadado com a timidez e inercia dos regentes, propozera a seu amo desvendar o segredo das negociações occultas, que se haviam tratado com o cardeal, expondo ao opprobrio e á indignação publica os regentes, duas vezes traidores.

Á prudencia do rei catholico, mais do que ás razões e eloquencia do embaixador, deveram os da regencia verem-se livres de tamanha ignominia, que era tambem um perigo sério para as suas vidas.

Conheceu, porem, o filho de Carlos V, com o seu clarissimo entendimento, que da adopção de similhante alvitre nada mais colheria do que o descredito dos traidores, sem todavia aproveitar a sua causa, antes, pelo contrario, perdendo muito, pois que o descredito se reflectiria tambem n'elle.

Pareceu-lhe mais conveniente dissimular, continuando a aproveitar-se dos serviços que ainda lhe podiam prestar os que, por dinheiro e mercês, tinha feito seus cumplices.

Esta prudencia tornava-se tanto mais necessaria, quanto por morte do cardeal se haviam renovado difficuldades, que parecia acharem-se extinctas.

D. Catharina de Bragança, recordando os bons desejos que lhe havia manifestado Izabel Tudor, escreveu-lhe uma carta, sollicitando o seu auxilio, encarecendo-lhe a energica disposição do espirito publico para resistir a todo o custo á invasão hespanhola, e as forças consideraveis que se poderiam oppôr ao exercito de Filippe II; não se esquecendo tambem de lembrar-lhe quanto seriam prejudicados os interesses do commercio inglez, se o rei catholico estendesse o seu dominio a toda a Peninsula.

A rainha de Inglaterra, havia procurado informar-se do estado do reino, e sabia que se achava dividido em facções, e exausto de recursos; não estava portanto, disposta a comprometter avultadas sommas, e a sua marinha de guerra, n'uma empreza de que não podia ter as melhores esperanças de bom exito. Comtudo, previa todo o alcance de obstar aos designios ambiciosos de Filippe II, e n'esse intento reatou negociações com a côrte de Henrique III, esperando que o poder de ambas as nações reunidas seria bastante para impôr respeito ao filho de Carlos V, o qual não podia, sem risco de se levantarem sublevações em alguns dos seus Estados, dispôr de grandes forças para sustentar a guerra com Portugal.

Não tinham, porem, mudado as circumstancias na côrte de França; permaneciam as que já n'outro logar indicámos, e que obstavam agora, como então, á proposta alliança, limitando-se Henrique III a contrariar por meios occultos, e intrigas diplomaticas, a pertensão de Filippe II. N'esse intuito desenvolvia grande actividade o habil embaixador francez em Roma, encontrando disposições favoraveis no papa, que tambem não via com bons olhos o engrandecimento de Hespanha.

Ao mesmo tempo que escrevia a Isabel Tudor, a duqueza de Bragança mandava tambem os seus emissarios ao Louvre, não conseguindo, todavia, vencer as hesitações de Henrique III, apesar dos conselhos espontaneos do seu embaixador em Madrid, que lhe propunha mandar a Portugal um soccorro de cinco mil homens, acompanhado d'armas e munições, alem de um certo numero de engenheiros e capitães experimentados, tudo expedido com grande brevidade e o maior segredo.

De todas estas combinações diplomaticas, a que deu mais sérios cuidados a Filippe II foi o enlace, que não chegou por fim a realisar-se, de Francisco, duque de Anjou, irmão do rei de França, com Isabel de Inglaterra, a qual impunha como condição a alliança dos dois paizes, para se opporem á occupação de Portugal pelo rei catholico.

«Emquanto as nações estrangeiras, diz o sr. Pinheiro Chagas, nem conseguiam unir-se para

se opporem á ambição de Filippe II, nem se achavam com forças para luctarem isoladamente com o monarcha hespanhol. Filippe II continuava impavidamente na realisação dos seus planos; e não recuava diante de meio algum que elle imaginava que lhe poderia servir.

«O duque de Barcellos, filho dos duques de Bragança, e prisioneiro em Alcacer-Kibir, livre afinal do captiveiro de Africa, passára por Hespanha, e o duque de Medina Sidonia, seu parente, retinha-o com festas e divertimentos, por ordem de Filippe II, doirando-lhe assim o captiveiro, que afinal se revelou de modo, que o joven duque escreveu para Portugal, queixando-se. Os paes bradaram altamente contra esta violação das leis da hospitalidade; as côrtes tomaram o seu partido e protestaram tambem; mas Filippe II não parecia disposto a largar a sua presa, julgando, talvez, que os duques de Bragança, para obterem a liberdade de seu filho, desistiriam das suas pretensões; a junta hespanhola de Lisboa fez-lhe, porem, sentir quanto era inconveniente esse procedimento, que não fazia senão irritar o reino, sem resultado util. Filippe II cedeu ás razões que lhe deram, e o duque de Barcellos partiu para Portugal, desculpando-se o duque de Medina Sidonia com o pretexto de que só quizera gosar por mais tempo da companhia do seu joven parente, e que alem d'isso o retivera tambem porque lhe não parecia cortez que elle deixasse o reino sem ter primeiro apresentado os seus respeitos a Filippe II.

«A entrada do duque de Barcellos em Portugal proporcionou ensejo para se reconciliarem os dois pretendentes portuguezes, o que seria uma felicidade para o paiz; mas então mais uma vez se provou que a ambição não cede nunca aos pensamentos patrioticos.

«O prior do Crato mandou cumprimentar o joven duque, mas essa cortezia, com que elle premeditava abrir caminho para uma reconciliação, não lhe foi retribuida, e os dois partidos continuaram separados e odiando-se mais do que odiavam o estrangeiro.

«Entretanto continuava uma lucta surda entre os governadores e o rei de Hespanha, aquelles tentando recobrar uma independencia, que haviam perdido ha muito, cedendo á venalidade, D. Filippe insistindo em fazer mais pesada para elles a cadeia que lhes lançara, e que, sendo de oiro, nem por isso era menos incommoda.

«Uma questão grave, que logo se começou a agitar, foi a partida dos embaixadores para Castella, encarregados de pedirem a el-rei D. Filippe que se sugeitasse á sentença que os juizes pronunciassem no pleito da successão.

«O recebimento da embaixada era um embaraço grave para Filippe II: se recebesse os enviados portuguezes como embaixadores d'uma nação independente, reconheceria assim o que elle até ahi sempre se obstinara a negar, isto é, que por direito ainda a corôa não era sua; se os recebesse simplesmente como subditos, offendia gravemente os portuguezes, quando tinha o maximo interesse em lhes agradar.

«D. Christovão de Moura procurou poupar esse embaraço a seu amo, evitando que partisse a embaixada, assegurando aos embaixadores que el-rei os não receberia como taes, que os trataria apenas como subditos distinctos, e ameaçando os governadores do reino com a colera d'um soberano que se não deixava impunemente provocar.

«Estas ameaças de D. Christovão aterravam os governadores do reino; mas elles é que já não podiam recuar n'essa questão: as côrtes, cujas reclamações tinham sido pouco attendidas, instavam para que se enviasse a embaixada, como se dependesse d'um tal passo a salvação do reino. Partiram, pois, os embaixadores, que foram D. Manuel de Mello e o bispo de Coimbra; mas Filippe II, como habil e fino que era, resolveu aproveitar-se do que não podéra evitar. Quando já os embaixadores estavam em Madrid, Filippe fez com que se lhes dissesse que elle estava resolvido a recebel-os como vassallos. Terrores e hesitação dos embaixadores, que pedem para Portugal novas instrucções. Os governadores mandam-lhes dizer, que se Filippe II, na primeira audiencia, os não receber como a enviados de um reino independente, partam immediatamente para Lisboa. Era um rompimento formal, cuja idéa punha em convulsões tanto os embaixadores como os governadores. Qual não foi, pois, o seu jubilo quando Filippe II os recebeu não só com todas as formalidades da etiqueta, mas até com especial cortezia. O que resultou d'aqui? Foi que os embaixadores satisfeitissimos por se terem

livrado de uma desfeita, que estava quasi certa, foram no mais muito faceis de contentar, e Filippe II despediu-os sem lhes dar outra prova de que reconhecia a independencia de Portugal, além da esteril demonstração de uma cortezia vã.

«Esta concessão foi celebrada como uma victoria pelos governadores, que seguindo o systema dilatorio de D. Henrique, mas ainda com menos probabilidade de colherem bom resultado, não faziam senão concitar contra si proprios o odio de todos os pretendentes.

«Não tinham força nem prestigio que dominassem a situação; tremiam diante de todos, diante de D. Antonio que lhes escrevia cartas insolentes, e que apparecia publicamente em Santarem queixando-se da indole anti-patriotica do governo; tremiam diante de D. Filippe, ou antes diante de D. Christovão de Moura, que era para elles um remorso vivo, uma permanente ameaça; tremiam até diante das côrtes que primeiro haviam despresado, mas que lhe estavam agora sendo importunas pela persistencia com que instaram com elles para que tomassem uma attitude resoluta na questão da successão.

«E comtudo as côrtes já bem pouco temiveis eram para o pertendente hespanhol: o numero dos partidarios de Phebus Moniz diminuia de instante a instante, a eloquencia do fervoroso patriota só conseguia inspirar algumas decisões pouco importantes, puramente declamatorias, votadas por enthusiasmo, ao passo que o seu collega, o doutor Manuel de Sousa Pacheco, esse, vendido ao oiro castelhano, e transformado em alliciador de consciencias, cada vez fazia passar maior numero de transfugas para os arraiaes de Hespanha. A immoralidade d'essas côrtes de Almeirim, que primeiro tinham dado tão boa mostra de si, chegára a ponto de que já havia procuradores que se queixavam de não serem requestados por D. Christovão, tomando como offensa o esquecimento que parecera votar-lhes esse grande corruptor!

«Foi quando as côrtes tomaram este aspecto que receberam uma carta de Filippe II, sustentando os seus direitos á corôa. Succedeu o que succedia sempre: Phebus Moniz trovejou contra o estrangeiro, a maior parte dos procuradores applaudiram-o com enthusiasmo, votaram-se por acclamação as quantias necessarias para a defesa do reino; mas depois, quando o enthusiasmo esfriou, a voz do intesesse foi de novo mais forte; o clero recusou-se positivamente a pagar o novo subsidio; os procuradores hesitaram, e a maior parte d'elles, envergonhando-se de se contradizerem abertamente, preferiram partir para suas casas, desamparando as côrtes.

«D. Chistovão de Moura promovera e aconselhara a deserção, esperando assim enfraquecer a renitente assembléa; mas o que elle não previa foi que os procuradores, que se obstinaram em ficar, foram exactamente aquelles que eram adversos á politica hospanhola, e que desejavam pugnar até á ultima pela independencia da patria.

«Tentou D. Christovão diversos meios para seduzir estes ultimos defensores de Portugal, mas não o conseguiu; lançou então mão da influencia sobre os governadores do reino, influencia a que debalde se procuravam esquivar, e obrigou-os a vibrarem o golpe decisivo, dissolvendo as côrtes.

«Os governadores obedeceram e para de algum modo corarem a sua subserviencia, decidiram que dez procuradores continuassem ainda no exercicio de seus cargos.» [1]

Persuadia-se o filho de Carlos V, que bastaria esta energica medida para arredar do caminho as difficuldades que impediam a sua entrada pacifica no reino, que tanto ambicionava juntar aos seus dilatados dominios, mas que só em extremo recurso se resolvéria a subjugar pelas armas. Surgiram, porem, complicações inexperadas que, dissipando-lhe aquella risonha esperança, o constrangeram a mandar a espada do duque d'Alba cortar os ultimos e tenues embaraços que ainda se lhe oppunham.

Tendo emissarios espalhados por todas as côrtes da Europa, que o informavam com pontualidade de tudo quanto succedia, e que podesse interessar-lhe, foi dos primeiros a saber que o pontifice Gregorio XIII não encubria a intenção de se apresentar tambem como pretendente á corôa portugueza, allegando, não só os direitos da Santa Sé a recolher o espolio de um cardeal fallecido sem herdeiros, mas ainda, e era isso o mais grave, a necessidade de manter a paz e liberdade nas nações catholicas.

[1] *Hist. de Port.*, tom. 5.º, pag. 51e 52.

Tomou logo as devidas precauções Filippe II, e ao mesmo tempo que avisava os capitães incumbidos do alistamento das tropas, sollicitava de fr. Diogo de Chaves, um dos mais conspicuos theologos do reino, que illuminasse a sua consciencia, dizendo-lhe, se estando elle certo dos seus direitos, poderia, sem peccado, obrigar á obediencia os subditos que lh'a negavam, invadindo o reino com as armas.

A resposta do theologo foi affirmativa, e fundada em grande cópia de argumentos e de textos. Não bastou, porem, tão auctorisado voto, para limpar completamente de escrupulos a melindrosa consciencia de S. M. Pensando que fr. Diogo, apesar de virtuoso e sabio era homem, e como tal sugeito a enganos, repetiu a consulta aos padres de maior fama, os quaes depois de debaterem profundamente o assumpto, adoptaram, por fim, a decisão de fr. Diogo, escorando-a ainda com mais argumentos e mais textos. Não julgou isto ainda sufficiente para afugentar do seu espirito o receio de commetter peccado. Mandou ouvir tambem a universidade de Alcalá, e muitos religiosos e doutores: a universidade, os religiosos e os doutores, sem discrepancia de um só, todos sustentaram a mesma opinião de fr. Diogo. N'este harmonioso concerto apenas se ouviu uma nota discorde; foi a opinião contraria da universidade de Coimbra, a qual S. M. Catholica julgou que não devia attender, porque nada tinha encommendado aos doutos academicos. Para o livrarem de escrupulos e receios de peccado, é claro que bastavam os theologos hespanhoes: nem mesmo podiam ser outros!

Apesar do riso que hoje nos desperta a representação d'esta scena comica, devemos confessar que ella era necessaria aos fins politicos de Filippe. Desde que o chefe da egreja deixava entrever a possibilidade de se apresentar como seu emulo, era-lhe indispensavel munir-se de armas espirituaes, e cobrir a sua ambição com uma especie de definição dogmatica, uma consagração theologica. No entanto, bastaria este facto, quando não houvesse muitissimos outros, para desenganar os que julgam ver no caracter de Filippe II um mixto de fanatismo, hypocresia e *devoção sincera.*

Ainda antes que os doutores e os padres-mestres se occupassem de enfileirar os seus esquadrões de argumentos, e exercitos de textos, já o monarcha hespanhol havia cuidado em activar os preparativos de guerra, e de modo tal, que nos principios de janeiro de 1580 juntára nos portos da Andaluzia, mais proximos de Portugal, sessenta e oito galés e dezenove náos, com cerca de dez mil soldados, dois mil e quatrocentos gastadores e as necessarias munições de guerra e de bôca. Pouco depois chegavam a Gibraltar mais sete náos com doze companhias de italianos, a Alicante dez náos, com cinco mil soldados allemães e cem artilheiros. Foram ainda estas forças acrescentadas com quatro mil infantes hespanhoes, seiscentos dos quaes eram arcabuzeiros e outros quatro mil alistados na Lombardia e na Toscana.

A fim de impedir que Portugal recebesse por mar qualquer soccorro estrangeiro, cruzava na costa occidental da peninsula uma esquadra commandada por D. Pedro Valdez, e guarnecida com quatro mil soldados biscainhos, asturianos e gallegos.

Havia-se cuidado de reparar a estrada de Sevilha a Badajoz, a fim de a tornar transitavel para a artilheria, e desde muito que se trabalhava com actividade na construcção de carretas e equipagens de pontes e barcas.

Concluidos todos os preparativos, e chegado o momento de ferir o ultimo golpe, Filippe II entregou a direcção da campanha ao mais habil general dos seus exercitos, o duque d'Alba. Calando o resentimento que tinha d'elle, ordenou-lhe que do seu quasi exilio de Uzeda, e sem lhe permittir que fosse á côrte, partisse sem perda de tempo para Lerena, que era o logar do quartel general.

Lancemos agora uma vista d'olhos para o reino.

Tres dos regentes D. João de Mascarenhas, Diogo Lopes de Sousa e Francisco de Sá, estavam decididamente vendidos a Castella; mas como a opinião geral os suspeitava de traidores, tremiam de desafiar as iras populares, sem todavia ousarem tomar sérias medidas de defesa, com receio da vingança do rei catholico. Era uma situação verdadeiramente angustiosa.

O arcebispo de Lisboa, tendo-se mostrado sempre indeciso, embora deixasse perceber que não era desafeiçoado á pretensão de Filippe, nunca

se compromettеu a ponto dos embaixadores lhe poderem impôr a sua vontade. D. João Tello de Menezes, esse conservava ainda o seu nome sem macula de traição; mas era facilmente illudido pelos collegas, que abusavam da sua pobresa intellectual. Não era tamanha, comtudo, que não percebesse a necessidade de pensar na defesa do reino. E tanto apertou n'esse sentido com os outros governadores, que elles, para disfarçarem a sua calculada inercia, não tiveram remedio, senão tomarem algumas medidas, pouco importantes com relação ao que exigiam as circumstancias, e ainda muito menos pelo modo por que foram executadas.

Limitaram-se a nomear D. Diogo de Sousa, D. Duarte de Menezes e D. João de Vasconcellos fronteiros do Alemtejo, do Algarve e da Beira, mas sem lhes darem nem armas, nem gente. Nomearam tambem governador de Setubal Antonio Moniz, e da torre de S. Julião, Tristão Vaz da Veiga.

Estas providencias tinham para os tres governadores comprados por Castella a dupla vantagem de apagar, ou pelo menos diminuir no espirito publico a suspeita de traição, e ao mesmo tempo affastar da côrte as pessoas hostis ao dominio estrangeiro.

Em quanto por este meio se procurava illudir o vulgo, deffendendo as fronteiras com generaes sem exercito, favorecia-se o empenho dos contrarios, desvelando-lhes os segredos da nossa penuria, e até indicando-lhes o plano de tornar mais facil a victoria das suas armas.

D. João de Mascarenhas e Francisco de Sá notavam com insistencia a Christovão de Moura a vantagem que seria para o rei catholico de subornar os governadores militares de Olivença e Elvas, afim de que estes entregassem pacificamente as duas praças: exemplo esse, observavam, que seria logo imitado por muitas outras terras.

Da pobresa em que se achava o reino (e de que já n'outro logar nos occupámos), aggravada ainda pela má distribuição do imposto, resultára, fatalmente, achar-se tambem o erario exhausto de recursos. Se porventura nos decidissimos a sustentar com as armas a nossa independencia, seria esse um dos mais sérios embaraços com que teriamos a luctar, e que só poderia ser dominado por um sentimento que fizesse emmudecer os egoismos, os frios calculos do interesse pessoal. Como temos visto no decurso d'esta narrativa, não era a loucura da abnegação a doença da época.

O desiquilibrio entre a receita e despeza do Estado era de trezentos mil ducados annuaes, e no momento em que seria necessario dispôr de grandes recursos para acudir á deffesa do paiz, apenas se acharam nas arcas do thesouro dez mil ducados, tendo-se sustado a partida da armada para a India por não haver dinheiro para as despezas da expedição. Chegaram todas estas fraquezas ao conhecimento dos embaixadores de Castella, por inconfidencias que tinham sabido comprar, e de que se aproveitavam para avisarem seu amo, assim como tambem lhe faziam saber, que no momento em que já se ouvia em Lisboa a marcha do exercito inimigo, apenas havia armazenados na capital cento e trinta quintaes de polvora.

Transmittindo para o Escurial estas boas novas, nem por isso se descuidavam os agentes castelhanos de negociar com Jorge Peçanha a entrega da praça d'Elvas, assim como mandar emmissarios, para negocio similhante, a differentes villas, cidades e castellos, sendo quasi sempre bem succedidos na empreza, como aconteceu na Guarda, Montemór-o-Velho, Arronches, Olivença, Campo-Maior, Serpa, Moura, Ferreira e Landroal. Tão bem dirigidas foram as negociações, que por fim, até o castello de Villa-Viçosa, no solar do duque de Bragança, se rendeu ao suborno, deixando-se conquistar, na occasião opportuna, pelas armas hespanholas, sem oppor a menor resistencia. Em Lisboa não só a maioria dos vereadores se haviam convertido á parcialidade hespanhola, como tambem tinha sido invadida pela traição a casa dos mesteres. Mesmo em Coimbra onde exerciam grande influencia sobre o povo os jesuitas, partidarios de D. Antonio, e a universidade, inclinada á casa de Bragança, mesmo ahi conseguiram os agentes hespanhoes chamar ao seu partido algumas pessoas notaveis.

Apesar d'esta grande feira de consciencias, o espirito publico era adverso ao dominio estranho; para o adormecer um pouco julgaram conveniente os governadores nomear uma junta de defesa do reino, composta de D. João Tello de Menezes, Martim Gonçalves da Camara, Diogo de Sousa e

D. Duarte Castello Branco. Attendera-se, na composição d'esta junta, ao equilibrio das forças. Tudo quanto os dois primeiros planeavam a favor da independencia portugueza, era immediatamente delatado pelos dois ultimos a D. Christovam de Moura, ou ao duque de Ossuna.

No entanto a energia de Martim Gonçalves obtivera que a junta recommendasse aos governadores, para que estes expedissem ordens ao clero, a fim de que elle incitasse no pulpito o povo a pegar em armas contra o estrangeiro.

Irritou-se profundamente com esta medida o favorito de Filippe II, que procurou immediatamente os governadores seus alliados, e lançou-lhes em rosto a sua dupla perfidia, fazendo-lhes sentir que estavam comprados. Como a reprimenda era justa, não a repelliram; desculparam-se. Vendo claramente, que na situação em que se achavam era muitissimo arriscado qualquer passo dado n'aquelle caminho, tomaram as suas medidas para afastarem de si um companheiro estremamente incommodo, pela ingenuidade com que tomava a sério a resistencia. Era este D. João Tello, a quem pediram assumisse a direcção da defesa de Lisboa. Trabalhou n'esse empenho o honrado fidalgo, mas viu sempre frustados os seus esforços, pelos obstaculos que a cada passo lhe levantavam D. Duarte de Castello Branco, vedor da fazenda, e Luiz Cesar, provedor dos armazens.

Não havia no erario um ceitil para collocar a capital nas indispensaveis condições de defeza: era necessario recorrer ao imposto; effectivamente, os governadores deliberaram lançar mão d'esse recurso, não para aquelle intento, mas simplesmente para augmentarem a sua guarda particular.

Alguns d'elles ainda hesitaram se deveriam impôr esse sacrificio ao povo, ou aceitar antes a guarda de mil cavalleiros que Filippe II bisarramente lhes offerecêra; venceu, porem, o voto mais prudente da maioria, que teve medo de similhante expediente. Achava, e com razão, que era muito menos perigosa uma sangria na bolsa, já bastante debil, do contribuinte, do que affrontar de tal modo a indignação publica.

Elles eram covardes, como são todos os que pelos seus actos ignobeis chegaram a perder a estima de si proprios: e a sua covardia arrastava-os ás mais incriveis inconsequencias. Tremiam de Filippe II, e revelavam-lhe todos os segredos de Estado, obedeciam-lhe, suggeriam-lhe planos, entorpeciam a acção dos adversarios d'elle: tremiam do povo, e procuravam illudil-o, e tentavam por todos os meios obstar a que o rei de Hespanha, a quem serviam, abrisse com a espada o caminho do throno. Com este intuito mandavam secretamente emissarios ás côrtes de França e de Roma, afim de implorarem de Henrique III e do papa, que não consentissem que o filho de Carlos V se apoderasse de Portugal pelas armas.

Eram secundados estes esforços pelos embaixadores de Inglaterra e França em Lisboa, os quaes expunham aos seus respectivos governos a conveniencia de auxiliarem a pretensão de D. Antonio, visto que o duque de Bragança pela sua irresulução, falta de animo e poucas sympathias da nobreza, assim como do publico, em geral, dava menos garantias de bom exito. No entanto as complicações internas da França obstaram a que Henrique de Valois correspondesse com algumas obras, ás muito boas palavras, com que sempre acolhia similhantes recommendações, e pedidos.

Isabel de Inglaterra, desenganada de conseguir a alliança franceza, não queria arriscar-se a entrar sósinha em lucta com o poder de Filippe II, de que igualmente se arreceava o papa, limitando-se, por isso, a resistir ás instancias do embaixador de Hespanha para que o pontifice ordenasse aos portuguuezes, em nome da sua auctoridade espiritual, que aceitassem por monarcha o rei catholico. A mesma resistencia oppunha aos embaixadores de Portugal e de França, que lhe pediam para excommungar Filippe II, se empregasse as armas para sustentar os seus direitos.

No seu gabinete, quasi cella monastica, do Escurial, seguia Filippe II todos estes enredos, e comprehendeu que se aproximava a hora em que lhe seria forçoso descarregar o golpe decisivo para obstar a que surgissem novas e mais graves complicações. Antes, porem, de dar esse ultimo passo reflectiu, como prudente, no quanto seria prejudicial para o prestigio do seu poder uma lucta, que poderia tornar-se prolongada, apesar do nosso extremo abatimento de forças, e do valioso auxilio que lhe prestariam os mui-

tos que se venderam ao seu oiro, ou cederam ás suas promessas. Deliberou, portanto, reatar ainda mais uma vez negociações com o duque de Bragança e o prior do Crato.

Aquelle, dominado pelo animo varonil e altivo de D. Catharina, não quiz attender ás observações que lhe fizeram D. João de Mascarenhas, Francisco de Sá e o arcebispo de Lisboa, que, para serem agradaveis a Filippe II, e mesmo por conveniencia propria, se incumbiram de o convencer da inutilidade da sua pertensão. Apesar dos mais convincentes argumentos, que os regentes empregaram, sem mesmo disfarçarem o quanto lucraria com uma submissão a tempo, nem deixarem de lhe representar o que arriscaria com o procedimento contrario, apesar de tudo, D. João não desistiu. Comtudo, nem a energia dos seus esforços correspondeu á sua obstinação, nem seguira o melhor expediente que tinha então a adoptar, qual era deixar que os seus parciaes seguissem a bandeira do prior do Crato, que, á falta de outras virtudes, e a par de muitos defeitos, tinha ao menos as qualidades de ser activo e intrepido. Obsecado, porem, pela sua ambição, e o seu orgulho, não via que a divisão dos dois partidos não servia senão para facilitar a victoria do inimigo commum.

Muito mais condescendente do que o duque de Bragança foi o prior do Crato, quando os emissarios de Filippe II se lhe aproximaram, para abrirem novas negociações; no entanto as exigencias do pretensor eram tão exageradas que se tornavam inaceitaveis.

Mudou de plano o rei de Hespanha, e tentou suspender o processo de legitimação, intentado por D. Antonio perante o nuncio de Lisboa: nada conseguio, porem, por que o papa Gregorio XIII, embora não hostilisasse abertamente a pretensão de Filippe II, tambem a não favorecia muito, nem mesmo lhe era desagradavel enredar o monarcha em alguma difficuldade.

Voltou a mandar novos emissarios ao prior, que se esquivou um pouco de os ouvir, não por que lhe repugnasse entrar em negociações, pelo contrario, desejava-as, mas por que preferiu antes mandar pessoa da sua confiança a Madrid, persuadido de que obteria melhor contracto. Por mais boa vontade que tivesse o rei catholico, como tinha realmente, de afastar do seu caminho aquelle obstaculo, que afinal era o mais incommodo de todos; por maiores que fossem os seus desejos de arrancar ao irrequieto pertensor a cedencia dos seus direitos, não lhe era possivel, comtudo, aceitar as condições que elle impunha.

Romperam-se de vez as negociações, mas já depois de quebradas, ainda D. João de Mascarenhas lhe aconselhou com insistencia a submissão a D. Filippe.

Desenganado, emfim, de que nada poderia obter dos seus emulos, determinou declarar positivamente aos embaixadores officiaes de Portugal na côrte de Madrid, que estava resolvido a não admittir se discutissem mais os seus direitos, os quaes eram incontestaveis; e que se os governadores do reino não cuidassem immediatamente em o reconhecer, mandaria o seu exercito abrir-lhe o caminho do throno. Debalde pediram os embaixadores que ao menos désse tempo de serem convocadas as côrtes; respondeu, que se não oppunha, na certeza de que se no dia 8 de junho não estivesse reconhecido como rei de Portugal, trataria como rebeldes os portuguezes que lhe negassem obediencia.

Communicada esta noticia para o reino, foi como um raio que assombrou os governadores. Temiam que esta solução brutal n'uma questão de direito excitasse a ira popular, de que seguramente seriam as primeiras victimas, por que a sua consciencia lhes dizia quanto a vindicta era merecida, e porque sabiam quanto eram aborrecidos, odiados do povo. Instaram para que fosse adiado aquelle praso fatal, a fim de poderem convocar as côrtes, das quaes esperavam conseguir a proclamação do poderoso monarcha, ficando d'este modo colorida a violencia com falsas côres de legalidade. O filho de Carlos V que, se não herdára de seu pae o arrojo dos designios, excedia-o na firmesa das resoluções, cortou breve todos os expedientes dilatorios, declarando aos regentes que a solução unica que elles podiam adoptar, era prestarem-lhe a vassalagem devida, como seu rei legitimo.

Amedrontados com a attitude energica do monarcha hespanhol, ao mesmo tempo que tomavam algumas medidas que poderiam ser obstaculo, embora fragil, a Filippe II, desculparam-se a Christovão de Moura, allegando a necessidade

de enganar a multidão com apparencias de patriotismo, afim de não serem depostos do poder por algum motim popular. Desceram tanto, que chegaram a confessar a sua covardia. Ainda sabiam fingir patriotismo; a coragem não.

Sem força para repellirem as recriminações ultrajantes dos embaixadores de Castella, que a cada momento lhe lançavam em rosto a sua duplicidade, tambem não poderam resistir ás instigações de Martim Gonçalves da Camara e D. João Tello, determinando-os a vender as joias da corôa, para supprir d'algum modo a pobreza do thesouro publico, e acudir ás urgencias do momento. Mal esta resolução chegou ao conhecimento de Christovão de Moura, que logo protestou contra ellá, em nome do rei catholico, ameaçando os compradores com os mais severos castigos. Foi o bastante para afugentar do mercado os que já calculavam os lucros do negocio.

Pouco depois receberam os embaixadores hespanhoes um correio expedido de Badajoz por Filippe II, para que avizassem os governadores de que não admittiria mais delongas, e que ía immediatamente dar as suas ultimas ordens ao duque d'Alba.

D. Christovão de Moura não perdeu um instante. Fallando aos governadores, em nome de seu amo, com a costumada sobranceria, carregou de sombrias côres o quadro dos castigos com que em breve o rei de Hespanha puniria os aggravos que lhe haviam sido feitos. Depois de insistir bastante nas ameaças, produzindo com ellas atemorisar o espirito dos governadores, que era esse o seu intento, humanisou um pouco a linguagem até ahi empregada, queixando-se das antiguidades dos amigos, mais generosos em palavras do que seguros nas obras; representou-lhes como similhante procedimento era apropriado a crear duvidas e suspeitas no animo do soberano, as quaes poderiam facilmente converter-se em fundo ressentimento; por ultimo, recordando aos governadores os embaraços que tinham procurado suscitar, tanto no reino, como nas côrtes estrangeiras, mostrou-lhes, que era opportunidade de seguirem abertamente a causa que sabia ser-lhes no intimo agradavel, desaggravando d'esse modo, a sua propria honra, e a d'elle, que tanto se empenhara em desvanecer as suspeitas do rei catholico, e affiançar-lhes a lealdade.

Respondeu por todos D. João de Mascarenhas, que não encontrou melhor desculpa, que o medo.

O aviltamento a que tinha descido este velho, que fôra um heroe, causa mais lastima do que indignação. Como lhe haviam de ser crueis as horas do isolamento, em que, só por só com a sua consciencia, se visse tão despresivel! Quanto essa consideração o pungia no intimo, claramente se conhece do segredo com que occultára de seu filho a nodoa da sua deshonra, e como implorava de Christovão de Moura que não fosse atacada a cidadella de que o moço era commandante, para o não fazerem passar por alguma vergonha!

Durou a conferencia duas horas; e relendo os procuradores, já com animo mais tranquillo, o papel que Moura lhes apresentára, concordaram todos que não poderia haver esperança de solução pacifica, se Portugal entendesse que el-rei de Hespanha exigia a corôa sem as condições que elle mesmo propozera. Deu-se e este respeito uma pequena controversia, em que o embaixador de Castella se houve com a maior habilidade, annuindo a que a proposta não fosse apresentada ao conselho do Estado, sem que de novo fosse consultado Filippe II sobre a opportunidade de se eliminar a clausula da obdiencia sem condições.

Communicando a seu amo o exito da conferencia, Moura mostrava-se satisfeito dos governadores, affirmando que era sincero o desejo d'elles de reunirem brevemente as côrtes. Mas o rei de Hespanha, desenganado já pela experiencia das côrtes antecedentes, não estava resolvido a confiar d'ellas a decisão da sua causa, já por saber quanto esta era antipathica á nação, já por não ter confiança alguma na força e auctoridade do governo para dirigir as eleições de modo, que os Estados se compozessem de parciaes seus.

Davam razão a estas aprehensões do suspeitoso monarcha as primeiras eleições dos procuradores, que recahiram em pessoas desafectas ao partido castelhano. Posteriormente, o suffragio não seguiu a mesma direcção, por que os emissarios hespanhoes, avisados pela contrariedade que a principio se manifestou, logo recorreram ao seu meio favorito, e sempre efficaz, a corrupção. Apesar de tudo Christovão de Moura olhava com indifferença para o movimento eleitoral, porque não tinham grande confiança de que os Estados chegassem sequer a reunir-se.

As suas previsões realisavam-se. Filippe mandava-lhe de Badajoz um protesto para ser entregue aos regentes, acrescentando que os embaixadores hespanhoes deveriam declarar-lhes que não podendo sua magestade aguardar por mais tempo a decisão d'elles, nem suspender a marcha dos exercitos, cumpria que sem a menor dilação o jurassem como seu legitimo rei; e se assim não procedessem entraria de sua auctoridade propria, para tomar a corôa que lhe pertencia, castigando os subditos rebeldes com as penas estabelecidas na legislação civil e ecclesiastica.

Não receberam os embaixadores este despacho em Almeirim, por que haviam deliberado accompanhar os regentes, os quaes, receosos da peste que invadira aquella villa, se retiraram para Salvaterra e d'ahi para Setubal.

Foi n'esta cidade que receberam o protesto do rei catholico, acompanhado da declaração de guerra, feita verbalmente por D. Christovão de Moura. O golpe, colhendo-os de subito, de tal modo lhes perturbou o espirito, que não atinavam no caminho a seguir. Mudavam a cada instante de resolução, e n'essas continuas hesitações lhes fugia o tempo.

No entretanto, alguns procuradores se tinham reunido em Santarem, onde o prior do Crato residia; Phebus Moniz, apesar de não haver sido eleito, apparecera entre elles, animando-os a resistirem á pretensão de Hespanha. Comprehendendo quanto era nociva á causa da independencia patria a desunião dos pretensores portuguezes, trabalhou para que se unissem, o que não poude conseguir pelo genio altivo, e ao mesmo tempo timorato, do duque de Bragança. Arrastado, a principio, pelo enthusiasmo patriotico do ardente tribuno, prometteu annuir á concordia; mas uma noite bastou para lhe mudar as intenções, e no dia immediato partiu para Setubal, onde teve de resignar-se a ouvir o desengano de D. João de Mascarenhas, que lhe aconselhava se submettesse, se não queria perder os bens e titulos de que gosava.

Havendo chegado ao conhecimento dos governadores a tentativa da reconciliação, procuravam tirar partido da rivalidade dos pretendentes, e lembraram a Filippe II a conveniencia de annuir á exigencia feita pelo duque de Bragança, nomeando-o general em chefe do exercito portuguez, com o fim de avivar a discordia entre os dois principes.

Agradeceu Filippe II aos governadores as suas boas intenções, mas declarou-lhes que reputaria como hostilidade similhante nomeação.

A marcha do exercito hespanhol proseguia, e os amedrontados governadores receando a ira do rei catholico pela sua constante indecisão e tibiesa, não temiam menos encontrar o castigo da sua traição em algum motim popular. Não era infundado este receio. O povo, sentindo-se debil para a lucta, sentia tambem, por isso mesmo, recrescer-lhe o odio contra o estrangeiro, e os portuguezes que lhe davam auxilio, atraiçoando a patria. Manifestava-se este odio em repetidos alvorotos, que deveras assustavam o governo; e o proprio D. Christovão de Moura, fallando desassombradamente a seu amo, não encubria o perigo de que, no momento da invasão, rebentassem tumultos nos quaes chegasse a correr algum risco a vida dos regentes, e mesmo a sua; encarava, porém, esse incidente com a maior tranquillidade, receando menos ver ameaçada a sua existencia, do que o extravio que poderia dar-se em alguns papeis importantes, que tinha em seu poder.

Desde que Filippe II se convenceu, que não era possivel obter por meios pacificos, como tanto desejava, a união das duas corôas, resolveu-se não adiar para mais tarde o recurso extremo das armas.

Poucos dias depois do duque d'Alba ter partido de Uzeda para Lerena, a 13 de março de 1580, sahia de Madrid com destino á fronteira portugueza o rei catholico, acompanhado de sua quarta esposa a rainha D. Anna, de seu filho primogenito D. Diogo, e da sua côrte. A 12 de maio fôra encontrar-se com elle, em Merida, o duque d'Alba, e a 21 do mesmo mez chegavam ambos a Badajoz. A 13 de junho reunia-se no campo de Cantilena, uma legua distante de Badajoz, o exercito destinado á conquista de Portugal, e ao qual o rei passou revista.

Descrevendo com a costumada animação do seu estilo este apparatoso espectaculo, Rebello da Silva conclue:

«Toda a infanteria dos cinco terços hespanhoes e das tres coronelias d'italianos e tudescos junta

não excedia dezoito mil e oitocentos soldados; poder desproporcionado para facção tão importante: e assim mesmo, muito diminuido depois com a gente que ficou presidiando as praças, com a que fugiu dos arraiaes antes de avistar o inimigo, e com a que servia nas galés do marquez de Santa Cruz.» [1]

O sr. Pinheiro Chagas accrescenta:

«Não era com effeito o exercito de Filippe II tão poderoso como parecia dever deduzir-se dos formidaveis preparativos que se tinham feito; e o modo como se fôra dissolvendo a hoste que se apercebera, bem revella os vicios que corroiam a administração da monarchia hespanhola e já então lhe prognosticavam a sua decadencia; mas superior ainda á corrupção e ao desleixo dos ministros hespanhoes era a gangrena incuravel de Portugal; e um exercito ainda inferior ao que se apresentára no campo de Cantillena e commandado por um general de menos reputação militar do que o duque d'Alba bastaria para dispersar as phalanges portuguezas, e para suffocar qualquer tentativa de resistencia.» [2]

Lancemos agora os olhos para o que se passava no reino nos primeiros momentos da invasão.

Ao aproximar-se das nossas fronteiras o exercito do duque d'Alba, D. Diogo de Menezes, fronteiro do Alemtejo, e que por muitas vezes havia sollicitado os indispensaveis meios de deffesa, sem que as suas reclamações fossem nunca attendidas, apparece inesperadamente em Setubal, pede audiencia dos governadores, e exprobando-lhes com justa colera o proposito indigno e traiçoeiro com que o expunham desamparado na fronteira, conclue por exigir dinheiro, soldados e munições.

Responderam-lhe os regentes, que nenhuma d'essas coisas lhe podiam dar. No entanto, chegavam más noticias d'Elvas, que agitavam profundamente os animos. Desde muito que a entrega d'essa praça estava planeada. D. Diogo de Menezes havia-a visitado, e faltando-lhe recursos para a guarnecer convenientemente retirou-se sem a deixar soccorrida. Desanimaram-se os habitantes com se verem assim expostos ao impeto dos inimigos, e não concorreram pouco para augmentar esse desanimo as suggestões do bispo d'aquella diocese, partidario decidido de Castella, como a grande maioria do alto clero. Intimada a praça para que se rendesse, pediu o corregedor Antonio de Mello oito dias para responder, confiando em que receberia soccorros de D. Diogo de Menezes, ao qual immediatamente participou o occorrido. Não havia ainda terminado esse praso quando D. Sancho d'Avila, marchando para ali com algumas companhias de arcabuzeiros montados, embuscou-se a pequena distancia da praça, esperando que lhe abrissem as portas. Os partidarios de Castella amotinaram o povo, tornando-se saliente um dominicano, fr. Vicente da Fonseca, que excitára a ira das turbas contra o corregedor, accusando-o de querer sacrificar os habitantes. Cresceu a sedição a ponto de quererem matar Antonio de Mello, o qual vendo a inutilidade da resistencia, e sabendo perfeitamente que se achava rodeado de traidores, entregou as chaves da cidade a D. Sancho d'Avila. Trezentos soldados portuguezes que vinham em soccorro da praça, tendo no caminho noticia do acontecido retrocederam para Extremoz.

Chegando a nova da traição a Setubal, convocou-se logo conselho de Estado, e deu-se mais attenção ás justas exigencias de D. Diogo de Menezes. Decidiu-se que partisse immediatamente, e se valesse, para as despezas de maior urgencia, dos vinte mil ducados que D. João Tello lhe enviára de Lisboa, e que mandasse buscar a artilheria que estava em Evora. O fronteiro do Alemtejo obedeceu, declarando, porém, que retiraria ainda mais depressa do que viera, se o não soccorressem.

Elle via claramente as difficuldades insuperaveis da missão que lhe incumbiram. Não lhe bastaria bater-se no campo com os inimigos, esse era o dever do seu officio, e o fronteiro sabia cumpril-o. Mas a lucta nas trevas com os traidores de que tinha a certeza que estava rodeado, faziam-o esmorecer. Descubrira em Elvas e Olivença uma correspondencia compromettedora entre algumas pessoas principaes e o corregedor de Badajoz; exigiu o general dos governadores que ao menos os chefes da conspiração fossem desterrados da villa: chegou a lavrar-se a ordem, porem, D. Christovão de Moura, instruido do que se passava, acudiu em defeza dos accusados, que

[1] *Hist. de Port. nos seculos XVII e XVIII*, tom. 2.º
[2] *Hist. de Port.*, tom. 5.º, pag. 74.

nada soffreram. Não era preciso mais nada para patentear ao capitão das tropas do Alemtejo a cumplicidade dos regentes com as traições que forçosamente annullariam todos os esforços da sua honrada dedicação.

Repetiram-se as scenas d'Elvas em Campo-Maior. O povo amotinado arrancava as chaves da mão do alcaide para as entregar aos hespanhoes. A Olivença tambem foi proposta a entrega, e o filho do conde de Tentugal, governador da praça, havia-se retirado antes da chegada do emissario hespanhol; não queriam os moradores resistir, mas repugnava-lhes serem os primeiros a obedecer. Apontaram-lhes para o exemplo d'Elvas e cederam. Outros logares e fortalezas do Alemtejo, Arronches, Serpa, Moura e Portalegre submetteram-se tambem sem resistencia.

Mas não era só ali que o partido castelhano podia contar com os auxilios da traição. D. Christovão de Moura agradecia, em nome de seu amo, a D. Antonio de Castro, senhor de Cascaes, a boa vontade que mostrára, promettendo entregar-lhe a terra de que era donatario.

Em Lisboa o jurisconsulto Rodrigo Vasques d'Arze trabalhava por convencer os magistrados e cidadãos influentes, para que se declarassem por Filippe II; assim o prometteram fazer alguns vereadores e os mesteres, logo que lhes fosse insinuado pelos regentes; porem D. Christovão de Moura, um pouco desconfiado das promessas verbaes, lastimava que não tivesse sido exigida por escripto.

Alem da corrupção, e como necessaria consequencia d'ella, auxiliavam ainda a causa do estrangeiro o desalento, que paralisava a acção dos homens de valor e a anarchia, que tumultuava nas praças com a gentalha.

Quando mais se tornavam precisos os sacrificios voluntarios, a indifferença dos abastados deixava o paiz sem defeza, falto d'armas e de soldados.

A furia dos partidos, exacerbando as paixões, tornava impossivel a administração da justiça. As leis eram impunemente desobedecidas; e os magistrados fechavam os olhos aos crimes praticados, muitas vezes, em pleno dia e logares mais publicos, porque temiam, se castigassem, atrahir sobre si a vingança dos delinquentes.

Em taes circumstancias, e com tão excellente disposição dos animos, a espada gloriosa do duque d'Alba facilmente conquistaria as honras do triumpho, sem os trabalhos e perigos da lucta.

CAPITULO V

Acclamação tumultuaria do prior do Crato em Santarem.—Acclamação em Lisboa. —Sublevação a favor de D. Antonio em Setubal; fuga dos governadores.—Retiram-se do reino os embaixadores hespanhoes.—Villa-Viçosa e outras terras importantes do Alemtejo entregam-se sem resistencia ao duque d'Alba.—Tomada de Setubal pelo exercito hespanhol.—Batalha de Alcantara e entrada do duque d'Alba em Lisboa.—O Porto e outras povoações do norte do reino tomam voz por D. Antonio.—Illudindo a vigilancia dos seus perseguidores o prior do Crato consegue evadir-se para França.

Á noticia de que o exercito hespanhol ia abrir campanha seguiu-se, quasi sem intervallo, a da entrega d'Elvas e Olivença. Succedeu ao terror, que primeiro se espalhára por todo o paiz, um brado unanime da indignação, pela venalidade e covardia, que taes successos punham tanto em evidencia. Em Santarem, onde o prior do Crato residia, e onde trabalhava activamente na sua causa, aproveitando-se de todas as circumstancias que o podessem favorecer, espalhou-se ao mesmo tempo o boato de que o duque d'Alba, internando-se no paiz, sem encontrar grandes resistencias, brevemente chegaria defronte d'aquella villa, para atravessar o Tejo. Seria este plano realmente feito em Badajoz, ou forjado em Santarem, pelos parciaes de D. Antonio? Qualquer das hypotheses é plausivel, mas nenhuma se pode assegurar com certesa, emquanto não apparecer documento que sirva de prova á affirmativa. O certo é, que foi suggerida a idéa de levantar uma nova fortalesa para deffender a villa. Com esse fim convocou o bispo da Guarda a gente da nobresa, clero e povo da terra e visinhanças, bem como os magistrados; lembrando a eminencia do perigo, e a urgencia da medida que se propunha, conseguiu que por unanimidade fosse resolvida uma nova reunião para o dia seguinte, em que se elegesse a junta para se occupar da obra, e

cuidar dos meios necessarios para ella se concluir com brevidade.

Esta decisão, habilmente preparada pelo bispo da Guarda, de combinação com o prior do Crato, era de summa importancia para o designio que elle tinha formado. Manda logo aviso a todos os seus parciaes para que não faltem no dia immediato, 19 de junho, com gente de sua confiança, na ermida dos Apostolos, onde tinha de effectuar-se a reunião, e proxima da qual deveria edificar-se a nova fortalesa.

Á hora convencionada começou o bispo da Guarda por celebrar missa, invocando o auxilio do Espirito Santo; concluida a ceremonia, fez o prelado uma exortação aos assistentes, deplorando o desamparo do reino, que brevemente seria calcado pelo estrangeiro, por falta de chefes que se oppozessem á sua marcha triumphal.

Foi recebida com applausos calorosos a pratica do prelado, sendo dos mais enthusiastas os que estavam no segredo da conjuração, e que desde logo começaram dizendo que era inspiração divina, e que só D. Antonio poderia acudir em defesa do reino. Contra estas vozes se levantaram outras, bradando que similhante acclamação era illegal; deu-se grande tumulto, e a plebe exaltada ameaçava de morte os que d'este modo transtornavam o plano do pretendente. No auge da confusão, a voz poderosa de um mecanico de Villa Franca, dominando o alarido, grita: «real, real, por D. Antonio rei de Portugal,» e agita no ar uma espada nua á ponta da qual havia atado um lenço. O alcaide e o corregedor, tentando suffocar a revolta, dão voz de preso ao audacioso operario, em defesa do qual acodem os populares; trava-se desordem, que teria decerto graves consequencias, se não apparecesse, como *Deus ex machina,* o prior, acalmando os animos e dizendo em alta voz «Rei não: Defensor, só defensor.»

Acclamam-o as turbas, com tão doido enthusiasmo, que decerto seria esmagado nas encontradas ondas da multidão, se lhe não acudisse o bispo da Guarda, que o levantou do chão, onde o encontrou cahido, e o levou para a egreja, mandando fechar as portas.

No mesmo asylo se tinha refugiado o corregedor; e o povo, temendo lhe escapasse aquella victima, amotinava-se cá fóra, cada vez mais embravecido, chegando a arremetter contra as portas do templo, decidido a arrombal-as. O prior, que havia sahido por outro lado, volta novamente ao logar do motim, onde apparece a cavallo, com uma guarda de quarenta arcabuzeiros, e trazendo a seu lado o provedor-mór da villa, Manuel da Silva Bruges.

Dirigiu-se D. Antonio, acompanhado pelo povo, que o victoriava enthusiasticamente, ao logar onde tinha de levantar-se o novo forte, e ahi lançou a primeira pedra dos fundamentos. Emquanto a multidão se achava distrahida com esta nova scena, sahia furtivamente da egreja, e escapava-se da villa, o alcaide D. Pedro Coutinho.

Concluido aquelle acto, voltou o prior a Santarem, sempre no meio das ovações tumultuarias da plebe, acompanhado de alguns fidalgos e cavalleiros que o seguiam a pé, em signal de respeito, e precedido pelo provedor, que desempenhava, com a possivel seriedade, o logar de alferes-mór. Foi o novo soberano recebido com as devidas honras na egreja matriz, onde entrou a fazer oração, depois da qual se dirigiu ao castello, exigindo que lhe entregassem as chaves. A leve resistencia que se lhe oppôz cedeu facilmente ao impeto da multidão, que arrombou as portas. Ao mesmo tempo que tomava posse da fortaleza, apoderava-se de quatro mil ducados que o alcaide ali deixára, ou por esquecimento, ou por que a rapidez da fuga lhe não désse occasião a lançar mão d'elles. Foi depois aos paços do concelho, onde prestou juramento ás leis do reino, sem que estivessem presentes a esta solemnidade os vereadores, nenhum dos quaes compareceu.

«Esta acclamação, diz o sr. Pinheiro Chagas, foi puramente tumultuaria, e não seria difficil contestar a legalidade da eleição. Mas em tempos assim revoltos é a espada a verdadeira legitimadora dos reis, a fortuna das armas é que sagra os seus direitos, e se a victoria houvesse sorrido a D. Antonio nos barrancos d'Alcantara, a sua acclamação seria tão legitima, como foi depois de Montijo a de D. João IV.» [1]

Tomando conselho do bispo da Guarda, de Manuel da Silva Coutinho, Manuel Pereira, D. Luiz de Portugal, e mais alguns poucos fidalgos seus

[1] *Hist. de Port.,* tomo 5.º pag. 75.

partidarios, deliberou-se o prior a partir para Lisboa, o que effectuou na tarde de 22 de junho, acompanhado de alguma infanteria e cento e cincoenta cavallos. Juntaram-se-lhes pelo caminho algumas forças de milicias, e a sua marcha triumphal apenas foi assombrada por um incidente que se deu em Sacavem, onde um fidalgo que lhe beijava, de joelhos, a mão, cahiu repentinamente morto, ferido por uma balla, que nunca se descobriu quem a disparou.

No dia 23 de junho entrava em Lisboa, entre as ovações clamorosas da plebe. As classes abastadas e os fidalgos, temendo, talvez, os excessos da populaça, e as auctoridades, sentindo que não teriam força para fazer respeitar o poder, de que eram depositarias, haviam-se retirado da cidade. Olhando com a indifferença propria da sua leviandade esta demonstração pouco tranquillisadora, o novo monarcha dirigiu-se á Sé, onde, como de estylo, fez a sua oração, e d'ahi foi para os paços da Ribeira. Tomou conta dos armazens, alfandega e casa da India; nomeou auctoridades novas, e por ultimo, entrou na casa da camara, para se fazer acclamar com a devida solemnidade. Começou esta por um discurso pronunciado, no meio de ruidosos applausos, pelo advogado Manuel da Fonseca Nobrega, e concluiu assomando este á janella da camara, com o estandarte da cidade, e dando voz por D. Antonio, rei de Portugal. Terminada a cerimonia recolheu novamente D. Antonio aos paços da Ribeira, onde escreveu aos principaes fidalgos, sem exceptuar o duque de Bragança, convidando-os a que auxiliassem a sua causa. Ninguem respondeu. No dia immediato partia para Setubal o conde de Vimioso, como emissario do prior, a fim de intimar os governadores para que o reconhecessem como rei.

Lancemos agora uma vista d'olhos aos sucessos que se deram em Setubal, no mesmo tempo que se passava o que acabamos de narrar.

D. Pedro Coutinho, o alcaide de Santarem, escapando-se da villa, como dissemos, partiu immediatamente para Setubal, a fim de avisar os regentes. A noticia surprehendeu-os e desnorteou-os. Não sabendo o que fazer para atalhar a revolta, que tanto os assustára, pediram conselho a Christovão de Moura. Não se atreveram, porem, a seguir as indicações d'elle, que eram mandar immediatamente um manifesto a todas as cidades e villas do reino, declarando Filippe II unico soberano legitimo.

Elles tinham medo, e o que desejavam era porem-se a salvo, junto do exercito do rei catholico. Mas este expediente não convinha de modo algum ao embaixador hespanhol, por que temia, e com razão, que ficando o reino sem governo, a rebellião, favorecida pela anarchia, tomasse proporções assustadoras. Excitando os governadores a que tratassem sem perda de tempo da defesa de Lisboa, pois era muito provavel que o pretendente se dirigisse para ali, como effectivamente fez, expedia ao mesmo tempo um correio a seu amo, dando-lhe conta do successo, e representando-lhe que o unico meio de atalhar o perigo seria mandar ás aguas do Sado a armada do marquez de Santa Cruz.

Os quatro governadores que se achavam em Setubal escreveram ao seu collega D. João Tello, (a que, como já dissemos em outro logar, haviam affastado do governo, sob pretexto de cuidar na defesa de Lisboa) e a D. Pedro da Cunha, capitão das galés, para que se oppozessem á entrada de D. Antonio na capital. Nem um nem outro eram afeiçoados a Castella, e portanto não fizeram grande caso das ordens do governo.

No dia seguinte ao da entrada do prior appareciam em Setubal, dizendo-se fugidos de Lisboa, D. João Tello, Diogo Lopes de Sequeira, Martim Gonçalves da Camara e outros fidalgos. Christovão de Moura instou com os governadores para que mandassem prender D. João Tello; era esse effectivamente o desejo d'elles, mas sentiam que não tinham força para tomar similhante medida, e que nenhum outro resultado tirariam d'esse acto senão apressar a sublevação, de que já se viam em roda de si ameaçados.

A difficil situação em que se achavam peorou ainda com a chegada do conde de Vimioso, ao qual, depois de muitas hesitações, e de vivamente apertados pelas instancias do valido castelhano, se decidiram a mandar prender.

O resultado da diligencia provou que não era infundado o medo dos regentes. Mandaram occupar as portas da cidade por arcabuzeiros, com intento de impedirem a sahida do conde; mas o povo, instigado pelos que se diziam fugitivos de Lisboa e pelo proprio conde, sublevou-se, sem

que os governadores podessem contar nem com a defesa da sua propria guarda. Cheios de terror decidiram fugir para o Algarve, apesar das exprobações de Christovão de Moura, que não corria menos risco do que elles, mas que se mostrava intrepido no perigo. Apenas poude conseguir que se não retirassem para tão longe, e se resolvessem a ficar em Montemór-o-Novo, onde elle os acompanharia. Não lhes deixou, porem, cumprir a sua promessa um acontecimento inesperado. Parece que os preparativos da fuga se não fizeram com as devidas precauções, e d'ahi resultou espalhar-se no publico o boato da retirada dos regentes. Accode a casa d'elles grande multidão de povo, arromba as portas e só lhes poupa a vida quando elles, pallidos de medo, juram, tremendo, que não tinham tenção de desertar do seu posto. Na madrugada achava-se completamente restabelecido o socego; á voseria das turbas succedera o mais profundo silencio; approveitaram os regentes a occasião (excepto o arcebispo de Lisboa, que se deu por demittido) para se refugiarem a bordo de uma caravella, navegando para o Algarve.

Quando se espalhou na cidade similhante noticia recrudesceu a agitação, mas a onda popular dirigia-se d'esta vez a casa do embaixador hespanhol, a quem a turba amotinada não poupou injurias, e a quem não pouparia maus tratos, se não fosse a corajosa altivez com que o valido de Filippe II ameaçava com a vingança do rei catholico os insultadores do representante de Hespanha. Valeu-lhe tambem a protecção do conde de Vimioso, que aproveitou n'este lance o predominio que exercia sobre as turbas, para as convencer a que retirassem. Moura, narrando pouco depois a seu amo os successos do dia, affirma que lhe custaria menos a morte do que similhante protecção.

Instruido de que os governadores haviam fugido, e com elles os principaes fidalgos partidarios de Filippe II, entendeu Christovão de Moura que a sua permanencia ali era uma temeridade inutil. Dirigiu-se, pois, com o duque de Ossuna para Alcacer, onde pouco se poderam demorar, por que o povo amotinado os expulsou; no dia seguinte, 28, alojando-se na albergaria da ermida de S. Thiago, mandaram os seus creados preparar-lhes aposentadoria em Montemór, mas o povo não consentiu sequer que os creados entrassem na villa.

Resolveram-se pois os embaixadores a esperarem na albergaria de S. Thiago as instrucções da sua côrte, que já haviam pedido de Alcacer, e que effectivamente se não demoraram. Determinava-lhes Filippe II, que, considerando rotas todas as negociações, se recolhessem ao acampamento do duque d'Alba, a quem de tudo informariam vocalmente, recommendando-lhe os portuguezes dignos de confiança.

Iam romper definitivamente as hostilidades, e a esse tempo já o duque de Bragança havia escripto ao rei catholico, para se unir com elle contra D. Antonio, tendo declarado a D. João de Mascarenhas que a victoria do bastardo seria a maior das affrontas para o seu nome e os seus direitos!

Este facto explica um pouco o modo quasi miraculoso por que foi tomada Villa Viçosa, solar da casa de Bragança, e que apesar de bem guarnecida de artilheria, e bem municiada, podendo sustentar um longo assedio, rendeu-se a trezentos soldados de infanteria e quinhentos de cavallaria, sem que houvesse mortos nem feridos, de nenhum dos lados, por que nem sequer chegou a disparar-se um tiro.

Foi o caso. O capitão Cisneros, emissario de Christovão de Moura, alcançou que um morador da villa, seu compatriota, se promptificasse a introduzir de noite as tropas hespanholas, logo que estas se apresentassem.

No dia 21 de junho sahiu de Badajoz, com a força que deixamos indicada, D. Sancho d'Avila, seguindo a estrada de Estremoz, para fazer presumir que se destinava a atacar esta praça. Ao escurecer mudou a direcção da marcha, e apresentou-se diante de Villa Viçosa, onde Juan Martines, o morador a que alludiamos, já prevenido da visita, os esperava no lanço da muralha mais apropiada para se encostarem as escadas por onde os invasores teriam de subir. A guarnição dormia tranquilla; nem uma sentinella em todo o ambito dos muros; o que permittiu aos soldados hespanhoes entrarem muito a salvo, e com a maior commodidade. O alcaide acordou estremunhado com o barulho que elles faziam, forçando-lhe as portas do quarto.

Ergueu-se apressado, e dando de rosto com os arcabuzeiros de D. Sancho d'Avila, perguntou-

lhes por onde tinham entrado: passou pelo desgosto de não lhe satisfazerem a curiosidade com a promptidão que elle desejava, redarguindo a soldadesca, entre risadas, que mais tarde saberia como isso foi, e que no momento cuidasse de entregar as chaves do castello com a maior brevidade possivel. Promptamente as entregou, sem mais reflexões, nem perguntas impertinentes. O bom homem!

«Os vencedores, diz um historiador moderno, encontraram dentro muita artilheria, trezentos corsoletes, arcabuzes, viveres, polvora e munições em abundancia; e apesar dos duques terem mandado trazer para Almeirim as preciosidades de maior estimação, que por antigo costume se arrecadavam n'este castello, ainda descobriram nove caixas de porcelanas da India, muitas arcas de roupas brancas de grande preço, e varios moveis ricos, que o mestre de campo mandou inventariar e pôr a bom recado, temendo a cubiça dos soldados.

«Os moradores da villa acclamaram o rei catholico sem a menor hesitação; e quando o sol inundou de luz aquellas risonhas campinas os seus raios já saudavam hasteados nas torres da fortalesa rendida os pendões de Filippe II, mais venturoso do que guerreiro n'esta empreza.» [1]

Realisára-se a entrega de Villa Viçosa em 21 de junho, como dissemos, e já no dia primeiro do mez seguinte acampára proximo de Estremoz o exercito do duque d'Alba. Do seu acampamento escreveu o general hespanhol ao alcaide D. João d'Azevedo, filho do almirante de Portugal, pedindo-lhe que entregasse a villa e o castello. Nem as instancias de D. Alvaro de Lima, nem as do proprio Christovão de Moura, que era deveras affeiçoado ao moço fidalgo, poderam resolver este a um acto de covardia. Ao mesmo tempo que os amigos de D. João d'Azevedo e os parciaes de Castella procuravam persuadil-o a render-se, tomava o duque d'Alba as necessarias disposições militares. Fratin e Antoneli, os dois melhores engenheiros do exercito começaram a levantar as baterias. Não fez esse apparato sossobrar o animo do brioso mancebo, que, longe de esmorecer, tratou, pelo contrario, de se prevenir melhor para a defesa, da qual só desistiu quando se viu completamente abandonado.

D. João Maldonado, capitão das guardas do duque entrava na villa, e acompanhado de alguns vereadores fez lançar pregão contra os que não sahissem immediatamente da fortalesa. Os soldados, aterrados com a vista das tropas inimigas formadas em batalha, e dos canhões já assestados, desertaram uns, saltando pelas muralhas, insobordinaram-se outros, protestando que se não bateriam.

Pretendeu então o alcaide tratar com o general inimigo, que se recusou a negociações, e que mesmo não o quiz ver quando pretenderam leval-o preso á sua presença. Mandou-o encarcerar no castello de Villa Viçosa até expiar no cadafalso a culpa da sua lealdade. Felizmente a intercessão do provincial dos dominicos, e a influencia de Christovam de Moura salvaram a vida do brioso fidalgo, e pouparam mais essa ignominia ao general de Filippe II.

Confiando a guarda do castello de Extremoz a Simão de Sousa, sobrinho de Christovão de Moura, continuou o duque d'Alba a sua marcha, atravessando algumas povoações abertas, que se entregaram sem difficuldade. A 8 de junho estava diante de Monte-Mór, que, havendo sido dias antes abandonado, abriu as portas sem a mais leve resistencia. Pouco depois, Alcacer do Sal, intimada pelo capitão Lima da Costa, seguido da sua companhia de arcabuzeiros de cavallo, cedeu a prestar o juramento que lhe exigiam. Desde Elvas até Setubal, em cujas proximidades alguma tropa que seguia a parcialidade de D. Antonio travou uma pequena escaramuça com o exercito hespanhol, bastou a este uma marcha triumphal de doze dias, em que não teve de queimar uma escorva, para se assenhorear de tão largo trato de territorio! Só em Setubal é que se ouviram os primeiros tiros. Antes de narrar-mos o que ahi succedeu lançemos uma vista d'olhos ao que, no mesmo tempo, se passava no Algarve.

No dia 7 de julho sahia da bahia de Cadiz a esquadra de que era almirante o marquez de Santa Cruz, e que se compunha de setenta e duas galés, quarenta naus e trinta chalupas e caravellas. Dividia-se em tres esquadrilhas, a primeira das quaes era commandada por D. Francisco de

[1] Rebello da Silva, *Hist. de Port. nos seculos XVII e XVIII* tomo 2.º pag. 432 e 433.

Benevides, a segunda pelo conde de Villasorres e a terceira por D. Francisco Colona. No dia 9 chegou a Ayamonte, onde estavam varios fidalgos hespanhoes e os tres governadores fugidos de Setubal, e bem assim os fidalgos portuguezes que os tinham acompanhado na fuga.

A este tempo já Castro-Marim e Tavira tinham acclamado o rei catholico. D. Duarte de Menezes, governador do Algarve, demorou a entrega de Faro apenas o tempo necessario para se fazer um pouco rogado de D. Alvaro de Bazan e de D. Antonio de Castro, senhor de Cascaes.

Villa Nova de Portimão estava bem artilhada e municiada; podia disputar a victoria; quiz antes entregar-se implorando a protecção do marquez de Santa Cruz, para que o filho de Carlos v ampliasse a antiga carta das honras e privilegios da terra. Lagos imitou o exemplo. Sagres entregou voluntariamente as chaves, e o mesmo fez o castello erguido no cabo de S. Vicente.

Depois de se haver senhoreado de todo o Algarve, sem nunca ter o incommodo, nem uma vez só de lançar a mão ao punho da espada, o almirante castelhano, deixando ali oito galés para guarda costa, largou vellas para Setubal, onde os repetidos avisos do capitão general o chamavam.

Effectivamente concentrava-se ali a resistencia das tropas do prior do Crato. Não promettia, porém, ser muito dilatada, porque a desordem do governo de D. Antonio annullava todos os esforços dos seus mais dedicados partidarios, accumulando em volta do seu throno vacillante inimizades e embaraços.

Rodeado de famintos pouco escrupulosos, que só tratavam de locupletar-se, fazendo reverter em proveito proprio boa parte das sommas destinadas para as despezas da guerra, via-se frequentemente embaraçado com a falta de recursos. Para os obter lançava mão de todos os meios, ainda d'aquelles que mais deveriam prejudicar a sua causa.

«Os pedidos forçados repetiam-se a cada momento, diz o sr. Pinheiro Chagas, e os negociantes que não queriam, ou não podiam, pagar as quantias exigidas eram presos e maltratados; não se lhes permittia sequer que sahissem de Lisboa, temendo-se que fugissem ás exacções dos agentes de D. Antonio.

«Os confiscos amiudavam-se contra todos os cidadãos opulentos, a quem um inimigo accusava de parciaes de Castella; reclamavam-se á força as sommas devidas ao thesouro, embora o devedor fosse por este lado credor das fazendas publicas; ao mesmo tempo não se pagava aos servidores do Estado; os habitos das ordens militares, tão respeitados ainda n'essa época, vendiam-se quasi descaradamente.

«A necessidade urgente desculpa muitas coisas, sabemos, e em occasião de apuro não se pode respeitar a estricta legalidade; mas quando é forçoso empregar a violencia para se cobrarem estes recursos extremos, quando os collectados se não prestam de bom grado ao sacrificio, pode-se pensar que está perdida a causa, que só pode triumphar pela vontade unanime de todos, e estas exações não fazem senão macular, sem proveito, a memoria de quem as exerce. No tempo de D. João I era tal o enthusiasmo com que os populares o seguiam, que traziam penduradas ao pescoço, como talismans, as moedas furtadas no peso que o defensor mandára lavrar para acudir ás urgencias da situação.

«Não pararam n'estas exacções as violentas medidas de D. Antonio. Tirou do regio thesouro os diamantes da corôa, gastou as sommas destinadas para resgate dos prisioneiros de Alcacer-Kibir, confiscou a prata das egrejas e as quantias depositadas nos mosteiros. Ainda se a mais severa probidade presidisse a estes actos! Mas não eram limpos de mãos os seguidores de D. Antonio e os roubos praticavam-se impunemente. Entre outras preciosidades que desappareceram cita o sr. Rebello da Silva uns soberbos jaezes, cravejados de pedras preciosas, opulenta dadiva de um dos regulos orientaes.

«Em tudo se manifestava a má vontade com que a nação seguia, profundamente desalentada, as bandeiras do prior do Crato. Ninguem se alistava voluntariamente, a não serem os homens da infima plebe, e muitas vezes malfeitores. Quiz fortificar a margem direita do Tejo e não encontrou engenheiros habilitados. Vendo-se desamparado pela parte sã da população, viu-se obrigado a lançar-se nos braços da escoria do paiz, e, como era impossivel manter a ordem n'esses bandos tumultuarios da plebe, dentro em pouco a mais terrivel anarchia dilacerou a capital. Sa-

bemos que D. Antonio commetteu erros, e erros graves, e que o seu caracter estava longe de ser nobre; mas não devemos attribuir principalmente a culpa do que se passava á inqualificavel indifferença das classes mais illustradas, que não faziam calar, no momento do perigo, os seus escrupulos e antipathias, para se agruparem em torno do homem, que por fim de contas representava a independencia nacional?

«Lisboa estava sendo theatro das scenas mais desagradaveis. D. Antonio, querendo augmentar o numero dos seus soldados, revogou a lei que prohibia aos escravos usarem armas, e essa turba, liberta de subito, correu pelas ruas da cidade, tomando armas e cavallos, onde quer que os aprehendiam, e praticando violencias que ninguem tinha forças para reprimir.

«Os frades sahiam dos conventos, e, armando-se tambem, e formando batalhões que apresentavam um aspecto ridiculo e escandaloso, como succedia ao mesmo tempo em França com a Liga catholica, contribuiam para que Lisboa tivesse um caracter pittoresco talvez, mas decerto pouco tranquillisador. Os estrangeiros não encontravam segurança, e os homens pacatos, indicados por qualquer motivo ás vinganças da plebe, eram assassinados sem que lhes podessem valer as auctoridades, que nenhuma força conservavam.

«A anarchia que reinava nas praças publicas reinava tambem nos conselhos do governo. O bispo da Guarda, o conde de Vimioso, D. Manuel de Portugal, D. Duarte de Castro e Diogo Botelho estavam raras vezes d'accordo entre si, e as medidas que tomavam ressentiam-se sempre das incertezas e fluctuações da deliberação.» [1]

Se os conselheiros do pretendente eram hesitantes e irresolutos, elle, por sua parte, aggravava ainda esse mal com a incapacidade propria.

Já referimos a sublevação de Setubal e a fuga dos tres governadores vendidos a Felippe II. Poucos dias depois d'aquelle successo fazia D. Antonio a sua entrada solemne na villa, sendo recebido pelas auctoridades debaixo do pallio, e pelos moradores com as mais enthusiasticas demonstrações de jubilo, que se prolongaram por todo o tempo que o novo monarcha ali se demorou, sendo, todavia, cortadas com frequencia pelas noticias do rapido progresso do exercito hespanhol.

Consultado o voto dos seus conselheiros, dividiram-se as opiniões: queriam uns que se concentrassem ali as tropas para a resistencia; opinavam outros pela volta para Lisboa, d'onde seria facil soccorrer a villa, cuja guarnição era bastante para demorar o inimigo emquanto na capital se organisavam melhor as forças. Prevaleceu este ultimo alvitre.

Cumpre advertir que a insurreição de Setubal não foi para D. Antonio menos proveitosa que a de Santarem. Mal se espalhou a noticia da fuga dos governadores logo algumas terras das principaes se pronunciaram abertamente pelo filho do infante D. Luiz. Coimbra foi uma das primeiras; e logo após Bragança, Villa-Real e Tentugal. Porto e Braga não disfarçavam o desejo de se unirem ao partido do prior, embora aquella fosse contida pelos magistrados, e esta pelas diligencias do arcebispo D. fr. Bartholomeu dos Martyres. Cascaes tambem tomou voz pelo pertendente, e com ella algumas outras povoações das margens do Tejo.

A fortaleza de S. Julião, cuja situação, na entrada da barra de Lisboa, tornavam a sua acquisição da maior importancia, essa foi vendida ao prior, pelo governador Tristão Vaz da Veiga, a troco de uma renda annual de quatro mil ducados.

Não pode negar-se que fez bom negocio D. Antonio; mas é para extranhar a sua imprudencia de continuar confiando a guarda da fortaleza a homem de tão facil consciencia, sabendo que o seu adversario podia cobrir o lanço, e que decerto não seria repellido.

Se por um lado a insurreição de Setubal acordou o sentimento patriotico de muitas povoações, por outro lado o golpe despedido pelos governadores, que já tinham passado de Ayamonte para Castro-Marim, fez desviar os tibios e indifferentes que já principiavam a inclinar-se para o bastardo, e auctorisou muitos partidarios occultos de Castella a manifestarem claramente a sua adhesão.

Protegido pelas armas do rei catholico, D. João de Mascarenhas e os seus dois collegas Francisco de Sá e Diogo Lopes de Sousa, expediram um

[1] *Hist. de Port.*, tomo 5.º pag. 80 e 81.

alvará de sentença, datado de 17 de julho de 1580, no qual depois de fazerem, a seu modo, uma narrativa dos successos mais importantes desde o fallecimento do cardeal, concluiam por declarar D. Filippe rei e senhor natural de Portugal; o que notificaram aos titulares e grandes do reino, prelados, regedores de justiça, alcaides de castellos e fortalesas, e ás cidades, villas e logares, para que o reconhecessem e lhe obedecessem como soberano, ficando tidos por desleaes e rebeldes os que não dessem cumprimento áquelle alvará, desde o dia em que tivessem d'elle conhecimento.

Como dissemos, o exercito hespanhol atravessára o Alemtejo sem gastar uma escorva, e assentava arraiaes proximo de Setubal, que se preparava para resistir; comtudo, essa resistencia nem podia ser demorada, nem foi vigorosa. Ainda o duque d'Alba não tinha começado a assestar a artilheria, logo se lhe apresentou um aventureiro inglez, promettendo entregar a villa no dia seguinte se lhe fosse assegurada, e aos seus, a vida e o que possuiam; a resposta foi que sim, mas com a condição de ser antes do sol posto, porque depois já não admittia capitulação, e seriam os habitantes passados a fio de espada.

Principiou o trabalho das trincheiras, e de parte a parte se trocaram descargas de fusilaria, havendo, dè ambos os lados, alguns mortos e feridos. Quando sobreveio a noite foi Simão de Miranda, partidario de Filippe II, com dois vereadores, implorar a clemencia do duque d'Alba, affiançando-lhe que só alguns populares e dois regimentos de estrangeiros eram a causa da resistencia; mas que a villa capitularia logo que estes embarcassem. Respondeu o duque que fizessem o que quizessem, e só os advertia de que tinha pressa. No dia seguinte o mesmo Simão de Miranda tentou convencer as turbas da inutilidade da resistencia; pagou caro o arrojo, porque foi lançado ao mar, e só muito a custo poude salvar-se no escaler de um dos galeões fundeados no porto.

Em quanto o povo se divertia com esta execução, alguem abria a porta da villa ás tropas hespanholas, que a pozeram a saque.

No entanto a fortaleza que fechava a entrada da barra, e que era auxiliada por dois galeões e uma urca, promettia resistencia energica; Mendo da Motta, que a defendia, mostrava-se tão inacessivel ás seducções, como ás ameaças. Esta contrariedade impacientava o general castelhano, e causava grave prejuizo ao seu plano, porque lhe era impossivel receber auxilio da esquadra, emquanto não destruisse aquelle obstaculo. A fortuna, que desde o principio da campanha se lhe mostrára tão favoravel, ainda d'esta vez o auxiliou. Um dos galeões que guarneciam a fortalesa, mal avistou ao largo a esquadra do marquez de Santa Cruz, picou as amarras e desertou para o inimigo; Mendo da Motta mandou fazer fogo ao desertor, mas os dois outros navios, cedendo ao medo, procuraram fugir, e foram aprisionados fora da barra.

Cercada por terra e mar, a fortalesa não podia deixar dè render-se, mas a bravura do commandante foi devidamente apreciada pelo inimigo, que permittiu a Mendo da Motta sahir livremente com os soldados que lhe restavam.

Rendida Setubal, Palmella e outras terras da margem sul do Tejo não esperaram sequer o ataque; entregaram-se immediatamente.

A noticia d'estes successos causou grande terror em Lisboa. O medo avultava o perigo. Correu de noite o boato de que os hespanhoes entravam na cidade; e emquanto os cidadãos pacificos procuravam fugir, sem saber para onde, a plebe desenfreada assassinava as pessoas inermes, vociferando contra suppostas traições. Fôra rebate falso; não era o exercito inimigo que batia ás portas da cidade, mas apenas algumas partidas de cavallaria que talavam os campos de Almada. Mandou contra ellas D. Antonio uma companhia de escravos negros, que voltando para Lisboa escarmentados ainda mais augmentaram o panico e a anarchia.

No dia 27 de julho desembarcavam em Cascaes seis mil soldados hespanhoes, que haviam sido transportados pela esquadra do marquez de Santa Cruz, a qual viu fugir a galope a cavallaria portugueza, ás primeiras descargas dos seus canhões, a que não respondeu um unico tiro de peça. A infanteria, em vez de procurar impedir o desembarque esperou ser atacada em boa ordem para se refugiar desordenadamente na villa, que foi invadida á traição, depois de duas horas de fogo. O velho D. Diogo de Menezes, preso logo

á entrada dos invasores, subiu poucos dias depois ao cadafalso, onde foi decapitado, por ordem do duque d'Alba. Esta infamia do general castelhano, longe de excitar a indignação e augmentar a resistencia, produziu simplesmente medo.

D. Antonio, decidido a arriscar tudo em um lance decisivo, nomeou general o conde de Vimioso, em substituição de D. Diogo de Menezes, e desenvolveu prodigiosa actividade para reunir o maior numero de forças possivel, afim de cortar o passo ao inimigo. Á custa de inauditos esforços e até de rudes violencias conseguiu juntar uns dez ou doze mil homens, grande numero dos quaes sem armas, bisonhos, indisciplinados, e commandados por officiaes ignorantes dos principios mais rudimentares da arte militar.

Emquanto o pretendente se preparava para a lucta, arcando com as maiores difficuldades, o duque d'Alba, menos apressado agora, estabelecia o seu quartel general em Oeiras, mandando investir a fortalesa de S. Julião da Barra, que ainda estava sob commando de Tristão Vaz da Veiga, com quem o duque, ao mesmo tempo que continuava o assedio, conseguiu entabolar negociações secretas. O resultado d'estas foi a venda da fortaleza pela renda annual de tres mil cruzados e a villa de Machico na ilha da Madeira.

Assim que foi hasteada nas ameias de S. Julião a bandeira hespanhola, a guarnição da torre que hoje se chama do Bugio retirou para Lisboa e entraram no Tejo sessenta navios inimigos.

Todas estas occorrencias, succedendo-se rapidas, desanimaram D. Antonio, que já pouco antes havia tentado renovar negociações com D. Filippe, e que ainda mais uma vez fazia agora igual tentativa. O duque d'Alba, porem, a quem taes negociações não convinham, porque desejava captar a benevolencia do soberano, conquistando-lhe a corôa que tanto ambicionava, tratou grosseiramente o filho do infante D. Luiz.

Seguindo o conselho de Sforza Orsini, aventureiro italiano, official intelligente e experimentado no officio da guerra, D. Antonio collocára o seu exercito em excellente posição na margem esquerda do Alcantara. O modo por que dispôz o acampamento, para a defeza, mereceu elogio do proprio duque d'Alba. Mas, apesar d'estas vantagens, não faltava quem agourasse mau exito, vendo as fileiras todos os dias rareadas por innumeras deserções. Debalde o bispo da Guarda mandava para Alcantara, debaixo de prisão levas de recrutas; muitas d'ellas nem sequer chegavam a entrar no arraial; apenas sabiam as portas aproveitavam-se do primeiro atalho conhecido para fugirem. Levantaram-se forcas nas praças para intimidar os medrosos, e obrigal-os a pegar em armas; expediente nocivo, porque augmentava ainda mais o numero dos fugitivos.

O velho general de Carlos v, conhecedor dos inimigos que tinha a combater, mandou na noite de 24 para 25 d'agosto incommodar com repetidos tiroteios o acampamento do prior. O estratagema sortiu o desejado effeito: os soldados bisonhos, receando algum assalto imprevisto passaram toda a noite sem fechar olhos, amanhecendo cheios de fadiga causada pela insomnia e continuos sobresaltos, emquanto que a maioria do exercito hespanhol dormira tranquillamente, reparando as forças para o trabalho da peleja.

Proximo ao romper do dia o duque d'Alba, cercado do seu estado-maior, assentava-se commodamente n'uma cadeira, em sitio d'onde podia descubrir todo o campo, deliberado a dirigir d'ali mesmo o combate, sem dar ao inimigo a importancia de montar a cavallo e collocar-se á frente do exercito.

Observando o campo e conhecendo, logo no primeiro relance, que a defeza se concentraria na ponte, e no lado esquerdo, achando-se o direito completamente desguarnecido, mandou fazer um ataque simulado á ponte, pelos italianos de Prospero Colona, emquanto D. Fernando de Toledo, protegido pelos accidentes do terreno, torneava com 2:000 homens o flanco direito dos portuguezes, e D. Sancho d'Avila, com outra divisão igual, passava o Alcantara, muito acima da ponte, devendo introduzir-se por algum dos intervallos do entrincheiramento para atacar a rectaguarda.

O plano foi rigorosamente executado e apesar da bravura de D. Antonio e de alguns fidalgos que pelejavam a seu lado, uma hora depois de começar a batalha era proclamado o triumpho das armas hespanholas. As milicias do pretendente, rotas e desbaratadas fugiam em todas as

Offic. Typ. da Empreza Litteraria.

Fuga do prior do Crato, depois da derrota d'Alcantara
(interregno depois da morte do cardeal-rei)

(interregno depois da morte do cardeal-rei)

direcções, desvairadas de medo. A esquadra portugueza, que tantos serviços podia prestar, entregava-se sem resistir, porque os commandantes haviam sido peitados de vespera. O filho do infante D. Luiz, que, vendo a derrota do seu exercito, se atirou perdidamente ao centro dos esquadrões inimigos, procurando a morte, mas que sentindo-se ferido, temeu ficar prisioneiro, fugiu á redea solta para Lisboa, seguido do conde de Vimioso, D. Diogo Botelho, D. Duarte de Castro e D. Manuel de Portugal. Atravessou a cidade a todo o galope, suspendendo apenas a carreira para ordenar que se abrissem as cadeias, arrojando sobre a cidade uma turba de malfeitores.

Demorando-se em S. Antonio do Tojal o tempo indispensavel para se curar das feridas, partiu immediatamente para Santarem, no intento de organisar outro exercito, mas a terra que tão enthusiasticamente o acclamára recebeu-o com frieza, e logo que se viu livre d'aquelle hospede, que lhe era então importuno, mandavá os seus magistrados apresentarem a sua submissão ao duque d'Alba.

Mais feliz em Coimbra viu juntar-se em torno da sua bandeira a mocidade academica, á qual se uniram mais alguns voluntarios. Com essa pequena força e mais quarenta homens que voluntariamente o seguiam desde S. Antonio do Tojal, commandados pelo deão d'Evora Simão de Mascarenhas, partiu para Monte-mór, e mandou restaurar o castello da villa, cuja defeza confiou a Diogo Botelho.

Continuando na sua tarefa de alistar soldados, e levantar tributos, conseguiu reunir um exercito de cinco ou seis mil homens, tão pouco aguerrido e indisciplinado como o que havia soffrido a derrota de Alcantara. Marchou para Aveiro, onde encontrou resistencia; duas vezes tentou apoderar-se d'ella pela força, mas foi repellido; mas alguns dos seus partidarios excitando o patriotismo dos moradores, conseguiram por fim que lhe fossem abertas as portas. D. Antonio, arrastado pelo baixo sentimento da vingança, abusou d'esta facil victoria, praticando os mais reprehensiveis excessos.

Por toda a parte onde entrava, logo levantava o collo a demagogia, animada pelo empenho com que elle procurava a popularidade da infima plebe, sem que nunca podesse desenganal-o a experiencia de que similhante gente, arrogante e cruel contra os cidadãos inermes, e sempre covarde diante do perigo, mais serve para compromettar uma causa do que para auxilial-a. Foi esse um dos seus maiores erros e que lhe alienou a adhesão de muitos, que viam com desgosto o dominio estrangeiro, mas que chegaram por fim a desejal-o como uma garantia d'ordem.

Logo que Filippe II recebeu em Badajoz os despachos que lhe annunciavam o triumpho de Alcantara, ordenou immediatamente ao duque d'Alba que não tratasse Portugal como paiz conquistado, mas sim procurasse conciliar a affeição dos seus novos subditos.

Não era o duque muito inclinado a branduras, no entanto, obedecendo ás ordens do soberano, prohibiu aos soldados, debaixo das mais severas penas, que entrassem na cidade sem licença. Ao mesmo tempo mandava lançar bando de perdão para todos os que tivessem servido D. Antonio, comtanto que não fosse em empregos muito importantes.

No dia 11 de setembro, achando-se a ordem completamente restabelecida em Lisboa, os vereadores da cidade e os mesteres prestaram nas mãos do velho general juramento de fidelidade a Filippe II; e no dia immediato fazia-se a ceremonia da acclamação, sem pompas, e entre o silencio dos habitantes.

No meio dos cuidados que lhe dava a fiel execução das ordens de seu amo veio surprehender o duque uma noticia, que o sobresaltou, porque alem das graves consequencias que poderia ter para a monarchia hespanhola, punha tambem em risco de se perder o fructo dos seus trabalhos. A peste, que ardia no reino, communicou-se a Badajoz, onde estava o monarcha, que foi assaltado por ella, e que chegou a perigo de vida. Não estavam ainda contados os seus dias: o rei melhorou; quem veiu a morrer, da mesma doença, foi sua quarta mulher, que falleceu a 26 de outubro.

No dia 5 d'esse mesmo mez expedia Filippe II de Badajoz uma carta regia, referendada por Nuno Alvares Pereira, que exercia junto da sua pessoa o cargo de secretario, e na qual já se intitulava rei de Portugal e dos Algarves, promettendo largas recompensas, a quem apresentasse ás suas justiças o pretendente, vivo ou morto.

O duque d'Alba, que durante a doença do rei se havia occupado da defeza de Lisboa, precavendo-se para a eventualidade da morte do soberano, tranquillisado já com as boas novas do restabelecimento de seu amo, e tendo noticia do movimento insurreccional que os partidarios de D. Antonio promoviam nas provincias do Minho e da Beira, mandou ao norte uma divisão expedicionaria de tres mil homens, commandados por D. Sancho d'Avila.

Coimbra foi a primeira terra importante que se rendeu, sem offerecer resistencia, e logo em seguida Aveiro. D'esta ultima havia sabido, pouco antes, o prior do Crato, dirigindo-se para o Porto, onde os seus parciaes lhe tinham preparado uma recepção enthusiastica. Pantaleão de Sá, fidalgo portuense, chefe do partido castelhano, que era ali, como por toda a parte, menos numeroso e menos activo do que os bandos que seguiam o prior, mas que podera manter o socego emquanto a guerra ardeu longe, viu-se coagido a emigrar, com alguns dos seus, para Galliza, pelo receio dos excessos da plebe.

O mesmo aconteceu ao arcebispo de Braga, D. fr. Bartholomeu dos Martyres, que não tendo podido disfarçar a sua inclinação para o rei estrangeiro, perdeu a força moral da imparcialidade que os bracarenses lhe suppunham, e em virtude da qual conseguira até então ser obedecido, e respeitado. Retirando-se para a pequena cidade de Tuy, ahi esperou que as armas hespanholas o restituissem á sua diocese.

«A entrada de D. Antonio no Porto, escreve Rebello da Silva, foi o que sempre costumam ser as ovações da mesma especie. Alaridos, clamores, tropeis, e depois silencio, e quasi arrependimento, quando, acalmado o primeiro impeto de delirio, principiam as illusões a dissipar-se e a realidade a apparecer.

«Os vencedores, seguros de zombarem do castigo, não pouparam os adversarios.

«Prendiam uns, maltratavam outros, e invadindo as casas dos que eram accusados de realistas attestavam com as violencias, e com a cubiça, o seu ardente enthusiasmo pela bandeira, que deshonravam.

«Os actos administrativos corresponderam.

«Em tempos de perturbação a justiça e as leis cobrem o rosto; a propriedade geme; e ninguem sabe ao anoitecer se a aurora do dia seguinte raiará mais carregada de ameaças e desacatos. Dez dias continuou a anarchia nas ruas do Porto, dez dias de terrores, de inquietações e de verdadeiro saque para os que a inveja, o odio ou a sede do roubo notavam de inimigos ou de suspeitos.

«Ao mesmo tempo os ministros do principe apprehendiam nos depositos e armazens o assucar e as mercadorias dos negociantes, e carregando-as a bordo de navios tambem sequestrados expediam-as para França. O povo pagou uma contribuição forçada de cem mil ducados, arrancada a titulo de emprestimo; e denunciantes incansaveis não cessavam dia e noite de assignalar ao fisco os mercadores e pessoas ricas, que logo depois eram intimadas e espoliadas.» [1]

A divisão de D. Sancho d'Avila proseguia na sua marcha e emquanto D. Antonio cuidava, com a sua costumada actividade, o infatigavel e dedicado bispo da Guarda partia para Vianna, no intento de sublevar as povoações do alto Minho, e obter soccorros.

O general castelhano, parando defronte do Porto, encontrou as maiores difficuldades para atravessar o Douro, em cujas margens alcantiladas occupava excellentes posições o exercito de D. Antonio, composto de dez mil homens. Eram tropas bisonhas, mal armadas e sem disciplina; comtudo tinham a seu favor a magnifica posição em que se achavam para a defeza. Annullaram esta vantagem as imprevidencias de D. Antonio e a traição.

D. Sancho d'Avila, assestando os seus canhões contra a cidade, conseguia ganhar a margem opposta, sem opposição, protegido pelas sombras da noite.

Mal se espalhou esta noticia, o medo apoderou-se, não só dos moradores pacificos, mas principalmente dos que pouco antes se vangloriavam de intrepidos, jurando repellir o estrangeiro, ou morrer em defeza da patria. D. Antonio, conhecendo que era impossivel a resistencia com similhante gente, decidiu-se, com o desespero no coração, a abandonar o terreno aos inimigos, fugindo a toda a pressa, acompanhado por pou-

[1] *Hist. de Port. nos seculos XVII e XVIII*, tom. 2.º, pag. 563 e 564.

cos dos seus. Quando o general hespanhol se dispunha a começar o ataque, persuadido de que a cidade, achando-a fortificada, offereceria resistencia, viu desfraldar-se em uma das fortalezas a bandeira branca, pedindo capitulação. Comprehendeu logo que o pretendente se havia posto a salvo. Emquanto ouvia a deputação dos magistrados, mandava em perseguição do prior do Crato, por diversas estradas, algumas partidas de cavallaria ligeira, lembrando aos commandantes, para lhes estimular o zêlo, a importancia do serviço que prestariam ao rei catholico, se podessem effectuar a prisão do vassallo rebelde.

«Emquanto D. Sancho d'Avila entrava no Porto, escreve o sr. Pinheiro Chagas, D. Antonio, desesperado da sorte da guerra, atravessava a provincia do Minho como fugitivo, e começava na patria a longa Odyssea que foi depois terminar no estrangeiro. Perseguido de perto, e receando que o premio offerecido pelos castelhanos tentasse a fidelidade dos povos, D. Antonio, mudando a a cada momento d'asylo, e esperando ensejo para passar a França, nem correu menos aventuras, nem tambem deu causa a menos actos de lealdade do que na Inglaterra os diversos pretendentes, principes da familia Stuart. Uma vez, na margem do Lima, foi tão apertado pelos inimigos, que se viu perdido. Salvou-o a dedicação d'um homem do povo, Thomé Cochoeiro, que, tão robusto quanto leal, atravessou o rio a nado com o pretendente aos hombros. Um brasão d'armas, concedido em Pariz pelo rei sem reino a esse amigo da ultima hora, foi a recompensa d'este acto de corajosa fidelidade. Em Vianna tambem correu perigos sérios, e teve de fugir, disfarçado em lavrador, sempre acompanhado pelos seus fieis, conde de Vimioso, bispo da Guarda e Diogo Botelho. A villa de Vianna tambem mostrou mais dedicação ao pretendente do que as outras terras de Portugal; porque sem esperanças de poder resistir aos hespanhoes, entreteve-os comtudo diante das suas muralhas o tempo bastante para D. Antonio poder escapar.

«Durou mezes esta vida angustiosa, e, refugiado em muitas occasiões em choupanas de pobrissimos lavradores, outras em mosteiros de frades ou freiras, nunca teve de se arrepender da confiança que depositava em quem lhe dava hospitalidade, nunca appareceu Judas que o vendesse, apesar do avultado premio de oitenta mil ducados que o rei de Castella offerecia a quem apresentasse o pretendente vivo ou morto.

«Consola, n'uma época assignalada por tanta venalidade, encontrar estes bellos exemplos de desinteresse nos mais nobres filhos d'esta boa terra de Portugal.» [1]

Ora foragido nos montes, ora escondido nas casas dos seus partidarios, em mosteiros de frades, e conventos de freiras conseguiu sempre illudir a vigilancia dos seus implacaveis perseguidores. As auctoridades portuguezas suppunham-o já refugiado em paiz estrangeiro quando o gabinete de S. Lourenço poude colher noticias em Paris de que o pretendente ainda se conservava no reino. Soube que um individuo, chamado Pedro de Alpoim, estava incumbido de lhe alugar navio; preso e posto a tormento, o confidente do principe confessou o plano da fuga, mas nunca revelou o asylo de seu amo. O silencio custou-lhe a vida. Depois de varias tentativas frustradas, conseguiu emfim D. Antonio, no dia 6 de janeiro de 1581, embarcar para França.

[1] *Hist. de Port.*, tom. 5.°, pag. 93.

LIVRO III

D. Filippe II de Hespanha

(PRIMEIRO DE PORTUGAL)

CAPITULO I

Entrada de Filippe II no reino.—Côrtes de Thomar.—Amnistia.—Capitulos dos tres braços do estado e patente de mercês do rei catholico.—Primeira expedição contra os Açores, que tomaram voz por D. Antonio.—Sae de Belle Isle o pretendente com uma esquadra, em soccorro da Terceira.—Segunda expedição, commandada pelo marquez de Santa Cruz—Batalha naval de Villa Franca e victoria das armas hespanholas—Ultima expedição—Pacificação dos Açores.

A 5 de dezembro de 1580 saiu de Badajoz, e entrou em Elvas, Filippe II, ainda convalescente, e magoado pela morte da esposa. Apenas se recolheu ao paço, logo teve de receber as homenagens do arcebispo de Evora, do bispo de Leiria, do prior de Thomar com muitos abbades, procuradores de ordens religiosas e dignitarios da egreja. Mas não foi só o alto clero que se apressou a beijar a mão do rei catholico; tambem não faltaram a esse acto de submissão os mais distinctos representantes da nobreza, como o marquez de Villa Real, e seu filho o conde de Alcontim; os condes da Castanheira e de Tentugal; o conde-almirante; D. Antonio de Cascaes e muitos outros senhores, entre os quaes merecem especial menção os duques de Bragança e de Barcellos, que fizeram a sua visita pelas duas horas da tarde, no meio de um lusido acompanhamento de fidalgos e creados de sua casa. El-rei catholico, não só recebeu esta visita com as maiores distincções, mas tambem correspondeu á cortezia dos duques, pagando-lhes a visita logo no dia immediato.

Largo tempo se demorou o monarcha em Elvas, recebendo as demonstrações dos seus novos cortezãos, os quaes, no meio do seu regosijo, nem por isso se descuidaram de recordar á catholica magestade as mercês promettidas; e eram tantas, que ao rei de Hespanha chegou a parecer muito cara a compra do novo reino.

No meio d'esta trabalhosa liquidação de contas não se esquecia Filippe II de expedir os negocios que mais urgiam, um dos quaes era, e esse o primeiro de todos, ligitimar com o voto das côrtes a victoria das armas. Com esse fim, expedia á camara de Lisboa, em 4 de janeiro, uma carta regia, para que procedesse á eleição dos procuradores da cidade, advertindo os vereadores de que não deveria recair a eleição sobre adversarios seus declarados, nem mesmo suspeitos de amisade ou inclinação ao prior do Crato. Como se vê eram umas eleições liberrimas.

Desagradou ao rei catholico a nomeação de um dos procuradores de Lisboa, não por motivos politicos, apressou-se sua magestade a declarar, mas por não convir ao serviço do Estado que o eleito se ausentasse do logar que estava occupando: determinou, portanto, que se procedesse á nova eleição, para substituir-se o procurador excluido. O senado lisbonense obedeceu, escolhendo pessoa do agrado de sua magestade.

Offic. Typ. da Empreza Litteraria.

Filippe I atravessando o Tejo

As outras terras imitaram o bom exemplo da capital, sem que mesmo houvesse razão para que o monarcha, allegando motivos de serviço publico, julgasse conveniente mandar repetir o acto eleitoral. A orthodoxia politica de todos os eleitos era immaculada.

Na manhã de 27 dirigiu-se el-rei ao mosteiro de S. Domingos de Elvas, onde ouviu devotamente missa, e em seguida começou a sua viagem para Thomar, afim de assistir á abertura das côrtes, que ali tinham de reunir-se, e nas quaes deveria ser jurado rei.

Pernoitou em Campo Maior, e tanto n'essa villa, como em todas as mais terras por onde passou, foi sempre recebido com grandes mostras de regosijo publico; para deixar boa memoria da sua visita mandava el-rei distribuir avultadas esmolas, e soltar das cadeias os presos por culpas leves.

No primeiro de março entrou em Arronches, e d'ahi, seguindo para Portalegre, Crato, Alter do Chão e Ponte do Sôr, chegou a Abrantes, onde foi recebido com grandes festas, nas quaes os moradores gastaram bom cabedal, chegando mesmo alguns a arruinarem-se. Os bons abrantinos desejavam obliterar da memoria do rei catholico os bons serviços que haviam prestado ao seu adversario. Não era homem Filippe II para esquecer os seus resentimentos; mas sabia-os dissimular, quando isso convinha á sua politica; foi o que então fez, prolongando a sua demora n'aquella terra por alguns dias, e assignalando ali ainda mais a sua munificencia.

A 16 de março, pela tarde, entrou na villa de Thomar, onde a ordem militar de Christo lhe fez a mais ostentosa e brilhante recepção. Haviam-se convocado as côrtes para 25 d'esse mez, mas o atrazo da eleição em algumas terras, e alem d'elle, as delongas inevitaveis para a reunião de uma assembléa numerosa, e cujos membros teriam de concorrer de logares muito distantes, obrigou a fazer-se um adiamento para 16 do mez seguinte.

Aproveitou o monarcha o intervallo decorrido para se congraçar com os portuguezes, dando repetidas audiencias e distribuindo com mão larga favores e distincções.

Era tão avultado o numero dos que se reputavam com direito a recompensa, que por mais generoso que fosse o animo do rei era impossivel satisfazer a todas as solicitações. Não só se apresentavam a requerer mercês os que desde o principio haviam seguido a causa do rei catholico, mas tambem os que tendo acompanhado D. Antonio allegavam, como importante serviço, a deserção e a perfidia á ultima hora.

O primeiro agraciado foi o duque de Bragança a quem o soberano por suas proprias mãos lançou o collar do tosão d'oiro, entregando-lhe ao mesmo tempo o estoque de condestavel do reino. O velho Pero da Alcaçova Carneiro foi restituido ás honras e officios de que havia sido despojado pelo cardeal D. Henrique. D. Christovão de Moura foi nomeado vedor da fazenda. Francisco de Sá, alem de ser agraciado com o titulo de conde de Mattosinhos, obteve tambem confirmação do seu officio de camareiro-mór. D. Fernando de Noronha recebeu o titulo de conde de Linhares, e D. Jorge de Menezes a nomeação de alferes-mór. Recebeu tambem a corôa de conde D. Antonio de Castro, senhor de Cascaes, e D. João da Silva herdou de D. João de Mascarenhas, já fallecido a esse tempo, o cargo de mordomo-mór. Os serviços do conde de Ossuna foram remunerados com o vice-reinado de Napoles, e os de Luiz de Molina com um logar no conselho da camara. Foram estas as principaes mercês com que o novo monarcha assignalou o principio do seu reinado, mas alem d'ellas, fizeram-se ainda muitas outras de menos valor; comtudo, a multidão dos pretendentes era tal, que o numero dos queixosos foi muito maior do que os satisfeitos.

Como reverso da medalha deveriamos tambem expôr o quadro das vinganças crueis com que o tigre do Escurial puniu os que se lhe mostraram desaffectos; reservamos, porem, essa exposição para outro logar, afim de não alterar a ordem dos successos.

Raiou finalmente o dia 16 d'abril, destinado para a solemnidade do juramento em côrtes. No recinto em que estas tinham de reunir-se levantou-se um pequeno estrado coberto de finas tapeçarias, onde foi collocada, debaixo de docel, uma cadeira de brocado destinada para el-rei. Defronte do throno assentavam-se, por sua ordem, os procuradores das cidades e villas. Á direita d'elles, e em logar superior os prelados; á esquerda os grandes do reino. Abaixo d'estes os

conselheiros, vassallos não titulares, alcaides-móres e fidalgos da casa real. Os monges, frades, capellães d'el-rei e outros ecclesiasticos occupavam logar separado e inferior.

Faltavam no banco dos prelados os bispos da Guarda e do Porto; aquelle porque andava fugitivo com o prior do Crato, e este porque havia fallecido cinco dias antes. No banco dos nobres havia tambem dois bancos desoccupados; os dos condes de Vimioso e de Redondo; o primeiro estava homisiado em França, junto do principe proscripto; o segundo tendo ficado prisioneiro na batalha d'Alcantara, ainda não havia sido amnistiado.

Pelas 4 horas da tarde começou a ceremonia indo o mordomo-mór, porteiro-mór, seis porteiros menores, seis porteiros da canna com suas maças de prata e nove reis d'armas receber o soberano, que n'esse momento entrava com toda a côrte, trajada de gala. Rodearam o monarcha os titulares e fidalgos que se achavam presentes, todos descobertos. Adiante do principe e á sua direita ia o duque de Bragança, com o estoque de condestavel e precedido pelo alferes-mór com a bandeira real enrolada. Abriam o cortejo os porteiros da canna, aos quaes se seguiam os reis d'armas, arautos e passavantes com suas cotas bordadas.

Depois que todos haviam tomado os seus logares, pronunciou o bispo de Leiria um discurso em que, pondo em relevo os suppostos direitos do novo soberano, alludiu ás recentes alterações, desculpando com ellas a violencia das armas; e depois de declarar que as intenções do principe eram reinar pela clemencia, e acatar as leis e privilegios do reino, concluiu dizendo que os Estados haviam sido convocados para sua magestade prestar perante elles juramento de guardar os fóros, usos e liberdades estabelecidas, recebendo tambem dos seus subditos juramento de fidelidade.

Respondeu Damião d'Aguiar, desembargador do paço e procurador ás côrtes. Dirigindo-se a Filippe II, congratulou-se com a nação pelo universal regosijo d'aquelle fausto dia, e protestou, em nome dos povos, a impaciencia que tinham todos de acclamar para seu rei natural um soberano prendado de tantas virtudes.

Terminada a falla, o reposteiro-mór collocou diante do rei um sitial e sobre elle pôz o capellão-mór um missal e uma cruz. Descendo do estrado veiu ajoelhar-se junto do sitial o rei, e com elle os arcebispos de Braga, Lisboa e Evora. Descoberto, com a mão sobre a cruz pronunciou em voz alta a formula antiga do juramento, lida por Miguel de Moura, escrivão da puridade.

Terminada essa formalidade, voltou o rei para a sua cadeira e os prelados para o seu banco, seguindo-se a leitura da formula para o juramento de fidelidade por parte dos vassallos, sendo o primeiro a jurar o duque de Bragança. Por ultimo o alferes-mór, com a bandeira desenrolada, fez a acclamação do costume. Em seguida levantou-se o rei, encaminhando-se com o cortejo para a capella, a fim de ouvir a predica do arcebispo de Braga, D. fr. Bartholomeu dos Martyres.

No dia 23 verificou-se com igual pompa o juramento do princepe D. Diogo, tendo tambem o bispo de Lisboa feito a oração do estylo. [1]

Para que da sua elevação ao throno ficasse aos portuguezes boa memoria, o rei catholico publicou uma amnistia para os criminosos politicos, da qual exceptuava... os principaes! Entravam na excepção, além d'outros, o conde de Vimioso, D. Manuel de Portugal, D. Pedro e D. Fernando de Menezes, Manuel da Silva, Diogo Botelho, D. Antonio Pereira, D. Jeronymo Coutinho, D. Jeronymo e D. Antonio de Menezes, Antonio Moniz Barreto, João Rodrigues de Sousa, Duarte de Castro, João Gonçalves da Camara, Jorge de Amaral, Manuel Mendes de Vasconcellos, Antonio e Gabriel Baracho, Manuel da Fonseca Nobrega, João Bocarro de Serpa, o bispo da Guarda, fr. Estevão Leitão, Simão Mascarenhas, deão d'Evora, fr. Manuel da Costa, fr. Luiz de Souto-Mayor, fr. Estevão Pinheiro e fr. Diogo Carlos. [2]

Muitos d'estes expiaram no cadafalso, ou no carcere, o crime da sua lealdade á causa nacio-

[1] Rebello da Silva, *Hist. de Port. nos seculos XVII e XVIII*, tom. 2.º pag. 609, 610 e J. Pedro Ribeiro, *Memoria sobre as fontes do codigo Filippino*, inserta no tom. 2.º das Mem. de Lit. da Acad. pag. 108.

[2] Pinheiro Chagas, *Hist. de Port.*, tom. 5.º pag. 100.

nal; outros só no exilio poderam subtrahir-se á perseguição do vingativo monarcha, que lá mesmo lhes amargurára a existencia, confiscando-lhes os bens, e encarcerando-lhes as pessoas de familia, que tinham deixado no reino!

Não foram porem só estes os que padeceram; muitos outros, cujo nome não apparecera no diploma de amnistia, nem como perdoados, nem como desmerecedores da real clemencia, tiveram de passar o resto de seus dias, ora mettidos em prisão, ora livres, sempre em continuo sobresalto. Um d'esses foi Phebus Moniz.

Para sermos justos, devemos attender a que, nos primeiros tempos, a exaltação das paixões politicas, se não dava desculpa á perseguição, a qual não raro tocava nos limites da crueldade, era comtudo uma circumstancia attenuante; e cumpre recordar ainda, que as ephemeras victorias do prior do Crato foram muitas vezes assignaladas por execrandas vinganças.

Depois das sessões solemnes da abertura e juramento começaram as côrtes as suas deliberações, separando-se para esse fim os tres braços do Estado, cada um dos quaes apresentou os seus capitulos, sendo 47 os dos povos, 23 os da nobreza e 18 os do braço ecclesiastico. [1]

Dal-os-hemos todos muito em resumo.

Pediam os povos que, se el-rei houvesse ainda de casar fosse n'este reino, e que o principe D. Diogo fosse educado em Portugal. Que se concedessem a este reino os fóros e privilegios promettidos pelo duque de Ossuna, confirmando o concerto feito com os embaixadores. Que fossem separados sempre os reinos de Hespanha e Portugal, governando-se este por suas leis e costumes. Que se tirassem alguns tributos, especialmente o da siza, devendo este, pelo menos ser modificado. Que se acabasse com o monopolio do commercio das conquistas. Que não fosse mais prohibida a importação de ferro, madeira, trigo, courama e cavallos que viessem de Hespanha. Que os portuguezes gozassem do direito da nacionalidade hespanhola nas conquistas d'aquella nação. Que todo o oiro e prata entrado n'este reino podesse ser lavrado em moeda. Que se tirassem as guarnições hespanholas e alojamentos. Que o preço da prata fosse igual na casa da moeda, como fora d'ella. Que fosse prohibido aos christãos novos exercerem cargos ou officios da justiça e fazenda. Que os juizes que por mandado especial fizessem devassas, ou diligencias similhantes, não vencessem salario á custa das partes. Que se augmentassem os ordenados aos desembargadores, havendo maior cuidado na escolha d'estes. Que aos corregedores se accrescentasse a jurisdicção e alçada. Que as ordens militares fossem reformadas. Que os desembargadores que por mandado especial tirassem devassas não fossem juizes n'ellas, mas sómente adjuntos. Que se tomassem providencias contra os corsarios. Que se cuidasse da pacificação das ilhas, principalmente da Terceira. Que os alcaides-móres residissem nas fortalezas. Que os corregedores fizessem regularmente devassas prendendo os criminosos. Que os culpados nas ultimas alterações não podessem servir officios publicos. Que as residencias fossem tiradas por pessoas leigas. Que se tratasse do resgate dos captivos, tambem por pessoas leigas. Que se revogassem as leis relativas ao registo dos gados. Que se repozessem os dinheiros dos orfãos nos respectivos cofres. Que se revogassem as leis relativas ás cavalgaduras, podendo andar cada um nas que tivesse. Que se acabassem as caudelarias. Que nenhum estrangeiro podesse arrematar as rendas reaes. Que se modificassem as leis relativas á caça e pesca nos mezes defezos. Que, á excepção do Algarve, não houvesse em todo o reino ordenanças nem alardos. Que se não arrendassem as terças dos concelhos. Que se modificassem as leis relativas aos direitos de portagem. Que os julgados dos orfãos fossem separados dos ordinarios. Que se devassasse annualmente dos formigueiros, damninos, alcoviteiros e alcouces. Que as pessoas que servissem de juizes de fóra levassem os mesmos salarios dos juizes. Que se determinassem as duvidas entre jurisdicção secular e ecclesiastica. Que se pedisse ao papa para que fizesse fateusis os prasos das egrejas e mosteiros. Que se não concedessem mais jurisdicções a pessoa alguma alem das que foram concedidas pelos reis anteriores. Que se reduzissem as aposentadorias. Que se fizessem taxas dos mantimentos nas cidades e comarcas. Que fosse permittido usar n'este reino as espadas da marca de Hespanha.

[1] J. Pedro Ribeiro, *Mem.* cit. pag. 108.

Os capitulos da nobresa foram:

Que se concedessem ao estado da nobresa todos os privilegios e mercês offerecidas pelo duque de Ossuna. Que el-rei residisse n'estes reinos e se servisse de portuguezes, como havia promettido o mesmo duque. Que os bens da corôa, que vagassem, se dessem a pessoas da mesma linhagem. Que as tenças vagas não fossem unidas á corôa, mas dadas em recompensas de serviços. Que el-rei se cazasse com senhora d'estes reinos. Que ausentando-se o rei d'este reino não fossem os naturaes obrigados a ir fóra d'elle requerer satisfação do seu serviço. Que se tratasse do resgate dos captivos. Que a fidalguia não passasse aos descendentes e fosse sómente concedida como recompensa de serviços notaveis. Que se observassem rigorosamente os estatutos e definições das ordens militares no lançar dos habitos. Que as capitanias das ilhas e varios outros officios fossem providos sómente em fidalgos. Que se tirassem do reino as guarnições hespanholas. Que se tirassem as ordenações da milicia, ficando sómente nos portos de mar e no Algarve. Que ou se acabasse com os mesteres, ou não tivessem voto em camara. Que as egrejas e mosteiros vendessem os bens de raiz, e se não dessem dotes excessivos para casamento das mulheres nobres. Que se fizesse executar a pragmatica relativa aos trages. Que se não déssem officios de justiça a christãos novos. Que só as pessoas nobres tomassem residencia. Que em ambas as casas da relação houvesse numero certo de juizes, os quaes deveriam ser pessoas doutas, e providas por informações dos respectivos presidentes. Que os juros e tenças se pagassem promptamente. Que de tres em tres annos se devassassem todos os tribunaes, sem excepção. Que se désse perdão a todos os que tinham entrado na revolução do reino. Que el-rei concedesse com segurança todas as graças acima referidas.

Os capitulos do estado ecclesiastico eram:

Que fossem confirmados os privilegios offerecidos ao dito estado pelo duque de Ossuna. Que el-rei residisse n'estes reinos, ou na sua ausencia ficasse a imperatriz sua irmã com o principe D. Diogo. Que se perdoasse a todos os que tinham sido exceptuados do perdão geral. Que se acabasse com as residencias ordinarias, sendo os tribunaes visitados de seis em seis annos. Que el-rei casasse no reino. Que as guarnições se recolhessem em presidios e se demorassem o menos tempo possivel. Que se marcassem preços ás mercadorias. Que se acrescentassem os vencimentos aos officiaes de justiça. Que se provesse á defeza contra os corsarios. Que se tomassem portuguezes para serviço do paço a uso de Borgonha. Que se destinasse sempre uma quantia para distribuir em tenças a pessoas benemeritas. Que se tratasse do resgate dos captivos, feito por clerigos. Que se mandassem observar as pragmaticas relativas a vestidos e criados. Que se extinguisse o officio das justificações novamente creado. Que se pagassem regularmente os juros e tenças. Que se tirassem todos, ou ao menos parte dos novos direitos que se haviam imposto. Que se proseguissem as missões nas conquistas. Que se evitassem desordens e contendas entre as jurisdicções ecclesiasticas e seculares, respeito á liberdade e immunidade da egreja. [1]

Aos pedidos dos tres Estados respondeu el-rei com a patente das graças e mercês feitas a este reino, em data de 15 de novembro, sendo o original de 21 de maio, e contendo 25 capitulos, que são, com poucas alterações e acrescimos, os mesmos incluidos na lei de 18 de janeiro de 1499, feita por el-rei D. Manuel para regular a união de Hespanha com Portugal, pela successão do principe D. Miguel, seu filho, ao throno de ambas as nações. [2]

Aproveitar-nos-hemos do resumo que d'aquelle diploma faz o sr. Pinheiro Chagas:

«Guardar el-rei os fóros antigos de Portugal, só em Portugal celebrar côrtes legislando só com a adhesão d'ellas; nomear para governadores do reino só portuguezes ou membros da familia real; só aos portuguezes provêr tambem nos diversos cargos do Estado; conservar os antigos officios do paço e do governo de Portugal; só confiar de

[1] *Memorias para a historia e theoria das côrtes geraes*, pelo segundo visconde de Santarem, parte 2.ª, pag. 83 e seguintes.

[2] Encontra-se esta lei nas *Provas da Hist. Gen. da casa real portugueza*, tom. 2.º, de pag. 398 a 401 com este titulo: «Declarações de el-rei D. Manuel, de como se havia de governar este reino de Portugal, depois que o principe seu filho, que herdava Castella, succedesse n'aquelles reinos».

tropas portuguezas a guarnição das nossas praças e presidios; não tirar aos portuguezes os monopolios antigos do commercio ultramarino; conservar nas moedas portuguezas o cunho e as armas de Portugal, sem mistura castelhana; dar só a portuguezes os cargos, beneficios e pensões ecclesiasticas, assim como as commendas das ordens militares, etc.; não exigir terças de egrejas nem outros subsidios ecclesiasticos; dar só a portuguezes os bens da corôa, e não recuperar esta os bens que vagassem por morte de seus possuidores, mas passarem para os immediatos; quer dizer, revogar a antiga lei mental: não fazer innovações nas ordens militares; tomar todos os annos duzentos creados portuguezes com moradia; quando viesse a Portugal não exigir aposentadorias ao uso de Castella; trazer sempre quando estivesse fóra de Portugal, um prelado, um vedor da fazenda, um secretario, um chanceller, dois desembargadores do paço, dois escrivães da fazenda e dois da camara, todos portuguezes, para tratarem dos negocios de Portugal e redigirem os diplomas e decretos em lingua portugueza; mandar provêr todos os cargos ao uso de Portugal; não decidir fóra de Portugal as causas e feitos da fazenda e da justiça; conservar a capella real portugueza no seu antigo pé; admittir os portuguezes tambem aos officios da casa real; tomar a rainha senhoras portuguezas para suas damas; mandar el-rei franquear os portos seccos das fronteiras; favorecer quanto possivel os portuguezes na importação dos cereaes hespanhoes; dar cento e vinte mil cruzados para resgate dos captivos de Alcacer, cento e cincoenta mil para instituir depositos nos sitios necessitados; trinta mil para os infelizes orfanados pela peste; cuidar muito da conservação das colonias, e auxiliar até a formação das armadas com os recursos dos seus outros estados; finalmente residir em Portugal sempre que podesse, ou deixar aqui o principe seu filho.» [1]

Confrontando esta enumeração de mercês com a dos pedidos, é facil averiguar quaes deixaram de ser satisfeitos. Comtudo, cumpre advertir, que alguns d'elles relativos á administração da justiça, o foram posteriormente, por leis especiaes. Veremos, pelo decurso da narrativa, que a maior parte d'aquellas concessões, nunca passou do papel.

[1] *Hist. de Port.*, tom. 5.°, pag. 102.

Uma das solicitações do braço popular referia-se, como o leitor estará decerto recordado, á pacificação das ilhas, especialmente da Terceira. Dêmos um volver d'olhos ao que se passou ali. Quando D. Antonio se preparava para resistir á pretensão hespanhola, não se descuidou de mandar para lá, com o fim de lhe grangear partidarios, reunir e organisar os meios de defesa, um emissario digno da maior confiança, pois que era criado do conde de Vimioso, e foi por este escolhido para tão ardua empreza.

Quando Filippe II comprehendeu a importancia d'aquelle posto, já não era tempo de remediar tão funesto descuido. Cypriano de Figueiredo, que assim se chamava o emissario de D. Antonio, conciliando as boas graças dos frades, especialmente os franciscanos, que no pulpito, no confessionario e até nos peditorios exaltavam as virtudes do filho do infante D. Luiz, conseguiu formar um partido tão numeroso, que ninguem se attrevia a aconselhar a submissão ao rei catholico.

Os padres da companhia, que, ao contrario do modo por que procediam no continente, favoreciam ali a causa de Hespanha, viram-se desamparados e expostos ao odio publico.

Quando D. Antonio, perdida a batalha d'Alcantara, fugia, de terra em terra, diante dos soldados de Sancho d'Avila, era acclamado rei na Terceira, já então, a ilha principal do grupo dos Açores. A noticia d'aquelles revezes, surprehendendo os partidarios do principe portuguez no auge do sua enthusiasmo, não lhes abateu o animo. Cypriano de Figueiredo, caracter honesto, e tão corajoso como leal, soubera persuadir-lhes a esperança de que á falta de soccorros do reino teriam os de Inglaterra e França.

Filippe II, que tinha os mais claros testemunhos da má vontade, tanto de Henrique III, como de Isabel Tudor, temia que a revolta da Terceira viesse a causar-lhe de futuro graves embaraços. Decidiu-se, pois, a assegurar alli o seu dominio, tentando primeiro os meios pacificos. Logo que se fecharam as côrtes de Thomar, nomeou governador da ilha Ambrosio d'Aguiar e corregedor Jorge de Covos, determinando-lhes que partissem immediatamente para o seu destino, e que pro-

mettessem amnistiar os insurgidos, comtanto que o reconhecessem e jurassem rei. Foram cumpridas as suas ordens, mas nenhum resultado produziram: os dois enviados, não podendo sequer desembarcar na Terceira, tiveram de retirar para S. Miguel e embora na cidade d'Angra sahisse á rua João de Bettencourt proclamando Filippe II, viu-se desamparado das pessoas principaes, e de tal modo hostilisado pelo povo, que Cypriano de Figueiredo só a muito custo lhe poude salvar a vida, sendo todavia constrangido a usar para com elle um procedimento severo.

Sabendo d'estas occorrencias, o rei catholico enviou Pedro de Valdez, commandando uma esquadrilha de dez navios e algumas embarcações pequenas, com a missão de reiterar a promessa de amnistia, mesmas condições, mas de modo a fazer sentir a ameaça de rigoroso castigo, se o arrependimento não fosse prompto. Com estas instrucções recebeu tambem o commandante ordem expressa de não se empenhar em alguma acção de maior vulto, em quanto não podssse dispor de maiores forças, que lhe seriam enviadas. Nenhum caso fizeram os terceirenses das intimações de Valdez, que ferido no seu amor proprio, pelo desdem com que era tratado, e notando que não havia na defesa a necessaria vigilancia, tentou um assalto á ilha, esperando que a victoria faria esquecer a culpa de não cumprir as instrucções que recebera. Foi atraiçoado pela fortuna. Conseguiu effectivamente lançar em terra duzentos homens, entre a Villa da-Praia e Angra, sem que os defensores lhe podessem oppor mais de cincoenta homens; força muito diminuta para impedir o desembarque do resto das forças hespanholas, cujo commando D. Pedro Valdez entregára a seu sobrinho D. Diogo Valdez e a D. Luiz de Bazan. No entanto, aquelle punhado d'homens sustentou heroicamente o seu posto, até que foram chegando soccorros que a toda a pressa marcharam da cidade. Havia-se effectuado o desembarque de noite, e na madrugada já dois a tres mil homens disputavam o passo aos hespanhoes. Formavam estes um corpo de seiscentos homens, bem disciplinados e com experiencia de guerra; era essa uma enorme vantagem contra os adversarios, que não passavam de um agregado de guerrilhas; comtudo sustentaram tão bem o fogo, que embora não podessem fazer reembarcar os soldados de D. Pedro Valdez, tambem lhe não consentiram effectuar o movimento agressivo, que por vezes tentaram.

Depois de muitas horas de combate, desenganaram-se os assaltantes que a sua atrevida empreza não seria coroada do exito que esperavam; o que elles, porem, nunca imaginaram foi a vergonhosa derrota que soffreram, occasionada por um incidente inesperado. Um frade cruzio, lembrando-se, sem duvida, do que em tempos remotos succedera na peninsula com o exercito de Anibal, suggeriu a lembrança de reunir os touros mais bravos das manadas da ilha, soltal-os, aguilhoando-os contra o inimigo, e apoz elles seguirem as malicias portuguezas, as quaes, aproveitando-se da confusão que decerto produziria nas fileiras castelhanas tão inesperado ataque, facilmente as poderiam destroçar. O ardil foi coroado do mais brilhante successo. Acommettidas por tão extranho inimigo, as companhias hespanholas perderam a formatura e tomadas de panico, dispersas, fugindo em desordem, sem poderem resistir ás forças superiores dos portuguezes, nem serem protegidas pela artilheria de bordo, soffreram a mais completa derrota, salvando-se com vida apenas uns cincoenta soldados, e ficando no campo, com os melhores officiaes, D. Diogo de Valdez, e D. Luiz de Bazan. Armas e bandeiras cahiram em mãos dos portuguezes, que abusaram da victoria, assassinando contra as leis da guerra, os que se rendiam. D. Pedro Valdez, logo que chegou ao continente, foi preso e processado por ordem de Filippe II.

Pouco tempo depois chegou ás aguas da Terceira a esquadra commandada por D. Lopo de Figueiroa, e que era o reforço por que Valdez deveria ter esperado. O novo commandante limitou-se a fazer um reconhecimento á ilha, retirando-se em seguida.

A victoria dos terceirenses, e a firmesa da sua resistencia, reanimou as esperanças de D. Antonio, que chamado a França por Catharina de Medicis, e auxiliado pelo conde de Vimioso, o qual tinha na côrte franceza relações valiosas, conseguiu effectuar um tratado em que se obrigava a entregar o Brazil á França logo que estivesse de posse do reino, para recuperar o qual lhe eram promettidos soccorros de tropas, e di-

nheiro, alem da desistencia que a mãe de Henrique III fazia dos seus fantasticos direitos ao throno portuguez.

Occupando-se em Nantes dos aprestes para a expedição que deveria soccorrer os Açores, o filho do infante D. Luiz, deixando-se illudir pelos intrigantes que procuravam malquistal-o com o honrado e energico Christovão de Figueiredo, a quem accusavam de traidor, porque se empenhava em reprimir os excessos do partido triumphante, cometteu o erro imperdoavel de fazer substituir no governo da ilha aquelle honesto e habil partidario por Manuel da Silva, ao qual honrou com o titulo de conde de Torres Vedras. Tinha este homem por unica virtude a fidelidade á causa que abraçara; mas virtude inutil pela grandissima inepcia de que era acompanhada, e que de modo algum resgatava a perversidade da sua indole.

«O conde de Torres Vedras, escreve o sr. Pinheiro Chagas, estreava o seu governo d'um modo completamente differente do de Cypriano de Figueiredo. As exações, as violencias, as perseguições brutaes, lisongeavam talvez os instinctos sanguinarios e ferozes do populacho, mas indignavam todos os cidadãos pacificos, e predisposeram os animos da população honesta contra o representante de um rei nacional, que praticava maiores villanias do que poderia commetter um estrangeiro. Incrivelmente vaidoso, libertino, cruel e inepto, o conde de Torres Vedras em que menos cuidou foi na defesa da ilha, na consolidação do governo nacional, e na conquista do resto dos Açores. Em compensação, tratava-se como vice-rei, rodeava-se de guardas estrangeiros e fazia da Terceira uma especie de reino lilliputiano, com todas as pompas de uma vasta monarchia. Organisou a Casa da Supplicação, Mesa do Desembargo do Paço e Mesa da Consciencia e Ordens. Para sustentar este dispendioso, inutil e absurdo mechanismo administrativo tomou medidas financeiras ruinosas e oppressivas, que ainda mal se poderiam desculpar se o resultado d'ellas fosse empregado para satisfazer ás urgencias de uma situação precaria. O curso forçado da moeda com um valor ficticio immensamente superior ao seu valor real, os confiscos, as exações, disfarçadas com o nome de donativo voluntario que de todos exigia, foram os meios de que lançou mão. Ora, a sua probidade estava muito longe de ser immaculada, e se metade do dinheiro havido por este modo se absorvia em despezas completamente escusadas a outra metade, o que ainda era peior, affluia toda para as algibeiras do governador.

«Apoiando-se na gentalha, que o applaudia, fazendo-se demagogo, porque é notavel este facto, que a historia confirma desde os Cesares até os Bonapartes, que a demagogia é sempre a alliada fiel do despotismo; appoiando-se, pois, na gentalha, o conde de Torres Vedras humilhava quanto podia a nobresa e as classes médias. Renovavam-se em 1582 na Terceira os periodos mais exacrandos da historia do imperio romano. O governo do conde de Torres Vedras foi uma miniatura do governo dos Neros e dos Caligulas. Como n'essas épocas nefastas, a vida dos homens de bem estava á mercê dos delatores; as prisões atulhavam-se de suspeitos, que eram quasi sempre honestas e opulentas pessoas, emquanto que a turba infrene comettia impunemente os mais atrozes attentados. Devasso e cruel, Manoel da Silva violentava as donzellas, requintando os seus prazeres com a presença dos parentes que mais deviam padecer com o deshonroso espectaculo. Assim fez morrer de dôr um velho pae, que teve de assistir a uma d'estas lubricas scenas, que parecem renovadas das paginas de Suetonio. Comprazia-se no espectaculo das torturas que mandava infligir pela mais leve suspeita, divertindo-se, por exemplo, em ver assar em fogueiras os pés dos padecentes. Emfim, a nomeação d'este homem para tão importante posto prova que ha uma fatalidade que desvaira os homens que a Providencia condemnou. Assignando a demissão de Cypriano de Figueiredo e a nomeação de Miguel da Silva, D. Antonio assignava ao mesmo tempo a sua abdicação. Confiando os destinos da Terceira, unico baluarte da sua causa, ao conde de Torres Vedras, tornáva o prior do Crato completamente impossivel a restauração que devaneára.» [1]

Transcrevendo esta vigorosa pagina, em que ha tantas observações justas, não podemos comtudo aceitar, como lei historica, a existencia de uma fatalidade que desvaira os homens condem-

[1] *Hist. de Port.* tom. 5.º, pag. 153.

nados pela Providencia. Essa fatalidade, quanto a nós, está exclusivamente nas qualidades do individuo. A fatalidade que perseguiu o pertensor portuguez, inutilisando-lhe todos os seus esforços, e até algumas boas qualidades que possuia, como eram a actividade e a bravura, de que deu tantas provas, essa fatalidade, dizemos, foi a sua falta de elevação intellectual e moral. Nem pela intelligencia, nem pelos sentimentos estava á altura do logar a que as circumstancias o tinham elevado.

O erro commettido com a deploravel nomeação do conde de Torres Vedras era tanto mais funesto, quanto n'esse momento a fortuna se tornava mais favoravel ao pretensor.

Já vimos como a côrte de França, acabando com as hesitações, se resolvêra a auxiliar D. Antonio, mediante um tratado, que, em boa verdade, era bastante oneroso para o reino. Do mesmo modo, Isabel Tudor, vendo na resistencia da Terceira um excellente ponto de apoio para embaraçar os ambiciosos designios do rei catholico, resolvera-se tambem a abandonar a politica reservada que até então havia seguido, e a favorecer de um modo efficaz as pretensões do principe portuguez. Ambas estas nações continuavam mantendo apparentemente a sua neutralidade, e os alistamentos que o prior do Crato fazia, tanto n'um como n'outro paiz, e bem assim a acquisição de munições, navios e petrechos de guerra, tudo era com o caracter de um acto particular, sem a intervenção ostensiva dos respectivos governos. Filippe II, porem, não se illudia com as exterioridades: perfeitamente informado de tudo o que se passava, e conhecendo que das tramas urdidas a occultas pelos seus emulos poderiam resultar-lhe graves difficuldades, procurava frustrar a expedição que se andava preparando: com esse intento, ora fazia energicas reclamações á côrte de França, ora assalariava sicarios pára matarem o prior do Crato. Por nenhum d'esses meios conseguiu o que desejava. O pretensor, precavido contra as ciladas, poude-as sempre evitar; e o governo francez, protestando a sua innocencia, continuava a favorecer os interesses d'aquelle, que eram tambem os seus.

N'este tempo, iam desembarcando na Terceira alguns francezes, italianos e inglezes, em numero não muito avultado, mas commandados por bons officiaes. Apóz esses soccorros parciaes aportou ali uma esquadra de nove navios com oitocentos homens, commandados por Carlos Ronhauld, senhor de Landereau. Este official, que era bom marinheiro e distincto militar, pouco depois de haver desembarcado na ilha, expôz ao conde de Torres Vedras a necessidade de reprimir os excessos da gentalha, e cuidar com seriedade das obras de defeza. Manuel da Silva, que a todos os seus vicios juntava ainda o ridiculo defeito da vaidade, viu n'este aviso uma censura, e respondeu desabridamente. Seguiram-se repetidas altercações, que ainda mais perturbaram a harmonia entre os dois; e o governador, espirito vingativo, como são todos os miseraveis, protestou castigar traiçoeiramente a ousadia do velho militar.

Exagerando a fraqueza dos hespanhoes em S. Miguel, persuadiu indirectamente Landereau a que tomasse de assalto Ponta Delgada; e quando teve a certeza de que elle, cahindo no laço armado pela sua perfidia, se dispunha a cometter a empreza, mandou, sem conhecimento de Landereau, intimar os habitantes da ilha, que era o mesmo que prevenil-os! Quando a pequena frota de 6 navios, com que o senhor de Landereau sahira da Terceira, chegou ás aguas de S. Miguel, encontrou ancorado no porto o galeão hespanhol *S. Christovão*, chegado pouco antes. Mr. de Crené, commandante de uma nau, investiu imprudentemente com elle, emquanto os outros navios, luctando com vento contrario, forcejavam approximar-se. Após um renhido combate de quatro horas, em que houve graves perdas de ambos os lados, a expedição franceza retirou destroçada.

Voltando á Terceira, o senhor de Landereau, já sabedor da perfidia do conde de Torres Vedras, lançou-lhe em rosto o seu ignobil procedimento. Recrudesceu a animosidade entre os dois, e o conde proseguindo no caminho a que era arrastado pelos seus baixos instinctos, tratou de fazer suspeitas aos habitantes da ilha as tropas de Landereau, e de intrigar estas com o seu commandante. O ardil surtiu o desejado effeito. Landereau, desamparado de quasi todos os seus, teve de refugiar-se, com alguns que lhe ficaram fieis, em uma posição da ilha, onde falleceu antes de ali chegar D. Antonio; suspeita-se que fôra man-

dado envenenar por Manuel da Silva, com receio das revelações que elle poderia fazer ao pretendente. As tropas do seu commando, que eram um auxilio valiosissimo, menos ainda pelo numero do que pela disciplina, ficaram inutilisadas pela discordia semeada entre ellas e os habitantes! O pretensor, enganando-se na escolha do seu logar-tenente, por lhe desconhecer, talvez, a torpesa de caracter e estupidez insigne, deu provas de que era tão myope de entendimento como elle, e tambem como elle, indigno, pela baixesa dos seus sentimentos de occupar as eminencias do poder.

Pouco tempo depois do desastre que acabamos de referir, a 22 de junho de 1582, sahia do porto de Belle Isle a armada que reconduzia a terras de Portugal o filho do infante D. Luiz e o seu fidelissimo companheiro o conde de Vimioso, com os nobres portuguezes exilados, e da qual era almirante Filippe Strozzi, filho de um republicano florentino, que se havia suicidado no carcere.

Compunha-se essa armada de cinco naus grossas, vinte patachos, e trinta caravellas, com cinco mil homens de desembarque, commandados por gentis homens francezes, officiaes distinctos.

A 16 de julho apparecia nas aguas de S. Miguel; e poucos dias antes, a 10 d'esse mesmo mez sahia do porto de Lisboa, com destino á Terceira, a armada do marquez de Santa Cruz, composta de trinta e uma naus e cinco patachos, com tropas iguaes em numero ás do commando de Strozzi.

Achava-se deffendida a ilha de S. Miguel por mil e quinhentos soldados hespanhoes e portuguezes, aos quaes se juntaram algumas forças populares armadas á pressa. Strozzi mandou desembarcar tres mil homens, commandados por um bom official francez mr. d'Asperrot, e que facilmente desalojaram o inimigo das suas posições, obrigando-o a refugiar-se, depois de consideraveis perdas, na fortaleza da ilha. Cometteu o almirante florentino o erro de se querer apoderar da fortalesa, dando tempo, com essa demora, a que chegasse aos Açores a esquadra do marquez de Santa-Cruz, o que se effectuou no dia 22 de julho, em que foi avistada na altura de Villa Franca do Campo.

Parece que Strozzi, confiando no seu valor e indiscutivel pericia, anciava o momento de se medir com o inimigo em facção de vulto. Este segundo erro foi ainda mais desastroso do que o primeiro. Em vez de se aproveitar das vantagens dos seus navios veleiros, incommodando constantemente com elles os pesados galeões hespanhoes, que já mais os poderiam alcançar, fatigando sempre o inimigo sem nunca entrar com elle em batalha formal, em vez d'esse plano, que era o mais prudente e de mais seguro exito, deliberou Strozzi encontrar-se com Santa Cruz, pretextando a necessidade de o derrotar, antes que fosse reforçado pela frota da Andaluzia, de que era commandante João Martinez Recalde.

O almirante hespanhol, temendo-se do adversario, quatro dias andou esquivando-se ao encontro, para não dar áquelle as vantagens de sol e vento favoravel, das quaes se aproveitou por meio de um movimente executado na noite de 25 de julho, mostrando-se finalmente na madrugada do dia 26, na altura de Villa Franca, prompto para o combate.

Dividira a frota em duas linhas, a primeira das quaes formada de uma urca, dois galeões e duas possantes naus e a segunda dos restantes navios.

O plano de Strozzi era realmente bem concebido, e se tivesse sido realisado como elle o ordenára, decerto que mais uma victoria accrescentaria o seu justo renome.

Consistia esse plano em atacar cada um dos grandes navios da primeira linha hespanhola com esquadrilhas de cinco navios cada uma, devendo o resto da frota incommodar constantemente a segunda linha, afim de a impedir que viesse em auxilio da primeira.

Este excellente plano foi deploravelmente executado, já por falta d'habito das evoluções navaes e pouca disciplina, já tambem pela traição ou covardia de um commandante francez, mr. de Saint-Soline, que achando-se á frente de uma divisão naval de dezoito navios, destinada a incommodar a segunda linha da armada hespanhola, mal começou a peleja levantou ferro, seguindo para o Fayal, sem disparar um tiro! Diz-se que recebera por tão vergonhoso feito 64:000 ducados dos hespanhoes: nunca se provou a traição, mas a infamia de covardia enodoou para sempre aquelle nome.

Não foi, porem, esta a unica falta: ao passo

que o galeão S. Matheus, do commando de D. Lopo de Figueirôa, era atacado pela capitania franceza e mais quatro naus commandadas por Carlos de Boissac, o galeão S. Martinho, commandado pelo proprio marquez de Santa Cruz era apenas assaltado por dois navios francezes, um dos quaes em breve foi mettido a pique pelas sessenta peças de bronze da capitania hespanhola, sendo o outro affugentado ainda antes de chegarem á abordagem.

A urca D. Pedro, assaltada só por quatro navios francezes, deffende-se bem, e as outras duas naus, deixadas em paz, foram, por ordem do marquez de Santa Cruz, em auxilio do galeão S. Matheus, que se achava em perigo. Momentos depois, uma parte da segunda linha vae tambem em soccorro do mesmo galeão. Concentra-se o combate em torno da capitania franceza e das quatro naus de Boissac; por ultimo, rendidos uns após outros todos os navios francezes, apenas resiste o navio almirante, e só termina a lucta quando Filippe de Strozzi e o conde de Vimioso jaziam moribundos aos pés dos vencedores. A derrota foi completa. A esquadra franceza perdeu dois mil homens, e na dos hespanhoes ficaram oitenta fóra do combate entre mortos e feridos.

O pretendente, que na batalha d'Alcantara havia procurado a morte, lançando-se destemido e já desesperado da victoria contra os esquadrões cerrados do duque d'Alba, em Villa Franca separava-se da armada, na vespera do combate, sem occultar que se temia do exito. Não foi de certo por covardia que na hora da lucta se affastou dos seus irmãos d'armas; em muitos lances da sua vida, tão cheia de aventuras, deu provas de coragem, e bastantes para não merecer que o seu nome fique maculado com similhante nodoa: é de crer, que ainda confiasse em novos auxilios dados pelos emulos de Filippe II, mesmo quando a fortuna lhe fosse contraria n'aquella acção, com tanto que na Terceira se conservasse a resistencia; por conseguinte, julgaria o seu primeiro dever não arriscar a vida nos azares de uma peleja. Se eram esses effectivamente os seus calculos, como se pode presumir dos successos que posteriormente se deram, e que ainda teremos de narrar, cedo se desenganou de que o illudira a esperança.

No mesmo dia em que a sua frota era derrotada desembarcou no pequeno porto da Villa de S. Sebastião, e entrou em Angra com honras magestaticas, debaixo do pallio, no meio de grande ajuntamento de povo que o victoriava, e seguido das auctoridades e fidalguia da terra.

Preparavam-se os terceirenses para solemnisar com grandes festas, que deveriam durar muitos dias, a chegada do novo rei, mas a noticia do resultado da batalha, cujo desenlace D. Antonio previra, sem nunca o suppor tão desastroso, poz termo aos festejos, convertendo em terror as alegrias. Foi tão grande o desalento de D. Antonio, que nem tratou de melhorar a defesa da ilha, nem mesmo cuidou do governo d'ella, deixando-a completamente entregue a Manuel da Silva, o qual, mesmo ás suas vistas continuava com as exações e crueldades que tão execrado o tornaram dos habitantes, e que tanto prejudicavam a causa do principe portuguez.

«Tres dias depois da victoria, escreve Rebello da Silva, navegou o marquez de Santa Cruz para Villa Franca, e apenas fundeado encarregou a D. Francisco de Bovadilla o desembarque e a guarda dos fidalgos e soldados francezes prisioneiros. Seriam oitenta as pessoas principaes e pelo menos trinta os senhores de villas e castellos. Maculando a propria gloria, a generosidade da nação e o esplendor do triumpho, o almirante hespanhol mandou acabar pelo verdugo nos vencidos a destruição começada pela guerra. Prevalecendo-se das respostas perfidas de Henrique III e de Catharina de Medicis ao embaixador castelhano João Baptista Tassis, tratou os prisioneiros como piratas perturbadores dos mares. Os nobres foram decapitados, e trezentos marinheiros e soldados foram pendurados das forcas. Esta carnificina executada contra as leis da guerra e contra os direitos do infortunio provocou a execração da Europa e as censuras do exercito castelhano. Os mais illustres capitães invocaram debalde a clemencia do general. Santa Cruz, dizendo que a sentença fôra lavrada pelos reis de França, lançou sobre elles, não sem alguma razão, o sangue derramado nos patibulos de Villa Franca. O marquez, parece, todavia, ter procedido coagido. Leram-lhe muitos na tristeza do rosto a magua do acto, com que se via obrigado a deshonrar os louros. Por traz d'elle estava a mão de Fi-

Combate naval e derrota da facção do Prior do Crato.—Morte do conde de Vimioso
e do almirante Strozzi

lippe II. Sem estas pompas cruentas a victoria ficaria incompleta para o rei catholico. O cadafalso de tantas victimas não era menos efficaz, a seu vêr, do que o valor dos exercitos e das armadas, contra o ardor aventuroso, que engrossára com milhares de alliados a causa de D. Antonio.

«João Martinez de Recalde e os navios de Andaluzia chegaram depois de tudo concluido, e as duas armadas partiram juntas (a 13 d'agosto) em demanda da frota das indias orientaes, commandada por Fernão Telles da Silva. Encontraram-se a 26. Na altura do Fayal, Saint-Soline tentára acommettel-a para roubar alguns navios, mas fôra repellido. Santa Cruz encarregou D. Christovão de Erasso com sete galeões e dois patachos de a comboiar, e veiu surgir á vista da Terceira com toda a esquadra. Acossado por temporaes violentos nada se atreveu, porém, a tentar, continuando a viagem para o porto de Lisboa, aonde entrou a 10 de setembro, festejado com salvas das fortalezas, com testemunhos publicos de regosijo, e até com procissões de acção de graças. O jubilo dos hespanhoes mostrava quaes haviam sido os seus receios.» [1]

Emquanto o marquez de Santa Cruz recebia na côrte as ovações da multidão, e os agradecimentos do soberano, occupava-se o pretendente em activar, nas ilhas que lhe obedeciam, o recrutamento da gente de guerra, e em prover de mantimentos a sua esquadra, composta de quarenta velas e muitos barcos pequenos. N'ella embarcou com oitocentos homens, entre portuguezes, inglezes e francezes, alem de oitenta fidalgos da terra, suspeitos de parciaes dos castelhanos; mas, volvidos poucos dias, teve de retroceder para a ilha, acossado por um temporal, que lhe dispersou e destruiu grande numero de vasos. Finalmente em novembro de 1582 sahia pela ultima vez do territorio da patria, com rumo a França. No tempo em que se demorou na Terceira, longe de captivar adherentes á sua causa, alienou as afeições da melhor gente, não só por que em vez de reprimir as crueldades do conde de Torres Novas, as animava com a sua tacita approvação, mas tambem por que o desregramento dos seus costumes fazia diminuir, pelo escandalo, o numero dos partidarios.

Chegando a França, o filho do infante D. Luiz renovou os esforços junto das côrtes de Paris e Londres para obter novos auxilios. Isabel Tudor, embora detestasse a influencia castelhana, ficára desanimada com a derrota de Villa Franca e não se attrevia a hostilisar abertamente o rei catholico. Catharina de Medicis, mais corajosa, ou mais previdente, empregava as maiores diligencias em favor do pertensor portuguez, não por elle, mas para obstar aos designios ambiciosos do filho de Carlos V. Toda essa diligencia, porem, era frustrada pela força de inercia que lhe oppunha Henrique III, um pouco suspeitoso da extrema facilidade com que os emigrados portuguezes inculcavam poder sustentar-se a defesa das ilhas, contra o poder de Hespanha. Afiançavam elles, que bastariam mil soldados francezes, para, juntamente com as forças portuguezas e os restos salvos da armada de Strozzi, repellirem o inimigo, de uma ilha, que apenas tinha dezoito leguas de contorno, e que só podia ser invadida por tres pontos.

A mãe de Henrique de Valois, acreditando n'estas exagerações conseguiu que o commendador Aymar de Chastes acceitasse o commando de nove companhias, para combater a nova expedição do marquez de Santa Cruz, que já se estava preparando nas aguas do Tejo.

A promptidão com que esta sahiu o mar, mais cedo do que se esperava, constrangeu o commendador a partir precepitadamente, sem primeiro verificar por seus olhos, como tencionára, o que havia de verdade na affirmativa dos emigrados. A 17 de maio levantou ferro do Havre de Grace, com destino á Terceira, onde aportava 25 dias depois, não sem receio, ao partir, de já encontrar a ilha conquistada.

Teve a fortuna de não se realisarem n'este ponto os seus receios, mas tambem teve o desgosto de se desenganar de que eram completamente falsas as informações que lhe haviam dado sobre a facilidade da defesa. Em vez de tres unicos pontos accessiveis ao desembarque, encontrou grande quantidade de enseadas, ou completamente descobertas, ou mal protegidas.

Tratou immediatamente de fazer proceder aos indispensaveis trabalhos de fortificação, sendo

[1] *Hist. de Port. nos seculos XVII e XVIII*, tom. 3.º, pag. 64 a 66.

a cada passo as suas obras contrariadas pela arrogancia inepta do conde de Torres Vedras!

No dia 24 de julho appareceu nas aguas da Terceira, diante de S. Sebastião, a esquadra de Santa Cruz. O commendador de Chastes, depois de mandar o capitão Carlos de Bordeaux com quatro companhias francezas e uma ingleza guarnecer o Fayal, organisou a defeza da Terceira, não com a segurança necessaria, mas com a que lhe permittiam a urgencia das circumstancias e a falta de recursos.

D. Alvaro de Bazan, marquez de Santa Cruz, aproveitára os primeiros dias em fazer reconhecer a costa, a fim de escolher o melhor ponto de desembarque, sem dar grande importancia ao fogo das trincheiras e fortalezas, que lhe não causavam na esquadra grandes avarias.

Ao mesmo tempo que se occupava d'esta operação enviava Manuel Rebello, portuguez, com cartas suas e do marquez de Tavora, promettendo ao conde de Torres Vedras, se prestasse obediencia ao soberano hespanhol, garantir-lhe, de juro e herdade, o titulo que lhe havia sido dado por D. Antonio, duas commendas, uma para elle outra para seu filho, o cargo de dama da infante para a filha e 20:000 cruzados para pagamento das suas dividas. Para os moradores da cidade e da ilha amnistia sem restricções; aos francezes, tanto officiaes como soldados, capitulação honrosa.

O conde abriu as cartas em publico, leu-as para si, e respondeu ao mensageiro: «Affirmae ao marquez, que digo eu, querendo Deus, que antes de um anno heide pôr minha lança em Madrid.» Esta fanfarronada era extremamente ridicula, por que o desgraçado, desde que os inimigos se aproximaram, trocara a arrogancia e a insolencia pelo mais profundo terror, com tudo, é dever da historia não esconder aquelle acto de fidelidade, unica virtude que praticou durante o seu governo, tão cheio de crimes. O commendador leu tambem, e rasgou sem communicar a nenhum dos seus, as propostas que lhe faziam de quartel e viagem com tres mezes de soldos.

No dia 26 de julho, antes do alvorecer, surgiram tres galés defronte da Villa da Praia, disparando para terra, afim de chamarem para aquelle ponto as attenções dos sitiados. Ao mesmo tempo alguns patachos e barcos chatos, rebocados pelas galés, conseguiam lançar em terra cinco mil homens, junto de Santa Catharina, ponto mal defendido pelo capitão Bourguignon com duas companhias portuguezas e cincoenta soldados francezes. As companhias portuguezas dispersavam ás primeiras descargas de bordo, e o capitão, ficando a disputar o passo, com os cincoenta francezes, a D. Francisco de Bovadilha, D. Francisco de Cordova e D. João de Tegeda, commandantes das tropas invasoras, depois de breve combate, cahiu morto com trinta e cinco dos seus heroicos companheiros. A esse tempo já o marquez de Santa Cruz havia entrado no porto que os hespanhoes denominavam de las Muelas, varejando d'ahi o forte e as trincheiras, e fazendo calar, dentro em pouco, a artilheria portugueza. Pelas dez hoaas da manhã as forças hespanholas achavam-se todas desembarcadas e em boa ordem de batalha.

Assim que o marquez, que fôra o ultimo a desembarcar, poz pé em terra, logo o mestre de campo, D. Francisco de Bovadilla, pediu e obteve licença do capitão general para acometter com a vanguarda os inimigos.

Em quanto o mestre de campo atacava os pontos defendidos pelos capitães du Mayet, de la Grave e de Angarnagues, acomettia tambem o commendador de Chastes, com quinhentos francezes, a retaguarda do exercito hespanhol, composta de setecentos arcabuzeiros, e que occupava uma pequena aldeia. Travou-se renhida escaramuça, e nas quatro a cinco horas que ella durou, por mais de uma vez a posição foi, de uma e outra parte, perdida e retomada. Por ultimo, o commendador, que havia soffrido muitas perdas, reunindo um pequeno corpo dos soldados que lhe restavam, acometteu com elle, e desalojou definitivamente os hespanhoes.

Poucas eram as forças que tentaram, sem o conseguir, obstar ao desembarque das tropas castelhanas, e que sustentaram as primeiras arremetidas; no entretanto Manuel da Silva refreava a impaciencia de uns oito a nove mil homens entre francezes, inglezes e portuguezes, não consentindo que entrassem na refrega, apesar das demonstrações que elles davam de querer marchar contra os invasores! O covarde tinha medo de se expor ás balas, ou ficar prisioneiro, e já havia preparado uma caravela ligeira, ten-

cionando fugir n'ella, de noite, para a ilha da Graciosa. Suspeitosos da fuga, os capitães das fortalezas de Santo Antonio e S. Sebastião mandaram fazer fogo sobre a barca, ameaçando-a de a meter a pique, se tentasse affastar-se.

Frustrado o plano de evasão, e estimulado pelos repetidos recados de Aymar de Chastes, appareceu finalmente a este, pela tarde, o conde de Torres Vedras, acompanhado de mil portuguezes e grandes manadas de vaccas e de touros. Queria repetir o ardil empregado na primeira invasão com bom exito, como já n'outro logar referimos. Tão inepto, como covarde, não via que as circumstancias eram agora completamente diversas. O commendador, exprobando-lhe o seu indigno procedimento, repeliu o emprego de tão inutil e ridiculo artificio. Ouviu o conde as reprehensões com humildade, mas não desistiu do intento. Pelo fim da tarde houve grande alvoroço no acampamento de D. Alvaro de Bazan, o qual, informando-se da novidade, soube que as sentinellas tinham avistado muitas vaccas e touros com gente da ilha atraz. O velho general sorriu-se do pueril estratagema, e ordenou em voz alta aos commandantes que não mandassem disparar nem um tiro contra o gado bravo; se este acomettesse, que abrissem fileiras e o deixassem passar. Diz-se que os portuguezes, por muito proximos, ouviram a transmissão d'esta ordem. Fosse realmente esse o motivo, ou qualquer outro, é certo que desistiram do intento.

Veio a noite e cessaram as hostilidades. As tropas portuguezas, cujo impeto havia sido refreado por Manuel da Silva, como dissemos, cheias agora de terror, desertaram, refugiando-se nos montes. Ficaram só no campo, expondo a vida pela independencia de Portugal, um punhado de soldados estrangeiros, a maior parte dos quaes se achavam fatigados pela escaramuça que haviam sustentado n'aquelle dia, e todos desanimados por verem mortos, ou gravemente feridos, muitos dos seus melhores officiaes.

Decidiu Aymar, com os seus capitães, retrogradar para Angra e defender-se nas fortalezas da cidade. Aconselhou-lhes o conde de Torres Vedras que se recolhessem antes ás fortes posições de Nossa Senhora de Guadalupe, levantadas na serra; seguiram o alvitre, na persuação de que o conde os acompanharia; este, porem, sumiu-se no meio do caminho.

Ludibriado ainda mais uma vez, em tão criticas circumstancias, pelo logar-tenente de D. Antonio, o commendador voltou ao seu primeiro proposito, e tentou retroceder. Já era tarde. O marquez, sabendo que a cidade se achava desguarnecida, e receando que as forças de Chastes a fossem occupar, mandou-a investir por quinhentos arcabuzeiros, que a tomaram sem resistencia, assonhereando-se logo do castello e fortalezas. Em seguida entrou todo o exercito.

Ao mesmo tempo que a soldadesca desenfreada exercia nos habitantes as atrocidades que n'aquelle tempo eram permittidas pelas leis da guerra, abriam-se as prizões em que se achavam encarcerados os prizioneiros castelhanos, e os portuguezes perseguidos por Manuel da Silva, o qual já a esse tempo se tinha posto a salvo, refugiando-se nos mattos, á espera de occasião opportuna em que podesse fugir n'alguma das barcas, que mezes antes havia preparado para esse fim.

Terminados os dias de saque, o marquez de Santa Cruz convidou os moradores fugitivos a recolherem-se á cidade; a principio foram poucos os que se aventuraram; vendo, porem, que as auctoridades haviam restabelecido a ordem, voltaram todos.

No entanto o general, solicito no cumprimento dos seus deveres, como soldado, mandava uma expedição, commandada por D. Pedro de Toledo, a submetter as ilhas ainda sugeitas á obediencia de D. Antonio. Todas se entregaram sem resistencia, com excepção do Fayal, onde os francezes commandados pelo capitão Carlos de Bordeaux, encerrados no castello da Horta, só depozeram as armas depois de uma capitulação vantajosa.

Restavam apenas os soldados francezes do commendador de Chastes, fortificados em Guadalupe. Apesar das más condições em que se achavam, porque, embora occupassem uma boa posição, eram poucos para se arrostarem com o exercito hespanhol, e careciam de munições e viveres, apesar d'isso, o marquez de Santa Cruz, que se dava por satisfeito com os triumphos obtidos, e tinha o maior desejo de pôr termo á guerra, fez-lhes propostas de capitulação. Em virtude d'ellas foi-lhes concedido retirarem para

França, em navios hespanhoes, sustentados pelo rei de Hespanha, e levando bagagens e armas, com excepção de arcabuzes, piques e mosquetes. Entregaram-se em numero de mil e duzentos, no dia 4 d'agosto, e a 14 embarcaram para o seu paiz.

Pouco antes, no dia 10 d'esse mesmo mez, foi preso Manuel da Silva, cujo escondrijo uma escrava tinha denunciado. Mettido a tormento, revelou tudo quanto sabia das cousas de D. Antonio, e tres dias depois subiu ao patibulo, onde o carrasco lhe decepou a cabeça. No mesmo dia foram degolados mais dois parciaes do prior do Crato, enforcados doze, e muitos outros açoitados pelas ruas com baraço e pregão, indo em seguida para as galés.

CAPITULO II

Regresso de Filippe II a Madrid.—Governo do archi-duque Alberto.—O rei de Penamacôr.—O rei da Ericeira.—Rompimento de relações entre Inglaterra e Hespanha.—A invencivel armada.—Ultimo emprehendimento de D. Antonio e sua morte.—O pasteleiro de Madrigal.—Fallecimento de Filippe II.

Depois que o marquez de Santa Cruz, destroçada a esquadra de Strozzi, regressou a Lisboa, o rei catholico, desopprimido do cuidado que lhe dava a resistencia da Terceira, porque desde logo previra todo o alcance da victoria de Villa Franca do Campo, e vendo, alem d'isso, que o seu governo se ia consolidando no reino, á medida que se succediam os revezes de D. Antonio, pensou em regressar a Hespanha, onde o estavam chamando os negocios do Aragão e as guerras de Flandres.

Para deixar de si boa memoria aos portuguezes quiz assignalar a sua partida com um acto de generosidade, concedendo novo perdão, em que eram comprehendidas muitas pessoas excluidas do primeiro, e que foi publicado em 10 de agosto de 1582.

No momento em que se preparava para a partida foi surprehendido pela noticia do fallecimento do seu primogenito, o principe D. Diogo, sendo, por isso, constrangido a prolongar a sua demora em Lisboa, para convocar as côrtes, a fim de por ellas ser reconhecido e jurado successor da corôa portugueza o principe seu herdeiro. Effectivamente em 15 de janeiro do anno seguinte foi a sessão da abertura, e a 26 do mesmo mez a solemnidade do juramento, feita com grande pompa. Pouco antes havia fallecido, nos paços da Ribeira, quasi octogenario, o duque d'Alba, que descia ao tumulo coberto de gloria pelos seus feitos militares, e de maldições pela crueldade da sua politica. O rei catholico, que durante a enfermidade do seu melhor general se mostrára reconhecido aos muitos serviços que lhe devia, consolando-o com algumas visitas, depois que elle cerrou os olhos não deu as menores demonstrações de sentimento. D. Sancho d'Avila, discipulo e protegido do duque, seguiu-o de perto no caminho da eternidade, mas a sua memoria não foi amaldiçoada, como a do terrivel governador dos Paizes Baixos, por que sendo intrepido e habil na lucta, era na victoria generoso.

A demora do rei catholico em Portugal, prolongada por dois annos, estava prejudicando gravemente os negocios da sua extença monarchia; resolveu-se, pois, a partir para Madrid, o que effectuou no dia 11 de fevereiro de 1583, levando comsigo, para despachar na côrte de Hespanha os negocios do seu novo reino, um conselho composto do bispo capellão-mór, de D. Christovão de Moura, e dos doutores Pedro Barbosa e Ruy de Mattos de Noronha.

Ficou governando o reino o cardeal Alberto, sobrinho do rei, e a quem a Santa Sé, por graça especial, investiu tambem nas funcções de legado apostolico. O arcebispo de Lisboa D. Jorge d'Almeida, Pedro da Alcaçova Carneiro e Miguel de Moura, escrivão da puridade, formavam o conselho que lhe assistia. D. Carlos Galceran de Borja, duque de Gandia, substituiu o duque d'Alba no cargo de capitão general, e o doutor Francisco de Villafaña assumiu o logar de vedor da fazenda.

Havia decorrido mais de um anno que Filippe II se tinha ausentado, continuando, todavia, a ter debaixo da sua immediata resolução os negocios de Portugal, pois que seu sobrinho nada decidia, sem previamente solicitar as suas ordens. A causa de D. Antonio considerava-se perdida, e o povo, que tantas esperanças havia

concebido na boa fortuna do filho do infante D. Luiz, vendo-as dissiparem-se, creára maior aversão aos oppressores, e sentia mais vivas as saudades da liberdade que perdera. Propagou-se então com maior intensidade a crença de que D. Sebastião, escapando com vida do desastre de Alcacer-Kibir, podera evadir-se a occultas de Arzila, e fôra penitenciar-se n'um ermo das suas imprudencias de mancebo, que tantas calamidades causaram á patria. Cresceu com o descontentamento a superstição, que se transformou em fanatismo. A credulidade popular estava sufficientemente preparada para aceitar o prodigio da subita apparição do vencido d'Africa, que viesse expulsar o rei estrangeiro do throno dos seus maiores. Effectivamente não faltaram impostores que, ou de motu proprio, ou por instigações alheias, se incumbissem d'esse papel. O primeiro appareceu em julho de 1584, e ficou conhecido na historia com o nome de rei de Penamacôr.

«Quem representava este papel, diz um historiador moderno, era um mancebo de vinte annos, filho de um oleiro de Alcobaça, que viera, em criança para Lisboa, com um homem que fazia rosarios. Em 1578 o patrão do rapasito fugira da peste que assolava a capital, e o seu aprendiz metteu-se frade carmelita. Em breve se enfastiou do convento, segundo parece, pois fez com que os monges o pozessem na rua, mas graças a alguns protectores que soubera conciliar-se, porque elle tinha uma indole activa e emprehendedora, obteve licença de se fazer eremita, o que era uma profissão rendosa. Encetou uma peregrinação pelo reino, peregrinação que foi terminar junto da Villa de Albuquerque, na fronteira espanhola, onde encontrou um eremiterio abandonado de que se fez habitante.

«O novo asceta era rapaz, esperto, e por conseguinte não tardaram a visital-o na eremita devotos e principalmente devotas, entre outras uma senhora viuva, cujo marido morrera em Alcacer-Kibir. O asceta pagou as visitas á piedosa dama, e parece que principiou a rasgar um tanto ou quanto a sua capa de santidade, porque houve quem o visse passear pelas ruas em companhia de moços turbulentos, e trocar pela guitarra profana e pelas trovas voluptuosas o cantochão de rigor.

«Soube d'estes factos o prior da freguezia mais proxima, e, para evitar escandalo, ordenou ao eremita que sahisse do sitio. A viuva do guerreiro d'Alcacer-Kibir dera-lhe para viatico dinheiro, fato e um cavallo. Com isto implicou a justiça de Alcobaça, mas o rapaz provou que não roubára esses objectos, foi solto, mas para ganhar a vida, como já não podia passar por eremita, começou a representar o papel de soldado de Alcacer-Kibir, de captivo de Fez, lembrança que lhe foi decerto suggerida pela sua intimidade com a viuva. O povo gostava de ouvir historias phantasiadas das proesas da batalha e dos martyrios dos carceres; o rapaz era bom improvisador.

«Pouco a pouco veiu o nome de D. Sebastião á boca de alguns populares; perguntavam-lhe qual teria sido a sorte do rei; o homem, para se dar importancia, affectava uns ares mysteriosos. O mysterio redobrava a curiosidade. A pouco e pouco foi-se mettendo na cabeça d'alguns que podia aquelle vagabundo ser muito bem el-rei, que andasse cumprindo penitencia, por ter arrastado o reino á perdição. A principio o rapaz quiz desmentir esses vagos boatos; houve quem lhe fizesse perceber o proveito que podia auferir da credulidade popular. Não foi preciso muito para incitar a imaginação velhaca do ex-eremita. Dois cumplices assumiram o papel de dois vultos sympathicos ao povo; um tomou o de Christovão de Tavora, o conselheiro valido de D. Sebastião, o outro o do bispo da Guarda, o intrepido confidente de D. Antonio, e os tres, juntando-se em Penamacôr, principiaram a aggregar credulos partidarios, que formavam uma especie de côrte a este soberano de novo genero.

«Parece que o fim exclusivo d'esta conspiração de cavalleiros de industria era explorarem a credulidade do povo para viverem á larga, pagando as despezas das hospedarias com duas palavras ditas em segredo pelo pseudo Christovão de Tavora e pelo supposto bispo da Guarda, ao ouvido dos estalajadeiros. Estas palavras faziam com que os pobres homens não exigissem pagamento, e, descubrindo-se respeitosamente, fizessem votos pela salvação do seu querido monarcha.

«É possivel que pela mente do audacioso aventureiro começassem a germinar planos mais vastos. Já ia creando partidarios numerosos pela generosidade com que repartia pelos pobres o

que dos ricos recebia. Ser-lhe-hia com tudo difficil representar o seu papel: nem se parecia nada com D. Sebastião, nem os seus vinte annos concordavam com os trinta que o finado rei devia ter n'essa época.

«Em todo o caso, a fama espalhou-se, e foi inquietar o governo de Lisboa, que expediu ordens immediatamente ao juiz de Penamacôr, o doutor Leitão, para prender o supposto rei e os seus dois cumplices. O ex-eremita procurou ainda sustentar a sua impostura, dando respostas evasivas ao juiz; mas isso de nada lhe serviu. Foi remettido para Lisboa, onde entrou montado n'um burro, sendo exposto no campo de Santa Clara, para que todos se convencessem, vendo-o, de que nada se parecia com el-rei D. Sebastião.

«Pelo mesmo motivo foi conduzido de rosto descoberto e mãos atadas atraz das costas ao Limoeiro, onde ficou encarcerado. Applicaram-lhe a tortura, que elle supportou, com bastante fleugma, e a sua defesa consistiu sempre em que nunca se fizera passar por D. Sebastião, que apenas aceitava as homenagens que lhe prestavam, sem que de modo algum as provocasse. Estas respostas, dadas n'um tom agaiatado, e que mostravam a pouca importancia do *pretendente*, dispozeram os juizes e o proprio archi-duque Alberto á clemencia, e emquanto os seus dois cumplices, os que se faziam passar por Christovão de Tavora e pelo bispo da Guarda, que tinham sido evidentemente os auctores do plano, eram executados, elle era simplesmente condemnado a remar nas galés.

«N'essa qualidade embarcou a bordo da *Invencivel armada* em 1588, e quando a frota passou junto das costas de França, logrou escapar-se, a abrigo, provavelmente, da tempestade que dispersou e destruiu a formidavel esquadra, e depois nunca mais se soube d'elle.» [1]

Pouco depois de mettido em ferros o aventureiro de Penamacôr, appareceu logo quem se incumbisse de representar papel identico, mas em tragedia mais sangrenta e rica de peripecias. Foi Matheus Alvares, natural da Villa da Praia, nos Açores, e que, tendo tomado o habito de noviço em um convento proximo d'Obidos, passara d'ahi para o convento da Cortiça, na serra de Cintra, e por ultimo, abandonando o claustro, fôra habitar um eremiterio proximo da villa da Ericeira.

Da narração que acima transcrevemos claramente se deprehende, que o fingimento do aventureiro condemnado ás galés não tinha outro fim, senão explorar em proveito proprio a credulidade popular; com esse unico intuito, o impostor lançava mão das circumstancias que occasionalmente se lhe offereciam: não assim Matheus Alvares; esse, apesar de igualmente rustico, tinha, comtudo, mais elevados pensamentos: concebeu um plano que tratou de pôr em pratica.

Os successos de Penamacôr tinham impressionado vivamente o espirito publico; não se fallava d'outra coisa em Portugal, muito especialmente entre a classe do povo. Diz-se que os visitantes do eremiterio da Ericeira, narrando ao eremita aquelles successos, notaram o ar mysterioso com que elle escutava os seus interlocutores. Não passou desapercebida esta circumstancia; pelo contrario, foi notada com insistencia.

Admittida a crença, então corrente, de que D. Sebastião, conhecendo os seus erros e os funestos resultados d'elles, os estava expiando voluntariamente, é facil ajuisar como surgiria a suspeita de que o moço eremita fosse effectivamente o rei, tanto mais, que a similhança d'elle com o vencido d'Africa era notavel, e a idade a mesma. Dentro em pouco principiou a correr o vago rumor de que havia quem tivesse ouvido, por alta noite, o eremita flagelar-se exclamando: «Portugal a que abysmo deceste! Sou eu a causa da tua desgraça! Infeliz Sebastião, com que penitencia poderás tu expiar as tuas culpas?»

A principio era só a gente da plebe que se occupava com interesse do que se passava no eremiterio; mas os boatos tomaram vulto, e um rico proprietario, chamado Antonio Simões, chegou a affirmar que reconhecia perfeitamente o eremita por D. Sebastião. Pouco depois, Pedro Affonso, dono de uma herdade em Rio de Mouro, caracter energico e homem de acção, tomou abertamente o partido de Matheus Alvares.

Soube-se em Lisboa do alvoroço que andava por aquelles sitios e o governo, sobresaltado, mandou á Ericeira, para investigações, o corregedor Diogo da Fonseca, o mesmo que já tinha instaurado processo ao aventureiro do Penamacôr.

[1] Pinheiro Chagas. *Hist. de Port.*, tom. v, pag. 112.

Offic. Typ. da Empreza Litteraria.

Os falsos D. Sebastião.—O rei da Ericeira

Os falsos D. Sebastião.—O rei da Ericeira

A esse tempo já Matheus Alvares conseguira reunir uns oitocentos homens, que ao chegar a auctoridade se dispersaram, sem que nenhum d'elles podesse ser preso. A prompta fugida dos insurgentes tranquillisou o governo; comtudo, mal o corregedor sahira da Ericeira voltaram os partidarios de Matheus Alvares a reunir-se-lhe. Grato a esta fidelidade, o novo pretendente começou a distribuir mercês pelos seus adherentes com mão generosa. Pedro Affonso foi o mais distinguido; começou a chamar-se D. Pedro Affonso de Menezes, recebeu os titulos de marquez de Torres Vedras e conde de Monsanto, senhor da Ericeira e governador de Lisboa. A filha de Pedro Affonso, escolhida pelo pretendente para sua esposa, foi coroada rainha, com um diadema furtado a uma imagem de Nossa Senhora.

Ao mesmo tempo Matheus Alvares apparecia pouco para não perder o seu prestigio, e enviava recados a differentes fidalgos, entre os quaes a D. Diogo de Sousa, commandante da esquadra que transportára o exercito portuguez para Africa. Ignora-se o que o pretendente lhe mandaria dizer; o que elle porem affirmava aos seus parciaes é que lhe communicára a senha que lhe havia dado quando partira para fazer penitencia, e que D. Diogo, reconhecendo a identidade, não ousára comtudo declaral-o, por traição, ou covardia. Proseguindo no seu plano o pretendente foi mais alem; attreveu-se mesmo a mandar uma carta ao cardeal Alberto, intimando-o a que sahisse do reino. Foi escolhida para esta missão perigosa uma innocente criança, filho de Antonio Simões. O enviado escapou ao suplicio pela sua pouca idade e boa indole do archi-duque. Começaram a circular no reino proclamações chamando o povo á revolta; uma d'ellas cahiu nas mãos do antigo confessor do cardeal-rei, o padre Leão Henriques, que logo a communicou a Miguel de Moura.

Chegando estes factos ao conhecimento do governo, receou, este que a insurreição tomasse proporções sérias, e decidiu acabar com ella, antes que lavrasse por outras terras. Em Mafra já o povo amotinado tinha prendido o doutor Gaspar Pereira, desembargador da relação, e que estava em uma quinta que possuia proximo da villa; não só o assassinaram a elle, mas tambem a um filho e a um sobrinho. Ao corregedor de Torres Vedras e seu escrivão lançaram-os ao mar, dos penhascos da Ericeira. Estes e muitos outros excessos praticados pelos insurgentes allienaram-lhes as sympathias e o auxilio dos homens cordatos, que embora desejassem vehemente a independencia da patria, não podiam comtudo associar-se a similhantes crimes. Mas, apesar d'isso, a onda da plebe crescia, e compravam-se abertamente munições de guerra.

O movimento chegou a causar verdadeiro susto ao governo: e tanto, que o marquez de Santa Cruz reforçava as guardas do palacio do archiduque, ao mesmo tempo que dava a necessaria força ao corregedor Diogo da Fonseca, para suffocar a insurreição.

Partindo para o seu destino encontrou-se o corregedor na Ericeira com um grupo de duzentos insurgentes, os quaes intimou para se renderem; responderam á intimação com uma descarga de fuzilaria. Travou-se uma escaramuça, que foi brevemente terminada com a derrota dos revoltosos, oitenta dos quaes ficaram prisioneiros. Postos alguns a tortura confessaram que o principal das forças se achava em Torres Vedras. Para lá caminhou o corregedor, depois de se reforçar com mais duas companhias hespanholas. O resultado foi similhante ao da Ericeira; os chefes, conhecendo que não podiam luctar com tropas regulares, trataram de se escapulir logo ás primeiras descargas, e antes d'elles o proprio pretendente nem sequer esperou pelos primeiros tiros. Deve, porem, mencionar-se com honra o heroismo de um punhado de voluntarios, que, refugiando-se na egreja de Santa Maria do Porto, bateram-se com o maior denodo, morrendo ali todos, desde o primeiro até ao ultimo.

Matheus Alvares, que havia fugido, foi denunciado e preso, e no dia 12 de junho de 1585 fazia a sua entrada em Lisboa, pelas portas de Santo Antão. Instaurando-se-lhe immediatamente processo, e posto a tortura, supportou os tratos corajosamente, declarando aos juizes que o seu plano era sublevar os portuguezes contra o dominio estranho, e quando tivesse expulso os dominadores, diria aos seus conterraneos: estaes livres, elegei o rei que vos aprover.

A organisação do processo, interrogatorios e sentença da causa tudo se concluiu em menos de 48 horas, tamanho era o terror de que se

achava possuido o governo! No dia 14 de junho de 1585, subiu Matheus Alvares ao patibulo, sendo-lhe cortada a mão direita, antes de soffrer o supplicio da forca. Depois, a cabeça separada do corpo ficou exposta, durante um mez, no pelourinho; e o corpo, desfeito em pedaços, foi repartido pelas portas da cidade.

Pouco tempo depois, Pedro Affonso, sendo preso por denuncia, foi tambem enforcado em Lisboa, e na Ericeira, Torres Vedras e Mafra esteve a forca em activo exercicio por muitos dias.

Assim terminou afogada em sangue uma insurreição, que não poderia incutir o menor receio a qualquer governo nacional, e que, por tanto, acabaria com ella sem fazer tantas victimas, nem precisar de erguer o cadafalso.

Estas chimeras de *sebastianismo* a que se aferraram os que ainda nutriam desejos e esperanças da independencia da patria, provam que ninguem já contava com os esforços do filho do infante D. Luiz. Effectivamente o principe portuguez estava expiando os seus erros no exilio, onde a adversidade o perseguia cruelmente. Era deveras atribulada aquella existencia sempre em lucta, ora com os sicarios que Filippe II extipendiava para o matarem pelo ferro, ou pelo veneno, ora com a falta de meios para as mais urgentes necessidades da vida. Tratado com as maiores honrarias, tanto na côrte de França, como na de Inglaterra, chegou comtudo a taes extremos de pobresa, que achando-se doente nem dinheiro tinha para chamar um medico!

E era precisamente n'essa occasião que o rei catholico, por intermedio do seu embaixador em Londres, pactuava, com os conspiradores que deviam derrubar o throno de Isabel, a prisão de D. Antonio.

Descuberta aquella conspiração, e a cumplicidade da côrte hespanhola, quebraram-se os laços da fingida amisade entre as duas nações. Rompeu as hostilidades a Inglaterra, expulsando de Londres o embaixador hespanhol D. Bernardino de Mendosa. A esta formal declaração de guerra respondeu Filippe II, embargando todos os navios inglezes, fundeados nos portos da peninsula. A esse tempo já sir Francisco Drake, embora sem auctorisação official do seu governo, tinha assolado algumas colonias portuguezas e hespanholas, e apresado muitos galeões, que regressavam dos dominios ultramarinos carregados de mercadorias.

Depois d'essa expedição, em que gastou dez mezes, o intrepido almirante, encarregado pela rainha Izabel de destruir os preparativos maritimos de que se estava occupando o rei catholico, sahe de Plymont, em 1587, com quatro navios da corôa e vinte e seis de armadores particulares, navega para Cadix, entra no porto, destroçando seis galés que se lhe oppõe, e queima mais de cem vasos de guerra, carregados de petrechos militares. Prehenchido o seu fim retira-se, tendo soffrido apenas leves perdas; visita as costas de Portugal, tomando o castello do Cabo de S. Vicente, e vae em seguida cruzar nas aguas dos Açores, onde aprisionou um galeão que regressava da America.

Estas audacias do almirante britanico, ferindo o orgulho do poderoso monarcha hespanhol, excitaram vivamente a sua colera. Occultando o resentimento, como era proprio da sua indole dissimulada, protestou no intimo tirar vingança de tantos ultrages, na primeira occasião que se lhe offerecesse. Seguindo de perto, por meio da espionagem que tinha organisada, os acontecimentos da côrte ingleza, previu, desde logo, que a tão desejada opportunidade não poderia demorar-se muito. Tratou, pois, de preparar-se para uma lucta, que devia ser formidavel. Em todos os portos do seu vasto imperio se trabalhava activamente na construcção, apparelho e munição de vasos de guerra, ao mesmo tempo que por toda a parte se procedia ao alistamento de tropas.

O supplicio de Maria Stuart, enchendo de assombro e indignação todas as côrtes da Europa, era o ensejo que o rei catholico já desde muito esperava, e de que procurou aproveitar-se. Annullou-lhe, em parte, os seus planos a infatigavel actividade e energia viril de Isabel Tudor. Expondo aos reis de França e de Escocia os perigos a que se expunham, ligando-se com o monarcha hespanhol, affastou d'elle estes valiosos auxiliares. Apesar d'isso, não desistiu do seu intento o rei catholico; não só lhe doía vêr perdidas as consideraveis despezas que tinha feito, mas sobretudo não podia resistir aos impulsos do resentimento, da ambição e do fanatismo, que tudo n'elle se reunia, para o animar a tão arrojada empreza. Vingar antigos aggravos, nunca

esquecidos, embora dissimulados, propagar a fé, apagando a heresia n'um dos seus mais ardentes fócos, e ao mesmo tempo alargar o seu imperio, já tão vasto, com mais um reino poderoso, eis o grandioso plano que Filippe II se propoz realisar, quando deliberou invadir os Estados de Isabel com um formidavel exercito, o qual deveria ser transportado n'uma das maiores esquadras equipadas no mundo, e que ainda hoje é conhecida na historia pelo nome da *Invencivel Armada*.

A frota destinada a conquistar mais um reino para o filho de Carlos V reunira-se na ampla enseada do Tejo, d'onde levantou ferro no dia 27 de maio de 1588. Compunha-se, alem de grande numero de pequenas embarcações, que lhe seguiam a esteira, de cento e quarenta e seis navios, tripulados por oito mil marinheiros, artilhados com dois mil e quinhentos canhões, e levando a bordo dezeseis mil homens de desembarque.

Pensava Filippe II em dar o commando da armada ao marquez de Santa Cruz, o melhor almirante da Hespanha, e um dos mais habeis marinheiros da Europa. Atalhou este designio a morte, ferindo de subito o velho guerreiro. Substitui-o D. Alonzo Pires de Gusman, duque de Medina-Sidonia, fidalgo de primeira nobresa, mas cuja incapacidade para tão elevado posto deveria mais tarde fazer arrepender de similhante escolha o rei catholico, que, já talvez um pouco receoso, havia collocado junto do novo almirante tres distinctos officiaes de marinha, muito estimados do fallecido marquez: Moncada, Oguendo e Recalde. As tropas de terra eram commandadas por Bovadilla, que se tornára distincto na batalha naval de Villa Franca dos Açores.

Deveria ainda juntar-se á esquadra, nas costas de Flandres, uma flotilha de barcos chatos, organisada por Alexandre Farnesio, e destinada a lançar nas praias de Inglaterra trinta mil soldados das differentes nações sugeitas ao dominio de Castella.

A filha de Henrique VIII preparava-se corajosamente para a defesa, desenvolvendo uma prodigiosa actividade. Alem de organisar um exercito de sessenta e seis mil infantes, quatro mil e trezentos cavallos e trinta e seis canhões, aprompptou tambem com a maior rapidez cento e noventa e um navios pequenos, mas veleiros, os quaes pôz sob o commando dos habillissimos marinheiros Francisco Drake, Hawrard, Ellingham, Forbisher, Hawkim, Seymour e Winter.

A invencivel armada, tendo deixado fugir a occasião de destruir a pequena armada britannica no porto de Plimouth, e depois de uma ligeira escaramuça em que os inglezes ficaram vencedores, foi ancorar em Calais. Não se attrevia Drake a combatel-a reunida, mas tambem não encontrava meio de a atacar parcialmente; vendo-a tão perto dos portos de Flandres, perdia a esperança de impedir que ella se juntasse com a esquadrilha do duque de Parma. Na noite de 8 para 9 de junho desceu repentinamente sobre o mar uma grande cerração, nuncia de tormenta; Drake, aproveitando-se das trevas, aproxima-se da armada hespanhola e atirar-lhe com oito brulotes, que incendeam alguns navios. Espalha-se o terror nos castelhanos, que para obstar á propagação do incendio cortam precipitadamente as amarras, velejando para o mar alto. A tempestade que havia muito já estava ameaçando, desencadea-se furiosa, dispersando os navios de Filippe II e atirando com elles aos baixios da Mancha, mal conhecidos pelos pilotos hespanhoes. Os inglezes, praticos do canal, perseguem as embarcações inimigas, collocando-as entre o combate e o naufragio. O almirante hespanhol consegue escapar-se com algumas naus e pouquissimos galeões, e apoz dois mezes de lucta com as ondas, aporta finalmente a Santander de Biscaya. Outros navios, não muito numerosos, arribaram desgarrados a differentes portos da peninsula.

«Festejou-se a derrota da armada hespanhola em Inglaterra, diz Rebello da Silva, com delirios de enthusiasmo. O rei catholico ouviu a noticia do immenso desastre da bocca do seu confidente D. Christovão de Moura com a serenidade que era uma feição proeminente da sua physionomia. Quando Moura entrou na camara D. Filippe escrevia. Suspendeu-se, e escutou-o com o socego usual. O respeito de si mesmo e o imperio que exercia sobre as proprias paixões, escondiam cuidadosamente de todos o que havia ainda de humano em seu coração. No meio dos jubilos da victoria de Lepanto não se lhe divisava no rosto a menor sombra de commoção, e para notar o maior feito de armas da christandade em tres seculos de luctas exclamára apenas: «A muito se atreveu D. João!» Informado da má sorte da

armada redarguio friamente ao ministro: «Louvado Deus, se cortaram os ramos não deceparam a arvore. Pouco importa que fuja a agua quando não se estancou a nascente.» Proferidas estas palavras proseguiu placidamente a sua escripta.» [1]

«Esta expedição, escreve um notavel historiador moderno, completamente frustrada, tornou-se immensamente funesta pelos novos sacrificios que as suas desastrosas consequencias tornaram indispensaveis. Se o rei sabia consolar-se, o reino tinha motivos para ficar inconsolavel. Filippe viu-se forçado a pedir, no anno seguinte, em 1589, o mais oneroso de todos os impostos, o denominado dos milhões: este imposto, elevando-se á avultada somma de oito milhões de ducados em seis annos, podia, pela sua importancia comparar-se com o *servicio*, e pela sua natureza era uma verdadeira *accise*, pois que tributava os generos mais necessarios á vida, como o vinho, o azeite, a carne, etc.» [2]

Desejosa de tomar vingança da projectada invasão, Isabel Tudor decidiu-se emfim a annuir ás instancias de D. Antonio, o qual lhe havia feito promessa de larguissimas vantagens, logo que se apoderasse do throno; affirmava o pretendente, mostrando cartas de muitos portuguezes, que não seria difficil a empreza, pois que poderia contar-se com uma sublevação geral no reino, a seu favor, mal se apresentassem em frente de Lisboa as tropas inglezas.

Apesar do seu desejo de desforra, apesar das promettidas vantagens e da inculcada facilidade, a filha de Henrique VIII não quiz arriscar na expedição grandes sommas; limitou-se a dar seis náus da corôa e sessenta mil libras esterlinas de subsidio. Nomeando, porém, Francisco Drake almirante, fez com que muitos armadores particulares, confiando na pericia do insigne official de marinha, corressem com grande parte das despezas.

No dia 15 d'abril de 1589 sahiu Drake do porto de Plymouth, com um exercito de onze mil homens de desembarque, commandados por sir John Norris, alem de quatro mil tripulantes. No dia 4 de maio chega á Corunha, em cujo porto se estava preparando nova esquadra com que Filippe II tencionava vingar a perda da *Invencivel Armada.* Drake entra na enseada, queima uns poucos de navios e lança na praia as tropas do commando de sir John Norris, o qual toma de assalto a cidade baixa, pondo cerco á cidade alta. Perdeu o exercito alguns dias n'essa inutil empreza, até que o general, falto de viveres e movido pelas instancias de D. Antonio, que viera na expedição, resolveu partir para Lisboa. Aquella demora, porem, foi-lhes fatal, por que deu tempo aos hespanhoes de se prepararem.

No dia 16 de maio fundeava defronte de Peniche a esquadra ingleza, á qual se havia tambem reunido uma flotilha commandada pelo conde d'Essex, e que elle tinha armado á sua custa. Vencida a fraca resistencia da guarnição, desembarcaram os inglezes, tomaram o castello e entrou na villa D. Antonio, como rei de Portugal. Proseguiram os inglezes caminho de Lisboa, a pequenas marchas, esperando, a cada momento, as promettidas manifestações do partido nacional; vãs esperanças: as povoações por onde passavam, sem os acolherem mal, mostravam-se, comtudo, indifferentes. É de suppor, que a differença de religião fosse uma das mais poderosas causas d'essa apathia; por muito vivo que fosse o sentimento patriotico do povo, não era decerto menor, n'aquelle tempo, o cego fervor das suas crenças.

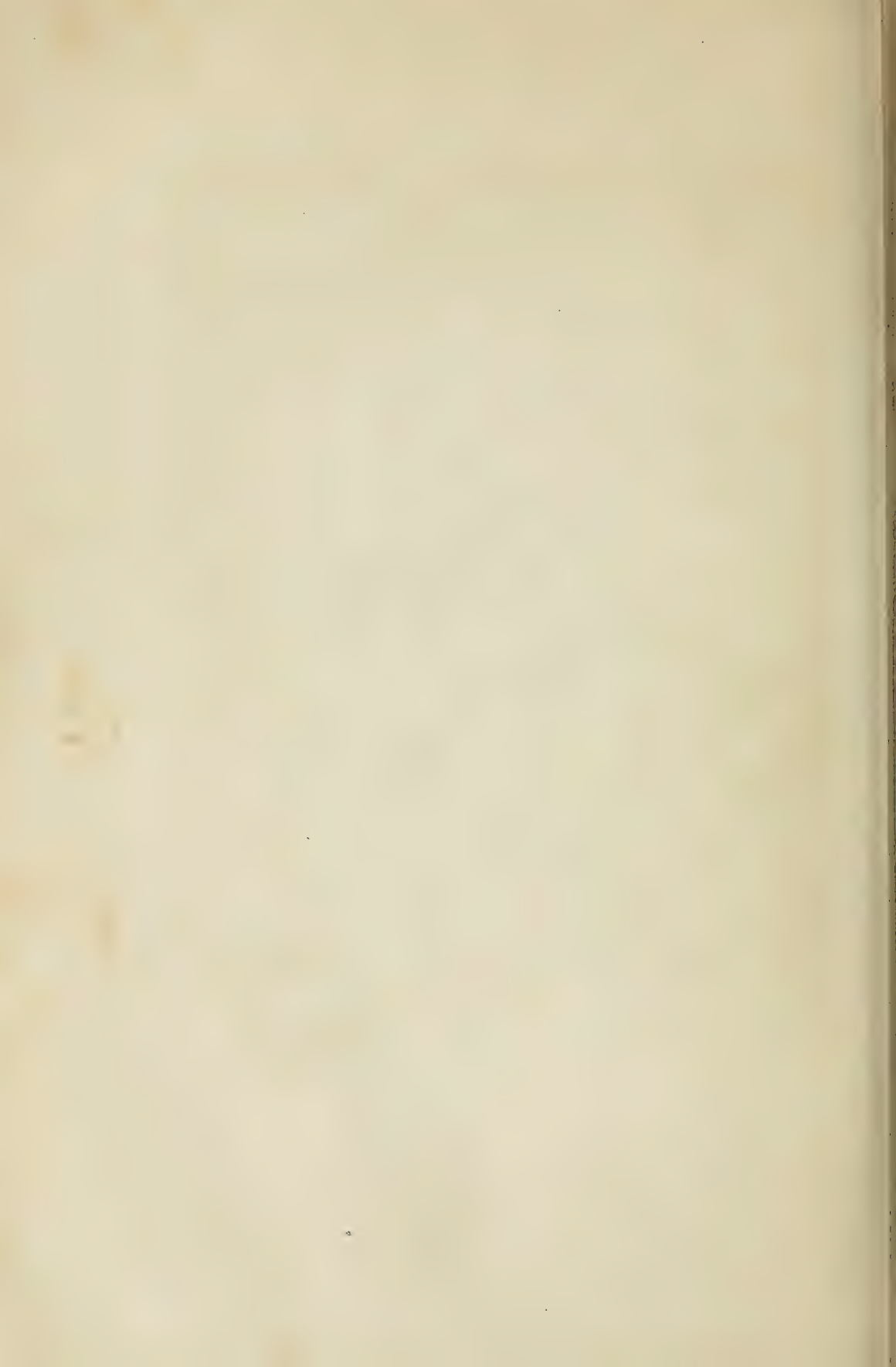
Em Lisboa, o governo, ao mesmo tempo que tratava com a maior actividade dos meios de deffesa, concentrando as tropas, reparando as fortificações e resguardando com trincheiras os sitios mais expostos, inaugurava tambem o regimen do terror, para metter em respeito quaesquer velleidades de patriotismo. Proclamava-se a lei marcial, prendiam-se os suspeitos e punha-se a força em exercicio permanente, sendo um dos

[1] *Hist. de Port., nos seculos XVII e XVIII*, tom. 3.º, pag. 121 e 122.

[2] Ranke. *Os Osmanlis e a monarchia de Hesp.*, trad. fran. de Haiber, pag. 402. O imposto a que o auctor se refere não foi lançado em Portugal. A contribuição denominada *servicio* era um imposto directo, votado pelas côrtes, por tres annos. Foi concedido pela primeira vez em 1515 a Fernando catholico, na importancia de 150 milhões de maravedis, elevando-se, annos depois, a 450 milhões. Carlos V regulou, em 1532 o modo por que se deveria proceder á sua distribuição e cobrança. Vid. Gounon-Lubens, *Essai sur l'administration de la Castille au XVI siecle.*, cap. X.

O prior do Crato no exilio. — O pretensor é recebido com regias honras
pela rainha Isabel d'Inglaterra

Offic. Typ. da Empreza Litteraria.

O prior do Crato no exilio. — O pretensor é recebido com regias honras pela rainha Isabel d'Inglaterra

primeiros a experimental-a D. Rodrigo Dias Lobo, tio do barão d'Alvito. Os habitantes, tão receosos dos paternaes afagos do governo hespanhol, como de iguaes carinhos dos libertadores, de que já estavam dando mostras nos excessos que commettiam pelas terras por onde passavam, longe de se sublevarem, tratavam principalmente de fugir; e os que o não podiam fazer, desejavam que os invasores se retirassem, unico meio de se libertarem da lei marcial, da prisão e da forca.

No emtanto os inglezes aproximavam-se da cidade e tentaram um assalto, sendo repellidos, sem grande custo, ao mesmo tempo que Dreak se esforçava debalde por entrar no Tejo, defendido por dezoito galés, sob o commando de D. Affonso de Bazan.

Faltava aos assaltantes artilheria de sitio, e tambem não estavam largamente providos de vitualhas; além d'isso, os batalhões inglezes estavam sendo cruelmente dizimados por uma doença contagiosa, que haviam adquirido na Corunha: n'estas circumstancias, e tendo falhado completamente a esperada sublevação, reconheceram os chefes inglezes a difficuldade, ou antes, a loucura da empreza, e deliberaram reembarcar. No emtanto, instados pelo pretendente, ainda tentaram um simulacro d'assalto, para vêr se os partidarios da independencia se decidiriam a prestar-lhes auxilio. As tropas hespanholas correram a defender os postos, e a população ficou em socego. Desenganados, retiraram para Cascaes, onde embarcaram para o seu paiz, tendo soffrido perdas consideraveis, menos pelos combates do que pela fome e doenças.

Foi esta a ultima tentativa do prior do Crato para assentar-se no throno dos seus maiores; seis annos depois, em 26 d'agosto de 1595, no momento em que se estava preparando uma nova expedição, fallecia em Paris, com sessenta annos de idade, acabando os seus dias na amargura do exilio e no desamparo da pobreza.

Havia quasi dois mezes que o filho do infante D. Luiz dormia na sepultura o seu ultimo somno, e ainda na praça Maior de Madrid se levantava o cadafalso para um dos seus mais dedicados partidarios. Foi esta a ultima scena de um drama, que supposto passado em terra estranha, e embora nada tenha influido na direcção dos negocios politicos do reino, é, todavia, um dos mais interessantes episodios da nossa historia, n'aquella época, pelas singulares peripecias que n'elle se deram.

Durante as luctas de D. Antonio com o rei catholico, as ordens religiosas, na maxima parte, seguiram o partido d'aquelle, e não contribuiram pouco, com as suas predicas, para inclinar o espirito do povo a favor do principe portuguez. Assenhoreando-se do reino, Filippe II não perdoou a estes terriveis adversarios; fazendo perecer nos carceres grande numero d'elles, desterrou outros para varios pontos de Hespanha. Entre estes, um frade augustiniano, fr. Miguel dos Santos, que havia sido prégador de D. Sebastião, confessor de D. Antonio e um dos mais activos e dedicados propugnadores da sua causa. Livrou-o da pena ultima, a que tinham sido condemnados tantos dos seus companheiros, a alta reputação de sciencia e virtude, de que gosava. Attendendo a esta circumstancia, Filippe II limitou-se a mandal-o para Madrid, em um coche escoltado por oito arcabuzeiros. O seu comportamento na côrte, diminuindo o resentimento do monarcha, fez com que este não só esquecesse os aggravos passados, mas ainda confiasse d'elle a direcção espiritual de uma sua sobrinha, D. Anna, filha bastarda de D. João d'Austria, e que havia nascido em Napoles, de Diana de Sorrento, formosa italiana com quem o vencedor de Lepanto se prendeu d'amores. Partiu o frade para a villa de Madrigal, onde residia a sua nova confessada, a qual havia sido constrangida a professar no convento das freiras dominicanas de Santa Maria a Real.

Aproveitou fr. Miguel dos Santos a sua nova posição para favorecer a causa de D. Antonio (ao qual, apesar de tudo, continuava dedicadissimo), urdindo um plano, que lhe custou a vida, mas que era realmente bem concebido, embora perfido.

Apparecera na villa, para exercer a modesta profissão de pasteleiro, um homem chamado Gabriel d'Espinosa, que havia pertencido, como soldado, ao exercito que invadiu Portugal, e com quem fr. Miguel havia travado relações n'esse tempo. Encontrando-o depois em Madrigal, reatou o frade o antigo conhecimento, com o fim de se aproveitar d'elle para o plano que havia formado.

Ainda hoje se ignora como foi que entre o confessor e a confessada se chegou a fallar em D. Sebastião; é certo, porem, que ainda antes da chegada de Spinosa á villa, já fr. Miguel havia preparado a imaginação juvenil, e um pouco romanesca, da filha de Diana de Sorrento, para o papel que lhe destinára.

Gabriel d'Espinosa tinha dez annos mais do que deveria ter, n'esse tempo, D. Sebastião; comtudo, o seu ar avelhentado podia explicar-se perfeitamente pelos trabalhos que havia passado; tambem não eram grandes as suas parecenças com o fallecido rei de Portugal, mas procurou-se por meio de artificios, diminuir esse contra.

Concorriam no aventureiro circumstancias que seria difficil encontrar reunidas em qualquer outro, e que o tornavam apropriado, como instrumento, para os planos de fr. Miguel. Era intelligente e dotado de uma certa distincção natural; fallava regularmente algumas linguas, que aprendera nos diversos paizes que havia percorrido, e não tinha familia que o podesse denunciar.

Na sua qualidade de confessor foi muito facil ao frade portuguez atar relações entre o pasteleiro e D. Anna d'Austria, que sinceramente o julgava seu primo, e que, não obstante a differença de idade, pois que ella apenas contava vinte e seis annos, chegou a amal-o, como se vê pelas affectuosas cartas que lhe dirigira, e que ainda hoje se conservam. [1]

Tinha o falso principe comsigo uma amante, chamada Inez Cid, e, logo que se enredou a intriga entre elle e a sobrinha de Filippe II, persuadiu a pobre rapariga a que se fizesse passar por ama de uma creancinha, de quem ella era mãe, e ácerca da qual o aventureiro affirmava a D. Anna, que era o fructo de uns amores que tivera com uma fidalga do Porto, já depois de andar peregrinando.

Não nos podemos demorar narrando o modo habil com que o confessor congregára todos os elementos favoraveis ao seu projecto, o qual era ligar por um casamento Gabriel de Espinosa com D. Anna d'Austria. Para esse effeito havia persuadido a illudida senhora de que o falso rei tinha duas dispensas do pontifice; uma para casar com parenta proxima, outra para dispensar os votos de uma religiosa. Para a decidir a sahir do convento promettera-lhe que a viria buscar um seu irmão, cuja existencia ella ignorava, e que era simplesmente um filho de Espinosa, de 20 annos de idade.

Casado o aventureiro com a filha de D. João d'Austria, partiriam para Portugal, onde seria facil suscitar o enthusiasmo popular a favor do falso rei. No momento opportuno appareceria D. Antonio, e desmascarado o impostor, cingiria o filho do infante D. Luiz a corôa de D. João I.

Concertado o plano de casamento com Espinosa, sahiu este de Madrigal, para buscar o supposto irmão de D. Anna, e tendo pernoitado em uma hospedaria a duas leguas de distancia, tornou-se suspeito pelas ricas joias que mostrava. Suppondo-se que haveria comettido algum roubo, foi preso pelas auctoridades, e sendo revistado, encontraram-se-lhes cartas assignadas por D. Anna d'Austria, dando-lhe o tratamento de *Magestade*. Não tardou Filippe II a ser informado do que se passava e a mandar instaurar processo contra Miguel Espinosa, D. Anna d'Austria e fr. Miguel dos Santos. No decurso do processo foram tambem pronunciados o criado de fr. Miguel, a amante de Espinosa, e duas freiras que serviam como que de aias á sobrinha do rei catholico.

Nos primeiros interrogatorios Gabriel de Espinosa, sem culpar pessoa alguma, procurou comtudo demonstrar que era extranho a qualquer trama, que nunca pretendeu passar por D. Sebastião, e que esse engano era devido ás illusões do frade, ao qual não havia meio de fazer persuadir o contrario.

O frade angustiniano apertado com instancias pelo juiz limitou-se sempre a fingir a convicção de ser effectivamente Espinosa o rei fallecido na batalha d'Alcacer, declinando sobre a sua confessada todas as culpas do que havia succedido entre ella e o aventureiro.

D. Anna respondeu sempre com a dignidade propria da innocencia; e se a principio tentou encobrir circumstancias que a compromettiam, por ultimo foi sincera nas suas confissões, que a não podiam envergonhar a ella, mas aos miseraveis que tinham abusado da sua boa fé.

[1] Arch. de Simancas. Negocios de estado, maço 172. Vid. *Causas celebres hist. de Hesp.* pelo conde de Fabraquer, Madrid. 1858. Acham-se ahi transcriptas a pag. 281 e seguintes.

Como as respostas do pasteleiro, nem as do frade não dessem o fio do trama, sollicitou e obteve o juiz licença de el-rei, para pôr os reus a tormento. Fr. Miguel dos Santos, apesar de velho e enfraquecido pelos achaques proprios da idade, supportando corajosamente as dores, declarou que nada tinha a accrescentar ao que havia dito.

«Apertaram os verdugos as cordas; penetraram estas nas mãos e pernas do velho, incharam com a pressão as veias; corria o sangue no potro e o frade com um valor e constancia dignos de um rapaz de constituição robusta, padecia, limitando-se unicamente a exclamar uma vez por outra: «Meu Deus, se disse toda a verdade porque me tratam tão barbaramente. Morrerei, mas nada mais posso dizer.» [1]

O juiz queria acabar com o processo; mandou redobrar o tormento.

Então annuviados os olhos, agitada violentamente a respiração, apagada a voz, sentiu cruelissimas dores, e julgou preferivel a morte aos horriveis soffrimentos com que o affligiam. Pediu, quasi moribundo, que desapertassem as cordas e diria quanto soubesse.» [2]

Assim o ordenou o juiz, porem, em tal estado se achava que não poude pronunciar palavra. Foi-lhe ministrado um cordeal, e o juiz ameaçando-o com novos tormentos se occultasse alguma circumstancia, obrigou o desgraçado a falsas declarações, culpando muitas pessoas innocentes.

Gabriel Espinosa, esse, apenas sentiu as cordas morderem-lhe a carne pediu logo que o soltassem, confessando tudo, sem todavia faltar á verdade.

Foram sentenciados os réus, e remettida a sentença para Madrid, a fim de ser confirmada por el-rei. Demorou-se a confirmação, o que deu causa a graves escandalos, por que o juiz ecclesiastico, ao qual havia sido incumbido o processo do confessor e da freira, sob pretexto dos deveres do seu cargo, entrava a toda a hora no convento, procedendo do modo mais censuravel.

Queixaram-se as monjas a Sua Magestade, de que o juiz e o seu secretario haviam seduzido algumas religiosas. Esta queixa foi acompanhada de uma outra dirigida pelo novo vigario do convento, fr. André Ortiz, a D. Christovão de Moura, na qual se accusava o juiz de estar amancebado com uma freira moça e bonita, e o secretario com outra. Que muitas vezes estavam com algumas religiosas de noite, apagando as luzes e permanecendo ás escuras por muito tempo. Como estas ainda outras proezas.

Filippe II, sabedor do escandalo, deu-se pressa a terminal-o, confirmando as sentenças.

A filha de D. João d'Austria foi condemnada a prisão por quatro annos em que estaria incommunicavel em uma cella, da qual só poderia sahir para assistir á missa, devendo jejuar a pão e agua todas as sextas feiras. Ficava inhabilitada, para sempre, de exercer qualquer cargo da communidade e privada do tratamento de ex.ª, bem como de todas as distincções que até ahi havia gosado, como pessoa real.

Foi a atribulada senhora cumprir sentença para um convento angustiniano da villa d'Avila, denominado Nossa Senhora da Graça. As monjas, condoidas da sua sorte, trataram-a sempre, não como desterrada, mas como irmã.

D. Luiza Delgado e D. Maria de Nieto, as suas confidentes, foram condemnadas a oito annos de reclusão, desterro para outro mosteiro e jejum a pão e agua em todas as sextas feiras.

Gabriel de Espinosa soffreu o suplicio da forca, na villa de Madrigal, em 1 d'agosto de 1595, tendo sido primeiro arrastado pelas ruas. A cabeça foi separada do corpo e exposta em uma gaiola de ferro; o corpo, feito pedaços, e espalhado por varios logares.

Ignez Cid, amante de Espinosa, a levar duzentos açoites, sendo desterrada de Hespanha e Portugal, por dez annos.

João Roderos, criado de fr. Miguel, a quatro annos de galés.

Fr. Miguel dos Santos, depois de solemnemente degradado das ordens, subiu á forca, na praça Mayor de Madrid.

Em quanto o rei de Hespanha se occupava d'esta causa, que tanto cuidado lhe dava, por mais de uma vez os rebates da gota o advertiram de que estava proximo da sepultura. Effectivamente, depois de uma terrivel doença, retalhado de dores, coberto de ulceras e de vermes, expirou na madrugada de 13 de setembro de 1598.

[1] Fabraquer. Obr. cit. pag. 302.
[2] Ibid.

Pouco antes havia deixado o archiduque Alberto o governo do reino, sendo substituido por um conselho de governo composto do arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro, do conde de Portalegre D. João da Silva, do conde de Santa Cruz D. Francisco de Mascarenhas, do conde de Sabugal D. Duarte de Castello Branco, e do escrivão da puridade Miguel de Moura.

Tinham decorrido dezesete annos desde que Filippe II fôra jurado rei nas côrtes de Thomar, até que falleceu. N'esse lapso de tempo não só foram esquecidas muitas das promessas que fez, ao assonherear-se do reino, mas tambem a acção absorvente da côrte de Madrid, onde se resolvia a maior parte dos negocios, ia suprimindo pouco a pouco a nossa autonomia.

CAPITULO III

Governo de Filippe II.—Descontentamento geral.—Miseria publica.—As colonias.—A India.—Possessões d'Africa.—O Brazil.—Reformas.—Instrucções do rei catholico ao seu successor.

Lancemos um olhar retrospectivo para os primeiros dezesete annos do dominio estrangeiro.

O primeiro facto que nos chama a attenção, não pela sua importancia, por que nenhumas consequencias notaveis se derivaram d'elle, mas pela sua significação, é a demora do rei catholico, por mais de dois annos, no reino acrescentado de novo á sua vasta monarchia. Esta violencia aos seus habitos sedentarios, ás suas predilecções e mesmo á severidade dos seus principios, prova o alto valor em que elle tinha a corôa recentemente conquistada. Era seu costume intervir directamente na decisão de todos os negocios, tanto nos de maior vulto, como nos de somenos importancia; comtudo, encerrado n'uma cella do Escurial, ou no gabinete do Prado, era ahi que se occupava de governar todos os seus Estados, lendo, e annotando de seu proprio punho, com infatigavel actividade, a correspondencia, as memorias e consultas que lhe dirigiam os governadores, os ministros e conselheiros. A excepção, a favor de Portugal, de viver tão largo tempo entre os seus novos subditos, e n'uma quasi familiaridade incompativel com o isolamento que julgava necessario ao prestigio e respeito da realesa, essa excepção, dizemos, é demonstração cabal do cuidado que lhe dava a consolidação do seu dominio n'este reino. Conquistara-o pela corrupção, e esforçava-se por attrahir, com mercês, as pessoas principaes; mas ao mesmo tempo não deixava de punir, com os maiores rigores, quaesquer actos de rebeldia, e mesmo as simples demonstrações de descontentamento. N'este systema de terror a denuncia representa sempre um papel importante; e assumiu taes proporções n'aquella época, que chegaram a formar-se associações de testemunhas falsas, das quaes se servia quem desejava tirar vingança d'algum inimigo, ou especular com a riquesa de cidadãos abastados, por meio de accusações calumniosas. Descubriu-se o infamissimo trafico, e muitos dos associados pagaram com a vida as lagrimas e o sangue innocente que tinham feito derramar. Estes castigos, porem, que nenhum mal remediavam, serviam sómente para mais acender no espirito publico a aversão contra o dominio estrangeiro, causa unica de tantas injustiças e infortunios.

Não era só nas classes populares que lavrava o descontentamento; os nobres tambem se queixavam de não verem cumpridas muitas das promessas feitas nas côrtes de Thomar, entre as quaes notavam a revogação da lei mental. Os negocios publicos, e ainda os particulares que se relacionavam com elles, eram resolvidos pela maior parte na côrte de Hespanha, do que resultava, não só grande demora na sua decisão, como tambem obrigar os interessados a avultadas despezas. Em opposição com as solicitações das côrtes de Thomar, longe de se retirarem as guarnições de tropas hespanholas, haviam-se, pelo contrario, augmentado, tanto na capital, como nas principaes praças e fortalezas, trabalhando-se incessantemente na reconstrucção e reparação de todas as fortificações do reino, ao passo que as colonias se deixavam quasi desguarnecidas, e o commercio exposto ás depredações dos corsarios, que infestavam os mares.

Todos estes motivos de descontentamento eram consideravelmente aggravados pela miseria publica, de que o rei catholico não tinha, é certo, a principal culpa, mas de que o povo o accusava, não só por que era no seu reinado que ella se fazia sentir mais vivamente, mas tambem por

que estava contribuindo para ella com a sua detestavel politica.

A desgraçada expedição d'Africa havia desfalcado o reino em sommas avultadissimas, já pelas despezas immediatas da guerra, já pelos prejuizos que d'esta resultaram, entre as quaes se devem mencionar as quantias necessarias para os resgates, que deixaram muitissimas familias empenhadas e não poucas reduzidas á pobresa. Succederam-se logo as alterações occasionadas pela ambição do throno, e logo em seguida a conquista, a qual, supposto fosse rapida e não encontrasse grandes obstaculos, nem por isso deixou de causar, em muitas terras, graves prejuizos.

E já depois de pacificado o continente do reino, ainda a lucta com os alliados estrangeiros do prior do Crato obrigava a importantes despezas. A todas estas causas deprimentes, e que só ellas eram já bastantes para enfraquecer por largos annos as forças economicas do paiz, acresceu ainda a paralisação, quasi completa, do commercio, resultante de ter Filippe II fechado os portos de todos os seus dominios ás duas nações mais commerciantes da Europa. D'ahi proveio, não só o prejuizo causado pela diminuição das transações, mas ainda outro não menos importante, qual era a perseguição continua, e os roubos, dos corsarios inglezes e hollandezes. É facil de ajuizar como estas deploraveis condições do commercio actuariam na situação industrial e agricola, determinando a sua rapida decadencia, e como do geral empobrecimento se ressentiriam as receitas do thesouro publico. As despezas, essas é que, longe de diminuir, pelo contrario, augmentavam.

Com o seu claro entendimento o filho de Carlos V sabia perfeitamente que o seu throno se achava aqui mal seguro, por que não assentava na vontade e affeição dos naturaes, e que alem d'isso, a sua politica ambiciosa era estimulo para que outros soberanos, ciumentos e receosos do augmento do seu poder, procurassem crear-lhe embaraços, auxiliando as pretensões do filho do infante D. Luiz. N'estas circumstancias, o rei catholico via-se constrangido a largos dispendios, tanto para assegurar a ordem no interior, como para se precaver contra quaesquer aggressões externas. Conhecendo que era de boa politica poupar os novos subditos, para não aggravar o descontentamento d'elles, teria decerto recorrido, para esses gastos extraordinarios, ao thesouro de Hespanha, se este se não achasse exausto pela má administração, continuas guerras e ainda por ultimo a forte sangria que soffrera com as adhesões compradas em Portugal, a peso d'ouro. Foi-lhe, pois, forçoso espremer os seus novos subditos; a principio ainda procurou allivial-os um pouco; mas os gastos cresciam, as receitas faltavam, não houve remedio senão apertar com as exacções fiscaes, e já era muito favor, pensaria talvez a sacra e real magestade, não os carregar com novos tributos.

Ora, quanto mais diminuia a riqueza geral, maior era o desequilibrio entre os recursos e os encargos do contribuinte, tornando-se estes, por consequencia, cada vez mais intoleraveis, e mais nocivos. A somma que em épocas de menos miseria facilmente se pagaria, representava agora uma privação, que tornava impossivel a formação de novos capitaes, com que podessem reparar-se as perdas anteriormente soffridas. A declinação da riqueza publica, que já anteriormente se havia manifestado de um modo sensivel. foi n'essa época rapida e profunda. Cruelissimo desengano para os homens de boa fé, que julgavam nos seria de grande vantagem a união com tão poderosa monarchia, como n'aquelle tempo era a Hespanha. Serviam-se d'esse argumento os partidarios comprados pelo ouro de Filippe II, e insistiam principalmente na necessidade que tinhamos de quem defendesse e sustentasse os nossos dominios ultramarinos, dos quaes aufeririamos grandes riquezas, mas que uma nação pequena, como a nossa, nem poderia conservar por muito tempo, contra a avidez d'outras nações, nem dar-lhes a prosperidade de que eram susceptiveis, e que reverteria em proveito nosso. Outro engano, e outra decepção mais cruel ainda, porque não só decahiu espantosamente o commercio das colonias, mas tambem muitas d'estas, durante o dominio de Hespanha, cahiram em poder dos estrangeiros.

É este um facto de tamanha importancia para a nossa historia, que não podemos deixar de consagrar-lhe algumas paginas, embora sejamos forçados a contrahir a narrativa, limitando-nos sómente aos successos mais importantes.

Logo que Filippe II subiu ao throno portuguez, e que este facto foi officialmente communicado aos differentes dominios da monarchia, não se demoraram em acclamar o novo soberano, tanto as fortalezas d'Africa, Tanger, Ceuta e outras praças, como as ilhas da Madeira e S. Miguel. O Brazil seguiu o mesmo exemplo, desprezando o convite feito por D. Antonio ás auctoridades das differentes capitanias para que não acceitassem rei estrangeiro.

Na India, o capitão-general Fernão Telles, que estava servindo de governador, pelo fallecimento do famoso conde d'Atouguia, D. Luiz d'Athayde, logo que recebeu uma carta de Filippe II, destinada ao seu antecessor, e escripta ainda de Badajoz, convidando o governador a prestar-lhe obediencia, assegurando-lhe a confirmação dos privilegios e mercês de que a India gosava, deu-se pressa a mandar reunir os fidalgos, clero e cidadãos, para a solemnidade do juramento e acclamação do novo monarcha. Effectuou-se este acto em Gôa no dia 2 de setembro de 1571 e logo no dia 10 do mesmo mez era repetido em Cananor, no dia 13 em Chaul, no dia 15 em Cranganor, no dia 18 em Damão, no dia immediato (19) em Cochim e no dia 5 d'outubro em Baçaim e a 25 do mesmo mez em Diu.

Como se vê, o rei de Castella entrou prompta e pacificamente na posse de todos os nossos dominios; vejamos como soube conserval-os, e seja um illustre historiador moderno quem nos instrua a esse respeito.

«Eram ainda os nossos pilotos, diz o sr. Pinheiro Chagas, que conheciam a estrada das Indias; nas Indias tambem eramos nós a unica nação que imperava e tinha estabelecimentos solidos, e por conseguinte do commercio do Oriente continuavamos a ser os exclusivos senhores. Os inglezes limitavam-se a saltear os nossos navios á volta da India, mas não ousavam ir luctar comnosco á terra conquistada pelas nossas sobr'humanas façanhas.

«Uma nação juvenil, que ia apparecer n'essa época na scena da historia, é que o destino quiz que fosse a que nos viria arrancar das mãos o sceptro oriental.

«Havia muito que os Paizes-Baixos faziam comnosco um importante commercio, principalmente a praça d'Antuerpia onde houve até por muito tempo uma feitoria portugueza. Os navios d'esse industrioso paiz vinham buscar a Portugal as mercadorias do Oriente, e espalhavam-as depois por toda a Europa. Quando rebentou a sublevação flamenga e hollandeza contra a Hespanha, dominadora dos Paizes-Baixos, Antuerpia, collocada no fóco da guerra, perdeu a sua importancia commercial, que Amsterdam herdou. Emquanto Portugal foi independente, proseguiu o trato que enriquecia a Hollanda; mas quando Filippe II realisou a união das duas corôas, teve a triste inspiração de atacar os seus subditos sublevados, ordenando em 1594 que fossem sequestrados cincoenta navios hollandezes, que estavam fundeados no Tejo, e promulgando ao mesmo tempo um decreto que fechava á Hollanda os portos portuguezes.

«O golpe foi terrivel, e podia ser mortal, se a inabalavel energia d'esses republicanos do Norte não se decidisse a não recuar diante das mais audazes tentativas para restabelecer o seu commercio. Não podendo vir buscar a Portugal as mercadorias do Oriente, determinaram ir buscal-as á propria India.

«N'esse mesmo anno de 1594, uns negociantes da Zelandia, auxiliados por subsidios de Amsterdam e Enkuissen, armaram tres navios, confiaram-os a dois dos mais habeis maritimos que possuiam Barenz e Heemskerk, e mandaram-os pelo Norte demandar uma nova passagem para os mares asiaticos. Já os inglezes em 1556 tinham tentado a empreza, sem se sahirem bem d'ella. Não foi mais feliz a tentativa dos hollandezes, e os armadores ficaram deveras aterrados, quando viram fugir-lhes a esperança que os animava.

«Um acaso veio favorecel-os. Um hollandez, chamado Cornelius Hautmann, estivera longo tempo em Portugal, e ou porque conseguira ir á India a bordo de navios nossos, ou mesmo cá tomára amplas informações ácerca da derrota maritima primeiro intentada por Vasco da Gama, o que é certo, é que as suas indagações o tinham apontado como suspeito ás auctoridades hespanholas, que comtudo o condemnaram apenas a uma avultada multa. Não a pôde pagar, e por isso, esteve preso; pôde comtudo escrever aos negociantes de Amsterdam, offerecendo-se para os iniciar nos mysterios cujo conhecimento tanto

lhes importava, com tanto que pagassem por elle a multa a que fôra condemnado. Apressaram-se a satisfazel-o os seus compatriotas, e Cornelius Autmann voltou á sua patria. Em 1595 uma esquadra de quatro navios, dirigida por elle, ia demandar as terras admiraveis do Oriente.

«Em agosto de 1597 regressava ao Texel Cornelius Autmann, apenas com dois navios, mas depois de ter mostrado aos espantados indigenas de Madagascar, Bantann, Java, Madura e Balí as côres de um novo pavilhão europeu. Estava desfeito o encanto.

«Enthusiasmados com o exito, em 1598 armaram os negociantes hollandezes uma esquadra de oito navios, commandados por Jacques de Neker e Heemskerk, e enviaram-a ao Oriente. Tocaram estes na ilha a que haviamos chamado a ilha do Cirne, e que elles denominaram Mauricia, em honra do seu grande general Mauricio de Nassau, nome que ainda hoje conserva, apesar de ser mais conhecida pela ilha de França que Bernardim de Saint-Pierre immortalisou no seu tocante romance *Paulo e Virginia*. D'ahi foram a Bantann onde carregaram quatro navios de especiarias, que mandaram para a Europa. Os restantes visitaram as Molucas e em 1600 regressaram á Hollanda com uma opulentissima carregação.» [1]

Não é aqui logar de nos occuparmos do resultado d'esta expedição, que foi da maior importancia, mas que terá melhor cabimento em outro logar. Notaremos sómente que a felicidade d'esta empreza foi de grandissimo proveito para a Inglaterra, á qual Filippe II havia tambem fechado, em 1589, os nossos portos; medida esta de que a nós proveio grande ruina, e as maiores vantagens para os adversarios que o rei catholico pretendia aniquillar. Como um dos principaes negocios que então faziamos com aquelle paiz era o das mercadorias vindas do Oriente, é facil suppôr as graves perdas que soffreriamos com similhante golpe, dado em um commercio tão lucrativo; igual prejuizo supportaram os inglezes, mas para o reparar, deram-se pressa a fazerem partir por terra uma expedição para a India, o que effectuaram em 1591. O exito d'esta tentativa não correspondeu á esperança, e já os commerciantes britannicos se achavam desanimados quando o exemplo da Hollanda os excitou a formarem a famosa companhia das Indias, uma das mais fecundas origens da prosperidade de Inglaterra.

Voltemos, porém, aos nossos dominios do Oriente, e seja ainda o sr. Pinheiro Chagas quem nos faça a narrativa das nossas ultimas proezas n'aquelle dilatado imperio.

«O primeiro vice-rei nomeado por D. Filippe, que foi o conde de Santa Cruz, D. Francisco de Mascarenhas, tomou sem opposição posse do governo, que teve até 1584. Durante a sua administração não cessou a luta constante que sempre fervia na India, mas as armas portuguezas continuaram a ser victoriosas. Piratas, sahidos de Coulete assolavam o Malabar; Francisco Fernandes foi abrazar Coulete; os mogoes vieram saltear Damão; foram repellidos com perda; o scheick de Lara tentou incommodar os portuguezes em Ormuz; foi derrotado em Xamel; o sultão d'Achem voltou a sitiar Malaca; foi repellido. A victoria não nos desamparava, mas não se percebe facilmente quanto este estado de guerra, que durava sem a mais leve intermitencia, desde o principio da conquista, tornava impossivel para nós o mallograrmos logo no principio as tentativas que os hollandezes e os inglezes iam em breve começar!

«De 1584 a 1588 governou como vice-rei D. Duarte de Menezes. Durante o seu governo o capitão que mais se illustrou foi D. Paulo de Lima, que teve a honra de ser biographado por Diogo do Couto. Foi elle que libertou Malaca do cerco posto a essa cidade pelo sultão d'Ujantan. Malaca soffrera algumas fomes; aproveitaram-se d'isso os indigenas das terras proximas para assolar a cidade. Sahiu contra elles Diogo d'Azambuja com cem soldados e destroçou-os. O sultão d'Achem quiz renovar as suas tentativas, sempre infructuosas e sempre repetidas; mas discordias interiores do seu reino lh'o não permittiram. Veio então o sultão d'Ujantan com cento e vinte vellas bloquear Malaca. Foi necessario que o vice-rei da India enviasse D. Paulo de Lima que desbloqueou a cidade e, tomando a offensiva, conquistou a fortificada Jor, que era defendida por uma numerosissima guarnição.

«Entretanto, em Ceilão um chefe indigena,

[1] *Hist. de Port.*, tom. 5.º, pag. 173 e 174.

Raju, era derrotado pelos portuguezes em Paliconda, e João Corrêa de Brito, capitão de Colombo, defendia briosamente a fortaleza e repellia os assaltantes. A submissão do naik de Sanguiscer completa a lista das acções de guerras illustres, praticadas durante o governo de D. Duarte de Menezes.

«De 1588 a 1591 governou D. Manuel de Sousa Coutinho, sem cousa que lhe illustrasse a administração. Succedeu-lhe em 1591 Mathias d'Albuquerque, homem d'alto merecimento, que teve tambem a boa fortuna de ser segundado nas suas emprezas militares por um capitão distincto e valioso, uma das ultimas glorias guerreiras dos portuguezes na India, André Furtado de Mendonça. A primeira façanha d'este heroe foi a derrota do rei Jafanapatam, que se mostrava adversario decidido dos portuguezes. Enviado contra elle por Mathias d'Albuquerque, no caminho destroçou o pirata Coti Muça, e, aportando a Manar, capital do inimigo, n'uma batalha tomou a esquadra que defendia o porto, destroçou o exercito que defendia as fortificações da ilha, e, tendo morto no combate o regulo indiano, obrigou o herdeiro a pedir humildemente a paz. Ao mesmo tempo D. Alvaro d'Abranches assentava pazes com o rajah de Calicut; os piratas destroçados, a bandeira portugueza respeitada, mostraram qual era a pericia e energia de Mathias d'Albuquerque.

«Em 1596 succedeu-lhe D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, cuja administração não foi tambem infeliz. Quando dizemos isto referimo-nos unicamente aos feitos militares, porque é necessario que tenhamos presente que, emquanto se mantinha exteriormente forte o dominio portuguez, lavrava-lhe no intimo a corrupção mais profunda, que preparava a proxima dissolução d'esse vasto imperio. Os vicios dos portuguezes, a venalidade dos empregos, os excessos da inquisição, o cruel tratamento dos indios sugeitos, a preponderancia estupida dos padres, isso tudo pinta-o Diogo do Couto com vivissimas tintas nos seus *Dialogos do soldado practico*. Mathias d'Albuquerque, e principalmente o conde da Vidigueira tentaram reformar estes espantosos abusos, mas todos esses vicios estavam já profundamente radicados, e não havia cauterio que podesse suster a gangrena. Por felizes se deveriam dar os governadores em terem ao menos ainda soldados briosos que não deshonravam nas batalhas o nome portuguez, e que sustinham no gume das espadas este imperio vacillante.

«Durante o governo de D. Francisco da Gama, realisou-se uma annexação importantissima.

«O ultimo rei legitimo de Ceylão, desthronisado pelo seu parente Raju, e protegido pelos nossos, que, durante o governo de D. Duarte de Menezes, tinham, como vimos, destroçado o usurpador na batalha de Paliconda, reconhecido aos portuguezes, legara-lhes a ilha; o usurpador fallecera tambem. D. Jeronymo d'Azevedo, capitão de Colombo, poude por conseguinte, tomar posse indisputadamente d'esse riquissimo dominio.

«Eram os ultimos clarões da lampada que expira; prenuncio das proximas desgraças appareciam no Oriente os navios hollandezes. Dos quatro navios de Cornelius Autmann, só dois voltaram á patria como vimos; dos outros dois, um perdeu-se nos baixos, o outro destruiram-o os portuguezes; mas já na immediata viagem lograram escapar ás nossas pesquizas. Como não havia de succeder assim, se os naturaes os acolhiam como libertadores, e se os portuguezes estavam sempre empenhados em guerras, que lhes não permittiam repellir abertamente estes novos rivaes! Na occasião, por exemplo, em que percorriam os hollandezes as Molucas, André Furtado de Mendonça, que lhes poderia dar severa lição, empenhava-se em destroçar o pirata Cunhale, e em sitiar e destruir uma fortaleza que elle erigira nas terras do Samori do Calicut. Era em 1598, e, depois da victoria o pirata foi suppliciado.» [1]

Já n'outro logar nos referimos á descoberta da conspiração em favor de Maria Stuart, protegida por Filippe II, e como d'esse facto resultou o rompimento de relações entre as côrtes de Madrid e Londres. Decidida Isabel Tudor a declarar-se em hostilidade com o rei catholico, deu ordem ao almirante Drake para se dirigir contra as colonias hespanholas com uma esquadra de vinte e tres navios, guarnecidos por dois mil e trezentos homens. Em 15 de setembro de 1585 sahiu a expedição do porto de Plymouth, e a primeira victima foi a possessão portugueza de S.

[1] Ibid., pag. 178 e 179.

Thiago de Cabo Verde, onde o almirante inglez aportou, de passagem para a America, no dia 16 de novembro d'aquelle anno, fez desembarcar seiscentos homens e essa pequena força bastou para desbaratar os poucos defensores da ilha, a qual foi completamente saqueada. D'ahi seguiu a esquadra o seu destino, apresando, de caminho, varios galeões, alguns dos quaes se dirigiam ao porto de Lisboa.

No mesmo anno era cercada e invadida pelos negros a capital da provincia de Moçambique, governada por Vasco Fernandes Homem, cujo successor, D. Jorge Tello, vingou no anno seguinte, a affronta das nossas armas.

No entanto, era tão visivel o enfraquecimento do nosso poder, que os regulos subjugados começavam tambem a querer tirar desforço das passadas humilhações; e embora algumas vezes a sua audacia fosse punida severamente, nem por isso o nosso dominio ficava assente em mais sólidos alicerces.

Quasi ao mesmo tempo em que nos desaffrontavamos da derrota a que acima alludimos, confederavam-se contra nós varios chefes africanos, incitados por Ali-Bey, commandante de uma galé, enviada pelo sultão dos turcos, com o fim de sugeitar ao dominio do vice-rei do Egypto os regulos que prestavam vassallagem á corôa de Portugal. O emissario do sultão não só logrou esse intento, mas tambem chegou a apoderar-se de Mombaça, d'onde se retirou depois de ter feito prisioneiros muitos portuguezes, e de riscar ali uma fortaleza. Não foi muito duradoura esta victoria, porque logo nos primeiros dias do anno seguinte, a 9 de janeiro de 1587, foi expedida da India uma esquadra sob o commando de Martim Affonso de Mello, o qual, dirigindo-se primeiro a Ampaza, tomou-a d'assalto, incendiou-a, matou o scheick, fez tributario o soberano de Pate e destruiu o de Lamo. Passando d'ahi a Mombaça abrazou-a, acabando com a confederação que Ali-Bey tinha organisado.

Pouco tempo depois, em 1589, ainda os turcos voltaram, mas d'esta vez contra Melinde, que se havia conservado sempre fiel á nossa causa; os regulos, esquecidos já da severa lição que pouco antes haviam levado, insurgiram-se de novo; e de novo foram tambem castigados, com a maior crueza, por Thomé de Sousa Coutinho, que acudiu de Gôa com uma frota, e logo no primeiro recontro desbaratou os turcos. Pacificado aquelle territorio, poude D. Francisco da Gama, conde de Vidigueira, lançar em Mombaça, no anno de 1596, o risco de uma optima fortaleza.

Emquanto na Africa Oriental as povoações indigenas, excitadas pelos turcos, se esforçavam por quebrar o nosso jugo, na Occidental o fundador de Loanda, Paulo Dias de Novaes, conquistava para a corôa portugueza o reino de Angola, ao mesmo tempo que Filippe II conquistava para Castella o reino de Portugal! Falleceu o valente capitão em 1589, depois de haver fundado não só a cidade de Loanda, mas ainda a povoação de Massangano, para onde se retirou quando, por falta de auxilios, se viu forçado a abandonar aos inimigos aquella cidade, colhendo-o a morte no momento em que se preparava para a reconquistar. Igual tentativa fizeram os governadores que lhe succederam, mas não poderam vencer as difficuldades que lhe oppunham os padres da companhia, que desejavam fazer em Angola o que haviam feito no Paraguay; por ultimo D. Jeronymo d'Almeida, tendo podido desfazer, com meios conciliadores, os embaraços que lhe tolhiam a acção, reconquistou a cidade, depois de haver subjugado os sovas; e preparava-se para a expedição do Dengo, quando, assaltado pelas febres, morreu, deixando o governo a Balthazar d'Almeida, o qual, tendo-se deixado illudir pelos negros soffreu uma grande derrota. Succedeu-lhe, em 1594, João Furtado de Mendonça, que vingou a derrota do seu predecessor, castigando os sovas e desbaratando as forças do rei d'Angola que sitiavam Massangano. Desde então até hoje, conservaram-se sempre em poder dos portuguezes as duas fundações de Pedro Dias de Novaes.

Corriam menos prosperos os negocios do Brazil: Em 1591 era assaltado por um corsario inglez o porto de Santos, queimada e saqueada a villa de S. Vicente; e quatro annos depois, eram tambem saqueados, por outro corsario da mesma nação, os armazens do Recife. Mas peores ainda do que os corsarios inglezes eram os defensores castelhanos.

Em 1581 foi nomeado governador do Brazil Manuel Telles Barreto, que levou comsigo crescido numero de aventureiros hespanhoes, mais

ávidos de fortuna que de gloria. Já n'esse tempo os francezes haviam feito varias incursões na colonia, com o intento de se estabelecerem n'ella: para repellir uma d'essas incursões no Parahyba pediu Fructuoso Barbosa, governador d'esta capitania, soccorro ao governador geral, que immediatamente lh'o enviou, dando o commando da expedição a D. Diogo Flores de Vades, hespanhol, auxiliado por Diogo Vaz da Veiga, commandante de duas náus portuguezas. Batidos os francezes, determinou Valdez, para obstar a novas tentativas de invasão, construir um forte, no qual deixou uma guarnição de cento e cincoenta soldados, commandados pelo official hespanhol, Francisco Castrejon. Não tardou muito que este se desaviesse com Fructuoso Barbosa, abandonando, com a guarnição, o posto que lhe havia sido confiado: salvou a capitania o patriotismo dos moradores de Pernambuco, que pegando em armas, sob o commando do governador, pozeram termo ás correrias dos francezes, n'esta provincia. Não assim no Maranhão onde em 1594 aportou, com tres navios, o aventureiro Rifault, subdito de Henrique IV, e onde, sendo bem acolhido pelas tribus indigenas, tentou estabelecer-se. As dissidencias que se levantaram entre os que o acompanhavam obstaram ao seu intento, e obrigaram o a regressar ao seu paiz, deixando, comtudo, no Maranhão, alguns francezes, commandados por mr. de Vaux. Conseguiu este voltar a França, e de tal modo persuadiu o monarcha das vantagens que prometiia a incipiente colonia, que não tardou muito a partir para ali uma expedição, commandada por mr. de la Rovardiere, o qual fundou a cidade de S. Luiz, ainda hoje capital da provincia.

Estava reservada para o reinado de Filippe III a expulsão completa dos francezes do sólo britannico, effectuada no tempo do governador Gaspar de Sousa. Outros inimigos mais terriveis lhes succederam, os hollandezes, que só depois de uma lucta prolongada e tenacissima é que poderam ser expulsos, quando já haviamos recobrado a liberdade. Como, porém, esses acontecimentos pertencem a outro reinado, reservaremos para logar mais conveniente a narrativa d'elles, continuando agora a dos successos que se deram no tempo do primeiro Filippe.

Voltando ao reino, onde, como já notámos, a miseria publica era aggravada com os repetidos prejuizos causados ao nosso commercio, pelos corsarios de nações inimigas, que infestavam os mares, cumpre-nos accrescentar ainda, que não raro os portos da nossa costa eram tambem salteados, resultando d'esses ataques de surpreza consideraveis prejuizos. A mais atrevida d'essas emprezas foi a que se realisou em Faro, onde a 22 de julho de 1596 aportou uma esquadra ingleza e hollandeza, commandada pelo almirante Effingham, o qual, depois de ter entrado no porto de Cadiz, e de queimar ahi grande numero de navios preparados para uma nova expedição contra a Inglaterra, saqueando ao mesmo tempo trinta náus carregadas de mercadorias para as Indias, velejou para as costas de Portugal e lançando tres mil soldados nas praias do Algarve, deixou abrazada e saqueada a capital d'aquella provincia. Seguiram d'ali os inglezes para Lagos, onde o governador Ruy Lourenço de Tavora, já prevenido, poude organisar a defeza e repellir os inimigos.

Seriamos injustos se referindo os desastres de que fomos victimas durante o governo do rei catholico, e resultantes, na sua maior parte, da nossa união com Castella, deixassemos tambem de mencionar os beneficios que recebemos da mão que nos opprimia. Infelizmente não é longa a resenha, pois que os principaes serviços que devemos ao monarcha hespanhol limitam-se á melhor organisação da justiça, tanto na metropole, como nos dominios ultramarinos. Devemos confessar que n'esse ponto foi o rei estrangeiro mais solicito em attender ás antigas reclamações dos povos, do que haviam sido os reis naturaes. Entre muitas providencias que tomou n'este sentido citaremos sómente a creação da Relação do Porto, a refórma da de Gôa e creação de uma outra no Brazil. É verdade que esta ultima só no reinado seguinte chegou a instituir-se, sendo pouco depois supprimida, até que el-rei D. João IV, a instancias dos officiaes da camara da cidade da Bahia, e mais moradores d'aquelle estado, e bem assim do governador, o conde de Castello-Melhor, restituiu á colonia o referido tribunal, dando-lhe regimento em 12 de setembro de 1652.

Outra providencia que tambem só no reinado seguinte chegou a realisar-se, e que todavia foi um dos mais importantes serviços de que somos

devedores ao primeiro Filippe, foi o do novo Codigo, que vigorou, em grande parte, até nossos dias, e que é conhecido pelo nome de *Ordenação Filippina*.

Um distincto jurisconsulto moderno trata esta obra com tamanha severidade, que nos parece haver em tão desfavoravel apreciação alguma coisa de injusto.

Eis o que escreveu Coelho da Rocha, no seu muito apreciavel *Ensaio sobre a historia do governo e da legislação de Portugal*.

«Para emendar a confusão das leis, e obter a estima dos portuguezes, mandou D. Filippe I de Portugal, logo no principio do seu reinado, fazer a *reforma das Ordenações*, a qual foi depois publicada por seu filho Filippe II (terceiro de Hespanha), em 1603. Esta obra foi encarregada aos dois desembargadores do paço, mui parciaes de Castella, Paulo Affonso, e Pedro Barbosa; n'ella trabalharam tambem os jurisconsultos Damião d'Aguiar e Jorge de Cabedo. A falta de methodo e economia da compilação, as maximas e espirito das leis, e as materias são as mesmas que se achavam nas Ordenações Manuelinas; as quaes os novos redactores pela maior parte copiaram, inserindo-lhes aqui e ali as leis posteriores, principalmente as contheudas na collecção de Duarte Nunes de Leão: e isto com tanta incuria, que em muitas partes deixaram obscuridade, ou palpaveis contradicções.» [1]

Nada ha que dizer a tão severa critica, se analisarmos á luz das idéas modernas o alludido Codigo; todavia, quer-nos parecer, que se lançassemos um volver d'olhos para o estado da legislação, e do direito, dos differentes paizes da Europa, na época em que elle foi publicado, por certo não encontrariamos muitos outros trabalhos de igual natureza que se lhe avantajassem. Era já então, como hoje é, a França um dos mais cultos Estados da Europa, e todavia a sua legislação achava-se em muito peiores condições que a nossa.

Concluiremos esta vista retrospectiva sobre o reinado de Filippe II dando um resumo das instrucções que se diz legára ao seu successor, e que, se mostram a perfidia da sua politica, são tambem um testemunho eloquente do quanto a ambição desvaira ainda os mais claros entendimentos, fazendo-os sonhar venturas impossiveis, e gastar a sua actividade em projectos irrealisaveis.

«Do papel ou especie de recommendação, que deixou a seu filho, diz um escriptor dos nossos dias, constam as terriveis maximas d'este usurpador. Que sem examinar se era ou não justo devia assenhorear-se de Portugal, e que uma vez conquistado este reino toda a Allemanha se podia pôr em desordem e assombro, conquistar a França, debilitar de forças a Inglaterra e espalhar o terror das armas hespanholas até os extremos do norte. Que prescindindo d'estas vantagens sua magestade catholica podia assenhorear-se por esta via da navegação das Indias, mandar colonias por toda a parte onde entendesse ser conveniente, conquistar novas terras, estabelecer um commercio immenso, e submetter todos os paizes, que houvesse por decóro seu o submettel-os. Mas primeiro que tudo importava muitissimo assegurar-se bem a respeito dos portuguezes. Que, bem longe de opprimil-os com impostos e subsidios, era necessario conceder-lhes todos os privilegios e graças que representassem. Que quando o reino se visse socegado e os povos amoldados ao dominio hespanhol, entrar-se-ia então a ir contra os seus privilegios, nomeando de tempos em tempos, sob diversos pretextos, magistrados hespanhoes, que os amoldassem insensivelmente a isso. Que nunca se devia arredar os olhos do duque de Bragança; que era necessario examinar de perto suas acções; tratando-o todavia sempre com grandes attenções, até que se offerecesse occasião de opprimil-o e a toda a sua familia. Que quanto á demais nobreza não havia outra cousa senão arredal-a do paiz, mandando-a servir em postos honrosos em Flandres, Allemanha e Italia. Que procedendo-se d'esta maneira bem se podia estancar o reino de Portugal, reduzil-o a provincia, e inhabilitar os povos para o menor movimento, e opprimindo-os com impostos e subsidios, podia accender-se-lhes os animos, espertar-se-lhes o odio, e tornar-se fatal á monarchia hespanhola. Que sua magestade devia dar o vice-reinado d'este reino a algum principe ou princeza da sua casa, para inspirar aos portuguezes mais respeito ao governo, e poupar-lhes a repugnancia que pode-

[1] § 246, pag. 193.

riam ter em obedecer a outro qualquer. Que não devia ter menos cuidado em dividir a casa de Bragança, impedir que se não aparentasse de novo em Portugal, arredal-a de todas as dignidades do Estado e conceder-lh'as só em Hespanha; emfim, impedir-lhe toda a correspondencia com as côrtes estrangeiras. Que quando se suscitasse alguma desavença entre os grandes de Hespanha e Portugal, que importava muito favorecer estes ultimos, e dar ao mesmo tempo os empregos principaes do reino aos que parecessem mais affeiçoados á côrte de Castella, afim de acarear os outros com esperança de galardão. Que quando já não houvesse que temer, nem dos grandes, nem da nobreza, e menos do povo, era necessario por ultimo destruir toda a casa de Bragança, tirar todos os cargos publicos assim ecclesiasticos como seculares aos portuguezes, dal-os aos castelhanos e governar o reino de Portugal, como as outras provincias que constituiam a monarchia hespanhola.» [1]

A politica traiçoeira e immoral aconselhada por Filippe II ao seu herdeiro, se causou a ruina dos opprimidos, tambem não foi menos funesta para os oppressores. Depois do filho de Carlos V se esconder no tumulo foi rapida e profunda a decadencia da monarchia hespanhola, o mais vasto e formidavel imperio do seculo XVI.

[1] J. Raphael do Valle, *Classificação geral da legislação portugueza, desde a publicação do Novo Codigo Filippino*, etc., pag. 35. Lisboa, 1841.

LIVRO IV

D. Filippe III de Hespanha

(SEGUNDO DE PORTUGAL)

CAPITULO I

O novo rei.—O valido.—Nomeação de Christovão de Moura para vice-rei de Portugal.—Aventura de Marco Tullio, o calabrez.—Os sebastianistas.—Os christãos novos.—D. Christovão de Moura pede a demissão.—Substituido pelo bispo de Coimbra.—Tratados com a Inglaterra e França.—Abertura dos portos seccos.—Tregua de Hespanha com a Hollanda, suas funestas consequencias para Portugal.

Tinha apenas vinte e um annos incompletos Filippe III de Hespanha, quando empunhou o sceptro que a morte fizera resvalar da mão inerte de seu pae. Diz-se que os ultimos annos do fallecido monarcha foram ensombrados de tristeza, pela convicção de que não deixava herdeiro digno de si; e de que assim que a pedra da sepultura o cobrisse, breve começaria a desmoronar-se o vasto edificio monarchico, que recebera tão ampliado já pelo valor, actividade e fortuna de Carlos V, e que ainda acrescentára com a força da sua vontade, e tamanha constancia nos designios, que nunca esmoreceu com as adversidades, nem recuou diante dos crimes.

Eram justas estas previsões; mas o que talvez magoava mais intimamente o velho monarcha era a consciencia de que fôra elle proprio o causador da incapacidade do seu herdeiro, pelo modo por que dirigiu, ou permittiu que fosse dirigida a educação d'elle. Parece que o rei catholico mais diligenciára fazer do seu herdeiro um frade exemplar, do que um monarcha, mesmo mediocre.

Os panegiristas do principe louvam n'elle como virtudes principaes, e que decerto eram as unicas, o seu grande espirito de obediencia, devoção fervorosa e requintada castidade. A tal ponto levava a primeira d'aquellas virtudes, que sendo-lhe mostrados por seu pae tres retratos de princezas, para que entre elles escolhesse a sua noiva, respondeu submisso que acceitaria a que fosse mais do agrado de el-rei.

A estes extremos de obediencia correspondia o excesso de piedade: a piedade supersticiosa e pueril dos espiritos fracos. Quando sentia alguma indisposição de saude procurava, como remedio, a benção de algum monge, a qual sollicitava e recebia de joelhos. Elle proprio confessava, que ao ver uma linda mulher, elevava sempre o seu pensamento a Deus, louvando-o por ter creado tal formosura; e se alguma dama do paço, moça e alegre, fitava os olhos n'elle, o principe abaixava os seus córando.

Não possuia, nem ainda no menor grau, nenhuma das qualidades que sobresahiam em Carlos V, ou Filippe II. Nem tinha do primeiro as tendencias para a vida agitada das expedições e combates, nem do segundo a actividade infatigavel no trabalho de gabinete. Concentrava toda a energia das suas forças no mysticismo religioso; e a puresa da fé catholica era a sua preoccupação constante.

No seu reinado foram barbaramente expulsos os pobres mouros de Valencia, que já desde

muito se achavam baptisados, mas que não eram bons catholicos, pois que fizeram verter lagrimas a uma imagem da Virgem, e outra foi tambem vista pelos devotos suar d'afflição. Estes factos miraculosos decidiram o bom rei a congregar todas as forças do reino, e marchar contra aquelles impios que se achavam desarmados; depois de haver feito um cruel morticinio, lançou os fundamentos de uma egreja e instituiu uma procissão, para perpetuar a memoria de tão denodado e glorioso feito.

As suas aptidões não lhe consentiam iniciativa senão em emprezas d'esta ordem: para o regimen politico era da mais completa incapacidade, sem que esta proviesse da falta de intelligencia, mas da falsissima direcção que deram ao seu espirito.

A accusação que muitos historiadores fazem ao seu preceptor D. Garcia de Loaisa de o educar na mais austera disciplina da obediencia, com o fim de o poder dominar, quando elle se assentasse no throno, parece-nos mais bem fundada, do que a opinião dos que suppõem que o mestre obedecia ás indicações de Filippe II, tão ciumento da sua auctoridade, que nem aos que lhe eram mais proximos pelo sangue consentia se isentassem do seu dominio absoluto. O seu procedimento com D. João d'Austria, e o principe D. Carlos, mostram até que ponto o filho de Carlos V levava aquelle ciume; não nos repugna, portanto, acreditar, que algumas recommendações fizesse n'esse sentido ao mestre de seu filho; é certo, porem, que o abandono completo em que foram deixados os estudos uteis, sendo substituidos exclusivamente pela theologia, em que o principe chegou a defender theses, e unica sciencia em que sabia discutir, esse abandono, dizemos, justifica plenamente a accusação a que alludimos.

O habito de renunciar á sua vontade fez-lhe perder o habito de pensar; quem delibera de motu proprio, não só precisa avaliar as circumstancias, mas tambem ponderar as responsabilidades que assume com a sua deliberação, e as consequencias que ella pode trazer: não assim, o que simplesmente obedeceu ás imposições da vontade alheia. Esta inercia de pensamento, resultante do habito, pois que a sua actividade apenas se exercia nas coisas da religião, era ainda accrescentada pela falta de conhecimentos indispensaveis para a direcção dos negocios publicos. N'estas circumstancias o novo monarcha tinha fatalmente de lançar-se nos braços de um valido. Assim succedeu. O duque de Lerma, intelligencia mediocre, e não muito instruido, mas habilissimo no officio de cortezão, soube de tal modo insinuar-se-lhe no animo, que cerca de vinte annos exerceu em nome do monarcha o dominio absoluto. Entrando pobre na côrte, soube aproveitar-se do valimento para accumular grandes riquezas, não se esquecendo tambem de collocar nos mais rendosos empregos os seus parentes e affeiçoados.

Acautelado, e perfeitamente conhecedor dos habitos do paço, um dos seus primeiros cuidados foi affastar do lado do soberano todos os que lhe poderiam fazer sombra. Um dos primeiros foi o marquez de Castello-Melhor, D. Christovão de Moura, que pela sua dedicação e alta capacidade merecera ser sempre distinguido com particular affeição por Filippe II, e nos ultimos annos do reinado o mais intimo confidente do velho monarcha.

O marquez foi nomeado vice-rei de Portugal em janeiro de 1600, e em maio d'esse mesmo anno fez a sua entrada em Lisboa, sendo recebido com a maior frieza, e apenas com as honras e demonstrações officiaes. A fidalguia tinha ciume de vêr collocado em logar tão elevado, superior a todos, um seu igual; e o povo, oppresso de miserias, não havia esquecido ainda, que fôra elle o agente mais activo da união com Hespanha, tanto mais detestada, quanto maiores eram os infortunios que pesavam sobre o reino, e que o odio popular attribuia ao dominio estrangeiro. D. Christovão de Moura, intelligente e com larga experiencia dos homens, viu claramente a situação difficil em que entrava no governo, fiou porem da sua prudencia, que saberia amortecer, senão apagar, os ciumes e os ressentimentos. Não se enganou de todo; a nobreza, attrahida pela urbanidade do seu trato, e pelo interesse, em breve se acercou do vice-rei; o povo, porem, é que não se esquecia nunca de quanto o valido predilecto de Filippe II contribuira para a perda da independencia de Portugal.

Aceitando constrangido o vice-reinado, porque sabia perfeitamente a intenção com que se lhe fizera similhante honra, nem por isso descurou

Offic. Typ. da Empreza Litteraria.

Os falsos D. Sebastião. — Marco Tullio o calabrez em Veneza

Os falsos D. Sebastião.—Marco Tullio o calabrez em Veneza

os deveres do seu cargo, nem esqueceu o que devia a quem, apesar de tudo, lhe havia dado uma grande prova de confiança na sua fidelidade, e talentos. Empenhando-se por completar a empreza que havia começado da conquista pacifica, não cessava de procurar attrair os descontentes com mercês, ou esperanças, assim como tambem nunca perdia de vista as intrigas dos conspiradores.

Foi no tempo do seu governo, e não pouco por diligencias suas, que se pôz termo á comedia de um aventureiro italiano, que se dizia D. Sebastião, e o qual no mesmo anno em que Filippe II descia ao tumulo começára em Veneza uma intriga, que deu sérios cuidados á côrte de Madrid.

Chamava-se esse aventureiro Marco Tullio Catizone; era natural da Calabria e casára em Messina com uma mulher chamada Paula Gallardeta. Parece ter adoptado a profissão de cavalheiro de industria, e n'essa qualidade percorreu muitas cidades de Italia, indo por fim fixar-se em Verona, onde tomou o nome de D. Diogo d'Aragão. Esta fidalguia postiça, ao mesmo tempo que lhe lisongeava a vaidade, era tambem excellente meio de ir vivendo á custa do credito. Esse recurso, porém, esgotou-se, e foi talvez por isso que o nobre filho d'Aragão resolveu passar a Veneza, onde n'esse tempo se encontravam muitos portuguezes. Não só ali procuraram asylo muitos dos judeus expulsos do reino, ou perseguidos pela inquisição, mas tambem alguns dos emigrados que haviam acompanhado D. Antonio, e que depois do fallecimento d'elle se dispersaram por diversas cidades da Europa.

No processo que mais tarde se lhes instaurou disse Marco Tullio, que estando um dia em uma egreja d'aquella cidade, notou que um capitão veneziano e alguns militares portuguezes o olhavam com insistencia, e que por fim se aproximaram d'elle, affirmando-lhe se parecia muito com D. Sebastião. Parece que o modo por que respondeu, e os ares de mysterio que tomou, fizeram suspeitar os portuguezes se não seria elle effectivamente o monarcha vagabundo. Marco Tullio declarou no processo, que fez todo o possivel para os dissuadir de similhante idéa; e é de crer, que desde logo visse a inconveniencia de manifestar sem reservas o segredo, que provavelmente fingiu occultar com negativas, feitas de modo, que em vez de destruir as suspeitas, ainda mais as confirmavam.

Ou por que os portuguezes communicassem as suas suspeitas, ou porque elle proprio tratasse de explorar a situação que lhe creavam, é certo que foi tirado da miseravel habitação em que vivia por um homem de profissão equivoca, chamado Alexandre, e levado para casa de um amigo e associado d'este, chamado Girolamo Megliori.

Ahi o foram visitar alguns portuguezes: Antonio de Brito Pimentel, parcial do prior do Crato, e que o havia acompanhado no exilio; fr. Chrysostomo da Visitação, frade do convento de Alcobaça; Nuno da Costa, rico negociante, e Pantaleão Pessoa da Neiva. Marco Tullio confessára-lhes que effectivamente era o rei de Portugal, e contou-lhes que tendo escapado com vida, embora bastante ferido, da batalha d'Alcacer-Kibir embarcára secretamente, com auxilio do duque d'Aveiro, conde de Sortelha, conde de Redondo e Christovão de Tavora, na esquadra que aportou ao Algarve; mas que se não quizera dar a conhecer, porque se sentia cheio de humilhação pela derrota que soffrera. Percorrendo desconhecido differentes reinos da Europa, passára emfim ao extremo oriente, onde tomára parte, como soldado voluntario, nas guerras dos persas e dos turcos e que demorando-se largo tempo n'aquellas remotas paragens ignorava o que se estava passando no reino. Quando soube dos infortunios, que por sua causa, tinham sobrevindo a Portugal, deliberou-se a fazer penitencia, até que um santo eremita lhe ordenou em nome de Deus, que procurasse libertar a patria do dominio estrangeiro. Com essa intenção viera á Sicilia em 1597 e d'ahi mandára a Portugal, com cartas para differentes pessoas, um calabrez por nome Marco Tullio Catizone, o qual nunca mais appareceu.

Esta narrativa, que fôra bem pensada, e que até denota bastante sagacidade no aventureiro, ou em quem o aconselhou, porque a lembrança de se envolver a si proprio na historia de D. Sebastião, prevenia a hypothese de se descobrir a sua identidade (o que decerto aconteceria quando o pretendente se pozesse mais em evidencia), esta narrativa, dizemos, nada tinha de inverosimil,

e não era facil demonstrar a sua falsidade. Como haviam de verificar-se aquelles factos? E como recusal-os, não havendo a certeza de que eram falsos? Mas tambem como acreditar n'elles, sem nenhum outro fundamento mais do que a palavra de um desconhecido, que alem d'esta circumstancia, tinha tambem contra si o ser parte interessada?

Os visitantes de Catizone, sem recusarem a historia, não se deram comtudo por satisfeitos com ella, e procuraram averiguar por outros meios, se aquelle homem era realmente o que procurava inculcar-se; assim, pediam-lhe que fallasse em portuguez; mas o fingido principe acudia protestando, que fizera voto de não usar da sua lingua, senão em certo tempo; perguntavam-lhe pelo destino dos seus companheiros, respondia que a seu tempo diria o que lhes havia succedido; apertavam-o com perguntas relativas a acontecimentos da sua vida, anteriores á expedição d'Africa, tomava então uns ares de soberano enfadado, como que não permittindo aos seus subditos similhantes atrevimentos. Todas estas evasivas começaram por suscitar vivas suspeitas no animo dos emigrados portuguezes, convertendo-se afinal em completo desengano de que o supposto D. Sebastião era simplesmente um impostor. Antonio de Brito Pimentel, escrevendo para Paris aos emigrados seus conterraneos, assim lh'o assegurava, crivando de zombarias o tal rei de comedia.

Não fizeram o negocio que esperavam os especuladores emparceirados com o aventureiro, e vendo-se illudidos nas suas esperanças, trataram, ao fim de seis mezes, de se desfazer d'elle. E assim terminaria esta farça, logo no primeiro acto, se não fosse o zelo excessivo do embaixador hespanhol em Veneza, que mal teve conhecimento d'este facto, logo tratou de o explorar em seu proveito; isto é, adquirir direitos a que seu amo o recompensasse, pela actividade e dedicação que empregava no seu serviço.

O duque de Sessa, embaixador hespanhol em Roma, era da opinião que se não fizesse o menor caso do impostor, visto que os proprios portuguezes o não tomavam a sério; portanto, que o desprezo era o melhor meio de acabar promptamente com as imposturas. Não se conformou com tão sensato conselho D. Inigo de Mendonça, o embaixador em Veneza, porque não queria perder tão bom ensejo de mostrar o seu zelo pelo real serviço. Constando-lhe da existencia do pretendido D. Sebastião, procurou immediatamente instruir-se com as necessarias informações, e para esse effeito escreveu ao duque de Maqueda, governador da Sicilia, o qual se não demorou em responder-lhe, habilitando-o para demonstrar que o pretendido monarcha era um calabrez, de nome Marco Tullio Catizone. Munido de tão importante documento, sollicitou, e obteve, do governo veneziano a captura do impostor.

Chegou a noticia da prisão a Paris, quando os emigrados portuguezes, desenganados pelas cartas de Antonio de Brito Pimentel, nem já pensavam no aventureiro; vendo, porem, que elle merecia á côrte de Madrid importancia bastante para empregar em similhante negocio a sua diplomacia, pensaram que o homem não podia ser um impostor, tão inhabil e despresivel, como Antonio de Brito lhes havia affirmado.

Era plausivel a conjectura, justificada de sobejo pela leviandade de D. Inigo de Mendonça; mas provavelmente os emigrados limitar-se-hiam a esperar os acontecimentos, se não houvesse entre elles um visionario, homem honrado e patriota sincero, mas de genio altivo, o que fizera com que se afastasse da pequena côrte do prior do Crato, não obstante a sua fidelidade á causa do pretensor. Era esse homem extremamente inclinado ao miraculoso, de modo tal, que em quanto o principe portuguez, e os fieis partidarios que o haviam acompanhado ao exilio, procuravam alcançar soccorros dos diversos gabinetes da Europa, elle librava todas as suas esperanças da libertação da patria no comprimento das prophecias sebastianistas. Tão intima era esta sua persuação, fallava com tal ardor de convicções, que chegou a conseguir adeptos que o auxiliassem nas suas tentativas de descobrir o desejado rei. Perseguido pelas suas instancias, o commendador de Chaste (de quem já nos occupámos, quando tratámos dos successos dos Açores, no reinado de Filippe II), viu-se obrigado a concorrer para se fretar um navio que fosse procurar D. Sebastião á costa da Mina, onde, segundo as prophecias, elle devia apparecer.

Teve esta extravagante expedição, effectuada no anno de 1589, o exito que era de prevêr a

quem a olhasse despreoccupadamente; mas nem por isso um tal desengano conseguiu amortecer as esperanças de D. João de Castro, que assim se chamava o visionario portuguez, neto do celebre vice-rei da India.

Mal teve conhecimento da apparição do aventureiro de Veneza, partiu immediatamente para Inglaterra, e tanto ahi, como nos Paizes Baixos, onde tambem foi, tratou de reunir soccorros com que favorecesse a causa do supposto rei. Ao mesmo tempo, conseguia que fosse a Veneza, virificar a identidade do aventureiro com o rei D. Sebastião, um dominicano portuguez, muito da casa de Vimioso, e por conseguinte decidido partidario de D. Antonio.

Se os leitores se recordam da aventura do pasteleiro de Madrigal, que narrámos no livro antecedente, decerto notarão a singular coincidencia de que foi tambem um frade, parcial do prior do Crato, quem dirigiu todo aquelle enredo, no intuito de servir a causa do bastardo do infante D. Luiz. Tudo nos leva a acreditar, que as mesmas intenções determinavam o procedimento de fr. Estevão de Sampaio, o dominicano a quem D. João de Castro convenceu a partir para Veneza; com a differença, que o primeiro trabalhava para o proprio D. Antonio, emquanto que este agora procurava decerto abrir para o herdeiro d'elle o caminho do throno. Confirma-nos n'esta supposição, não só a persistencia do frade em convencer os outros da veracidade do aventureiro, quando elle estava interiormente convencido da sua impostura, mas tambem a parte que tomaram n'este enredo os filhos do prior do Crato, como veremos no decurso da narrativa.

Logo que chegou a Veneza fr. Estevão de Sampaio, o que succedeu em 1599, pouco depois da prisão do calabrez, tratou de se informar com os portuguezes ácerca do preso, e viu desde logo quam exageradas eram as affirmativas de D. João de Castro. Muitos incredulos insistiam em affirmar a impostura do aventureiro, e poucos os que o tomavam a sério. Apesar d'isso, o frade, resolvido a todo o transe a alimentar aquella intriga, procurava fazer persuadir os emigrados, que effectivamente o preso era el-rei D. Sebastião. Brevemente foi auxiliado nas suas diligencias pelo proprio D. João de Castro, que tinha andado pelos governos de Italia, pedindo cartas para a senhoria de Veneza afim de obter a liberdade do prisioneiro; cartas que nunca poude alcançar, nem elle, nem o conego Rodrigues Costa, que tambem havia partido para Roma, com o mesmo fim.

Regressando para junto de fr. Estevão o neto do governador da India, empenharam-se ambos com os senadores venezianos, para que soltassem o aventureiro, e ao mesmo tempo escreviam as mais persuasivas cartas aos emigrados que estavam em Paris. Tanto insistiram, e de tal modo expunham a sua convicção, que chegaram a partir de Paris para Veneza alguns dos emigrados, incumbidos de verificarem a identidade do preso, e munidos de recommendações para o embaixador francez, feitas por Henrique IV, as quaes obtiveram por intermedio do capellão d'elle, o padre José Teixeira, que era particularmente affeiçoado a Diogo Botelho, um dos principaes personagens da emigração. Alem d'este empenho do seu capellão o rei de França tambem folgava de poder crear, sem se comprometter, mais este embaraço á causa d'Austria, de quem tinha recebido não poucos aggravos. Com estas recommendações tambem Sebastião Figueira, um dos portuguezes commissionados pelos seus compatriotas para o fim que acima indicamos, levava ainda cartas do principe d'Orange e dos Estados Geraes de Hollanda, alcançadas pelo filho do prior do Crato, D. Manuel, casado com a irmã do conde Mauricio, D. Emilia de Nassau.

Não só de Paris, mas ainda de outras cidades da Europa accudiram portuguezes a Veneza, entre elles outro filho do prior do Crato, D. Christovão, o qual, conjunctamente com os outros emigrados trabalhava com a maior actividade, perante o governo da republica, para libertar o fingido monarcha.

D. Inigo de Mendonça, o embaixador hespanhol, que como dissemos, havia sollicitado do governo veneziano a prisão de Marco Tullio foi por esse tempo retirado da embaixada, e substituido por D. Francisco de Vera e Aragon, que affectava despresar este negocio, mas que não deixava de preoccupar-se com a actividade dos portuguezes e o empenho com que elles insistiam pela liberdade do prisioneiro.

O governo da republica, vendo-se apertado de empenhos e recommendações, e notando a re-

serva do diplomata hespanhol, decidiu por fim, no dia 15 de dezembro de 1600, abrir em segredo as portas da prisão a Catizone, sem participar coisa alguma aos patronos d'elle, ordenando-lhe que sahisse da cidade dentro de vinte e quatro horas, e do territorio da republica dentro de dois dias.

Pelas dez horas da noite foi Marco Tullio posto em liberdade, e logo se dirigiu para a miseravel habitação em que viveu algum tempo antes de ser preso, e a que já n'outro logar alludimos. Apesar do muito segredo com que as auctoridades de Veneza quizeram proceder, parece que alguma coisa transpirou, e mesmo que haveria combinações entre os emigrados e o preso; quando este chegou áquella casa, já lá estavam dois portuguezes, Rodrigo Marques e Sebastião Figueira, ambos fidalgos, e o ultimo dos quaes fallára muitas vezes com D. Sebastião.

Esta primeira entrevista foi para todos o mais embaraçosa possivel; o aventureiro estava deveras compromettido; não sabia que fazer, nem que dizer, os portuguezes cheios d'assombro, pela notavel dissimilhança entre aquelle homem e o rei que esperavam ali ver. Passada esta primeira surpresa, os portuguezes envergonhados de si proprios, por terem cahido em tão grosseiro embuste, mas pensando talvez como fr. Estevão, que poderia explorar-se aquella intriga em beneficio da liberdade da patria, foram chamar outros portuguezes, os que já pela sua importancia, já pela actividade e zelo com que haviam trabalhado podiam ser considerados os principaes partidarios do novo pretendente.

Todos acudiram pressurosos, mas todos experimentaram, sem exceptuar o fanatico D. João de Castro, a mesma desagradavel impressão. No entanto calaram comsigo o despeito, e como por um accordo tacito, deram ao fingido rei as provas da maior deferencia e consideração, sendo o filho do prior do Crato, D. Chistovão, um dos primeiros a dar o exemplo. Havia comtudo uma certa reserva, melhor diremos, havia um artificio tão facil de perceber em todos os actos e palavras d'aquelles constrangidos cortezãos, que o aventureiro julgou dever convencel-os, de que effectivamente era o desventurado de Alcacer-Kibir.

Quando fr. Estevão chegou a Veneza não lhe foi possivel, por maiores esforços que empregasse, ver o prisioneiro, e fallando a favor d'elle com alguns senadores, houve dentre elles quem lhe aconselhasse que viesse a Portugal informar-se dos signaes particulares que D. Sebastião tivesse no corpo, a fim de verificar a identidade do prisioneiro. Aceitou o conselho, e depois de ter mandado a Marco Tullio dinheiro, e alguns livros em portuguez, partiu para o reino, onde não só conseguiu a relação de signaes, que desejava, mas tambem adquiriu para a sua causa numerosos partidarios, e entre elles pessoas de valia, pela sua posição uns, e outros pela sua fortuna. Regressando a Veneza é natural mandasse cópia da relação que trazia, ou por qualquer outro meio désse conhecimento d'ella ao calabrez. Só assim se explica como este, vendo as reservas e constrangimentos dos que o rodeavam, pretendeu despir-se para mostrar no corpo os signaes, que provavelmente tinha imitado, senão todos, pelo menos os que podiam fingir-se. Não consentiram tal os portuguezes, e elle então, quebrando o voto que disse haver feito, começou fallando o portuguez aprendido nos livros que o precatado dominicano lhe tinha mandado para a prisão; mas tão desastradamente se houve na pronuncia, e respondia tão disparatadamente ás observações que a similhante respeito lhe faziam, que em vez de levantar a fé dos seus partidarios mais os fez envergonhar do miseravel engano em que tinham cahido. O proprio fr. Estevão, que chegou no momento em que o aventureiro estava exhibindo a sua ignorancia da lingua portugueza, não poude ser superior a um movimento de surpreza pela pouca similhança do aventureiro com o rei portuguez; reprimiu-se, comtudo, e prestou a Marco Tullio as homenagens devidas a pessoa real.

Os portuguezes, completamente desacorçoados, mas compromettidos pelo que haviam feito, resolveram continuar representando n'aquella comedia, com a esperança de que tarde ou cedo um acaso, ou o curso natural dos acontecimentos lhe pozesse termo. Aconselharam, pois, o aventureiro que partisse para Florença, onde iriam ter com elle, a fim de se passarem todos a França. N'essa mesma noite partiu Marco Tullio para o seu destino, acompanhado por fr. Chrysostomo da Visitação, um dos emigrados que tinha partido para a Italia e andara em Roma com o conego Rodrigues Costa, sollicitando cartas de recom-

mendação para o governo de Veneza. Parece que um portuguez, Nuno da Costa, menos pondunoroso que os seus companheiros, e talvez mais despeitado do que elles pela burla que soffrera, communicou ao embaixador hespanhol o plano concertado com o aventureiro. Ou fosse elle effectivamente o denunciante, ou algum espião assalariado, é certo, que chegando os portuguezes a Florença dias depois, souberam, talvez com não pouca satisfação, por se verem desembaraçados, mais cedo do que esperavam de similhante empreza, souberam, dizemos, que por ordem do governo toscano, e a instancias do representante de Madrid, fôra encarcerado o impostor de Veneza. Tempos depois, a 23 d'abril de 1601 foi o preso entregue ao poder do conde de Lemos, vice-rei de Napoles. A principio ainda pertendeu sustentar o seu papel, mas sendo advertido das innumeras contradicções das suas respostas, da falsidade comprovada de muitas das suas affirmativas, das provas irrefutaveis que evidenciavam o seu fingimento, e finalmente havendo-lhe promettido o vice-rei que lhe perdoaria a pena de morte, se dissesse a verdade, confessou tudo, allegando, porem, como desculpa, que fôra levado a representar aquelle papel pelas instancias d'alguns portuguezes e um capitão veneziano, que estivera ao serviço do nosso paiz.

Os portuguezes, com excepção de fr. Estevão de Sampaio, assim que o impostor foi entregue aos hespanhoes nunca mais quizeram saber d'elle, e sómente D. João de Castro compoz um livro em que narrava maravilhas do aventureiro, pretendia fazer acreditar que era effectivamente o desventurado rei portuguez, e accusava de traidor fr. Estevão. Apesar de tudo deixava o martyr entregue ao seu destino, sem nunca mais fazer nem a menor diligencia para o libertar. O vice-rei de Napoles tão pouca importancia dava ao seu captivo, que até consentia que elle fosse visitado na prisão por quem quer que pretendesse vel o. Aproveitou-se d'esta circumstancia o persistente e astuto dominicano, para se pôr em communicação com o preso, e entabolar com elle correspondencia, afim de combinarem um projecto de evasão. Tendo conseguido arranjar em Portugal um partido valioso, como dissemos, não lhe foi difficil obter no reino as sommas necessarias, não só para mandar ao aventureiro, mas tambem para fretar em Marselha um navio, que o transportasse a França, logo que podesse evadir-se.

Recebeu aviso d'estas diligencias o vice-rei, e mandou continuar o processo, que estava parado mesmo para demonstrar a nenhuma importancia do personagem; mas similhante tentativa obrigou-o a apressar a conclusão do feito, sendo o réo condemnado a galés por toda a vida. Partiu de Napoles em 1602, indo a embarcação em que servia fundear no Porto de Santa Maria, na foz do Guadalquivir; e ahi, já nos principios do anno seguinte fr. Estevão de Sampaio, que tinha vindo ao reino grangear mais adhesões e fazer novo peditorio, conseguiu por-se outra vez em communicação com elle.

Marco Tullio, escarmentado da primeira tentativa, em que esteve para ser pendurado na forca, parece não ter attendido, a principio, ás suggestões do frade, o qual nem por isso desanimou, empregando aquelle genero de eloquencia que mais impressionava o animo do calabrez —as dadivas em dinheiro, que lhe permittiam adoçar com um certo conforto e regalos, as agruras do seu captiveiro. Logo que se decidiu a entrar em novas aventuras tratou por sua parte o dominicano em o instruir nos factos relativos á vida de D. Sebastião, e successos do seu reinado, afim de o habilitar a fazer melhor papel do que em Veneza: n'esse intuito, escrevia-lhe cartas fazendo perguntas formuladas de tal modo, que ensinavam a resposta. O fingido rei aproveitava as lições, mas o que sobretudo estimava era o dinheiro, sem nunca se mostrar muito inclinado aos projectos de evasão em que se empenhava fr. Estevão; quando este insistia desenvolvendo o seu plano, o aventureiro tinha sempre a fazer uma correcção, qual era que lhe fosse entregue dinheiro, para corromper os guardas, accrescentando que era inutil adoptar outros meios. O dominicano, sem aceitar absolutamente este projecto, ia comtudo transigindo, quanto possivel, com os desejos de sua magestade, que assim o tratavam muitos dos seus companheiros nas galés, a quem elle contemplava com generosas dadivas.

Proseguindo nos seus planos, fr. Estevão aconselhára o fingido D. Sebastião a que escrevesse ás pessoas principaes do reino, tendo o cuidado de lhe mandar os competentes rascunhos das cartas, incumbindo-se de as fazer chegar ao seu

destino um outro frade portuguez, fr. Boaventura de Santo Antonio, illudido e sincero partidario do aventureiro. Este ao mesmo tempo que sob a direcção de fr. Estevão se occupava dos interesses da monarchia, não deixava tambem de se occupar, por iniciativa propria, dos seus negocios particulares; faltando-lhe talvez dinheiro bastante, para representar, a seu modo, o papel de soberano, dirigiu, em principios do anno de 1603, uma carta á duqueza de Medina Sidonia, pedindo-lhe uma esmola, e assignando-se *el-rei D. Sebastião*. Esta carta, como era de prevêr, cahiu nas mãos do governo hespanhol, que se resolveu a terminar com este fóco de conspirações. Governava então em Portugal Christovão de Moura, que desde muito já se achava informado das intrigas de fr. Estevão, e que logo que teve conhecimento da resolução do governo de Madrid, mandou proceder á captura de fr. Boaventura de Santo Antonio, o qual a esse tempo se achava em Vianna do Minho, occupando-se na commissão de que fôra incumbido pelo aventureiro, e a suggestões de fr. Estevão. Ao mesmo tempo tambem este era capturado em Sevilha, onde se achava escondido, e Marco Tullio conduzido da galé para a prisão de S. Lucar de Barrameda.

«Não seguiremos, diz o sr. Pinheiro Chagas, que nos tem servido de guia n'esta narrativa, os trâmites d'esse processo, onde o despotismo hespanhol desenvolveu todo o sombrio apparato da sua horrenda legislação criminal. Marco Tullio, que, vendo o cuidado que dava, e a perseverança dos seus partidarios, entendeu que era um personagem inviolavel, desmentiu primeiro todas as suas confissões de Napoles, e declarou que era el-rei D. Sebastião. Cedeu comtudo ás primeiras dôres da tortura, e confirmou tudo quanto antecedentemente confessára, sendo ainda mais explicito em particularidades do que em Napoles. Ao mesmo tempo fr. Estevão de Sampaio e fr. Boaventura de Santo Antonio eram processados, e a sua defeza consistiu sempre em allegarem a sua boa fé. Condemnados apesar d'isso, mostraram animo firme, e fr. Estevão o que fez foi recriminar contra Marco Tullio, que, tambem quando perdeu de todo a esperança de conservar a vida se portou com certa coragem. Alguns outros individuos implicados n'esta conspiração foram condemnados, uns á morte, outros a trabalhos publicos ou a exilio. Eis a lista das condemnações. Marco Tullio foi condemnado a ter a mão direita cortada, a ser enforcado, a ter o cadaver cortado em bocados, que seriam expostos nas estradas, e a cabeça e a mão direita n'uma praça publica.

«Annibal Balsamo, calabrez, forçado que servira de thesoureiro a Marco Tullio, Fabio Craveta, que lhe servira de secretario e que tambem era seu companheiro de galés, Antonio Mendes, tintureiro portuguez, que morava em Sevilha e em cuja casa fr. Estevão estivera escondido, foram condemnados á forca, e a serem depois os seus cadaveres cortados em pedaços.

«Horacio Guida, calabrez, Tenreiro de Maestre Pietro, napolitano, e Cezario Carpio, napolitano, todos cumplices subalternos a seis annos de galés.

«Juan Peres, castelhano, Manuel Macedo, portuguez, Giovani Bernardino Camara, napolitano, Paulo Pola, napolitano, Antonio Fernandes, portuguez, implicados accessoriamente na intriga foram condemnados a receberem cem açoites.

«Pedro Dias Xardo, portuguez e sapateiro, foi condemnado em cem açoites e oito annos de galés.

«Este desgraçado era um doido que se enthusiasmára por Marco Tullio, e que mesmo em presença dos juizes se lançava aos pés do calabrez, com ridicula adoração. Era para todos claro, que o pobre sapateiro, desvairado pelas prophecias e crendices populares, era sugeito a allucinações. Tiveram, apesar d'isso, os hespanhoes a crueldade de lhe applicarem a pena que dissemos.

«Francisco Fernandes, portuguez, Hercules Broguetin, soldado natural de Cremona, e Elvira Sanches, que não tinha outro crime senão ser mulher do tintureiro Antonio Mendes, tiveram a pena de cem açoites e o exilio.

«João Mendes, uma pobre creança de treze annos, que era filho do tintureiro, foi exilado.

«O portuguez Heitor Antunes foi multado em cem mil maravedís, e Gaspar Gonçalves Nogueira, tambem portuguez, em cento e cincoenta mil.

«A execução de Marco Tullio realisou-se em S. Lucar de Barrameda, no dia 23 de setembro de 1603. Da execução dos dois frades é que não se encontram vestigios; sabe-se apenas que foram

degradados da sua qualidade de ecclesiasticos no dia 1 de setembro, e entregues depois ao braço secular, que naturalmente os não poupou. Mas o governo hespanhol, seguindo as tradicções da politica de Filippe II, envolveu isto em tal mysterio, que por muito tempo se ignorou a sorte de Marco Tullio. Apenas nas correspondencias diplomaticas da época se encontra uma leve referencia a esse facto. O conde de Barrault, embaixador francez na côrte de Valladolid, em officio enviado do seu governo, em data de 11 d'outubro de 1603, escreve: *J'ai aussi appris qu'ils ont fait pendre celui qui se disait le roi D. Sébastien, ayant confessé qu'à la vérité il était calabrais.* Este mysterio serviu mais do que tudo para dar um aspecto poetico a esta aventura, de que romancistas e poetas se apoderaram como de um thema fertil, e esta figura de Marco Tullio, a menos sympathica de todas as que avultam n'esta longa tragi-comedia dos falsos D. Sebastião, foi assim que adquiriu fóros da mais digna de credito. Na aventura do rei de Penamacôr respeitamos a ingenua credulidade popular, anciosa por encontrar um pretexto para se livrar do jugo hespanhol; na do rei da Ericeira, captiva-nos o patriotismo, pouco esclarecido, mas ardente, de Matheus Alvares; na do pasteleiro do Madrigal ha uma physionomia de victima que nos interessa, é a de D. Anna d'Austria. Na de Marco Tullio nenhuma. O heroe é um cavalheiro de industria sem dignidade nem elevados pensamentos; o motor da intriga é um frade ambicioso, patriota, sim, mas para quem a nacionalidade é mais pretexto do que intuito, mais bandeira a cuja sombra suas ambições se abrigam, do que digno defensor de uma causa sagrada, pela qual esteja disposto a derramar o seu sangue.» [1]

Depois do calabrez não voltou a apparecer em scena nenhum outro aventureiro, que representasse o papel do desditoso cavalleiro de Alcacer-Kibir; mas foi tambem desde então que se formou a lenda «de D. Sebastião, o encuberto» e a seita dos sebastianistas.

«Vejamos agora, diz o sr. Pinheiro Chagas, que prophecias deram origem á lenda, e quaes foram os diversos tramites que ella seguiu, prolongando-se a seita até ao nosso tempo, merecendo a José Agostinho de Macedo uma diatribe violenta, e a Almeida Garrett uma fina satyra, na sua deliciosa farça *As prophecias do Bandarra.*

«Foram dois sapateiros os primeiros prophetas da seita, Simão Gomes e Gonçalo Annes Bandarra, que ambos viveram no seculo XVI, tendo morrido o primeiro em 1576 e o outro em 1582. Ambos faziam versos propheticos, mas as suas prophecias passaram despercebidas, emquanto o desastre d'Alcacer-Kibir não veio voltar o espirito do povo para as regiões do maravilhoso. Simão Gomes era muito protegido pelos jesuitas, e o padre Balthasar Telles, na sua *Chronica da Companhia de Jesus*, affirma que tanto D. Sebastião, como o cardeal-rei D. Henrique estimavam muito a sua conversação.

«Bandarra tinha, segundo parece, alguma instrucção, e sabia de cór, tambem parece, trechos das santas escripturas; de fórma que muitos christãos-novos o consultavam sobre a interpretação d'algumas passagens da Biblia, o que lhe deu em resultado desgostos causados pela inquisição, que o encarcerou, soltando-o, com a condição de não se importar mais com as santas escripturas. Singular exigencia de um tribunal ortodoxo, instituido para manter a puresa da fé!

«Segundo a supposição bastante rasoavel do sr. Miguel d'Antas, é natural que as prophecias de Bandarra e D. Simão Gomes não fossem primeiro senão variantes sobre o eterno thema do Messias, applicadas depois ao rei desejado por um povo que anciava por algum auxilio sobrenatural, que o arrancasse ás trevas do captiveiro, em que o ia submergir a sua desventura, a traição de muitos e a mão de ferro de Filippe II.

«Os sebastianistas não se limitaram a invocar, em apoio das suas crenças, estas auctoridades humildes e nacionaes. Não havia santo illustre, nem vulto milagroso, que não trouxesse o seu contingente ao volumoso conjuncto das lendas sebastianistas.

«Se nem os astrologos escapavam, pois Nostradamus tambem veio á baila, nem os vates pagãos, pois a sybilla Erytréa foi tambem invocada pelos sectarios do principe encoberto!

«As principaes auctoridades christãs, anteriores ou posteriores ao desastre d'Alcacer-Kibir eram as seguintes:

[1] *Hist. de Port.* tom. 5.º pag. 130.

«S. Isidro, S. Cyrillo, S. Theophilo, S. Claudio, Santo Angelo, frei Gil, Pedro de Frias, commendador de S. Isidro, o eremita de Monserrate, o padre Antonio da Conceição, mais conhecido pelo nome de Beato Antonio, emfim S. Thereza de Jesus, soror Leonor Rodriguez, carmelita, soror Leocadia, soror Martha etc., etc.

«Mas como é que toda esta gente se combinára para prophetisar a volta de D. Sebastião, depois da batalha, e o privilegio que Deus lhe concedera de protrahir a existencia alem dos terminos da vida humana? É facil percebel-o, trechos das obras d'estes santos eram torcidos e espremidos, até os commentadores os adoptarem ao seu intento; outras prophecias eram manifestamente inventadas, na occasião necessaria, para favorecer as pretensões d'algum impostor. Não poucas fabricaria D. João de Castro para favorecer a causa do calabrez Marco Tullio.

«Estas prophecias annunciavam todas, segundo os sebastianistas diziam, a batalha d'Alcacer-Kibir e a resurreição de Portugal, promovida por um principe que muito tempo estaria encoberto, até que, apparecendo cercado de gloria, restituiria ao mundo christão a paz universal, e daria á sua patria o predominio sobre todas as nações. Seria então este o celebre quinto imperio, cujo esplendido devaneio chegou a inflammar a ardente e vigorosa imaginação do grande orador padre Antonio Vieira.

«Dissemos que D. João de Castro era um dos mais ardentes em intrepretar as prophecias e em fabricar textos que dessem vulto a essa adorada chimera. Uma das auctoridades que elle menciona é a do proprio D. Affonso Henriques, o qual, segundo parece, na celebre apparição da batalha de Campo d'Ourique, ouvira da propria boca do Senhor Crucificado o seguinte: que na decima-sexta geração a mão de Deus deixaria desprotegida por um momento a sua descendencia, mas que passado esse instante de provação, voltaria a favorecel-a e lhe daria o maximo explendor.

«Ora, essa decima-sexta geração era evidentemente a do vencido d'Alcacer-Kibir. D. Sebastião foi o decimo-sexto na ordem dos nossos reis.

«O que esqueceu a D. João de Castro notar é que se o 16.º no catalogo dos monarchas, não é o mesmo que pertencer á 16.ª geração. Effectivamente, tres vezes tinham succedido irmãos a irmãos, ou primos a primos. Affonso III era irmão de Sancho II. D. João I era irmão de D. Fernando, e D. Manuel primo de D. João II. Em compensação D. Sebastião era neto de D. João III. Logo D. Sebastião era o decimo sexto-rei; mas o decimo-quarto descendente de D. Affonso Henriques. [1] Já se vê que Christo crucificado commettia d'essa fórma um dos mais grosseiros erros genealogicos que era possivel commetter.

«Como havia pouco tempo tambem que se inventára a apparição de Campo d'Ourique, era natural que se aproveitasse esse *facto historico*, fabricado n'esse seculo, para se dar auctoridade aos acontecimentos contemporaneos, e D. João de Castro não era homem que o desaproveitasse.

«Os sebastianistas constituiram, pois, primeiro um partido e depois uma seita. Emquanto ás suas asserções não faltou a possibilidade, senão a verosimilhança, inquietaram ellas bastante o governo hespanhol. Era uma das fórmas mais perigosas que podia tomar a resistencia dos portuguezes á sua tyrannia. Quando, porem, lhes faltaram todos os elementos de probabilidade, os sebastianistas começaram a ser considerados como uns entes inoffensivos, que procuravam nas regiões sobrenaturaes a esperança que lhes faltava na terra. A lenda de D. Sebastião affeiçoou-se pela lenda celtica, a ponto d'alguns escriptores contemporaneos quererem procurar n'essas similhanças os vestigios dos antigos habitantes celtas da peninsula, quando ella não prova mais do que a identidade das fórmas que procura o sentimento popular quando as mesmas causas o despertam.

«Ainda assim o governo hespanhol sentia-se por tal fórma estrangeiro, que estes mesmos pobres loucos que iam á praia em dias de nevoeiro, esperando ver chegar a galé mysteriosa, em que havia de vir o Encoberto, o inquietavam como as demonstrações vivas da repugnancia que os seus novos subditos consagravam ao seu domi-

[1] 1.ª geração D. Affonso Henriques; 2.ª, D. Sancho I; 3.ª, D. Affonso II; 4.ª, D. Sancho II; 5.ª, D. Diniz; 6.ª, D. Affonso IV; 7.ª, D. Pedro I; 8.ª, D. Fernando I e D. João I; 9.ª, D. Duarte; 10.ª, D. Affonso V e o infante D. Fernando; 11.ª, D. João II, filho de D. Affonso V e D. Manuel, filho de D. Fernando; 12.ª, D. João III; 13.ª, D. João, que morreu antes de subir ao throno; 14.ª, D. Sebastião.

nio, e das suas constantes aspirações para a renovação do regimen autonomo, que a espada do duque d'Alba destruira nas margens do Alcantara.

«E eram tão energicas essas aspirações, que o povo, longe de accusar D. Sebastião, pelas desgraças de que fôra causa, invocava-o como salvador, como restaurador da independencia que personalisavam no seu vulto cavalheiresco.

«Quando a feliz revolução de 1640 assentou no throno do vencido d'Alcacer-Kibir o duque de Bragança, ou antes D. João IV, os sebastianistas, jubilosos por verem as suas esperanças em parte realisadas, não quizeram ainda assim desistir do seu sonho, e supposeram que D. João IV não era senão o proprio D. Sebastião, que tomára a fórma do duque de Bragança para restituir a Portugal a liberdade que lhe fizera perder.

«Os ardentes partidarios da causa de D. João IV, que tão arriscada parecia, se attendermos ao immenso poder que Portugal tinha de arrostar, não desaproveitaram o inesperado auxilio que os sebastianistas lhe traziam, e que podia inspirar ao povo que ia travar uma lucta de morte com os hespanhoes a desesperada coragem que o fanatismo accende principalmente nos povos do Meiodia. Muitos escriptores applicaram as prophecias correntes aos acontecimentos da vida de D. João IV e o eloquente padre Antonio Vieira não desdenhou fazer-se commentador das obras de Gonçalo Annes Bandarra para favorecer a causa, de que foi com a palavra e com a penna um dos mais energicos sustentaculos.

«A seita persistiu durante os seculos seguintes, e os seus membros não se cansavam de procurar adaptar a realidade ás suas crenças, ainda que não viesse envolta nas brumas legendarias. Assim, quando a nossa decadencia foi um momento interrompida pelo marquez de Pombal, quando o ousado ministro de D. José galvanisou por instantes o cadaver d'este povo heroico, os sebastianistas mais uma vez pensaram que o seu desejado rei tivera, como o Vishmi indico, uma nova incarnação. Confirmava-os n'essa crença a identidade do nome de baptismo, e Sebastião de Carvalho e Mello não era para elles senão o resurgido rei, D. Sebastião.

«Estes innocentes sectarios, que apenas constituiam typos caracteristicos e originaes, que a boa comedia de costumes podia e devia aproveitar, foram no principio d'este seculo asseteados sem piedade por uma diatribe violenta, como todas as que sahiam da penna molhada em fel do padre José Agostinho de Macedo. Os pobres e supersticiosos crendeiros viram-se de subito equiparados aos jacobinos, e como taes os fustigou devidamente o acrimonioso escriptor.

O sr. Miguel d'Antas explica da seguinte maneira a ira do padre:

«Pensava-se então que os principios d'essa seita, que deixavam tudo á intervenção divina, e se baseavam sobre tudo n'este verso d'um supposto propheta: *A Hespanha perderá a valentia*, [1] diminuiriam o enthusiasmo patriotico e a energia com que se deveria repellir a invasão estrangeira. [2] O padre José Agostinho de Macedo foi por conseguinte encarregado de combater essas tendencias para o abatimento, cobrindo de ridiculo essa seita e as suas tendencias fanaticas, proprias para provarem até que ponto as classes populares eram accessiveis ás idéas, para as quaes as impellia loucamente um clero pouco escrupuloso na escolha dos meios, e que não julgava poder conseguir melhor os seus fins do que arrastando o povo comsigo pela estrada do obscurantismo. [3]

«Até aqui seguimos o sr. Miguel d'Antas; para completarmos a lista de noticias curiosas que se podem reunir ácerca d'esta seita, recorremos ao livro de Ferdinand Denis.

«Ha uma tradicção popular, diz elle, que se liga tão essencialmente com a historia que acabamos de narrar *(a dos falsos D. Sebastião)* que não podemos deixar de lhe procurar a origem. É a que faz de D. Sebastião uma especie de heroe encantado, um novo Arthur, destinado a reanimar as esperanças religiosas dos povos e a consolidar a sua ventura. Já tentando fazer conhecer a historia do Brazil, fallamos n'essa seita dos sebastianistas, que parece ter hoje o seu foco verdadeiro nas regiões remotas de minas, e que lança raizes mais vivazes á medida que se affasta da época em que teve origem. Desde o fim do seculo XVI esse estranho sonho apoderou-se d'esses espiritos exaltados, e talvez tomou origem

1 Versos do preto do Japão.

2 A invasão dos francezes.

3 *Les faux Don Sebastien*, nota *B*, pag. 458.

nas suppostas prophecias de Simão Gomes, appellidado o Sapateiro Santo; mas teve, sem duvida, n'essa época, entre as suas estravagancias alguma coisa tocante, que se ligava intimamente com as desgraças do paiz. Extractemos algumas linhas d'um velho viajante; o estylo bastará para nos fazer conhecida a data da tradicção, e demais pode encaminhar-nos ao conhecimento do seu auctor. Eis o que escrevia, nos ultimos annos do seculo XVII, um d'esses velhos escriptores francezes que são raras vezes consultados.

«Quero contar-vos o que me disse na côrte de «Madrid um religioso de muito credito e aucto«ridade. Junto do seu convento em Lisboa vivia «um velho, que fôra ministro empregado da jus«tiça, chamava-se Ribeiro... e era considerado «doido pela maior parte do que os conheciam; «um dia entrou, como era seu muito habil cos«tume, na egreja do dito religioso, que, estando «á porta da sachristia, disse a dois dos seus con«frades: ahi vem Ribeiro, vamos divertir-nos com «as suas prophecias. Depois combinou-se que «um só iria ter com elle, porque fallaria mais «livre e francamente. O que me contava esta «coisa foi, e pedindo-lhe noticias, veio a tocar «na materia de que se trata. O meu religioso «jurou-me que discorria muito prudentemente «sobre a materia, e de fórma nenhuma como «insensato, e, depois de ter demonstrado a coisa «por um grande numero de razões, deduzidas «das antigas escripturas, concluiu por estas pa«lavras formaes: Senhores P. N., os que tratam «d'estas materias não as entendem, porque uns «dizem que esse principe está n'uma ilha igno«rada, casado com uma filha d'um rei poderoso, «que lhe deve enviar uma poderosa frota, com a «qual virá sitiar Lisboa; emquanto outros affir«mam que está na Noruega, e que d'ahi é que «hade vir, tendo já despachado a todos os prin«cipes da Europa todos os seus embaixadores «para os prevenir que não concedam o seu soc«corro á Hespanha. Em summa as coisas que se «dizem assim são puro sonho de gente que sabe «pouco. O principe que esperamos, e que Deus «nos prometteu, não deve, aqui entre nós, ser«nos trazido nem por frotas, nem por esquadrões «numerosos; hade trazer apenas paz e festas in«numeras; no meio d'ellas é que o receberemos «com acclamação; não deve tomar posse do seu «reino pelas armas, mas sim ao som dos alegres «instrumentos, entre as danças e os jubilos; não «se devem vêr nem mortos, nem rios de sangue «á sua entrada n'esta cidade... Não me pergun«teis mais, meu reverendo, mas rogae a Deus «que vôl-o deixe vêr. E, dizendo isto, dei«xou-me.»

«Esta narração do antigo viajante resume bem as opiniões diversas dos antigos sebastianistas. Comtudo nem em toda a parte a crença d'estes estranhos sectarios se manifestou com tão pacificas exterioridades; e, se devemos dar credito a uma folha publicada no Rio de Janeiro em 1838, viu-se n'esse anno no interior da provincia de Pernambuco um d'esses temiveis adeptos apoderar-se completamente do espirito dos seus compatriotas, e annunciar-lhes, em nome d'elrei D. Sebastião, que este soberano encantado despertára, e que ia apparecer nas solidões da America meridional, á testa d'um exercito numeroso e magnifico. João Antonio contentava-se com annunciar a vinda do joven monarcha á sua aldeia de Pedra-Bonita, a vinte e duas leguas de Villa de Flôres; mas tendo enviado em breve das solidões do Inhamum, para onde se retirára, um neophyto chamado João Ferreira, este proclamou-se rei, e imaginou, para consolidar o seu imperio, ritos sanguinolentos, durante os quaes se deviam immolar victimas humanas para conseguirem a immortalidade. Pedro Antonio, irmão do antigo propheta, cioso da auctoridade do seu enviado assassinou-o, segundo se diz, e tomou o poder; persuadira aos grosseiros *sertanejos*, sobre o espirito dos quaes exercia o seu imperio, que pela sua influencia se haviam tornado a um tempo invulneraveis e invenciveis. Vinte e seis guardas nacionaes, debaixo do commando do major Pereira da Silva, marcharam contra estes fanaticos, mataram vinte e nove no logar do combate, e dispersaram os outros nas florestas, perdendo apenas os vencedores quatro mortos, e tendo cinco feridos. Isto realisára-se no dia 18 de maio de 1838, e dois mezes depois, na camara dos deputados, este facto extraordinario produzia uma grande sensação. Estão apenas quasi decorridos tres seculos desde a morte d'elrei D. Sebastião, e a historia extraordinaria d'este principe tornou-se um mytho, que fez nascer, para assim dizermos, uma religião nova.

Offic. Typ. da Empreza Litteraria.

Reinado de Filippe III (segundo de Portugal.)—Os frades alvorotando o povo contra os christãos-novos

Segundo alguns auctores, o numero dos sebastianistas não se elevava, ha alguns annos, a menos de dez mil. Em Portugal muitos escriptos se tem publicado com relação a estes estranhos sectarios.» [1]

Terminado este episodio da nossa historia, voltemos á narrativa dos successos que se deram nos primeiros annos do reinado de Filippe III de Hespanha, e segundo de Portugal. Uma das principaes foi a mudança da situação legal dos christãos-novos, como então se chamava aos judeus que viviam no reino, convertidos, ou dizendo-se convertidos ao catholicismo.

As larguissimas despezas feitas pelo rei catholico nas luctas com os seus adversarios, de que nem sempre sahiu victorioso, antes muitas vezes a vergonha da derrota foi ainda aggravada com a perda de valores consideraveis; o mau regimen economico e as desordens da administração levaram a fazenda real a grandes apuros, para acudir aos quaes se recorreu, com imprudente frequencia, ao ruinoso systema dos emprestimos. Quando Filippe III cingiu a corôa de seu pae viu-se logo a braços com sérias difficuldades, por que nem a escassez das receitas podia supprir as avultadas despezas que a conservação de tão largos dominios demandava, nem o credito se mostrava já muito condescendente com as exigencias do thesouro publico. Conhecendo estas circumstancias os chamados christãos-novos, pareceu-lhes que era excellente occasião de se resgatarem da oppressão em que os collocára uma lei de D. João III, que lhes prohibia sahirem do reino e venderem os bens de raiz sem licença regia; lei que fôra revogada por D. Sebastião, mas posta novamente em vigor pelo cardeal D. Henrique, e ultimamente confirmada por Filippe II. Offereceram, pois, uma avultada somma para que lhes fosse concedido perdão geral de todas as culpas de apostasia e judaismo, e bem assim para que fossem considerados habeis para todas as honras e officios, como os christãos-velhos. Forçada pela necessidade de recursos, inclinava-se a côrte de Madrid a deferir a esta supplica, quando o negocio transpirou no reino, suscitando a indignação de todas as classes, como era de prever, attendendo-se ao fanatismo da época; fanatismo exacerbado ainda pela classe clerical, que nas conversações particulares, no confessionario e nos pulpitos clamava contra os que pretendiam vender, pela segunda vez, o divino mestre. De dia para dia a opinião publica se mostrava cada vez mais hostil, chegando a inquietar a regencia, a qual, representando a Filippe III o estado dos animos, lembrava o perigo de persistir em similhante intento. Não houve resposta da côrte de Madrid, e este silencio fez suspeitar que se não havia desistido da negociação. Era natural que assim fosse, porque, por mais persuasivas que fossem as razões politicas dadas pela regencia, e os argumentos fornecidos pelos theologos, é certo que nem uma nem outra coisa podia servir para pagar aos credores do Estado. Esta obstinação do governo hespanhol moveu alguns prelados a apresentarem-se na côrte, afim de representarem de viva voz ao soberano contra uma medida que elles consideravam tão offensiva da religião, como perigosa para a ordem publica. Partiram, pois, para Madrid o arcebispo d'Evora D. Theotonio de Bragança, o arcebispo de Braga D. fr. Agostinho da Cruz, e um dos cinco governadores o arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro, sendo acompanhados de sabios theologos e outras pessoas graves.

Chegados á côrte solicitaram audiencia de sua magestade, a quem lembraram o tremendo peccado que ia commetter; atemorisou-se o rei, mas como não se occupava em pensar nos negocios publicos, e muito menos em os dicidir, declarou aos zelosos prelados que era melhor entenderem-se com o seu primeiro ministro. Assim o fizeram. O duque de Lerma mostrou a melhor vontade de satisfazer aos desejos dos prelados, mas objectou com as urgentes necessidades do thesouro, causa unica, mas bastante poderosa, que o haviam deliberado a aceitar as propostas dos hebreus. Prometteram então os prelados que o reino pagaria ao rei de Hespanha, como indemnisação, um serviço de oitocentos mil cruzados, dividido em prestações annuaes. A regencia confirmou a promessa, e em virtude d'este accordo se publicou a patente de 27 de fevereiro de 1600, indeferindo a petição dos christãos-novos, e aceitando, por parte d'el-rei, o contracto feito com os governadores do reino para o pagamento d'aquella somma.

[1] *Hist. de Port.*, tomo 5.º pag. 130 e seguintes.

Voltaremos ainda a fallar d'este accordo, que parecendo haver terminado a questão, a deixou no mesmo pé; por agora limitar-nos hemos a notar que os apuros do thesouro parece não terem cessado, pois que por alvará de 1 d'abril de 1601 foi creado o imposto de 220 réis sobre cada moio de sal que se exportasse por mar.

Dias depois, a 4 do mesmo mez e anno era expedida uma carta patente em que se deferia um requerimento dos christãos-novos, os quaes, declara o diploma regio, *para soccorrer ás necessidades em que se achava a fazenda real, se offereceram servir el-rei com cento e setenta mil cruzados*, merecendo por isso que se annullassem as leis que lhes prohibiam sahirem para fóra do reino, e venderem os bens de raiz sem licença regia; sendo alem d'isso perdoados todos aquelles que até á publicação da nova lei tivessem sahido ou vendido as suas fazendas sem licença, e que as demandas e pretensões que sobre isso houvesse, se não estivessem julgadas e passadas em julgado, cessassem.

Esta carta patente foi ainda declarada e ampliada por outra de 31 de julho do mesmo anno, em virtude da qual era permittida aos christãos novos a residencia em todas as conquistas e senhorios de Portugal, sem necessidade de fiança, nem de licença; no mesmo diploma se revogava expressamente a lei de 26 de janeiro de 1587, que revalidava e ampliava as leis de D. João III e do cardeal-rei sobre a venda dos bens de raiz e sahida para fora do reino, ás quaes já nos referimos.

Tão desusada clemencia com a raça judia, e que tanto escandalisava o reino fidelissimo, denota quanto era grande a penuria do thesouro e a falta de recursos para a supprir por outro meio, que não fosse violento; effectivamente a promessa feita pelos prelados em Madrid, e confirmada pela regencia, não podéra effectuar-se. A consciencia dos bons catholicos era delicadissima em pontos de fé, mas a sua bolsa era muito mais delicada ainda em pontos de pagamento; elles escandalisavam-se, o mais religiosamente possivel, que se fizesse qualquer beneficio aos descendentes dos que mataram Jesus, e parecia-lhes horrendo peccado que similhantes malfeitores fossem considerados como gente; porem, quando se lhes pedia uma parte das sommas com que os malfeitores pagavam qualquer concessão que se lhes fazia, então a boa gente bradava contra a espoliação e a offensa dos seus direitos. O senado de Lisboa, tão orthodoxo e zeloso da fé como os prelados e theologos que foram a Madrid, era comtudo mais obediente ás leis, como se demonstra pela representação que fez a el-rei, lembrando que o pacto concertado em Madrid *se não podia cumprir, por quanto fóra feito sem consentimento nem procuração das cidades e logares, que tem voto em côrtes, e que sem elle não tinham os governadores poder para fazer o dito concerto, nem obrigar os povos do reino a pagar o dito serviço.* Em vista d'esta recusa foi expedido, em 30 d'outubro do mesmo anno (1601) um alvará dispensando o reino de pagar os oitocentos mil cruzados que havia promettido, para que se negasse um perdão geral e outras graças que sollicitavam os christãos-novos. Estes é que não perdiam a opportunidade de obter alguns beneficios, embora á custa de avultados sacrificios pecuniarios, e assim foi, que, pouco tempo depois, em 24 de novembro do mesmo anno, alcançaram uma lei pela qual se prohibia, com severas penas, que os descendentes dos conversos fossem injuriados de palavra ou por escripto.

Em 1603 renovaram os hebreus o pedido já anteriormente feito de um perdão geral e habilitação para todos os cargos e honras publicas, promettendo por essas mercês um milhão e setecentos cruzados, alem da extincção da divida de duzentos e vinte e cinco mil, de que eram credores ao Estado. O perdão foi effectivamente impetrado de Roma, e concedido no anno seguinte (1604), mas a segunda parte do pedido ficou por satisfazer; e ou fosse por esse motivo, ou porque os christãos-novos promettessem mais do que as suas posses comportavam, é certo que uma parte da somma ajustada ficou por pagar, e como muitos d'elles tratassem de vender apressadamente as suas propriedades, para se transportarem a outros paizes, fugindo dos desprezos, da oppressão, da perseguição permanente e cruel de que ha tantos annos estavam sendo victimas, foi determinado por alvará de 27 de dezembro de 1606 que nenhum sahisse do reino sem provar ter pago a parte que lhe coube no serviço offerecido á corôa. Por ultimo, desde que não havia mais subsidios a esperar da «gente de na-

ção», cujos cofres se achavam exhaustos pelas repetidas e copiosas sangrias que tinham soffrido, promulgou-se em Valhadolid, com data de 13 de março de 1610, uma lei revogatoria de 4 d'abril de 1601, revalidando, restituindo e innovando as leis anteriores, pelas quaes se probibia aos christãos-novos «sahirem do reino, por mar ou por terra, sem especial licença regia, ou dando fiança a voltarem, e bem assim não poderiam, sem a dita licença, vender os bens de raiz, nem tenças, nem rendas annuaes, que tivessem no mesmo reino.» [1]

As leis favoraveis aos judeus eram impopularissimas; por outro lado a negociação do serviço promettido pelos prelados, e approvado pela regencia, levantou difficuldades taes, que não foi possivel dominal-as; o descontentamento da nobreza, que via os principaes cargos, especialmente do exercito, confiados aos hespanhoes, tambem não contribuia pouco para augmentar os embaraços do governo; demais o marquez de Castello-Rodrigo, embora respeitado na côrte hespanhola, nem podia contar com a plena confiança do soberano, como lhe succedera com Filippe II, nem encontrava no valido do novo rei, em cujas mãos se achava a direcção dos negocios, auxilio efficaz para desfazer ou diminuir os obstaculos que lhe surgiam de todos os lados: desgostoso por tantas contrariedades pediu para ser dispensado do cargo, em que foi substituido a 22 d'agosto de 1603 pelo bispo de Coimbra, D. Affonso de Castello Branco.

A escolha não foi extremamente feliz; o agraciado nem se recommendava pelas notaveis qualidades de intelligencia, nem tinha, a supprir essa falta, a auctoridade, o conhecimento dos negocios e a energia de caracter, que as circumstancias exigiam. Conscio da sua incompetencia para tão difficil emprego, aceitára-o constrangido, e conservava-se n'elle, simplesmente por obediencia á vontade do omnipotente ministro.

No mesmo anno em que o marquez de Castello-Rodrigo se retirava para Madrid, fallecia em Inglaterra Isabel Tudor; Filippe III enviou á côrte de Londres o conde de Villa Mediana, encarregado de comprimentar, em nome de seu amo, Jacques Stuard, successor de Isabel. Ambos os soberanos eram mais inclinados ao socego da paz, do que ás inquietações e precalços da guerra; alem do que, a antiga discordia entre os dois reinos provinha mais de resentimentos e aggravos pessoaes entre Filippe II e Isabel do que em antagonismo de interesses; não foi portanto difficil reatar os laços d'amisade, ajustando-se um tratado entre as duas nações, o que se realisou em agosto do anno seguinte (1604).

Por uma das clausulas d'esse tratado revogara-se o direito prohibitivo de 30 por cento, que pesava sobre a importação das mercadorias inglezas; a mesma disposição foi mais tarde applicada á França, em virtude de contracto feito com aquella nação, e ambas as convenções foram mandadas vigorar no reino, por alvará de 18 de novembro do mesmo anno, carta regia de 23 de fevereiro e alvará de 22 de dezembro de 1605.

Outra medida de muito alcance economico, e que havia sido sollicitada e promettida nas côrtes de Thomar, em tempo de Filippe II, mas que ainda se não tinha realisado, foi a abertura dos portos seccos, abolindo-se a prohibição que fôra mantida, apesar da união dos dois paizes; comtudo a primeira providencia que a similhante respeito se tomou era, alem de injusta, absurda: permittia-se a entrada dos productos portuguezes em Castella, mas continuava prohibida a importação no reino dos productos hespanhoes! Queixaram-se os povos da injustiça e desde o primeiro de janeiro de 1605 ficaram igualadas as condições.

Concorriam estas providencias para animar o commercio e avigorar um pouco o abatimento das forças economicas do paiz; comtudo não havia no gabinete de Madrid um plano consequente e harmonico, de fórma que o benefico effeito que poderiam produzir certas medidas, era completamente annullado por outras, de indole contraria. Ao passo que nos principios do anno de 1603 se abriam os portos ao commercio das provincias neerlandezas, lançava-se n'esse mesmo anno, e poucos mezes depois (carta regia de 26 de julho de 1603) alem dos direitos que já oneravam a exportação, mais 30 por cento do valor das mercadorias, excepto as que se destinassem para os portos do mediterraneo! Do mesmo modo, emquanto se fazia á Inglaterra e á França a con-

[1] J. P. Ribeiro, *Synopsis chronologica*, tom. 2.º, de pag. 284 a 289.

cessão a que acima alludimos, eram novamente excluidos dos portos da peninsula os navios flamengos.

Havia largos annos que durava a guerra de Hespanha com as Provincias-Unidas, e os dois adversarios, fatigados da lucta, e havendo ambos soffrido incalculaveis prejuizos, desejavam a paz; no entanto os hollandezes, ensoberbecidos com as suas victorias, não se resignavam a aceitar as condições propostas pelo governo hespanhol, e que feria profundamente os seus interesses.

D'essas condições a que levantava mais energicas resistencias, e sobre a qual não podia haver accordo nem conciliação possivel, era a que se referia á navegação dos mares orientaes, da qual a côrte de Madrid pretendia que os hollandezes se abstivessem. Ora, os Estados-Geraes não podiam de modo algum acceder a similhante exigencia. Em 1602 tinham elles reunido em um só privilegio as differentes companhias que se haviam formado para a exploração do commercio com os paizes longinquos: a nova associação, denominada *Companhia das Indias Orientaes*, ficou constituida com um fundo de 6.444:200 florins, dividido em acções de 3:000 florins, que logo a principio deu um lucro de 15 por cento, e que quatro annos mais tarde, em 1606, permittira já fazer-se um dividendo de 75 por cento. A companhia, em plena prosperidade, conseguira adquirir nas Indias maior extensão de territorio do que a republica tinha na Europa. [1]

O numero de homens de mar occupados n'este tráfico não era inferior a oito mil; cada anno se equipavam cento e noventa vasos mercantes, cujos lucros se avaliavam em cêrca de quarenta e oito milhões de florins. O regresso d'alguma expedição era sempre motivo de regosijo publico, pelo augmento da riqueza e bem-estar geral, pela gloria da republica e humilhação dos adversarios, e ainda pela esperança do futuro. É claro que n'estas circumstancias era completamente impossivel renunciar o fructo de tantos esforços e conquistas a troco de um commercio subalterno, nos portos da peninsula.

Não cabe no quadro da nossa historia narrar as innumeras peripecias do celebre tratado, cujas negociações, muitas vezes interrompidas e reatadas, duraram tres annos. Como a parte d'essa convenção que mais nos interessa é a que respeita á navegação das Indias, restringir-nos-hemos a expôr as circumstancias que determinaram a resolução que se adoptou.

Por tres annos se prolongaram, como fica dito, as difficeis negociações do tratado, e durante esse tempo foi a questão dominante nas Provincias-Unidas; nenhuma outra preoccupava tanto o espirito publico; interessavam-se n'ella, e apaixonavam-se por ella todas as classes: o povo, a burguezia, a nobreza, o clero, porque não só estavam dependentes da sua resolução os destinos da patria, mas tambem interesses particulares das differentes classes. Insensivelmente, e pela acção dos acontecimentos, formaram-se dois partidos: um que desejava a paz com a Hespanha, outro que preferia a continuação da guerra.

O partido da guerra era o mais activo e parecia o mais influente. Tinha por si o exercito e a armada com a numerosissima classe da gente que se occupava na construcção e conservação das fortificações e dos navios. Contava tambem com a influencia poderosissima do pulpito, onde os prégadores calvinistas proclamavam, em nome de Deus, que a paz com os papistas seria impia. Dispunha alem d'isso das mais importantes fortunas, feitas com as expedições maritimas, que eram o resultado da hostilidade dos dois paizes, e que representavam o principio da liberdade dos mares contra o exclusivismo hespanhol. Contava tambem nas suas fileiras a poderosa companhia das Indias e muitas cidades importantes, como Amsterdam e Rotterdam, pelo receio de que a paz derivasse o tráfico para Anvers e as provincias Wallonezas.

O partido da paz, que dominava principalmente nas provincias orientaes, mais expostas ás invasões do que a Hollanda e a Zelandia, e que não podia, como estas, recuperar as suas perdas, pelos enormes lucros do commercio maritimo, era apparentemente menos forte, mas assentava em mais solidos fundamentos.

Cada um d'esses partidos tinha o seu chefe: o da guerra era Mauricio de Nassau, peito valente, espada feliz e habilissima; o da paz Olden Barneveldt, caracter elevado e notavel aptidão para a direcção dos negocios publicos.

[1] Daniel Sterne (condessa d'Agoult), *Hist. des commencements de la republique aux Pays-Bas*, pag. 315.

Uma insigne escriptora dos nossos dias, a quem temos seguido n'este rapidissimo esboço, e cuja virilidade de estylo justifica plenamente o pseudonymo que adoptou, retrata-nos d'este modo o chefe do partido bellicoso.

«Mauricio de Nassau era o brilhante herdeiro das prerogativas e da popularidade de Guilherme; a nação distinguira-o com as mais altas dignidades civis e militares; o stadhouderato das provincias de Hollanda, de Zelandia, de Gueldre, d'Utrech, d'Over-Yssel; os cargos de capitão e almirante geral da União; em virtude das suas allianças e valor pessoal, a sua influencia estendia-se por todo o paiz.

«Mauricio devia toda a sua importancia pessoal á guerra, e esperava d'esta o complemento da sua fortuna. O odio contra os hespanhoes era n'elle uma virtude, um instincto e um calculo. Nunca viu nem quiz vêr nas negociações senão traição; na paz, ou mesmo em um armisticio, o grande perigo da patria. Aquelle bello exercito feito por elle, com tamanho ardor, nos campos da batalha, perder-se-ia na ociosidade; os alliados hesitantes, e que elle attraira com as suas victorias, distraidos com a paz, para outros negocios, mudariam talvez de politica; as soberbas frotas que sulcavam o oceano, levando a terras desconhecidas o leão de Nassau, apodreceriam nos portos da Zelandia; a causa tão justa, que Deus tão visivelmente protegia, seria rebaixada a ponto de se pedir para ella, ao inimigo vencido, uma sancção perfida; no seio da paz, as dissensões, que ardiam occultas nos espiritos, fariam explosão e entregariam o paiz desarmado á vingança dos inimigos. Taes eram os pensamentos de Mauricio de Nassau, pensamentos em que se confundiam, vagas mas energicas, sem que talvez elle proprio as distinguisse bem, as inspirações da ambição e do patriotismo, e que elle communicava incessantemente nos discursos, nas conversas, nas correspondencias particulares ou publicas, aos numerosos partidarios que lhe grangeára o seu nome, o seu talento e a sua fortuna.» [1]

Vejamos agora o retrato, traçado pela mesma mão, do chefe do partido da paz.

«Olden Barneveldt não tinha a popularidade de Mauricio. Desde o principio da republica o povo inclinava-se mais para os chefes militares, do que para os magistrados civis; mais para o stadhouderato do que para as regencias municipaes: mas o advogado da Hollanda exercia uma influencia quasi illimitada no conselho das cidades e na assembléa dos Estados, onde a sua palavra energica e grave dominava as deliberações; que era senhor, ou quasi, da direcção dos negocios publicos.

«Partidario por muito tempo da guerra a todo o transe, tornava-se por fim favoravel á paz. Estava persuadido que a França e a Inglaterra sentiam-se já cançadas de fornecer subsidios para uma guerra interminavel. Jacques I, fraco e inconstante, rei novo, mal seguro no throno de Isabel, preoccupava-se muito com o poder hespanhol, e podia ser levado, de um momento para outro, a alliar-se com elle. Henrique IV, orgulhoso do seu poder real, lisonjeado pelos confessores, distrahido pelas amantes, amigo da economia e motejador das coisas sagradas, não inspirava ao republicano Barneveldt a confiança que tivera outr'ora na generosa espada do filho de Joanna d'Albert. Da Allemanha nada havia a esperar, Rodolpho II, depois de ter feito grande ruido com as leis do feudalismo, segundo as quaes, dizia elle, os Paizes-Baixos dependiam do Santo-Imperio, e não podiam, sem o seu consentimento, dispôr d'elles proprios, recahira no silencio. Continuar só e indefinidamente a guerra, fiando-se ainda e sempre unicamente da fortuna das armas, seria tentar a Deus. Olden Barneveldt julgava álem d'isso que a nação hollandeza tinha mostrado sufficientemente o seu valor e constancia; era chegado o momento d'ella usar da habilidade, arrancando ao rei de Hespanha o reconhecimento authentico da sua independencia. O advogado da Hollanda não despresava, como os patriotas fanaticos, essa formalidade. Conhecia bastante o coração humano, e tinha estudado a historia o bastante para não ignorar que o mundo se leva de palavras. Pensava com Sully, com Jeannin, com os mais esclarecidos amigos da sua patria, que não seria inutil que a linguagem diplomatica das côrtes mudasse o termo «Provincias rebeldes» pelo de «Estados independentes». Olden Barneveldt preoccupava-se tambem com a divida pu-

[1] Daniel Sterne, obr. cit., pag. 340 e 341.

blica, que nos ultimos nove annos subira a 26 milhões, somma excessiva com relação ao tempo e á extensão das provincias confederadas; via a impossibilidade de continuar a guerra sem esmagar com impostos uma população exhausta. Taes eram as ponderosas razões com que elle procurava fazer prevalecer nos conselhos a opinião favoravel á paz; comtudo, o motivo que principalmente o compellia a apressar a conclusão d'esta, motivo que não dizia, ou que pelo menos só o confiava, com os maiores disfarces, a pouquissimas pessoas, era o receio de um inimigo interior, tão perigoso, a seus olhos, como o inimigo externo.

«Desde alguns annos que Olden Barneveldt não via sem inquietação o poder militar sempre crescente nas mãos de um capitão querido do povo e que julgava tanto mais para receiar, quanto era digno de admiração. Cada victoria de Mauricio a considerava elle como um perigo para o Estado. Elle, que fôra o primeiro a adivinhar no joven estudante da universidade de Leyde, e a fazer notar ao publico os precoces talentos do futuro vencedor de Nieuport, foi elle tambem o primeiro, que no dia seguinte da victoria, presentiu que esses talentos, tão bem servidos pela fortuna, usurpariam facilmente a soberania, se não se tratasse com tempo de os tornar menos necessarios.» [1]

Conhecidas as opiniões e interesses que actuavam no animo do povo hollandez, e dos que dirigiam a sua politica, facilmente comprehenderemos a solução que tiveram as negociações, pois que, pelo que respeita á Hespanha já nós sabemos as suas idéas tradicionaes do governo, o quanto ella se preocupava, mais por fanatismo do que por calculo, da unidade da fé catholica e do exclusivo do commercio colonial, em que falsamente via o mais sólido fundamento da sua grandesa. Com estes preconceitos, fundamente arreigados, não admira que após longas negociações, e instada por decisão definitiva, mandasse aos Estados da Hollanda um *ultimatum* em que impunha como condições, para o reconhecimento da independencia, o restabelecimento do exercicio publico da religião catholica e a disistencia do commercio com as Indias.

[1] Daniel Sterne, obr. cit., pag. 302, 344 a 346.

Ouvida esta proposta na Assemblea dos Estados fez-se uma explosão de colera, e decidiu-se por unanimidade nunca mais reatar as negociações. A indignação publica, logo que foram divulgadas as condições, deu razão á attitude energica da Assembléa. Estava resolvida a continuação da guerra. Interveio, porem, o embaixador francez, sinceramente dedicado á causa da Hollanda, e combinando com os agentes inglezes, não menos interessados do que elle por uma solução pacifica, pois que, no caso de continuarem as hostilidades, teria a Inglaterra de fornecer os subsidios promettidos em um tratado de alliança, propoz, que visto ser impossivel a paz entre as duas nações, se assignasse ao menos uma tregua, por um certo numero d'annos, durante os quaes seria livre o commercio com as Indias e a Hespanha.

Foi mal recebida do publico esta solução; recrudesceu o enthusiasmo pela guerra, não contribuindo pouco para mais o excitar a influencia e actividade de Mauricio de Nassau; o unico que se lhe mostrára favoravel era Barneveldt. Espalharam-se innumeros folhetos em que o advogado da Hollanda era acoimado de traidor, e as esquinas cobriam-se de pasquins em que elle era denunciado como um apostata vendido ao inimigo, e merecedor do cadafalso.

Barneveldt julgou chegado o momento de arriscar-se a um lance que deveria ser decisivo nos seus proprios destinos e nos do paiz: comparecendo na assembléa declarou resignar as suas funcções. D'este modo obrigava-a a decidir-se por Mauricio de Nassau, ou por elle.

Era tal o ascendente que tinha aquelle homem sobre os espiritos mais esclarecidos, e de tal fórma estavam todos habituados a sentir o seu vigoroso impulso nos negocios publicos, que a assembléa ficou devéras assombrada com similhante resolução. Apenas entrava em casa quando era procurado por uma deputação da assembléa, pedindo-lhe que retirasse a sua demissão. Após alguma hesitação, verdadeira ou fingida, entrou no recinto da assembléa e aproveitou a impressão do momento para fazer persuadir com a sua vigorosa eloquencia a vantagem e a necessidade de uma larga tregua.

Fez-se um grande reviramento na opinião publica e as negociações continuaram. A côrte de Madrid, vendo a energia e constancia inabalavel

dos revoltosos, e ao mesmo tempo o deploravel estado das suas finanças, que nem lhe permittia pagar os soldos devidos ás tropas empenhadas n'aquella formidavel lucta; impressionada, além d'isso, pelas instancias do habilissimo general marquez de Spinola a favor da paz, tornou-se menos exigente.

Depois de muitas conferencias, assignou-se, por fim, em Anvers, a 9 d'abril de 1609, um tratado, pelo qual eram interrompidas as hostilidades por espaço de doze annos, declaradas livres e independentes as provincias unidas, ficando as potencias beligerantes na posse das cidades e fortalezas que occupassem na data do convenio.

Quanto ao exercicio publico do culto catholico nenhuma clausula se estipulava; e pelo que respeita ao artigo essencial, ao que havia dado logar a mais violentos debates, e o que a nós interessa —o artigo da navegação para as Indias, ficou redigido da seguinte fórma:

«Que os senhores Estados não teriam com os dominios coloniaes da Hespanha trato ou communicação sem licença especial d'el-rei, podendo todavia, se lhes conviesse, negociar com as terras dos outros principes e povos, se elles lh'o consentissem, embora situadas além d'estes limites.»

O vago d'esta redacção favoreceu singularmente os interesses dos hollandezes, que dando ao artigo a interpretação mais latitudinaria, fizeram tratados de alliança com os regulos d'Azia e Africa nossos subditos, estabeleceram com elles relações commerciaes, e causaram-nos incalculaveis prejuizos, já disputando-nos territorios, e feitorias, já embaraçando o nosso trafico. Ao mesmo tempo o duque de Lerma recommendava aos governadores das nossas colonias, que repellissem os hollandezes, onde quer que elles apparecessem!

As funestas consequencias d'este revoltante convenio, as terriveis luctas que sustentámos com os hollandezes, e de que ainda teremos de nos occupar, foi mais um desengano para os que apregoavam a conveniencia da nossa união com a poderosa Hespanha. Como nação independente continuariamos a neutralidade que sempre mantivemos, e que os nossos interesses reclamavam; unidos á Hespanha, fomos constrangidos a envolvermo-nos nas suas guerras, provocando hostilidades, que nos foram ruina, e dando motivo a justas represalias. Por ultimo tivemos de sustentar, nós só, todo o peso de uma lucta em que entráramos forçados!

CAPITULO II

Descontentamento do reino por algumas providencias tomadas pela côrte de Madrid.—Estado da fazenda publica.—Segundo governo do marquez de Castello-Rodrigo.—Projectada viagem de Filippe III.—Morte de Christovão de Moura.—Reformas de fazenda.—Conflicto com a curia romana.—O conde das Salinas é nomeado vice-rei.—Viagem de Filippe III a Portugal e sua entrada em Lisboa.—Reunião das côrtes.—Precipitada sahida de el-rei para Madrid.—Fallecimento de Filippe III.

O bispo de Coimbra, D. Affonso de Castello Branco, assoberbado com as difficuldades do governo, apertava com o duque de Lerma para que o alliviasse d'aquelle encargo, muito superior ás suas forças; o valido de Filippe III, convencido da incapacidade do prelado, julgou conveniente satisfazer ás suas intancias. Nomeou, portanto, para governador de Portugal o bispo de Leiria, D. Pedro de Castilho, que tomou posse do seu logar no anno de 1605. N'esse mesmo anno o governo de Madrid, violando as promessas de Filippe II, feitas solemnemente na sua «patente de mercês,» e que portanto se tornavam uma obrigação contrahida pela corôa, o governo de Madrid, dizemos, despresando esse pacto do rei castelhano com o povo portuguez, nomeou para o conselho de fazenda ministros hespanhoes; debalde o novo governador representou contra similhante providencia, que alem de ferir interesses particulares, offendia o sentimento publico: a resposta foi ordenar-lhe que os ministros estrangeiros votassem em todos os negocios, com excepção sómente das sentenças em demandas particulares. Outra medida, que pela sua violencia, e graves prejuizos a que dava causa, produziu grande irritação, foi a que prohibiu, por alvará de 30 de novembro de 1607, a residencia na côrte aos requerentes, determinando-se que as petições não podessem ser recebidas nas secretarias, e que os despachos fossem communi-

cados aos interessados sómente em Lisboa. O pretexto com que se pretendeu encobrir esta violencia foi o de poupar despezas e incommodos aos pretendentes, o que seria realmente um beneficio, se acaso se procurasse obter esse resultado pelo unico meio rasoavel e justo, qual era o de abreviar os despachos, acabando com as interminaveis demoras que se davam para a resolução do mais insignificante negocio. A prohibição, que se ordenou, dava em resultado maiores despezas ainda, e grandes iniquidades, pois que em virtude d'ella tinham os negocios de ser entregues necessariamente a procuradores, que de ordinario tratam de fazer render mais o seu negocio, do que se importam com os dos outros; o que tornaria estes ainda mais demorados, e sem que ao menos os pretendentes podessem fiscalisar a applicação das sommas que lhe eram exigidas.

A estas causas de descontentamento se ajuntava ainda a desordem das finanças, da qual resultava acharem-se as classes não privilegiadas oneradissimas de impostos, sendo a situação do thesouro cada vez mais embaraçosa. O orçamento não era assustador; pelo contrario, apresentava um saldo positivo superior a 350 contos; mas o peor é que havia a mais solemne contradição entre a risonha prespectiva do orçamento e o sombrio quadro da realidade. Eram computados em quantia superior a novecentos contos os rendimentos das alfandegas, consulado, sizas e outras imposições; mas as alfandegas maritimas haviam sido arrendadas, em 1602, a tres contractadores João Rodrigues de Solis, Manuel Gomes da Costa e Pero de Bessa, por 186:500$000 réis annuaes, passaram cinco annos depois a serem administradas pelo Estado, em consequencia dos graves prejuizos que soffreu o thesouro publico. O mesmo aconteceu com a chancellaria da côrte, e peor ainda com o monopolio das cartas de jogar e do solimão, que tendo sido tambem arrematado, sem fiança, e n'aquelle mesmo anno, por João d'Olmedo, por 14:600$000 réis annuaes, rescindiu-se o contracto nove annos depois, ficando o arrematante a dever 44:000$000 réis. Em 1600 arrematou-se o rendimento do consulado a Manuel Gomes da Costa, por oito annos, e pela quantia de 56:410$000 réis annuaes; ao fim de quatro annos o contractador estava em debito de setenta e sete contos á fazenda, com a qual se compoz, sendo-lhe perdoados quarenta contos, com a condição de elle emprestar oitenta mil cruzados, a juro de 6 por cento. Ainda no mesmo anno e tambem pelo mesmo praso foi adjudicado o rendimento dos portos seccos a Antonio de Castro, pela annuidade de 39:580$000 réis. Ainda se não tinham passado cinco annos e já o concessionario devia cerca de setenta e seis contos; perdoaram-se-lhe dezesete e fez-se novo contracto com Braz Gomes, que falliu, não obstante haver obtido condições mais favoraveis, pois que lhe tinha sido feita a adjudicação por réis 32:000$000 sómente; isto é, menos 7:580$000 réis annuaes do que ao seu antecessor. A avaliação orçamental do rendimento da pimenta era 240:000$000 réis, correspondente a 20:000 quintaes d'aquella especiaria; mas alem d'esse commercio, como todo o que faziamos com as colonias, estar sugeito a innumeras contingencias, tambem o rendimento a que alludimos andava pelas mãos dos arrematantes; e pelos factos que ficam apontados, já se pode ajuizar dos consideraveis desfalques que elle soffreria. O direito das náus era avaliado em cento e cincoenta contos; ora das trinta e quatro naus que entraram em Lisboa, desde 1586 até 1598, não se apurou mais, com a venda das drogas e rendas, do que 1.227:074$347 réis producto bruto, do qual sahiu o pagamentento dos direitos na importancia de 863:833$327 réis, o que corresponde á media annual de 71:152$777 réis, havendo, portanto, na avaliação um erro de cento por cento! O rendimento do anil era reputado em réis 7:500$000; um por cento da pedraria na mesma somma; os fretes das náus em 360$000 réis, e o rendimento do Estado da India 355:560$600 réis, dos quaes havia a deduzir a somma de 235:677$600 réis, lançados no orçamento da despeza com o mesmo Estado. Ficava apenas liquida a quantia de 119:883$000 réis; mas tanto a receita como a despeza eram ficticias, pois que todas as nossas colonias, e muito principalmente os Estados d'Azia, desde que nos achavamos em guerra com a Hollanda exigiam larguissimo dispendio, sendo os lucros escassos e incertos. As restantes verbas de despeza eram:

Reino	546:631$016	réis.
Juros	206:200$498	»

Tenças..................	167:548$231 réis.
Ordenados.............	165:830$443 »

Faltam-nos elementos para apreciar o grau de veracidade de similhantes avaliações, comtudo, inclinamo-nos á supposição de que seriam profundamente falsas, pois que a escripturação tanto dos juros como das tenças achava-se de tal modo confusa, que era extremamente difficil saber o que por justo titulo se devia. Para esse effeito se fizeram padrões novos, sendo as condições da conversão de tal ordem, que a operação, a qual se repetiu por duas vezes, tornou-se verdadeiramente uma bancarrota parcial. O expediente surtiu, como sempre, o effeito contrario: a necessidade de contrahir novos e repetidos emprestimos obrigou o thesouro a sugeitar-se ás condições pouco benevolas dos credores, que procuravam salvaguardar os seus interesses, contra a má fé na observancia dos contractos.

Mas a fazenda hespanhola, mais arruinada ainda do que a nossa, lançava mão de todos os meios para se desembaraçar das difficuldades em que se via enredada; não só deixava de nos acudir com os subsidios promettidos, mas tambem nos obrigava a responder por dividas que lhe pertenciam. De tudo isto resultava apertar-se cada vez mais a rede das exacções, e portanto, augmentar o descontentamento publico.

Era necessario um homem mais energico e habil do que o bispo de Leiria, para dominar as difficuldades da situação; nenhum outro se achava tanto no caso, pelos seus talentos, pela muita experiencia dos negocios de Portugal, pelas relações que tinha no reino, e pela força da sua vontade do que o velho marquez de Castello-Rodrigo. Foi esse effectivamente o escolhido, e começou a exercer o seu segundo governo em fevereiro de 1608. Apesar das condições favoraveis que se reuniam na sua pessoa para o desempenho de tão espinhoso logar, era tal o descontentamento geral e a irritação do povo contra o dominio estrangeiro, que o mais insignificante pretexto bastava para se formarem motins em que a guarnição hespanhola era aggredida. Porque um piloto foi suppliciado pelo crime de contrabando logo o povo se sublevou, correndo a casa do governador e quebrando-lhe as portas e janellas ás pedradas. A prudencia de Christovão de Moura, que já então exercia o seu segundo governo, valeu a que se não dessem maiores desordens, que poderiam causar sérias consequencias.

Aos motivos que dava continuamente a côrte de Madrid para este estado irrequieto do povo, accrescia ainda a propaganda dos embaixadores francezes que não cessavam de acirrar, por todos os meios, a animosidade dos portuguezes contra os seus dominadores: o duque de Lerma queixava-se d'esta hostilidade, mas Henrique IV, declinando as responsabilidades, nem por isso deixava de proseguir nos seus designios, suscitando todos os embaraços que podia á casa d'Austria. Os seus agentes em Portugal não perdiam occasião de exacerbar os espiritos, já predispostos para a rebellião, pelos continuos aggravos que fazia ao reino a côrte de Madrid.

«O marquez de Castello-Rodrigo, diz Rebello da Silva, a quem temos seguido de perto desde o principio d'este capitulo, o marquez de Castello-Rodrigo, estadista difficil de illudir, advertia a côrte do estado dos animos, e convidava-a a ser vigilante, já que não podia convencel-a a mudar de politica. A ausencia prolongada do rei e a falta da convocação dos Estados, eram as queixas mais constantes em Portugal. D. Christovão, ao que parece, avivou-as em seus officios, e Filippe III, incansavel em jornadas de recreio, por meiados de 1691 resolveu alongar até Portugal uma de suas excursões, com esperança de applacar o desgosto publico, que de dia para dia se aggravava. Entretanto, coagido pelo aperto de meios, ou desejoso de arrancar algumas quantias aos subditos, começou por exigir subsidios avultados do paiz, para as despezas da viagem, cabendo só á cidade de Lisboa a quantia de cem mil cruzados.

«Ignoramos se o soberano a recebeu, e se a consumiu com as outras sommas nas prodigalidades usuaes; mas sabemos com certesa que o reino estranhou a promessa não cumprida. No meio dos primeiros preparativos el-rei desistiu do intento. Affectando grande fausto, porém na verdade só movido pelo receio de entrar no reino pouco acompanhado, o rei tinha chamado as galés e soldados de Italia, não se julgando seguro senão entre os piques e mosquetes dos seus terços; e, como os gastos da jornada quasi que equivaliam aos gastos de uma invasão, quiz que

os vassallos lhe compensassem os sacrificios. Resentiram-se os portuguezes. A presença do rei, cercado de tropas e de navios estrangeiros pagos por elles, era um resgate e molestava-os nos brios e na reputação ao mesmo tempo. Queixaram-se amargamente, e, lembrando a violação dos privilegios e o rigor dos infortunios, os principaes do braço popular e alguns do clero e da nobreza começaram a concertar as representações que haviam de elevar ao throno. Em janeiro de 1612 ao pedido da viagem acresceu logo a exacção ordenada contra os mercadores de Lisboa, dos quaes se exigiram trezentos mil escudos de donativo para o pagamento de tres navios e quatrocentos soldados enviados á costa da Mina contra os hollandezes. Todas as classes romperam em clamores, e o marquez de Castello-Rodrigo, vendo talvez imminente uma commoção, partiu em março para Madrid, entregando o governo a D. Pedro de Castilho, nomeado vice-rei pela segunda vez. É de suppôr que os conselhos de D. Christovão, chegado de fresco, e conceituado pela sisudez e larga experiencia, produzissem mais effeito, repetidos de viva voz, do que ouvidos de longe. Pelo menos logo se observou grande alteração nas ordens expedidas para os aprestos da jornada. A côrte diminuiu o préstito com que primeiro a planeára. Por ultimo outros cuidados ou novas distracções, desviaram el-rei do proposito, e o projecto ficou inteiramente desvanecido.

«Este foi o ultimo serviço prestado á casa d'Austria pelo velho ministro de Filippe II. D. Christovão falleceu em dezembro de 1613 com mais de oitenta e cinco annos de idade. Sua aptidão e inteireza, louvadas pelo rei catholico e abonadas pelo testemunho dos contemporaneos, haviam-lhe grangeado a confiança do soberano mais dissimulado da Europa. Afastando-o da côrte, com missões honrosas, Filippe III respeitou sempre n'elle o confidente de seu pae. Moura merecia-o. Pode dizer-se que elle fôra o principal auctor da união de Portugal, e que nunca hesitára em antepôr ao amor da patria e aos vinculos de familia a fidelidade jurada aos principes estrangeiros. Aos titulos de marquez de Castello-Rodrigo em tres vidas, e de conde de Lumiares para o seu primogenito, seguiu-se a doação dos paúes da margem do Tejo, orçados em 5:000$000 réis de renda annual, e o pagamento integral dos ordenados de vedor da fazenda. Suas riquezas calculavam-se em mais de quarenta mil escudos de renda e de quatrocentos mil ducados em moveis e baixellas. O conde de Portalegre D. João da Silva e o bispo de Leiria, já o tinham precedido, e Miguel de Moura, seu cumplice na entrega do reino, fallecera em dezembro de 1600. Jorge de Cabedo de Vasconcellos e Pedro Barboza, cumulados de honras e de graças, haviam tambem desapparecido, um em 1605, outro em 1606. Assim da geração que assistira á catastrophe de Alcacer e á invasão do duque d'Alba poucos restavam já, e o tempo, consumindo os homens, ia desvanecendo de anno para anno as paixões da lucta. Os filhos dos parciaes de Filippe II e dos amigos do prior do Crato, dominados por interesses diversos, por força haviam de apreciar as cousas de differente modo.» [1]

Como curiosidade não deixaremos de indicar que D. Christovão de Moura fundou e vinculou, quando era vice-rei, a quinta de Queluz, que pertence actualmente á casa real, por compra feita aos descendentes do marquez, que viveram sempre em Castella. «Quem visitar Queluz diz o historiador de quem extrahimos esta noticia, [2] lembre-se que teve aquella quinta por fundador o homem que mais fatal foi á nossa independencia, o homem sobre quem pesa um stygma, que aliás não julgamos merecido, porque, se bem que nascido portuguez foi hespanhol por adopção. Não trahiu a sua patria, escolheu outra, sem se occultar, de face descoberta, não na época da nossa desventura, mas quando a nossa côrte era ainda a mais brilhante da Europa. E depois serviu fielmente a sua patria adoptiva, não foi elle o Judas, Judas foram os que lhe venderam vilmente a consciencia e a patria.»

Por fallecimento do marquez de Castello-Rodrigo ficou governando o reino, como já fica indicado, D. Pedro de Castilho, que d'esta segunda vez aceitou o cargo não menos violentado

[1] *Hist. de Port. nos seculos XVII e XVIII*, tom. 3.º, pag. 251 a 254.

[2] O sr. Pinheiro Chagas. *Hist. de Port.*, tom. 5.º, pag. 195.

que da primeira. Logo no principio do seu governo, a côrte de Madrid sériamente embaraçada com a desordem das finanças, tratou de remediar o abuso que se tinha dado na concessão de mercês lucrativas, sollicitadas com o maior despejo, e prodigalisadas escandalosamente pelo patronato e a veniaga. As sommas que por este meio se desperdiçavam eram avultadas, e o governo tratou de cohibir similhantes excessos; porem como a origem do mal estava nos proprios auctores dos alvarás e decretos, succedeu ficarem estes como letra morta.

Peior ainda do que os desperdicios com as tenças, pensões e outras mercês eram os encargos resultantes de successivos emprestimos, juros accomulados, cambios e corretagens: com o intento de entrar em novo cominho mais desafogado, incumbiu o governo, em 1614, a Belchior de Teive, a operação pouco licita de converter os padrões negociados a preços exorbitantes em titulos menos onerosos, pagos na proporção de dez a doze mil o milhar, ficando prohibido de futuro a emissão de juros e de censos a preços inferiores a vinte mil o milhar.

A situação não melhorou. Estes remedios eram superficiaes, e o mal lavrava fundo. Peor do que isso; como providencias d'esta ordem provem sempre de um empyrismo ignaro, tem tambem sempre o resultado de produzirem para futuro maiores embaraços, embora na occasião em que se adoptam offereçam um allivio momentaneo. Foi o que aconteceu. Pouco tempo depois viu-se constrangido o governo a procurar augmento de receitas, recorrendo a novos tributos, e aggravando os antigos. D'ahi novos motivos de descontentamento, como é natural. Antes de proseguir a narrativa d'esses successos cumpre-nos mencionar um facto, que supposto não pertença á nossa historia, fez comtudo grande impressão no paiz, porque desde logo se conheceu a influencia que elle teria na direcção da politica hespanhola.

Referimo-nos ao assassinato de Henrique IV, effectuado em 14 de maio de 1610, no momento em que tendo parado o carro do rei, para que a rua se desobustruisse d'outros vehiculos, deu occasião a que o punhal de um fanatico vingasse a tolerancia religiosa do principe.

Quando esta noticia chegou a Portugal causou profunda sensação, e é muito para notar, que havendo sido os jesuitas de França accusados de haver armado o braço de Ravaillac, os de Portugal fizeram ao filho de Joanna d'Albret as mais pomposas honras funebres.

Já n'outro logar indicamos que a irritação publica, provocada pelos desacertos do gabinete de Madrid era explorada e accirrada pelos agentes francezes; é que elles obedeciam á inspiração de Henrique IV, inimigo irreconciliavel da casa d'Austria, contra a qual se propunha a marchar de mão armada, tendo até já para esse effeito reunido um exercito no momento em que falleceu.

Os portuguezes, conhecendo a sua desafeição pelo inimigo commum, e sabendo, além d'isso, como entrava nos planos da sua politica auxiliar os pequenos contra os grandes Estados, viam n'aquelle monarcha mais do que um alliado, um amigo: essa a razão porque a sua morte foi profundamente sentida. A par do sentimento havia tambem o receio de que a côrte de França, mudando de procedimento, se pozesse d'accordo com Hespanha, resultando d'ahi adquirir esta maior força, podendo mais desassombradamente opprimir os povos submettidos.

Os successos posteriores demonstraram cabalmente, que não eram infundados os receios. Sully, o braço direito do fallecido rei, o seu melhor amigo e conselheiro de maior confiança, foi affastado da côrte e o seu logar occupado successivamente por uma serie de ministros sem merito, ou de um merito muitissimo inferior como Sillery, que immediatamente lhe succedeu, sem todavia se demorar muito na privança de Maria de Medicis, que assumira a regencia na menoridade de Luiz XIII. Parece que aos esforços d'aquelle ministro se deve o tractado de Fontainebleau, effectuado em 1612, e que teve por fim enlaçar as duas casas, pelo consorcio do rei com a infanta D. Anna d'Austria. É certo que apesar d'essa alliança continuaram a subsistir as rivalidades entre as duas familias, assim como o ciume entre os dois povos: comtudo as hostilidades cessaram por muitos annos, até que o cardeal de Richelieu, tomando as redeas do governo, e exercendo grande predominio sobre o espirito do marido d'Anna d'Austria, deu nova direcção á politica franceza, reatando as tradicções de Sully. A essa mudança de politica, operada pelo

grande ministro, devemos o favor com que mais tarde a França auxiliou os nossos esforços para recobrar a independencia.

Desde que morreu Henrique IV cessaram as suggestões com que os agentes de França procuravam indispôr o animo dos portuguezes contra o dominio de Castella, e das quaes, como já notamos n'outro logar, tanto se havia queixado o duque de Lerma. Mas nem por isso cessou o descontentamento dos povos, por que as verdadeiras causas de que elle provinha, longe de serem diminuidas, foram, pelo contrario, aggravadas.

A desordem financeira, resultante de vicios antigos e profundos, tornára indispensavel recorrer ao imposto. No entanto, havia receio de levantar as imposições directas, sem o voto das côrtes, e por outro lado não se podia contar muito com a annuencia d'estas. Pareceu mais prudente recorrer ás imposições directas, que são mais dissimuladas. Como n'ellas se confunde ordinariamente o imposto com o preço dos objectos a que se acha ligado, torna-se menos sensivel, quasi desapercebido, o encargo tributario. Ordenou-se, portanto, ao desembargo do paço, que consultasse sobre a melhor fórma da administração do direito de exportação do sal, sahido pelas barras de Aveiro, Lisboa e Setubal, direito que andava arrematado por 30:000$000 réis e que se suppunha poderia render o dobro; ao mesmo tempo ordenava-se tambem á referida corporação, que propozesse a taxa que deveria impôr-se á importação da manteiga e queijos, que viessem do estrangeiro.

O aperto das circumstancias obrigava ainda a lançar mão d'outras medidas, em beneficio do thesouro. Essas medidas, cumpre dizel-o, obedeciam a principios de boa administração e introduziam no serviço da fazenda uteis refórmas; mas a sua procedencia tornava-as suspeitas, e isso bastava para serem mal vistos da opinião, mal disposta para receber dos estrangeiros, mesmo os beneficios. Além do que, eram feridos muitos interesses, que por serem illegitimos, nem por isso deixavam de agitar a opinião contra as innovações; pelo contrario, como sempre succede, e ainda hoje estamos vendo a cada momento, por serem abusivos os interesses atacados pelas reformas é que estas eram mais calumniadas, e mais se procurava desacredital-as.

Já alludimos n'outro logar á consideravel despeza com que se achava onerado o thesouro pela abusiva concessão de mercês lucrativas. Para obstar a que augmentasse este gravame, expediu-se a carta régia de 20 d'outubro de 1609, prohibindo-se consultar tenças na Obra Pia para satisfação de serviços. Cinco annos depois, em 17 de janeiro de 1614, expediu-se nova carta prohibindo-se consultar tenças, ajudas de custo e outras graças, senão em casos muito urgentes, declarando-se mais tarde (carta régia de 6 de setembro de 1616) que a referida prohibição se não devia entender com as tenças das mulheres dos desembargadores, fallecidos no serviço, nem com as da Obra Pia. Mais tarde ainda (carta régia de 12 de fevereiro de 1620) se deram novas providencias sobre o mesmo assumpto, determinando-se que os padrões de tenças com salva se consultassem antes de subirem á real assignatura, precedendo, além das diligencias ordinarias, certidão do livro das mercês dos titulos das pessoas de quem fossem as tenças dos padrões, para se apurar se haveria duvida em passar novos padrões. [1]

Os gravissimos prejuizos soffridos pelo thesouro com a arrematação das rendas publicas, aconselhavam a que se tomassem as necessarias providencias, senão para evitar completamente, ao menos para diminuir tão funestos abusos. Assim foi, que por carta régia de 24 d'abril de 1613 se recommendou a observancia dos regimentos de fazenda contra os conloios nos contractos reaes; pouco tempo depois (16 de dezembro de 1615) se passou nova carta régia determinando-se que nenhuma pessoa, de qualquer qualidade ou condição, podesse tomar contracto, renda, ou assento da fazenda, achando-se que interveio algum conloio, que se deu algum dinheiro, ou qualquer outro meio de suborno. Era condemnado na decima parte do preço do contracto, ou do arrendamento, ou d'outras pennas já estabelecidas em leis anteriores, todo aquelle que prometesse dinheiro a alguma pessoa para não lançar nos contractos, rendas ou assentos da fazenda, dando ou promettendo por si ou por interposta pessoa, ou por qualquer outro modo de

[1] *Classificação geral da legislação portugueza*, por Joaquim Raphael do Valle, pag. 71.

que resultasse conloio. Ao que recebesse dinheiro tambem era imposta a pena de perder para a fazenda a importancia recebida, pagar quinhentos cruzados e ser degredado para a Africa, por dois annos. A lei reconhecendo a difficuldade de obter provas em delitos d'esta ordem, admittia como prova o depoimento de duas testemunhas singulares. Não eram bem passados dois annos (carta régia de 22 de fevereiro de 1617) e já se tomavam novas providencias, ordenando-se que os contractos reaes que subissem do conselho de fazenda á assignatura régia, fossem acompanhados de consulta em que se declarasse a quantia que subiram, ou baixaram, as novas condições que se introduziram, e todos os mais esclarecimentos necessarios para se poderem bem apreciar os interesses do Estado.

Com o fim de obstar ás importantes fraudes que se faziam com o despacho das mercadorias que se importavam para o consumo da cidade, de que resultava consideravel descaminho de direitos, deu-se novo regimento á casa dos cinco, encarregada d'aquelle serviço, excepto com relação aos pannos finos e sedas provenientes de Hespanha, cujo despacho se fazia n'outra estação fiscal.

Finalmente a carta régia de 6 de setembro de 1616 introduziu sérias reformas na administração da fazenda, entre as quaes notaremos obrigarem-se os proprietarios dos logares de fazenda a servirem os seus officios; determinar-se que antes do provimento de qualquer logar de fazenda se informasse se elle poderia ser supprimido, e que n'esse caso se não provesse; mandar-se restituir ao cofre dos defuntos, captivos e ausentes o dinheiro que o thesouro havia de lá tirado; ordenar-se que sómente fossem propostos para logares de fazenda pessoas competentes pela sua capacidade e experiencia, e que taes logares se não déssem por successão ou compra quando se não realisassem as condições indicadas. Muitas outras providencias se continham ainda no alludido diploma, que se fossem realisadas conseguiriam melhorar consideravelmente a deploravel situação em que se achavam as finanças: infelizmente, porem, a maior parte nunca passou do papel, exactamente como hoje succede com muitas leis e regulamentos, ludibriados a cada instante pelo arbitrio dos que governam. E como n'aquelle tempo todo o mal estava na direcção dada ao governo do paiz por uma intelligencia mediocre, acompanhada de grande ambição de riquezas e pouco escrupulo no meio de as obter, tal era o valido de Filippe III, pôr em execução as refórmas, seria o mesmo que lançar algemas aos pulsos do omnipotente ministro, e do enorme sequito que se encobria com a sombra d'elle, e a quem a desordem convinha.

Por decreto de 30 d'outubro de 1592 havia-se instituido, com a denominação de imposto do consulado, um addicional de 3 por cento nos direitos de entrada e sahida dos generos coloniaes, devendo o producto ser applicado ao custeio de uma esquadra de doze navios, destinada a proteger as embarcações portuguezas que navegassem entre o reino e as possessões ultramarinas. O tributo começou desde logo a cobrar-se, e nunca foi extincto, mas a esquadra nunca appareceu, porque o producto do imposto era lançado na voragem das despezas correntes; mais tarde ordenou-se que elle fosse restituido á sua primitiva applicação, mas esta ordem teve apenas um começo de execução, de que se não tirou o menor proveito.

O commercio das colonias continuou a ser-nos disputado pelos estrangeiros, especialmente os hollandezes, cujos navios cruzavam continuamente o mar em perseguição dos nossos, de fórma tal, que houve anno (1616), em que só da carreira do Brazil chegaram a apoderar-se de vinte e oito embarcações portuguezas!

Preoccupado com tão repetidos e consideraveis prejuizos, o governo de Madrid não só tomou a providencia a que acima alludimos, mas tambem, reputando insufficiente o producto d'aquelle imposto, consignou para o armamento das esquadras tudo o que se apurasse livre ou se desempenhasse das rendas do Estado em virtude da segunda conversão forçada dos titulos de divida.

Os resultados da conversão foram desastrosos, por que a urgencia de contrair novas dividas deu occasião aos credores a tirarem desforra da violencia que se lhes havia feito. O rendimento do consulado voltou a ser desviado da sua applicação primitiva e o commercio, desprotegido contra os assaltos dos corsarios que infestavam os mares, e soffrendo enormes perdas, retrahia-se.

D'este retrahimento se ressentiam as rendas publicas, augmentando o desequilibrio entre a receita e despeza, coagindo o governo a contrair emprestimos onerosissimos e a apertar com as exacções fiscaes.

«Outra questão, menos grave na apparencia, diz o sr. Rebello da Silva, porém assaz melindrosa e complicada em si, inquietou por estes annos o governo. Entre a corôa e os agentes da curia romana suscitou-se um conflicto, em que a razão favorecia Filippe III, mas que a opposição politica e religiosa, que principiava de novo a avultar, aproveitou para perturbar a consciencia dos povos. A independencia nominal do reino auctorisava o papa a conservar seus nuncios em Lisboa, e a pontualidade em os nomear inculca, que ainda se encontravam copiosas fontes de receita no reino. Durante o periodo atribulado das alterações civis não se desmentiu a habilidade da politica pontificia. O nuncio Sanli, apenas morreu o cardeal-rei, passou a Madrid, e Alexandre Frumenti prestou grandes serviços ao gabinete de Madrid. A despeito da missão de concordia de Reali, patriarcha d'Alexandria, a curia, em 1580, prevendo a victoria do rei catholico, não se lhe mostrou hostil em Portugal, e a graça especial, liberalisada ao archiduque Alberto, de accumular com o vice-reinado as funcções de legado *a latere*, e depois as de inquisidor geral, provou as intenções amigaveis da santa sé. Os curiaes não se descuidaram n'este meio tempo, porém, de explorar uma nova mina de rendimento, exigindo para a camara apostolica, como legitima herdeira, os bens dos religiosos fallecidos fóra do claustro, qualquer que fosse o modo porque tivessem sido adquiridos. O colleitor Decio Carrafa, succedendo ao milanez Fernando Taberna, sustentára a pretensão, prevalecendo-se entre outros pretextos de um attestado do dr. João Gonçalves, conego e vigario geral de Lisboa, passado em outubro de 1598, e ousando exigir mesmo em uma carta, datada de 6 de dezembro de 1606, do secretario de Estado esta lucrativa ampliação dos limites da sua jurisdicção. Resistiram os ministros portuguezes. A controversia prolongou-se pelos annos de 1607 e 1608, assistindo já na côrte Fabricio Carraciulo com o caracter de nuncio, e tomando activa parte n'ella o seu auditor Jacome Ferragnoli. Em 1610 entendeu o governo, que devia defender em Roma os direitos da corôa, e encarregou da enviatura Francisco Pereira Preto, munindo-o das instrucções necessarias para esclarecer o assumpto.

«Gaspar Pauluci Alberoni, fallecido em Lisboa no anno de 1614, é provavel que não levantasse mão do negocio, mas faltam noticias que o affirmem. Finalmente em 1615 mandou Paulo V a Portugal, como colleitor, o bispo de Fossambruno, Octavio Accoramboni, e nos tres breves, em que lhe conferiu a jurisdição, incluiu poderes especiaes para elle arrecadar os bens dos religiosos. O conselho, em dezembro de 1616, examinando as letras apostolicas notou a clausula, tratou-os de novidade exorbitante; e duvidando el-rei conceder o *exequatur* sem os breves serem reformados n'esta parte, advertiu por essa occasião ao prelado romano, que se abstivesse de nomear sub-colleitores para o continente e para as colonias, e de se introduzir nas questões internas dos conventos e nas causas sugeitas aos bispos, invadindo-lhes a jurisdição. Accoramboni, se não oppoz de viva voz, ou por escripto, nenhum protesto, não deixou, por isso, de insistir, despresando as condições do beneplacito, multiplicando os sub-colleitores, expedindo graças e privilegios para os claustros, e estabelecendo por toda a parte o fisco do papa sobre os bens dos religiosos. Ao mesmo tempo queixava-se ao cardeal Borghese do procedimento dos ministros e dos tribunaes. O conflicto já inevitavel rebentou em 1617. A irmandade dos livreiros de Santa Catharina do Monte Sinai, aggravada, recorreu ao nuncio, e a casa da supplificação deu-lhe provimento. O colleitor não cumpriu. O juizo da corôa conheceu da força, e mandou intimar o bispo de Fossambruno. Aggressivo e obstinado, Accoramboni desobedeceu. Baixou ordem, então, para lhe serem occupadas as temporalidades, e n'esse acto foi preso o beneficiado Miguel Leitão, famulo do bispo. Inflammou-se o colleitor, e, excommungando as justiças d'el-rei, fulminou interdicto local contra a cidade de Lisboa, e interdicto de ambulatorio contra os ministros e officiaes, censurando ao mesmo tempo perante a côrte de Madrid a severidade com que era tratado.

«Filippe III, revogando por menos regular na fórma o auto de occupação das temporalidades

e o assento do desembargo do paço ordenou, que, o colleitor fosse chamado e coagido a levantar o interdicto e as censuras, estranhando-se-lhe a perturbação da jurisdicção real, e as innovações intentadas com violencia manifesta, contra o direito antigo e constante do reino. Accoramboni cedeu por esta vez. A 27 de julho de 1617 levantou o interdicto geral (?), ao tempo que a causa se discutia perante o tribunal do juizo da corôa defendida pelo padre Soares Granatense, oraculo da theologia da época. Dilatou-se a disputa, achou o padre Soares no dr. Thomé Pinheiro da Veiga adversario digno das suas letras, e persistiu o nuncio em não levantar as censuras aos juizes da corôa, e em desobedecer aos assentos do desembargo do paço. Informado do estado das coisas, Paulo v expediu um breve a Filippe III, exhortando-o a emendar os aggravos commettidos em offensa das immunidades ecclesiasticas. A este diploma, datado de 4 d'outubro, seguiu-se logo outro, lavrado dois dias depois, em que o papa condemnou os actos praticados em Portugal pelos ministros d'el-rei contra a liberdade ecclesiastica, contra o colleitor e contra o auditor e seus officiaes, e concluiu ameaçando os executores das ordens régias com a excommunhão, se não se arrependessem. Era então agente de Portugal em Roma Salvador de Sousa. Seus esforços, a principio, pouco ou nenhum effeito produziram; a curia irritada protegia o bispo de Fossambruno; mas, por ultimo, el-rei em uma carta severa ao nuncio deu-lhe a escolher entre a sahida immediatamente dentro de oito dias, ou a submissão ás leis e aos tribunaes do reino (25 de março de 1618), cortando a contenda com um rasgo de auctoridade suprema, e mandando que se o colleitor não desistisse fosse expulso sem necessidade de outra ordem especial. A curia recuou. O idoso prelado foi chamado, e o bispo d'Albenga, Vicente Laudinelli, mais cortezão, veio substituil-o. No reinado seguinte veremos nascer quasi de motivos analogos outro episodio similhante, e teremos de louvar ainda a firmesa do soberano e dos ministros em defesa do direito de protecção.» [1]

O procedimento do governo em todo este negocio foi energico e digno, sem que por isso deixasse de excitar murmurações e asperas criticas, que eram profundamente injustas, mas que denotavam a indisposição do povo contra o dominio estranho: em todos os actos dos dominadores, mesmo n'aquelles que em um governo nacional applaudiria sem reserva, o povo estava antecipadamente disposto a ver sempre o cunho da oppressão. Affrontava-se a consciencia dos bons catholicos com as penas espirituaes infligidas contra elles, encareciam as perigosas consequencias que poderiam resultar de similhante lucta, e accusavam o governo de ter constrangido o poder ecclesiastico a separar da communidade dos fieis tantos subditos obedientes da santa egreja. Não eram estas as tradicções portuguezas, quando, governada a nação por um rei natural, rompia algum conflicto entre a espada e o baculo: o povo, de ordinario, agrupava-se em volta do soberano, dando-lhe força moral para sustentar o seu direito contra as pretenções clericaes: agora succedia o contrario, porque todo o empenho da nação era diminuir o prestigio d'um governo que ella aborrecia. Com este espirito de opposição a que poderemos chamar facciosa, embora fosse provocada por justos motivos, mas que se manifestava em tudo, mesmo quando não tinha razão de ser, era natural que as difficuldades do governo assoberbassem ainda as maiores capacidades. Ora, é de notar, que dos vice-reis mandados para o reino, o unico capaz de suster com mão firme as redeas do governo era incontestavelmente o marquez de Castello-Rodrigo: depois d'elle succederam-se os governadores; e os que mais valiam, isto é, os que melhor conheciam as suas proprias forças e as circumstancias do paiz, aceitavam sempre constrangidos um cargo de tamanha honra, e que a não ser os muitos espinhos que o cercavam, pelo motivo que já indicámos, seria decerto mais pretendido e invejado.

D. Pedro de Castilho, bispo de Leiria, succedeu a D. Christovão de Moura, em 1612 e logo no anno seguinte (em novembro de1613) foi nomeado para o substituir o arcebispo de Braga D. Aleixo de Menezes, que se achava em Madrid, e que teve de obedecer ás instancias que se lhe fizeram na côrte, onde havia sido honrado com muitas distincções e mercês. A veneração de que

[1] *Hist. de Port. nos seculos XVI e XVIII,* tom. 3.º, pag. 257 a 261.

o prelado gosava no reino pelas suas virtudes, fizera conceber ao valido de Filippe III a esperança de que elle seria bem recebido, e conseguiria desfazer os attrictos que se levantavam a cada momento. Foi effectivamente bem accolhido; mas foram completamente frustrados os muitos esforços que empregou para conciliar os animos, e acalmar a surda irritação que lavrava em todas as classes. Desenganado de que a sua permanencia á frente dos negocios não aproveitava ao paiz, nem ás conveniencias do monarcha, a quem desejava mostrar-se grato, pediu e instou repetidas vezes pela sua exoneração. Ao cabo de muitas instancias foi-lhe esta emfim concedida, dando-se-lhe por successor, pouco tempo depois (julho de 1615), o arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro, que pouco tempo se demorou, pois que ainda não eram passados dois mezes (março de 1617) quando a côrte de Madrid o fez substituir por D. Diogo da Silva e Mendonça, conde de Salinas e marquez d'Alemquer. Esta escolha foi um grande desacerto, não só pela capacidade muito mediocre do nomeado, como pelas emulações que excitou entre a nobresa, a cujo orgulho repugnava obedecer a quem reputava seu igual, ao mesmo tempo que a sua procedencia castelhana fazia na classe popular uma impressão mais que desagradavel.

No tempo do seu vice-reinado, quasi logo no principio, deu-se na côrte de Madrid uma alteração, que não devia ser indifferente ao reino de Portugal.

Desde muito que o duque de Uzeda, filho do duque de Lerma, se fizera emulo de seu pae (!) disputando-lhe por todos os meios a influencia no animo do rei, e por conseguinte a suprema direcção dos negocios. N'esta lucta de perfidias, e repugnantissima, pelas circumstancias que se deram, pois que foi tramada por um filho contra seu pae, a quem devia a intimidade que gosava com o principe, e da qual se prevaleceu para o desacreditar não só descobrindo ao soberano todas as desordens do governo, mas tambem carregando o quadro das mais sombrias e exageradas côres, no que foi auxiliado pelo confessor que o duque de Lerma havia dado ao rei, para melhor se apoderar do animo d'este, n'essa lucta, dizemos, sahiu victorioso o duque de Uzeda: e tão completamente victorioso, que não só seu pae foi destituido de primeiro ministro, indo elle occupar esse alto cargo, mas tambem recebeu ordem para retirar-se da côrte. Ha mesmo quem suspeite que o santo zelo do novo valido, pelo serviço d'el-rei e da patria, iria muito mais longe ainda, se o velho duque, antes de cair em desgraça, não tivesse tido o cuidado de segurar a cabeça, obtendo a purpura cardinalicia, pouco tempo depois de enviuvar.

Apesar d'esta mudança, de que resultaram muitas alterações nos mais importantes cargos do Estado, sendo perseguidos os partidarios do ministro caído, o vice-rei de Portugal, que, se era estadista mediocre, nem por isso deixava de ser habil cortezão, continuou no seu cargo, e parece até haver grangeado a maior confiança do duque de Uzeda.

D. Diogo da Silva luctava com as maiores difficuldades, e nas suas confidencias ao novo ministro não cessava de lhe expôr a necessidade de que el-rei viesse com a sua presença conjurar os perigos que ameaçavam sériamente a tranquillidade publica.

Esta linguagem e as repetidas instancias impressionaram a côrte de Madrid, e o valido aconselhou el-rei a que não demorasse a sua viagem. Effectivamente Filippe III, tomando o pretexto de seu filho ser jurado herdeiro da corôa, escreveu ao vice-rei uma carta datada de 23 de março de 1619, declarando-lhe a resolução que tomára, fixando a sua jornada para os principios do mez seguinte, e encarregando o governador de fazer as convenientes participações ao conselho d'Estado, ao senado de Lisboa, assim como a todas as cidades e villas. Ao mesmo tempo sollicitavam-se donativos para ajuda das despezas de viagem, e só a cidade de Lisboa concorreu com a avultada somma de duzentos mil cruzados, dispendendo depois os seus moradores avultadas quantias na magnificencia com que foi recebido o monarcha.

Outras cidades e villas concorreram proporcionalmente para o mesmo fim, e se o thesouro de Castella não recebeu ainda algum excedente d'este imposto, cobrado sem resistencias, pelo menos, a viagem do principe, emprehendida e effectuada em beneficio da monarchia hespanhola, não lhe foi onerosa. É que os portuguezes ainda tinham esperanças de que a vinda do soberano poria cobro a muitas desordens, e come-

çariam a ser cumpridas as solemnes promessas de seu pae, continuamente ludibriadas. Brevemente se desenganariam das suas ingenuas illusões, e desde esse momento a revolução era inevitavel. Poderia ser apressada ou demorada, conforme circumstancias occasionaes; mas era simplesmente uma questão de tempo.

A 26 d'abril, d'esse mesmo anno, sahiu Filippe III de Madrid, acompanhado do principe herdeiro e dos infantes, assim como de um luzido cortejo de fidalgos e mais pessoas da côrte. No dia 13 do mez seguinte fez a sua entrada em Elvas, d'onde expediu uma carta ao vice-rei, desobrigando-o dos deveres do governo emquanto a côrte residisse no reino; dias depois (17 de junho) era expedida uma carta ao mesmo magistrado a assignar os despachos e provisões de maior urgencia, devendo posteriormente serem confirmados e rubricados pelo soberano.

Demorando-se apenas algumas horas em Elvas e Extremoz, aposentou-se no dia 14 em Evora, onde o esperavam magnificas festas, entre as quaes realçava um auto de fé, a que sua magestade desejou assistir, para demonstração dos seus piedosos sentimentos. Fez-se com a maior solemnidade este acto edificante, que durou desde pela manhã até ao pôr do sol, tamanho foi o numero de judeus, herejes, feiticeiros, impios de todos os feitios, que expiaram nas fogueiras, antecipação dos tormentos do inferno, os nefandos crimes de que eram accusados. Tudo para gloria do Altissimo e edificação do piedoso soberano, que devotamente assistiu a este espectaculo, por algumas horas, depois de se haver entretido a ouvir disputar theses de philosophia, a vêr a representação de uma obra dramatica, executada por estudantes e entremeiada de muitas danças e folias.

Proseguindo na viagem, sempre no meio de festas com as quaes os povos, illudidos nas suas esperanças, procuravam captivar-lhe o affecto, embora á custa de sacrificios superiores ás suas posses, chegou no dia 2 de julho a Almada, demorando-se ahi oito dias.

Passou depois para Belem, assentando residencia no mosteiro dos Jeronymos, onde se demorou um mez, antes de fazer a sua entrada solemne em Lisboa, tendo ordenado aos titulares e fidalgos que o esperassem n'esta cidade.

Durante todo o tempo que residiu no celebre mosteiro, não quiz sua magestade occupar a sua attenção com os negocios do governo: preferiu antes gosar despreoccupadamente as festas com que os seus fieis vassallos celebravam a sua chegada, entre as quaes figuravam as danças e folias da plebe, para quem el-rei se mostrava generoso, mandando repartir pelos pobres vinte mil cruzados, e ordenando, quando entrou em Lisboa, que fossem suspensos por tres dias os direitos do consumo do peixe.

Apesar d'esta despreoccupação nem por isso deixava de o inquietar a proxima reunião das côrtes, que havia convocado para 20 de maio em Thomar, e que depois transferira para 19 de julho em Lisboa.

As eleições dos procuradores tinham sido feitas de modo tal que honrariam um ministro do reino dos tempos que hoje correm, depois dos notaveis aperfeiçoamentos com que no moderno regimen representativo se tem melhorado a «machina eleitoral:» nenhum dos adversarios de Castella mereceu a confiança dos povos! Estas edificantes unanimidades, tanto em conformidade com o sentir geral, nunca se podem dar senão quando se fazem eleições liberrimas... Apesar d'esta tranquillisadora e podemos até dizer d'esta lisongeira manifestação da opinião publica, corriam os mais assustadores boatos. Dizia-se que seria sollicitado o principe herdeiro para governar o reino, e que não se poupariam accusações por se haver faltado impudentemente ás promessas feitas por Filippe II quando foi jurado rei, nas côrtes de Thomar. Similhantes boatos eram distituidos de fundamento: o governo havia-se antecipadamente assegurado da docilidade dos procuradores, mas apesar d'isso, não deixavam de assustar a côrte e o rei, demorando-se em Belem a pretexto de dar tempo para que se concluissem os aprestes das festas que se preparavam em Lisboa, procurava, pelo contrario, ganhar tempo para que chegasse ao Tejo a esquadra hespanhola, afim de occorrer a qualquer eventualidade, em que podesse haver algum perigo para segurança do monarcha ou dos seus ministros.

Chegaram, emfim, e na tarde de 29 de junho, Filippe III subiu o Tejo na galeota real, seguida

de doze galés e grande quantidade de barcos, vistosamente adornados.

Vestia el-rei com grande luxo e esmero; á imitação d'elle, os cavalleiros e nobreza que esperavam na ponte e no terreiro, adornaram-se com as mais ricas telas e joias do maior preço.

Á entrada das principaes ruas foram collocados arcos triumphaes, alguns d'elles de fabrica grandiosa, e todos feitos a expensas de differentes corporações, tanto nacionaes como estrangeiras. O que chamava a attenção, e o que importára em mais avultadas sommas, era o dos negociantes, rematado com a figura colossal de Lisboa, que descançava a mão esquerda n'uma ancora, symbolo do nosso dominio nos mares, tão decahido já n'aquelle tempo, e offerecendo com a direita as chaves da cidade. O arco dos inglezes, collocado no pelourinho velho, e o dos mercadores, ou logistas, como hoje diriamos, e que ficava defronte d'aquelle, se não eram de tanta ostentação como o dos negociantes, eram talvez mais apreciaveis pela elegancia da sua architectura. Outra decoração muito dispendiosa, e de grande effeito, era a da rua Nova, onde os flamengos improvisaram um edificio com soberba frontaria, estatutuas e columnas.

Dirigiu-se Filippe III á Sé cujas portas os italianos se haviam encarregado de ornamentar com emblemas allusivos. Depois de assistir ao *Te-Deum*, e quando era já noite fechada, seguiu caminho do paço, allumiado por cincoenta tochas conduzidas por moços da camara, accompanhado de musicas festivas, e grande multidão de povo, que o acclamáva.

No dia 19 do mez seguinte abriram-se as côrtes, no paço da Ribeira. Rompiam o prestito os reis d'armas, arautos e passavantes com suas cottas d'armas vestidas, e após elles os porteiros da casa com maças de prata. Seguia-se-lhe, mas depois de certo intervallo, o duque de Bragança D. Theodosio, com o estoque de condestavel levantado como era costume: immediatamente o rei de manto real, cuja cauda lhe apanhava o camareiro-mór. Seguiam-se o mordomo-mór e officiaes-móres, que costumavam acompanhar este acto.

Logo que el-rei entrou na sala, e emquanto subia para o throno levantado sobre um estrado grande, e formado de tres degraus, sobre os quaes pousava uma cadeira de tela, debaixo de um docel, tocavam as charamelas, trombetas e atabales. Ao lado direito do monarcha ficou, como era uso, o condestavel, em pé, e de estoque na mão; do lado o mordomo-mór, e por detraz o camarista de semana, tambem em pé. Do lado direito do estrado assentavam-se em cadeiras rasas com almofadas de veludo os duques, aos quaes se seguiam os arcebispos e bispos. Do lado esquerdo assentaram-se os marquezes em bancos com almofadas de veludo e abaixo d'elles os condes, todos por suas antiguidades, seguindo-se-lhes os viscondes e barões. Do mesmo lado, e assentados em bancos, ficaram os do conselho, os senhores de terras com jurisdição e os alcaides-móres de Castella. Os procuradores dos povos assentavam-se em duas ordens de bancos. Os vedores da fazenda tomaram assento á direita do throno, no primeiro degrau do estrado, e em seguida d'elles o regedor da supplicação e governador da relação do Porto. Do mesmo lado, mas no segundo degrau, os desembargadores do paço e no terceiro os da relação. O vedor, o mestre-sala e mais officiaes da casa real em pé, assim como os dois escrivães da camara, que serviam de notarios publicos, e tinham de escrever o auto.

Logo que el-rei se assentou no throno, e as demais pessoas tomaram os seus logares, subiu o estrado grande o bispo de Miranda, que havia sido designado por el-rei para a oração de proposição, ou como hoje diriamos, a falla do throno, na qual se declarava o motivo da convocação. Respondeu, em nome dos tres Estados e como era de estylo um dos procuradores da cidade de Lisboa.

Concluida esta ceremonia, leu o conde de Villa Nova, que exercia as funcções de escrivão da puridade, a formula do juramento, a qual foi repetida por el rei, de joelhos e com a mão sobre um missal aberto.

Em seguida, o rei d'armas, ao qual competia desempenhar as funcções de mestre de ceremonias, ordenou em nome d'el-rei, que os procuradores dos povos prestassem juramento, reconhecendo o principe por herdeiro da corôa e senhor do reino: ao juramento dos povos seguiu-se o da nobreza, depois o do estado ecclesiastico e por ultimo o do condestavel.

Concluido o juramento determinou o rei d'armas, em nome de sua magestade, a separação dos Estados para as conferencias, e sahindo logo o monarcha da sala, com o ceremonial do estylo, terminou a solemnidade de abertura, continuando depois, em logares separados, a discussão dos capitulos, ou propostas, que deveriam ser feitas ao soberano por cada um dos Estados.

«D. Filippe, diz Rebello da Silva, para captar os animos, havia declarado, que não vinha pedir novos subsidios, mas pelo contrario, que desejava diminuir os encargos actuaes. Agradeceram-lhe todos a intenção, mas não bastava. Não irritar o mal parecia insufficiente aos que suspiravam por uma cura radical. O braço popular requereu contra o abuso dos excessivos dotes nos casamentos dos fidalgos da casa real. A nobresa instou pela continuação das largas mercês, que Filippe II lhe prodigalisára, querendo que a corôa desde logo as confirmasse em seus herdeiros, apesar de absorverem o melhor dos rendimentos publicos. Além das supplicas, nas quaes grangeava cada uma das classes os interesses proprios, havia pontos, em que todos tinham assentado previamente, queixando-se da violação systematica de muitos artigos importantes da patente de graças e privilegios de 1582. Entre outras infracções era apontada a facilidade, com que se haviam concedido aos vassallos de Castella os bens da corôa e ordens, reservados pelas côrtes de Thomar exclusivamente para recompensa dos portuguezes, citando-se, entre muitos exemplos escandalosos, a doação do reguengo de Serpa e Moura ao duque de Lerma, a da villa de Alemquer, desmembrada da casa das rainhas, ao conde de Salinas, vice-rei; mais de trinta mil ducados de renda concedidos ao duque de Villa-Hermosa; a commenda de Alcacer dada ao marquez de la Fuente; e as mercês lucrativas, com que se enriqueciam os patrimonios do duque de Hijar, do conde de Frangiliana, e de varios senhores estrangeiros, emquanto se difficultava aos vassallos naturaes o despacho dos serviços prestados na Africa e na Asia, com sacrificio do sangue e da fazenda. O capitulo II das propostas do Estado ecclesiastico, reproduzido no capitulo XIII das da nobresa, e IX das do povo, suscitou outra questão melindrosa. Lembrando a letra expressa do artigo XV da patente de 1582 ácerca da fórma porque havia de ser constituido em Madrid o conselho em Portugal, inculcava a quebra flagrante das capitulações com a novidade introduzida n'este reino de lhe nomear presidente, novidade encetada com D. Aleixo de Menezes, e continuada depois na escolha de D. Carlos de Borja, duque de Villa-Hermosa. Os tres Estados pediam a el-rei, que, para se honrar a si, e auctorisar mais o reino, supprimisse esta presidencia imitando o louvavel procedimento de Filippe II, seu pae. Resentiu-se a côrte, e replicou, indeferindo a supplica verbal, sem esperar que viesse articulada nos capitulos. Depois de observar que o texto do artigo não coarctava a liberdade da corôa, porque, designando na organisação do conselho as jerarchias, de que devia ser composto, por modo algum limitára as nomeações, concluia, declarando, que Filippe II *não havia jurado semilhante artigo, antes requerendo-se-lhe que jurasse não fôra servido fazel-o!*

«Esta razão, raio de luz para o futuro, servia de lição á actualidade. A patente de mercês de 1582 ficava assim reduzida a puro acto de generosidade e de tolerancia real; e não obrigando a consciencia do monarcha e dos successores, apenas dependia do motor proprio e do poder absoluto interpretal-a, restringil-a, ou annullal-a de todo ou em parte. Os Estados desde este dia leram nas intenções da politica hespanhola o proposito deliberado de riscar a pouco e pouco da patente, um após outro, os privilegios, que afiançavam a independencia e a autonomia de Portugal, e desde então deve accrescentar-se, tambem, que se rompeu no coração da maioria dos vassallos o vinculo, já bem frouxo, que ainda os unia por lealdade á dynastia austriaca.

«D. Filippe não se expôz a experimentar, depois de tão vivas demonstrações, a frieza e o descontentamento, que a má politica dos ministros provocára. Inimigo do trabalho, e inteiramente passivo nas mãos dos validos, illudiu todas as esperanças, pouco ou nada despachou, e vivendo recolhido, como em Madrid, escusava-se quanto podia de ouvir os subditos. Na allocução recitada ás portas de Lisboa pelo dr. Ignacio Ferreira, no estylo hyperbolico da época, o douto magistrado, exaltando o governo hespanhol como superior ao dos gregos, persas e

romanos, insinuára que a cabeça de toda a monarchia devia ser Lisboa, tão nobre por tradicções, e tão rica de memorias e monumentos. Era um sonho innocente com que os portuguezes já em 1581 se haviam enlevado, e que Filippe II, mais habil do que o filho, soubera paliar com palavras cortezes. Filippe III deixou o orador sem resposta. Aconteceu o mesmo a muitos aggravos, que as côrtes queriam representar, e que el-rei decidira desattender. A nobreza estranhava com razão, que a corôa de Castella repartisse indestinctamente por todos os vassallos, menos pelos de Portugal, as honras, os cargos e os titulos dos dominios de Aragão, de Napoles, de Milão, da Sicilia e de Flandres. A exclusão continuou. Pediam os mercadores e armadores que se lhes abrissem os portos das Indias occidentaes, especialmente sendo essas conquistas cultivadas por negros das nossas colonias, e por excepção odiosa negou-se-lhes sempre a communicação e o commercio do Mexico e do Peru.

«Nos tribunaes castelhanos, nas egrejas e bispados, e nas universidades de Hespanha, poucos portuguezes conseguiam entrada, e esses mesmos deviam mais os despachos a qualidades singulares, ou a accidentes fortuitos, do que á consideração de obedecerem ao mesmo principe. A ordem do Tosão de Oiro ornava o peito dos aragonezes, dos borguinhões e dos italianos; mas depois da morte do duque de Bragança, D. João, não tornára a ser concedida a nenhum fidalgo nosso. Na casa real de Castella podiam citar-se, como raridade, os titulares e as damas do reino. Finalmente, por qualquer lado que se contemplasse a posição dos portuguezes, era sempre inferior e desgraçada. Só os reputavam bons vassallos para os sacrificios, mas tratavam-os quasi como párias em tudo o mais, abatendo-os e collocando-os abaixo dos outros subditos.» [1]

Houvera grandes esperanças com a vinda do rei de Hespanha, e por isso fôra acolhido no reino com tanta magnificencia e enthusiasmo, como já dissémos. O seu procedimento em Belem, desperdiçando em recreações todo o tempo, sem nunca se occupar dos negocios, não contribuia muito para conservar os sentimentos que haviam determinado aquelle lisongeiro acolhimento; esperava-se, comtudo, que depois de abertas as côrtes, e de lhe serem presentes os capitulos dos Estados, expondo-se-lhe as necessidades do reino, as desordens do governo e as injustiças com que eram tratados os subditos, sua magestade cuidasse em prover de remedio aos males que se lhe apontavam, e se não podesse levar a bom termo todas as reformas de que se precisava, ao menos deixaria melhorada a situação deploravel em que se achava o paiz. Não eram passados muitos dias que estas esperanças se começaram a desvanecer, e pouco tempo depois achavam-se completamente extinctas. Continuava a mesma despreoccupação dos negocios. Em vez de ouvir os requerentes, e despachar o que fosse de justiça, o rei deixava esse serviço nas mãos de ministros ávidos, e occupava-se de visitar egrejas, e gastar boa parte do tempo na caça e na pesca. Nem ao menos procurára, como seu pae, attrair vontades pela corrupção. O reino continuava a ser presa dos fidalgos de Hespanha, e a nobreza de Portugal, ferida nos seus interesses e no seu orgulho, pelo desdem com que era tratada, e nenhum caso que se fazia das suas petições, fundadas, muitas d'ellas, em relevantes serviços, não occultava o seu despeito, nem se reservava de murmurar contra o dominio estranho.

O descontentamento, porém, era geral; o enthusiasmo convertera-se em azedume. Não eram só as altas classes que murmuravam; era tambem a burguezia e o povo miudo, porque todos haviam recebido o cruel desengano de que os abusos, cujo remedio tanto esperavam, haviam de continuar do mesmo modo. Em face das outras provincias da monarchia hespanhola, Portugal era simplesmente um reino conquistado. Este era o sentimento geral.

Apesar de rodeado sempre dos seus aulicos, o rei não poude deixar de conhecer a mudança que se fizera no aspecto da população: as enthusiasticas acclamações dos primeiros dias tinham cessado completamente e em vez d'ellas as mais frias demonstrações de respeito.

É de crer que esta mudança fosse a causa da subita resolução que D. Filippe tomou de retirar-se para Madrid, dando como pretexto os negocios da Allemanha.

[1] Rebello da Silva. *Hist. de Port. nos seculos XVII e XVIII*, tom. 3.º, pag. 270, 273.

Não havia respondido aos capitulos dos Estados, mas não se prendeu com essa desconsideração que tanto devia maguar o orgulho nacional, e sobre tudo não lhe importou que ficassem por decidir negocios de tamanha ponderação, e que envolviam tão graves e geraes interesses, como eram os que se haviam tratado nas côrtes, e sobre os quaes, os representantes das differentes classes, constituidos em assembléa legal, haviam chamado a attenção do soberano.

Manifestou a sua resolução nos fins de setembro de 1620, e como tinha determinado assistir em outubro a um capitulo geral da ordem de Christo, em Thomar, mandou apressar os preparativos de viagem, a fim de poder assistir áquella solemnidade no dia 2 do referido mez. Já o conselho de Estado lhe havia ponderado o perigo das febres paludosas, depois das cheias do Nabão e o improprio da estação para uma jornada de vinte leguas, cortadas de difficuldades. Nenhuma d'estas considerações poderam deter o monarcha. Depois de ter assistido aos capitulos geraes das ordens de Christo e d'Aviz, passou, emfim, a fronteira em 24 d'outubro. Para mais aggravar a desafeição dos portuguezes continuou deixando investido no governo do reino o conde de Salinas.

Poucos dias depois de entrado no sólo de Hespanha adoeceu gravemente em Casarrubios del Monte, e só no fim do anno entrou na côrte. A enfermidade de que foi acommettido não o deixou mais; aggravou-se-lhe, e passados tres mezes, em 31 de março de 1621, expirou com quarenta e tres annos annos de idade e cerca de vinte e tres de reinado.

Conta-se que proximo da hora da morte exclamára: «Se Deus me prolongasse os dias, como seria outro do que fui!» É natural, que n'aquelle momento o pungisse o remorso do desmazello no cumprimento dos seus deveres, confiando completamente, e cegamente, das mãos de validos a direcção dos negocios publicos, dando, por isso, occasião a que se praticassem as maiores violencias e as mais flagrantes injustiças, para satisfazer á avidez e paixões dos que procuravam engrandecer-se á sombra do seu poder. No entanto, se boa parte da culpa deve ser lançada á custa da sua indolencia, a maior, talvez, provinha da funesta educação que recebeu, e que o tornava incapaz de ser um rei, digno do nome.

CAPITULO III

As colonias.—Conselho ultramarino.—Providencias administrativas.—Os hollandezes na Africa.—Guerras com o gentio.—O Brazil.—É instituida uma companhia na Hollanda para a exploração da Africa e do Brazil.—Tentativa, que não chegou a realisar-se, para se formar outra na peninsula, com o fim de se oppôr áquella.—Organisação e recursos do Brazil.—Os francezes expulsos do Maranhão.—Successos da India.

Narrando os factos principaes do reinado de Filippe III restringimo-nos aos successos da metropole, pondo de parte as occorrencias que durante o mesmo periodo se deram nos nossos dominios ultramarinos. Reservavamos o assumpto para um capitulo especial.

Entrados já na época da decadencia, a que breve seguiria a das ruinas, ainda em nenhuma das fortalezas levantadas no periodo brilhante das conquistas, em nenhuma fôra abatida a bandeira de Portugal: o valor das nossas armas, affirmado em luctas incessantes, e repetidas victorias, conservava ainda o antigo prestigio. Comtudo, não era difficil prever que teriamos, por fim, de succumbir. Os esforços sobrehumanos, com que mantinhamos a honra do nosso nome, extenuavam-nos: cada triumpho trazia em si o germen de uma futura derrota, porque se não cuidava de revigorar as forças perdidas. Os inimigos eram poderosos e a guerra sem tréguas; o governo combalido de corrupção e o paiz exhausto de recursos; n'estas condições tinhamos fatalmente de ficar esmagados sob o peso do nosso infortunio. No entanto, o desabamento do edificio colonial, erguido á custa de tão penosos sacrificios, não começou no reinado de Filippe III, que se limitou a preparar para o seu successor essa catastrophe.

É certo que algumas providencias se tomaram para conservar as conquistas e melhorar a administração das colonias; mas as medidas que se adoptaram, nem obedeciam a um plano bem meditado e harmonico, nem mesmo como expediente d'occasião (e não tinha outro caracter a

maior parte d'ellas), eram bastante efficazes para obter o fim que se pretendia.

Logo nos primeiros annos do seu governo (26 de julho de 1604) instituiu o duque de Lerma um conselho ultramarino dividido em duas secções; uma destinada aos negocios do Brazil e da Africa, e outra aos do Oriente. Compunha-se de seis vogaes, dois dos quaes deveriam ser jurisconsultos, e um clerigo canonista para as materias ecclesiasticas.

O conselho era ao mesmo tempo um tribunal e uma junta consultiva; independente na sua esphera d'acção, entendia sobre todos os negocios relativos ao ultramar, resolvendo uns e consultando sobre outros.

Esta idéa, que era excellente, porque dando unidade de direcção aos serviços que estavam naturalmente ligados entre si, facilitava a fiscalisação d'elles e o seu successivo aperfeiçoamento, esta idéa, dizemos, foi estragada na pratica: a instituição nasceu aleijada e por isso nunca poderam colher-se d'ella os fructos que se esperavam. A lei organica, em vez de alargar as attribuições do tribunal, restringia-as, subtrahindo á sua competencia a fiscalisação das rendas d'Africa e do Brazil, os direitos de fazendas d'Azia, compra e venda da pimenta, e gerencia das náus da India. Todos estes serviços, cuja relação com os de que a junta se occupava é facil de comprehender, continuaram a ser dirigidos pelo conselho de fazenda, que era tambem um tribunal superior e independente: ora, se a concentração de poderes é um elemento de força, facilmente poderemos ajuizar como seria fraca uma instituição á qual se negavam as faculdades indispensaveis para o fim a que era destinada.

No entanto, apesar de mutilada, não deixou de ser util. Suppõe-se que á sua iniciativa se deve a prohibição de se fundarem novos conventos de freiras na India e nas capitanias da Bahia e Pernambuco, protegendo-se ao mesmo tempo, nos Estados d'Azia, o casamento de donzellas portuguezas e orphãs. Tinham por fim estas medidas, como á primeira vista se conhece, promover o desenvolvimento da população.

Com o intento de obviar aos repetidos abusos dos vice-reis, na concessão de mercês lucrativas, restringiu-lhes a ampla faculdade de que gosavam, limitando a trinta mil cruzados annuaes a somma a que poderiam dar aquella applicação, e prohibindo-se formalmente o aforamento dos direitos reaes na India.

Para se formar idéa da desordem e immoralidade da nossa administração colonial bastará indicar as medidas que se julgaram indispensaveis para a reprimir, e a maior parte das quaes foi illudida. Mandou-se proceder a devassa sobre a venda dos officios publicos e tirou-se residencia aos capitães de fortalezas, definindo melhor as suas attribuições e deveres, para cortar os muitos abusos que se tinham introduzido. Mandou-se fazer a escripturação das fazendas em deposito, das que entravam e sahiam, incumbindo-se aos governadores o provimento das feitorias, a fim de que se lhes podesse exigir a necessaria responsabilidade. Suscitou-se a observancia, nas possessões ultramarinas, do que dispunham as ordenações do reino ácerca de carcere privado; estabeleceram-se penas severas contra os capitães que difficultavam os despachos das mercadorias; excluiram-se os barneanes dos officios de justiça e fazenda, assim como se prohibiu podessem ser feitores das fortalezas; determinou-se que os soldados dormissem dentro das praças e prohibiu-se aos capitães e mais empregados do Estado atravessarem os mantimentos e outras mercadorias. Regularam-se as consultas de serviços e limitaram-se os soldos e moradias dos fidalgos que se offereciam para servir na India. Para obviar aos roubos que se faziam frequentemente no material de guerra, ordenou-se que a artilheria e munições fossem lançadas á custa dos capitães das fortalezas. Applicou-se ao custeamento do estaleiro de Gôa o rendimento das terras de Salsete, e procurou-se atalhar ao abuso do excessivo carregamento das náus, de que tinham resultado gravissimos prejuizos da fazenda e as perdas de muitas vidas.

De todas estas providencias, que embora insufficientes, e a maior parte d'ellas inefficazes, porque a sua execução era confiada aos que tinham interesse em as illudir, mas que, apesar d'isso, denotam uma tendencia reformadora, muito para louvar, de todas ellas destôa singularmente a ordem que se expediu, para serem vendidas, por tres annos, as capitanias e outros cargos. Como era de prevêr foram licitadores os

que já se achavam de posse dos cargos, mas taes escandalos se deram, que, dois annos depois, a lei foi revogada, em virtude das muitas reclamações que se fizeram. [1]

Lancemos agora uma vista d'olhos ao que se passava nas colonias, e comecemos pela ilha de S. Thomé, a qual, desfallecida por successivas calamidades, entre as quaes uma revolta de escravos, que durou perto de um seculo, a custo defendia a fortaleza de S. Jorge da Mina, contra os hollandezes, que já se haviam apoderado das feitorias e fortes de Gabão, de cabo de Lopo Gonçalves, da ilha de Fernando Pó, do rio de El-rei e de Calabar. Ao mesmo tempo, os navios de Inglaterra e Paizes-Baixos cruzavam continuamente nos mares de Guiné, afugentando o nosso commercio. As difficuldades da defeza, depois de tão prolongada extenuação de forças, era ainda consideravelmente aggravada pela falta de soccorros da metrópole.

Em Angola tomou conta do governo em 1602, succedendo a João Furtado de Mendonça, João Rodrigues Coutinho, que não poude proseguir na lucta em que desde logo se empenhára com o sova Cafuxe, pois que a morte pôz termo aos seus trabalhos no momento em que, invadindo as terras inimigas, começava a castigar os rebeldes. Teriam de certo as mais funestas consequencias as contendas que se deram entre os capitães, logo em seguida á morte do governador, se não fosse a prudencia do jesuita Jorge Pereira, confidente do fallecido, e que, procurando acalmar as paixões, fez conhecido um documento deixado por Rodrigues Coutinho, e no qual designava por seu successor a Manuel de Cerveira Pereira.

Proseguiu este com felicidade a guerra contra Cafuxe, terminada a qual, voltou as armas contra o sova de Cambamve, ao qual venceu igualmente, recebendo em seguida a vassallagem voluntaria dos sovas de Mussegne e do rei d'Angola. Depois de ter construido um novo presidio sobre o Quanza, regressou a Loanda, cujo commercio se desenvolveu consideravelmente no tempo do seu governo, graças á segurança que elle soube manter, pacificando as tribus rebeldes e conservando-as tranquillas.

A recompensa que teve de tão assignalados serviços foi ser mandado para o reino, carregado de ferros, como se fôra um malfeitor, por ordem do seu successor D. Manuel Pereira, que estreou a sua auctoridade com esta infamia.

Quatro annos durou o governo de D. Manuel, durante os quaes tentaram os corsarios hollandezes, auxiliados pelo rei do Congo, fortificar o porto de Pinda, no Zaire; preoccupado com as aggressões repetidas d'estes adversarios, descuidou-se de acudir ao presidio de Cambambe, cercado por varios sovas insurgidos, e que decerto se perderia, se lhe não valesse o alferes-mór, Roque de S. Miguel, que fez levantar o cêrco e desbaratar os sitiantes.

Em 1611 succedeu a D. Miguel Pereira, que falleceu repentinamente, o capitão-mór do campo Bento da Banha Cardozo, militar esforçado, mas cruel. Ás suas crueldades se devem as rebelliões do rei d'Angola, do sova Chilonga e outros de Quissama, rebelliões que elle reprimiu com o seu denodo, castigando-as com o maior rigor. No emtanto, Manuel de Cerveira Pereira tendo conseguido justificar-se, em Madrid, das calumnias levantadas pelos seus émulos, regressou a Angola em 1615, com o titulo de conquistador de Benguella, e com poderes de nomear auctoridades que durante a sua ausencia governassem a colonia. Depois de nomear governador de Loanda Antonio Gonçalves Pitta, partiu em 1617 para Benguella, onde tomou posse da bahia de Santo Antonio, fundando ahi a cidade de S. Filippe, a qual guarneceu com uma fortaleza a que deu o

[1] Rebello da Silva, a quem seguimos n'esta resenha, cita os seguintes diplomas: «Cartas regias de 2 de setembro de 1603 e 2 de março de 1615 sobre os novos conventos. Cartas regias de 2 de março e 23 d'outubro de 1605 sobre o casamento das orfãs. Alvará de 11 d'abril de 1606 sobre mercês de dinheiro, e alvará de 23 de janeiro de 1608 sobre direitos reaes. Alvarás de 27 de janeiro de 1607 sobre venda de officios, de 23 de dezembro de 1609 e de 28 de março de 1615 sobre residencias, de 8 de março de 1610 sobre as obrigações dos capitães, de 10 de março de 1611 sobre o registo das fazendas e de 21 de janeiro do mesmo anno sobre cereaes privados. Cartas regias de 5 de fevereiro de 1613 e 25 de fevereiro de 1614 sobre despachos. Alvarás de 10 de março de 1615 e 5 de março de 1616 sobre estaleiros e armazens de Gôa, e de 11 de março de 1617 sobre a carga das náus. Alvará de 5 de abril de 1618.»

mesmo nome. Em seguida, internando-se pelo sertão, bateu em successivas pelejas os sovas do Dombe, sendo surprehendido, no meio da sua victoriosa carreira, pelas intrigas que lhe armaram alguns padres, e em virtude das quaes os seus proprios subalternos, rebellados contra a sua auctoridade, o mandaram preso para Loanda.

Governava então ali Luiz Mendes de Vasconcellos, que havia succedido a Gonçalves Pitta. O novo governador não attendeu ás queixas de Cerveira, que de novo recorreu á côrte de Madrid, onde obteve o favor que merecia, e d'onde recebeu em 1621 soccorros bastantes para continuar a sua empreza. Recomeçando a campanha juntou aos dominios da corôa todo o territorio até ao sertão de Caconda, e concluiu o descobrimento das minas de cobre. A morte veio colhel-o no meio dos seus triumphos.

Nesse mesmo anno (1621) entregára Luiz Mendes Vasconcellos o governo d'Angola a João Correia de Sousa, havendo illustrado o seu nome com a derrota que infligira o Golla Bandy, usurpador da Matamba, e aos sovas seus alliados; fez tributario o rei do Dongo e levantou o presidio d'Ambaca.

O seu sucessor, bom militar, funccionario honesto, fez uma administração regular, sem todavia deixar assignalada a sua passagem no poder por nenhuma reforma importante nem victoria memoravel.

Em 28 de julho de 1608 fundeou proximo da fortalesa de Moçambique uma esquadra hollandeza de treze náus, commandada por Pedro Willemsz Verhoeven, com mil e novecentos homens de desembarque, trezentos e sessenta e sete canhões e viveres para tres mezes.

Desembarcando n'esse mesmo dia, acamparam as tropas na cerca do convento de S. Domingos; e começaram no dia seguinte a fazer trincheiras e a levantar baterias, sem que soffressem a menor resistencia. Procedera d'esse modo muito calculadamente o governador da praça, Estevão de Athaide, que havia sido nomeado pouco antes pelo arcebispo de Gôa D. Aleixo de Menezes, o qual, por fallecimento de Martins Affonso de Castro ficou governando interinamente a India. Trouxera o governador comsigo um reforço de cento e cincoenta homens, munições e mantimentos sufficientes para supportar um assedio. Na primeira sortida que Verhoeven tentou poude conhecer, pelas perdas que soffreu, que o inimigo se achava apercebido: apesar d'isso, intimou o governador para que se rendesse. A carta de intimação respondeu Athaide com nobre altivez, que viesse com as suas tropas buscar as chaves.

Rompeu Verhoeven o fogo contra a fortalesa, tentando desmantelar os baluartes. Foram inuteis os seus esforços; por vinte dias se prolongou o assedio, sem que os hollandezes colhessem o menor resultado. Convencidos por fim, de que não podiam vencer a energica resistencia que se lhes oppunha, desistiram do intento. Não quizeram porem retirar-se sem desafogar a sua ira com as maiores atrocidades. Além de incendiar a cidade, e talarem uma parte da ilha, assassinaram os prisioneiros diante das muralhas. Menos do que as perdas soffridas pelas forças do seu commando (nas quaes se deram apenas pouco mais de cem baixas, sendo trinta soldados mortos e cerca de oitenta feridos), a severa lição infligida á sua soberba, tornando ridicula a sua arrogancia de conquistador fanfarrão, foi o que decerto mais contribuiu para estes deploraveis excessos com que Verhoeven infamou o seu nome.

Dois milhões setecentas e noventa e seis mil libras custou esta expedição á companhia hollandeza, que provavelmente contava brindar os seus accionistas com os despojos da victoria.

Já dissemos em outro logar, que apóz a tregua dos doze annos aprisionaram os hollandezes, só em um anno, vinte e oito navios da carreira do Brazil; este facto, que já se havia dado repetidas vezes, embora em muito menor escala, advertiu ao governo a necessidade de suscitar a observancia das ordens dadas no tempo de D. Sebastião, para que os navios das conquistas navegassem armados. Esta providencia que era censata, foi-nos comtudo de mais prejuizo do que proveito. As forças dos corsarios eram superiores ás nossas, achavam-se de ordinario, muito melhor armadas e a resistencia parece que apenas servia de lhe estimular mais o appetite. No entanto algumas prezas se fizeram nos inimigos, mas os prisioneiros, conseguindo muitas vezes escaparem-se, já depois de haverem residido algum tempo no Brazil, iam denunciar aos seus compatriotas o deploravel estado de defesa das

nossas praças incitando-os a que emprehendessem uma conquista tão importante, como facil.

Um d'elles, chamado Manuel Vandale, sollicitou e obteve carta de naturalisação, pedindo em seguida licença para ir buscar sua mulher. Foi-lhe indeferido o requerimento ordenando-se lhe que viesse residir no reino. Partiu do Brazil com esse destino, mas em viagem teve a fortuna de ser libertado por um navio da sua nação.

Francisco Duchs, que mais tarde desempenhou um papel de certa importancia, sendo um dos chefes que capitularam na Bahia, tinha sido preso no Rio, e conduzido para aquella cidade; conseguiu de lá escapar-se, e como elle ainda muitos outros, que eram depois na sua patria incansaveis propangandistas da guerra, encarecendo a riquesa de tão vastos dominios, e o desleixo do governo na defesa delles.

A pressuação dos fugitivos foi pouco e pouco ganhando os animos; por fim, Guilherme Usselincx propoz a formação de uma nova companhia, similhante á que se havia organisado para a India, e que estava produzindo tão avantajados lucros.

Oppozeram-se a principio os associados da companhia Oriental, temendo-se da rivalidade; apesar d'esta resistencia, que foi um sério obstaculo, por que os interessados n'aquella associação eram gente poderosa e influente, apesar d'essa grave difficuldade poude emfim a nova companhia organisar-se, sendo-lhe dada a sua carta organica logo nos primeiros dias (3 de janeiro) do anno de 1621, precisamente quando terminava a tregua dos doze annos.

Para em nada ficar inferior á sua rival, foram-lhe concedidos previlegios, similhantes aos d'ella, como eram o monopolio, por vinte e quatro annos, do commercio da America e Africa, o direito de nomear governadores, construir fortificações e fazer tratados com os moradores de quaesquer povoações.

Quando os trabalhos para a formação da companhia chegaram a tomar um certo desenvolvimento, sendo facil prevêr que não tardaria a realisar-se a empreza, houve quem se lembrasse de propôr ao governo de Madrid a formação d'outra companhia similhante na peninsula, e destinada a fazer face á hollandeza. Tomaram a iniciativa d'esta idéa varios judeus refugiados na Hollanda, onde se haviam acolhido da cruel perseguição que soffreram nos reinos de Portugal e Castella.

É natural que a esperança do lucro não fosse estranha ao pensamento de similhante empreza, comtudo, claramente se vê que a affeição pela terra onde haviam sido tão mal tratados, e á qual, todavia, ainda tinham apêgo, porque haviam nascido n'ella, contribuiu, decerto, para que se fizesse ao governo de Madrid a proposta a que alludimos; os proponentes, longe de sollicitarem privilegios similhantes aos da companhia hollandeza, pediam apenas o direito de commerciar nas colonias; direito que em outro tempo lhes havia sido concedido por titulo oneroso, e de que mais tarde foram iniquamente esbulhados. A proposta não foi acceite. Mais tarde, quando já o reino se achava liberto do dominio castelhano (1649), chegou effectivamente a instituir-se em Portugal uma companhia destinada a fomentar o commercio do Brazil, contribuindo muito para a sua fundação as sommas com que subscreveram os judeus portuguezes, residentes na Hollanda.

Mal se constituiu a companhia a que primeiro nos referimos, tratou immediatamente de organisar uma expedição destinada ao Brazil, e muito especialmente á Bahia ou a Pernambuco.

Como os expedicionarios só no reinado seguinte (1624) chegaram a aportar ás terras de Santa Cruz, reservaremos para o logar competente a narrativa d'esses successos, limitando-nos, por agora, a dar um esboço rapido da situação economica e administrativa d'aquella possessão, já n'esse tempo importantissima.

Achava-se dividida em tres governos geraes, e separados: o do Maranhão, da Bahia e do Sul, comprehendendo o primeiro o Pará, e o ultimo o Espirito Santo, Rio e S. Vicente. Estes tres governos, que comprehendiam todo o territorio situado ao longo da costa, entre o Prata e o Amazona, subdividiam-se em quatorze capitanias, cuja população se compunha: 1.ª de colonos portuguezes, ou descendentes d'elles, em numero muito limitado uns e outros; 2.º indios manços, sendo uns livres, outros administrados e alguns ainda captivos; 3.º escravos pretos, importados, principalmente da costa d'Africa; 4.º gente de côr, proveniente do cruza-

mento d'estas differentes raças, e cuja condição seguia a do ventre materno.

A parte mais numerosa era a dos escravos africanos, de que annualmente se importava grande quantidade nas principaes capitanias; muitos d'elles, porém, especialmente ao sul de Pernambuco, fugiam para o sertão, onde levantavam habitações denominadas quilombos ou mocambos, formando agrupamentos importantes.

A principal cultura era a da canna chamada crioula, algum tabaco de rolo e pouco gengibre; o pão da terra era a mandioca, sem que todavia deixasse tambem de se cultivar o milho, embora em pequena escala, e ainda alguns legumes. Na capitania do Sergipe, abundantissima em gado, a producção agricola era nulla.

As leis vigentes nas capitanias eram, em geral, as da metrópole.

Havia para toda a extensão do territorio um só bispado, cuja séde era na Bahia; comtudo, o Rio de Janeiro tinha uma administração separada.

O rendimento principal era o dos dizimos, que embora pertencessem á egreja, eram administrados pela corôa, em virtude de concordatas feitas com Roma, obrigando-se o governo temporal á manutenção do culto.

Em 1602 foi esse rendimento arrematado por cento e seis mil cruzados, e dezoito annos mais tarde computava-se em cento e noventa contos, trezentos e dez mil e oitenta e nove réis, compondo-se das seguintes parcellas:

Capitanias	Rendimentos
Bahia	18:541$840
Maranhão	9:706$920
Pernambuco	8:956$400
Espirito Santo	6:094$040
Pará	6:000$634
Rio Grande (do Norte)	3:518$581
Parahiba	2:069$381
Rio	1:806$520
Seará	741$000
Sergipe	624$080
Tamaracá	611$840
S. Vicente	360$480
Ilheos	159$053
Porto Seguro	121$320

Cumpre advertir, que ha quem supponha este computo inferior á realidade. [1]

A despeza era orçada em cincoenta e quatro contos trezentos e oitenta e oito mil duzentos e noventa e cinco réis.

O serviço da cobrança competia aos provedores e almoxarifes, subordinados todos a um provedor-mór.

Nas povoações mais importantes havia corporações municipaes, organisadas á imitação das da metrópole; alem das attribuições administrativas e algumas judiciaes, tinham tambem o direito de representação, por escripto, não só ás principaes auctoridades como tambem ao soberano. A justiça municipal, que apenas conhecia d'algumas causas de menor importancia, era composta de juizes electivos, não letrados: além d'elles, havia os juizes letrados, de nomeação regia, denominados ouvidores, e cuja alçada era maior que a d'aquelles. Em 1609 creou-se na Bahia um tribunal de segunda instancia, composto de dez desembargadores, e subordinado ao tribunal superior da côrte.

As attribuições do capitão-mór estavam ligadas ao cargo do governador, que tinha adjunto um sargento-mór, ao qual era incumbida a inspecção e alardos da milicia, bem como a boa conservação das fortalezas.

A força armada compunha-se dos corpos de ordenanças, em que eram obrigados a alistarem-se todos os colonos aptos para o serviço das armas, pertencendo á cavallaria os mais ricos e os de melhor nascimento. Além das ordenanças havia tambem alguma tropa de linha ou de presidio, como se dizia n'aquelle tempo, comtudo, essa força era muito diminuta, e só tomou maior incremento depois da guerra com os hollandezes, de que trataremos no livro seguinte.

Outros inimigos precederam n'aquellas para-

[1] É o que se deprehende de uma observação feita pelo barão de Porto Seguro, na sua obra intitulada: *Historia das luctas com os hollandezes no Brazil*, obra que estamos seguindo n'este ponto, e da qual transcrevemos os algarismos que apresentamos no texto. Eis a observação a que alludimos: «Parecem-nos n'este computo as rendas de Pernambuco muito menores do que se deduzem d'outros documentos, e do facto de possuir já então uns cem engenhos de assucar.» Obr. cit., pag. 15 n.

gens os republicanos do norte, e supposto nos não fizessem tamanho damno como estes, ainda assim nos incommodaram por bastantes annos: foram os francezes.

Já n'outro logar indicámos, referindo os acontecimentos do reinado de Filippe II, como no anno de 1524 aportára ao Maranhão o aventureiro francez Rifault, e como tendo deixado ali alguns companheiros commandados por mr. de Vaux, regressou á França para persuadir o rei da vantagem d'aquella conquista e sollicitar os auxilios necessarios. Ignoramos os motivos por que Henrique IV deixou de o attender, é certo que passados annos resolveu se de Vaux ir a Paris advogar a mesma causa. Se a sua missão não foi corôada do exito que porventura esperava, nem por isso ficaram baldados os seus esforços, pois que o rei, desejando informar-se mais cabalmente das encarecidas vantagens, encarregou Daniel de la Touche, senhor de la Revardière, de passar ao Brazil, para examinar pessoalmente a conveniencia e as difficuldades da empreza, promettendo desde logo, que se a relação do seu commissionado fosse favoravel, fundaria ali uma colonia.

Voltou de la Revardière a Paris, quando já se tinha operado na politica franceza a transformação a que n'outro logar alludimos, depois do fallecimento de Henrique IV. A regente, disposta a aproximar-se da casa d'Austria, não quiz assumir a responsabilidade de uma expedição contra os seus dominios, todavia animou de la Touche a que proseguisse no intento. Associou-se este com Nicolau de Harlay, senhor de Sancy e o senhor de Racily, os quaes poderam organisar uma pequena frota de tres náus, guarnecida com cêrca de quinhentos homens de mar e guerra. Maria de Medicis não contribuira para as despezas da expedição, mas honrou os associados na empreza com patentes honorificas (logares-tenentes-generaes das Indias occidentaes), e entregou aos senhores de la Revardière e de Racily, que embarcaram como commandantes, um rico estandarte azul celeste com as armas da França.

Em 19 de março de 1612 fez-se á vella a pequena armada, e após demorada e trabalhosa viagem, aportou finalmente ao Maranhão nos primeiros dias d'agosto d'esse mesmo anno. Foram os invasores bem recebidos pelos indios, como já esperavam. No entanto, logo depois do desembarque deu-se um facto que denota bem como aquelles povos estavam escarmentados. Entrando o sr. de Vaux na aldêa de Igapó, declarou aos habitantes que os francezes não os queriam sugeitar, mas simplesmente defender contra a tirannia dos portuguezes, e ensinar-lhes a verdadeira religião, unica que os livraria dos maleficios do diabo. No meio da sua arenga foi o apostolo interrompido por um velho tapuya, o qual recordava aos seus conterraneos, que os primeiros invasores tinham empregado exactamente a mesma linguagem, esquecendo as boas intenções mal se viram com força bastante para substituir por crueldades as generosas promessas que primeiro tinham feito. Calaram no animo dos ouvintes as razões do bom velho, e a rethorica do sr. de Vaux soffreu d'aquella vez a mais vergonhosa derrota; o orador houve por mais prudente recolher-se á fortaleza de S. Luiz, que a esse tempo (outubro 1612) já se achava construida. [1] Pouco depois, outro francez, David Migan, que tambem conhecia um pouco a lingua tapuya conseguiu persuadir o velho, e com elle todo o gentio da aldêa, e após a submissão d'esta seguiu-se a de muitas outras.

Não se preparou em França a expedição com tamanho segredo, que não fosse avisada a côrte de Madrid, a qual nem por isso se apressou muito a dar as providencias necessarias. Os expedicionarios levantaram ferro, como dissemos, em março, e em outubro é que foi expedida de Lisboa ordem ao governador do Brazil, que era então Gaspar de Sousa, para que immediatamente mandasse occupar as terras do Maranhão, devendo encarregar o commando a Jeronymo d'Albuquerque, fidalgo portuguez, morador de Olinda; cumprindo ao mesmo governador transferir a sua residencia para a capitania de Pernambuco, a fim de poder mais facilmente prestar os soccorros necessarios. Só no primeiro de junho do anno seguinte (1613) é que Jeronymo d'Albuquerque poude sahir do rio do Re-

[1] Bernardo Pereira de Berredo. *Annaes historicos do estado do Maranhão*, pag. 66 e 67. Seguimos esta obra em toda a narrativa da lucta com os francezes.

cife, com quatro embarcações, guarnecidas por cem homens. As pequenas forças de que dispunha não lhe consentia commetter grandes emprezas; mal haviam decorrido dois mezes voltou a Pernambuco, sem haver emprehendido facção de vulto. No anno seguinte (1614) correram rumores de um grande armamento dos hollandezes contra o Brazil; apertavam então de novo as ordens da metrópole, e foi mandado de Madrid, Diogo de Campos, que havia sido sargento-mór n'aquella possessão, a fim de que auxiliasse com a sua experiencia Jeronymo d'Albuquerque, e sendo para isso nomeado adjunto do commandante. Emquanto o governador preparava a expedição foi assaltado uma noite, por trezentos tapuyas, o presidio de Nossa Senhora do Rosario, que se achava mal defendido: apesar d'isso, os assaltantes foram de tal sorte escarmentados, que sollicitaram pazes. Mal chegou esta noticia ao governador mandou immediatamente guarnecer aquelle forte com trezentos soldados, commandados pelo capitão Manuel de Sousa d'Eça. Foi opportuno o auxilio; ainda não havia decorrido um mez quando ali aportou o sr. de Pratz, commandante de uma náu franceza, que levava reforço de tropas para a nova colonia de S. Luiz. Lançou em terra a sua gente, decidido a accommetter a fortaleza, que suppunha não lhe poderia offerecer grande resistencia. Fizeram os de dentro uma sortida, surprehendendo na marcha os inimigos, e desordenando-lhes as fileiras: quasi sem oppôr resistencia, os soldados de Pratz fugiram destroçados para a náu, deixando no campo crescido numero de mortos e feridos. No entanto proseguiam os aprestes da expedição, conforme o permittia a estreiteza dos recursos. Ao mesmo tempo que chegava a Pernambuco a noticia d'aquella victoria, chegavam tambem novas ordens da metrópole, recommendando com maior urgencia as que anteriormente haviam sido expedidas. O governo, como se vê, achava-se sériamente preoccupado com este negocio, mas ainda assim, a sua preoccupação não ia tão longe, que se esquecesse de ordenar terminantemente a Gaspar de Sousa para remetter sem demora a importancia dos dizimos! Ordenava conquistas e ao mesmo tempo sacava dinheiro! O bom governo! Quando esta ordem chegou, a expedição estava quasi a partir, mas era impossivel, depois d'esta incrivel exigencia, occorrer á consideravel despeza dos mantimentos que ainda faltavam. Accudiu em similhantes apuros a capitania do Rio de Janeiro, enviando porção de farinhas bastante para que Gaspar de Sousa podesse aproveitar-se de seis mil alqueires. Com este inexperado auxilio poude em fim pôr-se a caminho a expedição, á qual durante a viagem se reuniram algumas forças, quer de tropas portuguezas, quer de indigenas. Ainda assim, nos primeiros encontros com o inimigo era consideravel a nossa inferioridade numerica; e esse o motivo porque a principio nos não foi muito favoravel a sorte das armas. Chegaram, porém, alguns reforços de Pernambuco, e uniram-se-nos algumas tribus dos indios, o que habilitou Jeronymo d'Albuquerque a obter vantagens sobre os francezes, chegando, por fim, a pactuar treguas com o sr. de la Revardière, nas mais favoraveis condições. Durante a suspensão d'armas tratou-se d'este negocio pelos meios diplomaticos entre as côrtes de Paris e Madrid, mas o respeito pelas estipulações do tratado não era tal entre os belligerantes que os impedisse de romperem o armisticio a cada instante! Jeronymo d'Albuquerque, á proporção que ia recebendo soccorros de Pernambuco, da Bahia e até de Portugal, mais apertava com os inimigos, por fórma, que poude fazer com elles segundo tratado muito mais vantajoso que o primeiro.

Emquanto a diplomacia se occupava de examinar a quem deveria pertencer de direito aquelle territorio, o governador do Brazil mostrava o maior empenho em abreviar a decisão pelas armas. Em 5 de outubro de 1615 se fez de vella para o Maranhão, sahindo de Pernambuco, uma frota de nove vasos, levando a seu bordo novecentos homens de guerra, commandados por Alexandre de Moura, capitão de provado valor e muita experiencia. Cedeu-lhe Jeronymo d'Albuquerque, sem resistencia nem despeito, o logar que occupava, e passou a servir ás suas ordens.

Rompidos todos os convenios anteriores, recomeçaram as hostilidades, mas desenganado de la Revardière que lhe não chegavam da Europa os soccorros que esperava, e que lhe era impossivel a defeza das posições que occupava, entregou aos portuguezes em 3 de novembro d'esse mesmo anno a fortaleza de S. Luiz, com toda a

artilheria, munições e petrechos de guerra. Pouco depois retirava-se para a Europa com os restos pouco avultados das suas tropas, e nunca mais os francezes lograram estabelecer-se n'aquellas paragens.

Passemos agora á India, e sirva-nos de guia o distincto escriptor o sr. Pinheiro Chagas.

«O rajah de Ceylão, que tinha apenas fóra do seu poder n'essa vastissima ilha o reino de Jafanapatan, deixára o rei de Portugal por herdeiro das suas possessões, exceptuando apenas Kendi e Uvá, que pertenciam a sua mulher. Em 1609 os shingalás rebellaram-se, e em 1612 cairam sobre a fortaleza de Balane, que Manuel Falcão defendia com intrepidez. Governava a ilha Francisco de Menezes, appellidado o Roxo. Este general reuniu as suas tropas, e em marcha rapida correu a Balane, e forçou, derrotando-os, os revoltosos a levantarem o cêrco.

«Accendeu-se de novo a rebellião em 1617, sendo governador da ilha D. Nuno Alvares Pereira, que destroçou Nicapeti, um dos principaes chefes, e ajudado depois por soccorros que lhe vieram de Gôa, dispersou de todo os rebeldes e obrigou-os a pedirem a paz, a troco de acceitarem a soberania portugueza. O rajah de Kandy, que auxiliára e dirigira os revoltosos, foi feito tributario de Portugal.

«Em 1619 governava a ilha Constantino de Sá Noronha, quando o rajah de Jafanapatan excitou os subditos portuguezes a revoltarem-se, e, como Noronha derrotou depois de dois mezes de campanha Madune, chefe dos insurgentes, o rajah de Jafanapatan pôz-se em campo com oito mil homens; porém, destroçado e feito prisioneiro com a mulher e os filhos, por Filippe de Oliveira, perdeu o reino, e Ceylão aplacou-se por algum tempo.

«Vamos vêr agora o continente da India, onde o governo do conde da Vidigueira se fechou em 1600 com a derrota que já mencionámos do pirata Cunhale por André Furtado de Mendonça. Pouco depois d'esta victoria partiu o conde da Vidigueira para o reino, amargurado nas ultimas horas do seu governo pelo insulto com que os indisciplinados se vingaram das refórmas que elle intentára introduzir nos costumes dos portuguezes do Oriente. Ao conde da Vidigueira succedeu Ayres de Saldanha, que deveu o importante cargo de vice-rei á amisade do marquez de Castelho Rodrigo, e não aos seus proprios merecimentos; mas tão feliz foi, que heroes de differentes generos lhe illustraram o vice-reinado, que aliás passaria obscuro, a não o assignalar algum tremendo desastre. Assim teve elle ainda por seu braço direito o intrepido André Furtado de Mendonça, que expulsou os hollandezes d'Amboino, onde procuravam estabelecer-se. Foi durante o seu governo que o padre Goes emprehendeu a celebre viagem através da Azia central, de que já fallámos no volume antecedente; [1] foi então que os portuguezes descobriram a Australia, como se deprehende do mappa apresentado por mr. Richard Major, na sua *Life of the prince Henry;* [2] foi tambem então que um portuguez

[1] «Ora, n'esta época (principios do seculo XVII) ainda se não sabia positivamente se a China, aonde primeiro aportára o navio portuguez de Raphael Perestrello, onde os portuguezes se haviam estabelecido, era ou não o Cathay de Marco Polo, se essa Pekin aonde primeiro fôra o embaixador portuguez Thomé Peres, onde se estabelecera depois o jesuita Matheus Ricci, era o Kanbalik do viajante veneziano. Devorados de tanto ardor pela sciencia como pelo proselytismo christão, os jesuitas quizeram resolver o problema. Uma expedição de missionarios partiu do Indostão, atravessou o Afghanistan, foi-se collocar no caminho que outr'ora tinha sido seguido por Marco Polo e pelos missionarios romanos, continuou depois acompanhando, o mais fielmente que poude, o antigo itinerario. Quando chegaram ao Cathay... não havia que duvidar estavam na China dos portuguezes. Não contente com isso, o padre Goes, que era o unico sobrevivente da expedição, enviou um emissario pelo caminho de Kanbalik; o emissario chegou a Pekin, e voltou trazendo uma resposta enthusiastica de Matheus Ricci. Estava resolvido o problema: o padre Goes podia morrer em paz, e effectivamente succumbiu d'ahi a pouco tempo ás fadigas da viagem.

. . . .

«Este padre Goes é celebre na historia da geographia, não só por ter concorrido para a resolução d'este problema de saber se a China dos portuguezes corresponde ao Cathay de Marco Polo, mas tambem por haver visitado e explorado a Tartaria chineza, paiz ingrato que affugenta os viajantes.» (Pinheiro Chagas, *Hist. de Port.*, tom. 4.º, pag. 227).

[2] Em communicação feita á sociedade dos antiquarios de Londres, posteriormente á publicação da

praticou um d'esses actos de heroismo e abnegação, que illustram para sempre um homem e dão honra á nação a que elle pertence.

«Queremos fallar no caso de Salvador Ribeiro de Sousa.

«A Indo-China, em cuja extremidade meridional nós possuiamos Malaca, estava, então, como ainda hoje, dividida em muitos Estados, entre os quaes avultavam os d'Arakan e do Pegu, que depois, conquistados pelos birmans, se tornaram simples provincias d'esse vasto imperio, o qual actualmente assoberbado pelos inglezes, teve de lhes ceder os magnificos territorios que a conquista lhe annexára, e que a conquista lhe fez perder.

«Muitos aventureiros portuguezes se offereceram aos reis d'esses Estados para combaterem nos seus exercitos, como ainda hoje succede tanto com portuguezes, como com europeus. Entre esses distinguiram-se no principio do seculo XVII Salvador Ribeiro de Sousa e Filippe de Brito Nicote. Era este ultimo filho de paes francezes, mas nascido em Lisboa; Salvador Ribeiro e Sousa natural da provincia d'Entre Douro e Minho. [1] Ambos capitaneavam as tropas do rei d'Arakan. Filippe de Brito Nicote era tão ambicioso quanto era desinteressado o seu companheiro. Concedeu-lhe o rei d'Arakan licença para construir uma casa forte em Siriam e uma alfandega. Nicote partiu logo para a India a offerecer esse estabelecimento, como base de nova conquista para Portugal, deixando em Siriam Salvador Ribeiro. O rei d'Arakan indignou-se com este facto, e logo mandou expulsar os portuguezes por um exercito de quarenta mil soldados e uma esquadra de mil e duzentas vellas. Salvador Ribeiro, com um punhado d'homens, renovou as proesas practicadas um seculo antes por Duarte Pacheco. Repelliu os assaltos, manteve-se heroicamente na fortalesa, e a final n'uma sortida nocturna destroçou os sitiadores e obrigou-os a levantarem o cêrco.

«A fama d'estas proesas espalhou-se na Indo-China e a ponto que os peguanos quizeram para seu rei o homem que as practicára. Esta aventura, que parece inventada por algum auctor de romances de cavallaria, não deve maravilhar-nos, logo que nos lembrar-mos que no seculo passado um outro soldado de fortuna, Alompra, cingiu a corôa do imperio dos birmans. O Oriente é a terra classica dos prodigios imprevistos.

«Salvador Ribeiro acceitou a corôa e foi algum tempo soberano do Pegu. Entretanto Filippe Nicote voltava da India, aonde fôra assoalhar serviços, nomeado capitão-general d'aquella conquista; logo Salvador Ribeiro lhe lançou a corôa aos pés, volvendo tranquillamente á primitiva obscuridade. E emquanto Francisco Nicote, aproveitando o sacrificio do seu companheiro, e attribuindo-se a gloria d'elle, pompeava na Indo-China como governador portuguez d'essas novas conquistas, Salvador Ribeiro voltava a Portugal, pobre, olvidado por todos, e ia morrer, elle, o rei de um d'esses fabulosos e explendidos reinos do Oriente, ao canto da pobre lareira da sua aldêa do Minho, sem que o governo de Filippe III pensasse mais n'esse homem d'outra época, a não ser talvez para o vigiar como perigoso, por dar o exemplo das antigas virtudes aos portuguezes degenerados. O nome de Salvador Ribeiro sôa na nossa historia, como o de Marco Aurelio, por exemplo, na historia de Roma imperial. É elle tambem um romano das primitivas eras, perdido no meio dos corruptos romanos da decadencia.

«Entretanto, Filippe de Brito Nicote, expiava, depois de brilhantes prosperidades, a sua jactancia e ingratidão. Obrigou o rei d'Arakan a assignar com elle um tratado humilhante, casou seu filho Simão Nicote com uma filha do rei de Martaban, e começou a mostrar-se cruel, insolente

Vida do infante D. Henrique, Major desdiz-se d'esta affirmativa. Na versão portugueza da referida obra se encontra, como appendice, a communicação a que alludimos.

[1] Se dermos credito a um livro que, segundo o sr. Figanière (*Bibliographia historica portugueza*, pag. 179), existe na Bibliotheca Nacional, de Lisboa, e na livraria do Archivo Nacional, era Salvador Ribeiro natural de Guimarães. Eis o titulo do livro a que nos referimos: *Breve Discurso en que se cuenta la Conquista del Reyno de Pegu, en la India de Oriente, hecha por los* 603, *siendo Capitan Salvador Ribero de Soza, natural de Guimarães, a quien los naturales de Pegu eligieron por su rei. Dirigida al Excellentissimo Duque de Lerma. Lisboa,* 1617. Fez-se d'este livro uma traducção, que anda nas edições 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª das *Peregrinações de Fernão Mendes Pinto*. (Figanière, loc. cit.)

e soffrego de riquezas como todos os proconsules portuguezes, juntando a isso uma negligencia militar que lhe foi funesta, porque em 1613 o rei d'Uvá surprehendeu a fortaleza e empalou Nicote nas ameias. Ao mesmo tempo o rei de Martaban assassinava o genro, e Portugal perdia essa nova conquista quasi tão depressa como a grangeára.

«Apesar d'ir em plena decadencia a India portugueza, e de estar por instantes o seu desabamento, ainda havia alguns heroes que pareciam trazer a victoria nas prégas das suas bandeiras. Era um d'esses André Furtado de Mendonça, o terror dos hollandezes.

«Estes intrepidos republicanos, persistentes e tenazes como nenhum outro povo, tinham conseguido insinuar-se no Oriente, fazer-nos concorrencia no commercio, tomar um certo numero de feitorias e fortalezas portuguezas na costa d'Africa, e, se não eram ainda os dominadores dos mares, pelo menos rivalisavam comnosco. Porém, quando tentaram introduzir-se na India, e conquistar as nossas fortalezas, numerosos desastres assignalaram a tentativa. Não desanimaram, é certo, e a fortuna, afinal, coroou a sua constancia; mas as derrotas precederam as victorias, e foi André Furtado de Mendonça quem mais asperas lh'as infligiu.

«Governava este heroe Malaca e era vice-rei da India Martim Affonso de Castro, que succedera a Ayres Saldanha, quando a 30 d'abril de 1606 appareceu diante de Malaca uma esquadra hollandeza d'onze navios, com mil e quinhentos homens de desembarque, e commandada pelo almirante hollandez Cornelio Matalief. A fortaleza estava guarnecida apenas por cento e quarenta e cinco portuguezes, porque não se esperava o ataque; mas André Furtado, que já repellira os hollandezes d'Amboino, e que estava costumado a vencer, animou os seus soldados, e ousou fazer sortidas, que foram tão felizes que Metalief preferiu aos assaltos o bloqueio rigoroso. Pois elle tinha vinte e cinco bombardas grossas em bateria, e era alliado de todos os regulos visinhos de Malaca, dos quaes dois, o de Jahor e o de Singapura, o tinham vindo auxiliar com tropas. Mas a intrepidez e a actividade de André de Mendonça parecia que transformava em outros tantos leões os cento e tantos portuguezes da guarnição. Depois de tres mezes de bloqueio Metalief, sabendo que vinha o vice-rei em auxilio da fortaleza, desistiu do emprehendimento, e retirou, deixando esses novos loiros cingirem a fronte do heroico André Furtado de Mendonça.

«Nas Molucas, onde faltava já o braço d'este illustre capitão, que em 1603 as defendera, fomos dois annos depois, em 1605, menos felizes. Sabemos quanto e quão justificadamente nos odiavam os povos d'essas ilhas, que consideravam os hollandezes como libertadores. Gaspar de Mello, governador d'Amboino, tendo de luctar ao mesmo tempo com os navios da Companhia das Indias, e com a animosidade dos indigenas, perdeu a ilha. Tudo caiu logo em seguida. Em Ternate a defeza foi tornada impossivel, pela explosão d'um paiol de polvora, que destruiu as muralhas e fez voar pelos ares os defensores. N'este apuro pediram os portuguezes soccorro ao governador castelhano das ilhas Filippinas, D. Pedro da Cunha, que logo accedeu ao pedido e expulsou os hollandezes. Esse auxilio era interesseiro. Invocando razões antigas, já destruidas pelo convenio feito entre D. João III e Carlos V, D. Pedro da Cunha annexou as Molucas á corôa castelhana, era mais uma prova do desejo estupido, mas geral, que tinham os hespanhoes de nos tratarem como povo conquistado. A união era impossivel, porque os portuguezes persistiam em querer uma autonomia distincta, mas não o era menos por causa do odio figadal que os hespanhoes nos votavam. Não eramos só nós que consideravamos como estrangeiros os nossos visinhos; elles tambem se não costumavam a tratar-nos como irmãos. A incompatibilidade era reciproca.

«Não poderam comtudo os castelhanos das Filippinas defender efficazmente a possessão de que se tinham tão sem-ceremonia assenhoreado. Era em 1615, tiveram de pedir soccorro ao vice-rei da India D. Jeronymo d'Azevedo, que lhe enviou Gonçalo Rodrigues de Sousa com seis galeotas e dois navios mercantes. Este valente portuguez sustentou a honra da nossa bandeira na guerra contra onze náus hollandezas, mas nada mais poude fazer. As Molucas não tardaram a pertencer aos intrepidos republicanos do norte.

«Deixamos, em 1606, Martim Affonso de Castro, governador da India. Por morte d'este succedeu-lhe interinamente o arcebispo de Gôa, D. Aleixo de Menezes. Vinha já no mar, provido com o cargo de vice-rei, o conde da Feira, que morreu antes de chegar á India. Aberta a primeira carta de successão, encontrou-se o nome de André Furtado de Mendonça, e pena foi que fosse apenas provisorio; porque já do reino partira um novo vice-rei, Ruy Lourenço de Tavora, a quem André Furtado entregou o governo. A sua administração foi tristemente assignalada pela apparição de uma nova potencia, que ia encetar a lucta comnosco, a Inglaterra. Já esta, como vimos, começára a commerciar no Oriente, mas só então é que principiou a mostrar tendencias ambiciosas. Nuno da Cunha, em Surrate, pelejou desvantajosamente com quatro náus inglezas; foi mais feliz contra os indios D. Francisco Rolim, capitão de Chaul, que derrotou Abdallah Kariman, que lhe inquietava a fortaleza. Nas luctas com os orientaes continuavamos a ser invenciveis.» [1]

Apesar d'isso, apesar das repetidas victorias com que escarmentavamos a turbulencia dos indigenas, o prestigio do nosso nome ia pouco e pouco amortecendo e quasi se apagava de todo; temiam ainda os povos do Oriente o nosso valor, mas não nos reputavam já invenciveis, desde que n'aquelles mares appareceram as náus de Inglaterra e Hollanda, e que os seus marinheiros mediam forças comnosco, ás vezes com prospera fortuna. Desejosos de vingar antigos aggravos, os reis do Oriente pediam contra nós o auxilio d'esses novos alliados, e se não conseguiram desde logo abater o nosso imperio, conseguiram, ao menos, cavar-lhe a ruina, tornando-a inevitavel e proxima.

O atilado governador D. Jeronymo d'Azevedo, que succedeu a Ruy Lourenço de Tavora, bem previa o resultado d'essas allianças com os nossos implacaveis adversarios, e da confiança que os naturaes depositavam n'elles; resolvendo-se a cortar o mal pela raiz, decidiu desassombrar os mares de tão perigosos rivaes. Para esse effeito mandou D. Manuel d'Azevedo com vinte e dois navios, aos quaes se juntaram as esquadras de Luiz de Brito e de João d'Almeida. Pouco depois uniu-se-lhe o proprio governador com seis galeões, accommettendo com toda esta força quatro náus inglezas, as quaes resistiram tão briosamente, que Jeronymo d'Azevedo, encontrando-as segunda vez, desviou-se d'ellas. Ao mesmo tempo, Diogo de Mendonça Furtado, depois de dispersar no Achem uma frota de quinhentos vazos malaios, era a seu turno batido por oito náus hollandezas.

Estes desastres, pouco importantes pelos prejuizos materiaes que nos causaram, eram-nos, comtudo, muito funestos pelo seu effeito moral; reanimavam-se com elles as esperanças dos orientaes, amedrontados pelas façanhas que, logo no principio do governo de Jeronymo d'Azevedo, fez em Chaul Ruy Freire d'Andrade, e cuja fama havia eccoado por todo o Oriente.

Ao governo de D. Jeronymo d'Azevedo seguiu-se o do conde de Redondo, D. João Coutinho, que durou dois annos (1617-1619). Mais prudente do que o seu antecessor, em vez de commetter emprezas guerreiras, sem os necessarios recursos, e que portanto deveriam sér-nos de graves prejuizos; procurou antes alcançar vantagens por meios pacificos. N'esse intuito, mandou como embaixador ao Mogol o jesuita Manuel Pereira, sollicitando d'aquelle principe que fechasse os portos do seu dominio ás embarcações hollandezas. Não foi attendida a representação, mas conseguiu-se, ao menos, que o Mogol desistisse do intento em que estava de assaltar Diu e Damão, e que désse liberdade a grande numero de barcos mercantes portuguezes, retidos nos portos do seu dominio.

Por fallecimento do conde de Redondo assumiu o governo Fernando d'Albuquerque, fidalgo portuguez domiciliado em Gôa, homem intelligente e honesto, mas já bastante idoso, e portanto mais inclinado aos ocios da paz, do que aos trabalhos e incommodos da guerra. Foi no tempo do seu governo que principiaram as ruinas, mas não por sua culpa. Abbas, shah da Persia, em guerra com o sultão, sollicitára o auxilio das nossas armas, fazendo sentir ao governo de Madrid quanto seria vantajosa a união para combaterem o inimigo commum. A côrte de Castella acceitou a alliança, que effectivamente lhe era

[1] Pinheiro Chagas—*Hist. de Port.*, tom. V, pag. 204 a 206.

vantajosa, mas trahiu todas as suas promessas. Desenganado o shah, recorreu ao auxilio mais efficaz dos inglezes, que, d'accordo com os hollandezes, envidavam todos os esforços para nos expulsar da India, e concluiu com elles a mesma alliança que nos tinha proposto. Avisado o governo da metrópole, e prevendo desde logo os embaraços que d'ali surgiriam, sabendo que os inglezes se esforçavam por nos desapossar de Ormuz, mandou sahir de Lisboa, no primeiro anno do governo de Albuquerque, o intrepido Ruy Freire d'Andrade com dois galeões, tres urcas e mais de seiscentos homens de peleja. Levava instrucções para levantar uma fortaleza na ilha de Queixome, para defeza de Ormuz, devendo ao mesmo tempo vigiar o estreito para vedar aos inglezes o commercio da seda. O governador desapprovou o plano, conhecendo desde logo que os seus resultados nos seriam desastrosos. Cumpriram-se as instrucções que levava Ruy Freire, o qual já em março do anno seguinte se achava no estreito perseguindo os galeões britannicos, que iam aos portos do shah carregar sedas. Ao mesmo tempo levantava-se a fortaleza onde já indicamos, e que era em territorio pertencente áquelle principe. Em tudo isto viu elle, e com razão, um vexame insupportavel, tão lesivo para os seus interesses, como injurioso para o seu poder. Procurando desaffrontar-se, ligou-se com os arabes e os inglezes, e reuniu um formidavel exercito para arrasar a fortaleza de Queixome e conquistar Ormuz. Debalde Ruy Freire renovou as proezas dos antigos heroes; as suas victorias, enfraquecendo-lhe continuamente as forças, apressavam o desastre: por fim teve de succumbir, assoberbado pela superioridade numerica das forças inimigas. A perda de Ormuz, succedida nos principios do reinado seguinte (1623) foi a primeira pedra cahida do edificio, e que o fez desmuronar-se.

Não era a fadiga das armas que nos quebrava as forças; maiores trabalhos haviamos supportado na época das conquistas, e comtudo o nosso poderío dilatava-se de anno para anno. Não nos tinha tambem desamparado o genio militar; a espada de Ruy Freire valia bem a de D. João de Mascarenhas. Mas o desmazelo do governo, a dissolução dos costumes, a indisciplina, os odios e dissenções, quando se tornava indispensavel a concentração de todas as forças, eram elementos de fraqueza que haviam de dar fatalmente a victoria aos adversarios.

LIVRO V

D. Filippe IV de Hespanha

(TERCEIRO DE PORTUGAL)

CAPITULO I

Situação de Hespanha.—O novo rei.—O valido.—Medidas relativas a Portugal e descontentamento que produziram.—Reformas de fazenda.—Exigencias fiscaes.—Colonias: India.—Invadem os hollandezes o Brazil, conquistando a Bahia.—Sensação produzida no reino por esta noticia.—Procedimento da côrte de Madrid.—É recuperada aquella possessão.—Novas exigencias fiscaes.—Projecto do Conde-duque para a unificação dos differentes Estados da monarchia hespanhola.—Naufragio da frota da India.—Representação da casa dos vinte e quatro ao rei.—Exações contra o clero.—Concessões aos christãos-novos.—Descontentamento geral.—Perda de Pernambuco.—Conclusão.

Filippe IV, subindo ao throno em abril de 1821, com 16 annos de idade, recebia uma herança oneradissima de encargos, para desempenhar-se dos quaes era necessaria uma alta capacidade, grande prudencia, e firmeza d'animo. Nem os seus poucos annos, nem a educação que recebeu, nem os exemplos que o cercavam, eram apropriados para lhe crear, ou desenvolver, estas qualidades. E comtudo, a crise era tão grave, eram tantos os erros accumulados em longos annos, que só um esforço energico e perseverante poderia obstar á decadencia eminente.

Depois de Fernando e Isabel a monarchia hespanhola tinha chegado as fastigio da grandeza; era o primeiro Estado da Europa. Mas no momento mesmo em que se engrandecia, é que lavravam mais fundo as causas da sua ruina. Carlos V, empenhando-se em guerras succcessivas, exauria os recursos do Estado: exigindo dos povos continuos sacrificios de dinheiro, e empregando nas armas grande numero de subditos, obstava ao natural desenvolvimento da população e da riqueza. Ao mesmo tempo que despovoava os campos e as officinas, desviava para despezas improductivas boa parte da economia social, impedindo d'este modo a formação dos capitaes. A acção lenta, mas demorada d'esta causa depressora, dava em resultado o empobrecimento; e ao passo que este se fazia sentir, era o thesouro publico forçado a comprometter-se em operações ruinosas, outra causa ainda que empeorava cada vez mais a situação economica.

Filippe II, longe de evitar estes erros, proseguiu n'elles, aggravando-os. Não só em todo o decurso do seu reinado attenuou com emprezas guerreiras as forças do paiz, mas tambem, comprimindo, pela centralisação dos poderes, toda a iniciativa individual, e querendo umas vezes crear por meios artificiaes os recursos que já lhe faltavam, outras vezes prohibindo, por uma falsa politica, o commercio com as nações inimigas, augmentava o preço das subsistencias, bem como o dos objectos necessarios, e ainda os de conforto, diminuindo ao mesmo tempo o trabalho, e por consequencia a remuneração d'elle. D'ahi resultavam repetidas crises alimenticias.

1640.—Os conjurados instando com D. João IV para se pôr á testa da revolução

Offic. Typ. da Empreza Litteraria.

1640.—Os conjurados instando com D. João IV para se pôr á testa da revolução

Baixavam as receitas publicas e subiam as despezas: acudia-se a este desfalque com emprestimos e novos tributos, sendo estas sommas lançadas pela maior parte na voragem das despezas correntes e improductivas.

O herdeiro da sua corôa, que poderia ter sido um excellente clerigo, pois que era muito versado em theologia, e narram-se d'elle singulares virtudes de castidade, entregou completamente o governo nas mãos de validos, menos cuidadosos de fazerem a felicidade do reino, do que a fortuna propria e da sua clientella. O unico acto em que o rei indolente mostrou desusada actividade foi na expulsão dos mouriscos, privando a Hespanha de consideraveis riquezas, produzidas por uma população numerosa, sobria e trabalhadora.

É facil de ajuizar as difficeis circumstancias em que o novo monarcha tomava conta das rédeas do governo, cumprindo ainda notar que ás difficuldades internas se juntavam as complicações da politica exterior, nascidas, principalmente, da hostilidade de Richelieu á casa d'Austria.

Não era destituido de engenho o novo soberano, mas tinha, como seu pae, a mais decidida aversão pelos negocios, sem ter, como elle, inclinação para a vida retirada e um pouco contemplativa; pelo contrario, menos austero de costumes, era sinceramente affeiçoado aos prazeres, e divertia-se por igual com as festas de egreja e os saraus do paço; os autos de fé e as caçadas. Os enfados do governo é que lhe causavam mortaes aborrecimentos, e por isso tratou logo de se desembaraçar d'elles, entregando-os sem reserva a D. Gaspar de Gusmão, conde-duque de Olivares, e que havia sido, por influencia do duque de Uzeda, gentil-homem do principe.

Era dotado o valido de uma intelligencia viva, reunindo a este predicado ainda outros apreciaveis, como eram grande amor pelo trabalho e cuidado na decisão dos negocios, procurando sempre examinal-os elle proprio, sem confiar demasiadamente nas informações alheias. Em opposição a estas qualidades tinha outras que o prejudicavam, e tornaram o seu governo deploravel. Era vingativo, ignorante, infatuado e extraordinariamente ambicioso do poder. Do primeiro d'estes defeitos deu manifestas provas logo no principio do seu governo, pela perseguição implacavel que moveu aos seus antecessores, os duques de Lerma e de Uzeda, e aos partidarios d'elles, enriquecendo os seus affeiçoados com os cargos e rendas que gosavam os perseguidos.

Muitas foram as mudanças que nos altos logares do Estado se fizeram na côrte de Madrid; mas no reino, apenas foi demittido com grande satisfação de todos os portuguezes, o conde de Salinas, sendo nomeados, para o substituir, tres governadores: D. Martinho Affonso Mexia, bispo de Coimbra, D. Diogo da Costa, conde de Basto e D. Nuno Alvares Portugal.

Desejoso de introduzir a ordem na administração, uma das primeiras medidas do conde-duque, com relação a Portugal, foi determinar que se procedesse immediatamente á confirmação geral das mercês dos bens da corôa e ordens, devendo os donatarios apresentar em certo praso, e sob graves penas, os respectivos titulos. É claro que esta ordem desagradou á nobreza, e tanto mais, quanto grande numero das referidas mercês estavam sendo usufruidas indevidamente. No entanto, a determinação era tão justa, que ninguem se attrevia a reagir abertamente contra ella. Tratou-se, pois, de illudir a lei; os fidalgos, com o protexto de não terem em ordem os seus archivos, o que todavia não obstava a que fossem recebendo regularmente as suas rendas, conseguiram prorogação do primeiro praso, á qual se seguiram outras, até que por fim o negocio cahiu em esquecimento. Apesar d'isso, o acto do novo governo denotava que elle não era muito inclinado a condescendencias com uma classe ainda bastante influente, e que vendo-se ferida nos seus interesses, ao mesmo tempo que era tratada com humilhantes desdens, forçosamente excitaria no povo o odio contra o dominio estranho, e aproveitaria, para libertar-se, da opportunidade que se lhe offerecesse. Mal pensava o imprudente ministro, que encetando este rude duello com a nobreza de Portugal, só dezenove annos mais tarde terminaria a lide, ficando elle vencido.

Outra providencia, que havia sido decretada nos ultimos tempos de Filippe III, mas que só teve execução nos principios do reinado seguinte, veio ainda augmentar o numero dos descontentes. A audacia dos piratas barbarescos

augmentava de anno para anno, pondo em sobresalto não só os moradores das ilhas, como tambem as povoações do continente, situadas á beira-mar. Suspeitava-se, e não sem fundamento, que estes assaltos proviessem de avisos occultos, dados pelos escravos mouros e turcos. Prohibiu-se, portanto, a residencia d'estes, não só nos portos de Portugal e Algarve, como tambem em todos os logares que se não achassem affastados vinte leguas da costa. Resultava d'esta prohibição grande prejuizo para os proprietarios dos escravos, pois que a venda forçada para as terras do interior, onde sómente lhes era permittida a residencia, necessariamente havia de reduzir a *mercadoria* a um preço infimo. Fizeram-se reclamações, que foram desattendidas, e a ordem do governo, que era violenta, mas plenamente justificada pela circumstancia que apontamos, foi considerada como uma de intoleravel tyrannia.

Em 20 de maio de 1621 expediu-se uma carta regia mandando proceder á refórma do regimento dos contos, e recommendando-se a maior brevidade aos iucumbidos de reorganisar aquelle ramo de serviço. Foi pouco efficaz a recommendação, porque só passados mais de seis annos (17 de novembro de 1627) é que appareceram a lume os primeiros trabalhos dos reformadores, demorando-se até ao anno seguinte (14 de julho de 1628) o respectivo regimento. Novas reformas, emprehendidas pouco tempo depois (1634, 1637), vieram demonstrar, que o trabalho dos primeiros reformadores não correspondera ao que se esperava.

Ainda com o mesmo intento de fazer entrar em melhor caminho a organisação financeira, determinou o governo, tanto ao vice-rei da India, como aos governadores do Brazil e capitães das conquistas, que os rendimentos da bulla da cruzada, destinados, por lei, para a sustentação dos presidios d'Africa, não fossem desviados para nenhum outro fim. E como n'esse anno os galeões que tinham de partir em março para a India, não poderam seguir viagem por causa dos temporaes, foi ordenado ao bispo inquisidor-mór, D. Fernão Martins de Mascarenhas que o producto dos confiscos, effectuados em virtude de sentenças d'aquelle tribunal, fosse applicado ao armamento dos galeões. Subiu a oitenta mil cruzados a somma adquirida por este meio, e com a qual se occorreu a boa parte da despeza feita com a armada do conde da Vidigueira, nomeado vice-rei pela segunda vez. Agradeceu el-rei ao inquisidor o seu zelo, e recommendou-lhe que proseguisse no santo proposito de extirpar as heresias, excellente meio de revigorar um pouco as desfallecidas forças do thesouro.

A venalidade em todos os ramos de administração, tanto em Castella como em Portugal, era notoria e escandalosa: procurou o governo refrear similhante immoralidade, mas o meio que adoptou, por odioso e iniquo, apenas conseguiu suscitar adversarios n'uma classe poderosa, sem todavia remediar coisa alguma. Ordenou-se que todos os funccionarios sem excepção, a contar do anno de 1622, e no praso de dois mezes, déssem uma relação de todos os bens que possuiam ao tempo da promulgação da lei, e outra dos que gosavam quando tomaram posse dos seus empregos. Os senhores de villas, ou logares, ou jurisdicções, deviam mencionar o seu rendimento, as quantias ou bens com que haviam dotado seus filhos, as joias, pratas, cavallos, tapeçarias, e todos os moveis de que fossem possuidores, sem exceptuar as camas! Punir com severidade os delinquentes, depois de um processo regular, nada mais justo, e decerto bastariam alguns exemplos d'esses para cohibir muitos desmandos. Attendendo aos costumes da época, poder-se-ia ainda ir mais longe, instaurando-se devassa contra os funccionarios que dessem maior escandalo com a torpeza do seu procedimento; mas o meio que se adoptou, além de expôr a vistas de extranhos os segredos domesticos, o que é sempre odioso, infamava, sem distincção, todos os empregados, ainda os mais honestos, abatendo-se, com esta suspeição geral, o prestigio e força moral da auctoridade. Um anno depois de promulgada a lei a que nos referimos foi passada nova carta regia, castigando os desobedientes com a suspensão dos ordenados: é provavel que este rigor obrigasse os que ainda não tinham dado cumprimento á lei a apresentarem as declarações exigidas; mas como seriam ellas, e como se distanciariam da verdade! Seja, porém, como fôr, o certo é que nada se remedeou, continuando a corrupção com o mesmo escandalo. É que o exemplo vinha de cima e o expediente que se adoptou não foi, nem

podia ser, com o intento de castigar os culpados, mas simplesmente de lançar poeira nos olhos do publico.

No mesmo anno em que Filippe IV subiu ao throno expirava o praso da tregua com Hollanda; logo que elle terminou o conde-duque fechou aos commerciantes d'aquelle paiz os portos de Portugal. A immediata consequencia foi tomar largas proporções o trafico do contrabando, com gravissimo prejuizo do commercio licito: o ministro suppoz obstar a este mal estabelecendo visitas fiscaes a todos os navios, de qualquer procedencia, que demandassem os nossos portos. Esta medida, longe de atenuar os máus resultados da primeira, aggravou-os, por que os negociantes estrangeiros procuraram outros paizes onde não estivessem sugeitos a similhante vexame. Diminuiu consideravelmente o nosso commercio, e por conseguinte ficou quasi annullada a receita das alfandegas, ressentindo-se tambem, como era inevitavel, o producto d'outros impostos, em virtude da depressão causada por este facto n'uma das mais abundantes fontes de riqueza publica.

Escasseando os rendimentos, e sendo inadiaveis as despezas, recorreu o ministro de Filippe IV aos confiscos realisados por meio da inquisição, instando com o inquisidor-mór para que apurasse o mais possivel. Já vimos o louvor que este dignitario da egreja mereceu ao rei de Hespanha, pelo zelo com que se desempenhou de outra recommendação similhante; é de presumir que continuasse a esforçar-se por se tornar digno do real agrado; mas apesar dos seus bons desejos, os recursos obtidos por similhante meio não foram bastantes para accudir ás urgencias do governo. Foi exigido, portanto, á camara do Porto, um galeão armado, de trezentas toneladas, para soccorro da India. Pouco tempo depois, eram *convidadas* todas as camaras do reino para que concorressem com um subsidio para a armada d'Africa. Este imposto, colorido com o pretexto hypocrita, mas que a ninguem illudia, de donativo voluntario, causou grande descontentamento, por que os sacrificios continuamente exigidos, longe de corresponderem a um augmento de prosperidade publica, pelo contrario, tornavam-se mais repetidos e avultados á porporção que mais se fazia sentir a decadencia; ora, augmentar os encargos, ao mesmo tempo que diminuiam os recursos, não era de certo o melhor meio pelo qual o governo podia mostrar as suas intenções paternaes, grangeando o affecto dos subditos. Demais, ninguem se illudia com os capciosos pretextos de que lançava mão a côrte de Madrid, para sugar as parcas economias dos contribuintes. Allegava-se sempre a necessidade de manter o dominio das possessões ultramarinas, invejadas por inimigos poderosos, que as assaltavam repetidas vezes, obrigando a despezas extraordinarias e consideraveis. Mas o povo, escarmentado com o celebre tratado de treguas com Hollanda, e vendo a negligencia com que na côrte de Filippe IV eram tratados todos os negocios, relativos aos nossos dominios do ultramar, conhecia perfeitamente que a necessidade de sustentar aquelle dominio, supposto fosse verdadeira, servia de pretexto para exigir sommas, cujo destino se ignorava, sabendo-se apenas que não resultava do seu emprego o menor beneficio para o reino. Apesar de tudo, o senado lisbonense, obedecendo ás ordens terminantes da côrte, hypothecou as suas rendas e vendeu padrões de juros, conseguindo apurar duzentos mil cruzados, para soccorro de Ormuz. De nada valeu este soccorro, nem a bravura heroica de Ruy Freire: a conquista de Affonso Albuquerque cahiu emfim no poder dos inglezes, e quando o novo governador, o conde da Vidigueira, aportou á India, já teve que lamentar esse desastre, o primeiro da longa serie que depois seguiu com pequenos intervallos.

Quasi ao mesmo tempo em que foi sabida em Lisboa a queda d'Ormuz, chegou tambem a noticia da conquista de S. Salvador da Bahia, pelos hollandezes.

Já no capitulo antecedente dissemos como nas provincias Unidas se formára uma nova Companhia, destinada ao commercio d'Africa e da America. Logo que se achava instituida, tratou de organisar a sua primeira expedição contra o Brazil, onde então era governador geral Diogo de Mendonça Furtado. Prevenido pelos avisos da metrópole, que especialmente lhe recommendavam fortificasse os portos da Bahia e do Recife, pois que a elles se dirigiriam os inimigos, tratou logo de lançar uma contribuição aos moradores, para occorrer ás necessarias despezas; e supposto

que não podesse effectuar a cobrança sem opposição, ainda assim reuniu sommas bastantes para artilhar as fortalezas já construidas, que eram S. Filippe e Tagipe, ao norte da cidade da Bahia, S. Antonio, ao sul, podendo, além d'isso, levantar outra nova fortalesa em um ilheo no meio do porto, e á qual deu a denominação de S. Marcello. Ao mesmo tempo chamou ás armas as tropas de ordenança, que acudiram de má vontade, mas que, sempre chegaram a reunirem-se em numero de uns tres mil homens. Não eram superiores as forças do inimigo, as quaes constavam de mil e seiscentos marinheiros, e mil e setecentos homens de desembarque, distribuidos por tres hiates e vinte e tres náus, guarnecidas por quinhentas bocas de fogo.

Se eram iguaes em numero as forças, não pode dizer-se o mesmo pelo que respeita á qualidade: os invasores eram gente collecticia, aventureiros de varias nações, recrutados pela Companhia, pouco obedientes á disciplina, mas aguerridos, pelo habito das armas; os defensores, pelo contrario, eram soldados bisonhos, e a discordia que se dava entre o governador e o bispo D. Marcos Teixeira, homem extremamente ambicioso do poder, não era condição muito favoravel para manter a disciplina.

No dia 8 de maio de 1624 avistaram-se as vellas inimigas, e logo o governador mandou tocar a rebate, distribuindo a gente pelos portos, como julgou mais acertado. N'essa mesma tarde apresentou-se o bispo com uma companhia de padres armados, percorrendo todos os logares já guarnecidos e exhortando os soldados á defesa. Seguindo o exemplo do bispo, grande numero de frades, em que abundava a cidade, apresentaram-se armados, offerecendo-se ao governador para combaterem.

Foi pouco duradouro o bellicoso ardor dos bahianos; na madrugada do dia immediato entrou o inimigo a barra, fóra do alcance da artilheria dos fortes, indo fundear cinco navios defronte da fortaleza de Santo Antonio, e os restantes, entre os quaes era a náu almirante, collocaram-se em linha, defronte da cidade. Disparou a náu almirante uma descarga de polvora secca e lançou ao mar um batel com bandeira de paz. Responderam os fortes com tiros de bala. Os assaltantes romperam então vivo fogo contra o forte do mar, a cidade e alguns navios que estavam proximos da praia e cujas tripulações immediatamente os desampararam, lançando-lhes fogo. Emquanto uns acudiam ao incendio dos navios, o qual poderam extinguir sem grande difficuldade, conseguindo ainda apoderarem-se de uns oito, investiam outros o forte de S. Marcello, do qual se assenhorearam com perda de pouca gente. Quasi ao mesmo tempo desembarcaram junto do pontal de Santo Antonio uns mil e tantos homens, com dúas peças d'artilheria, e depois de haverem tomado o forte ahi situado, dirigiram-se para a cidade, não encontrando no caminho a menor resistencia, apesar de ser bem facil obstar á sua marcha, pelo accidentado do terreno, mesmo com diminuta força. Expediu o governador ao encontro do inimigo uma força de cavallaria, que fugiu ainda antes de avistar os hollandezes, podendo estes, por conseguinte, alojar-se muito commodamente proximo dos muros.

Os moradores, aterrados com a perda dos fortes, o incendio de uns navios e apresamento d'outros, e finalmente pela noticia de se achar o inimigo tão perto da cidade, começaram essa mesma noite a fugir, sem que o governador os podesse conter, e sendo um dos que mais animavam a fuga o bispo D. Marcos, que tendo-se mostrado havia pouco tão intrepido, deixava-se agora arrastar pelo panico, dirigindo-se ao collegio dos jesuitas, induzindo-os a que fugissem com elle, e que levassem tudo o que possuissem de valor. Pararam os fugitivos n'uma quinta dos jesuitas, a meia legua da cidade, e d'ahi proseguiram até ás margens do rio Vermelho, que por levar n'essa occasião muita agua não poude ser vadeado, augmentando o terror dos milhares de pessoas que ali se encontraram, incluindo mulheres e crianças, a idéa desesperada de que não poderiam evitar, pela fuga, a perseguição dos invasores.

Outras eram as preoccupações dos hollandezes, que planeavam assaltar a cidade logo ao romper da manhã. «Tanto que o sol sahiu em 10 de maio, escreve da Bahia para Roma, em 30 de setembro d'esse mesmo anno, o padre Antonio Vieira ao geral dos jesuitas, julgando os hollandezes da muita quietação da cidade estar sem defensores, deliberaram-se a entrar, e en-

tram não sem receio de algumas ciladas; mas a cidade, ou para melhor dizer o deserto, lhes deu entrada franca e segura, indo logo tomar posse das casas reaes, onde estava o governador, desamparado de todos, e acompanhado só de um filho e tres ou quatro homens. Presos estes, e postos a recado no almirante, cobram todos os despojos que tanto a mãos lavadas lhes offereciam liberalmente as casas com as portas abertas, tudo roubam, a nada perdôam, empregam-se no ouro, prata e coisas de mais preço, e despedaçando o mais o deitam pelas ruas, como a quem custára tão pouco.» [1]

A extrema facilidade com que os hollandezes se apoderaram da cidade, que encontraram despovoada, nem por isso fez com que se descuidassem da defeza, a qual trataram logo de reforçar, abrindo fossos, construindo novas baterias, convenientemente artilhadas, e formando um grande lago com a repreza das aguas correntes por meio de um dique, levantado defronte do convento de S. Francisco e defendido por uma bateria. Ao mesmo tempo eram convidados os moradores a regressarem ás suas habitações, promettendo-se-lhes a maior tolerancia, e que seria mantido com inteira justiça o direito de propriedade. Apesar d'estas promessas, foram muito poucos os que se aproveitaram da generosidade do vencedor.

A maior parte dos fugitivos tinham passado das margens do Rio Vermelho á aldeia do Espirito Santo, hoje Abrantes; e sabendo-se ahi da prisão do governador, reuniram-se varios desembargadores com o bispo, decidindo que se deveriam abrir as cedulas da successão. Procedendo-se a esse acto, o primeiro que se encontrou designado foi Mathias d'Albuquerque, capitão-mór de Pernambuco, e o qual foi immediatamente avisado. Mas emquanto elle não chegava deliberou-se que tomasse o commando o desembargador Antão de Mesquita d'Oliveira, com o titulo de capitão-mór, sendo coadjuvado por seis capitães subalternos, que foram logo nomeados. Poucos dias durou o commando de Antão de Mesquita, porque reunidos em Pitanga os vereadores da cidade, suppõe-se que a instigações do ambicioso D. Marcos, depozeram aquelle e elegeram este, dando-lhe por coroneis de toda a milicia de terra Antonio Cardoso de Barros, e Lourenço Cavalcanti d'Albuquerque, ambos naturaes do Brazil.

Investido do governo, o bispo desenvolveu a maior actividade, ordenando que se aproximassem da cidade, pelos dois unicos pontos que ella era accessivel, seiscentos homens escolhidos, formando duas divisões, cada uma das quaes era commandada por um dos referidos coroneis, e dividida em companhias de emboscada, ou guerrilhas, de vinte e cinco a quarenta homens cada uma. Tomou o bispo o commando das restantes forças, que eram ainda mil e tantos soldados, e passando com elles da aldeia do Espirito Santo para junto do Rio Vermelho, ahi assentou arraial, abrindo fossos e trincheiras, e sendo elle o primeiro a dar exemplo nos trabalhos de fachina, occupando-se, como o mais humilde soldado, no serviço de escavação e de carretos.

Entretanto, as companhias que se haviam aproximado da cidade incommodavam constantemente o inimigo, provocando-o a repetidas escaramuças, n'uma das quaes foi morto, pelo capitão Francisco Padilha, o governador da praça, Van Dorth. Pouco depois, ficou tambem estendido no campo, com muitos soldados do seu commando, o coronel Albert Schott, que havia succedido a Van Dorth no governo da praça. Pelo mesmo tempo foi tambem surprehendido, e feito prisioneiro, o commandante do forte de Itapagipe. O bom exito d'estas emprezas animava os nossos a maiores commettimentos, mas o inimigo, amedrontado, não ousava já sahir fóra da praça, limitando-se a reforçar a defeza d'esta, esperando os soccorros que lhe haviam sido promettidos de Hollanda.

Nos principios de setembro chegou ao arraial Francisco Nunes Marinho, com o titulo de capitão-mór, e mandado pelo governador Mathias d'Albuquerque. O bispo D. Marcos entregou-lhe immediatamente o governo, fallecendo d'ahi a um mez, em consequencia do excessivo trabalho a que se entregára em idade tão avançada.

O novo capitão-mór, havendo trazido soccorro de gente e munições, proseguiu com vigor nos ataques parciaes e de surpreza, conseguindo desalojar o inimigo d'algumas posições impor-

[1] Barão de Porto Seguro—*Hist. das luctas com os hollandezes no Brazil*, pag. 20.

tantes, como os fortes de Itapagipe e da barra, Villa Velha e ilha de Itaparica.

Vejamos agora o que se passava no reino.

«A 25 de julho chegou a Lisboa, diz o sr. Pinheiro Chagas, a noticia da tomada da Bahia, e logo a expediram para Madrid os governadores do reino D. Diogo de Castro, conde de Basto, e D. Diogo da Silva, conde de Portalegre. Esta noticia causára profunda sensação no reino, que se indignára principalmente, porque a vergonhosa defeza da Bahia era uma nodoa estampada no valor portuguez, que aliás continuava a brilhar, mesmo contra os hollandezes, com esplendor não desmentido. Ainda pouco tempo antes se haviam recebido duas noticias que o demonstravam.

«A 24 de julho de 1622, o almirante hollandez Cornelius Reijertz, á testa de quinze náus e dois hiates, atacára a cidade de Macau, primeiro bombardeando-a, mas as baterias de terra haviam respondido victoriosamente, e Reijertz desembarcára seiscentos homens que investiram a nossa nascente colonia, mas que foram repellidos em completo desbarato. A esquadra hollandeza, depois de infructiferas tentativas, levantára ferro e desviára-se, deixando cobertos de gloria os intrepidos defensores d'esse ponto, o mais longinquo do globo, onde a bandeira portugueza tremulava e onde ainda hoje felizmente tremula. Tambem por esse mesmo tempo Christovão de Mello repellia os hollandezes da Mina.

«Ufanos pois com a brilhante e feliz defeza de Macau, e da Mina, e pela defeza de Malaca por André Furtado de Mendonça, e pela de Moçambique por Estevão de Athayde, e pela de Queixome contra os persas e inglezes por Freire d'Andrade, que foi tanto ou mais gloriosa, apesar de ser infeliz, indignavamo-nos com o covarde procedimento dos defensores da Bahia. Para satisfazer d'algum modo a opinião publica, Filippe IV ordenou que fosse sugeito a severo exame o comportamento do governador e dos outros officiaes.

«O conde-duque de Olivares era incontestavelmente muito mais activo do que os seus antecessores, e, se muitas vezes levado pelo orgulho e pela intelligencia acanhada, empregava mal a sua actividade, d'esta vez, impressionado pelo golpe cruel que a corôa do amo recebera n'uma das suas possessões mais importantes, e pelo mal que poderia resultar, mesmo para as opulentas colonias americanas da Hespanha, de se arraigarem os hollandezes no Brazil, não se demorou a dar as ordens convenientes, e logo no dia 7 d'agosto participou ao governo de Portugal que a corôa de Hespanha estava resolvida a mandar em soccorro da Bahia uma forte esquadra com tres mil homens de desembarque. Era a primeira vez, depois da união, que a Hespanha mostrava sério interesse por coisas portuguezas, e que se resolvia a auxiliar-nos efficazmente. O reino mostrou-se reconhecido, e o que succedeu então provou que talvez se tivesse realisado a união iberica, apesar de todas as repugnancias, se a Hespanha perseverasse em mostrar a todas as horas a mesma politica amigavel e conciliadora.

«Effectivamente, apesar de Filippe IV declarar que a corôa de Castella tomava á sua conta as despezas da armada, o reino declarou espontaneamente que as queria pagar todas, e os particulares fintaram-se de motu-proprio, concorrendo o duque de Bragança com vinte mil cruzados; o duque de Caminha, marquez de Villa Real, com dezeseis mil e quinhentos; o duque de Villa Hermosa, conde de Ficalho, com dois mil e quatrocentos; o marquez de Castello Rodrigo, com tres mil; com dez mil o arcebispo de Braga, D. Affonso Furtado de Mendonça; D. José de Mello, arcebispo d'Evora, com quatro mil; o de Lisboa, D. Miguel de Castro, com dois mil. Os negociantes deram trinta e quatro mil cruzados, e emfim, sem que do thesouro sahisse a mais diminuta quantia, juntou-se n'um momento um subsidio de duzentos e trinta mil cruzados com o qual se aprompteu, no espaço de tres mezes, uma formosa esquadra de vinte e seis velas, onde embarcaram quatro mil homens, quasi todos voluntarios. A nobreza correra a alistar-se com enthusiasmo, como nos tempos heroicos do cêrco de Mazagão. Foi um momento de louca alegria em que nem se sentiram os ferros do captiveiro; todos alimentaram por um momento a esperança de que podiam os dois paizes viver com igualdade e independencia debaixo do mesmo sceptro, esperança que em breve se desvaneceu, e que não fez senão tornar mais sombrias as trevas dos ultimos annos do captiveiro.

«No dia 22 de novembro de 1624 sahiu de

Lisboa esta luzida armada, composta de dezeseis náus, quatro caravelas, quatro urcas e um navio redondo. Artilhavam-a trezentas e dez peças de artilheria. Era general D. Manuel de Menezes, almirante D. Francisco d'Almeida, mestre de campo Antonio Moniz Barreto. A 19 de dezembro fundeou a esquadra em Cabo Verde, e ali esperou a armada castelhana, que appareceu no dia 6 de fevereiro de 1625. Constava esta de trinta e oito navios, que traziam a bordo sete mil e quinhentos homens. Era almirante D. Juan Fajardo, e general D. Fradique de Toledo, marquez de Valduza, que assumiu o commando geral, e partiu para o Brazil no dia 11 de fevereiro.» [1]

Prosegue o distincto escriptor resumindo os factos succedidos na Bahia, que já narramos, e depois continúa:

«A 3 de dezembro de 1624 chegou novo soccorro de Lisboa. Eram tres caravelas, onde vinha D. Francisco de Moura Rolim, nomeado capitão do Reconcavo. Continuando as tradicções do bispo D. Marcos, D. Francisco bloqueou completamente os hollandezes na Bahia. Dentro da cidade reinava a maior confusão. Willem Schontem, que a governava, pouco estimado, não podia manter a disciplina. Pois a defeza da cidade tinha elementos de successo: as fortificações estavam magnificamente artilhadas, e eram defendidas por dois mil hollandezes e quinhentos negros, estando fundeada no porto uma esquadra de dezoito navios. Demais, chegára havia pouco da Hollanda o hiate *Windhond*, annunciando a partida do soccorro, e logo depois outro hiate, o *Haese*, trazendo a noticia da sahida das esquadras, uma das quaes constava de dezoito náus e sete hiates, guarnecida de quatrocentas e noventa bôcas de fogo e mil trezentos e cincoenta soldados, e commandada pelo almirante Jan Dirkszoonn Lam; a segunda, composta de quatorze náus e oito hiates, artilhada com trezentas e trinta e oito bôcas de fogo, trazia a bordo quinhentos e cincoenta soldados, e era commandada por Boudewin Hendrickszoon, burgo-mestre d'Edam. Estas noticias deviam fazer com que os hollandezes envidassem os maiores esforços para prolongar a defeza.

[1] *Hist. de Port.*, tom. v, pag. 220.

«Mas no dia 29 de março de 1625 chegaram á Bahia as esquadras portugueza e hespanhola, e logo no dia 30 lançaram quatro mil homens em terra. Os hollandezes resolveram-se a concentrar as suas forças na defeza da cidade, e abandonaram os fortes exteriores. Entretanto chegaram soccorros de Pernambuco, do Rio de Janeiro e das outras provincias do Brazil, commandados por Jeronymo d'Albuquerque Maranhão, Salvador Corrêa de Sá, Manuel Dias d'Almeida e Pedro da Silva. D. Fradique logo a investiu por tres pontos principaes, S. Bento, Carmo e monte das Palmeiras. Commandava a artilheria o marquez de Coprani, e a engenheria o sargento-mór, conde de Bagnuolo, Giovani Vicenzo San-Felice. Rompeu logo o fogo e repetidos assaltos simulados pozeram em rebate os defensores.

«Dentro da cidade reinava a anarchia mais completa. Willem Schontem fôra deposto pelos seus subalternos, e substituido por Hans Ernest Kyff. Os sitiadores apertavam cada vez mais o cêrco, e no dia 28 d'abril tomavam de assalto um baluarte. Logo os hollandezes pediram capitulação, e renderam-se entregando a cidade, bandeiras, artilheria, dinheiro, navios, mercadorias e escravos, e obrigando-se a não combaterem contra a Hespanha, emquanto não voltassem á Hollanda.

«No dia 1 de maio partiram os hollandezes para a Europa e D. Fradique tomou posse da Bahia. Tres semanas depois appareceram as esquadras hollandezas de soccorro, que, vendo a cidade perdida, não ousaram investil-a. Uma d'ellas, a de Jan Dirckszoonn Lam, para se vingar desembarcou na Africa occidental, junto do forte de S. Jorge da Mina; mas os pretos alliados dos portuguezes, emboscaram-se, tomaram-n'os de surpreza, e obrigaram-n'os a embarcar, deixando cento e sessenta soldados e sessenta marinheiros mortos, e levando muitos feridos, entre os quaes o proprio almirante.

«A 4 d'agosto partiram para Portugal as duas frotas hespanhola e portugueza. A armada portugueza na altura dos Açores, ainda affugentou tres náus hollandezas. No dia 16 d'outubro entrou em Lisboa. A noticia da restauração da Bahia foi celebrada com muito jubilo, assim como tambem a promptidão com que Filippe IV recom-

pensou os serviços prestados pelos portuguezes n'essa occasião, agraciando logo os filhos de Martim Affonso d'Oliveira, que morrera em combate, e associando-se ao jubilo dos vassallos.

«Mais uma vez se offerecia ensejo de reconciliar um pouco os portuguezes com o sceptro hespanhol, e mais uma vez se tornava pelo contrario profundissimo o abysmo que separava o povo portuguez do rei castelhano. Vendo a promptidão com que o patriotismo, excitado pela noticia da perda da Bahia, reunia um avultado subsidio para as despezas da armada, o conde-duque entendeu que o reino estava mais rico do que parecia e determinou-se a exauril-o completamente de recursos.» [1]

Já em 1624, com o fim de acudir a um dos frequentissimos embaraços em que se achava a fazenda real, havia o ministro recorrido a uma subscripção gratuita, para a qual o nosso paiz contribuiu com um milhão e meio de escudos. Mal se achava arrecadada esta somma, logo se exigiu um novo subsidio de igual quantia, mas com muito maior brevidade na execução. Demorara-se a cobrança da primeira, cêrca de um anno; para a da segunda, passaram-se tão apertadas ordens, que até foram obrigados os conselheiros de fazenda a reunir mesmo nos dias feriados, para poderem mais promptamente remover quaesquer obstaculos.

Os cuidados que torturavam o animo do ministro, por estas continuas urgencias de dinheiro, resultantes de uma pessima administração, e excessivas despezas de uma côrte dissipadora, eram ainda aggravados pelas complicações da politica externa. A Inglaterra e a França, receiosas sempre do dominio da casa d'Austria, alliaram-se com a Hollanda, e não contribuiu pouco essa alliança para estimular as expedições da republica contra a America do Norte. Demais, sabia-se na côrte de Madrid que o rei de Inglaterra, Carlos I, se preparava, não só para apresar os galeões da America, mas ainda para accommetter Cadiz.

A monarchia hespanhola, vasta e opulenta, achava-se comtudo nas mais deploraveis condições, tanto pelo seu regimen economico, como pela sua organisação politica, para resistir a tantos inimigos conjurados com o fim de a enfraquecer. Os extensos dominios coloniaes, de que era possuidora, offereciam-lhe abundantissimos recursos para augmentar a riqueza publica, por meio do desenvolvimento commercial; mas o systema de exploração, consistindo precisamente em comprimir com monopolios o tráfico mercantil, annullava todas as vantagens, succedendo não raras vezes serem as receitas muito inferiores ás despezas, convertendo-se, por consequencia, em onerosissimo encargo o que, com melhor governo, devia ser valioso auxilio. A organisação politica era tambem outra causa de enfraquecimento. Governada por um só monarcha, mas composta por diversos Estados que conservavam ainda recentes as tradicções da sua autonomia, e um certo gráu de independencia, faltava á monarchia hespanhola a unidade indispensavel para constituir uma nação, e por consequencia para que se reunissem todas as forças dispersas afim de sustentarem um interesse commum. Quando qualquer dos Estados soffria directamente uma aggressão tratava de a repellir com os seus proprios esforços, mas ficava indifferente se alguma calamidade flagelava outra parte da monarchia, exactamente como se se tratasse de uma nação estranha.

O conde-duque, que foi um estadista mediocre, mais pela sua crassa ignorancia, do que por falta de intelligencia, viu claramente o mal e procurou-lhe remedio: projectou organisar um exercito permanente de cem mil homens de pé e dez mil de cavallo, com uma armada sufficiente para transportes das forças, defeza da costa e escolta dos navios mercantes. Este exercito, concentrado na Extremadura, devia acudir promptamente a qualquer ponto da monarchia, que fosse atacado. Como a realisação d'este plano dependia d'avultadissima despeza, entabolou o ministro negociações com os diversos Estados, afim de que todos contribuissem com subsidios proporcionaes ás forças de cada um, visto tratar-se da defeza e interesse de todos. Taes resistencias se levantaram, que o valido, sem desistir do seu plano, teve comtudo de o addiar, esperando obter pelo rigor o que não tinha podido alcançar pela persuasão. O reino de Portugal foi o que mais energicamente se recusou a obedecer ás insinuações do omnipotente ministro, e por-

[1] *Hist. de Port.*, tom. v, pag. 221 e 222.

tanto foi tambem sobre elle que mais pesou o resentimento do orgulhoso fidalgo. Não só forçou todo o reino á construcção de dispendiosissimas obras de defeza, mas tambem obrigou especialmente a cidade de Lisboa a enormes sacrificios com a construcção de entrincheiramentos, que nunca chegaram a ser guarnecidos. Achando-se fundeados no porto de Lisboa oito navios, dos quaes só um podia considerar-se apto para navegar, ordenou que sahissem todos para escoltar a frota que vinha das Indias, nomeando para commandante d'esta esquadrilha o bravo marinheiro D. Manuel de Menezes, que debalde representou o perigo a que se arriscavam tantas vidas e fazendas. Não só foram desattendidas as suas sensatas observações, mas ainda se lhe deu para immeadiato Antonio Luiz Barreto, havendo entre os dois notoria desharmonia. Já depois da esquadra sahir a barra, e quando navegava para o sul, recebeu D. Manuel ordem de partir para a Corunha, onde já se achavam ás náus, que elle devia conduzir para Lisboa. O temporal desgarrou os navios, indo o de D. Manuel de Menezes aportar ao Ferrol, o de Antonio Moniz a Vigo e os outros á Corunha.

O governo de Madrid, desconsiderando D. Manuel de Menezes, a quem havia investido do commando, officiava directamente a Antonio Moniz Barreto, o qual, ufano com esta honra, que era uma quebra de disciplina, nenhum caso fazia das ordens do commandante. Planeára este reunir todos os navios no Ferrol, onde facilmente poderia deffender-se de qualquer ataque dos inglezes, e logo que o tempo fosse mais favoravel partir para Lisboa. Communicado o plano aos dois governos, de Madrid e Lisboa, recebeu a approvação d'ambos, sendo Menezes incumbido de o realisar. Para esse fim deu as ordens convenientes a Moniz Barreto, que não fazendo o menor caso d'ellas, mandou levantar ferro e navegar para o sul, levando comsigo os outros navios e as náus da India. D. Manuel, quando soube d'este incrivel acto de indisciplina, logo previu os resultados, mas entendeu, talvez, que era seu dever não desamparar aquelles loucos, aos quaes ainda poderia valer; no entanto antes de partir officiava para Madrid, protestando contra tão tresloucada aventura com estas nobres palavras: «Vou perder-me com os cegos, mas antes quero encontrar a morte no mesmo arrojo do que receber as noticias da desgraça.»

A poucos dias de viagem os navios conduzidos por Antonio Moniz, e as náus da India que o acompanhavam, batidos pela tormenta, perderam o rumo, sem que D. Manuel de Menezes podesse alcançar a esquadra que tentára salvar, e que a tempestade dispersára. Exceptuando o galeão *S. Thiago*, todas as outras embarcações naufragaram; e foi tão completo o desastre, que não só ficou perdida toda a carga, mas ainda poucas vidas se poderam salvar.

As tripulações do navio de D. Manuel de Menezes e do galeão *S. Filippe* foram as unicas que poderam salvar-se; dos restantes, ou se perderam completamente, ou apenas escaparam alguns marinheiros e officiaes.

A noticia de similhante desgraça fez penosissima impressão no reino, já pelo enorme prejuizo de tão consideraveis valores que se anniquillaram, já pelo lucto de que se cobriram innumeras familias, pois que a fidalguia portugueza, ainda enthusiasmada pela expedição da Bahia, logo que foi recebida ordem para se apromptar a frota, correu a alistar-se na classe dos voluntarios.

O valido de Filippe IV, que tinha imprudentemente preparado tamanho desastre, embora, na cegueira do seu despeito, não previsse as proporções que elle poderia tomar, e tomou com effeito, o valido, querendo affastar de si as responsabilidades, pretendeu imputar a culpa a D. Manuel de Menezes! E fazendo o rei cumplice da sua perfidia, aconselhou-o que não recebesse o honrado fidalgo, quando elle se lhe apresentou em Madrid. D. Manuel, profundamente magoado por tamanha injustiça, e ferido no seu nobilissimo orgulho por um insulto de que não podia desafrontar-se, falleceu pouco depois de desgosto. A verdade, porém, era geralmente conhecida, e a doblez do conde-duque ainda mais excitou contra o miseravel a indignação publica.

Com a perda da armada ficou a nossa marinha completamente arruinada, e foi logo exigido um fortissimo subsidio, não só para apromptar outras náus da India, mas tambem para reparar as perdas que soffrera o thesouro, e soccorrer algumas das nossas possessões sériamente ameaçadas. Como é natural, esta exigencia, logo após

de tão considaveis perdas, produziu innumeras queixas e geral descontentamento. O valido julgou então excellente a opportunidade para realisar o seu antigo plano, pois que o reino, quebrantado com tamanho desastre, receberia como beneficio a sua união com Castella.

Em uma memoria apresentada a Filippe IV, com data de 6 de fevereiro de 1627, desenvolvia o Olivares o seu plano, insistindo na vantagem e necessidade da repartição dos subsidios por todos os reinos da monarchia, e promettendo attenuar, com largas economias, os novos e pesados encargos que a defesa commum tornava indispensaveis. A grave enfermidade, de que o rei foi assaltado, fez addiar por algum tempo a realisação d'este projecto; não tardou muito, porém, que, achando-se o soberano já restabelecido, se renovassem as mallogradas tentativas. Portugal, como o Aragão e a Catalunha, recusou-se a tomar sobre si novos encargos. Foram chamadas á côrte as pessoas mais influentes, para que persuadissem os povos das vantagens que adviriam da união das forças: mas tanto fidalgos como ministros, manifestando o sentir geral, declararam que era impossivel exigir quaesquer impostos permanentes sem a convocação das côrtes. Desenganado o ministro de que nada poderia obter pelos meios artificiosos que primeiro tentára, deliberou-se a entrar afoitamente no caminho do absolutismo.

Por carta regia datada de 6 de julho de 1628, o soberano de Castella, depois de ponderar o perigo imminente a que estavam sugeitos os nossos vastos e ricos dominios ultramarinos, da necessidade que havia em lhe acudir com poderosas esquadras e promptos soccorros, por espaço de seis annos successivos, allegando ao mesmo tempo, como desculpa de não fazer a convocação das côrtes, a impossibilidade de sahir de Madrid, onde o retinham os cuidados das guerras de Italia, de Flandres e da Allemanha, ordenava, por ultimo, que para occorrer ás despezas com as colonias fossem hypothecados todos os rendimentos da fazenda real ao pagamento de novos padrões de juro auctorisados. Tratava-se, como se vê, simplesmente de um emprestimo; porém, como o seu producto fosse insufficiente para supprir as despezas extraordinarias dos seis annos, ordenava-se tambem que as sommas necessarias para occorer a esse *déficit* fossem levantadas por meio de um subsidio voluntario, ou emprestimo forçado, ou collecta geral. Todos os alvitres eram igualmente bons, comtanto que se conseguisse arranjar dinheiro. Ainda com esse mesmo intento foram dadas terminantes ordens ao marquez de Castello-Rodrigo, para que a junta denominada do «Desempenho» apertasse com a cobrança das dividas á fazenda já liquidadas.

É de notar, que pouco antes de ser expedida esta carta regia, em 3 de junho de 1628, os eleitos e juizes do officio de tecelão representaram a el-rei sobre o modo menos oppressivo de obter as sommas necessarias para soccorro das colonias. Depois de apontarem a tregua de 1609 como a causa principal de todos os desastres succedidos nas nossas colonias, recordando ao mesmo tempo que esse tratado fôra concluido sem audiencia dos tribunaes e do povo portuguez, e contra o voto do conselho de Portugal em Madrid, os juizes dos tecelões ponderavam ainda que as necessidades da India eram já antigas, e que nem Filippe II, nem seu filho, haviam attendido ás reclamações e avisos dos differentes governadores. Proseguiam lembrando ao soberano que decerto as colonias teriam sido melhor soccorridas, podendo-se, talvez, facilmente repellir os inimigos, se as sommas destinadas á sua manutenção e defeza não fossem desviadas para as guerras de Flandres. Por ultimo, propunha-se o augmento das receitas pela emenda dos abusos, revogando-se as mercês illegaes e supprimindo-se as despezas inuteis. N'este sentido apontavam a revindicação da doação dos selleiros de Serpa e Moura, cujo rendimento annual era avaliado em quinze mil cruzados, de que o thesouro se achava espoliado, visto a doação ser nulla, por ter sido feita a um estrangeiro; portanto, que o seu possuidor deveria ser obrigado a restituir o que ha tantos annos estava recebendo indevidamente. Propunham que as sizas, direitos reaes e padroados d'Alemquer, orçados em quinze mil cruzados de renda, e doados a D. Leonor Pimentel, fossem incorporados, como era de justiça, nos bens da corôa, e que os reguengos de Guimarães, que rendiam outros quinze mil cruzados, além de um conto de réis de juros, fossem tirados ao marquez d'Alemquer. Propunham mais

que fossem applicados ao armamento das esquadras da India os oitenta mil cruzados concedidos em doações, tenças e padrões de juro ao duque de Villa Hermosa. Por ultimo, carregando ainda a mão sobre as mercês illegaes e despezas excessivas, lembravam respeitosamente ao monarcha hespanhol o exemplo do rei portuguez D. Sebastião, que antes de passar á Africa reduzira a despeza da sua meza a vinte cruzados diarios.

O brevissimo resumo que acabamos de fazer d'este importante documento mostra claramente as disposições do espirito publico; não admira, portanto, que as ordens regias, communicadas ás cidades e villas do reino, fossem desobedecidas, não havendo uma só camara que se promptificasse ao pagamento do subsidio exigido.

O conde-duque, resolvido a não ceder, ordenou ao marquez de Castello Rodrigo, a quem já em março d'esse anno havia mandado a Lisboa com poderes amplissimos, podendo assistir com voto ás sessões do governo, e nomear as pessoas que julgasse competentes para o auxiliar, ordenou-lhe, dizemos, e aos governadores do reino, que fizessem cumprir a lei. A João de Frias Salazar, desembargador do paço, membro do conselho de Portugal em Madrid, e a quem o soberano na carta regia de 6 de junho conferia amplos poderes para em seu nome resolver todas as difficuldades, tambem foi recommendada com instancia a fiel execução das reaes determinações.

O secretario de estado Francisco de Lucena foi mandado ao Porto, afim de proceder á destribuição e cobrança do subsidio. As auctoridades da cidade obedeceram, mas a população, entre a qual avultavam principalmente as mulheres, alvorotou-se, e encontrando Lucena no largo de S. Domingos fizeram-lhe o desacato de o correrem á pedrada. O motim acalmou, e quando o dr. Gabriel Pereira de Castro foi áquella cidade abrir devassa, por ordem de Olivares, não consta que apparecessem culpados a quem fosse infligido castigo. Mas se aquelle insignificante motim brevemente se extinguiu, a resistencia pacifica, a simples recusa fundada na absoluta falta de meios, continuou a ponto tal, que dois annos depois, apesar das muitas diligencias empregadas pelo marquez de Castello Rodrigo e João de Frias Salazar, ainda as ordens de Madrid se não achavam cumpridas.

Estas difficuldades insuperaveis exasperavam o ministro, tanto mais quanto de dia a dia apertavam com mais força os apuros da fazenda. Sem renunciar ao seu plano favorito, mas reservando-o para melhor ensejo, o conde-duque lançou mão d'outro expediente que, embora arriscado por ferir uma classe poderosa e influente, tinha ao menos a vantagem de desatar as difficuldades do momento. Foi lançada uma imposição sobre o clero; e de tal modo se estreitou a malha tributaria, que até aos clerigos pobres, que fossem capellães, se lhes impoz a taxa de meio tostão por cada missa! Pretendeu o clero interpor recurso para o pontifice, que era então Urbano VIII, mas o embaixador de Castella teve bastante influencia na côrte de Roma, para que fosse desattendida a supplica. Por ultimo, teve o braço ecclesiastico de fazer uma composição, pela somma de cento e noventa mil cruzados.

Repartida esta quantia, procedeu-se á cobrança com actividade e vigor inexcedivel, e ao mesmo tempo baixou ordem de Madrid para a revindicação das capellas usurpadas, e restricta observancia das leis da desamortisação.

Esta ordem era legal, mas iniqua. Effectivamente haviam-se commettido innumeros abusos, andando desviadas da fazenda publica sommas consideraveis, provenientes do rendimento de propriedades pertencentes á corôa, e retidas, sem titulo legitimo, por corporações ou particulares. Era de justiça que a restituição se fizesse, mas desde que por desleixo se tinham deixado chegar as coisas a tal estado, pedia a equidade, para não causar uma perturbação economica, em virtude dos muitos interesses feridos, que se procedesse com a maior prudencia, dando um largo praso para a restituição, afim de que esta se podesse effectuar lentamente e com menor sacrificio dos interessados. A execução immediata era violenta. Alguns dos bens de que se trata estavam em mãos de particulares, a maior parte, porém, era possuida pelos conventos, cabidos, estabelecimentos de piedade e de beneficencia. Muitos conventos pobres, tendo de pagar a finta, resultante do accordo a que acima nos referimos, sendo privados ao mesmo tempo de muitas propriedades que usufruiam, tiveram de

vender as pratas e outras preciosidades para satisfazer ás exigencias do fisco; outros, mais ricos, e que não precisavam de recorrer a esses meios, contrahiam emprestimos, alguns dos quaes não seriam talvez necessarios, mas que tinham por fim impressionar o espirito publico. Mais ainda, em muitos conventos e capellas suspenderam-se os suffragios pelos bemfeitores fallecidos, e as misericordias, irmandades e confrarias diminuiram ou supprimiram as esmolas com que costumavam soccorrer os necessitados. Se attendermos ao espirito devoto da época, e á grande influencia exercida pelo confissionario e o pulpito, facilmente ajuizaremos da sensação que estes factos produziriam, e como recrudesceria o odio contra o dominio estranho.

Apesar de tudo, a côrte de Madrid proseguia inalteravel no seu systema de arruinar o paiz, apertando com as exacções fiscaes, ao mesmo tempo que dissipava quantias avultadas, ou em mercês a cortezãos, ou dando-lhes applicação de que o reino não tirava o menor proveito. Na representação da casa dos vinte e quatro, especialmente dos juizes e eleitos dos tecelões, a que ha pouco nos referimos, notava-se, além do que já expozemos, que em 1627 se fizesse a doação a certa personagem do monopolio do páu-brazil «estando já o reino posto nas necessidades presentes», e accrescentava-se que o producto d'esse monopolio, applicado até então aos logares d'Africa, haviam descido de cem a vinte e cinco mil cruzados, em consequencia das baixas que se tinham dado nos successivos contractos. Notava-se ainda, que depois do naufragio da armada, de que já fizemos menção, a côrte de Madrid se recusára a dar alguma coisa dos tres milhões que devia á corôa de Portugal. Observavam tambem que os rendimentos da bulla da cruzada, destinados para os logares d'Africa, eram applicados, em parte, para o collegio dos jesuitas em Salamanca; e que os direitos das drogas da India e do assucar iam enriquecer, por padrão perpetuo, o convento do Escurial. Estranhava-se, em termos respeitosos, que se tivessem promettido duzentos mil cruzados ao duque d'Aveiro para casar com uma irmã do duque de Maqueda, e que se dessem tres mil cruzados ao capitão-mór das galés, havendo apenas uma galé velha, quando no tempo de el-rei D. Sebastião, em que o numero das galés era de doze e ás vezes quinze, a remuneração do alludido cargo não excedia a terça parte d'aquella quantia. Além d'estas, muitas outras queixas ainda, entre as quaes avultava a das innumeras e valiosas pensões e outras mercês, feitas «contra o jurado e promettido nas côrtes de Thomar e nas ultimas de Lisboa, que dizem expressamente, que se não darão proprios nem bens da corôa a estrangeiros senão aos naturaes d'este reino;» e insistindo n'este ponto affirmavam os signatarios da representação, que «nos livros da fazenda se acharia doação, portaria ou alvará de duzentos mil cruzados, e outros de oitenta e cincoenta mil cruzados.» [1]

A recordação de tantas injustiças e oppressões, e o peso esmagador dos tributos eram motivos mais que sufficientes para que fosse geralmente abominado o governo de Hespanha; mas a essas causas de descontentamento acresceu ainda outra, de maior gravidade talvez, porque feria o fanatismo e os preconceitos da época.

Aproveitando-se do estado precario do thesouro de Castella, os judeus portuguezes offereceram milhão e meio de cruzados, para que a todos os que dentro de certo praso se reconciliassem voluntariamente, accusando os seus erros, fosse concedido indulto, isentando-se-lhes os bens de penhora e sequestro. A proposta foi aceite, e n'esse sentido se passou o competente alvará, datado de 7 d'agosto de 1627. O clero, irritado pelas medidas fiscaes de que tinha sido victima, excitou a plebe, insinuando que era o primeiro passo para serem revogadas as leis de D. João III, do cardeal D. Henrique e de Filippe II e III, em virtude das quaes não podiam os christãos-novos sair do reino, nem alienar os seus bens, sem a respectiva licença. Agitaram-se os

[1] O documento a que nos temos referido acha-se publicado no 3.º vol. do *Archivo Pittoresco* (pag. 147, 159 e 167), onde o distincto academico o sr. Silva Tullio fez conhecidos, sob a epigraphe de *Antiguidades nacionaes*, alem d'este, outros ineditos interessantissimos, para a nossa historia. O titulo da representação é: *Apontamentos das causas originaes que tem lançado a perder este reino e posto a India no estado em que se vê.* «Apontam-se os meios que ha para se retirar dinheiro para soccorro da India, pedido por carta de S. M.»

animos, não só entre o povo, mas ainda entre as classes mais elevadas. Para acalmar a agitação expediu Filippe IV duas cartas regias, suscitando em ambas a observancia das antigas leis, e ordenando em seguida, que no convento de Thomar se reunisse uma junta, composta de varios prelados, e incumbida de investigar as causas da propagação do judaismo, devendo propôr as providencias necessarias para atalhar esse mal. Constituiu-se a junta, pedindo pouco depois que lhe fossem aggregados, como consultores, alguns lentes de Coimbra, ao que el-rei annuiu. Ao cabo de dois annos concluiu a assembléa os seus trabalhos, e partiu para Madrid o arcebispo de Lisboa D. João Manuel, levando as propostas que deveriam ser resolvidas. N'esse meio tempo, porém, os judeus não se tinham esquecido de tratar da sua causa, empregando, provavelmente, o valioso argumento do dinheiro, para vencer os escrupulos do rei catholico; e de tal modo se houveram com a consciencia de sua magestade, que no momento mesmo em que se esperava a resolução das propostas da junta ecclesiastica, foram suspensas as antigas leis! Aproveitou o clero ainda este ensejo para irritar os animos; rebentaram tumultos em differentes pontos do reino, e n'algumas povoações estiveram os christãos-novos em risco de serem assassinados.

Vendo os dois governadores de Portugal, D. Affonso Furtado de Mendonça e o conde de Basto, que o descontentamento publico, excitado por tantos motivos augmentava cada vez mais, lembraram para Madrid a conveniencia de Filippe IV vir a Portugal e convocar as côrtes. O conde-duque respondeu com evasivas; insistiram no pedido, e o ministro deixou de responder. O que menos lhe convinha, e o que, portanto, mais procurava evitar, era justamente a reunião de assembléas em que decerto a sua politica não seria apreciada muito favoravelmente, e em que os aggravos dos portuguezes se patenteariam com desassombro. Não se podia apoiar em nenhum dos braços, pois que em todos elles contava inimigos poderosos, e o que n'aquelle tempo mais preponderava na direcção do espirito publico, que era incontestavelmente o do clero, seria tambem d'esse de quem teria a esperar a mais viva hostilidade.

Poupando a seu amo as fadigas da jornada, apenas lhe dava o ligeiro incommodo de subscrever os diplomas necessarios para lançar novas imposições, taes como a exigencia á cidade do Porto de um galeão devidamente equipado para soccorro da India. Fertil em expedientes de levantar dinheiro, lembrou-se ainda o valido de transplantar para Portugal um monopolio então existente em Castella, o do bagaço da azeitona, depois de moida nos lagares. O estado comprava o bagaço por avença, ou por um preço fixado anteriormente, sugeitava-o a nova moedura, que só de noite podia fazer-se, e os lucros d'essa operação constituiam receita publica. O plano era simples, mas facilmente se comprehende quanto a sua execução seria vexatoria, se attendermos, além d'outras circumstancias, a que se tornavam indispensaveis os varejos, e que o fabricante tinha de ceder, por um certo tempo, as suas officinas aos empregados do fisco.

Emquanto estas coisas succediam no reino chegavam do Brazil as mais desoladoras noticias. O Pernambuco cahira em poder dos hollandezes.

«A companhia das Indias occidentaes, diz o sr. Pinheiro Chagas, apesar de ter perdido a Bahia pouco tempo depois de a conquistar, continuára preparando expedições para o Brazil, que tinham sido para ella proveitosas e para nós prejudiciaes. Um dos mais denodados officiaes de marinha que estavam ao serviço da companhia era o almirante Piet Heyn. Á frente de uma esquadra de nove náus e de cinco hiates, artilhada com trezentos e doze canhões, appareceu elle em frente da Bahia, no dia 1 de maio de 1627. Forçou a entrada da barra, com tres náus, foi ousadamente metter-se entre trinta navios mercantes fundeados na enseada e os fortes da cidade, e, depois de tres horas de bombardeamento, abordou os navios, cujas tripulações fugiram a nado, apoderou-se d'elles obtendo um rico despojo d'algodão, tabaco, pelles e duas mil e setecentas caixas d'assucar. Sahiu impune. Voltou dois mezes depois, debaixo do fogo das fortalezas, queimou duas embarcações, subiu pelo rio acima, e foi com as chalupas e dois hiates apresar uma náu e uma caravela carregada d'assucar, voltando depois para a Europa com o maior desassombro.

«No anno seguinte foi a Hespanha a victima das expedições hollandezas. A companhia das Indias occidentaes equipou uma esquadra de trinta e tres velas, guarnecida de tres mil e novecentos soldados e marinheiros, artilhou-a com seiscentos e oitenta canhões e deu o cammando a Pieter Pieterszoon Heyn, que levava debaixo das suas ordens Hendrik Cornelizoon Loncq e Joost Van Trappen. Esta esquadra foi esperar, nas aguas de Cuba, os galeões da America hespanhola. A 8 de setembro avistou-os em numero de nove, escoltados por seis navios de guerra, quatro galeões e duas náus que o almirante D. Francisco Buena-Vida commandava. Emquanto esta esquadra, depois de breve combate na bahia de Matanzas, se rendia aos hollandezes, os galeões entregavam-se tambem, quasi sem resistencia. A presa importou em quatorze milhões e oitocentos florins.

«Era espantoso o desenvolvimento e a audacia da marinha hollandeza, e qualquer ministro medianamente acautellado devia envidar todos os esforços para habilitar as colonias a defenderem-se de um ataque imprevisto d'estes emprehendedores corsarios. Olivares ouvindo tranquillamente no seu gabinete a noticia d'estes desastres successivos, e affagando sempre uma utopia predilecta, allegava que a Hollanda, paiz pequeno e de poucos recursos, não poderia sustentar por muito tempo uma guerra tão continuada, que as suas victorias não fariam senão arruinal-a. Não se lembrava elle que victorias que rendem quatro milhões de florins não arruinam, enriquecem.

«Foi a mesma altiva indolencia, que elle mostrou quando soube que a companhia das Indias occidentaes preparava uma nova expedição contra o Brazil, e que era dirigida agora contra Pernambuco. Em vez de se precaver sériamente, não fez mais do que apressar a partida de Mathias d'Albuquerque, governador da capitania e que estava então na Europa, mas a quem deu apenas tres caravelas.

«A 11 d'outubro de 1629 chegou Mathias de Albuquerque a Olinda e tratou de aproveitar o pouco tempo que tinha para fortificar a cidade o melhor que podesse. Já o governador do Brazil, Diogo Luiz d'Oliveira, alguma coisa tentára n'este sentido, mas conseguira pouco, porque os indolentes moradores não o tinham ajudado.

«Tinha então Olinda dois mil habitantes, e em tão pequena povoação havia comtudo quatro conventos de frades e um de freiras, encerrando este ultimo cento e vinte religiosas! Apesar da religiosidade, attestada por estes monges d'ambos os sexos, arrancados aos deveres da vida social, a devassidão e a avaresa reinavam ali soltas. Quando estes vicios corrompem uma população é raro que ella possa conservar a virilidade que a fortalece. Mathias d'Albuquerque logo viu que pouco podia contar com os habitantes. As fortificações limitavam-se a dois castellos, o de S. Jorge, collocado na extremidade do Recife, aldeia de cento e cincoenta casas, onde estavam os armazens dos pescadores, e o castello do Picão ou de S. Francisco, situado na ponta da restinga, que ao longo da costa corre. Estas duas fortalezas cruzavam os fogos entre si e defendiam a entrada do porto.

«A 7 de fevereiro de 1630 appareceu na altura das costas do Brazil a esquadra hollandeza composta de sessenta e cinco navios, tripulados por tres mil setecentos e oitenta marinheiros, e trazendo a bordo tres mil e quinhentos soldados de desembarque. Era a esquadra commandada por Hendrik Cornelizoon Loncq, levando como subalternos no commando da frota Pieter Adriaenszoon Ita e Joost Van Trappen. As tropas de terra eram commandadas pelo coronel Diederik Van Waerdenburch e tenentes coroneis Alexander Seton, Adolph Vander Elst, Van Steyn Callensfels, e major Foulck Hounckes. Uma epidemia veiu cair sobre a armada, pondo fóra de combate uma grande parte das forças expedicionarias. Apesar d'isso no dia 15 romperam o fogo contra as fortificações, e um destacamento de dezeseis navios foi desembarcar no Páo-Amarello, a duas leguas d'Olinda, o coronel Waerdenburch com dois mil e duzentos soldados e setecentos marinheiros. No dia 16 marcharam para Olinda e encontraram-se no Rio Dôce com Mathias d'Albuquerque á frente de seiscentos e cincoenta portuguezes e indios entrincheirados, que depois de breve combate retiraram em boa ordem. Tencionava o general portuguez inquietar assim a marcha do inimigo, cortando-o nos desfiladeiros com o auxilio da população armada. Mas os per-

nambucanos, tomados de verdadeiro panico, em vez de se defenderem, fugiram para o sertão levando o que tinham de mais precioso. Reduzido, para manobrar, a um punhado de soldados, apesar de ter nos fortes tambem uma diminuta guarnição, Mathias d'Albuquerque procurou ainda defender a cidade alojando-se nos conventos; mas só o dos jesuitas foi vigorosamente defendido por Salvador d'Azevedo: ainda assim teve de se render, quando o inimigo arrombou as portas com o fogo dos canhões. Mathias d'Albuquerque retirou, mas não antes de ter mandado lançar fogo aos armazens do Recife, apesar dos prantos dos mercadores, que viam a sua riqueza perdida. Ao passo que privava de um ambicionado despojo os conquistadores, punia Mathias d'Albuquerque a covardia dos negociantes, que não tinham sabido defender os bens cuja perda lamentavam agora.

«O forte de S. Jorge capitulou no dia 1 de março, depois de ter sido heroicamente defendido por Antonio de Lima, que, tendo apenas primeiro sete homens debaixo das suas ordens, successivamente reforçados por quatorze ou quinze, perto de quinze dias comtudo se conteve no arruinado forte, dando tempo a Mathias d'Albuquerque para concentrar as suas forças, reanimar os fugidos moradores, chamar a si as tropas que seu irmão Antonio d'Albuquerque lhe enviára de Parahyba e assentar finalmente os arraiaes no sitio chamado do Bom Jesus. Esta verdadeira e quasi desconhecida epopéa do forte de S. Jorge encontrou no sr. Mendes Leal um narrador que soube immortalisal-a.

«Rendido o forte de S. Jorge, tomado por capitulação, logo em seguida o forte de S. Francisco. Pernambuco estava completamente hollandez. Vaerdenburch assumiu o commando militar da praça, e organisou-se um conselho de governo, cujos membros, já designados pela companhia na Europa, eram Johan de Brnyne, Philipe Serooskerken e Horatio Calendrini.

«Mas se Pernambuco fôra conquistado tão facilmente como a Bahia, tambem, como na Bahia, lhes estava reservada, ainda que o resultado não tivesse de ser tão feliz, uma guerra de escaramuças que os devia incommodar bastante. Mathias de Albuquerque, reunira mil portuguezes e tres mil indios. A estes ultimos commandava-os o indio Poty, [1] que depois tantos serviços prestou, principalmente na restauração de Pernambuco. Os portuguezes estavam divididos em differentes bandeiras, commandadas por Liuz Barbalho Bezerra, Lourenço Cavalcanti e João Fernandes Vieira. Tinha este apenas então dezesete annos e já se distinguira na defesa do forte de S. Jorge, onde voluntariamente se fôra metter. Distinguira-se pelo ardor patriotico, pela agudesa do engenho, e pela vigilancia incançavel, prenuncios do que havia de ser este heroe do Brazil, restaurador de Pernambuco; Mathias d'Albuquerque, descortinando n'elle estes predicados, nomeou-o capitão dos batedores que de noite e dia haviam de assegurar o campo.

«Como na Bahia as milicias de D. Marcos Teixeira, os soldados de Mathias d'Albuquerque estreitaram por tal fórma os hollandezes em Olinda, que até mantimentos e lenha tinham de receber da esquadra.

«Infelizmente a conclusão foi diversa. Vinte e tantos annos depois é que Pernambuco voltou ao poder dos portuguezes.

«A noticia da perda da cidade chegou a Portugal, qnando se estavam fazendo pomposos festejos para celebrar o casamento do principe real, filho primogenito de Filippe IV. Os governadores aterrados participaram para Madrid o successo, e enviaram logo duas caravelas ao Brazil, mandando preparar outras seis com a maior rapidez. O soccorro que veio de Hespanha, esse foi curioso, limitou-se a uma ordem para se fazerem preces em todo o reino, e uma recommendação ao Santo-Officio para redobrar de severidade afim de merecermos assim a benevolencia do Omnipotente.» [2]

Não podiam os portuguezes esquecer o aggravo de similhante despreso, tanto mais, que, se a côrte de Madrid, restituindo apenas uma parte das sommas que devia á corôa de Portugal, tivesse, em tempo opportuno, mandado ao Brazil uma esquadra, como a que foi reconquistar a Bahia, nunca teriamos soffrido aquelle desastre. Pois não foi por falta d'avisos, que o não fez, mas por que as sommas que iam de Portugal para o collegio dos jesuitas de Salamanca, e para os

[1] Mais conhecido pelo nome de *Camarão*.
[2] *Hist. de Port.* tom. 5.º pag. 231 e 232.

bons frades do Escurial, não podiam ser desviadas de tão devota applicação. E comtudo o plano da expedição hollandeza contra Pernambuco não se fez em segredo; pouco depois de formado, e ainda em principios de execução, foi communicado para Madrid e Lisboa. A demora que ella teve em se organisar dava tempo á Hespanha para se preparar e repelil-a, escarmentando a companhia das Indias occidentaes com o enorme prejuizo que lhe adviria de lhe sair frustrada uma empreza tão dispendiosa. O conde-duque, porem, tendo noticia da aggressão que se preparava, e das forças que para isso se estavam reunindo, limitou-se a mandar partir para Pernambuco com o titulo de «superintendente na guerra e visitador das capitanias do norte,» a Mathias d'Albuquerque, que casualmente se achava em Madrid, recommendando-lhe que passasse por Lisboa, para d'ahi levar os soccorros que lhe tinha mandado aprompiar. Esses irrisorios soccorros eram apenas vinte e sete soldados e algumas munições! [1]

Em quanto D. Filippe e Olivares se lançavam confiadamente nos braços da divina providencia, e mais nos do inquisidor geral, Waerdenburch, officiando aos directores da companhia das Indias occidentaes, dizia-lhes: «É esta uma paragem da qual todo o Brazil se pode conquistar; e espero, ao ver o medo com que está o paiz, que poderei fazer progressos que deem a v.as s.as nome eterno. Porque d'aqui se pode enfrear e guardar o Brazil todo com poucos gastos, arruinar a navegação do inimigo nas costas e attrahir os habitantes a mutua amizade e alliança.» [2]

Alargavam os conquistadores as suas vistas para o futuro e julgavam, talvez, chegado o momento de se apoderarem, para sempre, d'aquelles vastos territorios. Não se realisaram, porém, estas esperanças, porque o monarcha hespanhol, carregando cada vez mais sobre nós a sua mão oppressora, estimulou-nos a reconquistar a liberdade, recuperando ao mesmo tempo, pelo nosso esforço, muitos dos dominios que nos haviam sido arrebatados no tempo do captiveiro.

[1] Barão de Porto Seguro. *Hist. das lutas com os hollandezes no Brazil*, pag. 16 e 17.

[2] Barão de Porto Seguro. Obr. cit. pag. 71.

CAPITULO II

Providencias para a restauração de Pernambuco.—Demitte-se o conde de Basto. —Novos governadores. — Exigencias da côrte de Madrid.—Representação do juiz do povo.—Encargos tributarios e monopolios que oneravam o reino.—Situação economica do paiz.—Reunião d'alguns representantes dos tres Estados.—Demissão do conde de Valle de Reis. —É nomeado governador o arcebispo de Lisboa. —Terceiro governo do conde de Basto.— Progresso das armas hollandezas no Brazil.—Violencias do conde-duque.—Obtem a sua exoneração o conde de Basto e é nomeada regente a duqueza de Mantua.

Quando chegou a Madrid a noticia dos funestos acontecimentos do Brazil, andava toda a côrte muito occupada, e especialmente o primeiro ministro, com o negocio importante dos festejos pelo nascimento do primogenito de Filippe IV. Foi, talvez, por essa razão, que Olivares não encontrou melhor expediente do que entregar o negocio aos cuidados da divina providencia. Mas assim que as luminarias se apagaram e o enthusiasmo das festas arrefeceu, deu-se o primeiro ministro ao incommodo de reflectir um pouco, chegando a imaginar, que a teima dos attrevidos republicanos em se quererem estabelecer na America, poderia ser um pouco ameaçadora para a tranquillidade e segurança dos dominios de que a Hespanha era senhora n'aquella parte do mundo. Deliberou-se, portanto, a tomar energicas medidas contra os invasores, começando por dar nova organisação ao conselho de Portugal em Madrid, que ficou dividido em tres secções, sendo uma d'ellas especialmente destinada aos negocios da India e conquistas, o que contribuia para dar maior actividade nos despachos. Ao mesmo tempo escrevia el-rei ás camaras de Portugal, especialmente á de Lisboa, recommendando a exacta observancia do regimento do real d'agua, e lembrando a necessidade de levantar, por meio de novas imposições, o subsidio annual de um milhão de cruzados, insinuando, pela primeira vez, a idéa da restauração do estanco do sal, que no tempo de S. Sebastião chegára a ser instituido, mas

que em breve terminou, em virtude das muitas reclamações que se levantaram contra elle.

O monarcha hespanhol, recordando-se talvez, do enthusiasmo com que pouco antes o reino havia acudido em defesa da Bahia, pensou que o appello ao patriotismo dos portuguezes teria agora o mesmo acolhimento. Enganava-se. A hostilidade da nação, provocada pelas oppressões de Castella, era tal, que todas as medidas governativas, ainda as de mais reconhecida utilidade, encontravam sempre as maiores resistencias.

O officio de Waerdenburch, de que demos um extracto no final do capitulo antecedente, teve grande publicidade em toda a Europa, e foram decerto os projectos e esperanças do capitão hollandez, que suscitavam no animo do conde-duque sérias aprehensões ácerca da segurança das possessões hespanholas da America. Deu-se pressa em avisar para o Brazil de que brevemente partiria uma armada. Mas como o thesouro de Madrid não estava nas melhores condições de prosperidade, nem tinha sido possivel obter de Portugal o sollicitado subsidio, foram-se demorando os aprestes da expedição, por falta de recursos.

No entanto a companhia hollandeza expedia uma nova frota sob o commando do almirante Adriam Jaonssen Pater, e após ella varios soccorros, chegando a reunir em Pernambuco uma força de tres mil e quinhentos soldados. Aproveitaram-se de parte d'ella para tentar a occupação da ilha de Itamaracá, contentando-se, todavia, em levantar, n'uma restinga proxima da barra, um forte, que denominaram d'Orange. Passaram d'ahi a atacar o porto dos Afogados, d'onde foram repellidos. A esse tempo chegava finalmente á Bahia a esquadra promettida, sob o commando do almirante Oquedo, composta de dezenove embarcações de guerra e conduzindo uns dois mil homens, oitocentos dos quaes tinham ordem de ficar n'aquella cidade, e os restantes, commandados pelo conde de Bagnuolo, deviam partir, mil para Pernambuco, e duzentos para a Parahiba.

Poucos dias depois da chegada de Oquedo, partiu do Recife o almirante Pater, em busca do inimigo. Encontraram-se as duas armadas em 12 de setembro de 1631, travando-se rija peleja, mas ficando por fim indecisa a victoria. Os hollandezes perderam a nau almirante, que se incendiou, e o navio *Provincia de Utrecht*. Dos nossos foi a pique o galeão *S. João Baptista*, e aprisionado o galeão *S. Boaventura*. A capitania hespanhola salvou-se, mas ficou impossibilitada de navegar, podendo, comtudo, o almirante Oquedo fazer desembarcar os soccorros que levava. Por este motivo celebrou-se em Madrid, como um triumpho, este recontro, e ainda hoje no museu naval d'aquella cidade se vê um quadro representando a batalha em que, segundo a legenda escripta pelo pintor, a frota hollandeza ficou vencida e destroçada. Diz-se que Pater, vendo a sua capitania em chammas, se sepultára nas aguas, envolto na bandeira da patria. Affirmam, porém, auctores contemporaneos, que «abandonado perfidamente pelos seus, succumbiu nas ondas, de cansaço.»

Receiosos os hollandezes dos soccorros trazidos por Oquedo, deliberaram abandonar Olinda, o que effectuaram em 24 de novembro, incendiando todas as casas cujos proprietarios se negaram a pagar o resgate arbitrado pelo inimigo. Reunida a guarnição d'Olinda a outras pequenas forças marcharam os hollandezes, sob o commando do tenente-coronel Callenfels, contra Parahiba; quando, porém, chegaram a desembarcar proximo do forte do Cabedello, de que era governador João de Mattos Cardozo, já este se achava preparado para a lucta, havendo recebido pouco antes alguns soccorros dos que trouxera Oquedo. Após alguns combates, em que houve de um e outro lado perdas consideraveis, tiveram, por fim, os hollandezes de desistir da empreza. Estimulado Waerdenburch com este desaire das suas armas, resolveu desaffrontar-se, dirigindo, elle proprio, uma expedição contra o Rio Grande do Norte. Acudiu logo áquelle ponto Mathias d'Albuquerque Maranhão com sufficiente soccorro, e o inimigo nem sequer tentou o desembarque. Regressou Waerdenburch ao Recife, mandando depois algumas tropas contra o Cabo de Santo Agostinho, d'onde foram repellidos com grande perda.

Chegavam estas noticias á metrópole, e supposto que a fortuna não tivesse sido muito desfavoravel ás nossas armas, nem por isso a côrte de Madrid deixava de preoccupar-se com o pe-

rigo das colonias americanas, reconhecendo a urgente necessidade de expulsar d'ellas quanto antes os invasores. Para esse fim determinou-se a mandar logo em seguida á esquadra d'Oquedo uma outra commandada pelo restaurador da Bahia, composta de cincoenta galeões, preparada a expensas d'ambos os reinos, devendo contribuir cada um com vinte e cinco. Exigiu-se da cidade de Lisboa um emprestimo forçado de quinhentos mil cruzados, além do subsidio das camaras, do quinto dos bens da corôa e das tenças. As ordens regias não foram cumpridas tão promptamente como talvez imaginára o leviano ministro: a idéa do emprestimo, sobretudo, encontrou a maior opposição. Olivares, sem esmorecer no proposito, modificou o plano. Creou uma junta composta do conde da Basto, governador do reino, e ao qual foi dada a presidencia; do conde de Castello-Novo, presidente do senado de Lisboa; de Luiz da Silva, vedor da fazenda; de um desembargador do paço e outro da casa da supplicação. Era incumbencia d'esta junta, instituida na capital, e á qual deveriam ficar subordinadas outras, creadas em todas as cidades e villas que fossem cabeça de comarca, era sua incumbencia, dizemos, obter os meios necessarios para aquella expedição, procedendo á cobrança das dividas activas da fazenda, e intendendo sobre a organisação do estanco do sal, que foi então decretado, e um anno depois se fez extensivo a todo o Brazil.

O conde de Basto, prevendo as difficuldades na execução de medidas odiosas, a que elle era contrario, e não querendo assumir responsabilidades que lhe repugnavam, instou, em termos peremptorios, pela sua exoneração de governador do reino, que havia pouco tinha já sollicitado, sem que fosse attendido. D'esta vez, porém, o conde-duque cedeu, incumbindo o governo a D. Antonio d'Athaide, conde de Castro d'Ayre, e a Nuno de Mendonça, conde de Valle de Reis, em quanto não assumia ao poder o infante D. Carlos, irmão de Filippe IV, que fôra designado para governador de Portugal, mas que nunca chegára a tomar posse de similhante logar. Para presidente da junta foi nomeado o conde de Castello-Novo, entrando para vogaes da mesma Thomaz Ilio Calderon, João Pinheiro e Cid d'Almeida.

Aos esforços que a junta empregou para desempenhar-se da incumbencia que recebera corresponderam maiores resistencias, de modo que não foi possivel dar-se execução ao monopolio do sal; entrementes regressava á metrópole D. Antonio de Oquedo, e expondo o recontro que tivera com os inimigos, e o estado da colonia, confirmava a necessidade de mandar para ali os soccorros necessarios para libertarem a terra, e obstar a novas invasões.

Deliberou-se, portanto, Filippe IV mandar com brevidade outra esquadra sob o commando de D. Fradique de Toledo, e assim o communicou ao reino, em carta datada de 1 de dezembro de 1631, determinando que por conta da corôa de Portugal se aprestassem, dentro de um mez, seis galeões da força de dois patachos, com quatrocentos homens e dentro em seis mezes («para S. João», diz a carta) deveria a mesma corôa ter armados vinte galeões de força, além das «quatro náus abastecidas e fortes que no proximo fevereiro deveriam partir para a India.»

Reconhecia o monarcha, e assim o declarava n'aquelle diploma, que nada d'isto se poderia fazer sem dinheiro; mas accrescentava que elle, por sua parte concorreria com quinhentos mil cruzados, que a tanto subia a somma, que, segundo a informação do secretario Diogo Soares, ficava livre dos rendimentos d'este reino, pertencentes á corôa. El-rei, insistia mais de uma vez n'este rasgo da sua generosidade; ora, ainda mesmo acceitando como veridicou as informações do secretario, é de notar, que S. M. apenas dispensava o producto das imposições e outras rendas pagas pelos subditos portuguezes, o que attenuava um pouco a magnanimidade da davida, embora o soberano a pretendesse encarecer, e justificar com ella os novos sacrificios que exigia. Lamentando que ainda se não tivesse realisado o imposto forçado, nem estabelecido o monopolio do sal, determinava que se suspendesse a quarta parte de todas as tenças, rendas da corôa, commendas e mercês redituaes, devendo terminar esta suspensão logo que se achasse estabelecido o monopolio do sal. Além de se crear esta nova fonte de receita (sem que fosse posto de parte o projecto do emprestimo forçado), tratou-se tambem de apurar as já

existentes, promulgando-se novas providencias repressivas do contrabando. Os varejos e aprehensões multiplicavam-se, e tanto os negociantes nacionaes, como os estrangeiros, recebiam frequentemente as visitas pouco estimaveis dos officiaes da fazenda, não sendo raro soffrerem incommodos e injustiças os que se esqueciam de que a generosidade attrahe a benevolencia.

Apesar de tantos rigores, ainda não bastavam todos estes recursos. Creou-se outro imposto, a que hoje chamamos «direitos de mercê», e a que foi então dado o nome de «meia annata», porque consistia a metade do rendimento total dos empregos não ecclesiasticos, e vitalicios, providos pela corôa, tribunaes e principaes auctoridades. Para os empregos temporarios era arbitrada uma quota, segundo a sua lotação. As mercês honorificas foram tambem incluidas no mesmo imposto, do qual ficaram sómente exceptuados os soldos dos marinheiros e praças de pret.

O reino achava-se empobrecido e onerado de impostos; portanto os sacrificios que se lhe exigiam eram na verdade custosissimos, comtudo, o que os tornava intoleraveis, e o que levantava resistencias invenciveis, era a falta de confiança no governo estranho, provocado pelo cynismo com que elle tantas vezes havia faltado ás suas promessas, despresado os fóros e regalias do reino, tratando este como paiz conquistado. Muito maiores encargos do que então se pediam foram mais tarde votados pelas côrtes, para sustentar a luta com a Hespanha; e o povo sugeitou-se: embora lhe custasse a supportar o peso dos tributos, que era superior ás suas forças, e fizesse, por isso, alguns queixumes, comtudo nunca subiram ao throno tão asperas censuras como dirigiu ao governo de Castella a classe popular, representada pela «casa dos vinte e quatro», no documento a que já nos referimos no capitulo antecedente, e ainda n'outros, que temos presentes.

N'uma representação datada de seis d'agosto de 1632, Francisco Velho, juiz do povo, com outros membros d'aquella corporação, queixava-se a Filippe IV das imposições esmagadoras que estavam empobrecendo o paiz, não se esquecendo de demonstrar, por comparações feitas com Castella, como nos achavamos em condições muito mais desfavoraveis. [1]

A totalidade do rendimento dos direitos reaes era pelo juiz do povo computada em 240 contos de réis, sendo:

Alfandegas..................	160:000$000
Foros e pensões de terras reguengas......................	46:000$000
Almadravas do atum no Algarve.	6:000$000
Dizima e outros direitos das minas de ferro e estanho.......	8:000$000

Além d'estes encargos, havia ainda mais trinta e uma imposições, estimadas todas, termo médio, em 890:438$330 réis. Doze d'essas imposições não se acham avaliadas no documento a que alludimos, mas das dezenove restantes faz-se o seguinte calculo.

Sizas......................	398:236$330
Dizima nova sobre o pescado fresco........................	20:000$000
Terças dos concelhos..........	21:000$000
3 % do consulado............	75:000$000
Estanque das saboarias........	13:000$000
Alfandegas dos portos seccos....	40:000$000
» » » molhados, por terra..................	5:000$000
220 réis por cada moio de sal...	30:000$000
720 réis mais por cada moio de sal.	98:000$000
Estanque do solimão..........	6:000$000
Primeiro real d'agua de Lisboa..	16:000$000
Segundo » » » » ..	32:000$000
Estanque da cortiça por sahida..	370$000
Hervagens de campo d'Ourique e Perdigôa..................	2:260$000
Imposição velha dos vinhos em Lisboa, Santarem, Evora, Borba e Villa Viçosa.............	24:560$000
Portagem de caminhos, barcos, etc.	10:000$000

[1] Este apreciavel documento, dado á luz pela primeira vez em 1860 (*Arch. Pitor.* 3.º vol. pag. 342 e 351), cremos que pelo illustre academico o sr. Silva Tullio, tem por titulo: *Rendimento dos direitos reaes, tributos e imposições do reino de Portugal, e conferencia com os de Castella, para S. M. mandar ver na sua presença.*

Terças dos arcebispados de Braga, Evora, Miranda e Elvas......	8:000$000
Commendas novas da ordem de Christo....................	60:000$000
Bulla da Cruzada.............	40:000$000

Nem todos estes encargos, que directa ou indirectamente oneravam o povo, constituiam receita do Estado; muitos d'elles eram usufruidos por particulares. Assim, o producto do estanque das saboarias e do solimão, bem como o da terça das prelazias, andava quasi tudo por mãos dos donatarios; da mesma sorte as almadravas do Algarve, que foram dadas ao conde de Medina; trezentos mil réis ao conde de Villa-Nova, do estanque da cortiça, ficando apenas setenta mil réis para a fazenda real; finalmente a parte da imposição dos vinhos, relativa a Borba e Villa-Viçosa, pertencia ao duque de Bragança.

Havia ainda outros tributos, como o do salayo, que era um pão de cada fornada que os padeiros cozessem, e tanto este como o dos lombellos, que era um lombello de cada porco que se matasse, e um ubere de cada vacca, pertenciam a donatarios. O imposto de 36 réis por fogo, que se pagava aos Alcaides-móres das fortalezas sertanejas; o monopolio da pimenta, em todo o reino; o dos fórnos de pão, assim como das estalagens e estribarias em algumas cidades e villas; um alqueire de trigo por cada fogo que em grande numero de povoações se pagava ás camaras, e de que a terça parte pertencia ao fisco, assim como o terço de todas as coisas de comer e beber que entrassem em Lisboa. Accrescenta-se ainda a tudo isto o imposto esmagador dos dizimos, os immensos tributos foraleiros, as fintas concelhias, auctorisadas pela ordenação, e imagine-se quanto similhante regimen havia de contribuir para depauperar o paiz. Um exemplo: o pescado de Cezimbra, consummido em Lisboa, estava sugeito aos seguintes impostos: 10 por cento de dizima, a qual pertencia ao duque d'Aveiro, como commendador da ordem de S. Thiago; mais 45 por cento para a fazenda real; mais 3 por cento para a fortaleza de Setubal e 1 para a Atalaya; 10 por cento, por sahida, para a ordem de S. Thiago e 20 por cento por entrada, em Lisboa: somma total 89 por cento!

O juiz do povo e seus companheiros fazem da situação economica do reino esta desoladora pintura:

«O solar dos reinos é montes incultos, areaes esteriles, e os valles que o não são, o ficam sendo se lhes falta a monção d'abril e maio, que é a porta onde n'elles entra a fome, que tem librado o seu remedio no trigo de França, Allemanha, Castella, Barberia, Sicilia, a troco do qual saem d'estes reinos 500:000 cruzados, ou quasi, uns annos por outros, que é tributo natural e rigorosissimo, contra estes povos, do qual estão livres os de Castella, e como não ha nos reinos lavrador que lavre em terra propria, por quasi toda ser respectivamente das egrejas, reguengos da corôa, ou foreira de diversos senhorios, e os fóros e pensões d'ella, e imposições e tributos immoderados; e sobre elles haja cada anno um e mais pedidos e fintas, não se remedeia por meio d'elles a necessidade presente, que não seja logo principio d'outra maior, que resulta das terras ficarem por lavrar, por falta de lavradores, ou de serem mal cultivadas, pela do cabedal, porque o certo é que as terras, commummente respondem segundo o trabalho que n'ellas se mette; e assim das grandes pensões, tributos e fintas procede outro genero de tributo, que é o terceiro e mais pernicioso, porque, como sem semente (que é a que se tira por elles) se não pode colher fructo dos campos, e menos das alfandegas em que se pagam os direitos reaes, tanto mais dinheiro vae para fóra dos reinos, ficando elles sem a substancia e forças necessarias á sua conservação.» [1]

O quadro é realmente sombrio mas ninguem o poderá notar de exagerado: no emtanto, apesar da miseria que elle revela, e que era verdadeira, nem porisso deixavam de existir fortunas relativamente avultadas. Se nas portarias dos conventos se agglomeravam os mendigos, esperando a hora da magra tigela de caldo; se a emigração para Hespanha se fazia em grandes turmas, ficando abandonados os campos e desertas as officinas; se os bandos de salteadores infestavam os caminhos, o que tudo revela profunda miseria, nem por isso muitos individuos da classe da nobreza e do alto clero deixavam de gosar consideraveis rendimentos. As rendas ec-

[1] *Arch. Pitor.* 3.º vol. pag. 342.

clesiasticas, incluindo as do clero secular, regular e ordens militares, foram orçadas officialmente, no anno de 1632, em mais de novecentos milhões de cruzados; os arcebispos de Evora, Lisboa e Braga tinham o rendimento annual de vinte mil cruzados; o de Portalegre, que era o bispado menos rendoso, dispunha, ainda assim, de sete mil cruzados, o que n'aquelle tempo era uma quantia apreciavel. O duque de Bragança tinha de renda cento e vinte mil cruzados e o d'Aveiro cincoenta mil ducados; o marquez de Benavente cem mil ducados, o de Castello-Rodrigo trinta mil, o de Villa Real trinta e quatro mil e o de Lemos quarenta mil. O rendimento dos condes de Villa Nova e de Miranda era orçado em vinte mil cruzados cada um, e em dezoito, cada um, o dos condes de Linhares e Monsanto. [1]

Para esta má distribuição da riqueza, em que tanto contrastava a opulencia e a miseria, e que era devida principalmente aos privilegios e á constituição da propriedade, não contribuia tambem pouco o favoritismo real, pelas generosas mercês que fazia ás pessoas da côrte, mais em graça com o soberano, e a algumas das quaes se referiam os da casa dos vinte e quatro. Comtudo, no que elles mais vivamente insistiam era contra a nomeação de novos titulares, que representava sempre novo encargo.

«São estes reinos de Portugal tão limitados, dizia o juiz do povo no documento a que temos alludido, que não chegam a oitenta leguas de comprido, nem quarenta de largo; e em muitas partes tem menos de doze. E a respeito dos de Castella são quasi um ponto, e havendo começado no titulo de um condado, no qual succederam os reis, tem hoje uma baronia, um viscondado, trinta e oito condados, seis marquezados e seis ducados, que é um dos grandes tributos que a fazenda real tem, em razão dos assentamentos que d'ella se lhes pagam em cada um anno, do que a de Castella (onde não ha taes assentamentos) está livre. É este o primeiro e mais intoleravel tributo que os povos teem, de que tambem os de Castella n'esta parte estão livres.»

Já dois annos antes (1628) a mesma corporação se havia queixado a Filippe IV, em linguagem cortez mas energica, de similhante abuso:

«Vossa Magestade tem feito e faz algumas mercês, dizia, e estas continuadas, em notavel prejuizo d'esta corôa, por se lhe não declararem os segredos que n'ella ha, e por ausencia de cem leguas o não vêr ao olho; e são que cria e faz duques, como fez ao marquez de Villa Real, e faz marquezes sem quantidade, cria condes que são muitos, porquanto cada duque leva de assentamento cada anno setecentos mil réis, cada marquez trezentos e vinte e cinco mil réis, cada conde cem mil e tantos réis, e de maio passado a esta parte, á vista das necessidades presentes, tem feito dois; e com o saber o numero de todos (de cincoenta annos até ao presente mais de vinte) se julgará o que levam cada anno e se tira do patrimonio real. Não se aponta isto a Vossa Magestade para que se não façam similhantes titulares (como a nobreza do reino pediu nas côrtes de Thomar, e nas ultimas d'esta cidade, que se não fizessem fidalgos de novo), que era atar as mãos á real magnificencia; mas que, creando-se, não tenham assentamento, senão que se appliquem ao soccorro da India, isto a exemplo dos corregimentos e casamentos antigos da casa real, que os tirou el-rei D. João III, por vêr que se ia consumindo sua fazenda e patrimonio real, servindo-lhe como de sumidouro sem fundo.

«Depois da perda da armada do reino e náus da India, deu Vossa Magestade ao conde de Villa Franca, D. Rodrigo da Camara, fazenda que sobe a trezentos mil cruzados, sem andar com as armas ás costas em Africa, nem ter andado nem adquirido na India, nem nas partes do sul, novas terras para a corôa d'este reino; sendo assim, que ao primeiro conde da Vidigueira, D. Vasco da Gama, por descobrir a India, não se lhe deu por el-rei D. Manuel mais que quatrocentos mil réis de juro, e ainda estes sugeitos á lei mental; que o condado comprou elle ao duque de Bragança, dando-lhe el-rei sómente o titulo.» [1]

Referindo-se a casa dos vinte e quatro ao imposto das meias annatas e ao do repiso do bagaço da azeitona, recentemente estabelecidos,

[1] Vide notas 4.ª e 5.ª do vol. III da *Hist. de Port. nos seculos XVII e XVIII*, de Rebello da Silva.

[1] Vide *Arch. Pit.*, vol. III, pag. 120, artigo intitulado *Antiguidades nacionaes*.

accentuava a circumstancia de haverem sido lançados «sem consentimento dos tres Estados do reino». Allegavam os povos a mesma razão para se subtrahirem aos encargos que lhes exigiam, e as proprias auctoridades, quando eram consultadas de Madrid sobre o melhor meio de fazer aceitar as novas imposições, não encobriam que todos os esforços seriam baldados sem a convocação das côrtes, instando, portanto, com o valido, para que aconselhasse Filippe IV a que viesse celebrar aquelle acto. Vendo-se continuamente embaraçado nos seus projectos, por este obstaculo, pensou o ministro em tornear a difficuldade, fazendo expedir, em 16 de setembro de 1633, uma carta regia para todas as camaras do reino, em que o monarcha hespanhol, depois de insistir na necessidade de arrancar o Pernambuco do poder dos hollandezes, não só por ser uma das principaes capitanias d'aquelle Estado, como tambem porque d'ali poderiam elles estender o seu dominio a outros portos da mesma possessão, ponderava o sensivel abatimento do commercio, que se estava patenteando na grandissima diminuição das rendas das alfandegas, e o qual era devido á occupação do Brazil, á guerra que as nações inimigas nos faziam nos mares e aos perigos a que estava sugeito o Estado da India. Todas estas circumstancias determinavam a necessidade de se apromptarem armadas com poder bastante para desalojar o inimigo do Brazil, conservar a India, restaurar o commercio e readquirir o dominio dos mares. Confessando os pesados encargos tributarios a que este reino se tinha sugeitado para occorrer ás necessidades publicas, lastimando os trabalhos e perdas soffridas pelos seus leaes vassallos, desejando «consolal-os e allivial-os», promettia el-rei contribuir com um milhão, das rendas de Castella, para despeza das armadas. Mas esta somma ainda não chegava, e o soberano insistia nos pedidos feitos; notando, porém, que só queria o emprego dos meios mais suaves, devendo ser adoptado «o que todos abraçassem com a menos molestia que fosse possivel.» Sentindo que a necessidade que tinha a monarchia da sua assistencia na côrte de Madrid lhe não permittisse vir a este reino fazer côrtes, proseguia: «E porque não é possivel esta jornada, por falta que faria ao governo universal dos meus reinos, e a importancia d'esta materia é o que vêdes que convem, para que com toda a brevidade se acuda a atalhar os damnos presentes, e os maiores que se experimentariam ao diante, não se fazendo tão forte opposição, para que os intentos de nossos inimigos não logrem em seu beneficio a nossa maior perdição—pois pelo de cá se obra o que havereis entendido, sem embargo dos accidentes que em tanta parte se offerecem:

«Vos rogo e encarrego que da vossa vos disponhaes e esforceis a me servir, e acudir á conservação e beneficio d'esse reino, como possa fiar de vossa fé e zelo, na occasião mais apertada, e a que com maiores veras e presteza é necessario soccorrer:

«E para isto dareis vossa procuração e poder ás quatro cidades, e villa de Santarem, do primeiro banco; e cada uma d'estas cidades e villa de Santarem elegerá dois procuradores e o ecclesiastico cinco e a nobreza outros cinco—e juntos todos, communicareis o que parecer mais conveniente, para que com mais facilidade se disponha e execute o que é necessario a meu serviço, e se possam prevenir os damnos que resultariam do contrario.» [1]

Realisou-se este ajuntamento na egreja de Santo Antonio, em Lisboa, e segundo um escriptor coévo, logo que foi enunciado o objecto da reunião, tomou a palavra um membro da nobreza, declarando «que se abstinha de dar o seu voto, porque era contra os fóros do reino tratar de similhante materia fóra de côrtes.» Em seguida a esta declaração sahiu, sendo acompanhado pelos outros fidalgos que se achavam presentes. Dissolveu-se, portanto, a assembléa sem ter podido tomar resolução alguma.

Este resultado surprehendeu desagradavelmente a côrte de Madrid, que se resentiu, decidindo-se desde então o conde-duque a entrar francamente no caminho do arbitrio, sem mais dissimulações, nem ambages. Apertando ordem para o alistamento de tropas, procurava ao mesmo tempo obter recursos pecuniarios, activando a cobrança das dividas activas da fazenda e augmentando o real d'agua. Descontente com a fraqueza do conde de Castro d'Ayre, que por fallecimento do conde de Valle de Reis havia as-

[1] Carta Regia de 16 de setembro de 1633.

sumido o governo, demittiu-o, dando-lhe por substituto o arcebispo de Lisboa, D. João Manuel. Tres mezes incompletos durou o governo do prelado, a quem uma doença pertinaz, que terminou com a morte, não lhe consentiu que mesmo n'esse pouco tempo désse aos negocios a attenção que reclamavam.

Voltaram-se novamente as attenções da côrte para o conde de Basto, que no retiro da sua casa d'Evora foi inquietado pelas instancias do conde-duque, para exercer, pela terceira vez, o governo. Negou-se; mas o ministro não desistiu. O conde era venerado dos portuguezes pelo seu nobre caracter e genio conciliador, sobresahindo a todas as suas boas qualidades o amor da justiça. Olivares esperava poder escudar-se com este nome respeitado contra as murmurações, provocadas pela sua politica arbitraria e oppressora, diminuindo d'esse modo as resistencias. Por fim, o conde cedeu; mas logo no principio do seu novo governo se viu embaraçado com duas graves difficuldades. A côrte de Madrid havia chamado a si a nomeação dos empregos mais importantes, ás quaes procedia sem audiencia dos interessados, nem das auctoridades portuguezas. Os tribunaes procuraram atalhar o abuso, embargando as nomeações; e o desembargo do paço representou contra o arbitrio. O conde de Basto reforçou com o seu empenho a representação do tribunal. Esforços baldados. Todas as reclamações foram desattendidas, prevalecendo a injustiça. Outro abuso, a que debalde D. Diogo da Silva tentou obstar, era o desvio de forças promovido pela côrte de Madrid, que attrahia com premios as melhores espadas de Portugal para as empregar na guerra de Flandres. O celebre João Pinto Ribeiro publicou um opusculo, demonstrando os inconvenientes de tal procedimento; a falta de capitães idoneos para o serviço das conquistas, tão carecidas de bons officiaes, para se poderem sustentar contra as repetidas invasões dos inimigos. A linguagem do insigne jurisconsulto era moderada, o que não obstou a que o seu escripto fosse notado de sedicioso pela côrte de Madrid, que estranhou se houvesse consentido na publicação, e recommendou ao desembargo do paço para que fosse mais severo no exame e licença de quaesquer opusculos que tratassem de materia politica.

N'este tempo succedera no Brazil a deserção do Calabar, que tendo sido um dos primeiros pernambucanos a alistar-se contra os hollandezes, fugiu por fim para elles, receioso do castigo, pelos muitos roubos que havia feito. Conhecedor da localidade, das forças dos nossos e de como se achavam distribuidas, prestou ao inimigo relevantes serviços, indicando-lhe os meios de realisar ousados commettimentos e servindo-lhe de guia.

A primeira empreza que os hollandezes tentaram por seu conselho, e de que obtiveram exito feliz, foi a tomada por surpreza da villa de Igaraçú, a qual saquearam e incendiaram, desamparando-a em seguida e acoitando-se no forte de Itamaracá, afim de evitarem o encontro com as tropas que sahiram do arrayal para os combater. Continuaram as correrias dos hollandezes, com não pequeno damno de muitas aldeias e povoações nossas, que elles roubavam e incendiavam. No fim do anno de 1632 chegavam os soccorros pedidos por Waerdenburch, e que a companhia só com grande sacrificio poude mandar, pois que as suas acções haviam já soffrido pela demora e incerteza da conquista, uma quebra de sessenta por cento. Com os soccorros vieram tambem dois emissarios escolhidos pelos proprios directores; Mathias Van Cenlen, d'Amsterdam, e João Gysselingh, de Midelburg. Waerdenburch retirou-se para a Europa. Informados os emissarios de que podiam confiar-se no Calabar, serviram-se do seu prestimo para os guiar n'um ataque contra Rio Formoso, de que era commandante Pedro d'Albuquerque. Foi assaltado o reducto na madrugada de 7 de fevereiro de 1633, e a sua defeza é uma das mais brilhantes paginas da nossa historia n'aquellas paragens. Compunha-se a guarnição apenas de vinte homens, dezenove dos quaes morreram no seu posto. Jeronymo d'Albuquerque, parente do governador, escapou a nado com duas feridas, e Pedro d'Albuquerque, mal ferido, cahiu prisioneiro. Os inimigos, respeitando-lhe o valor, conduziram-o para o Recife, d'onde mais tarde sahiu para as Antilhas, vindo ainda a fallecer no Pará, em 1644.

Desde que o Calabar se passára para o inimigo havia este conseguido vantagens consideraveis: tratou, pois, Mathias d'Albuquerque de chamar novamente a si o terrivel desertor, promettendo-

lhe não só o esquecimento dos seus delictos, mas ainda valiosas recompensas. O Calabar recusou-se, não por suspeitar que o governador faltasse ás suas promessas, mas pelo receio da vindicta de conterraneos seus, a quem tinha feito muitos aggravos.

Proseguiram os hollandezes nas suas emprezas, e depois de haverem tomado o importante posto dos Afogados, onde construiram um forte, que denominaram Principe Guilherme, deram-se pressa em occupar a ilha de Itamaracá, defendida por uma pequena guarnição, que se rendeu. Atacaram em seguida, com boas forças, o Arrayal, d'onde foram rechaçados, vingando-se d'este revez com repetidas correrias, em que fizeram bastantes estragos, embora algumas vezes soffressem tambem consideraveis perdas. Ao mesmo tempo uns seiscentos homens, sob o commando de Lichtardt, e guiados por Calabar, chegavam de noite ao Porto das Pedras, onde apresaram alguns barcos com assucar, incendiando outros, passaram a Camaragil, onde tomaram bastante gado, lançando fogo ao que não poderam colher; seguiram para o Porto dos Francezes, queimando tambem ahi muitos barcos e mais de cem caixas d'assucar, e depois de haverem abrazado a villa de Nossa Senhora da Conceição, hoje cidade das Alagôas, recolheram-se, por fim, ao Recife, com duzentas e cincoenta caixas d'assucar e grande quantidade de páu-brazil.

Confiando na boa sorte das suas armas, resolveram os commissarios mandar contra o Rio Grande uma expedição de quatro companhias de fuzileiros e mosqueteiros, sob o commando do tenente-coronel Byma. Desembarcando no Cabo Negro, investiram o forte dos Reis Magos, cuja guarnição, depois de um vivo ataque, teve de ceder, capitulando com as honras da guerra.

Animados os hollandezes com a facil conquista do Rio Grande, intentaram a occupação de Parahiba, d'onde tiveram de retirar-se, depois d'um combate pouco afortunado na enseada de Lucena. No regresso tentaram desembarcar na praia de Itapóa, proximo do Cabo de Santo Agostinho, em defeza do qual acudiu logo Mathias d'Albuquerque, podendo ainda, embora já com bastante custo, desalojar o inimigo d'algumas posições vantajosas que havia tomado. Sabendo-se no Recife que o governador se havia ausentado do Arrayal, levando comsigo bom numero de tropas, foi aquelle posto assaltado pelos hollandezes, que tiveram de retirar com grandes perdas.

Apesar das vantagens adquiridas, convenceram-se os commissarios de que para avassallarem o territorio dominado pelos portuguezes eram indispensaveis novos e valiosos soccorros; deliberaram, pois, irem pessoalmente expôr aos directores da Companhia a necessidade que ella fizesse ainda um novo sacrificio, de que seguramente colheria grande proveito. Regressaram em breve com o sollicitado reforço, e resolveram intentar novamente a occupação da Parahiba, que já se achava então bem fortificada e guarnecida. Apesar d'isso, não se poude obstar ao desembarque, seguindo-se com pequeno intervallo a capitulação de dois fortes, que eram a principal defeza da capital, d'onde principiaram a desertar muitos moradores, entre os quaes o jesuita Manuel de Moraes, catechisador do celebre Camarão, mas que por ultimo se afeiçoou de tal fórma aos hollandezes, que abraçou a confissão calvinista, casando-se em Amsterdam. Reconhecendo Antonio d'Albuquerque a impossibilidade de prolongar a defeza, retirou-se da cidade, a qual foi immediatamente occupada pelos hollandezes, que para attrahirem os moradores, fizeram com elles uma especie de convenção em que lhes eram concedidos muitos privilegios e regalias.

«As prosperidades das armas hollandezas, diz Rebello da Silva, filhas da errada direcção dada á guerra desde a invasão de Pernambuco pelo gabinete de Madrid, arruinaram o paiz. As perdas em navios e mercadorias tinham sido immensas, e os progressos da Companhia neerlandeza da Azia na India, em Ceylão, na China e nos portos japonezes, dos quaes por fim haviam alcançado excluir inteiramente a nossa bandeira, reduziam o commercio de Portugal, sombra do que fôra vinte annos antes, á ultima extremidade. A pobresa era geral. Todas as classes se queixavam e Olivares, em vez de lhes suavisar a sorte, cada dia carregava a mão mais pesada sobre ellas. Diogo Suarez na secretaria d'Estado de Madrid, e Miguel de Vasconcellos como escrivão da fazenda em Lisboa, passavam por serem os conselheiros das severidades, que o primeiro se ufanava de propôr, e o segundo de executar, grangeando ambos por esta entrada odiosa a

vontade pouco facil do conde-duque. O conde de Basto apressava os soccorros para a restauração de Pernambuco, mas a falta de meios paralysava-lhe o zelo. De todas as conquistas se pediam promptos auxilios, e não havia dinheiro, galeões, nem soldados que mandar. A côrte, fundada n'esta fraqueza, insistia na diligencia de introduzir as novas imposições, e o reino sem confiança no governo, e convencido pelos exemplos recentes da inutilidade dos sacrificios, negava-se a aceitar maior peso que o actual. D. Diogo de Castro entre estas opiniões contrarias interpunha-se como moderador, e occorria ás necessidades urgentes á custa de insano trabalho, conseguindo suster, não sem grande esforço, a execução dos planos do conde-duque, até se retirar do poder pela terceira vez, mais desenganado ainda que das outras duas. Olivares pela altivez, e Diogo Suarez pelo caracter servil, não eram homens que cedessem dos designios ou que esperassem pela occasião. Irritados com a resistencia opposta aos tributos forjados incessantemente pelos alvitristas, tudo lhes ministrava pretextos para baterem moeda. Não podendo collectar o reino nos quinhentos mil cruzados, que o valido arbitrára como subsidio annual e permanente, expediram ordem ao thesoureiro da alfandega de Lisboa para reter a titulo de emprestimo o primeiro quartel dos juros, tenças e salarios assentados n'aquella casa fiscal. O empregado obedeceu. Foi profunda a commoção, e o dr. Balthazar Fialho, chanceller interino da casa da supplicação, procedeu contra o thesoureiro da alfandega.

«O decreto comprehendia na sua generalidade os juros dos conventos e mosteiros, os alimentos dos priores, reitores, vigarios e ministros das egrejas das ordens militares, commendas de Santos e da Encarnação, as dotações do collegio dos orphãos, as do recolhimento das orphãs do Castello, e as das misericordias e hospitaes do reino. A meza da consciencia protestou contra esta iniquidade flagrante. Em vão ponderou, porém, que os rendimentos das religiões, das capellas e das obras pias, como bens ecclesiasticos, já tinham pago a repartição dos duzentos mil cruzados do donativo, e que violental-as mais seria ferir as leis canonicas, e expôr el-rei ás censuras ecclesiasticas; debalde allegou em favor dos ministros da meza mestral das ordens militares a letra expressa dos breves pontificios e o direito natural e divino, para não ficarem privados da sua congrua e necessaria sustentação. Inutilmente advogou a causa dos orphãos e dos conventos das tres ordens, assim como a dos hospitaes, misericordias e mercearias, protegidas por bullas e doações especiaes sempre guardadas; e por ultimo, sem resultado, lembrou á corôa os privilegios dos desembargadores do paço e de todos os ministros dos tribunaes, observando, quanto á suspensão do trimestre de juros, que ella equivalia á quebra de um contrato de compra e venda entre o principe e os vassallos, violando-se a promessa solemne da ultima conversão, e quanto ás consequencias do acto despotico, que a oppressão de tantas pessoas e a ruina de milhares de familias seria o seu castigo. A resposta veiu de Madrid, aspera e terminante. El-rei mandou cumprir as resoluções; deu por justificada a espoliação dos ecclesiasticos com o voto de uma junta de mais de quinhentos ministros hespanhoes de todas as profissões; revogou os privilegios dos tribunaes; e quiz que se estranhasse severamente a Balthazar Fialho o modo porque tinha tratado o thesoureiro da alfandega para de futuro ficar sabendo como deviam ser obedecidas as ordens do soberano.» [1]

Estas violencias, que levantaram grande indignação no publico, acabaram de decidir o conde de Basto a romper com todas as condescendencias e instar pela sua exoneração. D'esta vez o valido, ou porque visse que seriam inuteis quaesquer esforços, ou porque desejasse que fosse occupado aquelle posto por quem se dobrasse mais docilmente á sua vontade, não oppoz grande resistencia, pedindo sómente ao conde se demorasse até que se fizesse nova nomeação, que seria breve. N'este ponto não faltou Olivares á sua palavra.

Achava se desapossada do ducado de Mantua a duqueza Margarida, neta de Filippe II, foi essa a escolhida para vir governar o reino, sendo ao mesmo tempo investido na dignidade de secretario de Estado Miguel de Vasconcellos, que em 1631 tinha sido despachado escrivão da fazenda, a instancias de Diogo Soares, de quem era crea-

[1] *Hist. de Port. nos seculos XVII e XVIII*, tom. 3.º, pag. 420 a 422.

tura, e que fôra quem promovera em Madrid a sua nomeação, para ter junto da regente pessoa de inteira confiança, que servisse de instrumento aos seus designios.

CAPITULO III

Descontentamento produzido pela nomeação de Miguel de Vasconcellos.—Novos impostos.—É creada uma junta para a repartição e cobrança de um subsidio permanente.—Tumultos d'Evora.—Providencias de Madrid para restabelecer a ordem.—Invasão das tropas castelhanas.—Castigo dos sediciosos.—Sae de Lisboa uma armada, sob o commando do conde da Torre, para a reconquista de Pernambuco.—Successos das nossas armas no Brazil.—É destroçada a armada do conde da Torre.—Levas de tropa para Castella e exacções fiscaes.—Conflicto com Roma.—Novo plano de união, desfeita pela derrota da armada de Oquedo.

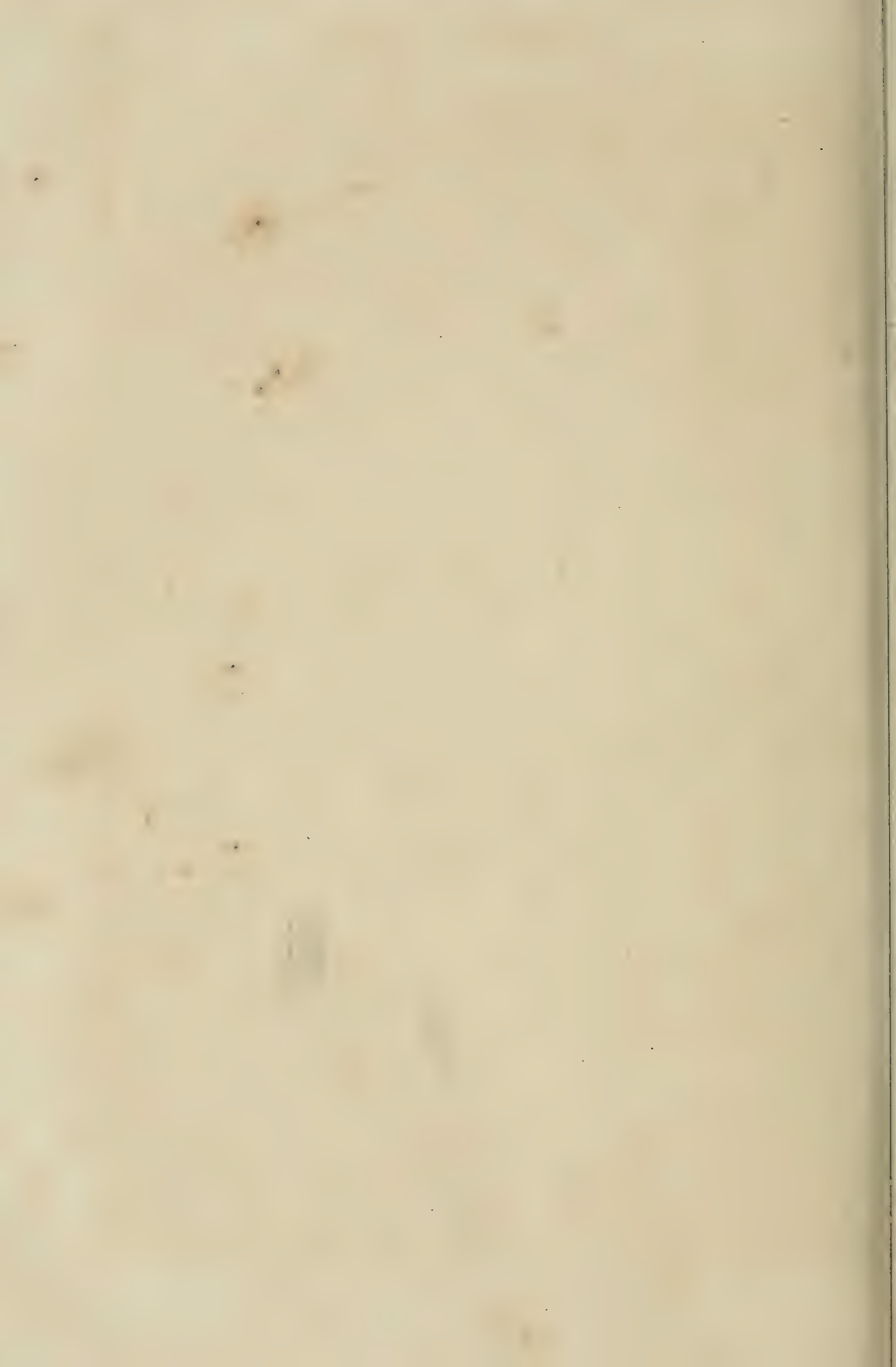
Havia tamanha indisposição em Portugal contra o governo de Madrid, que todos os actos d'este eram sempre recebidos com uma desconfiança visinha da hostilidade. A princesa Margarida, neta de Filippe II era aparentada, por consanguinidade, com a casa d'Austria; comtudo, murmurou-se contra a sua nomeação, por não ser o parentesco em gráu tão proximo, que não offendesse os fóros do reino, e a promessa feita nas côrtes de Thomar. Essa promessa, tantas vezes illudida, mesmo em vida do soberano que a fez, era n'esta occasião mais escandalosamente violada, porque muitos castelhanos do sequito da regente foram admittidos nos tribunaes e outros empregos, que só a portuguezes deviam ser dados, segundo o pacto de Thomar. Como, porém, as auctoridades portuguezas, não favoreciam geralmente as extorções do governo hespanhol, secundando com a sua calculada inacção a força de inercia com que o publico resistia ás medidas adoptadas pelo governo de Madrid, julgou, talvez, o conde-duque, que para ser mais pontualmente obedecido, lhe era indispensavel esta violencia ao sentimento de um povo tão zeloso da sua nacionalidade, e tão irritado pelas intoleraveis oppressões d'um governo estranho.

Todavia, a nomeação que produziu maior descontentamento em todas as classes foi a de Miguel de Vasconcellos e Brito, mal conceituado pelas suas qualidades pessoaes, e odioso pelas recordações da sua ascendencia. Seu pae, o doutor Pedro Barbosa, era um douto jurisconsulto, que não só advogára calorosamente a causa de Filippe II, mas ainda depois da invasão castelhana convertera-se em activo perseguidor dos seus concidadãos, auxiliando com dedicação inexcedivel as vinganças do rei intruso. Excitando a ira popular, pelo seu procedimento, um dia foi-lhe assaltada a habitação pela populaça amotinada, e elle teve de procurar a salvação, fugindo pelos telhados. D'ahi a dias, porém, appareceu morto, varado por uma estocada, sem que nunca se chegasse a descobrir o assassino. E tão execrada ficou a memoria d'este homem, que o filho, votado ao despreso, nunca foi lembrado para algum emprego, se não depois que a protecção de Diogo Soares, de quem era parente, o arrancou á obscuridade, fazendo-o entrar na vida publica, e elevando-o, por fim, a um dos mais altos cargos do Estado.

A estas circumstancias, que tão desfavoravelmente o recommendavam, reunia o novo secretario as qualidades proprias. Dotado de intelligencia perspicaz, assiduidade no trabalho e energia nas decisões, todos estes predicados convertia em mal a baixesa do seu caracter. Descomedido nas palavras, porque era grosseiro de sentimentos, azedara-se-lhe o orgulho com os despresos, tornando-se predominante a paixão da vingança. Collocado em situação de poder satisfazel-a, justificou em breve as aprehensões, que a sua nomeação havia suscitado.

Soberbo com o valimento do seu protector, e dominando pela sua energia o caracter brando e indeciso da regente, exercia de facto o governo supremo, tendo mais em vista o serviço de seus amos, do que o interesse dos seus concidadãos, que odiava. N'esse intuito começou logo por exacerbar o rigor na cobrança dos impostos, redobrando de actividade quando, mezes depois da sua nomeação, foi decretada pelo governo de Madrid a generalisação do real d'agua, e quasi logo em seguida mais vinte e cinco por cento do onerosissimo imposto das sizas. Ao mesmo tempo, o subsidio de quatrocentos mil cruzados,

Offic. Typ. da Empreza Litteraria.

O padre Nicolau da Maia atacando uma das portas dos Paços da Ribeira

para defesa da India, e que devia ser pago por ecclesiasticos e seculares, era elevado de quatrocentos a seiscentos mil cruzados. Julgando-se que era diminuto o rendimento da siza do pescado, e que poderia tornar-se muito mais rendoso, exercendo-se uma fiscalisação mais rigorosa, ordenou-se, para esse fim, o registo dos pescadores. Reagiram os interessados amotinando-se, e com elles a plebe, indo uma grande multidão apedrejar as janellas da casa de D. Fradique de Toledo, detestado pela sua crueldade, resfolgando o odio popular em injurias e ameaças.

Se as outras medidas de que fallamos não produziram igual effeito, é porque apesar da actividade do secretario do Estado, as repartições fiscaes não podiam vencer a reluctancia dos povos, que se queixavam dos muitos tributos já existentes, lamentavam a pobresa do reino, as enormes perdas causadas pelos continuos assaltos dos corsarios e pelas guerras ultramarinas, e allegavam, emfim, que tendo el-rei decretado as novas imposições sem voto das côrtes, não podia obrigar os subditos. Convencendo-se Miguel de Vasconcellos que era impossivel, mesmo á custa de violencias, obter a calculada receita dos novos impostos, por que a má vontade dos contribuintes multiplicaria as fraudes á proporção dos rigores que se empregassem, suggerio a lembrança de voltar ao antigo plano de Olivares, exigindo-se, em vez do real d'agua e augmento das sizas, a somma fixa, e annual de quinhentos mil cruzados, deixando ao reino a escolha na fórma da repartição, e meios da cobrança.

Acceitou D. Gaspar de Gusman o alvitre, e tratou logo de o pôr em execução, nomeando para esse effeito uma junta, independente do governo de Portugal, subordinada immediatamente ao conselho de Madrid e incumbida de se entender com os corregedores de todas as comarcas do reino, sobre o modo porque deveria ser repartida a totalidade da somma, devendo elles combinar com as respectivas camaras a fórma da cobrança.

Esta generosa concessão do ministro nem por isso enterneceu muito os contribuintes, que attendiam, principalmente, ao pesadissimo encargo que se lhes exigia, e que era nada menos do que duplicar, ou quasi, a principal contribuição que então se pagava, a das sizas. Como vimos no capitulo antecedente, nenhuma das contribuições que já existiam, á excepção da que mencionamos, nenhuma outra, nem mesmo a das alfandegas, produzia somma igual á que era exigida pelo despotico ministro. Quando se espalhou a noticia, e foram expedidas ordens aos corregedores para começarem os seus trabalhos, houve em todo o reino uma grande effervescencia. Em Evora foi onde primeiro rebentou a explosão, provocada pelo zelo com que o corregedor André Moraes de Sarmento procurára recommendar-se, pelos seus serviços, á benevolencia da côrte.

«Quando o corregedor communicou á camara as ordens do governo, accrescentando-as com um commentario laudatorio da sua lavra, diz o sr. Pinheiro Chagas, os vereadores, que sabiam a indisposição do povo contra as medidas financeiras, declararam-se inhabilitados para tratarem do assumpto. André de Moraes entendeu que o melhor era dirigir-se aos verdadeiros magistrados populares, e obrigal-os a aceitarem as ordens da côrte. Chamou por conseguinte a sua casa o juiz do povo Sezinando Rodrigues, e o escrivão João Barradas, borracheiro aquelle, e este cuteleiro, e quiz convencel-os da utilidade das novas medidas financeiras. Os tribunos da plebe allegaram a má disposição dos contribuintes, e os vexames de que estavam sendo constantemente victimas. André de Moraes passou dos argumentos ás promessas, e das promessas ás ameaças. Sezinando Rodrigues e João Barradas permaneceram inabalaveis: então o violento corregedor declarou-lhes que não sahiriam com vida. O tom e as maneiras do irrascivel representante do governo oppressor indicavam que a ameaça não era vã. Disse-se mesmo depois que o algoz e os seus ajudantes estavam n'uma sala proxima á espera d'um signal. Sezinando Rodrigues não hesitou, viu uma janella aberta, que deitava para o largo, e gritou para o povo que ali se accumulára inquieto e ameaçador, porque a noticia das negociações do corregedor com a camara primeiro, e agora com os dois magistrados, já correra de um a outro extremo da cidade, gritou que iam ser assassinados por defenderem os seus concidadãos contra o despotismo de Castella.

«Não foi preciso mais; a turba impetuosa rompeu pelas escadas acima, arrombando portas,

levando tudo adiante de si, e enchendo com os seus rugidos de leão desagrilhoado as salas e os corredores. D'ahi a pouco o juiz do povo e o escrivão sahiam levados em triumpho, o corregedor fugia pelos telhados, voavam pela janella livros e moveis que ardiam n'uma fogueira que logo ali se accendera, emfim os sinistros clarões do incendio romperam pelas janellas da casa devastada. O motim, augmentando, como sempre succede, á medida que ia progredindo, *vires àcquirit eundo*, já tomava as proporções d'uma verdadeira sublevação. As justiças tinham fugido, a turba tumultuosa fez o que sempre se faz em taes casos, ainda hoje, saqueou os cartorios publicos, soltou os presos, quebrou tudo nas casas fiscaes.

«Quem ficou deveras surprehendida com este incidente foi a nobresa d'Evora. Viu que o motim se acalmaria como simples assuada, e os fidalgos, posto que já bem adversos ao dominio hespanhol, não ousavam ainda aproveitar o ensejo de se libertarem, porque não viam nada preparado; não tinham chefe, não tinham plano, e esta revolução intempestiva surprehendera-os e apanhára-os de todo desprevenidos. O arcebispo D. João Coutinho, o conde de Basto, que residia em Evora, o marquez de Ferreira, o conde Vimioso, o commendador-mór d'Aviz, D. Francisco de Lencastre e Jorge de Mello, reuniram-se na egreja de Santo Antão, e, percebendo que esta revolta sem consistencia, que não podia fazer mais do que atrahir sobre os evorenses a colera do governo, era uma desgraça para o reino porque ia dar protesto ás violencias d'Olivares, determináram applacal-a com meios brandos. O arcebispo sahiu de cruz alçada, acompanhado de muitos fidalgos, e procurando aquietar os sediciosos. Foi o mesmo que lançar uma gota d'agua n'um incendio, não fez senão ateal-o ainda mais. Os populares desconfiavam dos fidalgos; ainda tinham bem presente o deploravel procedimento d'elles por occasião da invasão de Portugal. Era uma injustiça, porque a fidalguia n'essa época anciava tanto pela independencia da patria como o povo, mas injustiça que só se extinguiu quando os quarenta fidalgos do dia 1 de dezembro, desembainhando as espadas e arrojando para bem longe a bainha, tomaram a iniciativa da insurreição.

«Foi pena comtudo que existissem estas presumpções, porque os evorenses, cegos de cólera, não viam a inutilidade da sua tentativa, e em vez de attenderem aos conselhos da nobresa, injuriaram-a e maltrataram-a. Redobrando o motim ao cahir da noite, os tumultuarios assaltaram as casas dos magistrados e dos vereadores, quebraram os vidros do paço do arcebispo, e, invadindo o palacio do conde de Basto quizeram insultal-o. Mas o velho fidalgo, conscio da integridade de seu animo e dos serviços que prestára á patria em horas tão difficeis, servindo-se do governo que lhe fôra confiado só para defender o seu paiz contra as exigencias dos oppressores, desarmou os populares com a sua respeitavel presença e a serenidade dos seus discursos.

«Entretanto a nobresa continuava a collocar-se como medianeira, ora correspondendo-se com as cabeças da plebe, ora com o governo de Lisboa e Madrid e procurando apasiguar a contenda. Os chefes do motim, como sempre, menos exaltados do que os seus sequazes, e aterrados até certo ponto com a responsabilidade que ia pesar sobre elles, responsabilidade que de modo nenhum incommodava a turba anonyma, quizeram esquivar-se um pouco a essa responsalidade, no caso da insurreição ser reprimida, fazendo aceitar á plebe um engenhoso systema. Em vez de se constituirem os chefes da revolta em conselho do governo, escolheram para chefe nominal um doido, ou antes um *innocente*, muito conhecido em Evora pela antonomasia de Manuelsinho, porque era de alta estatura. Foi em nome d'elle que os chefes dos revoltados promulgaram os seus decretos, foi esse homem, que não tendo imputação, estava ao abrigo das cóleras do governo castelhano, o que assumiu a responsabilidade do motim.

«Assim que tiveram senhora d'Evora a insurreição, pensaram os chefes do movimento em propagarem o incendio, communicando com as outras terras do reino. Pouco faltou para que os acontecimentos não dessem razão aos intrepidos populares, desmentindo as timidas previsões da nobreza. O reino estava mais preparado do que exteriormente parecia para uma sublevação. Havia entre todos os portuguezes uma conjuração tacita contra todos os hespanhoes que fazia com que o primeiro que soltasse o grito de inde-

pendencia encontrasse em todos os pontos do reino éccos inesperados. O Alemtejo todo, menos Elvas e Moura, seguiu logo o exemplo d'Evora; o Algarve tambem declarou que não pagava os tributos; para os lados de Lisboa fizeram igual manifestação Tancos, Santarem e Abrantes; até no Porto houve tumultos, e no Minho, Vianna, mostrou um certo prurido revolucionario. Quem sabe o que aconteceria se o timido duque de Bragança, que foi depois D. João IV, aceitasse no primeiro impeto a corôa que todos logo pensaram em arrojar-lhe aos pés. Villa Viçosa chegou a acclamal-o, mas o duque de Bragança ainda mais fraco do que ambiciôso, tremeu diante do pensamento d'uma insurreição que a nobreza desapprovasse, e achou que não podia com a armadura do mestre d'Aviz. Em logar de aceitar o diadema mandou seu filho D. Theodosio, que tinha então apenas tres annos, sahir á rua, afim de que os populares vissem que elle, como bom pae de familia, não queria arriscar o futuro da sua casa e de seus filhos em emprezas audaciosas. Ao mesmo tempo apressou-se em mandar a Madrid um protesto de fidelidade inabalavel, que lhe foi muito louvado pelo conde-duque.

«Este, entretanto, irritado com a revolta d'Evora, attribuia-a a machinações de clerigos e frades, e fulminava decretos sobre decretos, qual mais severo, contra as ordens religiosas e os prégadores sediciosos. Não se enganava muito o primeiro ministro, e agora podia vêr a imprudencia que commettera, offendendo e pondo contra si os ecclesiasticos. Os jesuitas, sobretudo, eram inimigos figadaes do dominio hespanhol e a sua influencia na universidade d'Evora não seria effectivamente estranha á perseverança dos sublevados. Alem das prédicas, onde mais ou menos transparentemente se fulminava a tyrannia dos hespanhoes, os jesuitas tinham feito, como anteriormente dissemos, do sebastianismo uma arma perigosa; e essa illusão ingenua d'alguns espiritos credulos serviu-lhes a elles para alimentarem as esperanças dos bons patriotas na restauração de Portugal.» [1]

Em 3 de dezembro d'esse anno (1637) expedia Filippe IV, ou antes o valido, uma carta regia á princeza Margarida em que se dizia que no momento de chegarem a Madrid os primeiros avisos do alboroto d'Evora, nenhuma consideração se lhes déra, «porque, escreve el-rei, tumultos populares se vêem cada dia sem nenhum inconveniente.» Parece que a regente e o secretario dissimularam a principio a gravidade da sublevação; e como esta fôra provocada pelas demasias do corregedor, nomeou para aquelle logar Jeronymo Ribeiro, que já havia exercido o cargo na mesma cidade, a contento do povo. O novo magistrado foi bem recebido pelos revoltosos, que todavia não lhe reconheceram a auctoridade. Mandou a regente, como medianeiro, o dominicano fr. Manuel de Macedo, que nada poude conseguir, e indo após elle, para o mesmo fim, o senhor da casa de Bobadella, Francisco Martins Freire, natural d'Evora, e que era ali bemquisto, teve de retirar-se em breve, desenganado que não podia reduzir os sediciosos á obediencia. No emtanto rebentavam tambem tumultos no Algarve, e havia grande agitação no Porto, Santarem e Vianna, tendo-se dado arruidos d'alguma importancia, especialmente no Porto. Á proporção que estas noticias iam chegando a Madrid, a côrte principiava a inquietar-se, e a reconhecer que a sedição não era tão despida de importancia como a principio suppozera. Escrevendo el-rei aos fidalgos d'Evora, agradecia-lhes a sua fidelidade e serviços, mas significava-lhes que estava admirado, de que durando ha tanto tempo aquella inquietação, ainda não a tivessem acalmado, e estranhando-lhes o não lhe haverem dado conta «de quem e quantos eram os cabeças e os mais prejudiciaes que os seguiam.» Confiado o governo de Madrid no respeito que merecia, pelas suas virtudes e illustração, o provincial de S. Domingos, da provincia de Portugal, fr. João de Vasconcellos, filho do regedor da justiça Manuel de Vasconcellos, enviou-o á cidade sublevada, afim de aquietar os animos; os eborenses, porém, desconfiando que as promessas de clemencia, que elle fazia, não fossem confirmadas pela côrte, pois que o ministro, nas cartas que escrevia de Madrid, a nada se compromettia, limitando-se a termos vagos e equivocos, negaram-se á conciliação.

Concebeu o conde-duque o plano de fazer reprimir a sublevação pela nobreza de Portugal, afim de a separar do povo, tornando a suspeita

[1] *Hist. de Port.* tom. 5.º, pag. 240 a 242.

e odiosa a este. Para melhor esconder as suas intenções representou em Madrid uma comedia, reunindo no seu gabinete os fidalgos portuguezes que ali se achavam, e depois de expôr a necessidade de acabar com o estado de inquietação em que se achava o reino, promovido por alguns discolos, deu a palavra ao bispo de Portalegre, que já se achava ensaiado, e que agradecendo á magestade catholica os altos beneficios que havia dispensado a Portugal, ponderou que seria honra d'este reino que só o braço da nobreza subjugasse a sedição, «para que os que ouvissem que se havia levantado uma parte de Portugal, ouvissem juntamente que se havia remediado pelos mesmos portuguezes.» De igual parecer foi o conde de S. João, que fallou em seguida, sem que a mais ninguem fosse permittido expender o seu voto, pois que o ministro, depois de ouvidas as opiniões que lhe convinham, e que esperava, despediu a assembléa com palavras de reconhecimento e cortezia.

Immediatamente escreveu o monarcha á junta da nobreza d'Evora e aos fidalgos do Algarve, ordenando-lhes que levantassem gente para sugeitar os rebeldes. Responderam os fidalgos, allegando a impossibilidade. Ao mesmo tempo o valido, receioso da prolongação de similhante estado, e decidido a escarmentar os sublevados com severo castigo, mandava marchar para a fronteira os terços que se achavam em Guipuscoa, prevenindo no mesmo sentido o capitão-general de Castella-Velha, as auctoridades militares da Extremadura, Galliza e outras terras, dando tambem ordem ao duque de Medina Sidonia e marquez de Valparaizo para que marchassem com a gente de Andaluzia contra o Algarve. Recommendou-se igualmente ao duque de Bragança, que apromptasse a gente que podesse reunir. Prevenidas as coisas d'este modo, foram instados novamente os fidalgos d'Evora, e d'outras terras inquietas, para que reprimissem as sedições, o que poderiam fazer facilmente «tendo as costas seguras, dizia el-rei, na carta que escreveu a sua prima, e a que já nos referimos, com a gente que chegar á raia, porque desejo até ao ultimo ponto, sendo possivel, que não se obre por outra mão o que se houver de executar.»

A nobresa, porém, é que não estava muito resolvida a malquistar-se com o povo, tanto mais que tambem aborrecia e odiava, como elle, a oppressão dos dominadores estrangeiros. No entanto, prevendo já as perseguições e vinganças que seriam exercidas, offereceu-se o arcebispo d'Evora e o seu cabido, o mais opulento do reino, para pagar o excesso dos novos tributos, reputado em tres contos de réis, e o senado offereceu tambem pagar a parte do subsidio que foi lançado á cidade. Feita a proposta ao ministro, respondeu este, que seria indispensavel que as mesmas seguranças se dessem em todas as outras terras, que se haviam revoltado; e que isso não bastava, pois que não era admissivel que os vassallos capitulassem com o rei, como duas potencias iguaes; portanto, que para desaggravar a magestade, não poderia prescindir-se d'um acto solemne de arrependimento e obediencia. Para que este desaggravo se désse, foi mandado a Evora o conde de Linhares, com as competentes instrucções, em virtude das quaes exigia que as auctoridades das terras que se haviam insurreccionado fossem á côrte, vestidas de saco, cingidas com cordas, como réus de morte, e que em audiencia publica impetrassem de joelhos a clemencia do soberano para com os povos delinquentes. João Barradas e Sezinando Rodrigues, as auctoridades populares que deram principio á revolta d'Evora, como decerto os leitores estarão lembrados, sugeitavam-se a estas humilhantes condições; mas quando proseguiam as negociações com outros logares, para o mesmo fim, o povo d'Evora, suppõe-se que instigado occultamente pela nobreza e os jesuitas, oppôz-se formalmente, receiando que a ultima scena de similhante comedia fosse representada n'um patibulo.

Indignou-se o conde de Linhares com as suspeitas dos populares, e a quebra do que já se havia estipulado: ameaçou com o poder de Castella, protestando que em breve seria bem vingada uma tal affronta. Alvoroçou-se a plebe, cercando uma grande multidão ameaçadora a casa do conde, que se viu constrangido a retirar-se para Lisboa, avisando immediatamente a côrte de Madrid do succedido.

Receberam logo ordem as tropas hespanholas para entrarem no reino, passando ao Algarve, como já anteriormente se achava determinado, o marquez de Valparaiso, cuja crueldade era bem conhecida. Mettendo seis mil homens n'a-

quella provincia, e dando largas a licenciosidade dos soldados, deu causa as maiores violencias, praticando-se innumeros roubos e homicidios. Ao mesmo tempo eram aboletadas algumas companhias nas terras principaes, por ordem do duque de Medina Sidonia, que se achava em Ayamonte, e que sabedor dos excessos do seu subordinado não procurava por-lhe cobro, parecendo auctorisal-os com a sua culposa indifferença.

Á proporção que as tropas hespanholas se aproximavam dos muros d'Evora, iam esmorecendo os animos; e quando ali entrou a alçada dos juizes mandados pelo governo de Lisboa, já não encontrou a menor resistencia. Os chefes da sedição, antevendo a sorte que os esperava, tinham desapparecido: o monarcha, na carta que escrevera á regente, e que já mais de uma vez temos citado, dera-lhe aviso nos seguintes termos: «Fica ajustado o perdão geral, com excepção das pessoas que não hão de deixar de ser castigadas pelo exemplo publico e auctoridade da justiça.» Quando mais tarde designava em documento official essas pessoas, já a maior parte d'ellas haviam procurado a salvação no homisio. Nem assim escaparam aos rigores da justiça. Sezinando Rodrigues e João Barradas, por sentença do presidente da alçada, o dr. Domingos Gonçalves Salema, foram condemnados á forca com braço e pregão. Os réus foram executados em estatua. Muitos outros foram condemnados ás galés, ou a desterro perpetuo, mas nem todos chegaram a cumprir sentença, porque apesar das recompensas promettidas a quem os apresentasse ás justiças, especialmente os chefes, nunca chegaram a ser presos.

Instituiram-se juntas em Badajoz e Ayamonte, para que fosse mais prompta a execução das providencias militares e fiscaes. O terror das armas hespanholas, espalhadas por todo o paiz, impunha silencio aos queixumes, e constrangia á obediencia os subditos opprimidos e descontentes.

Offerecia-se a Olivares opportuno ensejo de realisar os seus planos d'união, e decerto o aproveitaria, se não viessem outros cuidados demorar-lhe o intento. Um successo feliz das nossas armas, alcançado pelo conde de Bagnuolo, contra Maricio de Nassau, que pretendia apoderar-se da Bahia (como ainda teremos occasião de referir), veio demonstrar que se acaso se houvesse dado áquella guerra melhor direcção, e mais promptos soccorros, decerto que os hollandezes não teriam ali feito tantos estragos, nem permanecido tão largo tempo, causando-nos enormes prejuizos. O desmaselo que similhante facto revelava foi notado pelo proprio rei, que estranhou se não houvesse já posto cobro ás devastações dos inimigos, expulsando-os. Espertado por esta advertencia, entendeu o valido que para não desmerecer o conceito do soberano, lhe cumpria empregar toda a sua actividade na expedição de uma esquadra, que deveria aprontar-se com a maior brevidade, á custa das duas corôas. Sinceramente empenhado n'esta empreza, ordenou que D. Fernando de Toledo tomasse a seu cargo os aprestes navaes, e que o marquez de Gouvêa se incumbisse do levantamento das levas e organisação dos terços. Como os fidalgos já não accudissem a alistar-se, com o mesmo patriotico enthusiasmo que haviam mostrado na expedição da Bahia, procurou estimular-lhes o interesse com favores singulares, entre os quaes a dispensa do subsidio aos que embarcassem. Ao mesmo tempo apertava com a cobrança dos tributos, mas como esta fosse pouco abundante, aproveitou o expediente de vender habitos e bens das ordens militares ás pessoas que apromtassem certo numero de soldados para a expedição. Oppoz-se á veniaga a meza da consciencia, fundando-se nos breves pontificios: não foi attendida. Apesar da actividade e ordens incessantes do ministro, demorava-se a sahida da armada, não contribuindo pouco para isso a difficuldade de quem aceitasse o commando. O conde de Linhares havia-se escusado, desculpando-se com os seus annos e enfermidades; o marquez de Gouvêa tambem apresentou iguaes desculpas: por ultimo aceitou, ainda que constrangido, D. Fernando de Mascarenhas, conde da Torre, que foi nomeado governador geral do Brazil.

Em 7 de setembro de 1638 sahiu do porto de Lisboa a esquadra composta de trinta e tres vasos de guerra, sendo vinte e cinco de Portugal e oito de Castella.

Emquanto o conde da Torre segue viagem para o Brazil, onde o iremos encontrar, vejamos o que se tinha passado n'aquella colonia.

Haviam-se apoderado os hollandezes de Parahiba, e resolveram occupar todo o terri-

torio que se estendia até ao Recife, sendo incumbidos d'essa tarefa o coronel Arcizewski e o almirante Lichthardt. Mathias d'Albuquerque, não dispondo de forças bastantes para poder tomar a offensiva, determinou resistir quanto podesse, entrincheirando-se em Villa Formosa, e reforçando as fortalézas do Cabo, do Arrayal e do Porto Calvo. Era esta ultima situada entre dois rios, n'uma posição de facil defeza e de grande importancia, porque assegurava a communicação com os districtos meridionaes, d'onde se podiam receber mantimentos e soccorros. Infelizmente não poude Albuquerque dar-lhe a guarnição de que ella precisava, limitando-se a collocar ali, por falta de forças disponiveis, apenas alguns terços italianos, sob o commando de Bagnuolo.

Entrando Lichthardt na Barra Grande, soube dos reforços que havia recebido Porto Calvo, e determinou-se atacal-o, animado pelo Calabar, natural d'aquelles sitios, e que portanto conhecia o terreno perfeitamente. Constando a Bagnuolo, que a gente de Lichthardt tinha desembarcado, mandou uns quarenta homens occupar um pequeno cêrro proximo da povoação, ficando elle com a principal força, uns duzentos homens, entre aquella posição e a cidade. Derrotado pelos hollandezes, que entraram o Porto Calvo, onde ficou uma guarnição de trezentos e cincoenta homens, ás ordens do major Alexandre Picard, o conde de Bagnuolo retirou, com a pouca gente que poude reunir, para o Rio das Pedras, seguindo pouco depois para a Alagôa do Norte.

Ao mesmo tempo, as forças do commando de Arcizewski cercava o Arrayal, cujos defensores, em numero de quinhentos e tantos homens, depois de tres mezes de apertado sitio, e faltando-lhes completamente os mantimentos e munições, tiveram de capitular, sahindo todavia da praça com todas as honras da guerra.

Cêrca de um mez depois de tomada aquella praça, rendia-se a fortaleza da Nazareth, proxima do Cabo de Santo Agostinho.

Não podendo Albuquerque sustentar-se em Villa Formosa, deliberou retirar-se no dia 3 de julho (1635), sendo acompanhado por grande numero de moradores, com suas mulheres e filhas. Abria a marcha, como era costume, tanto dos nossos, como dos inimigos, uma força de indios armados, aos quaes se seguiam as companhias de tropa regular; apóz d'estas os moradores com suas bagagens, e fechando a rectaguarda outra força de indios, cêrca de oitenta, commandados pelo Camarão.

Dirigiu-se Albuquerque a Porto Calvo, posição esta contra o qual, supposto que bem guarnecida, e esperando soccorros a cada momento, era indispensavel investir, por ser o unico caminho possivel para as Alagôas.

Acampando nas immediações de Porto Calvo, foi Albuquerque procurado por um morador portuguez d'aquella praça, Sebastião do Souto, que lhe deu aviso de haver ali chegado pouco antes o Calabar, com um soccorro de duzentos homens; e combinando no meio de entregar a praça aos portuguezes.

Offerecendo-se para guia das tropas que Picard mandou contra os aggressores, Sebastião do Souto fel-as cahir n'uma cilada, em que foram destroçadas, correndo em seguida Albuquerque á egreja velha da povoação, onde os inimigos se achavam fortificados, mas d'onde tiveram de retirar-se, refugiando-se na egreja nova, depois de grandes perdas. Quiz Albuquerque persegui-os, mas não poude tomar d'assalto aquella posição, que teve de cercar, destacando ao mesmo tempo algumas forças para tomarem o reducto do Varadouro, e ainda outros postos, defendidos por limitado numero de soldados. Ao mesmo tempo, mandou seguir immediatamente para as Alagôas todos os não combatentes, e as bagagens. Depois de seis dias d'assedio propôz o inimigo capitulação, que foi aceita, com a condição de ser entregue o Calabar. Foi este punido com o supplicio da forca, sendo depois esquartejado o seu cadaver.

Temendo Albuquerque ser surprehendido por forças superiores do inimigo, retirou-se de Porto Calvo, onde pouco depois entravam as tropas do commando de Arcizewski, o qual, demorando-se apenas alguns dias, seguiu tambem para o sul, fazendo alto na Paipueira, dez leguas distante da Alagôa do Norte, onde se achavam os nossos, que resolveram passar para a do Sul, mais defensavel e mais proxima d'alguns portos.

A este tempo chegava da Europa uma esquadra, que ha muito se preparava, composta de vasos das duas corôas e da de Napoles, e para

cujo commando fôra primeiro convidado D. Fradique de Toledo, o qual declarou que só aceitaria se lhe déssem doze mil homens de desembarque. Offendido o ministro com a desobediencia, mandou encarcerar o distincto almirante, que morreu em ferros. Foi nomeado o marquez de Veleda, D. Antonio d'Avila e Toledo, que não podendo partir immediatamente, deixou o logar vago para D. Luiz de Rojas e Borja. Passou este, nos fins de novembro de 1635, em frente do Recife, onde poderia atacar a esquadra do inimigo; preferiu, porem, seguir para Alagôas, aportando a Jaraguá, onde sahiu para terra, com toda a força do seu commando, uns mil e setecentos homens, hespanhoes e portuguezes.

D. Luiz de Rojas, que embarcára com o posto de mestre de campo general, levou para o conde de Bagnuolo a patente de capitão-general de cavallaria e d'artilheria, sendo para notar que d'aquella arma não havia um unico soldado, e a força d'artilheria constava de doze canhões de differentes calibres, que foram na armada, com poucos artilheiros. O novo governador geral do Brazil, D. Pedro da Silva, era portador do diploma com que D. Filippe IV, reconhecendo os relevantes serviços do Camarão, o agraciava com o titulo de dom; e levava tambem ordem para que Duarte d'Albuquerque, donatario do Pernambuco, assumisse o governo civil da capitania, devendo seu irmão Mathias d'Albuquerque regressar ao reino, onde o esperava a devassa que mandou tirar contra elle a meza da consciencia, pela perda do Pernambuco, e por todo o seu procedimento como governador, sendo admittidas a depôr no processo testemunhas occultas, como na inquisição! De tamanho ultraje se vingou annos depois o velho soldado, combatendo pela independencia da patria, e infligindo ao exercito castelhano a derrota do Montijo.

Desembarcando em Jaraguá, como dissemos, resolveu D. Luiz de Rojas marchar contra Porto Calvo, resolução esta que foi combatida por Bagnuolo: prevaleceu, porém, o voto da maioria.

Achava-se n'aquella paragem Sigismundo Schkope, que tendo noticia da aproximação de Rojas, se retirou apressadamente para o Recife. Entrou o general hespanhol em Porto Calvo, onde deixou uma guarnição de quinhentos homens, seguindo com uns oitocentos, afóra as tropas do capitão-mór Camarão, em direcção á Peripueira, onde suppôz que estaria o coronel Arcizewski: este, porem, mal soube que os inimigos marchavam contra Porto Calvo sahiu logo para ali, afim de levar soccorro a Schkope.

A poucos dias de marcha, mandando o general castelhano explorar o terreno soube, com surpresa, que o inimigo se achava proximo. Apesar da inferioridade das suas forças, determinou-se Rojas a dar batalha, contra o voto de muitos capitães experimentados, que optavam pela retirada. Dispoz-se tudo para no dia immediato se dar a acção, que se chamou da Mata-Redonda, e na qual as nossas forças foram completamente desbaratadas, ficando D. Luiz de Rojas morto no campo.

Abertas as vias da successão, davam estas o commando ao conde de Bagnuolo, a quem D. Luiz de Rojas havia mandado ficar na villa de Santa Luzia, com uma guarnição de setecentos homens. Avisado do succedido, partiu immediatamente d'ali em direcção a Porto Calvo, por um caminho mais facil do que havia seguido Rojas, chegando, por consequencia, em mais breve tempo.

O seu primeiro cuidado foi occupar a linha do Una, a distancia de dez leguas, ordenando que d'ahi se mandassem pequenas forças fazer repetidas investidas ao inimigo, afim de que este fosse constantemente incommodado. Estas correrias, em que obraram proezas Henrique Dias e Antonio Camarão, pozeram muitas vezes o inimigo em apuros. Alguns ataques soffremos tambem nas margens do Una, assim como na Alagôa do Norte, mas sem que nunca perdessemos nenhum ponto importante.

A este tempo (23 de janeiro de 1637) desembarcava no Recife, com o titulo de «governador capitão general e almirante de terra e mar», o conde de Nassau, João Maricio, uma das melhores espadas d'aquella época.

A companhia hollandeza, tendo reconhecido os inconvenientes da falta de unidade no governo da nova conquista, especialmente depois que ella se havia alargado tanto, deliberou fazel-a governar por um chefe supremo, auxiliado por tres conselheiros, a cujas deliberações presidiria com voto de qualidade, quando se désse empate. Foi o logar offerecido a Nassau, com a

retribuição de mil e duzentos florins por mez, e dois por cento de todas as presas: aceita a proposta fez-se logo, com o seu assentimento e collaboração, um novo regulamento para a colonia, concluido o qual, partiu o novo governador para o seu destino.

Chegado ao Brazil, occupou-se logo com a maior actividade de organisar um corpo de tres mil soldados, oitocentos marinheiros armados, e seiscentos indios e pretos. Dividiu esta força em dois terços, um dos quaes, commandado pelo coronel Arcizewski, embarcou para a Barra-Grande, a cinco leguas de distancia do Una, para onde marchou o proprio Nassau, com o outro corpo. Feita a juncção dos dois, seguiram para Porto Calvo, onde se achava Bagnuolo, com forças muito inferiores. Apesar d'isso, deliberou-se a defender o posto, collocando os seus em dois reductos, em um dos quaes ficou elle proprio, confiando outro ao commandante de artilheria Miguel Giberton. Como precaução, mandou retirar para as Alagôas a bagagem, mostrando desconfiar do exito da sua resistencia, o que desmoralisou um pouco os soldados.

Ao aproximar-se Nassau mandou contra elle um corpo de pouco mais de oitocentos homens, sob o commando do seu immediato Almiron, que depois de breve peleja foi derrotado. De tal modo se atemorisou Bagnuolo com o successo, que n'essa mesma noite retirou de Porto Calvo, sem ao menos avisar Giberton, que assediado pelas tropas de Nassau capitulou no fim de tres dias, com as honras da guerra, deixando ao inimigo vinte e dois canhões de bronze, além d'outros de ferro, e muitas munições.

Não se demorou Nassau n'aquelle posto; perseguindo os nossos, embarcou na Barra Grande, com destino a Paraguá, donde seguiu, por terra, até ao Rio de S. Francisco. Deliberando-se a fazer da margem d'esse rio a fronteira das suas conquistas, levantou ahi um forte, a que deu o nome de Mauricio, guarnecendo ainda outros pontos com obras de defesa.

Occupado n'essa tarefa deixou de perseguir Bagnuolo, que se havia retirado para Sergipe, e como se houvessem levantado contestações entre o polaco Arcizewski e o principe, mandou este retirar aquelle para a Hollanda, entregando a defesa da fronteira de S. Francisco a Schkoppe, e seguindo elle para o Recife, onde se occupou de reorganisar a administração do paiz. Foram mandadas adoptar as leis hollandezas, introduziu-se a organisação municipal d'aquella nação, e adoptou-se o seu systema de pezos e medidas: prohibiu-se ao clero prestar obediencia ao bispo da Bahia, e determinou-se que as despezas do culto fossem feitas á custa dos moradores. Representaram estes, contra similhante medida, aos Estados geraes, allegando que não podiam usar da liberdade religiosa que lhes fôra afiançada. O governo hollandez não attendeu á reclamação.

Em quanto se occupava da reorganisação politica do paiz, recebeu Nassau aviso do commandante da colonia hollandeza na costa da Mina, expondo-lhe o estado de abandono em que se achava o castello de S. Jorge, dominio da corôa portugueza, tão mal guarnecido que apesar das suas boas condições de defesa, facilmente podia ser conquistado. Expediu para ali Nassau uma flotilha de nove barcos, com oitocentos soldados e quatrocentos marinheiros, commandados pelo coronel João Koen. A conquista foi ainda mais facil do que os inimigos suppunham, por causa da insigne covardia do governador, que mal se apresentaram os hollandezes, logo pediu capitulação, sem ao menos tentar nem um simulacro de defesa.

Ao mesmo tempo que os hollandezes acrescentavam os seus dominios, com mais esta conquista, mandava o conde de Nassau o major Jorge Garstaman, com duzentos homens, para se apoderar do Ceará, que era então apenas uma pequena aldeia, defendida por um forte com dois baluartes e guarnecido sómente por uns vinte soldados. Ainda assim, esta pequena força oppoz vigorosa defeza, tendo por fim de ceder á superioridade do numero, pois que ao destacamento que levára comsigo Jorge Garstaman juntaram-se-lhe mais duzentos indios.

Tendo a companhia hollandeza deliberado n'este tempo assumir, como os seus privilegios lhe consentiam, o monopolio de todo o commercio do Brazil, empenhou-se Nassau para que os directores desistissem de similhante idéa, demonstrando quanto mais vantajosa seria a liberdade, mesmo para os interesses da companhia. A representação do principe foi reforçada pelas

sollicitações dos moradores, tornando-se notavel entre todas a camara de Olinda, que não só expunha a conveniencia da liberdade commercial, mas ainda a da liberdade civil e religiosa, estranhando, todavia, que nas colonias hollandezas se concedessem aos judeus mais direitos e privilegios do que na propria Hollanda. Não resolveu a companhia o negocio immediatamente, mas só dois annos depois (1639), reservando para si o monopolio do pau, dos escravos e munições, e declarando livre todo o outro commercio.

Vejamos agora o que se passava no sul, onde deixamos Bagnuolo na capital do Sergipe, e que aproveitando-se do descanço que lhe deram os inimigos, se occupava de reunir soccorros, chegando a organisar uma força regular de uns dois mil homens. Logo que poude dispôr d'este recurso, começou a inquietar o inimigo com repetidas correrias, trazendo constantemente em sobresalto as forças hollandezas, que guarneciam a margem do rio de S. Francisco. Resolveu o coronel Schkope atacar Bagnuolo, e para esse effeito reuniu um corpo de tres mil homens, á frente dos quaes marchou para Sergipe. O seu adversario, porém, reconhecendo que se não poderia bater com elle vantajosamente, pela inferioridade das suas forças, retirou para Torre de Garcia d'Avila, passando em seguida para a Bahia.

Ao passo que Schkope marchava por terra, vigiava a costa com alguns navios o capitão de mar Schaap, perseguindo as embarcações hespanholas, que por acaso encontrava, e chegando a apprehender uma, onde se encontraram correspondencias de Portugal, descrevendo o estado do reino, os tumultos d'Evora e do Algarve, a resistencia aos impostos, o descontentamento da população, a convicção geral de que o governo deixaria de soccorrer o Brazil, para mais deprimir e empobrecer Portugal: alludia-se tambem aos cuidados que dava á côrte de Madrid a guerra com a França.

Foram estas noticias transmittidas immediatamente ao conde Maricio, que sabendo, de mais a mais, as graves desintelligencias entre Bagnuolo e Duarte d'Albuquerque, não se cançando este de censurar sem o menor retrahimento a retirada de Sergipe, entendeu que era propicia occasião de conquistar a Bahia, bastando-lhe a rivalidade e desaccordo dos chefes, para que lhe fossem abertas, sem grande resistencia, as portas da cidade. Enganava-se: no momento do perigo calaram-se os resentimentos, e o governador da Bahia levou a sua abnegação a ponto de renunciar toda a sua auctoridade nas mãos de Bagnuolo, e sendo o primeiro a dar exemplo de obediencia.

Entrando na Bahia, a esquadra de Nassau poude lançar as tropas em terra sem que os nossos procurassem obstar ao desembarque: cercaram os hollandezes o forte de S. Bartholomeu, de que se apoderaram facilmente, occupando tambem os de S. Filippe e Santo Alberto, que tinham sido abandonados. Começaram logo as investidas contra a cidade, sendo em todas rechaçados os inimigos com graves perdas, e soffrendo n'uma d'ellas tamanho destroço, que Maricio de Nassau teve de retirar-se a toda a pressa, profundamente magoado de similhante revez, que se não lhe tirára os creditos de valente soldado e habil general, comtudo diminuia muito o prestigio do seu nome, fazendo-o menos temido dos adversarios.

A noticia d'esta victoria foi jubilosamente recebida em Lisboa e Madrid; Filippe IV não só fez apressar a expedição d'uma armada de soccorro, como dissémos, mas tambem se não demorou com as recompensas, de que não foi avaro. As principaes foram o titulo de conde de S. Lourenço ao governador, o de principe em Napoles a Bagnuolo, e a D. Antonio Filippe de Camarão uma commenda da ordem de Christo, a que andava annexo o rendimento dos moinhos de Soure.

A minorar o desalento produzido por aquelle desastre tinha o conde de Nassau a esperança de que a Hespanha, embaraçada como então se achava com a guerra da França, deixaria de mandar soccorros para o Brazil, onde elle poderia alargar as suas conquistas. Effectivamente já depois de preparada a frota do conde da Torre ainda se discutiu em Madrid se deveria ser enviada para a America, ou em soccorro de Fuenterrabia, que o principe de Condé acabava de sitiar. Decidiu-se, porém, que seguisse o seu primeiro destino, e não foi sem grande surpresa, que o general hollandez recebeu a noticia de ella ter sahido de Lisboa, dirigindo-se ás terras

de Santa Cruz; noticia que em breve poude verificar com os seus olhos, avistando a armada nas aguas do Recife.

Se o general portuguez, em vez de passar ávante, se decide a attacar o inimigo, tão mal preparado se achava este, que não poderia prolongar a resistencia por muito tempo: cingindo-se, porém, ás rigorosas instrucções que levava, o conde da Torre seguiu para o sul, com intento de juntar reforços na Bahia, sem que lhe servisse de aviso a infelicidade de D. Luiz de Rojas, que pouco tempo antes havia seguido exactamente o mesmo plano, como decerto se recordam os leitores.

Vendo affastar-se o inimigo, o conde de Nassau respirou, porque logo previu que teria tempo bastante de se preparar para a lucta. Assim foi. A falta de viveres, de aprestos e de munições, que os portuguezes encontraram na Bahia, demorou extraordinariamente a expedição; e no entretanto, o conde de Nassau congregava todas as suas forças, e preparava no Recife uma esquadra que podesse resistir aos nossos galeões.

Tendo concluido os seus preparativos, determinou-se o conde da Torre a marchar contra o Pernambuco, mandando por terra aos chefes André Vidal, Camarão e João Lopes Barbalho, com algumas forças, ás quaes pelo caminho se juntariam outras, e ordenando-lhes que nunca se expozessem a combate, se não por meio d'assaltos e embuscadas; e que destruissem e incendiassem tudo o que lhes não podesse aproveitar. Deviam inquietar constantemente o inimigo, e terem espias para saberem do seguimento da armada, afim de servirem esta, quando precizasse de communicar com a terra.

Pouco depois de começar a marcha d'estes caudilhos pelo sertão, com destino ao Pernambuco, levantava ferro no porto da Bahia, com o mesmo destino, a frota do conde da Torre, composta de oitenta e seis velas, guarnecidas por uns onze a doze mil homens, dos quaes sómente dois mil eram de desembarque.

«Apenas Nassau foi da mesma partida informado, diz o barão de Porto Seguro, a quem temos seguido, pela chegada ao Recife no dia 29 do mesmo mez (setembro de 1639) de W. Cornelissen Los com treze navios, tratou de guarnecel-os de tropas, e a outros barcos mercantes mais que ahi então tinham chegado, e que fez artilhar. E conseguindo ver promptos e bem equipados quarenta e um vazos, deu ordem a que elles fossem, a quatro milhas ao mar d'Olinda, esperar a esquadra do conde da Torre, dupla em força.

«Este ultimo chefe, depois de haver corrido a principio com os ventos para o sul, veio a apresentar-se diante do porto das Alagôas no dia 13 de dezembro, com intento de communicar com a terra afim de alcançar noticias do inimigo, e deixar algumas munições para os que haviam seguido por terra. Soube o almirante inimigo que estavam ali alguns navios, e para ahi se dirigiu pensando surprehendel-os com vantagem, encontrando-os ancorados. Haviam, porém, já feito de vela a maior parte dos mesmos, e só haviam ficado quatro, effectuando a descarga projectada, os quaes, para salvar-se a gente, tiveram que dar á costa.

«Á vista do que, a esquadra hollandeza, acudindo a todas as partes, partiu logo para o Recife, em cujo fundeadoro se achava já no dia 10 de janeiro (1640). N'esse mesmo dia chegou ahi a noticia de que o conde da Torre se aproximava da banda do norte. Como justamente d'essa banda soprava o vento, a esquadra hollandeza teve que fazer-se ao largo. Rodando, porem, o vento no dia 12, poude logo aproximar-se da costa, e viu pelas sete da manhã que os nossos se achavam diante das praias de Páu Amarello, com a pretenção de effectuar um desembarque de tropa, parte da qual já se achava em lanchas.

«Ao avistar a inesperada esquadra hollandeza, a nossa, que se havia dispersado um tanto, não teve outro partido senão deixar-se ir com o vento, correndo a costa para o norte, e evitando combater. Animaram-se os hollandezes, e foram-lhe na alheta com todo o panno, e em frente da ilha de Itamaracá a encontraram, ás tres da tarde, por serem os nossos galeões mais alterosos e ronceiros. O almirante hollandez atravessando valentemente pelo meio da nossa esquadra, foi, como fizera o mallogrado Pater contra Oquedo, em busca da náu almirante do conde da Torre, e combateu com ella e com quatro galeões que vieram em soccorro, durante tres horas; mas, não havendo tido de perda mais que quatro feri-

dos e tres mortos, teve a infelicidade de entrar no numero d'estes.

«Esta primeira acção, que cessou pela noite, teve logar um pouco ao norte da ilha de Itamaracá, defronte da Ponte de Pedras, paragem mais oriental de todo o Brazil.

«Na manhã seguinte o pavilhão almirante hollandez foi arvorado pelo vice-almirante Jacob Huyghens, o qual observando ainda que a nossa esquadra evitava o combate, se dirigiu para ella, e a encontrou ás dez horas da manhã, entre a Goyana e o Cabo Branco. Esta nova acção foi mais renhida que a primeira, e durou até á noite. Uma das náus inimigas foi a pique, afogando-se o commandante e quarenta e quatro soldados.

«Ao terceiro dia as duas esquadras, decahindo sempre para o norte, levadas pelo vento e as correntes, se achavam defronte, a duas milhas de distancia, do forte do Cabedelo ou de Margarida, como Nassau quiz nomeal-o. A almirante hollandeza começou por metter-se entre as almirantes de Castella e de Portugal, que lhe fizeram fogo mui vivo, do qual resultou mais estragos ao velame e mastreação que á guarnição.

«Entretanto a náu Swaen do vice-almirante hollandez Alderiksen, vendo-se desmastreada, teve que lançar ferro. Accommetteram-a logo varios de nossos navios, quatro dos quaes conseguiram dar-lhe abordagem, e dentro d'ella se achavam duzentos ou trezentos dos nossos, quando o chefe inimigo se lembrou de mandar picar as amarras para escorrer com as aguas e dar á costa.

«Apenas o notaram os atacantes se foram desatracando. Só não fez outro tanto Antonio da Cunha Andrada, do soccorro das ilhas, e commandante da náu Chagas, de vinte e um canhões; pois não havendo notado que Swaen já havia encalhado, encalhou tambem, e veiu a ser levado prisioneiro para terra, com duzentos homens, incluindo quatro frades e quatro officiaes. Na Chagas encontraram os inimigos bastantes valores.

«Seguiram-se dois dias sem hostilidades, porém, no outro, aos 17 de janeiro, resolveu-se Huyghens a atacar, quando as duas esquadras estavam na altura de Canhaú. O conde da Torre, accommettido violentamente, viu-se obrigado a retirar-se da acção, e fazer-se ao largo, sendo substituido por outros galeões, que trataram de fazer vigorosa resistencia ás duas vice-almirantes inimigas.

«Os hollandezes cantaram victoria, e com razão. A sua perda, sem incluir o navio que foi a pique, ha sido quasi insensivel em comparação da nossa, pois tiveram apenas 22 mortos e 82 feridos. O pintor Francisco Post encarregou-se, annos depois, de commemorar estas quatro acções navaes, e as quatro gravuras d'ellas, com a sua assignatura, adornam a magnifica edição em folio da obra de Barlaeus.

«A nossa perda foi immensa, não tanto pela náu Chagas, que foi tomada, nem pelos mortos e feridos nos combates, mas pelas consequencias. Pernambuco não foi restaurado como podéra havel-o sido, se desembarcam convenientemente as tropas que para isso vinham; e toda a esquadra se desmantelou vergonhosamente. Dois galeões e um navio mercante tinham naufragado nos baixos do Cabo de S. Roque. Uns navios faltos d'agua e de mantimentos, por seu proprio arbitrio, foram para as Antilhas; outros buscaram com os doentes e feridos refrigerio no Maranhão, e alguns houve em que a guarnição succumbiu. O grande almirante e generalissimo conde da Torre só com um bergantim que montava dez peças se atreveu, fazendo-se ao largo, a refugiar-se á Bahia; onde já se achava em fins d'abril, quando ahi se apresentou de novo o inimigo com a sua esquadra, levando tropas de desembarque, como veremos. Outros navios mais, com tropas, poderam ainda entrar na Bahia, e depois d'ahi passaram á Europa.

«Com toda a razão, pois, não só Maricio de Nassau cantou a victoria, como foi ella perpetuada em uma medalha, em que ainda hoje se lê em hollandez a seguinte modesta inscripção: *Deus abateu o orgulho do inimigo aos* 12, 13, 14 *e* 17 *de janeiro.*» [1]

A causa principal d'este desastre, de tão funestas consequencias, foi, como vimos, serem dadas instrucções pelo governo de Madrid a D. Francisco de Mascaranhas, e das quaes elle se não quiz afastar, de seguir para a Bahia, dando

[1] *Hist. das luctas com os hollandezes no Brazil*, pag. 201.

tempo ao inimigo de reunir e organisar as suas forças. Pois bem; o conde-duque, fiel ao seu systema de lançar sobre os outros as responsabilidades que lhe não agradavam, embora lhe pertencessem, desauctorou, por um decreto real (22 de julho de 1640), o conde da Torre, privando-o não só do titulo, mas de todos os cargos e commendas lucrativas, e mandando-o preso para a Torre de S. Julião. Pouco tempo se demorou no carcere, cujas portas lhe foram abertas pela revolução; mas esse pouco, empregou-o o offendido fidalgo em persuadir o governador, que era castelhano, a que entregasse a fortaleza aos restauradores.

Emquanto em além-mar se davam estes successos, occorriam no reino as mais violentas novidades. Persistindo nos seus projectos de união, com o proposito cada vez mais firme de os realisar, e julgando opportuno o momento, ordenou Olivares a muitos fidalgos, prelados e magistrados, que se apresentassem na côrte, sem os instruir do motivo de similhante convite, e limitando-se apenas a dizer que ali se lhes declararia o negocio para que eram chamados. A sahida de tantas pessoas principaes causou profunda sensação, e desde logo se suspeitou que este facto era apenas o preludio de mais graves acontecimentos. Assim foi. Dentro em pouco era expedida ordem ao marquez de Porto Seguro, D. Affonso de Lencastre, para que fizesse em Lisboa uma leva de cavallaria, sem numero determinado, nem dependencia das auctoridades portuguezas, e á qual se deveriam reunir varios terços recrutados nas ilhas, devendo essa força partir immediatamente para a Corunha. Pouco depois chegavam novas ordens, incumbindo os mestres de campo Jorge de Mello, Alvaro de Sousa, D. Pedro de Mascaranhas e Rodrigo de Miranda, para procederem ao recrutamento de quatro regimentos de infanteria, que deveriam ser organisados em Coimbra, Guimarães, Castello Branco e Campo de Ourique, e que o rei de Hespanha chamaria ao seu serviço. Exigiram-se ao duque de Bragança mil soldados armados, e determinou-se que os galeões portuguezes fossem entregues a officiaes castelhanos.

Como pelos encargos da guerra com a França e Flandres, e soccorros para as colonias, o thesouro de Madrid se achava em grandes apuros, foi determinado que os titulares, prelados, fidalgos, tribunaes e communidades portuguezas pozessem á sua custa as tropas portuguezas na Catalunha, devendo fardal-as, equipal-as e pagar-lhes o competente soldo, não sendo admittidas remissões a dinheiro, e cumprindo que o serviço fosse prestado em gente effectiva.

Parecendo ainda diminuto este encargo para os recursos do paiz, tirava-se tambem ás pessoas abastadas, a titulo de emprestimo, cento e cincoenta mil ducados de prata, e ainda com o mesmo titulo, o quinto dos bens da corôa ás casas de Bragança, Aveiro e Villa-Real. Em tamanho afan de espremer as bolsas, não podiam escapar, nem escaparam, os bens ecclesiasticos e das ordens militares, que fôram aproveitados para resgate dos emprestimos contrahidos com Jorge Fernandes d'Oliveira, na importancia de um milhão, destinado a soccorrer o Brazil e mais duzentos mil cruzados para Flandres.

Parece que tão intoleraveis e successivas violencias deveriam produzir uma sublevação; e ha quem julgue que era esse effectivamente o proposito de Olivares, esperando tirar d'ahi pretexto para reduzir Portugal, pelas armas, a uma simples provincia de Hespanha. É provavel, que recordando o resultado da lucta de Carlos V com os *comuneros*, e de Filippe II com o *Justicia* d'Aragão, se lembrasse de repetir o exemplo. Frustrava-lhe, porém, o intento a quietação dos opprimidos.

O reino permanecia socegado, mas era apenas a calma que precede a tempestade. A politica violenta do governo de Madrid havia de fatalmente produzir, como sempre, resultados funestos. Esmagando debaixo do poder absoluto todas as classes, em nenhuma poderia encontrar apoio, mesmo quando sustentasse uma causa justa. Foi o que se deu com a questão dos colleitores apostolicos, de que já fallámos n'outro logar; questão que n'aquelle momento se apaziguára, mas que todavia nunca cessou de existir, mais ou menos latente, e que agora se manifestava de novo, resultando, como da primeira vez, exacerbar-se mais o odio popular contra os ministros castelhanos.

Continuavam os agentes pontificios invadindo sempre, mais ou menos abertamente, as attribuições da corôa; por mais d'uma vez representou

o governo ao chefe da Egreja contra similhantes abusos, mas o silencio d'este animava as invasões. O processo da denuncia de uma capella no tribunal da nunciatura, a que presidia o nuncio Alexandre Riario Castracani, fez com que este publicasse uma pastoral excommungando os denunciantes das capellas e dos bens doados ás egrejas e conventos. Offendeu-se a côrte, mas procedeu por meios brandos. Escreveu el-rei uma carta a Riario, para que retirasse a pastoral; este, porém, nem obedeceu á carta regia, nem ás instancias da duqueza de Mantua. Proferiu-se então pelo juizo da corôa uma sentença, negando toda a força ás censuras, e obrigando o nuncio á publicação de nova pastoral em que tudo fosse reposto, como se o primeiro edicto não tivesse existido. O nuncio obedeceu. Parecia terminado o pleito; mas um anno depois apparecia uma bulla do papa fulminando com penas ecclesiasticas os ministros que executassem as leis da desamortisação. Negou-se o governo a conceder o *exequatur* ás letras apostolicas, o que não impediu Castracani de lhes dar execução, renovando as excommunhões anteriores, e lançando um edicto de cessação geral *a divinis*. Foi-lhe intimada ordem para que emendasse o abuso, sob pena de expulsão. Resistiu, e a justiça encarcerou-o n'um quarto, negando-lhe comida e bebida, na esperança de o render á obediencia pela fome. Teve, porém, artes o prelado de se escapar, saltando por uma janella, e refugiando-se no convento de S. Francisco, d'onde foi arrancado á força, e mandado preso para Madrid.

Taes violencias, completamente desnecessarias, produziram, como é natural, a mais desagradavel impressão, e o clero, que tinha tomado activissima parte em todo este negocio, ancioso de se vingar dos aggravos com que tantas vezes o conde-duque ferira os seus privilegios e os seus interesses, excitava contra este o fanatismo popular, declamando contra a tyrannia impia, nas praças, no confissionario e no pulpito.

Apesar da excitação dos animos não foi alterada a ordem publica, e Olivares, attribuindo este socego á fraqueza, deliberou-se finalmente a dar o golpe supremo; e para obviar a quaesquer velleidades de resistencia não só queria dar ao acto da união umas certas apparencias de legalidade, mas tambem tornal-o respeitado pela ameaça das armas, para o que esperava que entrasse o Tejo a esquadra fundeada na Corunha sob o commando de D. Antonio de Oquedo.

Os fidalgos e prelados portuguezes que haviam sido chamados a Madrid receberam aviso, quando ali chegaram, para se demorarem na côrte, continuando a guardar-se o maior silencio sobre o motivo da sua convocação. Um dia foi passada ordem a todos para se apresentarem, a certa hora, no logar que se lhes designava. Obedeceram, e foi então que se rompeu o sigillo, dando-se-lhe conhecimento de uma resolução escripta em estylo judicial, e em virtude da qual o reino era despojado da sua independencia, julgando-se el-rei desobrigado do seu juramento, em razão das alterações de 1637, como eram de parecer doutos jurisconsultos e theologos.

Ignora-se a resposta dos fidalgos, porque são escassas as noticias d'este facto; é certo, porém, que para se publicar a annexação esperava-se apenas a frota da Catalunha. Fez-se esta de vela com setenta navios e dez mil homens de desembarque, e encontrando-se no Paço de Calais com a esquadra de Tromp, composta apenas de doze náus, foi obrigada a retirar-se abrigando-se em Douvres, onde se municiou, sahindo novamente ao mar. Encontrando-se outra vez com os navios de Hollanda foi completamente destroçada, escapando apenas algumas fragatas e galeões que poderam refugiar-se, com o almirante D. Antonio d'Oquedo, em Dunkerque. As perdas foram de seis mil homens, entre os quaes alguns officiaes distinctos, quarenta e tres navios e seis peças de bronze. Portugal soffreu a perda de novecentos soldados e do galeão *Santa Thereza*, que era o melhor da sua já tão reduzida marinha de guerra.

A noticia d'este desastre, causando dolorosa impressão em toda a peninsula, porque em toda ella havia perdas a lamentar, obrigou Olivares a adiar ainda mais uma vez a execução dos seus designios.

Era simplesmente um adiamento. A obsecação do seu orgulho não lhe consentia ver, que os meios com que procurava acudir ao desmoronamento da monarchia de Carlos V, longe de a tornarem solida, mais lhe augmentavam as ruinas.

CAPITULO IV

Politica de Castella.—Guerra com a França. Regeita o duque de Bragança o vice-reinado da Lombardia. -É nomeado governador militar de Portugal.—Sublevação da Catalunha.—Novas exigencias de Olivares.—Aggravos dos portuguezes, e resentimentos de todas as classes contra o governo castelhano.

Os tumultos d'Evora, de que já nos occupámos, tiveram notavel influencia, não só nos destinos do reino, como tambem nos successos da peninsula. O conde-duque, já de seu natural propenso aos meios violentos, vendo a extrema facilidade com que fôra dominada aquella sedição, pelo terror das armas hespanholas (como elle suppunha, sem se lembrar que por falta de chefes é que a sublevação não lavrou logo por todo o paiz), e que á resistencia declarada e firme succedeu a mais paciente submissão a todas as ordens, ainda as mais oppressoras, julgou ter descoberto o melhor caminho da união iberica, sua preoccupação constante, e aspiração tradicional da politica de Castella.

Esse meio, que se lhe afigurava infallivel, era provocar, pelo desespero, a insurreição dos povos mais aferrados á sua independencia; insurreição, que depois de afogada em sangue, lhe daria pretexto para despojar os vencidos de quaesquer privilegios e regalias de que gozassem.

Já vimos como principiou a realisar esse plano em Portugal: a quietação do reino, dando-lhe ousadias, confirmava-o no seu proposito. Chegou mesmo a persuadir-se que poderia effectuar a annexação, sem carecer de mais pretextos, e que bastaria, para conter em respeito os impacientes, uma boa esquadra fundeada no Tejo com alguns mil homens de desembarque. Dissémos no capitulo antecedente como esta empreza se mallogrou; esse facto, porém, liga-se com outros, que nos cumpre referir, embora muito summariamente, por se acharem intimamente relacionados com o movimento revolucionario de 1640.

Recordam-se decerto os leitores, que o desbarato da esquadra de Oquedo, pelos hollandezes, obstou a que fosse decretada a annexação; antes d'essa derrota, porém, e quando a mesma esquadra se achava ainda fundeada nas aguas da Corunha, teve de premunir-se contra a esquadra franceza, que sob o commando de Henrique de Surdis, arcebispo de Bordeaux, tentou surprehendel-a; tentativa de que desistiu, por não ousar romper a cadeia que fechava o porto. Precisamente para fazer face a esta esquadra, foi que se organisou a de Oquedo.

A França, dirigida pelo cardeal de Richelieu, empenhava então a sua politica em abater o predominio da casa d'Austria; com esse intuito entrára abertamente em 1635 na celebre guerra dos trinta annos, que principiando por ser uma lucta religiosa, degenerou, por fim, em combate d'ambições politicas. Inferior, como potencia maritima, á sua rival, esforçou-se por vencer essa inferioridade, e já nos fins do anno de 1638 se trabalhava com a maior actividade em todos os estaleiros francezes. O conde-duque, apprehensivo com tão ruidosos preparativos navaes, que elle sabia perfeitamente serem destinados contra a peninsula, não só envidou todas as forças para organisar a frota que pôz sob as ordens d'Oquedo, e foi então que mandou reunir os galeões portuguezes á armada hespanhola, como já dissémos n'outro logar, mas tambem tomou providencias extraordinarias para a defeza do reino. Temia, não sem fundamento, que as forças navaes da França se dirigissem de preferencia aos nossos portos, na esperança de promoverem uma sublevação dos portuguezes contra o dominio de Castella.

Além de mandar proceder ao recrutamento dos quatro terços de infanteria, como ficou dito no capitulo antecedente, e parte dos quaes passou mais tarde ao serviço de Hespanha, separou o governo civil do militar, deixando a direcção politica á duqueza de Mantua, e dando o governo das armas ao duque de Bragança, cargo importante que não poderia ser confiado senão de «uma pessoa de auctoridade, sequito e zelo», como dizia a patente real, expedida de Ventosilhas, em 28 de janeiro de 1638.

Pouco tempo depois, era creada uma junta de defeza, presidida pelo duque, e composta do marquez de la Puebla, do marquez de Gouveia, do marquez de Porto Seguro, de D. Luiz de No-

Offic. Typ. da Empreza Litteraria.

Morte de Miguel de Vasconcellos

ronha, conde de Castro, de D. Gonçalo Coutinho, de D. Diogo de Cardenas, de D. Diogo Luiz d'Oliveira, de D. Thomaz Ibio Calderon, de Sebastião Granero y Alarcon, de D. Christovão Mexia Bocanegra, e de D. Luiz Mexia de Azevedo. N'esta junta, que deveria ser convocada pela princeza Margarida, quando o julgasse conveniente ao bem do estado, cumpria ao duque de Bragança propôr o que julgasse mais adequado para a defeza do reino; e das deliberações tomadas se formariam as competentes consultas, cuja execução ficaria a cargo da princeza e do duque, cada um na parte que lhe coubesse.

Parte dos vogaes da junta deveriam permanecer em Lisboa, e outra parte, isto é, D. Diogo de Cardenas, Diogo Luiz d'Oliveira, Sebastião Granero e Bocanegra acompanhariam o duque nas visitas das fortalezas e praças d'armas. Foram postas sob o commando do governador das armas todas as forças de cavallaria e infanteria já organisadas, assim como as que fossem recrutando os quatro mestres de campo, que ficaram igualmente sob as suas ordens.

A nomeação do duque desagradou a castelhanos e a portuguezes; estes suspeitavam que tamanha prova de confiança encobria decerto alguma perfidia; aquelles, seguindo a maxima de Diogo Soares, de que «em Portugal nunca haveria quietação emquanto as escadas e os pateos de Villa Viçosa se não cobrissem de malvas», escandalisavam-se de que o mando supremo das armas fosse dado a tão perigoso inimigo. E era ainda maior a surpreza para uns e outros, quando recordavam, que depois dos tumultos d'Evora, em que tanto se havia manifestado o prestigio da casa de Bragança, chegando n'algumas terras a levantar-se voz por D. João, o conde-duque reconheceu a necessidade de o afastar de Portugal; e tanto, que procurando encobrir o exilio com as honras d'uma alta dignidade, havia aconselhado Filippe IV a que o nomeasse vice-rei da Lombardia, que era então o governo da maior importancia, pela guerra em que a Hespanha andava empenhada com a Saboya e a França.

Chegou effectivamente a fazer-se esta nomeação, que além de ser um exilio disfarçado, tinha ainda a vantagem de obrigar D. João a prestar acto de vassallagem, confundindo-se d'esse modo com a turba dos fidalgos, de que elle procurava extremar-se. Percebeu o duque os intuitos e declinou a honra, offerecendo desculpas que a côrte de Madrid teve de aceitar, para que as instancias, aproximando-se da coacção, não despertassem suspeitas.

A nomeação para o governo das armas de Portugal parecia denunciar uma mudança nas intenções reservadas de Olivares para com o senhor de Villa Viçosa, mudança que, como dissémos, descontentára hespanhoes e portuguezes, apreciando-a cada um de differente modo. Ouçamos o que a este respeito nos diz Rebello da Silva.

«A escolha, talvez forçada, que fizera (o conde-duque) de D. João, mesmo depois d'elle ter sido acclamado rei em algumas terras, durante as alterações de 1637, era um lanço temerario, mais imprudente, porém, na apparencia, do que na realidade. Confiando a defeza ao duque, amado e respeitado no paiz, impunha-lhe a côrte todas as responsabilidades, ao passo que, cercando-o de officiaes hespanhoes e de creaturas do valido, e sugeitando seus actos ás deliberações d'um corpo collectivo, apenas lhe deixava o titulo e as exterioridades de general. Por outro lado, se as intenções do ministro eram diminuir o conceito do principe, obrigando-o a servir como vassallo diante dos naturaes que o veneravam quasi como soberano, e depois valer-se dos deveres do cargo para o attrahir ás torres, ou á armada, e passal-o preso a Cadix, nenhum dos fins logrou conseguir, porque D. João, não menos previsto e artificioso, soube aparar-lhe os golpes, convertendo em proveito proprio as ciladas. Dispondo as armas do reino conseguiu, bem aconselhado, pôr á sua devoção, sem excitar suspeitas, as praças importantes e as milicias das localidades, como mezes depois mostrou a adhesão de todas; e secretamente advertido, não só não fiou a segurança da sua pessoa dos castelhanos, como na visita das fortalezas e navios, guarnecidos de hespanhoes, teve sempre artes de se rodear de amigos decididos, e em numero tão crescido, que os agentes não se atreveram a tentar a execução do plano, que os opusculos da época attribuem a Olivares, inspirado decerto por Diogo Soares e Miguel de Vasconcellos.

«Se alguma vez o duque veiu a Almada para assistir ás conferencias da junta de defeza, veiu

incognito. Mas já proximo a volver á residencia do Alemtejo annunciou a sua presença. Concorreu a visital-o toda a nobreza, e alguns fidalgos, aproveitando o momento, descobriram-se-lhe, e com palavras claras convidaram-o a aceitar a corôa. Ouviu-os D. João com o mesmo rosto, e, sondando-lhes os desejos e os pensamentos, não alentou a nenhum com esperanças, nem despediu com repulsas. Sepultou comsigo as confidencias. Não ignorava, que os seus passos eram vigiados e suas phrases escutadas, e, não podendo discernir os leaes dos menos fieis, achou prudente não se declarar com nenhum, deixando ao tempo, grande politico muitas vezes, a solução do problema, que, além d'outras razões, lhe apparecia ainda enredado de difficuldades. Não demorou depois a visita de cortezia á duqueza de Mantua, e procurou fazel-a com a menor ostentação de popularidade para não ferir de mais a vista. Observando rigorosamente a pragmatica enviada de Madrid, para reger suas relações com a princeza Margarida, atravessou o Tejo, veiu desembarcar no caes do forte, que rematava do lado do rio os paços da Ribeira, e, dilatando pouco a conversação, voltou a Almada na mesma tarde. Esta demora tão curta na capital foi sufficiente, comtudo, para o povo romper em demonstrações de alegria. Não o festejou menos a côrte, sendo as provas de affecto tão vivas, que Miguel de Vasconcellos, e os parciaes de Castella, as registaram como prova evidente da necessidade de afastar o duque do paiz, quanto antes e de qualquer modo. Na audiencia um facto insignificante, mas expressivo, como symptoma, magoára desagradavelmente o orgulho castelhano. Tendo D. Lourenço de Sousa, capitão da guarda real, atrazado um passo á cadeira posta para D. João, Thomé de Sousa, filho do vedor da casa de Bragança, adiantando-se, igualou-a com a da princeza, para que nem mesmo na sala, e diante d'uma dama seu amo parecesse ceder do que lhe pertencia.

«Feitas as despedidas, recolheu-se o duque com a entrada do inverno ao palacio de Villa Viçosa, e entregue ás occupações usuaes, tornou a rodear-se de silencio. O gabinete de Madrid, porém, assustado com as ultimas nanifestações de Lisboa, até d'aquelle amor da solidão chegou a desconfiar. Não tendo alcançado diminuir-lhe a reputação e a influencia, tratou de o malquistar com os compatriotas, fazendo-o instrumento das oppressões, de que não levantava mão. Apenas chegado ao solar, rebentou-lhe uma ordem para nova leva de recrutas nos logares de sua jurisdicção. Encareceu a falta de povoação das provincias, mas o governo repetiu o aviso, e o duque, para não dar pretextos á inimisade, affectando obedecer, ordenou a seus officiaes occultamente, que procedessem com tanta pausa, que os effeitos sahissem nullos. Assim se praticou, e poucos d'aquelles soldados passaram a fronteira. Entretanto expirava o anno de 1639, e a estreia do de 1640 vaticinou desde logo os grandes successos, que haviam de tornal-o memoravel na peninsula iberica. A má estrella do conde-duque predominava. As consequencias de seus erros, accumulando-se, produziam a conflagração, que os mais sisudos auguravam de ha muito, e que as temeridades do ministro atearam por largos annos.» [1]

Allude o historiador, n'este ultimo periodo, ás alterações da Catalunha, que tiveram, como veremos, decisiva influencia na revolução portugueza. Cumpre-nos, pois, dar aos leitores summaria noticia d'esses acontecimentos, o que passaremos a fazer, depois de notar, que os preparativos de defeza, de que acabamos de fallar, foram inuteis, pois que a esquadra de Henrique de Surdis, retirando da Corunha, velejou para a Biscaya, onde fez não poucos estragos em alguns portos, sendo o principal o incendio dos estaleiros de Santander.

O principado da Catalunha, passando ao dominio de Castella quando a esta se reuniu o Aragão, nunca manteve relações muito cordiaes com a côrte de Madrid; esta surda hostilidade, que o decurso dos annos não podéra apagar, avivou-se, comtudo, d'um modo notavel no tempo de Filippe IV, que tendo sollicitado, em 1626 um subsidio ás côrtes de Barcelona, estas negaram-se, e o rei, despeitado, sahiu a toda a pressa da cidade, sem responder aos capitulos dos povos, nem sequer assistir á solemnidade do encerramento. Resentiram-se os catalães da offensa, e quando seis annos depois o soberano ali voltou

[1] *Hist. de Port. nos seculos XVII e XVIII*, tom. 4.º, pag. 43 a 45.

ainda se aggravaram os resentimentos com a insolente soberba do conde-duque, a quem os catalães, por sua parte, e como desforra, não pouparam feridas no amor-proprio.

As antigas inimisades, que tanto se haviam irritado, não obstaram a que os catalães, quando os francezes, sob o commando do principe de Condé, tomaram Salces, se offerecessem voluntariamente, em numero de dez mil, para retomar aquella praça, o que effectivamente conseguiram, reunindo-se ao exercito da Catalunha, commandado pelo marquez de los Balbazes.

Este acto de patriotismo, que poderia ser ensejo de conciliação, não recebeu da côrte uma só palavra de louvor. Pelo contrario, não tardou muito que o conde-duque, a quem a facil pacificação dos tumultos d'Evora e do Algarve confirmára nas suas idéas de rigor, infligisse os maiores vexames áquelle paiz, talvez com o proposito, como succedia em Portugal, de o impellir, pela exasperação, á revolta, a fim de o submetter pelas armas, podendo depois tratal-o como nação conquistada.

Entrou o inverno de 1639 e ainda se achava na Catalunha o exercito dos Pyreneus; os fóros do principado não permittiam que ali se demorassem tropas, mas os soldados, fatigados da campanha não podiam supportar uma longa marcha, por tão rigorosa estação: deliberaram o vice-rei D. Delenau de Guralt, conde de Santa-Coloma, e o general do exercito marquez de los Balbazes, aboletar os soldados na cidade e povoações. Quaixaram-se os de Aragão, e o primeiro ministro deu ao vice-rei a ordem irrisoria de que respeitasse os fóros do principado, mas sem prejuiso, nem de um momento, do serviço de el-rei. Mandava em seguida que os habitantes fossem obrigados aos trabalhos do acampamento, devendo os homens ser empregados nos serviços mais pesados, como eram os de enchada e carretos, e as mulheres nos menos custosos. Quando aos soldados faltassem camas poderiam servir-se das dos habitantes, e a desobediencia deveria ser punida com o fusilamento ou confisco, conforme a gravidade das circumstancias.

Não era difficil de prever a irritação que similhantes ordens produziriam, e o marquez de los Balbazes, receando uma sublevação, distribuiu o acantonamento das tropas de modo, que o numero dos soldados fosse superior ao dos moradores das terras, e que facilmente podessem reunir-se quando fosse necessario.

A esta oppressão intoleravel acrescia ainda a indisciplina da soldadesca, que praticava os maiores excessos, sem que os chefes podessem ou quizessem punir os culpados. Se o marquez de los Balbazes, Filippe Spinola como commandante do exercito fechava os olhos á licenciosidade dos soldados, o vice-rei, por sua parte, prohibia aos queixosos que podessem servir-se de advogados para levarem aos tribunaes as suas queixas; e quando os conselheiros municipaes, e um deputado da nobreza, lhe foram representar contra os excessos das tropas, mandou-os prender. Como se vê, o Miguel de Vasconcellos do Aragão (pois que o conde de Santa-Coloma tambem era aragonez), não ficava nada inferior ao ominoso secretario de Estado da princesa Margarida.

Os moradores das aldeias e povoações, exasperados pela fome e o duro serviço a que eram condemnados, refugiavam-se nas montanhas; as rixas entre os soldados e os habitantes eram frequentes; imperava a anarchia. A auctoridade do vice-rei era temida, pelo terror das armas; mas não era respeitada, porque os aragonezes consideravam, e com justiça, o seu compatriota como um traidor infame, e juravam tomar vingança das suas crueldades.

No entretanto o conde-duque, seguindo ali em tudo o mesmo systema que adoptára para Portugal, procurava tambem enfraquecer o paiz, exigindo uma leva de seis mil soldados para o serviço de Castella, de Flandres ou da Italia Ao mesmo tempo, Filippe Spinola retirava-se para Madrid, e com a sua ausencia recresceram os excessos dos soldados, que não hesitavam diante dos roubos e profanações das egrejas. A população, fanaticamente religiosa, escandalisava-se com tão repetidos sacrilegios; o clero lançava anathemas do alto do pulpito contra os impios. e o bispo de Gerona excommungava os soldados como auctores dos frequentes desacatos que se praticavam na sua diocese. Tudo se accumulava para tornar mais formidavel a sublevação, que não tardou a rebentar.

Todos os annos, pelo tempo da ceifa, e para se occuparem d'esse serviço, desciam á planicie

os rudes montanhezes, que pelo seu genio grosseiro e rixoso eram sempre mal vistos das cidades e villas. Mas quando em junho de 1640 começaram a entrar nas povoações, em muito maior numero do que o costume, foram recebidos como libertadores. Estranhou Santa-Coloma a extraordinaria concorrencia dos montanhezes, e ordenou á municipalidade que os mandasse sahir: responderam os conselheiros municipaes que aquella gente se tornava necessaria para os trabalhos do campo, proprios da estação, e que para isso vinham todos os annos. Não se satisfez o vice-rei e repetiu a ordem; allegou então a municipalidade que não tinha força bastante para a cumprir, mas que reforçaria a guarda urbana, a fim de reprimir quaesquer demasias, se fosse necessario. Acobertando-se com este pretexto, que não podia ser suspeito, pois que foi suggerido pelos adversarios, augmentou o numero das companhias da referida guarda.

No dia 7 de junho, em que se celebrava a festividade do corpo de Deus, percorriam Barcelona uns dois mil e quinhentos ceifeiros, armados de foices e outras armas, provocando insolentemente os castelhanos. O mais leve pretexto bastaria para rebentar a desordem, e esse pretexto não faltou.

Tempos antes, havia o aguasil Mouredon dirigido os soldados no saque e incendio d'uma aldeia; pouco depois era assassinado, escapando-se os assassinos. O creado do aguasil, reconhecendo um d'estes entre os ceifeiros, deu-lhe a voz de preso; armou-se grande tumulto, e um guarda do palacio, para intimidar os tumultuosos, disparou um tiro para o ar. Corre a populaça contra o palacio, acode a guarda urbana, mas em vez de reprimir os amotinados junta-se com elles, e a municipalidade, que havia indirectamente preparado a insurreição, contando, talvez, que poderia mais tarde dominal-a, aconselhou ao governador a que não affrontasse a ira popular, e que fugisse. A multidão rodeava-lhe o palacio, soltando gritos ameaçadores, e agitando os archotes com que se propunha a incendiar-lhe a habitação. Por toda a parte, nas ruas, nas casas e até nas egrejas se viam expostos aos ultrajes da plebe os cadaveres dos hespanhoes, que succumbiram na lucta, ou foram surprehendidos inermes. Ao mesmo tempo, os sinos, tocando incessantemente a rebate, chamavam os povos á revolta, que não encontrava resistencia.

O governador, assustado, decide-se emfim a fugir a pé, levando comsigo o filho, e dirigindo-se para a praia, com o intento de refugiar-se nas galés fundeadas no porto. Os fortes, de que os revoltosos se tinham apoderado, faziam fogo para as galés, para as impedir de se aproximarem. Um escaler, porém, conseguiu abeirar-se da praia, a ponto de n'elle poder saltar o filho do vice-rei; os remeiros, acossados pelo fogo dos fortes, fizeram-se ao largo, sem attenderem aos rogos do filho de Santa Coloma, que lhes pedia salvassem seu pae. O vice-rei ficou desamparado na praia, e a populaça, talvez avisada, correu para ali. O fugitivo, procurando disfarçar-se o mais possivel, tomou o caminho de Monjuich; extenuado da fadiga e dos sobresaltos, atribulado pelo desamparo em que se via, cahiu com uma syncope, e sendo encontrado estendido na estrada com um desmaio, pelos que o perseguiam, ahi mesmo lhe deram a morte, crivando-o de golpes e sem esperar que recuperasse os sentidos.

Tres dias durou a anarchia, exercendo-se as maiores vinganças: as casas dos ministros castelhanos foram todas postas a saque e incendiadas, ao mesmo tempo que eram soltos da prisão, e victoriados, os conselheiros municipaes e o deputado da nobreza que o vice-rei havia mandado prender.

A municipalidade, que não tinha intenção de quebrar os laços de união do principado com a corôa de Castella, mas sómente mostrar por um acto energico quanto as oppressões podiam ser perigosas para os oppressores, assim que os tumultos acalmaram mandou celebrar exequias por Santa Coloma, e querendo mostrar a sua reprovação ao assassinato do vice-rei, prometteu premios a quem entregasse os criminosos. Em seguida mandava uma deputação a Madrid desculpando-se, attribuindo ás violencias do vice-rei as culpas da revolta, e pedindo para que fossem cohibidos os excessos da soldadesca e respeitados os fóros do paiz. Chegando á côrte os deputados de Barcellona, foram immediatamente presos, e o conde-duque, a quem o exemplo d'Evora não se lhe varrera da memoria, preparou-se para castigar a sedição com o maior rigor.

Assim que a noticia dos acontecimentos de Barcelona chegou ás outras cidades da Catalunha, logo em todas ellas se reproduziram scenas identicas, sendo expulsas de toda a parte as forças castelhanas, e em alguns pontos com perdas consideraveis. Pela sua parte, os terços italianos e hespanhoes não poupavam devastações na fuga, deixando na sua passagem um rasto de destruição.

Para substituir D. Delman de Guerault foi nomeado pela côrte de Madrid o duque de Cardona, catalão, e bemquisto dos seus compatriotas, que tomaram este acto de Olivares como uma tentativa de conciliação. Enganavam-se. Effectivamente o novo vice-rei não desmentiu o bom conceito em que era tido pelos seus conterraneos, mas o valido de Filippe IV é que não estava inclinado ás idéas conciliadoras, que os sublevados lhe suppozeram.

A insurreição, progredindo sempre, havia-se estendido ao Roussillon, onde se achavam concentradas maior numero de tropas hespanholas, que poderam, á custa das maiores atrocidades, suffocar a revolta. O duque de Colona, tendo noticia dos excessos commettidos pelos soldados, partiu immediatamente para o Roussillon, fez prender os coroneis Moles e Arces, sobre quem recahiam as maiores queixas, e preparava-se para os fazer julgar. Reprovou-lhe o conde-duque o procedimento; mandou soltar os presos, e á imitação do que havia feito em Portugal, instituiu no Aragão, proximo da Catalunha, uma junta incumbida de castigar os sediciosos. Como se vê, estava nas melhores disposições de levantar em Barcelona os patibulos d'Evora. O duque de Cardona desgostou-se profundamente pela quebra da sua dignidade, e diz-se que o desgosto o levou em poucos dias á sepultura.

Pelo seu fallecimento foi nomeado vice-rei D. Garcia Gil Manrique, bispo de Barcelona, homem completamente incapaz para um cargo tão difficil, mas que por isso mesmo convinha muito ao conde-duque, que esperava ter n'elle um instrumento docil a todos os seus caprichos. Ao mesmo tempo foi creada em Madrid uma junta, para discutir os meios de submetter os revoltosos. Dividiram-se os pareceres, inclinando-se para a moderação e clemencia alguns dos vogaes, entre os quaes o conde de Oñate; prevaleceu, porém, o voto do cardeal D. Gaspar de Borja, que aconselhava o rigor e a violencia. Era apenas a confirmação dos desejos e intenções de Olivares. Aconselhou este a el-rei que fosse abrir as côrtes de Aragão, seguido d'um numeroso exercito, para formar o qual se deveriam reunir todas as tropas espalhadas pelas diversas provincias de Hespanha.

Pela sua parte os catalães tambem não estavam ociosos. Convocaram côrtes em Barcelona, e os deputados, arrastados pela vehemente e patriotica linguagem do conego D. Paulo Clasis, decidiram aceitar a lucta com o poder de Castella, pedindo o auxilio da França. O cardeal Richelieu recebeu com jubilo os enviados da Catalunha, e prometteu mandar ao principado, á custa d'este, um soccorro de seis mil homens de pé e dois mil de cavallo.

D'um lado e outro se desenvolvia a maior actividade, e o conde-duque, fiel ao seu programma, aproveitou ainda mais este ensejo para enfraquecer Portugal, ordenando que toda a nobreza, sem excepção, acompanhasse Filippe IV, e aquelles fidalgos que por seus empregos não podessem sahir de Lisboa, deviam fazer-se substituir por outro, ou parente ou estranho. Ordenava-se tambem que se fizessem grandes levas de tropas, que deveriam ser mandadas, á nossa custa, para a Catalunha.

Representou o reino contra a enormidade do sacrificio, allegando achar-se o paiz tão falto de gente, e pobre de recursos, que nem para as suas proprias colonias, tão carecidas de auxilio, podia mandar os necessarios soccorros. Respondeu o ministro com severidade, instando pela execução das ordens regias.

«A nobreza, diz o sr. Pinheiro Chagas, que em 1637 mostrára um pouco de egoismo, desamparando o povo oppresso por excessivos tributos, agora expiava as suas culpas, vendo-se arruinada pela nova contribuição. Houve fidalgo que teve de apresentar cento e cincoenta soldados equipados promptos; foi-lhes necessario, para satisfazer a taes exigencias, empenhar-se, vender os seus bens livres, de fórma que já bastante empobrecidos por todos os sacrificios dos ultimos tempos, viram n'esta ordem para irem servir o rei á sua custa na Catalunha, ainda depois

de equiparem os soldados que lhes cabiam na repartição do tributo geral, não só uma violação dos seus privilegios, mas tambem a sua completa ruina.

«Eram antigas as queixas da nobreza. Vimos como a indignára o decreto, que ordenára a todos os fidalgos que apresentassem os titulos pelos quaes percebiam os bens da corôa, o que era quasi difficillimo. Além d'isso, andava sempre atrazadissimo o pagamento das tenças. Em Madrid só se attendia aos pergaminhos e aos serviços dos nobres de Portugal, quando se prestavam a ser aduladores dos ministros; no caso contrario eram-lhes preferidos para todos os empregos homens de baixa esphera. Nos ultimos tempos, como era omnipotente no espirito d'Olivares Miguel de Vasconcellos, e este votára á fidalguia um odio vingativo, tornára-se systematico o desprezo pela classe aristocratica. Não só eram raros os portuguezes que occupavam um cargo qualquer nas differentes provincias da vasta administração hespanhola, mas até em Portugal, com manifesta violação dos privilegios de Thomar, hespanhoes e italianos occupavam os primeiros postos. O systema era pessimo até debaixo do ponto de vista politico; um ministro habil, se queria effectuar a união, devia seduzir os fidalgos portuguezes com os cargos da administração da Hespanha, da Italia, das Indias Occidentaes, mas as paixões mesquinhas d'Olivares e de Vasconcellos tinham-lhes feito despresar este meio infallivel de captar a cubiça humana.

«Por outro lado os rendosos habitos e commendas das ordens militares, premio antigo dos serviços, a um tempo honorifico e remunerador, eram vendidos a quem mais dava, o que offendia altamente a nobreza costumada ainda a ter em muita conta essas distincções. Não contente com tudo isto, para ainda mais aggravar os queixumes da aristocracia, Olivares não a poupava nas contribuições. Os pedidos e os emprestimos repetidos empobreciam as casas fidalgas; alguns d'esses pedidos tomaram um caracter duradoiro. Um outro imposto, que feria altamente a nobreza, era o dos direitos de mercê que se chamava «meia annata» porque importava em meio anno dos rendimentos do emprego para que se era nomeado, mas que nas mercês honorificas era taxado arbitrariamente, elevando-se sempre a taxa d'anno para anno. Um facto, que a um tempo demonstrava o rancor de Miguel de Vasconcellos e de Diogo Soares contra a nobreza, e ao mesmo tempo o caracter infamissimo d'estes dois sicarios de Castella, parecia inacreditavel, se o testemunho da sua verdade não tivesse ficado estampado na correspondencia confidencial trocada entre os dois, e que os fidalgos sublevados surprehenderam no dia 1 de dezembro, nos aposentos de Miguel de Vasconcellos.

«Este facto era o seguinte: Diogo Soares aconselhava a Miguel de Vasconcellos que, para rebaixar mais, para aviltar completamente as familias nobres, empregasse todos os meios para que fossem seduzidas e deshonradas as filhas e as irmãs dos primeiros fidalgos do reino!!! Lembrava-lhe tambem que procurasse arruinar outros por meio da calumnia, empregando para esse fim testemunhas falsas!! Diogo Soares adivinhava, com mais d'um seculo de antecedencia, o impudente panegyrico da calumnia feito pelo D. Basilio de Beaumarchais.

«Estes eram os aggravamentos da nobreza; o clero não os tinha menores. Já os enumerámos largamente. O antigo subsidio resgatado pelos ecclesiasticos por cento e noventa mil cruzados, resgate que os não eximiu ainda assim aos vexames dos exactores; o celebre desvio dos rendimentos da alfandega de Lisboa, garantia unica do pagamento das rendas de innumeros clerigos, abbadias, mosteiros e estabelecimentos pios, o renovamento constante dos subsidios da cruzada, que a curia, docil ás exigencias do governo hespanhol não hesitava em lançar sobre os padres portuguezes, serviam para inflammar o clero contra o governo hespanhol; e, como se tudo conspirasse para arrancar o reino do dominio estrangeiro, até as medidas mais sensatas lhe faziam mal. As leis de desamortisação postas em vigor por Olivares, o seu energico procedimento contra as insolencias do nuncio Castracani, e as tendencias interesseiramente tolerantes do conde-duque para com os judeus portuguezes, tudo isso irritava o fanatismo da plebe e desencadeava nos pulpitos a colera dos prégadores, fazendo até dos confissionarios tribunaes onde os odiados castelhanos eram condemnados a serem expulsos de Portugal.

«O povo esse era o que tinha mais sérias ra-

zões de queixa contra o dominio estrangeiro. Emquanto as classes privilegiadas viam mais os seus interesses prejudicados, do que o aviltamento da patria, o povo sentia principalmente a decadencia de Portugal, e attribuia-a toda ao nefasto dominio estrangeiro. Via o imperio dos mares perdido, via que não affluiam já a Lisboa, senão sempre diminuidas, ás riquezas do Oriente. A marinha estava aniquilada. O naufragio da esquadra de D. Manuel de Menezes, a perda da armada do conde da Torre no Brazil e a derrota do canal, sem fallarmos no mais antigo e mais formidavel desastre da grande armada, e nas perdas diarias dos galeões das carreiras d'Africa, India e America, tinham-nos feito descer do primeiro logar a um dos ultimos entre as nações maritimas. A Hespanha parecia conspirar com os nossos communs inimigos para nos empobrecer. Mais de sete mil peças d'artilheria nos levára a Hespanha, e no arsenal de Sevilha novecentos canhões tinham origem portugueza. Nos arsenaes portuguezes faltavam entretanto os aviamentos mais indispensaveis para construcção, de fórma que se empregavam mezes e mezes para se lançarem ao mar dois ou tres navios. Ao mesmo tempo as colonias tão rendosas, agora quasi que só davam perda. As cento e vinte mil caixas d'assucar e trinta mil de tabaco enviadas d'antes pelo Brazil a Portugal, agora iam quasi todas para Hollanda. O commercio paralisavam-n'o, como dissémos, os assaltos dos hollandezes, e até dos piratas mouros, e ainda os vexames fiscaes dos hespanhoes que annullavam quasi completamente o rendimento das alfandegas.» [1]

Era esta a situação das diversas classes quando rebentou a ordem de Madrid a que já alludimos; o pensamento de rebellião, que ha muito calava nos animos, converteu-se em sentimento unanime. O ensejo era propicio; a revolta da Catalunha, produzindo uma consideravel derivação de forças, tornava o lance menos arriscado. Faltava um chefe para a revolução: voltavam-se todos os olhos para o palacio de Villa Viçosa, e o duque de Bragança, cedendo, depois de longas hesitações ás instancias dos fidalgos, subiu emfim ao throno que fôra occupado pelos seus antepassados.

[1] *Hist. de Port.*, tom. 5.º, pag. 269 e 270.

CAPITULO V

Hostilidade do clero contra o governo hespanhol.—O duque de Bragança governador das armas do reino.—Diligencias dos fidalgos para que elle acceitasse a corôa.—Fórma-se a conspiração da nobreza.—O duque de Bragança é convidado a acompanhar Filippe IV á Catalunha.—Cede ás instancias dos conspiradores.—A revolução.—Morte de Miguel de Vasconcellos.—Prisão da duqueza de Mantua e dos principaes castelhanos.—Entregam-se os castellos de S. Jorge e de Almada e as torres de Belem, do Bugio, de Santo Antonio e a Torre Velha.—Chega a Lisboa D. João IV.—É successivamente acclamado em todas as cidades e terras do reino.

O partido da usurpação tivera a principio numerosos adherentes, recrutados pelo oiro e as mercês do rei catholico, na fidalguia e no alto clero; pelo decurso do tempo cresceu assombrosamente o numero dos descontentes, e nos ultimos annos foram tão repetidas as violencias, ferindo sem distincção todas as classes, que o odio pelos oppressores era em todas unanime e profundo. Aquella porém, cuja hostilidade deveria ser mais fatal aos dominadores era a do clero, pela enorme influencia que exercia no animo do povo, e porque os seus meios de acção, lenta e constantemente exercidos, escapavam á repressão, e mesmo á vigilancia. As allusões lançadas do pulpito, tão faceis de perceber, como difficeis de cohibir, as exhortações ditas no segredo do confissionario, a propaganda feita nas conversas intimas pelos directores espirituaes das familias, tudo isto fortalecia o espirito de rebellião, tornando-o mais intenso e mais vasto.

Foi nos ultimos annos do dominio hespanhol, e em virtude d'esta propaganda, que o sebastianismo assumiu maiores proporções, arraigando-se cada vez mais no animo das multidões a idéa de uma libertação proxima; estudavam-se as profecias e multiplicavam-se os milagres, sendo accordes todos estes factos em annunciar a acclamação do duque de Bragança.

Em tudo isto andava a mão habil do clero explorando a credulidade publica, e foi ainda elle que aproximou o povo da nobreza, unindo

no mesmo sentimento de aversão aos estrangeiros, as duas classes separadas por interesses e desconfianças. Em 1637, nas alterações que se deram, mais ou menos, por todo o reino, mas que ficaram conhecidas pelos «tumultos d'Evora», a nobreza, supposto que já insofrida do jugo estranho, temendo, todavia, comprometter-se, retrahiu-se, deixando o povo desamparado de chefes, e tornando, portanto, mais facil a repressão e a vingança dos hespanhoes. Este facto, avivando a recordação dos successos que se deram posteriormente á morte do cardeal-rei, até que Filippe II subiu ao throno de D. João I, augmentou a desconfiança do povo contra os nobres.

A suspeita, ainda que bem fundada, era d'esta vez injusta. Os vexames infligidos pelo governo de Madrid ás altas classes não eram inferiores aos que supportavam as ultimas camadas, portanto, o desejo de recobrar a independencia era tão sincero, e tão vehemente n'aquellas, como n'estas.

Já antes da ordem iniquissima a que nos referimos no final do capitulo antecedente, quando o duque de Bragança veio a Almada, como governador das armas de Portugal, foi ali procurado por alguns fidalgos, D. Antonio de Mascaranhas, D. Antão d'Almada, D. Miguel d'Almeida, D. Francisco de Mello, monteiro-mór, e Pedro de Mendonça, alcaide-mór de Mourão, que o instaram para acceitar a corôa de Portugal; e como o duque, tractando-os com as maiores deferencias não désse, comtudo, respostas explicitas, um d'elles, D. Antonio de Mascaranhas, desejando apressar a sua decisão, affirmou-lhe que no dia em que fosse visitar a regente seria acclamado, mesmo a seu pesar. O duque repelliu com vivacidade similhante expediente, accrescentando que era ainda cedo.

Este desenlace, que não tirava absolutamente as esperanças aos conspiradores, deixava-os comtudo indecisos; reanimaram-se, sabendo que o principe, antes de retirar-se de Almada dissera ao padre Nicolau da Maia, um dos seus mais dedicados partidarios, «que dava por feliz aquella jornada, só pela boa vontade dos fidalgos e de todas as pessoas, e que por ellas havia de empenhar a vida e o Estado.»

Continuaram as instancias, e continuou tambem a abstenção do senhor de Villa Viçosa em adherir, ou mesmo approvar qualquer movimento de insurreição. Desanimados com este proceder, voltaram alguns fidalgos os olhos para a Allemanha, onde militava D. Duarte, irmão segundo do duque, e ao qual já pouco antes, tendo vindo ao reino em visita, lhe haviam offerecido a corôa; que seu irmão parecia regeitar. D. Duarte, parecendo-lhe que esse acto seria uma usurpação dos direitos de seu irmão, respondeu commovido que «apenas Portugal levantasse o brado da insurreição tel-o-hia immediatamente a seu lado, para pelejar pela independencia da patria». As hesitações do duque justificariam agora a sua vinda. N'este entretanto rebentou a ordem para a nobreza do reino acompanhar el-rei ás côrtes d'Aragão, espalhando-se logo em seguida a noticia de que em Madrid se estavam forjando novos impostos, e que breve se decretaria a extincção dos privilegios do reino.

A urgencia do perigo não admittia delongas; foi posta de parte a idéa de chamar D. Duarte, e renovaram-se as relações com o duque, mas sempre com o mesmo exito incerto. A casa de Bragança era a maior do reino em riquezas e privilegios, gosando honras quasi magestaticas. Evidentemente D. João não queria arriscar n'um lance perigoso a fortuna e grandezas de que gosava. O sentimento egoista era n'elle mais poderoso do que o patriotismo, e a voz da prudencia fazia imudecer as suggestões da ambição.

Os fidalgos, porém, para alguns dos quaes a jornada do Aragão era um perigo, e para quasi todos a ruina, redobraram de actividade, dando-lhes a fortuna, n'uma circumstancia inesperada, valioso auxilio aos seus planos. Jorge de Mello, mestre de campo de um dos terços recrutados na Beira, entrando no segredo, fez com que se lançassem os primeiros fios da conspiração em Xabregas, onde se reuniram de novo os fidalgos que haviam procurado o duque em Almada, á excepção do monteiro-mór, que residia em Santarem, mas que mesmo de lá apertava com os conjurados, para que se decidissem a tomar uma resolução, que a urgencia das circumstancias não permittia demorar.

O alcaide-mór de Mourão, D. Pedro de Mendonça Furtado, que sempre havia frequentado o paço de Villa Viçosa, amiudára então mais as

visitas, com o intento de começar o ataque, chegando mesmo a tentar a adulação, depois de haver esgotado os argumentos. Tratava o duque com as honras de soberano, accrescentando que ainda havia de beijar-lhe a mão como seu rei. D. João, porém, recebia estas insinuações como gracejo, frustrando d'esse modo os intentos de Mendonça, que não podia arrancar-lhe uma promessa.

Desesperaram os fidalgos e chegaram a discutir se não seria conveniente adoptar um governo republicano, se a obstinação do duque persistisse. No emtanto continuavam as reuniões dos conjurados na casa de Jorge de Mello, em Xabregas, mas com pouco fructo, não só pelas recusas do duque, como pelo diminuto numero dos conspiradores, que se abstinham de fazer proselytos, com receio de alguma traição. Veio tiral-os d'este embaraço Miguel de Vasconcellos, apertando com os titulares, cavalleiros e commendadores para que apresassem a jornada da Catalunha.

As lastimas dos queixosos abriam caminho aos conjurados para revelarem o segredo aos de maior confiança, crescendo d'este modo a lista d'elles, com os nomes das principaes familias, como Almeidas, Silvas, Menezes, Saldanhas, Telles, Costas, Sás, Sousas, Mascaranhas, Britos, Mellos, Camaras, Coutinhos, Athaydes, Noronhas, Figueiredos e Cunhas. Seguiram-se ainda outras adhesões, não menos valiosas, entre as quaes a do arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, que se quiz associar, com alguns parentes seus, á obra da restauração. D. João Pereira e o prior de S. Nicolau tambem fizeram prometter a muitos dos seus amigos, que estariam promptos á primeira voz. Igualmente o padre Luiz d'Abreu e João Cardozo, não pouparam diligencias para conseguir novos adherentes; e Estevão da Cunha, deputado do santo officio, valia-se da influencia do seu cargo para chamar á mesma causa os capatazes da misericordia e bastantes individuos da classe média.

As reuniões de Xabregas mudaram-se para o palacio de D. Antão d'Almada, situado no Rocio, entre o moderno theatro de D. Maria II e a egreja de S. Domingos. É tradição antiga e constante, que os conjurados se reuniam no jardim do palacio, n'um pavilhão com assentos de pedra, que tinha a vantagem de se achar communicado, por meio de uma escada, com o mirante, onde havia uma porta escusa, que abria para o monte de Sant'Anna, em frente da cêrca das commendadeiras da Encarnação. Esta porta facilitava a entrada dos conspiradores, que nunca se reuniam todos, afim de evitarem que, por qualquer denuncia, podesse a empreza ser destruida d'um só golpe.

Eram já numerosos, como dissémos, os adherentes, comtudo, restava ainda grangear os mais influentes das classes populares, sem o auxilio das quaes não poderia vingar o plano dos conspiradores. Era difficil o intento, porque havia a luctar com as desconfianças a que n'outro logar nos referimos. Encarregou-se, porém, o padre Nicolau da Maia de combater as repugnancias e de as vencer. As primeiras propostas não foram recebidas com boa sombra; os homens do povo lembraram ao emissario da nobreza o exemplo ainda recente dos tumultos d'Evora, em que todos os castigos recahiram sobre os plebeus, porque a fidalguia soube aparar o golpe, não se compromettendo nos disturbios. Não desanimou o padre Nicolau, e conseguiu, por fim, que o acompanhassem a casa de D. Antão d'Almada, onde, depois de largo debate, concluiram que o povo seguiria a nobreza, no momento opportuno, «mas com a expressa condição de que os fidalgos procederiam de modo que uma vez mettidos na empreza não podessem tornar atraz, nem pactuar com o governo castelhano.»

Emquanto proseguiam d'este modo os trabalhos da conspiração baixava ordem de Madrid ao duque de Bragança, para que reassumisse o governo das armas de Portugal; escusou-se D. João, allegando motivos plausiveis. Mas passadas algumas semanas, recebia outra carta regia, convidando-o, com as maiores cortezias, a preparar-se para acompanhar o soberano á Catalunha. Viu claramente D. João o firme proposito de o desterrarem do reino, e era para elle evidente, que uma vez passada a fronteira nunca mais voltaria. Desde logo comprehendeu que só poderia evitar a ruina certa, que lhe preparava Castella, aceitando a empreza arriscada que lhe propunham os conjurados. Decidiu-se, emfim, sem comtudo se compromelter ainda por uma promessa formal; limitou-se a auctorisar o celebre João Pinto Ribeiro, que tratava em Lisboa os

negocios da sua casa, a assistir ás reuniões dos fidalgos. Tinha-o o duque em grande estima, pelo seu zelo nunca desmentido, e pela sua elevada capacidade; com elle e com Sanches de Baena, lente de canones na universidade de Coimbra, e que depois foi desembargador da relação do Porto, conselheiro, procurador da fazenda e desembargador do paço, costumava D. João consultar os negocios de maior ponderação, attendendo muito seu parecer. Á actividade, ao conselho, á constancia d'estes dois homens deveu principalmente o duque de Bragança o throno de Portugal.

Ignora-se se Sanches de Baena assistiria, com Pinto Ribeiro, á reunião que no dia 12 d'outubro houve em casa de D. Antão d'Almada; é provavel, porém, que não faltasse, já pelas suas estreitas relações com o duque de Bragança, de quem era, como notámos, um dos mais dedicados partidarios, já pelos seus laços de parentesco com D. Antão d'Almada. N'essa reunião, queixando-se os fidalgos das indecisões do duque, foi calorosamente defendido por João Pinto Ribeiro, que ponderou quanta prudencia era necessaria para o bom exito da empreza; no emtanto, reconhecendo que a urgencia das circumstancias não consentia delongas, propôz que se fizesse a acclamação do duque, mesmo contra a vontade d'elle, porque depois d'esse facto a recusa era impossivel.

Foi enthusiasticamente recebida esta proposta, e os conjurados deliberaram que fosse um d'elles a Villa Viçosa informar D. João do estado das cousas.

Tomou o encargo Pedro de Mendonça Furtado, que chegando ao paço dos Braganças, e sabendo que o duque andava caçando, dirigiu-se para a tapada, onde effectivamente o encontrou afastado dos monteiros. Expôz-lhe os motivos da sua visita, e procurou todos os meios de o persuadir a aceitar a corôa, encarecendo-lhe as facilidades da sublevação pelo descontentamento dos povos, o avultado numero de adherentes que já contava a causa da liberdade, e que se achavam promptos á primeira voz; a fraqueza dos castelhanos desprevenidos, e os embaraços da côrte de Madrid pela insurreição da Catalunha.

Ouviu D. João, visivelmente impressionado, a exposição de Mendonça Furtado, ao qual respondeu, por fim, que precisava ainda reflectir um pouco, e tomar parecer com o seu secretario. Desanimou completamente o enviado, porque attribuia as hesitações do duque aos conselhos do secretario Antonio Paes Viegas. Foi este chamado alta noite por D. João, que depois de o fazer sciente de tudo, terminou por lhe pedir o seu voto. A resposta do secretario foi prompta e decisiva. «Se os conjurados fizerem uma republica por quem se pronunciará v. ex.ª? Por Castella ou Portugal? — Seguirei os portuguezes, respondeu D. João. — Então, redarguiu Viegas, melhor será arriscar tudo para reinar, do que ficar vassallo, arriscando tudo.» O duque mostrou-se convencido, mas proseguiu ainda ponderando as difficuldades da empreza, ao que o secretario atalhou: «Um principe que defende legitimos direitos não pode morrer em melhor cama que a da campanha.» Impressionado favoravelmente por este parecer, que tinha sempre grande influencia no animo de D. João, quiz este ainda ouvir a duqueza, senhora de levantadas ambições, que respondeu: «Mais vale viver reinando, do que acabar servindo.»

Mais do que todos os conselhos concorreu talvez esta phrase para acabar com as irresoluções do duque, que não tardou em declarar a Pedro de Mendonça a sua resolução de aceitar a corôa. Cheio de jubilo, partiu o alcaide-mór de Mourão para o seu castello, afim de não excitar as desconfianças do governo, parecendo que a sua jornada se destinára exclusivamente a Villa Viçosa. Chegando ali, expediu immediatamente um proprio a D. Miguel d'Almeida, communicando-lhe, por meio d'uma carta enigmatica, como eram todas as dos conjurados, para illudir suspeitas, se alguma d'ellas fosse apprehendida. «Fomos á tapada, escrevia Mendonça, deram-se alguns tiros. Acertaram-se uns e erraram-se outros. Grande é a prudencia de João Pinto Ribeiro.»

Depois de se decidir, o duque de Bragança estava ancioso por que rebentasse a revolução, com receio de que fossem descobertos os planos dos conspiradores. Deu-se no entretanto um incidente, que lhe fez esmorecer um pouco o animo. Soube-se que tinham partido para Madrid pessoas que poderiam denunciar aos ministros a conjuração que suspeitavam. Mandou o duque chamar

immediatamente a Lisboa João Pinto, servindo-lhe de pretexto, para não suscitar desconfianças, uma demanda que tinha a sua casa com a dos condes de Odemira. Foi João Pinto, e não só conseguiu tranquillisar o duque, mas ainda animal-o, exagerando-lhe as forças dos conjurados, chegando a affirmar-lhe que podiam destacar alguns d'elles para as provincias, afim de as sublevarem ao mesmo tempo que Lisboa.

Serenado o animo de D. João, tratou Pinto Ribeiro de combinar com o secretario o plano da revolução, resolvendo primeiro que rebentasse em Evora; felizmente decidiu-se depois que fosse em Lisboa; decisão esta, pondera um escriptor moderno, que salvou a causa, pois que nos estados onde a centralisação domina, revoluções que não começam na capital, são perdidas.

Antes de proseguir a narrativa notaremos que tanto a Miguel de Vasconcellos, como a Diogo Soares, não tinham passado desapercebidas as reuniões dos fidalgos, suppunham, porém, que tratariam n'ellas de evitar a jornada da Catalunha, e até estimavam que fosse adoptada qualquer resolução violenta, afim de terem pretexto para uma repressão em que poderiam saciar a sua vingança. Diz-se mesmo, que o secretario d'Estado recebera denuncia do dia aprasado, n'uma carta fechada, que nem sequer abriu.

Communicou João Pinto o plano da revolução ao duque de Bragança, que fez sentir a vantagem de serem atacados ao mesmo tempo o castello, as torres e o paço. Prometteu João Pinto, com a certeza de que não poderia cumprir, mas se entrasse n'essas explicações seria desmentir o que havia affirmado ácerca das forças dos conjurados, correndo o risco de voltarem outra vez as perplexidades ao animo de D. João. Lembrou Pinto Ribeiro ao duque a conveniencia de escrever de seu punho uma carta a D. Miguel d'Almeida, o mais velho dos conspiradores, e a Pedro de Mendonça Furtado, que fôra o primeiro que dera aos fidalgos a nova de elle haver aceitado a corôa. Accedeu o principe, e João Pinto ao despedir-se quiz-lhe beijar a mão, o que o duque não consentiu, dizendo-lhe com um sorriso: «não compremos a couve antes da carne.»

Logo que Pinto Ribeiro chegou a Lisboa reuniu os fidalgos para lhes communicar as noticias que trazia de Villa Viçosa. Pintou com côres mais vivas do que verdadeiras a resolução e o enthusiasmo do principe, insinuando as boas intenções em que elle se achava de repartir o governo do reino com os que lhe davam o throno. Foram acolhidas enthusiasticamente as communicações de João Pinto, a quem o duque havia dado plenos poderes para adoptar em seu nome todas as deliberações que julgasse convenientes. Decidiu-se amiudar as reuniões, que d'ali por diante se fizeram ou em casa de D. Antão d'Almada, ou nos paços do duque de Bragança, em Lisboa, nos aposentos reservados de João Pinto, nunca se reunindo os conjurados todos, como já dissemos, e bastando a decisão de sete membros, para obrigar todos os outros.

Na reunião de 25 de novembro decidiu-se que se fizesse a revolução no primeiro dia de dezembro. O padre Nicolau da Maia incumbiu-se de avisar o juiz do povo e a casa dos vinte e quatro. Decidiu-se tambem que fosse dada participação ao arcebispo, e discutiu-se depois se o duque de Bragança deveria vir a Almada. Era d'esse parecer a maioria, mas João Pinto, apontando com a sua costumada eloquencia os inconvenientes, conseguiu voltar as opiniões. Questionou-se, por ultimo, o plano da revolução, sendo a principio muito encontrados os pareceres, mas prevalecendo a final a mais sensata opinião, qual era que os fidalgos atacassem de surpresa o paço. Como veremos pelo decurso dos acontecimentos foi esta resolução a que contribuiu para a rapidez da revolta, e para que se effectuasse sem grande effusão de sangue. A principal d'estas resoluções foi communicada ao duque por meio d'estas palavras enigmaticas, que João Pinto lhe escreveu: «que no dia 1 de dezembro se havia de resolver o caso dos foreiros de Sacavem».

Tres dias depois, houve nova reunião para se fazerem as ultimas combinações, como era, distribuir os bairros pelas pessoas influentes para prevenirem a gente do povo; meios de distribuir as armas, e indicações dos pontos de reunião. Resolveu-se tambem, que aos fidalgos que não estivessem no segredo da conspiração, e de cuja fidelidade não houvesse completa certeza, se lhes passasse aviso para comparecerem no Terreiro do Paço, sem lhes declarar o motivo do aviso.

«Reinava a animação e o enthusiasmo habitual no conciliabulo, diz o sr. Pinheiro Chagas,

quando um mancebo, que assistia pela primeira vez á conferencia, D. João da Costa, cujo valor e lealdade eram incontestaveis, mas que tinha mais friesa de espirito do que n'um conspirador é util, pediu a palavra, e começou a desenvolver largamente as razões que tinha para não agoirar bem da empreza. Não poz nem sequer em discussão os direitos do duque de Bragança, mas mostrou duvidar muito das suas qualidades pessoaes, confessando que o não achava proprio para reinar em épocas revoltas, em que o soberano deve forçosamente vestir as armas. Depois lembrou que o reino estava exhausto de tudo quanto era necessario para sua defesa, que os hespanhoes tudo lhe haviam tirado. Notou que os conjurados eram quarenta apenas, ou pouco mais, que juntamente com os criados formariam, quando muito, um corpo de duzentos homens, e que era insigne loucura suppor que tão pequeno troço de gente renderia uma cidade, deffendida por mais de mil e quinhentos soldados.

«Disse tambem que, ainda que um acaso da fortuna os favorecesse no primeiro impeto, era de todo o ponto impossivel que depois d'esse exito, não viessem de Madrid exercitos que suffocassem no berço uma revolução desarmada; que os catalães tinham conciliado o auxilio da proxima França, mas que elles portuguezes haviam de combater sósinhos contra o poder immensamente superior dos seus tyrannos. A conclusão foi inesperada. «Avisado mais cedo, terminou á força de prudencia o imprudente fidalgo, teria procurado fazer com que tudo se preparasse melhor; mas agora entendo que é peior pararmos do que irmos por diante com esta temeridade.» [1]

Produziram deploravel effeito as reflexões deslocadas e pouco justas de D. João da Costa. Não assistiram a essa reunião, nem o enthusiasta João Pinto Ribeiro, nem o denodado D. Miguel d'Almeida; os conspiradores que tinham ouvido D. João da Costa esmoreceram completamente, e dois d'elles, depois de haverem vagueado pela cidade repisando nas mesmas considerações, foram, alta noite, bater á porta de Pinto Ribeiro. Tinha-se combinado, que se algum dos conjurados fosse preso, rebentasse logo a revolução; pareceu-lhe que era chegado o momento, e que a sua prisão seria a causa de se apressar a revolta.

Que terrivel foi a desillusão quando soube do succedido! Esforçou-se debalde por levantar aquelles animos abatidos e recusou-se tenazmente a avisar o duque, como elles pediam, de que tudo ficava suspenso. No entanto, depois que se retiraram, pensou na enorme responsabilidade que assumia não fazendo o aviso, e expediu pelas quatro horas da manhã uma carta para Villa-Viçosa em que dizia «que suspendesse até novo recado.» Quasi logo em seguida a este correio mandou outro, para prevenir que por qualquer incidente a primeira carta não chegasse ao seu destino.

O seu animo não sossobrou. Este contratempo, que faria desanimar qualquer outro, foi n'elle um novo estimulo para a sua actividade. Escreveu immediatamente um bilhete a D. Miguel d'Almeida dizendo-lhe: «Tudo está perdido, se Deus não acode. Corra ao Rocio que eu vou a Xabregas.» Como o leitor decerto já adivinhou dirigiu-se o energico partidario do duque de Bragança a casa de Jorge de Mello, que encontrou prompto a cumprir com a sua palavra, mas convencido de que nada mais obteria do que uma morte honrosa. Não é com estas prevenções que se pode fazer vingar uma revolta, e João Pinto Ribeiro vendo que não conseguia enthusiasmal-o com a esperança, retirou desanimado. No caminho encontrou-se com D. Antonio Luiz de Menezes e Pedro de Mendonça, e suppondo que tambem elles estariam dominados de receios; preparava-se já para nem sequer os contradizer. Contou-lhes, todavia, o que acabava de passar, e foi com grande espanto e não menor alegria que ouviu os dois fidalgos estranharem similhante irresolução, em tão critico momento.

Voltaram logo todos a casa de Jorge de Mello, que se deixou arrastar pela vehemencia com que os seus collegas lhe representavam a facilidade da empreza, e o perigo de a demorar. O enthusiasmo é contagioso, como o medo. João Pinto, no auge do seu contentamento tomava aquelle encontro como um visivel milagre de Deus.

Ao mesmo tempo D. Miguel d'Almeida, que ignorava o que havia occorrido, dirigiu-se, segundo o aviso de Pinto Ribeiro, a casa de D. Antão de Almada, que encontrou desalentado.

[1] *Historia de Portugal*, tom. 5.º pag. 287.

Combateu energicamente a idéa de qualquer adiamento; mandou logo chamar outros conjurados e conseguiu animal-os com a esperança que haviam perdido. Pelo meio dia o capitão Antonio de Saldanha levava esta noticia a Pinto Ribeiro, que a recebeu com immenso jubilo, despachando immediatamente outro correio para Villa-Viçosa, com recado contrario ao que havia expedido.

O duque de Bragança, logo que recebeu o primeiro aviso mandou suspender immediatamente a execução das ordens que havia dado, suspensão que não levantou, assim que, horas depois, recebeu recado em contrario; motivo esse porque o Alemtejo não se sublevou, como estava combinado, ao mesmo tempo que Lisboa.

No dia 30 de novembro, uma sexta feira, foi a ultima reunião dos fidalgos, em casa de D. Antão d'Almada. Nenhum trepidava já diante do perigo, e sabendo que arriscavam a vida, tinham-se preparado para a morte; quasi todos se haviam confessado, não se esquecendo alguns de fazer testamento, e encommendando outros a religiosos seus conhecidos suffragios por sua alma. O juiz do povo e outros influentes da classe popular tinham n'essa tarde afiançado que a sua gente se achava prompta á primeira voz, para seguir os fidalgos. Decidiu-se que no dia immediato se juntariam no Terreiro do Paço, e ao dar das nove horas, accommetteriam uns a guarda castelhana, emquanto outros subiriam immediatamente a desarmar a guarda allemã, e a tomar todas as entradas: d'ahi se dividiriam parte para as varandas, afim de atrahir o povo, aclamando a liberdade e D. João; e parte correria a procurar Vasconcellos, seguindo pelo corredor que punha em communicação a sala dos tudescos, ou allemães, com a secretaria d'Estado.

O governo do reino achava-se assim constituido. Assistiam ao despacho da regente o secretario de Estado Miguel de Vasconcellos, o presidente do desembargo do Paço D. Sebastião de Mattos e Noronha, arcebispo de Braga e o presidente da mesa da consciencia e ordens, o conde da Castanheira. Compunha-se o conselho de Estado de sete membros, que eram, o arcebispo de Braga, os condes da Castanheira, de Santa Cruz, de Miranda e de Linhares, o marquez de Villa-Real e D. Francisco de Mascaranhas. Presidia ao conselho de Portugal, instituido em Madrid, o conde de Ficalho, duque de Villa Hermosa. As resoluções mais importantes eram decididas por Vasconcellos, conjunctamente com o marquez de la Puebla, D. Thomaz Ibio Calderon e do conde Bayneto, estribeiro-mór da princeza, todos estes castelhanos, assim como os seguintes D. Diogo de la Rocha, D. Fernando d'Albia e Castro, D. Diogo de Cardenas e D. Luiz del Campo. O primeiro exercia o cargo de chefe da policia e dos contrabandos, e tanto elle como Thomaz Ibio Calderon e D. Fernando d'Albia faziam parte do conselho de fazenda. O commando geral dos presidios estava confiado a D. Diogo de Cardenas e a D. Luiz del Campo o castello de S. Jorge, guarnecido por quinhentos soldados, achando-se outros quinhentos, da companhia de S. Diogo, aquartelados na cidade. Era governador da India o conde d'Aveiras, do Brazil o marquez de Montalvão e de Angola Pedro Cesar de Menezes. Presidia ao senado de Lisboa o conde de Cantanhede. As torres de Belem, Cabeça Secca (hoje Bugio) e S. Julião, assim como o castello de Almada, a Torre Velha e a de Santo Antonio achavam-se occupadas por castelhanos, bem defendidas e municiadas. Os galeões fundeados no Tejo, bem artilhados e guarnecidos, eram todos commandados por hespanhoes, assim como as fortalezas maritimas, achando-se em ruinas as que defendiam as trincheiras.

O segredo da conspiração era já sabido de grande numero de pessoas, de todas as classes; os conspiradores, demasiadamente confiados no exito d'uma empreza tão arriscada, não attendiam muito aos conselhos da prudencia, e ora divulgavam os seus planos, ora tratavam com desprezo a gente do governo, como succedeu com D. Antonio de Mascaranhas, que tendo encontrado na vespera Miguel de Vasconcellos, no claustro do convento de S. Francisco de Xabregas, nem sequer lhe tirou o chapéu. Repetidas vezes os ministros tinham sido avisados das reuniões suspeitas em casa de D. Antão d'Almada, e até a Vasconcellos foi denunciado, como já dissémos, o dia aprasado para a revolta. Apesar de tudo, os conjurados não encontraram a menor prevenção de resistencia! Poucas horas bastaram para concluir a revolução, cuja narrativa pediremos á penna brilhante e animada do distincto escriptor o sr. Pinheiro Chagas.

«Rompeu, sereno e limpido, o dia 1 de dezembro. Não tinha nuvens a aurora da liberdade portugueza. Quem podéra adivinhar os pensamentos que salteavam o espirito dos conjurados ao erguerem-se, n'essa fria madrugada de inverno, para emprehenderem um tão incerto feito? Sabemos, comtudo, que, se a duvida pungia o animo d'alguns, só muitos se preparavam com sombria resignação, para se irem immolar, victimas heroicas, no altar da liberdade da patria; outros havia que a grandeza da acção enthusiasmára de novo, e que cingiam a espada, cheios de temeraria confiança. Impeto febril, fria resolução, ou verdadeiro ardor, é certo que nenhum trepidou. Mais alto do que todos os outros sentimentos fallava no coração o amor da patria opprimida, e o desejo de se resgatarem. Se a essa idéa do dever cedêra o proprio amor maternal! Na madrugada de 1 de dezembro, D. Filippa de Vilhena, escondendo debaixo d'um sorriso as lagrimas que lhe queimavam os olhos, cingiu ella mesma a espada aos seus dois filhos, D. Jeronymo d'Athayde e D. Francisco Coutinho, ordenando-lhes que pensassem, não na sorte d'ella, mas na sorte de Portugal, que o morrer pela patria, quando esta gemia oppressa, era ainda mais bello do que viver para sua mãe! D. Marianna de Lencastre, com a mesma resolução varonil, abençoava os seus dois filhos, Antonio Telles e Fernando Telles da Silva, e estas mães espartanas, mais nobres do que as espartanas, porque lhes não dictava estes preceitos a rigidez da indole affeiçoada por uma educação estoica, mas o sentimento de um dever mais elevado do que o proprio affecto maternal, legaram á posteridade um heroico exemplo e concorreram, mais do que os discursos de João Pinto Ribeiro, para inspirarem aos conjurados uma resolução inabalavel.

«De todos os pontos da cidade, uns a pé, outros a cavallo, outros em coches, caminhavam para o Terreiro do Paço os fidalgos e os seus adherentes, não com a anciedade natural d'essas horas febris, mas com uma tranquillidade que não deixava adivinhar o que ia em breve succeder. Onde vae? perguntou um amigo a João Pinto Ribeiro.—Não se altere, tornou risonho o doutor. Chegamos ali abaixo á sala real e é um instante em quanto tiramos um rei e pômos outro.

«Pouco antes das nove horas estavam reunidos no Terreiro do Paço todos os conjurados. A apparencia pacifica dos coches, que iam chegando ao Terreiro, não assustava os soldados da guarda, costumados n'esses tempos mais madrugadores do que os nossos a verem apparecer junto do palacio os cortezãos da duqueza. O povo tambem ainda se não accumulára em grande quantidade. Com a mão no fecho das portinholas esperavam os fidalgos impacientes o bater da hora solemne. Nove horas. Abrem-se a um tempo os coches; os fidalgos descem, e emquanto Jorge de Mello, Estevão da Cunha, Antonio de Mello e Castro, o padre Nicolau da Maia e outros esperam ainda dentro das carruagens que venha o signal do palacio para assaltarem a guarda castelhana, o grosso dos conjurados sóbe rapidamente as escadas, entram na sala dos archeiros tudescos, e, sem lhes darem tempo nem sequer a suspeitarem o que ia succeder, Affonso de Menezes, Gaspar de Brito Freire e Marco Antonio de Azevedo, deitam ao chão os cabides das alabardas, outros desembainhando as espadas afugentam os archeiros attonitos e desarmados. Alguns d'estes, ou por não terem as alabardas nos cabides, ou por serem mais resolutos, cumpriram o seu dever com certa bravura, já defendendo a entrada do corredor que ia ter ao forte onde ficavam os quartos de Miguel de Vasconcellos, já cobrindo a porta dos aposentos da duqueza de Mantua. Os primeiros levam-n'os adiante de si Pedro de Mendonça e Thomé de Sousa, os outros resistem com desespero a Luiz Godinho Benavente e mais tres ou quatro fidalgos, e só fogem, depois de terem visto cahir dois dos seus, um morto, outro ferido. Entretanto D. Miguel d'Almeida, ébrio d'alegria, corre a uma varanda, abre-a e brandindo um estoque exclama: «Liberdade! Liberdade! Viva el-rei D. João IV! «O duque de Bragança é o nosso legitimo rei!» E as lagrimas, embargando-lhe a voz, inundavam-lhe as barbas alvejantes, que fluctuavam ao sopro da brisa do Tejo, que doiravam os raios do sol a campear no céu. Respondeu-lhe debaixo um immenso grito de enthusiasmo e jubilo. Liberdade! Liberdade! Bradou o povo de um grito unisono. É que todos julgavam divisar n'esse heroico D. Miguel d'Almeida, n'esse velho de oitenta annos, radiante de ardor juvenil, o sym-

bolo de Portugal decrepito e alquebrado, mas illuminado n'essa hora de resurreição por um lampejo, por um reflexo do explendor das suas eras gloriosas.

«Não se limitou a essa resposta unisona a acção dos que estavam na praça. Antes que a guarda castelhana podesse perceber o grito da liberdade, que troava sobre as suas cabeças, Jorge de Mello arremetteu com os seus a elles n'um impeto, de espadas levantadas e pistolas em punho. Quizeram resistir, mas não lh'o consentiu nem o sobresalto repentino, nem o ardor dos nossos. Apenas o alferes Marcos Leitão de Lima levou uma coronhada que lhe ia sendo fatal. Os fidalgos, entre os quaes se distinguiam dois ecclesiasticos, o padre Nicolau da Maia e o padre Bernardo da Costa, combatendo com tanto ardor como os inimigos, n'um momento dispersaram os hespanhoes, e foram unir-se aos seus companheiros, deixando á turba já alvorotada o cuidado de impedir a guarda de se tornar a formar, se o terror lh'o permittisse. Entretanto nas salas os outros conjurados proseguiam a sua victoria. D. Antonio Tello, que não queria de fórma alguma deixar de cumprir o juramento que fizera de ser o primeiro a ferir Miguel de Vasconcellos nem entrou na sala dos tudescos, esperou na galeria que communicava para o forte. Não foi sem um fremito de raiva que viu passar Manuel Mansos da Fonseca, um dos confidentes de Vasconcellos, receioso de que lhe levasse aviso. Por isso, apenas d'ahi a alguns instantes, os fidalgos desarmaram os archeiros e dispersaram os que pretendiam cobrir a passagem para os aposentos do secretario, D. Antonio correu logo para a secretaria. Seguiam-n'o já a pouca distancia Pedro de Mendonça, Ayres, e João de Saldanha de Souza, Sancho Dias, João de Saldanha da Gama, D. João Coutinho, D. João de Sá de Menezes, camareiro-mór, os dois filhos de Filippa de Vilhena, D. Jeronymo d'Athayde, conde d'Atouguia e seu irmão D. Francisco Coutinho, Tristão da Cunha d'Athayde, Luiz da Cunha e Nuno da Cunha, D. Manuel Chil Rolim, D. Antonio da Cunha e outros. Esta impetuosa turba encontrou logo aos primeiros passos o corregedor Francisco Soares d'Albergaria, a quem bradára: «Viva el-«rei D. João IV», e elle respondeu com intrepida imprudencia: «Viva el-rei D. Filippe», cahindo logo varado por duas balas. Esta morte não prevista nos planos da conjuração, podia ser causa de grandes desgraças, inflammando no ardor sanguinario da luta o animo excitado dos fidalgos. Ainda o official-mor da secretaria d'Estado, Antonio Corrêa, que acudiu ao estrondo dos tiros, foi logo apunhalado por D. Antonio Tello, que, vendo já tudo vermelho diante de si, ia fazendo o mesmo ao capitão Diogo Jorge Garcez Palha, que se salvou da morte com uma perna quebrada, saltando uma janella, para a praça d'armas. Tambem Antonio Corrêa sobreviveu ás punhaladas, arrastando-se por uma escada, cujos degraus encheu de sangue até a um quarto do pavimento inferior.

«Entretanto Miguel de Vasconcellos fôra effectivamente prevenido por Mansos da Fonseca de que havia novidade. Estava deitado ainda, mal tivera tempo de se vestir, quando ao aviso succedeu estranho rumor nos corredores. Pallido de susto, correu á porta e fechou-a por dentro. Logo sentiu os fidalgos baterem primeiro fortes aldravadas, e em seguida lascarem a madeira com os machados com que pretendiam arrombal-a. Então, vendo-se perdido, pegou n'uma clavina carregada e encerrou-se n'um armario de papeis. Áli, reprimindo a respiração e com a fronte aljofrada pelo suor da angustia, sentiu a porta ceder, entraram os fidalgos como uma torrente, e revolveram, blasfemando, todos os cantos do aposento. Esteve por um fio a sua salvação, porque os conjurados, não o encontrando, iam procural-o á casa da India para onde julgaram que tivesse fugido; mas pela estreiteza do esconderijo Vasconcellos não poude evitar fazer um leve movimento. Sentiram-n'o, correram lá com um grito de alegria feroz e logo uns poucos de tiros se dispararam. Atravessaram duas balas a garganta de Vasconcellos, que cahiu morto, golfando jorros de sangue.

«Depois de o terem punido, desampararam-o os vingadores da patria e foram os criados que seguiam D. Gastão Coutinho que arremessaram das janellas o corpo do odiado ministro. Quando a plebe, que enchia torrentuosa o Terreiro do Paço, viu cahir assim ao desdem o cadaver do seu oppressor, soltou um verdadeiro rugido de triumpho, e deleitando-se na satisfação de tão cubiçosa vingança, não houve insulto, não houve mutila-

ção que não fizesse soffrer a esses tristes despojos. Emquanto os fidalgos corriam dos aposentos do secretario aos da vice-rainha, para onde já se haviam encaminhado D. Miguel d'Almeida e outros, em quanto o verdadeiro povo, soltando gritos de enthusiasmo acompanhava D. João da Costa, D. Luiz d'Almada, D. Rodrigo e D. Antonio de Menezes, que atravessavam o Terreiro bradando: «Liberdade», a canalha que mancha sempre todos os triumphos, que insulta todos os vencidos, que arrasta na lama hoje os que a opprimem, ámanhã os que a libertam, essa enxameava em torno de Vasconcellos, arrancando-lhe a barba e os olhos, arrastando-o por sobre as pedras, e rindo torpemente das truanices infames com que um mouro, que fôra escravo da victima, sentado em cima do seu cadaver, escarnecia e vilipendiava quem o azurragára em vida, Tribulet sem alma d'esse potentado criminoso e infeliz!» [1]

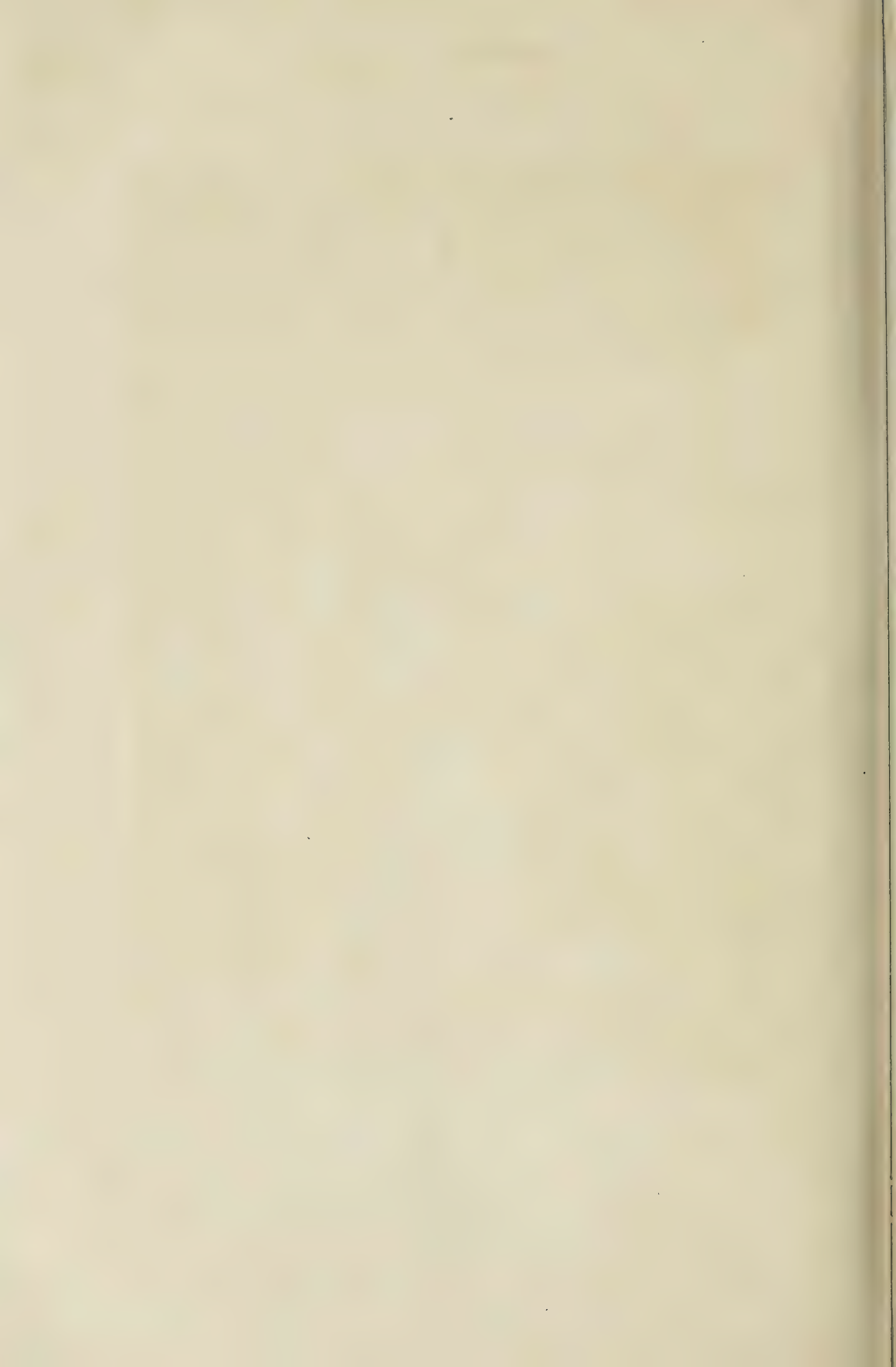
No dia seguinte ainda se achava na praça o cadaver do desgraçado, e vendo-o João Pinto Ribeiro estranhou se faltasse com a piedade christã a quem já havia tão cruelmente expiado as suas culpas. Foi então conduzido n'um esquife por alguns homens da Ribeira, custando seiscentos réis a mortalha em que o envolveram!

Emquanto alguns fidalgos se dirigiram, como fica dito, para os aposentos de Vasconcellos, seguiram outros para os da princeza Margarida, e como o conde de Boyneto, seu estribeiro-mór, morava no aposento superior do forte, D. Antão d'Almada, com outros companheiros, ficaram de guarda na sala de cima e na varanda, afim de obstar que elle fosse ter com a regente. Já ella havia sentido os rumores da revolução e chegando-se animosa a uma janella bradava em altas vozes: «Que é isto portuguezes? Onde está a vossa lealdade?» A este tempo já alguns conjurados, entre os quaes D. Miguel d'Almeida, Fernão Telles de Menezes e D. João da Costa, depois de haverem forçado quantas portas encontraram fechadas, entraram na sala da gale, onde ella estava gritando ao povo, e obrigaram-a com modos cortezes a retirar-se da janella. Tentou descer ao Terreiro, e como os fidalgos se lhe oppozessem disse-lhes: «Basta, senhores! O ministro culpado já pagou os seus delictos. Não passeis adiante. Eu me obrigo a que el-rei de Castella, não só vos perdôe, mas vos agradeça livrardes o reino dos excessos do secretario.» Chegava n'esse momento o arcebispo de Braga, que pretendeu fallar no mesmo sentido, mas D. Miguel d'Almeida impôz-lhe silencio, declarando-lhe que o livrára da morte com muito custo. Retirou-se o prelado, e a duqueza continuou insistindo em assegurar o perdão de Filippe IV, a que os fidalgos responderam, que já não reconheciam outro rei senão D. João de Bragança. Mostrou-se tão encolerisada com a resposta, que D. Carlos de Noronha pediu-lhe que se retirasse para lhe não perderem o respeito. «A mim! Como?» perguntou ella altiva. «Obrigando vossa alteza, redarguiu-lhe o fidalgo com a mesma altivez, a sahir por aquella janella, se não quizer entrar por esta porta.» Reconhecendo que em taes circumstancias a lucta era uma loucura, a princeza cedeu, e retirou-se para o seu oratorio, ao qual ficaram de guarda D. Antão d'Almada e outros.

Espalharam-se muitos fidalgos pela cidade, afim de despertarem o enthusiasmo publico com os brados da victoria; dentro em pouco, enxameava nas ruas a multidão, ébria de jubilo. Outros fidalgos seguiram logo para a Sé, onde se achava o arcebispo, com todo o corpo capitular, invocando o auxilio divino; dando-lhe conta da victoria, pediram-lhe que viesse ao paço, afim de assumir o governo, emquanto não chegava o duque de Bragança. Escusou-se modestamente o prelado, e seguiu a pé, acompanhado por numeroso clero e grande concurso de povo, para a casa da camara, onde se achava o senado, recusando-se a abrir as portas e adherir á revolta. Os filhos do conde de Cantanhede, que o não haviam prevenido pediram-lhe que cedesse, e abertas as portas, subiu D. Alvaro d'Abranches, que pegou na bandeira da cidade, e montando a cavallo, foi com ella desenrolada ao encontro do arcebispo, ao qual se reuniu defonte da egreja de Santo Antonio. Ouviu-se no momento em que elle chegava um brado atroador de «Milagre! Milagre!» e corria de bôca em bôca que da cruz levada por um dos capellães se desprendera um braço da imagem de Christo para abençoar o povo. Esta scena, que provavelmente havia sido preparada, produziu comtudo um grande effeito,

[1] *Historia de Portugal*, tomo v, pag. 290 a 292

Offic. Typ. da Empreza Litteraria.

Revolução.—1640.—Os conjurados e a duqueza de Mantua

exaltando a imaginação e o enthusiasmo popular.

Emquanto o arcebispo se dirigia para o paço chegavam alguns fidalgos á casa da supplicação, onde subiu Ayres de Saldanha, e convenceu os juizes a que adherissem á revolução, compromettendo-se elle, o que cumpriu, a mandal-os escoltados para suas casas, afim de os abrigar de qualquer insulto.

Reuniram-se no paço, em conferencia com o arcebispo, os fidalgos que se tinham espalhado na cidade, e instaram com o prelado para que elle assumisse o governo, ao que elle por fim annuiu, pedindo para companheiros o inquisidor geral D. Francisco de Castro, que pediu escusa e foi substituido pelo visconde D. Lourenço de Lima, e o arcebispo de Braga a quem o prelado lisbonense quiz d'este modo pôr ao abrigo do ressentimento publico.

Haviam sido soltos muitos presos, e era de temer qne se exercessem grandes vinganças; succedeu, porém, o contrario: reconciliaram-se muitas inimizades antigas, e não se deu em toda a cidade nenhum acto de violencia. Pelas onze horas da manhã já a cidade se entregava pacificamente ás suas occupações habituaes. No entanto o governo cuidou em tomar as medidas necessarias á ordem e segurança publica, repartindo por diversos postos as companhias da ordenança.

O castello de S. Jorge, ao qual poucos dias antes o conde-duque havia tirado mil e quinhentos homens, com destino á Catalunha, achava-se ainda em poder dos hespanhoes, e aos primeiros movimentos da revolução alguns artilheiros chegaram a ter os murrões accesos. Mathias d'Albuquerque, que se achava ali preso, e que ignorava tudo, não podendo soffrer a inação do governador, ordenou, na sua qualidade de conselheiro de guerra, que se fechassem as portas e se apontasse a artilheria. N'este meio tempo chega uma ordem da duqueza de Mantua, determinando a D. Luiz del Campo, governador do castello, que não fizesse movimento algum. Albuquerque, suspeitando logo que a regente se achava coacta, percebeu que a revolta era mais séria do que a principio imaginava. Retirou-se para o seu quarto, disposto já a offerecer a sua espada em defesa da patria. No dia seguinte, recebendo o governador nova ordem para entregar a cidadella, obedeceu. N'esse mesmo dia, e pelo mesmo meio, se entregaram as torres de Belem, da Cabeça Secca, de Santo Antonio, a Torre Velha e o castello d'Almada.

Tomou posse da fortalesa D. Alvaro d'Abranches, que soltou Mathias d'Albuquerque e Rodrigo Botelho, conselheiro da fazenda. Aos hespanhoes que ficassem a serviço de D. João prometteu pontual pagamento dos seus soldos e outras vantagens. Muitos aceitaram, e os que não quizeram, foram alojados fóra da cidade, expedindo-se-lhes pouco depois as competentes resalvas para voltarem á patria.

Os principaes foram retidos logo no principio da revolução; taes eram, entre outros, o conde de Bayoneto, D. Thomaz Ibio Calderon, D. Diogo Cardenas e o marquez de la Puebla. Estes dois ultimos ainda na noite de 1 de dezembro tentaram fugir e acolherem-se no castello, mas descobertos e vigiados, reconheceram que era já impossivel qualquer movimento de reacção. Foi por isso que, tendo o commandante dos galeões surtos no Tejo consultado Calderon se deveria metralhar a cidade, este dissuadiu-o, convencido da inutilidade do ataque, e receioso, talvez, das represalias. Intimado aquelle official, no dia tres de dezembro para que se rendesse, não hesitou um momento e a bandeira portugueza foi logo substituida pela de Castella.

A esse tempo já a princesa Margarida havia sido mandada para o palacio de Xabregas, em companhia do conde Bayneto, marquez de la Puebla e arcebispo de Braga, sendo mais tarde removida, sob custodia, para o convento de Santos.

Feita a acclamação, partiram para Villa-Viçosa, no proprio dia 1 de dezembro, Pedro de Mendonça e Jorge de Mello; encontraram na capella D. João, que tendo ouvido serenamente a noticia, ordenou continuassem os officios divinos. Terminados estes, metteu-se n'um coche com os dois fidalgos e mais o conde de Vimioso e o marquez de Ferreira, e partiu para Lisboa, escoltado apenas por alguns criados a cavallo, sendo enthusiasticamente victoriado nas villas e terras por onde passava. Chegou no dia 6 á capital, onde só era esperado no dia 8, mas espalhando-se rapidamente a noticia, acudiu de todas as partes immenso povo, apesar de chover co-

piosamente. As acclamações da multidão eram constantes e enthusiasticas, e o novo rei viu-se obrigado a apparecer repetidas vezes á janella, para as agradecer. Por consulta dos theologos foi n'esse mesmo dia levantado o interdicto ecclesiastico, e juntaram-se ao clamor das multidões os repiques alegres dos sinos. Á noite illuminou-se espontaneamente a cidade, no meio de estrondosos vivas e musicas festivas.

A rapidez do movimento insurreccional das provincias é prova manifesta de quanto a liberdade era anciada. Portalegre, apesar da sua situação proxima da fronteira, nem sequer esperou noticias de Lisboa; sublevou-se no mesmo dia. Evora, mais receiosa pelo que anteriormente havia experimentado, esperou aviso da capital. que chegou no dia 2, e immediamente foi acclamado o duque de Bragança, facto que no dia seguinte se repetiu em Elvas. Santarem pronunciou-se no dia 5, sem esperar communicação do governo e logo no dia immediato a mocidade academica, reunida no terreiro da Universidade, acclamou D. João IV com o enthusiasmo proprio d'animos juvenis. Na cidade do Porto os juizes da relação e a municipalidade hesitaram, mas alguns nobres e magistrados obrigaram a camara a dar publicidade á carta dos governadores, e fez-se a acclamação no dia 8 com a maior solemnidade, sendo este exemplo imitado por todas as terras d'Entre-Douro e Minho e d'uma parte da Beira. Por ultimo, no dia 11 fez-se tambem solemnemente a acclamação do novo rei na cidade de Lagos, e logo em seguida nas restantes povoações de todo o Algarve, dando-se o facto singularissimo do marquez d'Ayamonte, avisado da sublevação da capital, mandar dizer a Henrique Corrêa da Silva, governador do Algarve, que se precisasse de força para manter a ordem immediatamente lh'a mandaria. Respondeu ironicamente o governador, «que não havia a mais leve alteração, e que o Algarve e Portugal acabavam de acclamar D. João IV.»

No emtanto a torre de S. Julião da Barra, de que era commandante D. Fernando de Lacueva, e que se achava bem guarnecida e municiada, era investida pelo mestre de campo D. Francisco de Sousa com algumas companhias de ordenança. Achava-se ali preso o conde da Torre, que tentou, com exito feliz, a fidelidade do governador, o qual no dia 12, e depois de um breve tiroteio, entregou a fortaleza com fartos depositos d'armas e munições. Recebeu, como recompensa, uma commenda e outras mercês. Já dois dias antes se havia rendido, sem combate, a fortaleza de Cascaes. O castello de S. Filippe em Setubal, e a torre do Outão, que lhe fica proxima, foram sitiadas no dia 8, e no dia 17 capitularam, sahindo as guarnições com as honras da guerra. O castello de Vianna é que resistiu mais algum tempo, mas assaltado vigorosamente pelos moradores, que recusaram o auxilio que lhes foi offerecido de Braga e de Barcellos, teve por fim de capitular, sendo logo nomeado governador Manuel Telles de Menezes.

Poucos dias bastaram para despedaçar o jugo de sessenta annos, e a monarchia hespanhola, ainda poderosa, não poude resistir a um povo desarmado e enfraquecido, mas a quem déra invencivel energia o desespero da oppressão e a ancia da liberdade.

RESUMO

O principe, que pelos defeitos do seu caracter e educação, tantos infortunios havia de causar a Portugal foi saudado no berço com o nome de *Desejado*. O reino, vendo a morte arrebatar successivamente os herdeiros do throno, receiava-se que o viesse occupar um rei estrangeiro. Assim aconteceu mais tarde, mas no momento em que nasceu o neto do fanatico D. João III aquelle receio dissipava-se e renascia a esperança.

Quasi ao mesmo tempo em que abria os olhos á luz, cerrava-os para sempre seu avô. Assumiu as redeas do governo a viuva do rei fallecido; e como senhora de elevados dotes de espirito, habituada, além d'isso, com o tracto dos negocios publicos, a cuja direcção a sua influencia não tinha sido indifferente no reinado de seu marido, soube dominar as difficuldades de que se viu rodeada, e se não conseguiu engrandecer a monarchia de D. Manuel, poude, ao menos, durante o seu governo, retardar-lhe a decadencia.

Infelizmente, foi pouco duradoura a regencia de D. Catharina. As constantes intrigas de seu cunhado, o cardeal D. Henrique, homem ambicioso, de intelligencia acanhada e espirito fraco, obrigaram-n'a a abandonar-lhe a suprema direcção dos negocios, que passou para a mão dos jesuitas, de quem o cardeal era apenas um instrumento docil.

Poude gloriar-se a irmã de Carlos V, de que no tempo em que governou, nunca se levantaram queixumes dos povos contra a administração interior do paiz: na India o caracter honesto de D. Theotonio de Bragança obstava a que lavrasse a gangrena da corrupção, e sustentava nobremente a honra do nome portuguez: no Brazil, derrotados os francezes, fundava-se a cidade do Rio de Janeiro, que é hoje capital d'um vasto imperio, e na Africa a defesa de Mazagão fizera reverdecer os louros dos conquistadores de Arzilla.

A regencia do cardeal, que durou seis annos, confirmou o conceito que geralmente se formára da sua incapacidade, nada fazendo em beneficio do reino, e muito em favor dos jesuitas, alargando-lhes a influencia pela intervenção, quasi exclusiva, no ensino publico, e enriquecendo os seus collegios com generosas dotações. Aceitou, sem reservas, o concilio de Trento, com grave prejuizo da auctoridade civil, e entregando ás discussões fradescas a decisão dos negocios publicos, deu ao poder ecclesiastico uma preponderancia nociva. O governo das colonias foi como o da metropole. Nas luctas da India começavam a prevalecer os aventureiros, que faziam a deshonra do nosso nome, e preparavam a ruina do nosso dominio.

Contava D. Sebastião apenas 14 annos de idade quando se assentou no throno. Dotado de uma intelligencia penetrante, era comtudo a imaginação a mais poderosa faculdade do seu espirito. Se uma educação bem dirigida reprimisse o que n'esta havia de excessivo, cuidando ao mesmo tempo de revigorar aquella, talvez que elle confirmasse as esperanças que despertára, e justificasse o affecto que lhe tinham os subditos. Foi outro o seu destino. Os jesuitas, cuja ambição crescia á proporção que se dilatava a sua influencia, desejaram apoderar-se do animo do principe, o que poderam conseguir á custa de enredos, contra a vontade e os esforços da rainha D. Catharina.

Entregue aos cuidados de Luiz Gonçalves da Camara, seu preceptor e um dos membros mais dedicados da companhia de Jesus, desviando a intelligencia dos estudos que mais proveitosos lhe poderiam ser para o seu officio de rei, concentrou a imaginação, encaminhado pelo seu director, em contemplações mysticas, e chegou a tal grau a sua exaltação ascetica, que decerto realisaria o seu desejo de fazer voto de castidade, se não fosse a resistencia que todos lhe oppozeram, lembrando-lhe a necessidade de dar um successor ao reino. Ainda assim contrariou todos os casamentos que se lhe offereciam, e conseguiu morrer celibatario. As leituras mysticas eram revesadas com as dos livros de cavallaria, em que a sua imaginação, já tão propença para tudo o que fosse extraordinario, mais se exaltava ainda, sonhando aventuras fabulosas.

Não podia corrigir estes desvarios o seu bom aio D. Aleixo de Menezes, fidalgo de probidade austera e grande prudencia, mas que havendo tido uma carreira militar cheia de brilhantes feitos, longe de moderar o enthusiasmo bellico do mancebo, folgaria de recordar com elle as suas proesas.

Subindo ao throno, D. Sebastião deixou o governo nas mãos dos ministros, todos affectos á

companhia de Jesus e doceis instrumentos do confessor do rei, o jesuita que já nomeámos; o tempo que deveria empregar na direcção dos negocios, dividia-o entre os exercicios de piedade, o fragueiro divertimento da caça e excursões ao mar, nos dias de tormenta, folgando de arriscar a vida temerariamente e inutilmente, quer perseguindo as féras, quer luctando com as ondas.

Arrastado pela exaltação religiosa e ambições da gloria, por mais de uma vez tentou ir combater os inimigos da cruz em remotas paragens, mas obstou ao seu desassisado intento a indifferença dos outros principes a quem havia convidado para a mesma empreza, ou a resistencia, que lhe oppunham os ministros e conselheiros, a que sahisse do reino, antes de ter dado um successor á corôa.

A essa opposição poude elle subtrahir-se uma vez, sahindo inexperadamente do reino, e passando á Africa com um punhado de soldados, que lhe não permittiram emprehender facção de vulto; mas serviu-lhe essa viagem para mais lhe exaltar a phantasia e a vaidade, sonhando vastas conquistas. Regressou ao reino para melhor preparar a execução dos seus designios, e passando pouco tempo, sem attender ás representações dos povos, nem aos conselhos dos ministros, nem ás instancias dos que viam em similhante empreza uma temeridade que podia ser fatal, sem attender senão aos seus devaneios, volveu de novo áquellas paragens. D'esta vez, porém, levou comsigo um exercito e a flor da nobresa, deixando o reino desfalcado de avultadissimas sommas, que se empregaram n'essa loucura. É geralmente sabido o resultado, que foi uma derrota completa, um desastre immenso. O rei de Portugal morreu como um valente, rompendo os esquadrões inimigos, e cahindo retalhado de golpes, mas arrastou na sua queda a liberdade da patria, que só poude ser recuperada depois de um longo e cruel captiveiro, durante o qual a decadencia foi profunda e rapida.

Ainda no seu reinado viu o Oriente repetirem-se as façanhas de Affonso de Albuquerque, nas luctas que ali sustentou D. Luiz d'Athayde, general habilissimo e consumado politico.

Voltou de novo ao governo o cardeal D. Henrique, mas d'esta vez como soberano. Velho e enfermo, ninguem contava que podesse deixar successor, apesar das suas velleidades matrimoniaes, nem mesmo que fosse muito duradouro o seu reinado. Desencadearam-se as ambições. Pretenderam occupar o throno portuguez, alem d'outros, D. Antonio, prior do Crato, o duque de Bragança e Filippe II de Hespanha. O primeiro tinha em seu favor as classes populares, hostís a um rei castelhano, e que attrahidas pela affabilidade do bastardo, cuja valentia era bem conhecida, julgavam, que ninguem melhor do que elle saberia desempenhar o papel do Mestre d'Aviz. O duque de Bragança tinha alienado, pelo seu orgulho, não só a sympathia publica, mas principalmente as adhesões da nobreza, cuja influencia era ainda então poderosissima. Trabalhavam em seu favor os jesuitas, explorando o affecto que D. Henrique tinha pela duqueza, sua sobrinha; mas o imbecil e timido cardeal era subjugado pelas ameaças de Filippe II, que não cessava, por meio dos seus agentes, de comprar partidarios. A este mercado de consciencias concorreram os primeiros fidalgos de Portugal; deshonraram-se n'elle os mais illustres nomes, e os proprios pretendentes, se não chegaram a fazer contrato de venda ao rei catholico, foi porque este, apesar de generoso, achou o preço exorbitante.

Foram os ultimos dias do cardeal atribulados pelas difficuldades que lhe creavam os pretendentes, e que elle, em vez de cortar com animo resoluto, mais aggravava ainda, porque antepunha ás conveniencias publicas o seu egoismo e os seus odios. Falleceu geralmente aborrecido, sem deixar designado successor, e ficando entregue o poder a um governo provisorio.

Em algumas terras o povo levantou voz por D. Antonio, mas o bastardo do infante D. Luiz, embora dotado da maior actividade e esforço, não reunia, comtudo, as qualidades necessarias para cingir a corôa de D. João I. Alem do que, a nobreza, guardando as cedulas espalhadas profusamente por Christovão de Moura, esperava receber do rei catholico o preço da traição, logo que elle se assentasse no throno de D. Manuel. Incapaz de organisar a resistencia, D. Antonio fomentava a anarchia.

Invadiu o reino o exercito do duque d'Alba, mas não foram as suas faceis victorias que deram o throno a Filippe II; já lh'o havia conquistado o ouro, abrindo as portas das fortalezas, mesmo

antes dos soldados hespanhoes se apresentarem diante d'ellas.

Foi generoso o filho de Carlos v na paga dos serviços que lhe haviam prestado os seus parciaes, e tambem não foi aváro de promessas com os seus novos subditos, aos quaes assegurou, nas côrtes de Thomar, que seriam sempre mantidos os fóros e regalias do reino. Para firmar a sua auctoridade pelo temor, perseguiu inclemente os mais dedicados partidarios de D. Antonio, muitos dos quaes findaram os seus dias no carcere, e outros no patibulo.

Recolhendo-se a Madrid, foi-se esquecendo uma e outra vez das promessas que havia feito em Thomar, mas demasiado prudente para não levantar resistencias que lhe podiam ser funestas, nunca ousou atacar abertamente os fóros da nação. Apesar de tudo, o povo sentia o peso d'um governo estranho, cujas tendencias, não obstante os disfarces com que procuravam encobrir-se, despertavam sérios receios. Fez-se mais viva a memoria da desgraça de Alcacer-Kibir, e ganhou innumeros prosélytos uma crença absurda, mas que era um protesto contra o dominio estrangeiro. Appareceram aventureiros dizendo serem o rei D. Sebastião, que tendo escapado milagrosamente da batalha, vinha occupar o throno dos seus maiores. Foram acreditados, tiveram seguidores, e a seita do sebastianismo, conservada e robustecida nos longos annos do captiveiro, foi ainda um poderoso elemento para recobrarmos a independencia.

No reinado de Filippe III foi mais dura a oppressão, muito maiores as adversidades que tivemos de supportar. Os partidarios da união haviam inculcado esta como uma grande felicidade para o reino, que achando-se falto de recursos, não poderia sustentar, nem defender os seus vastos dominios ultramarinos; e sendo tão poderosa a monarchia hespanhola, veriamos á sombra do seu poder, e protegidos por elle, desenvolver-se rapidamente o nosso commercio, prosperarem e accrescentarem-se as conquistas.

Succedeu o contrario. Fechados por vezes os nossos portos ás nações inimigas da Hespanha, o commercio decahiu profundamente; o segredo dos mares da India foi devassado por atrevidos navegadores, que desviaram do porto de Lisboa as mercadorias do Oriente; foram assaltadas, pelos que desejavam vingar-se da casa d'Austria, muitas das nossas possessões; algumas d'ellas perderam-se; custou-nos grande sacrificio a defeza d'outras e a Hespanha, pactuando treguas com os adversarios, estipulava a segurança das suas colonias, abandonando as nossas!

Não nos foi mais favoravel o reinado seguinte. Desde que D. Filippe II desceu ao tumulo passou o governo para as mãos de validos, cujo empenho era alargarem o absolutismo real, para á sombra d'elle exercerem o poder illimitado. O conde-duque de Olivares, assenhoreando-se do animo de Filippe IV, procurou subordinar os interesses dos povos á sua vontade despotica, imposta em nome do monarcha. Trabalhando pela unificação da peninsula, parecia-lhe a violencia o caminho mais curto. Quebrantar as forças das nações sugeitas para mais facilmente as opprimir, e excital-as pelo desespero á rebellião, afim de lhes tirar, como castigo, a liberdade, era, a seu vêr, o meio mais expedito e seguro. Deram-lhe cruel desengano Portugal, o Aragão e Napoles. Mas obsecado n'essa politica, ainda mais inepta do que brutal, não cessava de estancar os recursos do paiz com onerosissimos tributos, ao mesmo tempo que deixava os campos e as officinas desamparadas de braços, encorporando nos exercitos hespanhoes, para combaterem longe da patria, as levas de Portugal. Opprimindo o povo, aggredia tambem a nobreza e o clero, despresando-lhes os fóros, e feria o sentimento nacional, offendendo as immunidades do reino. Executor das suas ordens, e exacerbando-lhes ainda os rigores, para desafogo de odios longamente comprimidos, um portuguez foi o instrumento inconsciente da liberdade da patria. A nação exasperada fez um esforço supremo, e quebrou n'um só dia as algemas que tinha supportado mais de meio seculo. O governo estranho, que nunca procurára fundar-se nas sólidas bases da benevolencia e da justiça, preferindo antes o falso terreno da perseguição e do terror, foi aluido n'um impeto e sobre as suas ruinas levantou-se de novo o throno que havia baqueado com a catastrophe d'Alcacer-Kibir.

FIM DO QUARTO VOLUME

INDICE

LIVRO I

D. Sebastião

LIVRO II

Cardeal D. Henrique

LIVRO III

D. Filippe II de Hespanha

(Primeiro de Portugal)

LIVRO IV

D. Filippe III de Hespanha

(Segundo de Portugal)

LIVRO V

D. Filippe IV de Hespanha

(Terceiro de Portugal)

COLLOCAÇÃO DAS ESTAMPAS

(*) Representando estas estampas as scenas mais interessantes da revolução, ficariam muito juntas se fossem collocadas no logar que lhes pertence. Para evitar esse inconveniente pareceu melhor dar-se-lhes a collocação que vae apontada, embora seja um pouco arbitraria.